ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 130

Brasília - DF, sexta-feira, 6 de julho de 2012

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 20
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 21
Ministério da Cultura 21
Ministério da Defesa 24
Ministério da Educação 24
Ministério da Fazenda 32
Ministério da Integração Nacional 48
Ministério da Justiça 48
Ministério da Pesca e Aquicultura 52
Ministério da Previdência Social 53
Ministério da Saúde 53
Ministério das Cidades 69
Ministério das Comunicações 71
Ministério de Minas e Energia 74
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 81
Ministério do Esporte 82
Ministério do Meio Ambiente 82
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 90
Ministério do Trabalho e Emprego 91
Ministério dos Transportes 91
Conselho Nacional do Ministério Público 92
Ministério Público da União 95
Tribunal de Contas da União 113
Poder Judiciário 198
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 251

Presidência da República

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

SÚMULA Nº 44, DE 5 DE JULHO DE 2012

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso XII, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inciso II, e 43, caput e § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 38, § 1º, inciso II, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, e nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, bem como o contido no Ato Regimental/AGU nº 1, de 02 de julho de 2008, resolve:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Alterar a Súmula nº 44, da Advocacia-Geral da União, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Para a acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria, a lesão incapacitante e a concessão da aposentadoria devem ser anteriores as alterações inseridas no art. 86 § 2º, da Lei 8.213/91, pela Medida Provisória nº 1.596-14, convertida na Lei nº 9.528/97."

LEGISLAÇÃO: CF/88, Art. 5º, XXXVI; Lei nº 8.213/91, Art. 86, § 2º; alterado pela MP nº 1.596-14/97, convertida na Lei nº 9.528/97, e Decreto n.º 3.048/99, art. 167.

JURISPRUDÊNCIA: Supremo Tribunal Federal: AI 490365-AgR/RS, Rel.Min. Sepúlveda Pertence, AI 439136-AgR/SP, Rel. Min. Cezar Peluso (Primeira Turma); RE 440818-AgR/SP, Rel. Min. Eros Grau, AI 471265-AgR/SP, Rel. Min. Ellen Gracie (Segunda Turma); Superior Tribunal de Justiça: EREsp. 431249/SP, Rel. Min. Jane Silva (Desemb. Convocada do TJ/MG), EREsp. 481921/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, EREsp. 406969/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, EREsp. 578378, Rel. Min. Laurita Vaz (Terceira Seção); REsp 1244257, Rel. Min. Humberto Martins (Segunda Turma); AgRREsp. 753119/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, AgR-REsp. 599396/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, AgRg no REsp nº 979.667/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho (Quinta Turma); e EDcl-REsp. 590428/SP, Rel. Min. Paulo Gallotti, (Sexta Turma).

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 5 DE JULHO DE 2012

Altera a Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum do MERCOSUL.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no exercício da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando o disposto na Decisão nº 58/10 do Conselho Mercado Comum do MERCOSUL - CMC e na Resolução CAMEX nº 94, de 8 de dezembro de 2011,

Resolve, *ad referendum* do Conselho:

Art. 1º Na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum, de que trata o Anexo II da Resolução CAMEX nº 94, de 8 de dezembro de 2011:

I - excluir o código da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM a seguir discriminado:

NCM	PRODUTO
3004.90.99	Outros
	Ex 019 - Contendo cloridrato de sevelamer

II - incluir os códigos da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM a seguir discriminados, com as respectivas alíquotas do imposto de importação indicadas:

NCM	PRODUTO	Alíquota (%)
3926.90.40	Artigos de laboratório ou de farmácia	18
	Ex 003 - Dispositivo de barreira intravaginal para prevenção da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis (DST), confeccionado em poliuretano.	0
9023.00.00	Instrumentos, aparelhos e modelos, concebidos para demonstração (por exemplo, no ensino e nas exposições), não suscetíveis de outros usos.	16
	Ex 002 - Simulador de soldagem, para acelerar treinamento de soldagem através de realidade virtual.	2

III - o Ex 001 do código NCM 6902.10.18 constante na Lista de Exceção à TEC passa a vigorar com a seguinte redação:

NCM	PRODUTO	Alíquota (%)
6902.10.18	Outros tijolos	35
	Ex 001 Qualquer produto classificado no código 6902.10.18, exceto (I) tijolos compostos por grãos sinterizados de MgO e/ou grãos eletrofundidos de MgO com adição de grafita lamelar e de compostos antioxidantes e (II) tijolos refratários de Magnésia, à base de grãos sinterizados de MgO e/ou grãos eletrofundidos de MgO.	10

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 5 DE JULHO DE 2012

Esclarece o escopo do direito antidumping definitivo aplicado às importações brasileiras de tecidos de felpa longa, originárias da China.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no exercício da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando o que consta na Nota Técnica nº 33/2012/CGPI/DECOM/SECEX, de 20 de junho de 2012,

Resolve, *ad referendum* do Conselho:

Art. 1º Os tecidos de felpa longa de fibras sintéticas que apresentem como característica um lado liso e o outro felpudo ou coberto de pelos cerrados e curtos, denominados "pelúcias e veludos", respectivamente, não estão incluídos no escopo do direito antidumping definitivo aplicado às importações brasileiras de tecidos de felpa longa de fibras sintéticas, originárias da República Popular da China, comumente classificadas no item 6001.10.20 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, por meio da Resolução CAMEX nº 12, de 13 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

RESOLUÇÃO Nº 45, DE 5 DE JULHO DE 2012

Esclarece a forma de cálculo do direito antidumping, no caso de glifosato formulado ou de sais de glifosato.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no que dispõe o inciso XV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Resolve, ad referendum do Conselho:

Art. 1º O art. 1º da Resolução CAMEX nº 41, de 8 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Alterar a forma de aplicação do direito antidumping definitivo aplicado às importações de glifosato (n-fosfonometil glicina), em suas diferentes formas (ácido, sais e formulado) e graus de concentração, destinado, exclusivamente, à fabricação de herbicida, classificado nos itens 2931.00.32, 2931.00.39, 3808.93.24, da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, quando originárias da República Popular da China, prorrogado pela Resolução nº 3, de 3 de fevereiro de 2009, da Câmara de Comércio Exterior, de alíquota ad valorem para direito específico, fixado em dólares dos Estados Unidos da América, conforme a seguir discriminado:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Direito Antidumping Específico (DAE) para glifosato ácido 95% US$/kg

DAE = US$ 3,60 por kg - Preço CIF por kg ácido de cada operação de importação

Direito Antidumping Específico (DAE) para glifosato formulado ou sal US$/kg

DAE = US$ 3,60 por kg - [Valor CIF da DI ÷ (quantidade em kg X concentração de glifosato sal ou formulado em g/l ÷ 1000 X 0,95)]

§ 1º O direito antidumping a ser recolhido, em cada operação de importação específica, será limitado a US$ 2,52 (dois dólares estadunidenses e cinquenta e dois centavos) por quilograma, equivalente à margem de dumping apurada na revisão.

§ 2º Para calcular o Preço CIF por kg de glifosato formulado ou sal em base 95% equivalente é necessário fazer a conversão da quantidade de glifosato formulado ou sal declarada na DI para o seu equivalente de glifosato a 95% de concentração. Para isso, a quantidade em quilogramas constante da Declaração de Importação deverá ser multiplicada pelo índice de concentração em g/l, dividido por 1000 e multiplicada por 0,95."(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 5 DE JULHO DE 2012

Altera a Resolução CAMEX nº 16, de 20 de março de 2008.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento nos incisos II, III, alínea a, e VII, do art. 2º do mesmo diploma legal,

Resolve, ad referendum do Conselho:

Art. 1º Os arts. 2º, 9º e 14 do Anexo da Resolução CAMEX nº 16, de 20 de março de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art 2°.....

.....

XII - um representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (NR).

Art. 9° O GTFAC reunir-se-á ordinariamente uma vez por quadrimestre e extraordinariamente a qualquer tempo, inclusive por meio de conferência de vídeo, voz ou qualquer outro recurso tecnológico idôneo, por convocação do seu Presidente ou pela maioria de seus membros (NR).

Art. 14. .....

§1° As propostas deverão ser encaminhadas por meio físico ao endereço do Departamento de Normas e Competitividade no Comércio Exterior (DENOC/SECEX/MDIC): Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 9º andar, Brasília - DF, CEP: 70.053-900.

§2º Adicionalmente ao encaminhamento por meio físico, as propostas deverão ser encaminhadas por meio eletrônico às seguintes caixas de correio eletrônico: camex@mdic.gov.br e denoc.cgnf@mdic.gov.br (NR).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 5 DE JULHO DE 2012

Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no disposto no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando as Decisões nºs 33/03, 39/05, 13/06, 27/06, 61/07, 58/08, 56/10 e 57/10 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL - CMC,

Resolve, *ad referendum* do Conselho:

Art. 1º Criar os seguintes Ex-tarifários de Bens de Informática e Telecomunicações:

NCM	DESCRIÇÃO
8517.62.51	Ex 003 - Terminais de teleproteção utilizados para transmissão de sinais de comando em esquemas de bloqueio, comando de acionamento direto e permissivo, com ou sem fonte de alimentação redundante, para transmissão de 2 ou 4 comandos simultâneos e independentes via canal de voz analógico ou de 2 a 8 comandos simultâneos e independentes nas opções via fibra óptica ou canais de dados digitais, tipo 64Kbps (V.11/X.24 ou G-703.1) ou tipo nx 64Kbps (C37.94) ou tipo G.703.6 (E1/T1) com ou sem redundância de interface de comunicação digital por meio da interface óptica, com ou sem interface de sincronismo externo IRIG-B, com ou sem interface ethernet para supervisão via SNMP
8517.62.51	Ex 004 - Transceptores de ondas portadoras para linhas de alta tensão para transmissão de dados, voz e teleproteção integrada por meio de modulação analógica e/ou digital na faixa de frequência de 20 a 700kHz, canais analógicos com largura de banda de 2,5 e 4kHz por canal e canais digitais com largura de banda de 4 a 16kHz, podendo ser configurado em um único modo (analógico ou digital) ou em modo misto (analógico e digital), potência de 1 a 40W com módulo amplificador básico com ou sem módulo extensor de amplificação para potências de 2 a 80W; cada equipamento pode conter um ou mais módulos de teleproteção integrada com possibilidade, por módulo, de envio de 4 a 6 comandos em modo analógico; de 2 a 8 comandos via comunicação digital com ou sem redundância nas opções: via fibra óptica ou interfaces elétricas V11 ou G 703.1 ou G 703.6
8517.62.61	Ex 003 - Transceptores para estação rádio-base de sistema troncalizado (trunking) SME (serviço móvel especializado), modulares, com gabinete único ou separado (controle e de rádio-freqüência), com ou sem gabinetes adicionais de radio-freqüência
8528.51.10	Ex 001 - Monitores monocromáticos de alta resolução, de 1 a 10 megapixels, em conformidade com o padrão DICOM, com fotômetro interno ("backlight sensor"), com ferramenta que garanta a uniformidade da luminância em todos os pontos da tela (DUE), modo de calibração automático de luminância e tons de cinza para cada modalidade diagnóstica e ângulos de visão extensos a partir de 170º
8528.51.10	Ex 003 - Monitores monocromáticos de uso exclusivo na área médica, de alta resolução, de 1 a 10 megapixels
8528.51.20	Ex 004 - Monitores coloridos de uso exclusivo na área médica, da alta resolução, de 1 a 10 megapixels
8528.61.00	Ex 001 - Projetores multimídia, baseados na tecnologia de formação de imagem a partir de 3 painéis de cristal líquido (3LCD) e prisma ótico
8529.90.20	Ex 003 - Telas de visualização constituídas de um painel de cristal líquido com matriz ativa de transistores de filme fino (Thin Film Transistor), circuitos eletrônicos de controle e acionamento dos transistores e dispositivo de retro iluminação ("backlight"), compondo um módulo LCD-TFT para uso exclusivo em terminais de autoatendimento bancário (ATM)
8530.10.10	Ex 005 - Conjuntos leitores para identificação e/ou determinação de localização de composições por leitor de tags para uso exclusivo em vias ferroviárias constituídos de 1 módulo leitor automático de identificação e módulo RF radiofrequência, podendo ou não estar integrado numa mesma unidade física, com no máximo 2 antenas na faixa de 902 a 928MHz, podendo conter ou não no máximo 1.500 tags para o sistema de controle automático
8536.50.90	Ex 003 - Interruptores elétricos miniatura tipo mecânico ("Push Button") com contato unipolar SPST ("Single Pole Single Throw" - um polo e uma direção) ou SPDT ("Single Pole Double Throw"), próprios para montagem em superfície (SMD)
8541.30.29	Ex 002 - Módulos de válvulas tiristorizados, compostos de tiristores disparados diretamente por sinais de luz, incluindo os seus respectivos circuitos de monitoramento, limitadores e divisores de tensão, aplicados aos componentes chaveados de compensadores estáticos de reativos (reatores controlados a tiristor e/ou capacitores chaveados a tiristor) para o controle de tensão de sistemas elétricos de potência para corrente eficaz de até 5.600ARMS
8541.30.29	Ex 003 - Módulos de válvulas de tiristores para conversão de corrente alternada/contínua (ca/cc) e/ou contínua/alternada (cc/ca), com potência igual ou superior a 400MW, operando em tensão superior a 50kV, com sistema de refrigeração, trocador de calor, fibra ótica, estruturas compatíveis e controladores, sendo materiais de uso exclusivo das válvulas.
8543.70.99	Ex 052 - Equipamentos para múltiplas imagens em um ou mais monitores, para sinal de vídeo digital padrão SD (standard definition) e HD (high definition)
8543.70.99	Ex 085 - Filtros cerâmicos passivos para radiofrequência, do tipo passa baixa ou passa alta ou passa banda ou rejeita banda, próprios para montagem em superfície (SMD)
8543.70.99	Ex 086 - Sistemas de desinfecção da superfície de melões após a lavagem com aplicação de spray de água altamente ozonizada (oxigênio e ozônio), supersaturada, capaz de desativar microrganismos pós-colheita sem necessidade do uso de outros produtos químicos, aplicação de vapor de água altamente ozonizada (oxigênio e ozônio), supersaturada, capaz de desativar microrganismos pós-colheita sem necessidade de usar outros produtos químicos e emissão de gás de ozônio dentro das câmaras frias em

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais
A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

	concentrações dentro dos limites para desinfecção sem risco para os funcionários, regulada automaticamente com a ajuda de sensores
9030.89.90	Ex 026 - Equipamentos industriais para testes funcionais de inversores de frequência (drives) de motores elétricos de baixa tensão, por meio da medição de suas características elétricas em diferentes condições de operação (alimentação e carga), configurados com 1 estação de teste ("test bay"), 1 carga motora/regenerativa ("Dyne") com perfis de testes programáveis, painéis elétricos de alimentação, proteção, conversão e controle, softwares de controle e operação, cabos e elementos de conexão e instalação
9030.89.90	Ex 027 - Equipamentos industriais, computadorizados, para testes funcionais de módulos de processamento e módulos de interface de controladores programáveis em diferentes condições de carga, atualização de firmwares e teste de componentes internos (autoteste), compostos de equipamentos de geração e medição de sinais elétricos, montados em rack universal, 7 "fixtures" intercambiáveis, interface homem-máquina com tela "touch screen", cabos e elementos de conexão e instalação
9030.89.90	Ex 028 - Unidades de controle elétricas de gramatura e orientação de fibras, por meio de água de diluição na linha de alimentação da caixa de entrada da máquina de fabricação de papel ou folha de celulose, com unidade de processamento de dados

§ 1º Alterar para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os referidos Bens de Informática e Telecomunicações, na condição de novos.

§ 2º Os bens que se enquadrem nas descrições dos Ex-tarifários a que se refere este artigo e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto de importação, obedecida a legislação especifica para importação de bens usados.

Art. 2º A alteração das alíquotas ad valorem do Imposto de Importação, a que se referem as Resoluções CAMEX que criam Ex-Tarifários e cujos prazos de concessão ainda não tenham expirado, somente poderá ser usufruída por bens importados na condição de novos.

Parágrafo único. Os bens, que se enquadrem nas descrições dos Ex-tarifários das Resoluções CAMEX referidas no caput, e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto, obedecida a legislação especifica para importação de bens usados.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 5 DE.JULHO DE 2012

Altera, até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no disposto no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando as Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10 e 57/10 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL - CMC e os Decretos nº 5.078, de 11 de maio de 2004, e nº 5.901, de 20 de setembro de 2006,

Resolve, *ad referendum* do Conselho:

Art. 1º Criar os seguintes Ex-tarifários de Bens de Capital:

NCM	DESCRIÇÃO
8207.30.00	Ex 015 - Ferramentas progressivas para estampagem de lâminas de estatores, rotores e pacotes de rotores, de motocompressores herméticos e motores elétricos, providas de matrizes e punções, colunas, gaiolas de esferas, placas-guia, porta-punções e porta-matrizes, sensores e cabos elétricos com conectores
8405.10.00	Ex 001 - Unidades compactas industriais, montadas em contêiner, para produção de hidrogênio, a partir de reforma catalítica de gás natural e vapor de água, com produção de 100Nm³/h, com trocador de calor externo
8405.10.00	Ex 002 - Unidades compactas industriais, montadas em contêiner, para produção de hidrogênio a partir de reforma catalítica de gás natural e vapor de água, com produção de 250Nm³/h, com trocador de calor e reformador externos
8407.29.90	Ex 004 - Motores marítimos de pistão, alternativos, de ignição por centelha (ciclo Otto), de fixação interna ao casco da embarcação, sistema de refrigeração a água com captação externa, com injeção eletrônica, cilindrada de 350 polegadas cúbicas (5,7 litros), com 8 cilindros em "V" e reversor de transmissão para pé de galinha e potência igual ou superior a 290HP
8407.29.90	Ex 006 - Motores marítimos de pistão, alternativos, de ignição por centelha (a gasolina), de fixação interna ao caso da embarcação, sistema de refrigeração a água com captação externa com injeção eletrônica, cilindrada de 364 polegadas cúbicas (6,0 litros), com 8 cilindros em "V", potência superior a 380HP e reversor de transmissão para pé de galinha
8407.90.00	Ex 001 - Motores de combustão interna de 2 tempos operados com mistura de gasolina e óleo 2T na proporção de 50:1, monocilindro, deslocamento do pistão de 48,6cc, diâmetro x curso do pistão igual a 44 x 32mm, potência de 3,7HP a 7.500rpm, torque máximo de 3,13Nm, com refrigeração por meio de ventilação forçada por ar, carburador de diafragma com bomba pulsante, ignição eletrônica, partida manual por meio do cordel autorretrátil
8412.21.90	Ex 003 - Motores hidráulicos de pistões axiais de vazão máxima igual ou superior a 90cm³ por revolução
8412.29.00	Ex 002 - Motores hidráulicos de movimento orbital com válvulas de disco, pressão de trabalho contínua máxima entre 115 e 205bar, pressão de trabalho intermitente máxima entre 140 e 310bar, torque contínuo máximo entre 235 e 2.700Nm, torque intermitente máximo entre 345 e 3.500Nm e velocidade máxima entre 151 e 950rpm
8412.29.00	Ex 003 - Motores hidráulicos de movimento orbital com válvulas de carretel, pressão de trabalho contínua máxima entre 41 e 155bar, pressão de trabalho intermitente máxima entre 55 e 190bar, torque contínuo máximo entre 56 e 528Nm, torque intermitente máximo entre 75 e 587Nm e velocidade máxima entre 74 e 1.150rpm
8413.50.90	Ex 016 - Bombas hidráulicas de pistão axial, disco inclinável, sensível a carga vazão variável até 560 litros por minuto, pressão máxima de corte 35.000kPa, utilizadas no acionamento de implementos e locomoção de máquinas rodoviárias
8414.80.12	Ex 004 - Elementos compressores, isentos de óleos, compostos de carcaça, rotor de parafusos, com ou sem redutores de velocidade, para compressores de ar, do tipo parafuso, com pressão máxima de trabalho igual ou superior a 3bar e vazão máxima igual ou superior a 7m³/min
8414.80.12	Ex 007 - Elementos compressores (carcaça e rotor de parafusos), com ou sem redutor de velocidades para compressores de ar de parafuso lubrificado, de pressão máxima de trabalho igual ou superior a 5bar e vazão máxima igual ou superior a 0,3m³/min
8414.80.19	Ex 065 - Compressores centrífugos para ar, com 3 estágios de compressão, com motor elétrico, sistema de caixa de engrenagem integralizada, sistema de resfriamento com trocadores de calor tipo casco-tubo, com tubos em aço inoxidável, com água nos tubos e ar no casco, mancais hidrodinâmicos de pastilhas flutuantes "flex pad", sistema de controle de capacidade com "guide vane", sistema de selagem a labirinto com impelidores tridimensionais, montado sobre base única para pressão de operação de 8bar(g) e vazão de ar de 2.494L/s ou 8.978m³/h
8414.80.19	Ex 066 - Moto compressores de ar de 3 estágios, centrífugos, isentos de óleo, com pressão de sucção entre 0,85bar (a) e 0,95bar (a), vazão máxima em processo entre 53.000 e 56.000Nm³/h, pressão máxima de descarga de processo em operação normal entre 5,0 e 6,0bar(a), pressão de projeto de 7,55bar(g), acionados por motor elétrico de indução, com 6 polos de 1.200rpm, com potência de 5.220kW/7.000HP, resfriados a água, com sensor de vibração, dotados de sistema de lubrificação, acoplamento, 2 resfriadores de ar e dutos de ar
8417.80.90	Ex 006 - Fornos a gás, para secagem e cura do verniz interno das latas metálicas com capacidade de produção de 2.400 até 6.000latas/min, com temperatura de trabalho de até 260°C (500°F)
8417.80.90	Ex 009 - Fornos industriais de corrente de pinos, para secagem de rótulos em latas metálicas, com capacidade de até 2.400latas/minuto
8417.80.90	Ex 019 - Fornos industriais de aquecimento a gás, com circulação de ar quente, compostos de um corpo superior e inferior para insuflamento e captação do ar, ventiladores elétricos e módulo para combustão interna do gás, para cristalização das estruturas moleculares dos materiais sintéticos, como poliamida, poliésteres e outros, com largura de trabalho de 10m
8417.90.00	Ex 018 - Correntes de transmissão, com elos simples, pinos e pontas especiais, próprias para forno de pinos, utilizados na secagem de rótulos de latas metálicas
8418.69.99	Ex 019 - Combinações de máquinas automáticas e integradas para resfriar, carregar/descarregar e limpar assadeiras tipo bandejas para pães de hambúrguer, com capacidade de produção máxima de 3.750 dúzias de pães por hora, totalmente integrada através de controlador lógico programado (PLC) e painel de controle sensível ao toque para controle da operação, compostas de resfriador contínuo de pães em espiral, modulável, com esteiras para entrada na parte superior e saída na parte inferior, com comprimento estendido igual ou superior a 760metros e diâmetro médio igual ou superior a 6,9metros, carregador de assadeiras (bandejas), limpadora de assadeiras (bandejas), descarregador de assadeiras (bandejas).
8419.39.00	Ex 002 - Condicionadores de couros de ação contínua, com injeção de ar a alta pressão por convecção forçada, sem sistema de expansão dos couros, transporte dos couros por 3 ou mais esteiras sobrepostas instaladas dentro dos condicionadores
8419.50.10	Ex 003 - Trocadores de calor combinados, em alumínio brasado, de corpo único, para ar comprimido com pressão de trabalho compreendida entre 4 e 16bar, e gás refrigerante, com pressão compreendida entre 2 e 30bar, próprios para resfriar ar comprimido de entrada de compressores através de gás refrigerante e pré-aquecer o ar comprimido de saída, com conexões para instalação de dispositivo de separação de condensados
8419.50.10	Ex 007 - Trocadores de calor combinados, de placas de alumínio brasado com aletas internas, constituídos por um trocador ar-óleo e um trocador ar-ar comprimido formando "corpo único", para pressão máxima igual ou superior a 13bar
8419.50.10	Ex 009 - Trocadores de calor de placas de alumínio brasadas, contendo aletas internas, compostos por trocadores do tipo ar-óleo ou trocador ar-ar comprimido, apresentados na forma de "corpo único", destinados a trabalhos em pressão máxima igual ou superior a 13bar
8419.50.10	Ex 022 - Resfriadores rotativos de cal, de grandes dimensões, tipo trocador de calor aletado de 3 câmaras solidário, de montagem externa e solidário ao casco do forno rotativo, para resfriamento da cal de temperaturas de até 1.200°C até 240°C
8419.89.20	Ex 001 - Câmaras de cura (estufas) para pasta inerte de chumbo utilizadas na fabricação de acumuladores chumbo-ácido, com controlador lógico programável (CLP), capacidade para acomodar até 22 toneladas de placas (grade + pasta)
8419.89.99	Ex 025 - Unidades de resfriamento, aquecimento, conservação e distribuição de alimentos para até 60 pacientes, de uso hospitalar ou similar, compostas por estação fixa, confeccionadas por aço inoxidável, dotadas de sistema de acoplagem e dois carrinhos de distribuição, confeccionados em aço inoxidável contendo dois compartimentos isotérmicos, um quente e outro frio, com 24 bandejas de policarbonato especiais bipartidas ou 30 bandejas (metade quente, metade fria) e sistema de acoplagem com placas magnéticas
8419.89.99	Ex 031 -Equipamentos para redução controlada da umidade de folha de papel ou celulose, por meio de aquecimento através de aplicação de vapor, constituídos por caixa de vapor, válvulas e gabinete de controle manual ou automático, com pressão de operação entre 0,1 e 0,8 bar
8419.89.99	Ex 035 - Equipamentos para redução controlada da umidade ou brilho de folha de papel ou celulose, por meio de aquecimento através de aplicação de vapor, constituídos por uma caixa de vapor, válvulas e gabinete de controle manual ou automático
8419.89.99	Ex 084 - Reatores de hidrotratamento de diesel instável, para saturação de olefinas e aromáticos, remoção de compostos de enxofre e de nitrogênio, casco fabricado em aço liga cromo-molibdênio-vanádio, com revestimento interno de aço inoxidável austenítico resistente à corrosão, e componentes internos em aço inoxidável, para pressão de projeto entre 100 e 155kgf/cm² man e temperatura de projeto entre 415 e 430ºC, com diâmetro interno de 3.700 a 5.000mm
8419.89.99	Ex 101 - Resfriadores de clínquer com capacidade de 3.500toneladas/dia, área de resfriamento total de grelha de 84m², controle elétrico e todos os acessórios necessários a sua montagem e operação, contendo 8 ventiladores para refrigeração, cada um deles com motores, sensores para medida do fluxo e com a capacidade de gerar um fluxo de 275.000Nm³/h, 1 britador de clínquer, do tipo rolo, com a capacidade de trituração igual ou superior a 125 toneladas/hora e 1 ou mais painéis de controle
8419.89.99	Ex 102 - Túneis de climatização compostos de zona de refrigeração por sopro de ar em sistema fechado com separador de umidade e bicos sopradores, totalmente em alumínio com ciclo de 33,5seg tensão 380V/60Hz com armário elétrico.
8419.90.20	Ex 003 - Conjuntos de recheios estruturados, construídos em chapas de aço carbono, com superfície de escoamento máximo de 35m³/m² por hora, para recheio de coluna com diâmetro de 4.100mm, utilizada para destilação de estireno

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8419.90.20	Ex 005 - Conjuntos de recheios estruturados, construídos em chapas de aço inoxidável com superfície de escoamento máximo de 30m³/m² por hora, para recheio em coluna com diâmetro de 2.896mm, utilizada para destilação de estireno
8419.90.39	Ex 002 - Placas corrugadas em titânio com coeficiente de transferência de calor compreendido de 20,0 a 21,9 W/m² x ºC, próprias para trocadores de calor de placas, com espessura compreendida entre 0,4 e 1,2mm e superfície de troca térmica de área superior ou igual a 0,82m²
8421.21.00	Ex 003 - Equipamentos para saneamento marinho "offshore" por meio de injeção de hipoclorito de sódio gerado localmente e oxidação da massa de dejetos em célula eletrolítica com anodos de titânio revestidos com tecnologia DAS ("Dimensionally Stable Anode"), capacidade de tratamento compreendida entre 2.960 e 60.000 litros/dia de águas cinzas e negras (esgotos) geradas em navios e plataformas, com certificado de conformidade IMO-MARPOL 73/78 e resolução da IMO MEPC 159 (55)
8421.29.90	Ex 019 - Filtros automáticos rotativos para monômeros e/ou polímeros fundidos, para obtenção de fibras, filmes e granulados, constituídos por disco giratório de tela, com pressão operacional entre 5 e 500bar e temperatura de operção entre 80 e 400°C
8421.29.90	Ex 043 - Filtros de disco para lavagem e desaguamento de lama de cal no processo de fabricação de celulose, dotados de discos segmentados rotativos com diâmetro entre 3.000 e 4.500mm, montados em tina (única ou dupla) com limpeza contínua de camada, acoplados a um eixo central de vácuo, visando extrair o filtrado e manter os discos em movimento rotativo constante
8421.29.90	Ex 051 - Filtros para caustificação de licores (branco e verde) gerado no processo "kraft" de fabricação de celulose, constituídos de vaso horizontal pressurizado, com discos rotativos divididos em setores de telas filtrantes, operando com diferencial de pressão de 0,5 a 1,5bar e estocagem na consistência de 30 a 40%
8421.29.90	Ex 052 - Equipamentos para desidratação pelo princípio de termovácuo e para filtragem de óleo, constituídos de elementos filtrantes "Ecopore" (sem alma de aço e biodegradável) de 1 a 20 micra absoluto (beta > = 200) e de tamanhos nominais 0020 a 0270C, podendo trabalhar com óleos de até 640CST, faixas de vazão de 20 a 80LPM, evaporação de água a 32°C, potência de 8kW podendo desidratar até 9,8L/h, pressão na câmara de vácuo de 50Mbar e resíduo de água remanescente de menos de 40rpm, com bombas hidráulicas variáveis, painel elétrico com display, medidor online de água, de temperatura e de pressão de vácuo feita em aço inox AISI 316L e vedações em Viton
8422.30.10	Ex 008 - Equipamentos para dosagem de nitrogênio líquido em frascos, potes, garrafas ou latas com velocidade igual ou superior a 9.000 frascos por hora, com isolamento a vácuo, mangueira de aço inoxidável isolada a vácuo, controlador eletrônico com ou sem modulação de velocidade, com ou sem separador de fases, com regulagem de dosagem mínima de 0,01g/dose, com precisão de 5% e sensor para presença de frascos e velocidade
8422.30.10	Ex 021 - Máquinas automáticas para alimentação, distribuição e prensagem de cápsulas de espumante, para produção máxima de 12.000garrafas/hora
8422.30.10	Ex 025 - Máquinas automáticas para aplicação de rótulo, contra-rótulo e colarinho autoadesivo e selo fiscal a cola, com capacidade de 3.500garrafas/h ou superior, dotadas de pratos porta garrafas, prendedor das garrafas na entrada e fotocélulas para controle de acúmulo, com estações auto-adesivas, dispositivo de soltura de rótulo com funcionamento eletrônico, estação de cola para o selo fiscal, com dispositivo de aperto do selo na estrela de saída, com variação de velocidade através de inversor de freqüência, controlado por controlador lógico programável (CLP)
8422.30.29	Ex 214 - Máquinas encapsuladoras automáticas para abertura, enchimento e fechamento de cápsulas de gelatina dura com produtos farmacêuticos em forma de pó ou pallets, com controlador lógico programável (CLP) e interface homem máquina (IHM) com capacidade de produção de 175.000cápsulas/hora, dotadas de sistema de vácuo para alimentação de cápsulas vazias, sistema de controle em processo do peso das cápsulas cheias, unidade selecionadora e de limpeza para cápsulas cheias.
8422.40.90	Ex 004 - Máquinas automáticas para cintar com fita plástica caixas desmontadas de cartão (papelão) ondulado, com velocidade de cintagem igual ou superior a 25 pacotes por minuto
8422.40.90	Ex 162 - Máquinas automáticas para fechamento de embalagens plásticas encolhíveis a vácuo, horizontais com câmaras e suportes rotativos, sistema de pré-furação e corte do excesso de embalagem, sistema de reaproveitamento do vácuo para pré-ventilação das câmaras, válvula de vácuo de múltiplo estágio, braço para descarga de produto e receptáculo para captação de aparas de embalagem, para embalagens plásticas com largura compreendida entre 12 e 44cm e comprimento compreendido entre 20 e 65cm, com velocidade de 15 a 60 pacotes por minuto, sistema de diagnósticos de falha, lubrificação centralizada e controlador lógico programável (CLP)
8422.40.90	Ex 226 - Máquinas automáticas para confecção de "drops" (agrupamento de balas) em alta velocidade, com capacidade para embrulhar individualmente 1.000balas/min nas formas redonda, quadrada, retangular ou oval e em ciclo contínuo formar e embrulhar 100"drops"/min, com controlador lógico programável (CLP)
8422.40.90	Ex 253 - Máquinas para embalar material encadernado, como livros e revistas, com película termo-retrátil, empilhados com aplicação de carga eletrostática para blocagem de pilha, com túnel de encolhimento e esteiras de alimentação e saída para correta orientação do fluxo para atuação em linha de fabricação de produtos encadernados, com velocidade máxima de 24ciclos/minuto, largura máxima de trabalho de 300mm e altura máxima de trabalho de 850mm
8422.40.90	Ex 289 - Combinações de máquinas para agrupar, embalar e selar absorventes femininos em bolsas plásticas, na quantidade pré-programada, com capacidade máxima de produção até 140 bolsas plásticas seladas por minuto, compostas de: esteira de barras transportadoras, unidade de compressão, empurrador superior, braço de sucção e abertura de bolsa plástica, esteira de pinos para alimentação das bolsas e mesa de levantamento para reposição ou troca rápida de pilha de bolsas, unidade de corte e selagem das bolsas plásticas com sistema de sucção do resíduo após o corte com servo linear magnéticos, com controladores lógicos programáveis (CLP)
8422.40.90	Ex 357 - Combinações de máquinas para alinhar, cortar, embalar coletivamente pães de hambúrguer organizando em cestos plásticos, com capacidade de produzir até 3.750 dúzias de pães por hora, integradas por controlador lógico programável (CLP) e painéis de controle ao toque, compostas de 2 sistemas de alinhamento e agrupamento de pães em até 20 unidades, 2 fatiadoras para pães com lâminas circulares e fitas serrilhadas duplas, 2 embaladoras em sacos de polietileno a vácuo, 2 máquinas identificadoras da produção e 2 máquinas de organizar em cestos plásticos.
8422.40.90	Ex 358 - Combinações de máquinas, automáticas, para embalar mercadorias, com dimensões internas entre 254 x 191 x 140mm e 610 x 610 x 381mm (comprimento x largura x altura), com velocidade máxima de embalagem igual ou superior a 160caixas/minuto, compostas de: 1 alimentador automático de embalagens desmontadas; 1 esteira transportadora dotada de guias e sensor ótico; 1 alimentador de caixas a embalar; 1 unidade embaladora-montadora de embalagens contendo as caixas; 1 unidade do tipo esteira rolante, com capacidade de rotação no sentido anti-horário da embalagem final e 1 painel de controle elétrico
8422.40.90	Ex 359 - Máquinas automáticas para confecção de "drops" (agrupamento de balas) em alta velocidade, com capacidade para agrupar 850 balas nas formas redonda, quadrada, retangular ou oval, por minuto e em ciclo contínuo, formar e embrulhar 85"drops"/minuto, dotadas de gabinete equipado com controlador lógico programável (CLP)
8422.40.90	Ex 360 - Máquinas automáticas para encarteiramento de cigarros em carteiras rígidas, aplicação de filme e empacotamento das carteiras de cigarros, com capacidade para 360carteiras/minuto, dotadas de sistema a vácuo, sistema de ar comprimido, bobina do envoltório com diâmetro máximo interno de 153mm +/-0,5mm e diâmetro externo de 400mm +/-20mm, bobina reforço com diâmetro máximo interno de 153mm +/-0,5mm e diâmetro externo de 600mm +/-20mm e bobina de etiquetagem com diâmetro máximo interno de 78mm +/-0,5mm e diâmetro externo de 400mm +/-20mm
8422.40.90	Ex 361 - Máquinas automáticas para encarteirar cigarros em carteiras rígidas, dotadas de reservatório de cigarro, unidade de aplicação de filme e empacotamento das carteiras, com capacidade para 1.000carteiras/minuto
8422.40.90	Ex 362 - Máquinas de alta velocidade, para aplicação de filme envoltório externo em embalagens do tipo portfólio, com dimensões de bandejas de 135 x 112 x 44mm (comprimento x largura x profundidade), em filme plástico, com velocidade máxima nominal de 130peças/minuto, dotadas de sistema de alimentação, sistema de embalagem, unidade de saída, acionamento por servomotores programáveis e painel de controle com tela "touch screen"
8422.40.90	Ex 363 - Máquinas de embalagem tipo portfólio de alta velocidade, para embalagem de envoltório externo em bandejas (displays) com dimensões de 140 x 90 x 35mm (comprimento x largura x profundidade) em filme plástico, com velocidade máxima mecânica de 130peças/minuto (displays/min) e velocidade nominal de 100displays/minuto, dotadas de sistema de alimentação de displays, sistema de alimentação do filme de embalagem e unidade embaladora, com painel de controle com tela tipo "touch screen" e acionado por servomotores programáveis
8422.40.90	Ex 364 - Máquinas para embalar barras de chocolates, automáticas, horizontais, para embalagens tipo "flow wrapping", com controlador lógico programável (CLP), com capacidade máxima de produção de 1.200pacotes/minuto (variável de acordo com as dimensões do produto), com disponibilidade para embalar 2 barras/pacote sem perda de produtividade, dotadas de estação de alinhamento longitudinal das barras e estação de inspeção dimensional com rejeite de barras não conformes
8424.30.10	Ex 005 - Máquinas de limpeza por jato de água em alta pressão (acima de 200bar), para telas ou feltros de máquina de fabricação de papel, com cabeçote de limpeza de movimento transversal, unidade hidráulica e gabinete de controle
8424.30.90	Ex 038 - Máquinas automáticas para rebarbar, lavar e desobstruir furos e canais de lubrificação em peças por meio do processo de cavitação submersa onde o uso de um jato de água sob alta pressão provoca um efeito de cavitação que melhora a limpeza da peça, pressão máxima da água de 7Mpa (aproximadamente 70bar) e vazão nominal de 50 litros/min, com torre para instalação de bicos de limpeza, com cursos nos eixos X, Y e Z de 650, 500 e 500mm, avanço rápido nos eixos X, Y e Z de 48m/min, rotação máxima do eixo principal de 1.000rpm e potência do motor de 0,5kW, com comando numérico computadorizado (CNC) e sistema de bombeamento de água a alta pressão
8424.30.90	Ex 042 - Combinações de máquinas montadas em 2 pavimentos para pintura automática de peças plásticas injetadas de veículos automotivos, utilizando tintas à base de água e solvente, dosagem controle e mistura automáticos, enganchadas em transportador ao nível do piso, velocidade de 1,2m/min, peso máximo do conjunto peça e gancheira 8kg, compostas de operação pressurizada em salas limpas com ventilação, dutos e sistema de filtragem, pressurização, condicionamento e controle de temperatura e umidade do ar, transportador contínuo em circuito fechado, estação de desenganchamento e engachamento, estação de lavagem usando água alcalina com 5 lavadores alimentados por bombas centrífugas baixa pressão, estação de jateamento com ar comprimido para remoção das gotas, estação de secagem de água, 3 estações de resfriamento, subida intermediária e descida, estação de flamagem das peças, 3 estações de deionização com pistola de ar, 3 cabines de pintura com cortina de água, primer, camada básica (cor) e verniz, com controle de "overspray", temperatura, umidade, filtros de ar e 2 robôs de 6 eixos em cada cabine e carga máxima de 15kg cada, 3 estações de evaporação do solvente, 2 estações de cura, primer e cura final, coleta de borra das 3 cabines de pintura, com 3 separadores por flotação e raspagem, detecção e extinção de incêndios nas cabines com bicos de aspersão, tubulações e eletroválvulas, subsistema de painéis elétricos de comando e controle dos equipamentos com PLC e respectivo cabeamento
8424.89.90	Ex 015 - Máquinas automáticas ou mecânicas para envernizar fundo externo de latas de alumínio, facilitando seu deslocamento suave ao longo das operações de enchimento, com capacidade igual ou superior de 2.000 latas por minuto
8424.89.90	Ex 039 - Combinações de máquinas para detecção e extinção de faíscas em equipamentos de transportes de materiais sólidos (pós), compostas de 18 ou mais sensores infravermelho de faíscas, 9 ou mais sensores de faíscas adequados ao trabalho em locais com temperatura acima de 80°C; 18 ou mais bicos extintores de faíscas, com vazão de 3litros/s de água, 5 ou mais bicos extintores de faíscas, com vazão de 1,5litros/s de água, controlador lógico programável, e bomba centrífuga para água
8424.89.90	Ex 040 - Máquinas aplicadoras de verniz na parte interna da lata, acompanhadas de um aplicador por ponto de tinta não visível a olho nu e com ou sem unidade de alimentação de verniz
8424.89.90	Ex 059 - Aparelho para injeção de oxigênio e grafite em câmara de forno a arco voltaico para fusão de sucata metálica, com lanças injetoras consumíveis, válvulas de controle, sensores e controlador lógico programável (CLP), velocidade máxima linear do tubo igual a 10/m/minuto
8424.89.90	Ex 083 - Robôs industriais para pintura, constituídos de braço mecânico com movimentos orbitais de 5 graus de liberdade, com comando numérico computadorizado (CNC), com capacidade de carga de 2 a 3kg, com programação através de autoaprendimento, capacitadas para trabalhar em ambiente contaminado com névoa química, com sistema elétrico preparado para suportar carga eletrostática
8424.89.90	Ex 085 - Robôs industriais para pintura constituídos de braço mecânico com movimentos orbitais de 6º de liberdade, com comando numérico computadorizado (CNC), com capacidade de carga de 3 a 10kg, com programação ponto a ponto e/ou por meio de scanner digital, capacitados para trabalharem em ambiente contaminado com névoa química, com sistema elétrico preparado para suportar carga eletrostática

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8424.89.90	Ex 139 - Robôs industriais para pintura com aplicadores de tinta, capacidade para operar com uma ou mais cores e/ou verniz, constituídos de um ou mais braços mecânicos com 5 ou mais eixos de movimentação, capacidade de carga de até 35kg, com controles pneumáticos, equipamento de distribuição de fluidos, um ou mais controladores, com estrutura de sustentação (incluindo trilhos e colunas para movimento e suporte) e com ou sem painel com aplicativos para auxiliar na pintura
8424.90.90	Ex 005 - Gotejadores (Driper) planos de polietileno, com filtro, labirinto para fluxo turbulento em todo comprimento da passagem do líquido, vazão entre 0,5 e 16 litros por hora, para perda de pressão
8426.41.90	Ex 005 - Guindastes hidráulicos autopropelidos sobre pneus do tipo fora de estrada "rough terrain", computadorizados, acionados por motor diesel, com dois eixos, lança telescópica principal com quatro ou mais seções de no mínimo 30 metros, e capacidade igual ou superior a 25 toneladas métricas a 3,0 metros de raio
8426.41.90	Ex 018 - Guindastes autopropulsados sobre pneumáticos, tipo "reach stacker", acionados por motor a diesel, com lança telescópica, próprios para elevação, transporte e armazenamento de contêineres de 20 e 40 pés, munidos de "spreader", com capacidade de empilhamento de 6 contêineres, capacidade máxima de 5 toneladas na 6ª altura e 10 toneladas na 5ª altura, velocidade máxima de 30km/h
8426.41.90	Ex 034 - Guindastes hidráulicos autopropelidos sobre pneus do tipo fora de estrada "rough terrain", computadorizados, acionados por motor diesel, com dois eixos com joystick eletro-proporcional, lança telescópica principal (com 4 seções) de no mínimo 10,1 metros e no máximo 17,4 metros ou de no mínimo 10,1 metros e no máximo 47,2 metros e capacidade máxima igual ou superior a 72,6toneladas métricas a 3 metros de raio
8426.41.90	Ex 035 - Guindastes hidráulicos autopropelidos sobre pneus do tipo fora de estrada "rough terrain", computadorizados, acionados por motor diesel, com dois eixos com joystick eletro-proporcional, lança telescópica principal (com 4 seções) de no mínimo 10,57 metros e no máximo 33,5 metros e capacidade máxima igual a 50toneladas métricas a 3metros de raio.
8426.41.90	Ex 036 - Guindastes hidráulicos autopropelidos sobre pneus do tipo fora de estrada "rough terrain", computadorizados, acionados por motor diesel, com 2 eixos com joystick eletro-proporcional, lança telescópica principal (com 4 estações) de no mínimo 9,2 metros e no máximo 28,8 metros ou de no mínimo 9,8metros e no máximo 30,5metros e capacidade máxima igual a 27,2 toneladas métricas a 3,0 metros de raio
8426.41.90	Ex 037 - Guindastes hidráulicos autopropelidos sobre pneus do tipo fora de estrada "rough terrain", computadorizados, acionados por motor diesel, com dois eixos com joystick eletro-proporcional, lança telescópica principal (com 4 seções) de no mínimo 10,8 metros e no máximo 33,7 metros e capacidade máxima igual a 63,5 toneladas métricas a 2,7 metros de raio
8426.41.90	Ex 038 - Guindastes hidráulicos autopropelidos sobre pneus do tipo fora de estrada "rough terrain", computadorizados, acionados por motor diesel, com 2 eixos com joystick eletro-proporcional, lança telescópica principal (com 4 seções) de no mínimo 10,3 metros e no máximo 32 metros e capacidade máxima igual a 41 toneladas métricas a 2,7 metros de raio
8426.41.90	Ex 039 - Guindastes autopropulsados sobre pneumáticos, acionados por motor diesel de potência mínima de 224kW, com capacidade de carga de 45 toneladas, dotados de lança telescópica hidráulica com "spreader" próprios para elevação, transporte e armazenagem de contêineres de 20 e 40 pés, com capacidade de empilhamento para contêiner de 9 pés e 6 polegadas de 39 toneladas na primeira fila/5 altura e 43 toneladas na primeira fila/4 altura e 45T nas inferiores, ainda 30 toneladas na segunda fila/4 altura e também para todas as alturas inferiores e contêiner de 8 pés e 6 polegadas de 41 toneladas na primeira fila/5 de altura, 44 toneladas na primeira fila/4 altura e 45 toneladas na primeira fila/3 de altura e inferiores, ainda 30 toneladas na segunda fila/4 altura e também para todas as alturas inferiores, equipados com sistema de identificação de falhas, através de módulos de controle interligados por sistema de cabos tipo "can bus" com entre eixos "wheel base" de no mínimo 6.500mm de comprimento
8426.91.00	Ex 002 - Gruas para serem instaladas em veículos rodoviários, hidráulicas articuladas, com momento máximo de carga de 92,2 toneladas x metro, capacidade máxima de ca rg a de 30 toneladas, alcance hidráulico máximo do braço de 22m e sistema de giro infinito, sapatas de sustentação com abertura até 8,6m, pressão máxima de trabalho de 3 6 5 b a r, bomba com vazão variável de 90 a 110 litros por minuto
8426.91.00	Ex 010 - Gruas para instalação em veículos rodoviários, hidráulicas articuladas, com momento máximo de carga igual a 116,8toneladas/metro, capacidade máxima de carga igual a 40 toneladas, alcance hidráulico horizontal máximo igual a 21,5m, sistema de giro infinito, equipados com sistema de controle remoto, sistema eletrônico de segurança de sobrecarga com bloqueio de operações, guincho de cabo e "fly jib" como opcional, com pressão máxima de trabalho de 365bar
8426.91.00	Ex 014 - Equipamentos hidráulicos para movimentação de contêineres com capacidade de 40toneladas, para serem instalados em chassis semirreboque, dotados de 2 gruas, uma em cada extremidade do chassis, com movimento deslizante, sem graxa, adaptáveis às dimensões dos contêineres, acionado s hidraulicamente por meio de controle remoto e com altura total recolhida de 1.800mm (entre o topo da grua até a base do pino de travamento do contêiner)
8427.10.19	Ex 004 - Empilhadeiras autopropulsadas, de motor elétrico de corrente alternada (AC), contrabalanceadas, de capacidade máxima de carga entre 1.500 a 5.500kg, com torre de 2, 3 e 4 estágios, altura máxima de elevação dos garfos entre 2,50 a 9,20m
8427.10.19	Ex 005 - Empilhadeiras elétricas trilaterais, com capacidade de carga de 1.500kg, altura máxima de elevação dos garfos de 18.000mm
8427.10.19	Ex 009 - Empilhadeiras autopropulsadas por motor elétrico, com tração por corrente alternada (AC), patoladas, com capacidade máxima de carga de 2.000kg, centro de carga de 600kg e altura de elevação dos garfos de 2.900mm
8427.20.90	Ex 059 - Cestas aéreas para serem instaladas em veículo rodoviário, próprias para atividades de manutenção em linhas de transmissão de energia elétrica, articulada e telescópica, com isolação elétrica máxima de 500kV, altura máxima de trabalho de 24,8 metros, alcance lateral máximo de 14,2 metros, com capacidade nominal por cesto de 181,4kg, dotadas de sistema de giro de 360° contínuos, conjunto de sapatas hidráulicas e guincho hidráulico
8428.33.00	Ex 026 - Alimentadores automáticos de painéis de madeira, mesa com correias de transporte, mecanismo impulsor com batentes escamoteáveis para introdução em esquadro, com comando numérico no eixo (y) respectivo a guia lateral, com velocidade de avanço maior ou igual a 10m/min, mas menor ou igual a 24m/min, com painel de comando computadorizado
8428.39.20	Ex 001 - Transportadores automáticos para movimentação de pilhas de papelão ondulado, contendo controlador lógico programável (CLP) e dispositivos para alimentação e retirada das pilhas, com largura igual ou superior a 1.800mm e velocidade igual ou superior a 13metros/minuto
8428.60.00	Ex 001 - Teleféricos transportadores de toras de madeira florestal com braço alimentador tipo "harvester" conjugados em base única com giro de 300° e cabine de operação com giro de 350º, com carro "troller" de estrutura modular com sistema automotriz para movimento longitudinal sobre cabo de aço suspenso (guia) e acionamento do tambor de tração do moitão, com capacidade de elevação de 4 toneladas, para serem instalados sobre chassi de caminhão
8428.90.90	Ex 063 - Combinações de máquinas para paletização de latas de alumínio de tamanhos variados, com ciclo totalmente automatizado, paletização em múltiplas camadas, transportadores, elevadores, orientador de "pallet", acumuladores e capacidade igual ou superior a 2.100latas/minuto
8428.90.90	Ex 064 - Combinações de máquinas para o transporte de latas, constituídas por controlador lógico programável (CLP), com seção retangular fechada, altura e largura ajustáveis, compostas de: transportador/elevador a vácuo para mudança de nível e/ou inversão vertical de latas, sistema a vácuo de eliminação de latas defeituosas entre os transportadores, alimentador de latas com dispositivo de conversão para fileira única e capacidade de até 3.000latas/minuto
8428.90.90	Ex 154 - Extratores de gesso para serem utilizados em descarga de silo, com capacidade para trabalhos com materiais pegajosos e coesos com baixa propriedade de fluxo, dotados de braço de descarga de 2m, cone interno com diâmetro interno máximo de 6.000mm com capacidade máxima de extração igual a 15toneladas/hora
8428.90.90	Ex 155 - Máquinas acumuladoras verticais, para transporte e armazenamento "in-line" de drops de bala mastigável, com dimensões de 99 x 20mm (comprimento x diâmetro), usadas para sincronizar as máquinas de agrupamento e encartuchamento de drops com a linha de formação das mesmas, capacidade máxima de 200kg de produto, dotadas de sistema de alimentação, sistema de armazenamento, unidade de saída, painel de controle com tela tipo "touch screen" e acionado por servomotores programáveis
8428.90.90	Ex 156 - Máquinas automáticas para carga e descarga de "cestones" para peças de revestimento cerâmico queimado ou cru, com capacidade de 15.000m²/dia, dotadas de preparador de fila, elevador com capacidade de 2 "cestones", dispostos lateralmente e roleira motorizada com virador de 90°
8428.90.90	Ex 157 - Máquinas selecionadoras (calibradora) de balas mastigáveis, dotadas de 12 pares de roletes para separação e transferência de produtos, sistema de rejeição automática, alimentador vibratório e elevador (transportador) de saída, com capacidade compreendida entre 250.000 e 310.000balas/hora (dependendo do peso e tamanho do produto), com CLP
8428.90.90	Ex 158 - Robôs antropomorfos completos de quadro elétrico, botoeira manual, cabos standard e cablagem elétrica e pneumática para a interligação e comando das pinças; software para os 2 tipos de ferramental com 4 ou 6 cavidades, compostos de magazine de armazenagem para troca automática das pinças de operação (B.70), conjunto de 4 pinças de operação (B.90), mesa rotativa para suporte dos gabaritos de rebarbação e controle dos machos produzidos (B.100)
8428.90.90	Ex 095 - Braços de carregamento marítimo, utilizados com acionamento hidráulico de diâmetro de 8 a 16 polegadas, em aço carbono, com juntas giratórias e sistema de desengate de emergência
8429.11.90	Ex 001 - Bulldozers de esteiras com potência máxima no volante igual ou superior a 405HP, com servo transmissão tipo "power shift"
8429.52.19	Ex 005 - Escavadoras autopropulsadas, com superestrutura capaz de efetuar rotação de 360º, constituídas por motores elétricos de corrente alternada para propulsão, giro e sistema de elevação, com acionamento do sistema de elevação da caçamba de carg a por meio de cabos e capacidade de carga máxima igual ou superior a 19m3
8430.41.90	Ex 002 - Máquinas para perfuração de rochas, com chassis articulado, autopropulsoras, sobre rodas, com um ou mais braços hidráulicos dotados de perfuratrizes rotopercussivas
8430.41.90	Ex 010 - Máquinas para perfuração de rochas e instalação de tirantes, com chassis articulado, autopropulsadas sobre rodas, com um braço hidráulico dotado de perfuratriz e sistema de instalação de tirantes em minas subterrâneas
8430.41.90	Ex 013 - Perfuratrizes rotativas, autopropulsadas sobre rodas, dotadas de cabeça rotativa com impacto de fundo (DTH) de rotação máxima igual ou superior a 110rpm e torque máximo de 10.848Nm, com força de retração (pullback) igual ou superior a 49.000kg, compressor de ar de 350psi, com sistema de manuseio de revestimento com capacidade de içamento igual ou inferior a 3.500kg
8430.41.90	Ex 014 - Perfuratrizes rotativas, autopropulsadas sobre rodas, dotadas de cabeça rotativa com impacto de fundo (DTH), para furos com profundidade igual ou superior a 40 metros com diâmetros compreendidos entre 103 e 254mm, com guincho auxiliar e unidade compressora de pressão igual a 350psi
8430.41.90	Ex 016 - Máquinas para perfuração de rochas, com chassi rígido, autopropulsora sobre rodas, potência do motor de deslocamento de 148HP (110kW), com um ou mais braços para posicionamento de perfuratriz hidráulica rotopercussiva, para furos de diâmetros de 45 a 64mm e profundidade igual ou superior a 4.050mm
8430.50.00	Ex 003 - Equipamentos de demolição eletro-hidráulicos ou diesel-hidráulicos, autopropelidos, operados por controle remoto, com macacos de apoio, mesa giratória com rotação igual ou superior a 245º, dotados de braço articulado de 3 segmentos com conexão para vários tipos de ferramentas e unidade de potência igual ou superior a 4,0kW, mas inferior ou igual a 32,0kW
8431.31.10	Ex 007 - Correias dentadas utilizadas como elementos de tração para uso exclusivo em elevadores
8431.31.90	Ex 003 - Degraus para escadas rolantes, em liga de alumínio
8431.31.90	Ex 004 - "Pallets" (pisos) para esteira rolante, em liga de alumínio
8431.41.00	Ex 001 - Cabeçotes hidráulicos, tipo tesoura, para corte e manuseio de sucata metálica, com abertura máxima entre lâminas de até 965mm, para trabalharem na extremidade de retro-escavadeiras hidráulicas
8431.43.90	Ex 015 - Cabeçotes duplos hidraulicamente acionados para trados, adequados a aplicações que envolvam serviços de estaqueamentos, perfuração de solos, instalação de paredes de contenção simples, contíguas e secantes, número de revoluções máximas para a caixa de engrenagens de carcaça-engrenagens 1 e 2, respectivamente de 24 e 48, 33 e 66 e 24 e 48 por minuto e torque de 4.200 e 2.100, 6.200 e 3.100 e 8.300 e 4.150daNm, número de revoluções máximas para a caixa de engrenagens do trado - engrenagens 1 e 2, respectivamente de 33 e 66, 24 e 48 e 33 e 66 por minuto e torque de 3.100 e 1.550, 4.200 e 2.100 e 6.200 e 3.100daNm

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8433.40.00	Ex 002 - Enfardadoras de grandes fardos retangulares, tracionadas, com diferentes configurações de facas (protegidas por molas ou sistema hidráulico), ajustadas e controladas por meio de monitor de controle equipado, que possibilita picar o produto em vários tamanhos, trabalhar com resíduos de colheita de cana, enfardar o material úmido ou molhado, com produção de fardos de 0,7 a 0,9m de altura, 0,8 a 1,2m de largura e comprimento de 1 até 3m, com sistema de variação da densidade (80 até 180bars), com sistema de amarração de nós simples e barbante livre, com tecnologia de rotor integral localizado após a plataforma de recolhimento
8433.59.90	Ex 012 - Colheitadeiras para pesquisa agrícola, autopropulsadas, acionadas por motor a diesel com potência igual ou superior a 70HP, dotadas de transmissão hidrostática, plataforma de colheita para 1 ou mais linhas de cultura, cilindro de trilha mecânico ou hidráulico, sistema de transporte e limpeza de sementes por coluna de ar; sistema de prensagem e ensaque de amostras experimentais e sistema eletrônico de coleta de dados das parcelas.
8433.59.90	Ex 013 - Colheitadeiras para pesquisa agrícola, autopropulsadas, acionadas por motor a diesel com potência igual ou superior a 40HP, dotadas de transmissão hidrostática, plataforma de colheita para 1 ou mais linhas de cultura, cilindro de trilha mecânico ou hidráulico, sistema de transporte e limpeza de sementes por coluna de ar; sistema de prensagem e ensaque de amostras experimentais e sistema eletrônico de coleta de dados das parcelas.
8433.59.90	Ex 014 - Máquinas de colher melões, autopropulsadas, com correia transportadora, com iluminação para trabalho noturno, com 4 rodas direcionáveis e reguláveis em altura e largura de bitola, com braço de controle hidráulico da altura de elevação da lateral da correia transportadora
8433.60.21	Ex 002 - Máquinas para quebrar e separar ovos com capacidade de 600caixas/hora, com ou sem carregador automático
8433.60.90	Ex 002 - Selecionadoras de frutas e vegetais, por peso, diâmetro, cor e qualidade, para produtos com diâmetro mínimo de 35mm, capacidade máxima de produção de 30t/h dependendo do produto a ser aplicado e sistema óptico com câmeras digitais
8433.60.90	Ex 005 - Máquinas selecionadoras de uvas previamente desengaçadas, por meio de 1 sistema óptico que descarta os elementos da uva (grãos verdes, pedaços de pecíolo, uvas pacificadas, uvas rebentadas, frutos com tamanho ou cor específico), por meio de microválvulas pneumáticas que expelem ar comprimido sobre os objetos descartáveis, com capacidade máxima de 10t/h, dotadas de 1 mesa vibrante e esteira de evacuação
8436.80.00	Ex 008- Máquinas autopropulsoras sobre rodas para abate de árvores, desgalhe e recorte de toras, tipo "harvester", com tração 4 x 4 ou superior, sem plataforma de carga, potência do motor de 228HP a 1.900rpm e alcance máximo da lança de 8,60m
8436.80.00	Ex 009 - Despendoadeiras automotrizes de pés de milho, para corte do pendão evitando a auto-fecundação de mesma linhagem, com atuação simultânea em 4 ou mais filas e sensor automático da altura do pendão por célula foto-elétrica
8436.80.00	Ex 011 - Máquinas autopropulsadas sobre esteiras, para abate de árvores, desgalhe e recorte de toras, tipo "harvester", potência igual ou superior a 240 HP, alcance máximo da lança com cabelçote igual a 8,9 m.
8436.99.00	Ex 001 - Cabeçotes florestais para corte e desgalhe de árvores plantadas ou de reflorestamento
8436.99.00	Ex 004 - Cabeçotes florestais para corte, desgalhe e cortes sucessivos em comprimentos desejados de árvores plantadas ou de reflorestamento, com abertura das facas superiores entre 600 e 725mm
8438.20.19	Ex 025 - Combinações de máquinas para cobertura contínua de balas mastigáveis (chewy candy), com capacidade compreendida entre 460 e 687kg/hora, compostas por: 1 esteira acumuladora transportadora, de correia; 1 esteira de pesagem de produto para alimentação do sistema de cobertura; 2 conjuntos de panelas para aplicação de líquidos e pós; 2 aplicadores de líquidos para as panelas de aplicação dos líquidos; 2 aplicadores de pós para as panelas de aplicação de pós; 2 estações de carregamento de pós para os aplicadores de pós; 2 esteiras vibratórias; 1 esteira de transferência; 1 tanque de manipulação de xarope com capacidade de 150litros; 1 tanque pulmão de xarope com capacidade de 75litros; 1 painel de controle principal
8438.20.19	Ex 026 - Combinações de máquinas para produção contínua de balas mastigáveis, com capacidade nominal de até 1.000kg/hora, compostas por: 2 tanques de dissolução e armazenagem de gelatina, com capacidades de 100 e 150 litros; 2 tanques de preparação com capacidades de 350 e 500 litros para derretimento, mistura e armazenamento de gordura; 1 dosador de rosca sem fim para o transporte de açúcar; 1 aparelho misturador e dissolvedor de matérias-primas de alta velocidade (AUTOGRAV); 1 cozinhador contínuo de rotor, com capacidade máxima de até 1.000kg/hora, com subsistema de descarga a vácuo (SUCROFILM); 1 bomba de extração e lavagem; 1 sistema de aplicação de corantes e aromas, consistindo de 3 bombas dosadoras de líquidos e 1 misturador estático; 1 painel de controle
8438.20.19	Ex 027- Combinações de máquinas para produção contínua e automática de balas mastigáveis com ou sem recheio, com capacidade nominal de 720kg/hora, com velocidade do cordão de 120m/min, compostas por: 1 tambor de resfriamento, 1 máquina para estiramento da massa, 1 esteira estabilizadora, 1 extrusora de massa de bala, 1 subsistema de aplicação de recheio, 1 máquina calibradora para uniformizar o diâmetro da massa extrudada com sistema de lubrificação da massa, 1 esteira de relaxamento, 1 máquina formatadora com um estampo rotativo para corte e formatação dos tabletes, 1 esteira distribuidora, 1 túnel de resfriamento, 1 painel de controle.
8438.20.19	Ex 028 - Combinações de máquinas para produção de barras alimentícias de diversos tipos, com capacidade máxima para 6 camadas de diferentes materiais, produção máxima de 1.860kg/h, velocidade máxima de formação de 3m/s, compostas de: 1 depositador constituído de 3 rolos, com 2 caminhos para rolagem da massa; 1 depositador "co-extrusor" para deposição de 2 massas de alta viscosidade em diferentes formatos; 1 sistema de corte transversal com faca de 1mm, com capacidade máxima de 250cortes/minuto; 1 sistema universal de afastamento das fieiras de 800mm de largura para 1.300mm de largura, com máximo de 48 fileiras; 1 sistema de recobrimento; 1 sistema de resfriamento por água, com temperatura de -2°C, isento de "freon"; controles integrados e controlador lógico programável (CLP)
8438.20.90	Ex 029 - Combinações de máquinas para aeração contínua e formação de doces de "marshmallow", com máximo de 4 cores, extrusado, com capacidade máxima de 400kg/hora, compostas de; 1 aerador contínuo para incorporação de ar comprimido ou gás inerte, dotado de tubulação encamisada, válvulas, sensores e válvula de contra-pressão; 4 subsistemas de injeção e mistura contínua para 4 cores diferentes, dotada de 4 bombas, válvulas, sensores e tubulação encamisada; 1 extrusora com capacidade máxima de 19 bicos extrusores de diâmetro variável; 1 sistema de transporte por esteiras para produto extrusado; 2 aplicadores de amido (antiaderente), sendo 1 para esteira transportadora e 1 para produto, dotado de sistema de exaustão, filtro e sistema de recirculação automático entre os pontos de coleta e aplicação de amido; 1 dispositivo de corte por guilhotina; 1 esteira vibratória transversal de limpeza para descarga do produto; 1 tambor rotativo para separação de amido e "marshmallow", dotado de esteira elevatória de alimentação e sistema de aspiração para retirada do excesso de amido; 1 unidade de controle de água de traçagem, para controle de temperatura do sistema
8438.50.00	Ex 035 - Máquinas automáticas cortadoras e extratoras de cloacas, constituída por (três) câmes independentes com regulagem de altura, compostas de 20 unidades circulares de corte de extração da cloaca de forma mecânica sem vácuo
8438.50.00	Ex 036 - Máquinas para corte de patas e transferência automática de aves, por meios de ganchos, entre linhas de produção
8438.50.00	Ex 037 - Máquinas abridoras automáticas de abdômen de aves, compostas de 16 unidades de corte, tipo tesoura, acionadas diretamente pelo transportador aéreo, com capacidade de produção igual ou superior a 10.000 aves por hora
8438.50.00	Ex 040 - Máquinas automáticas para realizar lavagem interna e externa de aves, compostas de 20 unidades com pontas "tipo espiral", para lavagem interna da ave, e tubulação constituída de bicos pulverizadores de água para a lavagem externa da ave
8438.50.00	Ex 041 - Máquinas automáticas para remoção de papo e traquéia de aves, compostas de 20 unidades de remoção sem vácuo e acionadas diretamente pelo transportador aéreo
8438.50.00	Ex 042 - Máquinas automáticas rompedoras e arrancadoras de pescoço, com ou sem pele, compostas de 16 unidades de corte e remoção "tipo tesoura", acionadas diretamente pelo transportador aéreo
8438.50.00	Ex 045 - Máquinas removedoras de membrana intermuscular de cortes bovinos, dotadas de rolo (cabeçote) estriado sem dentes, com sistema pneumático localizado abaixo do rolo, para limpeza/descolamento da membrana da superfície do rolo, com dispositivo para troca rápida de lâmina sem a necessidade de parafusos, construídas em chapas de 3 a 10mm, de espessura, com largura de corte superior ou igual a 554mm, velocidade de corte de 38,7m/min, acionadas por motor elétrico de 0,75kW
8438.50.00	Ex 057 - Máquinas automáticas para porcionamento de produtos cárneos, com capacidade superior a 90 porções, de 150 a 350 gramas por minuto, dotadas de câmera de visão a laser para visualização do volume do produto e corte de acordo com a especificação de dimensão e peso pré-estipulado no sistema computadorizado, compostas por esteira(s) transportadora(s) e esteira(s) aceleradora(s)
8438.50.00	Ex 094 - Máquinas removedoras de gordura para cortes de carne bovina, adaptáveis para cortes suínos, com largura de corte de 554mm, com até três opções diferentes para mesa de trabalho, com diferentes formatos de corte, dotadas de rolo dentado
8438.50.00	Ex 096 - Combinações de máquinas para corte de aves, com capacidade igual ou superior a 7.000frangos/hora, compostas de: módulo para corte de cauda; módulo para corte do meio da asa; módulo para corte da asa inteira; módulo para corte do peito; módulo para corte do dorso; módulo para corte da coxa anatômica; com ou sem módulo para corte da coxa com dorso; com ou sem módulo para separação da coxa e sobrecoxa; transportador aéreo acionado por motores dedicados e ganchos suspensos por "troley", com ou sem painel de comando próprio
8438.50.00	Ex 102 - Máquinas para filetagem de peitos de aves, com alimentação manual, arrancador de pele automático, arrancador de osso automático, cortador de filé ao meio, separador de filé interno manual ou automático e capacidade máxima de 6.000aves/hora
8438.50.00	Ex 107 - Combinações de máquinas para classificação, distribuição, aquisição de dados e controle lógico de frangos eviscerados de 800 a 3.000g, com capacidade de 12.000produtos/ hora, compostas de: 1 sistema de transferência automático; 1 lavadora de ganchos; 1 sistema de distribuição e controle de produtos; sensores; módulo de "display" e rede cliente-servidor
8438.50.00	Ex 123 - Máquinas removedoras de membrana intermuscular de cortes bovinos, suínos e aves, dotadas de rolo (cabeçote) estriado sem dentes, com sistema pneumático localizado abaixo do rolo, para limpeza/descolamento da membrana da superfície do rolo, com dispositivo para troca rápida de lâmina sem a necessidade de parafusos, construídas em chapas de 3 a 10mm de espessura, com largura de corte de 434mm, acionadas por motor elétrico de 0,75kW
8438.50.00	Ex 129 - Máquinas automáticas removedoras de couro, de gordura e membrana de cortes bovinos, suínos e aves, com esteira de alimentação e descarga, com largura de corte de 554mm, acionadas por motor elétrico com potência de 1,1kW
8438.50.00	Ex 133 - Máquinas abridoras de abdômen de aves, com 16 conjuntos dotados de lâminas retas, com capacidade até 10.000 aves por hora
8438.50.00	Ex 140 - Máquinas para lavagem interna e externa de aves, com 20 conjuntos dotados de dispositivos de limpeza com água, com capacidade até 12.000 aves por hora
8438.50.00	Ex 142 - Máquinas removedoras de couro e de gordura do carré suíno, com ou sem osso, com variação da altura de fatiamento cárneo com até 12mm de espessura, com rolo dentado, com velocidade de corte de 25,4m/min, largura de corte de 434mm
8438.50.00	Ex 144 - Máquinas de desossa automáticas para pernas inteiras de frango, destinadas a trabalhar com coxa e sobrecoxa direita ou esquerda, separando em carne e ossos, trabalhando matéria prima de 250 a 550g, com velocidade de até 1.000peças/hora, com dispositivo de abertura e corte final, painel de comando elétrico
8438.50.00	Ex 154 - Combinações de máquinas para fatiamento, alimentação de recheios e sobreposição de fatias de "Cordon Bleu" formadas por 2 camadas de carne moída de frango pré-moldadas sobrepostas uma sobre a outra e no interior 1 fatia de queijo e presunto, com 45ciclos/minuto de 6 fatias cada uma, compostas de: 2 fatiadores com largura útil de 600mm, aparelhadas com 6 alimentadores para queijo e 6 alimentadores para presunto posicionados de forma hexagonal com altura de contenção do produto de 800mm; 1 esteira de transporte horizontal posicionada abaixo das 2 fatiadoras, com estrutura em chapa dobrada com espessura de 4mm, de esquadrias 50 x 50 x 2; 1 esteira de transporte em rede de aço malha 7,26, fio diâmetro de 1,6, largura de 600mm com motor "brushless" com velocidade variável por inversor e controlada por "encoder", com velocidade de 90filas/minuto; 1 sistema basculante mecânico em forma de pena; 1 esteira retrátil do tipo mecânico com precisão longitudinal de +/-2mm; 1 instalação elétrica centralizada "IP65", quadro de comando em aço inox com visualizador para o gerenciamento da máquina; 1 bomba de 600m3/h de válvulas automáticas
8438.50.00	Ex 043 - Máquinas automáticas de inspeção final interna a vácuo na linha de desvisceração, que esvazía as cavidades dos pulmões das aves, composta de 20 unidades succionadoras, com cabeças montadas sobre os blocos deslizantes que são acionados diretamente pelo transportador aéreo
8438.80.90	Ex 039- Máquinas descabeçadoras e evisceradoras a vácuo para pescados de 30 a 55cm de altura, com capacidade produtiva de 40 a 80pescados/minuto, dotadas de sistema de transporte por bandeiras, montadas em correntes, disco de corte e sistema de coleta por sistema de vácuo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8438.80.90	Ex 040 - Máquinas descamadoras para pescados, com altura máxima de 20cm e espessura de 7cm com capacidade produtiva de 40 a 100pescados/minuto, dotadas de 4 roletes dentados com formas especiais, agrupados em 1 conjunto superior e outro inferior
8438.90.00	Ex 001 - Rolos para serem utilizados em máquina para porcionar ou formar massa ou músculos inteiros de carne vermelha, carne branca, peixes ou massa de batata, com diâmetro de 300mm, espessura do produto compreendida entre 3 e 40mm, com possibilidade para formar de 12 a 5 raios de produtos, de 50 a 150mm de comprimento com 2 ou 3 dimensionais
8439.10.90	Ex 027 - Combinações de máquinas para depuração, lavagem e branqueamento de polpa de celulose tipo "kraft", de capacidade máxima de produção igual ou superior a 2.500toneladas/dia, compostas por prensas lavadoras de celulose com respectivos motores hidráulicos e unidades hidráulicas, bombas de média consistência com respectivas bombas de vácuo, bombas centrífugas especiais, agitadores de polpa, roscas transportadoras de polpa, depuradores combinados com respectivos redutores, depuradores com cesto de furos, depuradores com cesto de fendas, lavadores de nós tipo rosca com peneira, lavadores de rejeitos finos tipo rosca com peneira, prensa de rejeitos tipo rosca, conjuntos de separadores de areia, trocadores de calor tipo casco e tubo, trocadores de calor tipo placas, raspadores de descarga de fundo de torres com redutores, raspador de topo de reator pressurizado com redutor, distribuidor de polpa para fundo de reator com redutor, misturadores dinâmicos para polpa, filtros de fibra tipo tambor rotativo com respectivos acionamentos, analisadores de número Kappa, medidores on-line de pH, medidores de alvura, medidores de residual de dióxido de cloro para polpa e filtrado, medidores de consistência tipo lâmina e rotativo, conjuntos de tubulação, conexões e válvulas manuais para interligação dos equipamentos
8439.20.00	Ex 006 - Unidades de controle manual de gramatura e orientação de fibras por meio de água de diluição na linha de alimentação da caixa de entrada da máquina de fabricação de papel ou folha de celulose
8439.20.00	Ex 007 - Unidades de controle elétrica de gramatura e orientação de fibras, por meio de água de diluição na linha de alimentação da caixa de entrada da máquina de fabricação de papel ou folha de celulose, com unidade de processamento de dados e seus periféricos
8439.30.90	Ex 011 - Colchões de ar para passagem em curva sem contato de folha de papel, utilizados após a impregnação do papel com amido ou tinta, em substituição a rolos guia
8439.91.00	Ex 001 - Peneiras cilíndricas (cestas peneiras), com furos cilíndricos ou cônicos de diâmetro igual ou inferior a 4,5mm ou rasgos de largura igual ou inferior a 1mm, próprias para máquinas classificadoras de fibras celulósicas ou de fibras provenientes da reciclagem de papel
8439.91.00	Ex 009 - Chapas peneiras circulares ou retangulares, com furos de diâmetro igual ou inferior a 4,5mm ou com fendas de largura igual ou inferior a 1mm, próprias para equipamentos classificadores de fibras celulósicas ou de fibras provenientes da reciclagem de papel e celulose
8439.99.90	Ex 015 - Rolos de abaulamento, variáveis, hidráulicos, com várias zonas de pressão, próprios para a fabricação de papel ou celulose
8439.99.90	Ex 020 - Camisas de aço inoxidável ou de bronze, com perfurações, para rolos de sucção de máquina para fabricação de papel ou de pasta de celulose
8439.99.90	Ex 022 - Prensas tipo sapata estendida, para máquina de fabricação de papel ou celulose, contendo rolo de sapata, manta de pressão, rolo de pressão, unidade de ar e vácuo e dispositivos, ferramentas e elementos diversos para montagem
8439.99.90	Ex 023 - Rolos tipo sapata estendida com núcleo, manta de pressão, unidade de ar e vácuo, dispositivos, ferramentas e elementos diversos para montagem, velocidade de operação compreendida de 1.000 a 2.500m/min, destinados a máquina de fabricação de papel ou celulose, com diâmetro compreendido de 1.000 a 1.200mm e comprimento menor ou igual a 7.000mm
8440.10.90	Ex 009 - Máquina automática para grampeação e corte trilateral de revistas e livros, com ou sem dobra, com ou sem alceamento, com capacidade máxima igual ou superior a 5.500 ciclos/hora
8440.10.90	Ex 010 - Máquinas encadernadoras para lombada quadrada, para produção de livros com espessura igual ou superior a 2mm mas inferior ou igual a 80mm, velocidade igual ou superior a 4.000exemplares/ hora mas inferior ou igual a 18.000exemplares/hora, com ou sem ajuste automático de formato
8440.10.90	Ex 017 - Máquinas formadoras de capas duras para livros, compostas de unidades de alimentação do cartão, alimentação do forro no cartão e prensagem, com capacidade máxima igual ou superior a 30ciclos/minuto
8440.10.90	Ex 021 - Máquinas automáticas para corte, vinco e perfuração de folhetos e livretos de papel, grampeados ou não, com velocidade máxima de produção de 10.500 ciclos por hora, espessura máxima dos produtos de 5mm para cortes retos e 2mm para cortes de contornos
8440.10.90	Ex 035 - Combinações de máquinas para formação de capa dura e colocação de forro interno a serem utilizadas na indústria gráfica, com velocidade de 65 ou 100ciclos/minuto, compostas de: unidade formadora de capa dura; unidade para virar a capa e unidade para colocação do forro interno
8440.10.90	Ex 039 - Máquinas dobradoras de folhas soltas de papel, automáticas, com formato máximo de entrada igual a 53 x 84cm, velocidade máxima de 205metros/minuto, contando com regulagem automática do movimento de todas as bolsas e dos rolos de dobra
8440.10.90	Ex 041 - Combinações de máquinas para produção de miolo do livro para uso na indústria gráfica em processo de fabricação de livros de capa dura, com capacidade máxima de 3.600ciclos/h, espessura mínima de 3mm e máxima de 80mm, compostas de: sistema de recebimento do bloco de livro costurado; prensagem da lombada; colocação das guardas; aplicação de reforço; colagem; secagem e corte trilateral
8440.10.90	Ex 050 - Máquinas dobradeiras de folhas de papel de dimensões (largura x comprimento) compreendidas entre 14 x 18cm (mínimo) a 56 x 128cm (máximo), operando por sistema de 4 ou mais bolsas, com velocidade máxima igual ou superior a 180m/min, podendo dispor de dispositivo para assistência remota, contendo controle automático computadorizado, com tela sensível ao toque; alimentador de folhas de pilha plana e contínuo; mesa de alimentação; separador de folhas; roda de sucção com três orifícios de alto desempenho; detector de folhas duplas sem contato; acionamento dos rolos de dobra por sistema de engrenagem externo e sincronizado; ajuste manual ou automático dos rolos de dobra; bolsas, com ajuste automático via tela sensível ao toque; eixo porta-facas posterior à estação de dobra
8440.10.90	Ex 051 - Máquinas dobradeiras de folhas de papel de dimensões (largura x comprimento) compreendidas entre 15 x 20cm a 78 x 120cm, operando por sistema de 4 ou mais bolsas, com velocidade máxima igual ou superior a 230m/min, podendo dispor de dispositivo para assistência remota, contendo: controle automático, com tela sensível ao toque; acionamento automático dos desviadores (defletores) de bolsas; ajuste automático da posição dos rolos de dobra; alimentador rotativo; mesa de alinhamento com barra antiestática; alimentador de folhas com roda de sucção; sensor na primeira bolsa de dobra; dispositivo elétrico de segurança abaixo dos eixos inoxidáveis; serrilha, perfuradores e dispositivos de corte para trabalhos-padrão
8440.10.90	Ex 052 - Máquinas dobradeiras de folhas de papel de dimensões (largura x comprimento) compreendidas entre 15 x 20cm a 78 x 120cm, operando por sistema de 4 ou mais bolsas, com velocidade máxima igual ou superior a 215m/min, podendo dispor de dispositivo para assistência remota, contendo: controle automático, com tela sensível ao toque; acionamento automático dos desviadores (defletores) de bolsas; ajuste automático da posição dos rolos de dobra; alimentador rotativo; mesa de alinhamento com barra antiestática; alimentador de folhas com roda de sucção; sensor na primeira bolsa de dobra; dispositivo elétrico de segurança abaixo dos eixos inoxidáveis; serrilha, perfuradores e dispositivos de corte para trabalhos-padrão
8441.10.90	Ex 007 - Cortadeira transversal rotativa automática de cartão (papelão) ondulado (tipo "Cut Off"), com um a três níveis de corte, com velocidade máxima de produção igual a 300m/min e largura máxima de 1.600mm, com controlador lógico programável (CLP)
8441.10.90	Ex 017 - Máquinas cortadeiras para a produção de folhas de celulose, com capacidade igual ou superior a 600 toneladas por dia, largura da folha compreendida entre 2.000 e 11.000mm e velocidade máxima de operação igual ou superior a 100m/min
8441.10.90	Ex 029 - Máquinas cortadeiras-rebobinadeiras de filme termo-sensível (TTR ou "ribbons"), para produção de bobinas para serem utilizadas em impressoras de código de barras, com largura máxima de trabalho de 1.000mm, velocidade de 500m/min, diâmetro máximo de desbobinamento 650mm, diâmetro máximo de rebobinamento 150mm, eixos de rebobinamento para tubos de 12,7 e 25,4mm, com duas torres automáticas de rebobinamento e controle de tensão individual, mesa "leader" com sistema de passagem totalmente automática
8441.20.00	Ex 010 - Máquinas automáticas para confecção de sacolas de papel tipo "SOS", para produção de sacolas com largura de 180 a 540 mm, com comprimento da sacola de 230 a 710 mm, com comprimento do corte de 360 a 770 mm, com unidade de formação de alça, unidade de inserção de alça e estação de formação, capacidade máxima de produção igual ou superior a 150unidades/min
8441.20.00	Ex 011 - Combinações de máquinas para produção de sacos multifolhados, valvulados e impressos a partir de bandas planas de papel, com capacidade de produção de até 80.000 a 100.000sacos/8h, compostas de: 1 máquina tubeira para fabricação de tubos de corte reto e escalonado para até 4 folhas incluindo 1 filme PE, constituída por: cabeçote destacador, sistema de absorção de ruído, estação ejetora, alimentador de folha, dispositivo de colagem longitudinal com discos de cola, dispositivo de colagem transversal para 4 folhas, barras de colagem transversal, unidade de faca picotadoras dos tubos escalonados para 4 folhas, barras de faca, ajuste eletrônico de corte transversal, unidade de pré-ajuste de barras de faca, unidade de agulhas de perfuração para 4 folhas, esticadores para 4 folhas, arcos de alargamento para 4 folhas, guia de controle/alinhador para 4 folhas, dispositivo de separação de folhas, dispositivos de desenrolamento com eixo e freio, dispositivo semi-automático de troca de bobinas, servomotores ("twin drive motors"), controle de registro automático para pré-impressão de bobinas, modem, contador/empilhador com ajuste mecânico, controle eletrônico e abafador de ruídos; 1 impressora flexográfica em linha, "escrava da máquina tubeira", constituída por: moldura para 4 unidades de tinta, 4 cilindros de contrapressão, 4 rolos de aplicação de tinta, 4 rolos de imersão, unidade hidráulica, equipada com sistema "doctorblade" com rolo de cerâmica "anilox" e motor elétrico com ajuste transversal; 1 linha de transferência dos tubos entre a máquina tubeira e a máquina coladeira, com controle de pacote; 1 máquina coladeira para fabricação de sacos com boca aberta, colados, valvulados, com corte reto e escalonado, com ou sem filme PE nas camadas intermediárias, constituída por: alimentador rotativo, estação de alinhamento dos tubos, acionamento principal, estação de preparação dos fundos, unidade de perfuração, conjunto abridores, conjunto adicional de barras de sucção, colocação de válvula unidade I, alinhador de folha da válvula, dispositivo de desenrolamento, colocação de válvula unidade II, dispositivo de unha na válvula, equipamentos para a produção de válvula tubular pré-fabricado, equipamentos para a fabricação de válvulas, 2 alinhadores da folha da válvula, dispositivos de desenrolamento para 2 rolos, unidade de colagem do fundo, unidade de fechamento do fundo, unidade de nivelamento do fundo, controle para pré-impressão de adesivos de fundo laterais fixas e móveis, equipamentos para fita de abertura fácil, 2 alinhadores de folha, unidade de impressão flexográfica, unidades de tinta para 2 cores, 2 alinhadores de folha, dispositivos de desenrolamento, dispositivo de ajuste de colagem, dispositivo de monitoração, sistema de vídeo vigilância, alimentador de cola, modem e controle eletrônico; 1 sistema de prensagem com transportador de prensagem, separador, contador e empacotador, constituído por: sistema de transporte por prensagem em configuração S (prensa "S"), separador "Shingle" e estação de contagem e estação de embalagem dos sacos
8441.30.90	Ex 028 - Combinações de máquinas para fabricação de caixas de papelão ondulado, com velocidade máxima de 10.200 chapas/hora, com capacidade para chapas com espessura mínima de 1,5mm e máxima de 10mm, com dimensão mínima de 394 x 279mm e dimensão máxima de 1.676 x 2.870mm, compostas de: 1 alimentador de chapas de papelão ondulado com vácuo auxiliar; 3 ou mais unidades de impressão flexográfica, com impressão por baixo e transporte a vácuo entre unidades, sendo a última unidade impressora "estendida"; com ou sem secadores infravermelho e/ou ultravioleta; unidade de corte e vinco rotativa com ou sem sistema de troca rápida de estampos corte e vinco; unidade de contagem de caixas, formação e ejeção de pacotes, com acionamento independente e unidade central de controle computadorizado
8441.30.90	Ex 029 - Máquinas para fabricação de caixas de papelão ondulado, com velocidade máxima de até 19.500chapas/hora, para chapas com comprimento mínimo de 560 a 2.438mm, largura de 292 a 952mm, espessuras das chapas de até 10mm, compostas de: 1 alimentador de chapas de papelão ondulado com vácuo auxiliar; 3 ou mais unidades de impressão flexográfica, com impressão por baixo e transporte a vácuo por cima entre unidades; 1 unidade de corte e vinco rotativo, com montagem do estampo por cima; 1 unidade de "slotter" para cortar e vincar; 1 dobradeira/coladeira com sistema de colagem de orelha, com detecção de falta de cola; dobradeira assistida por vácuo auxiliar e sistema de acionamento independente; 1 unidade de empilhamento, contagem e ejeção de pacotes com entrada de caixa por cima; unidade central de controle computadorizada

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8441.30.90	Ex 030 - Máquinas semiautomáticas para conversão de chapas de papelão ondulado e papelão sólido em bandejas cortadas e vincadas (corte e vinco plana), com área mínima de corte de 650 x 450mm e máxima de 1.600 x 1.180mm, com velocidade máxima de 3.000chapas/hora, dotadas de alimentador manual por sistema automático de elevação de pilhas, prensa plana de corte e vinco com força máxima de 400toneladas, destacador de aparas, removedor de aparas, com estação de decapagem, formador de pilhas de produto acabado e sistema de controle centralizado
8441.80.00	Ex 055 - Máquinas automáticas contínuas, para empilhar chapas de papelão ondulado, com velocidade máxima de 400metros/minuto, com telas digitais para controle de registros, configurações de memória de setup, monitoramento remoto e controlador lógico programável (CLP)
8441.80.00	Ex 056 - Máquinas automáticas de corte e/ou gravação de materiais rígidos e flexíveis, como cartão vinil e outros materiais utilizados na indústria de embalagem e comunicação visual, com área de processamento igual ou superior a 800 x 800mm, mas igual ou inferior a 3.210 x 3.200mm, por troca de ferramentas intercambiáveis no cabeçote, operando com sistema de fixação a vácuo, com controle programável e sistema de movimentação dos eixos via cinta de aço e/ou "kevlar", com velocidade máxima de corte igual ou superior a 1.000mm/s
8441.80.00	Ex 058 - Máquinas multifuncionais próprias para cortar, laminar, perfurar, vincar folhas impressas, para uso em manufaturas gráficas, alimentadas por folhas, podendo executar corte, laminação, perfuração, vincagem no material, com capacidade superior a 15folhas/minuto
8441.80.00	Ex 069 - Combinações de máquinas para cortar e vincar caixas de papelão ondulado, com largura máxima de 2.800mm, com velocidade máxima de corte de 350m/min, largura de trabalho de 1.800 a 2.800mm, com sistema de controle computadorizado, sem empilhador automático, compostas de: tesoura rotativa tipo "rotary shear"; vincadeira/cortadeira automática tipo "slitter scorer"; cortadeira transversal tipo "cut of knife"
8442.30.10	Ex 007 - Máquinas de gravação a laser de chapas para impressão flexográfica, com ou sem unidade de processamento de dados para o seu controle
8442.50.00 Ex 001	Ex 001 - Cilindros-matriz, em elastômero siliconizado, para decoração de revestimentos cerâmicos completos, com estrutura metálica e engate rápido para uso exclusivo em máquinas impressoras flexográficas para cerâmicas planas
8443.11.90	Ex 005 - Unidades de impressão ofsete, para utilização em máquinas rotativas alimentadas por bobinas, com sistema "blanqueta contra blanqueta", destinadas à produção de jornais, tablóides, revistas ou livros, com velocidade máxima igual ou superior a 20.000folhas/hora
8443.13.29	Ex 011 - Impressoras ofsete alimentadas por folhas de formato máximo inferior a 37,5 x 51cm, para uma ou mais cores, com capacidade máxima igual ou superior a 10.000 folhas por hora
8443.13.90	Ex 002 - Impressoras ofsete alimentadas por folhas de formato máximo igual ou superior a 37,5 x 51cm, para uma ou mais cores, com capacidade máxima igual ou superior a 11.000 folhas por hora
8443.13.90	Ex 003 - Impressoras tipo ofsete para decoração de corpos de latas metálicas, para operar com 6 cores ou mais, dotadas de sistema de transferência contínua das latas por disco plano, unidade aplicadora de verniz, com ou sem tinteiros e controlador lógico programável (CLP), com capacidade igual ou superior a 1.500latas/minuto
8443.13.90	Ex 007 - Impressoras ofsete alimentadas por folha de formato máximo igual ou superior a 37 x 52cm, para uma ou mais cores, com capacidade máxima igual ou superior a 13.000 folhas por hora, com sistema de alimentação através de uma única cinta de sucção e ajuste de margeador automático
8443.13.90	Ex 010 - Impressoras ofsete alimentadas por folhas de formato máximo igual ou inferior a 36 x 52cm, para 1 ou mais cores, com sistema de transferência por pinças acionadas por excêntricos para transporte do papel a partir das pilhas até as pinças do sistema de entrada do cilindro, com capacidade máxima igual ou superior a 8.000 folhas por hora
8443.13.90	Ex 012 - Impressoras ofsete alimentadas por folhas de formato máximo igual ou superior a 37,5 x 51cm, para uma ou mais cores, com capacidade máxima igual ou superior a 11.000folhas/hora, com uma ou mais unidades de verniz para operação em linha
8443.13.90	Ex 013 - Impressoras ofsete alimentadas por folhas de formato máximo igual ou superior a 370 x 520mm, para uma ou mais cores, capacidade máxima de impressão igual ou superior a 13.000folhas/hora, com sistema de alimentação através de uma única cinta de sucção e ajuste de margeador, com unidade de aplicação de verniz
8443.13.90	Ex 022 - Impressoras tipo ofsete para decoração de corpos de latas metálicas, para operar com até 8 cores, dotadas de sistema de transferência contínua das latas por disco plano, unidade aplicadora de verniz e controlador lógico programável (CLP), com capacidade máxima de até 2.200latas/minuto
8443.16.00	Ex 007 - Máquina de impressão flexográfica, rotativa, de 7 cores, para papel cartão, com tensão do papel de 2.200N, largura máxima de impressão de 1.650mm e velocidade de 600m/min, dotadas de estações de desbobinamento e rebobinamento, unidade vincadora, "festoon" com emenda de topo e troca de rolos de 1.950mm de diâmetro, controle automático de registro de impressão e eixo elétrico nas unidades
8443.16.00	Ex 014 - Máquinas impressoras flexográficas com núcleo em granito, com operação através de sistema "gearless" (sistema de camisas de impressão sem engrenagens), "shaftless" (sistema de transmissão através de servos-motores, sem eixo cardan), com 4 ou mais cores, largura máxima de impressão de 340mm, e/ou velocidade máxima de 150metros/ minuto, com secagem através de UV frio encapsulado, sem dutos e/ou ventiladores de exaustão, equipadas com cilindros "Chill Drums" refrigerados a água
8443.17.90	Ex 009 - Máquinas para impressão de provas em rotogravura, com comprimento de provas de 3.500mm, com controlador lógico programável (CLP), cilindros gravados com largura de face igual ou superior a 400mm, mas inferior ou igual a 1.450mm, com circunferência igual ou superior a 300mm, mas inferior ou igual a 1.100mm, dotadas de controle de registro de impressão e sistema de eletrostática
8443.19.90	Ex 017 - Máquinas rotativas de impressão por processo ionográfico ou digital, alimentadas por folha ou bobina, com ou sem unidade controladora
8443.19.90	Ex 025 - Máquinas de impressão, a laser, de uso industrial, com funções cumulativas ou não de marcar, codificar, personalizar, endereçar e datar produto ou embalagem
8443.19.90	Ex 026 - Máquinas impressoras para gravação de etiquetas ou embalagens flexíveis, por termo transferência, com resolução igual ou maior que 200dots/polegada e velocidade máxima igual ou superior a 500mm/minuto
8443.19.90	Ex 073 - Máquinas de impressão digital com 4 cores, por meio do sistema "Single Pass", com avanço de trabalho até 30m/min, largura até 630mm, sistema de controle por comando numérico computadorizado (CNC), com mesa de entrada, estação UV de secagem integrada na saída da máquina, plataforma de deslizamento, alimentação automática das tintas do depósito e limpeza automática dos cabeçotes via programação
8443.39.10	Ex 014 - Máquinas de impressão de jato de tinta com funções cumulativas ou não de marcar, codificar, datar produtos e embalagens
8443.39.10	Ex 021 - Máquinas de impressão por jato de tinta piezoelétrica, com no mínimo 2 cabeças de impressão para cada cor, com velocidade máxima de impressão igual ou superior a 33m2/h, com processo de cura UV, em 4 ou mais cores, unidade controladora interna, mesa plana "flatbed", com dispositivo a vácuo para fixação da mídia a ser impressa, para impressão de mídias rígidas, com opção de mídias flexíveis, espessura máxima da mídia igual ou superior a 4cm e largura máxima da mídia rígida ou flexível igual ou superior a 2m
8443.39.10	Ex 026 - Máquinas de impressão por jato de tinta piezoelétrica, com 4 ou mais cabeças de impressão por módulo de impressão, com velocidade máxima de impressão igual ou superior a 35m2/h, com processo de cura UV, em 4 ou mais cores, unidade controladora interna, mesa plana "flatbed", com dispositivo a vácuo para fixação da mídia a ser impressa, para impressão de mídias rígidas, espessura máxima da mídia igual ou superior a 3cm e largura máxima de impressão igual ou superior a 1,6m
8443.39.10	Ex 027 - Máquinas de impressão digital por jato de tinta piezolétrica, com 4 ou mais módulos microimpressores "quadro array", com no mínimo 2 cabeçotes microejetores por cor e resolução igual ou superior a 600dpi, todos montados em carro acionado eletromagneticamente por motor linear com eletro óptico, velocidade de impressão igual ou superior a 25m²/hora, com processo de cura por UV, com capacidade para 4 ou mais cores, com unidade controladora interna, mesa plana tipo "flatbed" de largura máxima igual ou superior a 1,6m, com dispositivo a vácuo para fixação das mídias rígidas a serem impressas, com opção para imprimir mídias flexíveis em bobina, com abertura para mídias de espessura máxima igual ou superior a 40mm
8443.39.10	Ex 029 - Máquina de impressão por jato de tinta piezoelétrico, com sistema de impressão de gotículas de tamanho variável de 6 a 42 picolitros, com 1 ou 2 cabeças de impressão para cada cor, com velocidade de impressão igual ou superior a 8m²/hora, com processo de cura por UV em 4 ou mais cores, unidade controladora interna, mesa plana "flatbed" com dispositivo a vácuo para fixação da mídia a ser impressa, para impressão em mídias rígidas, com ou sem módulo para mídias flexíveis, para tamanhos máximos de 2,51 x 1,26m ou 3,05 x 2,5m (largura x comprimento), espessura máxima de 5,08cm, largura máxima da mídia flexível de 2,2m
8443.39.10	Ex 030 - Máquinas de impressão por jato de tinta piezoelétrico, utilizando sistema de impressão de gotículas de tamanho variável de 6 a 42 picolitros, com no mínimo 12 cabeças de impressão para cada cor, com velocidade de impressão igual a 907m²/hora, com processo de cura para UV, em 4 cores, com largura máxima de impressão igual a 63cm, modelos de impressão opcional flexográfico e tratamento de substratos corona e antiestática, com espessura de 25 a 600 mícrons
8443.39.10	Ex 032 - Máquinas de impressão de jato de tinta para marcar, codificar, personalizar, endereçar e datar produtos e embalagens, com cabeçote de impressão conectado ao gabinete por condutor de tinta e sinais elétricos
8443.39.10	Ex 040 - Máquinas impressoras digitais "inkjet", exclusivamente UV com impressão por tintas livres de solventes e elementos voláteis, com capacidade mínima de impressão de 4 cores (CMYK) em substratos flexíveis dispostos em 2 bobinas de espessura máxima de 2mm, com diâmetros mínimo de 350mm e máximo de 450mm, com impressão simultânea, com sistema de transporte de bobina a bobina por rolos cilíndricos, com módulos microimpressores com microinjetores integrados igual ou superior a 512 mas inferior ou igual a 2.048, com no mínimo 2 cabeçotes microinjetores por cor, com resolução mínima de 600dpi, movimento do carro suporte dos módulos microimpressores via suspensão magnética (motores lineares), alimentação do fluxo de tinta com temperatura controlada, reservatório de tintas com capacidade de 10 litros por cor e recarregáveis durante a impressão, com capacidade igual ou superior a 130m²/h mas inferior ou igual a 400m²/h, com velocidade mínima de impressão de 80m²/hora, sistema de alimentação de substratos flexíveis com largura mínima de 2,5m, com enrolamento automático e módulo para impressão reversa
8443.39.10	Ex 061 - Máquinas de impressão por jato de tinta piezoelétrica, com 24 cabeças de impressão por módulo de impressão, com velocidade máxima de impressão igual ou superior a 350m²/h, com processo de cura UV, em 4 cores; unidade controladora interna; mesa plana "flatbed", com dispositivo a vácuo para fixação da mídia a ser impressa, espessura máxima de 10mm e largura máxima de impressão de 1.524mm
8443.39.10	Ex 062 - Máquinas de impressão por jato de tinta piezoelétrica, com sistema de impressão de gotículas de tamanho variável de 6 a 42 picolitros, com 1 ou 2 cabeças de impressão para cada cor, com velocidade máxima de impressão igual ou superior a 21m²/h, com processo de cura UV em 4 ou mais cores, unidade controladora interna, mesa plana "flatbed", com dispositivo a vácuo para fixação da mídia a ser impressa, para impressão de mídias rígidas, com ou sem módulo para mídias flexíveis, largura máxima igual ou superior a 165cm e espessura máxima igual ou superior a 4,5cm
8443.39.10	Ex 063 - Máquinas de impressão por jato de tinta piezoelétrico, operando com secagem UV, 8 cores, com resolução de até 1.000dpi, velocidade máxima de até 288m²/h, para impressão em materiais flexíveis (alimentação por rolo) com largura de até 5m e espessura máxima de 3,2mm, com unidade controladora
8443.39.10	Ex 064 - Máquinas de impressão por jato de tinta piezoelétrico, operando com secagem UV, 8 cores, com resolução de até 1.080dpi, velocidade máxima de 172m²/h, para impressão em materiais flexíveis (alimentação por rolo) com largura de até 3,2m e espessura máxima de 3mm, com unidade controladora
8443.39.10	Ex 066 - Máquinas para impressão temporária de marcações em lentes oftálmicas por meio de jato de tinta, com secagem (cura) por meio de lâmpada ultravioleta (UV), com funções controladas por controlador lógico programável (CLP) e interface com operador gerenciada por microcomputador
8443.39.10	Ex 069 - Impressoras industriais a jato de tinta piezoelétrica por tinta secagem UV, com largura máxima de substratos igual ou superior a 165mm, mas inferior ou igual a 229mm, com 4 ou mais cores, com resolução maior que 1.000dpi, com unidade de secagem UV, para impressão de materiais flexíveis (rolo a rolo), unidade controladora, com velocidade máxima igual ou superior a 37m/min
8443.39.10	Ex 096- Máquinas de impressão, tipo industrial, de alta velocidade, com tecnologia de impressão a jato de tinta, por sistema piezoelétrico, tinta a base de água ou pigmentada, com resolução de 600 x 600dpi, alimentada por bobinas, com sistema de impressão baseado em "DigiDot drop-on-demand", compostas de 2 conjuntos de impressão com até 30 cabeças cada, substituíveis individualmente, de 1 até 6 cores de impressão, com velocidade de impressão máxima de 100metros/minuto, com largura de impressão de até 540mm, com unidade controladora e de processamento de imagens, sistema de resfriamento integrado e inversor de papel

CÓPIA PROIBIDA POR TERCEIROS

8443.39.10	Ex 097 - Máquinas para impressão digital de tapetes, com aplicação da tinta por bicos injetores, com capacidade para tapetes com largura máxima de 2.200mm e largura útil de impressão de 2.150mm, com cabeçote de impressão para 16 cores, 128 bicos injetores de tinta por cor, com resolução de 0,5mm ou 50,8dpi / 76,2dpi ou 0,333mm, velocidade linear de 0,55 a 0,7m/min, com capacidade de produção compreendida de 71 a 90m²/h, transportador de correia para alimentação e movimentação dos tapetes na área de impressão, com painel para acionamento e controle computadorizado
8443.91.10	Ex 001 - Barras de umectação para emissão de spray controlado de solução de fonte, utilizadas em unidades de impressão em máquinas rotativas ofsete, com pressão máxima de ar de 8,6bar e pressão máxima da água de 2,8bar
8443.91.99	Ex 022 - Máquinas insertadoras de cadernos impressos dentro de livros, revistas ou jornais, com selagem individual dos produtos que receberam o inserto, com controlador lógico programável (CLP), e velocidade igual ou superior a 5.000 produtos por hora
8443.91.99	Ex 026 - Viradores automáticos de pilhas de papel para formatos de folha iguais ou superiores a 540 x 740mm
8443.91.99	Ex 027 - Máquinas automáticas para colocação de insertos em jornais, livros, catálogos e listas telefônicas, com capacidade máxima igual ou superior a 15.000unidades/hora, com empilhador
8443.91.99	Ex 034 - Dispositivos automáticos para serem acoplados em impressoras ofsete, destinados à limpeza dos cilindros tipo "blanqueta" ou de impressão por meio de escova ou de tecido impregnado, atuando com agentes de limpeza
8443.91.99	Ex 037 - Máquinas automáticas para colocação de insertos em jornais ou tablóides, com ou sem alimentação automática, com capacidade máxima igual ou superior a 15.000unidades/hora, com empilhamento na saída
8443.91.99	Ex 038 - Máquinas para contagem da quantidade de folhas em pilhas de materiais diversos, especialmente papel, para uso na indústria gráfica, com capacidade igual ou superior a 2.500folhas/min
8445.40.19	Ex 005 - Bobinadeiras automáticas de fios e filamentos sintéticos ou artificiais, computadorizadas, composta de 10 a 60 fusos, para a formação de bobinas compactadas, dotadas de controle de tensão e de comprimento de fio programável, com velocidade máxima de até 2.500m/min
8445.40.29	Ex 004 - Máquinas bobinadoras não automáticas de filamentos têxteis, com velocidade máxima de bobinado igual ou superior a 500m/min, com enrolamento de precisão, entre 10 e 60 fusos
8447.20.29	Ex 002 - Teares retilíneos para tricotar, com comando eletrônico, com velocidade máxima de tecimento de 1,2 m/seg
8448.49.90	Ex 001 - Dentes estampados, tipo túnel, para pentes de teares a jato de ar para tecidos
8451.29.90	Ex 004 - Secadoras em linha ("batch dryer") a vapor, com capacidade para 240kg, dotados de 2 portas, 1 para carregamento e outra para descarregamento, controle de umidade e temperatura, filtro de felpa automático, sensores e motores controlados por vibradores de frequência
8451.40.90	Ex 002 - Sistemas para reforço de oxidação em máquinas de tingimento contínuo de fios têxteis com velocidade máxima de 900 voltas/minuto, compostos de dispositivos intensificadores de oxidação por fluxo cruzado de ventilação e placa de controle de regulagem
8451.40.90	Ex 001 - Máquinas totalmente automatizadas para preparação em contínuo de tecidos com compartimentos especiais de impregnação, compartimentos de lavação com tambores perfurados com superfície ondulada, prensas pneumáticas de alto rendimento, com dosagem de produtos químicos, compartimentos de reação/vaporização, secador de tambores, acumulador e enrolador periférico, largura útil 2.200mm
8451.80.00	Ex 020 - Endireitadores automáticos de trama com medição fotoelétrica, cilindros endireitadores diagonais e curvos, com largura compreendida entre 1.000 e 4.000 mm, com capacidade de 250m/min (sem controle de tensão) e 150m/min (com controle de tensão)
8452.29.24	Ex 001 - Máquinas de costura reta, acima de 2.000rpm
8452.29.25	Ex 001 - Máquinas galoneiras, de base cilíndrica
8452.29.25	Ex 002 - Máquinas galoneiras eletrônicas, com motor microprocessado, com dispositivo de corte automático de linha
8452.29.25	Ex 003 - Máquinas galoneiras, de base plana, com catracas, e/ou refiladores, e/ou alimentadores de elástico, e/ou cortadores de correntinha automático
8452.90.91	Ex 001 - Mecanismos, e/ou partes em separado, da laçada, exceto lançadeiras rotativas de máquinas de costurar tecidos, para confecção de vestuário, automáticas, de uso industrial
8453.10.90	Ex 040 - Máquinas hidráulicas contínuas, para enxugar e estirar couros e/ou peles, de largura útil de até 3.300mm, com cilindros de estira e correias de feltro para enxugamento
8453.10.90	Ex 052 - Máquinas hidráulicas, rotativas e contínuas, para acetinar e gravar couros, com largura de trabalho de 3.200mm, pressão de trabalho de 250kg/cm e velocidade compreendida entre 4 e 20 metros por minuto, dotadas de sistema de armazenamento de rolos de gravação, e sistema de aquecimento dos rolos por óleo
8453.10.90	Ex 067 - Máquinas automáticas compactadas de medição, empilhamento sincronizado, dobra e confecção de pacotes de couro semi-acabados e/ou acabados em automático, com diferentes combinações de dobra e empilhamento, com largura de trabalho igual ou superior a 1.800mm, com sistema controlado por um computador industrial com 2 microprocessadores contendo o aplicativo para automação e interfaceamento com sistemas de gestão e controle de produção, sensores infravermelhos espaçados em 20mm para uma medição precisa
8455.22.10	Ex 011 - Combinações de máquinas para laminação de chapas de alumínio em bobinas, com capacidade máxima de 2,7t, espessura mínima de 0,8mm, largura máxima de 650mm, com velocidade máxima de 200m/min, compostas de: laminador a frio, filtro, bateria anti-incêndio, com sistemas de desbobinamento e bobinamento; mancais para cilindros de trabalho e de apoio com rolamentos; sistema de refrigeração de cilindros; equipamentos de medição de espessura; carros para troca de cilindros; roletes de medição de planicidade; dispositivo de transferência e remoção de espula e movimentação de bobina; sistema de exaustão de fumos; sistema para preparação das pontas de bobinas; subsistemas de comando geral providos de painéis elétricos
8455.22.90	Ex 018 - Combinações de máquinas para laminação a frio de fio-máquina de aço, com bitola de entrada compreendida entre 5,5 e 10mm, bitola de saída compreendida entre 3,4 e 8m, com velocidade máxima de laminação de até 18m/s, compostas de: desbobinador de fio-máquina vertical com 2 unidades de abastecimento; descarepador; dispositivo de lubrificação por meio de sabão; laminador de 3 passes; bobinador duplo com unidade automática de troca de bobina; sistema hidráulico de lubrificação; sistema elétrico e controlador lógico programável (CLP)
8456.10.90	Ex 017 - Ressonadores ópticos laser com utilização de gases CO_2, excitado por alta frequência, com potência de saída ajustável, igual ou superior a 35W, utilizados para corte, tratamento térmico e solda de chapas metálicas, com ou sem gerador de raio laser e painel de comando
8456.30.19	Ex 001 - Máquinas-ferramenta para usinagem de metais por eletroerosão, por penetração, eixo "C", com rotação incorporada ao cabeçote, com trocador automático de eletrodos e comando numérico computadorizado (CNC)
8456.30.19	Ex 006 - Máquinas-ferramenta para cortar, por eletroerosão a fio, peças metálicas imersas em meio líquido, com inserção automática do fio, com comando numérico computadorizado (CNC)
8456.30.19	Ex 018 - Máquinas-ferramentas para cortar peças metálicas, por eletroerosão a fio, com deslocamento dos eixos X, Y e Z iguais a 350 x 320 x 150mm respectivamente, mesa de trabalho com dimensões de 650 x 420mm, para peças com dimensões máximas de 630 x 400 x 200mm, para peças de peso máximo igual a 300kg, com comando numérico computadorizado (CNC)
8456.30.19	Ex 019 - Máquinas-ferramentas para cortar peças metálicas, por eletroerosão a fio, com deslocamento dos eixos X, Y e Z iguais a 500 x 400 x 250mm respectivamente, mesa de trabalho com dimensões de 800 x 500mm, para peças com dimensões máximas de 800 x 500 x 300mm, para peças de peso máximo igual a 600kg, com comando numérico computadorizado (CNC)
8456.90.00	Ex 015 - Máquinas para marcação de lentes oftálmicas através da eliminação da camada de anti-reflexo, por jato de plasma, com um gerador de 30.000VAC
8456.90.00	Ex 129 - Máquinas para marcação de "layouts" e caracteres por meio de jato de plasma térmico em perfis metálicos, com comando numérico computadorizado (CNC), para perfil com dimensões máximas de 1.250mm de largura e 610mm de altura, dotadas de 2 tochas plasma de marcação, de operação simultânea, 1 tocha com robô para marcação da face superior e das 2 abas do perfil, 1 tocha para marcação da superfície inferior do perfil, com 4 eixos de marcação de caracteres, sistema de movimentação de perfil por meio de rolos de tração no interior da máquina com sistema de medição controlado por encoder
8457.10.00	Ex 116 - Centros de usinagem verticais de 5 eixos, com torque e acionamento linear simultaneamente controlados para usinagem em 5 planos em uma única fixação, estrutura em concreto polimérico, comando numérico computadorizado (CNC), aceleração superior a 19,6m/s² e avanço de 40m/min nos eixos (X), (Y) e (Z), rotação do fuso de 42.000rpm com potência de 20kW, curso de 200mm nos eixos (X) e (Y) e de 280mm no eixo (Z), precisão de posicionamento de 0,005mm, eixo A/B com giro compreendido de -10 a +130º e eixo (C) com giro de 360º e velocidade de 200rpm, magazine para 60 ferramentas, interligados com robô linear para carga e descarga das peças com mecanismo de armazenagem com capacidade para 30 paletes de 10kg e transportador de cavacos
8459.21.99	Ex 017 - Furadeiras monomandris horizontais, com mesa fixa, com comando numérico computadorizado (CNC), para furação de perfis H, L, U, I, tubos quadrados, tubos retangulares, diâmetro máximo do furo de 50mm, potência do cabeçote de furação 10kW, potência total da máquina de 14,9kW, velocidade máxima do eixo X e Y igual a 37metros/minuto, largura máxima do perfil de 1.000mm, com comprimento máximo de 18,3m, peso máximo do perfil de 1.088kg/m
8459.21.99	Ex 018 - Máquinas para furar horizontal e verticalmente vigas e perfis metálicos, com largura máxima de 1.250mm, altura máxima de flange de 610mm, velocidade de avanço dos eixos de 20m/min, velocidade de deslocamento do material de 40m/min, com 3 estações de ferramentas contendo 3 brocas por estação, furos com diâmetro máximo de 50mm, movimentação dos perfis por meio de rolos de tração no interior da máquina com sistema de medição controlado por "encorder" integrado ao comando numérico computadorizado (CNC)
8459.21.99	Ex 019 - Máquinas para furar horizontal e verticalmente vigas e perfis metálicos, com largura máxima de 1.100mm, altura máxima de flange de 457,2mm, velocidade de rotação da broca de 0 a 2.250rpm, potência do motor 18,5kW, com 3 estações de ferramentas sendo que cada estação possui 1 magazine para troca automática de até 5 ferramentas diferentes, movimentação de perfis por meio de rolos de tração no interior da máquina com sistema de medição controlado por "encorder" integrado ao comando numérico computadorizado (CNC)
8459.69.00	Ex 003 - Máquinas para gravação/marcação em peças metálicas, sintéticas ou plásticas, para identificação e/ou personalização de objetos por tecnologia de fresagem e riscagem por ponta de diamante, com área de marcação do eixo X compreendida entre 100 e 1.220mm, área de marcação do eixo Y compreendida entre 100 e 610mm
8460.21.00	Ex 101 - Máquinas retificadoras de cilindros de laminação, para diâmetro máximo retificável de 2.200mm, peso máximo admissível para cilindros com mancais de 80.000kg, peso máximo admissível para cilindros sem mancais de 155.000kg, comprimento máximo dos cilindros de 9.500mm, dotadas de dispositivo de torneamento e comando numérico computadorizado (CNC)
8460.31.00	Ex 049 - Máquinas afiadoras de ferramentas, com 5 eixos controlados por comando numérico computadorizado (CNC), para fabricação, afiação e reafiação de ferramentas rotativas em geral, com cursos (X, Y e Z) iguais a 320mm ou 400 x 250mm x e 250mm, com eixo (A) de rotação da peça com intervalo de rotação máxima de 200min^{-1}, eixo (C) do cabeçote principal com campo de giro de 225º
8460.90.19	Ex 027 - Máquinas automáticas de rebarbação e afinação, robotizadas, para trabalhar componentes de ferragens/fechaduras, com 2 unidades de trabalho, operadas por cintas abrasivas, montadas em rodas de contato, interligadas via sistema informatizado de integração a 2 robôs com 6 eixos de movimentação e capacidade de 5kg cada, montados numa base monobloco, funcionando com parte integrante e indesligável do conjunto, com mesa de indexação das peças com 180° de giro, com portas de acesso e sistema de segurança, jogo de ferramental para a fixação das peças de maçanetas e capas de fechaduras, controles pneumáticos e elétricos, painéis móveis de comando e cabine de enclausuramento, tipo "célula de trabalho", com isolamento acústico e iluminação interna, provida de esteira de condução de saída de peça
8460.90.19	Ex 032 - Máquinas automáticas de afinação (lixamento), robotizadas, para o lixamento de componentes metálicos, com 2 unidades de trabalho, sendo 1 para cada robô, operadas por contas abrasivas montadas em rodas de contato, interligadas via sistema informatizado de integração a 2 robôs com 6 eixos de movimentação e capacidade de 10kg cada, montados numa base monobloco, funcionando como parte integrante e indesligável do conjunto, com mesa de indexação das peças com 180° de giro, com portas de acesso e sistema de segurança "interlock", jogos de ferramental para a fixação dos componentes metálicos, controles pneumáticos e elétricos, painéis móveis de comando e cabine de enclausuramento tipo "célula de trabalho" com isolamento acústico, iluminação interna, provida de esteira de condução de saída das peças e sistema de exaustão com dutos de ligação

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8460.90.90	Ex 014 - Máquinas para rebarbar borda de lata de alumínio, com capacidade máxima de produção igual ou superior a 300latas/min
8461.50.90	Ex 004 - Máquinas automáticas para execução de corte com serra circular, furação, chanfro, torneamento, rosqueamento, lavagem e medição no mesmo ciclo de trabalho, com 8 ou mais eixos controlados por comando numérico computadorizado (CNC), com três estações de trabalho a 120º, com capacidade para diâmetro compreendido entre 10 e 80mm e comprimento compreendido entre 20 e 600mm, com carregador de tipo a feixe com capacidade até 4.000kg para tubos e barras de comprimento compreendido entre 2.500 e 8.500mm, sistema de carregamento automático com alinhamento e anti-encavalamento das barras, com regulagem e "set-up" centralizados, com alimentação por carrinho acionado por servomotor sobre guias lineares, cabeçote de corte acionado por servo motor sobre guias lineares, com 3 posições de descarregamento e separação automática das pontas e das sobras, sistema automático de tele-assistência e diagnóstico automático
8461.90.90	Ex 003 - Máquinas automáticas para cortar ou seccionar, compostas de sistema de movimentação com servomotores e guias lineares (X, Y e Z), painel de comando numérico computadorizado, tanque de água para absorver a energia do processo e bomba com pressão ultraelevada de 55.000 psi, com acionamento direto (bomba triplex) e motorização de 30HP
8462.10.90	Ex 038 - Combinações de máquinas, com controle lógico programável, para fabricação de corpos de latas metálicas, por estiramento, de diâmetros de 52, 65 e 73mm, constituída de prensa mecânica horizontal de dupla ação, com curso duplo de deslocamentos de 22 e 26 polegadas, matrizes redutoras e matriz formadora da base da lata, virabrequim balanceado, embreagem e freio hidráulico, sistema rotativo de descarga motorizada, sistema de lubrificação automática, velocidade de produção igual ou superior a 390latas/min. para deslocamento de 22 polegadas, velocidade igual ou superior a 320latas/min. para deslocamento de 26 polegadas, aparadora (trimmer) de 4 estações horizontais rotativas, com velocidade igual ou superior a 550latas/min, torre de alimentação a vácuo, torre principal, sistema à vácuo para sucção e descarte das aparas das latas, torre de descarga, trilhos guias, dispositivos para detecção automática de falha e unidade de lubrificação
8462.10.90	Ex 073 - Prensas de ação simples (prensa Shell) para fabricação de tampas básicas de latas de alumínio, com velocidade máxima de 400 golpes por minuto, capacidade de produção de até 9.600 tampas por minuto e controlador lógico programável
8462.10.90	Ex 077 - Prensas eletromecânicas para conversão de tampas de alumínio, com 4 estações para estampagem de tampas e 4 de cravação do anel, com força de impacto de 125 toneladas, velocidade de até 750golpes/min, capacidade de produção total de até 3.000tampas/min e controle lógico programável
8462.21.00	Ex 080 - Máquinas automáticas para conformação de extremidades de tubos metálicos, de comando numérico computadorizado (CNC), com capacidade para diâmetros compreendidos entre 10 e 100mm, com 6 ou mais unidades deformadoras com força axial no punção ou rotativas, para usinagem, rosqueamento, faceamento, rolagem e corte orbital, sistema de seqüência automática no mesmo ciclo
8462.21.00	Ex 081 - Máquinas automáticas para desbobinamento, endireitamento, curvatura por estiramento ou flexão, deformação, faceamento e corte no mesmo ciclo de tubos, com alimentação automática a partir de bobina, descarregamento automático por rotação do cabeçote de curvatura, para diâmetro do tubo de 4 a 19mm, com velocidade do eixo X de 1.000mm/s, do eixo Y de 720mm/s, do eixo Z de 550mm/s, eixo Q de 100mm/s e eixo U de 700mm/s, capacidade produtiva de 2.150curvas/hora, com comando numérico computadorizado (CNC)
8462.21.00	Ex 084 - Máquinas automáticas para curvar tubos eletro-pneumático, de comando numérico computadorizado (CNC), com 8 ou mais eixos controlados dos quais o mordente, a calha móvel e a espiga acionados por servomotores, com capacidade para diâmetros compreendidos entre 4 e 150mm, podendo curvar vários raios diferentes (até 8 pistas), apta a curvar por sistemas de raio fixo e variável por meio de sistema "booster", com possibilidade de inversão de sentido de curvatura de direito para esquerdo ou viceversa por meio de troca de "setup" feito em aproximadamente uma hora
8462.21.00	Ex 087 - Máquinas com comando numérico computadorizado (CNC) para executar operações de curvatura a frio em arames ou barras de metal com diâmetro sólido compreendido entre 4 e 30mm ou tubos com diâmetro compreendido entre 4 e 38mm, alimentação por meio de sistema automático de tração, endireitamento e corte com chanfro a partir de bobina ou com carregamento manual ou automático das barras ou tubos pré-cortados, com 2 unidades deslizantes de alta velocidade com cabeças bidirecionais para curvatura horária e anti-horária, 5 ou mais eixos programáveis, com unidade central de rotação para curvatura 3D e descarregamento automático das peças acabadas, com jogo de ferramentas de curvatura intercambiáveis
8462.29.00	Ex 109 - Máquinas para endireitar, cortar e dobrar peças de arames de aço, a partir de bobinas, com diâmetro de entrada de 10 a 20mm, providas de controle de avanço individual e automático de pressão no arame, sistema de endireitamento assimétrico (não sobreposto) com função antitorção, câmbio de bitolas dos arames feito por sistema automatizado pelo controlador lógico programável (CLP) e com exercício da operação em tempo igual ou menor a 50s/bitola, grupo de rolos extratores, capacidade para dobrar ao mesmo tempo 2 fios de arame até 16mm ou 1 fio de arame até 20mm e capacidade de efetuar 2 dobras no mesmo eixo
8462.29.00	Ex 143 - Combinações de máquinas para dobrar, calandrar e crimpar chapa de aço inoxidável com espessuras compreendidas entre 0,2 a 0,6mm para conformação de cestos de lavadoras de roupas para uso doméstico, compostas de 1 estação para dobrar, calandrar e crimpar (fechar em forma de costura) com capacidade de diâmetros de 460 a 550mm e altura de 350 a 385mm, respectivamente; 1 estação para girar o produto a 90°, comandado por CLP; 1 estação para formar ranhuras circulares, comandada por CLP, deverá formar as ranhuras nos lados inferior e superior do cesto em diferentes diâmetros 460 a 550mm e altura de 350 a 385mm respectivamente
8462.29.00	Ex 144 - Combinações de máquinas para produção de painéis metálicos para portas de refrigeradores domésticos, em linha automática a partir de chapas pré-pintadas ou de aço inox, com dimensões de chapas "Blanks" de 2.000mm x 750mm e espessura de 0,4 a 0,6mm, com controlador lógico programável (CLP), ferramentas intercambiáveis para diversos modelos, com capacidade máxima de produção de 150conjuntos/hora, compostas de: 1 estação de transferência de blanks, através de sistema de ventosas a vácuo; 1 estação de centralização, através de cilindros pneumáticos; 1 estação de perfuração; 1 estação de rotação em 180°; 1 estação de dobra longitudinal; 2 estações de espera; 1 estação de recorte, para divisão da porta superior e porta inferior; 1 estação de descarga; 1 painel de elétrico/eletrônico; 1 unidade hidráulica dotada de 1 bomba de engrenagens, acumulador com gás inerte e filtro de sucção e descarga
8462.29.00	Ex 145 - Máquinas automáticas para dobrar hastes de cadeados, montadas em base de aço soldada, com magazine de alimentação das hastes, ferramental para movimentação e suporte, berço de dobra, controlador PLC e gabinete de segurança
8462.29.00	Ex 625 - Combinações de máquinas para conformação e solda de cilindros em aço carbono, na vertical, para fabricação de tanques destinados ao transporte rodoviário de líquidos (alimentos e produtos químicos), com capacidade de produção igual ou superior a 28tanques/mês, constituídas de 1 desbobinadeira acionada por motorredutor hidráulico com braços de aperto da bobina, 1 mesa telescópica com acionador hidráulico, 1 calandra vertical de 3 rolos, hidráulica com velocidade variável em todos os rolos, largura útil de 2.100mm, 1 mesa central estruturada para sustentação da peça calandrada, com diâmetro de 1.500mm a 6.000mm, 1 sistema de corte a plasma com largura útil de 2.000mm.
8462.31.00	Ex 002 - Prensas mecânicas horizontais de dupla ação integrada a uma unidade de corte giratória de 4 cabeças (aparadoras rotativas), projetadas e constituídas para fabricar corpos individuais de lata cortados de 12 e 16Oz
8462.39.10	Ex 008 - Combinações de máquinas para corte de bobinas metálicas, com largura compreendida entre 100 e 800mm e espessura compreendida entre 0,2 e 3,2mm com peso máximo de 10.000kg, executando cortes transversais em processo contínuo, com controlador lógico programável (CLP), transformando em chapas de comprimento variável entre 250 e 2.500mm, com velocidade máxima de produção de 80m/min, compostas de: desbobinador com dispositivo para alimentação automática através de carro porta bobinas, com capacidade para 2 bobinas de 10.000kg cada e rolo apoiador no desbobinador "hold down roll", aplainador, rolo "feeder", tesoura hidráulica tipo guilhotina com sistema de lâminas ajustáveis automaticamente à espessura do material, correias transportadoras para descarga e estação de rejeito, estações de empilhamento com ajuste automático de altura através de um sensor de detecção "px" e componentes como sistemas hidráulicos, pneumáticos e elétricos, dispositivos de ajustes e regulagem de velocidade de alimentação, unidade de corte
8462.39.10	Ex 009 - Combinações de máquinas para cortes de bobinas metálicas com largura entre 600 e 1.650mm e espessura entre 0,5 e 3,2mm, com controlador lógico programável (CLP), executando cortes transversais e diagonais com angulação entre 0 e 40° em processo contínuo, transformando em chapas de comprimento variável entre 400 e 4.000mm, com velocidade máxima de 80m/min, compostas de: desbobinador com dispositivo para alimentação automática, através de carro porta bobinas, com capacidade para 2 bobinas de 25.000kg cada e mecanismo de segurança "snubber roll"; tesoura hidráulica de corte para pontas do início e final das bobinas com descarte de sucata; aplainador com "pinch roll", mesa "looping" com sistema ultra sonic e "photo" sensor; tesoura hidráulica tipo guilhotina com sistema oscilante de lâminas ajustáveis automaticamente à espessura do material; estações de empilhamento por controle eletromagnético, estação de rejeição e componentes diversos dotada de rolos puxadores "pinch roll", rolos defletores, rolo "feeder", guias laterais, esteiras transportadoras para descarga, sistemas hidráulicos, pneumáticos e elétricos, dispositivos de ajustes e regulagem de velocidade de alimentação, de centralização de tiras para unidade de corte
8462.39.90	Ex 091 - Combinações de máquinas para cortes longitudinais contínuos em bobinas de chapas metálicas com peso máximo de 25.000kg, com largura compreendida entre 600 e 1.650mm e espessura compreendida entre 0,3 e 4,5mm, rebobinadas em forma de tiras, com largura mínima de corte de 45mm, com capacidade máxima de 25 cortes (24 tiras), com controlador lógico programável (CLP), com capacidade de enrolamento entre 10 e 200m/min, compostas de: desbobinador com dispositivos para alimentação automática através de carro porta bobina com capacidade para 2 bobinas de 25.000kg e rolo apoiador com mecanismo de segurança "hold down holl", tesoura hidráulica de corte para pontas do inicial e final das bobinas com descarte de sucata, mesa "looping" com sistema "ultra sonic" e "photo sensor", 2 unidades intercambiáveis de cortadeira rotativa longitudinal com mecanismo de descarte de sucata, mesa de apoio "looping", unidade de tensão dotada de separadores e centralização das tiras, tesoura hidráulica divisora de tiras com "pinch holl", rebobinador com separadores e suporte de tambor para saída de material através de carro porta bobinas e dois braços de movimentação e componentes diversos como rolos puxadores "pinch roll", rolos "feeder", rolos defletores, com sistemas hidráulicos, pneumáticos e elétricos, dispositivos de ajustes e regulagem de velocidade, de alimentação
8462.39.90	Ex 092 - Máquinas de corte com carro volante de dupla tesoura hidráulica com potência de 52kW, capacidade para corte transversal de chapas de aço com espessura máxima de 10mm, 2.000mm de curso longitudinal sobre barramento com guias lineares, dispositivo hidráulico de fixação, mecanismo para recolhimento e descarga de retalhos
8462.39.90	Ex 012 - Combinações de máquinas para corte "scroll" (zig-zag) ou reto de folhas metálicas para fabricação de latas, com espessura máxima de 0,525mm, largura máxima 1.200mm, e comprimento máximo de 1.200mm, velocidade de até 125m/min, desvio inferior a 0,15mm, para mais ou para menos, constituídas por: unidade de carregamento de bobinas de até 12 toneladas; unidade de inspeção de material; unidade de aplainamento; máquina de corte; unidade de classificação e empilhamento de chapas com 3 ou 4 estações, mesa de medições, painel elétrico de controle, console de operação com controlador lógico programável (CLP)
8462.41.00	Ex 037 - Máquinas-ferramentas para furar por meio de punção e broca, e cortar por cisalhamento perfis metálicos em L com dimensões máximas de 150 x 150 x 15mm, de comando numérico computadorizado (CNC), com mecanismo de alimentação de barras a partir de 6m de comprimento, força de puncionamento máxima de 68 toneladas métricas, diâmetro máximo do furo com punção máxima de 30mm e diâmetro máximo com broca de 40mm, força de corte por cisalhamento máximo de 91 toneladas métricas, potência máxima requerida 45kVA
8462.41.00	Ex 046 - Máquinas de gravação/marcação autônomas, de comando numérico, com acionamento através de sistema pneumático e/ou eletro-magnética, para identificação por micropuncionamento de peças metálicas ou plásticas, de qualquer superfície com área de marcação do eixo X compreendida entre 50 e 200mm e área de marcação do eixo Y compreendida entre 20 e 80mm, dotadas de unidade de controle máximo de memória interna de 1.000 arquivos de marcação, com display gráfico e sistema de comunicação.
8462.41.00	Ex 047 - Máquinas para puncionar chapas metálicas, com comando numérico computadorizado (CNC), com trocador automático de 27 ferramentas com velocidade máxima de puncionamento (picotagem) de 900golpes/minuto, eixo Y com curso máximo de 1.250mm, eixo X com curso máximo de 2.000mm podendo haver reposicionamento e força de corte de 20toneladas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8462.41.00	Ex 048 - Máquinas-ferramentas com 2 cabeçotes de furação, para perfurar com brocas, cortar com serra a disco e marcar perfis de aço em L, para perfis com dimensões mínimas de 60 x 60 x 6mm e máximas de 350 x 350 x 40mm, com mesa de entrada e carro motorizado com pinça para alimentar perfis com comprimento máximo de 12.000mm, mesa de saída para comprimento máximo de 12.000mm, comando numérico computadorizado (CNC), com 5 eixos controlados
8462.41.00	Ex 049 - Máquinas-ferramentas para puncionar chapas metálicas, de comando numérico computadorizado (CNC), com trocador automático de 3, 6, 8 ou 10 ferramentas, com velocidade máxima de puncionamento (picotagem) de 900golpes/minuto, eixo Y com curso máximo de 1.250mm, eixo X com curso máximo de 2.000mm podendo haver reposicionamento e força de corte de 20 toneladas
8462.41.00	Ex 050 - Máquinas-ferramentas para puncionar chapas metálicas, de comando numérico computadorizado (CNC), com trocador automático de 3, 6, 8 ou 10 ferramentas, com velocidade máxima de puncionamento (picotagem) de 600golpes/minuto, eixo Y com curso máximo de 1.250mm, eixo X com curso máximo de 2.000mm podendo haver reposicionamento e força de corte de 30 toneladas
8462.99.20	Ex 005 - Prensas horizontais para extrusão de latas de alumínio em duas peças (corpo e tampa), capacidade de produção igual ou superior a 180latas/min, com controlador lógico programável (CLP)
8462.99.20	Ex 006 - Máquinas para conformação do pescoço de lata de alumínio, com ou sem encerador (waxer), para latas de alumínio de tamanhos variados, comprimento da lata compreendida entre 80 e 169mm, com capacidade igual ou superior a 1.550latas/min, e controlador lógico programável(CLP)
8462.99.20	Ex 020 - Combinações de máquinas para extrusão contínua de perfis de alumínio, compostas de: prensa de extrusão horizontal a quente, com capacidade máxima de pressão operacional de 220kg/cm², ou, 2.112UST, para tarugos com diâmetro de 7" e 8" e comprimento máximo de 900mm, com 3 bombas principais, 1 cilindro principal com 1.905UST de força de avanço e 4 cilindros laterais, velocidade de extrusão de 27,5mm/s, com ciclo manual e automático, equipada com sistema de corte de resto de tarugo; sistema de resfriamento do perfil a base de ar e água nebulizada "spray"; mesas de resfriamento, transferência de perfil extrudado e esticamento com força de 100UST; sistema automático de corte de barras, mesa de descarga e serra de corte de acabamento; puxador duplo de perfil com força de tração máxima de 395kg; sistema de aquecimento de ferramentas com forno elétrico e talha para manuseio; com controlador lógico programável (CLP).
8462.99.90	Ex 011 - Prensas para estojo, vertical de múltiplos estágios, para operações sucessivas de fazer bordo, estiramento, furar e conificar cápsulas metálicas para munição, com capacidade de 125peças/min cada lado
8462.99.90	Ex 012 - Prensas verticais de múltiplos estágios para operações sucessivas de estirar camisa, reunir núcleo de chumbo e/ou aço, ogivar e calibrar projéteis metálicos para munição, com 1 ou 2 canais, com capacidade de 125 batidas por minuto
8462.99.90	Ex 013 - Prensas mecânicas com dupla ação, para fabricação de copos de latas de alumínio para envazamento de bebidas carbonatadas, com força máxima de 150 toneladas, velocidade igual ou superior a 250 golpes por minuto e capacidade de produção igual ou superior a 1.860 copos por minuto, dotadas ou não de ferramentas, sistema de pistão progressivo para fabricação de até 15 copos por golpe e sistema de alimentação
8463.30.00	Ex 039 - Máquina para fabricação de pregos com cabeçotes rotativos, para pregos com diâmetro compreendido entre 2,4 e 3,84mm e comprimento de 50 a 90mm, capacidade máxima de 1.500pregos/minuto
8463.30.00	Ex 041 - Máquinas para fabricação de pregos com cabeçotes rotativos, para pregos com diâmetro compreendido entre 2,8 e 4,2mm e comprimento de 60 a 103mm, capacidade máxima de 1.250pregos/minuto
8463.30.00	Ex 042 - Máquinas para fabricação de pregos com cabeçotes rotativos, para pregos com diâmetro compreendido entre 1,8 e 2,87mm e comprimento de 32 a 65mm, capacidade máxima de 2.000pregos/minuto
8463.30.00	Ex 044 - Máquinas para trefilar fios de aço, via seca de 5 ou mais passes, tipo "straight-line" de blocos verticais, com velocidade acima de 25m/s, diâmetro da bobina compreendido entre 300 a 900mm, diâmetro de entrada do arame compreendido entre 1,5 a 18mm e diâmetro de saída compreendido entre 0,5 e 12mm, com compensador para controle de tensão de bobinamento e enrolador de arames
8464.10.00	Ex 014 - Máquinas elétricas de bancada para cortar e chanfrar revestimentos cerâmicos, porcelanato, granito, mármore e tijolo, acionadas eletricamente, do tipo utilizadas em construção civil, dotadas de motor com potência de 1,1kW, 230V, 50/60Hz, com comprimento máximo de corte igual a 105cm, com comprimento máximo de corte diagonal de 74 x 74cm, espessura de corte igual a 7cm, com disco de corte com diâmetro de 230mm, com furo do disco igual a 25,4mm
8464.10.00	Ex 015 - Máquinas para cortar pastilhas de vidro, por disco de corte, com base para assentar-se ao solo ou bancada, utilizadas na construção civil, com comprimento máximo de corte de 52cm, com espessura máxima de corte de 2,5cm
8464.10.00	Ex 016 - Máquinas para corte de chapa de mármore e granito tipo pórtico móvel, com 1 cabeçote de lâmina rotativa (serra) com 14" de diâmetro para corte de 15cm de espessura e 1 cabeçote com bico para jato de água com abrasivo pressurizado a 60.000lbf/pol² para corte de 8cm de espessura, curso no eixo (X) de 88" e (Y) de 337" (polegadas), mesa da área de corte com dimensão de 144" x 84" (polegadas), tanque de abrasivos pressurizado a 500 lbf/pol², painel com comando numérico computadorizado (CNC)
8464.90.19	Ex 003 - Máquinas-ferramenta automáticas para biselar, desbastar e acabar lentes oftálmicas de vidro, capazes, também, de trabalhar lentes de plástico, de comando numérico, com sistema centralizador bloqueador de lentes acoplado
8464.90.19	Ex 008 - Máquinas-ferramenta automáticas para biselar, desbastar e acabar lentes oftálmicas de vidro, capazes, também, de trabalhar lentes de plástico, de comando numérico
8464.90.19	Ex 025 - Aparelhos para centrar e blocar lentes oftálmicas, posicionando corretamente para biselar com interface, para uma ou mais biseladoras de controle numérico
8464.90.19	Ex 026 - Máquinas-ferramenta automáticas para biselar lentes oftálmicas de plástico, com comando numérico computadorizado (CNC), com calibração automática, controle estatístico dos cortes realizados e leitura da espessura das lentes
8464.90.19	Ex 058 - Mesas de corte e destaque, com controle numérico (CN), para processamento de vidro laminado ou monolítico, com comprimento máximo de corte de 3.760mm, com precisão de corte de +/- 0,5mm, velocidade máxima de corte de 100m/min, dotadas de braço basculante eletropneumáticos para carga e descarga de chapas com tamanho máximo de 3.710 x 2.600mm, posicionamento automático da ponte de corte de acordo com as medidas das chapas, com truncamento, corte e remoção de filme PVB automáticos
8464.90.19	Máquinas-ferramentas automáticas para biselar lentes oftálmicas de vidro, com controle numérico programável (CNC), aptas a trabalhar também lentes de plástico, com calibração automática, controle estatístico dos cortes realizados, leitura da espessura das lentes antes do corte, visualização da posição das facetas antes do corte, ajuste de pressão de aperto das lentes de acordo com os materiais
8464.90.90	Ex 007 - Combinações de máquinas para esquadrejar e biselar revestimentos cerâmicos, com formato mínimo de 150mm e máximo de 1.200mm, compostas de: 2 unidades de esquadrejamento-biseladora, dotadas de motor calibrador frontal de 5,5kW, motor biselador com potência de 2,4kW; 2 correias de conexão giratória com velocidade de 6 a 25m/minuto; 1 unidade de secagem e escovação de placa cerâmica; 1 transportador de correias com largura de 800/1.400mm; 1 transportador a rolos não motorizados; quadros elétricos.
8464.90.90	Ex 008 - Máquinas para cortar blocos de concreto, tipo guilhotina, mármore e granito, com base para assentar-se ao solo, utilizadas na construção civil, com comprimento máximo de corte de 31cm, com espessura máxima de corte de 10cm, com força de corte de 4.100kg
8464.90.90	Ex 009 - Máquinas para incisão superficial no sentido longitudinal e quebra de placas cerâmicas de formato máximo igual a 1.200mm x 1.200mm, dotadas de 2 moto-redutores de 0,37kW para o movimento de translação lateral e longitudinal do disco de incisão, mesa de rolos com moto-redutores comandados por inversores, correia de transporte com comprimento de 2.350mm e largura de 1.250mm, dispositivo de quebra dotado de sistema de parada frontal no ponto de quebra (incisão) programado, controlador lógico programável (CLP) e interface homem máquina (IHM)
8465.10.00	Ex 032 - Centros de furação múltipla flexível, de painéis de madeira, com comando numérico computadorizado (CNC), com 4 cabeçotes independentes com 128 mandris verticais, sistema de magazine para troca das brocas, 4 cabeçotes horizontais independentes com 72 mandris, com no máximo 4 eletromandris, capacidade de furar 2 painéis simultaneamente com comprimento de 240 a 3.100mm, com sistema de carga e descarga automática
8465.91.10	Ex 005 - Serras de fita sem fim para cortar peças curvas e variadas de madeira, com eixos interpolados através de comando numérico computadorizado (CNC), sem utilização de gabarito, com programação através de CAD/CAM com inclinação do ângulo da serra de +/-90º, com sistema de tensionamento hidráulico da serra, com ou sem carregador automático
8465.91.20	Ex 004 - Serras circulares automáticas duplas ou triplas, de alta precisão, para corte transversal de painéis de madeira em movimento, tipo "flying saw", com transportador de alimentação e de descarga e velocidade de corte igual ou superior a 40m/min
8465.92.11	Ex 001 - Máquinas de múltiplas estações para fresar e lixar peças estreitas de madeira, em ambos os lados simultaneamente, com 6 grupos operacionais, sendo 2 fresas e 4 lixas, ou com 8 grupos operacionais, sendo 4 fresas e 4 lixas, com mesa móvel de curso de 2.500mm, com avanço contínuo, com ou sem controle numérico computadorizado (CNC)
8465.92.90	Ex 008 - Máquinas fresadoras/respigadeiras de extremidades com 2 cabeçotes contrapostos de 2 cabeças, para trabalhar peças de madeira, operando com ambas extremidades simultaneamente, com secção máxima a ser trabalhada de 60 x 60mm ou 150 x 60mm em corte reto, secção mínima a ser trabalhada de 10 x 10mm ou 15 x 8mm em corte reto, com diâmetro de peça de 4 a 30mm, espessura de peça de 4 a 30mm, comprimento da peça horizontalmente de 80mm mais espessura, profundidade da peça de 6 x 50mm, comprimento máximo da peça verticalmente de 80mm, rotação do eixo vertical de -10 a 45º, rotação do motor porta ferramenta de 11.000rpm, com capacidade de produção de 900 a 1.350peças/hora
8465.92.90	Ex 009 - Plainas moldureiras para serviços pesados, com 4 eixos para cabeçotes de corte e 2 eixos para serras circulares de alta performance, com capacidade para corte a 750 metros lineares por minuto, conversores de frequência em todos os eixos, mesas e guias forjados, sapatas de pressão e guias com sistema de resfriamento integrados, mesa de alimentação para 180 ciclos/minuto e velocidade de avanço de 750 metros lineares por minuto, dispositivo para ajuste e montagem das ferramentas de corte
8465.93.10	Ex 005 - Lixadeiras contínuas para chapas de fibras ou partículas de madeira, apresentadas em corpo único ou como linha de lixamento com 2 ou mais unidades, com velocidade máxima igual ou superior a 60m/min, largura útil de trabalho igual ou superior a 1.800mm e precisão final na espessura da chapa igual ou inferior a 0,075mm
8465.99.00	Ex 033 - Máquinas-ferramenta para trabalhar madeira, com comando numérico computadorizado (CNC), capazes de furar, fresar e serrar, por meio de dois cabeçotes, com 2 mandris de cada lado, com rotação máxima de 24.000rpm, com no mínimo 5 eixos interpolados podendo chegar a 12 eixos com acionamento simultâneo (interpolados), com programação através de CAD dedicado a programação em 3D com ou sem digitalizador possibilitando trabalhar peças de superfície irregular, para peças com comprimento no eixo X com no mínimo 1.700mm e máximo 6.200mm, com ou sem carregador automático de peças
8465.99.00	Ex 046 - Máquinas-ferramenta para trabalhar madeira, com comando numérico computadorizado (CNC) para furar, fresar e serrar, por meio de 2 cabeçotes, sendo 1 inferior e outro superior, dotados de múltiplas ferramentas verticais e horizontais independentes, com capacidade de trabalhar 2 peças simultaneamente de largura igual ou superior a 70 a 1.000mm, e comprimento igual ou superior a 90 a 3.000mm, com ou sem mesa de carregamento
8465.99.00	Ex 047 - Máquinas-ferramenta para trabalhar madeira, tipo pórtico, com comando numérico computadorizado (CNC), capazes de furar, fresar e serrar, por meio de 2 ou 4 cabeçotes com 1 ou 2 saídas de cada lado, com rotação máxima de 24.000rpm, com no mínimo 5 eixos interpolados podendo chegar a 12 eixos com acionamento simultâneo (interpolados), com programação através de CAD dedicado a programação em 3D, com ou sem digitalizador, possibilitando trabalhar peças na superfície irregular, para peças
8465.99.00	com comprimento no eixo X com no mínimo 1.700mm e máximo de 7.000mm, com ou sem carregador automático de peças Ex 052 - Máquinas-ferramentas para trabalhar madeira, com comando numérico computadorizado (CNC), para fresar, serrar e furar, com sistema de otimização de corte reto ou curvo ("nesting"), sistema de identificação de peças com código de barras, troca de ferramentas, para trabalhar painéis de madeira aglomerada ou fibra (MDF) com largura máxima de 2.205mm e comprimento máximo de 5.600mm, com ou sem carregador e descarregador

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8465.99.00	Ex 053 - Máquinas "spliter" de alta velocidade, para corte longitudinal de painéis de madeira e similares em 2 partes, para peça de diferentes tamanhos, posicionamento automático da abertura da máquina via servomotor com comando numérico (NC), velocidade de avanço máximo de 60m/min, com motor de 10kW para divisão dos painéis, com grupos incisores superior e inferior para ranhurar, com 1 ou mais motores para abrir ranhura
8465.99.00	Ex 054 - Máquinas-ferramentas para trabalhar madeira, com motores cruzados, cabeçote tipo revólver, com 5 eixos ou superior, capazes de fresar, furar, cortar, fazer furos oscilantes em 5 faces, 2 mesas que trabalham em concordância com o sistema, com curso igual ou superior a 1.800mm no eixo X-U, 1.600mm no eixo Y e 700mm no eixo Z, com comando numérico computadorizado (CNC)
8466.94.90	Ex 002 - Pratos de aquecimento consistentes de um bloco retangular confeccionados em aço especial, pesando aproximadamente 8.878kg e medindo 3.000 x 3.750 x 60mm, usinados em todas as suas faces, sendo uma delas chamada superfície de trabalho, medindo 3.000 x 3.750mm, precisamente usinada para garantir uma superfície de trabalho perfeitamente plana com rugosidade Rz=16µ, possui em seu interior, canais transversais interligados entre si, usinados com diâmetro de 32mm e distribuídos ao longo de toda sua extensão para a passagem de óleo/fluido térmico para elevar o prato de aquecimento até a temperatura máxima de 240°C; a face oposta à superfície de trabalho possui orifícios e encaixes usinados para permitir a fixação do prato a prensa; em suas faces laterais, com medidas de 3.750 x 60mm, são soldadas conexões especiais, também perfeitamente usinadas com dimensões e orifícios estrategicamente posicionados, sendo 6 em um dos lados e 5 no lado oposto para a conexão do prato de aquecimento ao sistema secundário de circulação de óleo/fluido térmico da prensa; em suas faces de topo, com dimensões de 3.000 x 60mm são usinados rebaixos e orifícios que permitem a fixação do prato de aquecimento a prensa e também a outros pratos de aquecimentos, os pratos inferior e superior possuem características iguais, porém dimensões conexões dispostas em espelho
8468.20.00	Ex 017 - Máquinas para corte e recorte, por oxicorte, de perfis metálicos laminados ou soldados, com largura máxima de 1.100mm e altura máxima de 700mm, dotadas de: 1 estação de corte térmico por meio de oxicorte movimentando-se em 5 eixos de translação e de rotação, interpolados, com velocidade de corte variável entre 170 a 750mm/min, com comando numérico computadorizado (CNC), com ou sem sistema de transporte para alimentação e medição dos perfis acabados
8468.90.90	Ex 003 - Bancadas de apoio, para alinhar, fixar e conter empenamento de chapas de aço ou virolas (anéis metálicos), com espessura da chapa de 1 a 4mm sem ponteamento prévio e 4 a 8mm com ponteamento prévio, para serem utilizadas em sistema de solda com comprimento útil de 4.000mm e virola com diâmetro mínimo de 1.250mm, dotadas de base de cobre na área de soldagem com sistema de circulação de água para refrigeração, 16 grampos com acionamento pneumático por pedaleira para alinhamento, 3 grampos acionados por pistões pneumáticos para fixação da chapa, quadro elétrico
8472.90.30	Ex 001 - Máquinas para classificar, contar e verificar a autenticidade de papel-moeda, com velocidade de processamento igual ou superior a 10 cédulas por segundo, mesmo com cintagem automática
8474.10.00	Ex 015 - Máquinas para separar minerais sólidos, (peneira de rolos), com eixos transversais paralelos de distância entre centros fixa, equipadas com discos dentados intercalados e acionados individualmente por motores de potência igual ou superior a 22kW
8474.10.00	Ex 028 - Peneiras móveis autopropelidas para classificação de minérios de superfície, montadas sobre esteiras tio "crawler" com acionamento hidráulico, controle e partida automatizada do processo e capacidade de produção igual ou superior a 100toneladas/h
8474.10.00	Ex 037 - Máquinas de sedimentação com condução de fluxo de ar variável (pulsado) e fluxo de ar contínuo, para separação automática por densidade a seco de carvão mineral em partículas leves e partículas pesadas, com granulometria de 50mm a 1mm, com capacidade de alimentação de 20 a 100ton/hora, sem necessidade de água de processo ou tratamento de água, sem desaguamento de finos e sem barragem de finos, com medição analógica da profundidade/densidade da camada no leito
8474.20.90	Ex 039 - Britadores móveis para minério de superfície, autopropulsados, com sistema de deslocamento sobre esteiras, acionamento hidráulico e capacidade máxima de produção igual ou superior a 250toneladas métricas/h
8474.20.90	Ex 044 - Britadores móveis para minérios de superfície, autopropulsados, com sistema de deslocamento sobre esteiras, com acionamento hidráulico, com capacidade máxima de produção superior ou igual a 220t/h, mas inferior ou igual a 225t/h
8474.20.90	Ex 063 - Britadores de mandíbulas primários de eixo excêntrico único, com carcaça de construção modular sem soldas, desmontável, suporte de máquina com amortecedores de borracha, com alto fator de redução de velocidade nos volantes de alta inércia, regulados por cunhas deslizantes, capacidade de 430 a 1.145t/h com abertura de alimentação de 1.600 x 1.200mm
8474.20.90	Ex 064 - Britadores giratórios semitransportáveis para britagem de minério, sem motor, com capacidade nominal igual ou superior a 4.000t/h, montados em estrutura de aço, com descarga direta através de sistema duplo de pontes apoiados na estrutura do britador e em um piso de bancada dentro da cava da mina, com capacidade para suportar caminhões com peso de até 340t, dotados de moega do britador principal com capacidade superior a 480t, britador principal, grua de serviços de manutenção para o britador com respectiva base estrutural de capacidade nominal de 80t, sistema braço/rompedor hidráulico e respectiva base estrutural para quebra de matacos na moega, silo de descarga com capacidade de 700toneladas para regularização de fluxo, sistema de jatos de água para contenção de poeira, correia de descarga e sacrifício com capacidade nominal igual ou superior a 4.000t/h, dotada de separador magnético de metais, dois transformadores de alimentação de 800kVA 3,3kV/418V, cabine de comando equipada com sistema de controle eletrônico operacional, cabine para acionamento e controle elétrico
8474.31.00	Ex 001 - Misturadoras de concreto móveis, sobre 4 rodas, autocarregáveis, próprias para misturar argamassa e concreto em canteiro de obra, com capacidade de produção de 1,1 a 4m³ por batelada, velocidade de deslocamento de 11 a 30km/h, transmissão integral 4 x 4, potência de 32,3 a 86,5kW, superestrutura (tambor de mistura + pá de carregamento) giratória, pá de carregamento com capacidade de 320 a 610L, tanque de água com capacidade de 185 a 900 litros e posto de comando giratório em 180º,
8474.39.00	Ex 004 - Usinas móveis para produção de concreto, com sistema de mistura por dosagem volumétrica, capacidade de produção de 46m³/h de concreto continuamente, capacidade nominal de 7,7 e 6,1m3 de carga elétrica, transportador com 60cm de largura e misturador contínuo com 2,74 e 3m de comprimento e 30 a 40cm de diâmetro
8477.10.11	Ex 020 - Máquinas de moldar e processar termoplásticos por injeção horizontal monocolor, com distância de 720mm entre as colunas, acionadas por 1 motor elétrico com força de fechamento máximo de 3.000kN, tensão 380V, 60Hz, trifásico, resistente a abrasão, com barra de segurança mecânica, circuitos de controle de temperatura, comando central para gerenciar de forma coordenada a processo de injeção, unidade de injeção com capacidade de 1.300g, com telas de acesso direto "touch screen", com capacidade de injetar 210unidades/hora
8477.10.91	Ex 004 - Combinações de máquinas para moldagem de ombros e bicos de bisnagas plásticas, com ou sem rosca, monocamada ou multicamada, compostas de: corrente de alimentação de tubos, estações de moldagem do material termoplástico, extrusora, prensa, unidade de resfriamento e tempera e esteira de descarga, controlador lógico programável (CLP) e conjunto de ferramentas de operação, com capacidade para produção de até 150bisnagas/minuto
8477.10.99	Ex 027 - Máquinas injetoras de termoplástico com 2 unidades de injeção contrapostas para sobreinjeção de resinas, mesa móvel central com curso horizontal com placa giratória indexada para fixação dos moldes e controle de posicionamento de 180º, roscas com 55mm de diâmetro, relação L/D de 22:1, curso máximo de injeção de 240mm com volume de 570cm³, taxa máxima de injeção de 713cm³/s, potência motriz de 45kW em cada rosca, força de fechamento de 4.200kN (420t)
8477.20.10	Ex 045 - Extrusoras para material termoplástico, com sistema multifuso de extrusão, tambor central rotativo e degasagem intensiva a vácuo, sistema de bomba de vácuo e separação de líquidos, diâmetro do fuso de entrada compreendido entre 70 e 300mm e capacidade de produção compreendida entre 250 e 4.200kg
8477.20.10	Ex 112 - Combinações de máquinas totalmente interligadas para produção de monofilamentos de PET plumável e liso de 0,18 a 1,50mm de diâmetro (seção redonda) e monofilamentos de PP plumável e liso de 0,20 a 1,50mm de diâmetro (seção redonda) para escovas e vassouras a partir das matérias primas flake (lascas) de garrafas PET recicladas, PP homopolímero com grau de extrusão MFR 10/12 e master com grau de extrusão com temperaturas de fusão de 300°C com capacidade de produção máxima de 100kg/h quando alimentada por flakes de PET e de 70kg/h quando alimentadas por PP homopolímero, denominada de linha completa para extrusão de fios (monofilamentos) de PET/PP, compostas por: 1 grupo de secagem e dosagem, 1 extrusora, 1 filtro contínuo, 1 bomba de filamentos e cabeçote de extrusão, 1 tanque frontal, 1 estiro lento, 1 forno do estiro, 1 estiro rápido, 1 forno de estabilização,1 rolo anti-estático, 1 estiro estabilizador, 1 ondulador, 1 bobinadeira, 1 enfaixadora, 1 cortadora de maços com painéis elétricos, proteção IP 44 e potência total instalada de 180kW, refrigeração a água com pressão de 4 a 5bar e temperatura máxima de 13°C, ar comprimido com pressão de 6 a 7bar e temperatura de 10 a 30°C
8477.20.10	Ex 113 - Combinações de máquinas totalmente interligadas para produção de monofilamentos de PET plumável e liso de 0,18 a 1,50mm de diâmetro (seção redonda) para escovas e vassouras a partir das matérias primas: flake (lascas) de garrafas PET recicladas, PP homopolímero com grau de extrusão MFR 10/12 e master com grau de extrusão com temperaturas de fusão de 300°C com capacidade de produção máxima de 200kg/h quando alimentada por flakes de PET e de 120kg/h quando alimentadas por PP homopolímero, denominada de linha completa para extrusão de fios (monofilamentos) de PET/PP, compostas por: 1 extrusora, 1 filtro contínuo, 1 bomba de filamentos e cabeçote de extrusão, 1 tanque frontal, 1 estiro lento, 1 forno do estiro, 1 estiro rápido, 1 forno de estabilização, 1 rolo anti-estático, 1 estiro estabilizador, 1 ondulador, 1 bobinadeira, 1 enfaixadora e 1 cortadora de maços, com painéis elétricos, proteção IP 44 e potência total instalada de 200kW, refrigeração a água com pressão de 4 a 5bar e temperatura máxima de 13°C, ar comprimido com pressão de 6 a 7bar e temperatura de 10 a 30°C
8477.20.10	Ex 068 - Combinações de máquinas para produção de chapas de polipropileno alveolar com espessura compreendida de 2 a 4mm e largura útil de 1.500mm, com capacidade de produção igual ou superior a 350kg/h, compostas de: extrusora para materiais termoplásticos com rosca de 120mm, com motor de 250HP; sistema de alimentação com silo e bomba de vácuo; troca filtro; bomba de engrenagens com motor de 10HP, cabeçote de extrusão com largura útil de 1.500mm; calibrador para chapas alveolares com largura útil de 1.500mm com conjunto de bombas de sucção de vácuo; puxadores dianteiros com 8 rolos; forno para estabilização com 57,6kW; tratamento corona com 10kW; soprador; puxadores traseiro com 4 rolos; cortador longitudinal; guilhotina computadorizada; paletizador, conjunto de refrigeração; controlador lógico programável (CLP)
8477.20.90	Ex 057 - Combinações de máquinas para extrusão a frio, resfriamento e enrolagem de perfis de goma utilizados para a fabricação de pneus, com velocidade máxima de produção de 50kg/min, compostas de: 1 unidade de alimentação a frio com cortadeira de grande débito, conjunto de transportadores; 1 unidade de extrusão, dotada de 1 extrusora com largura máxima de extrusão de 650mm, 1 nariz de rolo, 1 conjunto transportador; 1 unidade de pesagem contínua com transportador; 1 unidade de estriagem para estriar o produto; 1 unidade de resfriamento a aspersão de água com transportador; 1 conjunto de corte fim de linha; 1 unidade de enrolagem cassete, com velocidade máxima de enrolagem de 50m/min; 1 conjunto de armários com quadro de segurança, pneumático e elétrico com variadores de velocidade dos motores; 1 sistema de automatismo com controlador lógico programável (CLP) e mostradores digitais, câmeras de controle e telas de controle
8477.30.90	Ex 034 - Máquinas automáticas rotativas para moldagem de garrafas de PET (politereftalato de etileno) por estiramento e sopro, contendo módulos de aquecimento de pré-formas, com ou sem sistema basculante de pré-formas, alimentador de pré-formas, estação de sopro com 6 cavidades, sistema de recirculação de ar e transportador de ar na saída, com ou sem unidade de resfriamento, capacidade de produção máxima até 12.000g/h
8477.30.90	Ex 035 - Máquinas automáticas rotativas para moldagem de garrafas de PET (politereftalato de etileno) por estiramento e sopro, contendo módulos de aquecimento de pré-formas, com ou sem sistema basculante de pré-formas, alimentador de pré-formas, estação de sopro com 4 cavidades, sistema de recirculação de ar e transportador de ar na saída, com ou sem unidade de resfriamento, capacidade de produção máxima até 8.000g/h
8477.30.90	Ex 036 - Máquinas automáticas rotativas para moldagem por estiramento e sopro de garrafas e/ou frascos de politereftalato de etileno (PET), próprias para enchimento a quente, com capacidade de produção igual ou superior a 12.800 garrafas/hora, dotadas de módulos de aquecimento de pré-formas, transporte da pré-forma no forno sem a inversão na posição da pré-forma, alimentador de pré-formas, sistema de refrigeração da sopradora e aquecimento por óleo e água dos moldes, mas com ou sem sistema de rinsagem da pré-forma, sistema basculante de pré-formas, transportador de ar na saída

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8477.40.90	Ex 007 - Combinações de máquinas automáticas para produção de 27m²/h de painéis de lajes isolantes em poliestireno expandido a vácuo, com armação em aço para formação de lajes de piso ou de teto em obras civis, painéis com espessura mínima de 14cm e máxima de 30cm, compostas de: 4 desbobinadeiras com endireitadoras, pulmão de controle, 1 dobradora para fios de aço transversal em "Z", dispositivo de soldagem com transformador e cilindro pneumático, uma dobradora de treliças em linha com ângulo variável, esteira com ligação direta de entrada na moldadora, 1 moldadora com 3 silos alimentadores e 3 silos para estocagem, bomba de vácuo, expansor do EPS, unidade de usinagem e corte dos painéis, contendo 3 eixos, 1 etiquetadora, painéis de controle e comando por meio de PLC
8477.59.19	Ex 002 - Combinações de máquinas para vulcanização de correias de borracha de largura entre 900 e 2.600mm e espessura entre 5 e 50mm, compostas de: 1 desbobinador para até 336 bobinas de cabo de aço com controle de tensão individual, 1 pente de alinhamento e distribuição com largura de 2.600mm, 1 carro compactador para aplicação das mantas de borracha nos cabos de aço com desbobinador superior para bobinas com largura de até 2.800mm e diâmetro de até 3.500mm, desbobinador inferior para bobinas com largura de até 2.800mm e diâmetro de até 2.000mm, pré-prensa de dimensões 2.850 x 1.100mm, unidade hidráulica de pressão de operação de 290bar, facas de corte de aparas de 250mm, 1 prensa com mesa de 18.480mm de comprimento, com 130 pistões com diâmetro de 280mm, pressão específica máxima de 4.0Mpa e sistema hidráulico para controle de pressão dos pistões, 1 puxador de correia com largura de 2.600mm e velocidade entre 2 e 16m/min, 1 enrolador de correia com capacidade máxima de 6.000mm de diâmetro e peso até 65.000kg, 1 conjunto de painéis elétricos de alimentação e controle.
8477.59.90	Ex 061 - Máquinas automáticas, constituídas por corpo único, para moldar termoplásticos em 4 etapas de trabalho (injeção da pré-forma, condicionamento de temperatura, sopro/estiramento simultâneo e extração do produto), para produzir vasilhames com capacidade máxima compreendida entre 0,02 e 35litros
8477.59.90	Ex 062 - Máquinas automáticas para moldar termoplásticos, dotadas de 7 estações de trabalho seqüenciais e integradas (injeção da pré-forma e resfriamento primário/resfriamento secundário/estabilização da temperatura da pré-forma/reaquecimento da pré-forma/ estabilização da temperatura da pré-forma/sopro e estiramento simultâneo/ejeção do produto) para produzir vasilhames com volume máximo compreendido de 1 a 12 litros
8477.80.90	Ex 010 - Máquinas eletrônicas computadorizadas, contendo servos sistemas programáveis de múltiplos estágios, destinadas à fabricação de pneus radiais de diâmetro de aros compreendidos entre 12 e 24,5 polegadas
8477.80.90	Ex 021 - Máquinas para serrar anéis multicamadas de filme de poliéster metalizado, para fabricação de condensadores elétricos, incluindo ou não dispositivos para aplicar tensão elétrica, medir e selecionar as peças
8477.80.90	Ex 072 - Máquinas automáticas para corte e re-bobinagem de filmes plásticos, para aplicação em condensadores elétricos, com capacidade para processar filmes de poliéster e/ou polipropileno de espessura mínima de 1,2 e 3 micrometros, respectivamente, com largura mínima de 4mm a uma velocidade igual ou superior a 180m/min
8477.80.90	Ex 091 - Combinações de máquinas para fabricação de luvas descartáveis de polietileno estampadas e fixadas, em pares sobrepostos, por calor e pressão sobre uma lâmina de papel impresso com instruções informativas, com capacidade de 120 ciclos por minuto, com controlador lógico programável (CLP), compostas de desbobinador de papel com controlador de tensão, desbobinador duplo de filme de polietileno, módulo de moldagem e selagem da luva de polietileno inferior e remoção de aparas, módulo de moldagem e selagem da luva de polietileno superior e remoção das aparas e unidade final de corte
8477.80.90	Ex 114 - Combinações de máquinas para produção contínua de painéis ou telhas termoisolantes, do tipo "sanduíche", com folha de aço pré-pintado, e alternativamente em alumínio, aço galvanizado ou aço inoxidável, com núcleo de poliuretano expandido, de largura compreendida entre 1.000 e 1.200mm, espessura compreendida entre 15 e 200mm e comprimento entre 1.600 e 15.000mm, compostas de: unidade para perfilamento de tiras de metal (GLL); unidade para conformação do painel com poliuretano (GLP); unidade para corte do painel com poliuretano com controlador lógico programável (CLP)
8477.80.90	Ex 227 - Combinações de máquinas para fabricação de geomantas (elemento tridmensional de material plástico), com espessura entre 5 e 30mm, densidade entre 200 e 1.000g/m² e geocompostos (associação das geomantas com outros materiais como não tecidos), com controlador lógico programável (CLP), compostas de: funis de dosagem de matéria-prima; carregador/alimentador automático com capacidade máxima de carga de 200kg/h; extrusora para material termoplástico, com diâmetro de rosca de 120mm, com capacidade máxima de extrusão de 150kg/h, velocidade máxima de extrusão de 90rpm; trocador de tela para filtragem de impurezas da matéria-prima, com sistema hidráulico para troca de tela do filtro; molde para conformação do material, com 2 matrizes, com largura do molde de 2.100mm, dotado de controlador de temperatura; unidade de conformação por meio de rolos de conformação, com motor conversor de frequência com velocidade ajustável, sistema de resfriamento com ajuste automático; unidade de transporte e remoção de umidade consistindo de transportador de rolo/guia com dispositivo para remoção eletromotiva de umidade e secagem por ventilador; desbobinador de não tecido com diâmetro de 800mm e largura de 2.300mm; laminador de não tecido, por meio de termofusão e prensagem pneumática; unidade de corte e tração por rolo duplo, para corte automático do comprimento do produto; unidade de bobinamento do produto final; sistema de transporte a vácuo com secadores para reduzir o teor de umidade; dispositivo com rolos intercambiáveis acionador por motor conversor de frequência com velocidade ajustável e dispositivo térmico para alteração do formato da geomanta e laminador de não tecido; acumulador (compensador), formado por rolos fixos e móveis
8477.80.90	Ex 228 - Combinações de máquinas para montagem automática de tampas plásticas do tipo "flip-top" com dimensão de 28mm e duplo lacre de segurança, formadas por 2 componentes (bico e tampa) por sistema de compressão mecânica e dobra da banda antiviolação, com controlador lógico programável (CLP) e capacidade de 700tampas/minuto com eficiência de 95%, constituídas por unidades de alimentação e orientação de componentes com armazenadores, tigelas vibratórias duplas, esteira transportadora, calha de alimentação e sensores de checagem de presença e posicionamento, mesa giratória de montagem com indexadores rotativos verticais contínuos de 36 posições, sistema sensorizado de inspeção e controle com rejeição automática e descarga controlada, com elevação inclinada em transportador de caixas de embalagem
8477.80.90	Ex229 - Máquinas automáticas para corte de tubos de borracha moldados e com perfil dentado usadas na produção de correias dentadas de veículos automotores, com capacidade de 45correias/minuto, largura de corte mínima de 1mm e largura de corte máxima de 999,99mm
8478.10.90	Ex 006 - Máquinas para preparar/transformar fumo, consistentes em linha de produção de cigarros com filtro, com capacidade de produção de 7.200cigarros/minuto, formadas pelo conjunto das partes denominadas elaboradora de cigarros, montadora de filtros e carregador de gavetas
8479.10.90	Ex 003 - Vibroacabadoras autopropulsadas, para fabricação de artefatos de concreto em operação contínua, alimentadas com concreto usinado através de correias ou diretamente no local de concretagem, com movimentação através de esteiras impulsionadas hidraulicamente, com capacidade de pavimentação de até 9,75m de largura e 483mm de profundidade
8479.10.90	Ex 017 - Vibroacabadoras/pavimentadoras de concreto autopropelidas sobre esteiras, para execução de perfis monolíticos e artefatos em concreto de forma contínua, com molde podendo ser posicionado de forma flexível em ambos os lados da máquina, dentro ou fora do chassi, alimentadas com concreto diretamente na parte superior do molde, com controle eletrônico para ajuste do nivelamento, com sistema rodante dotado de 3 esteiras de poliuretado, com velocidade máxima de deslocamento de 35m/min e velocidade máxima de concentragem de 20m/min, com dimensões máximas para transporte de 7.100 x 2.500 x 2.660m
8479.40.00	Ex 011 - Máquinas de dupla torção, tipo "Buncher", para fabricação de cabos e/ou pernas de cabos de fio de aço com resistência igual ou superior a 180kgf/mm²
8479.50.00	Ex 016 - Robôs industriais constituídos de braço mecânico, com movimentos orbitais de 3 ou mais graus de liberdade, capacidade de carga igual ou superior a 4kg, painel elétrico de acionamento dos motores do braço mecânico
8479.50.00	Ex 018 - Robôs industriais constituídos de braço mecânico com movimentos orbitais de 3 ou mais graus de liberdade, capacidade de carga igual ou superior a 5kg
8479.50.00	Ex 027 - Robôs industriais constituídos de braço mecânico com movimentos orbitais de 3 ou mais graus de liberdade, capacidade de carga igual ou superior a 3kg, painel elétrico de comando, controle e unidade de programação
8479.50.00	Ex 034 - Robôs industriais paralelos constituídos de 3 braços mecânicos com movimentos orbitais de 4 graus de liberdade, capacidade de carga igual ou inferior a 3kg, painel elétrico de comando, controle e unidade de programação com "touch screen" e "joystick"
8479.50.00	Ex 053 - Robôs industriais com capacidade de carga igual ou superior a 100kg, constituídos por 2 braços mecânicos de 4 ou mais graus de liberdade por braço, com fixações distintas, painel de controle e painel portátil de programação
8479.81.90	Ex 022 - Máquinas para desengraxar, lavar, decapar, polir e secar cápsulas de munição de metal, dotadas de 3 bombas para adição de produtos químicos, reservatório de lavagem circular com movimento vibratório, sistema de secagem a ar quente com resistências elétricas e controlador lógico programável (CLP), com capacidade de 50 a 300 litros de peças.
8479.81.90	Ex 043 - Máquinas de bioremediação para remoção de graxa e óleo de peças, construídas em polietileno de parede dupla, com sistema de controle de temperatura a 41º+/-1ºC sistema integrado de aeração e filtragem, com capacidade de 60 a 140 litros
8479.81.90	Ex 074 - Combinações de máquinas para pré-tratamento (desengraxe, decapagem, lavagem, fluxagem e secagem) em tanques de 3,20m de profundidade, com volume de 74,88m³, compostas de: sistema de movimentação e transporte, dotado de 2 conjuntos de pares de talhas elétricas com movimento de elevação paralelo à monovia; sistema de aquecimento e de recuperação de calor dos banhos de desengorduramento e de fluxagem em PVDF (fluoreto de polivinilideno); conjunto de dispositivos para aceleração dos banhos ácidos, dotado de 5 pares de dispositivos de decapagem dinâmica em polipropileno à prova de ácido, para aceleração da recirculação dos 5 banhos (1 par/banho) de ácido da fase de pré-tratamento; conjunto de dispositivos e equipamentos para a secagem das peças pré-tratadas pelos banhos químicos; unidade para neutralização das emissões de vapores ácidos, com capacidade de aspiração de 60.000m³/h, com emissão máxima de particulados de 5mg/m³, dotada de tubos, conexões, dutos, ventiladores centrífugos a prova de ácido, reguladores eletrônicos e dispositivo automático de controle de pH; unidade de tratamento de banho de fluxo, dotada de bombas dosadoras sensoradas, bomba de membrana, filtro-prensa e controlador de pH fabricados em PVRF e polipropileno á prova de ácido, unidade de controle de resíduos; sensores de operação e controlador lógico programável (CLP)
8479.81.90	Ex 075 - Máquinas automáticas para corte e decapagem de fios e cabos elétricos, com capacidade para diâmetros externos igual ou superior a 10mm mas igual ou inferior a 35mm, com detecção automática da secção transversal do fio/cabo, com velocidade de 4m/s ou 4,8m/s, painel de comando com controle eletrônico
8479.81.90	Ex 076 - Máquinas para produzir pacotes capacitores por meio do bobinamento automático de filmes de polipropileno com espessura compreendida entre 7,4 e 17µm e folhas de alumínio com espessura compreendida entre 4,5 e 8µm, com velocidade máxima de bobinamento de 3m/s, dispositivo de teste de capacitância e de tensão, conjunto de adaptadores, proteção de cortina de luz e controlador lógico programável
8479.82.10	Ex 004 - Misturadores de tintas para latas de capacidade igual ou inferior a 20 litros, dispostas em prateleiras, de agitação múltipla, com agitadores modulares
8479.89.11	Ex 001 - Prensas hidráulicas para sucata, montadas sobre roda, com capacidade máxima igual ou superior a 80 toneladas por dia, garra hidráulica de extração, próprias para serem tracionadas por meio de cavalo mecânico
8479.89.12	Ex 015 - Dispensadores automáticos de tintas, com bombas volumétricas de engrenagens, controlador lógico programável (CLP), e controlador de vazão
8479.89.12	Ex 016 - Dispensadores de tintas, vernizes, pastas e/ou concentrados, com reservatórios alinhados ou dispostos na forma de carrossel, para embalagem com capacidade de até 20 litros, inclusive
8479.89.12	Ex 019 - Pipetadores automáticos para testes diagnósticos em imunologia, imunohematologia e biologia molecular, pelas técnicas de enzimaimunoensaio (ELISA), radioimunoensaio (RIA), adição de reagentes para hemaglutinação e detecção de ácidos nucléicos (DNA)
8479.89.12	Ex 020 - Dosificadores automáticos de tintas, vernizes, pastas e/ou concentrados, com tecnologia de dosificação com bombas volumétricas de diafragma ou fole, reservatórios para acondicionamento de insumos que podem ter capacidades variadas, com operação de dosagem seqüencial ou simultânea, para trabalhar com embalagens com capacidade de até 20 litros, com controlador lógico programável (CLP)
8479.89.89	Ex 016 - Máquinas adaptáveis a caminhão destinadas para a limpeza, reciclagem e armazenagem de resíduos de esgotos e bueiros, dotadas de: 1 mangueira de sucção de 5" com comprimento igual ou superior a 20 m, 1 mangueira para impulsão de água reciclada de 1" com comprimento igual ou superior a 160m e 1 mangueira de 1/2" com comprimento igual ou superior a 60 m, para serem montadas sobre caminhão
8479.89.99	Ex 005 - Combinações de máquinas para produção de grades expandidas contínuas, para fabricação de baterias chumbo-ácido, com capacidade para produzir 35.000placas/ h, compostas de: desbobinador de tiras, máquina de soldar tiras, expansor rotativo de malhas, recortador de alças de ligação e divisor rotativo de placas

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8479.89.99	Ex 008 - Equipamentos para manutenção de moinho de bolas, responsáveis pelo transporte e posicionamento dos revestimentos internos do moinho, compostos de sistema de giro do guindaste acionada por meio de redutor de engrenagem helicoidal com raio de alcance máximo de 5.512mm, controle operacional, manuseador de revestimento de moinho, gancho de fixação para transporte do revestimento com capacidade do guindaste de 3.000kg, lança horizontal acionada por meio de motor hidráulico e com alcance máximo da lança em 7.391mm, bloco de alimentação com energia fornecida ao manuseador por um motor "TEFC" trifásico montado sobre pés na posição horizontal e diretamente acoplado a uma bomba hidráulica de pistões com pressão de volume variável compensada, translação por 4 rodas de aço forjado com pneus de poliuretano
8479.89.99	Ex 011 - Máquinas automáticas para agrupamento intercalado de placas de bateria com elementos separadores de polaridade, com empilhamento automático, com capacidade de agrupamento compreendida de 60 a 140conjuntos/min, com controlador lógico programável (CLP)
8479.89.99	Ex 018 - Máquinas de limpeza de chapas de alumínio por escovação e aspiração para chapas de largura máxima de 1.250mm, altura máxima da chapa de 1.100mm, espessura máxima da chapa de 0,3mm, velocidade de processamento de 60cm/min, présensibilizadas, utilizadas na impressão "ofsete"
8479.89.99	Ex 034 - Equipamentos automatizados com aplicação em siderurgia na tomada de temperatura e retirada de amostras de banho de aço líquido através da porta de escória de forno elétrico a arco voltaico, com braços acionados por motores elétricos e/ou pneumáticos, controlados por controlador lógico programável (CLP) e refrigerados a água
8479.89.99	Ex 044 - Máquinas para posicionamento, abertura e aplicação de sacos valvulados de papel "kraft", para sacos com comprimento máximo de 78cm, em ensacadoras rotativas de capacidade igual ou superior a 1.200 sacos por hora
8479.89.99	Ex 064 - Máquinas aplicadoras, por rolo aplicador, de verniz no fundo externo de latas de alumínio, com sistema de secagem ultravioleta
8479.89.99	Ex 097 - Máquinas automáticas para processamento de cabos e fios elétricos, para cortar no comprimento programado, decapar e aplicar terminais e/ou conectores e/ou selos vedantes, com monitoramento da qualidade da aplicação, com velocidade de alimentação do fio igual ou superor a 6m/segundo mas inferior ou igual a 12m/segundo
8479.89.99	Ex 348 - Máquinas para preparação de lâminas de sangue (esfregaços) para uso em contadores hematológicos
8479.89.99	Ex 350 - Máquinas para aplicação de revestimento anti-reflexo em lentes oftálmicas, por meio de evaporação de substância mineral e câmara de vácuo
8479.89.99	Ex 371 -Combinação de máquinas, controladas por microcomputador, para aplicação de papéis decorativos, tratados com resina melamínica, em painéis de fibras ou partículas de madeira prensada, de dimensões iguais ou superiores a 2.750 x 1.830mm, composta de: prensa laminadora do tipo "prato", mono-abertura, com abertura entre pratos aproximada de 260mm, com força máxima igual ou superior a 48.000N, pressão específica máxima de 48kg/cm² e temperatura máxima de 220ºC; com ou sem mesas e carros transportadores; estação de transferência e colocação do papel; sistema de troca eletrostática; sistema de inspeção de chapas, escoamento e refilo, empilhamento e colocação de capas de proteção
8479.89.99	Ex 470 - Máquinas para carregar cartuchos de munições, providas de alimentador de estojos, alimentador de pólvora, alimentador de projéteis, prensa para engastar e fechar os cartuchos e dispositivo para extração dos cartuchos, com capacidade igual ou superior a 60golpes por minuto a cada lado do êmbolo
8479.89.99	Ex 471 - Máquinas para espoletar cartuchos de munição, providas de alimentadores de estojos, estação para a usinagem de cartuchos, controles dimensionais, prensa para montagem das espoletas, dispositivo para extração dos estojos, dispositivo para envernizamento da junção estojo/espoleta, com capacidade igual ou superior a 120 cartuchos por minuto
8479.89.99	Ex 489 - Equipamentos de inspeção de latas, que através de câmaras, fotografa o interior das latas, detectando irregularidades quando as imagens, pela análise do contraste de cor cinza, são comparadas com um padrão pré-estabelecido
8479.89.99	Ex 618 - Aparelhos formadores de espiras para linha de laminação contínua de fio-máquina e vergalhão, com bitolas compreendidas entre 5,5 e 16mm, com controlador lógico programável (CLP), com velocidade máxima de 75m/s, dotados de conjunto formador de espiras, mesa de rolos basculantes e sistema elétrico
8479.89.99	Ex 619 - Combinações de máquinas para montagem de colchões, com comando numérico computadorizado (CNC), compostas de: estação de alinhamento para colchões dotada de trilhos e roletes transversais com sistema de alinhamento pneumático, com comprimento e largura da mesa de 2.400 x 2.400mm respectivamente; estação de colagem dotada de sistema de alinhamento central automático, ajuste automático de altura, largura e comprimento, ajuste de avanço e retorno, velocidade de ciclo de 15s, comprimento máximo da manta de 220cm, largura máxima e altura máxima da manta de 200 x 20cm respectivamente, um pré-fusor para derretimento da cola "hot melt" com capacidade máxima igual a 260kg/h de rendimento da bomba, com 2 cabeçotes de aplicação com mangueiras e controle de colagem das bordas, 3 bicos adicionais centrais duplos, para colagem do suporte do estofamento, com distância de centro a centro dos bicos de 200mm; correias transportadoras para molas coladas com tiras laterais de espuma com armação inferior, com comprimento e largura máxima de 2.200mm; correia transversal para transferência superior de mola; estação para alinhamento e transversal de mola com tiras laterais de espumas coladas, dotada de mecanismo de elevação, sistema de transferência em 90º; estação de transporte para montagem, dotada de esteira transportadora revestida de silicone e rolos de limpeza, abas de montagem laterais revestidas com teflon, com comprimento da mesa de 2.400mm, largura da mesa com abas abertas de 2.050mm; prensa dupla móvel dotada de esteira transportadora revestida de silicone e rolos de limpeza, com cilindros pneumáticos sem haste, com sistema automático de nível de prensagem e ajuste, para aumento ou diminuição da intensidade de prensagem de acordo com a largura do colchão, com altura de passagem de 400mm; 2 esteiras de duplo sentido em 90º; prensa viradeira dotada de 8 cilindros pneumáticos sincronizados, dotada de correias de montagem com esteira transportadora revestida de silicone e rolos de limpeza, abas de montagem laterais para aumento da largura da mesa revestidas com teflon, com comprimento da mesa de 2.400mm e largura da mesa com abas projetadas para fora de 2.050mm
8479.89.99	Ex 620 - Combinações de máquinas para montagem do fundo do cesto, utilizadas na linha de fabricação de cestos de lavadoras de roupas para uso doméstico, compostas de: 1 estação de alimentação automática dos fundos dos cestos, 1 estação para posicionamento e montagem do fundo por rebordamento das abas da lateral e do fundo do cesto garantindo a fixação do conjunto assegurando a resistência de torque de 50Nm, 1 estação para descarga do conjunto cesto comandada por CLP
8479.89.99	Ex 621 - Combinações de máquinas, completas, para um sistema de pós-tratamento em chapas planas de aço carbono galvanizadas, com aplicação de solução dissolvida em água com fosfato ou cromo ou NIT por meio do processo de "roll-coating", com espessuras de 0,5 a 2mm e larguras de 900 a 1.875mm, numa velocidade de processamento de 40 a 180m/min, com capacidade de aplicação do produto nas 2 faces da bobina ao mesmo tempo e espessura da camada de 0,5 a 1,5g/m², tendo como temperatura de cura em torno de 90°C e com temperatura de saída da seção pós-tratamento em torno de 55°C, compostas de 1 coater vertical de aplicação dos produtos (fosfato ou cromo NIT) dissolvidos em água composto por 3 conjuntos de rolos para aplicação do produto; 1 forno de indução para secagem (cura do produto), com sistema de refrigeração e outro sistema de exaustão do ar aquecido; 2 (dois) conjuntos de resfriadores para baixar a temperatura da chapa até 55°C; 2 conjuntos de rolos defletores; 1 conjunto de rolos tensores motorizados que controlam a tração na chapa de pós-tratamento
8479.89.99	Ex 622 - Equipamentos mecânicos de aplicação de solução dissolvida em água com fosfato ou cromo ou NIT em chapas planas de aço carbono galvanizadas utilizando rolos motorizados para aplicação direta ou reversa da solução, simultaneamente nas 2 faces das chapas com largura de 900 a 1.850mm, espessura de 0,5 a 2mm, com velocidade de processo de 40 a 180m/min e espessura da camada de 0,5 a 1,5g/m²
8479.89.99	Ex 623 - Máquinas para gravação/marcação autônomas, para serem utilizadas em linhas de montagem, para identificação e rastreabilidade por riscagem de peças metálicas ou plásticos de qualquer superfície, com unidade de controle de memória interna com capacidade máxima de 1.000 arquivos de marcação, com área de marcação do eixo X compreendida entre 40 e 160mm e área de marcação do eixo Y compreendida entre 50 e 50mm, potência de 150VA
8479.89.99	Ex 624 - Máquinas para montagem de cabos de madeira para vassouras, com comprimento mínimo de 1.000mm e máximo de 1.350mm, com diâmetro de 21mm (tolerância de 1,5mm), com capacidade de 24cabos/min, dotadas de sistema para colocação e grampeamento automático da rosca e ponteiras nas extremidades e sistema para colocação de etiquetas
8480.71.00	Ex 041 - Moldes de 48 cavidades para injeção de variação de preformas de politereftalato de etileno (PET) de 60g, com variação de peso de +/-0,4g, variação da espessura menor que 0,12mm, com capacidade de injeção de 48 peças por ciclo e ciclo de 25,3 segundos, com sistema de extração de preformas composto de robô de entrada lateral, placa extratora para retirada de preformas de 3 posições, "Coolpik" para extração de calor, com capacidade de injeção e resfriamento simultâneos
8480.71.00	Ex 042 - Moldes de 72 cavidades para injeção de variação de preformas de politereftalato de etileno (PET) de 22g, com variação de peso de +/-0,3g, variação de espessura menor que 0,12mm, com capacidade de injeção de 72 peças por ciclo e ciclo de 10,8 segundos, com sistema de extração de preformas composto de robô de entrada lateral, placa extratora para retirada de preformas de 3 posições, "Coolpik" para extração de calor, com capacidade de injeção e resfriamento simultâneos
8480.71.00	Ex 027 - Moldes de 32 cavidades, confeccionados com aço especial e sistema de injeção de preformas próprias a quente, utilizados para a injeção de plástico com capacidade para 32peças/ciclo menor que 9 segundos, com temperatura de operação de 230ºC e temperatura de ejeção de 70ºC, com placas isolantes de 10mm, ejeção em ângulo de 90º, dotados de sistema "hot runners" e de sensores de pressão em cada cavidade, com garantia de pelo menos 3 milhões de moldagens, para a fabricação do botão de pressão a ser utilizado na montagem de caneta descartável semi-automática destinada à aplicação de insulina em pacientes diabéticos
8480.71.00	Ex 032 - Molde de 16 cavidades, confeccionados em aço especial e sistema de injeção de preformas próprias a quente, utilizados para a injeção de plástico,para fabricação de dosador a ser utilizado na montagem de canetas descartáveis semi-automática, destinada á aplicação de insulina com capacidade para 16peças/ciclo menor que 15 segundos, com temperatura de operação de 200 ºC e temperatura de injeção de 120 ºC, com placas isolantes, ejeção em paralelo, dotado de sistema "hot runners" e de sensores de pressão em cada cavidade
8480.71.00	Ex 033 - Moldes de 16 cavidades, confeccionados com aço especial e sistema de injeção de preformas próprias a quente, utilizados para a injeção de plástico com capacidade para 16peças/ciclo menor que 11 segundos, com temperatura de operação de 230ºC e temperatura de ejeção de 70ºC, com placas isolantes, ejeção em ângulo de 90º, dotados de sistema "hot runners" e de sensores de pressão em cada cavidade, com garantia de pelo menos 2 milhões de moldagens, para a fabricação da carcaça a ser utilizado na montagem de caneta descartável semi-automática destinada à aplicação de insulina em pacientes diabéticos
8480.71.00	Ex 034 - Moldes de 24 cavidades, confeccionados com aço especial e sistema de injeção de preformas próprias a quente, utilizados para a injeção de plástico com capacidade para 24peças/ciclo menor que 7segundos, com temperatura de operação de 200ºC e temperatura de ejeção de 120ºC, com placas isolantes, ejeção em paralelo, dotados de sistema "hot runners" e de sensores de pressão em cada cavidade, com garantia de pelo menor 2 milhões de moldagens, para a fabricação da alavanca a ser utilizada na montagem de caneta descartável semi-automática destinada à aplicação de insulina em pacientes diabéticos
8481.10.00	Ex 004 - Válvulas redutoras de pressão para regulagem do gás GLP e comutação automática do fluxo em circuitos de abastecimento, com capacidade de operação para 10kg/h, pressão de saída em serviço de 1,5kgf/cm² e pressão após a comutação do circuito de alimentação de 0,8kgf/cm²
8481.20.90	Ex 003 - Válvulas seletoras para sistema hidráulico, para pressão máxima de trabalho igual ou superior a 6.900kPa
8481.80.21	Ex 002 - Válvulas da cabeça termostática com pré-furo e com furo, corpo em latão, mola em aço inox, anel de vedação em borracha nitrílica, para controle de temperatura ambiente de uma determinada região por sensor, que varia proporcionalmente o fluxo de gás para os queimadores aquecerem esta região na temperatura ajustada na cabeça termostática
8481.90.90	Ex 008 - Cabeças termostáticas com sensor integrado, dimensões de 49 x 87mm, de corpo plástico em acetal, volante plástico (ABS), porca de fixação (ABS), sensor por dilatação de cera, capilar e bulbo do sensor encapado
8481.90.90	Ex 009 - Cabeças termostáticas com sensor integrado, dimensões de 49 x 87mm, de corpo plástico em acetal, volante plásitico (ABS), porca de fixação (ABS), sensor por dilatação de líquido, capilar do sensor encapado
8481.90.90	Ex 010 - Cabeças termostáticas com sensor integrado, dimensões de 49 x 87mm, de corpo plástico em acetal, volante plástico (ABS), porca de fixação (ABS), sensor por dilatação de líquido

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8483.40.10	Ex 037 - Caixas de transmissão para conversão de torque e velocidade para veículos de movimentação de carga e terraplanagem, nivelamento, carregamento, raspagem, escavação, compactação, extração ou perfuração de terra e minérios ou para aplicação em máquinas de colheita ou debulha de produtos agrícolas, torque máximo compreendido de 300 a 330 [N x m] à 3.000rpm
8483.90.00	Ex 001 - Estatores para conversor de torque, em aço laminado ASTM A619, rotação máxima de 2.100rpm e torque de 1.231Nm, com diâmetro externo de 240,5mm e comprimento total de 96,5mm, para eficiência de 70% no produto final
8501.64.00	Ex 005 - Geradores síncronos de corrente alternada, com sistema de resfriamento, potência superior a 25.000kVA, tensão de 13,8kV, freqüência de 60Hz e rotação de 3.600rpm (2 pólos), para uso em turbo gerador a vapor
8502.13.19	Ex 016 - Grupos eletrogêneos acionados por motor a diesel, acoplamento tipo roda-livre, combinados a equipamento de alimentação ininterrupta de energia (UPS), com reserva de energia feita em banco de baterias ou volante rotativo, frequência 60Hz, voltagem entre 380 a 25.000V, potência entre 500 a 3.300 kVA
8503.00.90	Ex 002 - Rotores tipo "gaiola de esquilo" em chapa siliciosa de grãos orientados do tipo E-230 e acabamento C4 com perdas de 6, 84W/kg e fluxo de 15.000Gauss, injetados com liga de alumínio a 99% de pureza, com potência nominal de 0,37 a 67kW, resfriados por furos passantes de refrigeração específica para eixos excêntricos, para uso exclusivo em compressores semi-herméticos de refrigeração
8503.00.90	Ex 005 - Estatores trifásicos ou monofásicos, em chapa siliciosa de grãos orientados do tipo E-230 e acabamento C4 com perdas de 6,84W/kg e fluxo de 15.000Gauss, com enrolamento espiral e de passos diferentes, potência nominal de 0,37 a 67kW, densidade superior a 30A/mm2, resfriados exclusivamente por fluídos halogenados ou hidrocarbonetos, para uso exclusivo em compressores semi-herméticos de refrigeração
8514.20.11	Ex 008 - Fornos elétricos de alta frequência para cura de componentes químicos com potência de 1.300 a 2.000kW, destinados a um sistema de aplicação de solução dissolvida em água com fosfato ou cromo ou NIT em chapas planas de aço carbono com largura de 900 a 1.875mm e espessura de 0,5 a 2mm no processo contínuo de galvanização, com velocidade de processo de 40 a 180m/min e aquecimento de até 90°C, utilizando indutores de aquecimento simultaneamente nas 2 faces das chapas com controle de temperatura
8514.30.21	Ex 001 - Fornos a plasma contínuos, de arco transferido, com potência de 770kVA , 440V, 60Hz, trifásico, temperatura de trabalho máxima de 1.600ºC, para tratamento de lixo, resíduos industriais, incluindo borras oleosas oriundas de tanques de combustíveis, para sua conversão em gás sintético de alto poder energético e tratamento de inertização de contaminantes e materiais perigosos em conjunto, com capacidade de transformar 500kg/h em borras oleosas em gás sintético e sólidos inorgânicos inertizados
8515.31.90	Ex 058 - Combinações de máquinas para soldagem por arco submerso (SAW) de chapas, longarinas e estruturas navais, com capacidade para painéis com dimensões máximas de 12 x 12m, com 6 pórticos operacionais de soldagem com vãos de 13,5m, móveis sobre trilhos, com velocidade variável de deslocamento compreendido de 2 a 20m/min, dotados de mesas para suporte das chapas, com guias de apoio e transportadores de corrente, compostas de: 1 módulo para soldagem automática das chapas por arco submerso (SAW); 1 módulo para corte, marcação e posicionamento do painel; 1 módulo para posicionamento e ponteamento das longarinas, com 2 cabeçotes MIG/MAG para ponteamento; 1 módulo para soldagem longitudinal da lateral das longarinas no painel, com dispositivos de posicionamento magnético e atuadores hidráulicos de fixação das peças, com 4 mesas de trabalho, dotadas de 2 carros de soldagem MIG/MAG de 1.250W para cada mesa, com arrefecimento a água, com recirculação de fluxo de solda, cilindros hidráulicos para ajuste do posicionamento vertical da altura, com unidade hidráulica de acionamento; 1 pórtico com ajustes nas direções (X) e (Y) para posicionamento e soldagem transversal das longarinas no painel, equipado com 2 cabeçotes de soldagem MIG/MAG, dispositivo hidráulico para pressionar as longarinas contra o painel; 1 pórtico para posicionamento e soldagem de chapas de reforço no painel, dotados de 2 cabeçotes de soldagem MIG/MAG, dispositivo hidráulico de fixação; 1 painel de comando com controle computadorizado
8515.80.90	Ex 054 - Combinações de máquinas para solda de anéis de até 2.000mm de altura e diâmetro mínimo de 1.000mm para fabricação de tanques destinados ao transporte rodoviário de líquidos (alimentos e produtos químicos), com capacidade de produção igual ou superior a 28tanques/mês, constituídas de 1 máquina especial para solda circular automática, compostas de 2 colunas em base única e 2 cabeçotes sendo um interno e outro externo, 1 sistema de elevação com curso de 1.500mm, altura mínima de trabalho de 500mm, movimento vertical através de rosca sem fim com parafuso de segurança e mesa de controle, 1 mesa porta virola motorizada com cinco braços em perfil "H", mesa central com rack de movimentação manual para ajuste dos diferentes diâmetros de trabalho, variando entre 1.000mm e 4.000mm, 3 carrinhos motorizados de velocidade variável para ajuste das virolas, 1 central hidráulica de comando de todo o sistema e quadro elétrico geral
8517.62.49	Ex 002 - Roteadores digitais modulares com capacidade de comutação total de no mínimo 320Gbps, suportando módulos de interface E1, STM-1, STM-4 E STM-16 e interfaces ATM
8517.62.49	Ex 005 - Roteadores digitais modulares com capacidade de comutação total de no mínimo 640Gbps
8543.20.00	Ex 011 - Dispositivos osciladores a cristal tipo miniatura próprios para montagem por superfície (SMD), com temperatura compensada e ajuste de frequência controlado por tensão, denominados comercialmente VCTCXO
8543.30.00	Ex 016 - Combinações de máquinas para aplicação de cobre por processo galvânico e acabamentos em cilindros para rotogravura, com capacidade de 4 cilindros/hora, compostas de: 1 sistema de automatização para controlar a movimentação dos cilindros e de operação das máquinas; 1 aplicador de cobre sobre o cilindro; 1 desengraxador para limpar o cilindro para aplicação de cobre, com dimensão máxima do cilindro de 1.600mm x 2.350mm, diâmetro máximo do cilindro de 1.000mm; 1 máquina para polimento de cilindros, com rotação máxima do cilindro de 500rpm, avanço máximo do carro de 9m/minuto.
8543.30.00	Ex 017 - Equipamentos de revestimento PVD em peças de latão, zamac e ABS cromados, com capacidade de 18 dispositivos com Ø de 120mm ou 9 dispositivos com Ø de 220mm, posicionados em uma mesa rotativa com Ø de 900mm e 1.500mm de altura livre, submetidos a vácuo por bombas turbomoleculares (1.900 l/s), aquecimento elétrico, arco de plasma usando gases inertes (argônio e/ou nitrogênio), utilizando controlador lógico programável (CLP) para operação e supervisão do processo
8608.00.12	Ex 008 - Aparelhos eletromecânicos para comando de rotas de trens ferroviários (máquinas de chave), acionada a partir de um sinal elétrico
8608.00.12	Ex 009 - Dispositivos eletromecânicos de travamento e segurança de máquinas de chave, próprios para evitar acionamento manual acidental
8609.00.00	Ex 002 - Contêineres/"basket" rígidos, fechados, para transportes de carga geral, de comprimento nominal igual ou superior a 2m
8701.30.00	Ex 001 - Tratores florestais tipo "feller buncher", sobre esteiras, utilizados para abate de árvores, com potência do motor acima de 200HP, com grua de acionamento hidráulico para sustentação de cabeçote "feller"
8701.90.90	Ex 002 - Tratores florestais tipo "feller buncher" sobre rodas, com chassis articulado, potência bruta do motor de 173 a 260HP
8704.10.90	Ex 014 - Caminhões "Dumper" concebidos para serem utilizados fora-de-estrada, com capacidade de carga útil nominal compreendida entre 40 e 70 toneladas métricas
8704.10.90	Ex 024 - Dumpers rebaixados, para minas subterrâneas, com chassi articulado, tração 4x4, sobre rodas, capacidade de carga igual ou inferior a 60toneladas, com largura igual ou inferior a 3.500mm, altura da cabine igual ou inferior a 2.900mm, altura da caçamba igual ou inferior a 3.500mm
8704.10.90	Ex 026 - Caminhões "Dumper" concebidos para serem utilizados fora de estrada, com capacidade de carga útil nominal compreendida entre 40 e 70toneladas métricas, sem caçamba.
9007.20.90	Ex 001 - Projetores cinematográficos digitais com unidade de processamento digital dedicada e definição igual ou superior a 2.048 x 1.080pixels
9014.80.10	Ex 002 - Unidades de visualização ("displays") com sistema multifunção de plotagem gráfica avançada, combinado com tecnologia de alta definição digital para localização de peixes e GPS cartográfico, para uso em embarcações militares, comerciais, de recreio e iates, com tela colorida de 7 polegadas ("widescreen") sensível ao toque e iluminação por led, resolução de 800 x 480 pixels, operação simultânea de teclado com opção de desativação da tela sensível ao toque, conectividade interna Wi-Fi e bluetooth, antena de GPS com 48 canais embutida, 1 processador de núcleo duplo e 1 processador de núcleo simples, 1 entrada de vídeo composto NTSC ou PAL, 2 entradas NMEA 0183, entrada dupla para cartão de memória tipo micro SD, cartografia embutida da costa leste da América do Sul, com ou sem sonda digital embutida de 500W de potência e frequência de 50 e 200kHz, conectividade em rede de até 6 unidades de visualização do mesmo tipo, com ou sem transdutor de sonar, de popa, com cabos
9014.80.10	Ex 003 - Unidades de visualização ("displays") com sistema multifunção de plotagem gráfica avançada, combinado com tecnologia de alta definição digital para localização de peixes e GPS cartográfico, para uso em embarcações militares, comerciais, de recreio e iates, com tela colorida de 9" e 12,1" ("widescreen") com iluminação por led, resoluções de 800 x 480 pixels (tela de 9") e 1.280 x 800 pixels (tela de 12,1"), conectividade interna Wi-Fi e bluetooth, antena de GPS com 50 canais embutida, 1 processador de núcleo duplo e 1 processador de núcleo simples, 1 entrada de vídeo composto NTSC ou PAL, 1 entrada NMEA 0183, entrada dupla para cartão de memória tipo micro SD, cartografia embutida da costa leste da América do Sul, com ou sem sonda digital embutida de 600W de potência e frequência de 50 e 200kHz, conectividade em rede de até 6 unidades de visualização do mesmo tipo, com ou sem transdutor de sonar, de popa, com cabos
9015.20.10	Ex 001 - Teodolitos eletrônicos, com distanciômetro eletrônico incorporado, do tipo "estação total", com: compensador de eixo vertical, precisão de leitura angular mínima de 10 segundos de arco, capacidade de medição de distância, com 1 prisma igual ou superior a 1.000 metros e memória interna incorporada para armazenamento dos dados coletados
9015.20.10	Ex 002 - Teodolitos eletrônicos, com distanciômetro eletrônico incorporado, tipo "estação total de imagiamento", com compensador de eixo vertical, precisão de leitura angular mínima de 10 segundos de arco, capacidade de medição de distância com 1 prisma igual ou superior a 1.000m, capacidade de medição de distância sem prisma igual ou superior a 250m, capacidade de imagiamento com 2 câmeras internas de resolução igual ou superior a 1,3mp, capacidade de escaneamento igual ou superior a 20 pontos por segundo, memória interna incorporada para armazenamento dos dados coletados
9015.30.00	Ex 001 - Níveis a laser de linhas cruzadas (autonivelador horizontal e vertical), podendo alcançar faixa de trabalho de até 20m, exatidão de nivelamento +/-0,3mm/m e faixa de autonivelamento de +/-4º
9018.12.90	Ex 002 - Aparelhos de diagnóstico por ultra-som, para biometria ocular
9018.19.80	Ex 004 - Sistemas endoscópicos robóticos compostos de console de comando, carro paciente, carro de vídeo e instrumentais inerentes, destinados a auxiliar o controle preciso de instrumentais endoscópicos cirúrgicos
9018.50.90	Ex 006 - Aparelhos para medição de acuidade e triagem visual, destinados ao exame de parâmetros de desempenho visual
9018.50.90	Ex 015 - Facoemulsificadores com irrigação e aspiração, para cirurgias oftalmológicas
9018.50.90	Ex 016 - Aparelhos para cirurgia oftalmológica de retina e corpo vítreo
9018.50.90	Ex 019 - Aparelhos para cirurgia oftalmológica do segmento anterior do olho, incluindo a extração do cristalino
9018.50.90	Ex 023 - Aparelhos medidores da distância entre o nariz e as pupilas (pupilômetro)
9018.90.10	Ex 003 - Equipamentos de injeção de contraste para exames cardiovasculares e angiográficos, com opção para operação em tomografia computadorizada
9018.90.10	Ex 004 - Equipamentos de injeção de contraste para exames de tomografia computadorizada, com capacidade para armazenamento igual ou superior a 80 protocolos
9018.90.10	Ex 020 - Equipamentos de injeção de contraste para exames de tomografia helicoidal, com capacidade igual ou superior a 80 protocolos, possuindo controle da injetora e transmissão de dados via radiofreqüência
9018.90.10	Ex 021 - Equipamentos de injeção de contrastes para exames de ressonância magnética, com capacidade igual ou superior a 80 protocolos, possuindo controle da injetora e transmissão de dados via radiofreqüência
9019.10.00	Ex 002 - Equipamentos de avaliações músculo-esquelética, reabilitação e treino (joelho, quadril, costas, ombro, tornozelo, cotovelo e punho) constituídos de um dinamômetro com sensor para mensurar velocidade, torque e posição, cadeira motorizada ajustável na altura, encosto e rotação com base deslizante e fixada em base de aço carbono pintado, monitor touch screen e acessório para calibração do equipamento, operação em modo isocinético, isomérico, isotônico, reativo excêntrico com controle de torque e passivo com controle de torque, incluindo estação de trabalho clínico composta de computador e impressora e software de análise clínica
9022.29.90	Ex 001 - Analisadores de calcário, em tempo real, para controle de processo em indústria de cimentos, com utilização de radiações gama por meio de gerador elétrico de nêutrons
9022.90.11	Ex 001 - Geradores de alta freqüência trifásicos, 380/480Vac, de até 150 e 80kW, para equipamentos médicos de diagnósticos por imagem através dos raios-X
9022.90.12	Ex 001 - Placas de fósforo destinadas a absorver energia de onda eletromagnética emitida por equipamento radiológico
9022.90.19	Ex 001 - Aparelhos para serem acoplados em mamógrafos visando à realização de biópsias, em esterotaxia (localização espacial de tumores e nódulos em mama)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9022.90.80	Ex 001 - Grades anti-difusora para equipamentos de raios-X
9022.90.80	Ex 003 - Tampos de mesa de fibra de carbono, usados em equipamentos radiológicos de hemodinâmica, fabricados com fibra de carbono 34MSI e resina de epóxi, material translúcido de baixas absorção, dispersão e distorção dos raios-X, permitindo maior qualidade das imagens e menor exposição dos pacientes e operadores
9022.90.90	Ex 001 - Impressoras à laser para filmes de tecnologia foto-termográfica para imagens de diagnósticos, destinadas especificamente para impressão a seco de filmes e utilizada em aparelhos de diagnóstico médico
9022.90.90	Ex 002 - Bandejas de fibra de carbono usadas em equipamentos de mamografia, fabricadas com poliacrilonitrila e resina de epóxi, material translúcido de baixa absorção, dispersão e distorção dos raios-X, permitindo maior qualidade das imagens e menor exposição dos pacientes e operadores. Altamente resistente e leve, projetadas para trabalhar como sistema porta chassi 18 x 24cm e 24 x 30cm
9022.90.90	Ex 003 - Colimadores radiológicos manuais para acoplamento em equipamentos de raios-x de até 150kV, com lâmpada para simulação do campo irradiado
9022.90.90	Ex 004 - Colimadores radiológicos motorizados para acoplamento em equipamentos de raios-x de até 150kV, projetados para operação com intensificadores de imagens para exames angiocardiográficos
9022.90.90	Ex 006 - Painéis detectores planos, com sensor de silício amorfo, 14 bits, 40 a 150kV, próprias para aparelhos de radiografia digital direta
9022.90.90	Ex 007 - Detectores digitais à base de selênio amorfo, de conversão direta, próprios para equipamentos de mamografia digital
9022.90.90	Ex 008 - Placas com padrões de massa, densidade, granulometria e atenuador, para avaliação de qualidade de imagem, contraste e brilho em equipamentos de radiografia e fluoroscopia, por meio de sua exposição aos raios-X e análise visual gráfica resultante de tendências pelo usuário
9024.80.90	Ex 005 - Reômetros, para medida das características da cura de compostos de borracha, contendo sistema de matriz aquecida, vedada e de movimento sem rotor, destinado à realização de controles reométricos das massas utilizadas na fabricação de pneumáticos.
9024.80.90	Ex 022 - Aparelhos leitores de dados registrados em sensores inteligentes, enterrados em concretagens para teste não destrutivo normalizado de ganho de resistência, com leituras de valores de maturidade e/ou temperatura do concreto, com interface para computador (não incluso) por cabo com conector USB, completo com cabo de conexão, CD com software, manual de instruções e maleta para acondicionamento e transporte, completos com sensores inteligentes de maturidade e/ou temperatura (de 10 a 200 sensores).
9027.10.00	Ex 029 - Analisadores de processo, para $CO/CO_2/CH_4$ (monóxido de carbono / dióxido de carbono/metano), por absorção de infravermelho, para monitorar a pureza durante a fabricação de hidrogênio, com saída analógica de 4 a 20ma, atendendo à classificação de área IEC, zona II, grupo IIC, com faixa de medição de 1 a 10ppm de CO_2 e 0 a 200ppm de CH_4
9027.10.00	Ex 030 - Sensores de analise de presença de oxigênio (O_2) nos gases provenientes do motor de combustão interna com ignição por centelha (ciclo otto) de veículos automotores, "sonda Lambda", também chamados sensores EGO (Exhaust Gas Oxygen), com peso igual ou inferior a 0,080kg, temperatura de trabalho de aproximadamente 300ºC, com resistência de aquecimento situada junto à cerâmica, permitindo seu aquecimento a temperatura de trabalho em 10 segundos, mesmo estando os gases de escape em baixa temperatura, composta de 4 fios de ligação sendo 2 para entrada de informação do sensor e os outros 2 para ligação à resistência de aquecimento
9027.20.29	Ex 003 - Equipamentos automatizados de multitarefas para a eletroforese em fluxo líquido por capilaridade
9027.30.20	Ex 027 - Espectrofotômetros de laboratório, com FT-NIR (infravermelho próximo através de transformada de "Fourier"), com técnica interferômetro de "Michelson", para multi-análise da composição e das propriedades do diesel, comprimento de onda espectral de 650 a 7.500cm¹
9027.30.20	Ex 028 - Espectrofotômetros de processo, com FT-NIR (infravermelho próximo através de transformada de "Fourier"), com técnica interferômetro de "Michelson" e comprimento de onda espectral de 650 a 7.500cm¹, dotados de classificação de área IEC, zona II e grupo IIA
9027.50.10	Ex 001 - Máquinas para análise química do soro humano, para detecção de anticorpos ou antígenos, pelo processo "Elisa" de reação com enzimas e leitura de cores por fotometria, compostas de 6 módulos (entrada, incubação, 2 de lavagem, leitura e armazenamento), com 16 a 24 posições de reagentes e 20 a 30 câmaras de incubação
9027.50.20	Ex 003 - Aparelhos para medir, em amostras de urina, 10 ou mais parâmetros (densidade, pH, leucócitos, glicose, etc), por meio de fotometria de reflexão, com impressora incorporada
9027.50.20	Ex 010 - Máquinas para exame laboratorial de soro humano, por meio de fotometria, com tecnologia de quimioluminescência e micropartículas magnéticas, providas de carregador de amostras, carregador de reagentes, módulo de reação, incubadora, estação de lavagem e câmara de leitura
9027.50.20	Ex 011 - Aparelhos automáticos para ensaios imunoenzimáticos, utilizando a tecnologia "Elisa" - absorbância, por meio de fotometria em microplacas, com capacidade máxima de processamento igual ou superior a 2 microplacas simultâneas e quantidade máxima de ensaios igual ou superior a 6 por microplaca
9027.50.20	Ex 015 - Analisadores automatizados de acesso randômico para realização de dosagens bioquímicas e turbidimétricas, por leitura fotométrica diretamente do rotor de reação, com capacidade para até 30 reativos "on-board", em frascos de 20 a 50ml e de até 72 amostras
9027.50.20	Ex 030 - Analisadores automatizados de acesso randômico para realização de dosagens bioquímicas e turbidimétricas, por leitura fotométrica diretamente do rotor de reação, com capacidade de execução de 150testes/hora, capacidade para até 30 reativos "on-board", em frascos de 20 e 50ml e de até 72 amostras, com computador externo, que não acompanha o equipamento
9027.50.20	Ex 041 - Analisadores de enxofre total "on-line" para combustíveis, com detector por fluorescência ultravioleta pulsada (PUVF), injeção de amostra de um microlitro, controle automático de intensidade de lâmpada UV, câmara de mistura utilizando ar, pirolizador, para uma ou duas correntes de processo, para uso em área classificada consistente com método ASTM D-5453
9027.50.20	Ex 043 - Analisadores semi-automáticos para química clínica, com conjunto completo de LED para cobrir todos os comprimentos de onda: 340, 405, 505, 535, 560, 600, 635, 670nm e mais duas posições livres para filtro,.com cubeta de fluxo de 18µl, armazenagem de até 2.000 resultados, 150 técnicas programáveis e bateria interna opcional para autonomia de 2 horas
9027.50.20	Ex 044 - Analisadores automatizados e computadorizados para realização de testes bioquímicos de urina por refletância, através de fotômetro de reflexão e mitologia
9027.50.90	Ex 002 - Analisadores computadorizados para diagnóstico de desordens hemostáticas, com 4 canais de testes para diagnóstico diferencial e sistema de detecção ópticomecânico
9027.50.90	Ex 040 - Equipamentos automáticos de análises para ensaios imunoenzimáticos, com função de pipetagem, diluição, lavagem, incubação e leitura de amostras utilizando a tecnologia "Elisa", com capacidade de processamento igual ou superior a 1 microplaca e quantidade de ensaios igual ou superior a 8 ensaios por microplaca
9027.50.90	Ex 060 - Aparelhos para medir reações fotométricas por meio de absorbância, com velocidade de 240testes/h e capacidade para armazenar 24 ou 36 reagentes, com opção de instalação de módulo ISE (aumentando a velocidade para 400testes/h)
9027.50.90	Ex 064 - Aparelhos para análises bioquímicas de fluidos fisiológicos, por fotocolorimetria, cinética, turbidimetria e potenciometria, com tecnologia ICT para determinação de eletrólitos (sódio, potássio e cloro), com velocidade de processamento igual ou superior a 400testes fotométricos/h ou de 600testes de eletrólitos (ISE)/h, ou igual ou superior a 800testes/h quando processados simultaneamente, acompanhados de "rack" de amostras múltiplas de 5 posições
9027.50.90	Ex 072 - Analisadores de enxofre total por fluorescência de raios X, para análise de diesel ou gasolina, com método analítico de medição através da energia dispersiva de fluorescência de raios X, resultados correlacionados com a norma analítica ASTM D 4294, faixa de medição de 0 a 6.000ppm, atendendo à classificação de área IEC, zona II, grupo IIC, tipo de fonte de energia tubo de raios X
9027.50.90	Ex 073 - Analisadores de hidrocarboneto em água, dotados de fluorescência de ultravioleta UV, tipo IN-SITU, com faixa de medição de 0-20ppm
9027.50.90	Ex 074 - Aparelhos automáticos de 2 ou 4 canais para medir desordens hemostáticas (coagulômetro) adequados para medir tempo de protombina (tempo de "quick"), tempo de tromboplastina parcial ativado, concentração de fibrinogênio e tempo de trombina e estudos de fatores através de detecção mecânica e foto-óptica
9027.50.90	Ex 075 - Aparelhos para análises bioquímicas de fluidos fisiológicos por colorimetria, turbidimetria e absorbância, com capacidade para realizar pelo menos 200 testes por hora e capacidade para armazenar 45 ou mais reagentes
9027.50.90	Ex 076 - Sistemas de detecção de PCR em tempo real, com capacidade para módulos ópticos (LED's) de 96 ou 384 amostras, com capacidade de detecção de até 5 sinais fluorescentes simultaneamente em uma única amostra, sistema touch screen que permite ao usuário a programação e visualização da corrida na própria tela, possui software para desenho de protocolos baseado no tamanho do fragmento ou características termais dos iniciadores de corridas, abertura e fechamento automatizado o LID (tampa) que permite ajuste preciso das placas e selos óticos
9027.50.90	Ex 077 - Sistemas modulares totalmente automatizados e computadorizados de PCR em tempo real com extração, amplificação e detecção do DNA e RNA, com 6 canais ópticos com utilização de cartucho
9027.80.20	Ex 001 - Espectrômetros de massas, triplo-quadrupolo de bancada, interface por cortina de gás, quadrupolo de focalização Q0 e célula de colisão quadrupolar Q2
9027.80.20	Ex 023 - Espectrômetros de massa, com fonte iônica de 1kV, filtro de massa por varredura de setor magnético, detectores "Faraday" e emissão de elétrons secundários, controle eletrônico microprocessado, sistema de bombeamento para alto vácuo, painéis de calibração, amostrador/seletor contínuo RMS "rapid multistream sampler" ou válvulas solenóides
9027.80.20	Ex 027 - Espectrômetros de massas de bancada, com bomba de seringa integrada e válvula desviadora, guia de íons, cortina de gás e taxa de fluxo compatível de 5 a 3.000 microlitros por minuto
9027.80.20	Ex 038 - Espectrômetros de massa para medidas com alta resolução e massa exata dotados de analisador por tempo de voo ("TOF") ortogonal de quadrupolo para seleção de massas, detector multiplicador de elétrons ultrarrápido e eletrônica de detecção ADC, com faixa de detecção de massas de 20 a 100.000m/z
9027.80.99	Ex 030 - Contadores de elementos existentes na urina (hemácias, leucócitos, piócitos, células epiteliais, células de descamação, bactérias, cristais, cilindros, cilindros hialinos, leveduras, espermatozóides e muco), por meio de citometria de fluxo e digitalização de imagens
9027.80.99	Ex 035 - Contadores hematólogicos de 23 ou mais parâmetros bioquímicos, com capacidade igual ou superior a 90 amostras por hora, contagem média de 10.000 células, armazenamento de 10.000 resultados com gráficos, 20 arquivos de controle de qualidade com 120 pontos de dados cada
9027.80.99	Ex 036 - Equipamentos para a determinação de até 3 eletrólitos dentre sódio, potássio, cálcio ionizado, cloreto e lítio, por meio de eletrodo íon seletivo, com eletrodos sem manutenção sem troca de membranas
9027.80.99	Ex 046 - Aparelhos portáteis para medir as taxas de glicemia no sangue, com sistema de medição da glicemia e do b hidroxibutirato (b-cetona), por meio de medição de corrente elétrica gerada no processo, compostos por monitor para medição, acompanhados ou não de kits para a realização dos testes
9027.80.99	Ex 051 - Analisadores hematológicos totalmente automatizados para contagem e diferenciação de células sanguíneas, com análise de até 26 parâmetros com a tecnologia DHSS (Sistema Seqüencial Hidrodinâmico Duplo) combinando citoquímica, impedância e citometria de fluxo e sistema múltiplo de distribuição de amostras (MDSS)
9027.80.99	Ex 052 - Analisadores hematológicos totalmente automatizados para contagem e diferenciação de células sanguíneas, com análise de até 18 parâmetros com metodologia de impedância e fotometria, utilizando volume da amostra de 10µl por teste
9027.80.99	Ex 055 - Aparelhos automáticos de contagem de células sanguíneas, para análise, com sistema seqüencial hidrodinâmico duplo (DHSS) para medição do volume da célula e análise de conteúdo em fluxo único
9027.80.99	Ex 062 - Analisadores automáticos de acesso randômico para determinação da taxa de sedimentação eritrocitária (velocidade de hemossedimentação - VHS), capazes de processar por meio de um sistema ótico de "LED" infravermelho, até 16 amostras simultaneamente e 40amostras/hora
9027.80.99	Ex 078 - Analisadores automatizados e computadorizados de hemostasia de acesso randômico, com capacidade de realização de 2 metodologias simultâneas, sendo leitura óptica e leitura mecânica padrão ouro chamada "Método Ball"

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9027.80.99	Ex 081 - Contadores hematológicos para análise de até 20.000 células em uma única diluição através de tecnologia "MAPSS" (Multi-Ângulo de Dispersão e Separação da Luz Polarizada) utilizando laser azul polarizado de alta resolução, com 4 detectores ópticos para análise e citometria de fluxo fluorescente, acesso contínuo e randômico, modo aberto e carregador de amostras de até 100 tubos, utiliza volume <115µl, realiza hemograma com diferencial + contagem de eritroblastos com velocidade de 106 amostras por hora e hemograma com diferencial + contagem de eritroblastos + contagem de reticulocitos com velocidade de 69 amostras por hora, com capacidade de armazenamento de 10.000 resultados com gráficos e até 25 arquivos de controle de qualidade cada com 120 pontos de dados
9027.80.99	Ex 091 - Analisadores automatizados e computadorizados de uroanálise, com capacidade de realização de testes do sedimento de urina por microscopia
9027.80.99	Ex 108 - Contadores hematológicos de até 18 parâmetros, com diferencial em 3 partes (3 histogramas - leucócitos, hemácias e plaquetas), com tecnologia por meio de impedância eletrônica, absorção espectrofotométrica, válvulas eletrônicas, utilizando o método reagente lisante livre de cianeto, velocidade de até 60amostras/h, com volume de 9,8µl, dotados de monitor LCD colorido com tela tipo "touch screen" e leitor de código de barras
9027.80.99	Ex 109 - Contadores hematológicos de até 34 parâmetros, por meio de tecnologia laser "MAPSS" (Multiângulo de Dispersão e Separação da Luz Polarizada), cuja análise gera até 12 gráficos de análise das populações celulares (leucócitos, hemácias, plaquetas e reticulócitos), com capacidade de análise diferencial de 84amostras/h e armazenamento de 10.000 resultados com gráficos, dotados de tela tipo "Touch Screen"
9027.80.99	Ex 136 - Analisadores por processo de micro destilação, para análise de diesel, com alimentação elétrica, curva total de destilação compreendida entre 20 a 400°C, com tempo de resposta inferior a 10minutos
9027.80.99	Ex 137 - Equipamentos para análise laboratorial, teste de panificação e controle de processo, para a medição dos danos à fécula (amido)
9027.80.99	Ex 138 - Sistemas de contagem celular automatizados para células em suspensão para células de mamíferos, contagem totalmente automatizada com simples inserção da lâmina de leitura; apresenta tecnologia auto-foco com 9 planos focais, o qual evita manipulação e ajustes pelo usuário e permite resultados em até 30 segundos em amostras de concentração de (5 x 104 to 1 x 107células/ml), com diâmetros variando entre 6-50µm, permite além da contagem celular, permite a identificação de viabilidade celular por meio da utilização de corante específico (trypan blue), permite armazenamento e exportar resultados das contagens e imagens via USB, possui calculador de diluição para ajustes de volumes para experimentos subsequentes
9027.90.99	Ex 001 - Rotores semi-descartáveis em metacrilato de qualidade óptica para a dispensa de reações e leituras de análises clínicas de bioquímica e turbidimetria, compostos de 120 cavidades de reação com volume mínimo necessário para poder realizar a leitura óptica de 200µl e capacidade útil máxima de 800µl
9030.33.29	Ex 001 - Dispositivos de alta precisão para medida de corrente contínua em malha fechada, por efeito "Hall" ou por fibra ótica, capazes de medir corrente contínuas de até 500kA, nos ranges 0-5kA, 0-10kA, 0-20kA, 0-30kA, 0-45kA, 0-60kA, 0-80kA, 0-100kA, 0-130kA, 0-155kA, 0-180kA, 0225kA, 0-260kA, 0- 300kA, 0-350kA, 0-400kA, 0-450kA, 0-500kA, compostos de cabeça de medição para ser instalada ao redor do barramento condutor, unidade eletrônica de medição e cabos multicondutores ou de fibra ótica para interligação da cabeça de medição à unidade eletrônica, podendo a instalação ser fixa ou portátil
9030.33.90	Ex 002 - Equipamentos de testes elétricos para medição da voltagem e corrente em equipamentos elétricos de alta tensão, de corrente alternada ou contínua, com tensão nominal máxima de 200volts e corrente máxima de 200amperes
9030.39.90	Ex 025 - Equipamentos industriais computadorizados de comando lógico programável para testes funcionais de chassis (bastidores) de 4 a 17 slots para controladores programáveis por meio da medição de suas características elétricas, constituídos de placas padrão para teste de slots, sistema de acionamento pneumático para fixação mecânica e alimentação elétrica dos chassis, sistema de acionamento pneumático para inserção de placas padrão nos slots e pinos de medição nos soquetes, sistema de geração e medição de sinais elétricos, controle de acesso à área de medição por cortina de luz, cabos e elemento de conexão e instalação
9030.39.90	Ex 026 - Estações automáticas de teste utilizadas na verificação de resistividade elétrica interna de equipamentos de seccionamento de energia elétrica de média e alta tensão e da velocidade de acionamento, de fechamento e abertura de seccionadores unipolares ou tripolares, interruptores, disjuntores e cubículos de seccionamento e proteção elétrica de média e alta tensão
9030.84.90	Ex 032 - Equipamentos industriais computadorizados para testes e avaliação da isolação dielétrica de módulos de I/O (entrada/saída) e fontes de alimentação de controladores programáveis (CP), por meio de testes de isolação CA e CC não destrutivos em alta tensão (AC/DC Dielectric withstand test) compostos de rack universal, computador industrial, fonte de alta tensão Hipot, matriz de chaveamento, 2 "fixtures" de teste, monitor, teclado, leitor de código de barras, impressora e fonte de alimentação ininterrupta de energia (UPS)
9030.84.90	Ex 033 - Equipamentos para teste de impulsos de alta tensão em equipamentos elétricos com potência de até 300kV, compostos de conjunto gerador de impulsos com capacidade para gerar impulsos de até 1.600kV com capacitores de 5kJ por estágio e sistema digital de controle e medição de impulsos
9030.84.90	Ex 034 - Sistemas de análises de perdas de carga, medição de impedância e testes de corrente e de tensão induzida em transformadores de distribuição de 1 ou 3 fases, com tensão de 480V na entrada e tensão máxima de 2.500V na saída
9030.90.10	Ex 001 - Câmaras de medição em estado sólido com respectivo pré-amplificador universal para geração de tempos de exposição inferiores ou iguais a 4ms até 5s, de 3 campos, 40 - 150kV, próprias para equipamentos de dosagem e controle de exposição, de uso em equipamentos médicos de radiologia, oncologia e semelhantes
9031.10.00	Ex 040 - Máquinas automáticas para controle de desequilíbrio dinâmico e de geometria para pneumáticos, contendo conjunto de lubrificação integrado com transportador de correias de entrada, conjunto de controle, separador ("sorter") integrado com transportador de correias de saída, sistema de medição a laser (TGIS) e painéis de acionamento
9031.10.00	Ex 041 - Máquinas automáticas para medir desbalanceamento dinâmico/estático e excentricidade radial e lateral de rodas, com medidas compreendidas entre 12 e 24,5", equipadas com fuso vertical e sistema de fixação por pinça, e painel com controlador lógico programável (CLP)
9031.49.90	Ex 076 - Aparelhos para medição da altura da lata e da profundidade do domo de latas de alumínio de volumes variados, com cabeçotes de medição retráteis e pneumáticos, sensores para medição da altura em quatro pontos, sensores para medição da profundidade do domo, dispositivo padrão para ajuste das medidas e ciclo de leitura de até 8 segundos
9031.49.90	Ex 077 - Aparelhos para medição da altura, do diâmetro e da largura do flange das latas de alumínio de volume de 350ml (12oz) e 473ml (16oz), com circuito pneumático e sistema de vácuo para fixação da lata, cabeçotes de leitura, sensores para leitura do diâmetro, da altura da lata e da largura do flange, dispositivo padrão para ajuste das medidas e ciclo de leitura de até 8 segundos
9031.49.90	Ex 128 - Equipamento eletrônico (scanner) para medição de grandezas físicas ou químicas de papel ou celulose (gramatura, carga mineral, umidade, espessura, brilho, cor, maciez, porosidade), composto de: 1 ou mais plataformas de medição (estrutura do scanner), 1 ou mais sensores de medição por scanner, painéis de interface para cada scanner externos ou integrados em uma estrutura, 1 ou mais servidores de medição, com ou sem estação de operação.
9031.49.90	Ex 134 - Equipamentos para detectar vazamento em tampas de alumínio, constituídos por sensores detectores de infravermelho, conjunto emissores de luz (LEDs) e sistema de ejeção de tampas defeituosas, com ou sem painel de controle e controlador lógico programável
9031.49.90	Ex 142 - Equipamentos para medição óptica por coordenadas, sem contato, para medição de objetos por meio de câmera digital, com unidade de controle, sensor pré-calibrado, painéis de calibração, lentes, tripé para posicionamento do sensor, cabeçote de giro e posicionamento manual, coluna e mesa de rotação
9031.49.90	Ex 170 - Aparelhos de controle dimensional e de planaridade de revestimentos cerâmicos, com capacidade de controle nos formatos de 15 x 15cm a 120 x 120cm, com precisão de +/-0,1mm e "display" gráfico com matriz de 640 x 400 pontos
9031.49.90	Ex 171 - Gabaritos de medição em tempo real e "pre-set" de ferramentas de usinagem tipo CNC de 2 eixos, usando sistema óptico com câmera de leitura de imagem realística sem contato com o monitor colorido e foco automático da aresta da ferramenta, com cursos no eixo Z de 800mm e no eixo X de 250mm, capacidade de medição de ferramentas com diâmetro máximo de 500mm, comprimento de 800mm e peso de 1.000N, com precisão de repetibilidade de 0,002mm, precisão do mostrador de 0,001mm, precisão de posicionamento de 0,001mm e precisão de concentricidade de 0,002mm, com dispositivos de fixação e adaptadores, com programas de medição de ferramentas padrão e possibilidade de medição automática, medição de perfil por escaneamento, sistema de gerenciamento e identificação de ferramentas
9031.49.90	Ex 172 - Gabaritos modulares de medição em tempo real, fixação térmica por indução e "pre-set" de ferramentas de usinagem tipo CNC de 2 eixos, usando sistema óptico com câmera de leitura de imagem realística sem contato com o monitor colorido e foco automático da aresta da ferramenta, com cursos nos eixos Z de 800mm e no eixo X de 200mm, capacidade de medição de ferramentas com diâmetro máximo de 800mm, com dispositivos de fixação e adaptadores, dispositivo de indução de 13kVA, com programas de medição de ferramentas padrão e possibilidade de medição automática, com dispositivo automático de controle de altura da ferramenta, medição de perfil por escaneamento, sistema de gerenciamento e identificação de ferramentas, com unidade de resfriamento com tempo em torno de 30 segundos
9031.49.90	Ex 173 - Máquinas automáticas para medição de correias dentadas utilizadas em veículos automotores com capacidade de medição de 10correias/minuto, comprimento máximo de 2.000mm, largura de medição mínima de 1mm e de medição máxima de 150mm
9031.49.90	Ex 174 - Máquinas para detecção de contorno de objetos bidimensionais e/ou tridimensionais, por meio de laser, para inspeção e controle de qualidade, controladas por computador, com precisão de escaneamento de +/- 0,05mm para inspeção 2D e +/- 0,25mm para inspeção de formas complexas, dotadas de laser com projetor de diodo, sistema vetorial tipo "Scanner Head", superfície retrorrefletiva e unidade de controle com monitor
9031.49.90	Ex 175- Máquinas para inspecionar garrafas vazias, através da verificação de cor, altura, diâmetro, fundo, líquido residual e falha transparente, dotadas de controle eletrônico
9031.49.90	Ex 176 - Máquinas para inspecionar níveis de enchimento de recipientes, através de ponte de alta frequência, ou raios X ou infravermelho dotadas de controle eletrônico, com capacidade máxima de inspeção de 130.000vasilhames/hora
9031.49.90	Ex 177 - Máquinas para inspecionar níveis de enchimento de recipientes, através de ponte de alta frequência, ou raios X ou infravermelho dotadas de controle eletrônico, com capacidade máxima de inspeção de 60.000vasilhames/hora
9031.49.90	Ex 178 - Máquinas para verificação de vazamentos em recipientes plásticos, por meio da inspeção de tampas, medição da pressão interna do recipiente e verificação de níveis de subenchimento e sobre-enchimentos, dotadas de controle eletrônico
9031.80.11	Ex 001 -Volante dinamométrico de calibração veicular de torque por comparação com padrão de força e braço de torque rastreável a RBC, no sentido horário e anti-horário, com sistema de fixação do sensor MSW sobre o volante do veículo e adaptador para coluna de direção, potência máxima 4.500HP.
9031.80.20	Ex 015 - Máquinas automáticas de medição tridimensional por coordenadas com comando eletrônico, tipo pórtico com movimentos X, Y e Z motorizados e programáveis, com curso do eixo X compreendido entre 500 e 2.000mm, curso do eixo Y compreendido entre 500 e 4.000mm e curso do eixo Z compreendido entre 400 e 1.500mm
9031.80.20	Ex 090 - Braços articulados portáteis para medições manuais de coordenadas de peças com dimensões mínimas (X), (Y) e (Z) de 1.000 x 1.000 x 1.000mm, com kit de pontas
9031.80.20	Ex 113 -Máquinas de medição tridimensional do tipo braço duplo horizontal, de comando numérico computadorizado (CNC), com alcance máximo de medição dos eixos X, Y e Z de 5.500mm, 3.400mm e 1.500mm respectivamente, com margem de erro de 0,001mm.
9031.80.99	Ex 023 - Equipamentos de termografia, microprocessados, para análise e monitoramento de equipamentos e instalações através de radiação infravermelha para detecção, verificação e detecção/verificação das condições térmicas do material inspecionado, com faixa de operação térmica compreendida entre -40 a 3.000ºC, linhas A, P, E, SC, T e I
9031.80.99	Ex 024 - Equipamentos para detecção e localização do efeito corona através do imageamento visual de onda da radiação eletromagnética no comprimento ultravioleta, em linhas de alta tensão, subestações, redes de distribuição, microprocessados, com sensibilidade mínima de $3x10^{-18}$Watt/cm^2

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9031.80.99	Ex 028 - Aparelhos para ensaios não-destrutivos, por meio de ultra-som, micro-processados, para a detecção de falhas em peças metálicas, com faixa de medição entre 0 e 15.000mm, faixa de velocidade entre 635 e 20.000m/s e faixa de freqüência de medição de 0,02 a 100MHz
9031.80.99	Ex 029 - Aparelhos para ensaios não-destrutivos, por meio de ultra-som, micro-processados, portáteis, para medição de espessura, velocidade sônica ou espessura-velocidade sônica de peças metálicas, na faixa de medição compreendida entre 0,01 a 500mm
9031.80.99	Ex 106 - Leitoras traçadoras - aparelhos para medir forma e curvatura de armações de óculos, por meio de apalpadores, com interface para uma ou mais biseladoras, de controle numérico
9031.80.99	Ex 107 - Leitoras traçadoras - aparelhos para medir forma, curvatura e profundidade de calha de armações de óculos, por meio de apalpadores, com interface para uma ou mais biseladoras, de controle numérico
9031.80.99	Ex 171 - Equipamentos para detecção de defeitos na flange e corpo da lata através da incidência de luz no seu interior, com capacidade de inspecionar até 2.400latas/min
9031.80.99	Ex 177 - Transdutores lineares de posição, resistivos, curso elétrico útil de 10 a 4.000mm
9031.80.99	Ex 232 - Aparelhos pressurizadores de garrafas para detecção e controle de vazamentos através de excitação por ultra-som, em linha de envase de bebidas
9031.80.99	Ex 234 - Máquina para medição de formas geométricas de peças com altura máxima de 300mm e diâmetro menor ou igual a 350mm, com apalpadores para medição de circularidade, retilinidade, cilindricidade, coaxialidade, concentricidade, paralelismo, batimento radial e axial, com controle numérico computadorizado (CNC) e avaliação computadorizada, com "joystick" para ajuste manual
9031.80.99	Ex 288 - Equipamentos para detecção de "arco corona", do tipo "gimbal", de giro estabilizado, rotação contínua de 360º e estabilização de 50µrad, para instalação em helicóptero, dotados de sensores internos de infravermelho, ultravioleta e visual, capazes de prover captura simultânea de imagem de vídeo em tempo real, utilizados para inspeções aéreas em linhas de transmissão na detecção e localização de efeito corona através do sensor de ultravioleta com sensibilidade de 3 x 10-18watt/cm², detecção e localização de pontos quentes através de câmera termográfica (sensor infravermelho) com resolução de 640 x 480 pixels e captura de imagens através da câmera visual com capacidade de aproximadamente 2 megapixels efetivos
9031.80.99	Ex 292 - Equipamentos para teste de adesão de tratamento anti-reflexo em lentes oftálmicas, por aplicação de uma força de 60N, automatizados, com um contador de ciclos, um suporte para lente e um braço ajustável suportando uma borracha descartável
9031.80.99	Ex 322 - Equipamentos eletrônicos para o controle de variáveis no sentido transversal da produção de papel ou celulose por meio de motores elétricos, que podem ser gramatura e/ou peso de aplicação, compostos de atuadores motorizados, caixas de interface para conexão dos sinais aos atuadores, 1 ou mais controladores, com ou sem painel de alimentação elétrica
9031.80.99	Ex 391 -Equipamentos CNC de teste estático e dinâmico da lubrificação mínima (MQL) de ferramentas de usinagem, usando sistema de jato para formar e comparar perfis pré-definidos
9031.80.99	Ex 392 -Equipamentos de termografia, microprocessados, para análise e monitoramento de equipamentos e instalações através da radiação infravermelha para detecção, verificação e detecção-verificação das condições térmicas do material inspecionado, com faixa de operação térmica compreendida entre -20 a 1.200°C
9031.80.99	Ex 393 -Equipamentos de termografia, microprocessados, portáteis e fixos, para monitoramento térmico e medição de temperatura de equipamentos e instalações com faixa de operação térmica compreendida entre -40 a +3.000°C, com ou sem detecção de gases voláteis, através da captura de ondas eletromagnéticas dentro da banda do espectro infravermelho, séries A, P, E, SC, T, I e GF

§ 1º Alterar para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os referidos Bens de Capital, na condição de novos.

§ 2º Os bens que se enquadrem nas descrições dos Ex-tarifários a que se refere este artigo e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto de importação, obedecida a legislação especifica para importação de bens usados.

Art. 2º Criar o seguinte Ex-tarifário de Bem de Capital:

9018.90.40	Ex 001 - Rins artificiais com controle transmembrana, detector de sangue, controle volumétrico de ultrafiltração, módulos de ultrafiltração de função única e de sódio variável

§ 1º Alterar para 0% (zero por cento), até 31 de dezembro de 2013, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre o referido Bem de Capital, na condição de novo.

§ 2º Os bens que se enquadrem na descrição do Ex-tarifário a que se refere este artigo e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nesta classificação tarifária, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto de importação, obedecida a legislação especifica para importação de bens usados.

Art. 3º O Ex-tarifário nº 074 da NCM 8460.21.00, constante da Resolução CAMEX nº 12, de 14 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 16 de março de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

8460.21.00	Ex 074 - Retíficas cilíndricas orbitais de diâmetros externos em peças tipo virabrequim, com comando numérico computadorizado (CNC), para retificação simultânea de moentes e faces, sem escovas, com medição automática em processo, com 2 rebolos de nitreto cúbico de boro (CBN) com diâmetro de 600mm, velocidade periférica constante máxima de 120metros/segundo, dressador com sistema de monitoramento acústico de contato.

Art. 4º O Ex-tarifário nº 012 da NCM 8430.10.00, constante da Resolução CAMEX nº 48, de 11 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

8430.10.00	Ex 012 - Martelos hidráulicos de impacto para cravação de estacas pré-fabricadas de concreto e pesadas e revestidas em aço, peso de aríete entre 5.060 e 12.025kg, altura de queda continuamente ajustável a máximo de 1.200mm, frequência máxima de impacto ajustável entre 80 e 100 impactos por minuto, energia de impacto máxima ajustável entre 59 e 141kN, potência hidráulica entre 93 e 175 kW e vazão hidráulica entre 200 e 350 l/min.

Art. 5º Os Ex-tarifários nº 018 da NCM 8207.30.00 e nº 021 da NCM 8207.30.00, constantes da Resolução CAMEX nº 96, de 9 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2011, passam a vigorar com as seguintes redações:

8207.30.00	Ex 018 - Conjuntos de ferramental intercambiável para a fabricação de painel interno da porta dianteira direita e painel interno da porta dianteira esquerda ou painel interno da porta traseira direita e painel interno da porta traseira esquerda ou painel externo da porta dianteira direita e painel externo da porta dianteira esquerda ou painel externo da porta traseira direita e painel externo da porta traseira esquerda ou painel interno do porta malas ou painel externo do porta malas de veículos automotores, executado entre 3 e 4 operações de estampagem sequenciais

8207.30.00	Ex 021 - Conjuntos de ferramental intercambiável para fabricação de painel externo da lateral direita ou painel externo da lateral esquerda de veículos automotores, executado entre 3 e 5 operações de estampagem sequenciais

Art. 6º Os Ex-tarifários nº 019 da NCM 8421.39.90 e nº 063 da NCM 8479.82.10 constantes da Resolução CAMEX nº 34, de 17 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012, passam a vigorar com as seguintes redações:

8421.39.90	Ex 019 - Combinações de máquinas para purificação de hidrogênio por método de adsorção por balanço de pressão, compostas de 10 vasos de adsorção com leitos adsorvedores; 1 ou 2 vasos de equalização de gás de purga; 10 "skids" com válvulas de controle, bloqueios, válvulas de segurança, acessórios e tubulações; 1 filtro de hidrogênio e sistema de supervisão e controle com controlador lógico programável, com interface de comunicação e alojado em painel metálico

8479.82.10	Ex 063 - Combinações de máquinas para mistura de produtos farmacológicos compostas de: 1 misturador de bins para produtos fármacos com controlador lógico programável e 28 bins de 1.200L de capacidade cada um; 1 estação para lavagem dos bins, com controlador lógico programável

Art. 7º Os Ex-tarifários nº 031 da NCM 8426.41.90, nº 002 da NCM 8431.41.00 e nº 082 da NCM 8459.21.99, constantes da Resolução CAMEX nº 37, de 11 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 9 de maio de 2012, passam a vigorar com as seguintes redações:

8426.41.90	Ex 031 - Guindastes autopropulsados sobre pneumáticos, tipo "Reach Stacker", acionados por motor a diesel de 243kW (330HP) a 2.100rpm, dotados de lança telescópica, próprios para elevação, transporte e armazenamento de contêineres de 20' e 40', munidos de "spreader", com capacidade máxima de empilhamento de 5 contêineres de 9pés e 6polegadas de 45toneladas na primeira fila, 4 contêineres de 31toneladas na segunda fila ou 3 contêineres de 16toneladas na terceira fila.

8431.41.00	Ex 002 - Cabeçotes hidráulicos, tipo tesoura, para corte e manuseio de sucata metálica, com abertura entre lâminas de até 584mm para trabalharem na extremidade de um braço hidráulico, de máquinas de movimentação de materiais

8459.21.99	Ex 082 - Centros de furação, com 2 beçotes de eixos verticais, eixo-árvore com rotação máxima de 4.200rpm, com 2 eixos de movimentação, 1 mesa giratória com diâmetro de 2.500mm, 2 trocadores automáticos de ferramentas (magazines) cada um com 10 posições de troca e fixação das ferramentas pelo sistema de cone (HSK A-100), sistema automático de filtragem dos líquidos e limpeza de cavacos, utilizado para executar furos com capacidade máxima igual a 100mm de diâmetro em peças circulares e anéis de aço com capacidade para diâmetro mínimo de 1.250mm e máximo de 3.500mm, com comando numérico computadorizado (CNC)

Art. 8º A alteração das alíquotas ad valorem do Imposto de Importação, a que se referem as Resoluções CAMEX que criam Ex-Tarifários e cujos prazos de concessão ainda não tenham expirado, somente poderá ser usufruída por bens importados na condição de novos.

Parágrafo único. Os bens, que se enquadrem nas descrições dos Ex-tarifários das Resoluções CAMEX referidas no caput, e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto, obedecida a legislação especifica para importação de bens usados

Art. 9º A partir de 1º de janeiro de 2013 as reduções tarifárias de que trata a presente Resolução deverão ser adaptadas ao novo regime especial comum e aos procedimentos que vierem a ser estabelecidos pelo MERCOSUL.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 5 DE JULHO DE 2012

Altera da lista de autopeças constante no Anexo da Resolução CAMEX nº 71, de 14 de setembro de 2010.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIV do art. 2º do Decreto 4.732, de 10 de junho de 2003,

Considerando o disposto no Decreto nº 6.500, de 2 de julho de 2008, que dispõe sobre a execução do Trigésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 14, entre os governos da República Argentina e da República Federativa do Brasil, relativo ao Acordo sobre a Politica Automotiva Comum,

Considerando a deliberação do GECEX, em sua 96ª reunião;

Considerando as contestações apresentadas pela ABINEE - Associação Brasileira da Indústria elétrica e Eletrônica, em nome da empresa Ugimag do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Magnéticos Ltda

Resolve, *ad referendum* do Conselho:

Art. 1º Excluir da lista de autopeças constante no Anexo da Resolução CAMEX nº 71, de 14 de setembro de 2010, o código da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM abaixo descrito:

NCM	PRODUTO
8505.19.10	De ferrita (cerâmicos)
	Ex 001 - Aglomerado de ferrite (cerâmico) em formato de "casca cilíndrica" (paralelepípedo arqueado) em estado neutro que depois de magnetizado se tornará imã permanente, com coercividade (Hc) de 4.000 oersteds mínimo e densidade de fluxo magnético residual (Br) de 4.300 Gauss mín, utilizado na montagem do "estator" magnético de motores de partida.
	Ex 002 - Magnético sinterizado em formato "C". Peça eletrônica de magnetização dos motores elétricos com ligas de cobre, zinco, ferro, alumínio, grafite e resina.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA

ATOS DE 5 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, NA CONDIÇÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (CDN), no uso da atribuição que lhe foi conferida pelos membros desse Colegiado, por meio da Resolução CDN nº 1, de 12 de maio de 1999, publicada no DOU nº 90, Seção 1, p. 8, de 13 de maio de 1999; e com base no disposto no art. 37, *caput*, da Constituição de 1988; no Decreto nº 4.520, de 2002; no parágrafo único do art. 16, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; nos artigos 2º, § 3º, e 4º, da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, alterada pela MP nº 2.216-37, de 2001; na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, e respectivos regulamentos, resolve:

Nº 106 - Dar Assentimento Prévio à FONTE DA ILHA MINERAÇÃO LTDA., CNPJ nº 94.240.322/0001-51, para pesquisar água mineral, numa área de 50ha, no local denominado Vila Itaí, no município de Ijuí, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48401.910064/1991-91 e 48401.810233/1992-74, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 021/DIRE/DGTM-2012, de 06 de fevereiro de 2012, recebido em 18 de maio de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 131/2012 - RF, expedida com ressalva.

Nº 107 - Dar Assentimento Prévio à I.M.S CONSTRUTORA LTDA., CNPJ nº 34.749.010/0001-46, com sede à Rua José Bonifácio, 1.292, Bairro Olaria, município de Porto Velho/RO, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Rondônia, bem como pesquisar ouro em uma área de 1.806,7ha, no local denominado 3ª Linha, nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, condicionado a apresentação de proposta de Estatuto Social atualizado, com as condicionantes do art. 17 do Decreto nº 85.064, de 1980; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.001540/2000-32 e 48419.886516/2008-16; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral no Ofício nº 33/DIRE/DGTM-2012, de 10 de fevereiro de 2012, recebido em 21 de maio de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 132/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 108 - Dar Assentimento Prévio à KATIANA MOREIRA FERNANDINO, CPF nº 030.980.156-75, para pesquisar cobre, em uma área de 1.928,57ha, próxima ao Rio Encatilhado, nos municípios de Manfrinópolis e Salgado Filho, na faixa de fronteira do estado do Paraná, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826205/2011-53, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 99/DIRE/DGTM-2011, de 3 de maio de 2012, recebido em 18 de maio de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 133/2012-RF.

Nº 109 - Dar Assentimento Prévio a SANTO INÁCIO MINERAÇÃO LTDA., CNPJ nº 04.766.033/0001-06, para aprovar a 2ª Alteração Contratual e Consolidação do Contrato Social, datada de 5 de março de 2012, que versa sobre atendimento das exigências do Decreto nº 85064/80, bem como pesquisar água mineral em 3 áreas distintas, com áreas de 38,77ha, 49,84ha e 46,85ha, totalizando uma área de 133,46ha, nos locais denominados Praia Bonita, Goio-Ên e Porto Goio-Ên, no municípios de Erval Grande, Nonoai e Chapecó, na faixa de fronteira dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.002066/2003-17, 48401.810347/2007-51, 48401.810601/2007-11 e 48411.815605/2007-77, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 111/DIRE/DGTM-2012, de 4 de maio de 2012, recebido em 18 de maio de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 134/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 110 - Dar Assentimento Prévio a MARCELO COLOMBELLI, CPF n° 874.571.139-91, para pesquisar argila e basalto, em uma área de 157,63ha, no local denominado Porto Meira, no município de Foz do Iguaçu, na faixa de fronteira do estado do Paraná, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826518/2010-21, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 115/DIRE/DGTM-2012, de 31 de maio de 2012, recebido em 8 de junho de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 135/2012-RF, expedida com ressalva.

Nº 111 - Dar Assentimento Prévio a LUCIANO ANTONIO MALACARNE, CPF n° 900.558.020-87, para pesquisar água mineral e basalto, em 1 (uma) área de 100,42ha, no município de Aratiba, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48401.810805/2011-39, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 119/DIRE/DGTM-2012, de 31 de maio de 2012, recebido em 12 de junho de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 136/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 112 - Dar Anuência Prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para autorizar o acesso ao patrimônio genético para fins de desenvolvimento científico, no município Porto Velho, na faixa de fronteira do estado do Rondônia, referente ao Expediente (NUP) nº 02000.001718/2008-12, condicionada a eventual cassação em virtude de manifestação fundamentada em contrário de membro do Conselho de Defesa Nacional ou de alteração do projeto ora analisado; de acordo com a conclusão do Aviso nº 70/SBF/GM-MMA, de 30 de abril de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 137/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 113 - Dar Assentimento Prévio à PHEMUS CORPORATION, CNPJ nº 05.776.701/0001-30, sociedade norte-americana, com sede social e administração no Estados Unidos da América, localizada em Boston, na 600 Atlantic Avenue, 16º andar, estado de Massachusetts/EUA, para adquirir 51% das quotas sociais da AGROFLORESTAL VERDE SUL S.A. - AVS, CNPJ nº 07.479.026/0001-03, sediada no município de Pedro Osório/RS, quotas essas de propriedade da GRANFLOR EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS LTDA - GRANFLOR, CNPJ nº 07.668.295/0001-18, sendo a AVS proprietária de imóveis rurais localizados nos municípios de Arroio Grande, Cacequi, Herval, Jaguarão, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Rosário do Sul, Santana de Livramento e São Gabriel, na faixa de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, condicionado à apresentação do Estatuto Social consolidado da AVS com o quadro societário atualizado; ressalvado o não reconhecimento de regularidade de exercício de atividade empresarial, inclusive regularidade ambiental, as quais dependem de análise específica dos órgãos competentes; de acordo com a instrução do Expediente PR nº 00001.000278/2012-19, o Parecer CGU/AGU/nº 01/2008-RVJ e a conclusão da Nota SAEI-AP nº 138/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 114 - Dar Anuência Prévia ao COMANDO DA MARINHA para autorizar a realização de pesquisa científica em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), referente ao projeto intitulado "ANACONDAS", a ser conduzido pela Universidade da Geórgia, EUA, em parceria com a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), empregando o Navio de Pesquisa "ATLANTIS", de bandeira estadunidense, no litoral da costa norte do Brasil e foz do rio Amazonas; de acordo com a instrução do Expediente PR nº 00001.004116/2002-50, Ofício nº 04 DMAE/MARE BRAS EUA, de 10 de fevereiro de 2012; Ofício nº 10-157/EMA-MB, de 13 de junho de 2012; do Parecer nº 30/2012, e da Nota SAEI-AP nº 139/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 115 - Dar anuência prévia ao CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq para autorizar a realização de expedição científica referente ao Projeto "*Passado e presente de povos Aruák: o poder dos Apurinãs e Manchineri na Amazônia Ocidental e Paresi na Amazônia Central*", nos municípios de Assis Brasil, Lábrea e Tangará da Serra, localizados na faixa de fronteira dos Estados do Acre, Amazonas e Mato Grosso, respectivamente, diante da solicitação feita pela Universidade Federal do Pará - UFPA, condicionada a eventual cassação em virtude de manifestação fundamentada em contrário de membro do Conselho de Defesa Nacional ou de alteração do projeto ora analisado; de acordo com o Expediente PR nº 00001.003476/2012-34, o Ofício DABS nº 39/2012, de 16 de maio de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 140/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 116 - Dar Assentimento Prévio à COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA AMAZÔNIA - COOGAM, CNPJ n° 84.479.088/0001-66, para, sob Regime de Permissão de Lavra Garimpeira, lavrar ouro, em duas área distintas de: 411,33ha e 95,31ha, totalizando uma área de 506,64ha, localizadas em certo e determinado trecho do leito do Rio Madeira, no município de Nova Mamoré, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, condicionado ao prévio licenciamento ambiental pelo órgão competente; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48208.000071/1993-58, 48419.886096/2011-73 e 48419.886097/2011-18, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 113/DIRE/DGTM-2012, de 31 de maio de 2012, recebido em 08 de junho de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 141/2012 - RF, expedida com ressalvas.

Nº 117 - Dar Assentimento Prévio a AURIO TESSARO, CPF nº 429.429.000-59, para pesquisar ouro, em uma área de 3.252,53ha, próxima a Serra do Tepequém, no município de Amajari, na faixa de fronteira do estado de Roraima, condicionado à autorização do órgão ambiental competente, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48424.884083/2011-91, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 104/DIRE/DGTM-2012, de 03 de maio de 2012, recebido em 18 de maio de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 142/2012-MF, expedida com ressalvas.

Nº 118 - Dar Assentimento Prévio a ALEXANDRE BORGES ANDREAZZA, CPF nº 757.295.630-00, para pesquisar calcário calcítico, em 2 (duas) áreas distintas, de 793,99ha e 802,53ha, totalizando 1.596,52ha, no município de São Gabriel, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48401.810407/2010-31 e 48401.810408/2010-86, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 130/DIRE/DGTM-2012, datado de 31 de maio de 2012, recebido em 15 de junho de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 143/2012-RF.

Nº 119 - Dar Assentimento Prévio à IARA AZEVEDO LEMBI DE CARVALHO BARBOSA, CPF n° 825.244.406-72, para pesquisar tântalo, em 1 (uma) área de 9.436,38 ha, no município de Barcelos, na faixa de fronteira do estado do Amazonas, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48408.880241/2011-98, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício n° 135/DIRE/DGTM-2012, de 31 de maio de 2012, recebido em 12 de junho de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 144/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 120 - Dar Assentimento Prévio a VALTER DIAS PATRICIO, CPF n° 043.099.888-06, para pesquisar granito, em 1 (uma) área de 177,59ha, no município de Boa Vista, na faixa de fronteira do estado de Roraima, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48424.884019/2011-18, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 134/DIRE/DGTM-2012, de 31 de maio de 2012, recebido em 12 de junho de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 145/2012-RF.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 121 - Dar Assentimento Prévio a MARCOS VENICIUS CURIONI, CPF n° 700.310.709-06, para pesquisar argila, em 1 (uma) área de 685,49ha, nos municípios de Santa Isabel do Ivaí e Santa Mônica, na faixa de fronteira do estado do Paraná, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826133/2010-63, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 123/DIRE/DGTM-2012, de 31 de maio de 2012, recebido em 12 de junho de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 146/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 122 - Dar Assentimento Prévio à PARICARANA MINERADORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., CNPJ nº 04.037.164/0001-44, para lavrar tântalo, em uma área de 780,00ha, referente ao Alvará de Pesquisa nº 3.418, de 29 de março de 1999, publicado no DOU de 31 de março de 1999, que autorizou inicialmente a empresa METALMIG - Mineração Indústria e Comércio Ltda., a pesquisar tântalo, no local denominado Saramandaia, no município de Rorainópolis, na faixa de fronteira do estado de Roraima, cujos direitos minerários foram cedidos à empresa PARICARANA MINERADORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., condicionado a assinatura de Termo de Compromisso com o INCRA e o DNPM, bem como à apresentação das devidas licenças ambientas do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48424.984037/2001-19 e 48208.880423/1995-14, a conclusão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, por meio do Ofício/SR-25/G/RR/nº 509/2012, de 28 de maio de 2012, recebido em 5 de junho de 2012, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, por meio do Oficio nº 159/DIRE/DGTM-2012, de 25 de junho de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 147/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 123 - Dar Assentimento Prévio à DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 03.222.465/0001-85, para o arquivamento da 9ª Alteração Contratual e Consolidação do Contrato Social, datada de 18 de novembro de 2011, na Junta Comercial do Estado do Paraná, que versa sobre: (i) o ingresso na sociedade da empresa Dalba Holding de Participações Ltda., CNPJ nº 13.184.276/0001-19, em que o sócio Luciano Daleffe, CPF nº 697.719.959-87, cede e transfere para a sócia ingressante Dalba Holding de Participações Ltda., 4.196.340 quotas; (ii) a sócia Daniela Cristina de Araujo Daleffe, CPF nº 025.045.839-07, retira-se da sociedade e cede e transfere 3.496.950 quotas para a sócia ingressante Dalba Holding de Participações Ltda; (iii) a sociedade será administrada pelos sócios Luciano Daleffe e pelo não-sócio Fernando Luiz de Araújo, CPF nº 025.608.629-05; (iv) aumenta o capital social de R$ 7.771.000,00 para R$ 40.000.000,00; (v) transfere a sede da empresa para Rodovia PR 566, s/n, Km 5,5, Bairro São Miguel, município de Francisco Beltrão, estado do Paraná; e (vi) altera o seu objeto social; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48400.001043/2007-19, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 138/DIRE/DGTM-2012, de 12 de junho de 2012, recebido em 15 de junho de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 148/2012-RF, expedida com ressalva.

Nº 124 - Dar Assentimento Prévio à MINERAÇÃO REALEZA LTDA., CNPJ nº 13.920.785/0001-62, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado do Paraná, bem como pesquisar cobre, numa área de 700,02ha, no município de Realeza, na faixa de fronteira daquele estado, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48413.926358/2011-08 48413.826541/2011-04, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 131/DIRE/DGTM-2012, de 31 de maio de 2012, recebido em 12 de junho de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 149/2012-RF.

Nº 125 - Dar anuência prévia ao CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq para autorizar a realização de expedição científica referente ao Projeto "*Unidos na diversidade: paisagens monumentais, regionalidade e dinamismo cultural na Amazônia Ocidental Pré-Colombiana*", nos municípios de Bujari, Plácido de Castro, Rio Branco, Senador Guiomard e Xapuri, localizados na faixa de fronteira do Estado do Acre, diante da solicitação feita pela Universidade Federal do Pará - UFPA, condicionada a eventual cassação em virtude de manifestação fundamentada em contrário de membro do Conselho de Defesa Nacional ou de alteração do projeto ora analisado; de acordo com o Expediente PR nº 00001.003490/2012-38, o Ofício DABS nº 41/2012, de 16 de maio de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 150/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 126 - Dar Anuência Prévia ao CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ para autorizar a realização de expedição científica referente ao Projeto "*Estimativa populacional de Calidris pusilla nos ambientes costeiros entre Oiapoque, AP e Humberto Campos, MA*", no município de Oiapoque, localizado na faixa de fronteira do estado do Amapá; diante da solicitação feita pela Fundação Pró-Natureza, condicionada a eventual cassação em virtude de manifestação fundamentada em contrário de membro do Conselho de Defesa Nacional ou de alteração do projeto ora analisado, de acordo com o Expediente PR nº 00001.003829/2012-04, o Ofício DABS nº 46/2012, de 30 de maio de 2012, recebido em 4 de junho de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 151/2012 - RF, expedida com ressalvas.

Nº 127 - Dar Assentimento Prévio à CERÂMICA TERRA DAS ÁGUAS LTDA. - ME, CNPJ nº 06.024.030/0001-14, com sede na Est. Municipal, s/nº, São Roque, no município de Santa Helena/PR, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado do Paraná, e pesquisar argila, numa área de 124,07ha, nos municípios de Missal e Santa Helena, na faixa de fronteira daquele estado; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48413.926547/2008-77 e 48413.826108/2010-80, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 47/DIRE/DGTM-2012, de 10 de fevereiro de 2012, recebido em 18 de maio de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 152/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 128 - Dar Assentimento Prévio à MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-EPP, CNPJ nº 03.632.438/0001-80, para pesquisar diamante e basalto, em 2 (duas) áreas distintas de 522,16ha e 141,23ha, totalizando uma área de 663,39ha, no município de Alto Paraíso, estado do Paraná, e nos municípios de Itacaraí e Itaporã, estado de Mato Grosso do Sul, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.001101/2001-19, 48423.868012/2010-70 e 48423.868149/2011-13, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 106/DIRE/DGTM-2012, de 03 de maio de 2012, recebido em 10 de maio de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 153/2012-RF, expedida com ressalvas.

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 1.358, DE 5 DE JULHO DE 2012

Aprova a Edição da Instrução Suplementar nº 61-002, Revisão A.

O SUPERINTENDENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art.18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, incluído pela Resolução nº 162, de 20 de julho de 2010, e considerando o que consta do processo nº 00065.044022/2012-79, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 61-002, Revisão A (IS nº 61-002A), intitulada "Procedimentos para Treinamento prático em helicópteros para obtenção de habilitação IFR".

Parágrafo Único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se publicada no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAVID DA COSTA FARIA NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 1.369, DE 5 DE JULHO DE 2012

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de Táxi Aéreo e de Serviço Aéreo Público Especializado.

A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, designada pela Portaria nº 1.819, de 20 de setembro de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 60800.049417/2011-48, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária HORUS AERO TÁXI LTDA., com sede social em Joinville (SC), como empresa exploradora de serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo e de serviço aéreo público especializado nas atividades aeroreportagem, aeroinspeção, aerofotografia, aerocinematografica, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° A empresa deverá comprovar o início do processo de certificação para obtenção do Certificado de Operador Aéreo - COA no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de revogação desta Autorização de Funcionamento Jurídico.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 78, DE 5 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 10, Seção II, Capítulo III, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 7.127, de 04 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União, em 05 de março de 2010, e tendo em vista o disposto no Capítulo XII, artigo 69 da Instrução Normativa Ministerial Nº 17/2006 e o que consta do Processo MAPA, 21028.000869/2012-68, resolve:

Art. 1º Suspender a Entidade Certificadora Serviço Brasileiro de Certificações LTDA, CNPJ 04.869.443/0001-74, estabelecida à Rua Capitão José Paes de Almeida, nº 156, Centro, Botucatu/SP, CEP 18600-150; pelo tempo requerido para a solução do problema em razão das não conformidades encontradas no processo 21028.000869/2012-68.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO DA CUNHA CAVALCANTI JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 86, DE 5 DE JULHO DE 2012

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARÁ, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. n.º 44, item XXII, do Anexo I da Portaria Ministerial nº 428, de 9 de junho de 2010, Publicada no DOU nº 111, de 14 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, o artigo. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21030.000251/2007-91, resolve:

Art.1º - Renovar o credenciamento de número BR PA 016, da empresa SUPERDREAM SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº 04.376.851/0001-94, Inscrição Estadual nº 15.103.890-2, localizada, na travessa Djalma Dutra nº 987, Bairro: Telegrafo Sem Fio, Belém-PA, CEP. 66113-010, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de Tratamentos Quarentenários e Fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em contêineres (FEC), b) Fumigação em Silos Herméticos - Silos Pulmão (FSH), c) Fumigação em Porões de Navios (FPN),d) Fumigação em Câmaras de Lona (FCL), e) Tratamento por Ar Quente Forçado (AQF).

Art. 2º - O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIRÓSEO RAIMUNDO ALVES DOS SANTOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3306/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 153ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 21 de junho de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004960/2009-00
Requerente: Instituto Carlos Chagas-ICC / Fiocruz-PR
CQB: 313/10
Prótons: 16618/12
Assunto: Solicitação de Parecer para Projetos NB-2
Extrato Prévio: 3177/12 publicado em 11/05/12
Decisão: Deferido

O Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução do projeto "Desenvolvimento e caracterização de ferramentas moleculares para investigação de mecanismos de biossíntese viral". O projeto foi enviado na íntegra com todas as informações concernentes à biossegurança. Trata-se de projeto de pesquisa, que visa manipular genes de duas cepas distintas do vírus da Dengue e dos organismos Renilla reniformis e Aequorea victoria (apenas como doadores dos genes repórteres: luciferase e GFP, respectivamente), com a finalidade estudar os efeitos das modificações genéticas na atenuação dos vírus quanto a sua capacidade de infectar células. O procedimento relatado nos materiais e métodos apresentados são clássicos e de uso corrente em laboratórios que possuam CQB para NB2. Nesse caso a classificação do projeto como de NB2 deveu-se ao fato de o organismo parental ser patogênico para seres humanos. As medidas de biossegurança descritas no projeto são compatíveis com as exigências demandadas. O laboratório possui toda a infra-estrutura necessária para a contenção dos produtos originados durante a execução dos processos de clonagem, transformação e cultivo de OGM.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3307/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 153ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 21 de junho de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004960/2009-00
Requerente: Instituto Carlos Chagas-ICC / Fiocruz-PR
CQB: 313/10
Prótons: 16623/12
Assunto: Solicitação de Parecer para Projetos NB-2
Extrato Prévio: 3177/12 publicado em 11/05/12
Decisão: Deferido

O Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução do projeto "Expressão de proteínas recombinantes de vírus de dengue: Aplicação no desenvolvimento de kits de diagnóstico". O projeto foi enviado na íntegra com todas as informações concernentes à biossegurança. Trata-se de projeto de pesquisa, que visa clonar e expressar genes do vírus da Dengue, com a finalidade de usar as proteínas recombinantes no desenvolvimento de kits de diagnóstico. O procedimento relatado nos materiais e métodos apresentados são clássicos e de uso corrente em laboratórios que possuam CQB para NB1. Nesse caso a classificação do projeto como de NB2 deveu-se ao fato de o organismo parental ser patogênico para seres humanos. As medidas de biossegurança descritas no projeto são compatíveis com as exigências demandadas. O laboratório possui toda a infra-estrutura necessária para a contenção dos produtos originados durante a execução dos processos de clonagem, transformação e cultivo de OGM.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3308/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 153ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 21 de junho de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004960/2009-00
Requerente: Instituto Carlos Chagas-ICC / Fiocruz-PR
CQB: 313/10
Prótons: 16620/12
Assunto: Solicitação de Parecer para Projetos NB-2
Extrato Prévio: 3177/12 publicado em 11/05/12
Decisão: Deferido

O Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução do projeto "Caracterização estrutural e funcional da proteína NS3 do vírus da dengue tipo 1". O projeto foi enviado na íntegra com todas as informações concernentes à biossegurança.

Trata-se de projeto de pesquisa, que visa clonar e expressar genes do vírus da Dengue do Tipo I, com a finalidade de caracterizar estrutural e funcionalmente as proteínas recombinantes. O procedimento relatado nos materiais e métodos apresentados são clássicos e de uso corrente em laboratórios que possuam CQB para NB2. Nesse caso a classificação do projeto como de NB2 deveu-se ao fato de o organismo parental ser patogênico para seres humanos. As medidas de biossegurança descritas no projeto são compatíveis com as exigências demandadas. O laboratório possui toda a infra-estrutura necessária para a contenção dos produtos originados durante a execução dos processos de clonagem, transformação e cultivo de OGM.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3309/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 153ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 21 de junho de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004960/2009-00
Requerente: Instituto Carlos Chagas-ICC / Fiocruz-PR
CQB: 313/10
Prótons: 16625/12
Assunto: Solicitação de Parecer para Projetos NB-2
Extrato Prévio: 3177/12 publicado em 11/05/12
Decisão: Deferido

O Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução do projeto "Caracterização das DRGs (Developmentally Regulated G-proteins) de Trypanosoma brucei". O projeto foi enviado na íntegra com todas as informações concernentes à biossegurança. Trata-se de projeto de pesquisa, que visa clonar e expressar o gene DRG GTPase do parasita Trypanosoma brucei, em cepa de referencia do mesmo parasita (com passagem intermediaria por vetor plasmidial em hospedeiro bacteriano), com a finalidade de estudar o papel destas proteínas recombinantes nas atividades metabólicas do mesmo. As medidas de biossegurança descritas no projeto são compatíveis com as exigências demandadas. O laboratório possui toda a infra-estrutura necessária para a contenção dos produtos originados durante a execução dos processos de clonagem, transformação e cultivo de OGM.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3310/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 153ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 21 de junho de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004960/2009-00
Requerente: Instituto Carlos Chagas-ICC / Fiocruz-PR
CQB: 313/10
Prótons: 16616/12
Assunto: Solicitação de Parecer para Projetos NB-2
Extrato Prévio: 3177/12 publicado em 11/05/12
Decisão: Deferido

O Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução do projeto "Dengue: Caracterização de marcadores moleculares de virulência utilizando a tecnologia de replicons e genomas infecciosos". O projeto foi enviado na íntegra com todas as informações concernentes à biossegurança.

Trata-se de projeto de pesquisa, que visa manipular genes de cinco cepas distintas do vírus da Dengue, com a finalidade estudar os efeitos das modificações genéticas na atenuação dos vírus quanto a sua capacidade de infectar células. O procedimento relatado nos materiais e métodos apresentados são clássicos e de uso corrente em laboratórios que possuam CQB para NB2. Nesse caso a classificação do projeto como de NB2 deveu-se ao fato de o organismo parental ser patogênico para seres humanos. As medidas de biossegurança descritas no projeto são compatíveis com as exigências demandadas. O laboratório possui toda a infra-estrutura necessária para a contenção dos produtos originados durante a execução dos processos de clonagem, transformação e cultivo de OGM.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

Ministério da Cultura

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 175, DE 4 DE JULHO DE 2012

O Presidente da Fundação Nacional de Artes, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº. 5.037 de 7/4/2004, publicado no DOU de 8/4/2004, considerando as disposições estabelecidas no item 5.4 do Edital do Prêmio Funarte Centenário de Luiz Gonzaga, através da Portaria 026 de 30/01/2012, publicada no DOU de 02/02/2012 que o regulamentou, resolve:

Desclassificar o selecionado Francisco Robério Saraiva Fontes e substituí-lo pela suplente Cristina Braga Barroso, de acordo com a seleção realizada pela Comissão Julgadora instituída pela Portaria nº. 93, de 18 de abril de 2012, publicada no DOU de 19 de abril de 2012.

ANTONIO GRASSI

PORTARIA Nº 176, DE 4 DE JULHO DE 2012

O Presidente da Fundação Nacional de Artes, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº. 5.037 de 7/4/2004, publicado no DOU de 8/4/2004, considerando as disposições estabelecidas no item 5.4 do Edital do Prêmio Funarte Centenário de Luiz Gonzaga, através da Portaria 026 de 30/01/2012, publicada no DOU de 02/02/2012 que o regulamentou, resolve:

Desclassificar o selecionado Francisco Robério Saraiva Fontes e substituí-lo pelo suplente Marcelo Caldi Magalhães, de acordo com a seleção realizada pela Comissão Julgadora instituída pela Portaria nº. 93, de 18 de abril de 2012, publicada no DOU de 19 de abril de 2012.

ANTONIO GRASSI

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 388, DE 5 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
12 2982 - *Mundo Magico de Ooohs - Musical*
Cooperativa De Trabalho De Artistas, Técnicos e Produtores em Artes Cênicas e Áudio Visuais SP
CNPJ/CPF: 07.406.375/0001-03
Processo: 01400.009844/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.067.430,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar a montagem do espetaculo *Mundo Magico de Ooohs*, inspirado nas músicas *Mundo Mágico de Oz* e *Como vai seu Mundo* do rapper *Dexter*. Esta nova montagem Teatral musical, propõe um trabalho com jovens da comunidade do Heliópolis. E contará com a parceria do MCTA, do Grupo de teatro da comunidade Heliópolis, do Cine Favela e Rádio e Tv Heliópolis. O espetaculo tera neste primeiro temporada 34 apresentacoes em sao Paulo entre aprentacoes e ensaios abertos .

12 2783 - Circuito Nacional de Teatro no Espírito Santo 2012
WB Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 08.775.812/0001-10
Processo: 01400.009630/20-12
ES - Serra
Valor do Apoio R$: 299.058,40
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Este projeto dá continuidade e amplia o Circuito Nacional de Teatro de Vitória / ES, que levou a Grande Vitória e cidades vizinhas alguns dos mais renomados espetáculos teatrais do Brasil. A exemplo do que aconteceu em edições anteriores, pretendemos com a presente proposta. Serão 12 apresentações de 6 espetáculos diferentes. Este projeto contribuirá de forma significativa para o desenvolvimento de eventos culturais através das artes cênicas

12 4448 - Mostra Cena Carioca - Novos Autores
Instituto Galpão Gamboa
CNPJ/CPF: 11.538.124/0001-41
Processo: 01400.012142/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 342.000,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O objetivo principal é promover apresentações de espetáculos de jovens e talentosos dramaturgos cariocas em um espaço democrático como o Galpão Gamboa e fomentar a produção cultural nacional. Serão apresentados dois espetáculos de cada autor, com três apresentações semanais de cada, totalizando 24 apresentações. Os autores que compõe a Mostra são: Daniela Pereira de Carvalho, Pedro Brício, Rodrigo Nogueira e Jô Bilac.

12 2539 - O Nome Dele é... Peixonauta
P G Produções de Cinema Vídeo e TV Ltda
CNPJ/CPF: 01.161.933/0001-23
Processo: 01400.009347/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.196.600,00
Prazo de Captação: 06/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realização de espetáculo teatral com 1 hora de duração para público infantil baseada nas aventuras da famosa série de TV PEIXONAUTA. O espetáculo terá repertório musical totalmente novo com músicas criadas pela "Palavra Cantada", bonecos manipulados por atores e sete músicos. As apresentações ocorrerão em 7 cidades brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasilia, Salvador, Porto Alegre e Curitiba, totalizando 16 apresentações.

12 3962 - 2o. TRI CICLO ESPETÁCULOS
Cynthia Rocha Verçosa
CNPJ/CPF: 854.018.036-72
Processo: 01400.010972/20-12
MG - Araxá
Valor do Apoio R$: 477.580,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
REALIZAR 16 ESPETÁCULOS DE ARTES CÊNICAS: DANÇA, MÚSICA INSTRUMENTAL, TEATRO E CIRCO EM PRAÇAS, RUAS, ENTIDADES CARENTES, INDÚSTRIA PARA PESSOAS DE BAIXA RENDA E PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAS, GRATUITOS E 4 OFICINAS VOLTADAS PARA FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO.

12 2661 - A HORA DO CONTO COM TEATRO DE FANTOCHES
Instituto Recriar
CNPJ/CPF: 04.819.706/0001-30
Processo: 01400.009497/20-12
SP - São José dos Campos
Valor do Apoio R$: 157.161,20
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar uma apresentação teatral de fantoches, tendo como atuantes crianças em situação de vulnerabilidade social, estudantes de escolas publicas, que participarão de capacitação e treinamento, por meio de estudo, pequisa e leitura de obras literárias infanto-juvenis, que ocorrerá por meio de encontros uma vez por semana com duração de uma hora por um período de 11 meses. O conteúdo, roteiro e dramaturgia serão desenvolvidos pelas crianças nos encontros semanais.

12 3349 - Louvação Cultural ás Raízes Afro-açorianas
ivo ladislau janicsek
CNPJ/CPF: 082.343.960-72
Processo: 01400.010242/20-12
RS - Capão da Canoa
Valor do Apoio R$: 430.250,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Evento voltado para a preservação das manifestações culturais da região afro-açoriana ,envolvendo 02 municipios da peninsula, Tavares e São José do Norte(Estreito) no RS, com oito apresentações da teatralidade dos quicumbis, 4 apresentações de Ternos de Reis e 4 Ternos Juninos Juninos, 8 apresentações das Cavalhadas 4 em cada polo,um festival de musica afro-açoriana instrumental sobre sustentabilidade da região .Um DVD irá registrar todo evento.

12 2697 - Circulação da Peça Teatral, Uma Assim Outra Assando
FEDERACAO BRASILEIRA DE INSTITUICOES FILANTROPICAS DE APOIO A SAUDE DA MAMA - FEMANA
CNPJ/CPF: 08.476.831/0001-46
Processo: 01400.009538/20-12
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 115.760,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Circulação da Peça Teatral, Uma Assim Outra Assando, por três capitais brasileiras, saindo de SP com destino a Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador. Fazendo uma temporada de 2 dias em cada uma delas, em fins de semana alternados.

12 3604 - Auto de Natal
Mauricio Kennedy Vogue - ME
CNPJ/CPF: 02.603.329/0001-72
Processo: 01400.010553/20-12
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 184.760,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto visa a montagem do espetáculo teatral "auto de natal". Serão realizadas 12 apresentações para público espontâneo, atingindo 24 mil expectadores. Não haverá cobrança de ingressos, sendo realizada campanha para arrecadar alimentos que serão doados para ACOA.

12 3957 - 3º FESTU Rio - Festival de Teatro Universitário do Rio
EPA! MARKETING UNIVERSITARIO LTDA
CNPJ/CPF: 11.513.592/0001-61
Processo: 01400.010967/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 442.700,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O Festival de Teatro Universitário é a continuação do maior evento teatral para jovens atores, diretores, cenógrafos e iluminadores. Se trata de um festival de teatro, porém em formato de "esquetes", uma apresentação cênica de curta duração. Para se inscrever, os atores e o diretor, precisam comprovar que são universitários. Assim, criamos uma atmosfera rica em experimentação, e proporcionamos aos estudantes universitários, um espaço exclusivo para mostrarem seus ensinamentos.

12 3402 - O tribunal de Salomão e o julgamento das meias-verdades inteiras - CIRCULAÇÃO
Barracão Cultural Produções Artísticas S/S Ltda. ME
CNPJ/CPF: 05.613.627/0001-31
Processo: 01400.010322/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 240.690,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto consiste na circulação de um espetáculo teatral para ruas e espaços abertos. Estreou em maio e já foi visto por mais de 5 mil pessoas entre SP, RJ e MG. Agora, queremos levá-lo para outras regiões do país.

12 2498 - www.idanca.net - manutenção 2012/2013
Jerimum Idéias e Editoração Ltda
CNPJ/CPF: 07.173.372/0001-69
Processo: 01400.009295/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 462.750,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Continuidade das atividades do projeto sobre dança contemporânea que desde 2006 se tornou referência na documentação e divulgação da dança no Brasil. O projeto mapeia a atividade profissional, estimula o pensamento crítico e a formação e novos autores, além de expandir a visão da danca além do que aparece na mídia tradicional. Tem como sub-projeto a enciclopédia colaborativa wikidanca.net, feita em parceria com universidades em todo o país e a rede social movimento.org.

12 4033 - 19º Festival de Dança de Nova Iguaçu
Maria Tereza Petsold
CNPJ/CPF: 711.578.247-49
Processo: 01400.011071/20-12
RJ - Nova Iguaçu
Valor do Apoio R$: 139.926,80
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 30/11/2012
Resumo do Projeto:
Em forma de mostra de dança, o Festival conta com apresentações gratuitas em locais públicos e de fácil acesso. Dividido em áreas, sendo elas: Mostra Competitiva (25 horas/50 grupos por dia) . Dança no Shopping (15 horas/20 grupos por dia), Mostra Infantil (20 horas/30 grupos por dia) , Batalha de Danças Urbanas (40 apresentações), Cursos de aperfeiçoamento em dança, Esposição, Dança na Quadra (30 apresentações).

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
12 3563 - CIRCUITO CULTURAL ACIAG
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE GUAÍRA
CNPJ/CPF: 77.115.384/0001-12
Processo: 01400.010503/20-12
PR - Guaíra
Valor do Apoio R$: 89.799,10
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar, no município de Guaría-Pr, a 1ª. Edição do Projeto Circuito Cultural da ACIAG, aberto à sociedade como um todo, contemplando uma Programação Artística que de desenvolverá no decorrer do ano, voltada para a Música Instrumental, Teatro e Exposições de Artes Cênicas, reunindo atores, músicos e artistas plásticos do município e de outros estados do país, incentivando a formação de novas platéias. Serão realizadas 08 apresentações.

12 2620 - FRANCISCO MIGNONE IN CONCERT
INTEGRAR PRODUÇÕES CULTURAIS E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 11.670.207/0001-90
Processo: 01400.009449/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 324.680,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto FRANCISCO MIGNONE IN CONCERT, visa a gravação de CD e circulação dentro do território brasileiro, de concerto narrado formado pelo trio camerístico: Neti Szpilman (voz), Yuka Shimizu (piano) Moiseis Santos (clarineta e bombardino). Buscamos com este projeto além da divulgação do Maestro, professor, compositor e divulgador da música brasileira que foi Francisco Mignone, a formação de platéia para este estilo musical.

12 1470 - 4º Festival Choro Jazz Jericoacoara
Capucho CDs e Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.355.972/0001-48
Processo: 01400.005702/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 800.000,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Sob cenário de uma das regiões mais exuberantemente belas do mundo, o 4º Festival Choro Jazz Jericoacoara propõe a realização de mostra musical (12 shows) gratuita destinada aos moradores da região, turistas e público em geral. Após o sucesso obtido nas 3 edições anteriores e os benefícios gerados na região por meio da escola de música criada a partir da iniciativa do festival, fica evidente a necessidade de continuidade do projeto.

12 3339 - VIVA nos Cantos do Brasil
Marcelo Freitas das Chagas
CNPJ/CPF: 001.469.833-19
Processo: 01400.010232/20-12
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 76.220,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 30/09/2012
Resumo do Projeto:
VIVA nos Cantos do Brasil é o projeto idealizado pelo Coral VIVA, de Fortaleza-CE. O Coral VIVA é um coro-cênico; porém, antes disso, é um projeto filantrópico e cultural, gratuito e aberto à comunidade, que tem por objetivo a musicalização e o desenvolvimento tecnico vocal dos alunos no cenário musical e na prática do canto coral. Neste sentido, este projeto visa levar a produção artística com 4 recitais fora do estado e 4 workshows locais (oficina + recital).

12 2821 - Reciclagem do Som - Transformando sucata em música instrumental
Movimento Renovador Paulo VI
CNPJ/CPF: 47.655.733/0001-28
Processo: 01400.009675/20-12
SP - Embu-Guaçu
Valor do Apoio R$: 448.161,24
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Produzir e promover atividades culturais que têm como princípio básico a MÚSICA INSTRUMENTAL a 320 crianças e adolescentes da cidade de Embu Guaçu

12 3577 - TURNÊ E DVD IMAGINASOM
NARA ZAMAGNO PINHEIRO
CNPJ/CPF: 077.901.936-94
Processo: 01400.010518/20-12
MG - Juiz de Fora
Valor do Apoio R$: 279.850,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Esse projeto realizará em 4 cidades dos estados Minas Gerais e Rio de Janeiro, a circulação do espetáculo musical/visual IMAGINASOM, idealizado e realizado pelo grupo instrumental Quinteto São do Mato e por Vjs do Coletivo Kinoia. Nas apresentações será coletado o material audiovisual para produção do DVD Imaginasom. Os eventos acontecerão em teatros, terão ingressos gratuitos e haverá acessibilidade para Portadores de Necessidades Especiais.

12 3961 - Ciclo de Música Instrumental Brasília /Rio de Janeiro
Arbra Arte e Música
CNPJ/CPF: 08.940.619/0001-98
Processo: 01400.010971/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 332.450,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 30/11/2012

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Resumo do Projeto:
Uma série de 32 apresentações de música instrumental brasileira durante 16 dias distribuídos em quatro semanas (2 em Brasília/2 no Rio de Janeiro). Serão performances de grupos atuantes nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, a serem realizadas nos ECC das cidades de Brasília e Rio de Janeiro com programação eclética baseada nas composições e arranjos dos artistas atuantes nos diferentes grupos escolhidos.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
12 3771 - Exposição: Ame o Sol, Por Favor
Flávia Pereira Amaral Moreira
CNPJ/CPF: 002.281.446-98
Processo: 01400.010753/20-12
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 206.348,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto pretende gerar duas exposições individuais da artista plástica Celeste Brandão, uma em Belo Horizonte e outra em Divinópolis, além da publicação de um catálogo. Serão expostas 30 fotos ampliadas das telas da artista e confeccionado um catálogo, tudo de modo a registrar e divulgar o histórico e poético trabalho da artista mineira.

12 1715 - Exposição José Bernnô: Cor e Matéria
Bertani - Arte e Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 06.373.396/0001-07
Processo: 01400.007929/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 471.900,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar uma exposição que reunirá um conjunto significativo de trabalhos de José Bernnô (José Norberto de Mattos, 16 de fevereiro de 1949) com o objetivo geral de abordar a relação entre o ofício de pintor, o aspecto mais artesanal, e suas referências teóricas. Cor e matéria¸ contará com um video documentário e irá apresentar as mais importantes obras de Bernnô, discutindo a formação do pintor a partir do estudo da história da arte e do contato com outros artistas.

12 2413 - Exposição ETHLOS.33
Bertani - Arte e Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 06.373.396/0001-07
Processo: 01400.008830/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 566.500,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar e exibir a exposição instalação "Ethlos.33" de Luiz Martins. A instalação consistirá de trinta e três desenhos novos que compõe uma série disposta pelo perímetro de uma sala, no centro da qual haverá um cubo de bronze de três metros de aresta. Duas aberturas verticais permitirão o acesso do público ao interior do cubo, onde encontrarão um espaço de penumbra, de cujas paredes emergem quatro esculturas também revestidas em bronze.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
12 4245 - Retratos
Ouro Sobre Azul Design e Editora LTDA
CNPJ/CPF: 03.818.688/0001-00
Processo: 01400.011902/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 225.251,41
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
"Retratos", de Jorge Bispo, trata-se de um livro artístico, composto por 240 retratos com o objetivo de apresentar o desenvolvimento de uma linguagem pessoal através da qual vem registrando importantes personalidades da cultura nacional e internacional na última década. Será realizada uma tiragem inicial de 2000 exemplares.

12 3556 - CARAVANA DA LEITURA - VII
Antônio José Laé de Souza
CNPJ/CPF: 514.107.378-53
Processo: 01400.010496/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 108.260,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Impressão dos livros "Acontece...", Acredite se quiser!", Espiando o mundo pela fechadura", "Coisas de homem & coisas de mulher", "Nos bastidores do cotidiano", "Quinho", "Radar, o cãozinho", "Quinho e o seu cãozinho - Um cãozinho especial" , ", "Quinho e o seu cãozinho - Férias na fazenda" e "Nos bastidores do cotidiano" - braille".

12 3791 - Trabalhadoras de Rondônia
Candido Jose Martins de Lima 12344627880
CNPJ/CPF: 13.262.933/0001-07
Processo: 01400.010774/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 154.048,80
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Livro de fotografia sobre a cultura local do interior do estado de Rondônia revelado pelos retratos de suas mulheres trabalhadoras que desempenham ofícios manuais em zonas rurais e urbanas. O livro terá 150 páginas no formato 23 x 31 cm com tiragem de 2.000 exemplares no qual haverá 70% fotos artísticas e 30% texto. Será composto de relatos históricos e fotografias com claras intenções estéticas ao valorizar o cotidiano de uma região com fortes traços locais.

12 3571 - Nos Gerais da Dor
LEDUR SERVIÇOS EDITORIAIS LTDA
CNPJ/CPF: 13.099.540/0001-16
Processo: 01400.010512/20-12
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 78.463,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto propõe publicar o livro Nos gerais da Dor, em edição bilíngüe português e espanhol, com 144 páginas, formato 14 x 21 cm e encadernação brochura costurada. O livro Nos Gerais da Dor, da escritora Maria Carpi, foi publicado em português em primeira edição em 1990. A nova edição, em português e espanhol, pretende trazer novamente ao público a emoção que provocou a sua estreia, além de difundir a poesia brasileira para países de língua espanhola.

11 6843 - A Copa do Brasil 2014 - Celeiro Cultural do Mundo
Associação Universo Cultural Assistencial
CNPJ/CPF: 07.241.495/0001-90
Processo: 01400.026421/20-11
MG - Itaúna
Valor do Apoio R$: 541.873,20
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
A edição de um livro de fotografias, que registre o que há de mais relevante e belo, na cultura, história, arquitetura, tradições e pontos turísticos, de cada uma das doze cidades que vão sediar a copa do mundo de 2014. Pretende-se selecionar as mais belas fotos produzidas, quarenta de cada cidade, e reuní-las neste livro, a fim de divulgar as riquezas culturais do Brasil para os visitantes estrangeiros e para a própria população brasileira dos diferentes Estados.

12 3782 - Godard, cinema, literatura: entrevistas em Paris
Mario Alves Coutinho
CNPJ/CPF: 009.279.886-15
Processo: 01400.010764/20-12
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 42.372,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Publicação de livro de entrevistas realizadas com 11 intelectuais franceses, todos especialistas em teoria do cinema e que também escreveram sobre a obra de Godard. As entrevistas delineiam um painel da cultura francesa contemporânea, tendo o cinema como centro da discussão. O objetivo é saber o que estes autores pensam sobre a relação entre a obra de Godard e a literatura. Este texto foi premiado pelo Programa Filme em Minas Cemig/Governo de Minas Gerais, com patrocínio garantido pela Cemig.

12 4125 - Brasil visto de cima
Editora Brasileira de Arte e Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 08.219.513/0001-08
Processo: 01400.011173/20-12
SP - Santos
Valor do Apoio R$: 258.331,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Publicar livro de fotografias que mostrem o Brasil de um ângulo inédito, em geral, presente apenas no meio virtual. Serão demonstradas as diferentes áreas do território nacional de forma a promover reflexões sobre desenvolvimento, ocupação urbana e rural, áreas de preservação e riquezas naturais. Tais temas serão balizados por pesquisas histórico-geográficas, dado ao caráter cultural da publicação.

12 4382 - XXVI Feira do Livro de Cachoeirinha - Todos os Sentidos da Leitura
Silvia Regina Muzikant da Silva
CNPJ/CPF: 584.763.930-91
Processo: 01400.012068/20-12
RS - Cachoeirinha
Valor do Apoio R$: 135.569,99
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
A XXVI Feira do Livro de Cachoeirinha ocorrerá no Parcão Municipal, com entrada franca para toda a comunidade. Oferecerá ampla programação cultural, focada prioritariamente na formação de leitores, de forma a atender os interesses das mais diversas faixas etárias e segmentos da sociedade, incluindo a rede de ensino pública e privada do município. Visando facilitar o acesso ao livro, serão ofertados milhares de títulos com o preço de capa reduzido, caixas de saldos e promoções.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
12 3781 - Loucura e Ternura
Fabiola Carvalho de Almeida Rego
CNPJ/CPF: 108.522.497-05
Processo: 01400.010763/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 242.495,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realização de quatro apresentações musicais para lançamento do CD Loucura e Ternura da cantora e compositora Fabiola Carvalho, sendo duas no Rio de Janeiro e duas em São Paulo e gravação do show em DVD com impressão de 3000 cópias.

12 2432 - BEMF- BRASÍLIA ESTÚDIOS MUSIC FESTIVAL
Brasília Estúdios
CNPJ/CPF: 37.176.484/0001-34
Processo: 01400.008850/20-12
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 560.102,16
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 30/09/2012
Resumo do Projeto:
Festival que irá prestigiar os segmentos musicais da cidade,aberto a todos os músicos, cantores e compositores e também os artistas e bandas que já passaram pelo estúdio e pelos palcos de Brasília. Eles ganharão prêmios nas categorias melhor música, melhor cantor, melhor música, revelação, etc.. O festival gerará maior visibilidade ao cenário musical brasiliense com incentivo às artes , proporcionando reconhecimento dos talentos musicais da cidade e fomentando a cultura musical de Brasília.

12 3610 - 12º Festival Internacional da Cuca com Lingüiça - Preservação do Patrimônio Cultural e Imaterial do H
Júlio Cesar Glenzel-ME
CNPJ/CPF: 03.958.438/0001-75
Processo: 01400.010567/20-12
RS - Pelotas
Valor do Apoio R$: 376.150,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O 12º Festival Internacional da Cuca Com Lingüiça é um evento multi-cultural focado no intuito de praticar e valorizar a cultura do homem da terra junto com as mais variadas manifestações culturais desta localidade e região, direcionadas aos mais diversos públicos e classes sociais, com predominância das ações na preservação do patrimônio cultural e imaterial através do folclore, artesanato, grupos étnicos, música erudita, clássica e artes cênicas. Serão ao total 12(doze) apresentações musicais.

12 2788 - Festival de Inverno de Mateus Leme
LUA NOVA PRODUCAO DE EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 00.307.203/0001-25
Processo: 01400.009636/20-12
MG - Betim
Valor do Apoio R$: 630.196,00
Prazo de Captação: 06/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realização de um Festival de cultura onde música, teatro, folclore, música clássica e poesia, se entrelaçaram através de apresentações de 02 bandas/artistas nacionais, 06 bandas/artistas regionais, 02 espetáculos de teatro, 02 apresentações do grupo folclórico Cavalhada, 04 apresentações de música clássica e instrumental, 02 Bandas de musica e recital de poesias com poetas convidados no espaço erudito, em um formato inovador, em ambiente mineiramente aconchegante e familiar.

PORTARIA Nº 389, DE 5 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a complementação de Valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 14559 - Espaços literários
Elifas Andreato Comunicação Visual Ltda.
CNPJ/CPF: 02.549.089/0001-75
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 10.000,00

PORTARIA Nº 390, DE 5 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionado no anexo à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 0778 - Cade o Lixo Que Tava Aqui?
Deodoro de Oliveira Gomes
CNPJ/CPF: 263.788.090-20
RS - Porto Alegre
Período de captação: 05/07/2012 a 31/12/2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 391, DE 5 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a redução de Valor em favor dos projetos culturais relacionados no anexo a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 11064 - Grupo Galpão - Manutenção e Programação 2012
Associação Galpão
CNPJ/CPF: 16.741.480/0001-81
MG - Belo Horizonte
Valor reduzido em R$: 100.000,00
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 10870 - Plano Anual de Atividades 2012
Instituto Baccarelli
CNPJ/CPF: 55.446.132/0001-33
SP - São Paulo
Valor reduzido em R$: 20.002,34

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 1.810/MD, DE 5 DE JULHO DE 2012

Estabelece instruções para os Comandos das Forças Singulares, a fim de atender ao previsto na Resolução Camex nº 78, de 5 de outubro de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Estabelecer instruções para os Comandos das Forças Singulares no que diz respeito à Resolução nº 78, de 5 de outubro de 2011, da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

Art. 2º A fim de atender ao previsto no § 2º do art. 1º da Resolução Camex nº 78, de 2011, os Comandos das Forças Singulares deverão encaminhar à Secretaria de Produtos de Defesa (Seprod) relação das empresas nacionais qualificadas para prestação de serviço à respectiva Força.

§ 1º A relação de que trata o caput deste artigo deverá conter os seguintes dados:

I - nome da empresa;

II - endereço completo;

III - CNPJ;

IV - tipo de serviço que presta à Força;

V - validade da qualificação.

§ 2º A relação de que trata o caput deste artigo deverá ser encaminhada à Seprod até o 5º (quinto) dia útil dos meses de abril e outubro, podendo ser enviadas inclusões ou retiradas de empresas, sempre que se fizer necessário.

Art. 3º As informações disponibilizadas pelos Comandos das Forças Singulares ficarão hospedadas, para consulta pela Receita Federal do Brasil, na página do Ministério da Defesa - www.defesa.gov.br/industriadedefesa/resolucao-camex.

Art. 4º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO AMORIM

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

PORTARIA Nº 1811/SEPESD-MD, DE 5 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 29 do Anexo I do Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até os dias 20 de julho e 3 de agosto de 2012, respectivamente, os prazos para envio dos documentos, constantes do subitem 5.1, e para publicação dos resultados da seleção das IES, conforme subitem 7.4, do Regulamento anexo à Portaria nº 1.462/SEPESD-MD, de 24 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 101, de 25 de maio de 2012, Seção 1, páginas 12 e 13.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO SABOYA DE ARAUJO JORGE

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 883, DE 5 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

OS MINISTROS DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO MEIO AMBIENTE, no uso da atribuição que lhes conferem o art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e o art. 1º, § 3º, do Decreto de 5 de junho de 2003, e tendo em vista o disposto nos arts. 14 e 15 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 2009 e no art. 2º do Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, resolvem:

Art. 1º Fica convocada a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, destinada ao público infantojuvenil de escolas públicas brasileiras, que será regida pelo Regulamento anexo a esta Portaria.

Art. 2º A Conferência Nacional de que trata esta Portaria será presidida pelo Ministro de Estado da Educação e coordenada pelos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente.

§ 1º São etapas obrigatórias da Conferência Nacional as conferências nas escolas e as conferências estaduais e no Distrito Federal.

§ 2º A primeira reunião preparatória para a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente realizar-se-á até agosto de 2012, em Brasília, tendo como tema "Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis".

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Educação

IZABELLA TEIXEIRA
Ministra de Estado do Meio Ambiente

ANEXO

IV CONFERÊNCIA NACIONAL INFANTOJUVENIL PELO MEIO AMBIENTE

REGULAMENTO NACIONAL

1. CONFERÊNCIA NACIONAL INFANTOJUVENIL PELO MEIO AMBIENTE

A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) é um processo dinâmico de diálogos e encontros voltado para o fortalecimento da cidadania ambiental nas escolas e comunidades a partir de uma educação crítica, participativa, democrática e transformadora.

A IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente será construída a partir de seis etapas: Oficinas de Conferência, Conferência na Escola, Conferência Municipal/Regional, Conferência Estadual, Encontro Preparatório e Conferência Nacional. As Conferências Municipais e ou Regionais serão opcionais, dependendo da definição de cada Unidade Federativa.

A IV CNIJMA terá como tema Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis, constituindo-se em um processo pedagógico que traz a dimensão política da questão ambiental para os debates realizados nas escolas e comunidades, na construção coletiva de conhecimento e no empenho nas resoluções de problemas socioambientais, respeitando e valorizando a opinião e o protagonismo dos adolescentes e jovens.

2. OBJETIVOS

Propiciar atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais, com ênfase na participação social e nos processos de melhoria da relação ensino-aprendizagem, em uma visão de educação para a sustentabilidade e o respeito à diversidade de modo a:

Fortalecer a educação ambiental nos sistemas de ensino;

Fortalecer a participação da comunidade escolar na construção de políticas públicas de educação e de meio ambiente;

Apoiar as escolas na transição para a sustentabilidade, contribuindo para que se constituam em espaços educadores sustentáveis a partir da articulação de três eixos: gestão, currículo e espaço físico,

Estimular a inclusão de propostas de sustentabilidade socioambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) a partir da gestão, currículo e espaço físico;

Criar e fortalecer as COM-VIDAS - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas, como espaços de debate sobre questões sociais e ambientais na escola e na comunidade e perceber como eles se relacionam com a saúde, a qualidade de vida, os direitos humanos e prevenção de riscos e emergências ambientais;

Contribuir para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para a consecução das Metas do Milênio, ambas iniciativas das Organizações das Nações Unidas, em uma perspectiva da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis; e

Fortalecer a participação da juventude na implementação da Política Nacional de Educação Ambiental e incentivá-la a contribuir com a solução dos problemas socioambientais.

3. PROMOÇÃO E PARCERIAS

A IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente é promovida pelo Ministério da Educação (MEC), sob a coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental- SAIC/MMA. A Coordenação Geral de Educação Ambiental da Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania da SECADI (CGEA/DPEDHC/SECADI) é responsável pela gestão pedagógica necessária à execução do processo de conferência e secretariará a Conferência Nacional.

Comitê Consultivo Nacional

O Comitê Consultivo Nacional tem como atribuição orientar os processos preparatórios para a IV Conferência Nacional Infantojuvenil, promover o debate acerca dos temas, conceitos metodologias e conteúdos abordados, apoiar atividades no âmbito da etapa nacional e fortalecer a intersetorialidade desta ação. O Comitê é composto por instituições governamentais e não governamentais de abrangência nacional com atuação nas áreas de educação, meio ambiente e diversidade.

Comissões Organizadoras Estaduais

As Comissões Organizadoras Estaduais (COE) têm como atribuição mobilizar as escolas da rede municipal e estadual de ensino para participarem da IV Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente por meio da (1) divulgação nos sites das secretarias estaduais de educação; (2) envio de comunicado às escolas e regionais de ensino; (3) realização das oficinas de conferência e de formação de facilitadores nas escolas; (4) articulação com organizações e pessoas interessadas em apoiar a conferência; (5) campanhas publicitárias de sensibilização e formações específicas na temática. As COEs são compostas por instituições governamentais e não governamentais que atuam na área de educação, meio ambiente, direitos humanos e diversidade e serão coordenadas pelas Secretarias Estaduais de Educação. Mais detalhes encontram-se no Manual de Orientação para a Comissão Organizadora Estadual.

4. PÚBLICO

A IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente é voltada para as escolas com pelo menos uma turma do 6° ao 9° ano (5ª a 8ª série) do Ensino Fundamental, cadastradas no Censo Escolar de 2011 - INEP, públicas e privadas, urbanas e rurais, da rede estadual ou municipal, assim como escolas de comunidades indígenas, quilombolas e de assentamento rural. Todos os estabelecimentos escolares com esse perfil receberão material didático para subsidiar suas conferências. A adesão ao processo de Conferência é voluntária.

Os estudantes são os protagonistas deste processo, mas professores, pais, funcionários, direção e demais envolvidos na comunidade escolar devem participar e colaborar. Durante a etapa de Conferência nas Escolas todos podem participar sem restrição de faixa etária, no entanto, nas etapas seguintes os(as) delegados(as) ou seus suplentes deverão ter entre 11 e 14 anos e estar cursando do 6º ao 9º ano no período da Conferência Nacional, a realizar-se em outubro de 2013, em Brasília-DF.

As comunidades indígenas, quilombolas e de assentamentos rurais que possuam apenas escolas do 1º. ao 5º. ano do Ensino Fundamental também podem realizar conferências, desde que os estudantes selecionados para as etapas posteriores observem o critério de faixa etária supramencionado.

5. ETAPAS DA CONFERÊNCIA

O processo da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente envolve as seguintes etapas:

5.1. Oficinas de Conferência (etapa obrigatória)

As Oficinas de Conferência consistem em um momento preparatório das Conferências nas Escolas e de formação dos responsáveis pela condução das atividades. Trata-se de simulações que visam mobilizar professores, formar instrutores ou facilitadores, aprofundar os conteúdos temáticos e definir conjuntamente os detalhes da Conferência na Escola.

Para as Oficinas de Conferência, recomenda-se que as Comissões Organizadoras Estaduais (COE) convidem as comunidades escolares das escolas de ensino fundamental, inclusive de comunidades indígenas, quilombolas e de assentamentos rurais. A COE deve realizar quantas oficinas julgar apropriado, sendo cada uma de no mínimo 16h para que a temática e a metodologia do processo possam ser apropriadas pelos participantes.

A Comissão Organizadora Estadual (COE) é responsável pela organização e pela disseminação das informações sobre datas e locais das Oficinas de Conferência e de outros processos formativos relacionados à IV CNIJMA.

5.2. Conferência na Escola (etapa obrigatória)

Após as Oficinas de Conferência, as unidades de ensino que atendam os critérios de participação poderão promover uma conferência na escola. A Conferência na Escola é o momento em que estudantes, professores e demais interessados reúnem-se para dialogar sobre como transformar sua escola em um espaço educador sustentável, constituindo-se, assim, em um lócus privilegiado para aprofundar o debate sobre o tema da Conferência em nível local.

Nessa etapa a escola deverá elaborar de maneira participativa e democrática um projeto de ação que promova a sustentabilidade socioambiental a partir da gestão, do currículo e/ou do espaço físico e traduzi-lo em materiais de educomunicação (jornal, vídeo, fanzine, rádio etc.) para difundí-lo e inspirar outras comunidades escolares. Além disso, deverá também eleger um(a) delegado(a) e um(a) suplente para participar da etapa estadual.

Essas ações devem preferencialmente ser desenvolvidas com o apoio das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola, COM-VIDA, coletivo escolar que promove o diálogo e pauta decisões sobre a sustentabilidade socioambiental, a qualidade de vida, o consumo sustentável e alimentação saudável e o respeito aos direitos humanos e à diversidade. Para saber como formar essa comissão e/ou fortalecê-la sugerimos consultar a publicação Formando COM-VIDA e construindo a Agenda 21 na Escola.

a) Projeto de ação da escola

Durante a Conferência na Escola, os estudantes serão convidados a elaborar propostas de intervenção na escola sobre os subtemas Água, Terra, Fogo e Ar, abordados pela publicação Mudanças Ambientais Globais- Pensar + Agir na Escola e na Comunidade.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) Produção dos materiais de educomunicação

O projeto de ação deverá ser traduzido em uma ou mais peça(s) de educomunicação, tais como, jornal, fanzine, vídeo (máximo 10 minutos), apresentação no computador, programas de rádio (máximo 5 minutos), fotografias etc. para divulgar a ação de sustentabilidade proposta pela escola. Os materiais de educomunicação devem ser apresentados junto ao projeto de ação nas etapas em que forem escolhidos.

c) Eleição do(a) delegado(a) da escola e seu suplente

O(A) delegado(a) eleito(a) por seus pares durante a Conferência na Escola irá representá-los nas Conferências subsequentes e, caso eleito(a) durante a etapa estadual, poderá também participar da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. O(A) suplente substituirá o(a) delegado(a) caso haja algum impedimento à sua participação em qualquer das etapas.

A eleição deve ser conduzida de forma democrática segundo o princípio jovem escolhe jovem, ou seja, devem ser eleitos pelos próprios estudantes, e respeitar os seguintes critérios:

Estar matriculado em uma turma de 6° a 9° ano (5ª a 8ª série) do Ensino Fundamental na escola que representará;

Ter entre 11 e 14 anos na data da Conferência Nacional, a ser realizada em outubro de 2013;

Ter participado ativamente da elaboração do projeto de ação durante a Conferência do Meio Ambiente na Escola que tenha sido escolhido como o projeto da escola.

Ter participado de maneira significativa no fortalecimento ou na construção da COM-VIDA.

Exceções:

Escolas localizadas em comunidades indígenas, quilombolas e em assentamentos rurais podem eleger delegados(as) e suplentes que durante a Conferência Nacional tenham entre 11 e 14 anos sem restrição do ano escolar/série em que está matriculado.

Estudantes quilombolas, indígenas e de assentamento que tenham entre 11 e 14 anos durante a Conferência Nacional que tenham participado da Conferência em escolas de suas comunidades de origem, mesmo que estejam matriculados em escolas de outra localidade, podem ser eleitos como delegados.

Na Conferência Nacional, as delegações serão acompanhadas por adultos da COE (ver quantidade no Item 5.4.2) envolvidos no processo local (professores, técnicos das secretarias e ou regionais de ensino). Durante a viagem, o acompanhante deverá estar em posse do documento original de autorização de viagem dos pais ou responsáveis, registrado em cartório. Orientações mais detalhadas sobre o formulário de inscrição e demais documentos solicitados serão enviadas posteriormente em documento específico.

Para mais detalhes sobre a Conferência na Escola, ver Passo a Passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola.

d) Registro de realização da Conferência na Escola

Após a realização da Conferência na Escola, cada unidade de ensino deverá preencher um cadastro via Internet diretamente no endereço eletrônico da IV CNIJMA: http://conferenciainfanto.mec.gov.br. As informações solicitadas constam da Folha de Registro, anexa ao Passo a Passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola. Caso a unidade não tenha acesso à Internet, o cadastro pode ser feito em outra instituição parceira.

O projeto de ação da escola, os dados dos(as) delegados(as) e suplente eleitos devem ser cadastrados pelas escolas no site da Conferência. Além disso, a escola deve ainda anexar no sistema duas fotos que registrem sua conferência e a eleição do(a) delegado(a) e suplente.

5.3 Conferência Municipal/Regional (etapa opcional)

Após a realização das Conferências nas Escolas, as Comissões Organizadoras Estaduais (COE) têm a opção de promover Conferências Municipais ou Regionais para consolidar e aprofundar os temas debatidos nas Conferências nas Escolas, propiciar um espaço de interlocução regional ou municipal e eleger uma delegação regional ou municipal. A COE que optar por essa etapa deve oferecer apoio técnico para sua efetivação.

Nesta etapa, os projetos de ação resultantes das Conferências nas Escolas e os produtos de educomunicação são apresentados pelos(as) delegados(as). Após um diálogo sobre os projetos apresentados, quatro serão selecionados (um para cada subtema) e debatidos na Conferência Estadual. Os(As) delegados(as) representantes das escolas cujo projeto for eleito representarão o município ou região na Conferência Estadual. Os demais serão eleitos por seus pares. O total de delegados(as) por município e/ou região fica a critério da COE.

As Conferências Municipais/Regionais devem ter regulamento próprio, definido por cada COE. O regulamento municipal/regional não pode contradizer o Regulamento Estadual, a ser elaborado também pela COE.

5.4 Conferência Estadual (etapa obrigatória)

5.4.1 Seleção dos Projetos de Ação

Diante do desafio metodológico de trabalhar durante a Conferência Estadual sobre todos os projetos de ação resultantes das Conferências nas Escolas, será necessária uma sistematização das propostas recebidas.

Nos estados que tiverem realizado conferência municipal/regional, o resultado dessa etapa já consiste em uma triagem dos projetos: um por subtema. Já nos estados que optarem por não realizar a etapa municipal/regional, a Comissão Organizadora Estadual pode contar com o auxílio do Coletivo Jovem de Meio Ambiente (CJ) para selecionar os projetos de ação que serão debatidos na Conferência Estadual e, consequentemente, os(as) delegados(as) das escolas cujos projetos foram selecionados, garantindo assim o princípio "Jovem escolhe Jovem".

Os projetos de ação das escolas que forem escolhidos devem respeitar os seguintes critérios: viabilidade, consistência, clareza, coerência com o tema e recorrência no subtema.

5.4.2 Realização da Conferência Estadual

O Ministério da Educação, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) descentralizou recursos para que as Secretarias Estaduais de Educação realizem e apoiem o processo de conferências em todas as redes públicas de ensino.

A Conferência Estadual tem por objetivo aprofundar o debate sobre os temas da Conferência a partir da perspectiva estadual, propiciando um espaço de intercâmbio nesta esfera. Como resultados, a Conferência Estadual aportará à etapa nacional quatro projetos de ação (um para cada subtema) escolhidos a partir do conjunto de propostas das escolas já previamente sistematizado, seja nas Conferências Municipais/Regionais, seja com o apoio dos Coletivos Jovens, além de eleger a delegação estadual.

A Conferência Estadual poderá também elaborar uma proposta de ação que aponte políticas públicas estaduais que favoreçam a criação de escolas sustentáveis, a ser enviada às autoridades locais. Essa proposta pode ser trabalhada por representantes das COEs junto aos adultos acompanhantes e jovens facilitadores, a depender da metodologia definida pelo estado.

Assim como para as Conferências Municipais/Regionais, as Conferências Estaduais devem ter regulamento próprio, definido por cada COE, que deve respeitar o Regulamento Nacional.

a) Projetos de ação do estado

Os projetos de ação selecionados na Conferência Estadual devem levar em conta os critérios de viabilidade, consistência, clareza, coerência com o tema e recorrência no subtema. Ao final da Conferência Estadual, quatro projetos (um por subtema) deverão ser escolhidos para representar o estado na Conferência Nacional. A metodologia para a priorização dos projetos, respeitando-se os critérios acima, é de responsabilidade da COE. O Coletivo Jovem de Meio Ambiente de cada estado poderá apoiar a priorização das propostas durante a conferência estadual, atuando como facilitadores.

b) Eleição da Delegação Estadual

A eleição da delegação estadual deve acontecer de forma democrática, participativa e respeitar os seguintes critérios:

- Atender o princípio "jovem escolhe jovem" (os delegados devem ser eleitos por seus pares);
- Garantir o equilíbrio de gênero;
- Contemplar as redes públicas de ensino que participaram das etapas anteriores;
- Contemplar estudantes das diferentes regiões do estado;
- Considerar representantes do campo e da cidade;
- Considerar a diversidade étnico-racial; e
- Considerar a participação de estudantes com deficiência.

A quantidade de delegados(as) estaduais varia de acordo com o total de escolas que atendem os critérios de participação das redes estadual e municipal de cada estado, segundo dados do Censo Escolar de 2010 (Anexo).

Ressalta-se que a seleção dos projetos de ação enviados para a Conferência Nacional é vinculada à seleção dos(as) delegados(as) dos quatro projetos escolhidos, ou seja, os(as) quatro delegados(as) das escolas cujas propostas foram eleitas devem necessariamente compor a delegação estadual. Além disso, serão reservadas três vagas para os(as) delegados(as) das Conferências das Escolas de comunidades indígenas, quilombola e de assentamentos rurais: uma vaga para cada segmento. Na ausência de participação de qualquer um desses segmentos, a vaga não será transferida para nenhum outro.

Cada delegação deverá ser acompanhada por adultos da COE envolvidos no processo local (professores, técnicos das secretarias e ou regionais de ensino). Delegados(as) representantes de comunidades indígenas deverão ser acompanhados individualmente pelo professor responsável e, caso necessário, delegados(as) com deficiência que assim solicitarem podem também ser acompanhados individualmente.

Durante a viagem, o acompanhante deverá estar em posse do documento original de autorização de viagem dos pais ou responsáveis, registrado em cartório.

Número de participantes das delegações estaduais na Conferência Nacional

Número de escolas de ensino fundamental com classes de 5 ª a 8 ª séries/6º ao 9º ano	Nº de delegadas/os	Nº de acompanhantes da COE
Até 500 escolas Acre, Amapá, Roraima, Distrito Federal	18 + 03	03
De 501 a 1000 escolas Rondônia, Tocantins, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso do Sul	20 + 03	03
De 1001 a 2000 escolas Amazonas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Mato Grosso	22 + 03	04
Mais de 2001 escolas Pará, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	24 + 03	04

Para participar da Conferência Nacional com o número máximo de delegados(as) definido por este regulamento, a primeira etapa de Conferências nas Escolas deverá ser realizada em no mínimo 10% das escolas existentes em cada Unidade da Federação e no Distrito Federal. Nos estados cuja participação for inferior a esse percentual, a delegação terá o número de participantes reduzido à metade.

Os resultados da Conferência Estadual (projetos escolhidos e dados da delegação) devem ser cadastrados pela COE no sistema de cadastramento do site da Conferência (conferenciainfanto@mec.gov.br). Orientações específicas sobre o formulário de inscrição e demais documentos das delegações serão divulgadas posteriormente em documento separado.

É requisito obrigatório para participação na etapa nacional a realização da etapa estadual da Conferência e o registro na página eletrônica da Conferência (http://conferenciainfanto.mec.gov.br).

5.5 Encontro preparatório

O encontro preparatório deverá acontecer às vésperas da viagem para a Conferência Nacional em Brasília-DF, em outubro de 2013. É o momento de reunião de toda a delegação de estudantes eleitos nas etapas anteriores para se prepararem para representar o seu estado na Conferência Nacional. A delegação se preparará para a viagem e construirá, juntamente à COE, as regras de convivência e os acordos necessários para o bom andamento das atividades. Será também decidida a atividade cultural que o estado apresentará na Conferência Nacional.

5.6 Conferência Nacional

O processo culmina na IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, que será realizada em Brasília-DF, no período de 10 a 14 de outubro de 2013 e contará com a participação de cerca de 700 delegados(as) de 11 a 14 anos, provenientes de todas as Unidades Federativas que tiverem aderido ao processo de Conferência. A Conferência Nacional trabalhará a temática Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis a partir dos projetos de ação selecionados na etapa estadual, utilizando metodologias participativas e processos de educomunicação que serão detalhados posteriormente.

6. PRAZOS

Conferências nas Escolas (obrigatórias) - devem ser realizadas até 30 de março de 2013. Ficará a critério de cada escola a duração e a programação, desde que obedecidos os princípios e critérios estabelecidos no Passo a Passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola. O cadastramento dos resultados da Conferência na Escola no site da Conferência deve ser realizado até dia 02 de abril de 2013. Os cadastramentos incompletos ou fora do prazo não serão considerados.

Conferências Municipais/Regionais (opcionais) - devem ser realizadas até 17 de agosto de 2013, com cadastramento no site da Conferência até o dia 22 de agosto de 2013, incluindo os projetos de ação selecionados e nomes dos(as) delegados(as).

Conferências Estaduais (obrigatórias) - devem ser realizadas até 17 de agosto de 2013, com cadastramento no site da Conferência até o dia 22 de agosto de 2013, incluindo os projetos de ação selecionados e nomes dos(as) delegados(as).

Divulgação da Delegação Estadual - a divulgação pelo MEC dos nomes dos(as) delegados(as) selecionados(as) pelos estados para a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente será realizada até 31 de agosto de 2013.

IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente - 10 a 14 de outubro de 2013, em Brasília-DF.

7. ACESSIBILIDADE

Todas as etapas da Conferência que tenham participantes com deficiência deverão contar com instalações adequadas aos critérios de acessibilidade conforme a Portaria MEC nº 976, de 05 de maio de 2006 e Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

8. DIREITOS AUTORAIS E USO DE IMAGENS

Os Ministérios da Educação e do Meio Ambiente (ou terceiros por eles autorizados) se reservam o direito de reproduzir, em parte ou na totalidade, os trabalhos e as fotografias produzidos em qualquer etapa da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, incluindo os materiais enviados à COE e/ou postados no site da Conferência, divulgando-os por meio de mídia impressa, televisionada, internet ou qualquer outra mídia, sem que seja devida autorização posterior e qualquer remuneração aos participantes e autores dos trabalhos, obrigando-se, todavia, a mencionar o crédito dos autores.

Essas imagens e trabalhos serão usados exclusivamente com fins pedagógicos, sem qualquer utilização econômica ou comercial.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

Ao inscrever o seu projeto de ação no sistema de cadastramento no site da Conferência (http://conferenciainfanto.mec.gov.br), a escola participante e a Comissão Organizadora Estadual aceita as disposições do presente Regulamento. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Executiva do evento, sob responsabilidade da Coordenação Geral de Educação Ambiental.

Número de Escolas com pelo menos uma turma entre 5ª e 8ª séries nas escolas organizadas por séries e entre o 6º e o 9º ano nas escolas organizadas por ano.

Federação	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Acre	478	01	280	197	15
Alagoas	917	00	233	478	206
Amapá	247	00	178	46	23
Amazonas	1.895	01	387	1.407	100
Bahia	4.367	01	923	2.750	693
Ceará	4.179	01	317	3.122	739
Distrito Federal	388	01	213	00	174
Espírito Santo	1.027	00	285	556	186
Goiás	2.048	01	890	667	490
Maranhão	4.704	02	621	3.781	300
Minas Gerais	5.425	05	2.824	1.692	904
Mato Grosso	1.476	00	620	676	180
Mato Grosso do Sul	867	01	331	374	161
Pará	3.260	02	436	2.522	300
Paraíba	1.379	00	485	626	268
Paraná	2.455	01	1.886	58	510
Pernambuco	2.610	02	797	1.046	765
Piauí	1.919	00	440	1.235	244
Rio de Janeiro	3.905	11	979	1.256	1.659
Rio Grande do Norte	1.202	00	409	547	246
Rio Grande do Sul	4.888	03	2.163	2.312	410
Roraima	226	01	185	33	07
Rondônia	623	00	285	280	58
Santa Catarina	2037	01	1.000	784	252
São Paulo	8.366	00	3.804	1.593	2.969
Sergipe	796	01	249	367	179
Tocantins	761	00	369	340	52
Total	62.460	36	21.589	28.745	1.209

Fonte: MEC/INEP- Censo Escolar 2010

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 121, DE 5 DE JULHO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201112543	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE CAMPO LIMPO PAULISTA	INSTITUTO DE ENSINO CAMPO LIMPO PAULISTA LTDA	RUA GUATEMALA, 167, JARDIM AMÉRICA, Campo Limpo Paulista/SP
2.	201012719	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE PAULO SETUBAL	FUNDACAO PAULISTA DE TECNOLOGIA E EDUCACAO	Rua Maneco Pereira, 619, Centro, Tatuí/SP
3.	201112008	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA THEREZA PORTO MARQUES	ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL PORTO MARQUES	Rua São Sebastião, 25, Centro, Jacareí/SP
4.	201012210	LOGÍSTICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE PAULO SETUBAL	FUNDACAO PAULISTA DE TECNOLOGIA E EDUCACAO	Rua Maneco Pereira, 619, Centro, Tatuí/SP
5.	201112037	MATEMÁTICA (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	Rodovia BR-104 - até km 65,001 - lado ímpar, S/N, Br 104, km 59. Localidade Varzea da Picada, Divinópolis, Caruaru/PE
6.	201112046	QUÍMICA (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	Rodovia BR-104 - até km 65,001 - lado ímpar, S/N, Br 104, km 59. Localidade Varzea da Picada, Divinópolis, Caruaru/PE
7.	201108934	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DE HORTOLÂNDIA	INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SAO PAULO - IESP	Avenida Santana, 1070, Jardim Amanda I, Hortolândia/SP
8.	201112468	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS	FUNDACAO EDUCACIONAL DE FERNANDOPOLIS	Avenida Teotônio Vilela, s/n, Campus Universitário, Fernandópolis/SP
9.	201113954	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	200 (duzentas)	ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO, DIREITO E ECONOMIA	ESADE - ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRACAO, DIREITO E ECONOMIA S.A	Rua Luiz Afonso, 84, Cidade Baixa, Porto Alegre/RS
10.	201112036	FÍSICA (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	Rodovia BR-104 - até km 65,001 - lado ímpar, S/N, Br 104, km 59. Localidade Varzea da Picada, Divinópolis, Caruaru/PE
11.	201107895	AGRONEGÓCIO (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA S.A	Rua João da Escócia, S/N. Nova Betânia., 1.561, Nova Betânia, Mossoró/RN
12.	201012767	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA GESTÃO & MARKETING	IBGM - INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO & MARKETING LTDA	Rua Joaquim Felipe, 250, Boa Vista, Recife/PE
13.	201114411	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DO RECIFE - ESTÁCIO FIR	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	Avenida Engenheiro Abdias de Carvalho, 1678, Madalena, Recife/PE
14.	201110848	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DOM BOSCO	DOM BOSCO ENSINO SUPERIOR LTDA.	Avenida Presidente Wenceslau Braz, 1172, Vila Guaíra, Curitiba/PR
15.	201117123	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE INTEGRADA TIRADENTES	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S/S LTDA	Avenida Gustavo Paiva, 5017, Cruz das Almas, Maceió/AL
16.	201112254	QUÍMICA (Bacharelado)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	Centro de Ciências Agrárias, S/N, Campus Universitário II, Cidade Universitária, Areia/PB
17.	201111224	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	SOCIEDADE DE EDUCACAO RITTER DOS REIS LTDA.	Rua Santos Dumont, 888, Niteroi, Canoas/RS
18.	201114880	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS, CULTURA E EXTENSÃO DO RIO GRANDE DO NORTE	CENTRO INTEGRADO PARA FORMACAO DE EXECUTIVOS	Rua Orlando Silva, 2896, Capim Macio, Natal/RN
19.	201201544	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE ESTÁCIO DO RECIFE - ESTÁCIO FIR	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	Avenida Engenheiro Abdias de Carvalho, 1678, Madalena, Recife/PE
20.	201112622	LOGÍSTICA (Tecnológico)	220 (duzentas e vinte)	FACULDADE LITERATUS	CENTRO DE ASSISTENCIA AO DESENVOLVIMENTO DE FORMACAO PROFISSIONAL UNICEL LTDA	Avenida Constantino Nery, 3.693, Chapada, Manaus/AM
21.	201014823	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE JOÃO PESSOA	CENESUP - CENTRO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA	Rua Almirante Barroso, 883, Centro, João Pessoa/PB
22.	201115174	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU	ASSOCIACAO RANIERI DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	Rua Rodolfina Dias Domingues, 11, Quinta Ranieri, Jardim Ferraz, Bauru/SP
23.	201111874	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	Praça Prof. Edmir Sá Santos, S/N, Campus Universitário , Lavras/MG
24.	201000209	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE POÇOS DE CALDAS	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	Avenida João Pinheiro, 1.046, Jardim do Ginásio, Poços de Caldas/MG

PORTARIA Nº 122, DE 5 DE JULHO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Os reconhecimentos a que se refere esta Portaria são válidos exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201013726	PRODUÇÃO MULTIMÍDIA (Tecnológico)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	Avenida Doutor Cândido Xavier de Almeida Souza, 200, Campus Universitário, Centro Cívico, Mogi das Cruzes/SP
2.	201108648	MEDICINA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	FUNDACAO EDSON QUEIROZ	Avenida Washington Soares, 1321, Edson Queiroz, Fortaleza/CE
3.	200906008	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	Rua Cel. João Leite, 517, Centro, Pombal/PB
4.	201007938	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA PITÁGORAS - UNIDADE LONDRINA	PROJECTA EDUCACIONAL LTDA	Rua Edwy Taques de Araújo, 1100, Jardim Glebna Palhano, Londrina/PR
5.	201007264	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO AMPARENSE	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	Rodovia SP 95, Km 46,5, s/n, Martírio, Amparo/SP
6.	201009402	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130, Bloco A, Petrópolis, Caxias do Sul/RS
7.	200804996	ARTES VISUAIS (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	Avenida João Naves de Ávila, 2121, Reitoria, Santa Mônica, Uberlândia/MG
8.	201012557	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	Avenida Doutor Cândido Xavier de Almeida Souza, 200, Campus Universitário, Centro Cívico, Mogi das Cruzes/SP
9.	201013090	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Rua Pedro João Pereira s/n, S/N, Centro, Araranguá/SC
10.	201015138	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS	FUNDACAO SAO MIGUEL ARCANJO	Rua B-10, Qd. 10, lts. 13, 14, 15 e 16, 580, esq. c/Rua 5 - Cidade Jardim / Anápolis - GO., Cidade Jardim, Anápolis/GO
11.	201002774	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA INED - UNIDADE CONTAGEM	ORME SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	Av. Tom Jobim, 2890, Cidade Industrial, Contagem/MG
12.	201014736	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA IBRATEC	IBRATEC INSTITUTO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA LTDA	Rua Mascarenhas de Moraes, 4989, Imbiribeira, Recife/PE
13.	201013407	ENGENHARIA FLORESTAL (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	Rodovia João Leme dos Santos, Km 110 , s/n, SP-264, Bairro do Itinga, Sorocaba/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

14.	201012919	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	210 (duzentas e dez)	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	Rua Amador Bueno, 389/491, Santo Amaro, São Paulo/SP
15.	201009010	PRODUÇÃO AUDIOVISUAL (Tecnológico)	400 (quatrocentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS ASSOCIACAO EDUCACIONAL	Avenida Liberdade, 654, Liberdade, São Paulo/SP
16.	201007745	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO AMPARENSE	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	Rodovia SP 95, Km 46,5, s/n, Martírio, Amparo/SP
17.	201002288	FABRICAÇÃO MECÂNICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI ANTÔNIO ADOLPHO LOBBE	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	Rua Cândido Padim, 25, Vila Prado, São Carlos/SP
18.	201013457	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Almirante Barroso, 1734, Centro, Pelotas/RS
19.	201010385	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE LINHARES	SOCE - SOCIEDADE CAPIXABA DE EDUCACAO LTDA	Avenida São Mateus, 1458, Araçá, Linhares/ES
20.	200813641	LOGÍSTICA EMPRESARIAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR JOÃO ALFREDO DE ANDRADE	INSTITUTO J. ANDRADE LTDA	AVENIDA TANUS SALIBA, 468, CENTRO, Juatuba/MG
21.	201004080	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE SUDAMÉRICA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR SOUSA BORGES LTDA	Avenida Eudaldo Lessa, 627, Popular, Cataguases/MG
22.	201011686	BIOMEDICINA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DO ESPÍRITO SANTO	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO ESPIRITO SANTO - IESES	Rodovia Gumercindo Moura Nunes, 147, Novo Parque, Cachoeiro de Itapemirim/ES
23.	201002773	LOGÍSTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA INED - UNIDADE CONTAGEM	ORME SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	Av. Tom Jobim, 2890, Cidade Industrial, Contagem/MG
24.	200909826	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS DOS CAMPOS GERAIS	CESCAGE CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOS CAMPOS GERAIS	Avenida General Carlos Cavalcanti, 8000, Seminário São José, Uvaranas, Ponta Grossa/PR
25.	201006263	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC SÃO MIGUEL DO OESTE	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC	Rua Sete de Setembro, 1.415, Centro, São Miguel do Oeste/SC
26.	200907999	GASTRONOMIA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA	FUNDACAO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA	Avenida Nasser Marão, 3069, Campus, Distrito Industrial, Votuporanga/SP
27.	201013401	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	45 (quarenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	AV. CEL. FRANCISCO H. DOS SANTOS, S/N, JARDIM DAS AMÉRICAS, Curitiba/PR
28.	200901498	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO	CIRCULO DE TRABALHADORES CRISTAOS DO EMBARE	Rua Carolina Fonseca, 584, ITAQUERA, São Paulo/SP
29.	201103706	PRODUÇÃO AUDIOVISUAL (Tecnológico)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	COMUNIDADE EVANGELICA LUTERANA SAO PAULO - CELSP	Rua Farroupilha , 8001, Canoas, Canoas/RS
30.	201012016	AQÜICULTURA (Tecnológico)	40 (quarenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	Rod. BR 472 KM 592, s/n, distrito, Uruguaiana/RS
31.	200913774	MARKETING (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS SOBRAL PINTO	IUNI EDUCACIONAL - UNIC RONDONOPOLIS ARNALDO ESTEVAO LTDA.	Rua Arnaldo Estevão de Figueiredo, 758, 1º, 2º e 3º piso , Centro, Rondonópolis/MT
32.	201007839	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	90 (noventa)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC DF	SENAC - SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - ADMINIS	QNG Área Especial 39, s/n, Região Administrativa Taguatinga, Brasília/DF
33.	201013227	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE POLITÉCNICA DE CAMPINAS	IBCT - INSTITUTO BANDEIRANTES DE CIENCIA E TECNOLOGIA	Rua Luiz Otávio, 1.281, Fazenda Santa Cândida, Campinas/SP
34.	201011434	HORTICULTURA (Tecnológico)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE	ESTRADA DO REDENTOR, 5665, CANTA GALO, Rio do Sul/SC
35.	201014969	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE MACHADO SOBRINHO	FUNDACAO EDUCACIONAL MACHADO SOBRINHO	Rua Pedro Celeste, s/n, Cruzeiro do Sul, Juiz de Fora/MG
36.	201009042	PRODUÇÃO PUBLICITÁRIA (Tecnológico)	400 (quatrocentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS ASSOCIACAO EDUCACIONAL	Avenida Liberdade, 654, Liberdade, São Paulo/SP
37.	201104483	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	45 (quarenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Almirante Barroso, 1734, Centro, Pelotas/RS
38.	201008597	PRODUÇÃO PUBLICITÁRIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS DOS CAMPOS GERAIS	CESCAGE CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOS CAMPOS GERAIS	RUA ADALBERTO CARVALHO DE ARAUJO, FINAL DA RUA TOMAZINA, PRINCESA, Ponta Grossa/PR
39.	200909888	SECRETARIADO (Tecnológico)	100 (cem)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 1440, CAIXA POSTAL 86, SETOR UNIVERSITÁRIO, Goiânia/GO
40.	201001320	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	11 (onze)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	Av. Rodrigo Otávio, 6200, Campus Universitário, Coroado II, Manaus/AM
41.	201007005	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC BLUMENAU	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC	Avenida Brasil, 610, Ponta Aguda, Blumenau/SC
42.	201100826	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADES UNIDAS DO VALE DO ARAGUAIA	ASSOCIACAO BARRAGARCENSE DE EDUCACAO E CULTURA	Rua Moreira Cabral, 1000, Setor Mariano, Barra do Garças/MT
43.	201011039	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	44 (quarenta e quatro)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	Avenida Brasil, 4.232, Parque Independência, Medianeira/PR
44.	201010784	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO AMPARENSE	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	Rodovia SP 95, Km 46,5, s/n, Martírio, Amparo/SP
45.	201013637	MARKETING (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE PADRE JOÃO BAGOZZI	CONGREGACAO DOS OBLATOS DE SAO JOSE	Rua Francisco Derosso, 1016, Xaxim, Curitiba/PR
46.	201010688	PROGRAMA ESPECIAL DE GRADUAÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	Cidade Universitária Prof. José Mariano da Rocha Filho, Avenida Roraima, 1000, Campus Universitário, Camobi, Santa Maria/RS
47.	201008339	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	Faculdade Estácio Euro- Panamericana de Humanidades e Tecnologias - Estácio EUROPAN	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	Rua Howard Archibald Acheson Junior, 393, Jardim da Glória - Granja Viana, Cotia/SP
48.	201008413	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE	FUNDACAO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL	Rodovia Benjamim Ielpo, Estrada Barra do Piraí x Valença, Barra do Piraí/RJ
49.	201007931	ENFERMAGEM (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS SOBRAL PINTO	IUNI EDUCACIONAL - UNIC RONDONOPOLIS ARNALDO ESTEVAO LTDA.	Rua Arnaldo Estevão de Figueiredo, 758A, térreo, 1º, 2º e 3º piso (parte superior), Centro, Rondonópolis/MT
50.	201012094	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE EÇA DE QUEIROS	INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA ECA DE QUEIROS S/S LTDA	Via de Acesso João de Goes, 2.335, Bloco A, Jardim Alvorada, Jandira/SP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 629, DE 4 DE JULHO DE 2012

homologa o concurso público para provimento de cargos efetivos da carreira de servidores técnico-administrativos em educação - campus juiz de fora, em conformidade com o edital nº 25/2012-CFAP/PRORH

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, no exercício da Reitoria, no uso de suas competências, e em conformidade com o Edital nº 25/2012-CFAP/PRORH, de 14/05/2012, publicado no DOU, nº 93, de 15/05/2012, seção 3, páginas 65 a 68, retificado pelos Editais nº 27/2012, DOU de 16/05/2012, nº 31/2012, DOU de 22/05/2012, nº 36/2012, DOU de 30/05/2012, nº 40/2012, DOU 18/06/2012 e nº 43/2012, DOU 25/06/2012, resolve:

I - Homologar o concurso público para provimento de cargos efetivos da carreira de servidores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - Campus Juiz de Fora e divulgar as relações dos candidatos aprovados, conforme os quadros a seguir, aplicando-se os critérios do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, art. 16 e Anexo II.

A - Cargo de Nível de Classificação "D"

1 - Técnico de Laboratório/Área Análises Clínicas - (03 vagas)

CLASSIF.	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	CASSIANO RODRIGUES DE O ABREU	01883	162,0
2	ISABELLA CANDIAN BERTOLIN	01932	160,0
3	THAIS OLIVEIRA DE PAULA	02009	155,0
4	LIDIANE MARTINS GONCALVES FAVA	01950	148,0
5	LUCIA MARA JANUARIO DOS ANJOS	01954	146,0
6	SURAMA CARVALHO DOS SANTOS	02004	141,0
7	BERNADETE MALTA BARROSO	01880	140,0
8	MARIANA DA FONSECA PEREIRA	01968	137,0
9	TATIANA ALVES TOLEDO	02007	134,0
10	KAREN CRISTINA BARCELLOS RIBEIRO	01944	122,0

2 - Técnico de Laboratório/Área Eletrotécnica - (01 vaga)

CLASSIF.	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	GUILHERME MARCIO SOARES	01785	197,6
2	WAGNER DIAS ROCHA	01803	190,3
3	CHRISTOVAO DA SILVA FEDOCE JUNIOR	01767	187,6
4	ELIAS RAMOS VILAS BOAS	01774	172,0
5	MARLON LUCAS GOMES SALMENTO	01792	166,3

3 - Técnico de Laboratório/Área Farmácia - (01 vaga)

CLASSIF.	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	VANESSA DOS SANTOS TEMPONI	01863	181,5
2	DEBORA MARTINS COELHO	01814	153,5
3	JULIANE MARQUES FELICISSIMO	01831	152,0
4	VANESSA CRISTINA E BITTENCOURT	01862	148,0
5	THERLEM MEIRE DA SILVA	01861	145,0

4 - Técnico de Tecnologia da Informação - (01 vaga)

CLASSIF.	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	CARLOS ROBERTO LIMA LADEIRA	02036	99
2	RAFAEL GONCALVES MOTTA	02125	97
3	FERNANDO MARCIO AGUIRREZ	02069	96
4	PAULO VICTOR HAUCK DA ENCARNACAO	02118	95
5	THIAGO MARQUES FERNANDES DE MELLO	02147	93

5 - Técnico em Agropecuária - (01 vaga)

CLASSIF.	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	EDER LUIS TOSTES	02173	157,8
2	DENNIEL TRAJINELLI COELHO PINHEIRO	02170	156,4
3	DIOGO MACHADO DO CARMO	02172	138,3
4	MARCELO DA SILVA CARVALHO	02189	137,3

6 - Técnico em Edificações - (03 vagas)

CLASSIF.	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	AMANDA MONTENOTTI CALDEIRA	02207	134,0
2	EDIMILSON APARECIDO DE ALMEIDA	02222	122,0
3	VICENTE DOS SANTOS GUILHERME JUNIOR	02259	119,0

7 - Técnico em Enfermagem - (02 vagas)

CLASSIF.	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	RUBIANY DE NOVAES TOLEDO	02649	165,3
2	TEREZINHA APARECIDA DA FONSECA	02679	148,3
3	PAULO CESAR RIBEIRO DE NAVARRO	02597	135,6
4	AGLAHER ADRIANA PEREIRA	02272	134,3
5	BARBARA DE ALMEIDA ALVARENGA	02320	124,3
6	DALILA SODRE D OLIEIRA	02356	123,6
7	GIBRAN TEIXEIRA CAMPOS	02424	122,3

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

B - Cargos de Nível de Classificação "E"
1 - Administrador - (04 vagas)

CLASSIF.	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	ALISSON DE ALMEIDA SANTOS	00038	116
2	BRUNO AZEVEDO GOMES FREITAS	00083	109
3	ALCIMAR HONORIO	00014	109
4	MARLUCE BRAZ DUARTE	00379	108
5	MARCIA APARECIDA ALMEIDA PEREIRA	00354	108
6	RICARDO OLIVEIRA AVIGO	00450	108
7	ADRIANA IMACULADA FERNANDES	00009	106
8	MARIA DO CARMO PICOLI MENDONCA	00368	105
9	PEDRO DE LANDA MORAES SANTOS ALVIM	00414	104
10	RODRIGO DE MENDONCA AGUIAR	00463	104
11	CATIA DOS SANTOS MORAES	00103	103
12	DOUGLAS DA SILVA SCOTELANO	00156	101
13	LUCIANO PINTO WURTZ	00327	101
14	MARIA DO CARMO BORGES FRANCO	00366	100
15	VITOR ANACLETO RODARTE ANDRADE	00526	100
16	MARCELA MEDEIROS CORNELIO	00349	99
17	NATALIA ROCHA NASCIMENTO	00396	98
18	TATIANA LADEIRA VIDAL	00504	96
19	MARIO FERNANDO LOTT BRANT	00377	96

2 - Arquivista - (02 vagas)

CLASSIF.	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	PAULA COTRIM DE ABRANTES	00569	111
2	ELIANE BEZERRA LIMA	00551	111
3	DAVID MEDEIROS DE OLIVEIRA	00550	100
4	CYNTHIA DELGADO DI IORIO AGUIAR	00549	90
5	SAULO PEGO JUSTINIANO DA COSTA	00572	87
6	JEAN MACIEL XAVIER	00558	84

3 - Assistente Social - (02 vagas)

CLASSIF.	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	SABRINA ALVES RIBEIRO BARRA	00767	114
2	LUIZ AGOSTINHO DE PAULA BALDI	00698	111
3	THASSIA CRISTINA DA SILVA SOARES	00792	99
4	THALITA MARTINS FREITAS	00790	99
5	STHEFANIA MARA SANTOS REIS	00780	94
6	THALITA MELCHIADES DA SILVA	00791	92
7	DAYANA VALERIO COIMBRA	00628	91
8	FERNANDA CRISTINA DA SILVA	00643	87
9	JOSEANE DUARTE OURO ALVES	00664	86
10	LIVIAN KELLY DA SILVEIRA	00691	86

4 - Economista - (01 vaga)

CLASSIF.	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	ANTONIO HENRIQUE CERES DIAS JUNIOR	00908	91
2	FERNANDO ANTONIO AGRA SANTOS	00923	83
3	ANDRE SURIANE DA SILVA	00905	82
4	LIVIA DUARTE OCTACIANO DE OLIVEIRA	00944	79

5 - Enfermeiro - (02 vagas)

CLASSIF.	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	ALINE RIOS FREITAS DE ALMEIDA	00996	119
2	ROMANDA DA COSTA PEREIRA BARBOZA	01398	116
3	AMANDA MELCHIADES ARAUJO	01003	113
4	AMARALINA RODRIGUES DE AZEVEDO	01006	112
5	LUIS FELIPE PINTO BARACHO	01281	111
6	AMANDA PRADO	01004	111
7	LIDIANE MIRANDA MILAGRES	01247	111
8	KELLY DA MATA AMBROSIO PEREIRA	01232	110
9	NATHALIA DE CARVALHO RIOS	01339	109
10	FRANCIANE VILELA	01146	109

6 - Músico - (01 vaga)

CLASSIF.	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	FRANCISCO LELIS STEHLING	01470	184,0
2	JULIANA COSTA OLIVEIRA	01472	164,0
3	MIDIA ROSA CABRAL	01475	162,0
4	HELEN BARRA DE MOURA	01471	142,0

7 - Psicólogo - (02 vagas)

CLASSIF.	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	TATIANA RODRIGUES DE ALMEIDA	01745	109
2	PATRICIA SA DE ALMEIDA TAVELLA	01705	99
3	LEANDRA SILVA DUARTE	01645	98
4	JOSE FRANCISCO FERNANDES JUNIOR	01627	97
5	FERNANDA BUZZINARI RIBEIRO DE SA	01595	96
6	PEDRITA REIS VARGAS PAULINO	01708	94
7	JOSIANE ASSIS DE BOUCHERVILLE	01630	94
8	JOYCE DIAS CABRAL DA SILVA	01632	93
9	JOANA CALAES ARBEX	01624	93
10	LUCAS DE AZEVEDO MARTINS	01656	93

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LUIZ REZENDE PEREIRA

PORTARIA Nº 632, DE 5 DE JULHO DE 2012

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, no exercício da Reitoria, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do Processo Seletivo Simplificado de Professor Substituto/Temporário para contratação temporária - Campus Juiz de Fora, conforme ao abaixo discriminado:

1 - Edital nº039/2012, de 18/06/2012 - Seleção de Professor Substituto/Temporário
1.1 - FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO
1.1.1- Seleção 61 - Depto. Finanças e Controladoria - Processo nº 23071.007743/2012-14

Classificação	Candidato	Nota
1º	JOSE FLAVIO DE MELO MOURA	87,28
2°	RAQUEL ANGELO ARAUJO	76,67
3°	DILCILERIA ROSA DE OLIVEIRA	70,89

1.2 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA
1.2.1- Seleção 63 - Depto. Clinica Odontológica - Processo nº 23071.007527/2012-79

Classificação	Candidato	Nota
1°	LIZA PORCARO BRETAS	8,36
2º	RAFAEL BINATO JUNQUEIRA	8,19
3º	MARIANE FLORIANO LOPES LACERDA	7,74

1.3 - FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
1.3.1- Seleção 64 - Depto. Fundamentos do Serviço Social - Processo nº 23071.007786/2012-08

Classificação	Candidato	Nota
1º	ANTONIANA DIAS DEFILLIPO	89,4
2°	THAIS LUIZ VARGAS	88,8
3°	WASSILA MARIANA SILVA RECEPUTE	87,7
4º	SANDRA GOMES DA SILVA	83,9

1.4 - INSTITUTO DE ARTES E DESIGN
1.4.1- Seleção 65 - Depto. Artes e Design - Processo nº 23071.007784/2012-19

Classificação	Candidato	Nota
1º	LIGIA MARIA ALVES DE LACERDA	9,0
2°	TAINA CALDAS NOVELLINO	8,5
3°	JOAO PAULO GOMES E LOPES	8,0
4º	MARIANA DO AMARAL ANTUNES	7,5
5º	INGRID LEMOS COSTA	7,3

1.4.2- Seleção 66 - Depto. Artes e Design - Processo nº 23071.007782/2012-11

Classificação	Candidato	Nota
1º	LUIS FELIPE DE SOUZA CARBOGIM	8,2
2°	DANIELE DE SÁ ALVES	8,0
3°	ALICE COSTA SOUZA	7,6
4º	ALEXSANDRO DE SA GOMES	7,4
5º	MARCILLENE LADEIRA	7,2

1.5 - INSTITUTO DE CIENCIAS BIOLOGICAS
1.5.1- Seleção 67 - Depto. Parasitologia, Microbiologia e Imunologia
Proc. nº 23071.007804/2012-43

Classificação	Candidato	Nota
1º	LUCIANA DEBORTOLI DE CARVALHO	9,4

1.5.2- Seleção 68 - Depto. Nutrição - Proc. nº 23071.003817/2012-43

Classificação	Candidato	Nota
1º	MARIANA DE MELO CAZAL	83,4
2º	LORENE GONÇALVES COELHO	80,6
3º	ROBERTA STOFELES CECON	77,9

1.6 - INSTITUTO DE CIENCIAS EXATAS
1.6.1- Seleção 69 - Depto. Ciência da Computação - Proc. nº 23071.007966/2012-81

Classificação	Candidato	Nota
1º	HEDER SOARES BERNARDINO	89,64
2º	ELDER JOSE RAIOLI CIRILO	88,89
3º	BÁRBARA DE MELO QUINTELA	70,01

1.6.2- Seleção 70 - Depto. Física - Proc. nº 23071.007449/2012-11

Classificação	Candidato	Nota
	NÃO HOUVE CANDIDATOS APROVADOS	

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LUIZ REZENDE PEREIRA

PORTARIA Nº 633, DE 5 DE JULHO DE 2012

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, no exercício da Reitoria, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do Processo Seletivo Simplificado de professor Substituto/Temporário para contratação temporária - Campus Governador Valadares, conforme ao abaixo discriminado:

1 - Edital nº041/2012, de 18/06/2012 - Seleção de Professor Substituto/Temporário
1.1 - ÁREA CIENCIAS DA SAUDE
1.1.1- Seleção 71 -Farmácia - Processo nº 23071.005679/2012-37

Classificação	Candidato	Nota
1º	BRUNA CAROLINE VIEIRA PITOL	10,0
2°	PEDRO HENRIQUE FERREIRA MARÇAL	9,83
3°	RAFAEL SILVA GAMA	9,66

1.1.2- Seleção 72 - Clinica Médica - Processo nº 23071.007648/2012-11

Classificação	Candidato	Nota
	Não houve candidato aprovado	

1.1.3- Seleção 73 - Saúde Coletiva - Processo nº 23071.003699/2012-73

Classificação	Candidato	Nota
1º	RITA CRISTINA DE SOUZA SANTOS	9,2
2°	FERNANDA MAGALHÃES DUARTE ROCHA	7,6
3°	OROZIMBO HENRIQUES CAMPOS NETO	7,4
4º	ELIDA LUCIA CARVALHO MARTINS	7,2
5º	REINALDO DA SILVA JUNIOR	6,7

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LUIZ REZENDE PEREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CAMPUS MACAÉ

PORTARIA Nº 5.166, DE 5 DE JULHO DE 2012

O Diretor do Campus Macaé, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Gilberto Dolejal Zanetti, nomeado pela Portaria nº 8.740, de 18/11/2011, publicada no BUFRJ nº 46, de 21/11/2011, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo para contratação de Professor Temporário, referente ao Edital nº 129, de 29 de junho de 2012, publicado no DOU nº 126, de 02 de julho de 2012, divulgando, em ordem de classificação,os nomes dos candidatos aprovados:

Curso: Nutrição
Setor: Nutrição e Dietética / Nutrição Básica
1º Gabriela Morgado de Oliveira Coelho

GILBERTO DOLEJAL ZANETTI

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FACULDADE DE MEDICINA

PORTARIA Nº 5.165, DE 5 DE JULHO DE 2012

O Diretor da Faculdade de Medicina do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Roberto de Andrade Medronho, nomeado pela Portaria n° 5265 de 03 de agosto de 2011, publicada no DOU n° 152 - Seção 2, de 09 de agosto de 2011, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto, referente ao Edital n° 124 de 27 de junho de 2012, publicado no DOU n° 124 - Seção 3, página 64 de 28 de junho de 2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Curso de Medicina / Campus Fundão
Setor:Pediatria
1° lugar - Heloisa Helena Nunes da Silveira
2º lugar - Mara Morelo Rocha Felix
3º lugar - Tereza Sigaud Soares Palmeira
4º lugar - Daniel Frossard Rodrigues
5º lugar - Cassia Freire Vaz

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

INSTITUTO DE NUTRIÇÃO

PORTARIA Nº 5.143, DE 5 DE JULHO DE 2012

A Diretora do Instituto de Nutrição Josué de Castro, do Centro de Ciências da Saúde, da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 2399 de 21/06/2010, publicada no DOU nº 117, de 22/06/2010, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de Professor Temporário de Expansão do Curso de Graduação em Gastronomia, referente ao edital nº 129, de vinte e nove de junho de dois mil e doze, publicado no DOU nº 126, de dois de julho de dois mil e doze, Seção 3, divulgando o nome do único candidato aprovado:

Curso de Gastronomia
Área: Alimentos e Bebidas / Eventos
1º Mara Lima de Cnop

ELIANE FIALHO DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 392, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024670/2012-16 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Núcleo de Desenvolvimento Infantil - NDI/CED, instituído pelo Edital nº 12/SEGESP/2012, de 13 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Educação Infantil.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Rúbia Vanessa Vicente Demétrio	8,50
2º	Keila Debora Berwanger	8,19
3º	Deborah Esther Grajzer	8,00
4º	Saskya Carolyne Bodenmüller	7,94
5º	Samara Maria João	7,93
6º	Juliana Costa Müller	7,86

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 393, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025515/2012-17 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Geociências - GCN/CFH, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.

Campo de Conhecimento: Geoprocessamento.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Luiz Fernando de Novaes Vianna	9,33
2º	Lilian Elizabeth Diesel	7,46
3º	Everton Vieira	7,00

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 394, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025516/2012-61 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Geociências - GCN/CFH, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.

Campo de Conhecimento: Geofísica.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Alessandra de Barros e Silva Bongiolo	9,12

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 395, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025689/2012-80 resolve:
Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus de Joinville - JOI, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.
Campo de Conhecimento: Arquitetura Naval e Hidrodinâmica.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Luiz Eduardo Bueno Minioli	8,1

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 396, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025696/2012-81 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus de Joinville - JOI, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.

Campo de Conhecimento: Planejamento e Controle de Projetos e Construções.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Poliane da Silva	7,00

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 397, DE 3 DE JULHO DE 2012

ASecretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025699/2012-15 resolve:
Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus de Joinville - JOI, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.
Campo de Conhecimento: Soldagem.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Tiago Vieira da Cunha	8,67

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 398, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025700/2012-10 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus de Joinville - JOI, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.

Campo de Conhecimento: Estatística
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).
NÃO HOUVE CANDIDATO HABILITADO

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 399, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025702/2012-09 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus de Joinville - JOI, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.

Campo de Conhecimento: Sistemas Hidráulicos e Pneumáticos.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Everton Rafael Breitenbach	8,1

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 400, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025703/2012-45 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus de Joinville - JOI, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.

Campo de Conhecimento: Máquinas e Motores.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Jeferson Dallmann	7,0

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 401, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025708/2012-78 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus de Joinville - JOI, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.

Campo de Conhecimento: Termodinâmica.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Emerson Luiz Lapolli	8,5

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 402, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024868/2012-08 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Artes e Libras - DALI/CCE, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012, retificado no Diário Oficial da União nº 118, Seção 3, de 20/06/2012.

Campo de Conhecimento: Ensino/Aprendizagem de Libras.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Bruno Ramos	9,12
2º	Janine Soares de Oliveira	9,08
3º	Fernanda de Araujo Machado	7,18

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 403, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024699/2012-06 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Antropologia - ANT/CFH, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Museologia, Antropologia, História, Ciências Sociais, Arte, Arquitetura, Educação ou áreas afins.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes	9,18
2º	Elisa Guimarães Ennes	8,50
3º	Renata Cardozo Padilha	7,61

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 404, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.023701/2012-11 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de História - HST/CFH, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Museologia.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Paulo Alexandre da Graça Santos	8,26

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 406, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025414/2012-46 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Direito - DIR/CCJ, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.

Campo de Conhecimento: Criminologia, Direito Penal e Prática Simulada III.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Leilane Serratine Grubba	9,38
2º	Leonardo Schmidt de Bem	9,20
3º	Marcelo Mayora Alves	8,49
4º	Fernanda de Mello Goss	7,22
5º	Eliza Adir Coppi	7,05

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 407, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024317/2012-36 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Ecologia e Zoologia - ECZ/CCB, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Ecologia de Comunidades e Conservação.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Eliana dos Santos Alves	9,22
2º	Denise Tonetta	7,98
3º	Hugo Pacheco de Freitas Fraga	7,35
4º	Renata Calixto Campos	7,20
5º	Fernanda Soares Bueloni	7,16

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 408, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024610/2012-01 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus Curitibanos - CBS, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Desenho Técnico e Mecanização Agrícola.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Juliana Ceccato Ferreira	8,0
2º	Wagner Sacomori	7,7

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 409, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024611/2012-48 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus Curitibanos - CBS, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Reprodução Vegetal e Horticultura.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

NÃO HOUVE CANDIDATO HABILITADO

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 410, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024612/2012-92 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus Curitibanos - CBS, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Zootecnia e Aqüicultura.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Liliann Kelly Granemann	9,0
2º	Andressa Steffen Barbosa	7,9

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 411, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025576/2012-84 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus Araranguá - ARA, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.

Campo de Conhecimento: Química.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Fabiana Sartori Magagnin Francisco	7,65
2º	Andreza Machado Rocha	7,45

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 412, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025578/2012-73 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus Araranguá - ARA, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.

Campo de Conhecimento: Matemática.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Valdirene da Rosa Rocho	7,85

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 413, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025579/2012-18 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus Araranguá - ARA, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.

Campo de Conhecimento: Ciência da Computação.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Marta Adriana da Silva Cristiano	8,31

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 414, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025580/2012-42 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus Araranguá - ARA, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.

Campo de Conhecimento: Fisioterapia e Fisiologia.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Paulo Cesar Lock Silveira	9,44
2º	Ana Lúcia Danielewicz	8,22

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 415, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025605/2012-16 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus Araranguá - ARA, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.

Campo de Conhecimento: Fenômenos de Transporte.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Marcelo Dal Bó	8,33

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 416, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.023251/2012-67 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Análises Clínicas - ACL/CCS, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Audiologia.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Sabrina Vieira da Luz	7,44

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 417, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025444/2012-52 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Análises Clínicas - ACL/CCS, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Otorrino.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Jonas Paulo Volc	7,05

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 418, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024762/2012-04 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Patologia - PTL/CCS, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Patologia Geral e Anatomia Patológica.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Josoé Lopes de Souza	9,30

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 419, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024954/2012-11 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Colégio de Aplicação - CA/CED, instituído pelo Edital nº 12/SEGESP/2012, de 13 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Matemática.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Julianna da Silva Vieira	8,33
2º	Marilise Vogt	8,20

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 438, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.023531/2012-75 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas - LLV/CCE, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Campo de Conhecimento: Língua Portuguesa/ Lígüística.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 02 (duas).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Arice Cardoso Tavares	9,28
2º	Karina Zendron da Cunha	7,44

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 439, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.018920/2012-89 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Engenharia Mecânica - EMC/CTC, instituído pelo Edital nº 4/SEGESP/2012, de 23 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 100, Seção 3, de 24/05/2012.

Campo de Conhecimento: Mecânica dos Sólidos - projeto de máquinas.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Paulo Bastos de Castro	7,0

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 440, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025723/2012-16 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - ARQ/CTC, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.

Campo de Conhecimento: Conforto Ambiental Acústica de Aquitetura e Urbanismo.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Vitor Litwinczik	8,85
2º	Aline Souza Lopes Ventura Nardi	8,43
3º	Mauricy Cesar Rodrigues de Souza	8,00

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 441, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.023738/2012-40 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Ciências Morfológicas - MOR/CCB, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Biologia Tecidual.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Kathryn Ana Bortolini da Simão da Silva	8,08
2º	Susane Lopes	7,80
3º	Bianca Maria Alves dos Santos	7,60

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 442, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024434/2012-08 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Clínica Médica - CLM/CCS, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Dermatologia.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Tatiana Basso Biasi	9,54
2º	Juliana Kida Ikino	8,19
3º	Vanessa Priscilla Martins da Silva	8,15
4º	Mariana Mazzochi Sens Ortellado	7,40

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 443, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025387/2012-10 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Colégio de Aplicação - CA/CED, instituído pelo Edital nº 12/SEGESP/2012, de 13 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Língua Estrangeira - Inglês.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Camila Alvares Pasquetti	9,3
2º	Natanael Ferreira França Rocha	8,8
3º	Maria Teresa Collares	8,1
4º	Danielle dos Santos Wisintainer	7,2
5º	Marcelo Martins Kremer	7,1
6º	Andréa Teixeira de Lima	7,0

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 444, DE 3 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024924/2012-04 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Serviço Social - DSS/CSE, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Fundamentos do Serviço Social.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 02 (duas).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Priscilla Gomes Mathes	8,0
2º	Juliane Caetano Justino	7,0

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 455, DE 4 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025706/2012-89 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus de Joinville - JOI, instituído pelo Edital nº 13/SEGESP/2012, de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 115, Seção 3, de 15/06/2012.

Campo de Conhecimento: Dinâmica.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Edgar Coelho	7,0

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 456, DE 4 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024854/2012-86 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - ARQ/CTC, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Projeto de Arquitetura e Urbanismo.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	João Paulo Serraglio	8,47
2º	Angela Favaretto	8,06
3º	Mariana Soares	7,82
4º	Guilherme Guimarães Llatanda	7,62

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 457, DE 4 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025263/2012-26 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Expressão Gráfica - EGR/CCE, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Hipermídia.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Mariana Ramos Pezzini	8,7
2º	Haro Ristow Wippel Schulenburg	7,7
3º	Roy Ristow Wippel Schulenburg	7,5

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 458, DE 5 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025765/2012-57 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Odontologia - ODT/CCS, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Dentística.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 02 (duas).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Daniel Batalha da Silva	8,86
2º	Vanessa Carla Ruschel	8,85
3º	Luana Machado de Lima	8,67

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 459, DE 5 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.045433/2011-16, torna público o resultado do concurso público para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Patologia do Centro de Ciências da Saúde, objeto do Edital nº 130/DDPP/2011, publicado no Diário Oficial da União de 30/12/2011.

Campo de Conhecimento: Medicina Legal e Patologia
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas
Vagas: 01 (uma)
Classe: Adjunto 1
NÃO HOUVE CANDIDATOS INSCRITOS

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 460, DE 5 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.026094/2011-61, torna público o resultado do concurso público para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Física do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, objeto do Edital nº 130/DDPP/2011, publicado no Diário Oficial da União de 30/12/2011, homologado pelo Conselho da Unidade em 24/05/2012.

Campo de Conhecimento: Física Teórica - Astrofísica Teórica
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva/DE
Vagas: 01 (uma)
Classe: Adjunto 1

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Eduardo Inacio Duzzioni	8,66
2º	Pawel Klimas	7,93
3º	Paulo Eduardo Goncalves de Assis	7,32
4º	Carlos André Hernaski	7,11
5º	Paula Borges Monteiro	7,02

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 461, DE 5 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.036829/2010-83, torna público o resultado do concurso público para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Engenharia Civil do Centro Tecnológico, objeto do Edital nº 130/DDPP/2011, publicado no Diário Oficial da União de 30/12/2011, homologado pelo Conselho da Unidade em 06/06/2012.

Campo de Conhecimento: Engenharia Civil
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva/DE
Vagas: 01 (uma)
Classe: Adjunto 1

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Luciana Rohde	8,16
2º	Breno Salgado Barra	7,03

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 462, DE 5 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024737/2012-12 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Engenharia Mecânica - EMC/CTC, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Engenharia e Ciências Térmicas - Fenômenos de transporte
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Luis Evelio Garcia Acevedo	8,33

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 463, DE 5 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.026019/2012-81 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Mededologia de Ensino - MEN/CED, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Biologia para Educação do Campo

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Letícia Moreira Braga Coelho	8,20
2º	Sara Divina Melo da Silva	7,94
3º	Mariana Giraldi	7,82
4º	Eliane de Souza Schottz	7,68

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

PORTARIA Nº 465, DE 5 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.026022/2012-02 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Mededologia de Ensino - MEN/CED, instituído pelo Edital nº 9/SEGESP/2012, de 12 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 114, Seção 3, de 14/06/2012.

Campo de Conhecimento: Matemática para Educação do Campo.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Maria Carolina Machado Magnus	7,5
2º	Evaldo Amaral	7,0

NEIVA APARECIDA GASPARETTO CORNÉLIO

Ministério da Fazenda

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA Nº 507, DE 3 DE JULHO DE 2012 (*)

A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso de suas atribuições, na forma do disposto no art. 72, inciso XIII, do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257, de 23 de junho de 2009, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda e,

CONSIDERANDO a Recomendação nº 01 da Reunião Plenária Anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro referente ao ano de 2010 (ENCCLA 2010), quanto à constituição, pelos órgãos integrantes da ENCCLA, de grupos permanentes de representantes junto à Estratégia, de modo a potencializar o alcance dos resultados desejados, resolve:

Art. 1º Fica constituído, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Grupo Permanente de Representantes junto à Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro do ano de 2012 - GPR-ENCCLA 2012, vinculado ao Gabinete da Procuradora-Geral.

Art. 2º O GPR-ENCCLA 2012, supervisionado pela Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira, terá por finalidades:

I - designar representantes da PGFN para participar das atividades da ENCCLA;

II - receber, processar e responder os pedidos da Secretaria Executiva da ENCCLA de designação de representante(s) da PGFN para participar das atividades da Estratégia;

III - sistematizar a posição da PGFN sobre as matérias tratadas pela ENCCLA.

Art. 3º A coordenação dos trabalhos do GPR-ENCCLA 2012 caberá ao representante da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - CAF, que também representará a PGFN no Gabinete de Gestão Integrada - GGI da ENCCLA.

Art. 4º A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, por intermédio do GPR - ENCCLA 2012, atuará como órgão colaborador das seguintes ações:

I - Ação 02: Elaborar roteiro de boas práticas em contratações públicas, prioritariamente voltadas para a prevenção da corrupção;

II - Ação 03: Criar meios para coibir a contratação indevida de pessoas físicas ou jurídicas e a ocupação indevida de cargos públicos por pessoas condenadas em sede civil, criminal ou administrativa;

III - Ação 04: Aferir a situação da exposição de risco do País à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, para detectar áreas, mercados e setores econômicos que necessitem de adequações operacionais, regulamentares ou legislativas, especialmente em decorrência da Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016;

IV - Ação 05: Identificar e elaborar diagnóstico dos fundos existentes, nos âmbitos federal e estadual, de arrecadação e administração de bens, valores e direitos, oriundos de práticas ilícitas, de forma a verificar a necessidade e viabilidade de instituição de fundo específico para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro ou de readequação dos já existentes;

V - Ação 06: Elaborar manuais de atuação conjunta entre os órgãos públicos em investigações de lavagem de dinheiro e corrupção;

VI - Ação 08: Aprimorar o Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA, integrando-o com as bases de apreensões da Receita Federal, do Departamento de Polícia Federal e de ao menos duas polícias civis;

VII - Ação 10: Viabilizar a consulta pelos participantes da ENCCLA a cadastros informatizados centralizados de cartórios de registro de imóveis;

VIII - Ação 11: Criar mecanismos normativos para a interligação dos cartórios de notas informatizados, de acordo com o modelo do Colégio Notarial do Brasil;

IX - Ação 12: Elaborar plano de comunicação institucional e divulgação da ENCCLA;

X - Ação 13: Estabelecer requisitos de sistema para formação de cadastro de Pessoas Expostas Politicamente (PEPs);

XI - Ação 14: Mapear e analisar o tratamento dado a testemunhas, noticiantes, informantes e colaboradores, no ordenamento jurídico brasileiro e pelo direito comparado, nas esferas cível, penal e administrativa, bem como nos projetos de lei em andamento, com vistas a identificar as lacunas na legislação para eventual elaboração de anteprojeto de lei.

Parágrafo único: O representante da PGFN no GGI poderá solicitar, a qualquer tempo, a inclusão ou exclusão da PGFN, como colaboradora de qualquer das ações da ENCCLA 2012.

Art. 5º Ficam designados para integrar o GPR - ENCCLA 2012 os seguintes Procuradores da Fazenda Nacional:

I - como representante da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - CAF, para acompanhar os trabalhos da Ação nº 5:

Titular: Iara Antunes Vianna

Suplente: André Luiz Carneiro Ortegal

II - como representante da Coordenação-Geral de Assuntos Tributários - CAT:

Titular: Francisco Targino da Rocha Neto

Suplente: Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista

III - como representantes da Coordenação-Geral de Grandes Devedores - CGD, para acompanhar os trabalhos das Ações nº 4, 5, 6, 8, 10, 11 e 13:

Titular: Pedro Alexandre Santana Reis

Suplente: Humberto Manoel Alves Afonso

IV - como representantes da Coordenação-Geral Jurídica - CJU, para acompanhar os trabalhos das Ações nº 2 e 3:

Titular: Thaísa Juliana Sousa Ribeiro

Suplente: Marcelo Fernandes Pires dos Santos

V - como representantes da Coordenação Jurídica de Ética e Disciplina - COJED, para acompanhar os trabalhos das Ações nº 3, 6 e 14:

Titular: Mila Kothe

Suplente: Patrício Fernando Vaz Ferreira

VI - como representante do Gabinete da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, para acompanhar os trabalhos da Ação nº 12:

Titular: Anelize Lenzi Ruas de Almeida

Suplente: Stela Maris Monteiro Simão

§ 1º Os representantes acima designados poderão, excepcionalmente, indicar à Secretaria Executiva da ENCCLA outro Procurador da Fazenda Nacional ou servidor para atuar nos trabalhos das Ações para as quais foram designados.

§ 2º Os representantes acima designados poderão, a qualquer tempo, solicitar indicação para acompanhar ou deixar de acompanhar qualquer das ações da ENCCLA 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria PGFN nº 36, de 19 de janeiro de 2012.

ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 5/7/2012, Seção 1, pág. 29, com incorreção no original.

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS

ATO DE EXCLUSÃO Nº 9, DE 29 DE JUNHO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL abaixo identificada, lotada e em exercício na PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, inc. II da Portaria Conjunta Portaria Conjunta PGFN/SRF nº3, de 25 de agosto de 2004, c/c art. 15 da Portaria PGFN nº 641, de 08 de setembro de 2011, exclui, pelos motivos apurados no bojo do processo administrativo n. 12526.000005/2012-34 os contribuintes ao final identificados do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A rescisão referida implicará a remessa do débito para inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias contados da data de publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, §2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, ao PROCURADOR - CHEFE DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS, no endereço: Av. Afonso Pena, 1500, 4º andar, Centro, Belo Horizonte-MG, CEP 30.130-005, ou pagar o saldo consolidado com os benefícios do programa, nos termos do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº3, de 25 de agosto de 2004.

MARILIA APARECIDA SILVA DO CARMO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial - PAES - PFN/MINAS GERAIS

NOME	CNPJ/CPF	Nº DA CONTA PAES	MOTIVO DA EXCLUSÃO
ABV Agência Brasileira de Viagens Ltda	65.171.522/0001-00	88030011029	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Adimpex Ltda Consultoria de Importação & Exportação	38.733.168/0001-89	80300206659	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Alvim Indústria e Comércio de Produtos Ltda	01.094.708/0001-11	800300310976	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Andrea Tavares de Oliveira	610.099.896-34	400300093137	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Aparapel Ltda	01.273.584/0001-31	200300268588	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Ataul de Castro	226.909.997-49	160300094396	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Centerluz Equipamentos Eletricos Ltda-ME	25.370.149/0001-93	50300359426	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Calumar Transportes e Comércio Ltda ME	01.585.545/0001-70	650300031290	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Comércio e Indústria Menezes Ltda	25.935.651/0001-02	610300012887	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Companhia da Casa Comércio e Indústria Ltda - ME	01.103.170/0001-64	40300015708	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Confeitaria Soares e Ruas Indústria e Comércio Ltda ME	23.163.082/0001-90	740300228606	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Dataconsult Consultoria Empresarial Ltda	71.127.575/0001-18	60300299849	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Davison Mauro Moreira	757.492.976-91	900300337629	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Drogamerica Ltda ME	25.583.444/0001-28	900300098307	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Edis Candido	074.808.226-34	770300072138	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Eliane Barroso Decoração Ltda	68.540.426/0001-71	460300023072	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Flaviane e Flaviane Carnes Ltda	00.555.835/0001-08	590300057897	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Futiquinha Transportes Ltda ME	20.579.983/0001-70	300300073456	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Gelo So Comércio e Indústria de Gelo Ltda	00.649.396/0001-00	410300257109	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Geraldo Avelino de Carvalho	001.512.976-49	510300311132	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Grupo Mineiro de Cirurgia Plástica Ltda	20.752.523/0001-00	40300010353	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Guilherme Andrade Aquino	292.607.526-04	790300281093	Inadimplência prestações do PAES- Parcela mínima
Inglês Profissional Ltda	00.674.182/0001-86	70300064697	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Instituto Monteiro Lobato Ltda	18.220.632/0001-26	660300289742	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Irp Bar Ltda-ME	22.564.355/0001-46	410300266595	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
João Bosco Silva Diogo	21.932.363/0001-35	570300034325	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Jose Francisco Alves	879.482.066-04	600300323271	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Jose Guilherme Da Silva	009.111.946-49	980300103649	Inadimplência prestações do PAES- Parcela mínima
Jose Hilário Ferreira Paulino	00.258.763/0001-37	510300065252	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Lanna Castro Sociedade Civil Ltda	73.524.597/0001-47	80300174847	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Leonardo Federici Guedes	418.384.246-87	850300073364	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Limit Informática Ltda	02.448.386/0001-24	40300185216	Inadimplência prestações do PAES- Parcela mínima

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Longa Distancia Indústria e Comércio Ltda	22.362.073/0001-66	450300140031	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Marcenaria Matos Ltda-ME	19.655.414/0001-87	240300105866	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Margarete Magalhães Farinha-ME	01.821.303/0001-38	770300223731	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Maria das Dores Da Silva	030.464.296-73	90300279750	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Maria Emiliana Batista de Magalhães	64.386.782/0001-21	290300207273	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Ms Desenho e Artes Finais Ltda	23.968.654/0001-09	600300227090	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Nil's Indústria e Comércio Ltda	86.470.028/0001-08	560300363546	Inadimplência prestações do PAES- Parcela mínima
Panificadora Trigonorte Ltda	16.561.110/0001-62	980300205284	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Polo de Comunicação Ltda	74.201.799/0001-10	700300047100	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Revest Pedras Ltda ME	26.358.440/0001-09	470300021701	Inadimplência prestações do PAES- Parcela mínima
Rodrigo Martins Brandão - EPP	00.647.796/0001-79	210300208384	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Romeu Geraldo da Silva	00.252.211/0001-11	570300172290	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Souza e Goncalves Ltda	21.447.990/0001-80	40300092895	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Torre de Belém Lazer Ltda	21.899.398/0001-10	250300271809	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Tortec Indústria Mecânica Ltda	00.375.210/0001-64	800300199867	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Uni Du Nite Bercário e Maternalzinho Ltda-ME	25.467.440/0001-84	720300126075	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Vicencia Maria dos Santos Pereira	001.431.596-31	530300146158	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Wileon Afonso ME	23.926.322/0001-61	570300331370	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima
Wilson Moreira	177.360.056-72	830300031013	Inadimplência prestações do PAES - Parcela mínima

ATO DE EXCLUSÃO Nº 10, DE 29 DE JUNHO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL abaixo identificada, lotada e em exercício na PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, inc. II da Portaria Conjunta Portaria Conjunta PGFN/SRF nº3, de 25 de agosto de 2004, c/c art. 15 da Portaria PGFN nº 641, de 08 de setembro de 2011, exclui, pelos motivos apurados no bojo do processo administrativo n. 12526.000004/2012-90 os contribuintes ao final identificados do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A rescisão referida implicará a remessa do débito para inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias contados da data de publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, §2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, ao PROCURADOR - CHEFE DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS, no endereço: Av. Afonso Pena, 1500, 4º andar, Centro, Belo Horizonte-MG, CEP 30.130-005, ou pagar o saldo consolidado com os benefícios do programa, nos termos do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº3, de 25 de agosto de 2004.

MARILIA APARECIDA SILVA DO CARMO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial - PAES - PFN/MINAS GERAIS

NOME	CNPJ/CPF	Nº DA CONTA PAES	MOTIVO DA EXCLUSÃO
Adega Ouro Preto Ltda	19.729.078/0001-70	460300127878	Inadimplência de tributos correntes
DPS Distribuidora Ltda	26.179.911/0001-11	210300182811	Inadimplência de tributos correntes
Frotas Extra Transportes Ltda ME	01.265.997/000174	160300020677	Inadimplência de tributos correntes
Leonardo Jorge Moraes Pantuzo	42.767.103/0001-21	400300148675	Inadimplência de tributos correntes
Marilia De Faria Me	01.362.661/0001-20	990300126454	Inadimplência de tributos correntes
O Vesuvio Ltda	21.308.465/0001-84	800300330192	Inadimplência de tributos correntes
Organizacoes Lagoa Santa Ltda	03.125.102/0001-21	890300267536	Inadimplência de tributos correntes
Placas Toledo Ltda	17.334.467/0001-70	310300076445	Inadimplência de tributos correntes
Shec Seguranca, Higiene e Conservacao Ltda	02.294.090/0001-04	880300372201	Inadimplência de tributos correntes
Unitelas & Unifreios Ltda - EPP	19.626.605/0001-10	510300358325	Inadimplência de tributos correntes
VR Transportes Ltda	70.998.356/0001-41	30300196850	Inadimplência de tributos correntes

ATO DE EXCLUSÃO Nº 11, DE 29 DE JUNHO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL abaixo identificada, lotada e em exercício na PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, inc. II da Portaria Conjunta Portaria Conjunta PGFN/SRF nº3, de 25 de agosto de 2004, c/c art. 15 da Portaria PGFN nº 641, de 08 de setembro de 2011, exclui, pelos motivos apurados no bojo do processo administrativo n. 12526.000006/2012-89 os contribuintes ao final identificados do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A rescisão referida implicará a remessa do débito para inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias contados da data de publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, §2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, ao PROCURADOR - CHEFE DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS, no endereço: Av. Afonso Pena, 1500, 4º andar, Centro, Belo Horizonte-MG, CEP 30.130-005, ou pagar o saldo consolidado com os benefícios do programa, nos termos do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº3, de 25 de agosto de 2004.

MARILIA APARECIDA SILVA DO CARMO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial - PAES - PFN/MINAS GERAIS

NOME	CNPJ/CPF	Nº DA CONTA PAES	MOTIVO DA EXCLUSÃO
Armazém São Geraldo Ltda	17.392.879/0001-67	590300153558	Pagamentos irrisórios, não amortizam a dívida.
CTO Centro de Treinamento Em Odontologia Ltda	65.158.149/0001-49	180300371896	Pagamentos irrisórios, não amortizam a dívida.
Estufa Agência de Viagens Ltda	22.104.855/0001-03	530300196630	Pagamentos irrisórios, não amortizam a dívida.
Ouro Peças Ltda	21.102.884/0001-65	410300104517	Pagamentos irrisórios, não amortizam a dívida.
Samel Ltda	18.337.618/0001-07	410300056354	Pagamentos irrisórios, não amortizam a dívida.
Sonave Logística Ltda	18.123.497/0001-09	620300091657	Pagamentos irrisórios, não amortizam a dívida.
Tetra Corretora de Seguros Ltda	86.558.244/0001-00	540300174945	Pagamentos irrisórios, não amortizam a dívida.
Usiaço Comércio E Ind.de Produtos Siderúrgicos Ltda	22.598.429/0001-65	170300250419	Pagamentos irrisórios, não amortizam a dívida.
Vega Ferramentas e Abrasivos Ltda	71.100.978/0001-73	350300196563	Pagamentos irrisórios, não amortizam a dívida.
Vida Nova Corretora de Seguros Ltda	25.663.303/0001-15	30300170303	Pagamentos irrisórios, não amortizam a dívida.
Vitor Bernardara Ltda	21.559.802/0001-06	390300347804	Pagamentos irrisórios, não amortizam a dívida.

PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Excepcional - PAEX, de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM UBERLÂNDIA/MG, abaixo identificado, no uso da competência outorgada pelo art. 81 c/c art. 79 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257, de 23 de junho de 2009, publicada no D.O.U. de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto nos arts 1º e 7º da MP Nº 303, de 29 de junho de 2006, no art 12 da Lei 11.033, de 21 de dezembro de 2004, de que recebe supedâneo o parágrafo 4º, do art. 7º da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 2, de 20 de julho de 2006, e inciso II do art 6º, da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 001, de 03 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional (PAEX) que trata o art.1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do PAEX, ou que tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos I e II do parágrafo 2º, do art. 3º, da MP 303, de 29 de junho de 2006.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br, com utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido à Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Uberlândia, situada na Praça Tubal Vilela n 41, Centro, Uberlândia/MG.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAEX será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES DE MOURA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional (PAEX).

Inadimplência de duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos I e II do parágrafo 2º, do art. 3º da MP 303, de 29 de junho de 2006, qualificadas por seus respectivos CPFs/CNPJs, com indicação dos correspondentes processos administrativos de rescisão/exclusão:

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Processo Administrativo
03.043.412/0001-05	PAIOL DA CONSTRUÇÃO LTDA	11309.002002/2012-37
02.462.906/0001-53	CALDOS DE MINAS P. ALIM. LTDA	11309.002001/2012-92
19.350.214/0001-16	JESUS FARIA	11309.002003/2012-81

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO MARANHÃO
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM IMPERATRIZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 3 DE JULHO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

A PROCURADORA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM IMPERATRIZ/MA, no uso da competência outorgada pelo art. 79, inciso II, c/c art.81, ambos do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria 257, de 23 de junho de 2009, publicada no DOU de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto no art. 7º, I, e §§ 2º e 4º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, declara:

Art. 1º Fica rescindido o Parcelamento Excepcional (PAEX) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303/2006, com fundamento no art. 7º, I, do referido diploma legal, da empresa constante da relação do Anexo Único deste Ato Declaratório, tendo em vista que foi constatada a inadimplência por 02 (dois) meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo à PROCURADORA SECCIONAL DA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FAZENDA NACIONAL EM IMPERATRIZ NO ESTADO DE MARANHÃO, no seguinte endereço: Rua Godofredo Viana - nº. 856 - Bairro Centro - CEP 65900-000 - Imperatriz/MA.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

YLANNA THEREZA CARVALHO SANTOS GUIMARÃES
Substituta

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex), art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho 2006.

CNPJ	NOME
01.315.421/0001-74	DECILEUX FRANCISCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 4 DE JULHO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A PROCURADORA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM IMPERATRIZ/MA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, inc. II da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, c/c art. 15 da Portaria PGFN nº 641, de 08 de setembro de 2011, exclui, pelos motivos apurados no bojo do processo administrativo nº 17967.000005/2012-69 o seguinte contribuinte do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003:

NOME	CNPJ/CPF	Nº CONTA PAES	MOTIVO DA EXCLUSÃO
C. SANTOS BASTOS	01.863.457/0001-92	790300247497	INADIMPLÊNCIA PRESTAÇÕES PAES - VALOR MÍNIMO

A rescisão referida implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias contados da data de publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, § 2º da Portaria Conjunta PFGN/SRF nº 3 de 25 de agosto de 2004, ao Procurador Seccional da Fazenda Nacional em Imperatriz/MA, com endereço à Rua Godofredo Viana, 856. Centro. CEP: 65.901-480. Imperatriz/MA, ou pagar o saldo consolidado com os benefícios do programa, nos termos do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3 de 25 de agosto de 2004.

YLANNA THEREZA CARVALHO SANTOS GUIMARÃES
SUBSTITUTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 4 DE JULHO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A PROCURADORA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM IMPERATRIZ/MA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, inc. II da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, c/c art. 15 da Portaria PGFN nº 641, de 08 de setembro de 2011, exclui, pelos motivos apurados no bojo do processo administrativo nº 17967.000003/2012-70 o seguinte contribuinte do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003:

NOME	CNPJ/CPF	Nº CONTA PAES	MOTIVO DA EXCLUSÃO
CONSTRUTORA VALE DO TOCANTINS LTDA	11.054.368/0001-59	140300058006	INADIMPLÊNCIA PRESTAÇÕES PAES - VALOR MÍNIMO

A rescisão referida implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias contados da data de publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, § 2º da Portaria Conjunta PFGN/SRF nº 3 de 25 de agosto de 2004, ao Procurador Seccional da Fazenda Nacional em Imperatriz/MA, com endereço à Rua Godofredo Viana, 856. Centro. CEP: 65.901-480. Imperatriz/MA, ou pagar o saldo consolidado com os benefícios do programa, nos termos do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3 de 25 de agosto de 2004.

YLANNA THEREZA CARVALHO SANTOS GUIMARÃES
Substituta

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 4 DE JULHO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A PROCURADORA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM IMPERATRIZ/MA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, inc. II da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, c/c art. 15 da Portaria PGFN nº 641, de 08 de setembro de 2011, exclui, pelos motivos apurados no bojo do processo administrativo nº 17967.000004/2012-14 o seguinte contribuinte do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003:

NOME	CNPJ/CPF	Nº CONTA PAES	MOTIVO DA EXCLUSÃO
MASJUTAL MADEIREIRA SÃO JUDAS TADEU LTDA	00.063.428/0001-83	710300127902	INADIMPLÊNCIA PRESTAÇÕES PAES - VALOR MÍNIMO

A rescisão referida implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias contados da data de publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, § 2º da Portaria Conjunta PFGN/SRF nº 3 de 25 de agosto de 2004, ao Procurador Seccional da Fazenda Nacional em Imperatriz/MA, com endereço à Rua Godofredo Viana, 856. Centro. CEP: 65.901-480. Imperatriz/MA, ou pagar o saldo consolidado com os benefícios do programa, nos termos do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3 de 25 de agosto de 2004.

YLANNA THEREZA CARVALHO SANTOS GUIMARÃES
Substituta

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 4 DE JULHO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A PROCURADORA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM IMPERATRIZ/MA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, inc. II da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, c/c art. 15 da Portaria PGFN nº 641, de 08 de setembro de 2011, exclui, pelos motivos apurados no bojo do processo administrativo nº 17967.000006/2012-11 o seguinte contribuinte do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003:

NOME	CNPJ/CPF	Nº CONTA PAES	MOTIVO DA EXCLUSÃO
MARIA VILANI DE LIRA	101.110.853-49	530300351779	INADIMPLÊNCIA PRESTAÇÕES PAES - VALOR MÍNIMO

A rescisão referida implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias contados da data de publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, § 2º da Portaria Conjunta PFGN/SRF nº 3 de 25 de agosto de 2004, ao Procurador Seccional da Fazenda Nacional em Imperatriz/MA, com endereço à Rua Godofredo Viana, 856. Centro. CEP: 65.901-480. Imperatriz/MA, ou pagar o saldo consolidado com os benefícios do programa, nos termos do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3 de 25 de agosto de 2004.

YLANNA THEREZA CARVALHO SANTOS GUIMARÃES
Substituta

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 4 DE JULHO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A PROCURADORA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM IMPERATRIZ/MA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, inc. II da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, c/c art. 15 da Portaria PGFN nº 641, de 08 de setembro de 2011, exclui, pelos motivos apurados no bojo do processo administrativo nº 10325.720205/2012-48 o seguinte contribuinte do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003:

NOME	CNPJ/CPF	Nº CONTA PAES	MOTIVO DA EXCLUSÃO
ELETRICA AMPERE LTDA	12.076.428/0002-05	230300088813	INADIMPLÊNCIA PRESTAÇÕES PAES - VALOR MÍNIMO

A rescisão referida implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias contados da data de publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, § 2º da Portaria Conjunta PFGN/SRF nº 3 de 25 de agosto de 2004, ao Procurador Seccional da Fazenda Nacional em Imperatriz/MA, com endereço à Rua Godofredo Viana, 856. Centro. CEP: 65.901-480. Imperatriz/MA, ou pagar o saldo consolidado com os benefícios do programa, nos termos do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3 de 25 de agosto de 2004.

YLANNA THEREZA CARVALHO SANTOS GUIMARÃES
Substituta

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 10/2012 da Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN/SE), publicada no Diário Oficial da União de 05/07/2012, seção 1, páginas 31 e 32,

Onde se lê: "PORTARIA Nº 10, DE 32 DE JULHO DE 2012"

Leia-se: "PORTARIA Nº 10, DE 3 DE JULHO DE 2012"

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
2ª TURMA ESPECIAL

RETIFICAÇÃO

Na Pauta de Julgamentos da 2ª Turma Especial/2ª Câmara/2ª Sejul/CARF, publicada no DOU nº 124, de 28/06/2012, Seção 1, págs.151 e 152, no item 77, onde se lê: Recorrente: PROCOPIO GOMES DE OLIVEIRA RIBEIRO, leia-se: Recorrente: ESPÓLIO de PROCOPIO GOMES DE OLIVEIRA RIBEIRO.

3ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco J, 3º andar, Sala 303, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIA 17 DE JULHO DE 2012, ÀS 10:00 HORAS

Relator: LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

1 - Processo nº: 10314.005814/2003-10 - Recorrentes: GETRONICS LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: GETRONICS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator: RICARDO PAULO ROSA

2 - Processo nº: 12466.002156/2008-01 - Recorrente: BRASPONTEX COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10920.000922/2008-54 - Recorrente: PERFECTA COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUCIANO PONTES DE MAYA GOMES

4 - Processo nº: 10850.000824/2004-64 - Recorrente: TARRAF COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10280.002915/2004-46 - Recorrente: EBATA - PRODUTOS FLORESTAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

6 - Processo nº: 10074.001490/2008-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EUDORA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Relator: ÁLVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO

7 - Processo nº: 10830.010035/2010-18 - Recorrente: MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

8 - Processo nº: 13851.001237/2003-90 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: SUCOCÍTRICO CUTRALE LTDA.

Relator: RICARDO PAULO ROSA

9 - Processo nº: 12466.000632/2008-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SERVER COMPANY COMÉRCIO INTERNACIONAL S/A

10 - Processo nº: 11633.001041/2007-78 - Recorrentes: JABUR COMERCIAL E IMPORTADORA DE PNEUS LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: JABUR COMERCIAL E IMPORTADORA DE PNEUS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 13819.002955/2001-18 - Recorrente: FERRO ENAMEL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

12 - Processo nº: 11453.720001/2011-23 - Recorrente: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10314.013677/2006-21 - Recorrente: ARM TRADING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10074.001349/2004-91 - Recorrente: MULTITERMINAIS ALFANDEGADOS DO BRASIL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ÁLVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO

15 - Processo nº: 10580.011712/2003-85 - Recorrente: BEIRA MAR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

16 - Processo nº: 10209.000087/2003-93 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10209.000209/2003-41 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10209.000388/2004-06 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10209.000532/2004-04 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10209.000063/2005-04 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10209.000102/2005-65 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10209.000135/2005-13 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10209.000136/2005-50 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10209.000137/2005-02 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RICARDO PAULO ROSA

25 - Processo nº: 11128.009683/2008-14 - Recorrente: AHCOR IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 19814.000320/2006-17 - Recorrente: NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

27 - Processo nº: 12466.003494/2008-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DARCK TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. - EM RECUPERACAO JUDICIAL

28 - Processo nº: 12466.003495/2008-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DARCK TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Relator: ÁLVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO

29 - Processo nº: 13808.002579/2001-91 - Recorrente: CONFRUTY IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

30 - Processo nº: 11128.001194/2004-82 - Recorrente: BRASCOLA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10314.003000/2002-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BASF POLIURETANOS LTDA.

32 - Processo nº: 11128.000787/2004-21 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ROCHÊ VITAMINAS BRASIL LTDA.

Relator: RICARDO PAULO ROSA

33 - Processo nº: 10830.004633/2006-71 - Recorrente: ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 11080.003540/2008-84 - Recorrente: TERRA NETWORKS BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUCIANO PONTES DE MAYA GOMES

35 - Processo nº: 11065.002192/2008-16 - Recorrente: HG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 11065.002193/2008-61 - Recorrente: HG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 11065.101146/2008-07 - Recorrente: HG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 11065.101147/2008-43 - Recorrente: HG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 11065.000026/2009-66 - Recorrente: HG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 11065.000027/2009-19 - Recorrente: HG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

41 - Processo nº: 13603.000422/2007-12 - Recorrentes: CONSTRUTORA E DRAGAGEM PARAOPEBA LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CONSTRUTORA E DRAGAGEM PARAOPEBA LTDA. e FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 16327.002467/2001-31 - Recorrente: SÃO PAULO ALPARGATAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ÁLVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO

43 - Processo nº: 10875.003399/2002-15 - Recorrente: LABORATÓRIOS PFIZER LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10875.003407/2002-23 - Recorrente: LABORATÓRIOS PFIZER LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10875.004911/2002-41 - Recorrente: LABORATÓRIOS PFIZER LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

46 - Processo nº: 11831.000669/2003-96 - Recorrente: MADIS RODBEL SOLUÇÕES DE PONTO E ACESSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 11831.006630/2002-00 - Recorrente: DURATEX COMERCIAL EXPORTADORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 13011.000038/2003-56 - Embargante: PASTIFÍCIO SANTA AMÁLIA S/A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUCIANO PONTES DE MAYA GOMES

49 - Processo nº: 10855.900977/2008-97 - Recorrente: CSM CARTÕES DE SEGURANÇA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10855.901028/2008-24 - Recorrente: CSM CARTÕES DE SEGURANÇA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10855.901061/2008-54 - Recorrente: CSM CARTÕES DE SEGURANÇA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10855.901071/2008-90 - Recorrente: CSM CARTÕES DE SEGURANÇA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10855.901121/2008-39 - Recorrente: CSM CARTÕES DE SEGURANÇA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

54 - Processo nº: 13817.000433/2001-00 - Recorrente: TRW AUTOMOTIVE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ÁLVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO

55 - Processo nº: 13502.000099/2005-53 - Recorrente: BAHIA SPECIALTY CELLULOSE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 13502.000100/2005-40 - Recorrente: BAHIA SPECIALTY CELLULOSE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 13502.000101/2005-94 - Recorrente: BAHIA SPECIALTY CELLULOSE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

58 - Processo nº: 10494.001267/2001-52 - Embargante: HIDROCONEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10280.003528/2004-27 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: SOCÔCO S/A AGROINDUSTRIAIS DA AMAZÔNIA

60 - Processo nº: 13639.000051/2002-57 - Embargante: AQUILA ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUCIANO PONTES DE MAYA GOMES

61 - Processo nº: 10830.917549/2009-62 - Recorrente: CLICHERLUX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CLICHÊS E MATRIZES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10830.918764/2009-81 - Recorrente: CLICHERLUX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CLICHÊS E MATRIZES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10830.918769/2009-11 - Recorrente: CLICHERLUX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CLICHÊS E MATRIZES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10855.903786/2009-68 - Recorrente: ACL METAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10855.903787/2009-11 - Recorrente: ACL METAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

66 - Processo nº: 19647.006516/2006-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: L & M INDÚSTRIA LTDA.

LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO
Presidente

2ª CÂMARA
EQUIPE DE APOIO
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco J, 3º andar, Sala 302, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado..

DIA 17 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO

1 - Processo: 11128.001874/2011-25 - Recorrente: COLLINA BENEFICIAMENTO E ARMAZENAGENS DE CEREAIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: DANIEL MARIZ GUDINO

2 - Processo: 10665.003100/2008-93 - Recorrente: SANTOS & DIAS TRANSPORTES E CARVOEJAMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 10665.003101/2008-38 - Recorrente: SANTOS & DIAS TRANSPORTES E CARVOEJAMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo: 10320.001543/2005-06 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: PIRIPIRI CONSTRUCOES LTDA

5 - Processo: 11128.005874/2005-56 - Recorrente: TECONDI TERMINAL PARA CONTEINERES DA MARGEM DIREITA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo: 12466.004072/2008-01 - Embargante: CISA TRADING S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 11128.006309/2006-97 - Recorrente: VISCOFAN DO BRASIL SOCIEDADE COMERCIAL E IND. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: DANIEL MARIZ GUDINO

8 - Processo: 12466.000269/98-67 - Recorrente: CIA IMPORTADORA E EXPORTADORA COIMEX e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 11968.000789/2006-91 - Recorrente: TECON SUAPE S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 11968.001102/2007-15 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo: 11968.001109/2007-37 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIA 18 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: DANIEL MARIZ GUDINO

12 - Processo: 11128.002403/2007-58 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 10380.003336/2003-10 - Recorrente: TRÓPICOS COM IMP EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo: 13527.000052/2001-88 - Recorrente FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CURTUME CAMPELO S/A

MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO
Presidente da 1ª Turma Ordinária

JOSE PEDRO DA SILVA
Secretário da 1ª Turma Ordinária

2ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília/DF

i) serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada em razão de pedido de vista de conselheiro, não-comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado; ii) será informado no edifício Alvorada o plenário ocupado pelo colegiado.

DIA 17 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: REGIS XAVIER HOLANDA

1 - Processo: 10711.004798/2007-81 - Recorrente: INFINEUM BRASIL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 10711.006343/2007-08 - Recorrente: INFINEUM BRASIL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 10711.008267/2006-86 - Recorrente: INFINEUM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS

4 - Processo: 10467.902990/2009-35 - Nome do Contribuinte: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENER

5 - Processo: 10467.902991/2009-80 - Nome do Contribuinte: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENER

Relator: SOLON SEHN

6 - Processo: 10314.011748/2010-38 - Nome do Contribuinte: MUSIC INSTRUMENTOS LTDA - EPP

7 - Processo: 19679.008799/2003-99 - Nome do Contribuinte: PLANIBANC INVESTIMENTOS SA

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

8 - Processo: 11020.005391/2008-01 - Recorrente: MOVEIS DALLA COSTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI

9 - Processo: 11077.000665/2007-21 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 11077.000667/2007-10 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CLAUDIO AUGUSTO GONCALVES PEREIRA

11 - Processo: 10680.900851/2008-61 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

12 - Processo: 10680.900949/2008-19 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

13 - Processo: 10680.900989/2008-61 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

14 - Processo: 10680.901147/2008-26 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

15 - Processo: 10680.901232/2008-94 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

16 - Processo: 10680.901409/2008-52 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

17 - Processo: 10680.902331/2006-21 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

18 - Processo: 10680.902334/2006-65 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

19 - Processo: 10680.918765/2008-13 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

20 - Processo: 10680.918766/2008-50 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

21 - Processo: 10680.918767/2008-02 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

22 - Processo: 10680.918768/2008-49 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

23 - Processo: 10680.918769/2008-93 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

24 - Processo: 10680.918770/2008-18 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

25 - Processo: 10680.918771/2008-62 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

26 - Processo: 10680.918772/2008-15 - Nome do Contribuinte: ELMO CALCADOS S/A

DIA 17 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: REGIS XAVIER HOLANDA

27 - Processo: 12457.011456/2006-10 - Recorrente: HILDA DE ARAUJO BENEDITO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS

28 - Processo: 10469.903724/2009-18 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

29 - Processo: 10469.903725/2009-54 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

30 - Processo: 10469.903726/2009-07 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

31 - Processo: 10469.903727/2009-43 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

32 - Processo: 10469.904161/2009-77 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

33 - Processo: 10469.904162/2009-11 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

34 - Processo: 10469.904163/2009-66 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

35 - Processo: 10469.904164/2009-19 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

36 - Processo: 10469.904165/2009-55 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

37 - Processo: 10469.904166/2009-08 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

38 - Processo: 10469.904167/2009-44 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

39 - Processo: 10469.904168/2009-99 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

40 - Processo: 10469.904169/2009-33 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

41 - Processo: 10469.905505/2009-65 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

42 - Processo: 10469.905506/2009-18 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

43 - Processo: 10469.905507/2009-54 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

44 - Processo: 10469.905508/2009-07 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

45 - Processo: 10469.905509/2009-43 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

46 - Processo: 10469.905510/2009-78 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

47 - Processo: 10469.905868/2009-09 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

48 - Processo: 10469.905869/2009-45 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

49 - Processo: 10469.905870/2009-70 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

50 - Processo: 10469.905871/2009-14 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

51 - Processo: 10469.905872/2009-69 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

52 - Processo: 10469.905873/2009-11 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

53 - Processo: 10469.905874/2009-58 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

54 - Processo: 10469.905875/2009-01 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

55 - Processo: 10469.905876/2009-47 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

56 - Processo: 10469.905877/2009-91 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

57 - Processo: 10469.905878/2009-36 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

58 - Processo: 10469.905879/2009-81 - Nome do Contribuinte: G J DE MEDEIROS

Relator: SOLON SEHN

59 - Processo: 10930.900574/2008-06 - Nome do Contribuinte: IGUACUMEC ELETROMECANICA LTDA.

60 - Processo: 10930.903256/2008-99 - Nome do Contribuinte: IGUACUMEC ELETROMECANICA LTDA.

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

61 - Processo: 11030.900193/2008-25 - Nome do Contribuinte: PECCIN SA

62 - Processo: 11030.900254/2008-54 - Nome do Contribuinte: PECCIN SA

Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI

63 - Processo: 13603.000777/99-31 - Recorrente: MAGOTTEAUX MINAS METALURGICA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS

64 - Processo: 10166.911616/2009-15 - Recorrente: CAIXA CONSORCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SOLON SEHN

65 - Processo: 10166.911617/2009-60 - Nome do Contribuinte: CAIXA CONSORCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE

66 - Processo: 10166.911618/2009-12 - Nome do Contribuinte: CAIXA CONSORCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE

67 - Processo: 10166.911619/2009-59 - Nome do Contribuinte: CAIXA CONSORCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE

68 - Processo: 10166.911620/2009-83 - Nome do Contribuinte: CAIXA CONSORCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

69 - Processo: 11030.900527/2008-61 - Nome do Contribuinte: B.V. COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. - ME

70 - Processo: 11030.900546/2008-97 - Nome do Contribuinte: B.V. COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. - ME

Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI

71 - Processo: 13003.000012/2003-15 - Recorrente: JCAE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS

72 - Processo: 10166.911736/2009-12 - Recorrente: CAIXA SEGURADORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo: 10166.911738/2009-10 - Recorrente: CAIXA SEGURADORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo: 10166.911739/2009-56 - Recorrente: CAIXA SEGURADORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SOLON SEHN

75 - Processo: 10166.911737/2009-67 - Nome do Contribuinte: CAIXA SEGURADORA S/A

76 - Processo: 10166.911740/2009-81 - Nome do Contribuinte: CAIXA SEGURADORA S/A

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

77 - Processo: 13839.901048/2008-91 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo: 13839.901793/2008-31 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo: 13839.901794/2008-85 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo: 13839.901795/2008-20 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo: 13839.901796/2008-74 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo: 13839.901797/2008-19 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo: 13839.901798/2008-63 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo: 13839.901799/2008-16 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo: 13839.901800/2008-02 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo: 13839.901801/2008-49 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo: 13839.901802/2008-93 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo: 13839.901803/2008-38 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo: 13839.901804/2008-82 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo: 13839.901805/2008-27 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo: 13839.901806/2008-71 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo: 13839.901807/2008-16 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo: 13839.901808/2008-61 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo: 13839.901809/2008-13 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo: 13839.901810/2008-30 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo: 13839.901811/2008-84 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo: 13839.901812/2008-29 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo: 13839.901813/2008-73 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo: 13839.902417/2008-63 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo: 13839.904636/2008-87 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo: 13839.908120/2009-92 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo: 13839.908121/2009-37 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

103 - Processo: 13839.911616/2009-43 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI

104 - Processo: 15374.005205/2001-08 - Recorrente: LABORATORIO BRAVET LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS

105 - Processo: 10283.909617/2009-63 - Recorrente: SAMSUNG SDI BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo: 10283.909618/2009-16 - Recorrente: SAMSUNG SDI BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo: 10283.909619/2009-52 - Recorrente: SAMSUNG SDI BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SOLON SEHN

108 - Processo: 10980.922926/2009-61 - Nome do Contribuinte: CONSTRUTORA PATRAO LTDA

109 - Processo: 10980.922927/2009-14 - Nome do Contribuinte: CONSTRUTORA PATRAO LTDA

110 - Processo: 10980.922928/2009-51 - Nome do Contribuinte: CONSTRUTORA PATRAO LTDA

111 - Processo: 10980.924274/2009-08 - Nome do Contribuinte: CONSTRUTORA PATRAO LTDA

112 - Processo: 10980.924275/2009-44 - Nome do Contribuinte: CONSTRUTORA PATRAO LTDA

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

113 - Processo: 16327.900989/2006-12 - Nome do Contribuinte: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

114 - Processo: 16327.903707/2009-73 - Nome do Contribuinte: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

115 - Processo: 16327.914188/2009-79 - Nome do Contribuinte: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

116 - Processo: 16327.918380/2009-34 - Nome do Contribuinte: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

117 - Processo: 16327.919288/2009-91 - Nome do Contribuinte: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI

118 - Processo: 13856.000239/2004-01 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo: 13856.000240/2004-27 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo: 13856.000241/2004-71 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo: 13856.000242/2004-16 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo: 13856.000243/2004-61 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo: 13856.000244/2004-13 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: SOLON SEHN

124 - Processo: 19515.002873/2006-89 - Nome do Contribuinte: NOVA AMERICA S.A. - TRADING

125 - Processo: 19515.002875/2006-78 - Nome do Contribuinte: NOVA AMERICA S.A. - TRADING

Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI

126 - Processo: 13884.001415/2005-67 - Recorrente: FUNDACAO JOAO PAULO II e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

REGIS XAVIER HOLANDA
Presidente

JOSE PEDRO DA SILVA
Secretário

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco J, 3º andar, Sala 304, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 17 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

1 - Processo: 12466.000279/97-30 - Recorrente: VITORIA ADUANEIRA TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 19515.003262/2004-96 - Recorrente: MSX INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 11075.001140/2006-41 - Recorrente: KRAFT FOODS BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo: 16327.003070/2002-47 - Recorrente: NOVINVEST S/A. C.V.M. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

5 - Processo: 12466.002301/2007-64 - Recorrente: TEXAS TRADING DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI

6 - Processo: 19515.002968/2004-31 - Recorrente: SERVITEC INST E SISTEMAS INTEGRADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 19515.002969/2004-85 - Recorrente: SERVITEC INST E SISTEMAS INTEGRADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

8 - Processo: 10768.009271/2001-00 - Recorrente: PECULIO UNIAO PREVIDENCIA PRIVADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 11128.002005/2007-31 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

10 - Processo: 11968.000835/2007-32 - Recorrente: NAP ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo: 11968.000394/2007-79 - Recorrente: NAP ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI

12 - Processo: 19740.000195/2006-56 - Recorrente: LETRA S/A CREDITO IMOBILIARIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:30 HORAS

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

13 - Processo: 10235.720080/2008-89 - Recorrente: AMCEL - AMAPA FLORESTAL E CELULOSE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

14 - Processo: 15165.003659/2008-78 - Recorrente: MAXCOPY IMP E COM DE EQUIP P ESCRITORIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI

15 - Processo: 11080.000598/2004-42 - Recorrente: ALIBEM COM DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo: 11080.003390/2004-85 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 11080.005116/2004-41 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 11080.003252/2005-87 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 11080.003253/2005-21 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo: 11080.005748/2005-95 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

21 - Processo: 12457.002026/2006-15 - Embargante: AMERICA MICRO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 11128.009271/2007-95 - Recorrente: LOCALFRIO S.A. ARMAZENS GERAIS FRIGORIFICOS. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 11128.005301/2008-75 - Recorrente: LIBRA TERMINAIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

24 - Processo: 10314.010354/2009-29 - Recorrente: MAXI MEAT ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

25 - Processo: 12466.000172/2009-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DARCK TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

26 - Processo: 11516.002226/2007-36 - Recorrente: ASB PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

27 - Processo: 12466.002345/2008-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TBJ TRADING LTDA

28 - Processo: 10880.727704/2011-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: N.C.GAMES & ARCADES-COMERCIO IMPORTACAO EXPORTACAO E LOCACAO DE FITAS E MAQUINAS LTDA

DIA 19 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

29 - Processo: 10314.720542/2011-83 - Recorrente: MEGA DO BRASIL - IMPORTACOES E EXPORTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30- Processo: 12466.001963/2001-21 - EMBARGANTE TCE COMÉRCIO E SERVIÇO EM TECNOLOGIA E INFORMÁTICA e EMBARGADA: FAZENDA NACIONAL

31- Processo: 12466.001963/2001-21 - EMBARGANTE :GPC QUÍMICA e EMBARGADA: FAZENDA NACIONAL

IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
Presidente da 2ª Turma Ordinária

JOSE PEDRO DA SILVA
Secretário da 2ª Turma Ordinária

3ª CÂMARA
EQUIPE DE APOIO
2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, Plenário 203, em Brasília - Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independentemente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 17 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALBER JOSÉ DA SILVA

1 - Processo: 10830.003785/2010-33 - Recorrente: DIAGEO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 10880.720323/2010-99 - Recorrente: DIAGEO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 10880.720325/2010-88 - Recorrente: DIAGEO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo: 10880.720326/2010-22 - Recorrente: DIAGEO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo: 10880.720328/2010-11 - Recorrente: DIAGEO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo: 10880.720330/2010-91 - Recorrente: DIAGEO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 10880.720331/2010-35 - Recorrente: DIAGEO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 10880.720332/2010-80 - Recorrente: DIAGEO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 10880.720333/2010-24 - Recorrente: DIAGEO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE ANTONIO FRANCISCO

10 - Processo: 10950.000723/2002-01 - Recorrente: PARANÁ CITRUS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

11 - Processo: 11080.012977/2008-17 - Recorrente: IGEL S.A. - EMBALAGENS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS

12 - Processo: 13063.000030/2002-01 - Recorrente: INDUSTRIA GRÁFICA SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 13063.000140/2002-65 - Recorrente: INDUSTRIA GRÁFICA SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo: 11070.001870/2005-10 - Recorrente: INDUSTRIA GRÁFICA SUL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ALEXANDRE GOMES

15 - Processo: 11686.000395/2008-61 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

16 - Processo: 11686.000396/2008-13 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

17 - Processo: 11686.000397/2008-50 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

18 - Processo: 11686.000398/2008-02 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

19 - Processo: 11686.000399/2008-49 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

20 - Processo: 11686.000400/2008-35 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

21 - Processo: 11686.000403/2008-79 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

22 - Processo: 11686.000404/2008-13 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

23 - Processo: 11686.000405/2008-68 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

24 - Processo: 11686.000406/2008-11 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
25 - Processo: 11686.000407/2008-57 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
26 - Processo: 11686.000408/2008-00 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: GILENO GURJÃO BARRETO
27 - Processo: 13855.000100/2008-92 - Recorrente: USINA AÇUCAREIRA GUAIRA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

DIA 17 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALBER JOSE DA SILVA
28 - Processo: 11020.001537/2005-98 - Recorrente: MADEZATTI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
29 - Processo: 11065.001372/2008-81 - Recorrente: CENTRO CLINICO CANOAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: JOSE ANTONIO FRANCISCO
30 - Processo: 10925.002970/2007-56 - Recorrente: RENAR MAÇÃS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
31 - Processo: 11020.003985/2008-79 - Recorrente: AHJ IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS
32 - Processo: 19515.001523/2008-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MENDES JUNIOR TRADING E ENGENHARIA S A
33 - Processo: 10680.012352/2002-20 - Recorrente: BANCO AGRIMISA S/A - EM LIQUIDAÇÃO ORDINÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ALEXANDRE GOMES
34 - Processo: 11080.008924/2005-41 - Recorrente: AVIPAL S/A - AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo: 10640.000132/92-88 - Recorrente: PREFEITURA DE JUIZ DE FORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: GILENO GURJÃO BARRETO
36 - Processo: 11516.001379/2007-66 - Recorrente: AGROVENETO S.A. - INDUSTRIA DE ALIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
37 - Processo: 13407.000038/00-25 - Recorrente: DESTILARIA JB LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

DIA 18 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALBER JOSE DA SILVA
38 - Processo: 10768.015747/2001-33 - Recorrente: BANCO PEBB S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo: 15586.000117/2006-21 - Recorrente: MINTER TRADING LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE ANTONIO FRANCISCO
40 - Processo: 16327.915394/2009-04 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo: 16327.915403/2009-59 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo: 16327.915404/2009-01 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo: 16327.915405/2009-48 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo: 16327.915408/2009-81 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo: 16327.915410/2009-51 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo: 16327.915411/2009-03 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo: 16327.915413/2009-94 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo: 16327.915414/2009-39 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo: 16327.915418/2009-17 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo: 16327.915433/2009-65 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo: 16327.919586/2009-81 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo: 16327.919587/2009-26 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo: 16327.919589/2009-15 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo: 16327.919590/2009-40 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS
55 - Processo: 10830.006118/2008-98 - Recorrente: UNILEVER BRASIL HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo: 11610.002340/2002-83 - Recorrente: DOUTEX S/A INDUSTRIA TÊXTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ALEXANDRE GOMES
57 - Processo: 10980.005941/2002-77 - Recorrente: UNI COMBUSTÍVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo: 16095.000038/2011-71 - Recorrente: LABORATÓRIO AVAMILLER DE COSMÉTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: GILENO GURJÃO BARRETO
59 - Processo: 12897.000004/2009-76 - Recorrente: CIBRAPEL S/A INDUSTRIA DE PAPEL E EMBALAGENS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

DIA 18 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALBER JOSE DA SILVA
60 - Processo: 19647.006222/2005-81 - Embargante: BOMPREÇO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA e Embargada: 2ª TURMA ORDINÁRIA / 3ª CÂMARA/3ª SEÇÃO DE JULGAMENTO / CARF
61 - Processo: 10283.900064/2009-83 - Recorrente: SOLE INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo: 10283.902876/2009-63 - Recorrente: SONOPRESS RIMO DA AMAZÔNIA IND E COM FONOGRÁFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE ANTONIO FRANCISCO
63 - Processo: 10840.000853/2003-64 - Recorrente: COPERSUÇAR - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS
64 - Processo: 11831.002407/2002-85 - Recorrente: CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo: 16327.000237/2010-28 - Recorrente: ISOLDI S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo: 16327.001329/2009-91 - Recorrente: MERRILL LYNCH S/A CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ALEXANDRE GOMES
67 - Processo: 16095.000174/2010-81 - Recorrente: LABORATÓRIO AVAMILLER DE COSMÉTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo: 16095.000175/2010-25 - Recorrente: LABORATÓRIO AVAMILLER DE COSMÉTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: GILENO GURJÃO BARRETO
69 - Processo: 10875.001998/2005-47 - Recorrente: EXPRESSO JOAÇABA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
70 - Processo: 10980.004436/2007-10 - Recorrente: BOTICA COMERCIAL FARMACÊUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

DIA 19 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALBER JOSE DA SILVA
71 - Processo: 10283.907853/2009-45 - Recorrente: SALDANHA RODRIGUES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo: 11020.002114/2006-76 - Recorrente: FABRICA DE MOVEIS FLORENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo: 11020.002190/2006-81 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - AESC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE ANTONIO FRANCISCO
74 - Processo: 10120.005927/2003-84 - Recorrente: SANEAMENTO DE GOIÁS S/A SANEAGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS
75 - Processo: 19679.009850/2003-80 - Recorrente: CSA - SANTO AMARO ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo: 13971.002373/2004-11 - Recorrente: UNIMED DE BLUMENAU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ALEXANDRE GOMES
77 - Processo: 18471.002100/2007-74 - Recorrente: SAB TRADING COM EXPOT S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo: 15889.000037/2010-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MELITTA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
79 - Processo: 15889.000132/2009-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MELITTA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: GILENO GURJÃO BARRETO
80 - Processo: 11516.002703/2004-11 - Recorrente: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERÂMICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
81 - Processo: 13868.000076/2005-08 - Recorrente: FUGA COUROS JALES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

DIA 19 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALBER JOSE DA SILVA
82 - Processo: 11020.002923/2006-88 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS RIZZON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo: 11070.900609/2008-39 - Recorrente: IRMÃOS JAESCHKE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE ANTONIO FRANCISCO
84 - Processo: 10925.001412/2007-73 - Recorrente: DULEX VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
85 - Processo: 10925.001413/2007-18 - Recorrente: DULEX VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS
86 - Processo: 13502.000166/2007-00 - Recorrente: ACRINOR ACRILONITRILA DO NORDESTE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo: 13656.000368/2005-28 - Recorrente: SPRESS CAFÉ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ALEXANDRE GOMES
88 - Processo: 10183.001965/2005-95 - Recorrente: EPE EMPRESA PRODUTORA DE ENERGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo: 15582.000001/2006-21 - Recorrente: SERVER COMPANY COMERCIO INTERNACIONAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: GILENO GURJÃO BARRETO
90 - Processo: 10980.005516/2005-21 - Recorrente: APPA COMERCIO DE MAT HIDRÁULICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
91 - Processo: 11060.002062/2007-42 - Recorrente: SANTAMATE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

WALBER JOSE DA SILVA
Presidente da 2ª Turma Ordinária

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário da 2ª Turma Ordinária

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, em Brasília - Distrito Federal, 2º andar, sala 202.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 17 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
1 - Processo: 19991.000435/2008-22 - Nome do Contribuinte: EXPORTADORA DE CAFE GUAXUPE LTDA
2 - Processo: 16327.001373/2010-35 - Recorrente: UNIBANCO HOLDINGS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo: 10410.002311/2009-81 - Nome do Contribuinte: MONTEC MONTAGEM TECNICA LTDA
Relator: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA
4 - Processo: 10325.000331/2009-87 - Nome do Contribuinte: VIENA SIDERÚRGICA SA
5 - Processo: 10325.000332/2009-21 - Nome do Contribuinte: VIENA SIDERÚRGICA SA
6 - Processo: 10325.000333/2009-76 - Nome do Contribuinte: VIENA SIDERÚRGICA SA
7 - Processo: 10325.000334/2009-11 - Nome do Contribuinte: VIENA SIDERÚRGICA SA
8 - Processo: 10325.000335/2009-65 - Nome do Contribuinte: VIENA SIDERÚRGICA SA
9 - Processo: 10830.010839/2008-01 - Nome do Contribuinte: VITORIA QUÍMICA TINTAS E ANTICOR LTDA
10 - Processo: 10510.724880/2011-78 - Recorrente: PLÁSTICOS ARACAJU S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo: 11060.001116/2007-52 - Recorrente: FERTILIZANTES MULTIFERTIL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ODASSI GUERZONI FILHO
12 - Processo: 19515.004018/2008-74 - Nome do Contribuinte: JOCKEY CLUB DE SÃO PAULO
13 - Processo: 11070.000205/2011-49 - Recorrente: IND DE IMPL AGRICOLAS VENCE TUDO IMP E EXPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ÂNGELA SARTORI
14 - Processo: 11065.001447/2005-81 - Recorrente: MADEF SA INDÚSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo: 10283.005279/2007-27 - Recorrente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZÔNIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
16 - Processo: 10245.900209/2009-01 - Recorrente: VIMEZER FORNC DE SERV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo: 10245.900252/2009-68 - Recorrente: VIMEZER FORNC DE SERV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo: 10245.900253/2009-11 - Recorrente: VIMEZER FORNC DE SERV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

19 - Processo: 10245.900270/2009-40 - Recorrente: VIMEZER FORNC DE SERV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo: 10245.900274/2009-28 - Recorrente: VIMEZER FORNC DE SERV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo: 10245.900285/2009-16 - Recorrente: VIMEZER FORNC DE SERV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo: 10245.900294/2009-07 - Recorrente: VIMEZER FORNC DE SERV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo: 10245.900298/2009-87 - Recorrente: VIMEZER FORNC DE SERV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo: 10245.900300/2009-18 - Recorrente: VIMEZER FORNC DE SERV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo: 10245.900303/2009-51 - Recorrente: VIMEZER FORNC DE SERV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo: 10245.900310/2009-53 - Recorrente: VIMEZER FORNC DE SERV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA
27 - Processo: 16327.001427/2009-29 - Recorrente: BANCO PANAMERICANO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo: 10768.902279/2006-43 - Recorrente: TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ODASSI GUERZONI FILHO
29 - Processo: 11080.721744/2010-15 - Nome do Contribuinte: MAZZARIG - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
30 - Processo: 19991.000150/2009-72 - Recorrente: ITAPORANGA COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo: 19991.000151/2009-17 - Recorrente: ITAPORANGA COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo: 19991.000152/2009-61 - Recorrente: ITAPORANGA COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo: 19991.000154/2009-51 - Recorrente: ITAPORANGA COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE
34 - Processo: 13971.720006/2008-27 - Nome do Contribuinte: ROHDEN ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA
35 - Processo: 13971.720007/2008-71 - Nome do Contribuinte: ROHDEN ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA
36 - Processo: 13971.720015/2008-18 - Nome do Contribuinte: ROHDEN PORTAS E PAINEIS LTDA
37 - Processo: 13971.720018/2008-51 - Nome do Contribuinte: ROHDEN PORTAS E PAINEIS LTDA
38 - Processo: 13971.720026/2008-06 - Nome do Contribuinte: ROHDEN PORTAS E PAINEIS LTDA
Relator: ÂNGELA SARTORI
39 - Processo: 11128.000828/2008-11 - Nome do Contribuinte: SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
40 - Processo: 11968.000537/2008-23 - Nome do Contribuinte: SUAPE POCELANATO S.A
Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
41 - Processo: 10245.900322/2009-88 - Recorrente: VIMEZER FORNC DE SERV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
42 - Processo: 10940.900092/2006-67 - Recorrente: MADEIRAS GUAMIRANGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo: 10940.900093/2006-10 - Recorrente: MADEIRAS GUAMIRANGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo: 10940.900096/2006-45 - Recorrente: MADEIRAS GUAMIRANGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA
45 - Processo: 11543.001066/2002-76 - Recorrente: LOGISTIC NETWORK COMERCIO IMPORTAÇÃO E E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo: 13839.000234/2002-16 - Embargante: PCE BEBIDAS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo: 13839.000236/2002-13 - Embargante: PCE BEBIDAS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo: 18471.002620/2008-68 - Recorrente: DANIEL ADVOGADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo: 10830.008964/2002-57 - Recorrente: LOG & PRINT GRAFICA E LOGÍSTICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ODASSI GUERZONI FILHO
50 - Processo: 16327.000945/2010-69 - Recorrente: BANCO SOCIETE GENERALE BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo: 11065.721097/2011-11 - Recorrente: INDÚSTRIA DE CALCADOS WEST COAST LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo: 11020.003968/2002-46 - Embargante: VINHOS SALTON SA INDÚSTRIA E COMERCIO e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE
53 - Processo: 10283.901887/2009-26 - Recorrente: YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ÂNGELA SARTORI
54 - Processo: 11686.000038/2009-83 - Recorrente: MULTILAB INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMAC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo: 19515.000012/2007-47 - Nome do Contribuinte: TBS PARTICIPAÇÕES SA

DIA 18 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
56 - Processo: 10680.013856/2005-18 - Nome do Contribuinte: AVIARIO SANTO ANTONIO LTDA
57 - Processo: 10680.012086/2005-88 - Nome do Contribuinte: AVIARIO SANTO ANTONIO LTDA
58 - Processo: 10680.013853/2005-76 - Nome do Contribuinte: AVIARIO SANTO ANTONIO LTDA
59 - Processo: 10680.013854/2005-11 - Nome do Contribuinte: AVIARIO SANTO ANTONIO LTDA
Relator: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA
60 - Processo: 10882.001594/2006-45 - Recorrente: LOPESCO INDÚSTRIA DE SUBPRODUTOS ANIMAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo: 11020.002234/2006-73 - Recorrente: LOJAS COLOMBO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo: 16327.001346/2009-29 - Recorrente: J.P. MORGAN CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ODASSI GUERZONI FILHO
63 - Processo: 10665.000444/2003-36 - Recorrente: USINA AÇUCAREIRA PASSOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo: 10036.720076/2011-62 - Nome do Contribuinte: CELESTICA DO BRASIL LTDA.
65 - Processo: 10166.900168/2006-81 - Recorrente: FUNDAÇÃO TECHNOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE
66 - Processo: 13855.000590/2002-31 - Recorrente: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo: 13855.000592/2002-21 - Recorrente: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ÂNGELA SARTORI
68 - Processo: 10283.907065/2009-59 - Recorrente: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo: 10380.720303/2008-34 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE JULHO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
70 - Processo: 10980.000290/2003-18 - Nome do Contribuinte: KRAFT FOODS BRASIL LTDA
71 - Processo: 11020.000670/2003-65 - Recorrente: VINHOS SALTON SA INDÚSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA
72 - Processo: 18471.002737/2008-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NOVATRANS ENERGIA S.A
73 - Processo: 19515.002421/2008-69 - Recorrente: REDECARD SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ODASSI GUERZONI FILHO
74 - Processo: 13982.000640/2001-44 - Recorrente: TRANSPORTADORA CAIBIENSE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo: 15504.019137/2010-14 - Recorrente: BANCO INTERMEDIUM SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo: 11080.008886/2006-15 - Recorrente: STEMAC SA GRUPOS GERADORES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE
77 - Processo: 13822.000029/2003-11 - Recorrente: CLEALCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo: 13822.000054/2003-02 - Nome do Contribuinte: CLEALCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A

DIA 19 DE JULHO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
79 - Processo: 10120.006764/2002-76 - Nome do Contribuinte: CARAMURU ALIMENTOS S/A.
Relator: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA
80 - Processo: 10675.001350/2003-65 - Recorrente: BRASPELCO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo: 19740.000632/2003-99 - Embargante: COOPERATIVA DE CREDITO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: ODASSI GUERZONI FILHO
82 - Processo: 11080.013972/2007-12 - Recorrente: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo: 11080.013973/2007-67 - Recorrente: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo: 11065.003280/2002-40 - Recorrente: INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTARTICA POLAR SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo: 10240.000986/2005-61 - Nome do Contribuinte: EXPORTADORA BOM RETIRO LTDA
Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE
86 - Processo: 13656.000550/2002-36 - Recorrente: ABALCO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ÂNGELA SARTORI
87 - Processo: 19991.000158/2009-39 - Nome do Contribuinte: SIST. INF. COMER. IMPOR. EXPORT. LTDA
88 - Processo: 10580.900432/2006-96 - Recorrente: RESARBRAS DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

JULIO CESAR ALVES RAMOS
Presidente da 1ª Turma Ordinária

ELAINE ALICE ANDRADE LIMA
Secretário da 1ª Turma Ordinária

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 5 de julho de 2012

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 120 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:
1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Unisys Brasil Ltda	33.426.420/0009-40	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL2242012, nome: TPLINUX, versão: T.CA.03c00, código MD-5: 514d5449a83e98c37266897034717c6f *SC_BEET
Seek Sistemas & Serviços Ltda	39.241.104/0001-23	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL2622012, nome: PDVSEEK, versão: 1.10.20, código MD-5: 9BA6048FD27E461075E982AC8AB009AE *PDVSEEK
Apotheke Serviços de Informatica Ltda - EPP	74.673.325/0001-05	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL2472012, nome: SEVENSHOP, versão: 1.0, código MD-5: AC6982B9E978C829DB8489909F9E6D9C *PDV

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 121 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria-Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Conecto Sistemas Ltda	05.113.966/0001-59	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2732012, nome: VENDITOR, versão: 2.6.8EA, código MD-5: 8E45DC475FF70874680418E7FBFB6625 *VENDITOR
Adaptive Tecnologia da Informação Ltda	06.173.891/0001-64	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2702012, nome: Petros, versão: 2.03.01, código MD-5: C3C1BDCDBD6E5B3C873B32F26BE29834 * frentecaixa
B.M. informática Ltda	02.779.012/0001-91	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2742012, nome: Super PDV, versão: 4.001, código MD-5: 6E010AE651ED313ED9FFBCE61B8C6245 *PDV
MP1 Tecnologia e Serviços Ltda	11.141.281/0001-19	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2592012, nome: ORDEX.PDV, versão: 1.0, código MD-5: A5B6CB520EE082701B1519E23CEF0ACE *ORDEXPDV
Ramilson Da Silva Ramos	01.960.380/0001-79	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2162012, nome: SPPAFECF, versão: 1.0, código MD-5: B3A8BA60DC559F29F19BBFA82FF8DCA8 *SPPAFECF
Capta Tecnologia em Sistemas Ltda	58.025.446/0001-50	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2782012, nome: Capta 2010, versão: 1.4, código MD-5: 4A602DF014CEF62FD08CDA0B0D19C0D5 *PDV2010
EAC Engenharia Automação e Controle Ltda.	38.743.738/0001-11	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2882012, nome: SACI, versão: 6.0.58h, código MD-5: CD3EBCEF9EAFAAD47F6147D788B03E2C *pvECF
Infofisco Serviços de Informática Ltda	09.687.720/0001-41	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2002012, nome: Info ECF, versão: 1.0.0.0, código MD-5: 7DAD39914F4BAC889891A23B79A9BB28 *INFOECF

2. Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
JL Informatica Ltda	71.248.934/0001-95	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FPF0062012, nome: SISTEMA FRENTE DE CAIXA, versão: 6.2, código MD-5: 7E94D849A31DD14583B0B8BE5620E7AA

3. Centro Universitário Filadélfia - UNIFIL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Softsa Sistemas de Informação Ltda	09.245.842/0001-88	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0312012, nome: PDV/SA, versão: 1.5, código MD-5: 1B1DD38C197B27C95107CE22CC27F4C2

4. Pontíficia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Logycware Sistemas de Informática Ltda	05.522.129/0001-83	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PRS0262012, nome: PAF-ECF, versão: 2.5, código MD-5: 3a0f23a875d9f34441bc3dd9cec1606c

5. Fundação Visconde de Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Livraria Cultura S.A	62.410.352/0001-72	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0322012, nome: Cultura Caixa, versão: 2.5, código MD-5: d8656187089b5689999f248fe4d16092

6.Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Microsffer Soluções Tecnológicas Ltda	05.070.591/0001-97	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IPT0502012, nome: sigposto 64, versão: 6.0.5.0, código: MD-5: c129661ad181058052377eba512507db

7.Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Megasul Informática Ltda	80.967.805/0001-48	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0452012, nome: SPDV SENIOR, versão: 2.4.0.3, código MD-5: ad740b0ad1c2dd3486aae6109ab42423
PrismaFive Informática Ltda	72.216.518/0001-78	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0442012, nome: FarmaFácil Manipulação e Drograria, versão: 12.01, código MD-5: d870a904640684a45ba96ba1ae41c37a
AT&PP Sistemas Ltda Me	02.380.779/0001-43	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0472012, nome: PDVMatic, versão: 2.0, código MD-5: 1420acb2c7bb5dfc0681e5045e83804d

8.Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - Finatel

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Bematech S/A	82.373.077/0001-71	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: INA0362012, nome: Bematech Farma Light, versão: 2.3.0.0, código: MD-5: 37FAA930971CE6A7D9B5A035C78D7F7E

9. Faculdade Idez - i10

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Maria de Lourdes de Araújo Varandas - ME	00.640.736/0001-24	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100622012, nome: MVRESTAURANTE, versão: 02.24.10, código MD-5: 338081D0F338C56E0FCAF6CB98F135D4 MVRESTAURANTE
Salt Informatica Ltda	01.901.077/0001-03	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100332012, nome: SIEPAF, versão: 1.1.9.2, código MD-5: 59AAD1D0FA4661043ED858BBC345ADF2 SIEPAF
Frigotil - Frigorifico de Timon S/A	05.699.871/0001-69	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100542012, nome: FRIECF, versão: 2.0, código MD-5: 678767ccee11f10e415f59bfba317893 *EXECUT\friecf
Guadalajara S/A - Indústria de Roupas	06.526.131/0001-93	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100572012, nome: ONXPAFECF, versão: 2.0, código MD-5: f8b67e9b1adc738cadfff42ba3c47f29 *EXECUT\onxaplicecf.cmd
Liberali Suprimentos de Informatica Ltda	90.863.564/0001-40	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100662012, nome: FLEXPDV, versão: 1.2.0, código MD-5: 1a0b1b9f30f2787fd35182021bc36b3f *FlexPDV
Claudino S/A.	06.862.627/0001-38	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100522012, nome: APLICECF, versão: 2.2, código MD-5: a453f86c7889d3bf322246d1625b9420 *aplicecf.cmd
Monteiro Braga Consultoria Empresarial Ltda	63.356.000/0001-49	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100612012, nome: DealerNet/FiatNet, versão: 6.1, código MD-5: 731d37622e3973203bf8fda45b2ecc47 *ecf.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Universidade Federal do Piauí - UFPI

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Infog2 Tecnologia Ltda	07.042.296/0001-52	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UPI0062012, nome: INFOG2 AUTOMAÇÃO, versão: 12.7, código MD-5: e0ee9abb1f0e11dc29a89e6c411698ba

11. Universidade Católica Dom Bosco - UDB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Jose Carlos Sanita	05.114.080/0001-20	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UDB0092012, nome: JLFRENTE CAIXA, versão: 2.4.0, código MD-5: 970F58BB4DC69FF917EFDC54EF1B97A6

12. Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Acras Tecnologia da Informação Ltda -ME	07.504.505/0001-32	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número TEC0112012, nome: Focus Lojas, versão: 4, código MD-5: F0D5070E2186439EFA30A9B2AF75FBC2

Nº 122 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 03 de abril de 2009, torna público que estão habilitados a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) os seguintes estabelecimentos:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
CLIC BIZ TECNOLOGIA LTDA-ME	68.374.222/0001-08	Rua Emília Joaquina de Jesus Castro, 125 - Jardim Redentor São José do Rio Preto - SP CEP: 15.085-310
LUCIANO DE OLIVIERA MENDES ME	01.210.427/0001-87	Rua José Lopes, 129 - Centro Oliveira Fortes - MG CEP: 36.250-000
JHLS AUTOMAÇÃO COMERCIAL E INFORMÁTICA LTDA	08.868.818/0001-32	Rua Desembargador Fernando Bhering, 35 - Loja 20 Belo Horizonte - MG CEP: 31.260-260

Nº 123 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no artigo 40 desse mesmo diploma, faz publicar o seguinte Protocolo ICMS celebrado entre as Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal indicadas em seu respectivo texto:

PROTOCOLO ICMS Nº 86, DE 5 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre a ação integrada da fiscalização de mercadorias em trânsito, bem como o compartilhamento de postos de fiscalização de divisa interestadual e o intercâmbio de informações entre os Estados da Paraíba e de Pernambuco.

Os Estados da Paraíba e de Pernambuco, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Estado da Receita e da Fazenda, considerando o disposto no Convênio ICMS 77/97, de 25 de julho de 1997, bem como no art. 38 do Anexo do Convênio ICMS 133/97, de 12 de dezembro de 1997, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966), e tendo em vista o interesse de desenvolverem atividades conjuntas de fiscalização, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Este Protocolo trata da ação integrada de fiscalização de mercadorias em trânsito, do compartilhamento de postos fiscais de divisa interestadual e do intercâmbio de informações constantes nos respectivos cadastros de contribuintes dos Estados signatários.

Cláusula segunda O Estado da Paraíba disponibilizará ao Estado de Pernambuco a estrutura física do Posto Fiscal de Cruz de Almas, no município de Caaporã, e o Estado de Pernambuco disponibilizará ao Estado da Paraíba a estrutura física do Posto Fiscal de Goiana, no município de Goiana, ambos localizados na Rodovia BR-101.

Parágrafo único. A legislação tributária dos Estados signatários aplicar-se-á, extraterritorialmente, conforme o disposto no art. 102 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, nas áreas especificadas no caput desta Cláusula.

Cláusula terceira Os prepostos fiscais vinculados a cada signatário desempenharão as atividades abaixo enumeradas, utilizando, sempre que possível, as instalações de forma conjunta e compartilhada, respeitando a legislação de cada Estado:

I - verificação das operações e prestações que envolvam mercadorias em trânsito e documentos fiscais;

II - emissão de documentos fiscais, conforme procedimentos adotados em cada Estado;

III - lavratura de autos de apreensão e autos de infração, emissão de documento de arrecadação fiscal e demais documentos necessários, quando constatada alguma irregularidade no transporte de mercadorias;

IV - prática de qualquer outro ato necessário à perfeita execução dos trabalhos de fiscalização de trânsito de mercadoria e bens.

§ 1º O Fisco do Estado que detectar alguma infração à sua legislação será o responsável e o beneficiário pelo lançamento do tributo, acréscimos legais e multa.

§ 2º No caso de evasão de veículos, os auditores fiscais do Estado de onde o veículo se evadiu:

I - só poderão persegui-lo pelo território do outro Estado signatário se autorizados por este, em veículo deste e acompanhados de, pelo menos, um de seus auditores fiscais;

II - não poderão utilizar pessoal de apoio policial do seu Estado, mas, tão-somente, do Estado onde se der a perseguição;

III - poderão, uma vez alcançado o veículo, solicitar ao condutor do mesmo o retorno ao posto de fiscalização do seu Estado, para as verificações devidas.

§ 3º Caberá ao Estado da ocorrência da apreensão ou da retenção da mercadoria, para verificação da sua regularidade, disponibilizar os meios necessários para execução da fiscalização, tais como estrutura para manuseio de cargas, conferência de cargas, pesagem de cargas, entre outros.

§ 4º Em caso de necessidade de pesagem de veículo e na impossibilidade de sua realização no posto fiscal do outro Estado signatário, o fisco do Estado de saída da mercadoria poderá determinar o retorno do veículo ao posto de fiscalização do seu território para realização do referido procedimento.

Cláusula quarta Relativamente às informações obtidas em decorrência do compartilhamento previsto neste Protocolo, será observado o sigilo fiscal a que se refere o art. 198 da Lei nº 5.172, de 1966.

Cláusula quinta Os Estados signatários comprometem-se a franquear todas as informações disponíveis nos postos fiscais e nas repartições fiscais localizadas nos municípios de Caaporã e Goiana, de que trata este Protocolo.

Cláusula sexta Os Estados signatários poderão realizar operações conjuntas de fiscalização objetivando aumentar a eficácia da fiscalização de mercadorias em trânsito.

Cláusula sétima Os Estados signatários deverão fornecer, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, a escala mensal de plantão com a designação dos funcionários fiscais que irão trabalhar no posto de fiscalização, bem como a identificação dos veículos oficiais, que serão utilizados.

§ 1º Caberá a cada Estado manter e utilizar seu próprio pessoal, respeitando as suas atribuições e competências, sendo vedado ao servidor de um Estado desenvolver funções para outro, salvo quando se tratar de estivadores ou da força policial, que poderão auxiliar nas atividades de ambos os Estados.

§ 2º Qualquer mudança significativa na rotina de trabalho de um dos postos fiscais de que trata a Cláusula segunda deverá ser informada prévia e oficialmente ao titular do outro posto fiscal ali referido.

Cláusula oitava Os Estados signatários permitirão que o Estado interessado proceda à instalação de redes próprias, de equipamentos de informática, de sistema de comunicação, de telefones e de qualquer equipamento que julgue necessário para o desenvolvimento das atividades, ficando sua utilização e manutenção sob responsabilidade daquele que as implementou.

Cláusula nona As despesas oriundas da execução dos trabalhos de fiscalização serão de responsabilidade do Estado signatário que deu origem à ação fiscal.

Cláusula décima Relativamente a cada posto de fiscalização:

I - serão de responsabilidade do Estado signatário que disponibilizar a sua estrutura física:

a) as despesas necessárias à sua manutenção;

b) a segurança e o apoio policial, inclusive para os trabalhos de fiscalização móvel dentro do Estado;

II - o seu chefe será responsável pelo gerenciamento e coordenação das atividades e ações a que se refere este Protocolo;

III - a sua infraestrutura de alojamentos, refeitório e sanitários será disponibilizada aos auditores de plantão do outro Estado signatário para ali designados, cabendo aos mesmos o seu uso ou não.

Cláusula décima primeira As normas operacionais relacionadas ao objeto do presente Protocolo serão emanadas através de orientações conjuntas dos titulares responsáveis pelas Secretarias de Estado signatárias.

Cláusula décima segunda O presente Protocolo poderá ser denunciado, unilateralmente, por qualquer das partes, mediante comunicação efetuada com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

Cláusula décima terceira O presente Protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 3, DE 26 DE JUNHO DE 2012

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Aparelho próprio para digitalizar e apagar imagens radiográficas latentes existentes em placas de imagem (IP - Imaging Plate) com camada de fósforo fotoestimulável, classifica-se no código 8543.70.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul constante da TEC vigente.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1ª (texto da Posição 85.43), RGI 6ª (texto da Subposição 8543.70) e RGC 1ª (textos do item 8543.70.9 e do subitem 8543.70.99), todas da TEC vigente, aprovada pela Resolução Camex nº 94/2011, com os subsídios fornecidos pelas Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH), aprovadas pelo Decreto no 435/92, com a versão atual aprovada pela IN RFB no 807/2008.

DARIO DA SILVA BRAYNER FILHO
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 5 DE JULHO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande (MS), no uso da competência delegada pela Portaria DRF/CGE nº 91, de 10 de junho de 2011, publicada no DOU de 14 de junho de 2011, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas cujos CNPJ estão relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Campo Grande (MS), no endereço: Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 3 - Jardim Veraneio - CEP 79.037-901 - Campo Grande (MS).

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ZUMILSON CUSTÓDIO DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

33.762.667/0001-60

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 334, DE 4 DE JULHO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000252/2012-17.

Declara perdidas em favor da Fazenda Pública Federal, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000232/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 343, DE 5 DE JULHO DE 2012

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ/MT abaixo identificado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único deste Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal de Cuiabá/MT, no endereço: Av. Juliano da Costa Marques, 99 esquina com Av. Historiador Rubens de Mendonça Bosque da Saúde, Edifício Órgãos Fazendários, CEP 78050-600, Cuiabá/MT.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS MÁRCIO RAMIRES MESQUITA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

26.772.988/0001-09	33.017.534/0001-80

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 3 DE JULHO DE 2012

Cancelamento da inscrição nº 000.733.371-45 no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do no artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n. 587, de 21 de dezembro de 2010, e considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 4.862/1965, arts. 1º e 2º do Decreto-Lei nº 401/1968, e nos artigos 5, 26, 30 e 31 da Instrução Normativa RFB nº 1042/2010, e em documentos constantes do processo administrativo tributário nº 11844.000048/2011-73, declara:

Art. 1º A inscrição nº 000.733.371-45 no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF passa a ter a situação cadastral de Cancelada por Multiplicidade de Inscrição com o CPF nº 980.484.498-20.

Art. 2º Este ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO DE ALMEIDA ACCIOLY

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 5 DE JULHO DE 2012

Concede Registro Especial - Papel Imune

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 1º, da Portaria DRF/FOR nº 149, de 7 de abril de 2011 (DOU de 08/04/2011) c/c o inciso X do art.220, inciso VII, do art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23.12.2010 e de acordo com o disposto no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações da Instrução Normativa RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010 e da IN RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Fica concedido o seguinte Registro Especial, de acordo com o disposto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para a atividade de USUÁRIO (UP), empresa jornalística ou editora que explore a indústria do livro, jornal ou periódico, conforme inciso II, § 1º, art. 1º, da IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009 (DOU de 08/12/09):

I - Registro Especial nº: UP-03101/103

II - Beneficiário: Editora Aqui Ceará S/A

III - CNPJ: 13.922.212/0001-78;

IV - Domicílio fiscal: Rua Sítio Cedro, 90, Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará, CEP: 60.170-130;

V - Processo administrativo: 10380.727197/2012-04

Art. 2º O contribuinte está obrigado ao cumprimento da legislação tributária, em vigor e alterações posteriores, envolvendo operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial das exigências estabelecidas na IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações da IN nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010 e da IN nº 1.048, de 29 de junho de 2010.

Art. 3º O não cumprimento das obrigações tributárias de que tratam o art. 2º, incisos I, II e III; 7º; 9º,§1º, o art. 12, incisos I,II e parágrafo único e o art. 13 da IN RFB nº 976/09, estabelecidos para a concessão do presente registro, poderá, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, ocasionar: a) o cancelamento do registro; b) a aplicação das penalidades previstas no art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001; c) a aplicação do regime especial de fiscalização, previsto no art. 33 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, uma vez configurada hipótese de crime contra a ordem tributária previstas no art. 2º da Lei nº 8.137, de 1990.

HELDER SILVA NOBRE

5ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 4 DE JULHO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB nº 1070, de 13 de setembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 12689.720490/2012-01, declara:

Art. 1º Fica a empresa PERBRÁS - EMPRESA BRASILEIRA DE PERFURAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.126.451/0001-47, habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO, com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos.

Parágrafo Único: Encontram-se identificados no Anexo os estabelecimentos que poderão utilizar o Repetro.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na hipótese de ocorrência das situações previstas nos incisos II e III do art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANEXO

Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	LOCALIZAÇÃO	Nº D0 CONTRATO	TERMO FINAL
15.126.451/0001-47 15.126.451/0020-00 15.126.451/0004-90	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	Áreas em que a PETROBRAS for a concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0070001.11.2 2050.0070002.11.2 2050.0070003.11.2	25/10/2015

CARLOS ROMEU SILVA QUEIROZ

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 4 DE JULHO DE 2012

Declara cancelada inscrição no CPF

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III e Caput do art. 220 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com fundamento no art. 30, inciso I e art. 31 da IN RFB nº 1.042/2010, de 10 de junho de 2010, e tendo em vista a decisão que consta no processo administrativo nº 10725.000.195/2005-99, declara:

Art. 1º - CANCELADO o CPF nº 424.101.777-00, por multiplicidade com o CPF 106.961.277-41.

Art. 2º Este ato produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

QUÉOPS MONTEIRO DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 4 DE JULHO DE 2012

Declara cancelada inscrição no CPF

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III e Caput do art. 220 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com fundamento no art. 30, inciso I e art. 31 da IN RFB nº 1.042/2010, de 10 de junho de 2010, e tendo em vista a decisão que consta no processo administrativo nº 10725.000.256/2005-18, declara:

Art. 1º - CANCELADO os CPFs nº 056.869.967-09 e 039.797.127-37, por multiplicidade com o CPF 715.836.537-91.

Art. 2º Este ato produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

QUÉOPS MONTEIRO DA SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 5 DE JULHO DE 2012

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA -SP, no uso da competência delegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 7 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi),

DECLARA:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada, de acordo com o Anexo Único deste Ato Declaratório Executivo.

Art. 2º As classes de enquadramento e reenquadramento, previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à partir da data do envio da Solicitação, onde ocorreu o Enquadramento ou Reenquadramento provisório na respectiva classe.

JÚLIO CESAR NAVAS

ANEXO ÚNICO

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
01.307.936/0001-22	SMIRNOFF ICE	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
03.485.775/0001-92	51 ICE SABOR FRUTAS VERMELHAS	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
03.485.775/0001-92	51 ICE SABOR FRUTAS VERMELHAS	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
03.485.775/0001-92	PIRASSUNUNGA 51 (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	I
03.485.775/0001-92	PIRASSUNUNGA 51 (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 181ml até 375ml	2208.40.00	G
03.485.775/0001-92	PIRASSUNUNGA 51 (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 181ml até 375ml	2208.40.00	G
03.485.775/0001-92	CACHAÇA TERRA BRAZILIS 51 (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	M
03.485.775/0001-92	DOMUS (AGUARDENTE COMPOSTA E BEBIDA ALCOOLICA,DE GENGIBRE)	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	L
03.485.775/0001-92	DOMUS (AGUARDENTE COMPOSTA E BEBIDA ALCOOLICA,DE GENGIBRE)	De 181ml até 375ml	2208.90.00	I
03.485.775/0001-92	DOMUS (AGUARDENTE COMPOSTA E BEBIDA ALCOOLICA,DE GENGIBRE)	De 181ml até 375ml	2208.90.00	I
03.485.775/0001-92	CACHAÇA TERRA BRAZILIS (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 181ml até 375ml	2208.40.00	I
03.485.775/0001-92	51 PIRASSUNUNGA OURO (AGUARDENTE COMPOSTA)	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	J
04.336.133/0001-94	CACHAÇA DO BARAO - RESERVA ESPECIAL (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q
04.336.133/0001-94	CACHAÇA DO BARÃO OURO (ARMAZENADA EM TONEL DE CARVALHO (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q
04.336.133/0001-94	CACHAÇA DO BARÃO PRATA (ARMAZENADA EM TONEL DE JEQUITIBÁ ROSA) (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q
04.336.133/0001-94	CACHAÇA DO BARÃO PRATA (ARMANZENADA EM TONEL DE AMENDOIM) (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q
04.336.133/0001-94	CACHAÇA DO BARÃO RESERVA ESPECIAL (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 181ml até 375ml	2208.40.00	K
04.336.133/0001-94	CACHAÇA DO BARÃO RESERVA ESPECIAL (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q
04.336.133/0001-94	CACHAÇA DO BARÃO PRATA (ARMAZENADA EM TONEL DE JEQUITIBÁ ROSA) (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q
04.336.133/0001-94	CACHAÇA DO BARÃO PRATA (ARMAZENADA EM TONEL DE AMENDOIN) (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q
04.336.133/0001-94	CACHAÇA DO BARÃO OURO (ARMAZENADA EM TONEL DE CARVALHO) (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q
58.551.326/0001-97	BALALAIKA ICE RED	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
58.551.326/0001-97	TERRA ROXA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	L
58.551.326/0001-97	BEJAME (BEBIDA ALCOOLICA DE OLEOS ESSENCIAIS DE FRUTAS)	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	O
58.551.326/0001-97	BALALAIKA APPLE (APERITIVOS E AMARGOS, DE ALCACHOFRA OU DE MACA)	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	O
59.190.660/0001-25	CASA DO ENGENHO - BRANCA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q
59.190.660/0001-25	CASA DO ENGENHO - AMARELA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 5 DE JULHO DE 2012

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário - SECAT, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011, considerando o que consta no processo administrativo 13804.007037/2003-14 e com fundamento no artigo 82 da Lei 9.430/96; no inc. II do art. 37; no inc. I e § 3° do art. 39, da IN-RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da empresa RODARTE PROCESSAMENTO ELETRONICO DE DADOS S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 60.431.376/0001-82, desde a data de publicação deste Ato, em razão desta não ter sido localizada no endereço informado no referido cadastro, sujeitando-se a empresa aos efeitos previstos no artigo 42 da IN-RFB nº 1.183/2011; e

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica, acima referida, a partir da data da publicação deste Ato, nos termos do art. 43 da IN-RFB nº 1.183/2011.

CRISTINA ARAKAKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 5 DE JULHO DE 2012

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário - SECAT, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011, considerando o que consta no processo administrativo 10882.722039/2012-07 e com fundamento no artigo 82 da Lei 9.430/96; no inc. II do art. 37; no inc. I e § 3° do art. 39, da IN-RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da empresa CONSTRUTORA E PROJETOS CONSTRULINE LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 14.530.451/0001-45, desde a data de publicação deste Ato, em razão desta não ter sido localizada no endereço informado no referido cadastro, sujeitando-se a empresa aos efeitos previstos no artigo 42 da IN-RFB nº 1.183/2011; e

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica, acima referida, a partir da data da publicação deste Ato, nos termos do art. 43 da IN-RFB nº 1.183/2011.

CRISTINA ARAKAKI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 3 DE JULHO DE 2012

Declara a exclusão da empresa que menciona do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar nº 123/2006), por infringir o inciso V, Art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP, no uso da competência delegada e especificada pelo inciso VII, Art. 3º da Portaria DRF/SJC nº 75, de 12 de maio de 2011, com fundamento no inciso V, Art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, declara:

Art. 1º. Fica excluída do "Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL)" - artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a empresa FERNANDO MARCOS SORAGGI ME - CNPJ nº 59.522.771/0001-91, situada à Avenida Frederico Straube, 284 - Vila Oliveira, Mogi das Cruzes - SP, face ao disposto no inciso V do artigo 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme consta no Processo Administrativo nº 16062.720182/2012-86.

Art. 2º. A exclusão surtirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013 de conformidade com a alínea "b", Inciso V, Artigo 76 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Art. 3º. Fica a empresa cientificada do prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do presente Ato Declaratório Executivo, para, se julgar de seu interesse, manifestar inconformidade relativamente aos procedimentos previstos nos Arts. 1º e 2º deste Ato, junto a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campinas/SP, via Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP, assegurando-se, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º. Não havendo manifestação do contribuinte, conforme o disposto no artigo 3º deste Ato, a exclusão tornar-se-á definitiva na esfera administrativa.

Art. 5º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALMEIDA DE FREITAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 3 DE JULHO DE 2012

Declara a exclusão da empresa que menciona do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar nº 123/2006), por infringir o inciso V, Art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP, no uso da competência delegada e especificada pelo inciso VII, Art. 3º da Portaria DRF/SJC nº 75, de 12 de maio de 2011, com fundamento no inciso V, Art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, declara:

Art. 1º. Fica excluída do "Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL)" - artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a empresa BARTOLOMEU JACINTO DE SOUZA EPP - CNPJ nº 56.040.165/0001-41, situada à Estrada Municipal do Sogo, s/nº - Km 04 - Galpão 08 - Bairro do Sogo, Biritiba-Mirim - SP, face ao disposto no inciso V do artigo 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme consta no Processo Administrativo nº 16062.720183/2012-31.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º. A exclusão surtirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013 de conformidade com a alínea "b", Inciso V, Artigo 76 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Art. 3º. Fica a empresa cientificada do prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do presente Ato Declaratório Executivo, para, se julgar de seu interesse, manifestar inconformidade relativamente aos procedimentos previstos nos Arts. 1º e 2º deste Ato, junto a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campinas/SP, via Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP, assegurando-se, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º. Não havendo manifestação do contribuinte, conforme o disposto no artigo 3º deste Ato, a exclusão tornar-se-á definitiva na esfera administrativa.

Art. 5º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALMEIDA DE FREITAS

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 4 DE JULHO DE 2012

Concede inscrição no registro especial a que estão obrigados os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores das bebidas alcoólicas relacionadas no Anexo I da IN SRF 504/05.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT - DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, c/c art.6º, inc.VIII, da Portaria DRF/SJC nº 75, de 12 de maio de 2011, e com base nas conclusões expendidas no processo administrativo nº 13884.722099/2011-17, resolve:

Art. 1° Conceder a inscrição nº 08120/0013 no registro especial de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, na categoria IMPORTADOR, de acordo com o inciso IV do § 1º do art. 2° da IN SRF nº 504, de 2005, ao estabelecimento da pessoa jurídica JR MARGIL IMPORTADORA DE BEBIDAS LTDA ME, CNPJ 13.425.708/0001-36, situado na Rua Ipiranga, 1091 - Centro - Mogi das Cruzes/SP.

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO DE AZEVEDO RIBEIRO DA FONSECA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 3 DE JULHO DE 2012

Concede à empresa que especifica a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 778/2007, nº 955/2009 e nº 1.267/2012.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, combinado com o artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.720671/2011-85, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa SADESUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.379.815/0001-47, CO-HABILITAÇÃO no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de acordo com os artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de quinze de junho de 2007, e com a Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, e respectivas alterações posteriores.

Art. 2º Vincular a concessão ao projeto descrito abaixo:

Nome do projeto	:	I - Linha de Transmissão Cuiabá - Ribeirãozinho, em 500 kV, Circuito Simpls, com extensão aproximada de 364 km, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Ribeirãozinho, e II - Linha de Transmissão Ribeirãozinho - Rio Verde Norte, em 500 kV, Circuito Simples, com extensão aproximada de 242 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Rio Verde Norte.
Nº da Portaria de aprovação	:	166, de três de abril de 2009
Setor de infraestrutura favorecido	:	Energia elétrica
Prazo estimado para execução da obra	:	10 meses

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA TERESA CAMARGO BARBOSA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 148, DE 29 DE JUNHO DE 2012

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 39 e 42 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ a inscrição da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 37, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
TECNOBEL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	96.382.395/0001-03	19515.721279/2012-39

Art. 2º Declarar INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos, a partir da publicação do presente ADE, conforme estabelece o artigo 43, § 3º, inciso I da referida Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO TOSHIRO KASAI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 149, DE 29 DE JUNHO DE 2012

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Baixar de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
GGS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	53.407.102/0001-92	19515.720319/2012-25

Art. 2º A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual a contribuinte foi intimada, conforme o Edital de Intimação nº 29, de 27 de abril de 2012, publicado no DOU nº 87, de 7 de maio de 2012, pág. 94, Seção 3, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo acima mencionado.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO TOSHIRO KASAI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 150, DE 29 DE JUNHO DE 2012

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Baixar de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
IRMÃOS PERUZZO EMPREITERIA E COM. DE MAT. P. CONSTRUÇÃO LTDA.	65.915.654/0001-90	19515.720662/2012-70

Art. 2º A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual a contribuinte foi intimada, conforme o Edital de Intimação nº 31, de 2 de maio de 2012, publicado no DOU nº 89, de 9 de maio de 2012, pág. 86, Seção 3, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo acima mencionado.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO TOSHIRO KASAI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 151, DE 29 DE JUNHO DE 2012

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Baixar de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
FERCON EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.	07.586.848/0001-93	19515.720661/2012-25

Art. 2º A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual a contribuinte foi intimada, conforme o Edital de Intimação nº 30, de 2 de maio de 2012, publicado no DOU nº 89, de 9 de maio de 2012, pág. 86, Seção 3, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo acima mencionado.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO TOSHIRO KASAI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 152, DE 2 DE JULHO DE 2012

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 39 e 42 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ a inscrição da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 37, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
COBRENET COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE METAIS E ELETROELETRÔNICOS LTDA.	08.065.746/0001-95	19515.720805/2012-43

Art. 2º Declarar INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos, a partir da publicação do presente ADE, conforme estabelece o artigo 43, § 3º, inciso I da referida Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO TOSHIRO KASAI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 4 DE JULHO DE 2012

Cancela contribuinte no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A CHEFE SUBSTITUTA DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria Defis/SPO nº 171, de 8 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2011, alterado pelo artigo 1º da Portaria Defis/SPO nº 250, de 22 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Nº 153 - Cancela, a pedido, o Registro Especial de GRÁFICA DE PAPEL- GP- 08190/00474, renovado pelo ADE nº 1229/2010 de 21/06/2010, publicado no DOU em 29/06/2010- Processo nº 13804.002721/2009-97, para o estabelecimento da empresa GRÁFICA DO DHARMA LTDA inscrita no CNPJ sob o número 01.431.716/0001-06, localizado na Rua Bretano, 528- Vila Leopoldina - São Paulo - SP.

Nº 154 - Cancela, a pedido, o Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL- UP-08190/01361, concedido pelo ADE nº 0963/2010 de 04/06/2010, publicado no DOU em 10/06/2010 - Processo nº 13804.001063/2010-50, para o estabelecimento da empresa INSTITUTO NYINGMA DO BRASIL, inscrita no CNPJ sob o número 56.951.304/0001-99, localizado na Rua Professor Fonseca Rodrigues, 224 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

Nº 155 - Cancela, a pedido, o Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL - UP-08190/01104, renovado pelo ADE nº 1119/2010 de 16/06/2010, publicado no DOU em 22/06/2010 - Processo nº 11610.005523/2006-84, para o estabelecimento da empresa SEDNA EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 07.893.582/0001-21, localizado na Airi, 76 - Tatuapé - São Paulo - SP.

Nº 156 - Cancela, a pedido, o Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL - UP-08190/01463, concedido pelo ADE nº 1478/2010 de 22/10/2010 e o Registro Especial de GRÁFICA DE PÁPEL - GP-08190/00521, concedido pelo ADE nº 1484/2010 de 22/10/2010, publicados no DOU de 26/10/2010 - Processo nº 13807.006440/2010-17, para o estabelecimento da empresa INSTITUTO ZAMBINI, inscrita no CNPJ sob o número 07.245.805/0001-44, localizado na Av. Fagundes Filho, 141 - 4º andar- cj. 43- São Judas - São Paulo-SP.

Nº 157 - Cancela, a pedido, o Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL - UP-08190/01356, concedido pelo ADE nº 0958/2010 de 04/06/2010, publicado no DOU de 10/06/2010 - Processo nº 13811.004492/2009-56, para o estabelecimento da empresa BRE-PRINTS UNLIMITED EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 10.795.132/0001-00, localizado na Rua Américo Brasiliense, 2171 - conj. 1304 e 1305 - Chácara Santo Antônio - São Paulo - SP.

Nº 158 - Cancela, a pedido, o Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL - UP-08190/01345, concedido pelo ADE nº 0042/2010 de 19/02/2010, publicado no DOU de 23/02/2010 - Processo nº 13811.004579/2009-23, para o estabelecimento da empresa SETEC CONSULTING GROUP CONSULTORIA E EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 07.615.386/0001-95, localizado na Av. Das Nações Unidas, 12.399 - conj. 121 e 122A - 12º andar - Brooklin Paulista- São Paulo- SP.

Nº 159 - Cancela, a pedido, o Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL - UP-08190/01078, concedido pelo ADE nº 0830/2010 de 02/06/2010, publicado no DOU de 08/06/2010 - Processo nº 19679.001955/2005-52, para o estabelecimento da empresa CONTENT'ED NET EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 06.223.940/0001-26, localizado na Rua Américo Brasiliense, 2.171 - conj. 305 - 3º andar - Brooklin Paulista - São Paulo - SP.

Os presentes Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

EVELYN TERUMY TATEYAMA KIKUGAWA

9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 183, DE 3 DE JULHO DE 2012

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil RFB, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010 e o artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, e face ao que consta do processo n.º 10980.725.122/2012-11, declara:

Art. 1º INSCRITO no Registro Especial IP 09101/0053 o estabelecimento abaixo indicado que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos na atividade de IMPORTADOR, nos termos do art. 1º, § 1º, item III da mesma Instrução Normativa.

Indústria de Papelão Horlle Ltda
CNPJ/MF nº 76.489.533/0001-40
Rodovia do Café, KM 102,7 - Vila Nova - Campo Largo - PR

Art. 2º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na IN 976/2009 e dos demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro na forma do art. 7º da referida Instrução.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 185, DE 4 DE JULHO DE 2012

Declara suspensa a aplicação da imunidade tributária à entidade abaixo qualificada.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM EXERCÍCIO, EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DRF/CTA Nº 104 de 15 de junho de 2012, publicada no DOU de 19 de junho de 2012, e ,de acordo com o disposto no artigo 32 da Lei nº 9.430/96, declara suspensa a imunidade prevista no artigo 150, VI, aliena "c" da Constituição Federal, e das isenções tributárias condicionadas relativas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, previstas no artigo 15 da Lei nº 9.532, de 27 de dezembro de 1997, da entidade abaixo qualificada relativamente aos períodos base compreendidos entre Janeiro de 2007 a dezembro de 2010.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO
05.542.138/0001-36	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL BRASILEIRA - ADESOBRAS	10980.723391/2012-43

Poderá a entidade, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência deste Ato Declaratório, apresentar impugnação ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Curitiba, de acordo com os parágrafos 6º, 7º e 8º do artigo 32, da Lei nº 9.430/96, bem como os parágrafos 7º, 8º, 9º, 10º e 12º do art. 123 do Decreto nº 7.574/2011, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua ciência pelo interessado.

OSVALDO FELIX ALBINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 186, DE 4 DE JULHO DE 2012

Declara suspensas as isenções da entidade abaixo qualificada.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM EXERCÍCIO, EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DRF/CTA Nº 104 de 15 de junho de 2012, publicada no DOU de 19 de junho de 2012, e de acordo com o disposto no artigo 32 da Lei nº 9.430/96, declara suspensa as isenções relativas a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social- COFINS e ao Programa de Integração Social - PIS, previstas nos artigos 13 e 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, da entidade abaixo qualificada, relativamente aos períodos base compreendidos entre Janeiro de 2007 a dezembro de 2010.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO
05.542.138/0001-36	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL BRASILEIRA - ADESOBRAS	10980.723391/2012-43

Poderá a entidade, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência deste Ato Declaratório, apresentar impugnação ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Curitiba, de acordo com os parágrafos 6º, 7º e 8º do artigo 32, da Lei nº 9.430/96, bem como os parágrafos 7º, 8º, 9º, 10º e 12º do art. 123 do Decreto nº 7.574/2011, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua ciência ao interessado.

OSVALDO FELIX ALBINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 187, DE 4 DE JULHO DE 2012

Declara suspensa a aplicação da imunidade tributária à entidade abaixo qualificada.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM EXERCÍCIO, EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DRF/CTA Nº 104 de 15 de junho de 2012, publicada no DOU de 19 de junho de 2012, e ,de acordo com o disposto no artigo 32 da Lei nº 9.430/96, declara suspensa a imunidade prevista no artigo 150, VI, aliena "c" da Constituição Federal, e das isenções tributárias condicionadas relativas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, previstas no artigo 15 da Lei nº 9.532, de 27 de dezembro de 1997, da entidade abaixo qualificada relativamente aos períodos base compreendidos entre Janeiro de 2007 a dezembro de 2011.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO
03.675.447/0001-59	INSTITUTO BRASILEIRO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PRO CIDADÃO - IBIDEC	10980.723393/2012-32

Poderá a entidade, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência deste Ato Declaratório, apresentar impugnação ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Curitiba, de acordo com os parágrafos 6º, 7º e 8º do artigo 32, da Lei nº 9.430/96, bem como os parágrafos 7º, 8º, 9º, 10º e 12º do art. 123 do Decreto nº 7.574/2011, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua ciência pelo interessado.

OSVALDO FELIX ALBINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 188, DE 4 DE JULHO DE 2012

Declara suspensas as isenções da entidade abaixo qualificada.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM EXERCÍCIO, EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DRF/CTA Nº 104 de 15 de junho de 2012, publicada no DOU de 19 de junho de 2012, e de acordo com o disposto no artigo 32 da Lei nº 9.430/96, declara suspensa as isenções relativas a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social- COFINS e ao Programa de Integração Social - PIS, previstas nos artigos 13 e 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, da entidade abaixo qualificada, relativamente aos períodos base compreendidos entre Janeiro de 2007 a dezembro de 2011.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO
03.675.447/0001-59	INSTITUTO BRASILEIRO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PRO CIDADÃO - IBIDEC	10980.723393/2012-32

Poderá a entidade, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência deste Ato Declaratório, apresentar impugnação ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Curitiba, de acordo com os parágrafos 6º, 7º e 8º do artigo 32, da Lei nº 9.430/96, bem como os parágrafos 7º, 8º, 9º, 10º e 12º do art. 123 do Decreto nº 7.574/2011, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua ciência ao interessado.

OSVALDO FELIX ALBINI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 5 DE JULHO DE 2012

Declara exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os art. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e o art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e considerando o disposto no art. 75, § 1º da Resolução nº 94, de 29 de novembro de 2011, do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), e o apurado no Processo nº 10920.722410/2012-29, declara:

Art. 1º Excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES Nacional - a pessoa jurídica AGILTEC COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - ME, CNPJ 09.270.944/0001-53, pela PRÁTICA DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA sendo vedada sua opção por aquele regime diferenciado nos termos do inciso XII do artigo 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º A exclusão surtirá efeito a partir de 1º de maio de 2009, conforme disposto no inciso I do caput do artigo 76, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Art. 3º Poderá a pessoa jurídica apresentar, no prazo de trinta dias contados a partir da ciência deste Ato Declaratório Executivo, manifestação de inconformidade junto ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Florianópolis-SC, nos termos do Decreto nº 70.235, de 7 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF), e suas alterações posteriores, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º Não havendo manifestação no prazo acima, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 5º O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 2 DE JULHO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SACAT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE-SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 236, incisos I e II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Joinville-SC, na Rua Mário Lobo, nº 180, 2º andar, Centro, CEP: 89.201-330, em Joinville/SC .

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

82.611.245/0001-10	95.952.800/0001-19	-

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 2 DE JULHO DE 2012

Exclui Pessoas Jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SACAT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE-SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 236, incisos I e II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Joinville-SC, na Rua Mário Lobo, nº 180, 2º andar, Centro, CEP: 89.201-330, em Joinville/SC Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 10, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

01.343.947/0001-68	01.679.833/0001-93	03.398.303/0001-00
78.268.398/0001-39	81.384.257/0001-96	-

10ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 4 DE JULHO DE 2012

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

NOME	CPF	Processo
Guilherme Lourenço Carinha	023.287.970-24	11050.720739/2012-12
Rafael Solé Corrêa	021.727.640-78	11050.720630/2012-77
Márcia Machado Rodrigues	661.679.650-72	11050.000703/2011-20

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA MEDEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 141, DE 5 DE JULHO DE 2012

Cancela Registro Especial Provisório.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 4º, § 3ºda Instrução Normativa SRF n° 1.026, de 16 de abril de 2010, combinado com o art 8º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005 e o despacho exarado no processo n° 11020.003184/2010-28, declara:

Artigo único. Está cancelado o Registro Especial Provisório de Produtor de bebidas, pertencente ao estabelecimento da empresa Elias Ângelo Sartor CNPJ nº 04.839.300/0001-10, situado na Estrada Santa Justina, 120, Santa Justina, no município de Caxias do Sul - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 142, DE 5 DE JULHO DE 2012

Atualiza relação de produtos constantes do Registro Especial de engarrafador nº 10106/273.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º. O estabelecimento da empresa Casa Vinícola Pessin Ltdas, CNPJ n° 06.289.374/0001-55, situado na Rua Raimundo Zanetini, 77 bairro Medianeira, no município de Veranópolis - RS, está inscrito no Registro Especial nº 10106/273, como engarrafador de bebidas no processo 11020.002908/2010-16.

Art. 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Tinto Seco Fino	Longevita	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco	Vinho Veranópolis	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Casa Pessin	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Carmenere	Casa Pessin	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Merlot	Casa Pessin	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Tannat	Casa Pessin	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante *	Casa Pessin	2204.10.90	não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut *	Casa Pessin	2204.10.10	não retornável	750 ml
*Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda por Domno Do Brasil Ltda, CNPJ 06.289.374/0001-55.				

Art. 3º. Fica revogado o artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 26, de 01 de março de 2012, publicado no DOU nº 44, de 05 de março de 2012.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 143, DE 5 DE JULHO DE 2012

Atualiza relação de produtos constantes do Registro Especial de engarrafador nº 10106/276.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º. O estabelecimento da empresa Irmãos Arbugeri Ltda, CNPJ n° 88.665.591/0001-67, situado no Travessão Cristal, s/n, Terceira Légua, no município de Caxias do Sul - RS, está inscrito no Registro Especial nº 10106/276, como engarrafador de bebidas no processo 11020.003499/2010-75.

Art. 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Vinhedos Santa Margarida	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Arbugeri Martins Rosso	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Arbugeri Martins Rosso	2204.21.00	não retornável	1.900 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Arbugeri Martins Rosso	2204.21.00	não retornável	1.450 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Arbugeri Martins Rosso	2204.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Tinto Seco Bordô	D'Arbugeri	2204.29.11	retornável	4.500 ml

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vinho Tinto Seco Bordô	D'Arbugeri	2204.21.00	não retornável	1.900 ml
Vinho Tinto Seco Bordô	D'Arbugeri	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Lorena	Arbugeri	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Seco Moscato	Arbugeri	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Seco Moscato	Arbugeri	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Arbugeri	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Suave Niágara	Arbugeri	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Suave Niágara	Arbugeri	2204.21.00	não retornável	1.900 ml
Vinho Branco Suave Niágara	Arbugeri	2204.21.00	não retornável	1.450 ml
Vinho Branco Suave Niágara	Arbugeri	2204.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Tinto Seco	Arbugeri	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Seco	Arbugeri	2204.21.00	não retornável	1.900 ml
Vinho Tinto Seco	Arbugeri	2204.21.00	não retornável	1.450 ml
Vinho Tinto Seco	Arbugeri	2204.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Tinto Suave	Arbugeri	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Suave	Arbugeri	2204.21.00	não retornável	1.900 ml
Vinho Tinto Suave	Arbugeri	2204.21.00	não retornável	1.450 ml
Vinho Tinto Suave	Arbugeri	2204.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Rosado Seco	Arbugeri	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Rosado Suave	Arbugeri	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Rosado Meio Seco Moscato Hamburgo	Arbugeri	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Cooler com Vinho Branco e Suco de Pêssego	Star Cooler	2206.00.90	retornável	4.500 ml
Cooler com Vinho Rosado e Suco de Pêssego	Star Cooler	2206.00.90	retornável	4.500 ml

Art. 3º. Fica revogado o artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 29, de 01 de março de 2012, publicado no DOU nº 44, de 05 de março de 2012.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 144, DE 5 DE JULHO DE 2012

Atualiza relação de produtos constantes do Registro Especial de engarrafador nº 10106/263.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º. O estabelecimento da empresa Vinícola Viapiana Ltda, CNPJ n° 90.501.248/0001-29, situado no Travessão Alfredo Chaves, s/n, Primeiro Distrito, no município de Flores da Cunha - RS, está inscrito no Registro Especial nº 10106/263, como engarrafador de bebidas no processo 11020.003493/2010-06.

Art. 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Tinto Seco Bordô	Ricieri	22.04.29.11	não retornável	4.550 ml
Vinho Tinto Seco Bordô	Ricieri	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Suave	Ricieri	22.04.29.11	não retornável	4.550 ml
Vinho Tinto Suave	Ricieri	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Ricieri	22.04.29.11	não retornável	4.550 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Ricieri	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Suave	Ricieri	22.04.29.11	não retornável	4.550 ml
Vinho Branco Suave	Ricieri	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon/Merlot	Corte V	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Demi-Sec Fino	Corte V	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado Seco Fino	Corte V	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Fino Chardonnay	Viapiana	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Fino Sauvignon Blanc	Viapiana	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Viapiana	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Merlot	Viapiana	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Viapiana	22.04.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Demi- Sec	Viapiana	22.04.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Via 1986	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Marselan	Viapiana 1986	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Viapiana 1986	22.04.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Marselan	Viapiana Expressões	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho TintoSeco Fino Pinot Noir	Viapiana Expressões	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Fino	Viapiana Green	22.04.21.00	não retornável	750 ml

Art. 3º. Fica revogado o artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 44, de 13 de março de 2012, publicado no DOU nº 52, de 15 de março de 2012.

LUIZ WESCHENFELDER

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS

RESOLUÇÃO Nº 318, DE 5 DE JULHO DE 2012

O PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, com base nos incisos II e III do art. 1º e nos incisos III e VI do art. 7º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, "ad referendum" daquele Conselho, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Resolução CCFCVS nº 314, de 3 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União Nº 129, de 5 de julho de 2012, Seção 1, página 44, por ter sido publicada em duplicidade.

Art. 2º Determinar que esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Nº 314, publicada no DOU nº 128, de 4 de julho de 2012, Seção 1, página 39, art. 1º,

"Onde se lê:" as competências dos Agentes Financeiros, das Seguradoras, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e da Caixa Econômica Federal, na qualidade de Administradora do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, com a transferência das operações das Seguradoras à Administradora do FCVS e com a operacionalização das coberturas de MIP, DFI e RCC.",

"Leia-se:" b) as competências dos Agentes Financeiros, das Seguradoras, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e da Caixa Econômica Federal, na qualidade de Administradora do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, com a transferência das operações das Seguradoras à Administradora do FCVS e com a operacionalização das coberturas de MIP, DFI e RCC.

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 416, DE 5 DE JULHO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 05.07.2012;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 06.07.2012;

V - data da liquidação financeira: 06.07.2012;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.10.2013	452	1.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.07.2014	725	4.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2016	1.274	4.000.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 27, de 8 de fevereiro de 2012, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 05.07.2012;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h30 às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 06.07.2012;

V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
LTN	100000	01.10.2013	452	200.000	1.000,000000
LTN	100000	01.07.2014	725	800.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2016	1.274	800.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 417, DE 5 DE JULHO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, série F, NTN-F, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 05.07.2012;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 06.07.2012;

V - data da liquidação financeira: 06.07.2012;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
NTN-F	950199	01.01.2018	10,0%	2.005	500.000	1.000,000000	Público
NTN-F	950199	01.01.2023	10,0%	3.831	750.000	1.000,000000	Público

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 27, de 8 de fevereiro de 2012, que consistirá na aquisição de NTN-F com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 05.07.2012;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h30 às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 06.07.2012;

V - características da emissão:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Título	Cod. Selic	Venc.	Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
NTN-F	950199	01.01.2018	10,0%	2.005	100.000	1.000,000000
NTN-F	950199	01.01.2023	10,0%	3.831	150.000	1.000,000000

§ 1º. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

§ 2º. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 394, DE 5 DE JULHO DE 2012

Autoriza a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Marapanim - PA.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o repasse de recurso ao Município de Marapanim - PA, no valor de R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), para a execução de obras de recuperação de danos causados por erosão pluvial, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.002863/2010-59

Art. 2º Os recursos financeiros foram empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.1029.4570.0103; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0329; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente. Conforme cronograma de desembolso a liberação será realizada em 02 (duas) parcelas.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ALEXANDRE NAVARRO GARCIA

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

PORTARIA Nº 36, DE 4 DE JULHO DE 2012

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Art. 12 da Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2011, Seção 1, página 79 e 80, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 52, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO-2012), e considerando a necessidade de adequar a programação orçamentária da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a fim de permitir a liberação de recursos por meio de convênio com Município, resolve:

Art. 1º Promover, na forma do Anexo desta Portaria, a alteração da modalidade de aplicação de dotações orçamentárias consignadas na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA

ANEXO

53000 - Ministério da Integração Nacional
53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

R$ 1,00

Programa de Trabalho	ESF	FTE	REDUÇÃO Modalidade	REDUÇÃO Valor	ACRÉSCIMO Modalidade	ACRÉSCIMO Valor
19 . 691 . 2029 . 8902 . 00 20 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Na Região Nordeste.	F	100	4490.00	4.770 .000 4.770.000	4440.00	4.770 .000 4.770.000
Total				4.770 .000		4.770 .000
JUSTIFICATIVA: A alteração orçamentária visa permitir a aplicação de recursos por meio de convênio com Município de Maceió/AL, Canhotinho/PE e Ruy Barbosa/RN. - "emenda 60110002"						

PORTARIA Nº 37, DE 5 DE JULHO DE 2012

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Art. 12 da Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2011, Seção 1, página 79 e 80, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 52, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO-2012), e considerando a necessidade de adequar a programação orçamentária da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a fim de permitir a liberação de recursos por meio de convênio com Estado, resolve:

Art. 1º Promover, na forma do Anexo desta Portaria, a alteração da modalidade de aplicação de dotações orçamentárias consignadas na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA

ANEXO

53000 - Ministério da Integração Nacional
53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

R$ 1,00

Programa de Trabalho	ESF	FTE	REDUÇÃO Modalidade	REDUÇÃO Valor	ACRÉSCIMO Modalidade	ACRÉSCIMO Valor
1 5 . 244 . 2029 . 20N7 . 00 01 - Provimento de Infraestrutura Produtiva para Arranjos Produtivos Locais - APLS - Plano Brasil sem Miséria - Nacional.	F	100	4490.00	271.947 271.947	4430.00	271.947 271.947
15.244.2029.20N 9 .0001 - Apoio ao Associativismo e Cooperativismo - Plano de Brasil sem Miséria - Nacional.	F	100	3390.00	126.368 126.368	3330.00	126.368 126.368
Total				398.315		398.315
JUSTIFICATIVA: A alteração orçamentária visa permitir a aplicação de recursos pela SUDENE, em APLS Brasil sem Miséria. - "emendas 80030012,80030013"						

Ministério da Justiça

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 1.308, DE 5 DE JUNHO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DA JUSTIÇA, INTERINA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 07.127.753/0001-01 (Processo MJ nº 08071.032711/2011-82).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceitua os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA PELEGRINI

DESPACHO DA MINISTRA
Em 5 de junho de 2012

Nº 1.174 - Ref. Processo nº 08001.000628/2012-59. Interessados: Departamento de Polícia Federal, G4S Secure Solutions Internacional Inc., e SSE do Brasil Limitada. Assunto: Consulta sobre a interpretação jurídica acerca de questão relacionada a empresas especializadas de segurança privada. Decisão: Visando responder a consulta, adoto os termos do PARECER Nº 170/2012/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU, complementado pelo DESPACHO Nº 175/2012/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da lavra da Consultoria Jurídica desta Pasta Ministerial, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência aos interessados.

MÁRCIA PELEGRINI
Interina

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA

PORTARIA Nº 3, DE 5 DE JULHO DE 2012

O DIRETOR DE PROGRAMA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria MJ/SE nº 270, de 22 de março de 2006, bem como o disposto no parágrafo 2º, inciso II, do art. 52, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e Portaria SOF/MP nº 5, de 30 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º - Promover, na forma do Anexo a esta Portaria, modificações de modalidades de aplicação de dotações orçamentárias das Unidades 30101 - Administração Direta - MJ e 30912 - Fundo Nacional Antidrogas, constantes da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO TAVARES PEREIRA

JUSTIFICATIVA

As trocas de modalidades de aplicação tem por finalidade proceder a ajustes orçamentários com vista a viabilizar técnica e economicamente a execução dos créditos orçamentários.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REDUÇÃO ESF	REDUÇÃO MODAL	REDUÇÃO FTE	REDUÇÃO VALOR	ACRÉSCIMO ESF	ACRÉSCIMO MODAL	ACRÉSCIMO FTE	ACRÉSCIMO VALOR
	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA								
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA								
30101.06.183.2070.12KZ	IMPLEMENTAÇÃO DE POSTOS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA				100.000				100.000
30101.06.183.2070.12KZ.0058	JAGUARIÚNA -SP	F	4440	100	100.000	F	4430	100	100.000
				TOTAL	100.000			TOTAL	100.000

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REDUÇÃO ESF	REDUÇÃO MODAL	REDUÇÃO FTE	REDUÇÃO VALOR	ACRÉSCIMO ESF	ACRÉSCIMO MODAL	ACRÉSCIMO FTE	ACRÉSCIMO VALOR
	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA								
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA								
30101.06.183.2070.12KZ	IMPLEMENTAÇÃO DE POSTOS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA				1.200.000				1.200.000
30101.06.183.2070.12KZ.0035	NO ESTADO DE SÃO PAULO	F	4440	100	1.200.000	F	4430	100	1.200.000
				TOTAL	1.200.000			TOTAL	1.200.000

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REDUÇÃO ESF	REDUÇÃO MODAL	REDUÇÃO FTE	REDUÇÃO VALOR	ACRÉSCIMO ESF	ACRÉSCIMO MODAL	ACRÉSCIMO FTE	ACRÉSCIMO VALOR
	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA								
	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS								
30101.14.422.2060.8236	APOIO A PROJETOS DE INTERESSE DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS				150.000				150.000
30101.14.422.2060.8236.0017	NO ESTADO DE TOCANTINS	F	4440	100	150.000	F	4430	100	150.000
				TOTAL	150.000			TOTAL	150.000

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REDUÇÃO ESF	REDUÇÃO MODAL	REDUÇÃO FTE	REDUÇÃO VALOR	ACRÉSCIMO ESF	ACRÉSCIMO MODAL	ACRÉSCIMO FTE	ACRÉSCIMO VALOR
	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA								
	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS								
30101.14.422.2060.8236	APOIO A PROJETOS DE INTERESSE DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS				250.000				250.000
30101.14.422.2060.8236.0026	NO ESTADO DE PERNAMBUCO	F	3350	100	250.000	F	3340	100	250.000
				TOTAL	250.000			TOTAL	250.000

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REDUÇÃO ESF	REDUÇÃO MODAL	REDUÇÃO FTE	REDUÇÃO VALOR	ACRÉSCIMO ESF	ACRÉSCIMO MODAL	ACRÉSCIMO FTE	ACRÉSCIMO VALOR
	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA								
	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS								
30101.14.422.2060.20R9	PREVENÇÃO DE USO E OU ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS				200.000				200.000
30101.14.422.2060.20R9.0031	NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	3390	100	200.000	F	3340	100	200.000
				TOTAL	200.000			TOTAL	200.000

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REDUÇÃO ESF	REDUÇÃO MODAL	REDUÇÃO FTE	REDUÇÃO VALOR	ACRÉSCIMO ESF	ACRÉSCIMO MODAL	ACRÉSCIMO FTE	ACRÉSCIMO VALOR
	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA								
	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS								

30101.14.422.2060.20R9	PREVENÇÃO DE USO E OU ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS				500.000				500.000
30101.14.422.2060.20R9.0029	NO ESTADO DA BAHIA	F	3340	100	500.000	F	3330	100	500.000
				TOTAL	500.000			TOTAL	500.000

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REDUÇÃO ESF	REDUÇÃO MODAL	REDUÇÃO FTE	REDUÇÃO VALOR	ACRÉSCIMO ESF	ACRÉSCIMO MODAL	ACRÉSCIMO FTE	ACRÉSCIMO VALOR
	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA								
	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS								
30101.14.422.2060.8236	APOIO A PROJETOS DE INTERESSE DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS				200.000				200.000
30101.14.422.2060.8236.0017	NO ESTADO DO TOCANTINS	F	4440	100	200.000	F	4450	100	200.000
				TOTAL	200.000			TOTAL	200.000

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REDUÇÃO ESF	REDUÇÃO MODAL	REDUÇÃO FTE	REDUÇÃO VALOR	ACRÉSCIMO ESF	ACRÉSCIMO MODAL	ACRÉSCIMO FTE	ACRÉSCIMO VALOR
	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA								
	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS								
30101.14.422.2060.8236	APOIO A PROJETOS DE INTERESSE DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS				400.000				400.000
30101.14.422.2060.8236.0041	NO ESTADO DO PARANÁ	F	3330	100	400.000	F	3340	100	400.000
				TOTAL	400.000			TOTAL	400.000

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REDUÇÃO ESF	REDUÇÃO MODAL	REDUÇÃO FTE	REDUÇÃO VALOR	ACRÉSCIMO ESF	ACRÉSCIMO MODAL	ACRÉSCIMO FTE	ACRÉSCIMO VALOR
	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA								
	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS								
30101.14.422.2060.8236	APOIO A PROJETOS DE INTERESSE DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS				300.000				300.000
30101.14.422.2060.8236.0001	NACIONAL	F	3390	100	300.000	F	3330	100	300.000
				TOTAL	300.000			TOTAL	300.000

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REDUÇÃO ESF	REDUÇÃO MODAL	REDUÇÃO FTE	REDUÇÃO VALOR	ACRÉSCIMO ESF	ACRÉSCIMO MODAL	ACRÉSCIMO FTE	ACRÉSCIMO VALOR
	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA								
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA								
30101.06.181.2070.12KZ	IMPLEMENTAÇÃO DE POSTOS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA				2.000.000				2.000.000
30101. 06.181.2070.12KZ.0041	NO ESTADO DO PARANÁ	F	4440	100	2.000.000	F	4430	100	2.000.000
				TOTAL	2.000.000			TOTAL	2.000.000

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REDUÇÃO ESF	REDUÇÃO MODAL	REDUÇÃO FTE	REDUÇÃO VALOR	ACRÉSCIMO ESF	ACRÉSCIMO MODAL	ACRÉSCIMO FTE	ACRÉSCIMO VALOR
	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA								
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA								
30101.06.181.2070.12KZ	IMPLEMENTAÇÃO DE POSTOS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA				600.000				600.000
30101. 06.181.2070.12KZ.0043	NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	4440	100	600.000	F	4430	100	600.000
				TOTAL	600.000			TOTAL	600.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ARQUIVO NACIONAL

PORTARIA Nº 72, DE 4 DE JULHO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Art. 22, do Regimento Interno do Arquivo Nacional, aprovado pela Portaria nº 2.433, do Ministério da Justiça, de 24 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2011;

Considerando que a Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009, da ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, criou no âmbito do Arquivo Nacional, o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas;

Considerando que a Portaria nº 095, de 19 de novembro de 2009, do Diretor-Geral do Arquivo Nacional, criou o prêmio de Pesquisas Memórias Reveladas;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar as disposições aplicáveis ao Prêmio, com base no disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 e na lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º - O Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas, concurso de monografias com base em fontes documentais referentes ao período do regime militar no Brasil (1964-1985) terá periodicidade bienal.

Art. 2° - O regulamento de cada edição bienal do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas deverá ser publicado, por edital, no Diário Oficial da União.

Art. 3º - O julgamento das monografias competirá à Comissão Especial de Licitação, designada pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional, composta especialmente para esse fim nos termos do Art. 51, § 5º da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 095, de 19 de novembro de 2009, do Diretor-Geral do Arquivo Nacional.

JAIME ANTUNES DA SILVA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

PORTARIA Nº 102, DE 4 DE JULHO DE 2012

O Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, no uso das atribuições que lhe é conferida pelo inciso IX, art. 10º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 e tendo em vista o Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 22 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado da avaliação de desempenho institucional, no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, nos termos da Portaria CADE Nº 129, de 28 de dezembro de 2010, quanto ao cumprimento das metas estabelecidas na Portaria CADE Nº 116, de 04 de outubro de 2011, relativo ao período de 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

Art. 2º A média da avaliação institucional do CADE é de cem por cento (100 %), conforme tabela abaixo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PLANO DE METAS - 2 º Ciclo de Avaliação de Desempenho (GDPGPE) Período 01/0 7 /1 1 a 3 0 / 06 /1 2					
PROGRAMA	AÇÃO	META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISTO EM 2011	REALIZAÇÃO
DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA	Disseminação da Cultura da Concorrência	Medida Implementada	Unidade	34	52
Julgamento de Atos de Concentração e Processos Administrativos		Processos Julgados	Unidade	504	799
Pontuação institucional referente ao 2 º ciclo: 80 pontos			Média do Percentual atingido pelas ações.		100%

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 5 de julho de 2012

Nº 9 - Nos termos do art. 53, § 2º, da Lei nº 12.529/2011, dá-se publicidade ao seguinte ato de concentração: Ato de Concentração nº 08700.003962/2012-87. Requerentes: GPS Participações e Empreendimentos S.A. e Top Service Serviços e Sistemas Ltda. Advogados: Priscila Brolio Gonçalves, Ana Carolina Zoricic e outros. Natureza da operação: aquisição societária. Setor econômico envolvido: locação de mão-de-obra temporária (CNAE 78.20-5/00).

CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.903, DE 1º DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1065/DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BERTILLON VIGILANCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA, CNPJ nº 05.200.225/0004-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no AMAPÁ, com Certificado de Segurança nº 3502/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.212, DE 28 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2115 / DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES PARAÍBA LTDA, CNPJ nº 09.349.861/0001-54, sediada na PARAÍBA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

108 (cento e oito) Cartuchos de Munição calibre 12,

Da empresa cedente SENA SEGURANCA INTELIGENTE LTDA, com CNPJ nº 00.621.158/0007-74:

1 (um) Espingarda(s) calibre 12,

Da empresa cedente SENA SEGURANCA INTELIGENTE LTDA, com CNPJ nº 00.621.158/0001-89:

2 (duas) Espingarda(s) calibre 12,

Da empresa cedente SENA SEGURANCA INTELIGENTE LTDA, com CNPJ nº 00.621.158/0003-40:

3 (três) Espingarda(s) calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.219, DE 29 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2179/DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEMPRE EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.190.738/0001-21, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 3526/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.224, DE 29 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/836/DPF/URA/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA CAETÉ S/A-UNIDADE VOLTA GRANDE, CNPJ nº 12.282.034/0008-71, para atuar em MINAS GERAIS, com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 3520/12 (CNPJ nº 12.282.034/0010-96); e nº 3519/12 (CNPJ nº 12.282.034/0008-71).

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.245, DE 29 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2377 / DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa WORKS CORPORATION SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 12.817.803/0001-12, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 11.493, DE 23 DE MAIO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08514.007489/2011-23-DPF/SJK/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na atividade de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO COLONIAL VALE DO SOL, CNPJ nº 51.616.589/0001-98, para atuar em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 25, DE 4 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 8º do Decreto 6.061 de 2007, e

CONSIDERANDO a necessidade de promover os princípios da transparência, da publicidade, da eficiência e da participação,

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver o controle social da Administração Pública com foco na apresentação de seus resultados,

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar os mecanismos participativos no monitoramento e avaliação das políticas públicas,

CONSIDERANDO os objetivos consignados no Mapa Estratégico do Ministério da Justiça 2011-2014: "Fortalecer o papel e atuação de órgãos colegiados e formas de participação social", resolve:

Art. 1º Criar o Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil para a Classificação Indicativa (CASC-Classind).

Art. 2º O Comitê será composto pelo titular da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), que o presidirá, pela direção do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS) e pela Coordenação de Classificação Indicativa, que o secretariará, e pelos seguintes membros da sociedade civil:

I - CASC-Classind:

a) Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes - CONANDA;

b) Conselho Federal de Psicologia;

c) Pastoral da Criança;

d) Conectas Direitos Humanos;

e) Sociedade Brasileira de Pediatria;

f) Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social;

g) Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI;

h) Instituto Alana;

i) Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC;

j) Artigo 19 Brasil.

§ 1º - O Comitê poderá convidar representantes de organismos internacionais, acadêmicos e outros profissionais de especialidade nos temas de sua atuação para reuniões, eventos, projetos e quaisquer atividades de que participe.

§ 2º - As atividades dos membros do CASC-Classind não serão remuneradas, sendo consideradas de relevante interesse público.

Art. 3º O CASC se reunirá semestralmente de forma ordinária.

Parágrafo Único - Poderão ser convocadas reuniões extraordinárias a qualquer tempo por meio de chamamento de seu Presidente ou por solicitação formal de dois terços dos membros da sociedade civil.

Art. 4º O CASC-Classind terá caráter consultivo e orientador no âmbito da política pública de Classificação Indicativa.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ABRÃO

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08096.001447/2012-38 - DANIEL JORGE BOJARSKI

Processo Nº 08097.001644/2012-47 - FRANCO DAVID SEGARRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08097.002133/2012-42 - MARIA PAULA HERNANDEZ e MELINA PAULA HERNANDEZ
Processo Nº 08256.001741/2012-60 - MARIA DOLORES MORENO
Processo Nº 08260.003113/2012-50 - ANA FLORENCIA PAULIN
Processo Nº 08260.003144/2012-19 - RUBEN ENRIQUE PAIS
Processo Nº 08280.003358/2012-49 - MARCELO HORACIO FORTINO
Processo Nº 08389.007975/2012-13 - PAOLA VANESSA CHAVEZ
Processo Nº 08389.013418/2012-23 - FRANCISCO JAVIER MICHE
Processo Nº 08389.014544/2012-03 - ALEJANDRA MARIA SANCHEZ
Processo Nº 08389.014552/2012-41 - ADRIANA MARCELA MOLA
Processo Nº 08389.014581/2012-11 - FRANCISCO JAVIER RICCO
Processo Nº 08495.000124/2012-24 - JUAN IGNACIO RODRIGUEZ MACEIRA
Processo Nº 08495.000438/2012-27 - FABRICIO SEBASTIAN JONES
Processo Nº 08495.000440/2012-04 - NICOLAS MARTIN VENTURINO
Processo Nº 08495.000471/2012-57 - FERNANDA MARIA VALERIA GODOY
Processo Nº 08495.000722/2012-01 - CARLOS JOAQUIN BORDATO
Processo Nº 08495.000748/2012-41 - DIEGO ROBERTO AQUINO
Processo Nº 08495.000792/2012-51 - MARIANA FERNANDEZ
Processo Nº 08495.001102/2012-81 - MARIANA CELESTE DIAZ BELLIDO
Processo Nº 08495.001147/2012-56 - CANDELARIA ALSINA
Processo Nº 08495.001659/2012-12 - PABLO ISAIAS NIETO
Processo Nº 08495.001662/2012-36 - NATALIA EMILIA CANEPA
Processo Nº 08495.001695/2012-86 - ANTONELLA LONGO
Processo Nº 08495.001801/2012-21 - VICTORIA CELA
Processo Nº 08495.001804/2012-65 - MAXIMO LISARDO BIDABEHERE
Processo Nº 08495.001825/2012-81 - PRUDENCIO FELIX GALAN e GRACIELA DEL CARMEN PICCO
Processo Nº 08495.001838/2012-50 - FERNANDO HORACIO MARTINEZ DE AGUIRRE
Processo Nº 08504.008424/2012-03 - JESICA DANIELA FEY
Processo Nº 08505.042869/2012-02 - MARIANA PAOLA REARTES
Processo Nº 08514.003080/2012-19 - CRISTIAN GALLETTI
Processo Nº 08709.005314/2012-85 - MARIA DEL CARMEN MORALES
Processo Nº 08709.005400/2012-98 - PEDRO RAUL RIBEIRO
Processo Nº 08711.001143/2012-76 - LAUTARO EXEQUIEL COLLADO
Processo Nº 08711.001146/2012-18 - PABLO DAMIAN GEROLA
Processo Nº 08711.001147/2012-54 - LILIANA CRISTINA WIECZOREK
Processo Nº 08794.001889/2012-15 - CARLOS ALBERTO TAFURO.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08097.001820/2012-41 - RICARDO PABLO DIEGO ROSSO
Processo Nº 08260.003020/2012-25 - FERNANDO GABRIEL DI MARTINO
Processo Nº 08260.003036/2012-38 - WALTER RAUL ROMANUTTI
Processo Nº 08390.000897/2012-89 - SARA FINKEL DE EVLAGON
Processo Nº 08460.001740/2012-08 - GUSTAVO JOSE CARRIZO
Processo Nº 08495.001837/2012-13 - NICOLAS CIAFFONE
Processo Nº 08505.034246/2012-58 - SABRINA SOLEDAD ORTA
Processo Nº 08505.042874/2012-15 - PAULA SILVINA PERRIER
Processo Nº 08711.001159/2012-89 - EDUARDO ALBERTO REY.
Processo Nº 08260.002904/2012-62 - EDGARDO CAMILO ARANDA

DEFIRO o pedido de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul.
Processo Nº 08495.001419/2012-18 - BLANCA GROLERO CASANOVA.

DEFIRO o pedido de transformação da Residência Provisória em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, salientando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso reste verificada falsidade na documentação apresentada pelo requerente.
Processo Nº 08505.034275/2012-10 - ROBERTO ENRIQUE POMA ANDIA, NICASIA AGUILAR COLQUE e MAILY CIELO POMA AGUILAR.

Considerando o disposto nos arts. 14 e 16 da Lei nº 6.815/80, e tendo em vista que restou demonstrada a efetiva necessidade de manutenção do estrangeiro na empresa, DEFIRO o pedido de transformação do visto temporário item V em permanente, na forma do art. 37 c/c 18, ambos da mesma Lei, ressaltando que o estrangeiro ficará vinculado, pelo prazo de dois anos, à execução do respectivo contrato de trabalho. Processo Nº 08000.013127/2011-61 - ANTONIO DUNGAO BUENAVENTURA.

Considerando o disposto nos arts. 14 e 16 da Lei nº 6.815/80, e tendo em vista que restou demonstrada a efetiva necessidade de manutenção do estrangeiro na empresa, DEFIRO o pedido de transformação do visto temporário item V em permanente, na forma do art. 37 c/c 18, ambos da mesma Lei, ressaltando que o estrangeiro ficará vinculado, pelo prazo de dois anos, à execução do respectivo contrato de trabalho. Processo Nº 08000.002048/2011-25 - CHRISTOPHE HENRI NICOLAS BAHR.

Considerando o disposto nos arts. 14 e 16 da Lei nº 6.815/80, e tendo em vista que restou demonstrada a efetiva necessidade de manutenção do estrangeiro na empresa, DEFIRO o pedido de transformação do visto temporário item V em permanente, na forma do art. 37 c/c 18, ambos da mesma Lei, ressaltando que o estrangeiro ficará vinculado, pelo prazo de dois anos, à execução do respectivo contrato de trabalho. Processo Nº 08000.015432/2011-98 - TIANTIAN JIANG.

Tendo em vista a inexistência da prole brasileira que justificou a concessão da permanência, conforme robustamente demonstrado nos autos, julgo insubsistente o ato publicado no Diário Oficial da União de 24/06/2004, Seção I, pág 59, e INDEFIRO o pedido de permanência no País.
Processo Nº 08711.002024/2003-40 - JEROEN HYRONIMUS THEODORUS MULLER e ALBERTINA EMERENTIANA MULLER DONTJE.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação do prazo de Estada no País, temporário Item V - Processo Nº 08420.007383/2011-79 - MARIO DUARTE DE ARAUJO e MARGARET BRESE WILLIAMS DE ARAUJO, até 21/11/2012

Determino o ARQUIVAMENTO do pedido de prorrogação do prazo de estada no País, temporário Item V, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada - Processo Nº 08702.001276/2011-71 - CESAR MARQUEZ BLANCO

INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, temporário Item V, abaixo relacionados, tendo em vista que os estrangeiros não foram localizados nos endereços fornecidos nos respectivos autos, restando prejudicada a instrução dos processos.
Processo Nº 08000.003043/2012-09 - COLIN JAMES GROVER
Processo Nº 08000.000715/2012-16 - IVO VAKANTE
Processo Nº 08000.004341/2012-16 - ZORAN SIMIC

INDEFIRO o pedido de Republicação tendo em vista que não atende o disposto no art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08000.007325/2010-13 - MARTIN SCHILDT

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.
Processo Nº 08068.000629/2012-29 - OLIVIER DIDIER DOURNAY
Processo Nº 08072.000090/2012-49 - RICARDO JORGE PEIXOTO FREITAS
Processo Nº 08072.006208/2011-61 - LUIS MIGUEL FONSECA PERRULAS
Processo Nº 08260.002501/2011-32 - ELISE STAVES PEREIRA
Processo Nº 08260.004543/2011-16 - GILBERTO FERNANDES PAULO
Processo Nº 08260.007228/2011-32 - THOMAS ELDRIDGE
Processo Nº 08260.007576/2011-18 - HUGO BRUNO FERREIRA DOS SANTOS CARDOSO
Processo Nº 08260.008587/2011-15 - LYDIA GARCIA CASTANEDA
Processo Nº 08260.008978/2011-21 - GUILLAUME MENDONCA
Processo Nº 08311.000058/2012-01 - PAUL BOADO QUIROGA LEANOS
Processo Nº 08322.002482/2011-72 - ANTONIO PAULO DA FONSECA LEMOS FANGUEIRO
Processo Nº 08351.004353/2011-71 - JOAQUIM MANUEL RODRIGUES MONTEIRO
Processo Nº 08354.004278/2011-19 - WESLEY ERIC WHITNEY
Processo Nº 08354.005141/2011-81 - ANNA ELZBIETA KOWALSKA GUIMARAES
Processo Nº 08354.005757/2011-52 - SERGHEI TOPCIU
Processo Nº 08354.006664/2011-45 - TEOFILO SILES SANCHEZ
Processo Nº 08375.001665/2012-36 - THOMAS LLOYD PROSSER
Processo Nº 08376.004175/2011-09 - JUAN MOISES MAURICIO VILLANUEVA
Processo Nº 08390.001611/2012-82 - ANDRE MARQUES DA RITA
Processo Nº 08390.001787/2012-34 - CARLOS JESUS FERNANDEZ ROQUE
Processo Nº 08390.001797/2012-70 - ARTURO ALEJANDRO DREIFUSS SERRANO
Processo Nº 08390.001826/2012-01 - MARTIN GERARDO CARDOZO ROLON
Processo Nº 08390.001894/2012-62 - ALFREDO CARLOS QUEIROS DA SILVA
Processo Nº 08390.001925/2012-85 - PABLO RAMOS SANCHEZ
Processo Nº 08390.002047/2012-15 - LUIS CARLOS TAPIA TRIGO
Processo Nº 08390.002097/2012-01 - PIER FRANCESCO BARBATO
Processo Nº 08390.002103/2012-11 - PABLO GARCIA GONZALEZ
Processo Nº 08390.002226/2012-52 - JOAO JOSE SOUSA
Processo Nº 08390.002400/2012-67 - LUCA BRANCIARI
Processo Nº 08444.002998/2011-31 - SASHA LEA SCOTT DOS SANTOS
Processo Nº 08444.005717/2011-00 - JANOS ZSARGO
Processo Nº 08505.019151/2012-12 - OUSSAMA AWALI
Processo Nº 08505.112740/2011-80 - BENJAMIN LEWER WEBER
Processo Nº 08505.112863/2011-11 - EMRAH IMRE
Processo Nº 08505.115250/2011-35 - SHEENA DIANE ROSSITER
Processo Nº 08711.003494/2011-31 - ANTONIO OLIVENCO PANINHA PATRICIO
Processo Nº 08711.003780/2011-04 - JOSE LUIZ ORTIZ REBOLLO

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08000.004331/2012-72 - FERNANDO MARIO ABBONDATI, DELFINA ABBONDATI, IGNACIO ABBONDATI, MARIA VERONICA MURPHY e SOFIA ABBONDATI
Processo Nº 08260.000368/2012-61 - ERNESTO MANUEL ALVAREZ
Processo Nº 08280.009936/2012-51 - EMILIANO ALVAREZ
Processo Nº 08492.002766/2012-98 - MARISA ELISABET SALINAS
Processo Nº 08495.000591/2012-54 - JORGE SEBASTIAN GALERA
Processo Nº 08495.001180/2012-86 - ROCIO DIAZ FANTINELLI
Processo Nº 08495.001289/2012-13 - GUILLERMO ALBERTO CAU JULIA
Processo Nº 08495.001297/2012-60 - PAULA VERONA CASABAL
Processo Nº 08495.001318/2012-47 - MARIANO RODRIGUEZ
Processo Nº 08495.001386/2012-14 - MANUEL ERNESTO MENDEZ
Processo Nº 08495.001401/2012-16 - ESTER ARGENTINA APUD
Processo Nº 08495.001418/2012-73 - ANDRES NICOLAS BOUVIER.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08444.001774/2012-92 - EDGAR IVAN BAYONA
Processo Nº 08460.025209/2011-31 - MARIA CECILIA STANZIONE e MAIA REGINA GONZALEZ STANZIONE
Processo Nº 08461.008843/2011-08 - MARIA LAURA ROMERO GARCIA
Processo Nº 08506.001952/2012-11 - OSVALDO HORACIO GUEVARA.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08432.000060/2012-04 - EDUARDO JOSE LOPEZ ARMAS
Processo Nº 08432.001470/2011-83 - ARIEL RAUL CABRERA SOSA
Processo Nº 08432.001888/2011-91 - RICHARD DANIES SUAREZ
Processo Nº 08444.002593/2012-83 - VALDIR ALVAREZ
Processo Nº 08444.002644/2012-77 - GIORGINA CUÑA PENTEADO
Processo Nº 08444.003145/2012-05 - ANDRES MALAN ARDUIN

DEFIRO o pedido de transformação da Residência Provisória em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, salientando que o ato poderá ser revisto a qualquer

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tempo, caso reste verificada falsidade na documentação apresentada pelo requerente. Processo Nº 08389.007102/2012-01 - ISABELIANO CORDOBES, MARILINA LOPEZ AGUIAR e LUZ MARINA CORDOBES LOPEZ.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 11/11/2011, Seção 1, pág. 86/87, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08390.005160/2011-71 - MIRIAM SILVANA BODACH.

DEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, dos temporários item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08260.009119/2011-50 - ZOUKANERI IBRAHIM MOUMOUNI, até 09/02/2013

Processo Nº 08286.002587/2011-13 - EDVANIA PATRICIA GOMES BIZERRA, até 31/01/2013

Processo Nº 08495.000044/2012-79 - VIRGILIO GAVICHO UARROTA, até 04/02/2013

Processo Nº 08495.005639/2011-30 - CATARINA ISABEL MOREIRA DA COSTA, até 30/07/2012

Processo Nº 08505.079145/2011-25 - JUDITH FATIMA FERNANDES FONSECA, até 02/10/2012

Processo Nº 08505.108648/2011-15 - CARLOS MARIA DE OYARZABAL GUTIERREZ BARQUIN, até 16/01/2013

Processo Nº 08505.108675/2011-98 - TEOFILO RAMIREZ MORENO, até 16/01/2013

Processo Nº 08505.108690/2011-36 - DENISSE ELENA ITURRA MARAMBIO, até 06/12/2012

Processo Nº 08505.108698/2011-01 - GERARDO GARCIA SANCHEZ, até 16/01/2013

Processo Nº 08505.109414/2011-95 - SUELLY GONCALVES VIEIRA LOPES, até 10/01/2013

Processo Nº 08505.111581/2011-04 - TANIA PAMELA TABARELLI SILVEIRA, até 22/02/2013

Processo Nº 08505.111629/2011-76 - RAUL ALEJANDRO AVILA ALVAREZ, até 08/02/2013

Processo Nº 08505.113709/2011-66 - IVETTE ZEGARRA OCAMPO, até 13/02/2013

Processo Nº 08505.113716/2011-68 - NISSI ELIZABETH GARCIA CARDENAS, até 01/02/2013

Processo Nº 08505.113717/2011-11 - MARGRIET COROMOTO MONTILLA DE MORALLES, até 01/02/2013

Processo Nº 08505.113718/2011-57 - YULEIXI CAROLINA ANDARSIA PINTO, até 01/02/2013

Processo Nº 08505.113719/2011-00 - BEATRIZ MARGARITA GONZALEZ RODRIGUEZ, até 01/02/2013

Processo Nº 08505.113854/2011-47 - DOMINIK PASCAL DROSDEK, até 21/01/2013

Processo Nº 08505.113899/2011-11 - JALMAR MANUEL FARFAN CARRASCO, até 27/02/2013

Processo Nº 08505.113900/2011-16 - FRANCISCO JAVIER RICO VILLAPLANA, até 15/08/2012

Processo Nº 08505.115278/2011-72 - HILDA MARIA FONSECA CORDOBA, até 20/12/2012

Processo Nº 08505.115293/2011-11 - TUNG TRUC TRAN, até 02/02/2013

Processo Nº 08505.115295/2011-18 - ANSUMANE EUCLIDES SAMBU, até 10/02/2013

Processo Nº 08702.006659/2011-35 - JOAO FAUSTINO MUNGUAMBE, até 09/03/2013

DEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no País, do temporários item IV - Processo Nº 08000.006959/2012-11 - HELEN JANEITH JOYCE, ANDREW MICHAEL STICKLAND, DAVID AUGUSTINE STICKLAND e JAMES MARK STICKLAND, até 06/06/2016

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o Ato Indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 06/06/2012, Seção 1, pág. 71, para DEFERIR o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada no País, temporário Item VII - Processo N 08364.001794/2011-72 - MARIA CELESTE DA SILVA MOREIRA, até 30/10/2012

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação do prazo de estada, temporário Item IV abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada:

Processo Nº 08505.113770/2011-11 - GERBY GIOVANA RONDAN SANABRIA

Processo Nº 08506.019630/2011-30 - CRISTINA MELODY BARBOSA GONÇALVES

Processo Nº 08702.006678/2011-61 - ELIZABETH CHARLOTTE WHEELDON

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação do prazo de estada, temporário Item VII abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada:

Processo Nº 08093.001057/2011-15 - HWANG HI LEE

Processo Nº 08093.001160/2011-57 - JOO HEE KANG

INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, temporário Item IV, abaixo relacionados, tendo em vista que os estrangeiros não foram localizados nos endereços fornecidos nos respectivos autos, restando prejudicada a instrução dos processos:

Processo Nº-08102.000708/2012-76 - IVAM AGOSTINHO IALA

Processo Nº-08102.006897/2011-18 - ANA LINDA TIAGO SOARES FERREIRA

Processo Nº - 08260.000163/2012-85 - CAROLINA LEONOR WILCHES ARCINIEGAS

Processo Nº 08270.024903/2011-79 - CARLOS ODAIR VIEIRA GONÇALVES

Processo Nº - 08270.026704/2011-03 - ALDEVINO GOMES

Processo Nº - 08270.027526/2011-20 - CADIDJATU TRAULE

Processo Nº - 08270.027539/2011-07 - CEILA PATRICIA ANDRADE RIBEIRO FERNANDES

Processo Nº- 08270.027603/2011-41 - AIDA GRACA DE FATIMA RAFAEL

Processo N - 08270.027657/2011-15 - CORNELIO AFONSO PINTO CÓº

Processo Nº- 08270.027662/2011-10 - EDILZO DE ABREU VAZ

Processo Nº- 08280.050621/2011-16 - JESUS ERNESTO RAMOS IBARRA

Processo Nº- 08286.000001/2012-59 - DAVID FERNANDES VALU

Processo Nº- 08310.000042/2012-09 - DANILDO MUSSA FAFINA

Processo Nº- 08310.014153/2011-11 - ERISANGELA VALENTIM

Processo Nº- 08352.010958/2011-91 - DENISE SIMONE SOUSA LEITE

Processo Nº- 08354.000246/2012-25 - PRISCA PESE NSUAMI

Processo Nº- 08364.001944/2011-48 - ITARU OTANI

Processo Nº- 08390.007286/2011-81 - RUBEN BAMBI BAQUI

Processo Nº- 08444.007675/2011-33 - SACIRE JONE VIAGEM

Processo Nº- 08444.007953/2011-52 - MICHELLE ANTONETTE BROWN

Processo Nº- 08495.006017/2011-29 - OTENIEL ANGELO SILIVELI EPALANGA

Processo Nº- 08505.042896/2011-96 - ERICK RENATO VARGAS GARCIA

Processo Nº- 08505.112809/2011-75 - MARGARIDA KUMBO NSINGI

Processo Nº- 08505.112963/2011-47 - ERIC FERNANDO OLIVEIRA TAVARES

Processo Nº- 08505.113767/2011-90 - JOSE CUPERTINO RUIZ VARGAS

Processo Nº- 08506.018074/2011-84 - RUTH CLELIA GRAÇA FRANCISCO QUIMBAMBA

Processo Nº- 08506.019726/2011-06 - WILBERT PEDRO PAZ GUEVARA

Processo Nº- 08508.013633/2011-40 - HENRI JEAN FRANCOIS DENGAH II

Processo Nº- 08707.007678/2011-39 - SERGIO RAFAEL DIAZ MIGUEL COCA

Processo Nº- 08707.012011/2011-58 - CESAR WILLIAM VERA CASANAS

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 05/07/2012, Seção I, Pág. 55, onde se lê: INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o(a) Requerente encontra-se fora do País, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75,II , "a", da Lei nº 6.815/80. Processo Nº 08102.001412/2012-72 - CARLOS MANUEL DE ALMEIDA MAT

Leia-se: INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o(a) Requerente encontra-se fora do País, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75,II , "a", da Lei nº 6.815/80. Processo Nº 08102.001412/2012-72 - CARLOS MANUEL DE ALMEIDA MATOS.

No Diário Oficial da União de 09/04/2012, Seção I, Pág. 61, onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o Ato Persistirá Enquanto for detentor da condição que lhe deu origem - Processo N°: 08388.006828/2011-47 - MARGARETH ALEJANDRA MUNOZ MORA

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o Ato Persistirá Enquanto for detentor da condição que lhe deu origem - Processo N°: 08388.006828/2011-47 - MARGARETH ALEJANDRA ANDREA MUNOZ MORA

No Diário Oficial da União de 28/05/2012, Seção I, Pág. 57, onde se lê: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, Abaixo Relacionado(s): Processo Nº 08000.016438/2011-82 - WITOLD RYSZARD PIELAK, até 13/07/2012.

Leia-se: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, Abaixo Relacionado(s): Processo Nº 08000.016438/2011-82 - WITOLD RYSZARD PIELAK, até 05/01/2014.

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 11, DE 5 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA e a MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009 e na Portaria Interministerial MPA/MMA nº 2, de 13 de novembro de 2009, e o que consta no Processo nº 00350.000142/2012-49, do Ministério da Pesca e Aquicultura, resolvem:

Art. 1º Proibir, nas águas sob jurisdição nacional, o uso e o transporte de redes de emalhe de superfície oceânico de deriva, popularmente conhecido como malhão.

Parágrafo único. Para efeito desta Instrução Normativa Interministerial entende-se como malhão, as redes de emalhe de superfície ou sub-superfície, que trabalham à deriva presas à embarcação através do sistema de filame, confeccionadas com panagens de nylon multifilamento, de malhas com tamanho igual ou superior a 140 (cento e quarenta) mm entre nós opostos.

Art. 2º Aos infratores da presente Instrução Normativa serão aplicadas as penalidades e sanções estabelecidas, respectivamente, pela Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 3º Esta Instrução Normativa Interministerial entrará em vigor após 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

MARCELO CRIVELLA
Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

IZABELLA TEIXEIRA
Ministra de Estado do Meio Ambiente

PORTARIA Nº 214, DE 5 DE JULHO DE 2012

Estabelece a unidade de Ouvidoria-Geral no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, altera o Regimento Interno e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, bem como o disposto no Decreto nº 6.972, de 29 de setembro de 2009, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, e considerando o disposto no inciso I § 3º do art. 37 da Constituição, que estabelece a necessidade de manutenção, pela administração direta e indireta, de formas de participação popular no acompanhamento da prestação de serviços públicos, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, a atividade de Ouvidoria-Geral.

§ 1º A estruturação da atividade de ouvidoria deverá ocorrer de forma gradativa, num prazo de até 4 (quatro) meses, a contar da publicação desta Portaria.

§ 2º Os procedimentos internos da Ouvidoria-Geral do Ministério da Pesca e Aquicultura serão definidos no Regimento Interno específico, a ser elaborado pelo Ouvidor-Geral e submetido à aprovação do Ministro, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação do ato de designação do primeiro Ouvidor-Geral do Ministério.

Art. 2º Vincular a Ouvidoria-Geral ao Gabinete do Ministro, que deverá fornecer o apoio operacional necessário ao desempenho das atribuições do Ouvidor-Geral.

Art. 3º As atribuições de ouvidoria serão conferidas a ocupante de cargo de confiança nível DAS-4.

Parágrafo Único. A designação do Ouvidor-Geral deverá ocorrer no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da publicação desta portaria.

Art. 4º O Ouvidor-Geral exercerá suas atividades com autonomia e no interesse geral dos cidadãos.

Art. 5º O art. 4º do Anexo da Portaria nº 523, de 1º de dezembro de 2010, que publicou o Regimento Interno do Ministério da Pesca e Aquicultura, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

IX - intermediar as relações entre o cidadão e o Ministério, exercendo atribuições de ouvidoria, incluindo o acompanhamento das medidas que se fizerem necessárias junto aos órgãos internos e unidades descentralizadas; e

X - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

....." (NR)

Art. 6º O Anexo da Portaria nº 523, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigorar acrescida do art. 7º-A:

"Art. 7º-A À Ouvidoria-Geral compete:

I - planejar, coordenar, acompanhar, supervisionar e elaborar normas e procedimentos padrões, para as atividades da Ouvidoria-Geral, no âmbito do Ministério;

II - receber, organizar, examinar, interpretar e dar encaminhamento a reclamações, elogios, críticas, sugestões e denúncias referentes a procedimentos e ações de agentes e órgãos, no âmbito do Ministério, agilizando o trâmite das manifestações apresentadas pelo cidadão e a solução dos pleitos delas decorrentes, se for o caso;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - facilitar o acesso do cidadão à Ouvidoria-Geral, simplificando seus procedimentos internos e promovendo a divulgação sistemática de sua missão institucional, bem como dos serviços oferecidos;

IV - registrar e disseminar informações e conhecimentos;

V - propor medidas para a correção e a prevenção de falhas ou omissões que possam ser identificadas na prestação do serviço público pelo Ministério;

VI - promover, de forma permanente e sistemática, a articulação com os órgãos do Ministério;

VII - monitorar a tramitação dos pedidos de informação solicitados, com base na Lei de Acesso à Informação, e, quando for o caso, dos recursos, avaliar o mérito das respostas e elaborar trimestralmente relatório visando a incrementar a transparência ativa;

VIII - produzir indicativos quantificados do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do Ministério." (NR)

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CRIVELLA

SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA

PORTARIA Nº 29, DE 2 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 937 do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 03 de maio de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa SEAP/PR nº 03, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa MPA nº 04, de 23 de maio de 2012,do que consta no Processo SEAP/PR nº 00350.002415/2006-41, e os processos das embarcações de nº 00373.013407/2006-62 e 21044.009403/2001-77, resolve:

Art. 1° Cancelar a Autorização Complementar de Pesca para a Captura de Tainha (Mugil platanus e M. liza) da embarcação denominada "Costa Mar", de propriedade de José Walmir Costa, inscrita na Autoridade Marítima nº 382-541525-2.

Art. 2º Conceder, em substituição à embarcação pesqueira denominada "Costa Mar", Autorização Complementar de Pesca para a captura de Tainha (Mugil platanus e M. liza) à embarcação pesqueira denominada "Atena F", autorizada a atuar na frota cerqueira para a captura de Sardinha-Verdadeira (Sardinella brasiliensis), de propriedade de Lizeti Ferreira e inscrita na Autoridade Marítima nº 443-012163-0.

Art.3º A emissão da Autorização Complementar de Pesca será realizada pelo Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura/MPA.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

PORTARIA Nº 31, DE 2 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 937 do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 03 de maio de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa SEAP/PR nº 03, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa MPA nº 04, de 23 de maio de 2012, do que consta no Processo SEAP/PR nº 00350.002415/2006-41, e os processos de embarcações de nº 21050.003354/99-02 e nº 00373.000013/2005-63, resolve:

Art. 1° Cancelar a Autorização Complementar de Pesca para a Captura de Tainha (Mugil platanus e M. liza) da embarcação denominada "Vô Pedro X", de propriedade de Carlos Gonçalves Neto, inscrita na Autoridade Marítima nº 443-008302-9.

Art. 2º Conceder, em substituição à embarcação pesqueira denominada "Vô Pedro X", Autorização Complementar de Pesca para a captura de Tainha (Mugil platanus e M. liza) à embarcação pesqueira denominada "Marília IV", autorizada a atuar na frota cerqueira para a captura de Sardinha-Verdadeira (Sardinella brasiliensis), de propriedade de Mako Pesca Indústria e Comércio de Pescados S/A e inscrita na Autoridade Marítima nº 443-009131-5.

Art.3º A emissão da Autorização Complementar de Pesca será realizada pelo Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura/MPA.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

PORTARIA Nº 34, DE 27 DE JUNHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 937, de 3 de maio de 2011 do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a Portaria MPA nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004, e do que consta no Processo nº 00375.002640/2005-19 resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido do interessado, a Autorização de Pesca para captura de camarão-rosa/fauna acompanhante no litoral S-SE, com auxílio de rede de arrasto, da embarcação pesqueira denominada MORUMBI II, de propriedade de Tsai Tung Wei e inscrição na Autoridade Marítima sob o nº 401-058829-2.

Art. 2º Conceder, em substituição a embarcação MORUMBI II, Permissão Prévia de Pesca, com auxílio de rede de arrasto, para a captura de camarão-rosa/fauna acompanhante no litoral S-SE, para a embarcação pesqueira a construir denominada MORUMBI IV, de propriedade de Tsai Tung Wei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 315, DE 5 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 25 da Portaria nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de junho de 2012, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R$ 806,06 (oitocentos e seis reais e seis centavos).

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 5 DE JULHO DE 2012

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.001645/ 04-77, sob o comando nº 351182599 e juntada nº 353477635, resolve:

Nº 363 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado, CNPB nº 2004.0030-65, administrado pelo Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Minas Gerais, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301798/79, sob o comando nº 352247578 e juntada nº 354112385, resolve:

Nº 364 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a VLI Operações Portuárias S.A., a VLI Operações de Terminais S.A. e a VLI Multimodal S.A., na condição de patrocinadoras do Plano de Benefícios Vale Mais - CNPB nº 1999.0052-11, e a Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.002292/2006-94, sob o comando nº 352963103 e juntada nº 354226145, resolve:

Nº 365 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Lajeado Energia S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, CNPB nº 2006.0071-65, e a ENERPREV - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44.000.002292/2006-94, sob o comando nº 352962464 e juntada nº 354224020, resolve:

Nº 366 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Pantanal Energética Ltda., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil - CNPB nº 2006.0071-65, e a ENERPREV - Previdência Complementar do grupo Energias do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELAINE DE OLIVEIRA CASTRO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 1.398, DE 5 DE JULHO DE 2012

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), componente Reformas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 2.206/GM/MS, de 14 de setembro de 2011, republicada em 19 de setembro de 2011, que institui no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) componente Reforma, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem recursos referentes ao Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde, componente Reforma, bem como as respectivas propostas aprovadas.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência, do recurso financeiro estabelecido pela Portaria nº 2.206/GM/MS, de 14 de setembro de 2011, para os Fundos Municipais de Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários de que trata esta Portaria farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma dos anexos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS PARA RECEBIMENTO DO RECURSO

UF	MUNICIPIO	Nº DA PROPOSTA	Nº CNES	VALOR PROPOSTA	EMENDA	FUNCIONAL
AP	Laranjal do Jari	1600276560458/12922	6560458	99.999,01	26740009	10301201585810016
CE	Horizonte	2305232481553/12943	2481553	205.228,02	24410010	10301201585810023
CE	Horizonte	2305236338240/12939	6338240	131.848,11	24410010	10301201585810023
CE	Horizonte	2305232481588/12932	2481588	196.997,27	24410010	10301201585810023

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CE	Horizonte	2305236614523/12948	6614523	105.453,90	24410010	10301201585810023
CE	Horizonte	2305232481561/12951	2481561	97.575,57	24410010	10301201585810023
CE	Horizonte	2305232481529/12934	2481529	94.736,47	24410010	10301201585810023
CE	Horizonte	2305232481502/12945	2481502	81.282,10	24410010	10301201585810023
CE	Horizonte	2305236860273/12955	6860273	38.509,03	24410010	10301201585810023
CE	Horizonte	2305236993508/12964	6993508	48.369,43	24410010	10301201585810023
ES	Atilio Vivacqua	3200707013094/13014	7013094	149.999,99	28990008	10301201585810032
ES	Atilio Vivacqua	3200702485435/13015	2485435	50.000,01	28990008	10301201585810032
ES	Marilândia	3203352484668/12728	2484668	199.996,29	28990008	10301201585810032
ES	Nova Venécia	3203902485141/12840	2485141	200.000,00	28990008	10301201585810032
ES	São Mateus	3204902546744/12857	2546744	199.873,68	28990008	10301201585810032
GO	Senador Canedo	5220452336723/12805	2336723	149.953,43	33500008	10301201585810052
MA	Coroatá	2103606297145/13054	6297145	138.342,35	24330009	10301201585810021
MG	Belo Horizonte	3106200023884/12839	0023884	99.998,34	24740004	10301201585810031
MG	Campos Gerais	3111602205289/13043	2205289	116.932,89	24870001	10301201585810031
MG	Campos Gerais	3111602167808/13064	2167808	52.275,05	24870001	10301201585810031
MG	Campos Gerais	3111606668267/13063	6668267	30.792,06	24870001	10301201585810031
MG	Capitão Enéas	3112702105241/12956	2105241	96.483,35	24740004	10301201585810031
MG	João Monlevade	3136202221780/12837	2221780	99.949,25	24740004	10301201585810031
MG	Lagoa Santa	3137602116529/12791	2116529	100.000,00	24740004	10301201585810031
MG	Montes Claros	3143305915694/12820	5915694	100.000,00	24740004	10301201585810031
MG	Pedro Leopoldo	3149302154471/12682	2154471	99.999,71	24740004	10301201585810031
MG	Ribeirão das Neves	3154602182076/13051	2182076	99.996,02	24740004	10301201585810031
MG	Sabará	3156702763842/12747	2763842	99.881,51	24740004	10301201585810031
MG	São Joaquim de Bicas	3162926415202/12679	6415202	100.000,00	24740004	10301201585810031
MS	Campo Grande	5002700010189/13062	0010189	250.000,00	28370011	10301201585810054
MT	Barão de Melgaço	5101602391309/12918	2391309	1.873,11	28220012	10301201585810051
MT	Barão de Melgaço	5101602391325/12917	2391325	78.126,89	28220012	10301201585810051
MT	Comodoro	5103303846881/12895	3846881	100.000,00	28220012	10301201585810051
MT	Paranaíta	5106292655624/12710	2655624	79.999,98	28220012	10301201585810051
MT	Peixoto de Azevedo	5106422391708/12698	2391708	50.000,00	23760009	10301201585810051
MT	Pontes e Lacerda	5106755739373/12717	5739373	62.621,91	34160007	10301201585810051
MT	Pontes e Lacerda	5106753008193/12719	3008193	70.552,41	34160007	10301201585810051
MT	Pontes e Lacerda	5106753752615/12775	3752615	173.128,28	34160007	10301201585810051
MT	Pontes e Lacerda	5106752394456/12854	2394456	151.736,81	34160007	10301201585810051
MT	Pontes e Lacerda	5106752394464/12718	2394464	41.949,10	34160007	10301201585810051
MT	Porto Esperidião	5106822393840/12657	2393840	200.000,00	34160007	10301201585810051
MT	Rondonópolis	5107602396491/12743	2396491	34.689,51	25500006	10301201585810051
MT	Rondonópolis	5107602396548/12765	2396548	133.776,30	25500006	10301201585810051
MT	Rondonópolis	5107602396459/12778	2396459	131.534,19	25500006	10301201585810051
MT	Salto do Céu	5107752615460/12950	2615460	70.000,00	28220012	10301201585810051
MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	5105503008223/12856	3008223	149.999,29	34160007	10301201585810051
PA	Breves	1501802317753/12979	2317753	84.389,21	24130005	10301201585810015
PA	Breves	1501802317648/12986	2317648	90.184,83	24130005	10301201585810015
PA	Breves	1501802317699/12989	2317699	77.561,02	24130005	10301201585810015
PA	Breves	1501802622343/12981	2622343	88.613,14	24130005	10301201585810015
PA	Breves	1501806601189/12991	6601189	59.251,78	24130005	10301201585810015
PA	Novo Progresso	1505032331209/12680	2331209	77.168,23	24130005	10301201585810015
PR	Pinhalão	4119204054946/12924	4054946	150.000,00	28740003	10301201585810478
RJ	Campos dos Goytacazes	3301002286386/12705	2286386	39.652,38	27770020	10301201585810033
RJ	Campos dos Goytacazes	3301002286459/12684	2286459	44.047,26	27770020	10301201585810033
RJ	Campos dos Goytacazes	3301002287366/12702	2287366	30.065,14	27770020	10301201585810033
RJ	Campos dos Goytacazes	3301002298295/12700	2298295	31.676,68	27770020	10301201585810033
RJ	Campos dos Goytacazes	3301002286882/12692	2286882	32.603,28	27770020	10301201585810033
RJ	Campos dos Goytacazes	3301002286815/12706	2286815	33.240,30	27770020	10301201585810033
RJ	Campos dos Goytacazes	3301002286823/12697	2286823	34.209,38	27770020	10301201585810033
RJ	Campos dos Goytacazes	3301003338142/12695	3338142	37.434,06	27770020	10301201585810033
RJ	Campos dos Goytacazes	3301002286521/12696	2286521	32.190,80	27770020	10301201585810033
RJ	Campos dos Goytacazes	3301003021769/12686	3021769	30.192,74	27770020	10301201585810033
RJ	Campos dos Goytacazes	3301002286718/12699	2286718	30.453,11	27770020	10301201585810033
RJ	Campos dos Goytacazes	3301002286912/12693	2286912	31.602,72	27770020	10301201585810033
RJ	Natividade	3303102704307/12694	2704307	195.242,60	23970010	10301201585810033
RJ	Nilópolis	3303202290790/13020	2290790	149.940,55	13450015	10301201585810840
RJ	Nilópolis	3303202293897/13021	2293897	149.940,55	13450015	10301201585810840
RJ	São Gonçalo	3304902291592/12983	2291592	74.222,18	23900012	10301201585810250
RJ	São Gonçalo	3304902297213/13008	2297213	98.700,34	23900012	10301201585810250
RJ	São Gonçalo	3304902292025/12973	2292025	64.579,06	23900012	10301201585810250
RJ	São Gonçalo	3304902291681/12972	2291681	44.631,10	23900012	10301201585810250
RJ	São Gonçalo	3304903029077/12960	3029077	144.410,31	23900012	10301201585810250
RJ	São Gonçalo	3304902291762/12962	2291762	125.902,96	23900012	10301201585810250
RJ	São Gonçalo	3304902291908/13006	2291908	46.286,58	23900012	10301201585810250
RJ	São Gonçalo	3304902297329/12968	2297329	83.709,56	23900012	10301201585810250
RJ	São Gonçalo	3304902291584/12969	2291584	57.772,13	23900012	10301201585810250
RJ	São Gonçalo	3304902291614/12978	2291614	84.276,80	23900012	10301201585810250
RJ	São Gonçalo	3304902291843/12965	2291843	111.662,34	23900012	10301201585810250
RJ	São Gonçalo	3304902297264/12970	2297264	54.671,87	23900012	10301201585810250
RJ	São Gonçalo	3304902291606/12971	2291606	42.812,81	23900012	10301201585810250
RJ	Varre-Sai	3306152294958/12730	2294958	100.000,00	23970010	10301201585810033
RJ	Volta Redonda	3306300024775/12834	0024775	71.955,46	14730003	10301201585810166
RJ	Volta Redonda	3306302696436/12788	2696436	95.550,39	14730003	10301201585810166
SC	Florianópolis	4205402692481/12748	2692481	80.549,40	18860015	10301201585810042
SC	Florianópolis	4205400019453/12756	0019453	99.448,42	18860015	10301201585810042
SC	Gaspar	4205902512483/12875	2512483	30.993,68	18860015	10301201585810042
SC	Gaspar	4205903561305/12873	3561305	30.050,09	18860015	10301201585810042
SC	Gaspar	4205902512432/12880	2512432	28.941,13	18860015	10301201585810042
SC	Gaspar	4205903558045/12878	3558045	30.015,10	18860015	10301201585810042
SC	São Cristovão do Sul	4216052302683/12904	2302683	99.999,98	18860015	10301201585810042
SC	São Martinho	4217102689502/12915	2689502	149.999,63	18860015	10301201585810042
SC	Saudades	4217302540304/12835	2540304	120.000,00	18860015	10301201585810042
SC	União do Oeste	4218852538318/12769	2538318	100.000,00	18860015	10301201585810042
SP	Americana	3501602073331/12910	2073331	40.957,63	23660011	10301201585810035
SP	Americana	3501602066807/12912	2066807	36.157,88	23660011	10301201585810035
SP	Americana	3501602042592/12913	2042592	30.842,20	23660011	10301201585810035
SP	Americana	3501602063425/12911	2063425	30.435,16	23660011	10301201585810035
SP	Aparecida	3502504046811/12846	4046811	150.000,00	33490004	10301201585810035
SP	Caconde	3508702076349/12749	2076349	150.000,00	28100003	10301201585810035
SP	Campinas	3509502023180/12881	2023180	181.848,00	15270006	10301201585810350
SP	Campinas	3509502023156/12893	2023156	130.432,07	15270006	10301201585810350
SP	Campinas	3509502023210/12871	2023210	126.089,43	15270006	10301201585810350
SP	Campinas	3509502022672/12887	2022672	198.778,35	15270006	10301201585810350
SP	Campinas	3509502022907/12883	2022907	128.361,03	15270006	10301201585810350
SP	Campinas	3509502032643/12897	2032643	188.321,88	15270006	10301201585810350
SP	Campinas	3509502022931/12896	2022931	181.185,30	15270006	10301201585810350
SP	Campinas	3509502034263/12892	2034263	161.308,67	15270006	10301201585810350
SP	Campinas	3509502022818/12898	2022818	84.707,98	15270006	10301201585810350
SP	Campinas	3509502023377/12874	2023377	180.419,03	15270006	10301201585810350
SP	Campinas	3509502022664/12858	2022664	180.000,00	28160018	10301201585810035
SP	Campinas	3509506032478/12884	6032478	66.620,88	15270006	10301201585810350

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Guarujá	3518702060183/12829	2060183	59.302,76	33490004	10301201585810035
SP	Guarujá	3518702055031/12757	2055031	71.657,25	33490004	10301201585810035
SP	Ibitinga	3519602747359/12906	2747359	71.680,24	23660011	10301201585810035
SP	Ibitinga	3519603047598/12907	3047598	28.319,76	23660011	10301201585810035
SP	Ilhabela	3520402076977/12903	2076977	149.802,08	28040011	10301201585810035
SP	Indaiatuba	3520502766248/13044	2766248	150.000,00	15270016	10301201585810035
SP	Itaquaquecetuba	3523102718782/12654	2718782	200.085,56	28160018	10301201585810035
SP	Itatiba	3523406873170/12977	6873170	149.991,01	15270016	10301201585810035
SP	Lorena	3527202071703/12763	2071703	149.829,24	28040011	10301201585810035
SP	Mogi das Cruzes	3530602773767/12900	2773767	349.987,61	28160018	10301201585810035
SP	Monte Mor	3531802063360/12737	2063360	149.417,92	23660011	10301201585810035
SP	Natividade da Serra	3532304048946/12777	4048946	149.998,71	28040011	10301201585810035
SP	Pedrinhas Paulista	3537152089769/13066	2089769	136.754,57	25450010	10301201585810035
SP	Piracaia	3538602040514/12929	2040514	100.000,00	23660011	10301201585810035
SP	Poá	3539806322719/12988	6322719	149.286,70	28040011	10301201585810035
SP	Salesópolis	3545002072289/12766	2072289	149.933,24	28040011	10301201585810035
SP	Salto	3545202052180/12861	2052180	47.371,92	25180004	10301201585810035
SP	Santa Bárbara d'Oeste	3545802050927/12920	2050927	149.993,38	23660011	10301201585810035
SP	Santa Bárbara d'Oeste	3545802035944/12921	2035944	149.978,74	23660011	10301201585810035
SP	Santa Bárbara d'Oeste	3545802085593/12916	2085593	99.990,12	23960025	10301201585810260
SP	Santa Rosa de Viterbo	3547605192870/13079	5192870	99.997,07	28100003	10301201585810035
SP	São Sebastião	3550702765853/12813	2765853	149.999,90	28040011	10301201585810035
SP	Serra Negra	3551606754155/12830	6754155	47.963,48	23660011	10301201585810035
SP	Tupã	3555002063220/12678	2063220	149.997,25	25450010	10301201585810035
VALOR TOTAL				14.023.065,70		

PORTARIA N° 1.399, DE 5 DE JULHO DE 2012

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), componente Ampliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria nº 2.394/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que institui o Componente Ampliação no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem recursos referentes ao Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde, Componente Ampliação, bem como as respectivas propostas aprovadas.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência, do recurso financeiro estabelecido pela Portaria nº 2.394/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, para os Fundos Municipais de Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma dos anexos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS PARA RECEBIMENTO DO RECURSO

UF	MUNICIPIO	Nº DA PROPOSTA	Nº CNES	VALOR PROPOSTA	EMENDA	FUNCIONAL
AC	Tarauacá	1200603462366/12949	3462366	194.055,00	26880021	10301201585810012
BA	Paramirim	2923604029542/13046	4029542	237.000,00	17220012	10301201585810029
BA	Paramirim	2923606286070/13050	6286070	161.520,00	17220012	10301201585810029
CE	Aracoiaba	2301206627269/12938	6627269	50.000,00	16530008	10301201585810023
CE	Barro	2302003339688/12953	3339688	50.000,00	27040013	10301201585810023
CE	Tauá	2313302725568/12708	2725568	150.000,00	27010004	10301201585810023
CE	Ubajara	2313602328488/12975	2328488	55.500,00	20830006	10301201585810023
DF	Brasília	5300100011002/13092	0011002	75.000,00	36310010	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010839/13058	0010839	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100011258/12823	0011258	75.000,00	36310010	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010987/13071	0010987	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100011509/12822	0011509	75.000,00	36310010	10301201585810053
DF	Brasília	5300102779404/13085	2779404	88.500,00	36310010	10301201585810053
DF	Brasília	5300102672235/13078	2672235	192.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010928/13088	0010928	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100011088/13094	0011088	11.500,00	36310010	10301201585810053
DF	Brasília	5300100011215/12814	0011215	75.000,00	36310010	10301201585810053
DF	Brasília	5300100011053/13072	0011053	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100011363/13080	0011363	246.900,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010677/13090	0010677	75.000,00	36310010	10301201585810053
DF	Brasília	5300100011614/13074	0011614	97.500,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300102617358/13082	2617358	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100011029/13069	0011029	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300102617293/13070	2617293	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010871/13059	0010871	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010855/12817	0010855	75.000,00	36310010	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010944/13086	0010944	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100011274/13056	0011274	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010626/13055	0010626	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100011606/13075	0011606	112.500,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010685/13057	0010685	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100011223/13067	0011223	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010820/12815	0010820	75.000,00	36310010	10301201585810053
DF	Brasília	5300102804174/13077	2804174	96.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300102804107/13076	2804107	117.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100011118/12819	0011118	75.000,00	36310010	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010952/13083	0010952	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010642/13093	0010642	63.100,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300105038669/13091	5038669	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010863/12812	0010863	75.000,00	36310010	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010634/13073	0010634	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100011231/13068	0011231	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010960/13087	0010960	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300100011266/12828	0011266	75.000,00	36310010	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010774/13089	0010774	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300102617269/13084	2617269	75.000,00	28290006	10301201585810053
DF	Brasília	5300102673894/12821	2673894	75.000,00	36310010	10301201585810053
DF	Brasília	5300100010804/12825	0010804	75.000,00	36310010	10301201585810053
DF	Brasília	5300100011037/13081	0011037	75.000,00	28290006	10301201585810053
ES	Cachoeiro de Itapemirim	3201202547473/12850	2547473	99.075,00	24940006	10301201585810032
ES	Jerônimo Monteiro	3203102627884/12652	2627884	150.000,00	24940006	10301201585810032
GO	São Domingos	5219802441632/13100	2441632	100.000,00	23640004	10301201585810052
MG	Itamarati de Minas	3132602213486/12931	2213486	30.000,00	24880017	10301201585810031
MG	Mantena	3139606427774/13101	6427774	168.750,00	35950005	10301201585810031
MS	Antônio João	5000903553280/12704	3553280	97.500,00	28390017	10301201585810054
MS	Antônio João	5000902710617/12703	2710617	213.645,00	29150004	10301201585810054

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MS	Tacuru	5007952611988/13036	2611988	82.500,00	14510010	10301201585810054
MT	Nova Bandeirantes	5106157031343/13102	7031343	119.985,00	23760009	10301201585810051
PA	Itaituba	1503602620081/13016	2620081	199.950,00	24130005	10301201585810015
PA	Rurópolis	1506192331586/12668	2331586	87.120,00	26770006	10301201585810015
PB	Monteiro	2509703163938/12824	3163938	100.000,00	23770009	10301201585810025
PB	Pombal	2512102603616/12784	2603616	99.990,00	12710009	10301201585810025
PB	Sapé	2515302341433/13026	2341433	50.000,00	27150002	10301201585810025
PE	Barra de Guabiraba	2601302703998/13025	2703998	239.700,00	27180022	10301201585810026
PE	Tacaimbó	2614702433826/12954	2433826	50.000,00	24530005	10301201585810026
PR	Cafelândia	4103453204499/12667	3204499	100.000,00	23990003	10301201585810041
PR	Iguatu	4110056771335/12658	6771335	99.990,00	23990003	10301201585810041
PR	Paranacity	4118105407877/12687	5407877	100.000,00	28740009	10301201585810041
PR	Piên	4119102753383/12807	2753383	249.990,00	24050011	10301201585810041
PR	Rio Negro	4122302681706/12739	2681706	164.820,00	25560005	10301201585810041
PR	Rosário do Ivaí	4122652588358/12797	2588358	72.000,00	28740009	10301201585810041
PR	São Pedro do Ivaí	4125802573849/12937	2573849	75.000,00	20520014	10301201585810041
PR	São Pedro do Ivaí	4125802573350/12936	2573350	75.000,00	20520014	10301201585810041
RJ	Santo Antônio de Pádua	3304702275074/13030	2275074	96.000,00	27780002	10301201585810033
RJ	Santo Antônio de Pádua	3304702274957/13037	2274957	104.010,00	27780002	10301201585810033
RN	Augusto Severo	2401302410346/12957	2410346	74.900,00	29030005	10301201585810024
RN	Augusto Severo	2401302559781/12959	2559781	74.900,00	29030005	10301201585810024
RN	Augusto Severo	2401302559765/12961	2559765	74.900,00	29030005	10301201585810024
RN	Nova Cruz	2408302374846/13047	2374846	101.734,80	24480021	10301201585810024
RN	Nova Cruz	2408302374935/13045	2374935	95.984,60	24480021	10301201585810024
RO	Ji-Paraná	1100122495392/12670	2495392	137.475,00	29470003	10301201585810011
RO	Ouro Preto do Oeste	1100155718104/13002	5718104	243.000,00	26840006	10301201585810316
RO	Ouro Preto do Oeste	1100152496895/13005	2496895	246.000,00	26840006	10301201585810316
RO	Primavera de Rondônia	1101474003241/12870	4003241	113.250,00	29470003	10301201585810011
RO	Seringueiras	1101502744325/12804	2744325	150.000,00	29470003	10301201585810011
RR	São Luiz	1400602320789/12997	2320789	105.000,00	26680004	10301201585810014
RS	Candelária	4304205275148/12662	5275148	139.995,00	19860008	10301201585810043
RS	Candelária	4304203205851/12663	3205851	60.005,00	19860008	10301201585810043
RS	Cristal	4306056299318/12770	6299318	74.700,00	36600007	10301201585810516
RS	Lajeado	4311402251353/12760	2251353	50.000,00	11170005	10301201585810043
RS	Minas do Leão	4312252226693/12914	2226693	126.240,00	20980010	10301201585810043
RS	Montenegro	4312402227126/12816	2227126	100.000,00	28660006	10301201585810043
RS	Santa Cruz do Sul	4316802255081/12722	2255081	208.410,00	25660007	10301201585810043
RS	São Marcos	4319002240653/13061	2240653	78.850,00	28600001	10301201585810043
RS	São Marcos	4319002238551/13060	2238551	171.150,00	28600001	10301201585810043
RS	Três Coroas	4321702224968/13031	2224968	75.000,00	28580019	10301201585810043
RS	Venâncio Aires	4322602236079/12831	2236079	75.000,00	28670005	10301201585810043
RS	Venâncio Aires	4322602798212/13065	2798212	95.000,00	28670005	10301201585810043
SC	Campo Alegre	4203302658127/12751	2658127	97.245,00	29050002	10301201585810042
SC	Criciúma	4204606355455/12925	6355455	83.700,00	28570009	10301201585810042
SC	Criciúma	4204602419823/12919	2419823	124.800,00	28570009	10301201585810042
SC	Criciúma	4204602647427/12927	2647427	99.285,00	28570009	10301201585810042
SC	Criciúma	4204602419963/12781	2419963	77.490,00	28570009	10301201585810042
SC	Itajaí	4208202514087/12771	2514087	75.000,00	10630009	10301201585810060
SP	Aparecida d'Oeste	3502602030144/12802	2030144	75.000,00	25320018	10301201585810035
SP	Avaré	3504502059029/12826	2059029	121.500,00	21830019	10301201585810035
SP	Avaré	3504502028778/12930	2028778	142.500,00	10660007	10301201585810035
SP	Barra Bonita	3505302791099/12808	2791099	150.000,00	27990008	10301201585810035
SP	Barra do Chapéu	3505356934447/12665	6934447	100.000,00	27960004	10301201585810035
SP	Bragança Paulista	3507602688069/12890	2688069	75.000,00	23660011	10301201585810035
SP	Bragança Paulista	3507602688093/13034	2688093	58.185,00	23660011	10301201585810035
SP	Bragança Paulista	3507602688441/12899	2688441	91.815,00	23660011	10301201585810035
SP	Bragança Paulista	3507602688077/12865	2688077	161.520,00	25270006	10301201585810035
SP	Bragança Paulista	3507602688085/13033	2688085	83.865,00	25320018	10301201585810035
SP	Bragança Paulista	3507602688425/12894	2688425	116.130,00	25320018	10301201585810035
SP	Bragança Paulista	3507602688107/12882	2688107	75.000,00	23660011	10301201585810035
SP	Bragança Paulista	3507603242218/13035	3242218	38.480,00	25270006	10301201585810035
SP	Campo Limpo Paulista	3509602087243/12666	2087243	100.000,00	28060006	10301201585810035
SP	Ibitinga	3519602747340/12905	2747340	126.825,00	28100003	10301201585810035
SP	Ibitinga	3519602747677/12908	2747677	23.175,00	28100003	10301201585810035
SP	Itapira	3522602033852/12750	2033852	75.000,00	28010001	10301201585810035
SP	Ituverava	3524102023741/12759	2023741	60.000,00	10660007	10301201585810035
SP	Joanópolis	3525502086700/12688	2086700	74.925,00	23960011	10301201585810256
SP	Monte Alto	3531304048814/12742	4048814	50.160,00	28190003	10301201585810035
SP	Monte Alto	3531308000301/12744	8000301	123.090,00	28190003	10301201585810035
SP	Monte Alto	3531304048873/12740	4048873	75.000,00	28190003	10301201585810035
SP	Monte Alto	3531304048806/12734	4048806	75.000,00	28190003	10301201585810035
SP	Monte Alto	3531306975860/12738	6975860	126.750,00	28190003	10301201585810035
SP	Pitangueiras	3539502091151/12827	2091151	79.800,00	10660007	10301201585810035
SP	Pitangueiras	3539502091186/12851	2091186	192.525,00	18080007	10301201585810035
SP	Pitangueiras	3539502746301/12859	2746301	79.800,00	18080007	10301201585810035
SP	Ribeira	3542802061058/12780	2061058	241.500,00	25410006	10301201585810035
SP	Rio Claro	3543902055821/13032	2055821	160.500,00	18180005	10301201585810035
SP	São Miguel Arcanjo	3550202048531/12672	2048531	75.000,00	18180005	10301201585810035
SP	São Miguel Arcanjo	3550202053055/12676	2053055	124.995,00	18180005	10301201585810035
TO	Pequizeiro	1716652359715/12674	2359715	100.000,00	26920002	10301201585810017
VALOR TOTAL				13.905.154,40		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.400, DE 5 DE JULHO DE 2012

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família e o Incentivo para construção dos Polos da Academia da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria nº 2.226/GM/MS, de 18 de setembro de 2009, republicada em 20 de novembro de 2009, que institui no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família; e

Considerando a Portaria nº 1.401/GM/MS, de 15 de junho de 2011, que institui, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Incentivo para construção de Polos da Academia da Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios descritos no Anexo I a receberem recursos referentes ao Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família.

Art. 2º Ficam habilitar os Municípios descritos no Anexo II a receberem recursos referentes ao Incentivo para construção de Polos da Academia da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência, do recurso financeiro de investimento estabelecido no art. 7º da Portaria nº 2.226/GM/MS, de 18 de setembro de 2009, republicada em 20 de novembro de 2009, e art. 7º da Portaria nº 1.401/GM/MS, de 15 de junho de 2011, para os Fundos Municipais de Saúde ou Fundo de Saúde do Distrito Federal.

Art. 4º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma dos anexos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

MUNICÍPIOS HABILITADOS PARA RECEBIMENTO DO RECURSO DE IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

UF	MUNICIPIO	NU_SUBPROJETO	ESF	VALOR (R$)	CÓD. EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	JORDAO	84306497000112002	1	200.000,00	11810014	10301201585810074
AL	AGUA BRANCA	11502413000112001	1	200.000,00	22890005	10301201585810027
BA	BARREIRAS	08595187000112003	2	266.666,66	27480016	10301201585810029
BA	RIACHO DE SANTANA	14105191000112001	1	200.000,00	27390011	10301201585810029
CE	MORRINHOS	07566920000112003	1	200.000,00	24410010	10301201585810023
CE	MORRINHOS	07566920000112004	1	200.000,00	24410010	10301201585810023
ES	JAGUARE	11822633000112001	1	200.000,00	27720013	10301201585810032
MG	AGUAS VERMELHAS	11547202000112002	1	200.000,00	33110003	10301201585810031
MS	GUIA LOPES DA LAGUNA	03403896000112003	1	200.000,00	29150004	10301201585810054
MT	VARZEA GRANDE	11364895000112015	1	200.000,00	28920014	10301201585810488
PE	MANARI	11819732000112001	1	200.000,00	16930014	10301201585810026
PE	MANARI	11819732000112002	1	200.000,00	16930014	10301201585810026
PR	BANDEIRANTES	76235753000112001	1	200.000,00	36800008	10301201585810041
RJ	SAO GONCALO	28636579000112013	3	400.000,00	27920004	10301201585810033
RJ	SAO GONCALO	28636579000112025	3	400.000,00	25010016	10301201585810250
RJ	SAO GONCALO	28636579000112026	4	533.333,32	25010016	10301201585810250
RJ	SAO GONCALO	28636579000112034	6	800.000,00	27830005	10301201585810033
SE	CRISTINAPOLIS	11398566000112005	1	200.000,00	27330012	10301201585810028
SP	CAMPOS DO JORDAO	45699626000112001	1	200.000,00	25190004	10301201585810035
TOTAL				5.199.999,98		

ANEXO II

MUNICÍPIOS HABILITADOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO PARA CONSTRUÇÃO DOS POLOS DA ACADEMIA DA SAÚDE.

UF	MUNICIPIO	NU_SUBPROJETO	VALOR (R$)	CÓD. EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	BRASILEIA	09622055000112002	180.000,00	29120002	10301201585810012
MA	PAULO RAMOS	11244671000112001	100.000,00	11450002	10301201585810021
PR	MOREIRA SALES	76217025000112015	100.000,00	31760004	10301201585810041
SP	IGARAPAVA	45324290000112001	100.000,00	25270006	10301201585810035
TO	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	11439826000112002	80.000,00	26920002	10301201585810017
TOTAL			560.000,00		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.401, DE 5 DE JULHO DE 2012

Habilita municípios a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, republicada em 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, republicada em 23 de dezembro de 2009.

Art. 3º Os recursos orçamentários de que trata esta Portaria farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma do anexo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012070600057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

MUNICÍPIOS E ESTADOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA

UF	MUNICIPIO	ENTIDADE	NU_SUBPROJETO	VALOR (R$)	EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMATICA
AL	AGUA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA BRANCA	11502413000112002	R$ 97.640,00	22890005	10301201585810027
AL	AGUA BRANCA	PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA BRANCA	12350153000112002	R$ 99.840,00	27280002	10301201585810027
AL	PAO DE ACUCAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09687192000112002	R$ 399.996,00	27270010	10301201585810027
AP	VITORIA DO JARI	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA DO JARI	00720553000112001	R$ 582.627,18	26760003	10301201585810016
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA PREFEITURA MUNICIPAL	13674817000112001	R$ 100.000,00	24710004	10301201585810029
BA	PORTO SEGURO	PORTO SEGURO PREFEITURA	13635016000112004	R$ 50.000,00	27410012	10301201585810029
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DA BAHIA	05816630000112016	R$ 1.000.000,00	34590002	10301201585810029
CE	ARACOIABA	MUNICIPIO DE ARACOIABA - PREFEITURA MUNICIPAL	07387392000112003	R$ 100.000,00	20830006	10301201585810023
CE	CEDRO	MUNICIPIO DE CEDRO - PREFEITURA MUNICIPAL	07812241000112001	R$ 100.000,00	20830006	10301201585810023
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO CEARA	74031865000112024	R$ 100.000,00	20830006	10301201585810023
CE	SOBRAL	MUNICIPIO DE SOBRAL/PREFEITURA MUNICIPAL	07598634000112016	R$ 124.560,00	16580003	10301201585810023
ES	CONCEICAO DO CASTELO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEICAO DO CASTELO	27165570000112005	R$ 175.120,00	28980020	10301201585810032
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBA	36388445000112007	R$ 53.095,00	13010004	10301201585810032
GO	CERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERES	11111771000112002	R$ 100.000,00	14780013	10301201585810052
MA	MATOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATOES	12671254000112014	R$ 200.000,00	24340001	10301201585810021
MA	TRIZIDELA DO VALE	MUNICIPIO DE TRIZIDELA DO VALE - PREFEITURA MUNICIPAL	01558070000112006	R$ 133.333,00	11590003	10301201585810021
MG	JUIZ DE FORA	PREFEITURA DE JUIZ DE FORA	18338178000112002	R$ 149.992,55	27590010	10301201585810368
MG	LAGOA GRANDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE - MG	23097454000112003	R$ 100.000,00	26610004	10301201585810031
MT	CARLINDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA	01617905000112002	R$ 200.000,00	25500006	10301201585810051
MT	CUIABA	MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO	03507415000212002	R$ 2.000.000,00	25470006	10301201585810051
MT	JUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	97538388000112002	R$ 100.000,00	25490005	10301201585810051
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA	05832977000112001	R$ 120.000,00	11290011	10301201585810015
PA	SOURE	SOURE PREFEITURA	05133863000112004	R$ 100.000,00	26820002	10301201585810015
PA	TRACUATEUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRACUATEUA	11739590000112002	R$ 100.000,00	26790005	10301201585810015
PB	CACIMBA DE DENTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACIMBA DE DENTRO	12011663000112001	R$ 19.196,00	12680007	10301201585810025
PE	CAMARAGIBE	CAMARAGIBE PREFEITURA	08260663000112003	R$ 50.000,00	27200002	10301201585810334
PE	QUIXABA	QUIXABA PREFEITURA MUNICIPAL	35445527000112003	R$ 192.950,00	12210010	10301201585810026
PI	BARRAS	MUNICIPIO DE BARRAS- PREFEITURA MUNICIPAL	06554406000112001	R$ 300.000,00	27090005	10301201585810022
PR	CAMPO LARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO LARGO	09209932000112001	R$ 150.000,00	19680007	10301201585810041
PR	COLOMBO	COLOMBO PREFEITURA	76105634000112001	R$ 199.979,95	28460009	10301201585810041
PR	GRANDES RIOS	GRANDES RIOS PREFEITURA	75741348000112003	R$ 200.000,00	19670010	10301201585810041
PR	NOVA AURORA	NOVA AURORA PREFEITURA	76208859000112002	R$ 200.000,00	32200006	10301201585810041
PR	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO PREFEITURA	75462820000112002	R$ 150.000,00	28490008	10301201585810041
PR	SANTA FE	SANTA FE PREFEITURA	76291418000112001	R$ 124.585,00	28490008	10301201585810041
PR	SAO JOSE DA BOA VISTA	SAO JOSE DA BOA VISTA PREFEITURA MUNICIPAL	76920818000112001	R$ 150.000,00	36800008	10301201585810041

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PR	TERRA RICA	TERRA RICA PREFEITURA	76978881000112005	R$ 149.920,00	36800008	10301201585810041
PR	UBIRATA	MUNICIPIO DE UBIRATA	76950096000112003	R$ 200.000,00	32200006	10301201585810041
RJ	VALENCA	MUNICIPIO DE VALENCA	29076130000112005	R$ 1.000.000,00	15080016	10301201585811446
RJ	VOLTA REDONDA	MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA/PREFEITURA MUNICIPAL	32512501000112002	R$ 132.700,00	14730006	10301201585810166
RO	ROLIM DE MOURA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	04394805000112001	R$ 150.000,00	26850004	10301201585810011
RS	CACIQUE DOBLE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACIQUE DOBLE	11837020000112001	R$ 95.000,00	31730012	10301201585810043
RS	CAMPOS BORGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS BORGES	11700631000112001	R$ 69.580,00	31730012	10301201585810043
RS	RESTINGA SECA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RESTINGA SECA - FMS	12250708000112001	R$ 100.000,00	25670014	10301201585810043
RS	VISTA GAUCHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13718967000112001	R$ 82.245,00	31730012	10301201585810043
SE	BOQUIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11270608000112002	R$ 100.000,00	13160004	10301201585810028
SE	CRISTINAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTINAPOLIS	11398566000112003	R$ 60.650,00	13160004	10301201585810028
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO	06113056000112006	R$ 499.920,00	26080012	10301201585810028
SP	AVARE	AVARE PREFEITURA	46634168000112003	R$ 150.000,00	28160018	10301201585810035
SP	BARRETOS	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE BARRETOS	44780609000112001	R$ 149.999,50	28030001	10301201585810035
SP	BIRITIBA-MIRIM	BIRITIBA MIRIM PREFEITURA	46523288000112001	R$ 200.000,00	28040013	10301201585810035
SP	CACAPAVA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAPAVA	45189305000112001	R$ 199.000,00	28040013	10301201585810035
SP	CAMPINAS	PREF MUN DE CAMPINAS	51885242000112001	R$ 46.050,00	25200004	10301201585810035
SP	CATANDUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVA	14033464000112001	R$ 249.997,65	31820010	10301201585810538
SP	GUARANI D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12463941000112001	R$ 60.000,00	90410020	10301201585810035
SP	GUARANI D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12463941000112002	R$ 100.000,00	26250024	10301201585810035
SP	LORENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LORENA	10872126000112005	R$ 200.000,00	28040013	10301201585810035
SP	MIRANDOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRANDOPOLIS - SP	13878910000112002	R$ 150.000,00	25310012	10301201585810035
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE	55356653000112003	R$ 100.000,00	36200003	10301201585810035
SP	QUELUZ	QUELUZ PREFEITURA	46670931000112001	R$ 200.000,00	28040013	10301201585810035
TO	GURUPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11336672000112001	R$ 500.000,00	20450002	10301201585810017
TOTAL				R$ 12.967.976,83		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.402, DE 5 DE JULHO DE 2012

Habilita os Municípios e os Estados a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, resolve;

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios e os Estados descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais e Municipais, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	MACAPÁ	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPÁ	23086.176000/1120-01	11350019	198.360,00	10.302.2015.8535.0016
AP	MACAPÁ	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPÁ	23086.176000/1120-02	11350019	202.400,00	10.302.2015.8535.0016

AP	MACAPÁ	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPA	23086.176000/1120-03	11350019	140.790,00	10.302.2015.8535.0016
AP	MACAPÁ	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPA	23086.176000/1120-04	11350019	125.200,00	10.302.2015.8535.0016
AP	MACAPÁ	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPA	23086.176000/1120-05	11350019	138.600,00	10.302.2015.8535.0016
AP	MACAPÁ	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPA	23086.176000/1120-07	11350019	89.300,00	10.302.2015.8535.0016
MS	NOVA ANDRADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA	03173.317000/1120-01	29340008	800.000,00	10.302.2015.8535.0476
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO	42498.717000/1120-06	13450014	499.980,00	10.302.2015.8535.0678
SP	MARÍLIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARILIA	14278.219000/1120-02	31350001	20.000,00	10.302.2015.8535.0035

PORTARIA Nº 1.403, DE 5 DE JULHO DE 2012

Habilita municípios a receberem recursos referentes ao Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família e o Incentivo para construção dos Polos da Academia da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria nº 2.226/GM/MS, de 18 de setembro de 2009, republicada em 20 de novembro de 2009, que institui no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família;

Considerando a Portaria nº 1.401/GM/MS, de 15 de junho de 2011 que institui, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Incentivo para construção de Polos da Academia da Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios descritos no Anexo I a receberem recursos referentes ao Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família.

Art. 2º Ficam habilitados os Municípios descritos no Anexo II a receberem recursos referentes ao Incentivo para construção de Polos da Academia da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência do recurso financeiro de investimento estabelecido no art. 7º da Portaria nº 2.226/GM/MS, de 18 de setembro de 2009, republicada em 20 de novembro de 2009 e art. 7º da Portaria nº 1.401/GM/MS, de 15 de junho de 2011 para os Fundos Municipais de Saúde ou Fundo de Saúde do Distrito Federal.

Art. 4º Os recursos orçamentários de que trata esta Portaria farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma dos Anexos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

MUNICÍPIOS HABILITADOS PARA RECEBIMENTO DO RECURSO DE IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

UF	MUNICIPIO	NU_SUBPROJETO	ESF	VALOR (R$)	CÓD. EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MS	PORTO MURTINHO	11160486000112007	1	200.000,00	29150004	10301201585810054
MS	PORTO MURTINHO	03107539000112006	1	200.000,00	20420010	10301201585810054
PA	XINGUARA	04144150000112004	1	200.000,00	26790005	10301201585810015
PB	PILAR	08867780000112001	1	200.000,00	27110005	10301201585810025
PR	RIO NEGRO	09127166000112002	1	200.000,00	28430008	10301201585810041
TOTAL				1.000.000,00		

ANEXO II

MUNICÍPIOS HABILITADOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO PARA CONSTRUÇÃO DOS POLOS DA ACADEMIA DA SAÚDE.

UF	MUNICIPIO	NU_SUBPROJETO	VALOR (R$)	CÓD. EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	11831471000112002	180.000,00	19070006	10301201585810016
PB	ALAGOA GRANDE	08753204000112003	80.000,00	27110005	10301201585810025
PE	CABROBO	10113710000112001	100.000,00	12180002	10301201585810026
PR	TIJUCAS DO SUL	10302092000112001	100.000,00	28430008	10301201585810041
RS	GUARANI DAS MISSOES	12051382000112002	100.000,00	28620019	10301201585810043
TOTAL			560.000,00		

PORTARIA Nº 1.404, DE 5 DE JULHO DE 2012

Habilita Municípios a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, republicada em 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Habilitar os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, republicada em 23 de dezembro de 2009.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma do Anexo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS E ESTADOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA

UF	MUNICIPIO	ENTIDADE	NU_SUBPROJETO	VALOR (R$)	EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMATICA
AL	GIRAU DO PONCIANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GIRAU DO PONCIANO-FMSGP	11277599000112001	R$ 100.000,00	27280002	10301201585810027
BA	SALVADOR	BAHIA SECRETARIA DE SAUDE DO ESTADO	13937131000112007	R$ 800.000,00	27450008	10301201585810029
CE	ITATIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITATIRA	11335738000112002	R$ 250.000,00	31250009	10301201585810023
CE	QUITERIANOPOLIS	MUNICIPIO DE QUITERIANOPOLIS/PREFEITURA MUNICIPAL	07551179000112001	R$ 250.000,00	27010004	10301201585810023
MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA QUITERIA DO MARANHAO	13851179000112001	R$ 1.000.000,00	26140006	10301201585810300
MA	SAO LUIS	MUNICIPIO DE SAO LUIS - PREFEITURA MUNICIPAL	06307102000112006	R$ 247.590,00	26950014	10301201585810021
MG	SANTA VITORIA	SANTA VITORIA PREFEITURA	18457226000112001	R$ 99.943,00	20180006	10301201585810031
MT	VARZEA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARZEA GRANDE	11364895000112016	R$ 377.500,00	28920014	10301201585810488
PA	ULIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ULIANOPOLIS	11413842000112002	R$ 250.000,00	34910009	10301201585810015
PR	CAMPO MOURAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09253109000112003	R$ 300.000,00	19680007	10301201585810041
PR	LARANJAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LARANJAL	09313556000112001	R$ 149.984,00	19680007	10301201585810041
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	09000336000112005	R$ 100.000,00	19680007	10301201585810041
PR	TERRA ROXA	MUNICIPIO DE TERRA ROXA	75587204000112029	R$ 38.285,00	28490008	10301201585810041
PR	TERRA ROXA	MUNICIPIO DE TERRA ROXA	75587204000112032	R$ 36.730,00	18740009	10301201585810041
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS	84744994000112001	R$ 150.000,00	26850004	10301201585810011
SP	CUBATAO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATAO	47492806000112008	R$ 299.299,60	28030002	10301201585810035
SP	ILHABELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13885112000112001	R$ 150.000,00	28180002	10301201585810035
TO	ANANAS	ANANAS PREFEITURA MUNICIPAL	00237362000112001	R$ 250.000,00	26900004	10301201585810017
TO	GURUPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11336672000112003	R$ 300.000,00	26910002	10301201585810017
TOTAL				R$ 5.149.331,60		

PORTARIA Nº 1.405, DE 5 DE JULHO DE 2012

Habilita os Municípios e os Estados a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, resolve;

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios e os Estados descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência, dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais e Municipais, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MA	LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	01612.337000/1120-06	31790015	800.000,00	10.302.2015.8535.0166
RJ	SEROPÉDICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEROPÉDICA	01604.139000/1120-04	23900002	188.582,00	10.302.2015.8535.0033
RS	CAPÃO DA CANOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPÃO DA CANOA	90836.693000/1120-03	20770008	198.000,00	10.302.2015.8535.0043
SC	FLORIANÓPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA	80673.411000/1120-06	31830008	500.000,00	10.302.2015.8535.0042
SP	MACATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACATUBA	46200.853000/1120-01	25340007	40.520,00	10.302.2015.8535.0035
SP	SANTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTOS	11939.723000/1120-04	17990003	1.000.000,00	10.302.2015.8535.0772

PORTARIA Nº 1.406, DE 5 DE JULHO DE 2012

Habilita Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.648/GM/MS, de 7 de novembro de 2011, que redefine as diretrizes para Implantação do Componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e do conjunto de serviços de Urgência (24h) da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.171/GM/MS, de 5 de junho de 2012, que dispõe sobre o incentivo financeiro de investimento para construção e ampliação no âmbito do Componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e do conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.173/GM/MS de 5 de junho de 2012, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) referente ao ano de 2012; e

Considerando a pactuação realizada nas Comissões Intergestores Bipartites, resolve:

Art. 1º Ficam habilitadas as Unidades de Pronto Atendimento - UPA no respectivo porte nas localidades constantes no anexo desta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria nº 1.171/GM/MS, de 5 de junho de 2012, na forma definida nos arts. 5º e 11 da mesma Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.2015.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

UF	Município	Modalidade	Proponente	Porte da UPA	Valor da UPA	nº da proposta
MG	Oliveira	Ampliada	SMS	I	R$1.060.095,00	14033.330000/1120-06
				Total	R$1.060.095,00	
PR	Realeza	Ampliada	SMS	I	R$ 35.700,00	09158.413000/1120-01
				Total	R$35.700,00	
RS	Montenegro	Nova	SMS	I	R$1.400.000,00	12035.129000/1120-02
RS	Viamão	Nova	SMS	III	R$2.600.000,00	88000.914000/1120-12
				Total	R$ 4.000.000,00	
SP	Araras	Ampliada	SMS	I	R$ 534.750,00	15422.708000/1120-02
SP	Santos	Ampliada	SMS	III	R$ 1.602.690,00	11939.723000/1120-09
				Total	R$ 2.137.440,00	

PORTARIA Nº 1.407, DE 5 DE JULHO DE 2012

Estabelece recursos financeiros destinados aos Hospitais Universitários Federais.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, que institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), dispõe sobre o financiamento compartilhado dos hospitais universitários federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais;

Considerando a Portaria Interministerial nº 883/MEC/MS/MP, de 5 de julho de 2010, que regulamenta Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010,

Considerando a pactuação do Comitê Gestor do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF); e

Considerando a pactuação entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão representação dos Hospitais Universitários Federais/MEC, gestores estaduais e gestores municipais no que diz respeito à assistência, ensino/pesquisa e a ampliação de serviços no sentido de atender às necessidades levantadas pelos gestores locais, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro no montante de R$ 101.584.147,99 (cento e um milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, cento e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos), correspondente a primeira parcela dos recursos do REHUF do exercício de 2012, a ser disponibilizado às Universidades Federais constantes no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo são destinados aos Hospitais Universitários Federais/MEC.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para descentralização orçamentária, no valor descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A liberação dos recursos financeiros fica condicionada a comprovação, pelos Hospitais, da sua necessidade para pagamento imediato, de forma a não comprometer o fluxo de caixa do Fundo Nacional de Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.20G8.0001 - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS					
Nº	UF	MUNICÍPIO	SIGLA	UNIVERSIDADE	TOTAL GERAL
1	AL	Maceió	UFAL	Universidade Federal de Alagoas	1.734.020,83
2	AM	Manaus	UFAM	Universidade Federal de Amazonas	1.069.133,24
3	BA	Salvador	UFBA	Universidade Federal da Bahia / Maternidade Climério de Oliveira	161.898,75
4	BA	Salvador	UFBA	Universidade Federal da Bahia / Hospital Universitário Prof. Edgard Santos	875.155,48
5	CE	Fortaleza	UFC	Universidade Federal do Ceará / Hospital Universitário Walter Cantídio	1.687.155,40
6	CE	Fortaleza	UFC	Universidade Federal do Ceará / Maternidade Escola Assis Chateaubriand	2.150.296,10
7	DF	Brasília	UNB	Universidade de Brasília	2.281.118,31
8	ES	Espirito Santo	UFES	Universidade Federal do Espirito Santo	3.352.256,48
9	GO	Goiânia	UFG	Universidade Federal de Goiás	3.557.261,40
10	MA	São Luís	UFMA	Universidade Federal do Maranhão	7.180.184,53
11	MG	Belo Horizonte	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	6.216.310,54
12	MG	Juíz de Fora	UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	1.103.217,18
13	MG	Uberaba	UFTM	Universidade Federal do Triangulo Mineiro	3.041.992,31
14	MG	Uberlândia	UFU	Universidade Federal de Uberlândia	6.516.048,79
15	MS	Dourados	UFGD	Universidade Federal Grande Dourados	1.460.848,01
16	MS	Campo Grande	UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2.985.854,05
17	MT	Cuiabá	UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso	879.666,59
18	PA	Belém	UFPA	Universidade Federal do Pará / Hospital Universitário João de Barros Barreto	2.274.351,64
19	PA	Belém	UFPA	Universidade Federal do Pará / Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza	40.098,76
20	PB	Campina Grande	UFCG	Universidade Federal de Campina Grande	1.275.140,62
21	PB	João Pessoa	UFPB	Universidade Federal da Paraíba	1.602.446,77
22	PE	Recife	UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	4.553.715,63
23	PR	Curitiba	UFPR	Universidade Federal do Paraná / Maternidade Vitor Ferreira do Amaral	185.707,39
24	PR	Curitiba	UFPR	Universidade Federal do Paraná / Hospital de Clínicas	1.980.452,78
25	RJ	Niterói	UFF	Universidade Federal Fluminense	2.475.847,92
26	RJ	Rio de Janeiro	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Ginecologia	18.044,44
27	RJ	Rio de Janeiro	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro / Hospital Escola São Francisco de Assis	18.796,29
28	RJ	Rio de Janeiro	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Doenças do Tórax	22.555,55
29	RJ	Rio de Janeiro	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Neurologia Deolindo Couto	62.153,08
30	RJ	Rio de Janeiro	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira	472.664,15
31	RJ	Rio de Janeiro	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro / Maternidade Escola	617.520,93
32	RJ	Rio de Janeiro	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Psiquiatria	725.536,97
33	RJ	Rio de Janeiro	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro / Hospital Universitário Clementino Fraga Filho	3.999.851,49
34	RJ	Rio de Janeiro	UNIRIO	Universidade do Rio de Janeiro / Hospital Universitário Gaffrée e Guinle	1.780.886,26
35	RN	Natal	UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Hospital de Pediatria Prof. Heriberto F. Bezerra	48.243,82
36	RN	Natal	UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Hospital Universitário Onofre Lopes	871.396,22
37	RN	Natal	UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Maternidade Escola Januário Cicco	1.002.469,04
38	RN	Santa Cruz	UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Hospital Universitário Ana Bezerra	159.893,81
39	RS	Pelotas	UFPEL	Universidade Federal de Pelotas	1.390.675,18
40	RS	Porto Alegre	HCPA	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	9.072.094,23
41	RS	Rio Grande	FURG	Fundação de Apoio ao Hospital de Ensino de Rio Grande	2.139.268,94
42	RS	Santa Maria	UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	4.130.924,31
43	SC	Florianópolis	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	3.164.794,77
44	SE	Aracajú	UFS	Universidade Federal de Sergipe	577.422,17
45	SP	São Paulo	UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo	10.668.776,80
TOTAL					101.584.147,99

PORTARIA Nº 1.408, DE 5 DE JULHO DE 2012

Habilita Municípios a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 204 GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, republicada em 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, resolve:

Art. 1º Habilitar os Municípios descritos no Anexo desta Portaria, a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência, dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, republicada em 23 de dezembro de 2009.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.301.2015.8581.0001 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA

UF	MUNICIPIO	ENTIDADE	NU_SUBPROJETO	VALOR (R$)	FUNCIONAL_PROGRAMATICA
PA	BRASIL NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11283607000112001	R$ 190.000,00	10.301.2015.8581.0001
PA	BRASIL NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11283607000112002	R$ 164.065,00	10.301.2015.8581.0001

PORTARIA Nº 1.409, DE 5 DE JULHO DE 2012

Habilita os Municípios e os Estados a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, resolve;

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios e os Estados descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência, dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo e para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o seguinte Programa de Trabalho:

I - 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, e

II - 10.302.2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	MACAPÁ	SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPÁ	23086.176000/1110-10	6.410.464,00	10.302.2015.8535.0001

ANEXO II - REDE DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CÂNCER DE COLO E MAMA - PI: RCA-RCAN

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	PAULO AFONSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO AFONSO	08704.475000/1120-04	2.006.794,00	10.302.2015.8535.0001

ANEXO III - REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS - HOSPITALAR - PI: RAU-HOSP

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MT	VÁRZEA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE	11364.895000/1120-25	1.490.970,00	10.302.2015.8933.0001

RETIFICAÇÕES

No Anexo da Portaria nº 1.720/GM/MS, de 1º de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 125, de 2 de julho de 2010, Seção 1, página 203.

ONDE SE LÊ:

ANEXO

MG	PM FREI INOCÊNCIO	16945.990000/1100-01	396.740,00	14360005	10.302.1220.8535.0001

LEIA-SE:

MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI INOCÊNCIO	16945.990000/1100-01	396.740,00	10.302.2015.8535.0001

Na Portaria nº 3.009/GM/MS, de 16 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 20 de dezembro de 2011, Seção 1, página 77,

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

ONDE SE LÊ:

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MA	SÃO LUÍS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUÍS	05760.293000/9110-11	747.427,00	10.302.1220.8535.0021

LEIA-SE:

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MA	SÃO LUÍS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUÍS	05760.293000/9110-11	747.927,00	10.302.2015.8535.0001

No Art. 3º da Portaria nº 3.170/GM/MS, de 28 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 250, de 29 de dezembro de 2011, Seção 1, página 47.

ONDE SE LÊ:

"Mogi Mirim (SP)."

LEIA-SE:

"Mogi das Cruzes (SP)."

ONDE SE LÊ:

ANEXO

"Mogi Mirim (SP), com total de 526.633 habitantes."

LEIA-SE:

ANEXO

"Mogi das Cruzes (SP), com total de 526.633 habitantes."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RETIFICAÇÕES

No Anexo da Portaria nº 1.720/GM/MS, de 1º de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 125, de 2 de julho de 2010, Seção 1, página 203.

ONDE SE LÊ:

ANEXO

MG	PM FREI INOCÊNCIO	16945.990000/1100-01	396.740,00	14360005	10.302.1220.8535.0001

LEIA-SE:

MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI INOCÊNCIO	16945.990000/1100-01	396.740,00	10.302.2015.8535.0001

Na Portaria nº 3.009/GM/MS, de 16 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 20 de dezembro de 2011, Seção 1, página 77,

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

ONDE SE LÊ:

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MA	SÃO LUÍS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUÍS	05760.293000/9110-11	747.427,00	10.302.1220.8535.0021

LEIA-SE:

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MA	SÃO LUÍS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUÍS	05760.293000/9110-11	747.927,00	10.302.2015.8535.0001

No Art. 3º da Portaria nº 3.170/GM/MS, de 28 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 250, de 29 de dezembro de 2011, Seção 1, página 47.

ONDE SE LÊ:

"Mogi Mirim (SP)."

LEIA-SE:

"Mogi das Cruzes (SP)."

ONDE SE LÊ:

ANEXO

"Mogi Mirim (SP), com total de 526.633 habitantes."

LEIA-SE:

ANEXO

"Mogi das Cruzes (SP), com total de 526.633 habitantes."

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.226, DE 5 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre a decretação da Portabilidade Extraordinária dos beneficiários da operadora CANP SAÚDE S/C LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 4º, inciso XXXIV, e 10, inciso II da Lei n.º 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em vista do disposto nos arts. 24 e 24-D da Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, e na forma prevista nos arts. 6º, inciso IV, e 86, inciso II, alínea "c" da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião ordinária de 25 de junho de 2012, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves, constantes no processo administrativo nº 33902.132592/2010-01, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica fixado o prazo de até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora CANP SAÚDE S/C LTDA, registro ANS cancelado nº 34.487-7 e CNPJ nº 02.908.125/0001-40, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências poderá ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente de o tipo de contratação do plano de origem ser individual ou familiar, coletivo por adesão ou coletivo empresarial, e da data de aniversário dos contratos;

II - os beneficiários que não tenham cumprido, no plano de origem, os prazos de carência previstos para os seus contratos, nos termos do inciso V do art. 12 da Lei nº 9.656, de 1998, ou que estejam cumprindo cobertura parcial temporária, poderão exercer a portabilidade extraordinária, sujeitando-se aos períodos remanescentes de carência e cobertura parcial temporária;

III - a portabilidade extraordinária poderá ser exercida entre planos de segmentações assistenciais distintas, desde que sejam cumpridos os períodos de carência e de cobertura parcial temporária para as coberturas incluídas no plano de destino e não previstas no plano de origem.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária os requisitos previstos nos incisos II, III e IV e nos §§ 1º e 2º do arts. 3º da Resolução Normativa nº 186, de 2008.

§ 2º Não será exigida a apresentação do relatório previsto nos arts. 18 e 19 da Instrução Normativa nº 19, de 3 de abril de 2009, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos, devendo ser apresentados apenas os três últimos boletos vencidos recebidos pelo beneficiário antes da edição da Resolução Operacional nº 1.208, de 20 de abril de 2012, nos termos do inciso I do art. 8º da Resolução Normativa nº 186, de 2008.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.227, DE 5 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora UNIMED Fronteira Noroeste/RS Cooperativa Médica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno, aprovado pela RN n.º 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 25 de junho de 2012, considerando os elementos constantes dos processos administrativos n.º 33902.197949/2010-99 e 33902.773247/2011-03, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto no inciso I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o Regime de Direção Fiscal na operadora UNIMED Fronteira Noroeste/RS Cooperativa Médica Ltda, registro ANS nº 35.217-9, inscrita no CNPJ sob n.º 87.689.527/0001-53.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.228, DE 5 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora AMERICLÍNICAS Assistência Médica Hospitalar Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa RN nº 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 25 de junho de 2012, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo n.º 33902.210460/2008-03, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 82, da RN 197 de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora AMERICLÍNICAS Assistência Médica Hospitalar Ltda, registro ANS nº 37.526-8, inscrita no CNPJ sob o nº 60.723.236/0001-88.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

CONSULTA PÚBLICA Nº 47, DE 5 DE JULHO DE 2012

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do art. 10º da Lei nº 9.961 de 28 de janeiro de 2000 e art. 35 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, adotou, por ocasião da 336ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de junho de 2012, a seguinte Consulta Pública e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º - Fica aberto, a contar de 7 (sete) dias da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas a esta proposta:

I - Resolução Normativa que dispõe sobre os procedimentos de adequação econômico-financeira das operadoras de planos privados de assistência à saúde de que trata a alínea "e" do inciso XLI do artigo 4º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; revoga a RN nº 199, de 07 de agosto de 2009; e dá outras providências.

Art. 2º - A proposta de Resolução Normativa e a correspondente exposição de motivos estarão disponíveis na íntegra, durante o período de consulta, no endereço eletrônico www.ans.gov.br.

Art. 3º - As sugestões e comentários poderão ser encaminhados por meio do endereço eletrônico mencionado no artigo anterior, para preenchimento de formulário disponível na página da ANS, em "Participação da Sociedade", no item "Consultas Públicas".

Art. 4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 5 DE JULHO DE 2012

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 339ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 28 de junho de 2012, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos de ressarcimento ao SUS:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Deliberação
33902.496555/2011-00	ASSOCIAÇÃO POLICIAL DE ASSISTÊNCIA Á SAÚDE DA BAIXADA SANTISTA	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH
33902.082350/2011-32	CENTRAL NACIONAL UNIMED COOPERATIVA CENTRAL	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.349857/2010-09	CENTRO BARBACENA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH
33902.282655/2010-61	CÍRCULO OPERÁRIO CAXIENSE	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.159166/2003-88	COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO PLANALTO NORTE DE SC LTDA	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.082348/2011-63	CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH
33902.282708/2010-44	EXCELSIOR MED LTDA	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33902.282718/2010-80	FILOSANITAS SAÚDE LTDA	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH
33902.349991/2010-00	HOSPITAL MARECHAL CÂNDIDO RONDON LTDA	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no despacho nº 523/2012/DIPRO/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS e pela ratificação da revisão *ex officio* realizada pelo Diretor da DIDES para reduzir os valores referentes as AIHS listadas no despacho nº 523/2012/DIPRO/ANS
33902.177508/2010-71	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO - HOSPITAL SÃO VICENTE	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH
33902.082726/2011-17	MADRE THEODORA ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR LTDA	DIGES	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.008407/2007-55	MULTICLÍNICA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.350098/2010-19	OPS - PLANOS DE SAÚDE S/A	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.360921/2010-02	QUALIMED LTDA	DIGES	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.082902/2011-11	SAMED - SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA MÉDICA ODONTOLÓGICA E HOSPITALAR S/A	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.360933/2010-29	SAMP MINAS ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIGES	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.311750/2010-80	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.350186/2010-11	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DONA CAROLINA MALHEIROS	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.028201/2006-61	SANTAMÁLIA SAÚDE S/A	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.311871/2010-21	SOCIEDADE DIVINA PROVIDÊNCIA - SAÚDE CONCEIÇÃO	DIGES	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.083213/2011-15	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no despacho nº 524/2012/DIPRO/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS e pela ratificação da revisão *ex officio* realizada pelo Diretor da DIDES para reduzir os valores referentes a AIH nº 3507120089253
33902.350274/2010-12	UNIÃO SAÚDE S/S LTDA	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.350287/2010-91	UNIMED ALTO DA SERRA SOC COOP DE SERVIÇO MÉDICO LTDA	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no despacho nº 498/2012/DIPRO/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS e pela ratificação da revisão *ex officio* realizada pelo Diretor da DIDES, a fim de retificar os valores a serem ressarcidos as AIHS nº 4307101127968 e 4307103355159, reduzindo-as
33902.361074/2010-95	UNIMED BARBACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.311950/2010-32	UNIMED CACERES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS nº 3206102418442) e 3206102418475
33902.283112/2010-61	UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.350329/2010-94	UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.177650/2010-18	UNIMED CURITIBA SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS	DIGES	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIH
33902.157574/2007-29	UNIMED DE BETIM COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no despacho nº 2371/2012/DIFIS/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS. Deve-se, contudo, observar a retificação do valor das AIHS listadas no despacho nº 2371/2012/DIFIS/ANS determinada no juízo de reconsideração feito pela DIDES
33902.083294/2011-53	UNIMED DE BIRIGUI COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.008762/2007-24	UNIMED DE BRAGANÇA PAULISTA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.361132/2010-81	UNIMED DE CASCAVEL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.083302/2011-61	UNIMED DE CASCAVEL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no despacho nº 516/2012/DIPRO/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS e pela ratificação da revisão *ex officio* realizada pelo Diretor da DIDES, para reduzir os valores referentes as AIHS nº 4107105721169 (competência 10/2007) e 4107106769711
33902.186172/2004-99	UNIMED DE JATAÍ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH
33902.028526/2006-43	UNIMED DE SÃO JOSE DOS CAMPOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listada no despacho nº525/2012/DIPRO/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIHS e pela ratificação da revisão *ex officio* realizada pelo Diretor da DIDES, para reduzir os valores referente a AIH 2940326191
33902.361192/2010-01	UNIMED DE TUBARÃO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DA REGIÃO DA AMUREL	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.283219/2010-18	UNIMED DE VOTUPORANGA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.283244/2010-93	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS, pela ratificação da revisão *ex officio* realizada pelo Diretor da DIDES para reduzir a dedução concedida anteriormente a AIH nº 4306106913053, majorando-a, e para retornar a cobrança para o valor original para a AIH nº 4206103462957 e pela retificação do valor a ser ressarcido, reduzindo-o em relação as AIHS listadas no despacho nº 323/2012/DIGES, nos termos do juízo de reconsideração realizada pelo Diretor da DIDES
33902.361224/2010-61	UNIMED IMPERATRIZ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.083395/2011-24	UNIMED INCONFIDENTES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.083404/2011-87	UNIMED JUIZ DE FORA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no despacho nº 522/2012/DIPRO/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS e pela ratificação da revisão ex officio realizada pelo Diretor da DIDES para reduzir os valores referentes a AIH nº 3507121646820
33902.350551/2010-97	UNIMED LEOPOLDINA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.177774/2010-01	UNIMED LITORAL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.361255/2010-11	UNIMED NOROESTE DO PARANÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.361273/2010-01	UNIMED PATO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.361316/2010-41	UNIMED SÃO JOÃO NEPOMUCENO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH nº 3107106605790 (competência 08/2007)
33902.350654/2010-57	UNIMED UBERABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.361348/2010-46	UNIMED VALE DO PARAÍBA - FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.054715/2005-91	VITALLIS SAÚDE S/A	DIPRO	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM MATO GROSSO

DECISÃO DE 4 DE JULHO DE 2012

O Chefe do NUCLEO DA ANS MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 4931 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33903.006022/2010-49	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Deix. de gar. as coberts. obrigats. previs. no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulamentação p/ os planos privados de assist. à saúde, incluindo a inscr. de filhos naturais e adotivos prev. nos seus incs. III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656).	88000 (OITENTA E OITO MIL REAIS)

ANDRÉ MALHEIROS RIBEIRO

NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÃO DE 4 DE JULHO DE 2012

A Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 43, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.018030/2011-63	M.M.N. SAUDE LTDA	339032.	02.552.713/0001-93	Negar em 22.06.11 cob. internação hospitalar p/ benef. J.F.S. cuja cob. estava prev. Cl. 8ª "Convenio para cobertura de custos em Assist. Médica"; não enviar atualização situação do nome da J.F.S. de forma manter dados cadastrais de benefs. atualizados, corretos e fidedignos no SIB/ANS, constatada pela fiscalização em 24.08.11. (Art.25 da Lei 9.656; art. 20, caput, da Lei 9656 c/c art. 3º, § único, da RN 250).	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
25779.016000/2011-12	SAMP ESPÍRITO SANTO ASSISTENCIA MÉDICA LTDA.	342033.	02.403.281/0001-59	Deixar garantir em 06/11, benef. R.S.R., cobertura proced. Gastroplastia p/ obesidade mórbida. (Art.12, II da Lei 9.656 c/c Anexo V da RN 85).	70.400,00 (SETENTA MIL, QUATROCENTOS REAIS)

EUNICE MOURA DALLE

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÃO DE 21 DE JUNHO DE 2012

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.002274/2012-96	SAUDE ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL LTDA.	300926.	60.538.436/0001-60	Deixar de gar. cob. p/ realiz. da cirur. Hernior. Ing., p/ o benef., Sr. M.R.A.. Art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9.656/98.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 560, DE 4 DE JULHO DE 2012

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14, inciso XII, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.335, de 19 de outubro de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 subsequente, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental, do Departamento de Saúde Ambiental - Desam, da Fundação Nacional de Saúde que tem a finalidade de promover a saúde e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de diferentes comunidades e grupos populacionais, com ações financiadas pela Funasa.

Art. 2º O Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental visa apoiar técnica e financeiramente instituições governamentais e não governamentais sem fins lucrativos, seguindo os princípios da administração pública e os critérios técnicos definidos pela instituição em conformidade com as diretrizes e prioridades propostas pelo Departamento de Saúde Ambiental da Funasa.

Art. 3º As ações das propostas apresentadas devem obedecer aos princípios contidos no documento do Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental.

Art. 4º Os pleitos deverão ser formulados com base no Programa de Fomento, estabelecido no Anexo desta Portaria e encaminhados por intermédio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, disponível no site www.convenios.gov.br, na forma do Edital de Chamamento Público, a ser divulgado posteriormente, definindo prazo para apresentação e o critério de seleção das propostas.

Art. 5° Caberá ao Departamento de Saúde Ambiental e suas respectivas unidades técnicas, nas Superintendências Estaduais da Funasa, dar publicidade aos objetivos, metas e linhas prioritárias do programa, analisar, selecionar, aprovar e encaminhar os projetos, bem como, acompanhar e monitorar e avaliar a sua implementação junto às instituições e organizações financiadas.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON DE CARVALHO QUEIROZ FILHO

ANEXO

PROGRAMA DE FOMENTO ÁS AÇOES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL

Critérios de elegibilidade e prioridades e linhas de atuação para credenciamento seleção das propostas do Programa de Fomento das Ações de Educação em Saúde Ambiental.

1. APRESENTAÇÃO

A Fundação Nacional de Saúde, órgão vinculado ao Ministério da Saúde, tem como missão promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental, em consonância com o Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde, com a Política Nacional de Saneamento Básico e a Política Nacional de Promoção da Saúde.

Em sua estrutura, a área de Saúde Ambiental, tem como competência:

-a formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental;

-o controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e

- o apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

A Educação em Saúde Ambiental, compreendida como estratégica e supletiva às áreas finalísticas da Funasa cumpre fomentar a elaboração e execução de projetos visando à inclusão social, a promoção e proteção da saúde, nos níveis de gestão do Sistema Único de Saúde - SUS.

2. O PROGRAMA DE FOMENTO ÀS AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL

O Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental da Fundação Nacional de Saúde se configura como estratégico à promoção da saúde de diferentes comunidades e grupos populacionais. Tem por objetivo apoiar técnica e financeiramente ações de educação em saúde ambiental para a melhoria da qualidade de vida da população.

As ações a serem apoiadas pelo Programa devem estar orientadas para o desenvolvimento da consciência crítica da coletividade sobre os determinantes e condicionantes sócio-ambientais e sanitários que afetam a saúde humana e a sua qualidade de vida.

2.1 Dos Princípios e Diretrizes

Os princípios e diretrizes do Programa estão balizados pelos seguintes conceitos:

a) Promoção da Saúde: é resultante de um conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, comportamentais e também biológicos. De acordo com o Ministério da Saúde, é uma das estratégias de produção da saúde, um modo de operar que, articulado às demais estratégias e políticas do SUS, contribui para a construção de ações que possibilitem responder às necessidades sociais da saúde.

Da promoção da saúde decorrem importantes estratégias dentre as quais "a necessidade de ação ordenada entre governo, setores da saúde, saneamento, meio ambiente, e setores econômicos, organizações voluntárias e não governamentais, autoridades locais, indústria e mídia, respeitando diferenças sociais, culturais e econômicas, reforçando a ação comunitária e influência da sociedade na definição de políticas saudáveis. Na ótica da Promoção da Saúde é imprescindível uma maior articulação de esforços para que a intersetorialidade ocorra."

b) Saúde Ambiental: área da saúde pública afeta ao conhecimento científico, à formulação de políticas públicas e às correspondentes intervenções (ações) relacionadas à interação entre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural e antrópico que a determinam, condicionam e influenciam, com vistas a melhorar a qualidade de vida do ser humano, sob o ponto de vista da sustentabilidade;

c) Educação em Saúde Ambiental: é um processo educativo permanente, sistemático e contínuo, que ocorre nas relações que se estabelecem entre os diversos sujeitos na sociedade, no meio ambiente, com as diversas formas de vida, que afetam a saúde humana e sua qualidade de vida.

2.2 Objetivos

2.2.1 Geral

Fomentar ações de educação em saúde ambiental para a promoção da saúde e contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população.

2.2.2 Específicos

- Apoiar a elaboração e implantação de projetos de educação em saúde ambiental, visando a promoção da saúde;

- Estimular ações permanentes de educação em saúde ambiental nos municípios;

- Contribuir para o empoderamento e sustentabilidade das comunidades;

- Contribuir com mudanças sócio ambientais e sanitárias nas comunidades.

2.3 Público Alvo

- população residente em comunidades ribeirinhas, remanescentes de quilombos, reservas extrativistas e assentamentos da reforma agrária;

- população residente em áreas de vulnerabilidade socioambiental;

- população residente na região do semiárido brasileiro;

- população residente em áreas de riscos ocasionados por desastres naturais;

- população residente em municípios beneficiados com programas e projetos da Funasa.

2.4 Instituições Executoras

O Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental visa apoiar técnica e financeiramente ações propostas por instituições de direito público das esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal e as entidades civis sem fins lucrativos.

2.5 Dos Critérios de Elegibilidade e Prioridade

Dos Critérios de Elegibilidade

- municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (< 0, 5);

- municípios com comunidades especiais (remanescentes de quilombos, reservas extrativistas, assentamentos da reforma agrária e ribeirinhas) em seu território;

- municípios com cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis.

2.5.2 Critérios de Prioridade

- municípios contemplados com recursos da Funasa em saneamento;

- municípios que não possuam área de educação em saúde ambiental estruturada;

- municípios com a Estratégia Saúde da Família (ESF) e/ ou Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) implantados;

- municípios do semiárido contemplados com a implantação de cisternas pelo Governo Federal;

- municípios em situação de risco de desastres naturais.

3. DAS LINHAS DE FOMENTO

LINHA I: Educação em Saúde Ambiental para a promoção da saúde em comunidades especiais (remanescentes de quilombos, reservas extrativistas, assentamentos da reforma agrária e ribeirinhas).

LINHA II: Educação em Saúde Ambiental para população em situação de vulnerabilidade socioambiental.

LINHA III: Educação em Saúde Ambiental para sustentabilidade socioambiental e sanitária de comunidades.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

LINHA IV: Educação em Saúde Ambiental voltada para a melhoria da qualidade da água para consumo humano.

LINHA V: Educação em saúde ambiental para a promoção da saúde das populações do semiárido brasileiro.

LINHA VI: Fortalecimento das ações de saúde ambiental nos municípios.

LINHA VII: Educação em saúde ambiental em projetos de coleta, reciclagem e destinação de resíduos sólidos.

LINHA VIII: Educação em saúde ambiental em comunidades em situação de riscos ocasionados por desastres naturais.

3.1 Dos componentes do Projeto

Todos os projetos deverão considerar preferencialmente três dentre os componentes abaixo listados, uma vez que os mesmos são integrativos, transversais e supletivos nas linhas de fomento às ações de educação em saúde ambiental:

- Mobilização comunitária;
- Comunicação de risco;
- Sustentabilidade das comunidades;
- Inclusão social;
- Metodologias participativas;
- Respeito ao saber, cultura e práticas locais;
- Controle social;
- Fortalecimento da cultura de promoção da saúde;
- Território de produção de saúde.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

O projeto deverá conter minimamente as especificações técnicas contidas neste documento, conforme roteiro a seguir sugerido. Outras informações para melhor compreensão e visualização da proposta poderão ser acrescentadas pelo proponente.

I - Caracterização da Instituição Proponente:

a. Nome
b. Endereço
c. Responsável Técnico
d. CNPJ da instituição

II - Detalhamento do Projeto de Ações de Educação em Saúde Ambiental:

a. Linha de fomento;
b. Nome do Projeto;
c. Objetivos;
d. Público a que se destina;
e. Caracterização do território onde o projeto será desenvolvido;
f. Ações propostas;
g. Resultados esperados;
h. Formas de Avaliação do Projeto (indicadores);
i. Custo total do Projeto - Memória de cálculo;
j. Cronograma de Execução Física do Projeto

Os prazos para encaminhamento dos projetos, seleção e divulgação dos beneficiados pelo Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental serão divulgados na página da Funasa, na internet, no endereço www.funasa.gov.br.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 621, DE 5 DE JULHO DE 2012

Aprova as Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas do Linfoma Difuso de Grandes Células B.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso das atribuições,

Considerando a necessidade de se estabelecerem parâmetros sobre o linfoma difuso de grandes células B no Brasil e de diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que as Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas (DDT) são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando as sugestões dadas à Consulta Pública SAS/MSM nº 29, de 25 de agosto de 2010;

Considerando o Registro de Deliberação nº 26/2010 da Comissão de Incorporação de Tecnologias - CITEC/MS; e

Considerando a avaliação do Departamento de Atenção Especializada - DAE/SAS, resolve:

Art. 1º Ficam aprovadas, na forma do Anexo desta Portaria, as Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas - Linfoma Difuso de Grandes Células B.

§ 1º As Diretrizes objeto deste Artigo, que contêm o conceito geral linfoma difuso de grandes células B, critérios de diagnóstico, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, são de caráter nacional e devem ser utilizadas pelas Secretarias de Saúde dos Estados e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

§ 2º É obrigatória a cientificação ao paciente, ou ao seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizado para o tratamento do linfoma difuso de grandes células B.

§ 3º Os gestores estaduais e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com a doença em todas as etapas descritas no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

ANEXO

DIRETRIZES DIAGNÓSTICAS E TERAPÊUTICAS EM ONCOLOGIA

LINFOMA DIFUSO DE GRANDES CÉLULAS B NO ADULTO

1.METODOLOGIA DE BUSCA E AVALIAÇÃO DA LITERATURA

Foi realizada em 30/01/2012 uma busca na base eletrônica Medline, acessada via PubMed, utilizando os descritores de interesse para linfoma difuso de grandes células B ("Diffuse Large B-Cell Lymphoma"): (systematic review [ti] OR meta-analysis [pt] OR meta-analysis [ti] OR systematic literature review [ti] OR (systematic review [tiab] AND review [pt]) OR consensus development conference [pt] OR practice guideline [pt] OR cochrane database syst rev [ta] OR acp journal club [ta] OR health technol assess [ta] OR evid rep technol assess summ [ta]) OR ((evidence based[ti] OR evidence-based medicine [mh] OR best practice* [ti] OR evidence synthesis [tiab]) AND (review [pt] OR diseases category[mh] OR behavior and behavior mechanisms [mh] OR therapeutics [mh] OR evaluation studies[pt] OR validation studies[pt] OR guideline [pt])) OR ((systematic [tw] OR systematically [tw] OR critical [tiab] OR (study selection [tw]) OR (predetermined [tw] OR inclusion [tw] AND criteri* [tw]) OR exclusion criteri* [tw] OR main outcome measures [tw] OR standard of care [tw] OR standards of care [tw]) AND (survey [tiab] OR surveys [tiab] OR overview* [tw] OR review [tiab] OR reviews [tiab] OR search* [tw] OR handsearch [tw] OR analysis [tiab] OR critique [tiab] OR appraisal [tw] OR (reduction [tw]AND (risk [mh] OR risk [tw]) AND (death OR recurrence))) AND (literature [tiab] OR articles [tiab] OR publications [tiab] OR publication [tiab] OR bibliography [tiab] OR bibliographies [tiab] OR published [tiab] OR unpublished [tw] OR citation [tw] OR citations [tw] OR database [tiab] OR internet [tiab] OR textbooks [tiab] OR references [tw] OR scales [tw] OR papers [tw] OR datasets [tw] OR trials [tiab] OR meta-analy* [tw] OR (clinical [tiab] AND studies [tiab]) OR treatment outcome [mh] OR treatment outcome [tw])) NOT (letter [pt] OR newspaper article [pt] OR comment [pt]).

Entre 103 referências encontradas, as 64 mais recentes (últimos cinco anos) foram selecionadas para revisão, das quais foram incluídos 22 estudos clínicos e meta-análises referentes a tratamento; e não foram considerados 20 estudos de ciência básica ou pré-clínica; 13 artigos sobre doenças fora do escopo destas Diretrizes; 7 revisões narrativas ou estudos opinativos; e 2 textos sobre produtos sem registro na ANVISA.

2.INTRODUÇÃO

Os linfomas (Doença de Hodgkin e Linfomas não Hodgkin) constituem um grupo de doenças neoplásicas malignas que se originam de células do sistema imunológico. Os Linfomas não Hodgkin (LNH) agressivos compreendem um grupo biológica e clinicamente heterogêneo de hemopatias malignas. Destes, o Linfoma Difuso de Grandes Células B (LDGC B) é o mais comum, correspondendo a cerca de 40% dos novos casos diagnosticados e a cerca de 30% de todos os casos de LNH. Juntamente com o Linfoma de Burkitt, o LDGC B é dos mais incidentes em indivíduos HIV positivos[1-4].

O LDGC B pode-se manifestar nos linfonodos ou sítios extra-nodais, como osso, pele, tireoide, trato gastro-intestinal (TGI), sistema nervoso central (SNC) e testículo. A taxa de resposta completa (RC) a diversos tratamentos do LDGC B, encontrada em muitos estudos, varia entre 70% e 80%; e, há 25 anos, o tratamento padrão, com um índice de cura dos doentes adultos com LDGC B de 30% a 40%, é o CHOP (ciclofosfamida, doxorrubicina, vincristina e prednisona)[5-7].

O Rituximabe é um anticorpo monoclonal quimérico contra o antígeno CD 20 presente na superfície dos linfócitos B normais e neoplásicos, que, quando associado ao CHOP (R-CHOP), conforme demonstrado estatisticamente, aumenta os percentuais de RC, de SLD e de sobrevida global (SG). Os resultados estatísticos conhecidos de pesquisas feitas com o R-CHOP mostram um aumento de 20,6% na taxa de RC e uma diminuição de 31% no risco de morte em 04 anos. Um estudo da University of British Columbia (Vancouver, Canadá) mostrou que doentes com linfomas agressivos de célula B tratados com R-CHOP tiveram uma melhora absoluta de 18% na sobrevida livre de doença (SLD) em 02 anos e de 25% na sobrevida global (SG), quando comparado aos esquemas semelhantes ao CHOP, resultando numa diminuição de aproximadamente 50% no risco de morte nos primeiros 02 anos do diagnóstico[8-10].

As taxas de SLD e SG dos doentes tratados com o R-CHOP permanecem estatisticamente superiores no seguimento de 05 anos. Em revisões sistemáticas envolvendo doentes de LDGC B, o uso associado na quimioterapia com finalidade curativa apresentou um impacto de mais de 11% de probabilidade de sobrevida em 36 meses. Quando comparados CHOP versus R-CHOP, os seguintes resultados se apresentaram no estudo GELA (idosos): 53% versus 36% vivos em 07 anos; no estudo E4494 (idosos): 74% versus. 63% vivos em 02 anos; e no estudo MinT (adultos): 95% versus 86% vivos. A quimioterapia com Rituximabe, no Canadá, aumentou a sobrevida em 2 anos para idosos (67% vs 40%) e adultos (87% vs 69%) com LDGC B[11-13].

Não se recomenda o uso de Rituximabe em doentes de LDGC B com anti-HIV positivo, mesmo em associação a terapia antiretroviral muito ativa e antibioticoterapia profilática, particularmente se os doentes apresentam contagem baixa de linfócitos CD4[14,15].

3.CLASSIFICAÇÃO ESTATÍSTICA INTERNACIONAL DE DOENÇAS E PROBLEMAS RELACIONADOS À SAÚDE (CID-10)

C-83.3 - Linfoma não-Hodgkin difuso de grandes células, reticulossarcoma ou sarcoma de células reticulares.

4.DIAGNÓSTICO E ESTADIAMENTO

O diagnóstico de LDGC B é estabelecido pela biopsia do tumor e, ao exame imuno-histoquímico ou de citometria de fluxo, a identificação de antígenos de linfócitos B (CD 19, 20, 22 e 79a), CD 45 e IgM de superfície[3,6,16].

Os seguintes exames são necessários para a avaliação inicial do doente e da extensão da doença (estadiamento):

- Exame físico;
- Hemograma completo com contagem de plaquetas e reticulócitos;
- Teste de Coombs;
- Desidrogenase lática sérica;
- Beta-2-microglobulina;
- Exame sorológico para hepatite do tipo B e C;
- Exame sorológico para HIV;
- Biopsia de medula óssea;
- Tomografia computadorizada tóraco-abdômino-pélvica;
- Exame do líquor em caso de infiltração linfomatosa da medula óssea, SNC ou estrutura na cabeça e pescoço.

O sistema de estadiamento preconizado é dado pela classificação - TNM - Classificação de Tumores Malignos - UICC (Ann Arbor)[17], em quatro estágios tumorais (estádios):

ESTÁDIO	EXTENSÃO DA DOENÇA	SUBESTÁDIO
I	Cadeia linfonodal única. Localização/órgão extralinfático único, localizado.	IE
II	Duas ou mais cadeias linfonodais, mesmo lado do diafragma. Local/órgão extra-linfático único, localizado, com seus linfonodos regionais, com ou sem outras cadeias linfonodais do mesmo lado do diafragma.	IIE
III	Cadeias linfonodais em ambos os lados do diafragma com ou sem local/órgão extralinfático único, localizado.	IIIE
	Baço.	IIIS
	Ambos.	IIIE+S
IV	Comprometimento difuso ou multifocal de órgão(s) extralinfático(s) com ou sem linfonodo(s)	
	regional(ais); órgão extralinfático isolado e linfonodos não regionais.	
Qualquer	Sem perda de peso/febre/sudorese.	A
	Com perda de peso/febre/sudorese.	B

Com a finalidade de estimar prognóstico, recomenda-se registrar o número de fatores de risco segundo o Índice Prognóstico Internacional (IPI), entre os seguintes: Idade maior do que 60 anos, estágio III ou IV, acometimento de mais de um sítio extra-nodal, perfomance status maior do que 2 e dosagem sérica de desidrogenase láctica além do limite máximo normal.

De acordo com o número de fatores presentes, classificam-se os seguintes grupos de risco[2,6]:

- Baixo risco: 0 ou 1 fator de risco;
- Risco intermediário-baixo: 2 fatores de risco;
- Risco intermediário-alto: 3 fatores de risco;
- Alto risco: 4 ou 5 fatores de risco.

O IPI foi desenvolvido a partir de informações históricas sobre o tratamento de doentes com linfoma antes da introdução do rituximabe. Para doentes tratados com esquemas terapêuticos, quimioterápicos, contendo este medicamento, um agrupamento mais simples fornece boa discriminação prognóstica[18]:

- Baixo risco: nenhum fator de risco;
- Risco intermediário: 1 ou 2 fatores de risco;
- Alto risco: 3, 4 ou 5 fatores de risco.

Nos doentes com LDGC e infecção por HIV, o diagnóstico prévio de síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS/SIDA) e presença de 3 ou mais fatores de risco pelo IPI parecem indicar pior prognóstico[4].

5.OPÇÕES TERAPÊUTICAS

5.1- Quimioterapia de 1ª linha

5.1.1- CHOP

Ciclofosfamida - 750mg/m2 - EV - Dia 1
Doxorrubicina - 50mg/m2 - EV - D1
Vincristina - 1,4mg/m2 (máximo de 2mg) - EV - D1
Prednisona - 40mg/m2 - VO - D1 a D5
Intervalo de 21 dias

Total de ciclos = 06, podendo ser 08, se não se alcançar RC após o 4º ciclo ou se houver doença residual após o 6º ciclo. Porém, o tratamento deve ser suspenso na ausência de resposta após o 4º ciclo ou se houver progressão da doença na vigência da quimioterapia.

NOTA: O CHOP aqui descrito, caracterizado como CHOP-21, pode ser substituído pelo CHOP-14. Embora haja outros esquemas quimioterápicos de 1ª linha, o CHOP deve ser considerado o de escolha[5].

5.1.2- R-CHOP

Indicado para doentes com mais de 18 anos de idade e diagnóstico histopatológico de LDGC B CD 20 positivo de novo, (ou seja, sem ser por evolução de outro tipo de linfoma), excluindo-se linfoma primário cerebral; em estágio III ou IV, ou em estádio I ou II com sintomas B ou com doença volumosa (maior do que 7,5 cm); sem tratamento prévio; e com resultado de exame sorológico negativo para HIV e incompatível com hepatite tipo B e tipo C ativa[9,10]. O Rituximabe não é indicado se o CHOP é contra-indicado.

esquema terapêutico consiste no CHOP (o mesmo do item 5.1.1) associado ao rituximabe (375mg/m2 - EV - D1 - antes dos demais quimioterápicos), administrado em intervalo de 21 dias por

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

um total de seis (se se alcançar RC ao 4º ciclo) a oito ciclos (se não se alcançar RC após o 4º ciclo ou se houver doença residual após o 6º ciclo). Porém, o tratamento deve ser suspenso na ausência de resposta após o 4º ciclo ou se houver progressão da doença na vigência da quimioterapia.

5.2- Quimioterapia de 2ª linha

Indicada em caso de ausência de resposta após o 4º ciclo, ausência de RC após o 8º ciclo ou progressão na vigência da quimioterapia de 1ª linha, ou à primeira recidiva, utilizando-se esquemas terapêuticos como DHAP, ESHAP, EPOCH, ICE, MINE, com objetivo de identificar casos de doença sensível à quimioterapia e que possam se beneficiar de transplante autólogo de células tronco hematopoéticas [7,19-21].

O total de ciclos é 06, podendo ser 08, se não se alcançar RC após o 4º ciclo ou se houver doença residual após o 6º ciclo, porém, o tratamento deve ser suspenso na ausência de resposta após o 4º ciclo ou se houver progressão da doença na vigência da quimioterapia. O número total de ciclos dependerá da resposta clínica obtida, tolerância do paciente e tratamento subsequentemente indicado - transplante de células-tronco hematopoéticas ou radioterapia.

5.3- Quimioterapia de 3ª linha

Indicada com intuito paliativo em casos selecionados, quando houver ausência de resposta, progressão clínica ou recidiva após a quimioterapia de 2ª linha em doente com capacidade funcional classificada como Zubrod 0, 1 ou 2[19,22]. Utiliza-se esquema terapêutico não utilizado anteriormente como de 2ª linha.

Total de ciclos = 06, podendo ser 08, se não se alcançar RC após o 4º ciclo ou se houver doença residual após os 06 ciclos. Porém, o tratamento deve ser suspenso na ausência de resposta após o 4º ciclo ou se houver progressão da doença na vigência da quimioterapia.

5.4- Fator estimulante de crescimento de colônias de granulócitos

Reservado para os casos de doentes intensamente neutropênicos, em intervalo de quimioterapia (fora do nadir) e impedidos de receber a quimioterapia programada[23]. Caso as neutropenias (fora do nadir) se repetirem em pelo menos dois ciclos consecutivos, comprovadas por hemograma, pode-se adotar o tratamento profilático com o fator estimulante.

5.5- Transplante de Células-Tronco Hematopoéticas (TCTH)

A indicação de TCTH autólogo se faz para doentes com recidiva sensível à quimioterapia de 2ª linha, medicamente aptos para o procedimento.

O uso do rituximabe no tratamento inicial não limita a indicação de TCTH, mas pacientes primariamente refratários ou com recidiva resistente ao tratamento de 2ª linha não se beneficiam desta modalidade terapêutica. A obtenção de células-tronco para o procedimento pode ser feita da medula óssea (punção aspirativa) ou, preferencialmente, a partir do sangue periférico (aférese)[25-27].

As indicações e os procedimentos de TCTH devem observar o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplante em vigor no Brasil.

5.6- Radioterapia

A radioterapia não é uma modalidade terapêutica de uso estabelecido para doentes com LDGC B, ficando a sua utilização a critério das condutas adotadas nos serviços[28,29].

NOTA: Esgotadas as possibilidades terapêuticas descritas no item 5, o atendimento do doente assume caráter paliativo e deve ser privilegiado o controle de sintomas e a preservação da qualidade de vida.

6.MONITORIZAÇÃO DO TRATAMENTO

6.1. AVALIAÇÃO DA RESPOSTA TERAPÊUTICA

O exame físico e os exames complementares de resultado anormal à avaliação inicial do doente e da extensão da doença (estadiamento) devem ser repetidos para a avaliação da resposta terapêutica ao final do 4º ciclo (se o doente apresentar RC ao exame físico) e do último ciclo da quimioterapia planejada (6º, se alcançada RC ao 4º ciclo, ou 8º, se não alcançada RC ao 4º ciclo), sendo a resposta terapêutica assim estabelecida:

- Resposta Completa (RC) - Quando há o desaparecimento total da(s) lesão(ões) previamente existente(s). Sem aparecimento de novas lesões.

- Resposta Parcial (RP) - Quando se observa uma redução de, no mínimo, 50% da(s) lesão(ões) previamente existente(s). Sem aparecimento de novas lesões.

- Doença Estável (DE) - Redução inferior a 50% ou aumento inferior a 25%. Sem aparecimento de novas lesões.

- Progressão de Doença (PD) - Aumento de 25%, ou mais, no tamanho de uma ou mais lesões, comparado à avaliação prévia, ou aparecimento de uma nova lesão.

NOTA 1: Define-se como Recidiva o reaparecimento de lesão antiga ou o aparecimento de nova lesão, após o alcance de resposta completa.

NOTA 2: Não é recomendado o uso do PET-CT na avaliação da resposta terapêutica para doentes com LBGC-B [30-33].

6.2. CRITÉRIOS DE INTERRUPÇÃO DO TRATAMENTO

A quimioterapia deve ser suspensa, temporária ou definitivamente, na ocorrência de:

- Graus de toxicidade 3 e 4, conforme os parâmetros mensuráveis do National Cancer Institute - NCI, de uso internacional.

- Capacidade funcional do doente, também mensurada como medida dos graus de toxicidade 3 e 4, utilizando-se os critérios propostos pelo Eastern Cooperative Oncology Group - ECOG.

- Ausência de resposta após o 4º ou o 8º ciclo.

- Progressão de doença.

- Falta de aderência ao tratamento.

7.ACOMPANHAMENTO PÓS-TRATAMENTO

O acompanhamento pós-tratamento para doentes com LDGC-B visa à identificação e tratamento de complicações do tratamento e recidivas da doença. Apesar de potencialmente curável, 10% a 65% dos pacientes apresentarão recidiva da doença, a depender do estádio clínico e do IPI; quando a recidiva ocorre após um ano do tratamento, recomenda-se a repetição da biópsia para confirmar o tipo histopatológico do linfoma. Após o tratamento, deve-se atentar para o rastreamento de infertilidade, hipotiroidismo (irradiação do pescoço), cárie e doença periodontal (irradiação da boca e glândulas salivares), mielodisplasia e neoplasias malignas secundárias, tais como leucemia mieloide aguda, câncer de mama, melanoma e câncer do colo uterino[6,34,35].

Inexiste evidência inquestionável de que exames de imagem no paciente em remissão completa possam melhorar a sobrevida com o diagnóstico precoce de recaída. Além do mais, algumas alterações de imagem podem levar a resultado falso positivo, passando esses exames a representarem fonte de ansiedade. Assim, exame de imagem deve ser solicitado conforme os achados anormais ao exame físico, na suspeita de recaída.

Além de vacinação anual para influenza e antipneumocócica a cada cinco anos, recomenda-se:

A cada 3 meses, por dois anos e semestral no terceiro ano:

- exame físico, atentando em especial para os linfonodos superficiais, pele, tireoide, tórax e abdome; e

- hemograma e dosagem de desidrogenase lática sérica; e

- dosagem de hormônio tireoestimulante (TSH), se houve irradiação do pescoço.

A cada 6 meses, no quarto e quinto ano de seguimento:

- exame físico, atentando em especial para os linfonodos superficiais, pele, tireoide, tórax e abdome; e

- hemograma e dosagem de desidrogenase lática sérica.

Anualmente, no quarto e quinto ano de seguimento:

- dosagem de hormônio tireoestimulante (TSH), se houve irradiação do pescoço.

8.REGULAÇÃO/CONTROLE/AVALIAÇÃO PELO GESTOR

Doentes com diagnóstico de linfoma difuso de grandes células B devem ser atendidos em hospitais habilitados em oncologia com porte tecnológico suficiente para diagnosticar, tratar e realizar o seu acompanhamento.

Além da familiaridade que esses hospitais guardam com o estadiamento, o tratamento, o manejo das doses e o controle dos efeitos adversos, eles têm toda a estrutura ambulatorial, de internação, de terapia intensiva, de hemoterapia, de suporte multiprofissional e de laboratórios necessária para o adequado atendimento e obtenção dos resultados terapêuticos esperados.

Os procedimentos radioterápicos (Grupo 03, Subgrupo 01) e de transplantes (Grupo 05, Subgrupo 05) da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS podem ser acessados, por código do procedimento ou nome do procedimento e por código da CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - para a respectiva neoplasia maligna, no SIGTAP-Sistema de Gerenciamento dessa Tabela (http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp), com versão mensalmente disponibilizada.

São os seguintes os procedimentos da tabela do SUS para a quimioterapia de adultos com linfoma difuso de grandes células B:

03.04.06.013-5 - Quimioterapia de linfoma não Hodgkin de graus de malignidade intermediário ou alto - 1ª linha

03.04.06.022-4 - Quimioterapia de linfoma difuso de grandes células B - 1ª linha (excludente com o procedimento 03.04.06.013-5 Quimioterapia de Linfoma não Hodgkin de Grau Intermediário ou Alto - 1ª linha)

03.04.06.011-9 - Quimioterapia de linfoma não Hodgkin grau intermediário ou alto - 2ª linha

03.04.06.012-7 - Quimioterapia de linfoma não Hodgkin grau intermediário ou alto - 3ª linha

A regulação do acesso é um componente essencial da gestão para a organização da rede assistencial e garantia do atendimento dos doentes, e muito facilita as ações de controle e avaliação. Ações de controle e avaliação incluem, entre outras: a manutenção atualizada do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES); a autorização prévia dos procedimentos; o monitoramento da produção dos procedimentos (por exemplo, frequência apresentada versus autorizada, valores apresentados versus autorizados versus ressarcidos); a verificação dos percentuais das frequências dos procedimentos quimioterápicos em suas diferentes linhas (cuja ordem descendente - primeira maior do que segunda maior do que terceira - sinaliza a efetividade terapêutica) e análise dos percentuais de LDGC B entre o total de LNH de graus intermediário e alto e entre o total de todos os procedimentos de LNH.

Ações de auditoria devem verificar in loco, por exemplo, a existência e a observância da conduta ou protocolo adotados no hospital; regulação do acesso assistencial; qualidade da autorização; a conformidade da prescrição e da dispensação e administração dos medicamentos (tipos e doses); compatibilidade do procedimento codificado com o diagnóstico (LDGC B e CD 20 positivo); compatibilidade do procedimento codificado com o diagnóstico e capacidade funcional (escala de Zubrod); a compatibilidade da cobrança com os serviços executados; a abrangência e a integralidade assistenciais; e o grau de satisfação dos doentes.

Exceto pela Talidomida para o tratamento de Mieloma Múltiplo e pelo Mesilato de Imatinibe para a quimioterapia do Tumor do Estroma Gastrointestinal (GIST), da Leucemia Mieloide Crônica e Leucemia Linfoblástica Aguda cromossoma Philadelphia positivo, o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde não padronizam nem fornecem medicamentos antineoplásicos diretamente aos hospitais ou aos usuários do SUS. Os procedimentos quimioterápicos da tabela do SUS não fazem referência a qualquer medicamento e são aplicáveis às situações clínicas específicas para as quais terapias antineoplásicas medicamentosas são indicadas. Ou seja, os hospitais credenciados no SUS e habilitados em Oncologia são os responsáveis pelo fornecimento de medicamentos oncológicos que eles, livremente, padronizam, adquirem e fornecem, cabendo-lhes codificar e registrar conforme o respectivo procedimento. Assim, a partir do momento em que um hospital é habilitado para prestar assistência oncológica pelo SUS, a responsabilidade pelo fornecimento do medicamento antineoplásico é desse hospital, seja ele público ou privado, com ou sem fins lucrativos.

9.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 - Simon R, Durrleman S, Hoppe RT, Bonadonna G, Bloomfield CD, Rudders RA, et al. The Non-Hodgkin Lymphoma Pathologic Classification Project. Long-term follow-up of 1153 patients with non-Hodgkin lymphomas. Ann Intern Med. 1988 Dec 15;109(12):939-45.

2 - The International Non-Hodgkin's Lymphoma Prognostic Factors Project. A predictive model for aggressive non-Hodgkin's lymphoma. The International Non-Hodgkin's Lymphoma Prognostic Factors Project. N Engl J Med. 1993 Sep 30;329(14):987-94.

3 - Harris NL, Jaffe ES, Diebold J, Flandrin G, Muller-Hermelink HK, Vardiman J. Lymphoma classification--from controversy to consensus: the R.E.A.L. and WHO Classification of lymphoid neoplasms. Ann Oncol. 2000;11 Suppl 1:3-10.

4 - Tanaka PY, Pracchia LF, Bellesso M, Chamone DA, Calore EE, Pereira J. A prognostic score for AIDS-related diffuse large B-cell lymphoma in Brazil. Ann Hematol. 2009 Jun 4.

5 - Hallack Neto AE, Pereira J, Beitler B, Chamone DA, Llacer PD, Dulley FL, et al. Results of CHOP chemotherapy for diffuse large B-cell lymphoma. Braz J Med Biol Res. 2006 Oct;39(10):1315-22.

6 - Jost L. Newly diagnosed large B-cell non-Hodgkin's lymphoma: ESMO clinical recommendations for diagnosis, treatment and follow-up. Ann Oncol. 2007;18 Suppl 2:ii55-6.

7 - Flowers CR, Sinha R, Vose JM. Improving outcomes for patients with diffuse large B-cell lymphoma. CA Cancer J Clin. 2010;60(6):393-408.

8 - Sehn LH, Donaldson J, Chhanabhai M, Fitzgerald C, Gill K, Klasa R, et al. Introduction of combined CHOP plus rituximab therapy dramatically improved outcome of diffuse large B-cell lymphoma in British Columbia. J Clin Oncol. 2005 Aug 1;23(22):5027-33.

9 - Pfreundschuh M, Trumper L, Osterborg A, Pettengell R, Trneny M, Imrie K, et al. CHOP-like chemotherapy plus rituximab versus CHOP-like chemotherapy alone in young patients with good-prognosis diffuse large-B-cell lymphoma: a randomised controlled trial by the MabThera International Trial (MInT) Group. Lancet Oncol. 2006 May;7(5):379-91.

10 - Coiffier B, Lepage E, Briere J, Herbrecht R, Tilly H, Bouabdallah R, et al. CHOP chemotherapy plus rituximab compared with CHOP alone in elderly patients with diffuse large-B-cell lymphoma. N Engl J Med. 2002 Jan 24;346(4):235-42.

11 - Molina A. A decade of rituximab: improving survival outcomes in non-Hodgkin's lymphoma. Annu Rev Med. 2008;59:237-50.

12 - Hill M, Kyle F. NHL (diffuse large B-cell lymphoma). Clin Evid (Online). 2010;2010.

13 - Gao G, Liang X, Jiang J, Zhou X, Huang R, Chu Z, et al. A systematic review and meta-analysis of immunochemotherapy with rituximab for B-cell non-Hodgkin's lymphoma. Acta Oncol. 2010;49(1):3-12.

14 - Kaplan LD, Lee JY, Ambinder RF, Sparano JA, Cesarman E, Chadburn A, et al. Rituximab does not improve clinical outcome in a randomized phase 3 trial of CHOP with or without rituximab in patients with HIV-associated non-Hodgkin lymphoma: AIDS-Malignancies Consortium Trial 010. Blood. 2005 Sep 1;106(5):1538-43.

15 - Levine AM. HIV-associated lymphoma. Blood. 2010 Apr 15;115(15):2986-7.

16 - Costa FPS, Pereira FG, Vassalo J, Freitas LLL, Lorand-MetzeI I. A utilidade da citologia por punção com agulha fina aliada a imunofenotipagem no diagnóstico dos linfomas não-Hodgkin. Rev Bras Hematol Hemoter. 2005;27(1):16-20.

17 - International Union Against Cancer. TNM: classificação de tumores malignos, 6a. ed. Rio de Janeiro: INCA, 2004. 254p.

18 - Sehn LH, Berry B, Chhanabhai M, Fitzgerald C, Gill K, Hoskins P, et al. The revised International Prognostic Index (R-IPI) is a better predictor of outcome than the standard IPI for patients with diffuse large B-cell lymphoma treated with R-CHOP. Blood. 2007 Mar 1;109(5):1857-61.

19 - Seshadri T, Kuruvilla J, Crump M, Keating A. Salvage therapy for relapsed/refractory diffuse large B cell lymphoma. Biol Blood Marrow Transplant. 2008;14(3):259-67.

20 - Gisselbrecht C, Mounier N. Improving second-line therapy in aggressive non-Hodgkin's lymphoma. Semin Oncol. 2004 Feb;31(1 Suppl 2):12-6.

21 - Prichard M, Harris T, Williams ME, Densmore JJ. Treatment strategies for relapsed and refractory aggressive non-Hodgkin's lymphoma. Expert Opin Pharmacother. 2009 Apr;10(6):983-95.

22 - Salminen E, Nikkanen V, Lindholm L. Palliative chemotherapy in non-Hodgkin's lymphoma. Oncology. 1997 Mar-Apr;54(2):108-11.

23 - Lyman GH. Guidelines of the National Comprehensive Cancer Network on the use of myeloid growth factors with cancer chemotherapy: a review of the evidence. J Natl Compr Canc Netw. 2005 Jul;3(4):557-71.

24 - van Kampen RJ, Canals C, Schouten HC, Nagler A, Thomson KJ, Vernant JP, et al. Allogeneic stem-cell transplantation as salvage therapy for patients with diffuse large B-cell non-Hodgkin's

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

lymphoma relapsing after an autologous stem-cell transplantation: an analysis of the European Group for Blood and Marrow Transplantation Registry. J Clin Oncol. 2011;29(10):1342-8.

25 - Baldissera R, Bigni R, Neto AEH, Dias DF, Souza RA, Chiattone CS, et al. O transplante de células-tronco hematopoéticas no tratamento dos linfomas não Hodgkin. Rev Bras Hematol Hemoter. 2010;32(Supl.1):106-14.

26 - Oliansky DM, Czuczman M, Fisher RI, Irwin FD, Lazarus HM, Omel J, et al. The role of cytotoxic therapy with hematopoietic stem cell transplantation in the treatment of diffuse large B cell lymphoma: update of the 2001 evidence-based review. Biol Blood Marrow Transplant. 2011;17(1):20-47 e30.

27 - Smith SD, Bolwell BJ, Rybicki LA, Kang T, Dean R, Advani A, et al. Comparison of outcomes after auto-SCT for patients with relapsed diffuse large B-cell lymphoma according to previous therapy with rituximab. Bone Marrow Transplant. 2011;46(2):262-6.

28 - Lowry L, Smith P, Qian W, Falk S, Benstead K, Illidge T, et al. Reduced dose radiotherapy for local control in non-Hodgkin lymphoma: a randomised phase III trial. Radiother Oncol. 2011 Jul;100(1):86-92.

29 - Akoum R, Brihi E, Saade M, Hanna T, Chahine G. Salvage abdominal irradiation for refractory non-Hodgkin's lymphoma. J Cancer Res Ther. 2007 Jul-Sep;3(3):143-9.

30 - Terasawa T, Dahabreh IJ, Nihashi T. Fluorine-18-fluorodeoxyglucose positron emission tomography in response assessment before high-dose chemotherapy for lymphoma: a systematic review and meta-analysis. Oncologist. 2010;15(7):750-9.

31 - Terasawa T, Lau J, Bardet S, Couturier O, Hotta T, Hutchings M, et al. Fluorine-18-fluorodeoxyglucose positron emission tomography for interim response assessment of advanced-stage Hodgkin's lymphoma and diffuse large B-cell lymphoma: a systematic review. J Clin Oncol. 2009;27(11):1906-14.

32 - Terasawa T, Nagai H. Current clinical evidence on interim fluorine-18 fluorodeoxy glucose positron emission tomography for advanced-stage Hodgkin lymphoma and diffuse large B-cell lymphoma to predict treatment outcomes. Leuk Lymphoma. 2009;50(11):1750-2.

33 - Hosein PJ, Lossos IS. The evolving role of F-FDG PET scans in patients with aggressive non-Hodgkin's lymphoma. European J Clin Med Oncol. 2010 Feb;2(1):131-8.

34 - Tilly H, Dreyling M. Diffuse large B-cell non-Hodgkin's lymphoma: ESMO Clinical Practice Guidelines for diagnosis, treatment and follow-up. Ann Oncol. 2010;21 Suppl 5:v172-4.

35 - Wolach O, Bairey O, Lahav M. Late-onset neutropenia after rituximab treatment: case series and comprehensive review of the literature. Medicine (Baltimore). 2010;89(5):308-18.

PORTARIA Nº 622, DE 5 DE JULHO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Sociedade Beneficente São Camilo, com sede em São Paulo/SP.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 1295/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.033625/2010-69 (CNAS nº 71010.004229/2009-99), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Sociedade Beneficente São Camilo, inscrita no CNPJ nº 60.975.737/0001-51, com sede em São Paulo/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 5 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre a contratação de operações de crédito, apresentadas no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, para os projetos de mobilidade urbana diretamente associados à Copa do Mundo FIFA 2014, de que trata a IN 23, de 10 de maio de 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, e,

Considerando a Resolução nº 629, de 23 de março de 2010, do Conselho Curador do FGTS, publicada no DOU de 30 de março de 2010, que define o prazo de 30 de junho de 2012 para contratação de propostas com recursos do orçamento do exercício de 2011, e,

Considerando a necessidade de viabilizar a contratação dos projetos de mobilidade urbana associados à Copa do Mundo FIFA 2014, resolve:

Art. 1º A partir de 1º de julho 2012 a contratação de propostas de operação de crédito, apresentadas no âmbito do Programa PRÓ-TRANSPORTE, destinadas aos projetos de mobilidade urbana, diretamente associados à Copa do Mundo FIFA 2014, de que trata a Instrução Normativa n° 23, de 10 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2010, seção 1, página 64 e suas alterações, passam a utilizar os recursos alocados no Orçamento do exercício de 2012 do FGTS.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 5 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre a contratação de operações de crédito, apresentadas no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, vinculadas à segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento, eixo Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, selecionadas a partir da Portaria 237, de 13 de maio de 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, e,

Considerando a Resolução nº 629, de 23 de março de 2010, do Conselho Curador do FGTS, publicada no DOU de 30 de março de 2010, que define o prazo de 30 de junho de 2012, para contratação de propostas com recursos do orçamento do exercício de 2011, resolve:

Art. 1º A partir de 1º de julho de 2012, a contratação de propostas de operação de crédito, apresentadas no âmbito do Programa PRÓ-TRANSPORTE, destinadas aos projetos de ações voltadas à inclusão social, à mobilidade urbana, à acessibilidade e à salubridade, de que trata o subitem 3.1.2, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 22, de 10 de maio de 2010, do Ministério das Cidades, vinculadas à segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento, eixo Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, selecionadas a partir da Portaria 237, de 13 de maio de 2010, publicada no D.O.U de 14 de maio de 2010, Seção 1, pág. 160 e suas alterações, passam a utilizar os recursos alocados no Orçamento do exercício de 2012 do FGTS.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação

AGUINALDO RIBEIRO

PORTARIA Nº 298, DE 5 DE JULHO DE 2012

Aprova o Manual para Apresentação de Propostas da Ação Governamental 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, para o exercício de 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 3º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual para Apresentação de Propostas da Ação Governamental 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, para o exercício de 2012, constante do anexo.

Parágrafo Único. O Manual, identificado no caput deste artigo, encontra-se disponível no sítio eletrônico do Ministério das Cidades: www.cidades.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

PORTARIA Nº 299, DE 5 DE JULHO DE 2012

Altera calendários para contratação das Ações/Modalidades a serem apoiadas com recursos de financiamento da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das suas atribuições legais, e considerando a necessidade de prorrogar os prazos estabelecidos pela Portaria nº 646, de 23 de dezembro de 2010, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2010, seção 1, páginas 138 e 139, com a redação estabelecida pela Portaria nº 109, de 05 de março de 2012, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União em 06 de março de 2012, seção 1, página 97, resolve:

Art. 1º. Alterar, na forma dos Anexos desta Portaria, os Anexos II e IV da Portaria nº 646, de 23 de dezembro de 2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

AGUINALDO RIBEIRO

ANEXO I

Altera o Anexo II da Portaria nº 646, de 23 de dezembro de 2010
GRUPO 1 - FINANCIAMENTO
PROGRAMAS PRÓ-MORADIA,
SANEAMENTO E PRÓ-TRANSPORTE
MODALIDADES: ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SANEAMENTO INTEGRADO, DRENAGEM URBANA E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS

PROCEDIMENTO	PRAZOS
Apresentação, pelos proponentes mutuários, dos projetos de engenharia e demais documentação técnica, jurídica e institucional junto aos agentes financeiros	Até 31/03/2011
Validação da proposta pelo agente financeiro	Até 08/08/2011
Data limite para o agente financeiro abrir processo na STN/MF para verificação de limites e condições	Até 21/10/2011
Entrega de documentos complementares solicitados pela STN/MF	Até 10/08/2012
Verificação de limites e condições pela STN/MF	Até 30/08/2012
Contratação da operação	Até 31/10/2012

ANEXO II

Altera o Anexo IV da Portaria nº 646, de 23 de dezembro de 2010
GRUPOS 2 e 3 - FINANCIAMENTO
PROGRAMAS PRÓ-MORADIA, SANEAMENTO E
PRÓ-TRANSPORTE
GRUPO 2
MODALIDADES: ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SANEAMENTO INTEGRADO, DRENAGEM URBANA E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS
GRUPO 3
MODALIDADE: URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS

PROCEDIMENTO	PRAZOS
Apresentação, pelos proponentes mutuários, dos projetos de engenharia e demais documentação técnica, jurídica e institucional junto aos agentes financeiros	Até 31/03/2011
Validação da proposta pelo agente financeiro	Até 08/08/2011
Data limite para o agente financeiro abrir processo na STN/MF para verificação de limites e condições	Até 21/10/2011
Entrega de documentos complementares solicitados pela STN/MF	Até 10/08/2012
Verificação de limites e condições pela STN/MF	Até 30/08/2012
Data limite para contratação da operação	Até 31/10/2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 300, DE 5 DE JULHO DE 2012

Dá nova redação à Portaria n° 465, de 3 de outubro de 2011, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio de transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º O item 7 do Anexo I da Portaria nº 465, de 3 de outubro de 2011, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União, em 4 de outubro de 2011, Seção 1, páginas 31 a 36, e retificada no Diário Oficial da União, em 10 de outubro de 2011, Seção 1, página 63, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"7 VALORES MÁXIMOS DE AQUISIÇÃO DAS UNIDADES

.....

7.6 No caso de empreendimentos contratados em acordo com o subitem 2.3 do Anexo IV desta Portaria, o valor do aporte de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis deverá ser assegurado na contratação da primeira etapa.

7.7 Para empreendimentos contratados em acordo com o subitem 2.3 do Anexo IV desta Portaria, fica estabelecido que:

7.8 Para a apuração do valor da unidade habitacional das operações, realizada na contratação da primeira etapa, deverão ser considerados os custos de todo o empreendimento, previstos no subitem 7.3 deste Anexo.

7.9 Na contratação das demais etapas o valor máximo de aquisição da unidade habitacional será o obtido pela fórmula:

Vc £ Vm x (Vct1 - Vinf1)

Vct1

Sendo:

Vc - Valor limite de aquisição da unidade habitacional na etapa.

Vm - Valor máximo de aquisição da unidade habitacional, considerados os custos previstos no subitem 7.3 deste Anexo, quando da contratação da etapa.

Vct1 - Valor de aquisição da unidade habitacional da primeira etapa, considerados os custos previstos no subitem 7.3 deste Anexo, excluída a contrapartida quando for o caso.

Vinf1 - Valor correspondente ao terreno e infraestrutura contratados na primeira etapa, excluída a contrapartida quando for o caso.

7.10 A Instituição Financeira Oficial Federal deverá observar a proporção entre o custo da edificação e os demais custos previstos no subitem 7.3 deste Anexo, quando da contratação da primeira etapa, de forma a não prejudicar nem desestimular negocialmente a continuidade da execução das etapas subsequentes.

7.11 Os custos que compreendem o estabelecido no subitem 2.6 do Anexo IV desta Portaria deverão ser proporcionais ao valor a ser contratado em cada etapa, assegurada a funcionalidade dos mesmos."

Art. 2º O item 1 do Anexo III da Portaria nº 465, de 3 de outubro de 2011, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União, em 4 de outubro de 2011, Seção 1, páginas 31 a 36, e retificada no Diário Oficial da União, em 10 de outubro de 2011, Seção 1, página 63, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"1 DIRETRIZES GERAIS

.....

1.1.2 A indicação de empreen6 União, em 10 de outubro de 2011, Seção 1, página 63, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"2 DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS

.....

2.2.1 As redes de energia elétrica e iluminação pública, abastecimento de água potável e as soluções para o esgotamento sanitário, deverão estar operantes até a data de entrega do empreendimento ou da respectiva etapa.

.....

2.3 Os projetos propostos em módulos ou etapas serão considerados como um único empreendimento;

2.3.1 Os empreendimentos poderão ser contratados em até três etapas, cada qual com um mínimo de mil unidades habitacionais;

2.3.2 A primeira etapa compreenderá, além do mínimo de unidades habitacionais previstas no subitem 2.3.1 deste Anexo, a aquisição total do terreno, e a contratação, total ou parcial, da infraestrutura do empreendimento;

2.3.3 O prazo máximo permitido de contratação entre cada etapa será de doze meses;

2.3.4 Em caso de descumprimento do subitem anterior ou de cláusula contratual a Instituição Financeira Oficial Federal que contratou a primeira etapa do empreendimento poderá realizar chamamento público para a contratação da execução das demais etapas;

.....

2.9 Todas as unidades habitacionais destinadas a pessoas com deficiência ou cuja família façam parte pessoas com deficiência deverão ser adaptadas de acordo com o tipo de deficiência observando a especificação técnica mínima disponível para consulta no endereço eletrônico do Ministério das Cidades, www.cidades.gov.br

2.10 Os empreendimentos ficam limitados a um número máximo de cinco mil unidades habitacionais;

2.11 A apresentação de proposta, na Instituição Financeira Oficial Federal, de empreendimentos a partir de três mil unidades habitacionais somente poderá ser efetuada após apreciação da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades."

Art. 4º Fica admitida a contratação de empreendimentos com mais de cinco mil unidades habitacionais cujas propostas tenham sido protocoladas na Instituição Financeira Oficial Federal ou cujos editais de chamada pública para seleção de empresa do ramo da construção civil interessada na produção de habitação de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, tenham sido publicados pelo ente federado em data anterior a de publicação desta Portaria.

Art. 5º Ficam convalidados os atos praticados pelas instituições financeiras oficiais federais a partir de 30 de abril 2012 até 7 de junho de 2012, referentes à contratação de projetos nas condições normativas dispostas na Portaria nº 93, de 24 de fevereiro de 2010, do Ministério das Cidades, condicionado ao acréscimo de revestimento cerâmico nos pisos de todos os cômodos e em todas as paredes nas áreas molhadas.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

CNPJ Nº 42.357.483/0001-26
NIRE 3330008324-3

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2012

Aos 30 dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e doze, às 15:30 horas, na sede da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, na Praça Procópio Ferreira, 86, 2° ao 5° andares, Centro, Rio de Janeiro - RJ, reuniram - se em Assembléia Geral Extraordinária os acionistas da Empresa, titulares das ações correspondentes à maioria do Capital Social com direito a voto, conforme consta do Livro de Presença de Acionistas, tendo sido a União representada pela Doutora MARIA TERESA PEREIRA LIMA, procuradora da Fazenda Nacional, conforme delegação de competência pela Portaria PGFN/PG nº 603, de 11 de agosto de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 2008. Presente, também, o Doutor ANTONIO BARRETO DE OLIVEIRA, representante do Conselho Fiscal. Verificada a existência de número legal, o Doutor FRANCISCO CARLOS CABALLERO COLOMBO, Diretor - Presidente da Sociedade, assumiu a direção dos trabalhos, tendo sido designado, na forma do artigo onze do Estatuto Social, para secretariar os trabalhos, o advogado HERNANDEZ HERÉDIA. Assim, constituída a mesa, declarou o Senhor Presidente regularmente instalada a Assembléia. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou que o Secretário procedesse à leitura do Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Comércio dos dias 18, 19 e 23 de janeiro de 2012, com este teor: "MINISTÉRIO DAS CIDADES. CAMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU CNPJ 42.357.483/0001-26, CONVOCAÇÃO. A Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU convida seus Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 30 de Janeiro de 2012, às 15 horas e 30 minutos, em sua sede social, na Praça Procópio Ferreira, 86, 5° andar, nesta cidade, a fim de: 1) Homologar o aumento do Capital Social da Companhia, aprovado na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28/11/2011 e consequente alteração estatutária; e 2) Eleger membros para o Conselho de Adminstração e Conselho Fiscal. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2012. FRANCISCO CARLOS CABALLERO COLOMBO. Dando prosseguimento aos trabalhos, conforme item um, a Representante da União votou pela homologação do o aumento do capital social da Companhia, e, R$126.490.351,05 (cento e vinte e seis milhões, quatrocentos e noventa mil, trezentos e cinquenta e um reais e cinco centavos), conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária, relizada em 28/11/2011, decorrente da capitalização de recursos destinados pela União à Sociedade, conforme balanço de 31/12/2010. O capital social passará de R$4.939.639.675,87 (quatro bilhões, novecentos e trinta e nove milhões, seiscentos e trinta e nove mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) para R$5.066.130.026,92 (cinco bilhões, sessenta e seis milhões, cento e trinta mil, vinte e seis reais e noventa e dois centavos), e o número de ações passará de 10.643.250.892.537 (dez trilhões, seiscentos e quarenta e três bilhões, duzentos e cinquenta milhões, novecentas e oitenta e duas mil, quinhentas e trinta e sete) para 11.435.300.769.951 (onze trilhões, quatrocentos e trinta e cinco bilhões, trezentos milhões, setecentas e sessenta e nove mil, novecentas e cinquenta e uma) , todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. A representante da União votou pela alteração do artigo 5° do Estatuto Social, que terá a seguinte redação: "Art. 5° - O capital social é de R$5.066.130.026,92 (cinco bilhões, sessenta e seis milhões, cento e trinta mil, vinte e seis reais e noventa e dois centavos), representado por 11.435.300.769.951 (onze trilhões, quatrocentos e trinta e cinco bilhões, trezentos milhões, setecentas e sessenta e nove mil, novecentas e cinquenta e uma), todas ordinárias nominativas e sem valor nominal." Passando ao item dois, a Assembléia elegeu os senhores: HUGO HARENG DE LIMA QUIRINO, brasileiro, casado, contador, domiciliado e residente na Quadra 55, Lote 14, Bloco B, apt° 611, Gama, Brasília/DF, portador da carteira de indentidade nº 1.722.713, expedida pela SSP/DF e inscrito no Cadastro de Pessoa Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 897.453.371-53, como representante no Ministério das Cidades no Conselho de Administração, para substituir e completar o prazo de gestão de MARIO NEGROMONTE, eleito em 15/04/2011 e GUSTAVO DE SOUZA LEÃO GOMES PEDROSA, brasileiro, solteiro, advogado, domiciliado e residente na QMSW 5, lote 2, Bloco B, apt° 17, Setor Sudoeste, Brasília/DF, portador da carteira de idntidade n° 1.442.893, expedida pela SSP/DF e inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas sob o nº 780.201.401-82, para substituir e completar o mandato de RODRIGO PINTO DE ALMEIDA, como membro suplente do Conselho Fiscal. Nada mais havendo a tratar, a Ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes, HERNANDEZ HERÉDIA - Secretário

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2012

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, às dez horas, na sede da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, na Praça Procópio Ferreira, 86 (oitenta e seis), Rio de Janeiro - RJ, reuniram-se em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária os acionistas da Empresa, titulares das ações correspondentes à maioria do Capital Social com direito a voto, conforme cosnta do Livro de Presença de Acionistas,tendo sido a União representada pelo Doutor JÚLIO CÉSAR GONÇALVES CORRÊA, Procurador da Fazenda Nacional, conforme delegação de competência pela Portaria PGFN nº 603 de 28 ago 2008, publicada em 13 ago 2008. Presente, também, o Doutor ANTONIO BARRETO DE OLIVEIRA, representante do Conselho Fiscal. Verificada a existência de número legal, o Doutor FRANCISCO COLOMBO, Diretor- Presidente da Sociedade, assumiu a direção dos trabalhos, tendo sido designado, na forma do artigo onze do Estatuto Social, para secretariar os trabalhos o Advogado HERNANDEZ HERÉDIA. Assim, constituída a mesa, declarou regularmente instalada na Assembléia. Em seguida , o Senhor Presidente solicitou que o Secretário procedesse à leitura do Edital de Convocação, publicado do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nos dias 04, 09 e 10 de abril de 2012, e no Jornal do Commércio nos dias 04, 05 e 09 de abril de 2012, neste teor:" MINISTÉRIO DAS CIDADES. COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU - CNPJ 42.357.483/0001-26. CONVOCAÇÃO. A Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU convida seus Acionistas a se reunirem em Assembléia Gerais Ordinária e Extraordinária no dia 17 de Abril de 2012, às 10:00 horas, em sua sede social, na Praça Procópio Ferreira, nº 86 nesta Cidade, a fim de: Em Assembléia Geral Ordinária: 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011; 2) Eleger os mebros do Conselho Fiscal; 3)Deliberar sobre a remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal. Em Assembléia Geral Extraordinária: 1) Aprovar o aumento do Capital Social da Companhia correspondente aos investimentos da União durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012; Rio de Janeiro, 02 de abril de 2012. FRANCISCO COLOMBO. DIRETOR-PRESIDENTE). Dando prosseguimento aos trabalhos, em Assembléia Geral Extraordinária, conforme item um da Ordem do Dia, a Assembléia aprovou as Demonstrações Financeiras referente ao exercício de 2011, acompanhadas do Relatório de Administração, parecer do Conselho Fiscal com as ressalvas constantes do parecer dos Auditores Independentes. Passando ao item dois, a Assembléia elegeu os membros do Conselho Fiscal da sociedade, condicionado a posse à confirmação do nomes pela Presidência da República, nos termos do Decreto n° 753, de 1993: 1) Membros Efetivos: a) FABIO ALMEIDA MONTEIRO, brasileiro, casado, Administrador, residente e domiciliado na QI 23, Lote 10, Bloco "A", apt° 119, Guará II, Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade n° 183.366, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas no Ministério da Fazenda sob o nº 095.690.063-15, na condição de representante do Ministério das Cidades; b), MARCIA OLIVEIRA GOMES, brasileria, solteira, Servidora Pública, residente e domiciliada na CCSW 03 Lote 01, Bloco "B", aptº 504, Sudoeste , Brasília/DF, portadora da Carteira de Identidade n° 1137200, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e inscrita no CPF sob nº 214.173.851-20, na condição de representante do Ministério das Cidades; e c) ELIAS JACÓ DOS SANTOS, brasileiro, casado, servidor público, com endereço na Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Anexo B, 1° andar COPEC, Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 552.999, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob n° 248.507.131-49, na condição de representante do Tesouro Nacional; 2) Membros Suplentes: a) CAIO ALEXANDRE WOLFF, brasileiro, casado , servidor público, com endereço na SAUS Quadra 01, Lote1/6, Edifício Telemundi II, Bloco H, 12º andar, Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 29.6499-27, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob n° 912.456.809-00, representante do Ministério das Cidades; b) ELIBIO ESTRELA, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado na SQS 315, Bloco "J", aptº 504, Asa Sul, Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 390873, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e inscrito no CPF sob nº119.658.601-25, na condição de representante do Ministério das Cidades; e c) RICARDO BATISTA FERREIRA, brasileiro, casado, servidor público, com endereço na Esplanada dos Ministérios, Bloco P, anexo B,1º andar - COREM, Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº M-8.498.728, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 026.705.796-20, na condição de representante do Tesouro Naciona. Passando ao item três, a Assembléia aprovou, conforme orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Ofício nº 222/DEST-MP, de 10 de abril de 2012), em observância ao inciso IV do art. 6º do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012: 1) pela fixação da remuneração global a ser paga aos Administradores da CBTU em até R$1.241.205,96 (um milhão, duzentos e quarenta e um

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

mil, duzentos e cinco reais e noventa e seis centavos), no período compreendido entre abril de 2012 e março de 2013, aí incluidos: honorários mensais, gratificação de natal (13º salário), gratificação de férias, auxílio alimentação e assistência médica/odontológica, vedado expressamente o repasse aos respectivos honorários de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concecidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo do Trabalho - ATC na sua respectiva data base de 2012; 2) pela fixação dos honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e dos titulares do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a: adicional de férias, remuneração variável e benefícios. O representante da União votou pela delegação de competência ao Conselho de Administração para efetuar a distribuição individual dos valores destinados ao pagamento da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, observando o montante global fixado e deduzida a parte destinada ao Conselho de Administração e condicionada à observância dos valores individuais constantes da planilha de remuneração dos administradores. Prosseguindo, em Assembléia Geral Extraordinária, conforme item um da Ordem do Dia, a Assembléia decidiu pelo adiantamento, para ulterior assembléia, da deliberação relativa ao aumento do capital social proposto pela Companhia. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa para lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, a Ata foi lida e aprovada por todos os presentes. HERNANDEZ HERÉDIA - Secretário.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nª 322, DE 3 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.008281/2002, Concorrência nº 013/2002-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Mercom Brasília Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Águas Belas, Estado de Pernambuco. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nª 323, DE 3 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.004483/2010, Concorrência nº 024/2009-CEL/MC, resolve:

Outorgar permissão à Televisão Ouro Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Glaucilândia, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nª 324, DE 3 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.042680/2010, Concorrência nº 053/2010-CEL/MC, resolve:

Outorgar permissão à B & D Sistema de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Olho d'Água, Estado da Paraíba. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nª 330, DE 5 DE JULHO DE 2012

Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em infraestrutura nos setores de telecomunicações e radiodifusão, para efeito do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Disciplinar os requisitos mínimos para a aprovação de projetos de investimento na área de infraestrutura, considerados prioritários para os setores de Telecomunicações e Radiodifusão, e a forma de acompanhamento e implementação dos projetos.

Parágrafo único. Os investimentos de que trata esta Portaria contribuirão para a expansão e modernização das redes para comunicação de dados em banda larga, para a implantação da radiodifusão digital, bem como para a redução das diferenças regionais, em especial nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.

CAPÍTULO I

DO REQUERIMENTO E ANÁLISE DE PROJETOS

Art. 2º As pessoas jurídicas de direito privado, constituídas sob a forma de Sociedade de Propósito Específico - SPE, para implementar projetos de investimento na área de infraestrutura de redes de comunicações, devem requerer a aprovação do Ministério das Comunicações desses projetos para fins de obtenção do benefício previsto no art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Parágrafo único. São passíveis de aprovação como prioritários os projetos que visem a implantação, ampliação ou modernização de rede de telecomunicações que suporte a comunicação de dados em banda larga ou a implantação de infraestrutura de rede para a radiodifusão digital, que atendam aos requisitos previstos nesta Portaria.

Art. 3º Para os fins desta Portaria, entende-se por:

I - Femto Cell: equipamento autoconfigurável, gerenciado pela prestadora do Serviço Móvel Pessoal - SMP e destinado a operar em ambiente interno ou fechado, com baixa potência e utilizado para radiocomunicação com Estações Móveis;

II - Rede de acesso: segmento de rede que vai do terminal de usuário até o primeiro ponto de comutação;

III - Rede de transporte: rede de comunicação responsável pela agregação do tráfego oriundo das redes de acesso, pela distribuição do tráfego dirigido às redes de acesso, bem como sua interconexão a outras redes de acesso ou transporte; e

IV - Rede local sem fio: rede de dados destinada a atender uma área limitada e que conecta, por meio de radiofrequência, terminais a um ponto de acesso, o qual oferece conexões subsequentes para outras redes, tais como a Internet.

Art. 4º Os tipos de projetos elegíveis no âmbito desta Portaria são aqueles destinados a implantação, ampliação ou modernização de:

I - Rede de transporte;

II - Rede de acesso, inclusive aquela que opere nas subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz e Femto Cell;

III - Sistema de comunicação satelital;

IV - Rede local sem fio, baseada nos padrões IEEE 802.11 em locais de acesso público;

V - Cabo submarino para comunicação de dados; e

VI - Infraestrutura de rede para radiodifusão digital.

Art. 5º A SPE, constituída para esse fim, pode assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado, por meio do lançamento da emissão de debêntures, nos termos da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º A submissão do projeto será realizada mediante envio de formulário próprio (Anexos I a III), disponibilizado no sítio do Ministério das Comunicações na rede mundial de computadores, acompanhado dos seguintes documentos:

I - inscrição, no registro do comércio, do ato constitutivo da SPE;

II - indicação do número da inscrição da SPE no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

III - relação das pessoas jurídicas que integram a SPE, com indicação de seus respectivos números de inscrição no CNPJ e dos documentos que atestem o mandato de seus administradores; e

IV - Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou de Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa relativas a tributos federais e à Dívida Ativa da União.

Parágrafo único. A solicitação deverá ser individual para cada projeto de investimento, a ser financiado no todo ou em parte com a emissão de debêntures, nos termos da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 7º A Secretaria pertinente a cada tipo de projeto elegível dentro da estrutura do Ministério das Comunicações deverá analisar o projeto e elaborar minuta de Portaria de aprovação de prioridade, submetendo-a à Consultoria Jurídica para posterior encaminhamento ao Gabinete do Ministro.

Parágrafo único. Constatada a não conformidade da documentação apresentada, a requerente deverá ser notificada a regularizar as pendências, no prazo de dez dias, contados da ciência, sob pena de arquivamento, a ser determinado pela Secretaria pertinente.

CAPÍTULO II

DA APROVAÇÃO PELO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Art. 8º A aprovação do projeto como prioritário se dará por ato do Ministro de Estado das Comunicações e terá validade a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. Na Portaria de aprovação do projeto como prioritário deverão constar:

I - o nome empresarial, o número de inscrição no CNPJ da SPE titular do projeto e a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - a descrição do projeto, com a especificação que se enquadra no setor de telecomunicações ou no setor de radiodifusão; e

III - o local de implantação do projeto.

CAPÍTULO III

DO ACOMPANHAMENTO

Art. 9º A SPE deverá encaminhar anualmente, ao Ministério das Comunicações e ao Ministério da Fazenda, até o encerramento do 1º quadrimestre, o quadro de usos e fontes do projeto priorizado, destacando a destinação específica dos recursos captados por meio das debêntures abrangidas por esta Portaria, de acordo com formulário disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (Anexo IV).

§ 1º A SPE deverá informar, no prazo de trinta dias, ao Ministério das Comunicações, através de formulário disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (Anexo V), toda e qualquer alteração na execução dos investimentos, inclusive quanto ao prazo previamente informado de implementação do projeto, suportados pelos recursos captados com as emissões de debêntures de que trata o caput deste artigo.

§ 2º O prazo da prioridade concedida é de um ano, devendo a SPE que não realizar a emissão da debênture neste prazo informar ao Ministério das Comunicações, por meio de formulário disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (Anexo VI).

§ 3º A SPE que receber a priorização do projeto e emitir a debênture, mas não implantar o projeto no prazo previamente informado, deverá comunicar os atrasos ao Ministério das Comunicações no prazo de trinta dias.

§ 4º O Ministério das Comunicações informará à unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil competente a ocorrência de situações que evidenciem a não implementação do projeto prioritário na forma aprovada em portaria, conforme determina o inciso I do art. 7º do Decreto nº 7.603, de 2011, sem prejuízo da adoção de outras medidas pertinentes, na forma da legislação em vigor.

§ 5º Para dar cumprimento ao disposto neste artigo, a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL prestará, quando solicitada, apoio ao Ministério das Comunicações.

Art. 10. Para fins do disposto no Decreto nº 7.603, de 2011, a SPE responsável pela implantação e gestão dos projetos prioritários deve manter atualizada a relação das pessoas jurídicas que a integram por meio de formulário disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (Anexo VII).

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. A SPE que tenha projeto aprovado como prioritário nos termos do Decreto nº 7.603, de 2011, deverá manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso II do art. 7º do Decreto nº 7.603, de 2011, a Secretaria pertinente a cada projeto dentro da estrutura do Ministério das Comunicações manterá arquivados, em meio físico ou eletrônico, os autos dos respectivos processos de análise, disponibilizando-os para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle, pelo prazo de cinco anos, contados da data de conclusão do projeto.

Art. 12. O Agente Fiduciário, nomeado pela escritura de emissão das debêntures, que gozem do benefício previsto na Lei nº 12.431, de 2011, enviará ao Ministério das Comunicações, anualmente, cópia do relatório gerencial encaminhado aos debenturistas por força do inciso XVII do art. 12 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 13. A eventual aprovação de que trata o art. 8º não exime a SPE de obter a aprovação do Ministério das Comunicações para endividamento, quando as normas assim o exigirem.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

CADASTRO DO PROJETO PRIORITÁRIO

DADOS GERAIS			
1. Denominação Comercial:			
2. Razão Social:			3.CNPJ:
4. Endereço da Sede:			
5. Cidade:		6. UF:	7. CEP:
8. Telefone:	( )		9. Fax:
10. Endereço Eletrônico (e-mail):			
11. Objeto da SPE:			
12. Registro do Ato Constitutivo da SPE:			
13. Data da Constituição da SPE:			
14. Data do arquivamento de atos constitutivos da SPE:			
15. Data da publicação de atos constitutivos da SPE:			
16. Descrição do Projeto de Investimento:			
17. Local ou locais de implantação (Município e Unidade da Federação):			
18. Prazo de duração do Projeto:			
19. Data prevista de entrada em funcionamento da infraestrutura:			
20. Valor Total do Projeto (estimado):			

ANEXO II

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Valores
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	
Ajustes	
Depreciação e amortização	
Juros e variações monetárias, líquidas	
Variação nos ativos e passivos	
Contas a receber	
Tributos a recuperar	
Despesas antecipadas	
Outros ativos	
Fornecedores	
Salários, encargos e contribuições sociais	
Tributos a pagar	
Outros passivos	
Caixa aplicado nas operações	
Juros pagos	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aquisições de bens do ativo imobilizado	
Adições ao intangível	
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimentos	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Ingressos de empréstimos	
Aumento de capital social	
Amortização de empréstimos	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	
Aumento líquido do caixa e equivalente de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	

ANEXO III

QUADRO ANUAL DE USOS E FONTES DO INVESTIMENTO
(Em R$ mil)

ITENS	REALIZADO ATÉ	TOTAL A REALIZAR	TOTAL DO PROJETO	%
USOS	____/____/_____			100%
1- Investimentos Financiáveis				
1.1. Fixo e Giro				
- Obras Civis				
- Montagens e Instalações				
- Estudos e Projetos				
- Despesas Pré-Operacionais				
- Despesas de Internação				
- Capital de Giro				
1.2. Máquinas/Equipamentos Nacionais				
1.3. Investimentos Sociais				
1.4. Investimentos Ambientais				
2 - Investimentos Não Financiáveis				
2.1. Máquinas/Equipamentos Importados				
FONTES				100%
Recursos Próprios				
Sistema BNDES				
Debêntures				
Outras fontes				

Obs.: A SPE deverá encaminhar anualmente, até o encerramento do 1º quadrimestre, o quadro de usos e fontes do projeto priorizado, destacando a destinação específica dos recursos por meio de debêntures abrangidas nesta Portaria.

ANEXO IV

QUADRO DE ACOMPANHAMENTO ANUAL DE USOS E FONTES DO INVESTIMENTO
Projeto Nº
Portaria MC/Nº /
(Em R$ mil)

ITENS	REALIZADO ATÉ	TOTAL A REALIZAR	TOTAL DO PROJETO	%
USOS	____/____/_____			100%
1- Investimentos Financiáveis				
1.1. Fixo e Giro				
- Obras Civis				
- Montagens e Instalações				
- Estudos e Projetos				
- Despesas Pré-0peracionais				
- Despesas de Internação				
- Capital de Giro				
1.2. Máquinas/Equipamentos Nacionais				
1.3. Investimentos Sociais				
1.4. Investimentos Ambientais				
1.5. Outros				
FONTES				
Recursos Próprios				
Sistema BNDES				
Debêntures				
Outras fontes				

Obs.: A SPE deverá encaminhar anualmente, até o encerramento do 1º quadrimestre, o quadro de usos e fontes do projeto priorizado, destacando a destinação específica dos recursos por meio de debêntures abrangidas nesta Portaria.

ANEXO V

ALTERAÇÕES NA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS SUPORTADOS PELA EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Projeto Nº
Portaria MC/Nº /

EMISSÃO DE DEBÊNTURES				EXECUÇÃO			
DATA DA EMISSÃO	VALOR TOTAL	PRAZO	DATA DE VENCIMENTO	APROVADA / PRIORIZADA	REALIZADA	NÃO REALIZADA	JUSTIFICATIVAS[2]

OBS.: [1] De acordo com o § 5º do art. 2º da Lei nº12.431, de 24.06.2001, as pessoas jurídicas integrantes da SPE, que deixarem de implementar os projetos de investimento na área de infraestrutura, ficam sujeitas à multa equivalente a 20% do valor total da emissão da debênture.

[2] As justificativas que não couberem no espaço acima poderão ser feitas em separado e anexadas ao quadro.

ANEXO VI

JUSTIFICATIVA DA NÃO EMISSÃO DE DEBÊNTURES
Projeto Nº :
Portaria MC Nº /
Autorização para emissão Nº / Data: ____/____/____

JUSTIFICATIVAS PARA NÃO EMISSÃO DE DEBÊNTURES

ANEXO VII

ALTERAÇÕES DE PESSOAS JURÍDICAS QUE INTEGRAM A SPE
Projeto Nº :
Portaria MC Nº /

PESSOA JURÍDICA		CNPJ
ENTRADA	SAÍDA	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

RETIFICAÇÃO

No anexo da Resolução nº 593, de 27 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 128, de 4 de julho de 2012, Seção 1, página 66:

Onde se lê: "PROPOSTA DE NORMA PARA O LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES TERRENAS";

Leia-se: "NORMA PARA O LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES TERRENAS".

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 3.798, DE 5 DE JULHO DE 2012

Autorizar RADIO EXCELSIOR S/A, CNPJ nº 02.015.014/0001-04 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 07/07/2012 a 08/07/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 3.799, DE 5 DE JULHO DE 2012

Autorizar RADIO GLOBO SA, CNPJ nº 33.066.234/0001-90 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 15/07/2012 a 15/07/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 3.800, DE 5 DE JULHO DE 2012

Autorizar RADIO GLOBO SA, CNPJ nº 33.066.234/0001-90 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 15/07/2012 a 15/07/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 3.801, DE 5 DE JULHO DE 2012

Autorizar RADIO TIRADENTES LTDA, CNPJ nº 17.244.708/0001-90 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Belo Horizonte/MG, no período de 14/07/2012 a 18/07/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 3.802, DE 5 DE JULHO DE 2012

Autorizar RADIO TIRADENTES LTDA, CNPJ nº 17.244.708/0001-90 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Porto Alegre/RS, no período de 07/07/2012 a 07/07/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 3.805, DE 5 DE JULHO DE 2012

Autorizar RADIO EXCELSIOR S/A, CNPJ nº 02.015.014/0001-04 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Porto Alegre/RS, no período de 07/07/2012 a 08/07/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 3.806, DE 5 DE JULHO DE 2012

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 07/07/2012 a 08/07/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 3.807, DE 5 DE JULHO DE 2012

Autorizar RADIO EXCELSIOR S/A, CNPJ nº 02.015.014/0001-04 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Campinas/SP, no período de 08/07/2012 a 08/07/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 3.813, DE 5 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53670.000132/95.TV LUZIANIA LTDA - TV - Luziânia/GO. Autoriza o Uso de Radiofrequência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

ATO Nº 3.814, DE 5 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53504.006518/04.RADIO JEQUITIBA LTDA - OM - Campinas/SP. Autoriza o Uso de Radiofrequência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

ATO Nº 3.815, DE 5 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53000.002890/06.RADIO NOVA REGISTRO RADIODIFUSAO LTDA - FM - Registro/SP. Autoriza o Uso de Radiofrequência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

ATO Nº 3.816, DE 5 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.016049/06.FUNDACAO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RADIO E TVS EDUCATIVAS - FM - São Paulo/SP. Autoriza o Uso de Radiofrequência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

ATO Nº 3.818, DE 5 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53000.040504/03.FUNDACAO PADRE JOAO STICKER - FM - Jucás/CE. Autoriza o Uso de Radiofrequência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

ATO Nº 3.819, DE 5 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53000.049854/07.RADIO FM NOVA PAULISTA LTDA - FM - Adamantina/SP. Autoriza o Uso de Radiofrequência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

ATO Nº 3.821, DE 5 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53740.000063/01.RADIO CANOINHAS LTDA - FM - Florianópolis/SC. Autoriza o Uso de Radiofrequência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

ATO Nº 3.822, DE 5 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.008304/06.Z SISTEMA EQUATORIAL DE COMUNICACOES LTDA - TV - Macapá/AP. Autoriza o Uso de Radiofrequência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

ATO Nº 3.824, DE 5 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53650.001335/98.RADIODIFUSORA ASA BRANCA LTDA - OM - Boa Viagem/CE. Autoriza o Uso de Radiofrequência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 3.664, DE 29 DE JUNHO DE 2012

Processo no 53500.006803/2012 - Expede autorização à ONIXTEC SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o no 08.290.855/0001-06, para prestar o Serviço Limitado Especializado, com a finalidade de rastreamento de veículos, de interesse restrito, em âmbito interior, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação todo o território nacional.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 3.803, DE 5 DE JULHO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter secundário, à VIVO S.A. para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 3.826, DE 5 DE JULHO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter secundário, à EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S. A. para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 4 de julho de 2012

Recebo o recurso administrativo interposto pelo Instituto Tereza de Benguela, diante da decisão de indeferimento de seu requerimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Vila Bela de Santíssima Trindade, estado do Mato Grosso, e mantenho inalterada a decisão exarada por meio da Nota Técnica nº 0003/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, em decorrência da aplicação do disposto no subitem 11.2.1 da Norma nº 01/2011, relativa ao serviço de radiodifusão comunitária, de sorte a negar o provimento do recurso, conforme anexo único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	MUNICÍPIO	SERVIÇO	RECORRENTE
7/2011	MT	VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	INSTITUTO TEREZA DE BENGUELA

Face o recurso administrativo interposto pela Associação Cultural Comunitária Tropical, em virtude da decisão de indeferimento seu requerimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Campinas, estado de São Paulo, mantenho inalterada a decisão comunicada por meio do Diário Oficial da União - DOU datado de 12/08/2008, em decorrência da intempestividade da solicitação, de sorte a não conhecer o recurso, conforme anexo único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO NÃO CONHECIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	MUNICÍPIO	SERVIÇO	RECORRENTE
21/2006	SP	Campinas	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	Associação Cultural Comunitária Tropical

Recebo o recurso administrativo interposto pela Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural de Vitória da Conquista, diante da decisão de indeferimento de seu requerimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Vitória da Conquista, estado da Bahia, e mantenho inalterada a decisão exarada por meio da Nota Técnica nº 0369/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC, em decorrência da aplicação do disposto no subitem 11.2 da Norma nº 01/2011, relativa ao serviço de radiodifusão comunitária, de sorte a negar o provimento do recurso, conforme anexo único, nos termos da legislação vigente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

N° DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	MUNICÍPIO	SERVIÇO	RECORRENTE
01/2010	BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Recebo o recurso administrativo interposto pela Associação Comunitária e Evangélica Vale do Guaporé de Pontes de Lacerda, diante da decisão de indeferimento de seu requerimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Pontes de Lacerda, estado do Mato Grosso, e mantenho inalterada a decisão exarada por meio da Nota Técnica n° 0094/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC, em decorrência da aplicação do disposto no subitem 11.2.1 da Norma nº 01/2011, relativa ao serviço de radiodifusão comunitária, de sorte a negar o provimento do recurso, conforme anexo único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

N° DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	MUNICÍPIO	SERVIÇO	RECORRENTE
31/2010	MT	Pontes de Lacerda	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	Associação Comunitária e Evangélica Vale do Guaporé de Pontes de Lacerda

Recebo o recurso administrativo interposto pelo Projeto de Representação de Aprendizagem, Incentivo Artístico e Cultural do Bico/Praico, diante da decisão de indeferimento de seu requerimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Augustinópolis, estado de Tocantins, e mantenho inalterada a decisão exarada por meio da Nota Técnica n° 1895/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, em decorrência da aplicação do disposto no subitem 11.2.1 da Norma nº 01/2011, relativa ao serviço de radiodifusão comunitária, de sorte a negar o provimento do recurso, conforme anexo único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

N° DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	MUNICÍPIO	SERVIÇO	RECORRENTE
02/2011	TO	Augustinópolis	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	Projeto De Represntação De Aprendizagem, Incentivo Artístico E Cultural Do Bico/Praico

Face o recurso administrativo interposto pela Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campo São João, em virtude da decisão de indeferimento seu requerimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Nova Cruz, estado do Rio Grande do Norte, mantenho inalterada a decisão exarada na Nota Técnica n° 1951/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, em decorrência da intempestividade da solicitação, de sorte a não conhecer o recurso, conforme anexo único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO NÃO CONHECIDO

N° DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	MUNICÍPIO	SERVIÇO	RECORRENTE
04/2011	RN	Nova Cruz	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campo São João

Face o recurso administrativo interposto pela Associação Comunitária Tecnológica e Digital da Cidade de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná, em virtude da decisão de indeferimento seu requerimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Santa Isabel do Ivaí, estado do Paraná, mantenho inalterada a decisão exarada na Nota Técnica n° 1876/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, em decorrência da intempestividade da solicitação, de sorte a não conhecer o recurso, conforme anexo único, nos termos da legislação vigente.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

ANEXO ÚNICO

RECURSO NÃO CONHECIDO

N° DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	MUNICÍPIO	SERVIÇO	RECORRENTE
02/2011	PR	Santa Isabel do Ivaí	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	Associação Comunitária Tecnológica e Digital da Cidade de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná

RETIFICAÇÃO

No Despacho de 27 de junho de 2012, publicado no DOU do dia 29 de junho de 2012, Seção 1, página 69, onde se lê: "São João do Cedro", leia-se: "São José do Cedro"

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 407, DE 5 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Carcará 2, de titularidade da empresa Usina de Energia Eólica Carcará II S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.394.399/0001-00, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Nome	EOL Carcará 2.
Tipo	Central Geradora Eólica.
Ato Autorizativo	Aviso de Homologação e Adjudicação Leilão nº 7/2011-ANEEL, publicado no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2012.
Pessoa Jurídica Titular	Usina de Energia Eólica Carcará II S.A.
CNPJ	15.394.399/0001-00.
Localização	Município de Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte.
Potência Instalada	28.800 kW.
Enquadramento	Arts. 1º-A, inciso I, e 3º, inciso II, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nºs 48500.006709/2011-75, 48500.003523/2012-45 e MME nº 00000.000708/2012-00.

PORTARIA Nº 408, DE 5 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Termelétrica denominada UTE São Martinho, de titularidade da empresa São Martinho S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.466.860/0001-56, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Nome	UTE São Martinho.
Tipo	Central Geradora Termelétrica.
Ato Autorizativo	Resolução Autorizativa ANEEL nº 5, de 10 de janeiro de 2005, e Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.382, de 6 de março de 2012.
Pessoa Jurídica Titular	São Martinho S.A.
CNPJ	51.466.860/0001-56.
Localização	Município de Pradópolis, Estado de São Paulo.
Potência Instalada	73.000 kW.
Enquadramento	Art. 3º, inciso I, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nºs 48100.000637/1997-55, 48500.003141/2012-11 e MME nº 00000.000698/2012-00.

PORTARIA Nº 409, DE 5 DE JULHO DE 2012

Autoriza a empresa Energia dos Ventos IX S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Jandaia I, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2011-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006719/2011-19, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Energia dos Ventos IX S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.253.373/0001-41, com sede na Avenida Rio Branco, nº 53, 3º andar, sala 302, parte, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Jandaia I, constituída de doze Unidades Geradoras de 1.600 kW, totalizando 19.200 kW de capacidade instalada e 9.900 kW médios de garantia física de energia, localizada às coordenadas 4º24'34,8" S e 37º49'1,5" W, no Município de Fortim, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Jandaia I, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de cinquenta quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 230 kV da Subestação Russas II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 20 de dezembro de 2012;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 20 de dezembro de 2012;

c) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: 18 de fevereiro de 2013;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 16 de outubro de 2013;

e) obtenção da Licença de Operação: até 13 de fevereiro de 2014;

f) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 4 de maio de 2014;

g) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 1º de setembro de 2014;

h) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 24 de novembro de 2014;

i) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 24 de novembro de 2014;

j) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 9 de dezembro de 2014;

k) início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora: até 9 de dezembro de 2014;

l) início da Operação em Teste da 3ª Unidade Geradora: até 24 de dezembro de 2014

m) início da Operação Comercial da 2ª Unidade Geradora: até 24 de dezembro de 2014;

n) início da Operação em Teste da 4ª Unidade Geradora: até 8 de janeiro de 2015;

o) início da Operação Comercial da 3ª Unidade Geradora: até 8 de janeiro de 2015;

p) início da Operação em Teste da 5ª Unidade Geradora: até 23 de janeiro de 2015;

q) início da Operação Comercial da 4ª Unidade Geradora: até 23 de janeiro de 2015;

r) início da Operação em Teste da 6ª Unidade Geradora: até 7 de fevereiro de 2015;

s) início da Operação Comercial da 5ª Unidade Geradora: até 7 de fevereiro de 2015;

t) início da Operação em Teste da 7ª Unidade Geradora: até 22 de fevereiro de 2015;

u) início da Operação Comercial da 6ª Unidade Geradora: até 22 de fevereiro de 2015;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

v) início da Operação em Teste da 8ª Unidade Geradora: até 9 de março de 2015;

w) início da Operação Comercial da 7ª Unidade Geradora: até 9 de março de 2015;

x) início da Operação em Teste da 9ª Unidade Geradora: até 24 de março de 2015;

y) início da Operação Comercial da 8ª Unidade Geradora: até 24 de março de 2015;

z) início da Operação em Teste da 10ª Unidade Geradora: até 8 de abril de 2015;

aa) início da Operação Comercial da 9ª Unidade Geradora: até 8 de abril de 2015;

bb) início da Operação em Teste da 11ª Unidade Geradora: até 23 de abril de 2015;

cc) início da Operação Comercial da 10ª Unidade Geradora: até 23 de abril de 2015

dd) início da Operação em Teste da 12ª Unidade Geradora: até 8 de maio de 2015;

ee) início da Operação Comercial da 11ª Unidade Geradora: até 8 de maio de 2015; e

ff) início da Operação Comercial da 12ª Unidade Geradora: até 23 de maio de 2015;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2011-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 3.473.650,00 (três milhões, quatrocentos e setenta e três mil, seiscentos e cinquenta reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Jandaia I;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2011-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Jandaia I, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 410, DE 5 DE JULHO DE 2012

Autoriza a empresa Ventos do Quinhão Energia S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Força 3, localizada no Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2011-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006730/2011-71, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Ventos do Quinhão Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.167.103/0001-18, com sede na Avenida Carlos Gomes, nº 111, sala 501, parte 5, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Força 3, constituída de onze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 22.000 kW de capacidade instalada e 9.500 kW médios de garantia física de energia, localizada às coordenadas 30º25'39,27" S e 50º20'14,24" W, no Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Força 3, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de setenta quilômetros de extensão, em Circuito Duplo, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 230 kV da Subestação Osório 2, de propriedade da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 30 de setembro de 2012;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 1º de outubro de 2014;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de fevereiro de 2015;

d) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 1º de março de 2015;

e) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de março de 2015;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 1º de junho de 2015;

g) obtenção da Licença de Operação: até 27 de agosto de 2015;

h) início da Operação em Teste da 1ª à 11ª Unidades Geradoras: até 1º de setembro de 2015;

i) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 29 de outubro de 2015; e

j) início da Operação Comercial da 1ª à 11ª Unidades Geradoras: até 1º de novembro de 2015;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2011-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 3.991.179,50 (três milhões, novecentos e noventa e um mil, cento e setenta e nove reais e cinquenta centavos), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Força 3;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2011-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Força 3, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.545, DE 19 DE JUNHO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no artigo 16, inciso IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.006017/2011-27. Interessado: Companhia Paranaense de Energia - COPEL-DIS. Objeto: Autorizar a revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para os conjuntos da área de concessão da Companhia Paranaense de Energia - COPEL-DIS, para o período de 2013 a 2016, a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2013. A íntegra desta Resolução e seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 26 DE JUNHO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no artigo 16, inciso IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 3.544 - Processo nº: 48500.002316/2012-73. Interessada: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Objeto: Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, a área de terra necessária à implantação da Subestação 525/230 kV Candiota, localizada no município de Candiota, no estado do Rio Grande do Sul, e para fins de instituição de servidão administrativa, as áreas de terra necessárias ao acesso à referida Subestação. A interessada fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da desapropriação e da servidão previstas nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Nº 3.560 - Processo nº 48500.001907/2011-42. Interessada: Guascor do Brasil Ltda. Objeto: Autorizar o enquadramento da Guascor do Brasil Ltda. na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, relativo ao projeto de eficientização da Usina Termelétrica - UTE - Vista Alegre do Abunã, localizada no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Nº 3.563 - Processo nº 48500.003379/2001-96. Interessado: Eólica Maceió Ltda. Objeto: Revogar as Resoluções Autorizativas nº 564/2001 e 461/2003, referentes à autorização da EOL Maceió, outorgada à empresa Eólica Maceió Ltda.

Nº 3.564 - Processo nº 48500.003176/1999-12. Interessado: Hidroelétricas Cassol Ltda. - HIDROSSOL. Objeto: Estabelecer em 50% (cinquenta por cento) o percentual de redução a ser aplicado à TUST e à TUSD, pela energia elétrica comercializada pela PCH Rio Branco, enquanto a potência injetada for menor ou igual a 30.000 kW.

Nº 3.565 - Processo nº 48500.002202/2005-13. Interessada: Canaã Geração de Energia S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da Pequena Central Hidrelétrica Santa Cruz de Monte Negro, com 17.010 kW de potência instalada, localizada no Município de Monte Negro, Estado de Rondônia.

Nº 3.572 - Processo: 48500.002854/2012-68. Interessada: Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D. Objeto: declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, a área de terra, com 0,5574 ha, necessária à implantação da Subestação 69/13,8 kV Rincão, com capacidade de transformação de 100 MVA, localizada no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. A interessada fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da desapropriação prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

DESPACHOS DIRETOR-GERAL
Em 26 de junho de 2012

Nº 2.122 - O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e considerando o que consta do Processo nº 48500.001641/2012-19, resolve determinar: (i) à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que recontabilize o período de 8/7/2011 a 31/10/2011, de modo a debitar à Eletrobrás Distribuição Rondônia - EDRO a quantidade de energia consumida em Nova Mutum Paraná-RO, utilizando, para tanto, o resultado da diferença entre os pontos de medição do canteiro de obras da UHE Jirau e da conexão com a LT de 230 kV, acrescida das perdas proporcionais da Rede Básica e (ii) à EDRO que faça o ressarcimento à Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR no valor correspondente à diferença entre o valor pago por esta à Votorantim Energia - VOTENER e o valor creditado em favor da ESBR, em decorrência da recontabilização a ser realizada pela CCEE constante do item anterior.

Nº 2.124 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.004429/2011-22, decide (i) declarar a perda de objeto do pedido formulado pela Termo Norte Energia Ltda. - Termonorte de interveniência da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON no Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST e no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT relativos à Usina Termelétrica - UTE Termonorte II; (ii) acolher o pedido de autorização para que a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte figure como interveniente no CUST e no CCT relativos à UTE Termonorte II, desde que a Termonorte figure como responsável subsidiária pelas despesas a serem primordialmente suportadas pela Eletronorte; (iii) determinar à Termonorte que pague ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, em até 33 (trinta e três) parcelas mensais a partir da publicação do presente Despacho, o valor de R$ 98.862.112,05 (noventa e oito milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, cento e doze reais e cinco centavos), a preços de junho de 2012, com atualização, em 1º de julho de cada ano, sobre os eventuais valores ainda pendentes de pagamento; e (iv) esclarecer, nos termos do item 28 do voto condutor do presente Despacho, o cálculo mediante o qual alcançou-se o valor do passivo fixado no Despacho nº 1.515, de 2 de maio de 2012, relativo ao uso do sistema de transmissão para escoamento da energia produzida na UTE Termonorte I.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Homologatória n. 1.317, de 2 de julho de 2012, publicada no D.O. n. 128, de 4 de julho de 2012, Seção 1, página 73, constante do Processo n. 48500.000181/2011-21; onde se lê: "Art. 2º Estabelecer os valores dos componentes (...)", leia-se: "Art. 3º Estabelecer os valores dos componentes (...)", e onde se lê: "Art. 3º", leia-se: "Art. 4º"; "Art. 4º", leia-se: "Art. 5º"; "Art. 5º", leia-se: "Art. 6º"; "Art. 6º", leia-se: "Art. 7º", "Art. 7º", leia-se "Art. 8º"; "Art. 8º", leia-se "Art. 9º"; "Art. 9º", leia-se: "Art. 10.", e "Art.10.", leia-se: "Art. 11.".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIRETORIA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 5 de julho de 2012

Nº 2.217 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 43, §º 3º, da Norma de Organização ANEEL - 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta do Processo no 48500.001718/2012-51, resolve: não conhecer do Recurso Administrativo interposto, de forma intempestiva, pela Itumbiara Transmissora de Energia S.A, em face do Auto de Infração nº 43/2012-SFF, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira, mantendo a multa de R$ 16.350,00 (dezesseis mil, e trezentos e cinquenta reais), a qual deve ser recolhida com os acréscimos legais.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de julho de 2012

Nº 2.216 - Processo nº: 48500.003490/2012-33. Interessada: SN Power Energia do Brasil Ltda. Decisão: autorizar a empresa SN Power Energia do Brasil Ltda. a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. _GoBack_GoBackA íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

JANDIR AMORIM NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de julho de 2012

Nº 2.218 - Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação em teste a partir de 06 de julho de 2012 Processo nº 48500.003067/2012-33 Interessado: Central Bioenergética Enervale S.A. Usina: UTE Enervale Unidade Geradora: UG1 de 30.000 kW Localização: Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais.A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de julho de 2012

Nº 886 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado que as instalações foram vistoriadas pelo corpo de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, assim como se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente.
Fica condicionada à manutenção da presente autorização o atendimento aos requisitos constantes no certificado do corpo de bombeiros competente e na Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Área de Armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP), destinados ou não à comercialização - Critérios de segurança, nos termos da Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/AC0215974	A & S DERIVADO DE PETRÓLEO LTDA.	15.112.947/0001-61	RIO BRANCO	AC	48610.007312/2012-34
GLP/RR0215975	A. DA SILVA PEREIRA - ME	14.668.865/0001-35	IRACEMA	RR	48610.007467/2012-71
GLP/RN0215976	AGAPE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME	11.033.556/0005-24	PRESIDENTE JUSCELINO	RN	48610.007225/2012-87
GLP/MA0215977	AILDA RIBEIRO DA SILVA 93676808304	15.092.122/0001-22	IMPERATRIZ	MA	48610.007348/2012-18
GLP/RS0215978	ALDECI DA SILVA SANTANA	03.622.002/0001-00	TERRA DE AREIA	RS	48610.007314/2012-23
GLP/SC0215979	ANA LUCIA BOM MORO	01.545.457/0001-44	CELSO RAMOS	SC	48610.007487/2012-41
GLP/RS0215980	ANEZIO BOTTENE	01.954.367/0001-07	SEBERI	RS	48610.007517/2012-10
GLP/SC0215981	ANGELICA ANA REIS FONTES - EPP	08.766.418/0001-16	SAO FRANCISCO DO SUL	SC	48610.007460/2012-59
GLP/SE0215982	ARA COMERCIO DE GÁS LTDA - ME	07.941.381/0001-52	POCO REDONDO	SE	48610.007520/2012-33
GLP/RS0215983	ARIANE DA SILVA FONSECA OLIVEIRA ME	14.631.024/0001-53	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	RS	48610.007521/2012-88
GLP/BA0215984	ARMAZEM TEIXEIRA LEITE LIMITADA	08.754.991/0002-90	PALMEIRAS	BA	48610.007499/2012-76
GLP/SP0215985	B & L COMERCIO DE GAS LTDA - ME	15.356.442/0001-42	AMERICANA	SP	48610.007254/2012-49
GLP/SP0215986	CARLOS FLY COMERCIO DE GAS LTDA	97.527.546/0001-37	SAO PAULO	SP	48610.007479/2012-03
GLP/PR0215987	CARNEIRO CAMPOS - COMERCIO DE GAS LTDA ME	15.030.647/0001-33	CURITIBA	PR	48610.007445/2012-19
GLP/GO0215988	COMERCIAL SÃO SEBASTIÃO LTDA.	12.923.758/0001-80	MORRINHOS	GO	48610.007296/2012-80
GLP/RS0215989	D & R COMÉRCIO DE GÁS LTDA	15.525.331/0001-12	PORTO ALEGRE	RS	48610.007488/2012-96
GLP/MA0215990	DAVID G. L. TEIXEIRA	15.352.466/0001-23	TUNTUM	MA	48610.007316/2012-12
GLP/PR0215991	DENAIR DE CAMPOS PEDLOWSKI - COMERCIO DE GAS	11.110.895/0001-33	IMBAU	PR	48610.003987/2012-12
GLP/PR0215992	DISBEVEN DISTTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	00.592.218/0001-82	QUEDAS DO IGUACU	PR	48610.007210/2012-19
GLP/RO0215993	DISTRIBUIDORA DE GAS FORTALEZA LTDA.	13.885.133/0001-34	ITAPUA DO OESTE	RO	48610.007318/2012-10
GLP/MS0215994	DUARTE & LOPES LTDA ME	14.716.938/0001-17	CAMPO GRANDE	MS	48610.007465/2012-81
GLP/RO0215995	E V DA SILVA DISTRIBUIDORA - ME	14.087.075/0001-66	PORTO VELHO	RO	48610.007473/2012-28
GLP/MG0215996	EDGARD ROCHA SANTOS 45853428691	14.880.607/0001-18	SERRA DOS AIMORES	MG	48610.007471/2012-39
GLP/MT0215997	EDSON PAULA DA SILVA 53730860100	13.083.868/0001-44	CUIABA	MT	48610.007334/2012-02
GLP/MG0215998	ELAINE CRISTINA FERREIRA ME	15.089.452/0001-69	SANTA JULIANA	MG	48610.007458/2012-80
GLP/PR0215999	ELIANE ASCHIDAMINI DAL CANTON - ME	15.449.980/0001-81	SAO MATEUS DO SUL	PR	48610.007501/2012-15
GLP/RS0216000	ERASMO LUIS DOVIGI	11.959.344/0001-49	VICENTE DUTRA	RS	48610.007452/2012-11
GLP/RN0216001	ERIVALDO LAURENTINO DA COSTA 01742790437	15.372.153/0001-37	NOVA CRUZ	RN	48610.007449/2012-99
GLP/PA0216002	ERONDINA O MESCOUTO	13.324.885/0001-26	ANANINDEUA	PA	48610.007484/2012-16
GLP/SC0216003	ERONI MACHADO ME.	12.940.200/0001-03	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	SC	48610.007298/2012-79
GLP/GO0216004	FABIO AURELIO CORREIA CARDOSO	12.812.127/0001-94	TAQUARAL DE GOIAS	GO	48610.007511/2012-42
GLP/SC0216005	FABRICIO LUCIANO MALHEIROS E CIA LTDA	15.435.668/0001-39	RIO DO SUL	SC	48610.007500/2012-62
GLP/MG0216006	FERREIRA DUARTE COMERCIO DE BEBIDAS LTDA	15.379.240/0001-16	PRATA	MG	48610.007333/2012-50
GLP/AL0216007	FERREIRA E SANTOS AUTO POSTO LTDA.	09.025.340/0001-41	POCO DAS TRINCHEIRAS	AL	48610.007457/2012-35
GLP/MG0216008	FL GÁS LTDA ME	14.294.192/0001-09	CATAS ALTAS DA NORUEGA	MG	48610.007493/2012-07
GLP/GO0216009	FREDERICO HENRIQUE DA SILVA 94192863120	14.183.042/0001-10	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.007246/2012-01
GLP/SP0216010	FULIARO & CIA. LTDA.	52.985.603/0002-74	SANTO ANTONIO DO JARDIM	SP	48610.007332/2012-13
GLP/MG0216011	GÁS MURÇA DE MONTALVANIA LTDA - ME	14.466.009/0001-05	MONTALVANIA	MG	48610.007497/2012-87
GLP/SP0216012	GASBOM M. BOI MIRIM I COMERCIO DE GAS LTDA	14.500.302/0001-33	SAO PAULO	SP	48610.007514/2012-86
GLP/SP0216013	GASBOM MEDICE COMERCIO DE GAS LTDA.	14.801.312/0001-09	OSASCO	SP	48610.007513/2012-31
GLP/SP0216014	GASBOM ROCHDALE COMERCIO DE GAS LTDA	14.884.172/0001-80	OSASCO	SP	48610.007515/2012-21
GLP/SP0216015	GASBOM SAO TEODORO COMERCIO DE GAS LTDA	14.505.873/0001-60	SAO PAULO	SP	48610.007516/2012-75
GLP/SP0216016	GASBOM WALT DISNEY COMERCIO DE GAS LTDA	14.497.849/0001-27	OSASCO	SP	48610.007512/2012-97
GLP/SE0216017	GENIVAL ANDRADE GONÇALVES 53225163520	12.830.737/0001-10	BREJO GRANDE	SE	48610.007295/2012-35
GLP/SP0216018	GEOVANDRA BORIM DE PAULA 21334392854	14.843.050/0001-45	PIACATU	SP	48610.007383/2012-37
GLP/RR0216019	GERCI DO CARMO ME	14.084.716/0001-29	BOA VISTA	RR	48610.007502/2012-51
GLP/MA0216020	HELIO FERREIRA DE SOUSA 28153227300	13.393.435/0001-95	IMPERATRIZ	MA	48610.007346/2012-29
GLP/RJ0216021	IMPERIO DO GAS 2011 - COMERCIO DE GÁS LTDA EPP	03.329.772/0001-60	DUQUE DE CAXIAS	RJ	48610.007336/2012-93
GLP/SP0216022	ISRAEL SIMEÃO DA SILVA GÁS ME	13.829.431/0001-07	EMBU	SP	48610.007496/2012-32
GLP/SC0216023	ITACIR ANTONIO SERIGHELLI	80.485.782/0001-35	MACIEIRA	SC	48610.007306/2012-87
GLP/RS0216024	IVANETE ROMANI LUFT	02.764.735/0001-17	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	RS	48610.007507/2012-84
GLP/PR0216025	IVANILDE BRESSAN CARDIN	78.403.953/0002-79	JATAIZINHO	PR	48610.007522/2012-22
GLP/PA0216026	J. C. F. DE LIMA - ME	15.138.435/0001-74	CASTANHAL	PA	48610.007492/2012-54
GLP/SC0216027	JACKSON ALLAN BUDAG 00712676970	13.809.676/0001-72	GASPAR	SC	48610.007258/2012-27
GLP/GO0216028	JAIR DOS SANTOS BARROS 79165761120	15.585.622/0001-04	ANAPOLIS	GO	48610.007317/2012-67
GLP/RS0216029	JAIR RODRIGUES & CIA LTDA	08.820.032/0001-45	PINHEIRINHO DO VALE	RS	48610.007504/2012-41
GLP/MG0216030	JANIELY DE LOURDES SANTOS 05117279689	13.828.646/0001-03	DIAMANTINA	MG	48610.007525/2012-66
GLP/PR0216031	J.J. DOS SANTOS DISTRIBUIDORA DE GÁS ME	15.328.395/0001-23	CURITIBA	PR	48610.007485/2012-52
GLP/MT0216032	JOANILSON FERNANDES DE SOUZA 04005598110	14.851.077/0001-80	ACORIZAL	MT	48610.007337/2012-38
GLP/SP0216033	JOAO LOPES DA SILVA ITAQUAQUECETUBA ME.	01.695.064/0001-17	ITAQUAQUECETUBA	SP	48610.007294/2012-91
GLP/RS0216034	JOEL TERRA MENDES BORGES ME.	15.288.642/0001-05	CHUI	RS	48610.007313/2012-89
GLP/BA0216035	JORGE RIBEIRO DOS SANTOS 60375612572	14.536.115/0001-00	VITORIA DA CONQUISTA	BA	48610.007261/2012-41
GLP/BA0216036	JOSE CARDOSO MOREIRA	34.047.415/0002-13	CAETITE	BA	48610.007447/2012-08
GLP/TO0216037	JOSE IRAN DE OLIVEIRA SOUSA - ME	14.381.889/0001-09	MIRANORTE	TO	48610.007519/2012-17
GLP/SE0216038	JOSÉ SANTIAGO DE JESUS SANTOS 27531686520	14.659.679/0001-30	SAO DOMINGOS	SE	48610.007509/2012-73
GLP/MT0216039	JOSETI C. GOMES - ME.	11.090.042/0001-87	CUIABA	MT	48610.007330/2012-16
GLP/MA0216040	L R ARAUJO COMERCIO	41.612.565/0003-79	PENALVA	MA	48610.007486/2012-05
GLP/SE0216041	LAUDILSON ALVES DOS SANTOS - ME	09.285.039/0001-77	SAO DOMINGOS	SE	48610.007483/2012-63

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GLP/AC0216042	MARCELO L DA SILVA - ME	09.399.595/0001-74	RIO BRANCO	AC	48610.007335/2012-49
GLP/SP0216043	MARCIO ANGELO VIEIRA - ME	96.281.910/0001-69	ITIRAPINA	SP	48610.007437/2012-64
GLP/SP0216044	MARCO AURELIO VICENTINI - ME.	15.091.311/0001-80	BRODOWSKI	SP	48610.007329/2012-91
GLP/MG0216045	MARCONE DA SILVA CUNHA 07287392674	15.012.012/0001-03	SANTANA DO PARAISO	MG	48610.007328/2012-47
GLP/SP0216046	MARCONIO HERINGER DA SOLIDADE - ME	13.601.647/0002-00	SANTA ISABEL	SP	48610.007508/2012-29
GLP/SP0216047	MARCOS ANTONIO BERNABE & CIA LTDA	04.104.904/0001-18	MARABA PAULISTA	SP	48610.007469/2012-60
GLP/MG0216048	MARIA ANTONIA DE SOUSA	12.917.194/0001-73	ITACARAMBI	MG	48610.007331/2012-61
GLP/MG0216049	MARIA APARECIDA MOURA FERREIRA - ME	06.102.725/0002-58	ANDRELANDIA	MG	48610.007463/2012-92
GLP/RN0216050	MARIA DE FATIMA SOARES DA SILVA XAVIER 36007224204	14.318.245/0001-76	SAO GONCALO DO AMARANTE	RN	48610.007450/2012-13
GLP/SP0216051	MICHEL DA SILVA MONTAGNER & CIA LTDA - ME.	01.012.779/0001-28	CATANDUVA	SP	48610.007347/2012-73
GLP/MG0216052	MILTON MARTINS TEIXEIRA COMERCIAL LTDA	12.365.353/0001-74	TUMIRITINGA	MG	48610.007446/2012-55
GLP/RS0216053	MIRIAM GAZOLA LONDERO	11.820.161/0001-48	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	RS	48610.007476/2012-61
GLP/MG0216054	MONICA JULIETA DA SILVEIRA ME.	10.735.485/0001-15	SILVEIRANIA	MG	48610.007248/2012-91
GLP/MT0216055	NELCIMAR GONÇALVES & CIA LTDA	13.774.319/0001-16	ARAPUTANGA	MT	48610.007470/2012-94
GLP/RO0216056	NELSON GONÇALVES DE OLIVEIRA EIRELI	15.330.221/0001-03	ARIQUEMES	RO	48610.007518/2012-64
GLP/PB0216057	NILDO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E GLP LTDA EPP.	12.607.483/0001-76	GURINHEM	PB	48610.007384/2012-81
GLP/SE0216058	NILSON PAULINO DA SILVA 58925007568	13.161.059/0001-03	JAPOATA	SE	48610.007523/2012-77
GLP/RS0216059	NOELY INES CEOLIN BURIOL	88.167.580/0001-57	CAICARA	RS	48610.007482/2012-19
GLP/SC0216060	ODENIZE MARIA ZANETTI EPP	80.701.212/0001-35	RIO DAS ANTAS	SC	48610.007307/2012-21
GLP/TO0216061	OLIVEIRA E CABRAL COMERCIO DE GAS LTDA	14.311.084/0001-99	PALMAS	TO	48610.007490/2012-65
GLP/SE0216062	PANIFICAÇÃO E MERCEARIA DORA LTDA ME	03.987.993/0001-25	SAO CRISTOVAO	SE	48610.007462/2012-48
GLP/SP0216063	PAULO SÉRGIO NANZER - EPP	08.922.153/0001-06	SAO CARLOS	SP	48610.007453/2012-57
GLP/PR0216064	POSTO CANAL MONZA LTDA.	11.368.822/0001-46	CAMPO MAGRO	PR	48610.007505/2012-95
GLP/MG0216065	PRIMOS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA-ME	14.046.060/0001-50	CURRAL DE DENTRO	MG	48610.007444/2012-66
GLP/MG0216066	REGINALDO VIRTUOSO GONÇALVES 00659907658	14.099.110/0001-67	VICOSA	MG	48610.007459/2012-24
GLP/GO0216067	ROBSON ALVES DOS SANTOS GAS CONQUITA	14.946.675/0001-32	URUANA	GO	48610.007489/2012-31
GLP/SP0216068	ROSIMEIRE RIBEIRO NASCIMENTO GAS - ME	12.600.390/0001-10	NOVA ODESSA	SP	48610.007454/2012-00
GLP/SP0216069	ROSSIGÁS COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA.	53.655.213/0006-22	RIO CLARO	SP	48610.007319/2012-56
GLP/TO0216070	SALVADOR ANIZETH DOS SANTOS FILHO	15.281.374/0001-08	PALMAS	TO	48610.007495/2012-98
GLP/RS0216071	SEDINEI PERETTO	97.094.213/0002-42	FREDERICO WESTPHALEN	RS	48610.007478/2012-51
GLP/MG0216072	SUELY PEREIRA SANTOS 27451911870	14.672.715/0001-03	MACHACALIS	MG	48610.007311/2012-90
GLP/GO0216073	SUPERMERCADO IRMÃOS CASIMIRO LTDA	11.477.785/0001-04	DAVINOPOLIS	GO	48610.007440/2012-88
GLP/MG0216074	SUPERMERCADO J & I LTDA.	06.923.002/0002-10	CENTRAL DE MINAS	MG	48610.007524/2012-11
GLP/TO0216075	SUPERMERCADO TRIANGULO LTDA	08.724.953/0001-04	ARAPOEMA	TO	48610.007466/2012-26
GLP/MA0216076	SUPRIGAS COMERCIO VAREGISTA DE GAS LTDA	14.824.532/0001-58	ITAPECURU MIRIM	MA	48610.007439/2012-53
GLP/SC0216077	VALDIR ANTONIO GIACHINI	78.859.923/0001-90	CHAPECO	SC	48610.007455/2012-46
GLP/MG0216078	VASCO DIVINO MARTINS JUNQUEIRA ME.	14.926.888/0001-00	UBERLANDIA	MG	48610.007464/2012-37
GLP/RS0216079	VERA MARTA MULLER CIA.LTDA-ME	92.283.415/0001-38	TIRADENTES DO SUL	RS	48610.007480/2012-20
GLP/SP0216080	W. DOS SANTOS BRITO COM. DE GÁS	14.590.804/0001-00	SUZANO	SP	48610.007475/2012-17
GLP/MA0216081	WILLYAS SILVA OLIVEIRA 00285979310	15.284.159/0001-52	IMPERATRIZ	MA	48610.007293/2012-46

Nº 887 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
001/GLP/CE0021930	ADERSON TAVARES BEZERRA JUNIOR	02.498.411/0003-46	CARIRIACU	CE	48610.007149/2008-23
001/GLP/MG0000759	AGUSTINHO & CARDILLO LTDA	05.620.672/0001-13	POCOS DE CALDAS	MG	48610.005402/2004-81
GLP/GO0173020	AILYSSON XAVIER DE OLIVEIRA	09.493.480/0001-44	ABADIANIA	GO	48610.010250/2008-61
GLP/PE0187439	ALCINANDO ANSELMO SILVA DA CONCEIÇÃO	09.486.633/0001-26	OLINDA	PE	48610.009097/2010-44
GLP/PA0213054	ALESSANDRO B. LIMA - ME	13.160.465/0001-51	SANTAREM	PA	48610.000351/2012-19
GLP/MG0209562	ALVES & MICHEL¿S COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - ME	13.284.380/0001-85	PRATA	MG	48610.010292/2011-06
GLP/PR0057986	ANTONIO MOACIR CARDIM	09.327.753/0001-80	JATAIZINHO	PR	48610.007862/2008-77
001/GLP/SP0011356	ARYROSE GONÇALVES GAS ME	06.555.747/0001-92	CACAPAVA	SP	48610.000734/2007-11
001/GLP/MG0019881	ATL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LTDA.	09.014.163/0001-06	SANTA RITA DO SAPUCAI	MG	48610.001840/2008-01
GLP/MG0181319	ATL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LTDA.	09.014.163/0002-89	ITAPEVA	MG	48610.014159/2009-04
001/GLP/GO0001689	CALIXTO FRANCISCO PIRES - GOIANO	06.276.659/0001-51	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	GO	48610.007692/2004-13
001/GLP/BA0018882	CAMAÇARI COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.	07.481.760/0001-07	CAMACARI	BA	48610.014825/2007-34
001/GLP/PR0000653	CLARION COMERCIO DE GAS LTDA - ME	81.896.334/0001-97	CURITIBA	PR	48610.004457/2004-73
001/GLP/SP0019606	CLAUDEMIRA MARIA DE ALMEIDA SOUZA - ME	08.986.241/0001-63	MATAO	SP	48610.001475/2008-27
GLP/MG0182172	CLEIDIMAR JOSÉ DA SILVA ME.	71.364.467/0001-69	SANTOS DUMONT	MG	48610.015569/2009-64
001/GLP/SP0003322	CONSIGAZ COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	69.238.160/0020-32	OSASCO	SP	48610.000344/2005-81
001/GLP/SP0003321	CONSIGAZ COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	69.238.160/0021-13	OSASCO	SP	48610.000346/2005-79
001/GLP/MG0004647	DISK GÁS E BEBIDAS ZERO GRAU LTDA. - ME.	07.273.913/0001-20	PRATA	MG	48610.005001/2005-11
GLP/RS0183571	DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS MARTIN & ZIMMER LTDA.	04.052.996/0002-10	AGUDO	RS	48610.001363/2010-91
001/GLP/RS0021143	FABIANO FANTINELLI	08.613.540/0001-52	PORTO ALEGRE	RS	48610.005272/2008-18
001/GLP/PR0002408	HONORATO COMERCIAL LTDA ME	04.357.100/0002-01	SAO JOSE DOS PINHAIS	PR	48610.010029/2004-81
001/GLP/GO0006100	IRMÃOS COSTA COMERCIAL DE GÁS LTDA - ME	05.129.781/0001-32	GOIANIA	GO	48610.000637/2006-48
001/GLP/SP0003317	LARGO DO GÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	01.161.677/0005-06	OSASCO	SP	48610.000349/2005-11
001/GLP/SP0004659	LARGO DO GÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	01.161.677/0012-27	SAO PAULO	SP	48610.004812/2005-95
001/GLP/SP0017825	LARGO DO GÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	01.161.677/0013-08	SAO PAULO	SP	48610.011927/2007-14
001/GLP/BA0022188	MAURICIO DE OLIVEIRA COSTA -ME	07.675.850/0001-39	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	BA	48610.007229/2008-89
001/GLP/GO0010922	N M RIBEIRO & CIA. LTDA.	00.264.122/0001-95	MORRINHOS	GO	48610.012824/2006-74
GLP/MS0186744	NATURAL COMERCIO DE GAS E AGUA MINERAL LTDA - ME.	09.102.486/0001-43	CAMPO GRANDE	MS	48610.007163/2010-41
GLP/GO0177692	NATURALGÁS-COMÉRCIO DE GÁS LTDA	04.647.883/0002-68	LUZIANIA	GO	48610.004760/2009-81
001/GLP/PI0003732	OUROGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA	06.977.392/0001-20	TERESINA	PI	48610.001790/2005-11
001/GLP/GO0007349	PONTUAL BR COMERCIAL DE GÁS LTDA - ME	04.732.633/0001-45	GOIANIA	GO	48610.004851/2006-73
001/GLP/RS0008683	POSTO SCAPINELLI LTDA. ME	87.275.103/0001-42	ANTONIO PRADO	RS	48610.004834/2006-36
001/GLP/ES0021278	RAPHAEL DIEIFER DA SILVA ME	07.755.943/0001-73	SANTA MARIA DE JETIBA	ES	48610.005284/2008-34
001/GLP/RO0003680	RAQUEL CAMARGO GREGÓRIO - ME	00.820.086/0002-80	PORTO VELHO	RO	48610.001676/2005-81
001/GLP/AC0001812	S A GOMES DE SOUZA	05.933.500/0001-08	RIO BRANCO	AC	48610.008307/2004-39
001/GLP/SP0001925	SHEILA FERREIRA LOPES	03.065.907/0001-27	SUZANO	SP	48610.008722/2004-92
001/GLP/PR0003072	SIGAGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA	05.963.563/0001-07	CURITIBA	PR	48610.011294/2004-85
001/GLP/SP0016186	SS COMÉRCIO E TRANSPORTES DE GÁS LTDA.	07.551.697/0001-38	SANTA ISABEL	SP	48610.008494/2007-11
001/GLP/PA0007218	TABOCAL MATERIAIS DE CONSTRUCOES LTDA. - ME.	05.232.991/0001-51	SANTAREM	PA	48610.002155/2006-22
GLP/PR0176645	VITORIA GAS LTDA.	07.213.042/0001-50	UNIAO DA VITORIA	PR	48610.000576/2009-61
GLP/RS0179911	WENDEL DA PORCIUNCULA	10.675.687/0001-19	CHUI	RS	48610.010755/2009-15

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 5/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
(322)
4369/2012-870.847/2009-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
4370/2012-871.892/2010-EMILIO MARCIO GOMES DE CARVALHO
4371/2012-872.253/2010-M A CAIRES & CIA LTDA
4372/2012-872.517/2010-MINERAÇÃO GRAJUMAR LTDA.
4373/2012-872.519/2010-MINERAÇÃO GRAJUMAR LTDA.
4374/2012-870.539/2011-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA
4375/2012-871.344/2011-GRANASA GRANITOS NACIONAIS LTDA.
4376/2012-871.996/2011-ALCIMAR JOSÉ PAGOTTO
4377/2012-872.007/2011-GENILTON DE SOUZA
4378/2012-872.235/2011-HUTSON GUEDES TEIXEIRA
4379/2012-872.616/2011-STELLARIUM PEDRAS E REVESTIMENTOS LTDA
4380/2012-872.975/2011-HEMYLY MINERAÇÃO LTDA
4381/2012-873.054/2011-ULISSES GOMES BARROSO
4382/2012-873.561/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4383/2012-873.562/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4384/2012-873.563/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4385/2012-873.574/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4386/2012-873.576/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4387/2012-873.579/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4388/2012-873.580/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4389/2012-873.581/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4390/2012-873.593/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4391/2012-873.594/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4392/2012-873.599/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4393/2012-873.601/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4394/2012-873.604/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4395/2012-873.623/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4396/2012-873.637/2011-PIETRINE SERVICOS EM PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA
4397/2012-873.683/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4398/2012-873.684/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4399/2012-873.685/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4400/2012-873.687/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4401/2012-873.692/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4402/2012-873.697/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4403/2012-873.700/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
4404/2012-873.804/2011-PRISCILA DURANT BINOTT
4405/2012-874.039/2011-PEDREIRA SANT'ANA AMORIM LTDA
4406/2012-874.117/2011-SJT EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA
4407/2012-874.157/2011-LEITE & ROCHA LTDA

RELAÇÃO Nº 6/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
(323)
4408/2012-871.948/2011-MAGNESITA REFRATÁRIOS SA
4409/2012-872.193/2011-JOSÉ EVERALDO BONATTO

RELAÇÃO Nº 8/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
(323)
4410/2012-874.196/2011-GEOAKTIVAN GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA.
4411/2012-874.197/2011-GEOAKTIVAN GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA.
4412/2012-874.610/2011-MINERAÇÃO VALE DO ARAGAUAIA LTDA.
4413/2012-874.627/2011-W.C. TRANSPORTESZ & CONTRUÇÕES LTDA ME
4414/2012-874.647/2011-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA
4415/2012-874.649/2011-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA
4416/2012-874.665/2011-BNM-BAHIA NIGRANITO MINERAÇÃO LTDA

RELAÇÃO Nº 9/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
(323)
4417/2012-874.693/2011-ARATU CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA
4418/2012-874.696/2011-EMPRESA DE MINERAÇÃO SANTA ROSA LTDA.
4419/2012-874.710/2011-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA
4420/2012-874.722/2011-LOCASERVICE LTDA
4421/2012-874.723/2011-LOCASERVICE LTDA
4422/2012-874.724/2011-LOCASERVICE LTDA
4423/2012-874.731/2011-SEMONTEC MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA
4424/2012-874.732/2011-SEMONTEC MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA
4425/2012-874.813/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA

RELAÇÃO Nº 12/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
(323)
4426/2012-874.477/2011-USINA GRAVATÁ LTDA
4427/2012-874.511/2011-SERGIVALDO BISPO DE AZEVEDO

RELAÇÃO Nº 28/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
(322)
4428/2012-874.219/2011-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.
4429/2012-874.769/2011-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
4430/2012-870.093/2012-AGROPECUARIA RIO GAVIÃO LTDA
4431/2012-870.096/2012-RAMON TRANSPORTE LTDA
4432/2012-870.102/2012-COOPERATIVA MINEIRA DE PEDRAS DE S. FÉLIX
4433/2012-870.256/2012-MARCELO ABREU SILVA
4434/2012-870.265/2012-MR2 SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA LTDA
4435/2012-870.266/2012-MR2 SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA LTDA
4436/2012-870.267/2012-MR2 SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA LTDA
4437/2012-870.268/2012-MR2 SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA LTDA
4438/2012-870.291/2012-MINERAÇÃO E PROCESSAMENTO LTDA
4439/2012-870.292/2012-MINERAÇÃO E PROCESSAMENTO LTDA
4440/2012-870.293/2012-MINERAÇÃO E PROCESSAMENTO LTDA
4441/2012-870.341/2012-THIAGO LUCIO DOS SANTOS
4442/2012-870.373/2012-G & M GEOLOGY AND MINING LTDA ME
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
(323)
4443/2012-874.223/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
4444/2012-870.031/2012-NASCIMENTO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA
4445/2012-870.032/2012-NASCIMENTO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA
4446/2012-870.097/2012-RAMON TRANSPORTE LTDA
4447/2012-870.174/2012-LEONARDO DE ALMEIDA MENDES JUNIOR
4448/2012-870.175/2012-LEONARDO DE ALMEIDA MENDES JUNIOR
4449/2012-870.176/2012-LEONARDO DE ALMEIDA MENDES JUNIOR
4450/2012-870.258/2012-PROGEMMA MINÉRIOS LTDA ME
4451/2012-870.264/2012-APOLO INTERNATIONAL STONES LTDA.
4452/2012-870.344/2012-RAIMUNDO NELSON DE JESUS PORTUGAL ME

RELAÇÃO Nº 36/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
(323)
4453/2012-870.547/2012-CLEYDSON WILLER TELES DE OLIVEIRA
4454/2012-870.548/2012-JEFFERSON CERQUEIA DA SILVA
4455/2012-870.588/2012-ARATU CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA
4456/2012-870.589/2012-ARATU CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA
4457/2012-870.614/2012-OTTOMAR MINERAÇÃO LTDA
4458/2012-870.653/2012-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA
4459/2012-870.663/2012-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
4460/2012-870.664/2012-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
4461/2012-870.665/2012-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
4462/2012-870.666/2012-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
4463/2012-870.673/2012-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
4464/2012-870.674/2012-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
4465/2012-870.675/2012-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA
4466/2012-870.683/2012-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
4467/2012-870.684/2012-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
4468/2012-870.685/2012-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
4469/2012-870.686/2012-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
4470/2012-870.687/2012-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
4471/2012-870.688/2012-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
4472/2012-870.689/2012-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
4473/2012-870.690/2012-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
4474/2012-870.717/2012-BNM-BAHIA NIGRANITO MINERAÇÃO LTDA
4475/2012-870.775/2012-QUIUQUI COMERCIO E MINERAÇÃO LTDA ME
4476/2012-870.776/2012-MONTE DAS OLIVEIRAS MINERAÇÃO LTDA.

RELAÇÃO Nº 62/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
(322)
4535/2012-886.035/2012-'TCHE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA ME
4536/2012-886.036/2012-'TCHE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA ME
4537/2012-886.094/2012-FARIAS & PINTAR LTDA ME
4538/2012-886.109/2012-GILBERTO BEAL DE LIMA
4539/2012-886.115/2012-VILMAR JOSE GARLET
4540/2012-886.116/2012-RAIMUNDO JASEME TEIXEIRA NUNES
4541/2012-886.123/2012-MARCELO MARAFON
4542/2012-886.135/2012-JAIR JOSÉ DE OLIVEIRA
4543/2012-886.143/2012-NILTON DIAS CABRAL

RELAÇÃO Nº 83/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
(322)
4477/2012-800.012/2012-PIRANGY PEDRA LTDA ME
4478/2012-800.015/2012-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA
4479/2012-800.127/2012-FERNANDO ANTONIO CASTELO BRANCO SALES
4480/2012-800.143/2012-EVEREST MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.

RELAÇÃO Nº 92/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
(322)
4285/2012-820.418/2008-JAIR SAES
4286/2012-820.393/2009-ANTONIO BASSANEZE TAMBAU
4287/2012-821.128/2011-SILVIO ANGELO SARDELI ME
4288/2012-821.169/2011-ELIZARDO MICHETTI
4289/2012-821.170/2011-JORGE BOBATTO JUNIOR
4290/2012-821.171/2011-JOÃO OSCAR GARBELINI
4291/2012-821.206/2011-RAUL ARDITO LERÁRIO
4292/2012-821.207/2011-JOSE EDUARDO FERREIRA CASADO
4293/2012-821.210/2011-MINAPLAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
4294/2012-821.211/2011-NARA NIDIA VIGUETTI YONAMINE
4295/2012-821.237/2011-PEDREIRA DIABÁSIO LTDA.
4296/2012-821.238/2011-PEDREIRA DIABÁSIO LTDA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4297/2012-821.242/2011-DANIEL DE CAMPOS VISENTINI
4298/2012-821.252/2011-FÁBIO FERNANDO FRANCISCATE
4299/2012-821.261/2011-FERNANDO UDIHARA AOKI
4300/2012-821.262/2011-FERNANDO UDIHARA AOKI
4301/2012-821.265/2011-TIJOFRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TIJOLOS LTDA. ME
4302/2012-821.268/2011-BOLESLAU WESGUEBER ME
4303/2012-821.269/2011-BOLESLAU WESGUEBER ME
4304/2012-821.270/2011-BOLESLAU WESGUEBER ME
4305/2012-821.271/2011-BOLESLAU WESGUEBER ME
4306/2012-821.287/2011-TEC MAQ TECNOLOGIA EM MINERAÇÃO DE AREIA DE QUARTZO LTDA EPP
4307/2012-821.326/2011-SONIA GARCIA DANTAS MARTINS

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

(323)
4308/2012-820.277/2007-LUIS ROBERTO CHIARELLI
4309/2012-820.517/2007-GUILHERME BELTRÃO DE ALMEIDA
4310/2012-820.518/2007-GUILHERME BELTRÃO DE ALMEIDA
4311/2012-820.616/2007-VALE DO PAITITI LTDA ME
4312/2012-820.641/2007-ROCKITA PESQUISA LTDA - EPP
4313/2012-820.843/2007-SÃO MARTINHO S.A.
4314/2012-820.846/2007-SÃO MARTINHO S.A.
4315/2012-820.849/2007-SÃO MARTINHO S.A.
4316/2012-820.956/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
4317/2012-820.957/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
4318/2012-820.720/2009-PECUÁRIA SERRAMAR LTDA
4319/2012-820.929/2010-PORTO DE AREIA ITAJU LTDA ME
4320/2012-820.930/2010-PORTO DE AREIA ITAJU LTDA ME
4321/2012-821.188/2010-PAULO FLÁVIO DE MACEDO GOUVÊA
4322/2012-821.091/2011-MINERAÇÃO BARUEL LTDA.
4323/2012-821.146/2011-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.
4324/2012-821.147/2011-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.
4325/2012-821.162/2011-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.
4326/2012-821.166/2011-SÃO MARTINHO S.A.
4327/2012-821.173/2011-DANIEL YUKITO AKABANE
4328/2012-821.182/2011-CERÂMICA CITY LTDA
4329/2012-821.190/2011-FANNY KARINE DE PAULA SILVA PETRIGLIA
4330/2012-821.240/2011-PEDREIRA DIABÁSIO LTDA.
4331/2012-821.241/2011-PEDREIRA DIABÁSIO LTDA.
4332/2012-821.244/2011-FLEXLIFE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE COLCHÕES LTDA EPP
4333/2012-821.245/2011-FLEXLIFE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE COLCHÕES LTDA EPP
4334/2012-821.246/2011-FLEXLIFE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE COLCHÕES LTDA EPP
4335/2012-821.249/2011-SANDMIX MINERAÇÃO LTDA
4336/2012-821.250/2011-PURAREIA COMÉRCIO DE AREIA LTDA
4337/2012-821.254/2011-VINICIUS TEIXEIRA PAVONE
4338/2012-821.263/2011-CERÂMICA ENDO LTDA. EPP
4339/2012-821.275/2011-BRUNO DANIEL LENHARE
4340/2012-821.277/2011-LUIZ MANOEL MOREIRA FARRAPO
4341/2012-821.284/2011-HÉLIO AIRES DA SILVA
4342/2012-821.293/2011-PEDREIRA DIABÁSIO LTDA.
4343/2012-821.322/2011-PAULO ABDALA MILAN ELIAS
4344/2012-821.323/2011-COPLAN CONSTRUTORA PLANALTO LTDA.

RELAÇÃO Nº 94/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

(322)
4481/2012-815.537/2011-PAULO AFONSO DOS SANTOS JUNIOR
4482/2012-815.180/2012-JANIO PERÃO 02776852908
4483/2012-815.199/2012-FIRMA INDIVIDUAL NILTON DA SILVA O NILTINHO ME

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

(323)
4484/2012-815.674/2011-JOSÉ DA SILVA
4485/2012-815.747/2011-PEDRO JOSÉ DOS SANTOS
4486/2012-815.801/2011-ADILSON ALFREDO BECK
4487/2012-815.848/2011-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA
4488/2012-815.861/2011-EDSON LUIZ ÁVILA
4489/2012-815.862/2011-SABINO MANOEL BINHOTTI
4490/2012-815.867/2011-PERENA GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA
4491/2012-815.881/2011-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.
4492/2012-815.929/2011-RODRIGO KIESLARCK MORETTI
4493/2012-816.000/2011-COMÉRCIO DE ARGILAS CHARON LTDA ME
4494/2012-816.013/2011-GETULIO BAUMGARTNER
4495/2012-815.069/2012-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO
4496/2012-815.072/2012-ANTÔNIO CARLOS FERREIRA
4497/2012-815.080/2012-MONTAINE PARTICIPAÇÕES LTDA
4498/2012-815.148/2012-TERFAL MAT. CONST. LTDA
4499/2012-815.164/2012-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA
4500/2012-815.165/2012-MATHEUS ELY CAMARA
4501/2012-815.166/2012-MATHEUS ELY CAMARA
4502/2012-815.167/2012-MATHEUS ELY CAMARA
4503/2012-815.168/2012-MATHEUS ELY CAMARA
4504/2012-815.172/2012-SCHUMACHER AREIAS E ARGAMASSAS LTDA ME
4505/2012-815.173/2012-SCHUMACHER AREIAS E ARGAMASSAS LTDA ME
4506/2012-815.174/2012-LUZIA TOMELIN WONSIEWSKI
4507/2012-815.175/2012-ILSON LUIZ FANTONI
4508/2012-815.176/2012-IVAN CARLOS FANTONI
4509/2012-815.177/2012-LOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME
4510/2012-815.179/2012-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA
4511/2012-815.181/2012-FABIANO BATTISTOTTI PEREIRA
4512/2012-815.182/2012-AMBIENTAL SANEAMENTO E CONCESSÕES LTDA.
4513/2012-815.183/2012-CONSTRUTORA VISEU LTDA.
4514/2012-815.184/2012-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.
4515/2012-815.185/2012-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.
4516/2012-815.186/2012-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.
4517/2012-815.200/2012-RAQUEL DA SILVA TORMENA
4518/2012-815.202/2012-GUSTAVO SCHEIDT MACHADO
4519/2012-815.203/2012-PARISI TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA
4520/2012-815.205/2012-BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
4521/2012-815.206/2012-BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
4522/2012-815.209/2012-SIDENEI PETROSKI
4523/2012-815.210/2012-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
4524/2012-815.212/2012-FIRMA INDIVIDUAL MOACIR JOSÉ DA SILVA ME
4525/2012-815.213/2012-IVAN CARLOS FANTONI
4526/2012-815.214/2012-WINTER COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
4527/2012-815.222/2012-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA
4528/2012-815.226/2012-NAZCA PARTICIPAÇÕES LTDA.
4529/2012-815.228/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A
4530/2012-815.229/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A
4531/2012-815.230/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A
4532/2012-815.231/2012-ANTÔNIO CARLOS FERREIRA
4533/2012-815.236/2012-ROGÉRIO PEREIRA LOPES
4534/2012-815.265/2012-CYSY MINERAÇÃO LTDA

RELAÇÃO Nº 147/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

(322)
4345/2012-851.572/2011-CORCOVADO GRANITOS LTDA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

(323)
4346/2012-850.594/2010-SEBASTIÃO DOMINGOS DOS REIS
4347/2012-850.725/2010-ALBERTO ALCEBIADES DE ALMEIDA PORTELLA NETTO
4348/2012-850.921/2011-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
4349/2012-851.102/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
4350/2012-851.113/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
4351/2012-851.117/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.

RELAÇÃO Nº 240/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

(322)
4352/2012-862.938/2011-CERPIRES PRODUTOS CERAMICOS LTDA
4353/2012-860.086/2012-ITALO DE SOUZA CARNEIRO ME
4354/2012-860.120/2012-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA
4355/2012-860.121/2012-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA
4356/2012-860.144/2012-HENRIQUE GOMES LIBÉRIO
4357/2012-860.165/2012-JANSLEY MARQUES SILVA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

(323)
4358/2012-861.811/2011-MARINHO PEREIRA BRAGA
4359/2012-862.037/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
4360/2012-862.133/2011-EMS - EMPRESA DE RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS LTDA.
4361/2012-860.064/2012-LEONARDO DE DEUS FERREIRA
4362/2012-860.140/2012-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.
4363/2012-860.157/2012-MSF MINERAÇÃO S.A.
4364/2012-860.158/2012-MSF MINERAÇÃO S.A.
4365/2012-860.159/2012-MSF MINERAÇÃO S.A.
4366/2012-860.160/2012-MSF MINERAÇÃO S.A.
4367/2012-860.196/2012-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.
4368/2012-860.200/2012-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 204/2012

Fase de Autorização de Pesquisa

Homologa desistência da prorrogação do prazo do alvará de Pesquisa(114)

850.678/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.681/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.682/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.684/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.691/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.692/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.693/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.694/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.701/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.702/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.705/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.707/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.708/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.710/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.711/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.712/2004-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.220/2005-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.221/2005-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.224/2005-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.442/2005-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.271/2006-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.953/2006-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA

Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)

850.735/2010-VALDEMIR DE MELO JUNIOR- AI N°607/2011

Nega provimento a defesa apresentada(242)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

850.588/1986-MINERAÇÃO TARAUACA LTDA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
851.653/1995-VALE S A
850.556/2001-TECK BRASIL MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.296/2008-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A
850.484/2011-AMAURY FREITAS CARDOSO
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
850.019/2008-MINERAÇÃO SANTA CLARA LTDA
851.277/2008-JOAO PAULO GARCIA BICALHO DIAS
850.001/2009-CHAPLEAU EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
856.155/1994-CERMIN GEOLOGIA E COMÉRCIO LTDA
850.266/2006-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.267/2006-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.621/2007-JOSÉ BRAZ SOUSA DE CARVALHO
850.189/2008-OTONIEL REIS DA SILVA
850.412/2008-VTECH EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA
851.141/2008-KENITI MIYATA
851.224/2008-MINERAÇAO SAO JORGE LTDA.
851.225/2008-MINERAÇAO SAO JORGE LTDA.
851.226/2008-MINERAÇAO SAO JORGE LTDA.
850.142/2009-VALE S A
850.452/2009-FREIRE GARCIA VIEIRA ADVOGADOS S C
850.453/2009-FREIRE GARCIA VIEIRA ADVOGADOS S C
850.268/2011-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A
851.344/2011-10 M GROUP PARTICIPAÇÕES S.A.
851.346/2011-10 M GROUP PARTICIPAÇÕES S.A.
851.347/2011-10 M GROUP PARTICIPAÇÕES S.A.
851.349/2011-10 M GROUP PARTICIPAÇÕES S.A.
851.350/2011-10 M GROUP PARTICIPAÇÕES S.A.
851.541/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
851.588/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
851.592/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
851.634/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
850.657/2009-CERÂMICA JAMANXIM LTDA - ME
850.327/2011-MEDIO NORTE COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

RELAÇÃO Nº 207/2012

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
(513)
850.481/2009-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO MINERAL DO VALE DO TAPAJÓS - PLG N°085/2012 de 20/06/2012 - Prazo 05 (cinco) anos

RELAÇÃO Nº 208/2012

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
(513)
850.482/2009-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO MINERAL DO VALE DO TAPAJÓS - PLG N°086/2012 de 20/06/2012 - Prazo 05 (cinco) anos

JOÃO BOSCO PEREIRA BRAGA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 116/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.324/2008-ARGIMINAS MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°2674/2012
815.326/2008-ARGIMINAS MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°2675/2012
815.752/2008-ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERÂMICOS-OF. N°2669/2012
815.839/2008-SULCATARINENSE MIN.ART.CIM.BRIT.CONSTR. LTDA-OF. N°2655/2012
815.093/2009-RIOMAGGIORE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2677/2012
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
816.254/1996-OSCAR FOCK- Área de 378,15 ha para 49,01 ha-Areia
815.723/2007-TERRA MINERADORA LTDA ME- Área de 575,49 ha para 49,54 ha-Areia(agregado)
815.788/2007-NUNES INDUSTRIA DE PRODUTOS CERÂMICOS LTDA.- Área de 65,43 ha para 45,32 ha-Argila
815.194/2008-SANDRO SAAVEDRA FLORERO- Área de 135,77 ha para 79,25 ha-Caulim
815.223/2008-DÊNIO FABIANO SOMMARIVA- Área de 50,00 ha para 15,84 ha-Riolito
815.418/2008-SUPREMO CIMENTOS S A- Área de 810,35 ha para 323,50 ha-Argila
815.662/2008-MIGUEL SOMMARIVA JUNIOR- Área de 86,11 ha para 14,92 ha-Conglomerado
815.803/2008-FRANCISCO SILVA NETO- Área de 241,50 ha para 49,99 ha-Argila
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.665/2008-JOSE FRANCISCO BORBA MARTINS-Areia
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
815.084/2005-ALZIMIRO JOÃO VIEIRA- Alvará n°4044/2005 - Cessionário: MANOEL LUIZ MARTINS ME- CNPJ 95850103/0001-57
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
815.272/2007-CS SILVA LTDA. - AI N°791/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.418/1981-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°2659/2012
815.001/1996-SULCATARINENSE MIN.ART.CIM.BRIT.CONSTR. LTDA-OF. N°2660/2012
815.348/1998-MOINHO PUBLICIDADE E PRODUÇÕES LTDA.-OF. N°2671/2012
815.306/2000-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°2668/2012
815.296/2002-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°2667/2012
815.297/2002-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°2665/2012
815.692/2003-DESMONTEC MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA-OF. N°2661/2012
815.132/2005-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ZUCCHI LTDA.-OF. N°2672/2012
815.358/2007-PEDRO LUIZ VENIER ME-OF. N°2656/2012 e 2657/2012
815.467/2007-SL VIEIRA COMÉRCIO E TERRAPLANAGEM LTDA ME-OF. N°2664/2012
815.266/2008-EXTRAÇÃO DE AREIA ARGILA E TRANSPORTE SANTA HELENA LTDA-OF. N°2662/2012 e 2663/2012
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
815.499/2003-BRITADOR OESTE LTDA ME- AI N°412/2012 e 413/2012
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
003.156/1936-CARBONÍFERA CATARINENSE LTDA- AI N° 391/2012 e 392/2012
815.154/1991-MINERAÇÃO VEIGA LTDA- AI N° 112/2012
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
014.934/1936-CARBONÍFERA BELLUNO LTDA.- AI Nº 273/2009, 151/2010, 152/2010, 153/2010, 154/2010, 155/2010, 156/2010, 157/2010, 158/2010, 159/2010, 631/2010, 170/2012 e 171/2012
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.075/2009-AGAPE EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°2517/2012
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.466/2000-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA MARTINS KIENEN LTDA- Registro de Licença No.:1335/2007 - Vencimento em 12/06/2015
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
815.075/2009-AGAPE EMPREENDIMENTOS LTDA- AI N°411/2012
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
815.193/2012-CERÂMICA SÃO FRANCISCO LTDA. ME

RELAÇÃO Nº 118/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
815.113/2008-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA- Publicado DOU de 12/06/2012
Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito multa aplicada(813)
816.169/1995-BRITAGEM SANTA TEREZA LTDA ME- Publicado DOU de 20/04/2012 (A.I. nº 419/2012)

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 51, DE 4 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, parágrafo único, da Portaria MME nº 129, de 19 de março de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º, e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o que consta nos Processos nºs 48000.001819/2010-17, 48000.001757/2011-16, 48000.000003/2012-11, 48000.000090/2012-15, 48000.000100/2012-12, 48000.000428/2012-21, 48000.000435/2012-22, 48000.000437/2012-11, 48000.000492/2012-11, 48000.000515/2012-88 e 48000.000670/2012-11, e considerando:

a metodologia para o cálculo e revisão dos montantes de garantia física de energia de usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, para fins de participação no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, foi estabelecida pela Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia dos empreendimentos de geração de energia elétrica, na forma dos Anexos I e II à presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia constantes do Anexo I são determinados nos Pontos de Conexões das Usinas. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas dos Pontos de Conexões até os Centros de Gravidade dos respectivos Submercados deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos no Anexo I desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

§ 2º O montante de garantia física de energia constante do Anexo II é determinado nas Barras de Saída dos Geradores. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno da Usina e as perdas na Rede Elétrica até o Centro de Gravidade do respectivo Submercado deverão ser abatidos do montante de garantia física de energia definido no Anexo II desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs constantes nos Anexos I e II poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

ANEXO I

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA DETERMINADA NO PONTO DE CONEXÃO DA USINA

Usina	Titular do Empreendimento	Rio	UF	Potência (MW)	Garantia Física (MWmed)	Documento de aprovação do Projeto Básico
PCH Garça Branca	Garça Branca Energética Ltda.	Rio das Antas	SC	6,5	3,3	Despacho ANEEL nº 4.354, de 8/11/2011.
PCH Santo Antônio do Caiapó	Rialma Companhia Energética IV S.A.	Caiapó	GO	30,0	15,0	Despacho ANEEL nº 2.126, 20/05/2011.
PCH Tambaú	Tambaú Energética S.A.	Guarita	RS	8,8	4,6	Despacho ANEEL nº 617, de 27/02/2012.
PCH Unaí Baixo	Unaí Baixo Energética S.A.	Preto	MG	26,0	14,1	Despacho ANEEL nº 1.067, de 29/03/2012.
PCH Serra das Agulhas	Sigma Energia S.A.	Pardo Pequeno	MG	28	11,4	Despacho ANEEL nº 937, de 21/03/2012.
PCH Painel	Painel Energética S.A.	Lava Tudo	SC	9,2	4,6	Despacho ANEEL nº 803, de 12/03/2012.
PCH Verde 08	L & S Par Ltda. e Alupar Investimentos S.A.	Verde	GO	28,5	15,8	Despacho ANEEL nº 697, de 6/03/2012.
PCH Fazenda Velha	Construtora Villlela e Carvalho Ltda.	Ariranha	GO	16,5	8,3	Despacho ANEEL nº 4.857, de 19/12/2011.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PCH Pito	Pinhal Geradora de Energia S.A.	Lajeado Passo Grande	SC	4,0	2,1	Despacho ANEEL nº 4.949, de 26/12/2011.
PCH Pontal do Prata	Rialma Companhia Energética V S.A.	Rio da Prata	GO	13,77	6,9	Despacho ANEEL nº 1.052, de 28/03/2012.

ANEXO II

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA DETERMINADA NAS BARRAS DE SAÍDA DOS GERADORES

Usina	Titular do Empreendimento	Rio	UF	Potência (MW)	Garantia Física (MWmed)	Documento de aprovação do Projeto Básico
PCH Rastro de Auto	Certel Rastro de Auto Geração de Energia S.A.	Forqueta	RS	7,02	4,4	Despacho ANEEL nº 1.342, de 24/04/2012.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 142, DE 5 DE JULHO DE 2012

Dispõe acerca do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social - CapacitaSUAS.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, da Constituição Federal, o art. 27, II, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e

Considerando a Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social/PNAS;

Considerando a Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS;

Considerando a Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS;

Considerando a Resolução nº 1, de 29 de fevereiro de 2012, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, que pactua prazos, procedimentos e critérios para adesão dos Estados e do Distrito Federal ao cofinanciamento federal do Programa Nacional de Capacitação do SUAS - CapacitaSUAS;

Considerando a Resolução nº 8, de 16 de março de 2012, do CNAS, que institui o Programa Nacional de Capacitação do SUAS - CapacitaSUAS e aprova os procedimentos e critérios para adesão dos Estados e do Distrito Federal ao cofinanciamento federal do Programa; e

Considerando as deliberações aprovadas nas Conferências Nacionais de Assistência Social, com objetivo de implementar a Gestão do Trabalho do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e capacitar gestores, trabalhadores da rede pública e privada e conselheiros, resolve:

Art. 1º Dispor acerca do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social - Programa CapacitaSUAS, instituído por meio da Resolução nº 8, de 16 de março de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Parágrafo único. O Programa CapacitaSUAS terá vigência nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, com pactuação anual de público, metas, vagas e patamares formativos pela Comissão Intergestores Tripartite - CIT, e aprovação do CNAS.

Art. 2º O Programa CapacitaSUAS objetiva apoiar os Estados e o Distrito Federal na execução dos respectivos planos de capacitação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, na perspectiva de atender às agendas prioritárias de âmbito nacional.

§ 1º A União cofinanciará, por meio do Programa CapacitaSUAS, a oferta de cursos pelos Estados e Distrito Federal, a serem ministrados por Instituições de Ensino Superior - IES integrantes da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS.

§ 2º As IES serão credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS por meio de chamada pública e passarão a compor a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS.

§ 3º A Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS será instituída e coordenada pelo MDS.

Art. 3º Os patamares formativos do Programa CapacitaSUAS são:

I - nivelamento;

II - atualização;

III - aperfeiçoamento;

IV - especialização lato sensu; e

V - mestrado profissional strito sensu.

§ 1º O cofinanciamento dos cursos, em consonância com os patamares formativos de que trata o caput, será objeto de pactuação na CIT e de deliberação do CNAS, anualmente, em consonância com a disponibilidade orçamentária do MDS.

§ 2º Os cursos poderão ser executados nas modalidades presencial e a distância.

§ 3º O formato, conteúdo e referências bibliográficass dos cursos a serem ofertados no âmbito do Programa CapacitaSUAS serão organizados pela Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC e pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, todas do MDS.

§ 4º Os Estados e o Distrito Federal poderão incluir novos conteúdos e referências bibliográficas, bem como utilizar novas tecnologias disponíveis, no intuito de atender as necessidades e especificidades locais, regionais e estaduais.

Art. 4º O público do Programa CapacitaSUAS constitui-se de gestores e trabalhadores do SUAS e de conselheiros dos Conselhos de Assistência Social.

Art. 5º A adesão ao Programa CapacitaSUAS pelos Estados e Distrito Federal se dará anualmente por meio de Termo de Adesão disponibilizado em sistema informatizado pelo MDS.

§ 1º A adesão ao Programa CapacitaSUAS condiciona-se à realização do Pacto de Aprimoramento da Gestão pelos Estados e Distrito Federal.

§ 2º Os Conselhos de Assistência Social dos Estados e do Distrito Federal deverão manifestar-se aprovando a adesão do ente federativo ao Programa CapacitaSUAS, em sistema informatizado disponibilizado pelo MDS.

§ 3º Após a aprovação do respectivo Conselho de Assistência Social, os recursos referentes ao Programa CapacitaSUAS deverão compor o Plano de Ação do Estado e do Distrito Federal referente ao exercício do repasse financeiro.

Art. 6º O cofinanciamento do Programa CapacitaSUAS dar-se-á anualmente mediante o repasse de recursos, por meio de parcela única, diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS aos fundos de assistência social dos Estados e do Distrito Federal.

Parágrafo único. O valor do repasse anual para cada ente federado será pactuado na CIT e aprovado pelo CNAS.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os respectivos Conselhos de Assistência Social possuem atribuições específicas para o alcance dos objetivos do Programa CapacitaSUAS, conforme as pactuações na CIT e deliberações do CNAS.

Art. 8º Os recursos repassados aos Estados e ao Distrito Federal, a título de cofinanciamento federal do Programa CapacitaSUAS, ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a execução orçamentária e financeira dos recursos transferidos pelo FNAS, inclusive quanto à forma de prestação de contas.

Art. 9º Para o exercício de 2012, as transferências financeiras tratadas nesta Portaria deverão onerar: o Programa de Trabalho/Função Programática nº 08.244.2037.8893.0001 - Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social, Ação Orçamentária nº 8893 - Apoio Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território no âmbito do SUAS, Plano Interno - Capacitação - BS 889311105; e o Programa de Trabalho/Função Programática nº 08.244.2122.6877.0001 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ação Orçamentária nº 6877 - Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Plano Interno - CAPACITASUAS - 1.6877.110.A10.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

PORTARIA Nº 143, DE 5 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre o Programa Nacional de Promoção ao Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS-TRABALHO.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 27, II, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, e na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e

Considerando a Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprovou a Política Nacional de Assistência Social/PNAS;

Considerando a Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que aprovou a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS;

Considerando a Resolução CNAS nº 33, de 28 de novembro de 2011, que definiu a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da Assistência Social e estabeleceu seus requisitos;

Considerando a Resolução CNAS nº 13, de 27 de abril de 2012, que estabeleceu os requisitos e critérios de partilha do cofinanciamento federal para apoio às ações de articulação, mobilização, encaminhamento, monitoramento, bem como estratégias para a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho para municípios e Distrito Federal para o exercício de 2012, conforme o disposto na Resolução CNAS nº 33, de 2011;

Considerando a Resolução CNAS nº 18, de 24 de maio de 2012, do CNAS, que instituiu o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS-TRABALHO;

Considerando o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que instituiu o Plano Brasil Sem Miséria;

Considerando a Lei nº 12.513, de 26 de novembro de 2011, que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, resolve:

Art. 1º Dispor sobre o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS-TRABALHO, instituído pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, por meio da Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput será executado nos exercícios de 2012 a 2014, com metas anuais a serem pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 2º O Programa ACESSUAS-TRABALHO objetiva:

I - promover o acesso de populações urbanas e rurais, na faixa etária compreendida entre 16 e 59 anos de idade, beneficiárias ou não dos serviços ofertados pela Política de Assistência Social, que se encontrem em situação de vulnerabilidade e risco social, com vistas a sua integração ao mundo do trabalho, por meio de programas e projetos de formação e capacitação profissional;

II - articular as diversas políticas públicas e os vários segmentos da sociedade civil - representantes do comércio, da indústria, da agropecuária e de prestação de serviços - de modo a viabilizar e ampliar as oportunidades de inserção de adolescentes, jovens e adultos no mundo do trabalho, por meio de encaminhamento do público para programas e ações de inclusão produtiva, que favoreçam a promoção da sua autonomia socioeconômica e, consequentemente, da sua família;

III - estabelecer processo de mobilização para identificação e busca ativa do público prioritário, para informação das famílias quanto à instituição do Programa ACESSUAS-TRABALHO, para oferecer oportunidades de formação, qualificação profissional e colocação no mundo do trabalho, bem como para difusão do programa em meio midiático;

IV - encaminhar, após manifestação de interesse, os usuários do SUAS para matrícula nos cursos de formação e qualificação profissional em oferta nos municípios ou no Distrito Federal, por meio do PRONATEC; e

V - encaminhar os concluintes do processo formativo aos programas e projetos de inclusão produtiva existentes no território nacional, bem como aos postos do Sistema Nacional do Emprego - SINE e a outras instituições do gênero, que atuem nos municípios, no Distrito Federal ou em suas circunvizinhanças.

Art. 3º O Programa ACESSUAS-TRABALHO possui como público alvo as populações urbanas e rurais em situação de vulnerabilidade e risco social com idade entre 16 e 59 anos, com prioridade para os usuários oriundos dos serviços, projetos, programas de transferência de renda e de benefícios socioassistenciais, em especial para:

I - famílias e indivíduos destinatários do Plano Brasil Sem Miséria, nos termos do Decreto nº 7.492, de 2011;

II - pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC;

III - inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;

IV - famílias e indivíduos que moram em territórios de risco em decorrência do tráfico de drogas;

V - indivíduos libertados do trabalho escravo e egressos dos sistemas socioeducativo e penal;

VI - mulheres vítimas de violência doméstica;

VII - jovens e adolescentes egressos do serviço de convivência para jovens ou serviço de acolhimento;

VIII - famílias com a presença de trabalho infantil e com crianças em situação de acolhimento provisório;

IX - pessoas em situação de rua;

X - beneficiários do Programa Bolsa Família; e

XI -outros, dependendo das especificidades territoriais.

§ 1º A mobilização e encaminhamento de adolescentes entre 16 e 17 anos para os cursos de capacitação profissional estarão condicionados ao cumprimento das normas específicas, em especial ao disposto no Decreto nº 6.481, de 12 de julho de 2008.

§ 2º Será estimulada a participação das pessoas com deficiência nas ações de formação e capacitação profissional, observadas as condições legais de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional.

Art. 4º Os critérios de adesão ao Programa ACESSUAS-TRABALHO pelos municípios e Distrito Federal serão anualmente pactuados na CIT e aprovados pelo CNAS.

§ 1º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS disponibilizará sistema informatizado para a adesão dos municípios e do Distrito Federal.

§ 2º Os conselhos de assistência social municipal e do Distrito Federal deverão se manifestar acerca da aprovação à adesão do município ou do Distrito Federal ao Programa ACESSUAS-TRABALHO.

§ 3º Após a aprovação do respectivo conselho de assistência social, os recursos referentes à adesão ao Programa ACESSUAS-TRABALHO deverão compor o Plano de Ação referente ao exercício do repasse financeiro.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 5º O cofinanciamento do Programa ACESSUAS-TRABALHO dar-se-á anualmente mediante o repasse de recursos, em duas parcelas, diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS aos fundos de assistência social dos municípios e do Distrito Federal.

Parágrafo único. O valor do repasse anual para cada ente federado será obtido a partir dos critérios pactuados pela CIT e aprovados pelo CNAS, na forma da legislação aplicável.

Art. 6º A União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os respectivos conselhos de assistência social possuem atribuições específicas para o alcance dos objetivos do Programa ACESSUAS-TRABALHO, conforme as pactuações na CIT e deliberações do CNAS.

Art. 7º Os recursos repassados aos municípios e ao Distrito Federal a título de cofinanciamento federal do Programa ACESSUAS-TRABALHO ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

Art. 8º As transferências financeiras tratadas nesta Portaria deverão onerar o Programa de Trabalho nº 2029 (Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária), Ação Orçamentária nº 20GG (Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores).

Art. 9º Os casos omissos referentes à gestão dos recursos serão resolvidos pela Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, respeitada a competência do CNAS.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PORTARIA Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO/2012), art. 52, § 2º, Inciso II, combinados com o Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, Anexo I, Capítulo III, art. 8º, Inciso I e, com a Portaria GM/MDS nº 23, de 18 de fevereiro de 2004, considerando a necessidade de efetivar alteração de modalidade de aplicação de Emenda Parlamentar, conforme solicitação apresentada a este Ministério pelo seu autor, contida no processo nº 71000.033137/2012-31, resolve:

Art. 1º - Promover alteração de modalidade de aplicação de dotação orçamentária aprovada na Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012), ao Orçamento da Seguridade Social do Órgão 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANDRÉ DE OLIVEIRA PEDRO GARBELOTTI
Substituto

ANEXO

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Acréscimo	Redução
55901 - Fundo Nacional de Assistência Social		900.000	900.000
08.244.2037.2B30.0051 - Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de Mato Grosso	444000		900.000
	443000	900.000	
Total		900.000	900.000

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 2 DE JULHO DE 2012

Aprova o Plano de Comunicação Integrado para a Copa do Mundo FIFA 2014.

O Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 - GECOPA no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Presidencial de 14 de janeiro de 2010, alterado pelos Decretos de 07 de abril de 2010, 06 de setembro de 2010 e de 26 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Comunicação Integrado Copa do Mundo FIFA 2014, na forma do anexo a esta Resolução. (*)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDES
Coordenador do Grupo

(*) O Anexo será publicado no portal do Governo Federal para a Copa do Mundo FIFA 2014 (www.copa2014.gov.br).

DELIBERAÇÃO Nº 364, DE 5 DE JULHO DE 2012

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 03/07/2012.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 08/05/2012 e 05/06/2012

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007, decide:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo I.

Art. 2º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002482/2011-86
Proponente: Federação de Vela do Estado do Rio de Janeiro
Título: Calendário de Vela de Match Race 2012
Valor aprovado para captação: R$ 863.622,05
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1572 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18803-4
Período de Captação: da data de publicação até 30/08/2012.
2 - Processo: 58701.001309/2011-61
Proponente: Instituto Lance Livre
Título: Lance Livre São José dos Campos
Valor aprovado para captação: R$ 869.192,06
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2894 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 17895-0
Período de Captação: da data de publicação até 30/06/2013.

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 2 DE JULHO DE 2012

O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, nomeado pelo Decreto Presidencial do dia 16 de maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, seção 2, página 1, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta dos Processos nºs 02001.002464/2009-12 e 02001.006277/2010-41, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e na Instrução Normativa Conjunta nº 01 de 15 de abril de 2008, e considerando que o Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos manifestou-se na Reunião Ordinária n° 2, em 02 de março de 2011, favorávelmente à concessão, pelo órgão federal competente, de registro de agrotóxicos a base dos ingredientes ativos TTRICLOPIR ÉSTER BUTOXI ETÍLICO, GLIFOSATO e TRICLOPIR ÉSTER BUTOXI ETÍLICO + FLUROXIPIR e IMAZAPIR para uso emergencial no controle de espécies vegetais invasoras em áreas de unidades de conservação, resolve:

Art.1º. Estabelecer que os interessados na obtenção de registro de agrotóxico a base dos ingredientes ativos TRICLOPIR ÉSTER BUTOXI ETÍLICO, GLIFOSATO, TRICLOPIR ÉSTER BUTOXI ETÍLICO + FLUROXIPIR METÍLICO ou IMAZAPIR, para utilização, em caráter emergencial, que atendam às finalidades e condições de uso definidas no Anexo desta Instrução Normativa, devem apresentar requerimento ao IBAMA, acompanhado dos itens listados no Anexo III e do Termo de Compromisso, conforme modelo definido no Anexo IV, ambos da Instrução Normativa Conjunta nº 1/08.

Art.2º. O registro de agrotóxicos à base de TRICLOPIR ÉSTER BUTOXI ETÍLICO, TRICLOPIR ÉSTER BUTOXI ETÍLICO + FLUROXIPIR METÍLICO , GLIFOSATO e IMAZAPIR, para uso emergencial, terá validade de 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua concessão, podendo ser cancelado se constatado problema de ordem agronômica, toxicológica ou ambiental.

Art.3º. Esta Instrução Normativa substitui e revoga, a partir da data de sua publicação, a Portaria IBAMA n° 14, de 26 de Maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 27 de Maio de 2010, sendo suas disposições extensivas aos pleitos de registro já protocolados junto ao IBAMA com a mesma finalidade.

VOLNEY ZANARDI JÚNIOR

ANEXO

1. Nome comum do ingrediente ativo: **GLIFOSATO**; Nome químico do ingrediente ativo: N-(fosfonometil)glicina; n° CAS 1071-83-6; Classe: Herbicida; Grupo químico: Glicina substituída; Forma de apresentação do produto formulado permitida: Concentrado solúvel; Indicação de uso: proteção de florestas nativas em unidades de conservação (Lei n° 9985/2000); Finalidade: Controle das espécies invasoras, conforme especificações apresentadas a seguir:

Espécie	Concentração de ingrediente ativo/Modo de aplicação	Dose	Frequência de aplicação
Bambusa mitis	3 % - Roçada e aplicação do herbicida em cada touceira após a rebrota, quando os ramos tiverem entre 15 e 25 cm de altura	30 ml/m2	A CADA 3 MESES
Cortaderia selloana	2 % - Roçada rente à base das touceiras e aplicação de herbicida nas rebrotas, quando estas tiverem entre 10 e 15 cm de altura. Pode também ser feita roçada parcial, de modo que fique massa foliar para aplicação imediata	3 a 5 L /ha	NÃO DEFINIDA
Croix lacrima-jobi	3 % - Testar roçada e aplicação do herbicida a 3% em cada toco, quando a rebrota tiver entre 15 e 25 cm de altura	30 ml/m2	A CADA 3 MESES
Eragrostis plana	2 % - Roçada rente à base das touceiras e aplicação de herbicida nas rebrotas, quando estas tiverem entre 10 e 15 cm de altura. Pode também ser feita roçada parcial, de modo que fique massa foliar para aplicação imediata	3 a 5 L /ha	NÃO DEFINIDA
Impatiens walleriana	2 % - Remoção /corte da parte aérea das plantas e aplicação de solução do herbicida em cada toco ou aspersão foliar da solução	2 a 4 L/ha	NÃO DEFINIDA
Malvaviscus arboreus	2 % - Aspersão foliar direcionada	50 ml/m2	A CADA 3 MESES
Melinis minutiflora	3 % - Aspersão foliar direcionada	50 ml/m2	A CADA 3 MESES
Melinis minutiflora	3 % - Roçada e aplicação do herbicida em cada touceira, quando a rebrota tiver entre 15 e 25 cm	30 ml/m2	A CADA 3 MESES
Musa indica	2 % - aspersão foliar direcionada	50 ml/m2	A CADA 3 MESES
	3 % - Corte na base do caule e aplicação do herbicida no toco	10 ml por toco	A CADA 3 MESES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Pennisetum purpureum	3 % - Aspersão foliar direcionada	50 ml/m2	A CADA 3 MESES
	3 % - Roçada e aplicação do herbicida em cada touceira, quando a rebrota tiver entre 15 e 25 cm	30 ml/m2	A CADA 3 MESES
Ricinus communis	3 % - Aspersão foliar direcionada	50 ml/m2	A CADA 3 MESES
Rubus sp.	Remoção /corte da parte aérea das plantas e aplicação de solução do herbicida em cada toco ou aspersão foliar da solução	2 a 4 L/ha	NÃO DEFINIDA
Tetrapanax papyriferum	2 % - Aspersão foliar direcionada	50 ml/m2	A CADA 3 MESES
	3 % - Corte na base de cada talo e aplicação direcionada do herbicida	1 ml por toco	A CADA 3 MESES
Urochloa SP	3 % - Aspersão foliar direcionada	50 ml/m2	A CADA 3 MESES
	3 % - Roçada e aplicação do herbicida em cada touceira, quando a rebrota tiver entre 15 e 25 cm	30 ml/m2	A CADA 3 MESES

2. Nome comum do ingrediente ativo: IMAZAPIR; Nome químico do ingrediente ativo: 2-(4-isopropyl-4-methyl-5-oxo-2-imidazolin-2-yl)nicotinic acid; n° CAS 81334-34-1; Classe: Herbicida; Grupo químico: Imidazolinona; Forma de apresentação do produto formulado permitida: Concentrado solúvel; Indicação de uso: proteção de florestas nativas em unidades de conservação (Lei n° 9985/2000); Finalidade: Controle de Controle das espécies invasoras, conforme especificações apresentadas a seguir:

Espécie	Concentração de ingrediente ativo/Modo de aplicação	Dose	Frequência de aplicação
Hedychium coronarium	1 % - Remoção da parte aérea com tesoura de poda/facão e aplicação superficial de solução do herbicida em cada rizoma	1 a 2 L/ha	Não definida
Hovenia dulcis	Após corte da base do tronco de plantas jovens e adultas, efetua-se a aplicação dirigida do herbicida em solução a 1%, com pulverizador costal, ou anelamento na base do tronco e aplicação de solução a 2 % na base do anel. Plântulas não recebem o herbicida sendo feito apenas o arranquio manual	Indivíduos jovens: 5 ml/planta Indivíduos adultos: 10 ml/planta	Não definida

3. Nome comum dos ingredientes ativos: TRICLOPIR ÉSTER BUTOXI ETÍLICO + FLUROXIPIR METÍLICO; Nome químico dos ingredientes ativos: 3,5,6-trichloro-2-pyridyloxyacetic acid; n° CAS 55335-06-3; Classe: Herbicida; Grupo químico: Piridiloxiacéticos e 1-methylheptylester (4-amino-3,5-dichloro-6-fluoro-2-pyridyloxy)acetate; n° CAS: 81406-37-3; Classe Herbicida; Grupos químicos : Piridiloxiacéticos e Ácido piridiniloxialcanóico, Forma de apresentação do produto formulado permitida: Concentrado emulsionável; Indicação de uso: proteção de florestas nativas em unidades de conservação (Lei n° 9985/2000); Finalidade: Controle das espécies invasoras, conforme especificações apresentadas a seguir:

Espécie	Concentração de ingrediente ativo/Modo de aplicação	Dose	Frequência de aplicação
Tradescantia zebrina	3 %/ Aspersão foliar direcionada	50 ml por m2	A cada 3 meses

4. Nome comum do ingrediente ativo: **TRICLOPIR ÉSTER BUTOXI ETÍLICO**; Nome químico do ingrediente ativo: 3,5,6-trichloro-2-pyridyloxyacetic acid; n° CAS 55335-06; Classe: Herbicida; Grupo químico: Piridiloxiacéticos; Forma de apresentação do produto formulado permitida: Concentrado emulsionável; Indicação de uso: proteção de florestas nativas; Finalidade: Controle das espécies invasoras, conforme especificações apresentadas a seguir:

Espécie	Concentração de ingrediente ativo/Modo de aplicação	**Dose**	Frequência de aplicação
Acacia longifolia	5 % / Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação d o herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses
Acacia mangium	5 % /Após corte da base do tronco de plantas jovens e adultas, efetua-se a aplicação dirigida em solução a 5 %, com pulverizador costal. Plântulas não recebem o herbicida , sendo feito o arranquio manual.	5 ml para indivíduos jovens e 10 ml para indivíduos adultos	não definida
Acacia mearnsii	5 % /Após corte da base dotronco de plantas jovens e adultas, efetua-se a aplicação dirigida em solução a 5 %, com pulverizador costal. Plântulas não recebem o herbicida , sendo feito o arranquio manual.	5 ml para indivíduos jovens e 10 ml para indivíduos adultos	não definida
Acacia podalyriifolia	5 % / Após corte da base do tronco de plantas jovens e adultas, efetua-se a aplicação dirigida em solução a 5 %, com pulverizador costal. Plântulas não recebem o herbicida , sendo feito o arranquio manual.	5 ml para indivíduos jovens e 10 ml para indivíduos adultos	não definida
Artocarpus heterophylla	5 % / Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação do herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses
Casuarina equisetifolia	5 % / Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação do herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses
Ceiba speciosa	5 % / Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação do herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses
Citrus limon	5 % / Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação do herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses
Eriobotrya japonica	5 % / Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação do herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses
Eucalyptus sp.	5 % / Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação do herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses
Furcraea foetida	4 % / Indivíduos jovens: corte na base com facão ou foice e aplicação do herbicida no toco	5 a 10 ml por toco	A cada 6 meses
	4% / Injeção do herbicida em furos (2 e 4) feitos no caule com uma broca ou trado	10 ml em cada furo	A cada 6 meses
Grevilea robusta	5 %/ Após corte da base do tronco de plantas jovens e adultas, efetua-se a aplicação dirigida em solução a 5 %, com pulverizador costal. Plântulas não recebem o herbicida , sendo feito o arranquio manual.	5 ml para indivíduos jovens e 10 ml para indivíduos adultos	não definida
Ligustrum sp.	5 % / Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação do herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses
Liquidambar sp.	5 %/Após corte da base do tronco de plantas jovens e adultas, efetua-se a a plicação dirigida em solução a 5 %, com pulverizador costal. Plântulas não recebem o herbicida , sendo feito o arranquio manual.	5 ml para indivíduos jovens e 10 ml para indivíduos adultos	não definida
Mangifera indica	5 % / Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação d o herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses
Melaleuca leucadendron	5 %/Após corte da base do tronco de plantas jovens e adultas, efetua-se a aplicação dirigida em solução a 5 %, com pulverizador costal. Plântulas não recebem o herbicida , sendo feito o arranquio manual.	5 ml para indivíduos jovens e 10 ml para indivíduos adultos	não definida
Melia azedarach	5 % / Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação do herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses
Michelia champaca	5 % / Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação do herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses
Mimosa caesalpinifolia	5 % / Aplicação direta do herbicida sobre o caule a partir da base da planta, até 20 cm de altura	30 ml por ramo	A cada 6 meses
	5 % / Corte na base do tronco e aplicação do herbicida no toco	10 ml por toco	A cada 6 meses
Morus nigra	5 % / Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação do herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses
Psidium guajava	5 % / Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação d o herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses
Syzygium cumini	5 % / Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação do herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses
Tecoma stans	5 % /Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação do herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses
Terminalia cattapa	5 % / Aplicação basal, corte ou anelamento na base do tronco e aplicação do herbicida no toco ou na base do anel	5 ml a 10 ml para indivíduos jovens e de 10 ml a 30 ml para indivíduos adultos, dependendo do porte destes	A cada 6 meses

(*) Republicada por ter saido, no DOU de 3-7-2012, Seção 1, páginas 75 e 76, com incorreção no original.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 4 DE JULHO DE 2012

Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso I, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012, Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana e da cidadania, do respeito à pluralidade, aos distintos modos de criar, fazer e viver, da proteção ao meio ambiente e do direito à qualidade de vida; Considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela resolução 217A da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, com destaque aos seus Artigos III, VII, e XXV; Considerando a Convenção sobre a Diversidade Biológica, ratificada pelo Decreto nº 2.519 de 16 de março de 1988, que reconhece a pertinência da plena e eficaz participação de comunidades locais e setores interessados na implantação e gestão de unidades de conservação; Considerando a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Considerando o Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais; Considerando o Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas; Considerando o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais; Considerando o disposto na Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que investe o ICMBio da competência para executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza relativas à proteção das unidades de conservação instituídas pela União, bem como ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União, Considerando os resultados do I Seminário e Oficina sobre Termo de Compromisso com Populações Tradicionais em Unidades de Conservação de Proteção Integral, realizado pelo Instituto Chico Mendes, em novembro de 2010, em Brasília-DF; Considerando, por fim, as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo ICMBio nº 02070.004154/2010-52, resolve:

CAPÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º - Esta Instrução Normativa estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão.

Art. 2º - Para os fins desta Instrução Normativa, entende-se por:

I - termo de compromisso: instrumento de gestão e mediação de conflitos, de caráter transitório, a ser firmado entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão, visando garantir a conservação da biodiversidade e as características socioeconômicas e culturais dos grupos sociais envolvidos;

II - população tradicional: grupo culturalmente diferenciado e que se reconhece como tal, que possui forma própria de organização social, que ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, conforme o diposto no Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007;

III - território tradicional: espaços necessários à reprodução física, cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, com base no Decreto nº 6.040 de 2007.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES

Art. 3º - A elaboração, implementação e monitoramento dos termos de compromisso previstos nesta Instrução Normativa atenderão aos seguintes objetivos:

I - compatibilizar os objetivos da unidade de conservação e as formas próprias de ocupação do território e de uso dos recursos naturais pela população tradicional residente na unidade, seus modos de vida, fontes de subsistência e locais de moradia;

II - assegurar as condições de gestão da unidade de conservação e a integridade dos atributos que justificaram sua criação, até a efetiva consolidação territorial da área.

Art. 4º - A elaboração, a implementação e o monitoramento dos termos de compromisso assinados com base nesta Instrução Normativa atenderão às seguintes diretrizes:

I - conservação da biodiversidade e viabilidade de gestão da unidade de conservação;

II - reconhecimento e respeito ao conjunto de princípios, políticas e outros instrumentos que asseguram e qualificam os direitos e deveres dos grupos sociais envolvidos;

III - reconhecimento, respeito e valorização dos sistemas de organização e de representação dos grupos sociais envolvidos;

IV - respeito às condições de trabalho e renda e às necessidades de melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais envolvidos;

V - transparência das ações, adequação das estratégias à realidade local e participação efetiva e qualificada dos grupos sociais envolvidos em todas as etapas de elaboração, implementação e monitoramento do termo de compromisso, embasadas na formulação de uma concepção pedagógica adequada ao contexto local;

VI - garantia da construção e estabelecimento de estratégias efetivas para a consolidação territorial da unidade de conservação durante o prazo de elaboração e vigência do termo de compromisso;

VII - busca de parcerias com atores que possam prestar apoio e oferecer subsídios para a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do termo de compromisso;

VIII - promoção de pesquisas que possam subsidiar as etapas dos termos de compromisso.

CAPÍTULO III - DA ELABORAÇÃO

Art. 5º - A elaboração de termos de compromisso obedecerá às seguintes etapas sequenciais:

I - formalização e planejamento;

II - construção participativa;

III - aprovação e assinatura.

§ 1º - O cumprimento de cada uma das etapas de elaboração do termo de compromisso deverá ser devidamente documentado nos autos do processo administrativo.

§ 2º - As etapas estabelecidas nos incisos I e II poderão ter sua ordem de observância alterada em razão do princípio da eficiência e em prol da razoabilidade e da racionalidade no emprego dos recursos públicos.

Art. 6º - A elaboração de termos de compromisso poderá ser iniciada por proposição do Instituto Chico Mendes ou por solicitação das populações tradicionais envolvidas, diretamente ou por meio de entidade representativa.

§ 1º - A demanda será encaminhada à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental - CGSAM, vinculada à Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação - DISAT, do Instituto Chico Mendes, que irá registrá-la, qualificá-la e organizá-la, promovendo a abertura de processo administrativo.

§ 2º - Realizadas as providências indicadas no § 1º, a Coordenação Geral de Consolidação Territorial deverá ser consultada formalmente acerca da possibilidade de indenização e reassentamento das famílias, emitindo sua manifestação em prazo não superior a 30 (trinta) dias. Caso haja demanda de alteração de categoria ou de limites da Unidade de Conservação, a Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação deverá ser informada para que proceda às análises cabíveis.

Art. 7º - O Instituto Chico Mendes designará formalmente um responsável institucional, por meio de ordem de serviço, para impulsionar a etapa de formalização e planejamento prevista no art. 5º, I, encargo para o qual será preferencialmente indicado o chefe ou responsável pela unidade de conservação.

§ 1º - A fim de auxiliar no planejamento e na construção participativa do termo, poderá ser constituído grupo de trabalho pelo Instituto Chico Mendes, coordenado pelo responsável institucional, composto por servidores do Instituto e representantes do grupo social envolvido, podendo participar órgãos oficiais de defesa dos interesses das populações tradicionais.

§ 2º - O grupo de trabalho de que trata o § 1º planejará a construção participativa do termo de compromisso na forma de um plano de trabalho, em que serão indicados os recursos humanos e financeiros, a logística, o cronograma de execução e as parcerias necessárias para a construção do instrumento, bem como as estratégias de divulgação das informações e de mobilização do grupo social envolvido.

Art. 8º - Para a etapa de construção participativa do termo de compromisso, devem ser promovidas as seguintes atividades:

I - sensibilização e mobilização do grupo social envolvido;

II - levantamento de informações secundárias;

III - diagnóstico socioambiental participativo do uso dos recursos naturais e da ocupação;

IV - elaboração de relação nominal das famílias compromissárias do termo de compromisso;

V - discussão e pactuação das normas de uso e ocupação com o grupo social envolvido;

VI - avaliação da necessidade e, se pertinente, proposição de alternativas de trabalho e renda com atividades de baixo impacto ambiental para melhoria das condições de qualidade de vida das famílias;

VII - elaboração da minuta do termo de compromisso pelo grupo de trabalho, caso venha a ser constituído;

VIII - apreciação e validação coletiva da minuta do termo de compromisso com o grupo social envolvido;

IX - apresentação e apreciação da minuta de termo de compromisso pelo conselho da unidade de conservação, caso instituído.

§ 1º - A divulgação de informações e a mobilização comunitária devem ser realizadas continuamente ao longo de todas as etapas de elaboração do termo de compromisso, por meio de instrumentos e estratégias adaptadas à realidade e à linguagem do grupo social envolvido.

§ 2º - As informações levantadas e sistematizadas por meio de dados secundários e diagnósticos deverão ser analisadas e debatidas com o grupo social envolvido e suas representações, podendo ser convidadas outras instituições para participar deste processo.

§ 3º - A construção do termo de compromisso deve ser pautada no uso de metodologias apropriadas, que garantam a participação efetiva do grupo social envolvido, integrando conhecimentos técnico-científicos e saberes, práticas e conhecimentos tradicionais.

Art. 9º - O termo de compromisso deve abordar regras internas construídas, definidas e pactuadas com o grupo social envolvido quanto às atividades praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área, considerando-se a legislação vigente e a sustentabilidade das práticas, observando outros instrumentos ou acordos de manejo de recursos naturais preexistentes.

§ 1º - As normas estabelecidas no termo de compromisso devem ser compatíveis com a dinâmica social e a estruturação das famílias do grupo social envolvido.

§ 2º - O termo de compromisso deve indicar a possibilidade de construção de acordos e regras de convivência específicas para questões relacionadas ao uso e ocupação de área da unidade de conservação em que não seja possível estabelecer uma regra geral durante o seu período de vigência.

§ 3º - O termo de compromisso deve buscar a implantação de alternativas produtivas para os beneficiários, de maneira a reduzir os impactos ambientais negativos sobre a unidade de conservação com manutenção ou melhoria da qualidade de vida do grupo social envolvido.

§ 4º - Sempre que possível, devem ser estabelecidas normas gerais coletivas que dispensem a necessidade de autorizações específicas individualizadas, sem prejuízo da existência de instrumentos de monitoramento por parte do Instituto Chico Mendes das atividades regidas pelo termo de compromisso.

§ 5º - O termo de compromisso deve prever critérios e mecanismos para autorização de construções e ampliações de benfeitorias existentes na área.

§ 6º - O termo de compromisso deve definir mecanismos a serem adotados nos casos de inadimplemento total ou parcial das normas acordadas, o que se dará sem prejuízo da responsabilização nas esferas penal e administrativa e da obrigação de reparação dos danos ambientais eventualmente causados à unidade de conservação.

§ 7º - A minuta do termo de compromisso deve ter redação simples, adequada e adaptada ao grupo social envolvido.

§ 8º - O termo de compromisso deverá dispor ou estipular prazo para que o Instituto Chico Mendes dê ou indique uma solução definitiva para a ocupação da unidade de conservação.

Art. 10 - Na construção do termo de compromisso, distintos setores do Instituto Chico Mendes poderão ser consultados para tratar de questões específicas e embasar a elaboração das normas junto ao grupo social envolvido.

Art. 11 - Para a etapa de aprovação e assinatura do termo de compromisso, o processo administrativo, contendo a minuta de termo de compromisso e os registros de cumprimento das etapas indicadas nos incisos I e II do Art. 5º, deverá ser encaminhado, na seguinte ordem:

I - à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental do Instituto Chico Mendes-Sede, para análise e emissão de parecer técnico conclusivo, em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

II - à Procuradoria Federal Especializada para emissão de parecer jurídico, em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - ao Presidente do Instituto Chico Mendes, para deliberação final.

§1º - Caso a análise técnica ou jurídica indique a necessidade de alteração substancial do conteúdo do termo, o processo deverá ser encaminhado à administração da unidade de conservação para nova pactuação e validação coletiva com o grupo social envolvido.

§2º - Não serão consideradas alterações substanciais os ajustes sugeridos no termo de compromisso que não alterem o regime jurídico de uso da área e dos recursos naturais.

Art. 12 - O termo de compromisso será assinado pelo Presidente do Instituto Chico Mendes ou representante institucional devidamente designado e por representante de cada família do grupo social envolvido, assistido, quando couber, por entidade que o represente.

§ 1º - Cada termo de compromisso deverá ser autuado em processo administrativo próprio, o qual será instruído com cópia dos documentos de identificação pessoal do representante da família envolvida e, sempre que possível, com informações detalhadas sobre a área ocupada e utilizada pela família compromissária, além de eventuais especificidades consideradas úteis ao acompanhamento e monitoramento do ajuste.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 2º - Quando pertinente, o termo de compromisso poderá ser assinado por pessoa jurídica legalmente constituída que represente o grupo social envolvido, firmando-se um termo de adesão com representante de cada família compromissária que individualize as obrigações pessoalmente assumidas pelo ocupante, ao qual serão anexados os documentos de identificação pessoal do subscritor.

§ 3º - O termo de adesão de que trata o parágrafo anterior deverá ser previamente submetido à análise da Procuradoria Federal Especializada.

§ 4º - O termo de compromisso só produzirá efeitos após a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

Art. 13 - Quando o termo de compromisso envolver proposta de reassentamento das famílias, a demanda e as informações pertinentes devem ser encaminhadas ao órgão fundiário competente, nos termos do art. 38 do Decreto nº 4.340/2002.

CAPÍTULO IV - DA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO

Art. 14 - A implementação e monitoramento do termo de compromisso é de responsabilidade conjunta do Instituto Chico Mendes, das famílias compromissárias e de suas representações, e poderá contar com o apoio de instituições parceiras e responsáveis pela execução de políticas públicas no âmbito municipal, estadual ou federal.

Art. 15 - A implementação do termo de compromisso envolverá:

I - a divulgação do termo de compromisso para as famílias compromissárias e demais segmentos envolvidos, com desenvolvimento de materiais adaptados à linguagem local;

II - a consolidação de um cadastro das famílias compromissárias;

III - o acompanhamento contínuo do uso dos recursos naturais e das ocupações na área da unidade de conservação, e o controle mútuo das obrigações acordadas pelas partes;

IV - a avaliação dos impactos positivos e negativos sobre a sociobiodiversidade por meio da realização de pesquisas;

V - o monitoramento e avaliação, com a sistematização e o registro dos resultados, a fim de subsidiar eventuais revisões das obrigações pactuadas;

VI - a realização de reuniões entre as partes para avaliações periódicas.

Parágrafo único. O chefe ou responsável pela unidade de conservação deverá propor formalmente ao respectivo conselho, caso já tenha sido criado, a constituição de comitê ou câmara técnica específica para acompanhamento e monitoramento da implementação do termo de compromisso.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - O termo de compromisso indicará o prazo de sua vigência e as condições para prorrogação, podendo ser revisto a qualquer tempo por meio de justificativa técnica adequada ou para atender demandas de gestão das unidades.

§ 1º - A vigência do termo de compromisso não impede ou posterga as ações do Instituto Chico Mendes voltadas à consolidação territorial da unidade de conservação, ressalvada a hipótese de disposição expressa em contrário.

§ 2º - A revisão do termo de compromisso deverá ser realizada em comum acordo entre as partes e considerará as mesmas diretrizes e etapas participativas previstas para a elaboração do termo de compromisso, bem como o mesmo rito de aprovação.

Art. 17 - O termo de compromisso deverá ser incorporado ao plano de manejo e demais instrumentos de planejamento e gestão das unidades de conservação, bem como ser considerado nos processos de elaboração e revisão das normas internas da unidade.

Art. 18 - O Instituto Chico Mendes deverá garantir condições financeiras para a elaboração, implementação e monitoramento dos termos de compromisso firmados, conforme o disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 19 - O Instituto Chico Mendes deverá capacitar servidores para atuação em mediação de conflitos e em processos de elaboração e implementação de termos de compromisso.

Art. 20 - São consideradas prioritárias para a elaboração de termo de compromisso as unidades de conservação sob ameaça ou conflitos que ponham em risco seus atributos naturais e a conservação ambiental, ou aquelas relacionadas com grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental.

Art. 21 - O termo de compromisso deverá ser assinado no prazo máximo de um ano após a criação da unidade de conservação e, no caso de unidade já criada, no prazo máximo de dois anos contando da publicação desta Instrução Normativa.

Art. 22 - A possibilidade de uso dos recursos naturais em unidades de conservação por população tradicional não residente será analisada diante das circunstâncias do caso concreto, em processo administrativo próprio.

§ 1º - O processo administrativo conterá todas as informações necessárias à compreensão da situação concreta, incluindo, no mínimo, dados sobre a importância do acesso ao recurso para a comunidade, sobre os impactos ambientais à unidade de conservação e sobre as possibilidades de indenização ou oferta de meios alternativos de subsistência.

§ 2º - A Procuradoria Federal Especializada será instada a se pronunciar em cada caso, após manifestação da área técnica responsável.

Art. 23 - As situações não contempladas nesta Instrução Normativa serão analisadas conjuntamente pela DISAT e pela Procuradoria Federal Especializada, após o que serão submetidas à apreciação do Presidente para deliberação quanto às medidas a serem adotadas.

Art. 24 - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 4 DE JULHO DE 2012

Definir critérios para credenciamento e autorização dos serviços de condução de visitantes com fins recreacionais, educacionais ou de pesquisa, nas áreas de domínio público da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, bem como a condução de visitantes com fins educacionais ou de pesquisa na Estação Ecológica da Guanabara.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012, Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC; Considerando que o SNUC prevê a visitação pública nas Áreas de Proteção Ambiental; Considerando que o SNUC determina que as condições para visitação nas áreas de domínio público das Áreas de Proteção Ambiental serão estabelecidas pelo órgão gestor da Unidade; Considerando que a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim - APA de Guapimirim teve seu Plano de Manejo homologado em 2004; Considerando que o Plano de Manejo da APA de Guapimirim tem como um de seus objetivos estimular o desenvolvimento sustentável na região, oferecendo a APA como ponto central para atração do ecoturismo; Considerando que a APA de Guapimirim já recebe demanda de visitação, especialmente de escolas e universidades, com grande potencial de incremento; Considerando o potencial APA enquanto local de observação de aves, podendo ser um importante instrumento para estimular o turismo ecológico para esta região; Considerando a importância de se acompanhar a qualidade e segurança dos serviços turísticos prestados, principalmente no que se refere ao transporte e à condução de visitantes; Considerando a publicação "Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação", produzido pela Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, publicado em 2009; Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 08 de 18 de setembro 2008, publicada no Diário Oficial da União em 19 de setembro de 2008, que trata dos condutores de visitantes dentro das Unidades de Conservação Federais; Considerando como base técnica o documento "Circuito de Ecoturismo da APA Guapimirim", produzido pela APA Guapimirim, finalizado em junho de 2009 e validado por seu conselho gestor; Considerando a localização da Estação Ecológica da Guanabara - ESEC da Guanabara dentro da APA Guapimirim; Considerando a necessidade de ordenar o trânsito de embarcações no interior da ESEC da Guanabara, consolidando a unidade como alternativa para visitação pública com fins educacionais e científicos; Considerando os pareceres apresentados no Processo ICMBio 02087.000034/2009-63, que trata dos circuitos de ecoturismo da APA Guapimirim, resolve:

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Definir critérios para credenciamento e autorização dos serviços de condução de visitantes com fins recreacionais, educacionais ou de pesquisa, nas áreas de domínio público da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, bem como a condução de visitantes com fins educacionais ou de pesquisa na Estação Ecológica da Guanabara.

§ 1º - A Estação Ecológica da Guanabara é uma unidade de conservação de proteção integral e não está aberta à visitação recreacional.

§ 2º - Atividades de pesquisa qualquer natureza na ESEC da Guanabara deverão ser autorizadas previamente pela chefia da unidade de conservação.

Art. 2º - A contratação de condutores de visitantes é uma opção oferecida aos visitantes, não sendo obrigatória em nenhuma das atividades de visitação na APA de Guapimirim ou na ESEC da Guanabara.

Art. 3º - Para os fins previstos nesta Portaria, entende-se por:

I - atividades recreacionais: atividades realizadas com finalidade principal de lazer, sem estar vinculadas a entidades de educação formal ou não-formal ou de pesquisa científica;

II - atividades educacionais: atividades feitas com grupos de estudantes, professores, ou com entidades não-governamentais, cuja finalidade principal é proporcionar aos visitantes maior conhecimento sobre os ecossistemas locais e sobre as unidades de conservação;

III - atividades de pesquisa: atividades realizadas por pesquisadores científicos - a exemplo de professores, estudantes de graduação, pós-graduação e profissionais vinculados a empresas - cuja finalidade é encontrar soluções para questões propostas mediante o emprego de métodos científicos;

IV - proprietário de embarcação: pessoa física ou jurídica que consta como proprietária no registro da embarcação emitida pela Capitania dos Portos;

V - condutor de embarcação: profissional habilitado pela Capitania dos Portos a conduzir embarcações de pequeno porte com fins mercantis;

VI - condutor de visitantes: profissional responsável pela condução em segurança de grupos de visitantes aos locais permitidos, desenvolvendo atividades interpretativas sobre o ambiente visitado, que deve contribuir para o monitoramento dos impactos socioambientais na APA Guapimirim e na ESEC Da Guanabara, atividade passível de ser realizada pelo condutor de embarcação;

VII - áreas públicas ou de domínio público: compreendem os terrenos da marinha em áreas de mangue, rios, o mar, praias e ilhas localizados na APA Guapimirim e ESEC da Guanabara.

Art. 4º - O horário de visitação nas áreas de domínio público da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara fica definido como sendo das 6h às 17h.

§ 1º - O horário de visitação poderá ser alterado por instrumento da chefia da APA Guapimirim ou da ESEC da Guanabara de acordo com épocas do ano e demandas específicas.

§ 2º - Salvo a presença de motivo justificado, não deve ser realizada visitação até 48 horas após a ocorrência de chuvas na região.

Art. 5º - A visitação, em qualquer atrativo, poderá ser suspensa por ato do chefe da APA Guapimirim ou da ESEC da Guanabara, conforme estabelecido pela Portaria MMA n° 366, de 07 de outubro de 2009.

Art. 6º - São vedadas as seguintes condutas durante a visitação nos circuitos aquáticos da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara:

I - consumir, portar e vender bebidas alcoólicas;

II - portar armas de qualquer natureza;

III - acender fogo, fazer fogueira ou churrasco;

IV - disparar fogos de artifícios;

V - ingressar com animais domésticos;

VI - utilizar qualquer tipo de equipamentos de som nas áreas de uso público;

VII - realizar qualquer tipo de limpeza ou manutenção das embarcações.

TÍTULO II - DO CREDENCIAMENTO E AUTORIZAÇÃO

Art. 7º - Fica delegada competência para o chefe da APA Guapimirim, em conjunto com o Chefe da ESEC da Guanabara, credenciar e autorizar, em consonância com o Plano de Manejo vigente e as normas de uso público, as embarcações, os condutores de embarcações e os condutores de visitantes que realizam atividades de visitação na APA de Guapimirim e ESEC da Guanabara.

Art. 8º - Os proprietários das embarcações, os condutores das embarcações e os condutores de visitantes terão um prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da publicação da presente portaria para requisitar o seu credenciamento junto à APA Guapimirim/ESEC da Guanabara.

§ 1º - Após esse prazo apenas condutores e embarcações autorizadas poderão realizar as atividades de visitação.

§ 2º - A equipe técnica da APA Guapimirim monitorará os impactos da visitação, de acordo com o Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação com enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais do ICMBio e definirá a capacidade de suporte do ambiente, se necessário.

§ 3º - Caso o número de autorizados a operar seja maior do que a capacidade de suporte estabelecida, a administração da unidade de conservação comunicará a todos os Autorizados, que deverão apresentar escala de atuação a fim de respeitar o limite máximo de embarcações por dia.

§ 4º - Caso não seja possível garantir a operação dentro da capacidade de suporte estabelecida na forma disposta no parágrafo anterior, as atividades de visitação passarão a sujeitar-se a prévia licitação, nos moldes da Lei nº 8.666/93.

CAPÍTULO I - DO CREDENCIAMENTO DAS EMBARCAÇÕES

Art. 9º - Todos os proprietários de embarcações que realizam atividades de visitação pública na APA Guapimirim/ESEC da Guanabara deverão obrigatoriamente credenciar sua frota, apresentando os seguintes documentos:

I - formulário padrão preenchido (anexo I);

II - documento de propriedade da embarcação;

III - documentos que demonstrem regularidade junto à Capitania dos Portos;

IV - no caso de pessoa física: cópia do RG e do CPF e uma foto 3x4 do proprietário da embarcação;

V - no caso de pessoa jurídica: cópia do CNPJ da empresa proprietária da embarcação, cópia do RG e do CPF do proprietário e/ou representante legal da empresa;

VI - termo de compromisso com a APA Guapimirim/ESEC da Guanabara (anexo I) assinado, se comprometendo a cumprir as normas e regulamentos estabelecidos no Plano de Manejo da Unidade, bem como as normas estabelecidas nessa Portaria;

VII - termo de conhecimento dos riscos inerentes à atividade de transporte de visitantes em área natural aberta no interior da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara (anexo IV) assinado, responsabilizando-se pela prevenção dos mesmos;

§ 1º - Para o credenciamento é obrigatório que o proprietário da embarcação ou o representante legal/proprietário da empresa tenha mais de 18 anos.

§ 2º - Para a operação da visitação na APA Guapimirim/ESEC da Guanabara, todas as embarcações deverão ser conduzidas por condutores de embarcações credenciados, bem como, na hipótese dos mesmos não estarem concomitantemente credenciados como condutores de visitantes, deverão estar obrigatoriamente acompanhados por condutores de visitantes credenciados.

§ 3º - O documento constante na alínea III deverá ser apresentados à APA Guapimirim/ESEC da Guanabara sempre que houver renovação junto à Capitania dos Portos.

§ 4º - Os proprietários das embarcações deverão realizar manutenção periódica da frota, mantendo registro dos serviços realizados, para eventuais requisições da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara, para verificação, quando julgar necessário.

§ 5º - As embarcações credenciadas receberão uma identificação numérica obrigatória, disponibilizada pela administração da APA/ESEC no ato da entrega da autorização, sendo restrita às embarcações que atenderem a todos os requisitos constantes nesse artigo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 6º - No interesse da administração da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara, a autorização poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante notificação do proprietário da embarcação, por decisão devidamente motivada, cuja ocorrência não gera direito à indenização.

CAPÍTULO II - DO CREDENCIAMENTO DOS CONDUTORES DE EMBARCAÇÕES

Art. 10 - Todos os condutores de embarcações que operam ou pretendem operar na atividade de visitação na APA Guapimirim/ESEC da Guanabara deverão se credenciar junto à administração das unidades de conservação, e somente poderão operar a atividade de condução de visitantes após passar por capacitação oferecida pelo ICMBio.

§ 1º - Para o credenciamento, é obrigatório ser maior de 18 anos.

§ 2º - Para o credenciamento, deverão ser apresentados:

I - formulário padrão preenchido (anexo II);

II - cópia do RG e CPF;

III - uma foto 3x4;

IV - cópia da carteira de marinheiro auxiliar de convés ou superior ou cópia de carteira com titulação correspondente reconhecida pela Capitania dos Portos;

V - termo de compromisso com a APA Guapimirim/ESEC da Guanabara (anexo II) assinado se comprometendo a cumprir as normas e regulamentos estabelecidos no Plano de Manejo da Unidade, bem como as normas estabelecidas nesta Portaria;

VI - termo de conhecimento dos riscos inerentes à atividade de condução de embarcações em área natural aberta no interior da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara (anexo V) assinado, responsabilizando-se pela prevenção dos mesmos.

§ 3º - Os condutores de embarcações credenciados e capacitados receberão uma identificação numérica fornecida pela APA Guapimirim/ESEC da Guanabara.

§ 4º - A identificação será fornecida no ato da entrega da autorização, sendo restrita aos condutores de embarcações que atenderem a todos os requisitos constantes nesse artigo.

§ 5º - No interesse da administração da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara, a autorização poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante notificação do condutor de visitantes, por decisão devidamente motivada, cuja ocorrência não gera direito à indenização.

CAPÍTULO III - DO CREDENCIAMENTO DOS CONDUTORES DE VISITANTES

Art. 11 - Todos os condutores de visitantes que operam ou pretendem operar na atividade de visitação na APAGuapimirim/ESEC da Guanabara deverão se credenciar junto à administração das unidades de conservação, e somente poderão operar a atividade de condução de visitantes após passar por capacitação oferecida pelo ICMBio.

§ 1º - Para o credenciamento, é obrigatório ter mais de 18 anos.

§ 2º - Para o credenciamento, deverão ser apresentados:

I - formulário padrão preenchido (anexo III);

II - cópia do RG e CPF;

III - uma foto 3x4;

III - termo de compromisso com a APA Guapimirim/ESEC da Guanabara (anexo III) assinado, a fim de fazer cumprir as normas e regulamentos estabelecidos no Plano de Manejo da Unidade, bem como as normas estabelecidas nesta Portaria;

IV - termo de conhecimento de riscos inerentes à atividade de condução de visitantes em área natural aberta no interior da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara (anexo V) assinado, responsabilizando-se pela segurança dos mesmos.

§ 3º - Os condutores de visitantes credenciados e capacitados receberão uma identificação numérica fornecida pela APA Guapimirim/ESEC da Guanabara.

§ 4º - A identificação será disponibilizada no ato da entrega da autorização, sendo restrita aos condutores de visitantes que atenderem a todos os requisitos constantes nesse artigo.

§ 5º - No interesse da administração da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara, a autorização poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante notificação do condutor de visitantes, por decisão devidamente motivada, cuja ocorrência não gera direito à indenização.

CAPÍTULO IV - DA AUTORIZAÇÃO

Art. 12 - Após o credenciamento das embarcações, dos condutores de embarcações e dos condutores de visitantes, o ICMBio analisará a documentação e, quando do atendimento de todos os requisitos e normas estabelecidos nessa Portaria, emitirá uma autorização para prestação de serviços de condução e/ou transporte de visitantes na APA Guapimirim/ESEC da Guanabara, específica para cada requisitante, conforme modelo que consta nos anexos VII e VIII.

§ 1º - O Termo de Autorização será válido por um período de 18 (dezoito) meses, a partir da data de sua emissão, podendo ser renovado, de acordo com o interesse da Administração.

§ 2º - Caso o autorizado não tenha mais interesse na continuidade do exercício da atividade no interior da unidade de conservação, antes do término do prazo de validade do Termo de Autorização, deverá comunicar por escrito a administração da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara, para cancelamento do Termo.

§ 3º - No interesse da Administração, por decisão justificada, o Termo de Autorização poderá ser revogado a qualquer tempo, mediante notificação ao Autorizado, não lhe sendo devida qualquer espécie de indenização.

§ 4º - Para renovar o Termo de Autorização, os interessados deverão efetuar a solicitação no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do seu vencimento.

§ 5º - As autorizações serão numeradas, intransferíveis e expedidas em duas vias, sendo que uma delas deverá ser entregue ao requisitante e outra arquivada pela APA Guapimirim/ESEC da Guanabara.

§ 6º - A administração da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara abrirá um processo de autorização específico em nome de cada requisitante, contendo os documentos para credenciamento e a autorização emitida.

§ 7º - A condução de visitantes e transporte em embarcações com fins recreacionais na APA Guapimirim só será permitida após a emissão e entrega da autorização.

§ 8º - No estrito interesse da administração da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara as referidas autorizações poderão ser, por decisão justificada, prorrogadas ou canceladas.

§ 9º - A APA Guapimirim poderá solicitar, sempre que julgar necessário, a atualização dos documentos referentes ao credenciamento dos proprietários de embarcações, dos condutores de embarcações e dos condutores de visitantes.

Art. 13 - Todas as embarcações autorizadas deverão ser identificadas por adesivo específico, elaborado e produzido exclusivamente pelo Instituto Chico Mendes, para a operação da atividade de transporte de visitantes dentro da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara.

§ 1º - Os adesivos serão disponibilizados pelo Instituto Chico Mendes, no ato de entrega da autorização para operação de visitação, somente para as embarcações devidamente credenciadas.

§ 2º - Os adesivos deverão ser afixados nas embarcações em local de fácil visualização, na proa, em cada lado da embarcação.

§ 3º - A autorização e a identificação numérica da embarcação não poderão ser cedidas, emprestadas ou trocadas, exceto, na última hipótese, quando autorizado pelo chefe da unidade de conservação.

§ 4º - Estão sujeitas às penalidades previstas nesta Portaria e no Decreto nº. 6.514/08 as embarcações que forem encontradas em operação de visitação dentro da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara sem a devida identificação.

Art. 14 - Os condutores de embarcações e condutores de visitantes autorizados deverão portar crachá, elaborado e produzido exclusivamente pelo Instituto Chico Mendes, com a identificação pessoal e numérica fornecida pela APA Guapimirim/ESEC da Guanabara, durante toda a operação de visitação.

§ 1º - Os crachás serão disponibilizados pelo Instituto Chico Mendes, no ato de entrega da autorização para operação de visitação, somente para os condutores de embarcações e para os condutores de visitantes credenciados.

§ 2º - Estão sujeitas às penalidades previstas nessa Portaria os condutores de embarcações e os condutores de visitantes que forem encontrados em operação de visitação dentro da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara sem a devida identificação.

Art. 15 - Os proprietários de embarcações autorizados são responsáveis pela segurança dos passageiros e por quaisquer danos causados pelas embarcações ou por seus ocupantes à APA Guapimirim/ESEC da Guanabara e seus recursos, durante a permanência no interior da mesma.

TÍTULO III - DA OPERAÇÃO DE VISITAÇÃO

Art. 16 - Previamente à visita, os visitantes deverão passar por uma palestra, onde serão orientados quanto ao uso do EPI (Equipamento de Proteção Individual) e onde deverá ser apresentada uma descrição da rota a ser percorrida, disseminando informações que permitam uma interpretação e percepção do ambiente a ser visitado.

§ 1º - Na palestra, o palestrante deverá advertir os visitantes sobre:

I - a presença de animais peçonhentos na APA;

II - os perigos da insolação e da desidratação;

III - a recomendação de usar filtro solar; repelente de insetos e chapéus na visita a ser realizadas na APA.

Art. 17 - Só será permitido o transporte de visitantes no interior da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara em barcos equipados com:

I - equipamentos de Proteção Individual (EPI): coletes salvavidas para cada um dos passageiros e tripulantes, repelente e protetor solar;

II - remo;

III - cordas;

IV - facão;

V - caixa de ferramentas;

VI - caixa de primeiros socorros;

VII - lanterna;

VIII - mapa ou conjunto de mapas que abranjam todo o roteiro;

IX - água potável para todos os passageiros;

X - local específico para recolhimento de todo o lixo produzido.

§ 1º - É obrigatório ao proprietário manter sua embarcação em conformidade com as normas de segurança e legislação pertinente à embarcação e à atividade de turismo praticada com esta, evitando assim acidentes e poluição do meio ambiente.

§ 2º - É obrigatória a provisão de água potável durante a visita, cabendo aos condutores das embarcações informar aos passageiros a disponibilidade deste recurso antes do início do passeio.

§ 3º - É obrigatório que o condutor da embarcação ou o condutor de visitantes esteja com um telefone celular em funcionamento.

Art. 18 - As embarcações deverão respeitar a velocidade máxima de 15 km/h na condução dentro do manguezal.

Parágrafo único. Os motores deverão ser de baixa potência, preferencialmente de quatro tempos e deverão, salvo em caso de emergência, operar em baixa rotação, visando a diminuição da poluição química e sonora.

Art. 19 - Não é permitida a circulação de embarcações com comprimento superior a 7 metros nas passagens dos canais, ressalvadas atividades que não gerem impactos à biota da UC, devendo ser autorizadas pela administração da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara.

Art. 20 - São de responsabilidade dos condutores de embarcações as seguintes atribuições:

I - conduzir os visitantes em segurança desde o seu embarque no local de origem até o desembarque;

II - manter a embarcação em boas condições de trafegabilidade;

III - assegurar que os equipamentos de segurança estabelecidos no artigo 18 desta Portaria estejam a bordo da embarcação em cada passeio;

IV - verificar, antes da saída, as condições de combustível e equipamentos de segurança;

V - manter a embarcação sempre limpa e em condições adequadas para uso do visitante a cada passeio;

VI - informar ao grupo de visitantes, antes da partida, o plano de atendimento de segurança e emergência;

VII - manter conhecimento atualizado sobre as normas de navegação expedidas pela Capitania dos Portos.

Art. 21 - São de responsabilidade do condutor de visitantes as seguintes atribuições:

I - acompanhar e conduzir os visitantes durante toda a visita desde o seu embarque até o seu desembarque.

II - informar ao visitante, no início da visita, os riscos inerentes à realização de atividades em uma área natural aberta;

III - fornecer aos visitantes as informações preliminares sobre as condições da visita, os aspectos de segurança, os procedimentos durante a viagem e as recomendações para o conforto e bem estar dos mesmos. Este procedimento deverá ser realizado por meio de uma abordagem introdutória, antes da saída do local de origem, após a devida acomodação dos passageiros;

IV - distribuir, sempre que disponível, material impresso, fornecido pela APA Guapimirim/ESEC da Guanabara, contendo informações sobre as UCs, os ambientes e os seres vivos nele protegidos, as alternativas de uso público existentes, bem como sobre os procedimentos para a visitação, entre outros. Este procedimento deverá ser feito no início da viagem, para que quaisquer necessidades de esclarecimento possam ser supridas durante o percurso;

V - ter conhecimento e cumprir as disposições da Instrução Normativa ICMBio Nº 08, de 18 de setembro 2008, publicada no diário Oficial da União em 19.09.2008, que trata dos condutores de visitantes dentro das Unidades de Conservação Federais.

Art. 22 - Os condutores de visitantes serão responsáveis pelo recolhimento de todo lixo produzido durante a visita.

§ 1º - O condutor deverá orientar o visitante sobre a importância do recolhimento do lixo produzido durante a visita, visto que os atrativos estão dentro de uma unidade de conservação, devendo cada um ter o cuidado de retornar com o lixo produzido até a embarcação a fim de dar destinação adequada aos resíduos.

§ 2º - O condutor da embarcação, ao retornar de cada passeio, deverá dar uma destinação adequada ao lixo produzido pelo visitante.

Art. 23 - Os condutores de embarcações e os condutores de visitantes deverão buscar capacitação periódica e atualização de seus conhecimentos acerca de gestão de riscos, primeiros socorros, interpretação ambiental, boas práticas de atendimento ao visitante e operação de equipamentos.

Parágrafo único. A APA Guapimirim/ESEC da Guanabara proporcionará, sempre que possível, cursos e palestras sobre interpretação ambiental e condução de visitantes, bem como sobre os instrumentos legais previstos nessa Portaria.

Art. 24 - Em atividades de avistamento de aves, o condutor da embarcação deverá adotar procedimentos que minimizem o estresse aos animais.

§ 1º - Caso exista na embarcação, deve ser utilizado motor elétrico nas proximidades dos ninhais e aglomerações de aves.

§ 2º - Caso não haja motor elétrico na embarcação, o motor deverá estar em baixa rotação.

§ 3º - Na proximidade do ninhal e aglomerações de aves os visitantes serão orientados para não gritar ou falarem alto.

§ 4º - Só será permitido o uso de gravadores com vocalizações, para atrair as aves, em caso de pesquisa, não sendo permitido o uso de outros equipamentos sonoros;

Art. 25 - O desembarque durante a realização da atividade de visitação é proibido enquanto não houver estruturas em terra adaptadas à visitação, concluídas e aprovadas pelo ICMBio.

§ 1º - Em atividades de pesquisa científica, o desembarque é permitido seguindo-se a metodologia do projeto apresentado.

§ 2º - Em atividades educacionais, mediante solicitação prévia e justificativa quanto à importância de se entrar no manguezal para o aprendizado dos participantes, o desembarque pode ser autorizado pela chefia da APA Guapimirim.

Art. 26 - Para as visitas recreacionais e educacionais com saída do Rio Guapimirim, são sugeridas as seguintes rotas, indicadas pelo documento "Circuito de Ecoturismo da APA Guapimirim" (Anexo VI):

I - Rota das Garças (ecoturismo): passeio aquático com saída e descida do Rio Guapimirim, até a sua foz. O regresso é pelo mesmo trajeto. A distância de ida e retorno é de aproximadamente 21.614m, em 2h17min de navegação com velocidade média de 10 km/h.

II - Rota dos Biguás (ecoturismo): passeio aquático com saída pelo Rio Guapimirim seguindo até a foz e navegando pela Baía de Guanabara até o Cais da Piedade. O regresso é pelo mesmo trajeto. A distância de ida e retorno é de aproximadamente 31.040 m, em 3h de navegação com velocidade média de 10 km/h.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - Rota Suruí (ecoturismo): passeio aquático com saída pelo Rio Guapimirim seguindo em direção da foz, navegando pela Baía de Guanabara, passando pelo Cais da Piedade e alcançando a Foz do Suruí. O regresso é pelo mesmo trajeto. A distância de ida e retorno é de aproximadamente 43.170 m, em 3h40min de navegação com velocidade média de 10 km/h.

IV - Rota Paquetá (ecoturismo): passeio aquático com saída pelo Rio Guapimirim, descida do Rio Guapimirim, até a sua foz. Segue-se em direção a Ilha de Paquetá. Retorno com saída de Paquetá em direção à foz do Rio Guapimirim subindo o rio até a chegada ao ponto de partida. A distância de ida é de aproximadamente 22.400m em 2h10min de navegação com velocidade média de 10 km/h, e a distância de retorno, de 22.400m em 2h10min de navegação com velocidade média de 10 km/h.

V - Rota do Martim Pescador (ecoturismo com restrição): passeio aquático com saída no Rio Guapimirim, descida do Rio Guapimirim, seguindo pelo Canal da Banana até a bifurcação do Rio Guaraí, subindo o rio até o entroncamento com o Canal da Palha. Retorno pelo mesmo trajeto. A distância de ida e retorno é de aproximadamente 23.190 m em 3h08 m de navegação com velocidade média de 10 km/h.

VI - Rota Paquetá (somente educação ambiental): passeio aquático com saída pelo Rio Guapimirim, descida do Rio Guapimirim, passando pelo Canal da Banana até a bifurcação com o Rio Guaraí, descendo para a sua foz. Segue-se em direção sudoeste com chegada na Ilha de Paquetá. Retorno com saída de Paquetá em direção a foz do Rio Guapimirim subindo o rio até o ponto de partida. A distância de ida é de aproximadamente 21.607m em 2h10min de navegação com velocidade média de 10 km/h, e a distância de retorno, de 22.400m em 2h10min de navegação com velocidade média de 10 km/h. Trechos com navegação no interior da ESEC da Guanabara.

V - Rota dos Colhereiros (somente educação ambiental): passeio aquático com saída no Rio Guapimirim, descida do Rio Guapimirim, passando pelo Canal da Banana até a bifurcação com o Rio Guaraí, subindo o rio e chegando na bifurcação com o Canal da Palha, descendo o Rio Guaraí-mirim, encontrando o Rio Caceribu até a sua foz.. Retorno pela Foz do Caceribu seguindo ao Norte até a foz do Rio Guaraí, subindo o rio até o Canal da Banana chegando até o Rio Guapimirim. A distância de ida e retorno é de aproximadamente 37.700m em 4h de navegação com velocidade média de 10 km/h. Trechos com navegação no interior da ESEC da Guanabara.

Parágrafo único. As atividades de visitação recreacional e educacional com propostas de roteiros diferentes dos sugeridos neste artigo, deverão ser previamente analisadas e autorizadas pela chefia da APA de Guapimirim e ESEC da Guanabara.

TÍTULO IV - DA CAPACIDADE DE SUPORTE

Art. 27 - As embarcações credenciadas poderão transportar até a quantidade de passageiros permitida na licença da Capitania dos Portos e deverá estar acordo com a capacidade de suporte estabelecida nesta Portaria ou em estudos posteriores aprovados pelo ICMBio.

§ 1º - Na Rota dos Colhereiros e Paquetá de educação ambiental, as embarcações devem medir até 7 metros, os grupos devem ser de até dez pessoas e as visitas devem ser de, no máximo, duas por dia.

§ 2º - Na rota do Martim-Pescador, as embarcações devem medir até 7 metros, os grupos devem ser de até dez pessoas, e as visitas devem ser de, no máximo, seis por dia.

§ 3º - Nas rotas das Garças, dos Biguás, Suruí e Paquetá-ecoturismo o número máximo de visitantes em uma mesma embarcação poderá ultrapassar a dez pessoas, desde que as embarcações estejam adaptadas a navegação em locais de baixa profundidade e apresentem soluções de minimização de impactos ambientais negativos decorrentes do seu porte. A visitação nessas rotas fica limitada a vinte e cinco barcos por dia.

Art. 28 - O valor da capacidade de suporte, que permite estabelecer o número máximo de visitas diárias que cada trecho pode receber, respeitando os limites de perturbações aceitáveis para o ambiente, deve respeitar os limites estabelecidos no Anexo VI desta Portaria.

Parágrafo único. Os números estabelecidos poderão ser alterados pela administração da UC após estudos baseados no Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação com enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais do ICMBio.

TÍTULO V - DAS PENALIDADES

Art. 29 - As infrações a este regulamento cometidas pelas embarcações, condutores de embarcações e condutores de visitantes autorizados para a atividade de visitação na APA Guapimirim/ESEC da Guanabara serão analisadas e julgadas por um Comitê de Análise de Conduta, criado no âmbito do Conselho Consultivo da unidade de conservação, para estabelecimento das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão da autorização por 30 (trinta) dias;

III - suspensão da autorização por 120 (trinta) dias;

IV - cassação definitiva da autorização.

§ 1º - A constatação da infração dar-se-á por meio de notificação escrita ao interessado, a quem será assegurado,antes da aplicação das penalidades de que trata este artigo, o direito de apresentar defesa e de produzir todas as provas legalmente admitidas.

§ 2º - O Comitê de Análise de Conduta será constituído por dois representantes da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara e dois conselheiros do conselho consultivo da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara, eleitos em reunião.

§ 3º - O presidente do Comitê será o chefe da APA Guapimirim e, nos seus impedimentos, caberá ao chefe da ESEC da Guanabara a presidência.

§ 4º - O Comitê se reunirá uma vez a cada três meses para analisar as ocorrências de infrações ou denúncias, definindo a penalidade a ser aplicada conforme a gravidade da infração, ou em caráter de emergência ou quando for considerado de extrema necessidade.

§ 5º - Na ausência de infrações ou denúncias mensais, as reuniões do Comitê poderão se realizar num período de tempo maior.

Art. 30 - O não cumprimento do estabelecido nesta Portaria constitui dano à APA Guapimirim/ESEC da Guanabara e acarretará aos proprietários de embarcações, aos condutores de embarcações e aos condutores de visitantes autorizados as penalidades previstas na legislação em vigor, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas no artigo anterior.

TÍTULO VI - DO TRANSPORTE ESSENCIAL

Art. 31 - O trânsito pela população local, nos rios inseridos na APA de Guapimirim, é livre.

Parágrafo único. O trânsito pela população local, nos rios inseridos na Estação Ecológica da Guanabara é feito de forma controlada, garantindo a manutenção do direito de ir e vir das populações locais, ficando assegurado seu deslocamento pelos rios da ESEC quando não houver trajeto fluvial alternativo viável.

Art. 32 - O deslocamento de embarcações do Instituto Chico Mendes em operações de proteção e monitoramento é livre em toda a área da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara.

TÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 - A entrada de embarcações nos limites da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara para a realização de pesquisas científicas e captação de imagens só será permitida em casos devidamente autorizados pela chefia da unidade de conservação e deverá ser realizada por embarcações devidamente credenciadas e autorizadas, conforme estabelecido nesta Portaria.

Art. 34 - Os proprietários de embarcações particulares, motorizadas ou não, que pretenderem visitar a APA Guapimirim esporadicamente, sem finalidade econômica ou de exploração turística deverão:

I - ter conhecimento da legislação pertinente;

II - assinar um termo de compromisso com a APA Guapimirim/ESEC da Guanabara se comprometendo a cumprir as normas e os regulamentos estabelecidos no Plano de Manejo da Unidade, bem como as normas estabelecidas nessa Portaria (anexo I);

III - assinar um termo de conhecimento de riscos inerentes à visitação no interior da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara, responsabilizando-se pela sua própria segurança e dos demais passageiros (anexo V).

§ 1º - Os proprietários de embarcações particulares serão responsáveis pelo recolhimento de todo lixo produzido durante a visita, bem como pela segurança do grupo conduzido no interior da APA Guapimirim.

§ 2º - Não será permitida a exploração econômica da atividade de visitação por proprietários de embarcações não credenciadas pela APA Guapimirim/ESEC da Guanabara.

Art. 35 - O Instituto Chico Mendes dará ampla divulgação local dessa Portaria aos diversos setores interessados a partir da data de sua publicação.

Art. 36 - Os casos omissos serão resolvidos pela administração da APA Guapimirim/ESEC da Guanabara, com a devida observância à legislação vigente.

Parágrafo único. Havendo dúvida jurídica, a questão será encaminhada à Procuradoria Federal Especializada, na forma de quesitos devidamente justificados.

Art. 37 - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(*) Os Anexos serão disponibilizados no sítio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (www.icmbio.gov.br).

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 79, DE 5 DE JULHO DE 2012

Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Florescer.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 28 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012; Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamenta; no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; e na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de dezembro de 2009; e, Considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA n° 02070.003426/2011-88, resolve:

Art. 1º - Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN FLORESCER, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em parte do imóvel denominado Ecovila Florescer.

§1º - O imóvel de que trata o caput fica situado no Município de Urubici no Estado de Santa Catarina.

§2º - O imóvel de que trata o caput está registrado sob a matrícula nº 5681, registro número 6 e 7, livro de Registro Geral nº 2-AE, fls 001v, de 11 de outubro de 2006; no Registrado de Imóveis da Comarca de Urubici/SC.

Art. 2º - A RPPN Florescer tem área de 154,74 ha (cento e cinquenta e quatro hectares e setenta e quatro ares), dentro do imóvel referido no art. 1º.

Parágrafo único. A área de que trata o caput tem os limites definidos a partir do levantamento topográfico constante no processo citado acima, conforme descrito a seguir: inicia-se o perímetro no vértice 75, de coordenadas N 6.907.473,800 m. e E 649.000,300 m., situado no limite com Limite_RPPN, deste, segue com azimute de 286°12'36" e distância de 180,99 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 74, de coordenadas N 6.907.524,327 m. e E 648.826,501 m.;deste, segue com azimute de 289°00'33" e distância de 119,64 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 322, de coordenadas N 6.907.563,294 m. e E 648.713,390 m.; deste, segue com azimute de 282°03'52" e distância de 97,23 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 321, de coordenadas N 6.907.583,616 m. e E 648.618,308 m; deste, segue com azimute de 286°05'57" e distância de 63,75 m, confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 320, de coordenadas N 6.907.601,295 m. e E 648.557,055 m.;deste, segue com azimute de 288°39'37" e distância de 51,00 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 319, de coordenadas N 6.907.617,613 m. e E 648.508,734 m.; deste, segue com azimute de 283°26'11" e distância de 64,38 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 318, de coordenadas N 6.907.632,572 m. e E 648.446,120 m.;deste, segue com azimute de 293°45'14" e distância de 74,20 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 317, de coordenadas N 6.907.662,462 m. e E 648.378,203 m.;deste, segue com azimute de 310°44'13" e distância de 53,66 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN , até o vértice 316, de coordenadas N 6.907.697,479 m. e E 648.337,545 m.;deste, segue com azimute de 324°39'45" e distância de 62,51 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 315, de coordenadas N 6.907.748,470 m. e E 648.301,391 m, deste, segue com azimute de 300°30'22" e distância de 50,51 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 314, de coordenadas N 6.907.774,108 m. e E 648.257,877 m.; deste, segue com azimute de 315°08'27" e distância de 57,78 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 313, de coordenadas N 6.907.815,067 m. e E 648.217,119 m.; deste, segue com azimute de 359°34'34" e distância de 59,13 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 312, de coordenadas N 6.907.874,195 m. e E 648.216,681 m.;deste, segue com azimute de 9°57'25" e distância de 48,12 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 311, de coordenadas N 6.907.921,591 m. e E 648.225,002 m.; deste, segue com azimute de 3°29'33" e distância de 58,00 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN , até o vértice 310, de coordenadas N 6.907.979,481 m. e E 648.228,535 m.;deste, segue com azimute de 327°34'42" e distância de 60,47 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 309, de coordenadas N 6.908.030,529 m. e E 648.196,112 m.; deste, segue com azimute de 359°24'53" e distância de 125,57 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN , até o vértice 308, de coordenadas N 6.908.156,088 m. e E 648.194,830 m.; deste, segue com azimute de 289°50'17" e distância de 49,08 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 307, de coordenadas N 6.908.172,744 m. e E 648.148,663 m.; deste, segue com azimute de 252°26'39" e distância de 80,70 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 306, de coordenadas N 6.908.148,401 m. e E 648.071,717 m.; deste, segue com azimute de 267°06'15" e distância de 101,44 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 305, de coordenadas N 6.908.143,276 m. e E 647.970,406 m.; deste, segue com azimute de 261°04'36" e distância de 120,49 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 304, de coordenadas N 6.908.124,586 m. e E 647.851,373 m.; deste, segue com azimute de 194°00'25" e distância de 352,65 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 303, de coordenadas N 6.907.782,426 m. e E 647.766,019 m.;deste, segue com azimute de 189°46'25" e distância de 262,94 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN, até o vértice 302, de coordenadas N 6.907.523,299 m. e E 647.721,383 m.;deste, segue com azimute de 272°56'37" e distância de 95,99 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN , até o vértice 301, de coordenadas N 6.907.528,228 m. e E 647.625,516 m.;deste, segue com azimute de 351°29'44" e distância de 1.043,04 m., confrontando neste trecho com Limite_RPPN , até o vértice 253, de coordenadas N 6.908.559,799 m. e E 647.471,267 m.;deste, segue com azimute de 346°23'55" e distância de 82,87 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 252, de coordenadas N 6.908.640,349 m. e E 647.451,778 m.;deste, segue com azimute de 360°00'00" e distância de 112,07 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 251, de coordenadas N 6.908.752,418 m. e E 647.451,778 m.;deste, segue com azimute de 357°50'13" e distância de 37,33 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 250, de coordenadas N 6.908.789,724 m. e E 647.450,369 m.;deste, segue com azimute de 27°14'16" e distância de 27,71 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 249, de coordenadas N 6.908.814,361 m. e E 647.463,051 m.;deste, segue com azimute de 53°09'22" e distância de 42,26 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 248, de coordenadas N 6.908.839,700 m. e E 647.496,869 m.; deste, segue com azimute de 42°38'28" e distância de 23,92 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 247, de coordenadas N 6.908.857,297 m. e E 647.513,074 m.;deste, segue com azimute de 20°08'26" e distância de 82,45 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 246, de coordenadas N 6.908.934,702 m. e E 647.541,462 m.;deste, segue com azimute de 9°05'56" e distância de 57,70 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 245, de coordenadas N 6.908.991,681 m. e E 647.550,587 m.; deste, segue com azimute de 8°53'20" e distância de 36,91 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 244, de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

coordenadas N 6.909.028,147 m. e E 647.556,290 m.;deste, segue com azimute de 357°36'43" e distância de 54,75 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 243, de coordenadas N 6.909.082,847 m. e E 647.554,009 m.;deste, segue com azimute de 359°59'59" e distância de 45,58 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 242, de coordenadas N 6.909.128,430 m. e E 647.554,009 m.;deste, segue com azimute de 113°28'43" e distância de 28,60 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 241, de coordenadas N 6.909.117,034 m. e E 647.580,244 m.;deste, segue com azimute de 157°21'38" e distância de 29,63 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 240, de coordenadas N 6.909.089,685 m. e E 647.591,651 m.;deste, segue com azimute de 139°44'15" e distância de 38,83 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 239, de coordenadas N 6.909.060,056 m. e E 647.616,745 m.;deste, segue com azimute de 148°42'45" e distância de 37,34 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 238, de coordenadas N 6.909.028,147 m. e E 647.636,136 m.;deste, segue com azimute de 133°58'04" e distância de 45,96 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 237, de coordenadas N 6.908.996,239 m. e E 647.669,215 m.;deste, segue com azimute de 131°51'05" e distância de 44,41 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 236, de coordenadas N 6.908.966,610 m. e E 647.702,293 m.;deste, segue com azimute de 133°53'32" e distância de 42,74 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 235, de coordenadas N 6.908.936,981 m. e E 647.733,091 m.;deste, segue com azimute de 133°42'00" e distância de 36,29 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 234, de coordenadas N 6.908.911,911 m. e E 647.759,326 m.;deste, segue com azimute de 113°10'44" e distância de 34,74 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 233, de coordenadas N 6.908.898,236 m. e E 647.791,264 m.;deste, segue com azimute de 134°57'54" e distância de 36,07 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 232, de coordenadas N 6.908.872,748 m. e E 647.816,783 m.;deste, segue com azimute de 135°58'42" e distância de 45,96 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 231, de coordenadas N 6.908.839,701 m. e E 647.848,721 m.;deste, segue com azimute de 118°22'14" e distância de 47,96 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 230, de coordenadas N 6.908.816,909 m. e E 647.890,925 m.;deste, segue com azimute de 140°24'50" e distância de 34,01 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 229, de coordenadas N 6.908.790,699 m. e E 647.912,597 m.;deste, segue com azimute de 138°47'14" e distância de 48,48 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 228, de coordenadas N 6.908.754,232 m. e E 647.944,535 m.;deste, segue com azimute de 92°36'02" e distância de 25,12 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 227, de coordenadas N 6.908.753,093 m. e E 647.969,630 m.;deste, segue com azimute de 118°03'00" e distância de 58,16 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 226, de coordenadas N 6.908.725,743 m. e E 648.020,959 m.;deste, segue com azimute de 131°16'55" e distância de 50,09 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 225, de coordenadas N 6.908.692,695 m. e E 648.058,600 m.;deste, segue com azimute de 119°01'55" e distância de 35,22 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 224, de coordenadas N 6.908.675,601 m. e E 648.089,398 m.;deste, segue com azimute de 106°48'23" e distância de 51,24 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 223, de coordenadas N 6.908.660,787 m. e E 648.138,446 m.;deste, segue com azimute de 99°27'12" e distância de 34,69 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 222, de coordenadas N 6.908.655,089 m. e E 648.172,665 m.;deste, segue com azimute de 97°07'07" e distância de 36,78 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 221, de coordenadas N 6.908.650,531 m. e E 648.209,166 m.;deste, segue com azimute de 85°36'21" e distância de 29,74 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 220, de coordenadas N 6.908.652,810 m. e E 648.238,823 m.;deste, segue com azimute de 70°13'04" e distância de 30,30 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 219, de coordenadas N 6.908.663,066 m. e E 648.267,339 m.;deste, segue com azimute de 32°55'48" e distância de 23,08 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 218, de coordenadas N 6.908.682,439 m. e E 648.279,886 m.;deste, segue com azimute de 45°01'37" e distância de 48,37 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 217, de coordenadas N 6.908.716,626 m. e E 648.314,106 m.;deste, segue com azimute de 60°16'42" e distância de 36,78 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 216, de coordenadas N 6.908.734,859 m. e E 648.346,044 m.;deste, segue com azimute de 48°23'34" e distância de 27,46 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 215, de coordenadas N 6.908.753,093 m. e E 648.366,576 m.;deste, segue com azimute de 43°33'29" e distância de 31,45 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 214, de coordenadas N 6.908.775,884 m. e E 648.388,248 m.;deste, segue com azimute de 45°01'37" e distância de 35,47 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 213, de coordenadas N 6.908.800,955 m. e E 648.413,342 m.;deste, segue com azimute de 52°43'19" e distância de 30,10 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 212, de coordenadas N 6.908.819,188 m. e E 648.437,296 m.;deste, segue com azimute de 60°05'31" e distância de 43,42 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 211, de coordenadas N 6.908.840,840 m. e E 648.474,937 m.;deste, segue com azimute de 69°14'43" e distância de 35,37 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 210, de coordenadas N 6.908.853,376 m. e E 648.508,016 m.;deste, segue com azimute de 68°31'01" e distância de 40,45 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 209, de coordenadas N 6.908.868,190 m. e E 648.545,657 m.;deste, segue com azimute de 71°34'53" e distância de 25,25 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 208, de coordenadas N 6.908.876,167 m. e E 648.569,611 m.;deste, segue com azimute de 75°58'36" e distância de 28,22 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 207, de coordenadas N 6.908.883,004 m. e E 648.596,986 m.;deste, segue com azimute de 81°52'39" e distância de 48,39 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 206, de coordenadas N 6.908.889,842 m. e E 648.644,894 m.;deste, segue com azimute de 68°13'02" e distância de 24,57 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 205, de coordenadas N 6.908.898,959 m. e E 648.667,707 m.;deste, segue com azimute de 74°45'32" e distância de 26,01 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 204, de coordenadas N 6.908.905,796 m. e E 648.692,801 m.;deste, segue com azimute de 89°59'59" e distância de 51,33 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 203, de coordenadas N 6.908.905,796 m. e E 648.744,130 m.;deste, segue com azimute de 81°07'40" e distância de 36,94 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 202, de coordenadas N 6.908.911,494 m. e E 648.780,631 m.;deste, segue com azimute de 54°48'28" e distância de 23,73 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 201, de coordenadas N 6.908.925,169 m. e E 648.800,022 m.;deste, segue com azimute de 75°58'35" e distância de 28,22 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 200, de coordenadas N 6.908.932,006 m. e E 648.827,398 m.;deste, segue com azimute de 96°17'50" e distância de 40,57 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 199, de coordenadas N 6.908.927,557 m. e E 648.867,719 m.;deste, segue com azimute de 0°00'01" e distância de 33,48 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 198, de coordenadas N 6.908.961,034 m. e E 648.867,719 m.;deste, segue com azimute de 329°23'50" e distância de 23,77 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 197, de coordenadas N 6.908.981,492 m. e E 648.855,619 m.;deste, segue com azimute de 334°20'16" e distância de 25,79 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 196, de coordenadas N 6.909.004,739 m. e E 648.844,449 m.;deste, segue com azimute de 359°59'59" e distância de 17,67 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 195, de coordenadas N 6.909.022,407 m. e E 648.844,449 m.;deste, segue com azimute de 74°04'07" e distância de 20,33 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 194, de coordenadas N 6.909.027,987 m. e E 648.863,996 m.;deste, segue com azimute de 120°02'43" e distância de 20,43 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 193, de coordenadas N 6.909.017,758 m. e E 648.881,680 m.;deste, segue com azimute de 145°45'34" e distância de 28,12 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 192, de coordenadas N 6.908.994,510 m. e E 648.897,504 m.;deste, segue com azimute de 141°29'36" e distância de 46,34 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 191, de coordenadas N 6.908.958,244 m. e E 648.926,358 m.;deste, segue com azimute de 143°35'26" e distância de 21,95 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 190, de coordenadas N 6.908.940,576 m. e E 648.939,389 m.;deste, segue com azimute de 158°10'47" e distância de 30,05 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 189, de coordenadas N 6.908.912,679 m. e E 648.950,558 m.;deste, segue com azimute de 121°14'22" e distância de 30,48 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 188, de coordenadas N 6.908.896,870 m. e E 648.976,620 m.;deste, segue com azimute de 89°59'59" e distância de 22,34 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 187, de coordenadas N 6.908.896,870 m. e E 648.998,959 m.;deste, segue com azimute de 81°23'32" e distância de 31,07 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 186, de coordenadas N 6.908.901,520 m. e E 649.029,674 m.;deste, segue com azimute de 90°00'01" e distância de 16,75 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 185, de coordenadas N 6.908.901,520 m. e E 649.046,428 m.;deste, segue com azimute de 73°30'39" e distância de 26,21 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 184, de coordenadas N 6.908.908,959 m. e E 649.071,560 m.;deste, segue com azimute de 134°58'21" e distância de 17,10 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 183, de coordenadas N 6.908.896,870 m. e E 649.083,660 m.;deste, segue com azimute de 110°18'21" e distância de 26,80 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 182, de coordenadas N 6.908.887,571 m. e E 649.108,791 m.;deste, segue com azimute de 85°20'16" e distância de 45,76 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 181, de coordenadas N 6.908.891,291 m. e E 649.154,399 m.;deste, segue com azimute de 79°00'23" e distância de 34,13 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 180, de coordenadas N 6.908.897,800 m. e E 649.187,907 m.;deste, segue com azimute de 82°30'40" e distância de 35,67 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 179, de coordenadas N 6.908.902,449 m. e E 649.223,276 m.;deste, segue com azimute de 89°59'59" e distância de 31,65 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 178, de coordenadas N 6.908.902,450 m. e E 649.254,923 m.;deste, segue com azimute de 90°00'00" e distância de 33,51 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 177, de coordenadas N 6.908.902,450 m. e E 649.288,431 m.;deste, segue com azimute de 75°41'26" e distância de 45,15 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 176, de coordenadas N 6.908.913,608 m. e E 649.332,178 m.;deste, segue com azimute de 66°35'28" e distância de 30,43 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 175, de coordenadas N 6.908.925,697 m. e E 649.360,101 m.;deste, segue com azimute de 65°14'43" e distância de 39,97 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 174, de coordenadas N 6.908.942,435 m. e E 649.396,401 m.;deste, segue com azimute de 61°31'38" e distância de 37,06 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 173, de coordenadas N 6.908.960,104 m. e E 649.428,979 m.;deste, segue com azimute de 69°33'19" e distância de 66,55 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 171, de coordenadas N 6.908.983,351 m. e E 649.491,341 m.;deste, segue com azimute de 71°09'47" e distância de 40,32 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 170, de coordenadas N 6.908.996,370 m. e E 649.529,503 m.;deste, segue com azimute de 104°01'25" e distância de 23,03 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 169, de coordenadas N 6.908.990,791 m. e E 649.551,842 m.;deste, segue com azimute de 147°04'12" e distância de 18,83 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 168, de coordenadas N 6.908.974,982 m. e E 649.562,080 m.;deste, segue com azimute de 229°55'33" e distância de 23,11 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 167, de coordenadas N 6.908.960,104 m. e E 649.544,395 m.;deste, segue com azimute de 241°08'10" e distância de 30,82 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 166, de coordenadas N 6.908.945,225 m. e E 649.517,403 m.;deste, segue com azimute de 228°08'21" e distância de 55,33 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 165, de coordenadas N 6.908.908,300 m. e E 649.476,193 m.;deste, segue com azimute de 235°31'00" e distância de 74,90 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 164, de coordenadas N 6.908.865,896 m. e E 649.414,456 m.;deste, segue com azimute de 233°33'24" e distância de 55,16 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 163, de coordenadas N 6.908.833,130 m. e E 649.370,083 m.;deste, segue com azimute de 229°25'31" e distância de 71,12 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 162, de coordenadas N 6.908.786,871 m. e E 649.316,063 m.;deste, segue com azimute de 234°45'10" e distância de 96,86 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 161, de coordenadas N 6.908.730,975 m. e E 649.236,964 m.;deste, segue com azimute de 236°50'50" e distância de 122,92 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 160, de coordenadas N 6.908.663,754 m. e E 649.134,054 m.;deste, segue com azimute de 236°20'06" e distância de 65,51 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 159, de coordenadas N 6.908.627,442 m. e E 649.079,534 m.;deste, segue com azimute de 233°59'53" e distância de 54,91 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 158, de coordenadas N 6.908.595,164 m. e E 649.035,110 m.;deste, segue com azimute de 209°46'05" e distância de 40,67 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 157, de coordenadas N 6.908.559,860 m. e E 649.014,918 m.;deste, segue com azimute de 177°23'42" e distância de 44,43 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 156, de coordenadas N 6.908.515,478 m. e E 649.016,937 m.;deste, segue com azimute de 216°16'48" e distância de 18,77 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 155, de coordenadas N 6.908.500,348 m. e E 649.005,831 m.;deste, segue com azimute de 316°05'48" e distância de 36,40 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 154, de coordenadas N 6.908.526,574 m. e E 648.980,591 m.;deste, segue com azimute de 258°42'33" e distância de 65,20 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 153, de coordenadas N 6.908.513,809 m. e E 648.916,654 m.;deste, segue com azimute de 217°42'14" e distância de 101,25 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 152, de coordenadas N 6.908.433,701 m. e E 648.854,731 m.;deste, segue com azimute de 220°37'40" e distância de 39,31 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 151, de coordenadas N 6.908.403,864 m. e E 648.829,133

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

m.;deste, segue com azimute de 204°14'54" e distância de 31,17 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 150, de coordenadas N 6.908.375,449 m. e E 648.816,333 m.;deste, segue com azimute de 179°59'59" e distância de 25,57 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 149, de coordenadas N 6.908.349,875 m. e E 648.816,334 m.;deste, segue com azimute de 162°27'32" e distância de 28,31 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 148, de coordenadas N 6.908.322,880 m. e E 648.824,866 m.;deste, segue com azimute de 198°27'04" e distância de 35,95 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 147, de coordenadas N 6.908.288,782 m. e E 648.813,489 m.;deste, segue com azimute de 208°05'44" e distância de 24,16 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 146, de coordenadas N 6.908.267,470 m. e E 648.802,112 m.;deste, segue com azimute de 142°29'52" e distância de 53,73 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 145, de coordenadas N 6.908.224,847 m. e E 648.834,821 m.;deste, segue com azimute de 180°00'00" e distância de 38,36 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 144, de coordenadas N 6.908.186,486 m. e E 648.834,821 m.;deste, segue com azimute de 147°14'24" e distância de 47,31 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 143, de coordenadas N 6.908.146,704 m. e E 648.860,419 m.;deste, segue com azimute de 133°25'30" e distância de 37,20 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 142, de coordenadas N 6.908.121,130 m. e E 648.887,439 m.;deste, segue com azimute de 113°56'34" e distância de 42,01 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 141, de coordenadas N 6.908.104,081 m. e E 648.925,836 m.;deste, segue com azimute de 106°41'03" e distância de 44,54 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 140, de coordenadas N 6.908.091,294 m. e E 648.968,500 m.;deste, segue com azimute de 123°09'14" e distância de 44,16 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 139, de coordenadas N 6.908.067,140 m. e E 649.005,475 m.;deste, segue com azimute de 104°55'04" e distância de 66,23 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 138, de coordenadas N 6.908.050,091 m. e E 649.069,470 m.;deste, segue com azimute de 105°30'37" e distância de 53,13 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 137, de coordenadas N 6.908.035,883 m. e E 649.120,666 m.;deste, segue com azimute de 90°00'00" e distância de 61,15 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 136, de coordenadas N 6.908.035,883 m. e E 649.181,817 m.;deste, segue com azimute de 252°21'55" e distância de 65,66 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 135, de coordenadas N 6.908.015,992 m. e E 649.119,244 m.;deste, segue com azimute de 284°31'17" e distância de 39,66 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 134, de coordenadas N 6.908.025,938 m. e E 649.080,847 m.;deste, segue com azimute de 261°02'09" e distância de 27,35 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 133, de coordenadas N 6.908.021,676 m. e E 649.053,827 m.;deste, segue com azimute de 263°29'10" e distância de 50,10 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 132, de coordenadas N 6.908.015,992 m. e E 649.004,053 m.;deste, segue com azimute de 273°56'30" e distância de 41,34 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 131, de coordenadas N 6.908.018,834 m. e E 648.962,811 m.;deste, segue com azimute de 271°18'02" e distância de 62,59 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 130, de coordenadas N 6.908.020,255 m. e E 648.900,238 m.;deste, segue com azimute de 289°38'12" e distância de 42,28 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 129, de coordenadas N 6.908.034,462 m. e E 648.860,419 m.;deste, segue com azimute de 300°56'24" e distância de 49,74 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 128, de coordenadas N 6.908.060,036 m. e E 648.817,756 m.;deste, segue com azimute de 317°59'11" e distância de 38,25 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 127, de coordenadas N 6.908.088,452 m. e E 648.792,158 m.;deste, segue com azimute de 292°08'50" e distância de 41,46 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 126, de coordenadas N 6.908.104,080 m. e E 648.753,761 m.;deste, segue com azimute de 271°41'00" e distância de 48,37 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 125, de coordenadas N 6.908.105,502 m. e E 648.705,409 m.;deste, segue com azimute de 285°55'51" e distância de 31,06 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 124, de coordenadas N 6.908.114,026 m. e E 648.675,544 m.;deste, segue com azimute de 277°46'41" e distância de 33,18 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 123, de coordenadas N 6.908.118,517 m. e E 648.642,667 m.;deste, segue com azimute de 229°25'31" e distância de 22,78 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 122, de coordenadas N 6.908.103,701 m. e E 648.625,366 m.;deste, segue com azimute de 270°00'00" e distância de 33,78 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 121, de coordenadas N 6.908.103,701 m. e E 648.591,587 m.;deste, segue com azimute de 269°59'59" e distância de 28,84 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 120, de coordenadas N 6.908.103,701 m. e E 648.562,752 m.;deste, segue com azimute de 282°05'04" e distância de 23,59 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 119, de coordenadas N 6.908.108,640 m. e E 648.539,683 m.;deste, segue com azimute de 291°13'55" e distância de 31,82 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 118, de coordenadas N 6.908.120,163 m. e E 648.510,024 m.;deste, segue com azimute de 279°59'57" e distância de 28,44 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 117, de coordenadas N 6.908.125,102 m. e E 648.482,013 m.;deste, segue com azimute de 271°40'59" e distância de 56,05 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 116, de coordenadas N 6.908.126,748 m. e E 648.425,990 m.;deste, segue com azimute de 243°27'22" e distância de 20,26 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 115, de coordenadas N 6.908.117,694 m. e E 648.407,865 m.;deste, segue com azimute de 182°43'44" e distância de 34,61 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 114, de coordenadas N 6.908.083,124 m. e E 648.406,218 m.;deste, segue com azimute de 171°20'21" e distância de 38,30 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 113, de coordenadas N 6.908.045,262 m. e E 648.411,985 m.;deste, segue com azimute de 170°12'31" e distância de 24,22 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 112, de coordenadas N 6.908.021,392 m. e E 648.416,104 m.;deste, segue com azimute de 98°25'09" e distância de 22,49 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 111, de coordenadas N 6.908.018,100 m. e E 648.438,348 m.;deste, segue com azimute de 65°14'42" e distância de 23,59 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 110, de coordenadas N 6.908.027,977 m. e E 648.459,769 m.;deste, segue com azimute de 175°56'30" e distância de 31,05 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 109, de coordenadas N 6.907.997,007 m. e E 648.461,966 m.;deste, segue com azimute de 169°12'22" e distância de 15,90 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 108, de coordenadas N 6.907.981,393 m. e E 648.464,943 m.;deste, segue com azimute de 291°13'56" e distância de 14,37 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 107, de coordenadas N 6.907.986,597 m. e E 648.451,547 m.;deste, segue com azimute de 301°44'09" e distância de 18,38 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 106, de coordenadas N 6.907.996,263 m. e E 648.435,918 m.;deste, segue com azimute de 247°38'19" e distância de 41,04 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 105, de coordenadas N 6.907.980,649 m. e E 648.397,963 m.;deste, segue com azimute de 262°17'07" e distância de 44,31 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 104, de coordenadas N 6.907.974,701 m. e E 648.354,054 m.;deste, segue com azimute de 262°29'00" e distância de 39,79 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 103, de coordenadas N 6.907.969,496 m. e E 648.314,610 m.;deste, segue com azimute de 260°54'55" e distância de 34,75 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 102, de coordenadas N 6.907.964,009 m. e E 648.280,292 m.;deste, segue com azimute de 235°26'00" e distância de 20,86 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 101, de coordenadas N 6.907.952,174 m. e E 648.263,116 m.;deste, segue com azimute de 156°46'54" e distância de 13,52 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 100, de coordenadas N 6.907.939,748 m. e E 648.268,447 m.;deste, segue com azimute de 137°55'54" e distância de 11,42 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 99, de coordenadas N 6.907.931,273 m. e E 648.276,097 m.;deste, segue com azimute de 106°57'27" e distância de 29,77 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 98, de coordenadas N 6.907.922,589 m. e E 648.304,575 m.;deste, segue com azimute de 111°09'49" e distância de 50,81 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 97, de coordenadas N 6.907.904,245 m. e E 648.351,957 m.;deste, segue com azimute de 122°54'53" e distância de 43,25 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 96, de coordenadas N 6.907.880,741 m. e E 648.388,269 m.;deste, segue com azimute de 148°39'58" e distância de 47,71 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 95, de coordenadas N 6.907.839,993 m. e E 648.413,077 m.;deste, segue com azimute de 122°56'42" e distância de 37,08 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 94, de coordenadas N 6.907.819,829 m. e E 648.444,193 m.;deste, segue com azimute de 102°23'45" e distância de 43,05 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 93, de coordenadas N 6.907.810,587 m. e E 648.486,241 m.;deste, segue com azimute de 80°42'05" e distância de 45,64 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 92, de coordenadas N 6.907.817,962 m. e E 648.531,286 m.;deste, segue com azimute de 81°32'12" e distância de 93,86 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 91, de coordenadas N 6.907.831,776 m. e E 648.624,123 m.;deste, segue com azimute de 115°19'31" e distância de 83,04 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 90, de coordenadas N 6.907.796,254 m. e E 648.699,183 m.;deste, segue com azimute de 94°57'55" e distância de 91,20 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 89, de coordenadas N 6.907.788,361 m. e E 648.790,045 m.;deste, segue com azimute de 96°06'56" e distância de 57,65 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 88, de coordenadas N 6.907.782,219 m. e E 648.847,372 m.;deste, segue com azimute de 102°47'33" e distância de 69,73 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 87, de coordenadas N 6.907.766,779 m. e E 648.915,371 m.;deste, segue com azimute de 98°02'49" e distância de 82,72 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 86, de coordenadas N 6.907.755,199 m. e E 648.997,279 m.;deste, segue com azimute de 78°16'20" e distância de 60,77 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 85, de coordenadas N 6.907.767,551 m. e E 649.056,778 m.;deste, segue com azimute de 90°00'00" e distância de 95,82 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 84, de coordenadas N 6.907.767,551 m. e E 649.152,594 m.;deste, segue com azimute de 88°56'25" e distância de 83,47 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 83, de coordenadas N 6.907.769,095 m. e E 649.236,047 m.;deste, segue com azimute de 85°14'26" e distância de 74,44 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 82, de coordenadas N 6.907.775,271 m. e E 649.310,228 m.;deste, segue com azimute de 82°28'28" e distância de 94,31 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 81, de coordenadas N 6.907.787,623 m. e E 649.403,726 m.;deste, segue com azimute de 79°42'17" e distância de 51,83 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 80, de coordenadas N 6.907.796,886 m. e E 649.454,725 m.;deste, segue com azimute de 96°45'36" e distância de 45,91 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 79, de coordenadas N 6.907.791,482 m. e E 649.500,315 m.;deste, segue com azimute de 215°16'23" e distância de 70,92 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 78, de coordenadas N 6.907.733,583 m. e E 649.459,361 m.;deste, segue com azimute de 224°05'16" e distância de 33,32 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 77, de coordenadas N 6.907.709,652 m. e E 649.436,180 m.;deste, segue com azimute de 248°05'44" e distância de 144,46 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 76, de coordenadas N 6.907.655,758 m. e E 649.302,144 m.;deste, segue com azimute de 238°55'03" e distância de 352,45 m., confrontando neste trecho com Firma Cota Empreendimentos Imobiliários Ltda, até o vértice 75, de coordenadas N 6.907.473,800 m. e E 649.000,300 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr , tendo como o Datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 3º - A RPPN Florescer será administrada por Danilo Martinelli Pitta e pelos representantes da Associação Florescer.

Parágrafo único. Os administradores referidos no caput serão responsáveis pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 4º - As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN Florescer sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 80, DE 5 DE JULHO DE 2012

Aprova o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Serra do Lucindo, no Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições previstas pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012; Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC; Considerando que a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Serra do Lucindo, criada através da Portaria ICMBIO nº 72, de 27 de agosto de 2010, atendeu ao art. 27 da Lei nº 9.985, de 2000, no que concerne à elaboração de seu plano de manejo; Considerando os pronunciamentos técnicos e jurídicos contidos no processo nº 02070.000461/2012-26; e Considerando que o art. 16 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, prevê que o plano de manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1º - Fica aprovado o plano de manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra do Lucindo, localizada no Município de Bela Vista do Toldo, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A aprovação do plano de manejo não exime o proprietário de seguir todos os trâmites técnicos e legais necessários à aprovação de projetos, programas e planos junto aos órgãos ou instituições ambientais competentes, em atendimento à legislação vigente e aos usos permitidos na RPPN, conforme o Decreto nº 5.746, de 06 de abril de 2006.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º - O plano de manejo da RPPN Serra do Lucindo estará disponível na sede da unidade de conservação e na sede do Instituto Chico Mendes.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 82, DE 5 DE JULHO DE 2012

Renova o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula, no Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 7.515, de 8 de julho de 2011, e pela Portaria da Casa Civil nº 304 de 29 de março de 2012; Considerando o disposto no art. 17, § 5º, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como, os arts. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta; Considerando a Instrução Normativa ICM nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação Federais; Considerando a Portaria IBDF nº 561, de 25 de outubro de 1968, que adéqua a denominação das áreas dos Parques Florestais do extinto Instituto Nacional do Pinho, entre elas àquela situada no município de São Francisco de Paula, no estado do Rio Grande do Sul, que passa a se chamar de Floresta Nacional de São Francisco de Paula; Considerando a Portaria IBAMA nº 79, de 18 de agosto de 2004, que criou o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula;Considerando a Portaria IBAMA nº 60, de 23 de agosto de 2005, que alterou a composição do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula; e Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo ICM nº 02001.001195/2004-62, resolve:

Art. 1º - Fica renovado o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula, com a finalidade de contribuir para o efetivo cumprimento dos objetivos de criação e implementação do Plano de Manejo da Unidade.

Art. 2º - O Conselho Consultivo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula é composto por representantes dos seguintes órgãos governamentais e segmentos da sociedade civil:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, sendo um titular e um suplente;

II - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, sendo titular, e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Florestas, sendo suplente;

III - Floresta Nacional de Canela, sendo titular, e Estação Ecológica Estadual de Aratinga/RS, sendo suplente;

IV - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM/RS, sendo titular, e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS/Unidade de São Francisco de Paula/RS, sendo suplente;

V - Sede Conjunta de São Francisco de Paula/RS da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul/Departamento de Florestas e Áreas Protegidas - SEMA/DEFAP, sendo um titular e um suplente;

VI - Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Francisco Lisboa/RS, sendo titular, e Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Armando Teixeira/RS, sendo suplente;

VII - Prefeitura de São Francisco de Paula/RS, sendo um titular e um suplente;

VIII - Escola Municipal de Ensino Fundamental Gastão Englert/RS, sendo titular, e Escola Municipal de Ensino Fundamental José Bonifácio/RS, sendo suplente;

IX - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, sendo titular, e Universidade FEEVALE, sendo suplente;

X - Organização Não Governamental Fundação Projeto Terra, sendo titular, e Associação Ecológica de Canela - ASSECAN, sendo suplente;

XI - Centro de Proteção e Conservação à Natureza Pró-Mata da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Pró-Mata PUCRS, sendo um titular e um suplente;

XII - Associação de Moradores Nossa Senhora das Graças, sendo titular, e Associação dos Servidores do IBAMA - ASIBAMA/RS, sendo suplente;

XIII - Sindicato das Indústrias da Madeira - SINDIMADEIRA/RS, sendo titular, e Associação Gaúcha de Empresas Florestais - AGEFLOR, sendo suplente;

XIV - Sindicato Rural de São Francisco de Paula/RS, sendo um titular e um suplente;

XV - Associação Comercial Industrial e Serviços de São Francisco de Paula - ACIS/SFP, sendo um titular e um suplente;

XVI - Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar e de Consumidores de São Francisco de Paula Ltda - COOPAF-Serrana, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável Institucional da Floresta Nacional de São Francisco de Paula, a quem compete indicar seu suplente.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula serão estabelecidos em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

§1º - O Conselho Consultivo deverá rever seu regimento interno, caso necessário, no prazo de noventa dias contados a partir da data de posse.

§2º - O regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento.

Art. 4º - O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 5º - Toda e qualquer proposta de alteração na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em ata de reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do Instituto Chico Mendes para publicação de nova portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 303, DE 5 DE JULHO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do parágrafo único do art. 5º, do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, e

Considerando a necessidade de deslocamentos de servidores do Ministério do Esporte para acompanhamento dos Jogos Olímpicos de Londres de 2012, tendo em vista que o acúmulo de experiência adquirida no evento irá contribuir para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, de acordo com as informações constantes do Processo MP/SOF nº 03500.000409/2012-25, resolve:

Art. 1º Ampliar os limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção de que trata o Anexo II da Portaria MP nº 75, de 8 de março de 2012, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

AMPLIAÇÃO DE LIMITES PARA EMPENHO DE DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO EM 2012 - DEMAIS DESPESAS

(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MP Nº 75, DE 8 DE MARÇO DE 2012)

R$ 1,00

ÓRGÃO OU UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		VALOR
51000	Ministério do Esporte	1.437.570
T O T A L		1.437.570

Demais despesas, exceto as relativas às subfunções 092, 124, 125, 181, 182, 183, 304, 305, 603, 604 e 665.

PORTARIA Nº 304, DE 5 DE JULHO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, e

Considerando a necessidade de redesenhar o Programa Cultura Viva e a realização do Encontro Nacional dos Pontos de Cultura, no âmbito da Secretaria de Cidadania Cultural - SCC;

Considerando a necessidade de realização de processo eleitoral para a indicação dos novos representantes do Conselho Nacional de Políticas Culturais - CNPC e dos Colegiados Setoriais, cujos mandatos encerram-se em 2012, e a realização de Fóruns Nacionais Setoriais com o objetivo de discutir as políticas setoriais de cultura das áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural com representação no CNPC;

Considerando a necessidade de fiscalizações in loco, pela Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura - Sefic, planejadas para realização em 2012, que visam, sobretudo, atender às recomendações da Controladoria-Geral da União - CGU resultantes das Auditorias realizadas na Secretaria-Executiva e na Sefic no ano de 2011;

Considerando a necessidade de ampliar o escopo de atuação da Agência Nacional do Cinema - Ancine, em razão da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado;

Considerando a necessidade de realização do 5º Fórum Nacional de Museus, principal evento bienal do setor museal brasileiro, e do Projeto Conexões, do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram;

Considerando a necessidade de realização do evento anual de Painéis de Bandas e Painéis de Regência Coral pelo Centro de Música da Fundação Nacional de Artes - Funarte;

Considerando que todas as iniciativas mencionadas demandam deslocamentos de servidores; e

Considerando as informações constantes do Processo MP/SOF nº 03500.000677/2012-47, resolve:

Art. 1º Ampliar os limites para empenho de despesas com diárias e passagens de que tratam os Anexos I e II da Portaria MP nº 75, de 8 de março de 2012, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO I

AMPLIAÇÃO DE LIMITES PARA EMPENHO DE DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO EM 2012 - FISCALIZAÇÃO E PODER DE POLÍCIA

(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 75, DE 8 DE MARÇO DE 2012)

R$ 1,00

ÓRGÃO OU UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		VALOR
42000	Ministério da Cultura	463.000
T O T A L		463.000

Despesas relativas às subfunções 092, 124, 125, 181, 182, 183, 304, 305, 603, 604 e 665.

ANEXO II

AMPLIAÇÃO DE LIMITES PARA EMPENHO DE DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO EM 2012 - DEMAIS DESPESAS

(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MP Nº 75, DE 8 DE MARÇO DE 2012)

R$ 1,00

ÓRGÃO OU UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		VALOR
42000	Ministério da Cultura	3.545.837
T O T A L		3.545.837

Demais despesas, exceto as relativas às subfunções 092, 124, 125, 181, 182, 183, 304, 305, 603, 604 e 665.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL
E CARREIRAS TRANSVERSAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS
DA FOLHA DE PAGAMENTO
COORDENAÇÃO 1

PORTARIA Nº 38, DE 4 DE JULHO DE 2012

A Coordenadora de Produção da Folha de Pagamento de Benefícios Indenizatórios da Coordenação-Geral de Gestão de Rotinas da Folha de Pagamento do Departamento de Gestão de Pessoal Civil e Carreiras Transversais da Secretaria de Gestão Pública do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do inciso II do art. 30 do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta no Processo nº 04500.005856/2009-38, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada a LUCILENA WHITAKER DE MELLO BASTOS, viúva do falecido anistiado político PAULO DE MELLO BASTOS, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no DOU de 14 seguinte, com vigência a partir de 27 de fevereiro de 2012, data do seu óbito.

DELFINA AUGUSTA ARRAIS DE AZEVEDO

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

DESPACHOS

INTERESSADO: Município de Umarizal / RN
Processo nº 11591.000262/00-70

RECONHEÇO à dispensa de licitação, para a cessão de uso gratuita ao Município de Umarizal/RN, de imóvel constituído por terreno com área total de 5.000,00m² e benfeitorias de 703,71m², localizado na Rua Santo Onofre, s/n, centro, Município de Umarizal/RN, cadastrado sob o RIP 188700007.500-2, destinado ao funcionamento do Centro de Convivência de Idosos - CCI e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, nos termos do art. 17, I, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

À consideração da Senhora Secretaria do Patrimônio da União, para fins de ratificação.

Brasília, 3 de julho de 2012.
MARIA GILZA DE MEDEIROS
Superintendente do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte
Substituta

Com base na competência que me foi delegada pelo art. 32, VI, do Regimento Interno desta Secretaria do Patrimônio da União, publicado pela Portaria nº 232, de 03 de agosto de 2005, RATIFICO a decisão da Senhora Superintendente do Patrimônio da União, Substituta, no Estado do Rio Grande do Norte, referente à dispensa de licitação, para a cessão de uso gratuita ao Município de Umarizal/RN, de imóvel constituído por terreno com área total de 5.000,00m² e benfeitorias de 703,71m², localizado na Rua Santo Onofre, s/n, centro, Município de Umarizal/RN, cadastrado sob o RIP 188700007.500-2, de acordo com o que consta dos autos de nº 11591.000262/00-70, e determino que seja publicada no Diário Oficial da União, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme dispõe o art. 26 da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

Em 5 de julho de 2012.
PAULA MARIA MOTTA LARA
Secretária do Patrimônio da União

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 27, DE 3 DE JULHO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO no uso da competência que lhe foi delegada pelo Artigo 2º, inciso V, da Portaria n.º 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial em 30 de junho de 2010 e tendo em vista o disposto no art. 11, § 2º e 3º, do Decreto nº 3.725, de 10/01/2001 e os elementos que integram o Processo Administrativo n.º 04962.002457/2012-83, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Cessão Provisória ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - Superintendência Regional do Médio São Francisco - SR/29 do imóvel Próprio Nacional descrito como lote de terreno com aproximadamente 4.360,00 m², situado na Rua Justina Freire de Souza, s/n, parte do imóvel conhecido como área "A" do antigo aeroporto de Petrolina, no Município de Petrolina, este registrado em nome da União sob a matrícula nº 26.906, do Livro 02, do Cartório Imobiliário do Primeiro Ofício de Petrolina/PE, em 29/10/1991.

Art. 2º - O imóvel descrito no art. 1º é cedido provisoriamente para que seja preservado de invasões, depredações, bem como para a promoção da limpeza periódica em consonância com as normas de saúde pública.

Art. 3º - A Cessão Provisória será pelo prazo necessário à regularização da documentação para lavratura do contrato de cessão definitiva.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO FERRARI LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 28, DE 3 DE JULHO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO no uso da competência que lhe foi delegada pelo Artigo 2º, inciso V, da Portaria n.º 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial em 30 de junho de 2010 e tendo em vista o disposto no art. 11, § 2º e 3º, do Decreto nº 3.725, de 10/01/2001 e os elementos que integram o Processo Administrativo n.º 04962.004884/2012-04, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Cessão Provisória ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Gerência Executiva em Petrolina do imóvel Próprio Nacional descrito como lote de terreno com aproximadamente 6.800,00 m², situado na Av. Monsenhor Ângelo Sampaio, s/n, parte do imóvel conhecido como área "A" do antigo aeroporto de Petrolina, no Município de Petrolina, este registrado em nome da União sob a matrícula nº 26.906, do Livro 02, do Cartório Imobiliário do Primeiro Ofício de Petrolina/PE, em 29/10/1991.

Art. 2º - O imóvel descrito no art. 1º é cedido provisoriamente para que seja preservado de invasões, depredações, bem como para a promoção da limpeza periódica em consonância com as normas de saúde pública.

Art. 3º - A Cessão Provisória será pelo prazo necessário à regularização da documentação para lavratura do contrato de cessão definitiva.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO FERRARI LUCAS ALVES

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.056, DE 5 DE JULHO DE 2012

Disciplina a avaliação de conformidade de máquinas e componentes e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da competência que lhe é conferido pelo artigo 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal combinada com o artigo 27, inciso XXI, alínea "f" da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o Acordo de Cooperação Técnica, publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de setembro de 2007, firmado entre o MTE e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, resolve:

Art. 1º Fica delegada ao INMETRO atribuição para:

I - coordenar a elaboração dos Regulamentos Técnicos da Qualidade e de Avaliação da Conformidade de máquinas e componentes, mediante assessoria do MTE.

II - acreditar, consoante requisitos mínimos exigidos, os organismos de avaliação de conformidade ou laboratórios a serem homologados por este Ministério.

III - fiscalizar, em todo o território nacional, diretamente ou através dos órgãos delegado, com base na Lei nº. 9933/99, o cumprimento das disposições contidas nesta portaria relativas à avaliação da conformidade das Máquinas e Componentes, que possuam Regulamento de Avaliação de Conformidade - RAC em vigor no âmbito do SINMETRO.

Art. 2º Cabe ainda ao INMETRO o planejamento, o desenvolvimento e a implementação dos programas de avaliação da conformidade das Máquinas e Componentes no âmbito do Sistema Brasileiro de Normalização, Metrologia e Qualidade Industrial - SINMETRO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DAUDT BRIZOLA

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 168, DE 5 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, da Constituição Federal e,

Considerando o determinado nos incisos I e II, do § 8º, do artigo 1º-A da Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria nº. 228, de 11 de outubro de 2007, do Ministro de Estado dos Transportes;

Considerando o despacho da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, resolve:

Art. 1º Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Estado do Piauí para o exercício 2012 - 1ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art. 2º Revogar o Anexo XVIII da Portaria nº. 348, de 27 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de dezembro de 2011, seção 1, página 92.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

ANEXO

Unidade da Federação: PIAUÍ
Processo nº: 50000.050959/2011-25

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2012 - 1ª Alteração

Programa de Trabalho contendo as alterações propostas pelo Estado, recebidas em 22 de junho de 2012.

Relação de Empreendimentos

A - Programa de Conservação Rotineira e Recuperação da Malha Rodoviária Estadual Pavimentada e Não Pavimentada

Região	Rodovia	Extensão total (km)	Custo (R$ 1,00)
01. Norte	Pavimentadas: PI-110, PI-111, PI-112, PI-115, PI-116, PI-210, PI-211, PI-212, PI-213, PI-301, PI-302, PI-303, PI-315, PI-320, PI-326, PI-327, PI-331, PI-365, PI-366, Rodovia de ligação e outras (Extensão: 743,95 km). Não pavimentadas: PI-115, PI-215, PI-231, PI-364 e outras (Extensão: 158,00 km).	901,95	8.770.537
02. Centro	Pavimentadas: PI-120, PI-130, PI-224, PI-225, PI-231, PI-233, PI-236, PI-237, PI-359, PI-383, PI-469, Rodovia de ligação e outras (Extensão: 591,50 km). Não pavimentadas: PI-120, PI-225 e outras (Extensão: 164,00 km).	755,50	8.609.580
03. Sudeste	Pavimentadas: PI-141, PI-142, PI-143, PI-228, PI-229, PI-241, PI-242, PI-243, PI-245, PI-249, PI-375, PI-380, PI-454, PI-455, PI-460, PI-461, PI-466, Rodovia de ligação e outras (Extensão: 584,10 km). Não pavimentadas: PI-227, PI-228, PI-229, PI-378 e outras (Extensão: 93,00 km).	677,10	5.925.302
04. Sul	Pavimentadas: PI-141, PI-144, PI-219, PI-240, PI-247, PI-248, PI-252, PI-257, PI-260, PI-392, PI-395, PI-411, PI-463, Rodovia de ligação e outras (Extensão: 734,00 km). Não pavimentadas: PI-219, PI-250, PI-392, PI-397 e outras (Extensão: 410,00 km).	1.144,00	9.842.516
Total do Programa			33.147.936

B - Programa de Pavimentação Asfáltica da Malha Rodoviária Estadual

Rodovia	Trecho	Custo (R$ 1,00)
05. PI-236	Santa Cruz do Piauí - Entroncamento BR-230 (Oeiras)	12.337.683
06. PI-379	Picos - Aroeira do Itaim	8.797.960
07. PI-243	Jaicós - Belém	317.587
08. PI-255	Corrente - Parnaguá	1.305.598
09. PI-112	Entroncamento PI-214 (Luzilândia) - Matias Olímpio	693.184
10. PI-214	Esperantina - Morro do Chapéu - Luzilândia	2.059.845
11. Rodovia de Ligação	Pipocas - Queimada Nova	737.095
Total do Programa		26.248.952

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

C - Programa de Implantação de Dispositivos de Segurança em Rodovias Estaduais

Rodovia	Regiões	Custo (R$ 1,00)
12. Diversas	Norte, Sul, Centro e Sudeste	404.032
Total do Programa		404.032

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Conservação Rotineira e Recuperação da Malha Rodoviária Estadual Pavimentada e Não Pavimentada	8.286.984	8.286.984	8.286.984	8.286.984	33.147.936
B - Programa de Pavimentação Asfáltica da Malha Rodoviária Estadual	9.844.161	9.202.742	4.117.628	3.084.421	26.248.952
C - Programa de Implantação de Dispositivos de Segurança em Rodovias Estaduais	101.008	101.008	101.008	101.008	404.032
Total da Unidade da Federação	18.232.153	17.590.734	12.505.620	11.472.413	59.800.920

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 4 de julho de 2012

Nº 12/2012-SPO - Processo nº. 50304.003537/2011-46

O SUPERINTENDENTE DE PORTOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Agência, e considerando análise dos fatos apurados, consignada no Relatório Final, em decorrência do contido no referido Processo Administrativo Contencioso Simplificado, instaurado em 22 de dezembro de 2011, conforme Ordem de Serviço nº 067/2011-UARRE, DECIDE:

Por conhecer o Recurso interposto pela Empresa PORTO DO RECIFE S/A, para no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão proferida pelo Senhor Chefe da Unidade Administrativa Regional de Recife - UARRE, consistente na aplicação de penalidade de MULTA PECUNIÁRIA, no valor de R$ 1.000,00 (Um mil reais), por infringência ao disposto no inciso I, do art. 10, da Resolução 858-ANTAQ, de 14 de fevereiro 2008, tipificada no inciso I, do art. 13, da Resolução nº 858-ANTAQ.

Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIO POVIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 89, DE 4 DE JULHO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.085044/2011-08, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da Nacional Expresso Ltda para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Goiânia (GO) - Uberlândia (MG) V. BR 153/GO217, prefixo nº 12-0319-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2012

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, às nove horas e vinte e dois minutos, no edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público, iniciou-se a Quarta Sessão Extraordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, sob a Presidência do Doutor Roberto Monteiro Gurgel Santos, Presidente do CNMP e Procurador-Geral da República. Presentes os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho, Maria Ester Henriques Tavares, Taís Schilling Ferraz, Almino Afonso Fernandes, Adilson Gurgel de Castro, Mario Luiz Bonsaglia, Claudia Maria de Freitas Chagas, Luiz Moreira Gomes Júnior, Jarbas Soares Júnior, Alessandro Tramujas Assad, Tito Souza do Amaral, José Lázaro Alfredo Guimarães e Fabiano Augusto Martins Silveira. Ausente, justificadamente, o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutor Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior. Presentes, também, o Doutor José Adércio Leite Sampaio, Secretário-Geral do CNMP, e os Doutores Danielle de Carvalho Fernandes, Promotora de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte; Luciana Queiroz Lopes de Melo Martins Pessoa, Promotora de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte; José Maria da Silva Júnior, Procurador de Justiça do Estado de Tocantins; Aline Salvador, Promotora de Justiça do Estado da Bahia; Cristiano Chaves de Farias, Promotor de Justiça do Estado da Bahia; Virgínia R. Manzini Libertador, Promotora de Justiça do Estado da Bahia; Carlos Eduardo A. Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Bianca Seibel Pinto, Promotora de Justiça do Estado do Espírito Santo; Flávio de Souza Santos, Promotor de Justiça do Estado do Espírito Santo; Josemar Moreira, Procurador de Justiça do Estado do Espírito Santo; Flávia O. Sampaio, Promotora de Justiça do Estado da Bahia; Thiara Souza Bezerra, Promotora de Justiça do Estado da Bahia; Marcello de Souza Queiroz, Presidente da Associação Espirito-Santense do Ministério Público - AESMP; Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral de Justiça Militar; Alexandre Reis de Carvalho, Promotor de Justiça Militar; César Mattar Júnior, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; Andrey Cunha Amorim, Presidente da Associação Catarinense do Ministério Público - ACMP; Vinicius Gahyva Martins, Presidente da Associação Mato-Grossense do Ministério Público - AMMP; Ivens Carvalho, Procurador de Justiça do Estado de Santa Catarina; Arnaldo Hossepian Júnior, Subprocurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo; Norma Cavalcanti, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia - AMPEB; Vinicius Menandro E. Souza, Promotor de Justiça do Estado do Acre, e Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso. Iniciados os trabalhos, o Presidente cumprimentou a todos os presentes e anunciou, a pedido dos relatores, o adiamento dos Processos CNMP nºs 0.00.000.000495/2010-57, 0.00.000.001003/2010-41, 0.00.000.001017/2011-45, 0.00.000.001726/2011-21, 0.00.000.000078/2012-76, 0.00.000.001071/2009-76, 0.00.000.000902/2010-26, 0.00.000.001247/2010-23, 0.00.000.000500/2011-11, 0.00.000.000415/2010-63, 0.00.000.000114/2009-04, 0.00.000.001547/2010-11, 0.00.000.002017/2010-81, 0.00.000.001150/2011-00, 0.00.000.001419/2011-40, 0.00.000.001732/2011-88, 0.00.000.000374/2012-77, 0.00.000.001395/2009-12, 0.00.000.001606/2011-23 e a retirada de pauta dos Processos CNMP nºs 0.00.000.001169/2011-48, 0.00.000.000232/2012-18 e 0.00.000.000328/2012-78. Após, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior solicitou a inclusão extrapauta do Processo CNMP nº 0.00.000.000428/2012-02, com a respectiva inscrição para sustentação oral, o que foi deferido pelo Presidente. Na oportunidade, o Conselheiro Tito Amaral alertou os demais Conselheiros de que hoje se encerraria o prazo para apresentação de emendas à proposta de Regimento Interno e de que amanhã haveria reunião das 9 às 12h para consolidação do texto. Na ocasião, o Conselheiro Almino Afonso sugeriu que também se marcasse uma sessão extraordinária para se deliberar sobre essas modificações no RICNMP, o que foi acolhido à unanimidade. Em seguida, o Conselheiro Lázaro Guimarães solicitou a inclusão extrapauta do Processo CNMP nº 0.00.000.001858/2010-71, o que foi deferido à unanimidade. Após, o Conselheiro Mario Bonsaglia registrou a realização, na semana passada, do II Encontro Nacional de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público e Controle Externo da Atividade Policial com o enfoque na redução do índice de letalidade das ações policiais, e que, ao final do evento, foram aprovadas teses submetidas ao CNMP pelos participantes e uma Carta contra a Impunidade e Insegurança, cujas cópias foram distribuídas aos demais Conselheiros. Em seguida, o Presidente anunciou que a parte vespertina da sessão de julgamento do dia 26 de junho próximo será dedicada às comemorações do 7º aniversário do CNMP. No ensejo, a Conselheira Claudia Chagas esclareceu que a ideia é aproveitar essa comemoração para dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho e divulgou que a Comissão de Planejamento Estratégico lançará, nessa ocasião, um banco de projetos de todo o Ministério Público brasileiro, convidando, assim, os Procuradores-Gerais a inscreverem seus projetos nesse banco. Convidou, ainda, as demais comissões do Conselho a apresentarem seus projetos e trabalhos realizados no CNMP. A Conselheira Claudia Chagas noticiou, também, que a Comissão de Planejamento Estratégico necessitou fazer um alinhamento interno com o Planejamento Nacional, que é algo proposto a todas as unidades do Ministério Público, e requisitou a colaboração dos Presidentes das Comissões e membros auxiliares nesse sentido. Em seguida, o Corregedor Nacional, Doutor Jeferson Coelho, comunicou que, na semana passada, a Corregedoria Nacional inspecionou o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul e agradeceu os Conselheiros Almino Afonso, Adilson Gurgel e Alessandro Tramujas pela colaboração na Inspeção. Cientificou, ainda, a todos que a Inspeção foi muito proveitosa em face da busca da sociedade daquele Estado pelos trabalhos que estavam sendo realizados e que, a partir de 10 de junho próximo, as atividades de inspeção ocorrerão no Estado de Roraima. Em seguida, o Conselheiro Luiz Moreira indicou o Processo CNMP nº 0.00.000.001607/2011-785 para preferência no julgamento e, da mesma forma, o Conselheiro Mario Bonsaglia indicou o Processo CNMP nº 0.00.000.000981/2011-56. Após, o Conselheiro Alessandro Tramujas também solicitou preferência dos Processos CNMP nºs 0.00.000.000997/2011-69 e 0.00.000.001270/2011-07, e o Conselheiro Fabiano Silveira, dos Processos CNMP nºs 0.00.000.001069/2011-11 e 0.00.000.000875/2011-72. Na ocasião, as referidas solicitações de preferência no julgamento foram acolhidas à unanimidade. Após, o Conselheiro Adilson Gurgel comunicou a retirada de pauta da Proposta de Resolução CNMP nº 0.00.000.000328/2012-78, que dispõe sobre o Código de Ética no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados, a fim de que possa examinar as emendas recebidas e afirmou que, em julho ou agosto, incluirá a referida proposta novamente em pauta. Na oportunidade, o Conselheiro Tito Amaral solicitou preferência no julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000669/2011-62 e o Conselheiro Almino Afonso também indicou o Processo CNMP nº 0.00.000.000006/2011-48 para o mesmo fim, o que foi deferido à unanimidade. Em seguida, foi aprovada, à unanimidade, a Ata da Quinta Sessão Ordinária, sem retificação. Após, passou-se, então, ao julgamento dos processos incluídos em pauta, registrando-se os resultados constantes das certidões consolidadas em anexo. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000265/2012-78, o Conselheiro Fabiano Silveira elogiou a iniciativa do Relator, Conselheiro Lázaro Guimarães, pelo voto proferido, que já abordava antecipadamente o mérito da questão, manifestação à qual a Conselheira Claudia Chagas aderiu. Durante o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000260/2012-27, o Conselheiro Adilson Gurgel parabenizou as Promotoras de Justiça Luciana Queiroz Lopes de Melo Martins Pessoa e Danielle de Carvalho Fernandes pela sustentação oral realizada. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.001533/2011-70, o Conselheiro Almino Afonso pediu vista em mesa dos autos, o que foi acolhido à unanimidade. Após, no julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.001196/2011-11, o Conselheiro Almino Afonso registrou a presença do Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Doutor Joelson Costa Dias, e destacou o brilhantismo de seu trabalho intelectual. A sessão foi suspensa às doze horas e dezesseis minutos e reiniciada às quatorze horas e trinta e seis minutos, sob a Presidência do Doutor Roberto Monteiro Gurgel Santos, Presidente do CNMP e Procurador-Geral da República. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jarbas Soares Júnior, Almino Afonso, Alessandro Tramujas e Lázaro Guimarães. Reiniciados os trabalhos, o Presidente passou a palavra para a Conselheira Taís Ferraz, a qual convidou os demais Conselheiros a participarem do evento que apresentará os resultados da meta 2 da ENASP em âmbito nacional, que se realizará no CNMP às 10h do dia 13 de junho. Na ocasião, o Conselheiro Alessandro Tramujas passou a compor a mesa. Em seguida, o Conselheiro Fabiano Silveira registrou o magnífico trabalho da Conselheira Taís Ferraz e, após, apresentou duas Propostas de Resolução. A primeira que dispõe sobre o atendimento ao público e aos advogados por parte dos membros do Ministério Público, e a segunda que altera a Resolução CNMP nº 14/2006 para dispor sobre a constituição de Comissões Revisoras no âmbito dos concursos públicos realizados pelo Ministério Público brasileiro. Na oportunidade, foram distribuídas cópias das referidas propostas a todos os Conselheiros, iniciando-se o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de emendas, conforme art. 66 do RICNMP. Na ocasião, os Conselheiros Almino Afonso e Lázaro Guimarães passaram a compor a mesa e, durante o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.001191/2011-98, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior também voltou a compor a mesa. Ainda no julgamento desse processo, o Conselheiro Jeferson Coelho declarou-se impedido. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.001858/2010-71, foi deliberado, à unanimidade, a prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, nos termos propostos pelo Relator, Conselheiro Lázaro Guimarães. Da mesma forma, a Conselheira Claudia Chagas solicitou a prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante no Processo CNMP nº 0.00.000.000779/2011-24, o que foi deferido à unanimidade. Após o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.001607/2011-78, o Conselheiro Mario Bonsaglia propôs a aprovação de uma nota técnica, elaborada em parceria com o Conselheiro Alessandro Tramujas, a respeito da PEC 37 da Câmara dos Deputados. Na oportunidade, o Conselheiro Luiz Moreira antecipou seu voto favorável à aprovação caso houvesse deliberação da referida nota e, em seguida, ausentou-se justificadamente. Por ocasião do julgamento da Proposta de Resolução CNMP nº 0.00.000.000695/2011-91, destinada a regulamentar a observância do princípio da publicidade e do direito à informação no âmbito da administração do Ministério Público da União e dos Estados, o Relator, Conselheiro Mario Bonsaglia, sugeriu a retirada de pauta do feito e a constituição de um grupo para elaborar uma nova proposta, em razão da entrada em vigor na Lei nº 12.527/2011, que

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

regulamenta o direito constitucional de acesso à informação, o que foi acolhido à unanimidade. Na oportunidade, deliberou-se, à unanimidade, que a referida comissão será composta pelos Conselheiros Mario Bonsaglia, Fabiano Silveira, Alessandro Tramujas, Tito Amaral e Claudia Chagas, além de um representante da Administração do CNMP. Em seguida, o Conselheiro Tito Amaral sugeriu que, ao se criarem Comissões Temporárias no Conselho, adote-se como conduta a eleição do respectivo Presidente e que esse já convoque a primeira reunião. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000997/2011-69, que visa à apuração de ato administrativo do Ministério Público Militar/RJ, devido à requisição irregular de militares das forças armadas para prover cargo de Técnico de Apoio Especializado em Transporte e Segurança, o Conselho, por unanimidade, converteu o presente feito em diligência. A sessão foi suspensa às dezessete horas e trinta minutos e reiniciada às dezessete horas e cinquenta minutos, sob a Presidência do Doutor Roberto Monteiro Gurgel Santos, Presidente do CNMP e Procurador-Geral da República. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Luiz Moreira e Tito Amaral. Na ocasião, o Conselheiro Alessandro Tramujas apresentou Proposta de Resolução que revoga expressamente a Resolução CNMP nº 5/2006, cujas cópias foram distribuídas a todos os Conselheiros, iniciando-se o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de emendas, conforme art. 66 do RICNMP. Em seguida, o Conselheiro Almino Afonso, na qualidade de Presidente da Comissão Temporária constituída na última sessão para proceder à reforma da Resolução CNMP nº 5/2006, manifestou sua pretensão em marcar uma reunião da Comissão, na qual a proposta do Conselheiro Alessandro Tramujas seria apreciada. Após, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior apresentou Proposta de Resolução que dá nova redação ao § 2º do art. 5º da Resolução CNMP nº 30/2008, objetivando permitir, em casos excepcionais, o afastamento voluntário temporário do membro do Ministério Público durante o processo eleitoral. Na oportunidade, foram distribuídas cópias da referida proposta a todos os Conselheiros, iniciando-se o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de emendas, conforme art. 66 do RICNMP. Após, a Conselheira Taís Ferraz propôs a prorrogação do prazo para o oferecimento de emendas à Proposta de Revisão do Regimento Interno do CNMP até a próxima sessão de julgamento em face da sua falta de tempo para examinar integralmente o texto, manifestação apoiada pela Conselheira Claudia Chagas e Conselheiro Mario Bonsaglia. Na ocasião, o Conselheiro Fabiano Silveira sugeriu a dilação do referido prazo por 20 dias, para que o Relator possa ter tempo hábil de analisar as emendas antes da próxima sessão, o que foi deferido à unanimidade. Em seguida, o Presidente manifestou seu pesar em relação à ausência do Conselheiro Tito Amaral no momento da deliberação, mas considerou não haver prejuízo. A Conselheira Claudia Chagas, consultando os demais Conselheiros, confirmou que muitos não poderiam estar presentes na reunião de amanhã e que o Conselheiro Tito Amaral precisava ser avisado. Em seguida, o Presidente submeteu à apreciação plenária a nota técnica anteriormente apresentada pelos Conselheiros Mario Bonsaglia e Alessandro Tramujas, porém o Conselheiro Almino Afonso manifestou a necessidade de mais tempo para avaliá-la tendo em vista a tramitação de uma ADIn sobre a mesma matéria no Supremo Tribunal Federal. Após, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior afirmou que não teria problemas em apoiar a nota e a Conselheira Claudia Chagas, então, registrou que leu o texto e que também apoia a nota por entender ser função deste Conselho defender as prerrogativas do Ministério Público. Em seguida, o Conselheiro Mario Bonsaglia esclareceu que a nota respeita a soberania do Congresso Nacional e que a sua emissão pelo Conselho vai ao encontro do interesse da Comissão da Câmara dos Deputados em ouvir representantes dos diversos segmentos do Ministério Público, mas que considera sagrado o direito de cada Conselheiro votar plenamente informado. Na oportunidade, a Conselheira Maria Ester e o Conselheiro Alessandro Tramujas endossaram as palavras da Conselheira Claudia Chagas. Na ocasião, o Conselheiro Alessandro Tramujas também ressaltou sua preocupação quanto ao momento e oportunidade, pois as Comissões envolvidas só se reunirão no final de junho - quando já deve ter ocorrido o relatório da PEC 37. Após, o Conselheiro Fabiano Silveira realçou que o tema é delicado e que haveria tempo para uma avaliação mais detalhada uma vez que a tramitação da PEC deveria ser longa. Na oportunidade, o Conselheiro Tito Amaral passou a compor a mesa. A Conselheira Taís Ferraz, por sua vez, ponderou a possibilidade de se perder a oportunidade de defender as prerrogativas do Ministério Público no que diz respeito à própria sociedade e, assim, propôs a deliberação do encaminhamento da nota e sua posterior revisão por um grupo de Conselheiros, contudo o Conselheiro Fabiano Silveira exprimiu que considerava prematuro o encaminhamento da nota dessa forma e que não se sentiria à vontade de votá-la sem examinar. Na oportunidade, o Conselheiro Tito Amaral informou que se absteria de se posicionar quanto à nota técnica por não ter acompanhado as discussões e os Conselheiros Lázaro Guimarães, Jeferson Coelho, Adilson Gurgel e Jarbas Soares Júnior se posicionaram favoravelmente à aprovação da nota. Após, o Conselheiro Almino Afonso afirmou que não se oporia se o plenário emitisse a nota técnica suprimindo a sua subscrição, o que foi corroborado pelo Conselheiro Fabiano Silveira. Na oportunidade, o Conselheiro Mario Bonsaglia esclareceu que, como o Relator da PEC já anunciou que emitirá seu parecer em meados de junho, a aprovação da Nota Técnica pelo plenário antes desse relatório é muito bem-vinda. O Conselheiro Almino Afonso, ainda, demonstrou sua preocupação com a precipitação de uma decisão e posicionou-se no sentido de que a nota precisaria ser avaliada também quanto ao mérito; pois, se a questão não fosse controvertida, a referida nota não seria necessária. Por fim, acatando-se sugestão da Conselheira Taís Ferraz, deliberou-se, à unanimidade, que se marcaria uma reunião prévia à data do relatório da Câmara dos Deputados acerca da PEC 37 para deliberação da nota técnica. Na ocasião, o Conselheiro Luiz Moreira passou a compor a mesa. O Conselheiro Jeferson Coelho, por sua vez, reiterou sua concordância com a nota, mesmo com os possíveis acréscimos que sejam feitos na reunião, pois não poderá estar presente. Após, o Conselheiro Tito Amaral registrou sua contrariedade em face da aprovação pelo plenário, durante a sua ausência temporária, da prorrogação de prazo para oferecimento de emendas à proposta de Regimento Interno, sob sua relatoria. Apesar disso, afirmou que concordava com o adiamento do prazo e da reunião que seria amanhã. Na ocasião, a Conselheira Claudia Chagas apresentou ao Conselheiro Tito Amaral seu pedido de desculpas e esclareceu que houve um equívoco por terem, erroneamente, considerado que o Conselheiro não retornaria mais para a sessão. Reiterou, ainda, que a discussão sobre o assunto se iniciou em razão de os Conselheiros não terem tido tempo de elaborar as emendas e também pela impossibilidade de a maioria estar presente na reunião agendada, manifestação que foi ratificada pelo Presidente. Em seguida, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior convidou os Conselheiros para uma homenagem da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, ao Conselheiro Almino Afonso hoje à noite no Hotel Brasília Palace. Na ocasião, o Presidente realçou o merecimento do Conselheiro Almino Afonso, o qual renovou o convite realizado. Em seguida, o Presidente ausentou-se justificadamente, passando a Presidência para o Conselheiro Jeferson Coelho. Na ocasião, o Conselheiro Almino Afonso converteu o seu pedido de vista em mesa do Processo CNMP nº 0.00.000.001533/2011-77 em vista regimental, o que foi acolhido à unanimidade. Após, por ocasião do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000006/2011-48, o Conselheiro Mario Bonsaglia pediu vista em mesa dos autos, retomando-se a discussão após

o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.001069/2011-11. Após o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000006/2011-48, os Conselheiros Almino Afonso e Adilson Gurgel se ausentaram justificadamente. Após, por ocasião do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000875/2011-72, a Conselheira Claudia Chagas declarou-se suspeita e o Conselheiro Jeferson Coelho declarou-se impedido, tendo, então, a Conselheira Maria Ester assumido a Presidência. Após o julgamento desse processo, o Conselheiro Jeferson Coelho reassumiu a Presidência. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000303/2011-93, a Conselheira Maria Ester declarou-se suspeita. A sessão foi encerrada às dezenove horas e doze minutos e dela lavrou-se esta ata, que vai assinada pelo Presidente.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público
Procurador-Geral da República

CERTIDÕES DE JULGAMENTO
QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - 29/05/2012

1) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000265/2012-50 (Recurso Interno)

RELATOR: Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
RECORRENTES: Aline Valéria Archangelo Salvador
Flávia Cerqueira Sampaio
Virginia Ribeiro Manzini Libertador
Fábio Pretti
Fernando Lucas Carvalho Villar de Souza
Frank Monteiro Ferrari

ASSUNTO: Recursos Internos interpostos contra decisão liminar que determinou a suspensão do julgamento das promoções e remoções objetos do Edital nº 154/2011, bem como da permuta entre a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, de âmbito Regional, com sede em Ilhéus, e a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Canavieiras, todas no Estado da Bahia, que ocorreria no dia 03 de abril do corrente ano. Pedido de liminar.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Cristiano Chaves de Farias - Promotor de Justiça (Representante do Ministério Público do Estado da Bahia)

DECISÃO: O Conselho, por maioria, deu provimento ao presente Recurso Interno para acolher a preliminar de falta de interesse de agir do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado da Bahia, em face da não apreciação da matéria pelo Conselho Superior do Ministério Público daquele Estado, nos termos do voto divergente do Conselheiro Almino Afonso. Vencido o Relator, que negava provimento ao Recurso.

2) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000260/2012-27 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
REQUERENTES: Danielle de Carvalho Fernandes - Promotora de Justiça
Luciana Queiroz Lopes de Melo Martins Pessoa - Promotora de Justiça
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

ASSUNTO: Visa à suspensão dos efeitos de ato administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, aparentemente irregular, quanto à votação para remoção por antiguidade para o cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Canguaretama, de 2ª entrância, e promoção por antiguidade para o cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Arez, de 1ª entrância. Pedido de liminar.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Luciana Queiroz Lopes de Melo Martins Pessoa (Requerente)

SUSTENTAÇÃO ORAL: Danielle de Carvalho Fernandes (Requerente)

DECISÃO: O Conselho, por maioria, julgou procedente o presente Procedimento de Controle Administrativo, para determinar a imediata entrada em exercício das Requerentes, nos termos do voto do Relator. Vencidos, em parte, os Conselheiros Jarbas Soares Júnior, Alessandro Tramujas, Lázaro Guimarães, Fabiano Silveira e Mario Bonsaglia, que decidiam no sentido de que o Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte reapreciasse a candidatura das interessadas.

3) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001196/2011-11 (Reclamação Disciplinar)

RELATOR: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
REQUERENTES: Antônio Eduardo Barleta de Almeida - Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará e outros
REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Pará

ASSUNTO: Reclamação Disciplinar instaurada para apurar responsabilidade disciplinar de Promotor de Justiça do Estado do Pará, por suposta inobservância dos deveres funcionais previstos no art. 154, incisos XIII, XVI, XIX e XX, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Waldir Maciel da Costa Filho (Requerido)

DECISÃO: Após o voto do Relator, no sentido de determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face de membro do Ministério Público do Estado do Pará, pediu vista a Conselheira Taís Ferraz. Anteciparam seus votos, acompanhando o Relator, a Conselheira Maria Ester e os Conselheiros Luiz Moreira e Alessandro Tramujas. Aguardam os demais.

4) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001191/2011-98 (Recurso Interno)

RELATORA: Cons. Maria Ester Henriques Tavares
RECORRENTE: Milton Marcolino dos Santos Júnior - Promotor de Justiça
ADVOGADOS: Alexandre Iunes Machado - OAB/GO nº 17275
Bruno Oliveira R. Guimarães - OAB/GO nº 26891
Carlos Magno Correia de Sá - OAB/GO nº 29437
RECORRIDO: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Goiás

ASSUNTO: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que inadmitiu pedido de Revisão de Processo Disciplinar que visava à anulação da Portaria n° 009/2010 da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Goiás e, consequentemente, todos os atos da Sindicância n° 2010.000000.1391 a ela posteriores.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Bruno Oliveira R. Guimarães (Advogado do Recorrente)

DECISÃO: O Conselho, por maioria, deu provimento ao presente Recurso Interno, para determinar o prosseguimento do pedido de Revisão do Processo Disciplinar, nos termos do voto divergente do Conselheiro Tito Amaral. Vencidos a Relatora e o Conselheiro Almino Afonso, que negavam provimento ao feito. O Conselheiro Jeferson Coelho declarou-se impedido.

5) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000428/2012-02 (Reclamação para Preservação de Autonomia do Ministério Público)

RELATOR: Cons. Jarbas Soares Júnior
REQUERENTE: Oscar Costa Filho
REQUERIDO: Ministério Público Federal

ASSUNTO: Requer a suspensão dos efeitos do ato do Corregedor-Geral do Ministério Público Federal no Estado do Ceará, que determinou a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar violando a prerrogativa da independência funcional e o exercício de competências administrativas perante as Câmaras de Coordenação e Revisão.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Oscar Costa Filho (Requerente)

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou procedente o presente feito para determinar o arquivamento do Inquérito Administrativo instaurado no âmbito da Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.

6) PROCESSO CNMP 0.00.000.001858/2010-71 (Processo Disciplinar)

RELATOR: Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Servidora do Ministério Público do Estado do Amazonas

ASSUNTO: Processo Disciplinar em desfavor de servidora do Ministério Público do Estado do Amazonas.

DELIBERAÇÃO: O Conselho, por unanimidade, deliberou pela prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias, para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, nos termos do voto do Relator.

7) PROCESSO CNMP 0.00.000.000779/2011-24 (Processo Disciplinar)

RELATORA: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Trabalho

ASSUNTO: Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.

DELIBERAÇÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias, para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, nos termos do voto da Relatora.

8) PROCESSO CNMP 0.00.000.001145/2011-99 (Pedido de Avocação)

RELATOR: Cons. Jarbas Soares Júnior
REQUERENTE: Eloiza Helena Chiabai - Corregedora-Geral Substituta

ASSUNTO: Pedido de Avocação do Processo Administrativo Disciplinar nº 5724/2011 (006/2011) que tramita no Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento do Pedido de Avocação, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para que o Ministério Público do Estado do Espírito Santo conclua o julgamento do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do voto do Relator.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001607/2011-78 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Almino Afonso Fernandes

REQUERENTES: Promotores de Justiça: Adriana Cimini Ribeiro Salgado, Ana Paula Fernandes Nogueira da Cruz, Beatriz Helena Budin Fonseca, Carlos Alberto Moraes Barbosa, Carlos Alerto Carmello Junior, Daniel Isaac Friedmann, Daury de Paula Junior, Roberto Mendes de Freitas Junior e Sandro Ethelredo Ricciotti Barbosa.

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Requer imediata suspensão do ato nº 068/2011-PGJ, de 19 de setembro de 2011, que homologou a modificação das atribuições dos cargos da Promotoria da Justiça Cível de Santos/SP, bem como requer suspensão do concurso para preenchimento do cargo de 22º Promotor de Justiça da referida comarca. Pedido de liminar.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou o presente Procedimento parcialmente procedente para acolher a preliminar de perda de objeto quanto à anulação do Ato nº 068/2011-PGJ e determinar ao Ministério Público do Estado de São Paulo a publicação de novo edital com a reabertura do prazo de inscrição, nos termos do voto do Relator.

10) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001270/2011-07 (Procedimento de Controle Administrativo) (Apensos: Processos CNMP nº 0.00.000.001221/2011-66 e 0.00.000.001241/2011-37)

RELATOR: Cons. Jarbas Soares Júnior

REQUERENTE: Breno Wohl Bruno

REQUERIDO: Ministério Público da União

ASSUNTO: Requer a verificação de irregularidades quanto ao exercício da segurança dos diversos ramos do Ministério Público da União por servidores requisitados e terceirizados, prejudicando a nomeação de candidatos aprovados no VI concurso do Ministério Público da União para o cargo de Técnico de Apoio Especializado em Segurança.

DECISÃO: O Conselho, por maioria, julgou parcialmente procedente o presente feito, para determinar a rescisão do contrato nº 11/2010 no prazo de 90 dias e substituição gradativa dos servidores em condição irregular pelos aprovados em concurso público, no limite do orçamento disponibilizado, bem como remeter cópia desta decisão à Comissão de Controle Administrativo e Financeiro para avaliar e estudar o tema referente a distribuição e controle das vagas de servidores destinados aos diversos ramos do Ministério Público da União, nos termos do voto do Relator, que incorporou os acréscimos feitos no voto-vista do Conselheiro Alessandro Tramujas. Vencido, em parte, o Conselheiro Mario Bonsaglia, que divergia no tocante à determinação de rescisão do contrato nº 11/2010. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Luiz Moreira.

11) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000997/2011-69 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Adilson Gurgel de Castro

REQUERENTE: Elia Blanca Mendonça de Pinto Braga

REQUERIDO: Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro

INTERESSADOS: Breno Wohl Bruno

Francisca Ferreira Freire

Gustavo Wagner Silva Santos

ASSUNTO: Visa à apuração de ato administrativo do Ministério Público Militar/RJ devido à requisição irregular de militares das forças armadas para prover cargo de Técnico de Apoio Especializado em Transporte, em detrimento de nomeação de candidatos aprovados no VI Concurso do Ministério Público da União.

DELIBERAÇÃO: O Conselho, por unanimidade, converteu o presente feito em diligência, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Luiz Moreira.

12) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000488/2012-17 (Proposta de Resolução)

RELATOR: Cons. Almino Afonso

PROPONENTE: Cons. Almino Afonso

ASSUNTO: Proposta de Resolução que dispõe sobre a requisição de membros auxiliares e o convite a membros colaboradores do Conselho Nacional do Ministério Público.

DECISÃO: Após o voto do Relator, no sentido de aprovar a presente Proposta de Resolução, pediram vista os Conselheiros Mario Bonsaglia e Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Fabiano Silveira. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Tito Amaral e Luiz Moreira.

13) PROCESSO CNMP 0.00.000.001533/2011-70 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Jarbas Soares Júnior

REQUERENTE: Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Tocantins

ASSUNTO: Visa, junto ao Ministério Público do Estado de Tocantins, à anulação da votação e formação de lista tríplice referente ao certame de promoção por merecimento para a 10ª Procuradoria de Justiça/TO - edital nº 013/2011, bem como à suspensão de promoção de membro do Parquet para ocupar cargo na referida Promotoria. Pedido de liminar.

SUSTENTAÇÃO ORAL: José Maria da Silva Júnior - Interessado

DECISÃO: Após o voto do Relator no sentido de julgar improcedente o presente Procedimento, pediu vista o Conselheiro Almino Afonso. Aguardam os demais.

14) PROCESSO CNMP 0.00.000.001069/2011-11 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Tito Souza do Amaral

REQUERENTE: Juberlano do Nascimento Madeira - Presidente da ASSEMPAC

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Acre

ASSUNTO: Requer revisão na forma de aplicação da Lei n°2.430/2011 por parte do Ministério Público do Estado do Acre, bem como o cumprimento das recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público inseridas nas Resoluções CNMP n° 6/2010, n° 53/2010 e n° 60/2010.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou parcialmente procedente o presente feito, no sentido de que o Parquet acriano se abstenha de proceder a novas nomeações para as funções comissionadas FC-MP-01 a FC-MP-09 enquanto não realizado concurso público e que, no prazo de 180 dias, preste informações à Comissão de Controle Administrativo e Financeiro sobre as providências adotadas, assim como representar ao Procurador-Geral da República acerca da possível inconstitucionalidade do § 4º, do art. 9º, da Lei Estadual do Acre nº 2.430/2011, nos termos do voto do Relator.

15) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000006/2011-48 (Embargos de Declaração)

RELATOR: Cons. Almino Afonso Fernandes

EMBARGANTE: Antonio de Padua Bertone Pereira - Procurador de Justiça.

ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que não conheceu pedido de Revisão de Processo Disciplinar.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, conheceu dos presentes Embargos para negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator.

16) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000875/2011-72 (Processo Disciplinar)

RELATOR: Cons. Tito Souza do Amaral

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

ADVOGADOS: Ana Luisa Rabelo Pereira - OAB/DF 12.997

André de Barros Pereira - OAB/DF 14.324

Eduardo de Barros Pereira - OAB/DF 13.529

João Carneiro de Ulhôa - OAB/DF 18.805

Luiz Rafael Mayer - OAB/DF 1.102-A

Marcos Jorge Caldas Pereira - OAB/DF 2.475

Tadeu Rabelo Pereira - OAB/DF 9.747

ASSUNTO: Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

DECISÃO: O Conselho, por maioria, acolheu a preliminar de reconhecimento da perda de objeto, nos termos do voto divergente do Conselheiro Lázaro Guimarães. Vencido o Relator, que rejeitava a preliminar suscitada e, no mérito, julgava o feito procedente para aplicar a pena de censura ao membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Declarou-se impedido o Conselheiro Jeferson Coelho e suspeita a Conselheira Claudia Chagas. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Almino Afonso.

17) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000303/2011-93 (Sindicância)

RELATOR: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

REQUERENTE: Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz

REQUERIDO: Membro do Ministério Público Militar

ASSUNTO: Sindicância instaurada para apurar faltas funcionais imputadas a membro do Ministério Público Militar, consistentes na irregular interrupção de férias, com ausência de retorno às funções e a residência fora do lugar de lotação.

DECISÃO: O Conselho, por maioria, decidiu pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face de membro do Ministério Público Militar, nos termos do voto do Relator. Vencidos, em parte, os Conselheiros Fabiano Silveira, Luiz Moreira e Jarbas Soares Júnior, que divergiam no tocante à utilização das contas telefônicas da requerida para fundamentar a abertura do referido procedimento. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Adilson Gurgel e Almino Afonso. A Conselheira Maria Ester declarou-se suspeita.

18) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000623/2011-43 (Embargos de Declaração)

RELATORA: Cons. Maria Ester Henriques Tavares

EMBARGANTE: Carlos Guilherme Santos de Machado

ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Pedido de Avocação para avocar os Procedimentos Administrativos nº 3101/2009 e 4/2010 e para que o CNMP assuma a competência originária para julgar o Procedimento Administrativo nº 10/2010, que tramitam no Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Paraíba.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento aos presentes Embargos, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Adilson Gurgel e Almino Afonso.

ACÓRDÃO DE 26 DE JUNHO DE 2012

PCA Nº 0.00.000.001593/2011-92 e apensos

RELATOR: Conselheiro Tito Amaral

REQUERENTE:Adolpho Henrique Soares Cardoso

REQUERIDO:Ministério Público do Estado do Ceará

EMENTA: PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADMINISTRATIVO APENSADOS PARA JULGAMENTO SIMULTÂNEO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MP/CE. PEDIDOS DE ANULAÇÃO DE QUESTÕES DA PROVA PREAMBULAR OBJETIVA. PERDA DO OBJETO. PROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DECISÃO EXARADA PELA COMISSÃO DE CONCURSO A ENSEJAR A POSSIBILIDADE DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS AO CSMP/CE. CONSTATAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 22, DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 14/2006 E A DISPOSITIVOS DAS LEIS ORGÂNICAS FEDERAL E ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ANULAÇÃO DAS DECISÕES PROFERIDAS PELA ORGANIZADORA DO CERTAME, QUE JULGARAM OS RECURSOS APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS, CONTRA O GABARITO PRELIMINAR DIVULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE DELEGAÇÃO DE PODER OU COMPETÊNCIA A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, SEM EXPRESSA PREVISÃO LEGAL.

1. Procedimentos de Controle Administrativo em que, de um lado, se alega a suposta existência de irregularidades na correção da prova da primeira fase do concurso para ingresso na carreira do MP/CE (Edital nº 001/2011) e de outro, a ausência de atribuição do CSMP/CE para substituir a banca examinadora e reavaliar os critérios adotados.

2. Constatada a violação, pelo edital do concurso, de dispositivos da Lei Federal nº 8.625/93, da Lei Complementar Estadual nº 72/08 e da Resolução CNMP nº 14/2006, no que pertine ao responsável pela realização do certame e pela análise dos recursos, impõe-se a anulação do julgamento de todos os recursos efetivado pela Fundação Carlos Chagas.

3. Procedência parcial do PCA nº 1714/2011-04, para: I - reconhecer a ausência de decisão da Comissão de Concurso a ensejar a intervenção do CSMP/CE (em grau de recurso) no certame objeto do Edital nº 001/2011, tornando sem efeito a deliberação ocorrida na 3ª Sessão Extraordinária, realizada pelo órgão em 29/11/2011; II - anular todos os atos praticados após a divulgação do gabarito preliminar da prova preambular do certame; III - determinar a readequação do edital nº 001/2011 aos termos da Resolução CNMP nº 14/2006, com a reabertura dos prazos para recurso dos gabaritos preliminares.

4. Perda superveniente do objeto quanto aos demais procedimentos a este apensados.

ACÓRDÃO

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar parcialmente procedente o pedido consubstanciado no Procedimento de Controle Administrativo nº 1714/2011-04 e a perda superveniente do objeto quanto aos demais a este apensados.

TITO AMARAL
Relator

ACÓRDÃO DE 27 DE JUNHO DE 2012

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000120/2012-59

REQUERENTE: Lúcio José Cardoso Barreto Lima

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Sergipe

RELATOR: Conselheiro Tito Amaral

RELATORA PARA O ACÓRDÃO: Conselheira Taís Schilling Ferraz

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. DECISÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA QUE RESOLVE CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES. ATIVIDADE-FIM. INCOMPETÊNCIA DO CNMP. NÃO CONHECIMENTO.

1. Cabe ao Procurador-Geral de Justiça dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem oficiará no feito, nos termos do que dispõe a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Sergipe.

2. Não compete ao Conselho Nacional do Ministério Público realizar o controle de ato do Procurador-Geral de Justiça que resolve conflito de atribuições, por se tratar de atividade-fim da instituição. Inteligência do art. 130-A da Constituição Federal.

3. Não conhecimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em não conhecer do presente Procedimento de Controle Administrativo, sem prejuízo do exame da matéria disciplinar pela Corregedoria Nacional, nos termos do voto divergente da Conselheira Taís Ferraz.

TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora para o Acórdão

DECISÃO DE 4 DE JULHO DE 2012

RECURSO INTERNO Nº 0.00.000.000646/2012-39

Relator: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães

Requerente: Harlen Almeida Barreto

Requerido: Ministério Público Federal

DECISÃO

(...)Trata-se de Recurso Interno interposto por Harlen Almeida Barreta, devidamente qualificado, o qual requer a reconsideração da decisão proferida às fls. 181 a 187, que denegou o pedido liminar de suspensão imediata do Procedimento Administrativo Disciplinar n.º 1.00.000.005551/2012-94, instaurado em seu desfavor, bem como determinou o prosseguimento do presente feito como Procedimento de Controle Administrativo.

Mantenho a decisão ora recorrida por seus próprios fundamentos, informando que o julgamento do presente Recurso Interno será levado a julgamento na 7ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, que será realizada no próximo dia 24 de julho de 2012. Publique-se. Intime-se o requerente.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 8, DE 26 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, alínea "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando os elementos contidos nos autos das peças de informação;

Determina a instauração de Inquérito Civil Público, mediante a conversão do Procedimento Administrativo n° 1.19.000.000825/2007-81, com o escopo de apurar a situação dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no Estado do Maranhão, em especial os que o fazem no Centro da Juventude Esperança, localizado em São José de Ribamar.

Determina, ainda, a adoção das seguintes diligências:

1) autuação da portaria e do Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil público, mantendo-se a respectiva numeração, vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC;

2) à Promotoria da Infância e da Juventude de São Luís e à Promotoria de São José de Ribamar, solicitando os bons préstimos dos Senhores Promotores no sentido de informar ao MPF a respeito dos resultados eventualmente obtidos no Maranhão com o Projeto Medida Justa do CNJ, bem como se o Ministério Público Estadual já iniciou as fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade, de acordo com a Resolução do CNMP nº 67, de 16 de março de 2011 (alterada pela resolução nº 84 de 28 de fevereiro de 2012), para, em caso afirmativo, encaminhar o(s) relatório(s) mais recente(s);

3) ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, requisitando informações recentes sobre a situação das medidas socioeducativas no Maranhão;

4) ao Centro de Defesa Pe. Marcos Passerini, requisitando informações sobre a situação atual das medidas socioeducativas no estado do Maranhão;

5) à Fundação Estadual da Criança e do Adolescente, requisitando informações sobre a situação atual do seu quadro de funcionários, devendo indicar se continua havendo carência de pessoal e em que proporção;

6) à SEDH, requisitando informações a respeito da execução dos convênios nº 154/2005 e 148/2005, firmados com a Fundação Estadual da Criança e do Adolescente, bem como do convênio nº 036/2006, firmado com a Fundação Municipal da Criança e Assistência Social de São Luís. No mesmo expediente, requisite-se informações a respeito da existência de outros convênios, no âmbito territorial do Maranhão, que tenham relação com a problemática dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação;

7) após os registros de praxe, a comunicação desta instauração à PFDC, para os fins nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 12, DE 15 DE JUNHO DE 2012

Procedimento Administrativo nº 1.34.024.000228/2011-59. Assunto: Convolação em Inquérito Civil Público. Inquérito Civil Público nº 12/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra assinado, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio na Constituição Federal, artigos 127 e 129, Lei Complementar n.º 75/93, artigos 5º e 6.º, VII, e Resolução CNMP n°23/2007, artigo 2°:

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos difusos e coletivos;

CONSIDERANDO as informações acerca da alta incidência de câncer de mama que assola a população feminina brasileira;

CONSIDERANDO ser necessária a fiscalização do funcionamento dos mamógrafos para evitar a ocorrência do câncer de mama;

CONSIDERANDO a necessidade de novas diligências para melhor apreciação dos fatos apurados no presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação deste procedimento aos termos da Resolução CNMP nº 23/2007 e Rotina de Serviços nº 01/2009 - DITC, haja vista estar tramitando segundo Resolução CSMPF nº 87/2010;

RESOLVE o signatário CONVOLAR, nos termos do disposto no artigo 2°, inciso III, §7° da Resolução CNMP n° 23/2007, o PA n° 1.34.024.000184/2011-67 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, destarte, o seguinte:

1) registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com o Procedimento Administrativo n° 1.34.024.000228/2011-59 e os documentos que o acompanham;

2) registre-se que o objeto do ICP é fiscalizar o funcionamento dos mamógrafos existentes na atribuição da 25ª Subseção da Justiça Federal;

3) registre-se que os investigados são, em princípio, o os municípios que oferecem serviços de mamografia abrangidos pela 25ª Subseção da Justiça Federal;

4) aguarde-se resposta ao ofício de fls. 102/104.

Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para ciência e publicação da presente.

SVAMER ADRIANO CORDEIRO

PORTARIA Nº 13, DE 21 DE JUNHO DE 2012

Procedimento Administrativo nº 1.34.024.000230/2011-28. Assunto: Convolação em Inquérito Civil Público. Inquérito Civil Público nº 13/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra assinado, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio na Constituição Federal, artigos 127 e 129, Lei Complementar n.º 75/93, artigos 5º e 6.º, VII, e Resolução CNMP n°23/2007, artigo 2°:

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos difusos e coletivos, inclusive quanto ao direito à saúde;

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo nº 1.34.024.000230/2011-28, que tem por objetivo verificar a prestação de adequado tratamento contra o câncer aos munícipes das cidades atreladas à 25ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo;

CONSIDERANDO os sérios transtornos, relatados no procedimento supracitado, a que estão sujeitos os pacientes portadores de câncer residentes da microrregião de Ourinhos, os quais, na falta de tratamento oncológico ofertado pela rede pública local, veem-se obrigados a percorrer longos trajetos a outros centros como Jaú, Botucatu e Barretos (distantes 176, 187, e 374 quilômetros, respectivamente), na tentativa de obter tratamento;

CONSIDERANDO a frequente indisponibilidade dos centros de tratamento mais próximos, causada pela exacerbada demanda de pacientes vindos de outras regiões, o que só agrava a aflitiva situação daqueles que até lá precisam se deslocar, posto que, muitas vezes, tem de retornar às suas cidades sem ter obtido tratamento;

CONSIDERANDO as gravíssimas informações prestadas pela Prefeitura Municipal de Ourinhos no sentido de que os centros-pólo muitas vezes não dispõem de recursos para sequer realizar diagnósticos iniciais da doença, sujeitando os pacientes a realizá-los, às suas expensas, em suas cidades de origem;

CONSIDERANDO que, segundo o Instituto Nacional do Câncer, há a expectativa de diagnóstico de 600 novos casos de câncer por ano, para a região de Ourinhos/SP e as informações fornecidas pela RECCO - Rede de Combate ao Câncer de Ourinhos -, de que há 520 pacientes cadastrados na referida entidade;

CONSIDERANDO a necessidade de novas diligências para melhor apreciação dos fatos apurados no presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação deste procedimento aos termos da Resolução CNMP nº 23/2007 e Rotina de Serviços nº 01/2009 - DITC, haja vista estar tramitando segundo Resolução CSMPF nº 87/2010;

Resolve o signatário CONVOLAR, nos termos do disposto no artigo 2°, inciso III, §7° da Resolução CNMP n° 23/2007, o PA n° 1.34.024.000230/2011-28 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, destarte, o seguinte:

1) registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com o Procedimento Administrativo n° 1.34.024.000230/2011-28 e os documentos que o acompanham;

2) registre-se que o objeto do ICP é verificar a prestação de adequado tratamento contra o câncer aos munícipes das cidades atreladas à 25ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo;

3) registre-se que o investigado é, em princípio, a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo;

Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para ciência e publicação da presente.

SVAMER ADRIANO CORDEIRO

PORTARIA Nº 18, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através do Procurador da República signatário, e considerando o disposto nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, bem como o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e considerando, ainda, o que consta da Procedimento Administrativo Cível nº 1.34.014.000123/2012-08, instaurado a partir de representação de cidadão informando ineficiência grave na análise de processos de revisão de benefícios na Agência da Previdência Social em São José dos Campos, DETERMINA a conversão do presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar o represamento de recursos administrativos e de pedidos de revisões de benefícios nas Agências do INSS circunscritas à área de atribuição desta Procuradoria da República.

Determino, ainda, a realização das seguintes diligências: a) o registro da presente portaria; b) a comunicação da instauração do ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, no prazo de 10 dias, acompanhado de cópia desta portaria, para fins de publicação no Diário Oficial, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06; c) a adoção da diligência inicial indicada no despacho de conversão, constante dos autos.

FERNANDO LACERDA DIAS

PORTARIA Nº 20, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011

O PROCURADOR DA REPÚBLICA subscrito, com fundamento no inciso III do art. 129 da Constituição, no inciso VII do art. 6º da Lei Complementar nº 75/1993 e no § 1º do art. 8º da Lei nº 7.347/1985, e

Considerando o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando as providências preliminarmente adotadas no âmbito do Procedimento Administrativo nº 1.30.006.000009/2011-37;

DETERMINA a conversão do presente feito em INQUÉRITO CIVIL, pelo prazo de 01 (um) ano, com o objetivo de acompanhar as ações planejadas e promovidas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, com vistas à prevenção e preparação para desastres, relativamente à região sob a atribuição desta Unidade, devendo ser desde logo reiterado o ofício de fls. 60.

Registre-se, autue-se e publique-se a presente Portaria, que deverá ser afixada no local de costume. Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão a instauração deste Inquérito Civil, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

MARCELO BORGES DE MATTOS MEDINA

PORTARIA Nº 21, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, c, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que o procedimento administrativo 1.23.001.000043/2012-77, instaurado a partir de representação da Secretaria Estadual de Saúde, investiga eventual paralisação dos serviços de enfermagem no Hospital Regional de Tucuruí por determinação do Conselho Regional de Enfermagem do Pará por infrações administrativas na imposição de serviços por esses profissionais exorbitando de suas atribuições;

4. Considerando que a suspensão destas atividades implicaria, conforme representação, em suspensão de serviços de relevo público, em prejuízo a direitos coletivos de acesso à saúde, sendo a defesa de tais direitos uma das atribuições do Ministério Público Federal;

5. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

6. Considerando a necessidade de novas diligências para elucidação dos fatos investigados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem o procedimento administrativo nº 1.23.001.000043/2012-77, a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que:

a) oficie-se, com URGÊNCIA, para resposta em 10 dias, ao administrador do Hospital Regional de Tucuruí, reiterando os termos do ofício 136/2012, a fim de que informem quais as medidas adotadas pelo Hospital para evitar prejuízo ao atendimento público. Requisitar que informe, ainda, os responsáveis pela infração constatada pelo Conselho Regional de Enfermagem, quais as medidas que foram adotadas após a notificação daquele Conselho, se houve a contratação de médicos, se houve a suspensão das atividades constatadas como irregulares pelo Conselho Regional, se houve prejuízo ao atendimento e realização das cirurgias, bem como outras informações úteis;

b) oficie-se ao representante, a fim de que preste informações atualizadas sobre as medidas adotadas pela Secretaria Estadual de Saúde a partir das constatações do Conselho Regional de Enfermagem no Hospital Regional de Tucuruí.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANDRÉ CASAGRANDE RAUPP

PORTARIA Nº 22, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, c, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que o procedimento administrativo 1.23.001.000317/2011-47, instaurado a partir de representação dos moradores da Folha 33, Bairro Nova Marabá, investiga a supressão de viaduto na altura da rodoviária na BR-230 em Marabá (estaca 151) que, embora previsto no projeto básico, foi suprimido, com a transferência dos recursos para a construção de deslocamento para acesso à vp-8;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Considerando que a justificativa técnica foi de que "esta obra foi totalmente suprimida do projeto, não por falta de necessidade, mas porque no encontro da rodovia federal com a avenida VP8 ser muito mais necessário, devido ao elevado trânsito local, a passagem de nível foi então, deslocada da rodoviária para dois pontos próximos à avenida VP8", demonstrando, portanto, a necessidade de posterior construção de tal viaduto;

5. Considerando que em reunião nesta Procuradoria foram assumidas obrigações pela Prefeitura e pelo DNIT referente a medidas paliativas para solução dos impasses gerados à comunidade da folha 33, o que não impediria em posterior adoção de medidas para a construção do viaduto;

6. Considerando que os prejuízos gerados pela construção da obra em rodovia federal gerou prejuízo a direitos coletivos, sendo a defesa de tais direitos uma das atribuições do Ministério Público Federal;

7. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

8. Considerando a necessidade de novas diligências para elucidação dos fatos investigados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem o procedimento administrativo nº 1.23.001.000317/2011-47, a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que:

a) oficie-se à Prefeitura de Marabá a fim de que informe se houve a conclusão das obras para acesso ao centro urbano da Nova Marabá pelos moradores da folha 33, tendo em vista os compromissos assumidos em reunião realizada nesta Procuradoria da República (encaminhar cópia). Solicitar, ainda, que informem se já houve a adoção de medidas administrativas para futura construção de um viaduto na BR-230 na altura da rodoviária no Município de Marabá, bem como de passarela para passagem de pedestres no referido trecho;

b) seja oficiado o DNIT, em Marabá, a fim de que informe se já houve a adoção de medidas administrativas apontando a necessidade da construção do viaduto na BR-230 na altura da rodoviária, no Bairro Nova Marabá, em Marabá/PA, tendo em vista a supressão de tal obra nos serviços de duplicação realizados. Requisitar que informe se há procedimento administrativo para realização de estudos para tal fim;

c) seja oficiada a Polícia Rodoviária Federal para que promova diligências periódicas na BR-230, principalmente no trecho em será criado acesso aos moradores da folha 33 ao centro da Nova Marabá, a fim de que sejam apuradas eventuais infrações de trânsito.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANDRÉ CASAGRANDE RAUPP

PORTARIA Nº 23, DE 29 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS, no uso de suas atribuições constitucionais (artigos 129, caput, e inciso III, da Constituição Federal), legais (artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/1985; e, artigos 1.º; 5.º; 6.º, incisos VII; 7.º, inciso I; e, 38, inciso I; da Lei Complementar n.º 75/1993) e regulamentares (artigo 1.º e seguintes da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e artigo 1.º e seguintes da Resolução CNMP n.º 23/2007); e ...

CONSIDERANDO que se encontra em curso na Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS o Procedimento Administrativo n.º 1.29.005.000043/2012-13, cujo objeto é apurar a suposta cobrança de taxas e/ou de mensalidades abusivas para a participação em processos seletivos e em cursos desenvolvidos pela Fundação Universidade Federal de Pelotas - UFPel;

CONSIDERANDO que o referido procedimento preparatório ainda não se encontra instruído com dados suficientes a permitir a adoção imediata de quaisquer das medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis (propositura de ação civil pública, expedição de recomendação etc), sendo necessária a realização de novas diligências, como a requisição de informações e/ou documentos;

Resolve, em face do disposto no artigo 4.º, § 4.º, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e no artigo 2.º, § 7.º, da Resolução CNMP n.º 23/2007, converter o referido procedimento administrativo em inquérito civil, razão pela qual deverá a Secretaria dos Ofícios da Tutela Coletiva - SOTC:

1. registrar e autuar a presente Portaria com os autos do procedimento administrativo preparatório findo, mantendo-se a numeração deste; e, registrar, na capa dos autos, como objeto do inquérito civil: "Apurar a suposta cobrança de taxas e/ou de mensalidades abusivas para a participação em processos seletivos e em cursos desenvolvidos pela UFPel"; e,

2. comunicar à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC acerca da conversão do procedimento administrativo em inquérito civil, enviando-se o arquivo virtual da portaria ao endereço eletrônico pfdc005@pgr.mpf.gov.br, para fins de sua publicação no Diário Oficial da União, conforme determinado no artigo 16, § 1.º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e no artigo 7.º, § 2.º, inciso I, da Resolução CNMP n.º 23/2007.

Após, voltem os autos conclusos para posteriores deliberações.

Designa-Se, para secretariar os trabalhos, o servidor Carlos Eduardo Spohr.

MAURO CICHOWSKI DOS SANTOS

PORTARIA Nº 25, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, c, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que o procedimento administrativo 1.23.001.000276/2011-99 investiga eventual prejuízo ao curso de Direito da UFPA no campus Marabá pela falta de professores, sendo expedido Recomendação para que não houvesse prejuízo aos alunos;

4. Considerando que a diminuição injustificada no número de docentes, bem como o não oferecimento de cursos previstos nos currículos da graduação, implica em prejuízo a direitos coletivos dos alunos, sendo a defesa de tais direitos uma das atribuições do Ministério Público Federal;

5. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

6. Considerando a necessidade de novas diligências para elucidação dos fatos investigados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem o procedimento administrativo nº 1.23.001.000276/2011-99, a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que:

a) oficie-se à Direção da Faculdade de Direito da UFPA em Marabá a fim de que preste informações atualizadas sobre a representação inicial, apontando: i. A relação nominal dos professores que prestaram serviços na faculdade nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012; ii. Que informe se houve diminuição da quantidade de professores no referido período; iii. Quais os prejuízos efetivos ocorridos pela falta de professores no segundo semestre de 2011 e primeiro semestre de 2012; iv. Que informe os motivos pelos quais não houve reclamação da Faculdade de Direito à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (encaminhar cópia da resposta do órgão); v. Que informe se houve o não oferecimento de algum curso previsto no currículo obrigatório na Faculdade de Direito no segundo semestre de 2011 e primeiro semestre de 2012; vi. Se houve a contratação de professores para adequar o número de professores ao novo Projeto Pedagógico da Faculdade de Direito, informando-nos das medidas administrativas adotadas para tal fim;

b) oficie-se ao representante a fim de que apresente novas informações sobre prejuízos verificados pelos discentes da Faculdade de Direito do campus Marabá da UFPA pela falta de professores.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANDRÉ CASAGRANDE RAUPP

PORTARIA Nº 26, DE 4 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no Procedimento Administrativo 1.28.100.000270/2011-17, que apura irregularidades envolvendo o Programa Minha Casa Minha Vida, especialmente quanto aos critérios de seleção das pessoas beneficiadas pela entrega de 802 (oitocentas e duas) casas localizadas no Conjunto Monsenhor Américo Simonetti, no Município de Mossoró/RN.

Converta-se o Procedimento Administrativo nº 1.28.100.000270/2011-17 em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-o e procedendo ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FERNANDO ROCHA DE ANDRADE

PORTARIA Nº 28, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, c, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que o procedimento administrativo 1.23.001.000228/2011-09, instaurado a partir de representação de Antonio Reinaldo Pereira, investiga eventual afronta aos princípios da administração pública ou lesão ao cidadão por ausência de informações dos procedimentos em curso na administração pública, especialmente na agência do INSS de Parauapebas;

4. Considerando que em que pese oficiada, a referida agência ainda não apresentou respostas;

5. Considerando que a ausência de informações aos cidadãos importa, além de improbidade, em claro prejuízo nos serviços federais em claro prejuízo aos direitos coletivos, sendo a defesa de tais direitos uma das atribuições do Ministério Público Federal;

6. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

8. Considerando a necessidade de novas diligências para elucidação dos fatos investigados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem o procedimento administrativo nº 1.23.001.000228/2011-09, a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que:

a) seja oficiada a Agência de Parauapebas, encaminhando-se cópia por fac-símile, certificando o nome do servidor responsável pelo recebimento, a fim de que prestem informações sobre a representação no prazo de 10 dias, explicando qual a atual situação do trâmite do procedimento e os motivos pelos quais não foram passadas informações ao representante.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANDRÉ CASAGRANDE RAUPP

PORTARIA Nº 31, DE 14 DE JUNHO DE 2012

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR-BA. Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.14.000.000161/2011-13

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que visa apurar eventuais irregularidades ou deficiências nos serviços de atenção à saúde prestados na Maternidade Climério de Oliveira (órgão suplementar da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelo prazo de 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à Procuradoria Federal do Direito do Cidadão (PFDC), consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando a continuidade da instrução, determina(m)-se, também, a(s) seguinte(s) providência(s):

1) oficie-se ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS), e ao SEAUD/BA, fazendo referência ao documento de fl. 165, para requisitar informação sobre a realização da Auditoria ali mencionada, requisitada por este órgão do Ministério Público Federal;

2) reitere-se o ofício de fls. 164, 171, advertindo sobre a necessidade de posicionamento da Reitoria da Ufba diante da gravidade da situação em que se encontra a maternidade, segundo denúncias apresentadas pelos usuários e relato da própria Diretora da Unidade (juntar cópia do documento de fls. 167/169).

Com a resposta, ou esgotado o prazo sem ela, façam-me conclusos.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI
Procuradora da República

PORTARIA Nº 35, DE 26 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, c, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que o procedimento administrativo 1.23.001.000344/2011-10 apura a falta de estrutura do Projeto de Assentamento São José, em São Félix do Xingu, o qual está com as vicinais em estado precários, sendo que estas ainda foram abertas por madeireiros da região, posto que o INCRA não promoveu nenhum benefício no referido projeto;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4. Considerando que é dever do INCRA promover a estruturação dos Projetos de Assentamento que criou e considerando não ter sido apresentado resposta pela autarquia do ofício expedido;

5. Considerando que a omissão da autarquia federal no cumprimento dos seus deveres está gerando prejuízo à dignidade dos moradores do Projeto de Assentamento, ferindo direitos coletivos, cuja defesa constituí uma das atribuições do Ministério Público Federal;

6. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

7. Considerando a necessidade de novas diligências para elucidação dos fatos investigados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem o procedimento administrativo nº 1.23.001.000344/2011-10, a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que:

a) reitere-se ofício ao INCRA, para que apresente resposta em 10 dias, com as advertências legais cabíveis (art. 10 da Lei 7.347/85).

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANDRÉ CASAGRANDE RAUPP

PORTARIA Nº 42, DE 4 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que incumbe ao Ministério Público atuar em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme o estabelecido pelo artigo 127 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Considerando que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e aos direitos assegurados na Constituição, mediante ações repressivas, preventivas e sancionatórias;

Considerando reclamação feita por cidadão de Teresópolis que alega que o serviço de distribuição de medicamentos pela rede municipal de saúde é precária, chagando a faltar diversos medicamentos por meses;

Considerando a necessidade de apurar como é feita a distribuição de medicamentos a população, se ela atende à demanda do município, e ainda, quais são os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Saúde para a aquisição de medicamentos que se encontram fora da lista básica;

Considerando que o prazo previsto no art. 4º, §1º e §4º, da Res. CSMPF nº 87, de 03.08.2006 (artigos com redação dada pela Res. CSMPF nº 106, de 06.04.2010) encontra-se expirado;

Determino a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.30.019.000081/2011-15 em Inquérito Civil Público, com o fito de apurar de que forma vem sendo feita a distribuição de medicamentos à população do município de Teresópolis/RJ.

Dessa forma, após autuação desta, proceda-se o seguinte:

1) comunique-se a instauração à PFDC, solicitando a publicação da presente portaria de instauração no Diário Oficial e no portal do Ministério Público Federal, conforme o disposto no artigo 16, §1º, I da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) oficie-se à Secretaria Municipal de Saúde, para que informe, num prazo de 30 (trinta) dias: a) como é feita a distribuição de medicamentos pelo poder público municipal, devendo ser informado os locais de distribuição e a listagem dos medicamentos distribuídos; b) quais medicamentos costumam ficar em falta com maior frequência, e o motivo porque isso ocorre; c) como é feita a distribuição de medicamentos que não constam na lista básica;

3) oficie-se ao Conselho Municipal de Saúde para que: a) faça uma avaliação crítica, num prazo de 30 (trinta) dias, da forma como se dá a distribuição dos medicamentos à população de Teresópolis, apontando os erros e os acertos da estratégia adotada pelo poder público municipal; b) encaminhe, no mesmo prazo, reclamações que chegaram até aquele conselho, noticiando falta de medicamentos na rede municipal, desde o ano de 2008.

Isso posto, cumpra-se de imediato.

PAULO CEZAR CALANDRINI BARATA

PORTARIA Nº 44, DE 11 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, c, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Resolve o signatário, instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que acompanham o expediente PR-BA 00020367/2012, registrando-se como objeto a suposta violação a direito de candidato com deficiência, que teria, supostamente, tido desrespeitada a sequência entre a lista da ampla concorrência e a lista de candidatos com deficiência, no concurso do TRF da 1ª Região, para o quadro de servidores.

Determino, ainda:

a) oficie-se, com urgência, ao TRF da 1ª Região e à Fundação Carlos Chagas, empresa responsável pela realização do certame, para que se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os fatos narrados na representação em anexo.

b) após, em função do requerimento formulado pelo representante em 01 de junho de 2012, aguarde-se seu contato, para informá-lo da instauração do presente inquérito civil público, oportunidade em que deverá ser atualizado seu endereço para correspondência.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), encaminhando-se cópia do arquivo digital, referente à presente portaria, através do endereço eletrônico pfdc005@pgr.mpf.gov.br, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

DOMÊNICO D´ANDREA NETO

PORTARIA Nº 45, DE 11 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, c, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Resolve o signatário, instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que acompanham o expediente 1.14.000.000903/2012-91, registrando-se como objeto o suposto uso indevido, por parte de determinadas bancas de concurso, do método de identificação datiloscópica dos candidatos, indiscriminadamente.

Determino, ainda:

a) oficie-se, com urgência, às instituições apontadas na representação, para que se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os fatos narrados na representação em anexo.

b) após, oficie-se o representante, informando acerca da instauração do presente inquérito civil público.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), encaminhando-se cópia do arquivo digital, referente à presente portaria, através do endereço eletrônico pfdc005@pgr.mpf.gov.br, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

DOMÊNICO D´ANDREA NETO

PORTARIA Nº 46, DE 13 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO que o presente processo administrativo busca apurar a ausência de tempestividade da liberação dos recursos destinados às ações destinadas à reconstrução de desastres, bem como fiscalizar a gestão dos referidos recursos pelos municípios sob a atribuição desta Procuradoria ;

CONSIDERANDO o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do Procedimento Administrativo em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER o processo administrativo Nº 1.14.003.000057/2012-80 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

a) Reitere-se o ofício de fls. 59, fazendo constar as advertências de praxe.

c) Dê-se ciência da instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 50, DE 15 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010 do CSMPF;

e) considerando o tramite dos autos nº 1.15.000.000675/2011-31 que trata de Procedimento autuado para acompanhar a prisão do estrangeiro que se nomina AMRAN HALFAN, detido utilizando passaporte de outrem como se seu fosse, e que até o momento permanece incerta a sua identidade e nacionalidade, o qual teve a custódia preventiva decretada no dia 14 de janeiro de 2008, cumprindo integralmente a pena que lhe fora aplicada.;

f) considerando que tal conduta se insere no âmbito de atuação do Ministério Público Federal;

Converta-se em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o Procedimento Administrativo de nº 1.15.000.000675/2011-31 para promover ampla apuração dos fatos noticiados, conforme determina o § 4º, art. 4º da Resolução nº 87 do CSMPF;.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

NILCE CUNHA RODRIGUES

PORTARIA Nº 52, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/06 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/07);

Considerando o teor do Termo de Declarações nº 74/2012, o qual noticia que o Hospital Materno Infantil em São Luís/MA recusa-se a realizar exames médicos em paciente grávida sob o argumento de que o procedimento só pode ser feitos naquelas pacientes que desde o início da gravidez tivessem executando acompanhamento pré-natal na referida unidade hospitalar;

Considerando que o Ministério Público, nos termos do disposto pelo artigo 127 da Constituição Federal, possui por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais o direito fundamental à saúde, consagrado nos artigos 6º e 196 da Carta Magna;

Considerando que, pelo disposto nos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública com vistas à proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar o caso em apreço.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e a documentação anexa como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado a este 1º Ofício Cível, afeto à área de atuação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC;

ii. oficie-se ao Hospital Materno Infantil requisitando manifestação circunstanciada acerca dos fatos narrados no aludido Termo de Declarações, cuja cópia deve seguir anexa, no prazo de 10 (dez) dias;

iii. cientifique-se a PFDC, por e-mail, requerendo a publicação deste ato no Diário Oficial da União - DOU, conforme previsão dos artigos 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 53, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de sua agente signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando o teor do Ofício encaminhado pela Defensoria Pública da União, noticiando caso individual que se encontra sob sua assistência jurídica, segundo o qual candidata a curso técnico do IFMA perdera o prazo para matricular-se em referido curso, classificada como 1ª excedente, em razão de não ter acesso regular a internet, onde fora publicado o edital com o chamamento à matrícula dos candidatos não classificados (excedentes), sem divulgação na imprensa escrita de aviso do edital, tampouco algum meio de comunicação pessoal;

Considerando a notícia da DPU de que pretende firmar TAC com o IFMA no sentido de assegurar que o chamamento à matrícula de excedentes para os seus cursos técnicos tenha uma aviso de edital publicado em jornal de grande circulação, bem como que este adote em tais casos meios de comunicação pessoal, tais como telefone e/ou e-mail;

Considerando que o Ministério Público, nos termos do art. 127 da Constituição Federal de 1988, tem por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre os quais se inclui o direito fundamental à educação, consagrado nos artigos 6º e 205 da Carta Magna;

Considerando que, a teor dos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que o Ministério Público tem por função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o escopo de apurar o caso.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e os documentos anexos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC;

ii. oficie-se ao IFMA, enviando cópia do expediente encaminhado ao MPF pela DPU e de minuta de TAC a ser firmado com o novo objetivo, concedendo o prazo de 10 (dez) para informar se tem interesse em ser signatário do ajuste;

iii. oficie-se à DPU, enviando cópia da minuta do TAC a ser firmado, com o qual se responde afirmativamente quanto ao interesse do MPF em firmar aludido ajuste de conduta;

iv. cientifique-se a PFDC, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 54, DE 26 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de sua agente signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007);

Considerando o teor da representação em anexo, por meio da qual o Promotor de Justiça de Urbano Santos relata a reivindicação da população daquela municipalidade em relação à instalação de um Posto de Atendimento do INSS, em razão de o mais próximo se situar em Chapadinha, acrescentando que ali já existe um prédio da autarquia previdenciária que está sendo utilizado pela Prefeitura municipal;

Considerando que essa ausência do INSS num raio de distância consideravelmente grande está estritamente ligada à qualidade do atendimento do serviço público prestado pelo INSS aos maranhenses daquela região de Chapadinha;

Considerando que a Administração Pública é regida, dentre outros, pelos princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência;

Considerando que o Ministério Público, nos termos do art. 127 da Constituição Federal de 1988, tem por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre os quais se incluem o direito à previdência social e a assistência aos desamparados, consagrados no caput do artigo 6º e nos artigos 201 e 203, todos da Carta Magna;

Considerando que, a teor dos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que o Ministério Público tem por função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos;

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o escopo de apurar o caso.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e os documentos anexos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC;

ii. oficie-se à Presidência do INSS, requisitando manifestação circunstanciada a respeito da representação encaminhada pela Promotoria de Urbano Santos, especialmente a respeito da possibilidade de ali ser instalada uma Agência da Previdência Social, no prazo de 10 (dez) dias;

iii. oficie-se à Gerência Executiva do INSS/MA, requisitando informações a respeito da existência de prédio do INSS em Urbano Santos, devendo, em caso positivo, informar em que condições se encontra o prédio. Outrossim, informar sobre a existência (atual ou passada) de convênio firmado com aquele município com vistas à implantação da Unidade de Atendimento da PREVcidade, para prestação dos serviços previdenciários e assistenciais daquele município e áreas de abrangência. Por fim, esclarecer se existe algum plano de expansão que preveja a instalação de novas APS no interior do Estado do Maranhão, devendo, em caso positivo, indicar quais serão os municípios beneficiados, tudo no prazo de 10 (dez) dias;

iv. oficie-se à Promotoria de Justiça de Urbano Santos, encaminhado cópia da presente Portaria, com vistas a informar a instauração de ICP;

v. cientifique-se a PFDC, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 55, DE 28 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de sua agente signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007);

Considerando o teor do Termo de Declarações Nº 77/2012, no qual cidadão denuncia a má prestação de serviços por parte do IBAMA em São Luís/MA e, ainda, que os elevadores da sede do prédio da referida autarquia encontram-se todos com defeito, dificultando o acesso daquelas pessoas portadoras de deficiência física;

Considerando que a Administração Pública é regida, dentre outros, pelos princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência;

Considerando que o Ministério Público, nos termos do art. 127 da Constituição Federal de 1988, tem por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre os quais se se inclui o direito fundamental à igualdade, consagrado no artigo 6º da Carta Magna;

Considerando que, a teor dos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que o Ministério Público tem por função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos;

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o escopo de apurar o caso.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e os documentos anexos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC;

ii. oficie-se ao IBAMA para que se manifeste circunstanciadamente sobre o teor da aludida representação, cuja cópia deve seguir anexa, no prazo de 10 (dez) dias;

iii. cientifique-se a PFDC, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 56, DE 31 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que subscreve, considerando que, no curso do Procedimento nº 1.33.005.000614/2011-14, foi excedido o prazo estabelecido no art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, indicando, em cumprimento do art. 4º da referida resolução:

a) Fundamento legal: art. 129 c/c art. 109 da Constituição Federal; art. 7º, I e art. 8º da Lei Complementar nº 75/93; art. 8º e parágrafos da Lei nº 7.347/85;

b) Descrição do fato: Apurar a negativa do SUS em fornecer o medicamento LUCENTIS à paciente CLAUDEMIRA BORGES DA SILVA;

c) Nome e qualificação da pessoa a quem o fato é atribuído: Município de Joinville, Estado de Santa Catarina e União;

d) Nome e qualificação do autor da representação: Claudemira Borges da Silva, brasileira, portador do CPF 150.466.398-58 e RG 4.250.356 SSP/SC, Rua Noel Rosa 345, Bairro Comasa, CEP 89228-430, Joinville/SC.

Fica determinado, por ora, a seguinte diligência:

1) Comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e encaminhamento da presente portaria para publicação;

2) Após, conclusos.

TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ

PORTARIA Nº 56, DE 26 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 5º, inciso II, alínea "c", e 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal nº 75/93, e:

CONSIDERANDO que a tarefa fundamental do Estado Democrático de Direito consiste em superar as desigualdades sociais e regionais e instaurar um regime democrático que realize a justiça social;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei 12.305/2010) que no artigo 3º, inciso VII, prevê que destinação final ambientalmente adequada;

CONSIDERANDO que a Prefeitura de Ribeirão das Neves foi contemplada com recursos do Governo Federal, advindos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC para a construção de galpão de triagem, mas até o presente momento não providenciou as medidas necessárias a sua implementação;

CONSIDERANDO as dificuldades atualmente enfrentadas pelos catadores em realizar o seu trabalho e a iminência da perda do recurso já existente;

DETERMINO a instauração de inquérito civil público com o propósito de acompanhar a implementação do Galpão de Reciclagem para os Catadores de materiais recicláveis de Ribeirão das Neves e verificar a possível ocorrência de desídia no cumprimento da função pública.

À Divisão de Tutela Coletiva Cível (DTCC) para registro e autuação. Comunique-se a E. Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, para ciência e publicação da presente. Em seguida, conclusos para deliberação.

SILMARA CRISTINA GOULART

PORTARIA Nº 56, DE 15 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010 do CSMPF;

e) considerando o tramite dos autos nº 1.15.000.000798/2011-72 que trata de Abaixo-assinado de moradores do bairro Sapiranga contrários à construção do abrigo para adolescentes do sexo masculino, em conflito com a lei, Centro de Semiliberdade Mártir Francisca;

f) considerando que tal conduta se insere no âmbito de atuação do Ministério Público Federal;

Converta-se em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o Procedimento Administrativo de nº 1.15.000.000798/2011-72 para promover ampla apuração dos fatos noticiados, conforme determina o § 4º, art. 4º da Resolução nº 87 do CSMPF;.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

NILCE CUNHA RODRIGUES

PORTARIA Nº 57, DE 15 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010 do CSMPF;

e) considerando o tramite dos autos nº 1.15.000.000440/2010-69 que trata da regularidade de funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos;

f) considerando que tal conduta se insere no âmbito de atuação do Ministério Público Federal;

Converta-se em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o Procedimento Administrativo de nº 1.15.000.000440/2010-69 para promover ampla apuração dos fatos noticiados, conforme determina o § 4º, art. 4º da Resolução nº 87 do CSMPF;.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

NILCE CUNHA RODRIGUES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 57, DE 31 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas prerrogativas constitucionais, legais e regulamentares:

Considerando que, no curso do Procedimento nº 1.33.005.000613/2011-61, foi excedido o prazo estabelecido no art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP, resolvo instaurar INQUÉRITO CIVIL, indicando, nos termos do art. 4º:

a) Fundamento legal: art. 129 c/c art. 109 da Constituição Federal; art. 7º, I e art. 8º da Lei Complementar nº 75/93; art. 8º e parágrafos da Lei nº 7.347/85;

b) Descrição do fato: Apurar a negativa do SUS em fornecer o medicamento LUCENTIS ao paciente JOSÉ EVELÁSIO ANDRIETTI;

c) Nome e qualificação da pessoa a quem o fato é atribuído: Município de Joinville, Estado de Santa Catarina e União;

d) Nome e qualificação do autor da representação: José Evelásio Andrietti, brasileiro, aposentado, portador do CPF nº 246.573.369-91 e RG 436029 SSP/SC, domiciliado e residente na Rua Santa Mônica 192, bairro Boa Vista, CEP 89206-040, Joinville/SC.

Determino os registros de praxe, a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, o encaminhamento da presente portaria para publicação e a posterior conclusão.

TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ
Procurador da República

PORTARIA Nº 57, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 5º, inciso III, alínea "e", e 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal nº 75/93, e:

CONSIDERANDO que o art. 196 da CF/88 afirma que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.";

CONSIDERANDO a matéria veiculada pelo jornal Estado de Minas em 04 de junho de 2012, que dá conta de que no Estado de Minas Gerais o número de mortes em decorrência de câncer cresceu 57,6% entre 2000 e 2010, enquanto a média nacional, no mesmo período, foi de 48,5%;

CONSIDERANDO que a mesma matéria revela que em Minas Gerais apenas 48% da demanda por procedimentos cirúrgicos em pacientes com diagnóstico de câncer encaminhados ao Sistema Único de Saúde (SUS) foram atendidos;

CONSIDERANDO que a Auditoria de natureza operacional realizada pelo TCU, tendo por objeto a Política Nacional de Atenção Oncológica, aponta que os aspectos mais críticos da rede oncológica no Brasil são: a dificuldade para o acesso tempestivo a exames e tratamentos, deficiências na assistência prestada aos pacientes e o aumento de gastos em função de fragilidades nos mecanismos de gestão e controle;

DETERMINO a instauração de inquérito civil público com o propósito de verificar possíveis irregularidades no diagnóstico e tratamento de câncer ofertado pelo SUS no âmbito do Estado de Minas Gerais.

À Divisão de Tutela Coletiva Cível (DTCC) para registro e autuação. Comunique-se a E. Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, para ciência e publicação da presente. Em seguida, conclusos para deliberação.

SILMARA CRISTINA GOULART
Procuradora da República

PORTARIA Nº 58, DE 31 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que subscreve, considerando que, no curso do Procedimento nº 1.33.005.000608/2011-59, foi excedido o prazo estabelecido no art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, indicando, em cumprimento do art. 4º da referida resolução:

a) Fundamento legal: art. 129 c/c art. 109 da Constituição Federal; art. 7º, I e art. 8º da Lei Complementar nº 75/93; art. 8º e parágrafos da Lei nº 7.347/85;

b) Descrição do fato: Apurar a negativa do SUS em fornecer o medicamento LUCENTIS à paciente HELENA FRANCENER LOHN;

c) Nome e qualificação da pessoa a quem o fato é atribuído: Município de Joinville, Estado de Santa Catarina e União;

d) Nome e qualificação do autor da representação: Helena Francener Lohn, brasileira, casada, do lar, portadora do CPF nº 722.375.629-20 e RG nº 4.467.564-0, residente e domiciliada na Rua Rataulfo Alves nº 351, bairro Comasa, CEP 89228-260, Joinville/SC

Fica determinado, por ora, a seguinte diligência:

1) Comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e encaminhamento da presente portaria para publicação;

2) Após, conclusos.

TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ

PORTARIA Nº 67, DE 18 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, em exercício na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, desempenhando as atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, e por determinação do art. 5º da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Resolve converter a Peça de Informação nº 1.20.002.000064/2012-94 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para aferir a regularidade da implantação do Programa Luz para Todos nas propriedades rurais no Município de Vera, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à PFDC, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo).

III - a adoção da seguinte diligência: oficie-se a ANEEL, com cópia das fls. 7/8, 10 e 12/12v, para que informe, no prazo de 15 (quinze) dias, se a Resolução Normativa pertinente à universalização de serviço de energia elétrica nas situações discriminadas no art. 14, §§ 4º e 5º, da resolução normativa nº 223/2003 já foi elaborada e, em caso positivo, se contemplaria a situação do representante.

ANALÍCIA ORTEGA HARTZ

PORTARIA Nº 71, DE 6 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas prerrogativas constitucionais, legais e regulamentares:

Considerando que, no curso do Procedimento nº 1.33.005.000673/2011-84, foi excedido o prazo estabelecido no art. 2º, § 6º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP, resolvo instaurar INQUÉRITO CIVIL, indicando, nos termos do art. 4º:

a) Fundamento legal: art. 129 c/c art. 109 da Constituição Federal; art. 7º, I e art. 8º da Lei Complementar nº 75/93; art. 8º e parágrafos da Lei nº 7.347/85.

b) Descrição do fato: Apurar a negativa no fornecimento do medicamento PRADAXA ao paciente JOÃO MARIA DE LIMA.

c) Nome e qualificação da pessoa a quem o fato é atribuído:Município de Joinville, Estado de Santa Catarina e União.

d) Nome e qualificação do autor da representação: AZENAIDE PFUNDNER, CPF 534.393.259-20, nascida em 20/05/1962, filha de João Maria de Lima e Abigail Porto de Lima, com endereço na Rua Pica Pau, 496, cx 1, bairro Aventureiro, CEP 89226-040, Joinville/SC.

Determino os registros de praxe, a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, o encaminhamento da presente portaria para publicação e a posterior conclusão.

TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ

PORTARIA Nº 71, DE 27 DE JUNHO DE 2012

"Instaura Inquérito Civil Público com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na execução do Programa Minha Casa, Minha Vida".

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL POLO DE PETROLINA/JUAZEIRO, pelo procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com fulcro no artigo 129, incisos II, III e VI, da Constituição Federal; nos artigos 5º, 6º, 7º e 8º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e no artigo 2º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87, de 03 de agosto de 2006:

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção de interesses difusos e coletivos (art. 129, inc. III, da CF/88);

CONSIDERANDO que o art. 129, II, da Constituição da República estabelece como dever do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO o termo de declaração apresentado por Ivanilda Pereira do Nascimento, Chalania Dias e Ivanildo Silva Souza, no qual informa que 208 (duzentas e oito) pessoas que foram sorteadas e tiveram seus nomes excluídos da lista de pessoas que assinariam contrato para receberem casas do Programa Habitacional "Minha Casa, Minha", do Governo Federal, no Município de Petrolina/PE;

CONSIDERANDO que aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

CONSIDERANDO que para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público Federal poderá, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta (artigo 8°, II, da Lei Complementar 75/93);

Resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público destinado a investigar os fatos acima mencionados, determinando a remessa dessa portaria e dos documentos anexos à Subcoordenadoria Jurídica para registro e autuação como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e realização das comunicações de praxe.

Determino, ainda, que, em seguida, os autos do IC sejam encaminhados à secretaria deste gabinete para adoção da diligência abaixo descrita:

oficiar ao Município de Petrolina/PE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se sobre os fatos narrados no termo de declaração de fls. 04/05.

Designo a servidora Camila Ferreira de Souza, técnica administrativa, para atuar neste procedimento, enquanto lotada neste gabinete.

Publique-se. Diligencie-se. Cumpra-se.

JOÃO PAULO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 73, DE 6 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que subscreve, considerando que, no curso do Procedimento nº 1.33.005.000348/2011-11, foi excedido o prazo estabelecido no art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, indicando, em cumprimento do art. 4º da referida resolução:

a) Fundamento legal: art. 129 c/c art. 109 da Constituição Federal; art. 7º, I e art. 8º da Lei Complementar nº 75/93; art. 8º e parágrafos da Lei nº 7.347/85;

b) Descrição do fato: Apurar a negativa do SUS em fornecer o medicamento VASTAREL, CARVEDILOL e ESPIRONOLACTONA ao paciente ALESSIO DA SILVA.

c) Nome e qualificação da pessoa a quem o fato é atribuído: Município de Joinville, Estado de Santa Catarina e União.

d) Nome e qualificação do autor da representação: Albertina Fagundes, brasileira, casada, dona de casa, inscrita no CPF sob o nº 421.996.899-72, portadora do RG 2/R 3.138.447, nascida aos 04/08/1958, residente na ST Covanca, P.34, bairro Pirabeiraba, CEP 89200-000, Joinville/SC.

Ficam determinadas, por ora, as seguintes diligências:

1) Comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e encaminhamento da presente portaria para publicação;

2) Após, conclusos.

WTIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ

PORTARIA Nº 78, DE 15 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que subscreve, considerando que, no curso do Procedimento nº 1.33.005.000702/2011-16, foi excedido o prazo estabelecido no art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, indicando, em cumprimento ao seu art. 4º:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a) Fundamento legal: art. 129 c/c art. 109 da Constituição Federal; art. 7º, I e art. 8º da Lei Complementar nº 75/93; art. 8º e parágrafos da Lei nº 7.347/85;

b) Descrição do fato: Apurar a negativa do SUS em fornecer o medicamento JANUMET (Sitagliptina associado a Metformina) à paciente Lorena Camilo Paradela;

c) Nome e qualificação da pessoa a quem o fato é atribuído:Município de Joinville, Estado de Santa Catarina e União;

d) Nome e qualificação do autor da representação: Lorena Camilo Paradela, CPF n° 294.047.709-49, com endereço na Rua Lírio do Campo, 98, Floresta, Joinville/SC, CEP 89.211-320.

Ficam determinadas, por ora, as seguintes diligências:

1) Comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e encaminhamento da presente portaria para publicação;

2) Após, conclusos.

TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ

PORTARIA Nº 90, DE 17 DE MAIO DE 2012

determinando a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO:

1. o disposto na Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87, de 3 de agosto de 2006, a qual preceitua a necessidade da descrição do fato objeto da presente investigação;

2. que ao Ministério Público, nos termos do art. 127, caput da Constituição Federal, incumbe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais indisponíveis;

3. que, nos termos do artigo 6º, VII da Lei Complementar n° 75/93, compete ao Ministério Público da União a promoção do inquérito civil da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos;

4. também que o artigo 6º, XIV da Lei Complementar nº 75/93 dispõe que compete o Ministério Público da União promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais indisponíveis, especialmente à ordem social;

5. ainda o disposto no caput do artigo 196 da Constituição da República Federativa do Brasil, que estabelece que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

6. o procedimento administrativo nº 1.33.005.000148/2008-63 instaurado com o fim precípuo de assegurar aos cidadãos da Subseção Judiciária de Joinville atendimento adequado eficiente e razoável na área da saúde, tendo em vista as constantes denúncias protocoladas nesta Procuradoria da República noticiando a insuficiência das ações e serviços de saúde proporcionados à população joinvilense.

Resolve:

converter o presente Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL com o fim de investigar os fatos.

Para tanto, determino à Secretaria desta PRM que:

1. proceda à instauração, ao registro e à autuação do Inquérito Civil;

2. providencie a juntada aos autos dos documentos encadernados que seguem em anexo.

Após, voltem-me os autos conclusos.

MÁRIO SÉRGIO GHANNAGÉ BARBOSA

PORTARIA Nº 93, DE 28 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando o comparecimento da Sra. Izanete Gonçalves da Silva noticiando a negativa de fornecimento de medicamento pelo Sistema Único de Saúde - SUS:

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.33.001.000312/2012-59, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO

PORTARIA Nº 99, DE 15 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pela Procuradora da República no Município de Resende /RJ, no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da CRFB, pelo art. 1º, inciso I, c/c art. 8º, § 1º, ambos da Lei nº 7.347/1985 e pelo art. 6º, inciso VII, alínea b, c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/1993, e

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público Federal, através da Procuradoria dos Direitos do Cidadão, a defesa dos direitos constitucionais do cidadão, visando à garantia do seu efetivo respeito pelos Poderes Públicos e pelos prestadores de serviços de relevância pública (art. 11 e art. 12 da Lei Complementar nº 75/1993);

CONSIDERANDO que a Procuradoria da República no Município de Volta Redonda/RJ encaminhou a este órgão ministerial, através do Ofício MPF/PRM/VR/GAB/RCL nº 974/2012 (Protocolo PRM-RSD-RJ-00003161/2012), Termo de Declaração que teria sido prestado por Antônio Duarte Costa, consignando que a empresa "LEGITIMUS ASSESSORIA & SERVIÇOS", organizadora do concurso da empresa pública federal INB (Indústrias Nucleares do Brasil), realizado em 22 de abril de 2012, não teria disponibilizado ao seu filho TIAGO SOARES DA COSTA (surdo e mudo), a assistência de um intérprete de "LIBRAS", para a realização do exame, em que pese o edital do certame garantir tal assistência, e o seu filho a ter solicitado por ocasião da inscrição;

CONSIDERANDO que foi encaminhada a este órgão ministerial representação subscrita por "JULIANA", formulada através do "Serviço de Denúncia Pública" da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (Protocolo PRM-RSD-RJ-00003246/2012), noticiando, em síntese, que por ocasião da participação no processo seletivo público da empresa pública federal INB (Indústrias Nucleares do Brasil), organizado pela empresa "LEGITIMUS ASSESSORIA & SERVIÇOS", e realizado em 22 de abril de 2012, as entregas dos respectivos cartões-resposta ocorreram após 20 (vinte) minutos do início da exame, e que estes não ostentavam qualquer tipo de lacração;

CONSIDERANDO que a Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva - Núcleo Resende encaminhou a este órgão ministerial, através do Ofício TCOL/Res Nº 702/2012 (Protocolo PRM-RSD-RJ-00002964/2012), representação subscrita por MONIQUE JONES DE SOUZA, noticiando, em síntese, que por ocasião da participação no processo seletivo público da empresa pública federal INB (Indústrias Nucleares do Brasil), organizado pela empresa "LEGITIMUS ASSESSORIA & SERVIÇOS", e realizado em 22 de abril de 2012, ocorreram várias irregularidades na aplicação do exame, especificamente no Colégio Dom Bosco, Município de Resende/RJ, tais como fechamento dos portões depois do horário limite estabelecido, não distribuição de provas para todos os candidatos, distribuição dos cartões-resposta após o início do exame, e outras;

CONSIDERANDO que faz-se imperiosa a apuração de eventuais deficiências e/ou irregularidades nos serviços de relevância pública prestados pela empresa "LEGITIMUS ASSESSORIA & SERVIÇOS" e pela INB (Indústrias Nucleares do Brasil), especificamente, quanto a organização do processo seletivo público, realizado em 22 de abril de 2012, para seleção de candidatos a serem contratados pela referida empresa pública;

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com a finalidade de apurar eventuais deficiências e/ou irregularidades no processo seletivo público, organizado pela empresa "LEGITIMUS ASSESSORIA & SERVIÇOS", realizado em 22 de abril de 2012, para seleção de candidatos a serem contratados pela INB (Indústrias Nucleares do Brasil);

Desde já, adotem-se as seguintes providências:

a) Registre-se e autue-se, com a seguinte ementa: "INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - direitos DO CIDADÃO - EVENTUAIS DEFICIÊNCIAS e/OU irregularidades em processo seletivo público - LEGITIMUS ASSESSORIA & SERVIÇOS - INB (INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL)".

b) Comunique-se a instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão remetendo-se extrato desta Portaria, e solicitando que providenciem a publicação no Diário Oficial da União.

c) Publique-se esta Portaria no átrio desta Procuradoria.

d) Oficie-se à Procuradoria da República em Volta Redonda/RJ solicitando que envie o original subscrito ou cópia do original subscrito do Termo de Declaração que teria sido prestado por Antônio Duarte Costa, eis que na cópia enviada não consta a assinatura do servidor que digitou o referido documento, tampouco a do declarante. Cópia do Termo de Declaração que teria sido prestado por Antônio Duarte Costa, recebido por este órgão ministerial, deverá seguir anexa.

e) Encaminhe-se cópia digitalizada da presente portaria, via e-mail, a "JULIANA" (julianacvgomes@yahoo.com.br), solicitando seus dados qualificativos completos (nome, data de nascimento, filiação, endereço, etc), bem como o seu número de inscrição no processo seletivo público da INB (Indústrias Nucleares do Brasil). Após, notifique-se "JULIANA" a comparecer nesta Procuradoria da República, em data a ser designada pela Secretaria, a fim de prestar maiores informações. Consigne-se, ainda, que, na ocasião, a notificada deverá trazer consigo cópias de todos os documentos que possua referentes à sua inscrição e participação no processo seletivo público da INB (Indústrias Nucleares do Brasil).

f) Encaminhe-se cópia da presente portaria, via Correios, a MONIQUE JONES DE SOUZA, RAMIANE EUFRÁSIO DOS SANTOS, ANNE ROSE DE OLIVEIRA, PATRÍCIA MENDES DE AZEVEDO, CLÁUDIA REGINA CHRISPIM, DAYANA ELIZABETH WERDERITS SILVA, comunicando-lhes acerca da instauração do presente procedimento, e notificando-lhes a comparecer nesta Procuradoria da República, em data a ser designada pela Secretaria, a fim de prestarem maiores informações. Consigne-se, ainda, que, na ocasião, as notificadas deverão trazer consigo cópias de todos os documentos que possuam referentes às suas respectivas inscrições e participações no processo seletivo público da INB (Indústrias Nucleares do Brasil).

g) Oficie-se a "LEGITIMUS ASSESSORIA & SERVIÇOS" e a INB (Indústrias Nucleares do Brasil) requisitando que, no prazo de 10 (dez) dias, encaminhe(m) cópia(s) das ata(s) relativa(s) à(s) prova(s) aplicada(s), em 22 de abril de 2012, no período da manhã, na Sala 26, Bloco 3 (térreo), da Associação Educacional Dom Bosco, situada na Rua Darcy Ribeiro, nº 2.535, Campo da Aviação - Resende/RJ.

IZABELLA MARINHO BRANT

PORTARIA Nº 99, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL por seu Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e, especialmente

CONSIDERANDO os fatos inicialmente apurados nos autos do Procedimento Administrativo Cível 1.29.008.000769/2011-45;

CONSIDERANDO a representação encaminhada por Cláudia de Arruda Sarturi, Sônia Therezinha Messerschimidt e Nelson Goettert relatando supostas irregularidades ocorridas no processo de seleção do concurso público para provimento de cargo de Professor Auxiliar, na área de Educação Especial/Libras, regido pelo Edital nº 045/2011 da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor apurar os fatos retratados na representação;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, e incumbi-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis,

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos,

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 6º, XIV, "f" da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público promover ações necessárias em defesa da probidade administrativa,

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público Federal instaurar inquéritos civis públicos e procedimentos administrativos correlatos, nos termos do art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993,

Resolve, nos termos da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público, e da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, instaurar o presente Inquérito Civil Público, versando sobre a verificação quanto a supostas irregularidades ocorridas no concurso público para provimento de cargo de Professor Auxiliar, na área de Educação Especial/Libras, regido pelo Edital nº 045/2011 da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM; e

Determina:

a) autue-se na categoria de Inquérito Civil Público, mantendo a distribuição do feito vinculada a este ofício, tendo em vista as regras internas de distribuição vigentes;

b) proceda-se a devida classificação (em meio físico e eletrônico) do presente procedimento, vinculando-o à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, comunicando-se à PFDC;

c) após, junte-se o documento PRM-SMA-RS-00005228/2012 ao presente feito.

RAFAEL BRUM MIRON

PORTARIA Nº 115, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1) a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.22.003.000073/2012-09 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades referentes ao tratamento médico dispensado à representante, haja vista sua lesão no joelho e impossibilidade de trabalhar;

2) a comunicação imediata à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça.

CLÉBER EUSTÁQUIO NEVES

PORTARIA Nº 116, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Pú-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

blico, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1) a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.22.003.000072/2012-56 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades referentes ao não reconhecimento de exercício de tempo de função e correlação de direitos incorporados com correções monetárias, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro;

2) a comunicação imediata à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça.

CLÉBER EUSTÁQUIO NEVES

PORTARIA Nº 119, DE 28 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1) a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.22.003.000155/2012-45 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para averiguar junto ao INSS a situação do requerimento de pensão por morte do Sr. Edson Faustino da Silva;

2) a comunicação imediata à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça.

CLÉBER EUSTÁQUIO NEVES

PORTARIA Nº 120, DE 2 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1) a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.22.003.000162/2012-47 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar suposta prática de maus tratos em menor, além do não cumprimento dos requisitos de inclusão do menor como portador de necessidade especial pela Escola Estadual Tubal Vilela, no município de Uberlândia/MG;

2) a comunicação imediata à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça.

CLÉBER EUSTÁQUIO NEVES

PORTARIA Nº 158, DE 20 DE JUNHO DE 2012

PA nº 1.26.000.003200/2009-07

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando que o objeto do presente procedimento administrativo se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando que os elementos dos autos são insuficientes para adoção das medidas pertinentes;

d) considerando a impossibilidade de conclusão da apuração no período de seis meses, em razão da complexidade dos fatos sob apuração;

e) considerando o teor da Resolução nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Determino a conversão do presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto apurar notícia de irregularidades, no âmbito do Hospital Getúlio Vargas, consistente em não prestar atendimento adequado e rápido ao paciente Antônio de Barros Oliveira, idoso de 80 anos, acometido de obstrução no intestino.

Autuem-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que os acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC do Ministério Público Federal, para os fins previstos na Resolução n.º 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por fim, determino a expedição de novo ofício ao CREMEPE, requisitando informações acerca do andamento da sindicância n.º 17/2010.

RAFAEL RIBEIRO NOGUEIRA FILHO

PORTARIA Nº 191, DE 22 DE JUNHO DE 2012

Procedimento Preparatório: 1.34.001.009210/2009-75. Assunto: PESSOA COM DEFICIÊNCIA. ACESSIBILIDADE. Deficiente visual. Servidores do Tribunal Regional do Trabalho - TRT 2ª Região. Possível falta de acessibilidade na Intranet.

O Ministério Público Federal, pela Procuradora da República subscritora da presente,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, na forma do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, de acordo com o artigo 129, inciso III, da Carta Magna;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;

CONSIDERANDO o conteúdo da Lei Federal 7853/89, a qual estabelece normas gerais que visam a garantir o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

pessoas portadoras de deficiências, capacitando inclusive o Ministério Público para proceder à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência, por meio da instauração de inquéritos civis públicos e da propositura de ações civis públicas (art. 3 e 6º);

CONSIDERANDO que a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, conforme disposto no art. 3º, IV, da Constituição Federal;CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, caput, da Constituição Federal, reconhecendo a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza ;

CONSIDERANDO que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, reconhece que a deficiência é um conceito em evolução e resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

CONSIDERANDO que referida Convenção, nos termos do §3º do artigo 5º da Constituição Federal, ingressou no ordenamento jurídico pátrio com força equivalente à emenda constitucional, visando à ampliação dos direitos fundamentais do homem e passando a integrar o denominado "bloco de constitucionalidade";

CONSIDERANDO que a já mencionada Lei Federal 7853/89 determinada que os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar tratamento prioritário e adequado tendente a viabilizar, na área de formação profissional e do trabalho, a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de pessoas com deficiência;

CONSIDERANDO que o art. 17 da Lei 10.048/00 dispõe que o Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer;

CONSIDERANDO o teor das Informações SDS nº 02/2010, encaminhadas a esta Procuradoria pelo Ofício GP TRT/SP nº 36/2010, dando conta de que "foram alteradas as páginas de consulta do contracheque e informe de rendimentos […] que agora devem ser passíveis de acesso pelos leitores de telas", bem como de que foram MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL identificadas algumas atividades cuja "compatibilidade e facilidade de execução pudesse ser mais facilmente adaptáveis aos indivíduos que requerem facilitadores de acesso", como a "redução a termo de atas de audiência e classificação das peças processuais de acordo com os assuntos estabelecidos pelo CNJ",

CONSIDERANDO o relatório apresentado pela Coordenadoria de Informática desta Procuradoria da República no Estado de São Paulo a fl. 47;

Resolve, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO por conversão do Procedimento Preparatório nº 1.34.001.009344/2009-87, para apurar a falta de acessibilidade na intranet do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Desta forma, dando continuidade às investigações, determina:

a) Seja juntada a presente Portaria no início do Procedimento Preparatório n.º 1.34.001.009344/2009-87

b) Seja comunicada a Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, inclusive para fins de publicação da presente Portaria na imprensa oficial (art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. arts. 6º e 16, §º1º, inciso I, da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público

Federal);

c) Seja designada da Técnica Administrativa Gisele Novack vinculada ao gabinete da Banca III do 4º Ofício, para secretariar o inquérito civil;

d) Seja expedido ofício ao Exmo. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Dr. Decio Sebastião Daidone, encaminhando cópia do relatório elaborado pelo Setor de Informática desta Procuradoria (fl. 47), bem como solicitando o que segue:

- os resultados da ferramenta de acessibilidade dasilva, mencionado na Informação SDS nº 01/2010, item 3, com envio de cópia a este órgão ministerial;

- o envio dos documentos 3 e4 mencionados na Informação SDS nº 01/2010, item 3;

-informe sobre os membros que compõem a Comissão de Acessibilidade constituída para propiciar adaptação das ferramentas de trabalho aos servidores com deficiência e providências tomadas pela comissão para esse fim.

ADRIANA DA SILVA FERNANDES

PORTARIA Nº 244, DE 26 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais:

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria o Inquérito Civil Público nº 1.25.005.000380/2007-92, destinado a acompanhar os trabalhos de levantamento e identificação dos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Mauá (UHE Mauá) e acompanhar os trabalhos, estudos e conclusões da Câmara Técnica de Desapropriações, Indenizações e Reassentamento, instituída no âmbito de um Grupo de Estudos Multidisciplinar dessa usina (GEM-Mauá);

CONSIDERANDO que, a fim de estabelecer as formas e parâmetros de indenização e compensação a esses atingidos, em 01/09/2009 estabeleceu-se um Termo de Acordo para Indenização aos Atingidos da Usina Hidrelétrica Mauá, celebrado entre o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS, por suas consorciadas Copel e Eletrosul, a Associação dos Atingidos por Barragem no Rio Tibagi (Associação Salto Mauá) e aderentes individuais ao acordo;

CONSIDERANDO que, por deliberação da mencionada Câmara Técnica, realizou-se, com a presença do MPF e da Defensoria Pública da União, nos dias 15, 16 e 17 de julho de 2010, um "mutirão de atendimento" aos atingidos nos municípios paranaenses de Ortigueira e Telêmaco Borba, no qual foram tomadas as declarações de todos aqueles que se sentiam prejudicados ou tinham dúvidas a respeito de seus direitos e interesses, frente ao referido Termo de Acordo;

CONSIDERANDO que nessa primeira etapa do mutirão foram colhidas 80 (oitenta) declarações, versando, dentre outros pontos, sobre o direito ao reassentamento e os critérios utilizados para tanto; o valor das indenizações pagas; atrasos nesses pagamentos e seus consectários (multa, juros e correção); falhas na identificação/cadastramento dos atingidos e outros;

CONSIDERANDO que, a partir das diversas reuniões da Câmara Técnica e dos encaminhamentos dados pelo MPF às reivindicações colhidas no decorrer do citado mutirão, celebrou-se, em 15/12/2010, um Aditivo ao Termo de Acordo para Indenização aos Atingidos da UHE Mauá, firmado entre o CECS, Associação Salto Mauá, MPF e DPU, destinado a reassentar empregados e ilhéus que, em função da usina, perderam o emprego, moradia e área de plantio ou pecuária ("realocação especial");

CONSIDERANDO que, também após a realização do citado mutirão, novos casos têm chegado ao conhecimento desta Procuradoria, mediante termos de declarações prestadas perante a Associação Salto Mauá, através de informações colhidas pela Analista Pericial em Antropologia do MPF ou, ainda, mediante representação direta a este Órgão Ministerial;

CONSIDERANDO que essas reclamações devem ser, após resposta preliminar do empreendedor, submetidas à apreciação da Câmara Técnica, e considerando, ainda, as peculiaridades de cada caso, a multiplicidade de atingidos, a diversidade das soluções propostas e o elevado número de documentos então colhidos, tornou-se recomendável a autuação e acompanhamento desses casos em procedimentos específicos;

CONSIDERANDO que um desses novos casos, autuado como Peças de Informação nº 1.25.005.000725/2012-75, é o alusivo aos Srs. DANIEL SCHNEIDER e NAIR DOS SANTOS SCHNEIDER, que reivindicam do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul: a) acesso para os animais entre as duas áreas remanescentes1; b) indenização por eucaliptos que foram arrancados da área; c) construção de um barracão para "retiros religiosos";

CONSIDERANDO que as alegações e requerimentos repetem - em grande parte - aqueles formulados em outro termo de declaração, de 16/07/2010, já analisados no ICP n.º 1.25.005.001685/2010-17, definitivamente arquivados nesta Procuradoria após homologação pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC;

CONSIDERANDO que a plantação de eucaliptos não foi mencionada à época e, por isso mesmo, é de difícil comprovação e valoração econômica, eis que decorridos mais de 2 (dois) anos da

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

celebração do termo de aceite com o CECS (dez/2009), além de não haver menção à quantidade/volume de eucalipto no novo termo;

CONSIDERANDO que, apenas no que tange ao acesso entre as duas áreas remanescentes cabe perquirir sobre a sua adequação, já que os declarantes aduzem que o acesso construído pelo Consórcio "não liga as duas partes e para remanejar o gado teria que percorrer mais de sete quilômetros" (sic);

CONSIDERANDO, finalmente, ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, na dicção do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal;

RESOLVE converter estas Peças de Informação nº 1.25.005.000725/2012-75 em Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, para acompanhar o pedido de construção de acesso para os animais entre as duas áreas remanescentes de DANIEL SCHNEIDER e NAIR DOS SANTOS SCHNEIDER, atingidos pela UHE Mauá.

Como primeiras providências, determina-se:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação e registro do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC - sob o TEMA: Moradia (Garantias Constitucionais/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO), de acordo com os artigos 4º e 5º da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2 - Na forma do art. 15 da Instrução Normativa nº 2/2003 da PFDC, seja-lhe remetida, por e-mail, cópia desta Portaria, para a publicação prevista no art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06, bem como a sua inclusão na base de dados da PFDC;

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 250, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º, I, h, II, d, III, d e 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/1993, e considerando o disposto no art. 4º, §1º e §4º, Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

Trata-se de Procedimento administrativo instaurado em cumprimento ao Ofício - Circular nº 101/2011/PFDC/MPF, encaminhado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), relacionado ao cumprimento do Programa Nacional de Controle de Hanseníase nos municípios capixabas considerados prioritários.

Em razão disso, oficiou-se aos município de Cariacica, Fundão, Laranja da Terra, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, requisitando informações diversas sobre a execução do programa do governo federal. A maioria dos município respondeu à requisição desta PR-ES, mas alguns pendem de resposta.

Ante o exposto, Resolvo instaurar Inquérito Civil Público, para acompanhar a execução do Programa Nacional de Combate da Hanseníase nos municípios prioritários do Espírito Santo, localizados na jurisdição de Vitória-ES"

Registre-se sob a ementa: "Inquérito Civil Público instaurado para acompanhar a execução do Programa Nacional de Combate da hanseníase nos município prioritário do Espírito Santo, localizados na jurisdição de Vitória-ES - Cariacica, Fundão, Laranja da Terra, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória".

Classificação temática: PFDC - Saúde

Acautelem-se os autos no Núcleo de Tutela Coletiva por 10 (dez) dias, para que se aguarde a resposta do Município de Santa Leopoldina.

Para atendimento aos arts. 6º e 16, §1º, I, da Resolução nº 87/2006, do CSMPF, determino seja publicada a presente e comunicada a instauração do feito à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, com remessa de cópia do ato, além da inclusão em sua base de dados.

ANDRÉ PIMENTEL FILHO

PORTARIA Nº 275, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, e com fundamento nos arts. 129, II e III, da CF e art. 7º, I, da LC 75/93, e nos termos da Resolução CSMPF n. 87/2006;

Considerando consta dos autos do Procedimento Administrativo n.º 1.29.000.000157/2007-46 notícia de que na parede do Plenário do Tribunal Regional Federal da 4ª Região consta, em destaque, um crucifixo;

Considerando que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região é órgão integrante da Administração Pública Direta do Poder Judiciário da União, submetido, à princípio, ao princípio da laicidade do Estado estabelecido no inciso I do art. 19 da Constituição Federal;

Considerando que é função institucional do Ministério Público Federal exercer a defesa dos direitos constitucionais do cidadão sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos órgãos da administração direta ou indireta (art. 129, II, CF c/c art. 39, II da LC 75/93), e promover o inquérito civil e, se necessário, a ação civil pública para proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 6º, VII, a e d, da LC 75/93, c/c art. 129, III, CF);

Considerando que esgotado o prazo previsto na Resolução CSMPF n. 87/2006 para tramitação do procedimento administrativo antes de sua conversão em inquérito e que há necessidade de novas diligências investigatórias para bem instruir o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais;

Resolve instaurar inquérito civil tendo por objeto "Apurar suposta violação ao princípio da laicidade do Estado em razão da afixação de crucifixo no Plenário e Salas de Sessão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região".

Como consequência da instauração e para assegurar a devida publicidade e a regularidade da instrução, determino que a Secretaria da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão providencie:

a) a conversão do procedimento administrativo n.º 1.29.000.000157/2007-46 em inquérito civil, juntando esta portaria no início dos autos e efetuando as devidas alterações nos sistemas eletrônicos desta Procuradoria.

b) a imediata inserção eletrônica desta portaria no banco de dados da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e do Sistema ÚNICO, bem como, em até dez dias, a comunicação àquele Órgão Superior desta instauração, acompanhada de solicitação para publicação desta portaria no Diário Oficial, nos termos dos arts. 6º e 16 da Resolução CSMPF 87/06;

Para instruir este inquérito, determino, como diligência(s) investigatória(s), que a Secretaria desta PRDC providencie:

a) diligência in loco no plenário e salas de sessões do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em dias de sessões públicas, para constatar, sem a necessidade de registro fotográfico, se há crucifixos nas paredes, certificando o resultado da diligência nos autos;

b) em caso positivo, pesquisar no sítio do Conselho Nacional de Justiça se há procedimento tratando do assunto, trazendo aos autos as informações disponíveis;

c) na mesma hipótese, identificar o estágio atual da ação civil pública n. 0017604-70.2009.4.03.6100, em trâmite na Justiça Federal de São Paulo sobre o assunto, como noticiado nos autos do procedimento administrativo ora convertido em inquérito civil.

Prazo para cumprimento das diligências: 60 dias.

Designo o Analista Processual Daniel Georgiano Klujszo e o Técnico Administrativo Leandro Barichello da Silva para atuarem neste inquérito civil como secretários, enquanto lotados na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão/RS.

Após a vinda das informações ou o decurso de 30 (trinta) dias, venham os autos conclusos para deliberação.

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI

PORTARIA Nº 277, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, e com fundamento nos arts. 129, II e III, da CF e art. 7º, I, da LC 75/93, e nos termos da Resolução CSMPF n. 87/2006,

Considerando que consta dos autos do Procedimento Administrativo n.º 1.29.000.000301/2010-40, instaurado a partir de representação de Luiz Fernando Estipano Berrocal, que o Ministério do Trabalho e Emprego adota o procedimento de bloquear o recebimento do benefício do seguro-desemprego em razão de débito anterior dos beneficiários;

Considerando que ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal com o escopo de impedir o bloqueio do benefício do seguro-desemprego em razão de débito anterior dos beneficiários (processo n. 2009.71.00.006128-8) foi julgada procedente, e que a sentença transitou em julgado;

Considerando que é função institucional do Ministério Público Federal exercer a defesa dos direitos constitucionais do cidadão sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos órgãos da administração direta ou indireta (art. 129, II, CF c/c art. 39, II da LC 75/93), e promover o inquérito civil e, se necessário, a ação civil pública para proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 6º, VII, a e d, da LC 75/93, c/c art. 129, III, CF);

Considerando que esgotado o prazo previsto na Resolução CSMPF n. 87/2006 para tramitação do procedimento administrativo antes de sua conversão em inquérito civil e que há necessidade de novas diligências investigatórias para bem instruir o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais;

Resolve instaurar inquérito civil tendo por objeto "Verificar as medidas adotadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego para cumprimento da sentença proferida na Ação Civil Pública n. 2009.71.00.006128-8, que proíbe bloqueio integral do benefício do seguro-desemprego em razão de débito anterior dos beneficiários, permitindo tão somente a compensação devida".

Como consequência da instauração e para assegurar a devida publicidade e a regularidade da instrução, determino que a Secretaria da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão providencie:

a) a conversão do procedimento administrativo n.º 1.29.000.000301/2010-40 em inquérito civil, juntando esta portaria no início dos autos e efetuando as devidas alterações nos sistemas eletrônicos desta Procuradoria.

b) a imediata inserção eletrônica desta portaria no banco de dados da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e do Sistema ÚNICO, bem como, em até dez dias, a comunicação àquele Órgão Superior desta instauração, acompanhada de solicitação para publicação desta portaria no Diário Oficial, nos termos dos arts. 6º e 16 da Resolução CSMPF 87/06;

Para instruir este inquérito, determino, como diligência(s) investigatória(s), que a Secretaria desta PRDC providencie:

a) a juntada aos autos da sentença proferida na ação individual de cumprimento de sentença n. 5018294-23.2011.404.7100;

b) a designação de oitiva da servidora Ana Carolina Vicenzi Ranzi, Chefe do Setor de Seguro-desemprego e Abono Salarial da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Rio Grande do Sul, observando a pauta da Secretaria e a disponibilidade da servidora, dentro do prazo de 60 dias, para que preste declarações sobre os procedimentos administrativos adotados pela Superintendência quanto ao pagamento de seguro-desemprego para segurados com débitos anteriores dos beneficiários.

Designo o Analista Processual Daniel Georgiano Klujszo e o Técnico Administrativo Leandro Barichello da Silva para atuarem neste inquérito civil como secretários, enquanto lotados na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão/RS.

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI

PORTARIA Nº 277, DE 1º DE JUNHO DE 2012

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. PRDC. Saúde. Financiamento da saúde. Aplicação do mínimo constitucional de recursos nas ações e serviços públicos de saúde (emenda constitucional nº 29, de 13.09.2000). Consideração de despesas alheias à saúde. Estado de Santa Catarina. Exercícios de 2006 e 2007.

O Ministério Público Federal, por seu Procurador signatário, no uso de suas atribuições na Subseção Judiciária Federal de Florianópolis/SC;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal, previstas no artigo 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, c/c artigo 129, III e IX, da Constituição da República;

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (arts. 127, caput, e 129, III, da Constituição da República; arts. 81/82 e 91/92 da Lei 8.078/90 e art. 21 da Lei n.º 7.347/85), resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de apurar possível irregularidade no cumprimento de aplicação do mínimo constitucional de recursos nas ações e serviços públicos de saúde (Emenda Constitucional nº 29/2000), inclusive pela consideração de despesas alheias à saúde, pelo Estado de Santa Catarina, nos exercícios de 2006 e 2007.

Desde logo determina-se o que segue:

a) autue-se a presente portaria como Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, procedendo-se aos devidos controles nos sistemas informatizados desta Órgão;

b) comunique-se a instauração do Presente à r. PFDC

c) acoste-se os documentos que instruem a presente;

d) após, voltem conclusos.

MAURÍCIO PESSUTTO

PORTARIA Nº 278, DE 18 DE JUNHO DE 2012

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, e com fundamento nos arts. 129, II e III, da CF e art. 7º, I, da LC 75/93, e nos termos da Resolução CSMPF n. 87/2006;

Considerando que foi apurado no procedimento administrativo n. 1.29.000.000502/2012-17 que há aparente impossibilidade de alunos do curso noturno de Contabilidade da UFRGS matricularem-se na integralidade das cadeiras obrigatórias de dado semestre devido a colisões de horário, fato que, ao que tudo indica, pode impedir que tais alunos concluam o curso no tempo regular de sua duração;

Considerando que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul é entidade autárquica federal, e que eventual ação civil pública para proteção dos direitos envolvidos é de competência da Justiça Federal, por força do artigo 109, I, da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando que é função institucional do Ministério Público Federal exercer a defesa dos direitos constitucionais do cidadão sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos órgãos da administração direta ou indireta (art. 129, II, CF c/c art. 39, II da LC 75/93), e promover o inquérito civil e, se necessário, a ação civil pública para proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 6º, VII, a e d, da LC 75/93, c/c art. 129, III, CF);

Considerando que há necessidade de novas diligências investigatórias para bem instruir o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais, e que a Resolução 87 do CSMPF estabelece em 180 dias o prazo máximo de tramitação do procedimento administrativo (art. 4º, §1º);

Resolve instaurar inquérito civil tendo por objeto apurar a impossibilidade de alunos de cursos noturnos da UFRGS matricularem-se na integralidade das cadeiras obrigatórias de determinado semestre devido a colisões de horário.

Como consequência da instauração e para assegurar a devida publicidade e a regularidade da instrução, determino que a Secretaria da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão providencie:

a) o devido registro nos sistemas eletrônicos desta Procuradoria;

b) a imediata inserção eletrônica desta portaria no banco de dados da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e do Sistema ÚNICO, bem como, em até dez dias, a comunicação àquele Órgão Superior desta instauração, acompanhada de solicitação para publicação desta portaria no Diário Oficial, nos termos dos arts. 6º e 16 da Resolução CSMPF 87/06;

Para instruir este inquérito, determino, como diligências investigatórias inciais:

3) a expedição de ofícios ao Reitor da UFRGS requisitando, com fundamento no art. 8º, II, da Lei Complementar n. 75/93 as seguintes informações ou documentos:

a) se há critérios gerais vigentes na UFRGS para a definição de horários das cadeiras obrigatórias oferecidas nos cursos noturnos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

da UFRGS em cada semestre, especificamente se há orientação explícita proibindo a concomitância, informando quais são e encaminhando os atos normativos que disciplinam tais critérios ou, se inexistentes, pareceres ou outros documentos que os contemplem;

b) qual a liberdade de cada Faculdade para estabelecer a grade horária das disciplinas obrigatórias e se tal liberdade inclui a possibilidade de conflito de horário que impeça a frequência em todas as disciplinas obrigatórias de determinado semestre;

c) se não for irrestrita a liberdade de que trata o item anterior, qual a Pró-Reitoria responsável pelo acompanhamento da questão e correção de conflitos identificados na grade horária;

d) se, ante a notícia dos fatos constantes da representação anexa, essa Reitoria adotará alguma providência, informando-a.

Designo o Técnico Administrativo Rodrigo Simões para atuar neste inquérito civil como secretário, enquanto lotado na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão/RS.

Após a vinda das informações ou o decurso de 60 (sessenta) dias, venham os autos conclusos para deliberação.

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI

PORTARIA Nº 281, DE 4 DE JUNHO DE 2012

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. PRDC. Saúde. Acesso à Assistência Em Saúde. Oncologia. Radioiodoterapia (terapia com iodo radioativo 131). Internação em quarto terapêutico na dosagem acima de 30mcl. insuficiência da oferta de serviço e excessiva demora no acesso. Sistema único de saúde no estado de Santa Catarina.

O Ministério Público Federal, por seu Procurador signatário, no uso de suas atribuições na Subseção Judiciária Federal de Florianópolis/SC;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal, previstas no artigo 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, c/c artigo 129, III e IX, da Constituição da República;

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (arts. 127, caput, e 129, III, da Constituição da República; arts. 81/82 e 91/92 da Lei 8.078/90 e art. 21 da Lei n.º 7.347/85);

Considerando as informações prestadas pelo médico Sérgio Ferreira, do Hospital Municipal São José, de Joinville, no P.A. n. 1.33.005.000359/2009-87, relatando a demora exagerada na marcação (cerca de 6 meses) e escassez de vagas para realização de tratamento com dose terapêutica de iodo radioativo, após o procedimento cirúrgico necessário nos casos de câncer de tireóide (papilífero e folicular), uma vez que este tipo de tratamento, em dosagem acima de 30mCI, é realizado somente via TFD (Tratamento Fora do Domicílio), no município de São José, prejudicando o sucesso final do tratamento;

Considerando as informações da Gerência de Complexos Reguladores, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, no P.A. supracitado, de que o tratamento com Radioiodoterapia (terapia com iodo radioativo 131) em doses acima de 30mCI é realizado somente no Serviço de Medicina Nuclear no Instituto de Cardiologia (ICSC), no município de São José, em razão da necessidade de quarto especial (terapêutico), bem como que o tempo de espera dos pacientes desde o procedimento cirúrgico até o tratamento com Radioiodoterapia é de quatro a seis meses e, ainda, que é necessário o aumento da estrutura atual (que conta com apenas 2 leitos), aumentando-se o número de leitos e funcionários especializados para um adequado atendimento da demanda,

Resolve Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de apurar possível insuficiência do serviço de radioiodoterapia de uso oncológico (com dosagem acima de 30mCl a exigir internação em quarto terapêutico), com excessiva demora na sua presentação, no âmbito do Sistema Único de Saúde, no Estado de Santa Catarina.

Desde logo determina-se o que segue:

a) autue-se a presente portaria como Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, procedendo-se aos devidos controles nos sistemas informatizados desta Órgão;

b) comunique-se a instauração do Presente à r. PFDC;

c) acoste-se os documentos que instruem a presente;

d) após, voltem conclusos.

MAURÍCIO PESSUTTO

PORTARIA Nº 284, DE 28 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana, a vida, a saúde, a educação, a liberdade e o trabalho;

Considerando que a educação - assim como os demais direitos sociais, culturais e econômicos - configura direito fundamental de segunda dimensão (ou geração), caracterizado por engendrar a prerrogativa de cobrança pelo cidadão de prestações positivas do Estado;

Considerando que a omissão ou os desvios na efetivação das políticas públicas impostas pela Constituição Federal configuram fundamento para a atuação reparadora do Ministério Público e do Poder Judiciário, com o fim de sanar o desrespeito ao ordenamento constitucional em concreto, proporcionando observância real à dignidade das pessoas;

Considerando que os serviços prestados pelas instituições de ensino superior são de extrema relevância para o desenvolvimento pleno da população mato-grossense, em homenagem aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Considerando que o Ministério da Educação exerce as funções reguladora e supervisora da educação superior no Brasil;

Considerando o disposto na Resolução nº23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Por derradeiro, considerando a necessidade de mais informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Resolve converter as Peças de Informação nº1.20.000.000851/2012-56 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de "fiscalizar a regularidade do funcionamento da 'Faculdade Ortodoxa (FACO)', com sede em Guarantã do Norte/MT, no município de Tapurah/MT, assim como a da emissão de diploma de curso da instituição pela FAR - UNIVERSIDADE DE ILHA SOLTEIRA/SP", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhem-se, junto com a requisição, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 285, DE 28 DE JUNHO DE 2012

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, como preceitua o artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei nº4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a necessidade de mais informações acerca da ocupação da área denominada "Assentamento Raizama", localizado no município de Rosário Oeste/MT, a fim de fiscalizar a regularidade da exigência de inventário do cônjuge falecido para transferência de lote que já se encontra cadastrado em nome do supérstite;

Por derradeiro, considerando as diligências já determinadas e o iminente esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter as Peças de Informação nº1.20.000.000916/2012-63 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de "fiscalizar a devida implementação da reforma agrária no lote nº52 do assentamento Raizama, localizado no município de Rosário Oeste/MT, mais especificamente a regularidade da exigência de inventário do cônjuge falecido para transferência de domínio para o supérstite já titular do lote", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações do INCRA, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a solicitação, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 288, DE 4 DE JUNHO DE 2012

Ofício - Cidadania. Cidadania. moradia adequada. Programa Minha Casa Minha Vida. Critérios de definição de beneficiários. Município de Palhoça.

O Ministério Público Federal, por seu Procurador signatário, no uso de suas atribuições na Subseção Judiciária Federal de Florianópolis/SC;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal, previstas no artigo 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, c/c artigo 129, III e IX, da Constituição da República;

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (arts. 127, caput, e 129, III, da Constituição da República; arts. 81/82 e 91/92 da Lei 8.078/90 e art. 21 da Lei n.º 7.347/85);

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de apurar os critérios de definição de beneficiários e sua implementação no Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Palhoça.

Desde logo determina-se o que segue:

a) autue-se a presente portaria como Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, procedendo-se aos devidos controles nos sistemas informatizados desta Órgão;

b) comunique-se a instauração do Presente à r. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

c) acoste-se os documentos que instruem a presente;

d) após, voltem conclusos.

MAURÍCIO PESSUTTO

PORTARIA Nº 306, DE 29 DE JUNHO DE 2012

Cidadania - Segurança Pública. Cidadania. segurança pública. Empregado Público Federal. Risco à segurança decorrente de crimes testemunhados no exercício do trabalho. empresa brasileira de correios e telégrafos (ECT).

O Ministério Público Federal, por seu Procurador signatário, no uso de suas atribuições na Subseção Judiciária Federal de Florianópolis/SC;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal, previstas no artigo 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, c/c artigo 129, III e IX, da Constituição da República;

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (arts. 127, caput, e 129, III, da Constituição da República; arts. 81/82 e 91/92 da Lei 8.078/90 e art. 21 da Lei n.º 7.347/85);

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de apurar a situação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos na oferta de condições à segurança de empregado público federal seu, em risco decorrente de testemunho de crimes no exercício do trabalho.

Desde logo determina-se o que segue:

a) autue-se a presente portaria como Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, procedendo-se aos devidos controles nos sistemas informatizados desta Órgão;

b) comunique-se a instauração do Presente à r. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

c) acoste-se os documentos que instruem a presente;

d) após, voltem conclusos.

MAURÍCIO PESSUTTO

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 10, DE 14 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventuais danos ambientais (contaminação de aquíferos e lençóis freáticos) causados ao Aquífero São Sebastião, em decorrência da atividade de exploração e produção de petróleo através do Fraturamento Hidráulico em Poços Horizontais.

Determino a realização das seguintes diligências: a) Expeça-se ofício ao IBAMA, com cópia das fls. 02/08 e 11/14 dos autos, solicitando informações acerca dos fatos noticiados nos documentos anexos; b) Expeça-se ofício à ANP, com cópia das fls. 02/08 e 11/14 dos autos, solicitando informações acerca dos fatos noticiados nos documentos anexos; c) Expeça-se ofício à PETROBRÁS, com cópia das fls. 02/08 e 11/14 dos autos, solicitando informações acerca dos fatos noticiados nos documentos anexos; d) Expeça-se ofício à GRPU, com cópia das fls. 02/08 e 11/14 dos autos, solicitando informações acerca da titularidade do aquífero em destaque.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 100, DE 24 DE MAIO DE 2012

Instauração de Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO:

1. o art. 225 da Constituição Federal que preceitua que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

2. as atribuições do Ministério Público Federal, previstas no art. 129 c/c o art. 109, da Carta Maior, dentre elas a obrigação de zelar e proteger o meio ambiente;

3. que, segundo o art. 20, VII, da Constituição Federal, são bens da União os terrenos de marinha e seus acrescidos;

4. a Lei Complementar n.º 75/93, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União;

5. que, nos termos do art. 7º, I, da LC n.º 75/93, incumbe ao Ministério Público Federal a instauração de inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;

6. o disposto na Lei nº 7.347/85, que disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico e dá outras providências;

7. que o art. 22, da Lei nº 4.771/65 determina à União a fiscalização das normas do Código Florestal e que, nas áreas urbanas, a fiscalização compete aos Municípios, atuando a União supletivamente;

8. que, nos termos dos artigos 10 e 11 da Lei nº 8.429/92, constituem atos de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que atente contra os princípios da administração pública, violando os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade, causando lesões ao erário, ensejando perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º daquela lei;

9. a propositura da Ação Civil Pública nº 2007.72.01.000916-5 pelo Ministério Público Federal em face de SILVIO MENEZES DE CARVALHO, JANE MARIA CARDOSO DE CARVALHO, MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL e UNIÃO, em razão de terem sido construídas edificações, sem autorização do órgão ambiental competente, em terra de marinha e área de preservação especial (promontório) na praia de Ubatuba, na Avenida Buenos Aires, lote nº 3, com alvarás de construção emitidos irregularmente pelo Município de São Francisco do Sul e inscrição de ocupação licenciada pela União por intermédio do Serviço de Patrimônio.

Resolve:

converter o presente Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL para investigar os fatos narrados.

Para tanto, determino ao Setor de Autuação e Distribuição desta PRM/Joinville, que autue o presente despacho e os documentos que o acompanham.

Comunique-se a instauração deste Inquérito Civil à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, solicitando sua publicação nos termos do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do MPF.

Após, conclusos.

MÁRIO SÉRGIO GHANNAGÉ BARBOSA

PORTARIA Nº 100, DE 15 JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pela Procuradora da República no Município de Resende /RJ, no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da CRFB, pelo art. 1º, inciso I, c/c art. 8º, § 1º, ambos da Lei nº 7.347/85, pelo art. 6º, inciso VII, alínea b, c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e pelos arts. 2º, II, e 4º, II, da Resolução CSMPF nº 87/2006 e,

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, nos termos do art. 129, inciso III, da CRFB, instituição permanente incumbida de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que foi encaminhado a esta Procuradoria da República no Município de Resende pela Procuradoria da República no Município de Volta Redonda o Ofício MPF/PRM/VR/GAB/RCL nº 1085/2012, acompanhado de cópia de representação feita pelo Instituto Sul Americano de Desenvolvimento Aplicado, bem como cópias de notícias extraídas de sites de jornais na internet, que noticiam poluição causada por diversas indústrias situadas ao longo das margens do rio Paraíba do Sul, que foram objeto de autuação em operação deflagrada pelo Gabinete de Gestão Integrada do Estado do Rio de Janeiro - GGIE/RJ;

CONSIDERANDO que segundo as informações, dentre as indústrias objeto da operação encontra-se a Companhia Sul Fluminense de Refrigerantes (Coca-Cola), em razão do armazenamento irregular de lixo industrial da Companhia Siderúrgica Nacional em seu terreno;

CONSIDERANDO que a Companhia Sul Fluminense de Refrigerantes está situada no Município de Porto Real, nas proximidades do rio Paraíba do Sul, portanto em área sob atribuição desta Procuradoria da República no Município de Resende;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundar as investigações acerca da irregularidade apontada, bem como apurar a ocorrência de algum dano ambiental e as medidas de reparação;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com a finalidade de verificar a ocorrência de danos ambientais provenientes da eventual poluição causada por depósito irregular de material proveniente da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, em área da Companhia Sul Fluminense de Refrigerantes (Coca-Cola), no Município de Porto Real.

Desde já, adotem-se as seguintes providências:

a) Registre-se e autue-se, com a seguinte ementa: INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - MEIO AMBIENTE - COMPANHIA SUL FLUMINENSE DE REFRIGERANTES (COCA-COLA) - DEPÓSITO DE MATERIAL PROVENIENTE DA CSN - POLUIÇÃO HÍDRICA - RIO PARAÍBA DO SUL - MUNICÍPIO DE PORTO REAL - OF MPF/PRM/VR/GAB/RCL nº 1085/2012.

b) Comunique-se a instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, remetendo-se extrato desta Portaria, e solicitando que providenciem a publicação no Diário Oficial da União.

c) Publique-se esta Portaria no átrio desta Procuradoria.

d) Oficie-se à Presidência do INEA e ao INEA/SUPEMEP, remetendo cópia da representação do Instituto Sul-Americano de Desenvolvimento Aplicado - I.S., requisitando que, no prazo de 10 (dez) dias, seja encaminhado ao Ministério Público Federal cópia do processo administrativo instaurado em face da Companhia Sul Fluminense de Refrigerantes. Requisite-se, ainda, que sejam informandas ao MPF as providências adotadas pelo órgão ambiental.

e) Oficie-se à Procuradoria da República no Município de Volta Redonda solicitando cópia do Auto de Prisão em Flagrante nº 0076/1919/2012.

f) Oficie-se ao Ministério Público Estadual, remetendo cópia de todo expediente, comunicando a instauração de Inquérito Civil Público para apurar os fatos narrados no ofício MPF/PRM/VR/GAB/RCL nº 1085/2012.

IZABELLA MARINHO BRANT

PORTARIA Nº 11, DE 14 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em acompanhar e fiscalizar as instalações do Projeto "São João da Bahia no Centro Histórico", a fim de evitar eventuais danos ao patrimônio histórico.

Determino a realização das seguintes diligências: a) Expeça-se ofício à Prefeitura Municipal de Salvador, solicitando informações sobre a ocorrência e eventuais cuidados preventivos tomados em festividades juninas ocorridas na área tombada do Pelourinho, nos anos de 2011 e 2012; b) Expeça-se ofício ao IPAC solicitando informações disponíveis acerca das festividades juninas a serem realizadas em área tombada do Pelourinho em 2012, assim como os eventos realizados em 2011; c) Expeça-se ofício ao IPHAN solicitando informações disponíveis acerca das festividades juninas a serem realizadas em área tombada do Pelourinho em 2012, assim como os eventos realizados em 2011.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 15, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Orla de Macaé - Contruções - Sombreamento - Praia - Alteração das Características Naturais - Zona Costeira - 4ª CCR.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 127 e 129 da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando que a Zona Costeira é considerada pela Constituição Republicana Patrimônio Nacional (art. 225, §4º), e que as praias estão localizadas em terreno de marinha, bem da União Federal (art. 20, III e VII da CRFB);

Considerando que a Lei nº 7.661/1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, estabelece que as praias são bens de uso comum do povo (art. 10), e que "o licenciamento para parcelamento e remembramento do solo, construção, instalação, funcionamento e ampliação de atividades, com alterações das características naturais da Zona Costeira" demandam a elaboração de estudo de impacto ambiental (artigo 6º e §2º);

Considerando que, conforme constatado pessoalmente pelo órgão subscritor, diversas prédios construídos na orla deste Município de Macaé tem produzido sombra na praia, no início do período vespertino, limitando temporal e geograficamente a sua fruição como área de lazer pelos munícipes e visitantes;

Resolve instaurar inquérito civil público, que terá como objeto analisar a adequação dos procedimentos adotados pela Prefeitura Municipal de Macaé/RJ para aprovação do empreendimentos imobiliários realizados na orla do Município aos princípios e regras ambientais aplicados à gestão da Zona Costeira.

Determino à Secretaria a efetuação dos registros e a autuação devidas.

Preliminarmente, com cópia da portaria inaugural, oficie-se a Prefeitura Municipal de Macaé, requisitando informações sobre os (i) procedimentos adotados e (ii) documentos exigidos para aprovação de empreendimentos imobiliários na orla do Município, especificando se é exigido dos interessados algum estudo sobre os impactos do empreendimento nas características naturais da praia, particularmente sobre a produção de sombra e dinâmica dos ventos.

Comunique-se a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração deste inquérito civil e dê-se publicidade a este ato, na forma dos artigos 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

FLÁVIO DE CARVALHO REIS

PORTARIA Nº 19, DE 5 DE JUNHO DE 2012

Conversão do Procedimento Administrativo Cível nº 1.29.016.000100/2010-13 em Inquérito Civil Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República signatário, no uso das atribuições legais que lhe conferem os arts. 127 e 129 da Constituição Federal de 1988, arts. 5º e 6º da Lei Complementar nº 75/93, e Resolução nº 87/2006, do CSMPF:

CONSIDERANDO a instauração deste Procedimento Administrativo Cível nº 1.29.016.000100/2010-73 com o objetivo de apurar a regularidade, sob o aspecto da proteção ao meio ambiente, da noticiada podas de árvores às margens das rodovias federais que circundam os munícipios de Cruz Alta e Panambi, mormente acerca da responsabilidade pela poda e a (in)existência de autorização do órgão ambiental competente;

CONSIDERANDO que das diligências investigatórias apurou-se junto ao Departamento Estadual de Florestas e Áreas Protegidas - DEFAP, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, a inexistência de legislação específica sobre podas de árvores às margens de rodovia, com exceção daquelas que incidam sobre espécies imunes ao corte ou vegetação situada em área de preservação permanente;

CONSIDERANDO que o DEFAP referiu que é aconselhável que seja solicitado o licenciamento prévio para a realização da prática de podas, pois é trato cultural que exige conhecimento técnico, uma vez que relacionado com a fisiologia vegetal;

CONSIDERANDO que o mesmo departamento confirmou que as podas realizadas pelo DNIT no local objeto da representação inicial incidiu sobre árvores exóticas, livres de corte, transporte e comercialização, não sendo necessário o licenciamento prévio para sua exploração;

CONSIDERANDO que ficou assentado pelo órgão ambiental a necessidade de emissão de alvára de autorização de podas quando se tratar de árvores nativas ou exóticas que estiverem em área de preservação permanente;

CONSIDERANDO que foi expedida a Recomendação PRM/CA/RS nº 01/2012 ao Superintendente Regional do DNIT e respectivo Supervisor da Unidade Local;

CONSIDERANDO que há despacho de arquivamento do Procedimento Administrativo pendente de resposta oficial do DNIT à Recomendação expedida;

CONSIDERANDO que houve solicitação do DNIT de prorrogação do prazo de resposta à Recomendação em face de dificuldades em contatar com o órgão ambiental, cuja sede na capital sofreu incêndio e prejudicou parcial e temporariamente sua atividade;

CONSIDERANDO que o artigo 225 da Constituição Federal dispõe que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações";

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO ainda que o "trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito" (art. 1º, § 2º da Lei 9.503, Código de Trânsito Brasileiro) e que, conforme o § 5º do referido artigo "os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente";

CONSIDERANDO que entre as funções institucionais do Ministério Público, nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição da República, e art. 5º, inciso III, b, da Lei Complementar nº 75/93, insere-se a de "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o presente Procedimento Administrativo Cível foi instaurado em recebido em 02 de fevereiro de 2011, portanto há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2°, § 6° da Resolução CNMP n° 23/2007 e art. 4º, §§ 1º e 4° da Resolução CSMPF nº 87/2006), sem que tenham sido finalizadas as apurações;

RESOLVE:

CONVERTER, nos termos do art. 2°, § 6°, da Resolução CNMP n° 23/2007 e art. 4º, § 4°, da Resolução CSMPF nº 87/2006, o presente Procedimento Administrativo Cível em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando:

1 - Registro e autuação da presente Portaria, pelo Setor Administrativo, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, registrando-se como objeto: "apurar a regularidade, sob o aspecto da proteção ao meio ambiente, da noticiada podas de árvores às margens das rodovias federais que circundam os municípios de Cruz Alta e Panambi, mormente acerca da responsabilidade pela poda e a (in)existência de autorização do órgão ambiental competente";

2 - Nomeação do servidor João Telmo Wayhs Koehler, ocupante do cargo de Analista Processual, nos termos do art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 5°, inciso V, da Resolução CSMPF, para atuar como Secretário;

3 - Remessa de cópia da presente portaria à 4ª CCR, por meio eletrônico, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 6º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 16, §1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006);

4 - Publicação de cópia desta portaria no sítio da PRRS, nos termos do art. 9º, § 9º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF;

5 - Afixação da presente Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República no Município de Cruz Alta/RS (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2006);

6 - Como diligências, ante o certificado a fl. 75V, determino a expedição de novo ofício aos recomendados para manifestação oficial sobre os termos da Recomendação no prazo de até 10 (dez) dias .

Ainda, a fim de serem observados o art. 9º da Resolução CNMP nº 23/2007 e o art. 15 da Resolução CSMPF nº 87/2006 do CSMPF, deve o Setor Administrativo realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

FREDI ÉVERTON WAGNER

PORTARIA Nº 24, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, b e c, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que o procedimento de nº 1.23.001.000290/2011-92 investiga possível dano ambiental perpetrado no Projeto de Assentamento Nova Vitória, por assentado que estaria desenvolvendo atividade carvoeira sem autorização dos órgãos de fiscalização ambiental, bem como possível utilização de declaração falsa para obtenção de parcela pelo INCRA no programa de reforma agrária;

4. Considerando que tais fatos evidenciam potencial lesão ao meio ambiente e ao erário federal, bens jurídicos cuja defesa é uma das atribuições deste Órgão Ministerial;

5. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

6. Considerando a necessidade de novas diligências para conclusão dos fatos investigados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem o Procedimento Administrativo nº 1.23.001.000290/2011-92, a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que:

a) seja reiterado ofício ao IBAMA, para que promovam a diligência com urgência nos lotes de CARMELINDO F. SANTOS e CASSIO MARTINS DA SILVA no PA Nova Vitória para constatar a atividade carvoeira sem autorização legal, encaminhando-nos posterior cópia do relatório de fiscalização (encaminhar cópia das representações).

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANDRÉ CASAGRANDE RAUPP

PORTARIA Nº 25, DE 8 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, em face do disposto nos artigos 2º, inciso I, e 4º, inciso II, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e,

Considerando os documentos extraídos dos autos do Inquérito Civil Público nº 1.29.018.000133/2011-84, dando conta de que houve redução significativa das espécies de peixes, bem assim na qualidade dos que remanescem para o consumo;

Considerando que é função institucional do Ministério Público ...promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, CF);

Considerando a normatização contida no art. 5º, inciso III, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93, segundo a qual é função institucional do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente;

Considerando que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente, conforme prevê o art. 23, inciso VI, da Constituição Federal;

Considerando que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225 da CF);

Considerando que incumbe ao Ministério Público da União sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, podendo, para o exercício de suas atribuições, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta, bem como, expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar (Lei Complementar n. 75/1993, art. 7º, inciso I e art. 8°, incisos II, IV e VII):

Resolve:

INSTAURAR, nos termos do art. 2°, § 1°, da Resolução CNMP n° 23/2007, o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1. Registro e autuação, pelo Setor Administrativo, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, registrando-se como seu objeto: "apurar a questão atinente a redução das espécies de peixes ocasionada, possivelmente, pelo represamento das águas do Rio Uruguai para a formação do lago da barragem da UHE Foz do Chapecó";

2. Nomeação do servidor Rafael Rodrigo Pizzinatto Borcioni, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 5°, inciso V, da Resolução CSMPF, para funcionar como Secretário;

3. Remessa , no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 4º CCR, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 16, §1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006);

4. Afixação da presente Portaria, pelo prazo de 10 (dez) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República no Município de Erechim (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2006).

Como providências investigatórias iniciais, determino:

i) seja expedido ofício ao empreendedor requisitando que informe se há estudos em andamento objetivando apurar a redução das espécies de peixes ocasionada pela formação do lago da UHE Foz do Chapecó, informando as medidas compensatórias adotadas.

ANDRÉIA RIGONI AGOSTINI

PORTARIA Nº 25, DE 20 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que o curso d'água do Rio Camanducaia possui cerca de 40 metros, o que altera os limites da faixa de área de preservação permanente considerada nos autos do Inquérito Civil n° 1.34.004.000232/2002,

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL com a finalidade de diagnosticar as construções irregulares em área de preservação permanente ao longo do Rio Camanducaia em Amparo/SP e de recuperar as áreas degradadas.

Para instrução do feito, designo como corresponsável pelo procedimento: AG1.

Após, os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

PAULO GOMES FERREIRA FILHO

PORTARIA Nº 27, DE 10 DE ABRIL DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, c, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Resolve o signatário, INSTAURAR o presente INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados através da Peça de Informação nº 1.14.000.000227/2012-56.

Autue-se a presente portaria e a peça de informação que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar supostas irregularidades na entrega de documentos pela 4ª Cia de Guarda para o ex-soldado Carlos Gonçalves Teixeira.

Determino ainda: a) oficie-se à 4ª Cia de Guarda, a fim de que se manisfeste acerca dos fatos narrados na representação (enviar cópia em anexo); b) oficie-se o Representante para que tome ciência da instauração do presente inquérito civil; c) encaminhe-se cópia do presente expediente para o MPM para providências que entender cabíveis.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), encaminhando-se cópia do arquivo digital, referente à presente portaria, através do endereço eletrônico pfdc005@pgr.mpf.gov.br, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

DOMÊNICO D´ANDREA NETO

PORTARIA Nº 34, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000371/2011-72, instaurado para apurar notícia de suposto dano ambiental no município de Vitória do Xingu/PA, de acordo com os autos de infração nº 528280-D e 593203-D;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000371/2011-72, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Controle do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Junte-se ao presente ICP o extrato simplificado da JUCEPA, conforme item "d1" do despacho de fl. 63-v;

4- Oficie-se ao IBAMA, nos termos do item "d2" do mesmo despacho acima mencionado;

5 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 39, DE 21 DE JUNHO DE 2012

Inquérito Civil Público n° 1.29.003.000117/2012-31. Patrimônio Histórico Natural. Paleotocas. Município de Novo Hamburgo.

O Ministério Público Federal, por intermédio de sua Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais (artigo 129, II e IX, da Constituição Federal), legais (artigos 6º, XX, 7°, I, 8°, I a IX, todos da Lei Complementar n° 75/93) e regulamentares (art. 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87, de 03 de agosto de 2006);

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, na forma do art. 127, da Constituição Federal;

Considerando que constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (art. 216, IV, da CF/88), nos quais se incluem os conjuntos urbanos e sítios de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (art. 216, V, da CF/88);

Considerando que a representação constante nas fls. 74/75 relata a ameaça à preservação de sítio paleontológico (patrimônio histórico natural brasileiro), decorrente de construções residenciais e comerciais, em tese, irregulares, na localidade onde se encontram as chamadas paleotocas ou crotovinas, próximo à BR-116, no município de Novo Hamburgo/RS;

Considerando que compete ao Órgão Ministerial a promoção do Inquérito Civil Público e da Ação Civil Pública visando à proteção do meio ambiente e de bens e direitos de valor histórico (Lei nº 7.347/85 e Lei Complementar nº 75/93);

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de acompanhar e promover ações de preservação dos sítios de valor paleontológico encontrados neste município, mais especificamente quanto aos achados de tocas de tatu pré-histórico.

Para tanto, determina:

1. a autuação desta portaria e a remessa de cópia à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, para comunicar a instauração deste inquérito civil e requerer a publicação deste ato no Diário Oficial da União e no portal do MPF, em observância aos arts. 5º, VI, 6º e 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/2010 do CSMPF;

2. após, o retorno dos autos conclusos.

JAQUELINE ANA BUFFON

PORTARIA N° 39, DE 21 DE JUNHO DE 2012

Inquérito Civil Público n° 1.29.003.000117/2012-31. Patrimônio Histórico Natural. Paleotocas. Município de Novo Hamburgo.

O Ministério Público Federal, por intermédio de sua Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais (artigo 129, II e IX, da Constituição Federal), legais (artigos 6º, XX, 7°, I, 8°, I a IX, todos da Lei Complementar n° 75/93) e regulamentares (art. 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87, de 03 de agosto de 2006);

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, na forma do art. 127, da Constituição Federal;

Considerando que constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (art. 216, IV, da CF/88), nos quais se incluem os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (art. 216, V, da CF/88);

Considerando que a representação constante nas fls. 74/75 relata a ameaça à preservação de sítio paleontológico (patrimônio histórico natural brasileiro), decorrente de construções residenciais e comerciais, em tese, irregulares, na localidade onde se encontram as chamadas paleotocas ou crotovinas, próximo à BR-116, no município de Novo Hamburgo/RS;

Considerando que compete ao Órgão Ministerial a promoção do Inquérito Civil Público e da Ação Civil Pública visando à proteção do meio ambiente e de bens e direitos de valor histórico (Lei nº 7.347/85 e Lei Complementar nº 75/93);

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de acompanhar e promover ações de preservação dos sítios de valor paleontológico encontrados neste município, mais especificamente quanto aos achados de tocas de tatu pré-histórico.

Para tanto, determina:

1. a autuação desta portaria e a remessa de cópia à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, para comunicar a instauração deste inquérito civil e requerer a publicação deste ato no Diário Oficial da União e no portal do MPF, em observância aos arts. 5º, VI, 6º e 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/2010 do CSMPF;

2. após, o retorno dos autos conclusos.

JAQUELINE ANA BUFFON

PORTARIA Nº 48, DE 6 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000333/2011-10, que apura eventuais ilícitos ambientais na Fazenda Santa Helena, localizada no município de Uruará/PA;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000333/2011-10, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Reitere-se, urgentemente, o OF.PRM/ATM/GAB 1/Nº 460/2012, com AR, concedendo prazo de cinco dias para resposta e mencionando, em caso de não atendimento injustificado, a possibilidade de responsabilização penal e por improbidade administrativa, nos termos do artigo 11, II, c/c artigo 12, III, da lei 8.429 (juntar cópia da representação, dos ofícios já expedidos e da resposta do IBAMA de Altamira (fl. 09));

3 - Renumere-se as fls. a partir da fl. 08;

4 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 80, DE 13 DE JUNHO DE 2012

Processo Administrativo nº 1.29.004.000322/2012-97.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO

a documentação encaminhada pela Procuradoria da República no Município de Novo Hamburgo, por meio do OF/TC/GAB2/PRM-NH nº 772/2010, acerca da Linha de Transmissão de energia elétrica 525KV Campos Novos/Nova Santa Rita, sob a responsabilidade da Eletrosul e da Empresa de Transmissão de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, a qual abrangeria 02 (dois) municípios sujeitos à atribuição da PRM Passo Fundo, quais sejam: Capão Bonito do Sul e Lagoa Vermelha;

que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF, art. 129, III, e Lei Complementar n° 75/93, art. 5º, II, "d", e art. 6º, VII);

que incumbe ao Ministério Público Federal, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos (Lei Complementar nº. 75/93, art. 7º, I), podendo, para o exercício de suas atribuições, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta e indireta, bem como expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar (Lei Complementar nº. 75/93, arts. 7º, I, e 8º, II);

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de verificar acompanhar o cumprimento das licenças expedidas pelo IBAMA para a instalação e operação da linha de transmissão de energia elétrica 525KV Campos Novos - Nova Santa Rita;

Em razão disso, DETERMINO:

a) autue-se a Portaria;

b) encaminhe-se correio eletrônico à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal comunicando a instauração do presente Inquérito Civil, anexando-se cópia desta portaria;

c) oficie-se ao IBAMA (equipe da Diretoria de Licenciamento em Brasília) solicitando:

- cópias dos pareceres técnicos nº 005/2008-COEND/CGENE/DILIC/IBAMA e nº 037/2009-COEND/OGENE/DILIC/IBAMA;

- cópia do Ofício Nº376/2007-GPA/IBAMA;

- que informe quais condições das licenças expedidas para o empreendimento em questão estariam sendo descumpridas e quais as medidas adotadas em relação a eventual descumprimento, no que diz respeito apenas aos municípios de Capão Bonito do Sul e Lagoa Vermelha;

d) oficie-se ao IBAMA (Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul), solicitando cópia dos autos de Infração nº 496481 e 496595 e questionando o que foi apurado nas visitas a campo realizadas para monitoramento das condicionantes da Licença de Operação, em especial no que diz respeito aos municípios de Capão Bonito do Sul e Lagoa Vermelha;

e) solicite-se ao ofício da Tutela Coletiva da Procuradoria da República em Novo Hamburgo informação específica sobre o problema eventualmente identificado relacionado aos municípios de Capão Bonito do Sul e Lagoa Vermelha no que concerne à Linha de Transmissão de energia elétrica 525KV Campos Novos/Nova Santa Rita.

ESTEVAN GAVIOLI DA SILVA

PORTARIA Nº 243, DE 26 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais decorrentes do artigo 129, inciso III, da Constituição da República:

Considerando que segundo a Constituição Federal os sítios arqueológicos são bens da União (art. 20, X, CF), constituindo-se em patrimônio cultural (art. 216, V, CF), e que ao Ministério Público Federal incumbe a defesa do patrimônio cultural brasileiro (art. 5º, III, c, da Lei Complementar 75/93);

Considerando que o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - , através do Ofício 291/12, relatou problemas na proteção ao patrimônio arqueológico por ocasião da instalação de Linhas de Transmissão no território paranaense, inclusive na região do Município de Londrina;

Resolve instaurar Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, para adotar as medidas cabíveis para a proteção do patrimônio arqueológico em razão da instalação de linhas de transmissão inseridas dentro dos limites territoriais da Subseção Judiciária de Londrina.

Como primeiras providências, determina-se:

a) a remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão - CCR do Ministério Público Federal, conforme determina o artigo 5º, inciso III, da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, sob o TEMA: Patrimônio Cultural (Meio Ambiente/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO);

b) seja remetida à 4ª CCR, por e-mail, cópia desta Portaria, para a publicação prevista no art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06, bem como a sua inclusão na base de dados da respectiva câmara;

c) após autuação, determino sejam enviadas cópia do Ofício 291/12 do IPHAN e cópia desta portaria, por e-mail, a todas as Procuradorias da República por onde passam as Linhas de Transmissão referidas no aludido ofício, para as providências que entenderem cabíveis;

d) após autuação, determino seja enviada ao IPHAN, por ofício, cópia da presente Portaria, informando-lhe quais as Procuradorias da República com atribuição para fiscalização das Linhas de Transmissão referidas no Ofício 291/12.

Registre-se. Autue-se. Publique-se.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 281, DE 13 DE JUNHO DE 2012

INSTAURA INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.001200/2012-58

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por sua Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal o zelo pelo meio ambiente, promovendo as medidas necessárias para sua garantia (art. 129, inc. III, da CF), sendo cabível a instauração de inquéritos civis públicos e procedimentos administrativos correlatos (art. 7º, inc. I, da LC nº 75/93);

CONSIDERANDO que o objeto da presente peça informativa se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

E, por fim, CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal instaurar Inquéritos Civis Públicos e Procedimentos Administrativos correlatos (art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e arts. 4º, II e 5º, ambos da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal), DETERMINO:

A instauração em Inquérito Civil Público, tendo por objeto verificar possível construção irregular em área de mata atlântica, nas proximidades do Quilombo dos Silva em Porto Alegre.

Autuação e registro da presente Portaria de Instauração, nos termos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Publicação e comunicação desta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

CRISTIANNA DUTRA BRUNELLI NÁCUL

PORTARIA Nº 329, DE 19 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, § 6º, art. 4º e art. 6º, § 9º todos da Resolução 23, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o quanto consta dos autos do Procedimento Administrativo nº 1.16.000.000039/2012-53, que tem como objeto (resumo): "CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Encaminha cópia das Informações Técnicas nº 021/2010 - Ctec-Superintendência do IPHAN no DF e nº 047/2011 - Ctec-Superintendência do IPHAN no DF, que trataram de projeto de revitalização da via W3 e suas implicações na implantação do projeto do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT.";

CONSIDERANDO a necessidade de melhores esclarecimentos, bem assim de formação de substrato mínimo para a adoção de ulteriores medidas.

CONSIDERANDO que, para adoção de eventual providência judicial ou extrajudicial pelo MPF, ainda se fazem necessários outros atos instrutórios, não cabendo, por outro lado, o arquivamento do procedimento;

CONSIDERANDO que o prazo de conclusão do referido feito, de caráter preliminar, já expirou, determina:

1. a conversão do presente procedimento em Inquérito Civil Público;

2. a publicação desta Portaria, como de praxe, e sua comunicação à 4° Câmara de Coordenação e Revisão, por qualquer meio hábil;

3. a verificação do decurso do prazo de 01 ano, a contar desta data.

ANNA PAULA COUTINHO DE BARCELOS MOREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 445, DE 6 DE AGOSTO DE 2010

Inquérito Civil Público n° 1.29.003.000103/2010-56. ADITAMENTO À PORTARIA Nº 445/2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares;

Considerando que o presente inquérito civil trata de monitorar e promover as medidas necessárias para a recuperação ambiental da área explorada na localidade de Barro Branco, no Município de Riozinho (área 1 - fl.1-b);

Considerando que existe, também, em trâmite nesta Procuradoria da República o Procedimento Administrativo 1.29.003.000026/2012-04, que trata de averiguar a recuperação ambiental das áreas que, em tese, foram objeto de exploração mineral naquele município, conforme constatado pela Brigada Militar através do BO 1219466/2008 (área 2 - PA 26/2012), da Notificaçao 1383/A (área 1 - PI 27/2012, apenso do PA 26/2012), do BO 1219451 (área 3 - PI 28/2012, apenso do PA 26/2012) e do BO 2245384 (área 4 - PI 29/2012, apenso do PA 26/2012);

Considerando, ainda, que o DNPM através de seu relatório de vistoria de 13/04/2012 (fls. 49/67 do PA 26/2012), apontou que naquele Município, também, havia extrações minerais irregulares nas seguintes áreas: Estrada Linha 7 de Novembro (área 5 - fls. 53/55 do PA 26/2012), Estrada São Judas (áreas 6 e 7 - fls.55/56 do PA 26/2012); Quebra-Cabo e Nova Trípole (área 8 - fls.57/58 do PA 26/2012); Rodovia - RS-239 (áreas 09 e 10 - fls. 58/59 do PA 26/2012); Baixa Grande (área 11 - fl. 60 do PA 26/2012); no norte-nordeste de Riozinho, próximo ao limite com Maquiné e São Francisco de Paulo (-29º 32' 05,2" (s) e -50º 20' 51,9"(w)) (área 12 - fls. 56/57 do PA 26/2012)); e área de coordenadas - 29º 36'42,80" (s) e - 50º 20' 34,04"(w) (área 13 - fls. 58 do PA 26/2012),;

Resolve, com fundamento no art. 5º, parágrafo único, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, ADITAR A PORTARIA Nº 445/2010, incluindo as áreas a seguir descritas:

1) Estrada Lauro Schenkel, Canudos/Palmito (área 2 - PA 26/2012) - BO 1219466/2008;

2)Rodovia RS-239(Bar do Taquito) (área 3 -PI 28/2012 apenso do PA 26/2012) - BO 1219451/2008;

3)Estrada Geral Linha 05 de Novembro - BO 2245384/2009 - (área 4 - PI 29/2012 apenso do PA 26/2012);

4)Estrada Linha 7 (área 5 - fls. 53/55 do PA 26/2012);

5)Estrada São Judas (áreas 6 e 7 - fls.55/56 do PA 26/2012);

6)Quebra-Cabo e Nova Trípole (área 8 - fls.57/58 do PA 26/2012);

7)Rodovia RS-239 (área 9 e 10 - fls. 58/59 do PA 26/2012); e

8)Baixa Grande (área 11 - fl. 60 do PA 26/2012);

9)no norte-nordeste de Riozinho, próximo ao limite com Maquiné e São Francisco de Paulo (-29º 32' 05,2" (s) e -50º 20' 51,9"(w)) (área - 12 fls. 56/57 do PA 26/2012)); e

10) área de coordenadas - 29º 36'42,80" (s) e -50º 20' 34,04"(w) (área - 13 fls. 58 do PA 26/2012),

como objeto do presente inquérito civil e, assim, monitorar e promover as medidas necessárias à recuperação ambiental das áreas degradadas por extração mineral irregular promovida no Município de Riozinho.

Para tanto, determino que:

1) comunique-se o aditamento à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins dos arts. 6º e 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/2010 do CSMPF; e

2) apense-se o Procedimento Administrativo nº 1.29.003.000026/2012-04 a este inquérito civil.

JAQUELINE ANA BUFFON

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 41, DE 5 DE JULHO DE 2012

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Peças Informativas nº 1.14.001.000169/2011-70. Assunto: Apura possível malversação de verbas públicas na realização do Convênio nº. 662037, com participação da CLS CONSTRUTORA e da Prefeitura do Município de Santa Cruz da Vitória/BA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que as presentes peças de informação foram instauradas há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO determinando-se:

Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.14.001.000169/2011-70, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o cartório desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil público mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 292, DE 5 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da Procuradora da República que subscreve, com fundamento no artigo 129, incisos II e III da Constituição da República e no artigo 5º, inciso III, alínea "e" e artigo 6º, inciso VII, alínea "c", ambos da Lei Complementar nº75/93;

Considerando que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

Considerando que são funções institucionais do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição da República);

Considerando que também é função institucional do Ministério Público Federal a proteção ao patrimônio público e social (art. 5°, III, "b" da Lei Complementar 75/93);

Considerando que compete ao Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil Público e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público (art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar);

Considerando que a notícia pode exigir atuação do Ministério Público Federal para proteção do patrimônio público, eis que o indeferimento do processo de titulação do imóvel ocupado pela senhora Lilian de Arruda Zark, processo n. 56419.000534/2009-25, tendo em vista encontrar-se fora dos limites da Gleba Baús;

Considerando a necessidade de acompanhar as ações do Programa Terra Legal de regularização fundiária das ocupações na Amazônia Legal a fim de evitar riscos para o patrimônio público;

Resolve converter a presente Peça de Informação n. 1.20.000.000701/2012-42 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com objetivo de promover o acompanhamento do processo n. 56419.000534/2009-25, que indeferiu a regularização fundiária do imóvel ocupado pela senhora Lilian de Arruda Zark, tendo em vista encontrar-se fora da Gleba Baus;

Por oportuno, com arrimo no artigo 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, determino a expedição de ofício ao Coordenador do Programa Terra Legal no Estado de Mato Grosso, para que, no prazo de 10 (dez) dias, encaminhe cópia integral do referido processo de titulação, bem como informe acerca das providências adotadas frente à eventual situação de ocupação irregular;

Publique-se esta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República em Mato Grosso nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

LUDMILA BORTOLETO MONTEIRO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 22, DE 3 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e, ainda que não de forma exclusiva, da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85);

Considerando os termos da Resolução nº 23/2007, do CNMP, notadamente o que dispõem os artigos 2º, §7º, e artigo 5º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF;

Considerando a existência de possíveis irregularidades no procedimento de seleção de construtora para condução do empreendimento inserido no programa "Minha Casa Minha Vida", no município de Lavras-MG;

Determino a instauração do INQUÉRITO CIVIL nº 1.22.014.000211/2010-51, fruto de conversão do procedimento administrativo de mesmo número, ordenando, para tanto:

a) autuação e registro pertinentes destes autos como inquérito civil;

b) remessa de cópia desta Portaria, para publicação em veículo oficial, à 5ª CCR/MPF;

c) aguarde-se o retorno da Carta Precatória expedida.

Fica designada para funcionar como Secretária neste feito Karina El-Corab Trotta Lara, Técnica Administrativa, sem prejuízo da atuação de outro servidor em substituição.

ANTÔNIO ARTHUR BARROS MENDES

PORTARIA Nº 77, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O Dr. Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Procurador da República, lotado na Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, 5º Ofício da Tutela do Consumidor e Econômico, no uso de suas atribuições, e:

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal promover a ação civil pública e o inquérito civil público, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III da CF);CONSIDERANDO a tramitação, nesta PRMG, do procedimento administrativo nº 1.22.000.001020/2012-27, com o escopo de acompanhamento das obras de mobilidade urbana necessárias à realização da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, na cidade de Belo Horizonte/MG;

CONSIDERANDO os elementos colhidos nos autos até o presente momento, bem como a necessidade de se dar continuidade à presente investigação;

Resolve, em cumprimento às Resoluções de nºs 87/2006 e 23/2007, respectivamente, do CSMPF e CNMP, converter o PAC em epígrafe em inquérito civil público, procedendo-se às seguintes determinações:

1 - Expedição de ofício ao Ministério das Cidades para que se manifeste sobre os esclarecimentos prestados pela municipalidade, bem como sobre o atraso nas obras de mobilidade urbana em Belo Horizonte.

2 - Expedição de ofício ao Ministério do Esporte para que se manifeste sobre as informações prestadas pelo Município, notadamente, sobre o significativo atraso na obra, declinando quais medidas serão adotadas adotadas no âmbito deste Ministério para assegurar que referida obra fique pronta e sirva ao Evento Copa de 2014. CEF,

3- Expedição de ofícios ao TCU, solicitando informações sobre eventual procedimento fiscalizatório realizado no âmbito do Contrato de nº 0318.932-92/10, bem como sobre a verificação da idoneidade e robustez das garantias oferecidas no mencionado contrato.4- Expedição de ofícios à CGU para que se manifeste sobre o atraso no início da obra em tela, bem como quais medidas estão sendo tomadas no âmbito desta Controladoria para assegurar que referida obra fique pronta e sirva ao Evento Copa de 2014.

5- Expedição de Ofícios à SECOPA solicitando informações atualizadas sobre o andamento dos processos de desapropriações necessários à realização de obras de mobilidade urbana em Belo Horizonte, bem como sobre os recursos disponíveis para tal fim.

6 - Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto nos artigos 4º, inciso VI, da Res. 23/2007 do CNMP e 6º da Res. 87/2006 do CSMPF.

Cumpram-se as Resoluções acima especificadas.

ÁLVARO RICARDO DE SOUZA CRUZ

PORTARIA Nº 78, DE 4 DE JULHO DE 2012

O Dr. Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Procurador da República, lotado na Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, 5º Ofício da Tutela do Consumidor e Econômico, no uso de suas atribuições, e:

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal promover a ação civil pública e o inquérito civil público, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III da CF);CONSIDERANDO a tramitação, nesta PRMG, do procedimento administrativo nº 1.22.000.001017/2012-11, com o escopo de acompanhamento das obras de mobilidade urbana necessárias à realização da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, na cidade de Belo Horizonte/MG;

CONSIDERANDO os elementos colhidos nos autos até o presente momento, bem como a necessidade de se dar continuidade à presente investigação;

Resolve, em cumprimento às Resoluções de nºs 87/2006 e 23/2007, respectivamente, do CSMPF e CNMP, converter o PAC em epígrafe em inquérito civil público, procedendo-se às seguintes determinações:

1 - expedição de ofício ao Ministério do Esporte, para que se manifeste sobre o atraso da obra em tela, bem como decline quais providências serão adotadas em seu âmbito;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2 - Expedição de ofícios ao TCU, solicitando informações sobre eventual procedimento fiscalizatório realizado no contrato 318.934-19/10, bem como sobre as idoneidade das garantias oferecidas no mencionado contrato;

3- Expedição de ofícios à CGU para que se manifeste sobre o atraso da obra em tela, bem como decline quais providências serão adotadas em seu âmbito.

4 - Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto nos artigos 4º, inciso VI, da Res. 23/2007 do CNMP e 6º da Res. 87/2006 do CSMPF.

Cumpram-se as Resoluções acima especificadas.

ÁLVARO RICARDO DE SOUZA CRUZ

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 143, DE 4 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nas Peças de Informação nº 1.23.002.000112/2012-32, autuado a partir de representação do Chefe da Resex Tapajós-Arapiuns, que encaminhou cópia do requerimento de regularização fundiária apresentada pelos cooperados da cooperativa Mista Flor do Tapajós;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto "Apurar possível irregularidade no requerimento de permuta realizado pela Cooperativa Mista Flor do Tapajós à Chefia da Resex Tapajós-Arapiuns, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA

PORTARIA Nº 145, DE 4 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.002.000167/2011-61, autuado a partir de notícia de ilícito ambiental;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes das referidas peças de informação, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA

PORTARIA Nº 146, DE 4 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.000.002003/2007-11, autuado a partir de notícia de possível ilícito ambiental;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes das referidas peças de informação, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA

PORTARIA Nº 147, DE 4 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.002.000701/2011-30, autuado a partir de notícia de possível ilícito ambiental;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes das referidas peças de informação, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA

PORTARIA Nº 148, DE 4 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.002.000723/2011-08, autuado a partir de notícia de possível ilícito ambiental;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes das referidas peças de informação, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA

PORTARIA Nº 155, DE 4 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.002.000222/2011-13, autuado a partir de notícia de possível ilícito ambiental;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes das referidas peças de informação, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA

PORTARIA Nº 156, DE 4 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.002.000107/2012-20, autuado a partir de notícia de possível ilícito ambiental;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes das referidas peças de informação, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA

PORTARIA Nº 157, DE 4 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.002.000028/2011-38, autuado a partir de notícia de possível ilícito ambiental;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes das referidas peças de informação, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA

PORTARIA Nº 159, DE 4 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.002.000305/2011-11, autuado a partir de notícia de possível ilícito ambiental;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes das referidas peças de informação, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA

PORTARIA Nº 152, DE 4 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.002.000045/2012-56, autuado a partir notícia de irregularidade na emissão dos diplomas de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Física da UFPA;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes das referidas peças de informação, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA

PORTARIA Nº 153, DE 4 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.002.000169/2011-51, autuado a partir de notícia da necessidade de adequação para acessibilidade do prédio do INSS em Santarém;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes das referidas peças de informação, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA

PORTARIA Nº 242, DE 2 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador Regional da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.001.000142/2012-59 que tem por objeto expediente do FNDE encaminhando denuncia relativa a má aplicação de recursos do PDDE na EMEF Alcides Monteiro no Município de Portel no período de 2007 a 2009;

Considerando o permissivo contido no artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2006 do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos constantes das referidas peças de informação, pelo que:

Determina-se

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com as presentes peças de informação, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF;

3- Requisite-se informações ao FNDE sobre prestações de contas dos recursos objeto do presente ICP.

JOSÉ AUGUSTO TORRES POTIGUAR

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 160, DE 29 DE JUNHO DE 2012

Peças de Informação nº 1.26.000.001472/2012-60

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando que os elementos dos autos são insuficientes para adoção das medidas pertinentes;

d) considerando que talvez não seja possível instruir o procedimento em menos de seis meses;

e) considerando o teor da Resolução nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Determino a conversão das presentes Peças de informação em INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto apurar notícia de que os recursos do FUNDEB, repassados ao Governo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2007, a serem aplicados no município de Recife/PE, não foram integralmente aplicados em despesas que atendam aos objetivos estabelecidos no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Determino que seja encaminhado ofício a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, a fim de que preste esclarecimentos acerca das irregularidades noticiadas no Relatório de Fiscalização n.º 204966/2008, da Controladoria Geral da União.

Autuem-se a presente portaria e as Peças de Informação que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos na Resolução n.º 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

RAFAEL RIBEIRO NOGUEIRA FILHO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 56, DE 3 DE JULHO DE 2012

PRM-JOA-RJ-00010798/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações, determina:

4) Instaure-se o Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL - Possíveis fraudes na execução do Programa Projovem no Município de Duque de Caxias ONG Viver Bem."

5) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para conhecimento e publicação.

SÉRGIO LUIZ PINEL DIAS

PORTARIA N° 57, DE 3 DE JULHO DE 2012

PRM-JOA-RJ-00010804/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações, DETERMINA:

4) Instaure-se o Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL - Possível fraude no processo licitatório para compra de medicamentos. Possíveis irregularidades na entrega antecipada dos medicamentos. Município de Nova Iguaçu."

5) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para conhecimento e publicação.

SÉRGIO LUIZ PINEL DIAS

PORTARIA Nº 240, DE 3 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no art. 2º, § 7º da Resolução CNMP 23/2007;

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, inc. III, da Constituição da República e art. 1º, inc. I, da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo foi instaurado na Procuradoria da República no Município de Resende, visando apurar as razões do descumprimento pelo Instituto Nacional de Seguro Social de decisões judiciais proferidas pelo Juizado Especial Federal de Resende;

Resolve o Procurador da República que a presente subscreve, oficiante na Procuradoria da República no Município de Volta Redonda, converter o procedimento ministerial 1.30.008.000066/2008-09 em inquérito civil público, com o propósito de complementar as investigações atinentes ao assunto acima descrito.

Para tanto, determino, por ora, sejam realizadas as seguintes diligências:

- seja arquivada cópia da presente portaria em pasta própria desta Procuradoria da República, realizando-se as anotações pertinentes no cadastro informatizado da Procuradoria da República;

- seja encaminhada, por meio eletrônico, informação ao órgão superior de revisão, sobre a conversão do presente procedimento preparatório em Inquérito Civil Público, com cópia desta portaria, nos termos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a respectiva publicação;

Cumpra-se.

RODRIGO DA COSTA LINES

PORTARIA Nº 247, DE 3 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, e incumbe-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a instauração do Inquérito Policial nº 0249/2009-1 (2009.51.04.000677-4), na Operação Lance Final, visando apurar suposta prática dos crime previstos nos arts. 316 e/ou 317 do Código Penal pelo agente administrativo Waldenir Marques de Noronha e agentes de polícia federal Marcelo Borges Coelho e Afrânio Manuel Ferreira Peixoto, lotados na delegacia de polícia federal de Volta Redonda, consistente na exigência indevida de vantagens econômicas de empresários do ramo de segurança privada, valendo-se do poder de polícia para beneficiar ou prejudicar empresas conforme a conveniência da ocasião;

CONSIDERANDO que os fatos apurados pelo Inquérito policial nº 0249/2009-1 podem constituir atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito, nos termos do art. 9º da Lei nº 8429/92.

Resolve o Procurador da República que a presente subscreve, oficiante na Procuradoria da República no Município de Volta Redonda, instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fundamento na Lei Complementar nº 75/93, com vistas a apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa consistente na exigência indevida de vantagens econômicas de empresários do ramo de segurança privada, valendo-se do poder de polícia para beneficiar ou prejudicar empresas conforme a conveniência da ocasião, pelo agente administrativo Waldenir Marques de Noronha e pelos agentes de polícia federal Marcelo Borges Coelho e Afrânio Manuel Ferreira Peixoto.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Para isso, DETERMINA-SE:

- seja arquivada cópia da presente portaria em pasta própria desta Procuradoria da República, realizando-se as anotações pertinentes no cadastro informatizado da Procuradoria da República;

seja encaminhado, por meio eletrônico, comunicado ao respectivo órgão de revisão, informando a instauração do presente procedimento preparatório, nos termos do artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Cumpra-se.

RODRIGO DA COSTA LINES

PORTARIA Nº 663, DE 4 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo órgão de execução infra signatário, titular do ofício de tutela do patrimônio público federal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com base nos artigos 127 e segs. da Carta Magna e na Lei Orgânica do Ministério Público da União - lei complementar n.º 75/93, de 20 de maio de 1993, e ainda:

CONSIDERANDO a notícia de possível irregularidade nas notas fiscais referentes aos alimentos fornecidos pela ONG VIVA RIO, no Projeto Segundo Tempo, eis que tais apresentariam indícios de superfaturamento e sobrepeso;

CONSIDERANDO que o Programa Segundo Tempo é uma parceria entre o Ministério do Esporte e a ONG VIVA RIO, que recebe verbas do primeiro, por meio do Convênio 172/2005;

CONSIDERANDO que o fornecedor da ONG VIVA RIO, denominado HOME BREAD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., é responsável pelo fornecimento de alimentos como leite, biscoito, bolo e suco da fruta;

CONSIDERANDO que a prestação de contas referente ao Convênio nº 172/2005 não foi aprovada, ensejando, desse modo, a instauração de Tomada de Contas Especial (Processo nº 58000.005085/2008-68) com remessa à Controladoria-Geral da União;

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Publica, para a proteção do patrimônio público e social, do meio-ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos dos incisos III, art. 129, Constituição da República;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4.º, § 4.º da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que disciplina e regulamenta a instauração e tramitação do Inquérito Civil, com as alterações decorrentes da Resolução CSMPF n.º 106/2010 combinado com o art. 2.º, § 7.º da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP,

Resolve CONVERTER o Procedimento Administrativo 1.30.001.000137/2012-10 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar as notícias de irregularidades administrativas acima elencadas, com a adoção das seguintes diligências:

o registro do procedimento como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO no sistema ARP, de controle desta PRRJ;

reitere-se requisição ao Diretor-Executivo da ONG VIVA RIO, nos moldes do artigo 8.º, inciso II, § 3º da Lei Complementar Federal nº 75/93, no prazo de vinte dias, de informações sobre a contratação da empresa HOME BREAD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA para fornecimento de alimentos para o Programa Segundo Tempo, e cópias das notas fiscais fornecidas por referida sociedade ;

requisitar ao Corregedor-Geral do TJ/RJ, nos termos do artigo 8.º, inciso II, § 3º da Lei Complementar Federal nº 75/93, que reitere aos Cartórios do Estado do Rio de Janeiro a requisição de cópia do estatuto social e das alterações estatutárias referentes à ONG VIVA RIO, no prazo de vinte dias, tendo em vista que, até o momento, apenas o Ofício Único de Rio das Ostras e o 1º Ofício de Volta Redonda informaram não possuir em seus cadastros as informações requisitadas;

encaminhar ao Exmo. Coordenador da Área Criminal, cópia do presente procedimento administrativo, para que sejam tomadas as providências que o órgão entender cabíveis, tendo em vista a possível ocorrência de crimes contra a Administração Pública: fraude contra a lei 8.666/93 (oneração da proposta ou da execução do contrato; e elevação arbitraria de preços); concussão; emprego irregular de verbas ou rendas públicas; peculato culposo; corrupção passiva; prevaricação; tráfico de influência;

4) a comunicação imediata da instauração do ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 5ª CCR, em menos de 10 (dez) dias (art. 6º, da Resolução nº 87/2006), mediante ofício e correspondência eletrônica, inclusive para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial e no Portal do Ministério Público Federal, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06;

5) após, remetam-se os autos do procedimento administrativo em epígrafe à Divisão da Tutela Coletiva, a fim de que sejam acautelados pelo prazo de trinta dias, salvo a ocorrência de ato ou fato superveniente.

Cumpra-se.

EDSON ABDON PEIXOTO FILHO

PORTARIA Nº 664, DE 3 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo órgão de execução infra signatário, titular do ofício de tutela do patrimônio público federal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com base nos artigos 127 e segs. da Carta Magna e na Lei Orgânica do Ministério Público da União - lei complementar n.º 75/93, de 20 de maio de 1993, e ainda:

CONSIDERANDO a apuração, em processo administrativo disciplinar, de suposta acumulação indevida de cargos pelo servidor Raimundo Nonato dos Santos, pertencente aos quadros da Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que o referido agente público declarara, por escrito, na ocasião de sua posse no órgão do Poder Judiciário, ocorrida em 07/10/1996, não ocupar outro cargo, emprego ou função no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal direta ou indireta;

CONSIDERANDO a constatação de que tal funcionário, na realidade, ocupava cargo do quadro permanente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro desde 26/02/1985;

CONSIDERANDO que, após o início das averiguações, o servidor admitiu, no âmbito administrativo, a ocupação simultânea dos cargos citados, vindo a manifestar opção por um deles;

CONSIDERANDO que o investigado confirma ser de sua autoria a assinatura aposta na declaração de não acumulação de cargos entregue à Justiça Federal;

CONSIDERANDO ser vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, consoante se extrai do disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição da República, excetuando-se somente as hipóteses nela previstas;

CONSIDERANDO que a prestação, livre e consciente, de falsa declaração e a omissão permanente do servidor foram determinantes para a aludida ocupação irregular dos cargos por longos anos;

CONSIDERANDO a ocorrência de violação aos deveres mais básicos do agente público, em especial aqueles constantes das alíneas II e IX do art. 116 da Lei n.º 8.112/90;

CONSIDERANDO a necessidade de se investigarem os eventuais atos ilícitos perpetrados, cujas condutas possam causar lesão efetiva aos princípios administrativos, aos interesses da União e à própria sociedade;

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Publica, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos dos incisos III, art. 129, Constituição da República;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que disciplina e regulamenta a instauração e tramitação do Inquérito Civil combinado com o art. 2.º, § 7.º da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP;

Resolve CONVERTER o Procedimento Administrativo 1.30.001.000337/2012-64 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar as notícias de irregularidades administrativas acima elencadas, com a adoção das seguintes diligências:

1) o registro do procedimento como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO no sistema ÚNICO, de controle desta PRRJ;

2) a comunicação imediata da instauração do ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 5ª CCR, em menos de 10 (dez) dias (art. 6º, da Resolução nº 87/2006), mediante correspondência eletrônica, inclusive para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial e no Portal do Ministério Público Federal, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06;

3) a requisição - ao Juiz Diretor do Foro da Justiça Federal de 1ª instância-SJRJ, nos termos do art. 8º, II e §3º, da LC n.º 75/93, assinando-se prazo de vinte dias para atendimento - de informações sobre o andamento do PAD 2011/00013, devendo a autoridade, ainda, enviar, a esta Procuradoria da República, cópia dos atos praticados após o indiciamento do servidor Raimundo Nonato dos Santos, ocorrido no dia 15/02/2012.

Cumpridas as diligências supra, acautele-se o in-fólio na Divisão da Tutela Coletiva, pelo prazo de trinta dias, salvo a ocorrência de ato ou fato superveniente.

EDSON ABDON PEIXOTO FILHO

PORTARIA Nº 665, DE 4 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo órgão de execução infra signatário, titular do ofício de tutela do patrimônio público federal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com base nos artigos 127 e segs. da Carta Magna e na Lei Orgânica do Ministério Público da União - lei complementar n.º 75/93, de 20 de maio de 1993, e ainda:

CONSIDERANDO a informação enviada por Comissão de Inquérito designada pelo Chefe do Escritório de Corregedoria da 7ª Região Fiscal da Receita Federal, na forma do art. 15 da Lei n.º 8.429/92, dando ciência da existência de procedimento administrativo para apurar a possível prática de ato de improbidade;

CONSIDERANDO que foram indiciados, no âmbito administrativo, os servidores CANDIDO CASSERES DOS SANTOS JUNIOR, Analista Tributário da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD n.º 57.441, ABDIAS SILVA NETO, Agente Administrativo, matrícula SIAPECAD n.º 17.691, e CLAUDIO JOSE DOS SANTOS PUNTAR, Agente Administrativo, matrícula SIAPECAD n.º 17.082;

CONSIDERANDO que, em desfavor de tais agentes, tramita ação penal correlata aos fatos investigados no PAD n.º 10768.004.224/2010-52 - Escor 7ª Região, fruto da chamada "Operação Pilantropia", com origem no Setor de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal no Rio de Janeiro e documentada nos autos do Inquérito Policial nº 1594/2009-1, da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários (DELEFAZ/SR/DPF/RJ);

CONSIDERANDO o teor das investigações sobre um suposto esquema criminoso de desvio de bens apreendidos pela Receita Federal do Brasil, afirmando-se a formação de quadrilha pelas mencionadas pessoas e também por outros agentes públicos e particulares, a qual seria especializada em fraudar, de forma reiterada, procedimentos de doações das mercadorias apreendidas no Estado do Rio de Janeiro, visando à obtenção de lucro em benefício próprio;

CONSIDERANDO que também foram denunciados os empresários PEDRO RIBEIRO PACHECO e SANDRA REGINA RAMOS DA SILVA, bem como o comerciante JOSE MARIA FREITAS MONTEIRO JUNIOR, além do despachante aduaneiro FLAVIO HENRIQUE DE ARAUJO, do Capitão do Exército ERIVAN PAULO DA SILVA e do vereador do Município de Mesquita ROGELSON SANCHES FONTURA;

CONSIDERANDO a possibilidade de os mencionados agentes valerem-se de seus cargos em detrimento da dignidade da função pública, causando, com a participação de particulares, grave prejuízo ao patrimônio público;

CONSIDERANDO a necessidade de investigar os eventuais atos ilícitos perpetrados, cujas condutas possam causar lesão efetiva aos interesses da União e da própria sociedade;

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Publica, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos dos incisos III, art. 129, Constituição da República;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que disciplina e regulamenta a instauração e tramitação do Inquérito Civil combinado com o art. 2.º, § 7.º da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP;

CONSIDERANDO a necessidade de obtenção e análise dos elementos produzidos e colhidos nas esferas penal e administrativa, de modo a instruir eventual ação civil por ato de improbidade administrativa;

Resolve CONVERTER o Procedimento Administrativo 1.30.001.005922/2011-70 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar notícia de irregularidades administrativas acima elencadas, com a adoção das seguintes diligências:

1) o registro do procedimento como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO no sistema ÚNICO, de controle desta PRRJ;

2) a comunicação imediata da instauração do ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 5ª CCR, em menos de 10 (dez) dias (art. 6º, da Resolução nº 87/2006), mediante correspondência eletrônica, inclusive para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial e no Portal do Ministério Público Federal, nos termos do

art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06;

3) a requisição, nos termos do art. 8º, II e §3º, da Lei Complementar n.º 75/93, assinando-se prazo de quinze dias para atendimento:

a) ao Corregedor da 7ª Região Fiscal da Receita Federal, de informações sobre o andamento do PAD n.º 10768.004.224/2010-52, devendo a autoridade, ainda, enviar, a esta Procuradoria da República, cópia dos atos praticados após a deliberação ocorrida no dia 16/12/2011, isto é, da fl. 230 em diante dos autos do referido PAD;

b) ao juízo da 4ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, de remessa de cópia integral dos autos da ação penal n.º 0810601-48.2009.4.02.5101 - IPL n.º 1594/2009-1 (inclusive apensos) ou o envio de todo o processado, tão logo seja possível, a este Membro do MPF.

Após, remetam-se os autos do procedimento administrativo em epígrafe à Divisão da Tutela Coletiva, a fim de que sejam acautelados pelo prazo de trinta dias, salvo a ocorrência de ato ou fato superveniente.

Cumpra-se.

EDSON ABDON PEIXOTO FILHO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 292, DE 4 DE JULHO DE 2012

Instaura Inquérito Civil Público nº 1.29.000.001278/2012-72

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO as informações encaminhadas pelo DIGI-DENÚNCIA sobre supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais por ocasião da realização do Fórum Social Temático 2012, por meio do Grupo de Trabalho de Cultura;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que, segundo a informação, parte dos recursos repassados ao GT de Cultura foram feitas pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ);

CONSIDERANDO que, de acordo com o Decreto nº 4.724, de 09 de junho de 2003, a FIOCRUZ é dotada de personalidade jurídica de direito público, estando diretamente vinculada ao Ministério do Saúde;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal a defesa da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade no âmbito da Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União na forma do art. 5º, II, h, da LC 75/93, bem como a defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos, como dispõe o art. 129, III, da CF/88;

E, por fim, CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal instaurar Inquéritos Civis Públicos e Procedimentos Administrativos correlatos (art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e arts. 4º, II e 5º, ambos da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal), determino:

A instauração de Inquérito Civil Público tendo por objeto apurar possível malversação de verbas da Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ aplicadas no Fórum Social Temático de 2012, realizado no Município de Porto Alegre/RS.

Para tanto, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

Autuação e registro da presente Portaria de Instauração, nos termos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com encaminhamento de cópia da Portaria à 5ª CCR, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º da Resolução, juntando-se aos autos a comprovação do envio;

Expedição de ofício ao responsável pelo Fórum Social Temático/2012 para que informe: b.1) sobre os procedimentos adotados para recebimento de verbas públicas federais para o Fórum; b.2) sobre o recebimento de verbas públicas recebidas pela Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ; b.3) em caso de resposta positiva ao item 'b.2', que informe o montante das verbas recebidas, a finalidade com que foram encaminhadas, enviando cópia dos atos/contratos/convênios firmados para tanto, bem como a respectiva prestação de contas; b.4) sobre a existência de Grupo de Trabalho de Cultura no âmbito do Fórum Social Temático 2012 e se o referido GT recebeu verbas federais para atuação; b.5) em caso positivo ao item 'b.4', informe os responsáveis pelo Grupo de Trabalho, o âmbito de abrangência do Grupo e as atividades realizadas;

A expedição de ofício à Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União solicitando que informem se foi realizada algum tipo de fiscalização relativamente à aplicação de verbas públicas federais no evento denominado Fórum Social Temático/2012, realizado no Município de Porto Alegre;

A expedição de ofício à Fundação Oswaldo Cruz, solicitando-se informações sobre repasse de verbas pela Instituição para apoiar a realização do Fórum Social Temático 2012. Em caso positivo, que informe o montante das verbas, a finalidade com que foram encaminhadas e se houve prestação de contas pela entidade responsável;

Envio de solicitação à ASSPA para que identifique a natureza jurídica do Fórum Social Temático 2012, identificando seus responsáveis, e encaminhando cópia de ato que regulamente o evento e a entidade responsável.

CAROLINA DA SILVEIRA MEDEIROS

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 14, DE 4 DE JULHO DE 2012

Instauração de Inquérito Civil Público. [1.34.017.000005/2012-61]

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República subscritora, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

CONSIDERANDO a sua atribuição na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

CONSIDERANDO que Constituição Federal impõe à administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput);

CONSIDERANDO que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o inquérito civil público, para a proteção do patrimônio público e social, da probidade administrativa e de outros interesses difusos coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III);

CONSIDERNADO que a Lei nº 8.429/92 define os atos de improbidade administrativa, estabelecendo sanções aplicáveis aos agentes públicos que os praticam e a terceiros que, mesmo não sendo agentes públicos, induzam ou concorram para prática desses atos;

CONSIDERANDO os fatos noticiados nos autos do procedimento administrativo de tutela coletiva em epígrafe, no sentido da possível ocorrência de malversação de recursos públicos federais praticada pela ONG FONTE - FRENTE ORGANIZADA PARA A TEMÁTICA ÉTNICA na execução dos convênios 229/2007 (com o Ministério do Turismo - SIAFI 594580) e 716228 (SIAFI), com o Ministério do Desenvolvimento Agrário;

Resolve, com base no artigo 6º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93 e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, por meio da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4º e 12 da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo por objeto apurar eventual ocorrência de malversação de recursos públicos federais praticada pela ONG FONTE na execução dos convênios SIAFI 594580 e 716228, celebrado entre ela e os ministérios do Turismo e do Desenvolvimento Agrário, respectivamente.

FICA DETERMINADO ainda:

a) sejam providenciadas as anotações e registros pertinentes, notadamente no sistema ÚNICO, razão do quanto deliberado na presente Portaria;

b) a comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - Patrimônio Público e Social, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

c) que se proceda ao acompanhamento do vencimento do prazo fixado no artigo 9º, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, certificando-se nos autos e restituindo-os com minuta de despacho de prorrogação, se necessário;

d) a expedição de ofício à Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (endereço e demais dados à fl. 35), requerendo a remessa de cópias integrais dos processos administrativos que documentam a formalização do convênio e a prestação de contas, relativos ao convênio 716228/2009, celebrado com a ONG FONTE.

e) a expedição de ofício à Secretaria de Planejamento e Formulação de Políticas, da Secretaria de Políticas de Promoção da igualdade racial da Presidência da República (demais dados à fl. 18), para que encaminhe cópia integral do processo administrativo que documenta a formalização e execução do convênio 749722, celebrado com a ONG FONTE (encaminhar cópia de fl. 18).

Publique-se, a partir de afixação de cópia no átrio dessa unidade e também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2º, incisos I e II, da da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

DANIELA DE OLIVEIRA MENDES

PORTARIA Nº 217, DE 5 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1o da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1o, inciso IV, e 5o, § 1o, da Lei nº 7.347/85 e arts. 5o e 17 da Lei nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

CONSIDERANDO que foi autuado junto à Procuradoria da República em São Paulo o Procedimento Preparatório n.º 1.34.001.007519/2011-36, com a seguinte ementa:

"PATRIMÔNIO PÚBLICO. SERVIÇO PÚBLICO. Parecer que aponta irregularidades nas concessões e renovações de concessão de rádio e televisão, sem procedimento licitatório. Suposto arrendamento dessas concessões por empresas de televisão."

CONSIDERANDO a necessidade de aguardar a vinda das manifestações da Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações - expedido à fl. 28;

CONSIDERANDO que a instrução até aqui conduzida não é suficiente para determinar o arquivamento dos autos, tampouco embasar ação civil pública;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.007519/2011-36 como Inquérito Civil (art. 4 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01/06 da Divisão de Tutela Coletiva);

3. Controle-se o respectivo prazo, anotando-se na contracapa dos autos a data de instauração e das prorrogações que venham a ser feitas (art. 9 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à Egrégia 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 4o, inciso VI, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público).

INÊS VIRGÍNIA PRADO SOARES

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES DO PROCURADOR-GERAL

PROTOCOLO 38/2012/DDJ/PGJM
REPRESENTAÇÃO (PI) 5-02.2011.1801
PJM BELÉM/PA
EMENTA. ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES. AUSÊNCIA DE PROIBIÇÃO LEGAL. MATÉRIA ADMINISTRATIVA.

Suposta irregularidade no acúmulo de funções por parte de Major do Exército Brasileiro. Ausência de vedação legal. Matéria administrativa, sem repercussão penal. Decisão de arquivamento homologada pela CCR/MPM e mantida pelo PGJM.

Brasília-DF, 2 de julho de 2012.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

PROTOCOLO 41/2012/DDJ/PGJM
REPRESENTAÇÃO (PI) 14-46.2011.1801
PJM BELÉM/PA
EMENTA. PENSÃO MILITAR. SUPOSTA FRAUDE. LEGITIMIDADE DO ATO DE CONCESSÃO.

Notícia-crime de suposta fraude na concessão de pensão militar a civil portador de transtornos mentais. Legitimidade do ato administrativo de concessão. Propositura de ação de curatela em desfavor do noticiado pela própria noticiante. Arquivamento homologado pela CCR/MPM e mantido pelo PGJM.

Brasília-DF, 2 de julho de 2012.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

PROTOCOLO 135/2012/DDJ/PGJM
NOTÍCIA-CRIME (PI)
EMENTA. NOTÍCIA-CRIME ANÔNIMA. MAUS- TRATOS. IMPROCEDÊNCIA.

Noticia-crime anônima encaminhada ao Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos em razão da suposta prática de atos de tortura e maus-tratos a recrutas de OM escolar, a mando de Oficial-General. As diligências efetuadas não colheram qualquer indício da procedência do relato. Arquivamento determinado pelo PGJM.

Brasília-DF, 2 de julho de 2012.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

PROTOCOLO 147/2012/DDJ/PGJM
REPRESENTAÇÃO (PI) 2-79.2012.1201
PJM SÃO PAULO/1º OFÍCIO
EMENTA. NOTÍCIA DE ABORDAGEM DISCRIMINATÓRIA E ABUSIVA POR PARTE DE POLICIAL MILITAR CONTRA SARGENTO DO EXÉRCITO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL. REMESSA DE CÓPIA. ARQUIVAMENTO.

Representação de Sargento do Exército que alega ter sido vítima de abordagem abusiva e racista por parte de policial militar. Competência da Justiça Militar Estadual, nos termos do art. 125, § 4º, da Constituição Federal. O MPM no primeiro grau arquivou o feito e determinou o envio de cópia dos autos ao Ministério Público com atuação na comarca de São Vicente/SP, o que foi ratificado pela CCR/MPM. Arquivamento mantido pelo PGJM.

Brasília-DF, 2 de julho de 2012.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

PROTOCOLO 322/12/DDJ/PGJM
EXPEDIENTE 17-41.2011.1301
PJM PORTO ALEGRE/RS
EMENTA. ACIDENTE EM SERVIÇO. POSSÍVEL DESÍDIA POR PARTE DE ORGANIZAÇÃO MILITAR. OMISSÃO DE SOCORRO NÃO CONFIGURADA. PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS DEVIDAMENTE TOMADAS PELO COMANDO.

Soldado do Exército alega falta de socorro e atendimento médico inadequado após sofrer acidente durante instrução de sobrevivência. O conjunto probatório carreado aos autos não comprova o alegado. O Comando prestou a devida assistência, tendo concedido ao militar licença para tratamento de saúde. Por tais razões, o MPM na primeira instância decidiu arquivar o feito. Ratificação da decisão pela CCR/MPM. Arquivamento mantido pelo PGJM.

Brasília-DF, 2 de julho de 2012.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROTOCOLO 329/12/DDJ/PGJM
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL 4-32.2010.1105
PJM RIO DE JANEIRO/RJ - 5º OFÍCIO
EMENTA. MILITAR OBRIGADO A PRATICAR EXERCÍCIOS FÍSICOS. POSSÍVEL AGRAVAMENTO DE LESÃO EM DECORRÊNCIA DO ESFORÇO. SUPOSTO CONHECIMENTO DA MENCIONADA RESTRIÇÃO POR PARTE DE SUPERIOR. CRIME MILITAR NÃO CONFIGURADO. PROCEDIMENTO ARQUIVADO.

Soldado do Exército alega agravamento de lesão no joelho em decorrência de exercício físico. Acresce que seu superior tinha conhecimento de sua limitação. O MPM arquivou o feito por não ter vislumbrado indícios de crime militar. Ressaltou que não houve excesso nos exercícios e que a nova lesão, decorrente de um tropeço, poderia ocorrer em deslocamentos cotidianos. Ratificação da decisão pela CCR/MPM. Arquivamento mantido pelo PGJM.

Brasília-DF, 2 de julho de 2012.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

PROTOCOLO 961/2011/DDJ/PGJM
PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL (PI) 5-47.2011.1301
PJM PORTO ALEGRE/RS
EMENTA. CÓPIA DE PROCEDIMENTO. ARQUIVAMENTO PARCIAL. NOTÍCIA DE SUPOSTAS PRÁTICAS IRREGULARES EM PROCESSO DE SELEÇÃO COMPLEMENTAR NÃO COMPROVADAS. CONDUTA DO CIVL AINDA EM APURAÇÃO NOS AUTOS ORIGINAIS.

Cópia de Procedimento Extrajudicial instaurado para investigar a conduta de civil que denunciou supostas irregularidades em processo de seleção complementar para o CPOR/PA. Conformidade do processo seletivo. Possível prática delitiva por parte do civil. O MPM de primeira instância, ao mesmo tempo em que arquivou parcialmente o procedimento quanto às pretensas irregularidades no processo seletivo, determinou o aprofundamento das investigações em relação à conduta de civil no bojo dos autos originais do procedimento. Arquivamento ratificado pela CCR/MPM e mantido pelo PGJM.

Brasília-DF, 2 de julho de 2012.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

PROTOCOLO 1965/11/DDJ/PGJM
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL 4-02.2011.1106
PJM RIO DE JANEIRO - 6º OFÍCIO
EMENTA. SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM REVISTAS. TRÁFICO DE ARMAS. CONCESSÃO DE PENSÃO.

Inconformismo de civil com a realização de revistas praticadas por militares do Exército na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Suposto envolvimento de militares com tráfico de armas na Região. Falta de comida e combustível na OM. Ausência de pagamento de pensão à filha de soldado. Mudança do discurso do representante em sua oitiva. Irregularidades não comprovadas. O MPM de primeira instância arquivou o feito. Ratificação da decisão pela CCR. Arquivamento mantido pelo PGJM.

Brasília-DF, 2 de julho de 2012.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

PROTOCOLO 2591/11/DDJ/PGJM
REPRESENTAÇÃO (PI) 31-43.2011.1201 E PEÇA DE INFORMAÇÃO 35-41.2011.1201
PJM SÃO PAULO - 1º OFÍCIO
EMENTA. IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS DA 2ª REGIÃO MILITAR - SFPC/2. MATÉRIA ADMINISTRATIVA.

Representações sobre supostas irregularidades no atendimento da SFPC/2, destacando-se a demora na análise dos pedidos e a imposição de exigências descabidas. Irregularidades não comprovadas. Questões de natureza administrativa. O MPM de primeira instância arquivou o feito. Ratificação da decisão pela CCR. Arquivamento mantido pelo PGJM.

Brasília-DF, 2 de julho de 2012.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

PROTOCOLO 2715/11/DDJ/PGJM
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL 32-07.2011.2102
PJM BRASÍLIA - 2º OFÍCIO
EMENTA. ACÚMULO DE CARGOS DE ENFERMEIRA. POSSIBILIDADE.

Mensagem eletrônica que noticia que enfermeira militar lotada no HFAB acumulava o mesmo cargo no Hemocentro de Brasília. Questão administrativa. Discussão judicial. O MPM de primeira instância arquivou o feito. Ratificação da decisão pela CCR. Arquivamento mantido pelo PGJM.

Brasília-DF, 2 de julho de 2012.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 192ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2012

Data, local e hora: 12 de junho de 2012, com início às 10 horas e 25 minutos, na Sala de Reuniões do Conselho Superior do MPM.

Presidência: Doutor Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral da Justiça Militar.

Conselheiros: Presentes os Conselheiros Mário Sérgio Marques Soares, Rita de Cássia Laport, Carlos Frederico de Oliveira Pereira, Roberto Coutinho, Edmar Jorge de Almeida, Péricles Aurélio Lima de Queiroz, Arilma Cunha da Silva, José Garcia de Freitas Junior, Hermínia Célia Raymundo, Jorge Luiz Dodaro e Anete Vasconcelos de Borborema. Ausência justificada da Conselheira Maria Lúcia Wagner, em licença-médica.

Primeira Parte - Expediente:

1. Leitura da Ata da 191ª Sessão Ordinária - O Sr. Presidente solicitou que os Conselheiros confirmassem a leitura da minuta da ata que foi encaminhada por e-mail. Consultou sobre possíveis alterações, sendo, após, aprovada.

2. Comunicações da Presidência e dos Conselheiros:

O Sr. Presidente comunicou aos Conselheiros a publicação da portaria que nomeou o Dr. Jaime de Cassio Miranda, Promotor da Justiça Militar, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral da Justiça Militar. Na oportunidade, registrou os agradecimentos ao servidor Marcelo José Carril Pinheiro que esteve à frente da Direção-Geral nos últimos anos. Sua atuação tem sido fundamental nessa primeira fase da atual gestão, colaborando de maneira significativa nesse momento de transição. Informou que, conforme solicitado na última sessão, os microfones estão programados para funcionarem de acordo com a conveniência do Conselheiro, devendo habilitá-los manualmente. Esclareceu que a programação permite a gravação da fala de apenas cinco microfones por vez. Solicitou que os colegas das Procuradorias da Justiça Militar se manifestem acerca da qualidade da transmissão.

Segunda Parte - Ordem do Dia:

O Sr. Presidente propôs a inversão da pauta, sendo aprovada pelos Conselheiros.

1. Proposta Orçamentária do Ministério Público Militar para o exercício de 2013.

Termo de Deliberação: "O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, observando o disposto no artigo 124, XVII e XVIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, por unanimidade de votos, deliberou pela aprovação da Proposta Orçamentária do Ministério Público Militar para o exercício de 2013."

2. Processo 232/CSMPM - Proposta de alteração da Resolução nº 64/CSMPM - Conselheiro-Relator: Dr. Jorge Luiz Dodaro.

Termo de Deliberação: "O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso da competência prevista no art. 131, I, da Lei Complementar nº 75/93, por unanimidade, deliberou pela alteração da Resolução nº 64/CSMPM que regulamenta a distribuição dos feitos aos Membros do Ministério Público Militar em exercício nos ofícios das Procuradorias da Justiça Militar."

3. Processo nº 237/CSMPM - Proposta de alteração do art. 3º da Resolução nº 62/CSMPM - Conselheira-Relatora: Dra. Maria Lúcia Wagner. Processo retirado de pauta pela ausência da Conselheira-Relatora (licença-médica).

4. Processo nº 238/CSMPM - Promoção ao cargo de Procurador da Justiça Militar pelo critério de merecimento - Conselheiro-Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.

Termo de Deliberação: " O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, nos termos do artigo 131, inciso V, combinado com os artigos 199 e 200 da Lei Complementar n° 75/1993, observando o disposto na Resolução nº 57/CSMPM e o constante no Processo nº 238/CSMPM, deliberou em constituir a seguinte lista tríplice para a promoção ao cargo de Procurador da Justiça militar, pelo critério de merecimento, para o 1º Ofício da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro, em vaga decorrente da aposentadoria voluntária do Dr. Marcelo Melo Barreto de Araújo: em 1º lugar, à unanimidade, o Doutor LUCIANO MOREIRA GORRILHAS; em 2° lugar, após o empate de votos, o Sr. Presidente, nos termos do art. 130, §1º, da Lei Complementar nº 75/93, indicou a Doutora CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ; e em 3° lugar, após o empate de votos, o Sr. Presidente, nos termos do art. 130, §1º, da Lei Complementar nº 75/93, indicou o Doutor AILTON JOSÉ DA SILVA".

Ao final da sessão, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e comunicou a realização de sessão extraordinária no dia 26 de junho de 2012, às 10h30. Encerramento dos trabalhos: 12 horas.

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA,
Procurador-Geral da Justiça Militar/Presidente

e

GABRIELA DANTAS TREZI DE ARAUJO,
Secretária

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 1, DE 2 DE JULHO DE 2012

O Promotor de Justiça José Wilson Ferreira Lima, titular da Primeira Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões da Circunscrição do Riacho Fundo, Distrito Federal, usando das atribuições constitucionais, legais e estatutárias que lhe competem, e

CONSIDERANDO que a Constituição Federal conferiu ao Ministério Público condição de Instituição Permanente e Essencial à função jurisdicional do Estado brasileiro, incumbindo-lhe a Defesa e a Ordem Jurídica, do Regime Democrático e dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis;

CONSIDERANDO que a dimensão constitucional da Instituição Ministério Público deve nortear toda a sua atuação funcional, inclusive mediante a interpretação das normas e dos princípios aplicáveis ao Direito Processual Civil e ao Direito Civil, buscando intervir nas demandas essencialmente dispostas à tutela dos direitos e dos interesses relevantes para a sociedade;

CONSIDERANDO que o egrégio Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, por intermédio da Recomendação n. 016, de 28 de abril de 2010, e Recomendação n. 019, de 18 de maio de 2011, recomendou que o Ministério Público disciplinasse a intervenção de seus órgãos em matéria cível, priorizando as questões que efetivamente tenham repercussão social;

CONSIDERANDO que o egrégio Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, relacionou na Recomendação n. 016/2010 as demandas judiciais e os feitos extrajudiciais e que a intervenção do Ministério Público é desnecessária;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Distrito federal e Territórios - MPDFT não disciplinou, internamente, sobre intervenção dos Membros que atuam em matéria cível nos termos da Recomendação n. 016/2010, e, ainda quando o ato disciplinador vier a ser expedido, este não poderá ter caráter normativo ou vinculador para os Membros;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 90, de 14 de setembro de 2009, do egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - CSMPDFT dispõe sobre as atribuições das Promotorias de Justiça Cível e de Família, entre as quais destacam-se as disciplinadas nos artigos 7º, 8º e 9º;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 90/2009 dispõe que é atribuição da Primeira Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões do Riacho Fundo/DF, intervir nos feitos dos cartórios extrajudiciais com atuação no Riacho Fundo/DF, ressalvadas as atribuições das Promotorias de Justiça de Registros Públicos;

CONSIDERANDO que compete exclusivamente ao Ministério Público a identificação da causa cujo interesse justifique sua intervenção;

CONSIDERANDO por derradeiro, que o Princípio da Independência Funcional norteia a atuação dos Membros do Ministério Público, resolve:

Art.1º - Estabelecer que a Primeira Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões do Riacho Fundo, Distrito Federal, não atuará nas demandas judiciais e nos feitos extrajudiciais adiantes relacionados, EXCETO SE HOUVER INTERESSE DE INCAPAZES OU DE IDOSOS EM CONDIÇÕES DE RISCO:

I - Procedimentos especiais de jurisdição voluntária;

II - Habilitação de casamento, dispensa de proclams, registro de casamento in articulo mortis - nuncupativo, justificações que devam produzir efeitos nas habilitações de casamento, dúvidas no Registro Civil;

III - Ação de divórcio ou separação;

IV - Ação declaratória de união estável ou sua dissolução;

V - Ação ordinária de partilha de bens ou sobrepartilha;

VI - Ação de alimentos, revisional de alimentos e execução de alimentos fundada no Art. 732 do Código de Processo Civil, entre partes capazes;

VII - Ação relativa às disposições de última vontade, sem interesse de incapazes, excetuada a aprovação, cumprimento e registro de testamento, ou que envolver reconhecimento de paternidade ou legado de alimentos de incapazes;

VIII - Procedimento de jurisdição voluntária relativa a registro público em que inexistir interesses de incapazes;

IX - Ação de usucapião de imóvel regularmente registrado, ou de coisa móvel, ressalvadas as hipóteses da Lei 10.257, de julho de 2001;

X - Ação em que, no seu curso, cessara causa de intervenção;

XI - Intervenção em Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público;

XI - Intervenção em Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público;

Art. 2º - Determinar a expedição de cópias da presente Portaria:

I - À Procuradoria-Geral de Justiça, à Corregedoria-Geral e ao Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

II - Ao Juiz de Direito titular da Vara Cível, Família, Órfãos e Sucessões da circunscrição do Riacho Fundo, Distrito Federal.

III - Oportunamente, aos oficiais titulares dos cartórios extrajudiciais, que forem instalados na circunscrição do Riacho Fundo, Distrito Federal.

Art. 3º - Registre-se no SISPROWEB. Publique-se.

JOSÉ WILSON FERREIRA LIMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 22, DE 3 DE JULHO DE 2012
(Sessão Ordinária)

Presidência do Ministro: Valmir Campelo
Representante do Ministério Público: Dr. Sergio Ricardo Costa Caribé
Secretário da Sessão: AUFC Francisco Costa de Almeida

Com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira, bem como do Representante do Ministério Público, Dr. Sergio Ricardo Costa Caribé, o Presidente da Primeira Câmara, Ministro Valmir Campelo, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Ordinária da Primeira Câmara às quinze horas (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 11, 12, § 2º, 33, 55, incisos I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136, 140 e 287, § 5º).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 21, da Sessão Ordinária realizada em 26 de junho de 2012, de acordo com os artigos 33, inciso X e 95, inciso I, do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

A presente Ata, bem como o seu Anexo, de acordo com a Resolução TCU n° 184/2005, está publicada na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

PROCESSOS RELACIONADOS

A Primeira Câmara aprovou as Relações de processos organizadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de n°s 3649 a 3821, conforme pauta n° 22/2012, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140, 141 e 143, e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

a) Ministro Valmir Campelo (Relação nº 19):

ACÓRDÃO Nº 3649/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.518/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celina Ribeiro Ribatski (327.658.609-63); Maria da Graça Lenartowski (320.346.289-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Paraná
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3650/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.604/2012-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joana da Costa Santos (155.993.451-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3651/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.660/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Auridea Amorim dos Santos (119.717.701-91)
1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal - STF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3652/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.760/2012-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Djanir Ferreira Rodrigues (361.411.787-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3653/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.761/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antônio Carlos de Sousa Lima (150.000.601-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça - STJ
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3654/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.330/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Dornelles Fittipaldi (014.146.001-60); Isabela Naves Mota Rodrigues (053.971.166-70); Luciano Almeida Lima (010.339.695-08); Nathalia dos Santos Costa Saquetti (844.349.021-72)
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Justiça
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3655/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.343/2012-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Maria Moreira Rodrigues (085.967.508-43); Ana Maria Ribeiro Randow (087.352.388-10); Ana Paula Carneiro Neiva (024.795.451-99); Ana Paula Eger (041.279.659-75); Ana Paula Fonseca Pires Campos (100.314.077-73); Ana Paula Graziato (282.572.818-75); Ana Paula Meller (021.876.419-70); Ana Paula Perini Teixeira dos Santos (218.064.318-74); Ana Paula Teixeira Alves (075.728.316-05); Ana Paula de Moraes da Silva (007.556.670-26); Ana Paula do Amaral Gil (350.226.548-81); Ana Paula do Couto (003.186.490-20); Ana Rebeca Viana Siqueira (025.409.453-84); Ana Tercia Marques da Costa (865.273.712-68); Ana Tereza Constantino de Medeiros (009.659.644-93); Ana Virginia Algarte Moreno (320.693.608-06); Analucia Nascimento de Assis Costa (117.557.817-76); Anamaria Rosa Pereira (859.539.461-04); Anapaula Sandi Miranda (770.546.106-44); Anatasha Giovanaz Armiliato (009.404.791-09); Anderson Alves Souza (032.389.496-83); Anderson Batista Ferreira (758.558.441-53); Anderson Chaves de Jesus (022.737.265-46); Anderson Conceição de Souza (013.876.605-35); Anderson Custodio Bayer (814.699.000-25); Anderson Franklin Franco Souza (086.639.457-52); Anderson Hideo Nagata (052.212.389-93); Anderson Jose de Aquino (003.273.421-29); Anderson Leandro dos Santos (810.112.531-00); Anderson Marcos Neckel (046.630.919-89); Anderson Mendes de Oliveira (215.503.118-16); Anderson Oliveira Brito (985.187.715-87); Anderson Oliveira Machado (066.456.006-74); Anderson Rodrigues da Silva (009.940.614-47); Anderson Willians Jorge (322.753.268-98); Anderson de Morais (052.381.209-40); Andre Alonso de Castro Gomes (010.884.581-81); Andre Felipe da Silva Souza (131.680.587-50); Andre Greco de Lyra (180.340.378-00); Andre Guilherme Torquato de Souza (068.275.026-35); Andre Luis Bezzan (261.955.218-41); Andre Luiz Bottamedi (006.354.659-06); Andre Luiz Cegan (063.541.479-14); Andre Luiz Gomes Leite (787.165.436-53); Andre Luiz de Souza Sobrinho (526.541.762-15); Andre Maia Villa Nova (943.998.402-34); Andre Murta Correa (058.837.967-02); Andre Pimentel Mendes (021.817.197-80); Andre Ribeiro Madruga Leão (099.809.597-46); Andre Ulisses de Lima Carneiro (927.135.301-30); Andre Veigas Teixeira (045.489.389-23); Andre Victorio Arcari Filippim (071.259.409-43); Andre do Nascimento Ribeiro (013.347.063-60); Andrea Aparecida Scomparim Borges (183.639.788-76); Andrea Christina Sued Barreto Silva (980.418.431-15); Andrea Cintia Freitas Ribeiro (505.588.975-68); Andrea Cristina Farias da Costa (219.148.098-58); Andrea Ferreira Borba (012.231.577-41); Andrea Teresa Guedes Kozlowski (007.470.197-54); Andreia Flavia Bittencourt Viana (014.534.066-03); Andresa Alexsandra de Farias Bernardini (016.308.679-69); Andresa Juliana Salla (041.311.529-16); Andressa Diz Macedo (063.923.599-90); Andreza Vanessa Alves Barreto (030.775.624-64); Ane Caroline de Souza Franco (710.869.351-87); Anelise Okaseski Gomes (951.780.230-72); Anestor Anderson de Sousa (833.672.761-20); Angela Aquino Cavalcante (297.168.058-45); Angela Gonçalves de Araujo (083.052.126-70); Angela Shirley Ferreira da Silva (394.014.214-04); Angelo Carneiro Nery (809.110.135-04); Angelo Freire Gusi (025.461.907-09); Angelo Savius Santos de Sousa (631.454.302-97); Anna Carolina Bercot Leandro (056.558.987-30); Anna Ligia Korczak (007.174.919-51); Anny Machado Ribeiro de Almeida (073.770.726-79); Antofaber Alexandre de Souza (404.690.932-34); Antonieta Rodrigues Villa (038.194.128-08); Antonio Anderson Ferreira (043.212.803-46); Antonio Arnaldo de Lima (222.423.413-91); Antonio Cezar de Souza Oliveira (731.336.555-15); Antonio Edward Caniceiro Filho (063.481.899-61); Antonio Erivan da Silva (968.398.564-53); Antonio Felix Moreira Filho (997.230.423-04); Antonio Ferreira da Silva Filho (031.004.024-80); Antonio Gabriel de Luna Alves (034.329.504-03); Antonio Jorge de Quintal (936.170.118-53); Antonio Osir Costa Neto (064.549.134-90); Antonio Pinto Junior (806.778.514-72); Anuska de Castro Barbosa (008.464.534-28); Aparecida Dilvana de Oliveira Ferreira (026.447.596-84); Argemiro de Moraes Ribeiro Junior (949.484.611-72); Arianne Celestino Dourado (020.343.511-77); Aricelma Pereira de Sousa Araujo (008.285.585-40); Ariel Torres Martins Wohlmuth (081.078.206-57); Arione Borges Arthur (831.017.561-20); Armando Diego Lacerda dos Santos (023.031.601-89); Armando Proenca Marques (114.722.977-50); Armando Takeshi Takaoka Junior (027.850.069-25); Arnaldo Davino Godinho Turque (000.456.441-36)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3656/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.346/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiana Honorato Mendes (884.069.971-68); Cristiane Adelaide Pereira (164.747.128-13); Cristiane Braz Candido (214.872.828-85); Cristiane Dias Fernandes (860.821.671-04); Cristiane Dias Monteiro (012.616.701-08); Cristiane Ramos da Silva (028.670.266-52); Cristiane Rocha Machado (982.490.531-68); Cristiane Tonial (006.703.460-80); Cristiane Ventura São Pietro (294.607.898-11); Cristiani Lorena Fonseca Ferreira Deda (631.491.685-20); Cristiani de Castro Souza (077.943.947-32); Cristiano Oliveira de Paula (773.531.103-68); Cristina Alves de Sa Nass (438.246.761-68); Cristina Medino da Silva (032.433.359-57); Cristina Ribeiro Felicio (725.964.061-87); Cristina Strake (371.561.988-07); Cristina de Figueiredo Duarte (003.899.089-08); Cynthia Maria Pontes de Lima (013.125.144-93); Cynthia Perpetua de Azevedo (497.972.631-34); Cyra Maria de Araujo Souza (266.122.098-44); Dagner Alves Marangoni (327.435.028-19); Daiana Cofferri (023.568.900-92); Daiane Antunes do Nascimento (071.947.706-95); Daiane Santos da Silva (105.546.497-21); Daiane Schneider (016.128.780-83); Daison Jackson de Oliveira (902.736.800-72); Daiza Kerollyn Pereira Crespo (063.191.559-14); Dallieny Silva Ballan (229.493.018-51); Dalton Tatsuya Suda (573.854.676-87); Dalvani Jose Ceconi (006.993.460-61); Damasio Pereira de Melo Junior (072.439.984-45); Damião Abrantes de Sena (061.601.704-90); Damião Bruno Medeiros de Azevedo (076.707.234-08); Daniel Alcantara Najan Fontes (095.737.687-12); Daniel Alves de Oliveira Otim (845.392.831-20); Daniel Arão Lima (037.055.961-44); Daniel Arcanjo da Silva (070.285.687-84); Daniel Barbosa Araujo Silva (358.389.518-50); Daniel Basso Ribas (052.698.989-00); Daniel Beserra de Souza (017.793.103-58); Daniel Bruno da Silva Gonçalves (105.072.007-56); Daniel Carvalho de Paula (067.146.776-00); Daniel

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Duarte Franca (709.662.651-49); Daniel Francisco de Morais (002.870.621-80); Daniel Gomes Botelho (077.902.216-55); Daniel Gomes Santos (029.597.215-78); Daniel Jefferson Gomes de Souza (672.496.983-20); Daniel Lima Paula (046.574.339-03); Daniel Machado (833.728.140-53); Daniel Marques Miranda dos Anjos (047.463.186-97); Daniel Mostardeiro Gaertner (074.474.689-24); Daniel Pelizer Herken (030.297.766-03); Daniel Roberto Carpentieri Censi (293.795.288-76); Daniel Sampaio Carneiro (032.716.796-30); Daniel Soares de Sa (001.077.061-56); Daniel Vieira Leal (073.319.416-82); Daniel Vinicius Camargo de Abreu Negreiros (715.025.481-00); Daniel William da Gloria Simão (072.633.574-61); Daniel da Silva Ferreira (005.191.260-09); Daniel da Silva Soldati (015.194.080-05); Daniel de Mesquita Bastos (003.930.143-55); Daniela Beatriz Zanker (030.105.179-80); Daniela Campos Pinto (095.859.767-73); Daniela Cristina de Almeida Cardoso (326.999.768-06); Daniela Morfinati de Souza (301.716.768-23); Daniela de Sousa Silva (691.302.991-87); Daniela dos Passos Barbosa (222.130.508-64); Daniele Cristina Macedo (020.711.449-88); Daniele Estevao Lira de Araujo (034.814.644-28); Daniele Ferreira Pinheiro (003.877.273-61); Daniele Huzek (048.773.799-75); Danieli Rodrigues Alvarim (847.362.831-49); Daniella Patricia Casagrande Almeida (273.183.598-27); Daniella de Freitas Alves Ferreira (018.217.829-33); Daniella de Oliveira (962.168.249-53); Danielle Ferreira Andrade Borges (079.105.716-07); Danielle Gomes dos Santos (365.401.778-95); Danielle Portilho de Almeida (009.863.421-65); Danielle Valesan (026.609.989-06); Daniely Tank Piccirillo (292.952.648-35); Danilo Alves Rodrigues (361.212.818-39); Danilo Carneiro Ferreira (971.564.423-68); Danilo Cicero Pereira (084.948.966-01); Darlan Bezerra Carvalho (948.183.201-53); Daryane Aparecida Ribeiro (058.857.259-42); Davi Guedes Oliveira (382.129.218-08); Davi Luciano Lazaretti (693.497.549-91); Davi Melo dos Santos (843.325.145-72); Davi de Araujo Thomaz (037.369.449-00); David Gustavo Dalponte (002.099.560-11); David Oliveira Melo (028.510.145-52); David Teixeira Lima Dutra (097.801.036-19); Dayane Fernanda Puhl (009.538.629-76); Dayane Ferreira Machado (081.269.936-00); Dayane Sa Barreto Guerra Silva (012.627.055-41); Dayane Vaz Silva (040.330.286-25); Dayanna Novais de Freitas (015.493.206-02); Debora Dutra Beilke (994.984.640-49); Debora Goncalves Chaves (080.419.636-25); Debora Lumke (014.296.490-54)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3657/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.347/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Debora Rocha Toledo (363.606.318-90); Debora Santos Cegala (342.977.378-41); Debora Silsa Gomes (023.465.138-57); Deborah Cristina Lacerda da Natividade (978.681.241-72); Deborah Monteiro Bueno Quintao (060.673.846-04); Deborah Vanessa do Carmo Papa (029.396.315-06); Deidson Vitorio Kurpel (052.456.339-06); Deise Costacurta (004.183.809-29); Deisy Anny Bomfim (071.525.934-26); Democrito Oliveira Lisboa (912.190.005-15); Denilson Oliveira Santos (014.227.133-00); Denilson de Oliveira (113.734.488-14); Denis Bastos de Oliveira (028.803.829-04); Denise Beckhauser Marega (066.123.719-27); Denise Breda Domingos (370.164.218-48); Denise Marchese (011.170.300-08); Denise Rodrigues de Carvalho (032.963.838-67); Devair Silva Filho (045.613.838-24); Deyse Gomes de Oliveira (297.886.248-39); Dhaniel Brunno Ribeiro Xavier (023.467.313-31); Diana Caldas Façanha (813.439.652-68); Diane Vasconcelos Alelaf (839.156.643-91); Diego Alberto Villa (055.171.809-90); Diego Alexandre Sanger (017.611.720-26); Diego Carneiro dos Santos (055.373.669-83); Diego Carvalho Jose (005.322.899-51); Diego Cunha de Araujo (035.120.244-75); Diego Duarte Lopes (013.136.361-18); Diego Farias Dantas (341.076.538-70); Diego Felipe Nicoli (054.625.609-07); Diego Gonçalves Rodrigues (383.593.068-00); Diego Mizael Rocha Coimbra (020.400.401-29); Diego Raine Brito Leal Figueiredo (839.528.452-72); Diego Sales Guedes (010.582.053-90); Diego Stephano Tavares Gomes (084.644.827-01); Diego Vinicius Portilho Costa (007.072.511-09); Diego da Silva Lima (346.343.378-86); Dilma de Oliveira dos Reis (374.234.522-20); Dimas Guilherme Souza Silva (071.268.096-97); Diogo Hideki Okubo (011.192.535-51); Diogo Moraes Maciel (045.589.904-56); Domenica Martins Mendes (051.448.326-10); Douglas Andrade Maia (087.105.906-17); Douglas Bohrer Abreu (101.514.417-90); Douglas Figueiredo Fernandes (058.036.996-08); Douglas Gaiozo Machado (071.869.486-42); Douglas Henrique Spohr (077.939.069-50); Douglas Paulino Dantas (017.508.901-94); Douglas Renato Pinheiro (248.461.018-19); Douglas Silva Schreiber (010.501.430-35); Dulcineia Rodrigues (889.530.099-87); Eberson Machado da Silva (689.132.902-78); Eder Mello Silveira (013.744.820-13); Eder Santiago Carneiro (011.774.255-48); Ederlene Maria Bassoli (027.343.179-07); Edevaldo Lima dos Santos (085.111.904-22); Edgar Moreira dos Santos (951.001.138-04); Edgar dos Santos (803.746.468-72); Edgard Aires da Cruz (721.987.611-49); Edicleia Cavalcante Soares (900.072.981-53); Edilson Miguel Volkweis (066.378.379-89); Edino Ferreira de Oliveira (011.893.854-14); Edivan Dal Bello (005.131.980-24); Edivania Duarte Alves Lacerda (912.991.013-72); Edmar Feliciano de Sousa (768.526.526-53); Edna Beatris Bittencourt Lisboa (299.355.980-04); Ednalva de Souza Barbosa (303.086.558-42); Ednilson Lopes Cavalcanti Junior (046.281.184-00); Edno Carlos Souza da Silva (066.122.344-23); Edomicio Carvalho da Silva (960.114.403-04); Edson Antonio Oliveira Rodrigues (110.927.695-87); Edson Francisco de Araujo (137.272.178-98); Edson Giovanni de Oliveira Gori (685.243.826-00); Edson Kyoji Kita (265.217.318-90); Edson Tanaka (170.327.068-19); Edson de Oliveira Souza (027.808.839-28); Edson de Sousa Filho (035.757.631-43); Eduardo Alexandre Piva (072.864.929-26); Eduardo Antonio de Souza (047.626.846-00); Eduardo Bruno Fonseca Martins (067.573.716-85); Eduardo Colle (080.400.329-70); Eduardo Duarte Timburiba (099.247.757-32); Eduardo Fabricio dos Santos (038.587.919-97); Eduardo Jorge Sarmento Mendes (001.046.834-06); Eduardo Jose da Silva Penzo (040.996.459-08); Eduardo Maciel Ramos (058.440.279-14); Eduardo Silva Ramos (005.389.700-57); Eduardo de Brito Aguiar (012.002.663-58); Edvaldo Machado da Silveira (396.830.951-00); Eilane Sayuri Cardoso Kuwahara (055.292.517-90); Elaine Cristine Pereira de Brito (063.231.184-32); Elaine Gomes da Rocha (565.623.906-30); Elainne Diniz Gonçalves (669.730.663-72); Elcio Angelo de Souza (590.604.921-53); Elcio Vudala (035.003.869-46); Elda Daniele Oliveira Carvalho Ribeiro (776.011.812-00); Eli Sergio Bezerra de Melo Junior (719.564.501-06); Eliana Bento Silva Barbosa (034.384.846-50); Eliana Campos Silva (069.358.037-21); Eliana Maria da Rocha Carvalho Abreu (864.045.633-04)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3658/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.349/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabiula Noleto Queiroz (940.099.452-49); Fabricia Paula Carvalho de Brito (772.743.001-30); Fabricia Pessanha Bilheiro (033.017.656-02); Fabricio Figueiredo Brito da Silva (059.339.084-95); Fabricio Gonçalves (325.248.228-26); Fabricio Silva Furtado (020.064.661-35); Fabrizio Donizete Torres (312.331.548-77); Felipe Faraj de Andrade Lannia (055.698.577-02); Felipe Humberto Iamamoto (344.757.568-98); Felipe Levi Marcolongo Cardoso (352.928.648-62); Felipe Lopes Cruz (025.116.973-19); Felipe Metello Oliveira Lima (689.050.091-15); Felipe Moura Mendes (026.996.743-54); Felipe Oliveira Alves (115.744.937-95); Felipe Pohren de Castro (818.195.600-15); Felipe Rafael Barbosa Chagas (047.438.444-60); Felipe Rosas Matos (015.769.012-11); Felipe Santana da Costa (228.302.768-33); Felipe Teodorovicz Barbosa (009.623.229-38); Felipe Wenczenovicz (020.653.300-40); Felipe Xavier Viegas (003.668.241-12); Felipe de Carvalho Praxedes Lino (942.036.604-91); Fernanda Aparecida da Silva Takaso (024.122.639-22); Fernanda Apolinario Chaves (010.565.284-94); Fernanda Brant Caldeira Bardal (039.118.176-90); Fernanda Cavalini Pedroso (012.974.126-48); Fernanda Cruz Monteiro de Barros (857.426.351-68); Fernanda Eloise Benetti (066.554.509-69); Fernanda Gabriela da Silva Leite (013.759.744-40); Fernanda Girardi Roesler (009.289.089-09); Fernanda Inocencio Keller Zanette (020.768.399-92); Fernanda Lorena Gomes (066.115.869-11); Fernanda Maciel Krucher (011.129.330-85); Fernanda Moraes Righi (087.852.946-24); Fernanda Raiane Rodrigues Medeiros (007.371.931-58); Fernanda Vanessa Rossa (009.309.299-77); Fernanda Vanz (732.966.780-34); Fernando Afonso de Carvalho (980.066.062-34); Fernando Antonio Toniello (349.554.452-68); Fernando Antunes Batista Neto (976.824.701-00); Fernando Biaggio Fracasso (311.124.818-69); Fernando Carlos Gomes Vieira (842.382.751-87); Fernando Cesar Nunes Ferreira (067.259.416-13); Fernando Espinosa Cappe (104.606.437-11); Fernando Freire Madureira (075.566.186-92); Fernando Ikeda (276.489.038-90); Fernando Jose Mendonça (031.820.677-37); Fernando Jose de Souza (015.312.195-51); Fernando Malheiros Martins (030.085.937-63); Fernando Martins Leao de Alencar (008.979.854-60); Fernando Neves Quintino dos Santos (108.252.256-20); Fernando Pereira Assis Faria (037.964.236-04); Fernando Rocha Alves (015.726.455-63); Fernando Silva Sanches (046.267.856-38); Fernando Silva de Oliveira (313.012.248-63); Fernando Victor Takeshi Arakaki (016.019.221-83); Filipe Alan da Silva Souza (063.810.664-82); Filipe Caversan Venturini (124.440.537-02); Filipe Costa Malaque (370.069.638-85); Filipe Oliveira da Silva (051.710.214-57); Filipe de Almeida Costa (120.924.197-81); Filipi Nogueira de Arruda (015.421.241-58); Flavia Batista Castro (727.358.991-87); Flavia Carolina Ferreira Rabello (333.423.058-94); Flavia Hardt Schreiner (013.897.680-58); Flavia Michelle Dias Manganaro (033.833.599-48); Flavia de Sousa Oliveira (331.934.058-17); Flaviana Witovisk Gussella (070.893.279-73); Flavio Augusto Santos Silva (330.941.428-00); Flavio Fonseca de Carvalho Batista (962.803.955-53); Flavio Franklyn da Silva Campos (005.463.071-16); Flavio Gonzaga Andrade (118.485.637-01); Flavio Henrique de Castro Monnerat (055.457.316-44); Flavio Rivadavio Resende Souto (020.203.911-04); Flavio Rodrigues Silveira (020.503.450-03); Flavio Teruo Ichikawa (254.992.438-08); Francenildo Barbosa Pinheiro (914.332.582-34); Frances da Silva Oliveira (082.980.946-54); Franciele Lisboa (000.481.840-71); Francielle Cristiane da Rosa (041.969.569-98); Franciene Liliane Pereira (049.472.456-03); Francinaldo da Silva Praxedes (051.565.324-11); Francisca Maria da Silva Andrade (935.856.913-15); Francisca Regina Barros Teixeira (380.213.231-91); Francisco Cacciolari do Amaral (330.322.648-20); Francisco Carlos Alencar dos Santos (014.718.903-92); Francisco Cesar Araujo Mota (611.698.111-91); Francisco Cesar Gioiosa Moreira (310.050.088-17); Francisco Chagas da Silva (944.636.113-34); Francisco Cleber Ferreira da Silva (008.952.383-06); Francisco Doriedson da Silva (052.199.634-14); Francisco Goncalves Carvalho (582.330.245-20); Francisco Isaquiel Feitosa dos Santos (779.758.713-20); Francisco Jose Cavalcante Dias (014.889.493-36); Francisco Junior Ximenes de Mendonça (613.998.093-34); Francisco Kleber Leite Lima (603.488.444-68); Francisco da Silva Oliveira (055.664.133-74); Francisco das Chagas Alves (829.607.203-34); Francisco das Chagas Alves Moura Junior (013.998.803-30); Francisco das Chagas Santos (055.530.424-88)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3659/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.352/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jaqueline Gasparino (044.503.169-75); Jaqueline Natali Christino Arantes (094.439.716-66); Jaqueline Vaz Feltrin (014.108.540-19); Jardel Alves de Souza (400.364.212-00); Jardel Marcos Martins (612.563.231-87); Jardel de Oliveira Dias (710.713.181-87); Jarusa Modesto de Oliveira (002.912.861-78); Jaylson Barros de Paula (008.715.251-78); Jean Carlos de Carvalho Coutinho (064.568.729-44); Jean Gustavo de Moraes Teixeira (030.516.311-67); Jean Maxwell Vieira Soares (027.656.223-29); Jeane Matias da Silva Souza (002.700.101-65); Jeferson Magalhães Feitosa (155.020.518-89); Jeferson Mulhstedt (035.509.559-95); Jeferson Viero (986.434.790-04); Jefferson Douglas Silva de Brito (837.880.772-04); Jefferson Fernandes Santos (026.915.361-65); Jefferson Ramon da Silva (089.876.934-57); Jefferson Torres Cunha (720.594.002-87); Jeison Arthur Adam (015.918.730-37); Jeniffer Abreu Chuves (030.151.199-31); Jeorge Medeiros de Souza (041.427.864-07); Jerri Adriani Gonçalves de Oliveira da Silva (035.015.066-43); Jesse Vieira Silva (334.969.088-23); Jessica Simonetti Moura (041.268.793-31); Jessica de Espindola Queiroz (089.904.754-81); Jhones Fernando de Castro (046.277.126-18); Jhonnee Pereira Silva (014.358.973-31); Jiovane Policena de Freitas (710.221.802-82); Joacyr Silva da Costa (976.752.451-72); Joanito Teixeira Machado (257.722.908-94); João Ademar Weschenfelder (466.390.390-87); João Armando Bezerra Ribeiro (009.923.545-52); João Augusto Ortiz Teixeira Felix (347.013.398-06); João Batista Azevedo (920.630.983-87); João Batista Mascarenhas (462.203.723-87); João Batista da Silva Junior (030.424.889-42); João Carlos Lourenço (378.517.486-15); João Claudio Senador Silva (777.551.897-91); João Divino Dorneles Junior (435.890.651-68); João Francisco de Macedo Neto (066.413.724-56); João Guilherme Pires de Novais (076.365.406-06); João Guilherme Rodrigues Lemes (035.823.661-46); João Izau dos Santos Junior (067.539.644-10); João Luis Gemelli (044.874.679-42); João Luiz Lopes de Oliveira (054.621.496-70); João Marcelo dos Santos Pereira (007.864.044-00); João Otavio Caldeira Nogueira (696.666.281-04); João Paulo de Queiroz (050.922.554-39); João Paulo de Sousa (010.994.913-71); João Ricardo Cruz Siqueira (370.500.447-68); João Roberto Guimarães da Costa (540.958.167-91); João Vitor Almeida Barros (131.184.787-13); João Vitor Magalhães Teixeira (027.387.583-39); Joaquim Paulino Filho (001.235.613-10); Jocimar Walter (038.615.819-30); Joel Lima Neves (709.477.401-04); Joelma Aparecida de Castro (046.158.436-07); Joelma de Fatima Pimpao Moretti (609.149.399-04); Johnny Sant Anna Neves (789.903.006-49); Joice Cinelli (987.124.970-53); Jolliton da Silva Brito (583.923.511-34); Jonas Wagner de Almeida Soares (013.533.923-50); Jonas de Mello Almeida (051.628.774-50); Jonas de Souza Ludwig (829.081.680-49); Jonatan Dias de Oliveira (004.974.450-00); Jonatas Santos de Sousa (048.068.316-62); Jonatas de Abreu Cavalcante Junior (804.436.212-68); Jonathas Felippe Morais Modesto (952.527.382-20); Jones Rovaris Luzzieti (062.728.269-58); Joni Hisakatsu Harada (117.830.308-01); Jorge Roque Bernardi (023.201.179-62); Jorge Sadick Nahuz Junior (960.134.433-00); Jorge de Oliveira (038.499.998-07); Jose Antonio Esteves Cavalcanti de Albuquerque (843.588.315-91); Jose Arnaldo Link (031.928.741-63); Jose Augusto Pedrosa de Souza (095.243.244-74); Jose Augusto do Espirito Santo Parada (036.159.718-50); Jose Berger Aguiar de Brito (019.107.695-33); Jose Bezerra da Silva Neto (009.644.582-33); Jose Carlos Alves da Costa (000.695.532-03); Jose Carlos Nunes dos Reis (025.998.035-86); Jose Carlos de Lima (084.415.778-38); Jose Carlos de Miranda Junior (657.995.692-53); Jose Daniel Jeronimo da Silva (081.843.664-69); Jose Dias da Rocha Segundo (004.300.685-06); Jose Edivaldo de Oliveira Luna (032.492.874-23); Jose Edson Rodrigues (280.116.778-96); Jose Eduardo Domingues Grilo (102.182.056-35); Jose Ferreira Costa (555.854.181-49); Jose Fidelis Daer Junior (061.559.306-27); Jose Francisco Gomes (090.770.894-38); Jose Geraldo Jonathan Pontes Ribeiro (032.109.023-30); Jose Henrique de Melo Alves (049.743.814-31); Jose Hernandes de Oli-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

veira Silva (940.101.021-87); Jose Inacio de Carvalho Neto (009.883.614-50); Jose Iranilson Damasceno Silva Junior (020.683.453-58); Jose Jefferson Santana Bezerra (796.702.103-72); Jose Liberalino de Oliveira Filho (007.785.123-47); Jose Luis Ferreira Clementino (003.808.175-00)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3660/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.353/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Luiz Canalli (758.738.698-04); Jose Mauricio Moreira (670.262.149-34); Jose Nunes de Souza (021.155.603-37); Jose Oliveira Junior (029.705.553-44); Jose Remulo da Silva Melo (035.861.233-02); Jose Ricardo Veigantes (035.813.689-00); Jose Solimar Sousa Araujo (632.216.752-91); Jose Ucrevis Alves de Jesus (303.880.858-00); Jose Vagno de Souza (986.193.225-91); Joseilton Rocha Figueiredo (009.818.601-92); Josemir Moises da Silveira (901.161.274-49); Joseneide Pereira Farias Guirra (936.524.375-00); Joseval Ferreira de Santana (791.643.825-91); Josiane Lusia Scariot (034.454.999-26); Josiane Ribeiro de Souza (045.052.186-94); Josiane Witkovski (037.512.819-08); Josias Pereira Correa (027.983.063-70); Josiele Conceição Roldão de Oliveira (081.196.936-39); Josildo Silva Correia (648.225.838-72); Josimar Alves de Oliveira (020.444.491-88); Josivaldo Batista da Silva (003.353.345-80); Josse Leanndro Silva Barros (015.356.523-30); Jovanio Marchioro Cipriano (016.733.619-35); Joyce Natercia Sousa Rodrigues (963.143.973-91); Julia Costa Fonseca (315.319.458-05); Julia Indira Rosales (053.567.019-26); Julia Maria Gomes da Silva (536.897.046-34); Julian Loui Goi Bengochea (022.430.540-94); Juliana Alves Vieira (075.626.644-04); Juliana Benetelli Delgado (067.796.366-14); Juliana Felix Cananea (126.777.967-59); Juliana Maria da Veiga Peixoto (970.803.140-20); Juliana Meirelles Alves (057.694.447-54); Juliana Penido Silva Carvalho (835.084.496-53); Juliana Rodrigues Barroso Vidal (016.410.211-60); Juliana Rodrigues Veiga (077.428.059-01); Juliana Schuster (954.946.690-68); Juliana Sit (058.315.269-41); Juliana Souza Cunha (723.610.931-20); Juliana Vilela do Nascimento (056.715.816-05); Juliana de Oliveira Patricio (317.559.148-57); Juliana de Santana Oliveira (008.060.891-48); Julianna Souto de Oliveira (715.905.441-53); Julianne Paulen da Silva (015.234.341-55); Julianno Medeiros de Souza (034.468.214-57); Juliano Carvalho (008.403.979-50); Julio Cesar Alves Pereira (078.375.597-03); Julio Cesar Gabriel (123.459.128-63); Julio Cesar Gomes de Abreu (051.423.913-14); Julio Cesar de Barros Moitas (398.460.757-15); Julio Cesar de Oliveira (774.995.906-82); Julio Cesar dos Santos (057.988.159-86); Junio Coelho Braga (005.536.941-38); Junior de Sousa Franco (006.516.363-02); Juscelino Costa Almeida Castro (818.485.103-06); Jyvhago Junio Silva Freitas (020.778.373-06); Kairison Wheslen Barbosa (026.989.563-99); Kalel Queterson Franca do Nascimento (948.472.742-53); Karen Key Nakamura (333.548.458-48); Karin Cristian de Campos Tupan Longo (023.140.949-48); Karina Marcom Broering Pagliosa (008.211.139-17); Karina dos Santos Gomes (327.912.628-22); Karini Betiani da Rosa (828.272.220-00); Karinne Nascimento da Cruz (843.211.485-53); Karla Mangolin (073.023.489-44); Karla Patricia de Souza Costa (031.464.256-02); Karlos Valmecio Carneiro da Silva (664.870.644-91); Katarina Maria Moura da Silva (064.155.254-84); Katia Cilene de Jesus Rocha (943.455.627-91); Katia Jordana Bezerra Silva Andrade (060.988.374-73); Katia Maria do Nascimento (028.328.034-40); Katia Takaya (324.085.398-11); Katia de Fatima Feo (804.819.571-20); Katiane Sandrin (009.683.819-10); Katson Dourado Santos Trindade (883.214.285-68); Kedma Kaizer Pereira (047.690.306-81); Keila Rocha Silva (017.652.021-08); Kellen Siqueira Dias (055.848.217-13); Kelly Camargo da Silva (004.971.840-10); Kelly Cristina Leme Maia (058.807.899-93); Kelly Freire Cavalcante (986.494.182-87); Kely Cristina Silveira de Souza Gomes (536.677.431-49); Kely Silva de Bastos (932.263.061-20); Kenya Oliveira Sette (072.176.536-06); Keyler Alves de Oliveira (024.842.091-77); Kleber Garcia de Jesus (214.726.978-63); Kleiton Robson da Silva Evangelista (633.965.723-00); Kleyve Jorge Brito dos Santos (004.217.062-10); Krisna Paula Aragão Pompeu (689.313.602-15); Laiane de Melo Silva (050.925.984-76); Lais Calciolari Assolin (383.687.018-56); Lannusse Franca de Souza (902.815.191-53); Larissa Couto Cortes Almeida (699.441.131-15); Larissa Gabriela dos Santos Barbosa (838.671.475-15); Larissa Muniz Carvalho (015.926.745-50); Lauro Antonio Moura de Souza Filho (029.968.776-75); Lawrence Schmitt Carrier (683.633.110-49); Lazaro Fernandes Amelio Marques (963.467.521-20); Leandro Alves Guimarães (083.168.836-00); Leandro Antonio Alves da Silva (353.577.398-97)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3661/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.355/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Antonio Veronez Junior (368.754.098-79); Luiz Carlos Rodrigues Junior (332.687.977-68); Luiz Carlos Rohde (643.672.669-15); Luiz Carlos Soares (051.613.104-48); Luiz Cesar Keufner (535.738.387-15); Luiz Cezar Coelho (816.862.779-20); Luiz Correa de Souza Neto (795.635.032-87); Luiz Eduardo Vargas Mella (007.888.859-01); Luiz Eduardo de Oliveira (780.553.001-78); Luiz Eugenio Sangiorgi Panzera (076.195.946-71); Luiz Felipe Girao Bica (043.102.023-06); Luiz Fernando Bianchi Pereira (010.366.389-44); Luiz Fernando Crescencio de Farias (078.632.829-00); Luiz Fernando Gasparino (310.353.738-74); Luiz Fernando Pessoa de Mello (006.067.959-01); Luiz Fernando da Silva (059.715.409-04); Luiz Gustavo Almino Menezes (049.883.643-64); Luiz Gustavo Bindilatti (230.750.598-97); Luiz Gustavo Muzzi Rodrigues (323.392.578-67); Luiz Gustavo Schirmann (059.371.819-48); Luiz Gustavo Viana de Souza (114.509.537-27); Luiz Hideshi Shibukawa (003.606.988-40); Luiz Marcelo Bressan (191.726.558-10); Luiz Marcelo de Oliveira Campos (304.184.548-25); Luiz Mario Santos Sousa (007.063.521-81); Luiz Paulo Dammski (080.942.949-73); Luiz Vinicius Bodanese Rossetto (037.096.469-10); Luiza da Fonseca Scherer (976.470.120-53); Lussavia de Aguiar Ramos Diniz (778.161.103-91); Luzimar de Souza Costa Randy (027.492.124-30); Luzimilson Santos Oliveira Leite (773.060.823-53); Luzinete Rocha Lessa (037.860.675-11); Luzonaldo Augusto da Silva Junior (053.198.754-01); Lygia Cunha de Oliveira (067.376.356-01); Lylian dos Santos Freitas (056.923.807-22); Lyvia Fernanda Santos Borges (647.355.593-53); Lyvia Sedlmayer (059.247.446-12); Maicon Vinicius Souza Afonso (011.974.321-32); Maira Ferreira dos Santos Rigorini (312.786.548-10); Maisa Macao Puppin (085.708.997-85); Mamiy Saito Canal (022.624.188-29); Manaces de Medeiros Silva Neto (016.193.851-55); Manoel Jose da Silva Neto (670.859.203-78); Manoel Leandro Oliveira (849.049.092-91); Manoel Messias Alves Neto (642.191.353-91); Maraiana Juliana Del Bel (371.863.938-61); Marcel Pires de Sa Leite (008.111.974-76); Marcel e Silva de Almeida (222.609.538-16); Marcela Medeiros de Souza (046.836.736-57); Marcela Souza Lima (032.344.845-38); Marcella Sandri da Silva (397.774.378-38); Marcelle Olivia Marconi (099.089.677-38); Marcello Ricardo Kormann (438.425.502-00); Marcelo Bortoluzzi (027.506.309-75); Marcelo Dudczak (006.215.919-47); Marcelo Dutra de Sousa (023.622.303-84); Marcelo Eloy Pierre Jorge (106.605.927-62); Marcelo Galizi dos Santos (283.586.228-56); Marcelo Henrique de Oliveira (768.074.529-34); Marcelo Hideshi Shibukawa (050.189.639-21); Marcelo Hudson Brito Sousa (024.920.293-01); Marcelo Luis Turesso (059.531.689-18); Marcelo Mallet Tomas (071.812.877-02); Marcelo Martins de Sousa (808.818.821-00); Marcelo Nunes Paixão (116.603.157-86); Marcelo Pinheiro (455.903.543-15); Marcelo Ricardo Johan (001.013.290-24); Marcelo Ricardo Mortari (481.822.659-91); Marcelo Rodrigues de Oliveira (322.085.478-88); Marcelo Tadeu Barletti (177.080.658-01); Marcia Aparecida Evangelista (011.957.336-90); Marcia Aparecida da Silva Peretti (144.773.818-75); Marcia Elaine Rego Silva (026.298.003-77); Marcia Figueiredo Cossote (320.102.298-51); Marcia Satie Kimura (083.741.598-55); Marcia Valeria Batista Massulo Aguiar (450.885.782-53); Marciel Jose do Nascimento (974.252.491-20); Marcilio Akio Suzukawa (339.315.878-35); Marcio Adriano Seno (200.048.478-65); Marcio Araujo de Souza (704.981.055-04); Marcio Augusto de Queiroz (731.328.021-15); Marcio Borges Nogueira (667.810.946-53); Marcio Cordeiro de Barros (000.629.223-27); Marcio Eduardo da Silva (157.259.538-82); Marcio Ferreira Torres (841.363.591-87); Marcio Henrique de Avila (848.074.151-15); Marcio Hissao Mizuma (270.342.078-10); Marcio Jose Lima Santos (075.788.017-75); Marcio Leles de Carvalho (600.980.742-53); Marcio Nikoska (029.153.309-48); Marcio Paulo de Araujo (642.931.491-04); Marcio Roberto Gomes da Silva (028.115.824-01); Marcio Rodrigo Estanislau Moreira (855.990.186-87); Marcio Rodrigo Lourenco (066.864.079-09); Marcio da Rocha Lemes (701.480.821-49); Marcio da Silva Adorno (006.061.005-04); Marcio de Carvalho Montes (064.759.718-71); Marcione Martins Cabral (668.346.352-20); Marco Antonio Dias da Silva (519.857.052-49); Marco Antonio do Nascimento (196.268.938-77)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3662/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.357/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Matheus Rodrigues Santos (018.615.931-55); Matias Boletto Silva (016.179.960-41); Mauricio Elias Vaz (279.865.191-34); Mauricio Ferreira Lopes (013.383.646-00); Mauricio Ferreira dos Santos (030.475.728-44); Mauricio Yoshini Leite (222.724.638-35); Maurison Michel Dutra Leite (009.624.470-48); Mauro Ferreira Nunes (813.926.055-04); Mauro Lima da Silva (183.367.879-68); Mauro Luis Dalsasso (603.508.739-68); Mayara Daniel Justo (064.537.369-93); Mayara Leite Vieira (074.002.756-58); Mayara Martins Sales de Araujo (036.787.341-97); Maycon Germano Leite de Souza (046.366.913-42); Maykon Macedo Silva (035.991.439-00); Mayra Jardelly da Silva (049.960.674-46); Meiri Nakamura (016.442.079-74); Meiri Nanami Kusaka de Camargo (250.603.058-13); Messias Belizario da Silva (209.354.041-04); Meyves Rodrigues de Almeida (064.624.894-48); Michel Diniz de Mattos (037.861.269-76); Michel Platinny da Costa Silva (799.898.372-87); Michele Ferreira da Silva (067.127.246-27); Michele Gonçalves de Oliveira (066.342.466-61); Michele Nunes Ferreira de Oliveira (015.859.351-07); Michele Sala (345.036.388-31); Michele Vieira Amaro (106.966.897-40); Michele de Lima Silva (065.236.596-58); Michelle Batista Pitarello (041.227.149-40)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3663/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.358/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Moreira Costa (015.065.695-52); Adriana da Costa Silva (715.346.101-97); Airton Luciano Aragão Junior (665.107.081-91); Alan Pereira Sousa (053.372.297-70); Alberto Rodrigues Bio Neto (287.635.748-88); Alexandre Castro dos Santos (132.245.138-96); Alexandre de Mello Silva (027.964.197-46); Amanda Batista Feitosa (026.939.994-13); Anderson Liberato da Silva (321.013.748-03); Anderson Palma (715.932.689-04); Andre Calomeni Motta (726.719.121-53); Andre Gouveia Pires (271.103.238-89); Andre Luiz Copello de Morais (566.122.575-04); Angela de Almeida Neves (056.790.677-90); Antonio Brasileiro Veras Junior (419.553.314-72); Augusto José de Oliveira Martins (712.801.541-87); Beatriz Balestro Izzo (223.625.028-21); Bruna Barbosa de Carvalho (313.485.078-88); Bruno Bravo Foroni (314.972.618-21); Bruno Leonardo Ravaiani Brum (007.502.236-26); Carla Marcia Rodrigues Tenser (238.548.121-91); Carla Regina Scherer Braun (807.152.060-87); Carlos Alberto Correia Lima Junior (465.361.083-53); Carlos Damiao Prolo Junio (000.937.790-54); Carmela Tereza Alves Fonseca (029.344.034-40); Celso Gubitoso (074.883.428-10); Charles Costa Ribeiro (523.451.651-20); Charles Henrique Correa (089.592.236-38); Christian Pilz (009.429.250-76); Clarissa Vilhena Moraes Saldanha Segadilha (263.813.638-78); Claudia Basques Passos (060.107.276-69); Claudio Gontijo da Silva (057.032.471-87); Cleber Ferreira de Lima (100.791.897-76); Clesio Soares de Moura (954.770.631-49); Clovis Yukishigue Uyeno (040.911.118-07); Cristiane Dutra Wigg (094.153.477-40); Cristiano Gonçalves Farias (205.200.298-79); Dalmir Machado Torres Filho (080.116.286-66); Daniel Castro Mota (013.595.746-03); Daniel Eiki Uehara Takara (170.235.988-39); Daniel Nunes da Silva (819.032.004-15); Daniel Palaro Canhete (267.192.878-50); Daniel Schneiker (005.711.539-76); Daniel Vinicius de Oliveira (060.134.156-25); Daniela Mendes Coral (044.068.707-17); Daniele Ribeiro de Oliveira (103.951.267-46); Daniele Yuri Yamada (327.365.438-40); Debora do Rego Barros Cardoso (074.749.427-47); Dilmar Ramos Pereira (766.557.251-00); Diogenes Manoel Leiva Martin (012.285.088-28); Douglas Kiarelly Godoy de Araujo (076.930.586-56); Edivaldo Pereira Nogueira (371.183.741-72); Eduardo Russolo Ferreira (263.008.498-13); Elmiro Farias Neto (365.042.464-91); Eric Rangel Azevedo (053.804.827-16); Erika Ferraz de Aguiar Carreira (225.515.988-00); Ernane Cesar de Melo Carvalho (799.659.464-34); Estenio do Nascimento Sobral (027.394.084-80); Eugenio Pinheiro Chagas (360.202.906-97); Evelyn Maria Boia Baptista (035.393.757-67); Fabio Alves de Carvalho (995.149.151-00); Fabio Costa Stoll (010.704.457-97); Fabio Vernice dos Anjos (282.675.188-35); Felipe Estacio de Lima Correa (009.024.761-22); Fernanda Pinheiro Mendes Ferreira (108.411.896-33); Fernando Caixeta Sanches (036.116.826-83); Fernando Francisco Freitas Tadeu (006.963.566-86); Fernando Lages Rodrigues (038.448.076-40); Flavio Almeida Paolinelli de Castro (052.027.116-54); Flavio Roberto Filho (081.561.298-22); Gabriel Dias Lima (005.470.481-22); Germano Claro Simões Machado (295.172.238-97); Gilberto Yuudi Komorizono (151.061.418-42); Guilherme Solino Evelin Oliveira (002.870.101-12); Gustavo Cordeiro (034.020.199-14); Gustavo Jardim de Moura (721.585.651-87); Hamilton Caetano Rodrigues (040.773.416-39); Helder de Almeida Cunha (671.532.675-49); Helio Brasileiro da Silva Filho (094.494.187-72); Hilda Tizu Hirabayashi (599.673.239-49); Humberto Sales da Silva (694.982.611-72); Isabela Oliveira dos Anjos (015.360.965-63); Isaias Bissoto (513.216.379-34); Iuri David Iunes (000.281.681-43); Iuri Lazier (598.038.439-15); Ivo de Antoni Filho (076.603.418-63); Izaac Peres de Rezende (014.774.481-44); Jairo Fernandes do Couto Moreira Junior (855.880.595-49); Janaina Santos Duarte Ribeiro Tostes

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(025.131.546-06); Jetro Coutinho Missias (036.129.561-83); João Tomas Fuhrmeister Biavaschi (810.517.430-87); Jorge Augusto Baars Miranda de Abreu (002.686.261-11); Jorge Augusto Matsunaga Sasaki (002.873.661-38); Jose Antonio Bolivar Pedroso (041.658.689-90); Jose Cicero Vanderlei (123.958.218-88); João Paulo Vieira Stamm (538.642.121-20); Jule Camila Lino Fonseca Rodrigues (727.366.581-91); Julia Regina Scotti (031.218.829-37); Julio Cesar Dahbar (033.419.546-27); Júlia Vidal Bellinetti (360.381.448-70)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3664/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.359/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Laura Gomes Ferreira Braga (036.259.784-74); Lauriana de Magalhães Silva (718.594.541-00); Leandro Ferreira Pedroso (002.885.850-62); Leandro Silva de Oliveira (086.387.927-60); Leandro de Souza Drigo (700.035.721-53); Leonardo Antonio da Silva (862.160.661-53); Leonardo Marques Garcia (008.335.141-80); Leonardo Sousa Gomes Marinho (878.113.081-34); Livia Renata de Oliveira Costa (040.172.836-67); Liz Andreia Sayuri Noda (262.416.748-03); Lucas Matias Navarro (027.935.371-52); Lucia Helena Soratto (150.656.018-01); Luciana Ribeiro Mascarenhas de Souza (830.602.605-59); Luciano Viana do Amaral (317.569.561-20); Lucinete de Almeida Moreira (036.690.727-13); Luigi Barracco (920.708.848-72); Luis Eduardo Novaes de Miranda (137.682.898-77); Luis Fernando Kliemann (551.153.060-34); Luiz Carlos Soares Ferreira Moreira (118.862.856-91); Luiz Carlos Walger Santos Pralon (086.853.867-13); Luiz Guilherme de Magalhães Pinto (758.965.831-68); Luiz Henrique Prado Garcia (014.133.796-64); Manoel Araujo Batista (065.472.958-18); Manuel Eduardo Domingues Guedes (013.901.588-45); Marcel Castelo Branco (717.198.901-10); Marcelo Silva dos Santos (663.863.069-53); Marcia Maria Furiatti de Oliveira Gamo (428.165.211-68); Marcio Roberto de Souza (187.715.438-56); Marcos Alexandre Amador Medeiros (937.018.021-49); Marcos Medeiros Machado (003.336.020-05); Marcus Vinicius Araujo de Belfort Teixeira (830.680.741-34); Marcus Vinicius Cursino Suares (959.397.251-04); Marcus Vinicius Sales Frazao (120.680.028-33); Maria Alice Oliveira de Schoucair Jambeiro (835.885.585-00); Maria Claudia Garcia (215.917.498-08); Maria Eugenia Viana Rodrigues de Matos (239.131.851-00); Maria Lucia Rocha Godinho Barros (798.340.941-91); Marina Salim Pires (334.864.128-41); Mariza Branco Rodrigo de Freitas (823.714.827-49); Marta Regueira Fonseca (014.494.447-25); Mary Cheng (147.470.878-18); Masami Sagara (082.173.428-81); Matheus Rauber Coradin (009.216.481-11); Matric Rios de Azevedo Souza (018.439.565-86); Michael Jefferson Celedonio de Holanda (666.411.523-91); Miki Minato Fukuyama (303.515.468-63); Nagel Lisanias Paulino (267.902.438-95); Natalia Gonçalves Beling (731.399.041-34); Natalino Kiyomassa Adanya (324.074.169-53); Nelson da Silva (641.088.489-34); Orlando de Araujo Vilela Sales (880.113.053-87); Paulo Henrique Silva Coelho (102.257.107-90); Paulo Ieiri Morishigue (337.594.248-64); Paulo da Rocha Ferreira Borba (297.844.468-12); Pedro Kohls Toralles (006.063.370-08); Pedro Ramos Mateus Filho (070.633.526-01); Rafael Afonso Monastier (034.217.359-64); Rafael Dias Mota (296.901.248-03); Rafael Jardim Goulart de Andrade (302.645.308-02); Rafael Lima de Moura (306.391.388-02); Rafael Napoleão Dreher Quinto Martins (678.583.680-87); Rafael Pressi (007.440.120-31); Raimundo Jose da Cruz (058.915.366-84); Ramiro de Avila Peres (009.019.640-69); Renan Abrantes de Sousa (029.811.271-01); Rene Vieira Santin (283.208.288-21); Ricardo Domiciano Sujdik (370.150.638-83); Ricardo José Nunes Pereira Moraes (113.280.238-50); Ricardo Nagamine (156.426.838-10); Rivelle Andrade Lemos (793.185.766-68); Roberta Galom Bulbow (289.580.238-64); Roberta Moiano Montenegro Turtelli (009.201.329-52); Roberto Simone Maciel Junior (059.721.006-30); Robson de Souza Baesso (025.517.547-71); Rodrigo Amorim Machado (006.015.921-90); Rodrigo Barros de Azevedo (055.180.047-02); Rodrigo Berthold Piegas (178.000.578-44); Rodrigo Debs (195.235.408-07); Rodrigo Lima Porto (013.192.681-02); Rodrigo Magalhães Alves (003.307.831-90); Rodrigo Malaquias Caldas Madeira (786.448.105-10); Rodrigo Oliveira Alvarenga (039.389.286-70); Rodrigo Oliveira Duarte (284.686.718-60); Rodrigo Wang de Faria Barros (356.159.098-54); Ronald Shinya Itamoto (224.057.728-25); Ronan Carlo Sehnem (010.135.000-75); Rosenvaldo Simões de Souza (110.110.458-93); Sandra Tamie Matsuba (249.282.268-01); Sandro Fabi Junior (255.754.268-74); Sara Souza Castelo Branco Diniz (786.348.143-00); Sergio Ricardo da Silva (025.221.254-19); Sergio Rodrigues de Freitas Filho (008.975.534-03); Sirlene Cristina de Freitas (037.648.226-51); Talles Duarte Silva Passos (721.258.881-49); Thiago Christiano Silva (335.992.658-79); Thiago Felipe Amancio da Matta (027.605.364-83); Valeria Oliva Sanches (038.096.137-70); Vinicius Bigio Mesquita (055.172.247-92); Vinicius Henrique da Cunha Mariano (013.124.871-51); Viviane dos Santos Rocha (010.248.523-26)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3665/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.381/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aldo Alves do Amaral (214.840.468-70); Antonio Carlos de Almeida Teixeira (009.569.987-20); Camilla Soares Carneiro (085.682.717-74); Carlos Alberto Ansbach Samways (028.966.559-05); Cassius Lenzi Garcia (972.812.120-20); Cesar Luciano Kehl (814.291.180-91); Cristiano Castilho Anschau (810.898.300-25); Cristina Torri (041.526.049-30); Dainy Pacheco dos Santos (036.158.834-89)

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3666/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.824/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adams Andre Calheiros da Silva (508.633.394-68); Adeilson Alves de Souza (617.737.431-04); Adeilton Jose Carneiro dos Santos (895.889.594-20); Adeilton de Almeida Bolzani (598.154.181-49); Adelchi Rangel (000.506.136-93); Adeline de Oliveira (618.442.921-34); Adelma Amaral da Silva (515.564.483-68); Adelson Santana de Oliveira (928.966.854-72); Ademar Lourenço de Morais (914.495.534-00); Ademilton Santos Ferreira (662.588.805-25); Ademir Antonio de Azevedo (182.078.608-04); Ademir Arantes Junior (168.331.178-70); Ademir Emanuel dos Santos Conceição (431.889.075-91); Ademir Miranda Mendonça (001.310.386-56); Ademir Roque Lemos Kich (658.715.370-49); Ademir Soares Lorencon (158.814.378-37); Adenilde Nunes da Silva (625.418.541-53); Adenilson Reis Mafra (515.511.793-34); Adenilva Maria Alves de Paula (994.752.436-15); Adenize Lopes da Silva (688.316.841-91); Adiel da Silva Duarte (921.718.854-91); Adileido Alves de Sa (620.719.551-53); Adilio Soares dos Santos (019.806.917-03); Adilson Machado dos Santos (861.370.189-20); Adilson Rodrigues da Silva (438.267.172-87); Adilson Vieira de Sousa (514.900.803-68); Adina de Brittos Eduardo (733.888.669-53); Adria Greice da Costa Nogueira (439.629.552-91); Adriana Alves Mileo Galvão (065.672.648-29); Adriana Aparecida Marani (171.723.418-64); Adriana Augusto Trindade (173.849.228-10); Adriana Carla da Silva Santos (886.364.614-72); Adriana Celia dos Reis (919.174.259-53); Adriana Costa Machado (033.711.877-99); Adriana Cristina Amorim Ferreira (001.338.136-90); Adriana Ferreira (171.296.828-92); Adriana Inacio (932.215.099-87); Adriana Inez de Sales (624.600.051-72); Adriana Josino Chaves (145.780.968-07); Adriana Nunes Goulart (035.569.907-92); Adriana Panis (923.584.389-87); Adriana Panisson (734.753.350-34); Adriana Perdona (899.229.309-78); Adriana Regina Boneti (933.721.329-04); Adriana Rosado Rodrigues (002.544.216-36); Adriana Santos Avelino (504.281.443-49); Adriana Silva Honorio (001.172.686-58); Adriana Silva Oliveira (709.715.105-63); Adriana Soares das Neves (853.113.674-15); Adriana da Silva (164.532.588-11); Adriana de Freitas Dias (029.450.277-71); Adriana de Lima Carvalho (002.818.176-00); Adriane Miara Alvares de Moura (647.858.661-87); Adriano Cesar dos Santos (681.748.020-53); Adriano Ferrareto (894.036.069-91); Adriano Ferreira Ruas (645.532.721-72); Adriano Ferreira da Silva (631.858.225-87); Adriano Luiz Nogueira (630.332.751-68); Adriano Neves de Almeida (578.486.617-68); Adriano Pereira da Silva (884.878.814-91); Adriano Ribas Venâncio (034.078.368-05); Adriano Varela Taveira (274.062.102-72); Adriano Wagner Lourenco (136.943.278-00); Adriano Yosimoto (160.367.068-80); Adriano de Souza (171.960.488-65); Adriene Cristina Silva de Paulo (001.058.576-10); Adroaldo Oliveira de Oliveira (723.103.750-04); Adroaldo dos Santos Soares (431.888.695-68); Adsonei Linder (912.046.409-63); Aelisson Rodrigues Faria (002.511.236-85); Agnaldo Cornelio da Silva (638.626.111-91); Agnoberto Ferreira da Costa (614.613.933-53); Aguinaldo Tadeu Gomes (001.168.196-93); Ailton Candido Duarte (931.608.106-82); Ailton Onofre Nunes Batista (610.739.031-68); Airton Dias de Araujo (086.145.634-34); Airton Lemes de Oliveira (734.700.900-68); Alaide Nunes Vassalo (163.536.608-98); Alan Correa da Silva Martins (647.823.951-91); Alan Gilson de Souza Alves (024.606.387-44); Alan Gleidson Ferreira da Silva (146.354.613-00); Alan Junior dos Santos (992.059.396-68); Alan Rodrigo Teodoro Ribeiro (647.839.791-20); Alana Carla Alves Fernandes (709.082.815-87); Alberto Lourenço Gomes Junior (678.147.008-68); Albery Lucio da Silva (897.699.964-91); Alcides Pereira da Silva Netto (204.410.109-20); Alcir Luiz da Silva (621.802.401-63); Aldilei Nascimento dos Santos (145.780.688-62); Aldo Marcelo Bueno (407.760.260-20); Alencar Carraro (744.364.140-00); Alencar Rosa de Araujo (882.775.930-15); Alencar da Rosa Bravo (732.190.880-15); Ales Sandro Ferreira de Souza (704.588.045-68); Alesandra da Silva Oliveira (707.460.285-04); Alessandra Almeida Couto (039.362.987-26); Alessandra Cristina Bastos dos Reis (002.661.206-28); Alessandra Cristina Borges Amorim (994.737.806-30); Alessandra Cristina Fernandes Estevam (145.780.828-57); Alessandra Damasceno Dias (001.755.966-97)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3667/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.889/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Paulo Roberto Moreira Lopes (954.362.351-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3668/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.146/2007-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adilson Moreira de Carvalho (363.369.557-53); Amanda Almeida Domingues (216.440.318-50); Ana Paula Almeida Domingues (216.440.368-19); Baniê Rodrigues Martins (697.492.131-49); Bonny Rodrigues Martins (697.492.211-68); Daniela Martins Melo (712.979.101-25); Elenice Caetano Nico dos Santos (207.994.038-49); Fabiano Nico dos Santos (218.377.008-26); Fátima Elizabete da Silva Almeida Domingues (761.827.628-53); Gilvanete Rodrigues de Medeiros (400.897.621-34); João Paulo Martins Melo (717.642.591-49); Leandro Nico dos Santos (227.599.668-01); Maria Clara Maia Costa (056.169.287-47); Maria Costa Pinheiro (631.942.793-00); Maria Dalva da Silva Neotti (121.375.612-04); Maria Marta Martins Melo (115.073.571-68); Maria da Conceição Maia Costa (274.898.927-91); Marta Gonçalves Pereira (373.945.411-34); Michelle Ramos de Oliveira (119.793.577-06); Monique Rodrigues Martins (697.485.431-53); Naiara Nogueira (708.352.681-87); Naira Nogueira (708.352.681-87); Neida Maria Bazzan (226.890.280-34); Nicélia Costa Pinheiro (632.022.473-87); Nielsen Nogueira (708.352.761-04); Nielson Nogueira (708.352.761-04); Pedro Augusto Maia Costa (078.487.537-51); Roberta Pereira de Sá (700.410.321-87); Roberto Maia Costa (084.746.957-32); Robson Pereira de Sá (821.487.241-34); Romilda Gomes Alves (883.491.601-87); Tatiane Neotti (514.684.332-53); Thais Neotti (514.684.412-72)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3669/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, fazendo-se a determinação sugerida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.137/2012-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Juliana Alves de França (803.336.562-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Roraima

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. determinar à SEFIP que retire, no sistema Sisac, a informação contida no campo "Descrição dos Fundamentos Legais da Aposentadoria do Instituidor" e a transcreva no campo "Descrição dos Fundamentos Legais da Pensão/Alteração".

ACÓRDÃO Nº 3670/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.949/2012-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Lúcia Maria Wanderley Gomes de Barros (098.764.484-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3671/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.950/2012-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria de Lourdes Bastos e Silva (198.934.932-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Pará
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3672/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.034/2012-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Dineide Ferreira de Carvalho (206.614.284-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Paraíba
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3673/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.036/2012-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Noemia Martins (705.790.327-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3674/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.822/2012-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Araci Gonçalves Marques (143.348.010-72); Florisval Salles Junior (761.833.271-15); Marta Salles (761.833.191-04); Napoleão Salles (565.128.138-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3675/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.825/2012-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Dorvalina Chaves (736.959.471-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3676/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.506/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Beatriz Cunha Gomes da Silva (339.054.101-25); Christiane Gomes Rocha (007.056.971-18); Patrícia Jean Strickland Barros (090.806.197-87); Ubirajara Araujo Rocha (464.786.717-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3677/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 243 todos do Regimento Interno/TCU, em fazer as seguintes determinações sugeridas, com posterior apensamento definitivo destes autos de monitoramento ao processo original TC-030.552/2007-2, de acordo com a instrução da unidade técnica constante da peça 24:

1. Processo TC-022.917/2010-1 (MONITORAMENTO)
1.1.Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.2. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro para comunicar a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, as conclusões das seguintes providências:
1.5.1.o processo de exoneração em curso na Secretaria Estadual de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro referente ao servidor Dario Reino de Almeida, matrícula 0648146 (item 9.3.2.1 do Acórdão 3.353/2010 - lª Câmara);
1.5.2.os procedimentos relacionados aos descontos dos valores devidos, em face do descumprimento da jornada de trabalho dos servidores Dário Reino de Almeida, Denise Laranjeira da Silva Pelliteri, Margaret Feitoza Costa Zambrano e Zulmira Maria Marques de Pinho (item 9.3.2.1 do Acórdão 3.353/2010 - lª Câmara) correspondente ao período de 7 a 14/1/2007, de acordo com o contido no relatório elaborado pelo TCM/RJ.

ACÓRDÃO Nº 3678/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 243 todos do Regimento Interno/TCU, em fazer as determinações e a recomendação sugeridas, de acordo com a instrução da unidade técnica constante da peça 29:

1. Processo TC-023.741/2009-6 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - MEC (42.441.758/0001-05)
1.2. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Objeto: monitoramento das determinações contidas nos subintes 1.6.1.1. a 1.6.1.10 do Acórdão nº 2767/2009 - TCU - 1ª Câmara.
1.6. determinar ao CEFET/RJ, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da ciência, que:
1.6.1.em relação ao servidor matrícula SIAPE 1581372, exonerado em junho de 2011, se ainda não o fez, adote as seguintes medidas:
1.6.1.1. apure os valores devidos e adote as medidas necessárias para inscrição em dívida ativa, nos termos do art. 47, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90;
1.6.1.2. autue, caso atendidos os requisitos previstos na Instrução Normativa TCU nº 56/2007, em especial o disposto nos arts. 5º e 11, a competente tomada de contas especial;
1.6.2. quanto ao servidor matrícula SIAPE 1668918, Yan Navarro da Fonseca Paixão, esclareça junto ao servidor e com Secretaria Estadual de Educação/RJ qual a sua verdadeira situação, tendo em vista constar, segundo a RAIS/2009, relação de emprego com aquela Secretaria desde 1/2/2005 sem desligamento, embora só conste a remuneração de janeiro/2009;
1.6.3. com relação ao servidor matrícula SIAPE 1548568, Marco Antônio Ferreira Marinho, apure junto ao servidor e com as prefeituras de Nilópolis (até fevereiro de 2008) e Duque de Caxias (até julho de 2009) a sua verdadeira situação, tendo em vista que recebeu remuneração dessas duas prefeituras após sua assunção como DE no CEFET em 21/8/2006. No caso de ficar comprovada acumulação ilegal, que sejam adotadas as medidas adequadas visando a regularização da situação;
1.7. recomendar ao CEFET/RJ, quanto aos servidores matrículas SIAPE 1050323, 1604987 e 2100024, que verifique se está sendo observado o previsto no § 1° do art. 46 da Lei n° 8.112/90, que estabelece que o desconto mensal, no caso de parcelamento, não poderá ser inferior a 10% do valor da remuneração do servidor, visando reaver os valores pagos indevidamente a título de dedicação exclusiva e, além disso, uma vez que os prazos estimados para término dos descontos desses servidores são demasiado longos, que negocie prazos mais razoáveis, usando, por analogia, a limitação de 30% da remuneração como margem consignável;
1.8. determinar à Secex/RJ para:
1.8.1. monitorar o cumprimento das determinações e da recomendação supra;
1.8.2. apensar os presentes autos de monitoramento ao processo que o originou (TC 012.520/2006-2) - prestação de contas de 2005 do CEFET/RJ.

ACÓRDÃO Nº 3679/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 237, inciso VII, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º da Lei nº 8.666/1993, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, arquivar o processo, devendo ser dada ciência desta deliberação à representante e à Delegacia da Receita Federal em Porto Velho/RO, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça 3:

1. Processo TC-011.557/2012-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Concert Comércio e Serviços Ltda. - EPP (09.567.354/0001-97)
1.2.Órgão/Entidade: Delegacia da Receita Federal em Porto Velho/RO
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RO (SECEX-RO).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3680/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17,inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes, bem como determinar o seu arquivamento, devendo ser dada ciência desta deliberação à Procuradora da República, Michele Rangel de B. Vollstedt Bastos, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça 5:

1. Processo TC-011.861/2012-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Michele Rangel de B. Vollstedt Bastos, Procuradora da República/DF - MPF
1.2.Órgão/Entidade: Serviço Federal de Processamento de Dados - MF
1.2. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.3. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-2).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3681/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXVI; 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, arquivar o processo, sem prejuízo das determinações propostas, devendo ser dada ciência desta deliberação ao Juiz Federal Roberto Gil Leal Faria Leal da Seção Judiciária do Espírito Santo e à Caixa Econômica Federal, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça .4:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-037.885/2011-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Roberto Gil Leal Faria, Juiz Federal da Seção Judiciária do Espírito Santo
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (SECEX-ES).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6.determinar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS que apure, e comunique a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ciência, o pagamento indevido do benefício bolsa-escola, no período de novembro de 2001 a novembro de 2005, por meio dos NIS's 203.09554.06-8, 203.09464.92-1 e 206.03916.92-3, à pessoa diferente da cadastrada como responsável legal no CadÚnico ou à Sra. Kátia Louzada Coelho Meirelles, cuja família não preenchia as condicionalidades de acesso ao Programa Bolsa-Escola, adotando as medidas cabíveis.

Ata n° 22/2012 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária

b) Ministro Walton Alencar Rodrigues (Relação n° 20):

ACÓRDÃO Nº 3682/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso II do Regimento Interno e 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato de concessão de José Carlos Pereira Albergarias (122.502.525-72), e considerar legais para fins de registro os demais atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.216/2012-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Isabel Dias dos Santos (130.181.085-15); Ivan Borges Soares (101.778.685-20); Janete Maria Leal de Sá (077.531.104-97); Janira Nunes da Silva Martins (089.269.055-00); Jilson Dias dos Santos (108.703.265-20); José Anselmo Irmão (106.739.625-04); José Carlos Gomes Dultra (313.318.585-34); José Galdino Costa (002.932.885-34); João Almeida Santos (059.689.845-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3683/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.159/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Leandro Navarro de Oliveira (115.391.437-91)
1.2. Órgão/Entidade: Centro de Referência Prof. Hélio Fraga - SVS/MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3684/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.174/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adolfo Horacio Chorny (703.439.697-34); André Freire Furtado (032.061.904-44); Ari Gomes Costa (403.680.507-00); Arlete Jurema de Araujo (822.286.717-20); Carla do Nascimento Donato (740.010.437-34); Conceição dos Anjos Ferreira (315.515.807-72); Ebenezer Ramalho Ribeiro (412.166.527-91); Edgard Ferreira Filho (349.101.667-34); Edvaldo da Silva Melo (372.322.587-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3685/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.252/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nicodemos de Abrantes Gadelha (025.218.224-34)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3686/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.256/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Antonio Sanson (000.655.289-72)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3687/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.266/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Geni Crispim de Souza (030.148.789-87); Wladyslawa Wolowski Mussi (001.911.679-91)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3688/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.270/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Benedito Osmar Terrasan (749.205.458-00); Boanerges Gori (793.647.138-34); Célia Clara de Jesus Bonfim (078.057.805-87); Celina Dias Grecco (429.154.148-15); Célio Roberto Gonçalves (524.602.668-04); Cesar Luiz Brasil Portal Jorge (267.154.908-30); Célia da Cunha Campello (006.635.188-06)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3689/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.272/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dianora Santos da Cunha (028.950.212-87); Doris Lia Moreira de Queiroz (149.528.660-68); Edison Scartozzoni (535.654.878-87); Egberto Palmegiani (546.250.098-04); Elazir Inacio (627.185.768-04); Eliana Laura Garofalo (003.483.978-01)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3690/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.274/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fidelina Miller Brito (911.857.428-91); Firosi Ito (149.629.858-68); Francisco Apolinário Filho (343.595.087-00); Francisco Efraim Vieira (795.450.338-00); Francisco Quirici Netto (559.321.008-00); Geralda Zulmira dos Santos (003.935.138-66); Gersonice Maria da Silva Paiva (997.226.668-00); Gerçon Cândido Marculino (444.914.098-20); Guido Ivan Lukaisus (067.551.608-06)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3691/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.275/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Guido Moretti Netto (170.822.429-72); Helena Batista Sant"ana (041.687.198-47); Helena Santos de Almeida (013.362.998-86); Hélio de Vasconcellos Lopes (609.295.618-72); Hideko Onoda (846.633.248-00); Hilda Alina Campos da Rocha (829.119.838-15); Hugo Alejandro Vega Ortega (207.877.238-00); Hugo Bomfim Pinheiro (156.898.247-04); Ideli Aparecida Marconi Ayres Pereira (648.134.368-20)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3692/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso II do Regimento Interno e § 6°, do art. 3 da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por inépcia o ato de concessão de Lindolfo Cruz Pinheiro (276.584.657-04); considerar legais para fins de registro os demais atos de concessão a seguir relacionados, e adotar a medida constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.279/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Julio Gallani da Cunha (134.254.206-15); Juniti Kussunoki (035.985.788-49); Kazuko Kihara (072.828.341-72); Lauro Sebastião de Castro Luz (073.461.906-53); Leonor Elizabeth de Jesus Marcucci (844.655.498-49); Lindinalva Batista Santos Di Giovanni (067.630.815-53); Lirio Fiamoncini (568.689.958-49); Lúcia Nonato Sales (077.905.868-23); Luiz Antonio de Castro Cerqueira (458.486.108-00)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em São Paulo que cadastre no sistema Sisac e encaminhe a esta Corte de Contas novo ato do servidor Lindolfo Cruz Pinheiro (276.584.657-04), por intermédio do órgão de Controle Interno, sanando a falha de preenchimento do anexo de "Discriminação dos Tempos em Funções Comissionados", no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

ACÓRDÃO Nº 3693/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-012.282/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Célia Doswaldo (549.237.438-91); Maria Inez Alonso Calçado (990.114.508-25); Maria Izabel Mendonça (538.571.278-72); Maria das Graças Moreira Yajima (921.013.138-04); Maria das Graças da Silva (685.206.898-68); Maria do Carmo Rebouças Blanco (872.304.108-00); Maria do Carmo Silva de Assis (860.260.118-20); Maria do Socorro Lima Carvalho de Campos (836.226.088-20)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3694/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.292/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tereza Cristina Garcia Moreno Cabral Machado (077.074.015-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SE
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3695/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e determinar os destaques dos atos referentes aos servidores Maria do Socorro Aguiar de Oliveira (180.131.474-87) e Zelma Dantas (103.875.014-87), para cumprimento da medida proposta, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.701/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Adelaide de Sá e Silva (170.540.284-49); Marta da Silva Nascimento (610.403.204-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Realizar diligência ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE, a fim de que sejam prestados esclarecimentos referentes aos atos de concessão dos servidores Maria do Socorro Aguiar de Oliveira (180.131.474-87) e Zelma Dantas (103.875.014-87), acerca da não absorção da parcela de "DPNI - § 4º, art. 5º da Lei nº 11.490/2007" pelos valores constantes da tabela do anexo IV-A da Lei nº 11.355/2006 (incluído pela Lei nº 11.784/2008).

ACÓRDÃO Nº 3696/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, § 6º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de aposentadoria constante deste processo, e fazer as determinações constantes dos itens 1.6 e 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-015.185/2012-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aldrovando Grisi (059.430.604-30)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar ao órgão de origem que providencie, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, novo cadastramento do ato no Sistema Sisac, e encaminhe-o via Controle Interno, observando o correto preenchimento do formulário de concessão, garantindo a consistência dos dados fornecidos, haja vista a divergência de informações referentes ao tempo de serviço para aposentadoria dos servidores, ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal.
1.7. Orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 3697/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.871/2012-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria das Graças Santos (223.342.119-15)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3698/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.931/2012-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Gomes Carvalho (081.017.523-15); José Henrique Pereira Reis (100.726.403-91); José Murilo Alves Costa (179.369.693-49); José Nilson Almeida Sousa (067.291.183-34); José Raimundo Lima (075.532.773-04); José Ribamar Andrade Passos (098.698.913-49); José Ribamar Castro de Ataíde (080.579.153-15); José Ribamar Dias Vieira (135.846.501-00); José Ribamar Lima Moraes (050.333.303-49); José Ribamar Rodrigues de Moraes (044.555.763-04); José Ribamar Silva (047.017.123-53); José Ribamar Soares Sardinha (094.089.913-20); José do Bonfim Alves Pereira Câmara (100.806.353-34); José Severino da Costa (093.988.803-34); Lourival Araújo da Silva (043.927.873-20); Luiz Gonzaga Barros da Silva (063.348.223-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3699/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-018.011/2012-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mário Paulo de Sá (015.991.516-34); Vânia Lúcia dos Santos (254.836.176-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3700/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-018.014/2012-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lia Maria Ferreira do Amaral (390.207.209-10)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3701/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-018.053/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Carlos Santos Diniz (471.911.471-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3702/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal constante deste processo, e fazer as determinações constantes dos itens 1.6 e 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-015.154/2012-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luiz Guedes Pereira (096.732.022-49)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Pará - DR/PA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novo ato no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-o via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por este Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação
concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal.
1.7. Orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 3703/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.776/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiano Teixeira (679.389.060-34); Jaqueline Adriana Toledo Pereira (003.011.020-31); Michele Machado de Machado (018.821.190-02)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3704/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.778/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Emilene Almeida de Souza (784.617.660-91); Fátima de Souza de Andrade (764.765.700-30); João Rafael de Aguiar da Silva (007.175.460-12)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Fêmina S.A. - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 3705/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.877/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erickson Allan Bine Razera (069.896.139-04); Fábio Afonso Abelha Fuccio (027.571.679-10); Guilherme Cícero Silvestri (079.101.739-70); Heliomar Roas de Lima (703.816.409-06); Ítalo Nicola Pesce (069.808.959-66); João Paulo Stefanuto (053.361.009-51); José Henrique Pimenta de Lima (018.486.399-61); Lorena Vieira Frizo (045.027.389-05); Osmar Roberto Prusch de Moura (009.841.959-55); Paulo Henrique Amador (771.212.289-04); Saulo Brizola da Silva (074.673.599-50); Tiago Fogaça Rodrigues (057.017.829-05)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3706/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.931/2012-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Maria Faria de Góis (116.670.445-91); Analia Alves dos Santos Féres (071.763.926-68); Antires Faria de Góis (010.741.585-20); Celimar Soares Bastos (960.418.383-49); José Marne Carneiro Bastos Junior (669.954.503-53); Maria Aparecida Gaspar (068.173.016-10); Maria Ceci dos Santos Feitosa (020.537.974-52); Maria Célia Soares Bastos (107.687.773-72); Maria Ferreira Monte (385.702.383-04); Maria Zélia Queiroz Milani (998.619.506-30); Maria do Carmo Cavalcante (142.319.303-25); Mary Ione Alves Pereira dos Santos (702.668.401-91); Olga Saraiva Botelho Raimundo (597.684.954-72); Selma de Carvalho Guimarães (966.892.937-34); Terezinha de Jesus Soares Bastos (662.507.063-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3707/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.310/2012-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Elisa Aparecida Magalhães dos Anjos (559.710.751-87); Ivalda Xavier Porto Silva (132.401.966-20); Lindalva Crisanto Peniche (650.714.689-72);
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3708/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e excluir por duplicidade o ato de Édio Rosa Peres (063.741.409-82), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.009/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ita de Lima Messina (288.658.559-91); Karoline da Silva (008.971.339-78); Leandra Vicente Custódio (047.570.609-98); Maria Paulina Vicente Custódio (557.953.409-44); Marlete de Souza Silva (436.678.219-72); Melina da Silva (008.971.349-40); Sevaste Schlichting Peres (290.121.559-91); Vanessa Regina Peres (035.344.899-00)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3709/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.004/2012-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Paulo Sergio Dayrell Santos (714.899.591-49)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União - TCU
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3710/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de concessão constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.724/2012-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alexandre Fialho de Siqueira (073.647.396-37); Alisson Fialho de Siqueira (073.647.406-43); Miriam Fialho de Siqueira (481.070.346-00); Viviane Fialho de Siqueira (073.647.426-97)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3711/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e adotar a medida constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.828/2012-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Margarida Moreira Guedes (329.209.546-87); Rosa Maria Silva Carneiro (261.923.656-87)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que retifique, no ato com número de controle 1-080263-0-05-2004-000015-9, o grau de parentesco da beneficiária Rosa Maria Silva Carneiro para *"Ex-Esposa Pensionada"*, de acordo com o que consta no sistema Siape.

ACÓRDÃO Nº 3712/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato de concessão de Américo Trindade Neto (508.477.592-53), e considerar legais para fins de registro os demais atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.060/2012-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Constância Nogueira de Melo (917.386.282-72); Lucimar Saraiva Ipuchima (456.432.022-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3713/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de concessão constante deste processo, e fazer a determinação relacionada no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-015.099/2012-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Virginia Martins (213.429.338-18)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novo ato no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-o via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por este Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação
concreta, caso as falhas apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal.

ACÓRDÃO Nº 3714/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.634/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adelaide Ribeiro da Silva (111.879.131-20); Adriana Maria de Jesus (892.678.341-34); Bruno Marcelo Evangelista Luiz (040.840.091-99); Daniel Guedes de Assis (370.788.818-50); Dhuliany Carla Norato Ramos de Oliveira (049.547.811-32); Elizabete Guedes de Assis (370.788.828-22); Elizete Ferreira da Silva (318.140.181-15); Elza Evangelista da Silva Luiz (181.213.571-87); Flávio Ribeiro de Assis (025.011.431-32); Frank Ribeiro de Assis (025.011.421-60); Irene da Silva Luz (420.256.641-68); Joana Francisca Gonzaga Pinho (688.475.301-30); Katiuscy Ferreira Alves (030.099.571-73); Kevertt Gustavo Souza (038.957.161-03); Maria Rodrigues da Silva (207.481.831-91); Maria da Camara Moraes (274.525.901-63); Marlene de Assis (006.712.011-31); Natália Guedes de Assis (370.788.808-89); Nilce Nunes de Amorim (073.803.301-44); Patrícia Pereira de Souza (011.272.191-54); Renan de Assis Souza (020.728.551-95); Rildo Ferreira Alves (040.910.111-79); Sirley Curzel Marciolli (000.428.001-61)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3715/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.512/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Mariana Soares Trindade (104.088.187-43); Vinicius Soares Trindade (110.617.597-25)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3716/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão constante deste processo, e adotar a medida relacionada no item 1.6, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-036.651/2011-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Allan Augusto Benac Balbino (000.286.971-38); Mariana Dias Leles Balbino (013.303.161-69); Zilda Lourenço de Freitas (379.581.861-34)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União - TCU

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinar que sejam corrigidos os valores das cotas devidas aos beneficiários, visto que trata-se de falha de preenchimento.

ACÓRDÃO Nº 3717/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o subitem 1.1 do Acórdão 2589/2012 - TCU - 1ª Câmara, prolatado na sessão de 15/5/2012, Ata 15/2012, de modo que onde se lê "Responsável: Francisco César Asfor Rocha (014.956.233-00)", leia-se "Responsáveis: Ari Pargendler (CPF 008.892.880-20) e Francisco César Asfor Rocha (014.956.233-00)", mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.235/2011-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Ari Pargendler (008.892.880-20); Francisco César Asfor Rocha (014.956.233-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça - STJ

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-3).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3718/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara e tendo em vista estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da não aprovação da prestação de contas dos recursos do Convênio 64/2002-61, no valor de R$ 255.000,00, firmado entre a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene, posteriormente denominada Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene) e a Prefeitura de Soledade/PB, com vistas à recuperação de 30 poços tubulares instalados na zona rural do município

Considerando que o Tribunal, por meio do Acórdão 3971/2010-TCU-1ª Câmara (peça 5, p-44-45), mantido pelos Acórdãos 5867/2010 (peça 6, p. 4) e 10039/2011 (peça 6, p. 28), julgou irregulares as contas dos responsáveis, condenando-lhes ao pagamento de débito solidário em valor original de R$ 133.333,33 e multa individual no valor de R$ 10.000,00;

Considerando que a responsável ingressou com recurso de reconsideração (peça 14), o qual foi conhecido e desprovido pelo Acórdão 10039/2011-TCU-1ª Câmara;

Considerando que a recorrente interpôs, em 25/1/2012 (peças 17 e 30, p. 1), peça nominada de "Pedido de Reexame";

Considerando que, com fundamento no art. 278, § 3º, do Regimento Interno do TCU, a interposição de recurso, ainda que venha a não ser conhecido, gera preclusão consumativa;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público pelo não conhecimento do presente recurso;

ACORDAM, com fundamento nos arts. 278, § 3º, e 286, ambos do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do "Pedido de Reexame", por inadequação recursal e preclusão consumativa, e dar ciência à recorrente do teor deste Acórdão.

1. Processo TC-001.923/2008-4 ("PEDIDO DE REEXAME" EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Construtora e Empreendimentos Santo Antônio Ltda (Cesan) (02.135.177/0001-20); Fernando Araújo Filho (161.658.964-72)

1.2. Recorrente: Construtora e Empreendimentos Santo Antônio Ltda (Cesan) (02.135.177/0001-20)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Soledade - PB

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3719/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, e tendo em vista estes autos de Tomada de Contas Especial originária da conversão de processo de Representação formulados pelo Conselho Federal de Enfermagem - Cofen acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Santa Catarina - Coren/SC.

Considerando que este Tribunal pelo Acórdão 295/2010-TCU-1ª Câmara, julgou irregulares as contas dos responsáveis Joacir da Silva, Luiz Scarduelli e Nádia Ceci Abdala Braz, e condenou-os pelas irregularidades ao pagamento de débito e multa;

Considerando que o Sr. Luiz Scarduelli interpôs Recurso de Reconsideração (peça 32), o qual foi conhecido, por via do Acórdão 5842/2010, e no mérito, dado provimento parcial ao erro material arguido;

Considerando que o Sr. Joacir da Silva interpôs, intempestivamente, Recurso de Reconsideração, uma vez que a notificação da decisão recorrida ocorreu em 23/2/2010 (peça 3, p. 29) e que o recurso foi protocolizado em 25/4/2012 (peça 34, p.1);

Considerando que o disposto no parágrafo único do art. 32 da Lei 8.443/92 e no § 2º do art. 285 do Regimento Interno não autoriza o conhecimento de recurso de reconsideração intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos e no período de um ano após a notificação da decisão original;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público, no sentido do não conhecimento do recurso,

ACORDAM, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, e 33 da Lei 8.443/92 e no § 2º do art. 285 do Regimento Interno, em não conhecer do Recurso de Reconsideração, e dar ciência ao recorrente do teor deste Acórdão.

1. Processo TC-011.792/2006-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 007.123/2010-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 007.122/2010-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 007.124/2010-4 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Dayse Uliano Rodrigues (910.510.709-10); Joacir da Silva (251.983.949-04); Luiz Scarduelli (303.305.569-91); Nádia Ceci Abdala Braz (480.733.859-53)

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Enfermagem

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SC (SECEX-SC).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3720/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, e tendo em vista estes autos de Tomada de Contas Especial do Convênio 2021/2000, celebrado entre as Fundação Nacional de Saúde e a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari/AP, com a finalidade de construir módulos sanitários domiciliares;

Considerando que, pelo Acórdão 8894/2011-TCU-1ª Câmara (peça 9, p. 40/41), retificado por inexatidão material pelo Acórdão 698/2012 (peça 13), as contas do Sr. Reginaldo Brito de Miranda foram julgadas irregulares e em débito o responsável, além de lhe ser aplicada multa;

Considerando que o responsável interpôs Recurso de Reconsideração;

Considerando que a notificação da decisão recorrida ocorreu em 3/3/2012 (peça 21) e que o recurso foi protocolizado em 11/4/2012 (peça 24, p. 1);

Considerando que o disposto no parágrafo único do art. 32 da Lei 8.443/92 e no § 2º do art. 285 do Regimento Interno não autoriza o conhecimento de recurso de reconsideração intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos e no período de um ano após a notificação da decisão original;

Considerando que a análise do recurso demonstrou que os elementos apresentados não suprem a exigência necessária para que seja relevada a intempestividade;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público, no sentido do não conhecimento do recurso,

ACORDAM, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, e 33 da Lei 8.443/92 e no § 2º do art. 285 do Regimento Interno, em não conhecer do Recurso de Reconsideração, e dar ciência ao recorrente do teor deste Acórdão.

1. Processo TC-017.108/2008-5 (RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Consmap Consultoria e Contabilidade Amapaense Ltda. (34.873.869/0001-62); Paulo Jorge Monteiro Lobo (099.105.652-34); Reginaldo Brito de Miranda (209.877.812-00)

1.2. Recorrente: Reginaldo Brito de Miranda (209.877.812-00)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari/AP

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Relator da deliberacao recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); 7ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-7).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3721/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, inciso I, "d", do Regimento Interno/TCU, em deferir o pedido formulado pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS, prorrogando, por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo estipulado no subitem 9.1 do Acórdão 9039/2011-TCU-1ª Câmara, e em dar ciência à requerente.

1. Processo TC-017.402/2011-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsável: Suzana Schneider (193.400.790-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (SECEX-RS).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3722/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 237, inciso IV, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, dando-se ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, e promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/PB:

1. Processo TC-033.429/2010-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessados: Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé - PB (08.924.037/0001-18); Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé - PB

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3723/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", e 237, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente e encaminhar cópia desta deliberação à Fundação Nacional de Saúde e ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/PB:

1. Processo TC-033.469/2010-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessados: Prefeitura Municipal de Ibiara - PB (08.943.268/0001-79); Tribunal de Contas do Estado da Paraiba (09.283.110/0001-82)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ibiara - PB

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 22/2012 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária

c) Ministro Augusto Nardes (Relação nº 8):

ACÓRDÃO Nº 3724/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea e, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e de acordo com a proposta oferecida pela unidade técnica, em deferir o pedido formulado pelo Diretor de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle da Secretaria Federal de Controle Interno/CGU, Ronald da Silva Balbe, prorrogando, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo estipulado no subitem 9.1.1 do Acórdão nº 1.366/2012-TCU-1ª Câmara, e em dar ciência ao requerente.

1. Processo TC-011.496/2012-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: João Eduardo Viegas Mendonça de Araújo (381.537.505-34).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Indiaroba - SE.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 22/2012 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária

d) Ministro José Múcio Monteiro (Relação n° 18)

ACÓRDÃO Nº 3725/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.163/2012-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Boruch Meier Grinblat (001.972.548-53); Carlos Alberto Nogueira de Sá (129.444.917-68); Jorge Amaro da Silva (020.808.421-53); Mário Wrobel (002.362.339-04); Paulo Roberto Bruno (273.742.117-91); Sérgio Bernardo dos Santos (061.803.027-15)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3726/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.183/2009-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Octavio Antezana Morales (594.660.148-20); Vera Lucia Delalibera (965.782.388-91)
1.2. Unidade: Gerência Executiva do INSS - São João da Boa Vista/SP - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3727/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.075/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Pereira Ximenes (035.054.995-87) e Lea Pereira Uchoa Piauilino (102.340.631-49)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará - Mapa
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3728/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "e", e 259, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal, ACORDAM em autorizar a prorrogação do prazo para o cumprimento da determinação contida no item 1.6.1 do Acórdão nº 3.063/2011-TCU-1ª Câmara, por 60 (sessenta) dias, a contar da presente deliberação:

1. Processo TC-009.132/2010-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Emeli Portz Mrozinski (223.034.560-53); Emilia Conceição Warzak Albuquerque (140.094.200-49); Flávio Ferlini de Araújo (002.352.700-59); Waldir Oliveira Adornes (123.953.660-72)
1.2. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Canoas/RS - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3729/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, art. 6º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007 e, nos termos do art. 3º, § 6º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de aposentadoria constante do processo a seguir relacionado, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.178/2012-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Fontenele e Silva (013.603.103-04)
1.2. Unidade: Senado Federal - SF
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do ato de aposentadoria do servidor Paulo Fontenele e Silva, em razão de a soma dos tempos de serviço constantes do Anexo I - "Tempos de Serviço e Averbações" não ser coerente com o tempo de serviço para aposentadoria informado no campo próprio do formulário;
1.7. Determinar à unidade jurisdicionada que providencie, no prazo de 60 (sessenta) dias, o encaminhamento, via sistema Sisac, de novo ato de concessão, em substituição ao considerado inepto;
1.8. Determinar à Sefip que:
1.8.1. adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação referente ao envio de novo ato corrigindo o que teve a apreciação de mérito considerada prejudicada, representando ao Tribunal em caso de não atendimento;
1.8.2. faça permanecer no sistema Sisac todos os atos cuja análise de mérito vier a ser considerada prejudicada, mesmo após a disponibilização, no sistema, dos novos atos corrigidos.

ACÓRDÃO Nº 3730/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III e 143, inciso II; 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU; e nos termos do art. 3º, § 6º, da Resolução TCU nº 206/2007, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito de duas concessões de pensão civil, assim como legais para fins de registro os demais atos constantes do processo a seguir relacionado, fazendo-se as seguintes determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.119/2009-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alfeu Botelho de Assunção Junior (291.184.765-20); Ana Cristina Martins de Luca (292.380.485-68); Ana Cristina dos Santos Silva (627.160.695-49); Angélica dos Santos Silva (356.206.685-68); Apolônio dos Santos Guimarães (082.179.635-68); Dalva Santos Silva (375.564.955-15); Geralda dos Santos Vieira (668.796.715-00); Gersonita Sampaio de Assunção (879.020.365-87); João Rosentino Sampaio de Assunção (335.687.825-53); Ligia dos Santos Silva (633.486.165-49); Marcelo Juca Guimarães (194.685.395-04); Rita de Cássia Santos Silva (530.897.155-20)
1.2. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Salvador/BA - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de interesse de Apolonio dos Santos Guimarães e Marcelo Juca Guimarães, dependentes da instituidora Cristina Juca Guimarães, por terem sido lançados, no sistema Sisac, com inconsistências decorrentes da falta de informação acerca da data da invalidez do filho Marcelo Juca Guimarães.
1.7. Considerar legais para fins de registro os demais atos de concessão de pensão civil contidos nos autos.
1.8. Determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) dias, novos atos de pensão civil, via sistema Sisac, com a correção das falhas e omissões nas informações prestadas e cadastradas nos formulários de concessão de interesse de Apolonio dos Santos Guimarães e Marcelo Juca Guimarães.
1.9. Determinar à Sefip que:
1.9.1. Monitore o cumprimento da determinação para encaminhamento de novos atos corrigindo os que tiveram a apreciação de mérito considerada prejudicada;
1.9.2. Faça permanecer no sistema Sisac todos os atos cuja análise de mérito vier a ser considerada prejudicada, mesmo após a disponibilização, no sistema, dos novos atos corrigidos.

ACÓRDÃO Nº 3731/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 1487/2012 - TCU - Primeira Câmara, prolatado na Sessão de 27/3/2012, Ata nº 9/2012, relativamente aos itens 3, 9.2 e 9.3, para que, onde se lê "Rubens Victor de Oliveira (078.399.016-20)..." leia-se "Rubens Vitor de Oliveira (078.399.016-20)...", e no item 8 para que, onde se lê "Advogado constituído nos autos: não há" leia-se "Advogados constituídos nos autos: Jesus José de Miranda (OAB/MG 39.046), Júlio Maria Rodrigues Guimarães (OAB/MG 24.306), Eurípedes Hortêncio Rodrigues Fernandes (OAB/MG 50.108) e Eyer Nogueira Neto (OAB/MG 69.310)" mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.112/2011-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Cristiano Enrico Pinho Coelho (874.126.326-04); Davis Antonio Cardoso Junior (935.293.506-30); Pedro de Oliveira Silva Júnior (758.862.276-87); Rubens Vitor de Oliveira (078.399.016-20)
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Abre Campo - MG
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).
1.5. Advogados constituídos nos autos: Jesus José de Miranda (OAB/MG 39.046), Júlio Maria Rodrigues Guimarães (OAB/MG 24.306), Eurípedes Hortêncio Rodrigues Fernandes (OAB/MG 50.108) e Eyer Nogueira Neto (OAB/MG 69.310)
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3732/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, e 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 17, inciso I, 143, inciso I, 202, § 4º, 214, inciso II, e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:
a) julgar regulares com ressalva as contas do município de Itabaianinha-SE (CNPJ 13.098.181/0001-82), dando-lhe quitação;
b) dar quitação a Joaldo Lima de Carvalho (CPF 674.846.898-15) e José Ilmar Cruz Freire Júnior (CPF 326.368.225-34), ante o recolhimento integral da multa que lhe(s) foi(ram) cominadas.

b.1) Joaldo Lima de Carvalho:
Quitação relativa ao item 9.2 do Acórdão nº 765/2012 - 1ª Câmara, em Sessão de 14/2/2012, Ata nº 4/2012.
Valor original da multa: R$ 15.000,00 data de origem: 14/2/2012
Valor recolhido: R$ 15.000,00 data do recolhimento: 22/5/2012

b.2) José Ilmar Cruz Freire Júnior:
Quitação relativa ao item 9.2 do Acórdão nº 765/2012 - 1ª Câmara, em Sessão de 14/2/2012, Ata nº 4/2012.
Valor original da multa: R$ 7.000,00 data de origem: 14/2/2012
Valor recolhido: R$ 7.000,00 data do recolhimento: 22/5/2012

1. Processo TC-008.993/2009-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apenso: 013.284/2004-1 (Representação)
1.2. Responsáveis: Joaldo Lima de Carvalho (674.846.898-15); José Ilmar Cruz Freire Júnior (326.368.225-34); município de Itabaianinha - SE (13.098.181/0001-82)
1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Itabaianinha - SE
1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE).
1.6. Advogado constituído nos autos: Layana Tyara Campos da Silva - OAB/SE nº 4.990

ACÓRDÃO Nº 3733/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação e arquivá-la, tendo em vista que as irregularidades apontadas já foram objeto de medidas de controle adequadas, dando-se ciência à representante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.301/2009-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Controladoria-Geral da União/MA - PR (00.394.460/0298-08)
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Cajari - MA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3734/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência ao representante com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.076/2012-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Centro Educacional Cejabrasil Ltda. (07.116.546/0001-51)
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Araxá - MG
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3735/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, mas considerá-la prejudicada, por perda de objeto, uma vez que a irregularidade indicada pela representante já foi sanada pelo Dnit, arquivando-a e dando-se ciência à representante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.082/2012-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Via Appia Projetos e Construções Ltda. (CNPJ: 07.394.648/0001-39)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secex/RO
1.5. Advogado constituído nos autos: Thiago da Silva Graciano (OAB/GO 33.830)
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3736/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la procedente, arquivando o processo, por considerar que as providências adotadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) são suficientes ao correto deslinde da matéria, bem como cientificar o representante e a própria CGU, com o envio de cópia desta deliberação e da respectiva instrução.

1. Processo TC-029.546/2007-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessados: Controladoria-Geral da União/PB PR; Câmara dos Deputados (00.530.352/0001-59)
1.2. Unidade: Governo do Estado da Paraíba
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 22/2012 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária

e) Ministra Ana Arraes (Relação n° 19):

ACÓRDÃO Nº 3737/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.669/2012-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: José Leite da Silva (CPF 046.943.414-72); João Cipriano de Lima (CPF 069.743.094-49); Onelia de Medeiros Pontes (CPF 066.721.404-68).
1.3. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3738/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos artigos 71, III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, V e 39, II, da Lei nº 8.443/1992; e 1º, VIII e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em determinar à Superintendência Estadual do INSS em Florianópolis/SC que emita novos atos de aposentadoria referentes a Maria Umbelina Lourenço e Terezinha Nascimento Gonçalves, sem as irregularidades que acarretaram o julgamento pela ilegalidade; e em arquivar o presente processo, nos termos do artigo 169, inciso V do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de restituir ao órgão de origem os volumes referentes à Nelma Maria Lopes Chaiben e Marilene Abraham Sanchez, tendo em vista que são documentos originais dos respectivos processos de aposentadoria.

1. Processo TC-011.395/2000-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Apensos: 017.042/1991-7 (APOSENTADORIA); 017.048/1991-5 (APOSENTADORIA)
1.2. Classe de Assunto: V.
1.3. Interessados: Maria Umbelina Lourenço (CPF 048.420.819-53); Marilene Abraham Sanchez (CPF 342.121.679-72); Nelma Maria Lopes Chaiben (CPF 008.947.299-34); Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS (CNPJ 29.979.036/0311-00); Terezinha Nascimento Goncalves (CPF 787.848.249-72).
1.4. Unidade: Superintendência Estadual do INSS em Florianopólis/SC.
1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3739/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.564/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Marinete Figueiredo Benites (CPF 258.251.197-87); Mario Teixeira (CPF 441.633.987-91); Marlene Tavares de Oliveira (CPF 448.432.917-49); Nelio Correia de Carvalho (CPF 313.161.907-49); Neuza Oliveira da Silva (CPF 404.167.477-87); Orlando Fernandes Ferreira (CPF 244.836.217-34); Paulo Cesar Rice Geisler (CPF 240.089.747-68).
1.3.Unidade: Gerência Regional de Adm. de Pessoal no Distrito Federal - SRH/MP.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3740/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.664/2012-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Edmilson Sebastião Vieira (CPF 088.718.411-15); Maria Verônica Mayrink (CPF 257.576.366-53); Maria da Paz Machado (CPF 318.387.586-15); Rita Alencar Dantas (CPF 130.741.131-20).
1.3. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3741/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em arquivar o presente processo, considerando que foram atendidas as determinações do acórdão 2.764/2006-1ª Câmara.

1. Processo TC-017.427/2003-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Carmen da Conceicao Teixeira (CPF 046.677.351-04); Damiao Simiao (CPF 042.517.171-04); Francisca Lima dos Santos (CPF 238.653.502-91); Ieda de Melo Martins (CPF 144.517.511-87); Irene Alves da Silva (CPF 556.098.051-04); Lino Ferreira Netto (CPF 011.398.197-04); Luiz Lopes da Cunha (CPF 000.913.322-49); Marcio Jose Mangia (CPF 056.596.206-04); Maria Vanilda Miranda Costa (CPF 119.569.251-04); Maria de Lourdes Drumond Marques (CPF 252.649.151-72); Marilucia Mattos da Cunha (CPF 362.233.287-53); Nilton Rodrigues de Oliveira (CPF 038.741.921-72); Osmar Alves dos Santos (CPF 000.370.791-15); Regina Sampaio Dias (CPF 030.135.377-87); Valdino Landolfo de Matos Miranda (CPF 038.560.205-78); Vanda Maria Lopes Soares (CPF 126.418.121-34).
1.3. Unidade: Ministério da Educação.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3742/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.893/2012-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Adelia Maria Nehme Simao e Koff (CPF 095.247.897-87); Adelir Telles de Souza (CPF 805.393.007-72); Adilson Souza Gomes (CPF 022.329.287-72); Alcione Araújo (CPF 045.070.456-49); Alexandre Fradkin (CPF 043.567.057-34); Augusto Olo Pinheiro (CPF 409.585.907-53); Berenice Espírito Santo de Mendonça (CPF 572.847.417-91); Carlos Roberto Ribeiro Ribas (CPF 128.054.167-91); David Dias da Silva Porto (CPF 029.580.667-20); Denize Faissal (CPF 086.798.357-49); Edson Lopes dos Santos (CPF 211.459.627-34); Gonçalo de Jesus Costa (CPF 080.908.313-20); Helena Theodoro Lopes (CPF 034.882.097-68); Ivanildo Guilherme Santiago (CPF 010.202.694-72); José Inácio Genuíno (CPF 330.831.697-87); João Rogério Rodrigues Fernandes (CPF 252.944.907-49); Leonete dos Santos Marback D'oliveira (CPF 350.562.827-15); Manoel Antonio dos Santos (CPF 252.490.617-53); Manoel Campos Ribeiro (CPF 010.543.687-91); Maria Jose Menezes Cardoso (CPF 199.225.317-04)
1.3. Unidade: Gerência Regional de Adm. de Pessoal no Distrito Federal - SRH/MP.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3743/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.987/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Gleci Martins Sebajos (CPF 209.191.740-00); Vilson Darós (CPF 005.079.890-15).
1.3. Unidade: Tribunal Regional Federal 4ª Região (RS-SC-PR).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3744/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fulcro no art. 7º, inciso I, da Resolução TCU 206/2007, com a redação dada pelo art. 1º da Resolução TCU 237/2010, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de aposentadoria de Valmor Jacobs Cardoso, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.070/2012-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Valmor Jacobs Cardoso (CPF 187.053.830-72).
1.3. Unidade: Tribunal Regional Federal 4ª Região (RS-SC-PR).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3745/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.210/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Adilson da Silva Bolzan (CPF 201.686.247-53); Ana Maria Alves Pereira (CPF 346.393.737-91); Claudia Meira Meyer de Moura Neves (CPF 311.669.897-04); Cleide de Almeida (CPF 533.227.117-49); Célia de Castro Moura Fé Siqueira (CPF 391.587.211-34); Dalmo Schluckebier Correia (CPF 259.949.217-34); Edson do Nascimento (CPF 578.972.987-87); João Neves da Silva (CPF 131.218.391-87); Paulo José Queiroz Ribeiro (CPF 108.929.582-00); Ronaldo Portella Seccadio (CPF 296.454.097-72); Ruth Araújo da Silva (CPF 043.468.822-34).
1.3. Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3746/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em arquivar o presente processo, considerando que já cumpriu a finalidade para o qual foi criado, sem prejuízo de alertar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia acerca da obrigatoriedade de emissão e lançamento de novo ato no sistema Sisac, consignando a nova situação da servidora aposentada Maria Olindina Gomes de Carvalho com relação ao tempo de serviço certificado pelo Instituto de Previdência de Salvador.

1. Processo TC-028.330/2009-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Maria Olindina Gomes de Carvalho (CPF 187.592.895-20).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3747/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Nilson Valentim Destro, com a adoção das medidas abaixo listadas.

1. Processo TC-036.599/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Nilson Valentim Destro (CPF 078.959.258-49).
1.3. Unidade: Ministério Público do Trabalho.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado: não há.
1.7. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento, pelo órgão de origem, deste acórdão, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal;
1.8. determinar ao Ministério Público do Trabalho que:
1.8.1. exclua dos proventos a vantagem prevista no inciso II do art. 184 da Lei 1.711/1952, uma vez que a mesma não pode ser acumulada com a vantagem dos quintos;
1.8.2. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes das vantagens impugnadas, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
1.8.3. dê ciência ao interessado da presente deliberação, alertando-o de que a interposição de eventuais recursos não o eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desse recurso não ser provido;
1.8.4. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomar conhecimento da presente deliberação; e
1.9. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica ao Ministério Público do Trabalho e ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 3748/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de Anderson Rodrigues Gomes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.263/2010-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Anderson Rodrigues Gomes (CPF 490.931.004-59).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3749/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.457/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Paula Jantorno (CPF 117.437.478-02); Denilson Cassalatti de Freitas (CPF 093.375.938-07); Fernanda Ramos Floriano Ferraz Santos (CPF 051.490.496-89); Humberto Saad (CPF 055.012.348-23); Jose Alberto Leite Correa (CPF 316.804.948-48); Madja de Sousa Moura Florencio (CPF 032.807.884-04); Marcela Oyama do Carmo (CPF 370.280.298-32); Mariana Galluzzi de Sa (CPF 315.330.408-42); Milton Feliciano Lino (CPF 368.655.218-38); Rodrigo Bottene Leopoldino Alves (CPF 223.550.048-03); Samuel de Castro Barbosa Melo (CPF 060.241.486-58); Vicente de Paulo Melo (CPF 834.234.438-04).
1.3.Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3750/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de Thiago Rogério Liberato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.820/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Thiago Rogério Liberato (CPF 011.072.621-94).
1.3. Unidade: Ministério Público Militar.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3751/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.844/2012-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Carina Gaelzer Silva Torres (CPF 018.462.060-06); Cristina Mossmann (CPF 011.407.820-37); Daniel Kayser Lucchesi (CPF 012.362.950-05).
1.3. Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (RS-SC-PR).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3752/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, e com fulcro no art. 7º, inciso I, da Resolução TCU 206/2007, com a redação dada pelo art. 1º da Resolução TCU 237/2010, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de Rui Alexandre Bastos da Fonseca, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.964/2012-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Rui Alexandre Bastos da Fonseca (CPF 001.374.807-68).
1.3.Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3753/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de Maria Camargo da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.102/2012-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria Camargo da Silva (CPF 252.167.081-20).
1.3. Unidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3754/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis, dando-lhes quitação, com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992; e em arquivar os presentes autos, após terem sido feitas as comunicações pertinentes, nos termos do artigo 169, inciso III, do Regimento Interno.

1. Processo TC-012.894/2012-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Albino Lopes De Almeida (CPF 608.367.847-15); Alexandre Quintão Fernandes (CPF 006.571.867-40); Marcos de Bustamente Monteiro (CPF 599.164.197-87); Paulo Sergio Carvalhães e Souza (CPF 149.524.407-53); Sonia Tereza Terra Figueiredo (CPF 460.590.407-72); Tomas de Aquino Chaves de Melo (CPF 101.213.237-49).
1.3.Unidade: Novamarlim Petróleo S.A.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo (Secex-9).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3755/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em arquivar os autos sem julgamento do mérito, consoante no art. 212 do Regimento Interno, tendo em vista o entendimento expresso na súmula TCU 187.

1. Processo TC-015.891/2011-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Unidade: Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.5. Advogado: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3756/2012 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o recurso de reconsideração interposto por José Machado Vilar contra o acórdão 196/2012-1ª Câmara, por meio do qual suas contas referentes ao convênio 1.731/2003 foram consideradas irregulares, com imputação de débito e de multa;
considerando que o recurso foi interposto fora do prazo quinzenal previsto para a espécie e que os elementos ora colacionados já constavam dos autos no momento da apreciação do feito;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer do recurso de reconsideração, nos termos do art. 32, parágrafo único e inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285, *caput* e §2º, do Regimento Interno; e em encaminhar os autos à Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex-MA, para ciência às partes e à unidade interessadas do teor desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica.

1. Processo TC-019.334/2009-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Classe de Assunto: I
1.2. Responsável: José Machado Villar (CPF 043.777.613-15).
1.3. Recorrente: José Machado Villar (CPF 043.777.613-15).
1.4. Unidade: Município de Buriti - MA.
1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.6. Relator da deliberacão recorrida: ministro José Múcio Monteiro.
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
1.8. Advogado: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 22/2012 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária

f) Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (Relação n° 17):

ACÓRDÃO Nº 3757/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por inépcia, o exame de mérito do ato de concessão deste processo, em razão da inconsistência entre informações prestadas: a soma dos tempos de serviço constantes do quadro "Discriminação dos Tempos de Serviço e Averbações" , anexo I do formulário, é diferente do "tempo de serviço para aposentadoria" informado no campo 28 do formulário, constante do quadro "Dados da Concessão", bem como uma ou outra das mencionadas informações referentes ao tempo de serviço não atendem aos requisitos temporais estabelecidos pelo fundamento legal utilizado na concessão, sem prejuízo de fazer as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.022/2012-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Suzana Bisch Kfuri (504.842.577-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Biblioteca Nacional - Minc
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Biblioteca Nacional que no prazo de 60 dias, providencie o encaminhamento, por meio do Sistema Sisac, de novo ato concessório devidamente corrigido.

1.8. Orientar o Órgão de Pessoal da Fundação Biblioteca Nacional que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 3758/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.909/2007-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Eduardo Martins Lima (079.715.706-94)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3759/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.833/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Helio Ferreira da Cruz (894.464.705-44); Heloisa Forte Maia Bonfim (610.544.291-20); Henrique Lima Pinheiro de Souza (992.153.901-97); Henrique Marques Vieira Pinto (713.876.921-00); Ieda Lucia Lima Tunes (373.053.011-91); Igor Orlandi Meira (011.945.721-03); Igor de Sousa Pereira (036.644.621-57); Jacques Damiani Macedo (899.451.821-53); Janayna Nogueira Lima (709.322.631-00); Jaqueline de Almeida Lourenco (565.092.511-91); Jeanne Maria Gois de Pinho de Mendonça (318.766.501-25); Joao Gilvan Gomes de Araujo Filho (990.493.171-20); Jovaldo Rodrigues dos Santos (327.329.701-82); João Guilherme Oliveira Vieira (005.595.651-35); Juliana Alves Aires (723.855.531-04); Juliana Tiemy Yamada (001.056.221-41); Juliana de Pinho Chalub (024.811.641-05); Kamilla Dantas de Oliveira Albuquerque (935.769.001-87); Karen Miranda Silva (961.653.081-04); Karina de Carvalho Marques (805.809.801-97); Katia Regina Sousa Santana (620.008.881-00); Kaue dos Santos Guimarães (100.985.987-08); Kelly Caetano Campos Ribeiro (011.552.641-26); Kelly Cristina de Oliveira (003.618.341-52); Krishna Monique de Andrade (011.107.001-56); Kênia Cristina Ferreira (018.544.901-84); Laura Dias Gomes (014.201.821-02); Lazaro Diego Aurélio Alves Costa (982.109.981-53); Leonardo Loureiro Teixeira (702.698.581-72); Levenia Gonçalves Regis (619.416.111-68); Leônidas Moraes da Silva (835.484.321-15); Lidiane Barreto Oliveira de Faria (658.226.681-00); Lilian Alves Araujo Leite (995.486.901-87); Lilian Gurgel Simplicio (706.224.501-15); Livia Maria Nogueira de Castro Chaves (850.786.703-00); Lorena Venâncio Galvão de Faria Barbosa (957.596.701-15); Luana Martins Pinheiro (870.163.541-72); Luana Resende Maia e Sousa (985.538.361-34); Luana Yukimi Maeda (933.657.641-00); Lucia Danielle de Camargo Rios (791.699.371-68); Luciana Oliveira de Almeida Maia da Silveira (954.051.001-53); Lucimar José da Silva Faria (917.828.806-15); Luis Claudio da Costa (357.667.271-00); Luiza May Schmitz (697.716.001-25); Lusalete da Conceição Pires Silva (226.469.221-91); Lúcia Akemi Tsuboi (564.940.681-20); Maira Oliveira Simões (007.130.005-89); Maira Virginia de Paula Dutra (944.268.561-91); Marcel Magalhães da Silveira (308.373.401-87); Marcus de Faria Oliveira (811.215.711-15); Margareth Ribeiro Mendes (833.102.077-49); Maria Lucia do Nascimento (258.339.011-20); Maria das Graças de Castro Santiago (334.930.221-15); Mariana Oliveira Pinto (039.820.976-65); Marilia Rodrigues Vieira (720.725.711-20); Marionete Pereira da Costa (903.429.841-87); Marisa Helena de Lima (209.874.121-91); Maristela da Silva Marques (870.253.881-49); Mauro Jose Silva Amorim (340.741.801-97); Mayara Rocha Ferreira da Fonseca (016.162.021-30); Meire Rogeria Ferreira Alves Kingeski (647.766.381-34); Michelle de Carvalho Miranda Matta (692.354.061-53); Miron Rebis Vilarinho Segundo (038.223.406-50); Márcia Falcomer de Oliveira Lacerda (770.025.551-20); Mônica Sousa Rocha (840.017.471-20); Nair de Lima Moreira (776.165.371-20); Nara Lúcia Fernandes da Silva (928.733.161-87); Nayara Correia Pessoa (025.323.991-55); Nelson Rafael Cima (048.520.414-23); Nice Lara Carvalho (006.099.696-09); Otavio Augusto da Silva Cucaroli (030.280.787-08); Patricia Serejo de Jesus (539.626.051-34); Patrícia Braga Fernandes (700.317.461-87); Paula Cristina Mendonça de Deus Sostoa (005.043.441-10); Paulo Junio Oliveira Gomes (976.521.215-15); Pedro Henrique de Araújo Esteves (023.535.181-41); Pedro Ivo Almeida da Fonseca Gildino (005.474.581-00); Pollyanna de Carvalho Tomimatsu (847.839.401-00); Priscilla Franke (034.686.449-65); Rafael Rodrigo Moreno (855.536.891-04); Rafael Silas de Souza (003.848.321-13); Rafael de Abreu Inácio (727.047.991-72); Raimundo Mendes de Assis (396.092.603-06); Raissa Tainara França (021.918.991-96); Raquel Cristina Machado (021.152.131-06); Raquel Mendes de Sa Ferreira (290.427.678-55); Renata Cândida de Faria Ribeiro (898.512.181-20); Renata Delmara Lopes (841.480.631-72); Renata Gonçalves Teixeira (008.981.621-81); Renata Noleto Franklin de Oliveira (694.490.311-34); Renato Bomtempo da Silva (918.387.031-87); Renato Lopes Fagundes (011.922.601-47); Ricardo Felício do Nascimento (985.269.011-68); Ricardo Rodrigues Moura (717.840.551-15); Roberio Sousa dos Santos (883.057.083-49); Roberta Luciane da Luz Silva (000.277.061-09); Roberta Magalhães Diniz (000.995.441-48); Ronaldo Pinheiro Ortega (803.019.591-53); Rosana Marcia de Sousa Persiano (417.314.681-72); Rubia Soares de Azevedo (787.200.791-68)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3760/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.567/2012-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Jorge Jose da Silva (271.268.977-15); Pedro Paulo Lacombre Sobral da Silva (101.548.127-22)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3761/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.053/2012-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Anita Salgado Santoro (298.622.217-04); Cesar Azeredo Duarte (612.041.457-68); Lucia Maria Badin Barbosa (363.948.237-91); Maria Cristina Joly (874.842.008-59)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Casa de Rui Barbosa - MinC

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3762/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.460/2012-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Cesar Augusto Rodrigues Junior (958.023.632-15); Marli Monteiro de França (960.617.662-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - MCT

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3763/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, e ainda c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução 206/2007, em:

a) nos termos do art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/07, considerar prejudicado, por inépcia, o mérito dos seguintes atos:

nºs de controle	Instituidor
10003401-06-2002-000211-2	- Antônio João de Souza
10003401-06-2003-000154-2	- Arylino Figueiredo
10003401-06-2003-000081-3	- Claudemiro Baptista dos Santos
10003401-06-2002-000139-6	- Rivaldo André de Souza
10003401-06-2002-000266-0	- Rubens Teixeira Mendes
10003401-06-2004-000029-8	- Silvério Ricardo da Silva

b) considerar legais e ordenar os registros dos seguintes atos:

nºs de controle	Instituidor
10003401-06-2011-002192-2	- Arylino Figueiredo
10003401-06-2004-100294-4	- Célio dos Reis Sumar
10003401-06-2011-002188-4	- Claudemiro Baptista dos Santos
10003401-06-2011-002190-6	- Rivaldo André de Souza
10003401-06-2011-002186-8	- Rubens Teixeira Mendes
10003401-06-2011-002187-6	- Silvério Ricardo da Silva

1. Processo TC-001.939/2007-6 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Georgina de Souza Alves (543.603.587-68); Georgina de Souza Alves (543.603.587-68); Heloysa dos Santos Correa (163.124.737-91); Iza Railda Cafe Santana dos Santos (335.806.187-68); Iza Railda Cafe Santana dos Santos (335.806.187-68); Jandyra Sumar (412.096.057-91); Lucy Perri Figueiredo (852.108.387-49); Lucy Perri Figueiredo (852.108.387-49); Marilene Pereira da Silva (563.272.777-72); Marilene Pereira da Silva (563.272.777-72); Marinete de Souza Reis (596.886.027-87); Silvina Maria Mendes (688.650.407-00); Silvina Maria Mendes (688.650.407-00)

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3764/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.497/2007-7 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Armin da Costa Souto (026.562.814-82)

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3765/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação ao Sr. José Osvaldo da Silva, ante o recolhimento integral da multa no valor de R$ 4.000,00 que lhe foi cominada mediante o Acórdão nº 433/2012-TCU- 1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Valor original da multa: R$ 4.000,00 Data da condenação: 31/1/2012

Valor recolhido: R$ 4.074,80 Data do recolhimento: 30/5/2012

1. Processo TC-021.184/2010-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: José Osvaldo da Silva (276.467.421-04); Lineu Olímpio de Souza (242.715.001-00); Luís Antônio Pires (211.704.601-00); Marisa dos Santos Pereira Araújo (133.544.421-15); Marise Fernandes de Araujo (193.513.131-15); Sebastião Martins Arruda (095.753.831-68)

1.2. Interessado: Secretaria de Controle Externo Em Goiás (00.414.607/0007-03)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jaraguá - GO; Prefeitura Municipal de Porangatu - GO; Prefeitura Municipal de Uruaçu - GO

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO (SECEX-GO).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3766/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, e 237, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da representação e considerá-la procedente, ante os motivos expostos pela Secex/CE, sem prejuízo das determinações propostas.

1. Processo TC-003.205/2012-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Controladoria Geral da União - CGU

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cascavel - CE

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (SECEX-CE).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinar ao Ministério das Cidades que adote providências com vistas à apuração integral das impropriedades elencadas na representação, relativas ao Contrato de Repasse 0193198-31 (Siafi 566492), celebrado com o Município de Cascavel/CE, devendo, inclusive, instaurar processo de tomada de contas especial, se necessário, remetendo à Secretaria Federal de Controle Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de encaminhar a este Tribunal as informações sobre as conclusões e providências adotadas.

1.7. Determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que adote as providências a seu cargo no sentido de remeter a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias após o seu recebimento, a tomada de contas especial referida no item anterior, caso a mesma venha a ser instaurada.

1.8. Determinar à Secex/CE que:

1.8.1 encaminhe cópia dos presentes autos ao Ministério das Cidades com o objetivo de subsidiar os trabalhos e à Superintendência de Negócios da Caixa Econômica Federal - Fortaleza, para conhecimento;

1.8.2 acompanhe, o cumprimento das determinações; e

1.8.3 dê ciência desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 3767/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 41 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, e 237, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.020/2012-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Raimundo Gomes Sobrinho (259.251.643-34)

1.2. Interessado: Prefeitura Municipal de Alcântaras - CE (07.598.626/0001-90)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alcântaras - CE

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (SECEX-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secretaria Executiva do Ministério do Turismo - MTur que adote providências com vistas à apuração integral das impropriedades elencadas na representação, relativo ao Convênio 1166/2009 (SIAFI/SICONV: 706751), celebrado com o Município Alcântaras/CE, devendo, inclusive, instaurar processo de tomada de contas especial, se necessário, remetendo à Secretaria Federal de Controle Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de encaminhar a este Tribunal as informações sobre as conclusões e providências adotadas.

1.8. Determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que adote as providências a seu cargo no sentido de remeter a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias após o seu recebimento, a tomada de contas especial referida no item anterior, caso a mesma venha a ser instaurada.

1.9. Determinar à Secex/CE que:

1.9.1 encaminhe cópia dos presentes autos à Secretaria Executiva do Ministério do Turismo - MTur com o objetivo de subsidiar os trabalhos;

1.9.2 acompanhe, o cumprimento das determinações; e

1.9.3. dê ciência desta deliberação ao interessado.

Ata n° 22/2012 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária

g) Ministro-Substituto Weder de Oliveira (Relação n° 16):

ACÓRDÃO Nº 3768/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-014.512/2012-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Celina Souza de Miranda (144.763.982-00); Eliza Farias Lamarão (084.520.082-87); José Carlos Firmino (255.320.067-68); Laura Ferreira dos Santos (625.084.827-49); Raimunda Silvani Batista Ribeiro (211.984.623-53); Ruth Barbosa Cardoso e Silva (431.992.087-20).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3769/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I da Lei 8.443/1992, e art. 7º, II da Resolução TCU 206/2007, na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do ato de admissão a seguir relacionado.

1. Processo TC-014.892/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Felipe Soares de Sousa (352.934.868-61).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/SC - JE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3770/2012 - TCU - 1ª Câmara

Considerando os presentes autos de pensão indenizatória judicial concedida a Terezinha Gomes da Nóbrega, haja vista o teor da sentença proferida pelo Juízo da 28ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Ação Ordinária 89.0011339-9), que condenou a União Federal ao pagamento à demandante de indenização pelo falecimento de seu filho (Raimundo Dario da Silva), que foi atropelado por ônibus do Comando da Aeronáutica;

Considerando que a União apelou da decisão de 1ª instância, mas não logrou êxito junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

Considerando que o respectivo Título de Pensão Judicial (de nº 004-07) foi expedido em 2/5/2007, refletindo os termos da sentença concessiva do benefício;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão indenizatória judicial a seguir relacionado, por força da Ação Ordinária 89.0011339-9, da 28ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e arquivar o presente processo:

1. Processo TC-012.667/2012-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Terezinha Gomes da Nóbrega (832.061.677-87).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3771/2012 - TCU - 1ª Câmara

Considerando os presentes autos de pensão indenizatória judicial concedida a Verônica Ferreira Rodrigues, haja vista o teor da sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal do Ceará (Processo 0010311-39.1999.4.05.8100), que condenou a União Federal a "(...) indenizar a Autora pela morte de seu companheiro, pagando-lhe uma pensão mensal, no valor de um salário mínimo, reajustável nas épocas próprias até a data em que o mesmo completaria 65 (sessenta e cinco) anos de idade", isto é, até 29/09/2018, em decorrência do falecimento do sr. José Narciso Soares "(...) em acidente automobilístico causado por militar vinculado ao Ministério da Aeronáutica";

Considerando que a decisão do julgador monocrático foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região e que o recurso especial interposto pela União foi rejeitado pela segunda turma do Superior Tribunal de Justiça;

Considerando que os pagamentos feitos pela Aeronáutica estão em consonância com o que foi determinado pela Justiça;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão indenizatória judicial a seguir relacionado, por força da sentença proferida nos autos do Processo 0010311-39.1999.4.05.8100, da 2ª Vara Federal do Ceará, confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça (Recurso Especial 93.694-Ceará) e arquivar o presente processo:

1. Processo TC-013.787/2012-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Verônica Ferreira Rodrigues (479.745.403-20).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3772/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, II da Lei 8.443/1992, e art. 7º, I da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II e 260, §1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência do falecimento da beneficiária.

1. Processo TC-014.943/2012-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Zila Ferreira Vieira (540.276.677-00).

1.2. Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3773/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária a seguir relacionada:

1. Processo TC-015.070/2012-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Norma Sideria Costa Porto (037.475.904-97).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/BA - JE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3774/2012 - TCU - 1ª Câmara

Considerando os presentes autos de pensão indenizatória judicial concedida a Iracema Firmino Silva de Oliveira e Gilson Manoel de Oliveira, haja vista o teor da sentença proferida pelo Juízo da 16ª Vara Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Processo 2004.51.01.005331-4), que condenou a União a pagar indenização (pensão) aos demandantes pelo falecimento de seu filho menor por afogamento - fato ocorrido na piscina do Clube dos Oficiais da Aeronáutica, no Campo dos Afonsos/RJ;

Considerando que a União apelou da decisão judicial de 1ª instância, obtendo êxito parcial junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a saber: "(...) não se justificando, todavia, o pagamento até o óbito dos autores, eis que, ao reverso, inexiste esta presunção comum após os 25 anos do obituado, que, como regra, constituiria família própria, restando, assim, inacolhível o recurso adesivo, eis que bem quantificado o valor pelo Juízo a quo";

Considerando que os pagamentos feitos pela Aeronáutica estão em consonância com o que foi determinado pela Justiça;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão indenizatória judicial a seguir relacionado, por força da decisão da 16ª Vara Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Processo 2004.51.01.005331-4) e arquivar o presente processo:

1. Processo TC-016.183/2012-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Iracema Firmino Silva de Oliveira (719.437.064-68) e Gilson Manoel de Oliveira (205.013.404-59).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3775/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-016.598/2011-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Amélia Maria Santiago Vieira (741.529.397-53); Apparecida Amilca Carreira (187.489.918-56); Barbara Rodrigues de Souza (332.804.602-04); Cleonice Moreira Rodrigues de Souza (219.629.282-68); Creusa Maria Braz Marini (404.014.137-72); Dinah Galindo Pacheco da Silva (097.620.577-75); Diolinda Corrêa Belle (203.851.348-19); Elvira Anunciada da Silva (852.938.064-91); Elza Leite de Oliveira (531.896.716-72); Esmeralda da Cruz Bomfim (405.668.035-34); Eunice Corrêa de Paula Bastos (164.565.646-20); Eunice Moreira Rodrigues de Souza (062.403.132-20); Georgina Pereira de Carvalho (073.123.707-21); Helena Maria da Silva (379.139.564-53); Iluminata Santos de Andrade (336.536.404-82); Inaldi Pinheiro de Andrade (156.448.474-20); Ineide Pinheiro de Andrade (128.491.974-91); Iraildes da Cruz Bomfim (175.185.805-78); Ivonnete Souto Guimarães (432.325.157-20); Jacinta Corrêa Penha (605.306.262-68); Karen Fernandes Costa (971.571.637-72); Lenir Rita da Silva Lyra (304.290.217-04); Leonardo Oliveira da Silva (139.413.327-83); Luci Marques Ferreira (530.183.627-72); Luciano Cassio Starpp (846.637.664-04); Lucilea Melo de Almeida (318.881.272-87); Lucimar Pereira de Souza (056.156.824-34); Ludovina Alves Maciel (035.788.847-23); Luiza Silva Starpp (291.792.204-44); Luzia Pereira de Melo (413.821.294-91); Lúcia Maria Alves (254.494.864-72); Maria Augusta da Costa (580.623.430-49); Maria Auxiliadora Oliveira da Silva (116.089.497-37); Maria Cristina Portal das Chagas (562.792.302-44); Maria José Alves (146.211.508-04); Maria Luiza Starpp (521.935.434-53); Maria de Lourdes Alves (413.408.504-78); Maria de São Pedro da Cruz Bomfim (378.530.235-53); Marilce Maciel (024.860.107-50); Marilene Máxima Fernandes (318.886.157-53); Marina da Cruz Bomfim (229.554.105-00); Nadir Soares Portella (020.790.117-15); Regina Joana Conceição de Lima (770.343.504-00); Rosa Marchiano Silva (092.042.118-06); Rute Helena Souza Pinheiro (380.116.973-15); Ruth Moreira Rosa (037.717.507-25); Thiago Luiz Santiago Vieira (139.700.937-32); Zélia Maria Câmara Guimarães (147.764.804-68).

1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3776/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-016.601/2011-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Carmem Ferreira de Mello (038.066.687-10); Carmen Miranda dos Santos (036.344.678-86); Cecília de Oliveira Alves (097.354.527-58); Celeide Pontes Macedo (211.962.654-53); Dulce Santos de Alcântara (085.771.557-73); Eliane Ferreira da Rocha (359.689.498-05); Fernanda Lúcia da Silva Rodrigues (512.360.012-49); Flora de Castro Soares (264.849.947-49); Helena Martins Barros de Andrede (094.960.842-49); Heloisa Maria Ministerio de Godoy Costa (607.666.548-34); Irene Santos de Queiroz (734.555.987-49); Josefa França de Macedo (416.210.935-49); Lourdes de Souza Apolinário (069.975.687-18); Marcello Chiarelli Villarinho (060.782.927-30); Maria Alva Silva Rodrigues (265.970.392-20); Maria Eunice Ferreira da Rocha (046.483.398-19); Maria Geruza Pereira da Costa Rocha (721.720.294-91); Maria Wanda da Glória Maciel (433.776.967-68); Maria da Conceição Pereira Rocha (085.863.124-52); Marilda Soeiro Cavalher (369.182.967-87); Neide Maria de Lira dos Santos (018.633.247-55); Nivian Miranda dos Santos (231.069.708-71); Raquel Dejane Ferreira da Silva (890.624.349-91); Rui Revoredo da Silva Ventura (070.760.612-87); Telma da Rocha Gomes (194.028.214-49); Terezinha Barbosa dos Santos (187.557.108-67); Udila Anchinoni Webbeer (277.568.820-91).

1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3777/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-014.927/2012-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Altair Martins Marquetti (199.433.918-71); Aurora Andrade Jordão (199.282.288-33); Celia Oliveira Ferreira do Amaral (684.446.308-10); Irani Campana (184.034.078-90); Isabel Maria da Costa Kewerrrhause (143.453.378-60); Maria Barbosa Alves (251.737.568-29); Maria Helena da Silva Moreira (083.295.128-51); Maria Lucia Faria Pacheco (710.209.508-20); Marlen Adolfo da Costa (257.751.518-95); Penha Gerardi Kida (345.924.368-65); Rosana Teresa Cesar Moreira (307.986.717-34); Sylvia Maria Campos do Amaral (600.269.361-00); Terezinha Machado Martins (647.759.178-20).

1.2. Órgão: Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3778/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-014.928/2012-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Andrea de Godoy Costa (587.176.760-53); Carmen Lila Nogueira Majerkowiski (316.773.200-87); Ilse Storchi de Godoy (198.586.200-04); Joseida Dornelles Messa (524.871.720-53); Jussara Mathias Vogel (450.410.670-15); Ligia Marina de Figueiredo Acosta (190.648.100-87); Maria Amelia Coelho (529.202.407-49); Maria Aparecida Ilha dos Santos (373.256.630-72); Maria Conceiçao de Brum Paula (607.791.360-04); Maria Luiza Montanha Fernandes (929.627.180-00); Maria Regina Bravo Toffanetto (059.141.538-08); Mariza Gonçalves Cerezer (210.745.180-04); Michelle Roberta Bravo Bressan (978.274.600-20); Nelci da Silva Costa (479.355.290-00); Norma Charao Dorvil (595.790.800-20); Ondina Maria Santos da Silva (932.024.150-34); Renata de Fatima Machado Pereira (003.055.820-46); Suzana Salvador Rodrigues (024.167.247-38); Ticiana de Godoy Herpich (587.176.410-04); Valeria Souza da Silva (712.812.660-00); Zair dos Santos Dias (398.988.497-20).

1.2. Órgão: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3779/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-014.932/2012-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Maria Nazare de Oliveira (785.888.804-82); Nayara Souza de Melo Dantas (324.026.434-04) e Vilma Dantas Souza de Medeiros (839.222.614-34).

1.2. Órgão: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3780/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-014.937/2012-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Eliane Maria Conceicao Menezes da Silva (188.660.932-20); Jaquebede Farah Guimaraes Mamud Ferreira (416.840.282-72); Maria Selma Duarte Nogueira (038.009.056-20); Romi Menezes da Silva (199.489.722-87); Rosalina Menezes da Silva (199.664.312-68); Valdeneide Souza da Silva (052.936.502-20); Vera Lucia Menezes da Silva (112.441.352-91).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Órgão: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3781/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, II da Lei 8.443/1992, e art. 7º, I da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II e 260, §1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência do falecimento do beneficiário.

1. Processo TC-015.105/2012-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Vera Nogueira de Nogueira (673.266.760-20).
1.2. Órgão: Terceira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3782/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.275/2012-4 (REFORMA)
1.1. Interessado: Adalberto Pereira dos Santos (374.461.264-34).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3783/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.286/2012-6 (REFORMA)
1.1. Interessado: Adriano Schreiber (751.297.600-34).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3784/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.291/2012-0 (REFORMA)
1.1. Interessado: Alvaro Vargas (018.142.510-65).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3785/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.297/2012-8 (REFORMA)
1.1. Interessado: Andre de França Brandão (117.010.238-73).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3786/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.299/2012-0 (REFORMA)
1.1. Interessado: Andre Roberto Mentz (731.237.140-04).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3787/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.301/2012-5 (REFORMA)
1.1. Interessado: Andre Sprandel (003.113.840-30).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3788/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.302/2012-1 (REFORMA)
1.1. Interessado: Antonio Pereira Lopes (550.067.525-72).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3789/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.305/2012-0 (REFORMA)
1.1. Interessado: Araken Vaz Galvao (665.951.187-34).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3790/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.307/2012-3 (REFORMA)
1.1. Interessado: Carlos Leandro Wichroski (004.291.339-01).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3791/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.308/2012-0 (REFORMA)
1.1. Interessado: Carlos Nogueira de Souza (269.990.217-91).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3792/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.309/2012-6 (REFORMA)
1.1. Interessado: Celso Acacio Tonon (038.998.208-35).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3793/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.310/2012-4 (REFORMA)
1.1. Interessado: Charles Marcelo Petry (902.708.430-00).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3794/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.312/2012-7 (REFORMA)

1.1. Interessado: Cleber Vasconcellos Porto (639.415.200-59).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3795/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.315/2012-6 (REFORMA)

1.1. Interessado: Custodio Neto da Silva (146.880.001-97).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3796/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.335/2012-7 (REFORMA)

1.1. Interessado: Fernando Amaral dos Santos (430.604.980-91).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3797/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.352/2012-9 (REFORMA)

1.1. Interessado: Jairo Sória da Silva (989.580.627-20).

1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3798/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.361/2012-8 (REFORMA)

1.1. Interessado: Jauri Jorge de Vargas Paula (049.186.140-00).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3799/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.367/2012-6 (REFORMA)

1.1. Interessado: João Pereira Cavalcanti (010.986.084-53).

1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3800/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, II da Lei 8.443/1992; no art. 3º, § 6º e § 7º da Resolução TCU 206/2007, e na forma dos arts. 143, II e 260, §1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de reforma a seguir relacionado, fazendo-se a determinação sugerida.

1. Processo TC-003.608/2012-3 (REFORMA)

1.1. Interessado: Volney Vieira de Mello (001.938.289-87).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinação/Ciência:

1.6.1. determinar à Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que tomar ciência desta deliberação, providencie a emissão e disponibilização, no sistema Sisac, de novo cadastramento do ato de reforma do interessado Volney Vieira de Mello, e encaminhe-o via controle interno, livre da inconsistência apontada, qual seja, ausência da data do laudo médico no formulário Sisac, ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso a falha aqui apontada seja confirmada pelo gestor de pessoal; e

1.6.2. cientificar a Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei 8.443/1992.

ACÓRDÃO Nº 3801/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, II da Lei 8.443/1992; no art. 3º, § 6º e § 7º da Resolução TCU 206/2007, e na forma dos arts. 143, II e 260, §1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de reforma a seguir relacionado, fazendo-se a determinação sugerida.

1. Processo TC-012.943/2012-6 (REFORMA)

1.1. Interessado: Sebastião Florentino de Melo (004.849.384-87).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinação/Ciência:

1.6.1. determinar à Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que tomar ciência desta deliberação, providencie a emissão e disponibilização, no sistema Sisac, de novo cadastramento do ato de reforma do interessado Sebastião Florentino de Melo, e encaminhe-o via controle interno, livre da inconsistência apontada, qual seja, a data de publicação da reforma do militar está incompatível com a data da vigência da reforma, ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso a falha aqui apontada seja confirmada pelo gestor de pessoal; e

1.6.2. cientificar a Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei 8.443/1992.

ACÓRDÃO Nº 3802/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-014.788/2012-8 (REFORMA)

1.1. Interessados: Abdon Franklin Meiroz Grilo (006.460.409-87); Abelardo Pereira Rodrigues (011.683.202-91); Abimael Ferreira de Lima (113.339.444-20); Adair Hastenpflug Fernandes (193.223.487-04); Adalberto José de Castro (033.325.943-20); Adalberto Vieira de Melo (043.091.974-34); Adelival Dondoni (264.175.297-20); Adelmo Fernando Martins de Paula (097.845.860-53); Ademar Barros Moura (033.776.794-72); Ademilson Rodrigues de Melo (572.556.361-87); Adonis Gonçalves Pinheiro (039.865.787-49); Adriano de Oliveira Noevo (810.709.260-00); Affonso Correa de Araújo (006.625.506-68); Ailton Carlos de Santana (163.557.335-15); Ailton Roberto dos Santos (388.451.307-97); Airton Dezidério Alves (257.315.480-72); Alberto Carlos Rebouças (046.538.584-20); Aldemir de Jesus Jansen (043.986.454-20); Aldenilson Gomes de Araújo (626.327.794-72); Aécio Malheiro Feitosa (043.033.343-91).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3803/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-014.793/2012-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Enedino Ferreira da Silva (160.244.357-20); Enio Henrique Dreyer (137.938.880-53); Erivaldo Batista da Silva (346.062.462-00); Ernani Marchiori da Fontoura (011.549.820-68); Esmeraldo Carneiro da Rocha (111.813.549-00); Euclydes Pinho da Silva Junior (192.034.547-72); Eunides Oliveira Nascimento (011.027.029-00); Ewller Braga Dy Andrade Guerra (027.508.561-91); Flavio Cartier Leite (087.712.906-13); Flavio Vaz (257.163.017-20); Francisco Alves Rodrigues (099.008.293-87); Francisco Carlos Normínio Porfírio (321.789.307-78); Francisco Chagas de Almeida (120.727.028-87); Francisco Cordeiro Fernandes (018.198.602-72); Francisco Humberto Batalha (045.006.013-68); Francisco Manoel Marques de Castro (200.632.377-68); Francisco Montenegro Nobre (094.914.816-49); Francisco Roberto Pereira de Oliveira (178.552.927-72); Francisco da Rocha e Silva (003.798.403-91); Francisco das Chagas Araújo Silva (065.593.523-15).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 3804/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-014.794/2012-8 (REFORMA)

1.1. Interessados: Francisco Vieira de Carvalho (106.056.063-15); Francisco Wilson Franco (086.020.184-87); Francismar Bezerra dos Santos (133.269.884-00); Gabriel Monteiro (008.771.071-49); Geasi Barros (670.935.239-00); Genivaldo Dantas da Costa (041.404.194-15); Geraldo Bento dos Santos (055.627.757-00); Geraldo Pinto de Figueiredo (003.786.151-49); Gerson Gerloff (104.863.560-00); Gilberto Carlos Pedron (108.990.300-68); Gilmor José Filipetto (130.282.607-78); Ginair Maia dos Santos (015.927.341-20); Glaucon Marcelino da Silva (063.607.226-66); Glauto Lisboa Melo (074.628.080-72); Heitor Francisco Montaguti (025.098.570-53); Helder Vainer Nascimento Marques (010.879.465-22); Heliano Jose Rios (014.664.126-40); Helio Marins de Mello (062.809.947-91); Helio da Silva Rios (059.747.477-04); Hélio Souto da Silva (047.532.400-53).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3805/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-014.798/2012-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: José Derli Corsino (307.727.027-72); José Djacilece Fernandes (090.625.643-72); José Eliseu Moreira Estivalet (093.171.200-91); José Ernandes Medina (366.493.171-87); José Faustino (056.482.542-53); José Feitosa Irmão (401.782.347-53); José Fernandes de Araujo Neto (041.880.633-00); José Ferreira Leal Neto (077.678.543-53); José Ferreira Rocha (028.408.986-91); José Flávio Giacomini (113.956.996-15); José Gabriel Meneguello (057.044.489-68); José Galliaço Prata (079.648.627-15); José Geildo Araújo de Lima (505.839.993-87); José Geraldo de Oliveira (057.924.957-34); José Gomes Turrubia Filho (666.212.328-53); José Gonçalves (085.068.099-91); José Henrique Edon Franco (216.994.457-53); José Humberto Serejo da Silva (036.115.823-87); José João David (010.372.341-20); José de Ribamar Oliveira (022.620.883-49).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3806/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-014.804/2012-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Osmar Simões França (300.970.708-82); Ozeas Alves Ribeiro (181.740.516-00); Paulo Ataide Borba (077.124.563-72); Paulo Barbosa de Andrade (131.480.440-53); Paulo Benhur Flores Brasil (192.268.370-15); Paulo Cesar dos Santos Merlino (469.727.147-53); Paulo Constantino Silveira (084.127.079-15); Paulo Fernando Teixeira (331.106.207-82); Paulo Fernando da Silva Braga (499.034.037-04); Paulo Goulart dos Santos (233.678.497-15); Paulo Heraldo dos Santos (180.652.520-87); Paulo Julião Sanches Trindade (164.663.490-04); Paulo Minas Neto (480.955.597-68); Paulo Roberto Calliari Machado (151.670.460-68); Paulo Roberto Esteves dos Santos (819.686.710-72); Paulo Roberto Nunes Pereira (765.781.787-91); Paulo Roberto de Almeida (054.000.219-48); Paulo Robério Gurjão Pinheiro (040.721.974-91); Paulo Sérgio de Amorim (086.968.702-63); Pedro Bezerra da Silva (028.367.422-91).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3807/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-014.806/2012-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Severíno Lins (096.696.980-49); Sidnei Bilar Cardoso (143.617.360-49); Sidnei Mendes Moreno (066.584.230-91); Sidney Machado da Silva (248.718.346-20); Silas Moreira da Costa (149.114.937-04); Silas da Cunha (121.290.298-09); Silvio Dalcumune (153.065.859-49); Sudario Braga de Sena (022.204.076-91); Telmo Freitas Dutra (143.433.040-00); Tiago Gomes Ayres de Almeida (777.651.682-15); Tito Rodrigues da Silva (079.933.231-34); Tomé Geraldo do Prado (096.807.726-91); Vagner dos Santos (078.812.197-93); Valdair Coelho de Holanda (034.767.072-53); Valdir Gasparotto Lemos (131.422.320-87); Valdonier da Silva (207.734.207-20); Valdyr Bellon (058.047.367-87); Valter Jorge Guimarães de Moura (097.028.900-63); Valter Luiz de Oliveira (188.636.207-68); Valter da Silva Rangel (049.362.807-04).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3808/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-014.807/2012-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Vanderlei Peres Gonçalves (110.847.660-00); Vanderlei Soares Barreiro (043.617.506-10); Vicente Augusto Negrini (159.053.497-20); Vilmar Franco de Castria (252.149.180-20); Vilmar Rodrigues da Silva (022.533.802-53); Vilmar Sacheti Colombo (015.360.012-87); Vilson Farias Ayres (123.983.490-04); Virgilio Marques da Silva (187.844.027-68); Vitalino Valério da Cruz (047.518.170-00); Waldemir Alves Aranha (082.015.792-91); Walmor Arnildo Schlabitz (054.267.740-72); Walter Teixeira Santos (050.924.857-87); Wellington Alves de Moura (496.493.614-72); Willians Macêdo dos Santos (021.197.185-55); Wilson Gonçalves de Araújo (060.704.263-04); Wilson José Raymundo (425.704.337-72); Wilson Muniz Pereira (058.157.384-68); Zacarias José Ferreira (143.653.160-87).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3809/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e art. 7º, I da Resolução TCU 206/2007, e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-014.924/2012-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Mario Freire da Silva (042.186.041-34); Meredith Gomes de Carvalho (304.721.308-97); Moacyr Campos (239.232.967-20); Osmar de Mello e Silva (027.863.037-53); Osmar de Mello e Silva (027.863.037-53); Osório Crispim da Silva (070.372.957-87); Otacílio Custódio Barros (015.142.883-20); Paulo Brandao Gaspar (059.894.186-04); Paulo Ferreira Studart (002.459.763-53); Sebastião Pontes (080.039.397-04); Telmo Andrade (106.033.109-82); Valentim Duprat (005.552.311-00); Valmor Oliveira Rosa (051.399.887-04); Walter Barbosa Rodrigues (008.296.094-15); Walter Barbosa Rodrigues (008.296.094-15); Walter Barbosa Rodrigues (008.296.094-15); Wigder Ciconi do Rego Monteiro (035.530.787-15); Wigder Ciconi do Rego Monteiro (035.530.787-15); Wilson Baptista da Fonseca Dória (011.301.617-49); Wilson Luiz da Fonseca (032.229.187-91); Wilson Luiz da Fonseca (032.229.187-91).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3810/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-015.757/2012-9 (REFORMA)

1.1. Interessado: Valmir Pereira (009.159.120-15).

1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3811/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, II da Lei 8.443/1992; no art. 3º, § 6º e § 7º da Resolução TCU 206/2007, e na forma dos arts. 143, II e 260, §1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de reforma de Acrisio Figueira e Adailton Nunes dos Santos, considerar legais e determinar o registro dos demais atos, fazendo-se a determinação sugerida.

1. Processo TC-015.887/2012-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Abel Moreira da Fonseca (052.456.307-10); Abizai Carvalho de Souza (039.124.265-20); Abné Francisco Lopes Pereira (081.574.487-00); Acelino Cardoso de Lima (142.566.650-72); Acilon Pereira Borges (045.500.130-87); Acrisio Figueira (044.779.367-53); Adailton Nunes dos Santos (212.537.577-04); Adao de Assis Lopes da Silva (045.018.370-04); Adão Adair Fagundes (067.809.037-87); Adão Dias de Jesus (030.323.290-00).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinação/Ciência:

1.6.1. determinar à Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que tomar ciência desta deliberação, providencie a emissão e disponibilização, no sistema Sisac, de novo cadastramento dos atos de reforma dos interessados Acrisio Figueira e Adailton Nunes dos Santos, e encaminhe-os via controle interno, livres da inconsistência apontada, qual seja, a data do laudo médico é posterior à vigência da reforma, ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso a falha aqui apontada seja confirmada pelo gestor de pessoal; e

1.6.2. cientificar a Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei 8.443/1992.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3812/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-016.057/2012-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adao Jose dos Santos (061.982.441-72); Adauto Gomes Leires (135.086.107-30); Ademar Batista Vacari (020.639.800-04); Ademir de Souza (091.097.737-20); Adriano Dutra da Silva (953.526.780-91); Adão Franciso do Prado (029.580.406-82); Adão Lopes dos Santos (007.731.230-91); Adão Mozarthe Boeira dos Santos (015.777.006-00).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3813/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-016.803/2012-4 (REFORMA)

1.1. Interessado: Alvaro Andre de Azevedo (158.142.620-87).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3814/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-016.992/2012-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Antonio Bernardo da Silva (053.137.917-53); Antonio Bião Martins Luna (002.299.975-20); Antonio Carlos Campos (080.104.638-68); Antonio Carlos da Cunha (033.835.807-25); Antonio Carlos da Silva (010.413.121-72); Antonio Eduardo Valentim Soares (232.887.792-34); Antonio Fernandes Silva (035.114.487-00); Antonio de Jesus Felismino (106.246.941-00); Antonio de Miranda Barbosa (270.157.937-68); Antonio de Sousa (008.328.804-00).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3815/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-016.999/2012-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Antonio Ferreira Filho (001.560.003-34); Antonio Flavio de Sousa (028.359.162-53); Antonio Jarutais Dias (060.935.237-72); Antonio Jose da Silva (009.139.601-87); Antonio Julio Monteiro Filho (038.541.838-87); Antonio Luiz Soares (521.873.308-34); Antonio Marques de Jesus (120.087.298-34); Antonio Mauricio Carneiro de Vasconcelos (004.043.813-91); Antonio Mauricio Guimarães (030.297.947-68); Antônio João da Silva Ribeiro (007.930.511-34).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3816/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-017.138/2012-4 (REFORMA)

1.1. Interessado: Carlos Alberto Gomes (010.492.323-72).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3817/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-017.152/2012-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Carlos Gomes Farias de Andrade (063.206.867-15); Carlos Gomes de Almeida (260.236.100-30); Carlos Gonçalves Viana (054.060.562-04); Carlos Libindo Dornelles Kaipper (007.432.080-72); Carlos Magno Villela Barreto (039.811.267-34); Carlos Porfirio da Rocha (038.022.487-91); Carlos Syllus Martins Pinto (027.829.447-20); Carlos Sérgio Jungbluth Teixeira (020.847.162-68); Carlos Valdoci Hamermuller (143.887.310-72); Celso Pelodan (076.364.667-91).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3818/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-017.301/2012-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ciro Vitoria (039.629.380-87); Claudio Gaspar Ferreira (019.390.437-35); Claudio Rodrigues Lima Sousa (659.015.251-91); Cleber Pimentel Alves (191.368.467-91); Clorivaldo Novack (044.703.540-15); Clovis Catharino Ferreira (037.508.417-72); Cláudio Corrêa da Silva (168.249.381-49); Cláuver Cesar de Aquino (602.360.868-04); Cneio Lucio Cieslak de Oliveira (239.218.461-53); Cosme Aparecido Rosa (097.352.756-00).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3819/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-017.454/2012-3 (REFORMA)

1.1. Interessado: Fernando Mascarenhas dos Santos (044.589.317-68).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3820/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-017.524/2012-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ivo Laus (081.543.507-00); Ivo Luiz Pissetti (006.267.839-68); Ivo Luiz de Oliveira (018.632.316-68); Izaias Batista dos Santos (007.465.171-49); Izidro da Silva Freitas (093.182.326-91); Jacyr Silva da Fonseca (022.168.760-20); Jaime Pires de Carvalho (038.796.827-04); Jaime Rodrigues dos Anjos (057.753.967-15); Jairo José Victorio (894.174.967-00); Jarbas Roberto Brito (033.326.677-34).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3821/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, II da Lei 8.443/1992; no art. 3º, § 6º e § 7º da Resolução TCU 206/2007, e na forma dos arts. 143, II e 260, §1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de reforma de Quelen Weber Santos de Moraes, Reinaldo Konrath, Raul Cardoso Leal, Raul Muller de Oliveira Dias, Phelipe Mattos Costa, Rafael Bento Claro da Silva, Romulo Flavio de Abreu, Rene Pereira de Almeida, Rejane Eunice Barbosa e Raimundo Alves da Silva, considerar legais e determinar o registro dos demais atos, fazendo-se a determinação sugerida.

1. Processo TC-024.751/2011-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Pedro Souza Torres (025.085.167-91); Pedro Xavier da Silva Filho (004.524.084-15); Phelipe Mattos Costa (105.602.477-10); Quelen Weber Santos de Moraes (173.621.137-49); Rafael Bento Claro da Silva (099.218.647-18); Raimundo Alberto Freitas Lima (715.583.228-68); Raimundo Alves da Silva (003.712.893-00); Raimundo Bandeira Sobrinho (070.294.034-87); Raimundo Brigido de Souza (058.523.667-49); Raimundo Euze Chaves Chagas (111.611.163-20); Raimundo Nonato Oliveira de Barros (018.750.352-49); Raimundo Nunes de Sousa (620.252.448-00); Raul Cardoso Leal (005.875.085-15); Raul Muller de Oliveira Dias (042.588.437-68); Reginaldo Kovalski Ferrão (033.558.885-91); Reinaldo Gusmão Lopes (066.260.331-15); Reinaldo Konrath (024.799.580-00); Reinaldo Luciano Betini (159.838.468-68); Rejane Eunice Barbosa (403.771.806-53); Renato Fiche (041.075.008-53); Renato Sergio Barbosa dos Santos (698.378.131-72); Renato de Oliveira Bastos (003.793.280-20); Rene Pereira de Almeida (149.136.038-09); Ricardo Darski Kereski (295.721.938-72); Ricardo Luiz de Oliveira Rodrigues (245.098.767-34); Ricardo Medina Toledo (108.471.620-87); Roberto Cordeiro (166.457.079-91); Roberto Della Piazza (074.539.228-87); Roberto Gomes dos Santos (024.738.957-91); Roberto José de Menezes (080.124.155-34); Roberto Nunes da Silva (190.962.837-91); Roberto Vandesteen (102.640.197-68); Rogerio Antonio Viegas de Carvalho (642.396.328-20); Romulo Flavio de Abreu (602.041.768-91).

1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinação/Ciência:

1.6.1. determinar à Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data em que tomar ciência desta deliberação, providencie a emissão e disponibilização, no sistema Sisac, de novo cadastramento dos atos de reforma dos interessados Quelen Weber Santos de Moraes, Reinaldo Konrath, Raul Cardoso Leal, Raul Muller de Oliveira Dias, Phelipe Mattos Costa, Rafael Bento Claro da Silva, Romulo Flavio de Abreu, Rene Pereira de Almeida, Rejane Eunice Barbosa e Raimundo Alves da Silva, e encaminhe-os via controle interno, livres das inconsistências apontadas na instrução da unidade técnica, ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal; e

1.6.2. cientificar a Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei 8.443/1992.

Ata n° 22/2012 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária

PROCESSO EXCLUÍDO DE PAUTA (de Relação):

Foi excluído de pauta, ante requerimento da Ministra Ana Arraes, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, o processo n° 020.469/2008-9.

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Passou-se, em seguida, ao julgamento ou à apreciação dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na pauta, de forma unitária e organizada sob n° 22/2012, havendo a Primeira Câmara aprovados os Acórdãos de n°s 3822 a 3879, a seguir indicados. Os correspondentes Relatórios, Votos ou Propostas de Deliberação, bem como os citados Acórdãos, se inserem no Anexo desta Ata (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1° a 7° e 10; e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 3822/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.078/2008-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria
3. Interessados: Francisco de Assis dos Santos Sampaio (015.223.612-00); Hilma de Oliveira Campos (084.510.601-53); José Claver da Silva (024.172.511-91); Maria Isis de Oliveira Noleto (097.683.511-87); Roseli Alves de Castro (632.650.287-04); Therezinha de Melo Brito (034.812.552-68).
4. Órgão : Ministério da Previdência Social (vinculador).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Julio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de ex-servidores do Ministério da Previdência Social - MPS,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei n. 8.443/1992 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno em:
9.1. determinar a suspensão, enquanto não apreciado o mérito de eventuais recursos interpostos contra o Acórdão nº 814/2005-TCU-1ª Câmara, da eficácia do subitem 9.5.1 do Acórdão nº 1.173/2009-1ª Câmara; e
9.2. determinar à Sefip que continue acompanhando a implementação das demais medidas estabelecidas no Acórdão nº 1.173/2009-1ª Câmara, representando ao Tribunal em caso de descumprimento.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3822-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministra que não participou da votação: Ana Arraes.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3823/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.232/2006-0.
1.1. Apenso: 011.127/2005-9
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Embargante: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).
4. Entidade: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: Maurício Vasconcellos Saraiva (OAB/DF nº 14.432); Juliano Couto Gondim Naves (OAB/DF nº 21.149) e outros (procuração à peça nº 41).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO - contra o Acórdão nº 2.754/2012 - TCU - 1ª Câmara, por meio do qual este Colegiado deu provimento parcial ao recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão nº 6.928/2009 - TCU - 1ª Câmara, que julgou prestação de contas da entidade relativa ao exercício de 2005;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão desta 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, acolhê-los com efeitos infringentes;
9.2. em conseqüência ao disposto no subitem precedente, dar a seguinte redação ao subitem 9.2 do Acórdão nº 2.754/2012, da 1ª Câmara:
"9.2. em consequência ao disposto no subitem precedente, dar a seguinte redação ao item 9.1.5 do Acórdão 6.928/2009 - 1ª Câmara:
'9.1.5 apure, no prazo de 120 dias, a responsabilidade de todos que deram causa ou agravaram o déficit do Plano PS1'."

9.3. dar ciência desta deliberação ao SERPRO, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3823-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministra que não participou da votação: Ana Arraes.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3824/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.713/2004-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto I: Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessada: Caixa Econômica Federal - MF (00.360.305/0001-04).
3.2. Recorrente: Renato Nogueira de Aragão (397.108.587-34).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal - MF.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recurso (SERUR).
8. Advogados constituídos nos autos: Francisco A. Fabiano Mendes (OAB/RJ 25.872) e Ana Celi Lima dos Santos (OAB/RJ 38.276).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração, interposto por Renato Nogueira de Aragão contra o Acórdão 4.184/2011 - TCU - 1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3824-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3825/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.344/2012-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Ana Luiza Dias de Faria (090.622.496-98); Ketilly Cristine de Moura Campos (083.997.406-08); Kevin Douglas de Oliveira Campos (084.077.676-46); Raphael Dias de Faria (090.622.506-02).
4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam dois atos de pensões civis instituídas por ex-servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Minas Gerais.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituída em favor de Ana Luiza Dias de Faria e Raphael Dias de Faria;
9.2. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituída em favor de Ketilly Cristine de Moura Campos e Kevin Douglas de Oliveira Campos;
9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Minas Gerais que:
9.3.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes das concessões de pensões civis consideradas ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;
9.3.2. comunique aos interessados acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventuais interposições de recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, em caso de não provimento;
9.3.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão;
9.4. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3825-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3826/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.619/2012-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto V: Pensão Civil
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Igor Barros Grilo (105.802.376-48); Ildeusa Bernardes das Neves (634.706.831-15); Ivanilza da Conceição (714.092.971-87).
4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de pensões civis instituídas por ex-servidor da Fundação Nacional de Saúde.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituída em favor de Igor Barros Grilo e de Ivanilza da Conceição;
9.2. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituída em favor de Ildeusa Bernardes das Neves;
9.3. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos de boa fé, em decorrência das pensões civis consideradas ilegais, até a data do conhecimento, pelo órgão de origem, desta deliberação, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.4. determinar à Fundação Nacional de Saúde que:
9.4.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes das concessões de pensões civis consideradas ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;
9.4.2. comunique aos interessado acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;
9.4.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão;
9.5. informar a Fundação Nacional de Saúde que poderão ser emitidos novos atos de pensão civil escoimados das irregularidades apontadas nestes autos.
9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3826-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3827/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.175/2011-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Elizabeth Teixeira Ribeiro (547.089.827-04); Eloisa Helena Mauricio (546.195.727-72); Esmeralda Mota (509.089.527-91); Joao Batista de Medeiros (424.405.727-72); Jorge Luiz Pitz (436.845.807-91); Jose da Silva Vieira (474.464.127-04).
4. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato em favor de Elizabeth Teixeira Ribeiro, nos termos do art. 7º da Resolução-TCU nº 206/2007, em decorrência da reversão à atividade;
9.2. considerar ilegais as concessões de aposentadoria em favor de Eloisa Helena Mauricio, Esmeralda Mota, Joao Batista de Medeiros, Jorge Luiz Pitz e Jose da Silva Vieira, e negar-lhes o registro;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados cujos atos foram considerados ilegais (Súmula 106 do TCU);
9.4. determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de 15 (quinze) dias:
9.4.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, aos interessados que tiveram seus atos considerados ilegais;
9.4.2. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novos atos, escoimados das irregularidades verificadas, a serem submetidos à apreciação do TCU;
9.4.3. dê conhecimento aos interessados cujos atos foram considerados ilegais de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.4.4. refaça os cálculos dos proventos pela média, com a exclusão da parcela impugnada por este Tribunal;
9.4.5. emita novos atos, livres das irregularidades apontadas (pagamento da URP), e submetê-los à apreciação do Tribunal no prazo de trinta dias, a contar da ciência da deliberação que declarou a ilegalidade dos atos originais, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007
9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação dos pagamentos decorrentes das concessões consideradas ilegais;
9.6. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3827-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3828/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.177/2011-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Marilene Veras Vieira (625.433.187-04); Mariza Segovia da Silva (774.101.147-20); Reny Antonio da Silva (712.289.347-20); Rosane Ribeiro da Silva (008.414.917-55); Rosangela Rodrigues Silva (591.900.357-04); Sara Maria de Freitas Domingos (800.707.877-00); Sebastiao Martins Coutinho (536.569.627-15); Sergio Silva de Azevedo (443.667.447-91); Sujam Jose dos Santos (262.457.367-49); Thereza Christina Cardoso Machado da Costa (667.784.337-87); Vera Lucia dos Santos (923.281.137-53).
4. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria em exame e negar-lhes o registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados cujos atos foram considerados ilegais (Súmula 106 do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de 15 (quinze) dias:
9.3.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, aos interessados que tiveram seus atos considerados ilegais;
9.3.2. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novos atos, escoimados das irregularidades verificadas, a serem submetidos à apreciação do TCU;
9.3.3. dê conhecimento aos interessados cujos atos foram considerados ilegais de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.4. refaça os cálculos dos proventos pela média, com a exclusão da parcela impugnada por este Tribunal;
9.3.5. emita novos atos, livres das irregularidades apontadas (pagamento da URP), e submetê-los à apreciação do Tribunal no prazo de trinta dias, a contar da ciência da deliberação que declarou a ilegalidade dos atos originais, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação dos pagamentos decorrentes das concessões consideradas ilegais;
9.5. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3828-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3829/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.214/2012-5.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Antonio Felipe Celestino Costa (086.486.414-03).
4. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Pernambuco.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de pensão civil instituído por ex-servidor da Superintendência Estadual da Funasa em Pernambuco,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituído em favor de Antonio Felipe Celestino Costa;
9.2. determinar à Superintendência Estadual da Funasa em Pernambuco que:
9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;
9.2.2. comunique aos interessados acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectiva notificações, em caso de não provimento;
9.2.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão;
9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3829-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3830/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.220/2012-5.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão civil.
3. Interessado: Pollyanna Matias Monteiro (019.438.742-98).
4. Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de pensão civil instituído por ex-servidora do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituído em favor de Pollyanna Matias Monteiro;
9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas que:
9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;
9.2.2. comunique ao interessado acerca da presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;
9.2.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão;
9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3830-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3831/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.221/2012-1.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão civil.
3. Interessados: Caio Wictor Duraes da Silva (931.843.952-00); Danielle de Araújo Valério (021.733.242-09); Gabriela de Araújo Valério (029.528.652-05); Juliana Valério de Oliveira (029.526.752-60); Renata Valério de Oliveira (029.526.982-01).
4. Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de pensão civil instituídos por ex-servidoras do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais e recusar o registro aos atos de pensão civil instituídos em favor de Caio Wictor Duraes da Silva, Danielle de Araújo Valério, Gabriela de Araújo Valério, Juliana Valério de Oliveira e Renata Valério de Oliveira;
9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas que:
9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes das concessões de pensão civil consideradas ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;
9.2.2. comunique aos interessados acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;
9.2.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão;
9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.
.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3831-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3832/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.222/2012-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Pedro Henrique Martins Lopes de Souza (128.424.537-35).
4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Espírito Santo.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil instituída por ex-servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Espírito Santo,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, da Lei nº 8.443/92, no art. 262, do Regimento Interno, e na Súmula TCU nº 106, em:
9.1. considerar ilegal a pensão civil instituída em favor de Pedro Henrique Martins Lopes de Souza, negando seu registro;
9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Espírito Santo que:
9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrente da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;
9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao beneficiário da pensão civil considerada ilegal, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso esses não sejam providos;
9.2.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o beneficiário da pensão civil considerada ilegal tomou conhecimento desta decisão;
9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3832-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3833/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.223/2012-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto V: Pensão Civil.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Lucas Eduardo Vinicius Soares (403.155.978-01).
4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de pensão civil instituída por ex-servidor do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em São Paulo.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituída em favor de Lucas Eduardo Vinicius Soares;
9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em São Paulo que:
9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;
9.2.2. comunique ao interessado acerca da presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;
9.2.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão;
9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3833-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3834/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.506/2011-8.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração.
3. Recorrente: João Geraldo Azevedo (115.566.096-04).
4. Entidade: Município de Francisco Dumont - MG (16.885.485/0001-88).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração visando à reforma do Acórdão 422/2012 - TCU - 1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fulcro no art. 33 da Lei 8.443/92, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por João Geraldo Azevedo contra o Acórdão 422/2012 - TCU - 1ª Câmara, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência da decisão ao recorrente.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3834-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3835/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.651/2009-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Prestação de Contas - Exercício 2008)
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - MPS (42.422.253/0001-01)
3.2. Responsável: Rodrigo Ortiz Davila Assumpção (105.508.858-03).
4. Órgãos/Entidades: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - MPS; Ministério da Previdência Social (vinculador).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1.Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
8. Advogado constituído nos autos: José Ivanildo Dias Júnior (OAB/PB nº 11.934) e Wanderson Bittencourt Rattes (OAB/RJ nº 94.348).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão nº 5.399/2011-TCU-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 33 da Lei 8.443/92, em:
9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
9.2. tornar insubsistente o item 1.5.2 do Acórdão nº 5.399/2011-TCU-1ª Câmara; e
9.3. dar ciência da presente deliberação ao interessado.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3835-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3836/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.418/2012-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil.
3. Interessado: Sabrina Angel de Araújo Simões (006.657.512-57).
4. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de pensão civil instituído por ex-servidor da Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituído em favor de Sabrina Angel de Araújo Simões;
9.2. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas que:
9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;
9.2.2. comunique ao interessado acerca da presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;
9.2.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão;
9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3836-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3837/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.422/2012-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Joana Júlia Damasceno de Oliveira (043.273.695-60).
4. Órgão: Tribunal de Contas da União - TCU.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil instituída por ex-servidora do Tribunal de Contas da União,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, da Lei nº 8.443/92, no art. 262, do Regimento Interno, e na Súmula TCU nº 106, em:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1. considerar ilegal a pensão civil instituída em favor de Joana Júlia Damasceno de Oliveira, negando seu registro;

9.2. determinar à Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas da União que:

9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à beneficiária da pensão civil considerada ilegal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.3. encaminhe à Sefip, por cópia, comprovante da data em que a beneficiária da pensão civil considerada ilegal tomou conhecimento desta decisão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3837-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3838/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.430/2012-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto V: Pensão Civil.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Carlos Henrique Lins Simas Junior (048.327.734-70).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AL.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de pensão civil instituída por ex-servidora do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituída em favor de Carlos Henrique Lins Simas Junior;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas que:

9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

9.2.2. comunique ao interessado acerca da presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.2.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão;

9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3838-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3839/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.432/2012-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto V: Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Ana Cecília Nina Lobato (945.321.412-49).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de pensão civil instituído por ex-servidora do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituído em favor de Ana Cecília Nina Lobato;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM que:

9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

9.2.2. comunique à interessada acerca da presente deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.2.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta decisão;

9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3839-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3840/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.433/2012-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Pauleanne Helen Pereira Vidal (001.260.372-48).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de pensão civil instituído por ex-servidora do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituído em favor de Pauleanne Helen Pereira Vidal;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM que:

9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

9.2.2. comunique à interessada acerca da presente deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.2.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta decisão;

9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3840-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3841/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.438/2012-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto V: Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Isaac Davi Tavares Guedes (534.580.952-68).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de pensão civil instituída por ex-servidora do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituída em favor de Isaac Davi Tavares Guedes;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas que:

9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

9.2.2. comunique ao interessado acerca da presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.2.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão;

9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3841-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3842/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.439/2012-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Laiana Roberta Ferreira Barroso (964.401.712-91).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil instituída por ex-servidor do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, da Lei nº 8.443/92, no art. 262, do Regimento Interno, e na Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal a pensão civil instituída em favor de Laiana Roberta Ferreira Barroso, negando-lhe o registro;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas que:

9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes das concessões de pensão civil consideradas ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à beneficiária da pensão civil considerada ilegal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a beneficiária tomar conhecimento desta decisão;

9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3842-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3843/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.440/2012-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto V: Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Gisele Eliza da Costa Bessa (899.981.622-20); Zilda Eliza da Costa Bessa (899.981.702-49).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de pensão civil instituída por ex-servidora do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituída em favor de Gisele Eliza da Costa Bessa e Zilda Eliza da Costa Bessa;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas que:

9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

9.2.2. comunique às interessadas acerca da presente deliberação, alertando-as de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.2.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que as interessadas tomaram conhecimento desta decisão;

9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3843-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3844/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.443/2012-8.

2. Grupo I - Classe: V - Pensão Civil.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Luciano Ricardo Teixeira Junior (073.461.259-16); Luiz Felipe dos Santos Teixeira (073.461.219-29).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de pensão civil instituído por ex-servidora do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituído em favor de Luciano Ricardo Teixeira Junior e Luiz Felipe dos Santos Teixeira;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC que:

9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

9.2.2. comunique aos interessados acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectiva notificações, em caso de não provimento;

9.2.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão;

9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3844-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3845/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.449/2012-6.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Diego Silva Pereira (813.287.705-59); Juliana Silva Pereira (813.287.455-20); Maria de Lourdes de Jesus (267.639.155-00); Otacilio Alves de Jesus (813.844.165-87).

4. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de pensão civil instituído por ex-servidor da Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituído em favor de Diego Silva Pereira, Juliana Silva Pereira, Maria de Lourdes de Jesus e Otacílio Alves de Jesus;

9.2. determinar à Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe que:

9.2.1. emita novo ato de pensão, livre da falha detectada, com a exclusão dos menores sob guarda constantes do benefício e a reversão das cotas-parte relativas a eles para os outros beneficiários

9.2.2. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

9.2.3. comunique aos interessados acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectiva notificações, em caso de não provimento;

9.2.4. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão;

9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3845-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3846/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.464/2012-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Alegria Braga da Silva (523.645.002-06); Andre Luiz Silva de Castro (799.075.802-44); Andrea Braga da Silva (799.085.512-72); Leticia Paiva da Silva (799.085.782-00); Luiz Carlos Braga da Silva (799.085.942-49).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil instituída por ex-servidor do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, da Lei nº 8.443/92, no art. 262, do Regimento Interno, e na Súmula TCU nº 106, em:

9.1 considerar ilegal a pensão civil instituída em favor de Alegria Braga da Silva; Andre Luiz Silva de Castro; Andrea Braga da Silva; Leticia Paiva da Silva e Luiz Carlos Braga da Silva, negando seu registro;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas que:

9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil consideradas ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

9.2.2. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades detectadas, com reversão da cota-parte para o devido beneficiário, se for o caso;

9.2.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos beneficiários da pensão civil considerada ilegal, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.4. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os beneficiários da pensão civil considerada ilegal tomaram conhecimento desta decisão;

9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do SIPEC), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3846-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3847/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.465/2012-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V (Pensão civil)

3. Interessados: Aldenice de Vasconcelos Lima (284.971.802-59); Débora de Vasconcelos de Lima (524.285.672-68); Kelly Lima da Silva (524.285.592-49); Miguel Pinto de Almeida Neto (524.331.532-04); Natalia Luzia Dantas Pinto (524.331.452-87); Wanessa Dantas Vieira (522.879.202-34).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil instituída por Pedro Barroso Dantas, tendo como beneficiários Aldenice de Vasconcelos Lima, companheira, Débora de Vasconcelos de Lima, Kelly Lima da Silva, Miguel Pinto de Almeida Neto, Natalia Luzia Dantas Pinto e Wanessa Dantas Vieira, menores sob guarda.

CONFERÊNCIA DE CÓPIA PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal e recusar o registro do ato de pensão civil 10802541-05-2000-000009-1, instituído em favor de Aldenice de Vasconcelos Lima (284.971.802-59), Debora de Vasconcelos de Lima (524.285.672-68), Kelly Lima da Silva (524.285.592-49), Miguel Pinto de Almeida Neto (524.331.532-04), Natalia Luzia Dantas Pinto (524.331.452-87) e Wanessa Dantas Vieira (522.879.202-34).

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Amazonas que:

9.2.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

9.2.2. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades detectadas, com reversão da cota-parte para o devido beneficiário;

9.2.3 comunique os interessados acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.2.4. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão;

9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do Sipec), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3847-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3848/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.182/2010-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Mec (00.378.257/0001-81); Município de Juarez Távora/PB (08.919.490/0001-36).

3.2. Responsável: José Marinaldo de Lima Gomes (262.904.804-72).

4. Órgão/Entidade: Município de Juarez Távora/PB.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em razão de omissão no cumprimento do dever constitucional de prestar contas dos recursos transferidos por força do Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE/1999, celebrado entre aquele Fundo e a Prefeitura Municipal de Juarez Távora - PB;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19, *caput*, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas e em débito o Sr. José Marinaldo de Lima Gomes, condenando-o ao pagamento das importância de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 17/12/1999, até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor;

9.2. aplicar ao José Marinaldo de Lima Gomes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação; e

9.4. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3848-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3849/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.650/2011-1

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria

3. Interessados: Sérgio Augusto Gouvea Zaramella (CPF 085.345.601-10) e Silvio Fernando Vieira Correia (CPF 039.600.721-04)

4. Unidade: Senado Federal

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidores do Senado Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2°, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar legal a concessão de aposentadoria a Silvio Fernando Vieira Correia, ordenando o registro;

9.2. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Sérgio Augusto Gouvea Zaramella, recusando o registro;

9.3. dispensar o interessado do ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé;

9.4. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.4.1. fazer cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. dar ciência, no prazo de quinze dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato foi considerado ilegal, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.3. enviar, para este Tribunal, no prazo de trinta dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que o interessado referido no item 9.2 tomou conhecimento do acórdão;

9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.6. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento das determinações relativas à cessação dos pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3849-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3850/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.417/2008-6

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes: Joana Vieira da Silva, ex-prefeita (CPF 132.327.973-34), e MM Perfurações e Instalações de Poços Artesianos Ltda. (CNPJ 02.824.476/0001-97)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Tanque do Piauí/PI

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da decisão recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidades Técnicas: Secex/PI e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Roberto Napoleão do Rêgo Moura (OAB/PI 7.272), Jairo Oliveira Cavalcante (OAB/PI 3.307) e Leonardo Soares Pires (OAB/PI 7.495)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam, nesta fase, recursos de reconsideração interpostos ao Acórdão 6.457/2011 - TCU - 1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 31 a 33 da Lei 8.443/1992 e 281 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Joana Vieira da Silva e por MM Perfurações e Instalações de Poços Artesianos Ltda. para, no mérito, dar-lhes provimento parcial e integral, respectivamente, alterando o Acórdão 6.457/2011 - TCU - 1ª Câmara para que seus subitens 9.1 a 9.5 passem a ter a seguinte redação:

"*9.1. rejeitar, em parte, as alegações de defesa apresentadas por Joana Vieira da Silva;*

9.2. acatar as alegações de defesa apresentadas pela empresa MM Perfurações e Instalações de Poços Artesianos Ltda.;

9.3. julgar irregulares as contas de Joana Vieira da Silva, com fulcro nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas 'a' e 'b'; e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.4. aplicar a Joana Vieira da Silva multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com fundamento nos artigos 19, parágrafo único, e 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da importância fixada ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, nos termos do artigo 23, inciso III, alínea 'a', da citada lei, c/c o artigo 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno/TCU.

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso a responsável não atenda à notificação."

9.2. notificar os recorrentes;

9.3. remeter cópia desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Piauí e à Funasa, para as providências pertinentes.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3850-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3851/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.147/2012-1

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria

3. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul - MAPA

4. Interessados: Diogenes Odilon Santos da Silva (CPF 092.431.430-34), Dulce Maria Tocchetto Schuch (CPF 237.722.390-72), Galbari Sandoval Scheuchuck (CPF 246.013.300-68) e Paulo Cesar de Oliveira Madeira (CPF 225.435.970-34)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidores da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul - MAPA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e art. 3º, § 6º, da Resolução TCU nº 206/2007, em:

9.1. considerar legais os atos de concessão de aposentadoria a Diogenes Odilon Santos da Silva, Dulce Maria Tocchetto Schuch e Galbari Sandoval Scheuchuck, ordenando o registro;

9.2. considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do ato de aposentadoria de Paulo Cesar de Oliveira Madeira, em razão de a soma dos tempos de serviço constante do quadro "Tempos de Serviço e Averbações" não ser coerente com o tempo de serviço para aposentadoria informado no campo próprio do formulário;

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que providencie, no prazo de 60 (sessenta) dias, o encaminhamento, via sistema Sisac, com a correção das inconsistências constatadas no formulário de concessão indicado no subitem 9.2 acima;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa ao encaminhamento de novo ato em substituição ao considerado inepto, constante do item 9.2;

9.4.2. faça permanecer no sistema Sisac todos os atos cuja análise de mérito vier a ser considerada prejudicada, mesmo após a disponibilização, no sistema, dos novos atos corrigidos.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3851-22/12-1.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3852/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC nº 011.546/2010-7
2. Grupo II - Classe I - Pedido de reexame em processo de aposentadoria
3. Recorrente: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro
3.1. Interessados: José Bernardo Pereira (CPF 483.437.657-53), João José Sally (CPF 457.917.597-20), Lúcia Dias da Silva (CPF 532.759.427-00) e Maria Christina Corrêa de Mello Araújo (CPF 667.230.607-25).
4. Unidade: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: MinistroWalton Alencar Rodrigues
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur
8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro contra o Acórdão nº 6.737/2010-TCU-1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso interposto pela recorrente para, no mérito, dar a ele provimento, de modo a:
9.1.1. tornar insubsistentes os itens 9.3, 9.4, 9.9.1, 9.9.4 e 9.9.6 do Acórdão nº 6.737/2010-TCU-1ª Câmara;
9.1.2. considerar legais os atos de aposentadoria de João José Sally, José Bernardo Pereira, Lúcia Dias da Silva e Maria Christina Corrêa de Mello Araújo, ordenando o registro;
9.2. determinar à unidade jurisdicionada que, em relação aos atos de João José Sally e José Bernardo Pereira, após a revisão destas aposentadorias, prevista no art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012, encaminhe ao Tribunal para apreciação, via sistema Sisac, os atos de alteração com o novo fundamento legal destas concessões;
9.3. determinar à Sefip que exclua do sistema Sisac os novos atos em favor dos interessados, emitidos indevidamente pela origem, com os seguintes números de controle: 1-022920-5-04-2010-000300-0, 1-022920-5-04-2010-000299-2, 1-022920-5-04-2010-000305-0 e 1-022920-5-04-2010-000304-2;
9.4. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos interessados.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3852-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3853/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.357/2010-0
2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil
3. Interessados: Ana Lucia Ognibeni Calasans Rego (CPF 511.222.867-91), Arionete Rodrigues dos Santos (CPF 446.115.444-00), Celsa Eloi Soares (CPF 320.140.405-59), Cleuza de Jesus Nascimento Santos (CPF 002.927.985-20), Geraldina Menezes Leal (CPF 415.690.836-49), Geraldina Rodrigues Guedes (CPF 061.349.043-68), Jorge da Costa Arruda (CPF 006.784.062-00), Layanna Mayara Lopes Arruda (CPF 002.953.802-50), Maria Alves de Lira (CPF 966.043.876-15), Maria Doria Alves (CPF 286.868.454-87), Maria Geralda Gomes Lacerda (CPF 781.316.001-06), Maria José Martins da Mota (CPF 484.085.811-04), Maria Maurilia Lemos Santana (CPF 730.803.906-44), Maria Petronila Ferreira da Fonseca (CPF 494.101.304-25), Maria Raimunda dos Santos (CPF 464.370.451-91), Maria da Conceição Leite Teixeira (CPF 934.607.405-15), Maria de Lourdes Alves Costa (CPF 554.236.636-87), Maria de Lourdes do Nascimento Pereira (CPF 221.707.745-72), Mercedes Brenner Amaral (CPF 039.773.559-61), Neli Serra Negra Justo (CPF 348.908.234-68), Nercila Maria da Conceição de Souza (CPF 059.060.954-89), Patricia do Amaral (CPF 010.980.929-70), Raimunda Pereira Tinel (CPF 859.585.575-72), Rosalha dos Reis de Almeida (CPF 433.970.937-91), Rosmari Nunes Ximenes Medeiros (CPF 316.217.757-04), Ruth Maria Porto (CPF 062.673.941-15), Sindenalva Fernandes Amorim (CPF 181.626.495-49) e Valdeci Barbosa do Nacimento (CPF 007.624.234-04)
4. Unidade: Ministério da Previdência Social
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensões civis concedidas a dependentes de ex-servidores do Ministério da Previdência Social.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 260, § 5º, do Regimento Interno desta Corte, art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, e Súmula TCU nº 106, em:
9.1. considerar legais as concessões de pensão civil a Ana Lucia Ognibeni Calasans Rego, Arionete Rodrigues dos Santos, Celsa Eloi Soares, Cleuza de Jesus Nascimento Santos, Geraldina Menezes Leal, Geraldina Rodrigues Guedes, Maria Alves de Lira, Maria Geralda Gomes Lacerda, Maria José Martins da Mota, Maria Maurilia Lemos Santana, Maria Petronila Ferreira da Fonseca, Maria Raimunda dos Santos, Maria da Conceição Leite Teixeira, Maria de Lourdes do Nascimento Pereira, Mercedes Brenner Amaral, Neli Serra Negra Justo, Patricia do Amaral, Raimunda Pereira Tinel, Rosalha dos Reis de Almeida, Rosmari Nunes Ximenes Medeiros, Ruth Maria Porto e Valdeci Barbosa do Nacimento, ordenando o registro;
9.2. considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de pensão civil em favor de Maria Doria Alves, em decorrência da cessação dos efeitos financeiros, motivada pelo falecimento da beneficiária;
9.3. considerar ilegais as concessões de pensão civil a Jorge da Costa Arruda, Layanna Mayara Lopes Arruda, Maria de Lourdes Alves Costa, Nercila Maria da Conceição de Souza e Sindenalva Fernandes Amorim, recusando o registro;
9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos beneficiários;
9.5. determinar ao Ministério da Previdência Social que adote medidas para:
9.5.1. fazer cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.5.2. dar ciência, no prazo de quinze dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados que tiveram os atos considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso esses não sejam providos;
9.5.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de trinta dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que os pensionistas relacionados no subitem 9.3 tiveram conhecimento do acórdão;
9.6. esclarecer à unidade jurisdicionada que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante emissão de novos atos livres da irregularidade apontada;
9.7. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação dos pagamentos decorrentes das concessões consideradas ilegais, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3853-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3854/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.013/2012-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessados: Robert Isidore Le Roy (CPF 000.428.621-91) e Leila Nogueira Le Roy (CPF 066.494.751-49).
4. Unidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal.
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de pensão civil a dependentes de ex-servidora da Câmara dos Deputados.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, art. 6º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007 e arts. 3º, § 6º, e 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em:
9.1. considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão de pensão civil em favor de Robert Isidore Le Roy e Leila Nogueira Le Roy, haja vista que a incompletude no preenchimento do campo do formulário do sistema Sisac, referente à data de invalidez, não permite formar juízo acerca do atendimento pela filha maior dos requisitos para a percepção do benefício, especialmente no que se refere à ocorrência de invalidez anteriormente ao falecimento da instituidora;
9.2. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para encaminhar ao Tribunal, no prazo de sessenta dias, novo ato de pensão civil, via sistema Sisac, com a correção da omissão constatada no formulário da concessão indicada no item 9.1 acima;
9.3. determinar à Sefip que:
9.3.1. monitore o cumprimento da determinação relativa ao encaminhamento de novo ato corrigindo o que teve a apreciação de mérito considerada prejudicada, representando ao TCU em caso de não atendimento;
9.3.2. faça permanecer no sistema Sisac os atos cuja análise de mérito vier a ser considerada prejudicada, mesmo após a disponibilização, no sistema, de novos atos corrigidos.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3854-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3855/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.815/2007-4
1.1. Apenso: TC-006.065/1999-6
2. Grupo II - Classe de Assunto: III - Monitoramento em Tomada de Contas Anual
3. Responsáveis: Ênio Antônio Marques Pereira, Secretário; Inácio Afonso Kroetz e Francisco Sérgio Ferreira Jardim, ex-Secretários
4. Unidade: Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/Mapa)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: 8ª Secex
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento de determinação encaminhada à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pelo Acórdão nº 2.157/2010 - 1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 238, inciso III, 243 e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que proceda à instauração da tomada de contas especial do Convênio Siafi 404.757, no prazo de 30 (trinta) dias, com vistas a cumprir o contido no Acórdão 426/2009 - 1ª Câmara, reiterado pelo Acórdão 2.157/2010 - 1ª Câmara;
9.2. determinar à 8ª Secex que:
9.2.1. monitore o cumprimento da providência requerida no item anterior;
9.2.2. efetue, oportunamente, levantamento nos procedimentos de análise de prestações de contas no âmbito do Ministério, em especial os conduzidos por sua Secretaria de Defesa Agropecuária, apurando os tempos máximos e médios de exame, bem como os valores envolvidos, com o objetivo de avaliar a viabilidade e a conveniência da realização de auditoria específica, que possa revelar os motivos e responsáveis por eventuais irregularidades que sejam identificadas ao longo dos trabalhos;
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3855-22/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3856/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-021.317/2010-0
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Pedro da Silva Ribeiro Filho (ex-prefeito, CPF 088.977.863-91)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Conceição do Lago-Açu/MA
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secex/MA
8. Advogado constituído nos autos: João Teixeira dos Santos - OAB/MA nº 3.094

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Conceição do Lago-Açu/MA pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no exercício de 2004, por conta do Programa Dinheiro Direto na Escola e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "a"; 19, caput; 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Pedro da Silva Ribeiro Filho e condená-lo ao pagamento das quantias especificadas a seguir, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, acrescidas da correção monetária e dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor (R$)	Data de Ocorrência
650,22	28/04/2004
650,22	07/06/2004
650,22	25/06/2004
650,22	28/07/2004
650,22	13/09/2004
650,22	11/10/2004
650,22	10/11/2004
55.823,60	22/12/2004
650,22	24/12/2004
562,89	28/12/2004

9.2. aplicar a Pedro da Silva Ribeiro Filho multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3856-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3857/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-028.675/2011-8

2. Grupo I, Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Ângelo Leite Pereira (CPF 091.503.906-00, ex-Prefeito) e Pavidez Engenharia Ltda. (CNPJ 01.744.153-0001-06)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro/MG

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secex/MG

8. Advogados constituídos nos autos: André Guimarães Cantarino (OAB/MG 116.021), Antônio Giovani de Oliveira (OAB/MG 44.457), Frederico Gomes Dares (OAB/MG 119.889), João Regis David Oliveira (OAB/MG 98.739) e Lucas de Castro Bregunci (OAB/MG 126.040)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em nome de Ângelo Leite Pereira, ex-Prefeito de Carmo do Rio Claro/MG, concernente aos recursos repassados ao município por meio do Convênio 320/1997, para a drenagem pluvial e retificação em pedra argamassada do córrego dos Lopes.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19, caput; 23, inciso III, alínea "a"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º; e 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as presentes contas, condenando Ângelo Leite Pereira ao pagamento de R$ 100.000,00 (cem mil reais), atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, calculados a partir de 23/4/1998, deduzidos de R$ 869,28 (oitocentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos), atualizados monetariamente a partir de 13/5/1999, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional;

9.2. aplicar multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a Ângelo Leite Pereira, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional, a qual deverá ser atualizada monetariamente desde esta data até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, se paga após o seu vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. excluir da relação processual a empresa Pavidez Engenharia Ltda.;

9.5. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República em Minas Gerais, para as providências que considerar cabíveis.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3857-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3858/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.811/2010-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Vicente de Paula Barros (CPF: 175.846.123-34), ex-Prefeito

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Mirador/MA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secex/MA

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) contra Vicente de Paula Barros, ex-Prefeito de Mirador/MA, em virtude de irregularidades na aplicação dos recursos do Convênio 875/1998, cujo objeto era a implantação de sistema simplificado de abastecimento d'água nos povoados Machado e Chapadinha

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19, caput; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 209, incisos II e III e § 7º; 214, inciso III; e 267 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as presentes contas e condenar Vicente de Paula Barros, ex-Prefeito de Mirador/MA, ao pagamento do valor de R$ 12.126,40 (doze mil, cento e vinte e seis reais e quarenta centavos), atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, calculados a partir de 08.03.1999 até a efetiva quitação do débito, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde;

9.2. aplicar a Vicente de Paula Barros multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3858-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3859/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.324/2012-2.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessados: Rosely Laterza (CPF 012.415.278-30); Sati Inafuku Nagumo (CPF 585.266.928-87); Sílvio Natal Sobrinho (CPF 523.683.438-49); Sônia Maria Silva (CPF 695.695.098-72); Sumiko Itoda (CPF 839.601.808-10); Valdomiro Antônio Martins (CPF 387.597.218-04); Valéria Vega Fernandez (CPF 073.256.678-92); Vergínia Maria Alves (CPF 012.270.828-86); Yaika Novai de Oliveira Rosa (CPF 069.281.028-53).

4. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes atos de concessão de aposentadoria de ex-servidores da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. considerar legais as concessões de aposentadoria de Silvio Natal Sobrinho, Sumiko Itoda, Valdomiro Antônio Martins, Valeria Vega Fernandez, Vergínia Maria Alves e Yaika Novai de Oliveira Rosa, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, ordenando-lhes o registro;

9.2. considerar ilegais as concessões de aposentadoria de Rosely Laterza, Sati Inafuku Nagumo e Sônia Maria Silva, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, negando-lhes registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, conforme Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar à unidade de origem que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, os pagamentos correspondentes à fração das parcelas consideradas ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, alertando que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar após escoimadas da irregularidade apontada, com a emissão de novos atos, que podem ser encaminhados a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno;

9.4.3. dar ciência aos interessados cujos atos foram considerados ilegais de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento do recurso;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações constantes deste acórdão, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3859-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3860/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 007.593/2009-2.

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Leonor Lübe (CPF 014.613.977-15), José Luiz Pimentel Balestrero (CPF 451.166.957-00) e Companhia Brasileira de Terraplenagem e Engenharia - Cobrate (CNPJ 14.737.522/0001-85).

4. Unidade: Município de Viana/ES.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo - Secex/ES.

8. Advogado: Antônio Carlos Borlott (OAB/ES 2.135).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Caixa Econômica Federal em virtude de irregularidades na execução dos contratos de repasse 230/MPO/CEF/96 e 231/MPO/CEF/96, celebrados entre a União e a Prefeitura Municipal de Viana/ES com o objetivo de executar obras de drenagem e pavimentação em bairros daquele município.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. arquivar o presente processo, com fulcro no art. 212 do Regimento Interno deste Tribunal, sem julgamento de mérito;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, aos responsáveis, à Caixa Econômica Federal e ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3860-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3861/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 011.248/2012-2.

2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil.

3. Interessada: Flávia Cláudia da Silva Dias (CPF 014.629.432-76).

4. Unidade: Gerência Regional de Administração de Pessoal no Distrito Federal - SRH/MP.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil de ex-servidor da Gerência Regional de Administração de Pessoal no Distrito Federal - SRH/MP à beneficiária acima indicada.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora, com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c art. 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 262 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal a pensão civil concedida a Flávia Cláudia da Silva Dias e negar seu registro;

9.2. com base na Súmula TCU 106, dispensar o recolhimento das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária do ato mencionado no item anterior;

9.3. determinar à Gerência Regional de Administração de Pessoal no Distrito Federal que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato acima, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno;

9.3.2. comunique à beneficiária o teor deste acórdão, alertando-a que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas determinadas neste acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3861-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3862/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 014.676/2005-4.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Embargantes: Alberto Cardoso Arruda (CPF 069.868.382-04); Clara Alcaim Berman (CPF 224.834.462-72); Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - Fadesp (CNPJ 05.572.870/0001-59).

4. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - Cefet/PA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação embargada: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogados: Ivone Souza Lima (OAB/PA 9524), Pedro Bentes Pinheiro Filho (OAB/PA 3210) e outros (procuração à peça 49).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos por Alberto Cardoso Arruda, Clara Alcaim Berman e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - Fadesp contra o acórdão 1.625/2012 - 1ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992:

9.1. conhecer dos embargos e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3862-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3863/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 015.127/2009-0.

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas - Exercício de 2008.

3. Responsáveis: Albertina Rosa Junia Bragança (CPF 380.033.331-72); Altemir Gregolin (CPF 492.308.169-49); Antônio Chrisóstomo de Sousa (CPF 023.714.133-72); Carlos Alexandre Gomes de Alencar (CPF 457.777.213-20); Cláudia Ramos Zagaglia (CPF 007.973.744-77); Cleberson Carneiro Zavaski (CPF 023.413.119-54); Deborah Kadja da Silva Alencar (CPF 894.295.081-72); Derly Gil Daros (CPF 036.877.597-68); Dirceu Silva Lopes (CPF 276.574.930-20); Edileuza Silva Neiva (CPF 297.535.461-49); Eliane Moreira Machado (CPF 151.521.461-34); Eric Arthur Bastos Routledge (CPF 021.634.337-22); Fabiano Duarte Rosa (CPF 286.754.408-47); Felipe Matarazzo Suplicy (CPF 134.522.258-01); Francisco Carlos Ramos (CPF 117.340.601-82); Jackson Luiz da Cruz Pinelli (CPF 434.273.249-15); José Carlos de Andrade (CPF 086.930.721-53); José Claudenor Vermohlen (CPF 001.591.149-77); João Dias Machado (CPF 212.068.210-00); João Felipe Nogueira Matias (CPF 438.414.653-15); Karim Bacha (CPF 601.404.459-00); Kelly Cristine Duarte Coelho (CPF 977.509.566-20); Kenneth Fleming (CPF 169.967.129-04); Leandro Balestrin (CPF 737.632.339-20); Luis Henrique de Lima (CPF 067.540.568-86); Luiz Henrique Vilaça de Oliveira (CPF 022.979.794-60); Lúcio Geraldo de Andrade (CPF 725.770.537-20); Manoel Viana de Sousa (CPF 946.921.739-04); Marco Aurélio Crepory Franco (CPF 267.363.221-20); Marcílio Andrade de Lucena Dias (CPF 157.221.714-68); Mariangela de Sousa (CPF 361.998.856-00); Mauro Luis Ruffino (CPF 034.519.608-26); Nildenice Oliveira de Farias (CPF 400.579.761-04); Rodrigo Roubach (CPF 765.601.207-91); Rui Donizete Teixeira (CPF 241.739.169-49); Sebastião Saldanha Neto (CPF 061.304.453-34); Soraya Souto dos Reis Oliveira (CPF 215.462.401-44); Vinicius Frizzo Pasquotto (CPF 910.193.970-04); Wilson Jose da Silva (CPF 151.000.901-97).

4. Unidade: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: 8ª Secretaria de Controle Externo - Secex-8.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I e III, alínea "b"; 17; 19; 23, incisos I e III; 26 e 28, inciso II; c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Antônio Chrisóstomo de Sousa, Dirceu Silva Lopes, Edileuza Silva Neiva, Cleberson Carneiro Zavaski, Manoel Viana de Sousa, João Dias Machado, José Claudenor Vermohlen, Karim Bacha, e Derly Gil Daros.

9.2. julgar regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena;

9.3. aplicar aos responsáveis João Dias Machado, José Claudenor Vermohlen, Karim Bacha, multa individual no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e aos responsáveis Antônio Chrisóstomo de Sousa, Dirceu Silva Lopes, Edileuza Silva Neiva, Cleberson Carneiro Zavaski, Manoel Viana de Sousa, multa individual no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), previstas no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. aplicar ao responsável Derly Gil Daros multa individual de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. sobrestar o julgamento das contas do Sr. Leandro Balestrin, tendo em vista o eventual reflexo do julgamento a ser proferido no processo TC 017.740/2011-8;

9.6. excluir desta tomada de contas, os responsáveis Wilson José da Silva, Marco Aurélio Crepory Franco, Nildenice Oliveira de Farias e Lúcio Geraldo de Andrade, por não se enquadrarem nas disposições contidas nos artigos 10 e 11 da Instrução Normativa TCU 57/2008, que definem os responsáveis cuja gestão ordinariamente deve ser avaliada por esta Corte de Contas.

9.7. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.8. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.9. autorizar o desconto integral ou parcelado das dívidas na remuneração dos responsáveis, observado o percentual mínimo estabelecido no art. 46 da Lei 8.112/1990;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.10. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.11. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada uma;

9.12. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.13. dar ciência ao Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA de que foram detectadas as seguintes impropriedades:

9.13.1. falta de atendimento a determinações do Tribunal, a exemplo da delonga observada na implementação das medidas propostas no acórdão 489/2008 - Plenário e no acórdão 3.583/2008 - 2ª Câmara, fato que poderá ensejar a aplicação de penalidade, conforme dispõe o art. 58 da Lei 8.443/1992;

9.13.2. recebimento de título de Obrigação da Eletrobrás nº 08832296, série AA, para efeitos de garantia contratual, documento inválido para tais fins, tendo em vista decadência ocorrida em novembro de 1997, o que implicou deixar o mencionando ajuste sem o amparo desse requisito legal até o momento em que foi substituída tal garantia, ferindo as disposições constantes na Lei 8.666/1993.

9.14. determinar à Controladoria-Geral da União que, quando da análise das contas subsequentes do MPA, averigue junto ao Ministério os motivos pelos quais os repasses financeiros são volumosos, ao passo que os resultados físicos não atingem patamar correspondente ao dispêndio;

9.15. autorizar o arquivamento deste processo, após a adoção das providências cabíveis.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3863-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3864/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 016.559/2009-0.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Pedro Christ (CPF 764.461.077-49).

4. Entidade: Associação Amigos dos Deficientes Físicos - AADEF.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo - Secex/ES.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de Pedro Christ, ex-presidente da Associação Amigos dos Deficientes Físicos - AADEF, instaurada em decorrência de irregularidades praticadas quando da aplicação dos recursos repassados pelo convênio 110/2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. considerar revel o Sr. Pedro Christ, na forma do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fulcro nos artigos 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Pedro Christ, condenando-o ao pagamento da importância de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), acrescida dos devidos encargos legais calculados a partir de 12/12/2006 até a data do recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno;

9.3. aplicar ao responsável, com fulcro no art. 19, caput¸ da Lei 8.443/1992, a multa do art. 57 da mesma lei, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento das importâncias aos cofres do Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais calculados da data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem quitadas após o vencimento;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial dos valores acima, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar o recolhimento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes da remessa do processo para cobrança judicial, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada uma;

9.5.1. alertar ao responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, c/c o § 2º do art. 217 do Regimento Interno;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, para adoção das medidas que entender cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3864-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3865/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-000.497/2011-8.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Leocádio Olímpio Rodrigues, ex-Prefeito (CPF 134.282.683-34).

4. Unidade: Município de Serrano do Maranhão/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secex/MA.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em atendimento ao Acórdão 2.958/2010-Plenário em vista de irregularidades na gestão de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) praticadas pelo Sr. Leocádio Olímpio Rodrigues, ex-Prefeito do Município de Serrano do Maranhão, no exercício de 2005,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, irregulares as contas do Sr. Leocádio Olímpio Rodrigues e condená-lo em débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento à conta bancária municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), das quantias indicadas na tabela abaixo, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor (R$)	Data
60.400,00	10/10/2005
59.370,00	16/11/2005
62.330,37	13/12/2005

9.2. aplicar ao Sr. Leocádio Olímpio Rodrigues a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, e

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 6º, do RI/TCU, remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3865-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3866/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-000.553/2011-5.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Túlio Campos de Albuquerque (CPF 160.716.542-20); Agência Regional de Comercialização do Alto Solimões (CNPJ 04.857.822/0001-44).

4. Unidade: Agência Regional de Comercialização do Alto Solimões (CNPJ 04.857.822/0001-44).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (Secex/AM).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Incra/MDA em virtude da não consecução do objeto do Convênio CRT/AM 6000/2002, celebrado com a Agência Regional de Comercialização do Alto Solimões - Arcosol,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as presentes contas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. condenar o Sr. Túlio Campos de Albuquerque (CPF 160.716.542-20), solidariamente com a Agência Regional de Comercialização do Alto Solimões - Arcosol (CNPJ 04.857.822/0001-44), ao pagamento da importância de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento dessa quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 30/07/2002 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar, individualmente, ao Sr. Túlio Campos de Albuquerque e à Agência Regional de Comercialização do Alto Solimões - Arcosol, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, atualizada monetariamente desde a presente data até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, e

9.5. remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, com fundamento no art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3866-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3867/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-005.292/2012-3

2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Aposentadoria;

3. Interessados: Abel Rodrigues, CPF 123.296.906-06; Adelson da Cunha Furtado, CPF 063.128.961-53; Adna de Queiroz Campos dos Santos, CPF 006.013.291-72; Adriana de Castro Cavalcanti, CPF 146.243.201-82; Aloísio Álvaro Vieira Pinto, CPF 010.747.336-49; Alvacino de Oliveira, CPF 023.413.361-91; Ana Luiza Azevedo de Souza Mello, 179.647.411-87; Ana Rocha Torres, CPF, 241.195.396-87; Ângela Batista Silvestre, CPF 146.100.861-15; Antônio Eridan Carvalho Araújo de Moraes, CPF 150.160.211-04; Antônia Maria Vaz, CPF 817.553.418-49; Antônia Rita Vilela, CPF 165.056.381-72; Aparecida Costa Carvalho Horta, CPF 148.764.771-91; Arnaldo Barbosa Mira, CPF 046.102.292-34; Arnaldo Marques da Rocha Neto, CPF 119.802.221-34; Beatriz Cruz Gomes, CPF 046.736.111-87; Carlos Roberto Prado dos Anjos, CPF 120.226.1.61-20, Ciro Gonçalves da Silva, CPF 119.005.391-87; Cleonice Teixeira de Sousa Gomes, CPF 121.302.811-68, e Eliane Marins Pereira da Silva, CPF 150.231.171-20.

4. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. unidade técnica: Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da concessão de aposentadorias outorgadas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais os atos descritos nas peças 2/6, 9/13 e 15/21, relativos às aposentadorias de Abel Rodrigues, Adelson da Cunha Furtado, Adna de Queiroz Campos dos Santos, Adriana de Castro Cavalcanti, Aloísio Álvaro Vieira Pinto, Ana Rocha Torres, Ângela Batista Silvestre, Antônio Eridan Carvalho Araújo de Moraes, Antônia Maria Vaz, Antônia Rita Vilela, Arnaldo Barbosa Mira, Arnaldo Marques da Rocha Neto, Beatriz Cruz Gomes, Carlos Roberto Prado dos Anjos, Ciro Gonçalves da Silva, Cleonice Teixeira de Sousa Gomes e Eliane Marins Pereira da Silva, autorizando-lhes o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. determinar à Sefip que:

9.2.1. proceda ao destaque dos atos constantes das peças 7, 8 e 14, relativos às aposentadorias de Alvacino de Oliveira, Ana Luiza Azevedo de Souza Mello e Aparecida Costa Carvalho Horta, constituindo-se apartado, para realização de diligência ao órgão de origem, nos prazos e termos regimentais, conforme proposto no Parecer do Ministério Público;

9.2.2. dê ciência deste acórdão, bem como das demais peças que o fundamentam, ao órgão de origem, e

9.2.3. arquive os autos.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3867-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3868/2012 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo TC-005.606/2012-8

2.Grupo: II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

6.Interessados: Iran de Lima, CPF 003.909.840-00, e Benito Augusto Tiezzi, CPF 068.479.001-72.

7.Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT.

5.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6.Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7.Unidade técnica: Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de vinte aposentadorias expedidas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais os atos constantes das peças 3/4, relativos à aposentadoria inicial e a alteração da aposentadoria do Sr. Iram de Lima, autorizando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. considerar ilegal o ato descrito na pela 2, relativo à aposentadoria do Sr. Benito Augusto Tiezzi, negando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique aos interessados o inteiro teor deste acórdão e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato constante da peça 2, ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2.informe ao Sr. Benito Augusto Tiezzi:

9.3.2.1. que poderá optar pela aposentadoria ora impugnada, com renúncia expressa aos proventos da aposentadoria concedida pelo TJRJ, conforme lhe faculta o art. 133 da Lei 8.112/90;

9.3.2.2. que, no caso de opção, poderá aproveitar o tempo de serviço exercido do TJRJ para integralizar a aposentadoria concedida pelo TFDFT;

9.3.2.3. que, assim procedendo, a aposentadoria ao ensejo considerada ilegal poderá vir a prosperar, bastando que o órgão de origem emita novo ato concessório, livre de irregularidades, disponibilizando-o no sistema Sisac para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.3.3. no caso de não haver opção, seja instaurado procedimento com vistas ao ressarcimento dos valores indevidamente recebidos, desde a vigência do ato de aposentação (1º/1/2008), até a data em que os respectivos proventos foram suspensos, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.4. observe os termos da IN 55/2007;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. monitore, com rigor, a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 *supra*, representando à Corte de Contas, se for o caso;

9.4.2. dê ciência deste acórdão bem como das demais peças que o fundamentam, ao órgão de origem, e

9.4.3. cumpridos os termos do acórdão, arquive os autos.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3868-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3869/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-021.564/2010-8.

2. Grupo I - Classe de assunto: II - Tomada de contas especial.

3. Responsáveis: Carmen de Almeida da Silva (644.117.708-06); Elizano Santos de Assis (149.438.675-53); Milva de Melo Cavalcante Oliveira (134.201.271-20); Ney da Costa Silva (331.087.307-20); Robson Pinheiro Leitão (785.626.947-20); Scarf Equipamentos e Materiais de Escritório Ltda. (27.176.148/0001-38).

4. Unidade: Conselho Federal de Enfermagem.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo (Secex/2).

8. Advogado constituído nos autos: Kátia Vieira do Vale (OAB/DF 11.737).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Federal de Enfermagem - Cofen em razão de irregularidades relativas aos fornecimentos da empresa Scarf Equipamentos e Materiais de Escritório Ltda., concernentes a superfaturamento e aquisições excessivas frente às reais necessidades da unidade,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as presentes contas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º, 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.2. condenar solidariamente os responsáveis Ney da Costa Silva, Milva de Melo Cavalcante Oliveira e Scarf Equipamentos e Materiais de Escritório Ltda. ao pagamento da quantia de R$ 187.733,00 (cento e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e três reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Conselho Federal de Enfermagem, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 11/5/2006 até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. condenar solidariamente os responsáveis Carmen de Almeida da Silva, Elizano Santos de Assis e Scarf Equipamentos e Materiais de Escritório Ltda. ao pagamento da quantia de R$ 131.452,00 (cento e trinta e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze dias) a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Conselho Federal de Enfermagem atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 9/2/2006 até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. condenar o responsável Robson Pinheiro Leitão ao pagamento da quantia de R$ 157.130,00 (cento e cinquenta e sete mil, cento e trinta reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze dias) a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Conselho Federal de Enfermagem, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 9/2/2006 até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. aplicar aos responsáveis Ney da Costa Silva, Milva de Melo Cavalcante Oliveira, Carmen de Almeida da Silva, Elizano Santos de Assis, Robson Pinheiro Leitão e Scarf Equipamentos e Materiais de Escritório Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores individuais abaixo indicados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor da Multa proporcional cominada (R$)
Ney da Costa Silva	7.000,00
Milva de Melo Cavalcante Oliveira	7.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Carmen de Almeida da Silva	5.000,00
Elizano Santos de Assis	5.000,00
Robson Pinheiro Leitão	6.000,00
Scarf Equipamentos e Materiais de Escritório Ltda.	12.000,00

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Distrito Federal, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.8. dar ciência deste acórdão ao Conselho Federal de Enfermagem.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3869-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3870/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.943/2001-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Prestação de Contas - exercício de 2000.

3. Responsáveis: Crésio de Matos Rolim (CPF 049.901.455-34), Paulo Roberto Tannus Freitas (CPF 080.038.905-00), Paulo Cesar Nascimento Costa (CPF 345.820.707-44), Francisco Antonio de Sousa Filho (CPF 078.047.923-87), Otoni Gonçalves de Guimarães (CPF 183.642.842-34), Robson Lopes da Gama (CPF 066.642.276-87), Carlos Antunes Bonfim Bastos Nascimento (CPF 095.449.685-04), Frank Faria Santos (CPF 083.016.465-00), Marcos Maia Junior (CPF 128.465.546-68), Wagner Sampaio Palhares (CPF 003.490.381-04), Helder Adenias Souza (CPF 411.349.076-72), Benedito Castro da Silva Frade Neto (CPF 047.622.902-20), Luiz Alberto Lazinho (CPF 440.224.178-20), Jose Augusto Figueirôa Filho (CPF 224.584.411-49), Valdir Moyses Simão (CPF 001.728.738-70), Antônio César Bassoli (CPF 648.233.34-68), Sebastião Faustino de Paula (CPF 293.295.311-72), Rosania Costa (CPF 293.295.311-72), Patricia Souto Audi (CPF 457.864.021-34), Carlos José do Carmo (CPF 485.746.356-34).

4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: 5ª Secex.

8. Advogados constituídos nos autos: Tatiana Barbosa Duarte (OAB/DF 14.459) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anual do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, relativa ao exercício de 2000.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. levantar o sobrestamento do presente processo;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, inciso II, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Paulo Roberto Tannus Freitas (CPF: 080.038.905-00);

9.3. com fundamento nos arts. 1º inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, julgar regulares com ressalva as contas dos demais responsáveis relacionados no item 3, dando-lhes quitação;

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3870-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3871/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.969/1999-3.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Prestação de Contas - exercício 1998.

3. Responsável: José Artur Guedes Tourinho (CPF 008.645.602-49).

4. Entidade: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secex/PA.

8. Advogado constituído nos autos: Angelo Demetrius de Albuquerque Carrascosa (OAB/ PA 9.381).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, referente ao exercício de 1998.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar regulares com ressalvas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8443/92, as contas de José Artur Guedes Tourinho (CPF 008.645.602-49), dando-lhe quitação;

9.2 encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam ao responsável; e

9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3871-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3872/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.540/2009-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde - MS (CNPJ 26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: Eduardo Passos Coutinho Correa de Oliveira (CPF 173.116.164-68), Paulo Humberto Barreto (CPF 452.589.884-49), Construtora Carajás Ltda. (CNPJ 41.244.807/0001-57).

4. Entidade: Município de Água Preta - PE.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

8. Advogado constituído nos autos: Genivaldo Rosas da Silva (OAB/PE 14.342).

8.1. Procurador constituído nos autos: Ewerton Alves da Silva (CPF 776.008.002-98).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, no Estado de Pernambuco, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Água Preta - PE, mediante o Convênio 416/2003, tendo por objeto a execução de sistema de esgotamento sanitário com a implantação de rede condominial, rede coletora, estação de tratamento, estação elevatória e o programa de educação em saúde e mobilização social (PESMS).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos do art. 12, §3º, da Lei 8.443, de 1992, considerar revéis os Srs. Paulo Humberto Barreto e Eduardo Passos Coutinho Correa de Oliveira;

9.2. excluir o Sr. Eduardo Passos Coutinho Correa de Oliveira do rol dos responsáveis da presente tomada de contas especial;

9.3. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pela Construtora Carajás Ltda.;

9.4. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, II, 18, 23, II, da Lei 8.443, de 1992, julgar regulares com ressalvas as contas do Sr. Paulo Humberto Barreto, dando-lhe quitação;

9.5. cientificar ao Município de Água Preta-PE que observe os procedimentos legais atinentes à liquidação de despesas na gestão de recursos de convênios;

9.6. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam aos responsáveis, ao município de Água Preta-PE, à Fundação Nacional de Saúde - Funasa e à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco; e

9.7. arquivar os autos.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3872-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros que alegaram impedimento na Sessão: José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3873/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.805/2007-3.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração.

3. Embargante: Guilherme Cruz de Souza Coelho (CPF: 261.784.941-49).

4. Entidade: Município de Petrolina/PE (CNPJ nº 10.358.190/0001-77).

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade: Secex-PE.

8. Advogados constituídos nos autos: Rodrigo Rangel Maranhão, OAB/PE nº 22.372; Walleska Vila Nova, OAB/PE nº 21.826; Helton Henrique Conceição Aragão, OAB/PE nº 21.855; Rachel Rosa Gonzaga, OAB/PE nº 26.981..

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Guilherme Cruz de Souza Coelho em face do Acórdão nº 4.787/2011-1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal, ao examinar tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde decidiu julgar irregulares suas contas, condenando-o, em solidariedade com as empresas ZN Construções Ltda. e EPC Estudo, Projetos e Construções Ltda., ao pagamento do débito apurado, aplicando-lhe, com fulcro no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, multa no valor de R$ 5.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em: em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32 inciso II, e 34 caput e § 1º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 287, § 1º do RI/TCU, para, no mérito, acolhê-los, com efeitos infringentes, tornando insubsistente o Acórdão nº 4.787/2011 - TCU - Primeira Câmara;

9.2. julgar, nos termos dos arts. 16, inciso II, e 18, ambos da Lei 8.443/92, regulares com ressalvas as contas do Sr. Guilherme Cruz de Souza Coelho, dando-lhe quitação;

9.3. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam ao embargante;

9.4. arquivar o presente processo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3873-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3874/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.285/2010-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Secretaria de Recursos Hidricos e Ambiente Urbano (37.115.375/0003-79).

3.2. Responsável: Valmir Rocha Andrade (123.744.155-20).

4. Entidade: Município de Nova Canaã/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Advogados constituídos nos autos: Fabricio Maltez Lopes (OAB/BA 17.872), Juliana Aguiar Coelho (OAB/BA 22.840), Larrisa Silva Meneses (OAB/BA 30381) e Marisa Rebouças Fernandes Tanajura (OAB/BA 31741).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Setorial de Contabilidade do Ministério do Meio Ambiente - MMA contra o sr. Valmir Rocha Andrade, ex-prefeito do município de Nova Canaã/BA, em razão da impugnação de despesas e da inexecução do convênio 161/1999, celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio de sua Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, e o município de Nova Canaã/BA;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos,o sr. Valmir Rocha Andrade, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art.12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do sr. Valmir Rocha Andrade, com base nos arts. 1º, I, 16, III, 'b', da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, II, §2º, do RI/TCU, e condená-lo ao pagamento das quantias de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) e R$ 106.000,00 (cento e seis mil reais), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir de 25/2/2000 e 10/8/2000, respectivamente, até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar ao sr. Valmir Rocha Andrade a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se assim for solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c art. 217 do RI/TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das quantias devidas;

9.6. remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no estado da Bahia.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3874-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3875/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.976/2011-4.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Especial de Ex-Combatente

3. Interessados: Adalgisa Luz da Conceição (647.645.757-87); Adriana Macedo de Mesquita (022.486.737-79); Amenaide Alcantara Batista (666.968.877-68); Ana Maria Goulart Moraes (087.557.327-47); Aurea do Nascimento Alves Cerqueira (510.869.307-97); Bernardete Santarem Leal Martins (314.024.707-97); Celina de Freitas Ribeiro (451.988.027-00); Dalva Couto Natal (097.075.897-95); Doralice Maria de Lima (014.107.837-58); Edirene Azevedo da Cunha (268.975.557-20); Edna Guimaraes Siqueira (035.610.297-10); Eleone Gabriel da Silva (271.988.987-34); Fatima Braga Lemos (147.938.812-20); Francisco Umaita Montenegrovianna (932.090.457-04); Gerssey Alvarenga Matheus (064.435.038-56); Giselia Martins de Melo (409.589.067-34); Helena de Freitas Ribeiro (572.562.507-97); Hirlene Silva (512.817.677-00); Idalina Silverio de Almeida (083.994.197-88); Iracema Lopes Braga (466.319.847-34); Iraci Martins de Melo (666.606.617-00); Iracy Ventura de Lima (029.160.527-39); Iris Martins dos Santos (772.106.467-87); Ivaci Macedo de Mesquita Teixeira (003.018.597-10); Ivani Macedo de Mesquita (022.486.757-12); Jandira Andrade de Moraes (042.484.867-84); Jovelina Salvador da Silva (094.578.357-43); Juanita Baiz Ceotto (016.918.617-23); Leila Vieira Machado Quinhones (008.887.587-31); Lucia Tavares Ferreira (665.741.457-91); Marcio Azevedo da Cunha (083.758.087-09); Maria Andrade Ferreira (668.448.867-72); Maria Aparecida Guedes da Silva (232.645.007-87); Maria Campelo de Souza (106.926.307-91); Maria Cristina Braga (971.708.447-53); Maria Elizabeth Aquino Irineu (019.399.017-23); Maria Firmino de Lima Mendonca (346.391.954-00); Maria Jose Altoe Nogueira (862.908.437-53); Maria Ladeira das Dores Jardim (036.655.717-31); Maria Nilza Montenegro Viana (278.202.380-20); Maria da Gloria Gomes Rozario (028.457.997-13); Maria da Gloria Menezes Katzenstein Filha (473.973.737-04); Maria da Penha dos Santos (764.602.317-53); Maria de Lourdes Mattos Pontes (790.767.265-15); Maria do Carmo Travalim de Souza (099.741.258-55); Mario Jose Ferreira (032.353.277-20); Monica Soares da Silva (897.841.627-68); Nair Moreira Nascimento (104.970.898-90); Nilce da Silva Xavier de Brito e Souza (105.661.127-87); Nilcea Gabriel dos Santos (991.025.017-91); Rosa Altoe Nogueira (981.475.527-34); Rosangela das Chagas Venancio (410.366.467-34); Sandra Francisco (075.724.877-26); Solange Francisco (317.042.637-00); Terezinha Prazeres dos Santos (716.619.137-68); Vilma Malmegrin Xavier da Silveira (476.621.828-00); Zelia Santarem Santos (346.243.337-72)

4. Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão especial a ex-combatentes da Primeira Região Militar do Comando do Exército.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos referentes às pensões instituídas por Herculano Venancio, Hervaldo Estrella Quinhones, Humberto Tavares Ferreira, Izaurino Muniz Barcelos, Jason Santarem, Jayme Farias Pontes, Joao Cosme de Mendonça, João da Silva Moraes, Joao Francisco, Joao Horacio de Lima, Joao Maia do Nascimento, Joao Ribeiro Natal, Joao Roberto da Silva, Joao Rodrigues Viana, Joaquim Alves de Mesquita, Joaquim Manoel Xavier da Silveira, Joaquim Matheus, Jorge de Brito e Souza, Jose Barroso de Souza Lima, Jose Domingos dos Santos, Jose Firmino dos Santos, Jose Martins Barboza Filho, Jose Pereira do Rosario, Lino Ceotto, Luiz Carlos Batista, Luiz Gomes Jardam, Lyses de Siqueira, Manoel Emigio Irineu, Manoel Ferreira dos Santos, Manoel Jose de Melo, Manoel Silverio de Almeida, Marcilio Camilo de Carvalho, Mario de Almeida, Mario Jose Ferreira, Mario Rodrigues da Silva, Mauro dos Santos, Melchiades Luiz Ribeiro, Milton Goncalves da Cunha, Moacyr Seraphim dos Santos, Narci Ribeiro Braga, Narciso Nogueira e conceder o respectivo registro;

9.2. considerar prejudicado o exame de mérito dos atos referentes a João Ferreira de Souza (peça 11) e Manoel Inácio Ferreira (peça 33);

9.3. determinar à Primeira Região Militar do Comando do Exército que, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência desta deliberação, torne disponível, no sistema Sisac, novos atos de concessão de pensão especial a ex-combatente referentes a João Ferreira de Souza e Manoel Inácio Ferreira, encaminhando-os, após parecer do controle interno, consignando o fundamento legal ou jurisprudencial utilizado para a concessão concomitante de pensão à viúva e à companheira, ou caso a falha seja confirmada pelo gestor de pessoal, preencher o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3875-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3876/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.421/2012-4.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil

3. Interessados: Fernanda Silva dos Santos (377.963.988-24).

4. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil referente a servidor da Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro à pensão civil instituída por Antonio Bosco da Silva em favor de Fernanda Silva dos Santos;

9.2. determinar à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.2.1. suspenda todo e qualquer pagamento referente ao ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, informando-a que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após o recebimento da notificação, em caso de não-provimento do recurso;

9.3. dispensar o ressarcimento das importâncias indevidamente pagas, percebidas de boa-fé, até então, com fundamento na Súmula TCU 106;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3876-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3877/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.447/2012-3.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil

3. Interessados: Andressa Santos da Silva (011.677.122-42); Jorge Darlim Rodrigues da Silva (011.728.442-40); Luiz Felipe Santos da Silva (011.786.042-50); Marcio Bernardim Santos da Silva Junior (011.753.502-81).

4. Órgão: Décima Segunda Região Militar - MD/CE

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil referente a servidora da Décima Segunda Região Militar do Comando de Exército.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro à pensões civis instituídas por Bernardina Rodrigues dos Santos em favor de Andressa Santos da Silva, Jorge Darlim Rodrigues da Silva, Luiz Felipe Santos da Silva, e Marcio Bernardim Santos da Silva Junior;

9.2. determinar à Décima Segunda Região Militar do Comando de Exército que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.2.1. suspenda todo e qualquer pagamento referente ao ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, escoimado da irregularidade verificada, submetendo-o à apreciação deste Tribunal (art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU);

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, informando-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após o recebimento da notificação, em caso de não-provimento do recurso;

9.3. dispensar o ressarcimento das importâncias indevidamente pagas, percebidas de boa-fé, até então, com fundamento na Súmula TCU 106;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3877-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3878/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.092/2010-5.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Responsáveis: Jadiel Almeida Mascarenhas (082.040.635-04); José Humberto Fernandes de Aguiar Junior (535.281.235-91) e Myrian Cortes Bittencourt (337.412.045-87).

4. Entidade: Município de Itaberaba/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Advogados constituídos nos autos: Milonaldo Cardoso Lima (OAB/BA 11.637) e Silvia Magalhães Sacramento. (OAB/BA 5811).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em razão da não comprovação de despesas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) transferidos ao município de Itaberaba/BA;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher em parte as alegações de defesa do sr. Jadiel Almeida Mascarenhas e do sr. José Humberto Fernandes de Aguiar Junior apenas para considerar elidida a responsabilidade pelo débito relativo à não localização das onze equipes do Programa Saúde da Família;

9.2. rejeitar as alegações de defesa da sra. Myrian Cortes Bittencourt;

9.3. julgar irregulares as contas dos srs. Jadiel Almeida Mascarenhas, José Humberto Fernandes de Aguiar Junior e Myrian Cortes Bittencourt, com base nos arts. 1º, I, 16, III, 'c', da Lei 8.443/1992, e condená-los solidariamente ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das respectivas datas até a do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, na forma da legislação em vigor:

a) sr. Jadiel Almeida Mascarenhas solidariamente com o sr. José Humberto Fernandes de Aguiar Júnior:

DATA	VALOR (R$)
09/01/2002	13.800,00
22/03/2002	10.150,00
10/04/2002	3.717,00
10/05/2002	1.816,79
10/05/2002	4.800,00
09/10/2002	46.307,80
21/10/2002	15.762,05
14/11/2002	23.847,49
22/11/2002	28.040,69
17/04/2003	6.088,50
16/05/2003	4.601,30
11/03/2002	1.239,65
22/03/2002	6.500,00
15/04/2002	7.583,33
17/05/2002	7.583,33
28/05/2002	5.000,00
08/07/2002	1.239,65
10/07/2002	3.200,00
22/07/2002	23.400,00
06/08/2002	1.239,65
19/08/2002	23.400,00
17/09/2002	23.400,00
15/01/2003	25.000,00
21/03/2003	4.500,00
16/06/2003	86.400,00
09/01/2002	3.614,04
16/07/2002	3.904,94
16/07/2002	2.840,38
26/07/2002	300,00
29/07/2002	166,57
29/07/2002	787,00
16/08/2002	400,00
09/10/2002	4.960,00
03/02/2003	480,00
03/02/2003	2.550,61
03/02/2003	500,00
07/02/2003	4.000,74
18/02/2003	2.477,50
24/02/2003	4.200,00
03/04/2003	1.401,94
21/05/2003	5.000,00
22/07/2003	4.764,40
25/07/2003	500,00
25/08/2003	4.134,30
04/01/2002	5.024,00
04/01/2002	5.024,00
11/07/2002	6.000,00
09/01/2002	11.900,00
18/01/2002	2.400,00
22/03/2002	6.500,00
26/04/2002	2.728,00
16/07/2003	3.790,00
16/07/2003	6.360,00
11/07/2003	5.730,00
16/07/2003	5.628,00

b) sr. Jadiel Almeida Mascarenhas solidariamente com a sra. Myrian Cortes Bittencourt:

DATA	VALOR (R$)
21/10/2003	23.468,54
10/11/2003	1.000,00
12/11/2003	21.207,49
13/11/2003	2.002,30
17/11/2003	28.258,51
29/09/2003	7.700,00
16/10/2003	6.253,85

9.4. aplicar individualmente aos srs. Jadiel Almeida Mascarenhas, José Humberto Fernandes de Aguiar Junior e Myrian Cortes Bittencourt a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se assim for solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c art. 217 do RI/TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das quantias devidas;

9.7. remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no estado da Bahia.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3878-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3879/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.180/2011-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde - MS (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsável: Ecildon de Souza Pinto Filho (057.203.598-50).

4. Entidade: Município de Mucajaí/RR.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Roraima (Secex-RR).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) contra o sr.. Ecildon de Souza Pinto Filho, ex-prefeito do município de Mucajaí/RR, em razão da não consecução dos objetivos do convênio 2071/2005, celebrado entre a Funasa e o referido município, cujo objeto foi a implantação de sistema de tratamento e destinação final de resíduos sólidos para controle de agravos. (Siafi 557.816).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos o sr. Ecildon de Souza Pinto Filho, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art.12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do sr. Ecildon de Souza Pinto Filho, com fundamento no art. 16, III, 'c', da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das respectivas datas até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, na forma da legislação em vigor:

Débito (R$)	Data de Ocorrência
100.000,00	26/1/2007
100.000,00	14/3/2007

9.3. aplicar ao sr. Ecildon de Souza Pinto Filho a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.4. autorizar o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se assim for solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c art. 217 do RI/TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas

9.6. remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no estado de Roraima.

10. Ata n° 22/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3879-22/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

SUSTENTAÇÃO ORAL (não comparecimento)

Quando do julgamento do Processo nº 009.969/1999-3 (Acórdão nº 3871/2012), de relatoria do Ministro Valmir Campelo, o Dr. Angelo Demetrius de Albuquerque Carrascosa (OAB-PA nº 9.381), devidamente notificado, nos termos da Portaria n° 239, de 17.10.2000, c/c o artigo 141, §§ 3º e 4º do Regimento Interno do TCU, com a publicação da Pauta n° 22/2012, deste Colegiado no Diário Oficial da União, seção 1, edição de 29.6.2012, página 133, não compareceu para apresentar a sustentação oral que havia requerido.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA (unitários):

Foram excluídos de pauta, ante requerimento dos respectivos Relatores, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos nºs 024.987/2008-2 (Ministra Ana Arraes) e 016.600/2012-6 (Ministro-Substituto Weder de Oliveira).

Foram proferidas, sob a Presidência da Ministro Walton Alencar Rodrigues, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Valmir Campelo.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos da Primeira Câmara, às quinze horas e quarenta e dois minutos e eu, Francisco Costa de Almeida, Subsecretário da Primeira Câmara, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidência.

FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da Primeira Câmara

Aprovada em 5 de julho de 2012.

VALMIR CAMPELO
Presidente

EXTRATO DA PAUTA Nº 23 (ORDINÁRIA)
Sessão em 10 de julho de 2012, às 15h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Ordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-010.905/2002-6
Apensos: TC 010.955/2001-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); TC 004.852/1995-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); TC 006.930/2001-4 (REPRESENTAÇÃO); TC 005.030/2001-0 (ACOMPANHAMENTO); TC 001.218/2002-7 (REPRESENTAÇÃO)
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2001
Responsáveis: Paulo Roberto Tannus Freitas (080.038.905-00); Benedito Castro Silveira Frade Neto (047.622.902-20); Carlos Antunes Bonfim Bastos Nascimento (095.449.685-04); Crésio de Matos Rolim (049.901.455-34); Luiz Alberto Lazinho (440.224.178-20); Marcos Maia Júnior (128.465.546-68); Patrícia Souto Audi (457.864.021-34); Paulo César Nascimento Costa (345.820.707-44); Sebastião Faustino de Paula (293.295.311-72);Valdir Moysés Simão (021.728.738-70)
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS Advogados constituídos nos autos: Márcia Guasti Almeida, OAB/DF 12.523; Anna Maria da Trindade dos Reis, OAB/DF 6.811 e outros

TC-014.605/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aquira Azuma (778.946.348-91) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.657/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luzia Célia Aguiar da Gama Pereira (366.666.027-49)
Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.765/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Onofre Ribeiro (222.923.066-20) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.770/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sergio Aparecido do Carmo (245.662.938-82) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.933/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Felisbino dos Santos (124.005.054-20) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.938/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jairo Gouveia de Paula (235.073.909-06) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.034/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Wellington Barreto de Freitas (042.823.457-72)
Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.036/2008-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carlos Walfredo Reis (737.336.608-20) e outros
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araguaína - TO
Advogados constituídos nos autos: Alessandra Viana de Morais - OAB/TO 2580 e outros

TC-028.117/2011-5
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2010
Responsáveis: Rogério Santana dos Santos (237.270.630-68) e outros
Órgão/Entidade: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-006.259/2012-0
Natureza: Representação
Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
Interessada: ATPENG Engenharia e Empreendimentos S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.814/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Pernambuco
Interessado: Hélio Bandeira da Cruz
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.306/2012-9
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura Municipal de Breves/PA
Interessados: Robson Cristiano Leão Matos e Enaldo Prata Aguiar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.958/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba
Interessados: João Romualdo Felix da Silva e Maria Honorio do Nascimento
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.051/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estudal da Funasa no RJ
Interessado: Walter Antônio das Neves
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.084/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessados: Edson de Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.263/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PI
Interessados: Raimundo Alves de Brito e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.265/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS
Interessados: Ádria Fátima Simões Pires Giacomet
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.284/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Martha Lima Morel e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.317/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em SC
Interessada: Nonohai Cunha da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.416/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS
Interessados: Inco Mylius e Iris Lersi Deishsel
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.275/2012-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Gerência Estadual/MT - MS
Interessada: Benedita Nedy Correa da Cruz
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.494/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
Interessada: Rosaly Jacob Saade
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.408/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
Interessados: Laila Daniela dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.507/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Pará - DR/PA
Interessados: Isadora Pires Cavalcante e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.522/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Paraná
Interessado: Sebastião Ferreira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.542/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MS
Interessados: José Alves Dias e Miriam Alves Correa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.547/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Alexandre Marcos Siciliano Junior e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.642/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas
Interessados: Geonilton José Galvão da Silva e Mario Dulcidio de Abreu Lima
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.652/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MT
Interessado: Carlos Augusto Rodrigues
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.695/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM
Interessado: Nalia Maria Rodrigues de Almeida
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.702/2012-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PI
Interessado: Luis Lopes da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-014.707/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS
Interessada: Maria José Góis Espíndula
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.914/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS
Interessados: Janaina Rangel de Lima Porto Pinto e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.430/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PI
Interessada: Francisca Maria dos Santos Silva Filatoff
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.438/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessada: Elizabeth Soares Martins
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.499/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Gilson Koenigkam de Lacerda e Mario Marques da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.786/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SE
Interessada: Maria Jose Silva Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.000/2012-2
Natureza: Monitoramento
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em SP
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.786/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Adriane Maria Pinhate e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.876/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Amazonas - DR/AM
Interessados: Anna Carolina Bastos de Souza e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.878/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em SC
Interessados: Adonis Rafael Dalariva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.880/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Pará
Interessados: Adalberto Ferreira Lobato e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.881/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso - DR/MT
Interessados: Elton Lucas Nunes de Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.972/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MT
Interessados: Candido Alves Moreira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.010/2012-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MS
Interessados: Cícero José dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.015/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PA
Interessados: Elizabet Esmeralda Pinto da Paixão e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.017/2012-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessado: Marcio Vinicius Maciel Cure
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.019/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Alberto Alves Junior e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.043/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no MS
Interessados: Antonia de Moura Torres e Juarez Neves de Andrade
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.044/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
Interessado: João Romão da Luz
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.052/2012-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em PE
Interessado: Anastácio Martins Rodrigues
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.080/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AL
Interessado: José Domingos dos Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.081/2012-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM
Interessada: Edith Cruz Ferreira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.082/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
Interessado: Lourenço Uliana
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.083/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessada: Geraldo Magela Marinho de Oliveira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.087/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
Interessada: Anesia da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.088/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PA
Interessada: Maria de Fátima Costa da Cruz
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.089/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Centro Tecnológico de Informática do MS
Interessados: Maria Isabel Bastos e Robson dos Santos Perez
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.192/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A
Interessada: Franciel da Silva Torma
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.203/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC
Interessado: Manoel Reinaldo Teixeira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.247/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT na Bahia
Interessados: João de Oliveira Reis e Marco Antonio Conceição Rocha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.248/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Amazonas - DR/AM
Interessado: Marcelo Henrique da Silva Soares
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.306/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no RN
Interessado: Gonçalo Francisco Duarte
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.331/2012-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessado: Belisario Cayres e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.332/2012-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
Interessada: Noelia Macedo Ferreira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.333/2012-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessado: João Lopes Ferreira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.334/2012-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Alzira de Jesus Florindo da Costa e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.346/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessados: Maria Celina Pires Camargos Lemos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.361/2012-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Tocantins
Interessados: Ione Barbosa Souza e Noely Abreu Lima
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.374/2012-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no MT
Interessado: Aureliano Queiroz da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.385/2012-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe
Interessado: Pedro Manoel da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.393/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no RS
Interessado: Adauto do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.396/2012-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Pará
Interessado: Osmar Dias Rebelo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.417/2012-4
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas
Interessado: José Rocha Simião
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.420/2012-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessado: Emanoel de Sousa Nascimento
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.428/2012-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MT
Interessado: Silvio Roberto Bertozzo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.449/2012-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
Interessada: Vanda Maria Neppel
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.450/2012-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
Interessado: Jonh Kennedy Silva Martins
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.453/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
Interessado: Celso da Silva Nogueira
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-018.455/2012-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PI
Interessado: Antonio Sebastião do Nascimento
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.457/2012-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Guilherme Fernando de Souza Bastos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.460/2012-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/TO
Interessado: Pedro Putencio Louseira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.472/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual na Funasa em MG
Interessado: Geraldo Eustáquio Prates
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.483/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério da Saúde
Interessado: Pulton Lustosa Elvas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.484/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí
Interessados: Antonio Mendes Gonçalves e Cicero Vieira da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.489/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Hospital dos Servidores do Estado - RJ
Interessado: Margareth Baroud Medeiros Bomfim
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.495/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
Interessada: Maria da Penha Oliveira dos Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.497/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessado: Julio Eustáquio Gonçalves e Maria Vitória Rossito Vieira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.498/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
Interessados: Alcides Rosa e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.504/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PI
Interessado: Bernardino Ferreira Lima Filho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.505/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessado: André Jorge Campello Rodrigues Pereira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.506/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Afonso José Scaravelli e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.507/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Ricardo Wady Gebrim e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.524/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Cristiano André da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.525/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Erica Amaral Marinho e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.528/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Luis Henrique Costa dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.543/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Pará - DR/PA
Interessados: Ana Helena Ferreira Reis e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.551/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo
Interessado: João Rosa Ribeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.559/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessada: Maria Sebastiana Peloso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.561/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessado: Miriam Ricciarelli Barreiros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.826/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Interessado: Tomé Divino de Souza
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.753/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério da Saúde
Interessada: Adalcina de Souza Neves
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-037.694/2011-1
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MS
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-005.944/2010-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Ana Ranoy Gomes Lima (528.869.053-72); Grace Mary Jorge Pires Leal (224.538.063-00)
Unidade: Centro de Hematologia e Hemoterapia do Maranhão - HEMOMAR
Advogado constituído nos autos: Vanderley Ramos dos Santos (OAB/MA 7.287).

TC-007.491/2010-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessado: Tribunal de Contas da União
Unidade: Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa
Advogados constituídos nos autos: José Carlos da Fonseca (OAB/DF 1495A e OAB/ES 646), Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28108).

TC-010.859/2006-4
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2005
Responsáveis: Teresa Cristina de Andrade Ribeiro (219.010.903-53) e outros
Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Ceará - NE/MS/CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.977/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Ana Chaves da Silva (372.791.651-68) e outras
Unidade: Senado Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.927/2012-0
Natureza: Prestação de Contas Extraordinária
Exercício de 2010
Responsáveis: Alexandre Quintão Fernandes (006.571.867-40) e Marcos de Bustamente Monteiro (599.164.197-87)
Unidade: Companhia Petrolífera Marlim S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.140/2012-8
Natureza: Representação
Representante: MakBrazil Importação e Exportação de Maquinas e Equipamentos Ltda. (13.187.625/0001-56)
Unidade: Prefeitura Municipal de Piranguçu - MG
Advogados constituídos nos autos: Marco Antonio Ribeiro Feitosa (OAB/SP nº 200.096) e Adilson José Sellim de Sales de Oliveira (OAB/MG nº 24.301)

TC-014.387/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adão Willian Marques de Arruda (639.297.831-34) e outros
Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.587/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonia Rosa da Silva Chagas (152.250.541-53) e outros
Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.610/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Antônio Capovilla (665.777.568-72)
Unidade: Instituto Nacional de Meteorologia - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.780/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clara Lemos da Matta Machado (943.010.421-72) e outros
Unidade: Câmara dos Deputados
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.783/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sâmela Nelly Midon Roa (014.037.261-08); Sonimar da Silva Lopes (279.189.801-82)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.790/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Valter Gobato (778.295.068-68)
Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.843/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Magno Wonghan da Silva (633.564.302-20) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.891/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Cardoso dos Santos Neto (020.196.632-87)
Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.898/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Mariana Márcia Costa Wichrowski (151.529.951-15) e outros
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.899/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Waldemar Barbosa de Barros (031.922.452-04) e outros
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.923/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edir Marques Figueiredo (037.862.185-87)
Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.977/2012-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elildo Bezerra de Araújo (025.846.202-78) e outros
Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.026/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Norma Coelho Costa (126.802.811-87)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.028/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jamil de Miranda Gedeon Filho (011.423.303-97)
Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-018.030/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alberto Campos Sales Storrer (114.296.909-68) e outros
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.041/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Alberto Rodrigues dos Santos (002.885.275-34)
Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.047/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Pedro Alves Pinto (021.028.541-91)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Goiás - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.066/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edevaldes Alves (221.358.801-59)
Unidade: Senado Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.320/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francisco do Amaral Feitoza (002.568.625-91); Jaqueline da Silva Feitoza (028.815.115-11)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.341/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Joel Furtado da Costa (263.955.507-30) e outros
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.363/2012-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Dionita Ferreira de Oliveira Vicente (027.018.317-50) e outros
Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Rio de Janeiro - DNIT/MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.390/2012-9
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Aline Fidélis de Oliveira Lino dos Santos (052.150.501-12) e outras
Unidade: Instituto Nacional de Meteorologia - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.402/2012-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Bernadete de Castro Silva (469.849.504-06) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.433/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Luzia Alves de Amorim (079.509.853-72)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.462/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Melania Martins de Araújo (471.766.103-63)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.601/2012-0
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Unidade: Fundação Oswaldo Cruz
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.941/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: César Rodrigues Viana (001.661.113-68) e outros
Unidade: Gerência de Estado de Desenvolvimento Social do Maranhão - GDS/MA (extinta)
Advogado constituído nos autos: Guilherme Augusto Fregapani (OAB/DF 34.406).

TC-021.206/2010-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Melquíades Carvalho Neto (174.240.623-87)
Unidade: Prefeitura Municipal de Graça Aranha - MA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.567/2006-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Victoria Andraus (068.861.678-04)
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.441/2011-8
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2010
Responsáveis: Flávio Decat de Moura (060.681.116-87) e outros
Unidade: Eletrobras Distribuição Roraima
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-003.832/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Lana Maria Fontes Regueira (CPF 304.227.017-34).
Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ-ES).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.531/2010-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ana Paula Trocoli da Silva (CPF 805.062.915-53).
Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.985/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Saldanha Martins (CPF 347.249.827-72).
Unidade: Ministério Público Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.172/2009-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alano Sales Gondim (CPF 060.060.273-72); Alexandre Jose Pollachini (CPF 147.634.600-30); Ana Lucia Amaral de Paula (CPF 214.387.061-20); Antonio Vaz de Oliveira (CPF 009.616.278-32); Armando Hideaki Nakashoji (CPF 097.756.841-53); Cleuber Francisco Antunes (CPF 150.434.286-00); Domingos Pereira dos Reis (CPF 033.189.239-15); Edgar dos Santos Moreira (CPF 001.516.532-91); Edilson Santos (CPF 022.039.444-04); Maria das Dores Oliveira Freitas (CPF 039.539.981-53); Mauricio José da Cunha (CPF 000.572.901-72); Nelci Brida (CPF 051.446.041-53); Paulo Maciel Cunha (CPF 002.133.574-53); Pedro Luiz Silvestre (CPF 102.594.651-00); Wilson Dias Fereira (CPF 076.522.401-15)
Unidade: Departamento de Polícia Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.455/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abrão Farias de Albuquerque Ceia de Oliveira (CPF 107.641.307-22); Alessandra Aquiles Borba (CPF 076.515.237-17); Alexandre Meireles da Rocha (CPF 056.924.167-78); Ana Cristina Martins da Silva (CPF 849.954.677-34); Ana Paula Peres Helt (CPF 088.637.547-99); Ana Ramalho Soares (CPF 088.928.697-36); Antonio Carlos Nunes Ladeira (CPF 128.701.187-08); Aylton Cordeiro Neto (CPF 124.004.827-05); Caio Cesar de Almeida Ferreira (CPF 111.534.527-31); Cassio Vinicius Coutinho Silva (CPF 116.624.897-65); Claudia Peeters Peres Conti (CPF 053.876.377-90); Claudia Regina Lopes Dias (CPF 074.489.697-57); Debora Vanessa Barros de Almeida (CPF 053.963.647-93); Diego da Costa Paiva (CPF 011.561.274-24); Eduardo Antonio Cardoso da Silva (CPF 042.841.527-00); Eliaquim Campos Ribeiro (CPF 109.348.217-63); Erick Xavier Marques (CPF 079.385.627-26); Ewerton Sila Batista Maldonado Gama (CPF 026.448.047-36); Fabiana Mello Ferreira Palheiros (CPF 080.703.727-37); Fabiani Regis da Silva Guimarães Gonçalves (CPF 042.470.037-98); Fabio Seixas Torres (CPF 091.095.277-96); Francisco da Costa Gonçalves (CPF 871.558.427-53); Gianfrancesco Manfrini Galvan (CPF 042.146.709-65); João Victor Faria de Sousa (CPF 110.971.497-14); Julia Pinheiro Lagoeiro (CPF 052.058.767-78); Juliana Vieira Cunha (CPF 107.657.557-93); Leonardo Pereira da Silva (CPF 095.705.917-57); Lillian Ferreira Leal de Moraes Couto (CPF 898.350.501-04); Livia Maria Reis Salgado (CPF 097.556.117-03); Lucia de Fatima Gouveia dos Santos (CPF 411.329.986-20); Luiz Carlos Rodrigues (CPF 053.580.817-80); Mairene Silva de Carvalho (CPF 094.831.247-51); Marco de Almeida Madeira (CPF 080.746.537-22); Marcos Antonio da Conceição Chanca Viana (CPF 556.042.426-91); Marcus Vinicius Ribeiro Barreto (CPF 109.638.107-90); Mauricio dos Santos Mouta (CPF 069.484.097-17); Mauro Dutra Fernandes (CPF 106.158.197-70); Michel Fazanaro de Gequitá (CPF 092.723.637-05); Nara Barreto Campos (CPF 105.085.577-98); Patricia da Silva Baraldo (CPF 053.272.317-12); Patrícia Valadares Nicolau Freire de Araujo (CPF 100.008.267-90); Paulo Henrique de Siqueira Carvalho (CPF 053.509.107-95); Roberta Combochi (CPF 095.845.467-16); Rodrigo Nobre de Magalhães (CPF 053.668.087-66); Sandra Lucia Pizzani Pinheiro (CPF 011.729.437-37); Thiago Nogueira Neiva Miranda (CPF 704.198.501-63); Timothy Garcia Brissette (CPF 111.263.727-30); Ulisses Daniel Funke (CPF 002.777.677-84); Vicente Luiz de Araujo Rêgo (CPF 337.319.853-49); Victor Hugo de Oliveira Souza (CPF 106.152.197-48); Virgilio de Barros Rodrigues Albino (CPF 097.159.877-02); Wilson Ribeiro de Souza Leite Junior (CPF 035.618.737-31)
Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau do Estado do Rio de Janeiro.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.666/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Erdolinda Cardoso Teixeira Aguiar (CPF 938.500.427-15).
Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau do Estado do Rio de Janeiro.
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.669/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João Guilherme Norões Rocha (CPF 369.317.137-87); Julenita Menezes da Silva (CPF 149.936.605-10).
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.821/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro Auto Barros (CPF 008.566.293-32); Mirella Brandão Estrela (CPF 909.868.815-20).
Unidade: Ministério Público do Trabalho.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.839/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Sucupira Vilas Boas (CPF 008.248.301-99); Leandro Scapellato Cruz (CPF 969.618.133-72).
Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região (DF-AC-AP-AM-BA-GO-MA-MT- MG-PA-PI-RO-RR-TO).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.842/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Aparecida dos Santos Nogueira (CPF 217.608.528-05); Adriana Cristina Sanches Martins (CPF 126.129.758-02); Alceu Vieira do Amaral Junior (CPF 582.824.831-68); Allinson Vinicius Prando (CPF 256.177.138-50); Ana Carolina Lucio Calanca (CPF 218.700.268-37); Anderson Alves da Silva (CPF 318.919.568-41); Andrea Maria Fernandes Forster (CPF 170.507.208-95); Christiane de Oliveira Martins Pinto (CPF 180.843.198-76); Daniela Pirani Esbizera (CPF 280.610.568-44); Dione Rodrigues Campos (CPF 025.734.226-58); Elide Aparecida Tognetti (CPF 079.637.048-65); Elisângela Regina Bucuvic (CPF 170.470.208-96); Erica Gomes da Silva (CPF 295.603.018-37); Erika Molina Silva (CPF 223.455.778-00); Fabiana Ferraz de Marchi Manfio (CPF 218.962.008-26); Fernanda Lucas Bessa (CPF 218.172.968-92); Fernanda Werneck de Oliveira (CPF 309.101.738-93); Fernando Noboru Nishigima (CPF 063.384.468-30); Fernando de Melo Araujo (CPF 146.753.338-69); Floriana de Fatima Oliveira (CPF 170.523.668-51); Fábio Simões (CPF 279.002.178-35); Giovanna Massara de Menezes Doria (CPF 130.347.018-70); Glauber Ramos de Franca Lima (CPF 002.208.621-84); Glaucia Cristina Lourenço Navarro (CPF 354.197.748-52); Gustavo Archer Carreon (CPF 281.055.358-07); Helena Vieira Cavalcanti (CPF 054.794.588-41); Helena de Fatima Rodrigues Hancocsi (CPF 175.808.028-05); Ivanhoé Ronaldo Lopes Silva (CPF 039.839.388-50); Jean Franco de Matos (CPF 182.967.748-95); Joao Nunes Moraes Filho (CPF 109.224.508-11); Jony Marcio Santos (CPF 197.338.388-88); Jorge Luiz Urbanetto (CPF 390.044.060-34); Josilene Ferro Antunes Martelini de Oliveira (CPF 274.914.008-09); Josilma Ferreira de Mendonça (CPF 323.612.518-76); José Rodolfo Strautmann Amadeu (CPF 326.336.188-04); João Francisco de Pádua Guerra (CPF 298.551.818-08); João Papin Neto (CPF 267.882.118-84); João Ricardo de Barros Marques (CPF 822.009.633-00); Larissa Lacerda Goncalves de Assis (CPF 288.983.218-05); Leonardo Krauskopf Sampaio (CPF 315.441.828-80); Lilian Cristina Uua (CPF 144.340.518-30); Luis Carlos Fiorini Junior (CPF 251.002.908-89); Luis Fernando Sobrinho (CPF 305.308.488-05); Luiz Fernando Ialago (CPF 269.038.878-22); Maira Lise Brito Lemos Taveira (CPF 045.309.326-48); Maisa Aparecida Santini Martins (CPF 033.099.589-81); Marcio Antonino Lourenço Correia (CPF 185.957.598-63); Marcio Jose Fernandes (CPF 270.232.038-42); Marcos Antonio Stivale (CPF 124.404.928-09); Marilina Casemiro Soares (CPF 062.939.148-30); Michele Cristina Moço (CPF 324.069.738-67); Monica Salles (CPF 795.906.166-15); Murilo Pereira Benfica (CPF 048.186.926-38); Nanci Yamashita Rocha (CPF 255.743.408-60); Rafaella Zucarelli Rezende (CPF 014.625.781-28); Raphael Pereira Rosa (CPF 066.608.766-00); Raquel Viegas Carvalho de Siqueira Biscola (CPF 726.288.711-49); Renata Doarte de Souza (CPF 292.414.158-35); Renata Patricia Silva Santos (CPF 006.300.961-71); Renata Paulin Benzatti (CPF 217.153.598-95); Rodrigo Augusto Gaspareti Alves (CPF 325.069.678-18); Rodrigo Barbosa Uehara (CPF 006.008.431-65); Rosa Montes de Oca Farré (CPF 124.455.468-50); Rosana Di Gennaro (CPF 183.375.688-60); Sandra Mara Chierici (CPF 112.856.208-10); Silvia Tiemi Sumikawa (CPF 303.315.058-60); Simone Rosângela Campos (CPF 098.819.908-40); Simoni Fachin (CPF 245.767.618-54); Suelene Dias Vasques (CPF 078.540.468-67); Tatiana Romero Wild (CPF 137.918.788-59); Thiago Tonoli Boldo (CPF 286.655.838-31).
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.871/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Barros Fernandes (CPF 041.315.439-40); Aline Cabral Pessanha (CPF 085.023.727-00); Alisson Nelicio Cirilo Campos (CPF 003.165.741-98); Almir Teubl Sanches (CPF 294.185.998-56); Ana Fabiola de Azevedo Ferreira (CPF 042.437.434-01); Andre Bueno da Silveira (CPF 221.498.898-03); Antonelia Carneiro Souza (CPF 005.916.545-63); Bruno Barros de Assunção (CPF 053.060.524-44); Bruno Jose Silva Nunes (CPF 061.732.866-88);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Carlos Augusto Toniolo Goebel (CPF 889.956.400-06); Cinthia Gabriela Borges (CPF 004.130.730-50); Daniel Luz Martins de Carvalho (CPF 808.256.135-15); Daniella Mendes Daud (CPF 148.313.908-52); Denise Nunes Rocha Muller Slhessarenko (CPF 007.402.351-92); Diego Fajardo Maranha Leao de Souza (CPF 051.931.646-09); Douglas Guilherme Fernandes (CPF 348.668.758-10); Eduardo Henrique de Almeida Aguiar (CPF 034.754.386-31); Erico Alexandre Carli (CPF 888.404.681-53); Fabia Fortaleza Rocha da Silva Bohnenberger (CPF 875.773.481-04); Fabio de Oliveira (CPF 016.165.169-09); Felipe Almeida Bogado Leite (CPF 102.976.557-01); Felipe Augusto de Barros Carvalho Pinto (CPF 065.391.886-09); Fernando Antonio Alves de Oliveira Junior (CPF 042.951.084-56); Fernando Meira Vianna Filho (CPF 018.561.887-10); Flaviana Brito de Miranda (CPF 001.380.271-29); Gabriel da Rocha (CPF 218.138.988-80); Gizelia de Aguiar Motta (CPF 930.087.671-68); Gustavo Henrique Oliveira (CPF 067.901.126-93); Gustavo Marcelo Correa da Costa (CPF 647.324.361-53); Indira Bolsoni Pinheiro (CPF 006.775.320-59); Joao Americo Mezzeth Filippi (CPF 989.660.811-34); Jorge Munhos de Souza (CPF 108.774.727-93); Juliana Amazonas Gouveia Motta (CPF 022.245.294-30); Julio Jose Araujo Junior (CPF 313.312.728-40); Leandro Mitidieri Figueiredo (CPF 074.395.217-06); Leonardo Andrade Macedo (CPF 040.171.666-01); Leonardo Cervino Martinelli (CPF 806.122.615-49); Lincoln Pereira da Silva Meneguim (CPF 220.804.918-73); Luana Vargas Macedo (CPF 043.964.184-50); Lucas Aguilar Sette (CPF 815.872.100-10); Lucas Evangelista Rios Filho (CPF 875.956.051-72); Luis Felipe Schneider Kircher (CPF 002.834.530-44); Luiz Antonio Miranda Amorim Silva (CPF 049.545.684-55); Manoel de Souza Mendes Junior (CPF 015.808.129-37); Marcela Harumi Takahashi Pereira (CPF 012.576.357-35); Marco Antonio Ghannage Barbosa (CPF 306.256.408-37); Melina Alves Tostes (CPF 883.819.272-34); Miguel Sayde Filho (CPF 811.158.069-04); Natalia Lourenço Soares (CPF 040.377.594-97); Patricio Noe da Fonseca (CPF 616.674.393-91); Raphael Nazareth Barbosa (CPF 093.273.087-60); Renata Ribeiro Baptista (CPF 093.371.697-46); Sergio Valladao Ferraz (CPF 002.628.857-51); Sergio de Almeida Cipriano (CPF 647.191.461-04); Silvia Regina Pontes Lopes (CPF 032.156.184-86); Tamires da Silva Neves (CPF 064.777.254-01); Thais Santi Cardoso da Silva (CPF 026.290.089-08); Thiago Henrique Viegas Lins (CPF 048.749.664-70); Tiago de Lima Martins (CPF 095.686.187-32); Valeria Etgeton de Siqueira (CPF 053.281.274-39); Walkei Antonio Motter Cerbaro (CPF 814.070.500-44); Walquiria Imamura Picoli (CPF 037.447.399-45)
Unidade: Ministério Público Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.986/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adeniza Lopes Mendonça Borges (CPF 378.621.206-63); Celene Maria Nunes Barbosa (CPF 078.770.212-91); Eduigues Manoel da Silva (CPF 106.216.101-78); Elci Magalhães Campos Kayano (CPF 186.263.516-15); Eni Maria Pereira Martins (CPF 275.119.286-68); Ezequias Said Calil (CPF 174.439.706-68); José Américo Zardo (CPF 288.303.696-91); Maria Selma de Souza Lacerda (CPF 289.897.321-15); Maria de Fatima Nunes Bitencourt (CPF 216.375.551-72); Normando Ferreira Prado (CPF 132.644.606-10).
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.008/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Avelina Maria Pereira dos Santos (CPF 162.962.651-15); Conceição Pereira da Trindade Barros (CPF 885.866.938-04); Edson Severino de Oliveira (CPF 102.389.721-00); Maria José da Rocha (CPF 214.802.141-91); Marisa Salete Martins (CPF 022.330.408-56); Marlete Maria Prata de Souza (CPF 146.052.011-49); Vilson Martins (CPF 341.847.679-15).
Unidade: Ministério Público Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.067/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Teixeira de Carvalho (CPF 047.260.223-34).
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.079/2012-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marta Eliane de Oliveira (CPF 286.905.401-72).
Unidade: Ministério Público Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.117/2007-0
Natureza: Reforma
Interessados: Claudia da Cunha Araujo (CPF 833.070.877-20); Ivaldir Sales (CPF 054.304.107-72); Raimundo Nonato de Oliveira (CPF 001.226.882-87).
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.180/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ramon Rondinelly Pereira Dutra (CPF 061.244.064-89).
Unidade: Conselho Nacional do Ministério Público.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.340/2012-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Edneth Barbosa Santiago (CPF 066.088.634-03).
Unidade: Gerência Regional de Administração de Pessoal no Distrito Federal - SRH/MPOG.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.539/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clarisse Guimarães D Oliveira (CPF 367.835.442-49); Flávia Santos de Rezende Chaves (CPF 064.452.886-93).
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.540/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Souza Garcia (CPF 038.419.239-41); Bruna Carvalho (CPF 046.308.799-27); Roberta Lopes da Rosa (CPF 917.651.370-04).
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.469/2008-9
Natureza: Reforma
Interessados: Helio Batista Moreira (CPF 009.875.651-68); Ivan Maria da Motta (CPF 000.733.374-98); Pedro Lucas de Oliveira (CPF 119.693.936-53); Ubiratan de Oliveira (CPF 038.269.887-87).
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.803/2007-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Serafim Venzon (CPF 216.819.619-20); Eugênio Doin Vieira (CPF 006.645.709-25); Fábio José Feldmann (CPF 010.178.868-14); Jorge Tadeu Mudalen (CPF 956.632.238-00); José Genoíno Neto (CPF 996.068.798-87); José Teles de Mendonça (CPF 073.338.705-53); José dos Santos Freire Júnior (CPF 740.220.248-87); João Henrique de Almeida Sousa (CPF 035.809.703-72); Manoel Figueiredo Castro (CPF 000.658.975-87); Marcelo Fortes Barbieri (CPF 022.782.708-26); Milton Mendes de Oliveira (CPF 018.666.489-34); Nilmário de Miranda (CPF 253.803.036-68); Nysia Coimbra Flores Carone (CPF 177.256.666-72); Odelmo Leão Carneiro Sobrinho (CPF 080.333.586-53); Osório Adriano Filho (CPF 000.321.231-91); Waldomiro Barancelli Fioravante (CPF 195.841.210-49).
Unidade: Câmara dos Deputados.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.168/2010-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação dos Produtores e Proprietários Rurais do Distrito de Baunilha (CNPJ 36.349.322/0001-98); Karla Lievore (CPF 082.579.267-36); Luiz Goldner (CPF 860.960.877-87).
Unidade: Ministério do Meio Ambiente.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-006.143/2004-3
Apenso: TC 012.094/2010-2 (COBRANÇA EXECUTIVA)
Natureza: Tomada de Contas Simplificada
Exercício: 2003
Responsáveis: Associação de Pais e Amigos dos Excepcio (33.832.239/0001-87); Carlos Alberto da Silva (373.823.223-00); Cláudia Maria Dutra da Costa (226.488.793-15); Cristiane Maria Adad Amorim Castelo Branco (342.953.803-34); Izaura Ferreira de Sousa Amorim (473.763.413-15); Jose Gilberto Sousa Santos (306.789.353-00); José Dias de Assunção (078.225.703-82); José Luiz Borges Formiga Júnior (433.497.813-49); Laura Borges de Almeida Leal Moura (152.400.703-00); Lina Josefina de Castro Nogueira (001.343.503-59); Luis Lira Filho (350.505.193-49); Luiz Carlos Batista da Cunha (112.337.293-49); Manoel Pereira Barros Neto (432.078.207-00); Paula Maria do Nascimento Masulo (099.157.883-04); Walter Lima Junior (429.179.723-00); Águida Gonçalves da Silva (258.798.631-15)
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/PI
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.123/2008-7
Natureza: Pensão Militar
Interessado: Maria da Conceição Rocha Teixeira (789.781.736-91)
Órgão/Entidade: Quarta Região Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.501/2007-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Aline de Cássia Toldo Lima (016.989.069-43); Aracy de Souza (626.618.179-72); Beatriz Maria Elias Valgas (011.312.287-07); Carmen Maria da Silva (798.859.189-49); Hebe Pilotto Teixeira da Cunha (398.845.621-72); Janaina Cristiane da Trindade Ambros (741.810.920-20); Joao Vitor Toldo Lima Alberto (009.102.839-66); Juça dos antos Cunha (813.613.439-15); Milsa Coelho Rossini (267.755.574-34); Olivanda Patricio Maximiano (621.266.879-53); Sheyla Mayra Alvetti Malherbi (648.808.429-15); Silvana Aparecida Patricio Maximiano (842.822.589-34); Vera Regina Albuquerque Lagaggio (231.541.440-72)
Órgão/Entidade: Quinta Região Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-011.270/2012-8
Natureza: Pensão Civil.
Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Mato Grosso do Sul.
Interessado: Rafael Almeida da Silva Neto (CPF 045.371.291-66), menor sob guarda, pensionista de Rafael Almeida da Silva (CPF 005.253.081-72).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.272/2012-0
Natureza: Pensão Civil.
Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba.
Interessado: João Pereira de Sousa Neto (CPF 090.311.144-64), menor sob guarda, pensionista de João Pereira de Souza (CPF 023.953.554-53).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.376/2012-0
Natureza: Pensão Civil.
Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão.
Interessados: Daniel Alves Reis da Silva (CPF 023.598.883-90), menor sob guarda, Danielle de Lima Reis (CPF 023.673.633-74), menor sob guarda, Elozina Alves Reis (CPF 146.993.113-34), viúva, Francisco Barbosa Conceição (CPF 023.598.873-19), menor sob guarda, e Maria Odina da Costa Silva (CPF 109.464.383-15), ex-esposa pensionada, pensionistas de Antonio Loyola Martins da Silva (CPF 174.229.733-15); Diego Hiluy Habibe (CPF 013.458.943-25), menor sob guarda, e Joao Antonio Silva Guimaraes (CPF 999.456.653-91), menor sob guarda, pensionistas de Beatriz Ribeiro Fernandes (CPF 238.165.113-68); Lucas Carreiro Jara (CPF 042.053.443-17), menor sob guarda, Maria Celia Carvalho de Barros (CPF 959.560.423-20), viúva, e Matheus Carreiro (CPF 048.148.233-47), menor sob guarda, pensionistas de Francisco Carreiro de Barros (CPF 004.467.263-20).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.212/2012-2
Natureza: Pensão Civil.
Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará.
Interessados: João Augusto Maranhão Rodrigues (CPF 527.936.722-20), menor sob guarda, pensionista de Oneida Carvalho Maranhão (CPF 000.001.752-34); Danielle Maria Medeiros Nunes (CPF 945.848.182-15), menor sob guarda, Maria Helena Chaves Nunes (CPF 945.848.002-78), viúva, Nathalia Cristina de Souza Nunes (CPF 945.848.342-53), menor sob guarda, e Nayanne Cristine de Souza Nunes (CPF 945.848.262-34), menor sob guarda, pensionistas de Rubens José dos Santos Nunes (CPF 032.188.302-06).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-002.240/2012-2
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Gerência Estadual/MT - MS.
Interessados: José Alves de Lima (027.708.061-49); Maria Glair Zacarias Carlotto (252.206.320-00); Maria Ilza Ferreira (184.396.679-49); Rita Maria de Campos Silva Dias (111.276.861-00).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.767/2005-2
Natureza: Pedido de Reexame (em Representação)
Entidade: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Distrito Federal - 11ª Região
Recorrente: Anderson Ferreira da Costa (524.736.191-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.957/2007-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Entidade: Município de Sapé - PB
Responsáveis: José Feliciano Filho (045.114.924-68); JR Projetos e Construções Ltda. (04.828.552/0001-43)
Interessados: José Feliciano Filho (045.114.924-68).
Advogado constituído nos autos: Geminiano Luiz Maroja Limeira Filho (OAB/PB 11.234).

TC-011.425/2012-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE
Interessados: Areuda Holanda Maranhão (090.988.873-68); Juliana Vasconcelos Maranhão (003.752.153-52); Leonardo Barreira Maranhão (003.752.223-08); Victor Maranhão Praciano (003.752.193-40)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.872/2005-7
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Prestação de Contas)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFET/MT - MEC.
Exercício: 2004
Responsáveis: Henrique do Carmo Barros (109.066.731-00).
Interessado: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFET/MT - MEC (33.710.211/0001-77)
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-013.192/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Fundação Nacional de Saúde
Interessada: Lacy Francisco de Almeida (098.817.941-53)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.998/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba
Interessado: José Afonso da Silva (137.099.924-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.576/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas
Interessado: Dilma Berlarmino Ribeiro dos Anjos (162.865.534-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.581/2012-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas
Interessado: José Tomé Bispo Filho (210.073.304-49)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.582/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas
Interessado: Luiz Jorge de Omena (031.820.614-53)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.583/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas
Interessada: Maria Aparecida Santos Martins (087.698.184-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.585/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas
Interessado: Maria José Santos Dantas (209.292.934-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.586/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas
Interessado: Rosilda Satiro de Carvalho Silva (133.719.834-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.587/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa do Acre
Interessado: Durival Brito e Silva (024.863.342-20)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.589/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa do Acre
Interessado: Jose Rodrigues de Azevedo (040.746.702-59)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.592/2012-3
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Acre.
Interessado: Raimundo Nonato de Vasconcelos (040.684.912-91).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.646/2012-6
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Paraná.
Interessado: Germínia Maria Boeing (079.567.972-68).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.723/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas.
Interessado: Lucimar Ferreira Vargas (062.992.702-25)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.776/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AC
Interessado: Luiz de Almeida Lopes (040.744.912-49)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.779/2012-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AC
Interessado: Valter Gomes de Oliveira (079.399.732-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.781/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AL
Interessado: Adelmo Batista dos Santos (111.367.154-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.784/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
Interessado: João Ferreira da Silva (141.163.834-49)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-000.202/2007-3
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Município de Acará/PA.
Recorrente: Francisca Martins Oliveira e Silva (105.556.252-49).
Advogado constituído nos autos: Marcelo Araújo de Albuquerque Lima (OAB/PA 16.114).

TC-001.830/2007-5
Natureza: Pedido de Reexame.
Órgão: Ministério da Fazenda (vinculador).
Recorrente: Vicente de Moraes Cancella (126.391.707-08).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.834/2004-5
Natureza: Pedido de Reexame.
Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE.
Recorrente: Francisco Erivaldo Santana (015.049.593-53).
Advogados constituídos nos autos: Tiago Cardoso Penna (OAB/MG 83.514), Rogério Rocha (OAB/MG 97.893 e OAB/DF 32.043) e Moacir Akira Yamakawa (OAB/DF 1.937-A).

TC-025.538/2009-9
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
Interessados: Iara Efigenia Machado Santa Barbara (223.163.026-53) e Virginia Helena Bernardes Ferreira (264.511.666-34).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-011.304/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Bruno César da Silva Souza (CPF 049.565.821-96), Delvina Sousa da Silva (CPF 473.609.091-04) e Isaias Philipe da Silva Rosa (CPF 036.833.781-23)
Unidade: Senado Federal
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.185/2010-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Augusto Santos Sala (CPF 263.605.438-34), Edison Bento Mancini (CPF 246.911.948-00), Eduardo Vilela Leite (CPF 133.998.638-88), Jaime Damin Filho (CPF 439.630.138-34), Jane Rodrigues Pereira (CPF 799.665.358-53), João Cassis (CPF 727.838.268-87), Maria Aparecida Secunho (CPF 400.843.108-04), Maurílio Cotta (CPF 731.553.738-49), Sonia Regina Rodrigues (CPF 728.047.188-91), Sonia Regina de Maria (CPF 857.240.768-53) e Vera Lúcia Kaestner Godoi (CPF 884.221.868-53)
Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Santos
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.210/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anna Beatriz de Oliveira Rocha (CPF 118.912.877-29), Marlene dos Santos Rocha (CPF 511.784.197-20) e Thiago de Oliveira Rocha (CPF 058.678.397-02)
Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.936/2010-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Raimundo Nonato Borba Sales (ex-prefeito, CPF 065.990.348-29)
Unidade: Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.445/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Gabriel Moraes (CPF 080.652.749 86) e Vinicius Moraes (CPF 080.652.739 04)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.468/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Alyne Cristhine de Avelar (CPF 063.744.949-54) e Ires Rodrigues Alves (CPF 328.508.919-91)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.359/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Djalma Pereira Guedes (ex-prefeito, CPF 067.260.623-20)
Unidade: Prefeitura Municipal de Governador Luiz Rocha/MA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.169/2010-8
Natureza: Representação
Interessada: Controladoria Geral da União (CGU)
Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A (Eletrobras Furnas)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.184/2007-4
Natureza: Pedido de Reexame em Pensão Civil
Recorrente: Rafael Vilhena Coutinho (CPF 007.966.774-09)
Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em João Pessoa/PB
Advogado constituído nos autos: Rogério Varela (OAB/PB nº 9.359)

TC-023.623/2006-8
Apenso: TC-015.006/2004-3
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Recorrentes: Sueli Pedro Ochogavia (titular da Coordenação das Secretarias Executivas da Codesp, CPF 344.407.048-91), José Luiz Ferreira (assessor da presidência da Codesp, CPF 051.731.128-32), Prima Acies Publicidade S/C Ltda. (CNPJ 02.939.658/0001-99) e Luz Publicidade São Paulo Ltda. (CNPJ 50.750.298/0001-25)
Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo S.A. (Codesp)
Advogados constituídos nos autos: Ricardo Quartim Barbosa Oliveira (OAB/SP 67.158), Felipe Fernandes Rocha (OAB/SP 220.065), Marcelo José Cruz (OAB/SP 147.989) e Leonardo Araujo Peres Martins (OAB/SP 147.984)

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-004.091/2010-8
Apensos: TC-011.155/2010-8; TC-018.994/2008-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Ademir Menezes de Farias (CPF 188.810.502-00); Alberto Alencar de Almeida (CPF 183.165.652-34); Alzira Farias Camelo (CPF 216.320.652-15); Antônio Pereira Lira (CPF 322.418.362-49); Evânia Salete Pereira de Araújo (CPF 322.114.302-87); José Carlos Pereira Lira (CPF 217.349.502-00); Luiz de Souza Santos (CPF 217.766.442-04); Maria Angélica da Costa Camillo (CPF 138.347.542-34); Shirlene Malveira Azevedo de Melo (CPF 216.671.362-91); Souza & Pastor Ltda. (CNPJ 34.710.145/0001-06); Valdemiro Queiroz da Silva (CPF 021.786.212-87); Íris Pastor de Souza (CPF 091.071.692-72)
Unidade: Superintendência Estadual no Acre da Fundação Nacional de Saúde - Funasa/AC
Advogado constituído nos autos: Helen de Freitas Cavalcante (OAB/AC 3082)

TC-015.968/2005-3
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: José Aparecido dos Santos (CPF 459.977.991-15)
Unidade: Município de Nova Marilândia/MT
Advogado constituído nos autos: Hélio Antunes Brandão Neto (OAB/MT 9.490)

TC-020.741/2007-6
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Ademir Galvão Andrade (CPF 049.051.805-20)
Unidade: Companhia Docas do Pará - CDP
Advogado constituído nos autos: Cristiana Pinho Martins (OAB/PA 9.328)

TC-024.985/2008-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: André Simões (CPF 554.442.101-34); Fundação Manoel de Barros (CNPJ 02.388.293/0001-51); Laurindo Faria Petelinkar (CPF 709.030.938-04); Rose Ane Vieira (CPF 365.768.161-20)
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul - Sebrae/MS
Advogados constituídos nos autos: Regina Iara Ayub Bezerra (OAB/MS 4172B) e outros, Alexandre Bastos (OAB/MS 6.052) e outros

TC-025.027/2008-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: André Simões (CPF 554.442.101-34); Fapec (CNPJ 15.513.690/0001-50); Ido Luiz Michels (CPF 417.426.999-87); Joao Batista Garcia (CPF 863.113.958-00); Laurindo Faria Petelinkar (CPF 709.030.938-04); Manoel Catarino Paes Peró (CPF 051.554.601-15); Rose Ane Vieira (CPF 365.768.161-20).
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul - Sebrae/MS
Advogados constituídos nos autos: Fernando Peró Correa Paes (OAB/MS 9.651) e outros; Fernando Ortega (OAB/MS 13.701); Carlos Alberto de Medeiros (OAB/DF 7.924) e outros; Lívia Baylão de Morais (OAB/GO 21.100) e outros; José Sebastião Espíndola (OAB/MS 4.114) e outros

TC-031.428/2011-8
Natureza: Levantamento de Auditoria
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia - Secex/RO
Unidade: Secretaria de Saúde do Estado de Rondônia
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-003.083/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - MCT
Interessados: Bruna Gomes do Nascimento, CPF 007.780.492-99; Josué Gomes do Nascimento, CPF 961.888.042-72, e Maria da Conceição Gomes do Nascimento, CPF 276.215.702-10.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.850/2012-9
Natureza: Pensão Civil
Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - MCT
Interessados: Amanda Ferreira Cardoso, CPF 868.520.602-25 e Hilery Ferreira Cardoso, CPF 868.521.592-72.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.413/2012-3
Natureza: Pensão Civil
Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT
Interessados: Camila Vieira Borges, CPF 030.383.171-52; Erenita Vieira Borges, CPF 373.569.761-53; Marcelo Vieira Aguiar, CPF 037.339.381-43, e Wesley Vieira Aguiar, CPF 007.339.371-71.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.353/2012-5
Natureza: Representação
Unidade: Ministério da Cultura
Interessada: HWC Empreendimentos Ltda. (CNPJ 08.228.323/0001-49)
Advogado constituído nos autos: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18.444)

TC-016.420/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
Interessados: Francilene Valério Martins, CPF 956.836.202-68; Patrick Anderson Valério Martins, CPF 011.072.712-66; Rafael de Souza Guimarães, CPF 000.651.802-83, e Stephane Valério Domingues, CPF 011.037.962-40.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-015.201/2005-6
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional no Maranhão - Sesi/MA.
Interessada: Triunfo Distribuidora Ltda., CNPJ n. 02.321.499/0001-64.
Advogados constituídos nos autos: Linieth Pereira Alves, OAB/MA 5.911; e outros.

TC-028.809/2007-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão: Ministério da Justiça.
Interessado: Ministério da Justiça.
Responsável: Irany Alfena Bayão de Azevedo, falecido, CPF n. 195.042.927-04.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 5 de julho de 2012.
FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da 1ª Câmara

2ª CÂMARA

ATA Nº 22, DE 3 DE JULHO DE 2012
(Sessão Ordinária)

Presidência do Ministro Augusto Nardes
Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Com a presença dos Ministros Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge; do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, bem como do Representante do Ministério Público, Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé; o Presidente, Ministro Augusto Nardes, invocando a proteção de Deus declarou aberta a Sessão Ordinária da Segunda Câmara às dezesseis horas, havendo registrado a ausência do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, por motivo de férias (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 33, 55, inciso I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Câmara homologou a Ata n.º 21, da Sessão Ordinária realizada em 26 de junho de 2012 (Regimento Interno, artigos 33, inciso X, e 95, inciso I).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Esta Ata, bem como seu Anexo, está publicada na página do Tribunal de Contas da União (Resolução TCU nº 184/2005).

PROCESSOS RELACIONADOS

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos apresentadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de nºs 4476 a 4692, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143 e Resoluções TCU nº 164/2003 e nº 184/2005).

a) Ministro Augusto Nardes (Relação nº 18);

ACÓRDÃO Nº 4476/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.348/2012-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fábio de Freitas (011.529.637-91); Luci de Lourdes Soares (025.565.537-15); Luiz Carlos de Andrade Bodstein (038.097.227-15); Marco Aurelio de Queiroz Cattony (100.504.778-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo - Mtur.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4477/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.060/2012-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Floriano José Martins (067.242.809-15).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4478/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.597/2012-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Alberto Filla (171.125.249-20).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4479/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.609/2012-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Alcides Tadeu Rodrigues Barbosa (810.394.848-91).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Paulo Centro/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4480/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.808/2010-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Aparecida Porto (863.363.478-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - MEC.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4481/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.543/2012-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Miguel Sobrinho (179.251.181-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4482/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.265/2010-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Agda Figueiredo Paitl (311.973.616-34); Alexandre Augusto Moreira Lajo (609.596.731-72); Andréa Lucia Teixeira de Souza (555.848.536-15); Eduardo Filgueiras Damasceno (020.825.149-94); Francisco Jose dos Santos (044.036.998-39); Sheyla Cristina da Silva Batista Lima (497.415.601-25); Solange Bertozi de Souza (475.109.351-72); Sonia Maria Oliveira de Andrade (103.406.024-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4483/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 157, *caput* e 259, inciso I, todos do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, destacando-se o ato de Jorge Campello Junior (peça n.º 25), para autuação e julgamento em apartado, com vistas à proposta de diligência formulada pelo representante do Ministério Público (peça 44) dos autos.

1. Processo TC-004.973/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Kelmer Siano (975.012.716-15); Adriana Souza Moreira (031.679.366-30); Albenzio Sales Gonçalves (568.085.777-49); Alessandre Tramontim (859.965.139-00); Analia Tamara Camara Santos Lemos (055.889.754-13); Antonio Mendes de Ramos Filho (859.917.329-49); Ary Luiz de Oliveira Peter Filho (557.933.394-34); Beatriz Borges de Souza (052.129.206-98); Camila Estela de Souza (965.051.416-34); Ceres Vanzin Almeida (506.497.520-15); Christian de Freitas Cardoso (012.905.454-21); Cristina Wiggers Volpato (046.071.279-90); Daniela do Carmo Mendes (001.321.076-94); Diego Ferreira Costa (060.275.296-52); Elaine Semirames Baumgartner Fernandes Camara de Souza (751.471.574-68); Fabiana Sayuri Muraoka Lucca (035.960.886-82); Fabiano Pereira Ferreira (850.447.339-20); Fernanda Carolina Montovani Galletti (117.323.247-86); Fátima Regina Firpe (526.094.566-20); Gilberto de Castro Brito (820.987.273-72); Giseli Garcia Barbosa (023.496.869-90); Giselli Seixas Lima (054.269.617-78); Jardel Gon-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

çalves Medeiros (020.847.659-86); Jorge Campello Junior (006.055.197-65); Jose Luiz de Souza Neto (024.861.334-02); Leonan Levati Machado (058.685.989-62); Lucas de Oliveira Costa (084.014.306-07); Lucimara Almeida de Macedo (063.659.916-73); Luis Henrique Silva Rocha (078.723.167-30); Luiz Carlos Cunha Sales (409.154.095-34); Luzivan de Moura Gois (074.091.384-08); Marcelo Furtado Barsam (719.115.296-68); Maria Edna Durante (429.531.549-49); Michele Silva Caetano Wienckoski (031.773.916-61); Natalia Santos Vieira (069.005.876-40); Nathalia Christina Monteiro de Souza (056.845.814-12); Orisson Victor de Oliveira Dantas (050.699.084-21); Samylle Freitas e Paiva (052.294.454-08); Valter Moreno Júnior (576.823.996-00); Weimar Barreto de Queiroz Junior (050.445.394-73).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4484/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.838/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Mauricio da Silva Marinho (483.258.722-68).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4485/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.884/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Patricia Grativol Costa Saraiva (078.797.087-58).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4486/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal dos interessados qualificados a seguir, sem prejuízo das determinações abaixo consignadas.

1. Processo TC-015.138/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jocimara Berton Alessi (821.821.080-68); Pedro Lopes Ritter (004.573.260-42).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo a falha ensejadora da inépcia dos atos, bem como, se for o caso, as falhas apontadas por esse Tribunal, no relatório da unidade técnica (peça 4), ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;

1.6.2. Orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 4487/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.817/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Akiciano da Costa Vale (001.246.203-96); Alan Miranda Soares (006.416.905-76); Andre Dorizete Alves (947.305.479-34); Andre Galindo Alves de Queiroz (046.677.184-39); Aurea Tania Dias Silva (493.755.393-34); Barbara Aparecida Fernandes (764.820.579-34); Camila Bristot de Carvalho (053.070.329-78); Claudia Helena Coradi (022.946.439-41); Cristiane Silva dos Santos (622.528.013-87); Daniela Maria Pellini Paese de Mello (954.796.190-04); Daniela Ramos Galvao Ferreira Silva (022.454.164-14); Edenilson Ferreira da Costa (530.610.983-72); Elser Volney Diogo (442.627.010-34); Emanoel Rodrigues da Silva (672.624.223-91); Fabiano Luiz Ramos Ribeiro (953.065.443-04); Fabio Barbosa do Nascimento (034.753.644-17); Fabio Nascimento Mileto (922.699.230-49); Gilmar Schmoeller (798.769.439-87); Ione Rosa Wilkomm (823.941.050-20); Jaqueline Luzia Schuch (005.408.330-37); Josiana Costa Teixeira (771.695.063-00); Karla Patricia Aguiar Carvalho (009.572.313-77); Kennia Silva de Oliveira (000.978.903-08); Lenira Fritsch de Almeida Garcia (589.548.560-04); Luciane Stupp de Freitas (027.773.509-22); Luiz Filho Lages Aragão (019.789.353-82); Luiz Lantyer Luz (827.740.215-53); Marcia Angelica Ilha Hardem Neves (002.409.840-05); Marco Antonio Soares Prates (269.320.326-00); Marcos Antonio Feitosa Filho (021.510.674-16); Marcus Vinicius Diesel de Oliveira (002.446.970-00); Mariane Tavares de Oliveira (965.216.945-53); Marilda Ribeiro dos Santos (924.244.499-53); Nerias Diniz Jorge (007.535.474-81); Paulo Oscar Kuffel (532.925.960-68); Paulo de Morisson Faria (168.079.876-68); Raimundo Campos Silva (939.476.903-04); Rita de Cascia Saldanha Dornelles (895.264.900-10); Rommina Eryka Silva dos Santos (861.552.023-20); Rosane Gomes Ribeiro (038.337.566-59); Rosenildes Ribeiro Sampaio (349.831.983-34); Sergio Bittencourt Ferret (375.658.000-82); Soraia Acordi (026.072.999-00); Tania Cardoso Freitas (021.673.939-03); Tarcisio de Souz Lisboa (012.403.623-66); Vanessa Paiva Marques (871.604.983-72); Welma Maria de Almeida Cunha (830.314.803-68); Wendel Silva Martins (025.722.446-75); William Etchandy Lima (779.387.807-82); Wilson Zilli (337.662.310-49).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4488/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos I e II, 17, 18, 23, incisos I e II, e 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 169, 207, 208, 214, incisos I e II, e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, e de conformidade com os pareceres emitidos nos autos, em julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Agenor Pereira de Azevedo, dando-lhe quitação, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena, e em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem prejuízo das determinações abaixo consignadas.

1. Processo TC-020.065/2010-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsáveis: Agenor Pereira de Azevedo (548.083.087-20); Airson Batista (621.795.191-68); Amilton Luiz Novaes (867.411.791-00); Angelo Luiz de Lima Tetilia (213.089.768-10); Bruno Cristaldo Romero Moreira (734.218.041-68); Bruno Dantas Wizenfad (025.103.431-30); Cesar Augusto Scheide (117.200.468-40); Charlei Aparecido da Silva (075.694.018-40); Claudio Alves de Vasconcelos (157.503.536-72); Célia Regina Delacio (112.025.698-46); Damiao Duque de Farias (356.347.311-00); Dionise Magna Juchem (395.212.060-04); Edgard Jardim Rosa Junior (016.179.778-45); Edvaldo Cesar Moretti (056.038.748-21); Elisabete Castelon Konkiewitz (146.433.658-03); Elisangela Romero Bruno (966.021.201-15); Emerson Henklain Ferruzzi (653.940.111-68); Fabio Iaione (705.271.720-49); Franz Maciel Mendes (761.984.301-97); Gilberto Dourado Braga (285.335.421-00); Guilherme Ribeiro Martins dos Santos (326.915.958-70); Helder Baruffi (275.032.830-68); Joao Carlos de Souza (029.851.698-52); Joao Dimas Graciano (005.191.178-75); Jones Dari Goettert (543.811.180-49); José Benedito Perrella Balestieri (822.717.478-72); José Carlos Chaves (203.235.651-15); José Daniel de Freitas Filho (208.785.321-53); Leandro Monteiro de Lima (078.231.467-89); Liane Maria Calarge (202.818.971-15); Marcia Midori Shinzato (480.474.731-15); Marcos Antonio Dias Ribeiro (367.488.621-91); Maria Aparecida Bolzan (285.332.751-53); Maria Aparecida Garcia Tommaselli Chuba Machado (763.687.349-49); Nestor Antonio Heredia Zarate (515.099.466-91); Osvaldo Zorzato (108.639.741-04); Paulo Bungart Neto (771.943.736-53); Rafael Tavares Peixoto (276.313.466-15); Reinaldo dos Santos (196.459.568-11); Renato Nesio Suttana (504.118.456-91); Rita de Cassia Aparecida Pacheco Limberti (019.836.678-70); Rodrigo Luiz Simas de Aguiar (952.100.839-34); Ronaldo Ferreira Ramos (471.294.179-00); Rosemeire Messa de Souza Nogueira (294.562.401-00); Rosilda Mara Mussury Franco Silva (893.781.807-87); Rozanna Marques Muzzi (367.580.941-20); Samantha Suellen da Silva Mendes (728.605.101-68); Sandra Regina de Oliveira (562.601.801-87); Sidnei Azevedo de Souza (404.755.221-68); Silvana de Abreu (338.669.291-53); Tania Jucilene Vieira Vilela (338.720.661-53); Tarcísio de Oliveira Valente (261.497.966-04); Vagno Nunes de Oliveira (847.295.701-20); Wedson Desiderio Fernandes (015.850.848-32); Wellington Lima dos Santos (447.661.651-87); Zefa Valdivina Pereira (500.915.651-20); Zélia Romana Nolasco dos Santos Freire (404.800.541-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência à Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, na forma da Portaria/Segecex 13, de 27/4/2011, nos seguintes termos:

1.6.1.1. a realização da fase interna da licitação é condição prévia essencial à contratação, inclusive nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, razão pela qual a situação detectada pela CGU/MS nos processos 23005.000849/2009-85 e 23005.000848/2009-31 viola os arts. 26 e 38, caput e seus incisos, ambos da Lei 8666/93.

1.6.1.2. a situação prevista no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 não distingue a emergência real, resultante do imprevisível, daquela resultante da incúria ou inércia administrativa, sendo cabível, em ambas as hipóteses, a contratação direta, só que, na segunda hipótese, será responsabilizado o agente público que não adotou tempestivamente as providências a ele cabíveis.

1.6.2. Determinar o encaminhamento à 6ª Secex do excerto do Relatório de Auditoria 243935, elaborado pela CGU/MS (peça 7 da instrução da unidade técnica), a fim de que avalie, se julgar oportuno e conveniente, as críticas ali tecidas pelo Controle Interno à utilidade e mensurabilidade dos indicadores de gestão criados pela Decisão/TCU 408/2002-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 4489/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 10, § 1°, e art. 12, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, inciso II, do RI/TCU, em levantar o sobrestamento dos presentes autos, e autorizar a citação do Sr. José Jorge Pereira Récio, nos termos da proposta da unidade técnica (peça 23, fl. 6).

1. Processo TC-010.773/2010-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Jorge Pereira Récio (067.430.052-15).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais do Estado do Amapá (16 Municípios).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AP (SECEX-AP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4490/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, regularmente notificado, em 28/3/2011, da deliberação recorrida, o Acórdão nº 6.476/2010-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 9/11/2010, inserido na Ata nº 38/2010-2ª Câmara, o interessado somente compareceu aos autos em 29/9/2011, oportunidade em que protocolizou seu Recurso de Reconsideração;

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando, paralelamente, que o interessado não apresenta fatos novos capazes de alterar o mérito do acórdão alvejado, o que, por si só, inviabiliza o conhecimento da peça recursal em tela, **ex vi** do disposto no art. 39, parágrafo único, do aludido Regimento;

Considerando que, nessas circunstâncias, os pareceres da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto a este Tribunal são convergentes no sentido do não-conhecimento do recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso I; e 285; do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expendidas pelo relator, em não conhecer do Recurso de Reconsideração interposto, por ser intempestivo e não apresentar fatos novos, e em arquivar os autos, após o envio de cópia desta deliberação e do exame de admissibilidade de fls.30/36 do Anexo 2 às partes e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-011.302/2009-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 013.034/2011-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 013.033/2011-5 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Ailton Rosa Vivas (248.023.107-06); Nelson Costa Mello (119.674.127-15).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Órgão/Entidade: Município de Guapimirim - RJ.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4491/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando o teor do subitem 9.2. do Acórdão nº 2.647/2007-TCU-Plenário, prolatado na Sessão de 5/12/2007, inserido na Ata nº 51/2007, que autorizou o arquivamento dos processos de tomada de contas especial cujo valor do débito, atualizado monetariamente, seja inferior a R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais);

Considerando que, à luz dos demonstrativos e análise da unidade técnica, o montante do débito situa-se abaixo do referido limite;

Considerando, adicionalmente, que a proposta da unidade técnica, ratificada pelo parecer do Ministério Público junto ao TCU, (peças 12, 13 e 14), é no sentido do arquivamento do presente processo,

Tendo em vista que o valor do débito apurado nos autos é inferior àquele estabelecido no Acórdão 2.647/2007-TCU-Plenário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, com fundamento no item 9.2 do Acórdão 2.647/2007-TCU-Plenário e nos arts. 5º, § 1º, inciso III, e 10 da IN/TCU 56, de 2007, em determinar o arquivamento do presente processo, sem julgamento de mérito, dando ciência desta deliberação ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e ao Sr. Antônio Jeferson de Deus Moreno.

1. Processo TC-012.572/2009-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Antônio Jeferson de Deus Moreno (104.486.833-34).
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4492/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em expedir quitação ao Sr. Manoel João dos Santos Junior, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada no subitem 9.2 do Acórdão nº 292/2010, proferido pela Primeira Câmara, em Sessão de 26/1/2010, Ata nº 01/2010, promovendo-se em seguida, o arquivamento do presente processo, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos.

Quitação relativa ao subitem 9.2 do Acórdão nº 292/2010, proferido pela Primeira Câmara, em Sessão de 26/1/2010, Ata nº 1/2010.

Valor original da multa: R$ 10.000,00 Data de origem da multa: 26/1/2010

Valor recolhido: R$ 10.154,00 Data do ultimo recolhimento: 2/3/2012

1. Processo TC-030.489/2008-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 013.166/2008-0 (REPRESENTAÇÃO).
1.2. Responsáveis: Manoel João dos Santos Junior (536.982.664-15); Prefeitura Municipal de Passo de Camaragibe - AL (12.342.655/0001-27).
1.3. Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais do Estado de Alagoas (103 Municípios).
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4493/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea **a**, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e de conformidade com a proposta da unidade técnica, em conhecer da Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente, e em arquivar os presentes autos, encaminhando-se cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante, sem prejuízo da determinação abaixo consignada.

1. Processo TC-019.767/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Haroldo Euvaldo Brito Lêda (044.934.273-53).
1.2. Interessados: Enoc Rodrigues Lopes (104.011.133-53); José Leopoldo Pereira (460.232.083-04); Pedro de Sousa Catingueiro Filho (237.258.503-72).
1.3. Órgão/Entidade: Município de Lago do Junco - MA.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar o encaminhamento de cópia dos presentes autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para que, quando da análise das contas do Programa Nacional da Merenda Escolar, no município Lago do Junco/MA, exercícios 2009 e 2010, possa confrontar as informações contidas nesta representação com as prestações de contas apresentadas.

b) Ministro Aroldo Cedraz (Relação nº 17);
ACÓRDÃO Nº 4494/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o pedido de prorrogação de prazo constante do Ofício 643/GR-11 (peça 74), da Universidade Federal de Sergipe foi deferido nos autos de monitoramento do Acórdão 8467/2011 - TCU - 2ª Câmara (TC-037.722/2011-5);

Considerando o comprovante de recolhimento da multa aplicada ao Sr. José Manuel Pinto Alvelos por intermédio do subitem 9.4 do Acórdão 8467/2011 - TCU - 2ª Câmara;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; e 27 da Lei 8.443/92, c/c o artigo 218 e seu parágrafo único do Regimento Interno, em dar quitação ao Sr. José Manuel Pinto Alvelos, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por intermédio do Acórdão 8467/2011 - TCU - 2ª Câmara (Ata 35/2011, sessão de 27/9/2011), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.555/2008-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2007)
1.1. Responsáveis: Abel Smith Menezes (420.611.215-00); Alceu Pedrotti (554.136.929-00); Ancelmo de Oliveira (002.632.225-00); Angela Cristina Ferreira Guimaraes (236.332.985-68); Angela Teresa Costa Sales (256.284.295-20); Angelo Roberto Antoniolli (973.238.618-53); Antonio Carvalho da Paixao (021.592.875-04); Antonio Monteiro Lima (085.456.265-68); Antônio Santos Silva (051.440.515-53); Arivaldo Jose dos Santos (038.365.415-72); Arivaldo Montalvao Filho (077.429.405-15); Byron Emanuel de Oliveira Ramos (045.132.075-15); Carlos Alexandre Borges Garcia (449.820.545-68); Carlos Dias da Silva Junior (264.994.605-91); Carlos Magno Santos Gomes (400.228.891-91); Cristine Araujo Lima (574.394.515-20); Denis Cruz Meneses (036.958.325-68); Denise Leal Fontes Albano (361.511.143-53); Edival Antonio de Goes (120.028.445-34); Eduardo Alberto da Silva Farias (245.327.897-53); Eduardo Antonio Conde Garcia (002.507.595-00); Eugenio Dezen (211.053.830-91); Everaldo Aragao Prado (002.612.975-20); Fabio Maza (009.864.318-50); Francisca Argentina Gois Barros (171.633.825-53); Francisco Sandro Rodrigues Holanda (234.433.083-68); Fred Amado Martins Alves (902.117.235-68); Fundação de Apoio A Pesquisa e Extensão de Sergipe (97.500.037/0001-10); Gabriel da Silva Lobao (067.637.905-20); Gildo Guimaraes de Carvalho (034.089.575-68); Gilton Ramos Carvalho Costa (151.045.245-15); Giselia Cardoso (102.869.775-91); Haroldo Silveira Dores (234.806.105-87); Helio Mario de Araujo (201.311.195-91); Henrique Batista e Silva (033.809.805-44); Itamar Freitas de Oliveira (361.621.085-20); Ivan Gomes da Silva (149.269.975-68); Izaura Lucia da Fonseca Sobral (034.267.935-04); Jenny Dantas Barbosa (077.435.055-53); Joaquim Machado Barreto Meneses Filho (082.127.675-15); Joelina Souza Menezes (055.033.025-91); Jonatas Silva Menezes (077.360.375-15); Jorge Lima Costa (116.698.295-53); Jose Araujo Filho (002.633.705-34); Jose Arnaldo Vasconcelos Palmeira (077.017.135-49); Jose Augusto Machado (033.745.725-53); Jose Carlos Garcez de Menezes (002.585.205-15); Jose Eloizio da Costa (273.516.705-44); Jose Ibare Costa Dantas (002.495.215-04); Jose Magno do Nascimento (138.319.415-72); Jose Manoel Pinto Alvelos (011.008.905-72); Jose Marcos Monteiro Freire (116.330.345-34); Jose Maxuel de Farias Ferreira (026.577.224-90); Jose Wellington Costa (069.234.965-00); Josemar Sena Batista (527.086.084-87); Josenildo Luiz Guerra (019.777.857-78); Josue Modesto dos Passos Subrinho (072.925.035-00); José Alexandre Felizola Diniz (107.105.158-04); Juviano Borges Garcia (052.048.955-15); Kelmany Marcio de Assis Silva (054.900.604-41); Lianna de Melo Torres (235.932.025-49); Lilian Cristina Monteiro Franca (069.326.978-23); Luis Aime Ramos da Silva (102.462.581-87); Luiz Eduardo Alves de Jesus (811.518.965-00); Luiz Eduardo de Magalhaes (004.822.854-00); Manuel Luiz Figueiroa (005.032.315-68); Marcelo Alario Ennes (074.080.558-43); Marcionilo de Melo Lopes Neto (085.436.825-68); Marco Tulio Tomaz de Matos (002.582.845-28); Maria de Fatima Evangelista de Amorim Santos (192.590.343-53); Mario Everaldo de Souza (066.457.204-91); Marlene dos Santos Alves (055.099.805-59); Marlucy Mary Gama Bispo (274.827.665-53); Mauricio de Silva Lobao (085.585.745-53); Napoleão dos Santos Queiroz (102.132.875-87); Nelia Alves de Oliveira (004.049.005-00); Nilma Fontes de Araujo Andrade (312.368.555-15); Olivio Alberto Teixeira (336.365.910-53); Osório de Araújo Ramos Filho (034.247.075-20); Paulo Roberto Dantas Brandão (119.826.915-49); Ricardo de Oliveira Lacerda de Melo (173.107.094-20); Rivaldo Santos Machado (051.690.205-97); Rosa Maria Viana de Braganca Garcez (120.236.555-87); Tacito Augusto Farias (688.687.317-20); Thiago dos Santos Souza (845.813.605-87); Ulisses Willy Rocha de Moura (000.699.995-62)
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4495/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16; inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas, dar quitação aos responsáveis, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.708/2011-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)
1.1. Responsáveis: Manoel Bandeira Morais (262.115.801-34) e Frederico Frederique Silvério (005.618.441-78).
1.2. Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Tocantins.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.5.1. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde de Tocantins (NEMS/TO) que, no prazo de 90 (noventa) dias, elabore plano de ação contendo cronograma das medidas que irá adotar para a correção das seguintes falhas:
1.5.1.1. ausência de análise de prestações de contas de transferências concedidas nos prazos previstos nos normativos legais (art. 31 da Instrução Normativa STN 1/97);
1.5.1.2. acompanhamento inadequado dos prazos de apresentação de prestação de contas das transferências concedidas (§5º do art. 28 da Instrução Normativa STN 1/97)
1.5.1.3. instauração intempestiva de Tomada de Contas Especial (art. 1º, §1º da Instrução Normativa TCU 56/2007);
1.5.1.4. falta de capacitação dos servidores atuantes na análise de prestações de contas e instauração de Tomada de Contas Especial;
1.5.1.5. necessidade de aperfeiçoamento dos controles internos com vistas a minimizar os riscos e alcançar os objetivos da unidade;
1.5.1.6. necessidade de cadastramento no SICONV dos convênios firmados no âmbito do Tocantins (Lei 12.309/2010 e o art. 68 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT n° 127/2008).
1.5.1.7. compatibilização do rol de responsáveis com o previsto no art. 10 da IN TCU 63/2010;
1.5.2. recomendar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde de Tocantins (NEMS/TO) que promova a otimização do Serviço de Pessoal, de modo que este seja capaz de realizar a contento o acompanhamento dos servidores cedidos ao SUS, alocados em diversos municípios do Tocantins e nas secretarias estaduais, adotando, inclusive, a prática de visitas periódicas aos locais de lotação, caso viável, para verificação **in loco** das atividades desenvolvidas;
1.5.3. determinar o arquivamento dos presentes autos, sem prejuízo do monitoramento da determinação constante do item 1.5.1. precedente.

ACÓRDÃO Nº 4496/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em:

1. Processo TC-026.984/2011-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)
1.1. Responsáveis: Clodoaldo Jose da Silva Junior (440.609.121-15); Ivone Pinto Caldeira (333.310.141-68); Célio Constantino da Costa (CPF 517.269.551-68)
1.2. Entidade: 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado de Goiás.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.5.1. com fundamento no art. 10 da IN TCU 63/2010 c/c a DN TCU 107/2010, incluir no rol de responsáveis o Sr. Célio Constantino da Costa (CPF 517.269.551-68) e excluir os Srs. Murilo Moraes (CPF 448.918.491-34) e Jairo Braga (835.701.101-25);
1.5.2 julgar regulares as contas, referentes ao exercício de 2010, dos Srs. Clodoaldo José da Silva Júnior, Ivone Pinto Caldeira e Célio Constantino da Costa, dando-lhes quitação plena;
1.5.3 remeter cópia da instrução de peça 11 dos autos à 1ª Secex, para que seja examinada a conveniência e oportunidade de:
1.5.3.1 determinar à Anatel que exerça suas atribuições de órgão regulador do setor de telefonia, de sorte a garantir o perfeito funcionamento do serviço de emergência 191 do DPRF, comunicando ao TCU, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as ações depreendidas nesse sentido; e
1.5.3.2 recomendar à Anatel que avalie a possibilidade de autorizar a utilização das torres das operadoras de telefonia celular para a instalação de unidades repetidoras de rádio da PRF, comunicando o resultado ao TCU;
1.5.4 remeter cópia da instrução de peça 11 dos autos à 3ª Secex, para que seja examinada a conveniência e oportunidade de recomendar ao DPRF que:
1.5.4.1 ao efetuar a definição dos programas do próximo exercício, ajuste a metodologia utilizada no indicador de sensação de segurança nas rodovias federais para conferir maior representatividade a esse indicador;
1.5.4.2 em função dos elevados percentuais apurados de veículos fiscalizados que foram multados, e de multas graves e gravíssimas expedidas, faça constar no seu planejamento orçamentário ações que busquem reduzir tais percentuais;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.5.4.3 de sorte a subsidiar o exame das contas do próximo exercício, que faça constar no Relatório de Gestão as quantidades de multas graves e gravíssimas agrupadas por tipos de infrações; e

1.5.4.4 avalie o impacto das decisões relativas à priorização de dispêndios nas atividades primordiais do órgão, quando do contingenciamento de despesas;

1.5.5 dar ciência da presente deliberação à 1ª SRPRF/GO, ao DPRF e à Anatel; e

1.5.6 determinar o arquivamento do presente processo.

ACÓRDÃO Nº 4497/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em acolher o pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, e dilatar, por 45 (quarenta e cinco) dias, o prazo inicialmente concedido para resposta ao Ofício 310/2012 - TCU/Secex-8, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.683/2011-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Alexandre Augusto Aragon (581.829.340-87); Ricardo Brisolla Balestreri (354.472.810-91)

1.2. Entidade: Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4498/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Odeildo Coelho da Silva (CPF 707.438.353-87), dando-lhe quitação, sem prejuízo de fazer as determinações sugeridas; e nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.1, dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.092/2011-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Odenildo Coelho da Silva (707.438.353-87); Paulo Pereira da Silva (562.731.773-68)

1.2. Entidade: Fundação Nacional do Índio - Coordenação Regional de Tucumã/PA.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1. determinar à Fundação Nacional do Índio - Coordenação Regional de Tucumã/PA a criação de Comissão Permanente de Licitação na entidade, e a realização do devido procedimento licitatório para as despesas de contratação de outros serviços e compras, com valores superiores a R$ 8.000,00 (oito mil reais), nos termos dos artigos 23 e 24, inciso II, da Lei 8.666/93; e

1.5.2. determinar o arquivamento dos presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 4499/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Juscelino Arlindo do Carmo Bessa (CPF 128.651.502-59), dando-lhe quitação, sem prejuízo de fazer as determinações sugeridas; e nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.1, dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.128/2011-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Francisco José Brasil de Moraes (129.356.622-53); Juscelino Arlindo do Carmo Bessa (128.651.502-59); Vanessa Cristiane Soares Miranda (784.817.831-53)

1.2. Entidade: Fundação Nacional do Índio - Coordenação Regional em Belém/PA.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações:

1.5.1. determinar à Fundação Nacional do Índio - Coordenação Regional em Belém/PA, a criação de Comissão Permanente de Licitação na entidade, bem como a realização do devido procedimento licitatório nas despesas de contratação de outros serviços e compras com valores superiores a R$ 8.000,00 (oito mil reais), nos termos dos artigos 23 e 24, inciso II, da Lei n° 8.666/93; e

1.5.2. determinar o arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO Nº 4500/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas a seguir relacionadas, dar quitação plena aos responsáveis, e fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.861/2011-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Agostinho Sebastião Spinola (245.401.028-34); Alexandre Ribeiro Meyer Pflug (259.406.078-02); Ana Eliza Mendes Rodrigues Gaido (093.081.088-07); Antonio Cesar Russi Callegari (932.692.508-00); Aparecido Donizete da Silva (038.755.338-01); Benjamin Steinbruch (618.266.778-87); Boaventura Inglesi Neto (061.771.078-34); Carlos Alberto da Silva Cucio (073.565.828-56); Carlos Eduardo Cabanas (033.270.128-06); Célio Jorge Deffendi (020.268.078-92); Débora Cypriano Botelho (059.172.978-43); Elias Miguel Haddad (004.189.788-91); Emílio Alves Ferreira Júnior (716.771.008-34); Erulos Ferrari Filho (876.690.058-15); Fernando Antonio Carvalho de Souza (062.248.737-04); Fernando Cesar Soprani (022.495.938-76); Fernando Greiber (011.484.948-04); Humberto Barbato Neto (698.267.228-04); José Felício Castellano (007.010.688-68); José Roberto de Melo (190.229.568-49); João Alberto Simões (051.508.768-87); Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho (005.269.168-34); Luiz Antonio de Medeiros Neto (028.411.168-67); Mario Eugenio Simoes Onofre (846.317.678-04); Nelson Abbud João (006.594.958-72); Nelson Antunes (006.828.888-34); Nelson Luis de Carvalho Freire (063.568.298-26); Nilton Torres de Bastos (378.183.768-87); Paulo Antonio Skaf (674.083.628-00); Roberto de Faria Veloso (023.000.628-01); Ronaldo Bianchi (768.688.778-20); Sebastião Geraldo Cardozo (020.422.198-60); Silvia Helena Marchi (118.309.558-96); Sylvio Alves de Barros Filho (019.794.698-49); Sérgio Tiezzi Júnior (173.283.918-20); Tereza Toshiko Watanabe (014.406.968-70); Vandermir Francesconi Júnior (150.396.548-12); Walter Vicioni Gonçalves (051.118.388-72)

1.2. Entidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional no Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1. recomendar ao Serviço Social da Indústria - Departamento Regional no Estado de São Paulo, que:

1.5.1. aprimore seus indicadores institucionais e de gestão de recursos humanos, de modo que, em seu Relatório de Gestão de Contas Anuais, possam traduzir de forma mensurável e clara o cumprimento das metas estabelecidas, a fim de tornar possível a avaliação e correção do desempenho da gestão, e auxiliar os processos de decisões gerenciais que afetem o desempenho da entidade;

1.5.2 desenvolva estudos com intuito de aprimorar sua estrutura de controles internos e assim assegurar aos gestores da área acesso a dados que possam garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações produzidas, e a obediência às leis e regulamentos que regem o negócio da entidade e a salvaguarda de seus recursos;

1.5.3. realize estudos no sentido de aprimorar a gestão de tecnologia da informação no âmbito da entidade, em especial quanto: à constituição de um Comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos em tecnologia da informação; ao desenvolvimento de política de segurança da informação instituída em documento específico, e; à gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI oferecidas a seus clientes.

ACÓRDÃO Nº 4501/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas a seguir relacionadas, dar quitação plena aos responsáveis, e determinar o arquivamento do feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.095/2011-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA)

1.1. Responsáveis: Antonio Ivo de Carvalho (275.624.097-49); Paulo Ernani Gadelha Vieira (422.312.997-04); Valeria Morgana Penzin Goulart (426.960.627-49)

1.2. Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4502/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 10, § 1º, e 11 da Lei 8.443/92, c/c os artigos 157 e 201, § 1º, do Regimento Interno, em sobrestar o julgamento das contas a seguir relacionadas, até que seja concluído o recolhimento parcelado das multas impostas aos Srs. Esdras Magalhães dos Santos Filho e Brasil Américo Louly Campos, por intermédio do Acórdão 595/2010 - TCU - 2ª Câmara, ou sobrevenha a situação prevista no artigo 217, § 2º, do Regimento Interno.

1. Processo TC-012.772/2000-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 1999)

1.1. Apensos: 002.844/1997-4 (ACOMPANHAMENTO)

1.2. Responsáveis: Argemiro Antônio Fontes Mendonça (252.234.101-49); Brasil Americo Louly Campos (030.350.691-15); Carlos Alonso Alencar Queiroz (136.890.532-34); Eduardo Simões Barbosa (002.806.401-10); Esdras Magalhães dos Santos Filho (404.546.578-20); Francisco Machado da Silva (609.652.668-34); Francisco de Paula Neto (043.776.726-49); Ilka Beatriz Albuquerque Fernandes (579.970.557-20); Jose Neudete de Vasconcelos (010.239.503-91); João Evangelista Marques Soares (062.904.003-63); Lindbergh Gondim de Lucena (000.720.918-51); Luiz Antonio Rossafa (186.865.839-20); Marco Vinícius Tedesco (057.178.578-61); Marcos Túlio de Melo (130.866.186-04); Maria Elisa Meira (539.168.247-91); Otavio Augusto Carvalho de Velloso Vianna (095.541.907-78); Paulo César da Silva Gonçalves (093.633.432-00); Paulo Roberto de Queiroz Guimarães (778.148.608-06); Raimundo Ulisses de Oliveira Filho (156.401.323-53); Ricardo Teobaldo Antoniazzi (317.454.400-97); Vinício Duarte Ferreira (044.545.374-53); Élio Montezzo (207.744.608-06)

1.3. Entidade: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Confea.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Advogado constituído nos autos: Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB/SP 66.905).

ACÓRDÃO Nº 4503/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a determinação endereçada ao Ministério da Saúde e à CGU por intermédio do Acórdão 2.451/2007 - TCU - Plenário, para que encaminhassem diretamente ao TCU os relatórios elaborados por suas equipes nas fiscalizações de convênios relativos à aquisição de unidades móveis de saúde - UMS, relacionados com a denominada "Operação Sanguessuga";

considerando que o item 9.4.1 daquela deliberação autorizou a autuação de cada um daqueles relatórios como representação e, nos casos em que houvesse indícios de superfaturamento, desvio de finalidade, desvio de recursos ou qualquer outra irregularidade que resultasse em dano ao erário, sua consequente conversão em tomada de contas especial;

considerando que o débito apurado nos autos, em valores atualizados, é inferior ao limite mínimo fixado na Instrução Normativa TCU 56/2007 para a instauração de tomada de contas especial;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos artigos 93 da Lei 8.443/92; artigos 143, inciso V, alínea "a" e 213 do Regimento Interno, c/c os artigos 5º, § 1º, inciso III, 10 e 11 da IN TCU 56/2007, em:

1. Processo TC-007.136/2011-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 026.718/2009-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Entidade: Prefeitura de Uauá - BA.

1.3. Responsável: Jorge Luiz Rosa Lobo (CPF 264.138.175-34).

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. determinar o arquivamento do presente processo, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para que lhe possa ser dada quitação;

1.6.2. dar ciência ao Município de Uauá/BA que foi identificada na execução do Convênio 1239/2004 as seguintes irregularidades:

1.6.2.1. realização de convite para participar da mesma licitação de empresas com sócios em comum, ferindo os princípios da moralidade, da igualdade e da probidade administrativa, consubstanciados nos arts. 3º, caput e § 3º; 22, §§ 3º e 7º; e 94 da Lei nº 8.666/93 e no art. 37, caput, da Constituição Federal;

1.6.2.2. ausência de pesquisa prévia de preço, em afronta aos artigos 15, V, e 43, IV, da Lei de Licitações.

1.6.3. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como da instrução constante da peça 4 dos autos, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), para que adote as providências que julgar necessárias ao ressarcimento do débito apurado, bem como ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e à Controladoria-Geral da União da Presidência da República (CGU/PR), para conhecimento.

ACÓRDÃO Nº 4504/2012 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de peça apresentada pela empresa Carmo Indústria e Comércio S/A, em resposta ao Ofício notificatório 2687/2011-TCU/SECEX-SP, que deu ciência do Acórdão 10552/2011 - TCU - 2ª Câmara à referida empresa.

Considerando que a referida peça limita-se a requerer o arquivamento do processo adiante relacionado, em razão da existência de ação de execução judicial promovida pelo INSS contra a peticionária, bem como a não inscrição do nome da Carmo Indústria e Comércio S/A no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin;

Considerando o princípio da independência das instâncias, bem como o disposto no Enunciado 128 da Súmula de Jurisprudência do TCU, no sentido de que os valores eventualmente já satisfeitos deverão ser considerados para efeito de abatimento na execução;

Considerando o parecer da Serur, no sentido de se receber a peça como mera petição e indeferir o pedido de arquivamento e não inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no artigo 48, § 4º, da Resolução 191/2006, em receber a peça inominada da Carmo Indústria e Comércio S/A como mera petição, e indeferir os pedidos de arquivamento do processo e de não inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN; e encaminhar os autos à Secex-SP, para as devidas comunicações processuais, e formalização do devido processo de cobrança executiva.

1. Processo TC-008.304/2010-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antonio Rogério Magri (120.400.618-00) e Carmo Industria e Comércio S.a. (42.523.845/0001-01)

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogados constituídos nos autos: Antônio Cecílio Moreira Pires (OAB/SP 107.285), Cristina Geremias de Oliveira (OAB/SP 191.728), Rangel Perrucci Fiorin (OAB/SP 196.906) e Júlio César Chaves Cocolichio (OAB/SP 303.423).

ACÓRDÃO Nº 4505/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno, c/c os artigos 5º, § 3º, e 10, da Resolução TCU 56/2007, com relação ao processo a seguir relacionado, em:

1. Processo TC-008.410/2010-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Hilton Prado de Castro (031.835.302-44); Julia Luna Cohen Assunção (139.911.592-87)

1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - Cefet/PA.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. desentranhar as peças que fundamentem o débito da Sra. Júlia Luna Cohen Assunção, e juntá-las aos autos do TC 027.221/2009-4; e

1.6. considerar nulo o ofício de citação 693/2010 dirigido ao Sr. Hilton Prado de Castro, vez que não há nos autos elementos que demonstrem sua participação nos fatos apontados; e

1.7. encerrar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 4506/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas; dar quitação ao Sr. Lauri Darci Gisch; e determinar o arquivamento do feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.660/2012-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Lauri Darci Gisch (213.217.280-34)

1.2. Entidade: Prefeitura de Forquetinha - RS.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1. dar ciência da presente deliberação, acompanhada de reprodução da peça 6 dos autos, ao Ministério da Saúde, para ciência e adoção das providências cabíveis com relação à baixa da responsabilidade (2010NL001374); ao Tribunal de Contas do Estado do RS, tendo em vista as considerações constantes dos itens 45 e 46 da instrução de mérito constante à peça 6 dos autos; à Procuradoria da República no município de Lajeado/RS, em atendimento complementar às solicitações constantes dos ofícios OF/PRDC/PRM-LJ 244/2011 e OF/PRDC/PRM-LJ 244/2011; à Prefeitura de Forquetinha/RS e ao responsável.

ACÓRDÃO Nº 4507/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1938/2012 - TCU - 2ª Câmara, prolatado na sessão de 27/3/2012, Ata 9/2012, relativamente ao subitem "9.1", de modo que onde se lê: "julgar irregulares as presentes contas", leia-se: "acatar as alegações de defesa do Sr. Francisco Nilo Nolasco (CPF 392.698.764-20), excluindo-o da relação processual, e julgar irregulares as contas do Sr. Francisco de Assis Diniz (CPF 088.613.584-20)", mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.954/2011-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Francisco Nilo Nolasco (392.698.764-20); Francisco de Assis Diniz (088.613.584-20)

1.2. Entidade: Prefeitura Municipal de Tibau - RN.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4508/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 7010/2010 - TCU - 2ª Câmara, prolatado na sessão de 23/11/2010, Ata 40/2010, relativamente ao item "3", de modo que onde se lê: "938.907.758-91", leia-se: "983.907.758-91", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.205/2009-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Célia Rejane Neves Monteiro Fraga (983.907.758-91); Marco Antônio Nassif Abi Chedid (054.797.658-50); Nabi Abi Chedid (013.905.118-04); Silvia Maria Kury de Souza (022.224.768-10)

1.2. Órgão: Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4509/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 3666/2012 - TCU - 2ª Câmara, prolatado na sessão de 22/5/2012, Ata 16/2012, relativamente ao item "3", de modo que onde se lê: "e Município de Cascalho Rico/MG (CNPJ 18.259.374/0004-91)", leia-se: "e Município de Cascalho Rico/MG (CNPJ 18.259.374/0001-91)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.147/2006-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Adarci Vieira de Araújo (112.042.906-44); José Hermando Lemos (191.597.306-68); Prefeitura Municipal de Cascalho Rico - MG (18.259.374/0001-91)

1.2. Entidade: Prefeitura de Cascalho Rico - MG

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4510/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16; inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "b"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas, dar quitação aos responsáveis, e fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU.

1. Processo TC-036.839/2011-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Josemar França (074.506.054-49).

1.2. Entidade: Prefeitura de Touros - RN

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. excluir da a empresa Mettro Engenharia Ltda. (CNPJ 40.995.763/0001-34) do rol de responsáveis, por não ter gerido recursos públicos ou causado prejuízo ao erário;

1.6.2. determinar à atual administração do Município de Touros/RN que, no trato de verba federal recebida por meio de convênio, ou ainda, de qualquer outro ajuste ou instrumento congênere, atente para o exato cumprimento do plano de trabalho pactuado com o órgão concedente;

1.6.3. encaminhar ao Ministério da Integração Nacional - MI cópia da presente deliberação, bem como das peças 19 e 21 dos autos, para conhecimento.

ACÓRDÃO Nº 4511/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 10, § 1º, e 11 da Lei Orgânica, c/c os artigos 143, inciso V, alínea "c", e 157 do Regimento Interno, em autorizar as citações e audiências sugeridas no parecer da 4ª Secretaria de Controle Externo.

1. Processo TC-037.953/2011-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 027.104/2009-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Darci José Vedoin (091.757.251-34); Joacy Nunes Dourado (025.350.505-44); Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda (37.517.158/0001-43)

1.3. Entidade: Prefeitura de Irecê - BA

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4512/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, incisos III e V, alínea "a", 234, 235 e 237, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da representação adiante indicada, para, no mérito, considerá-la procedente; fazer as determinações sugeridas pela unidade instrutiva, e determinar o arquivamento do feito, de acordo com os pareceres emitidos.

1. Processo TC-012.417/2012-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Norte.

1.2. Entidade: Prefeitura de São Miguel - RN.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1. Determinar à Controladoria-Geral da União/PR que, no prazo de 90 (noventa) dias, comunique a esta Corte de Contas sobre as providências efetivamente adotadas para a apuração dos fatos pertinentes aos Ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tratados nos itens 2.1.2.1, 2.1.2.2, 2.1.2.3, 2.1.2.4, 2.1.3.7, 2.3.2.1, 2.3.2.2, 3.1.1.4, 3.1.1.5, 3.2.1.1, 3.2.1.2, 3.2.1.5, 3.2.1.6, 3.2.1.9, 3.2.1.10, 3.2.1.13, 3.3.1.1, 3.5.1.1, 3.5.1.2, 3.6.1.4, 4.1.1.1 e 4.2.1.1 do Relatório de Fiscalização 35043, de 3/10/2011 (35ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos - Prefeitura Municipal de São Miguel/RN), e, caso necessário, instaure as devidas tomadas de contas especiais, observados os termos da IN TCU 56/2007;

1.5.2. determinar à Secex-RN que monitore o cumprimento do item precedente, nos termos da Portaria-Segecex 13, de 27/4/2011; e

1.5.3. determinar o arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO Nº 4513/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/93; artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente; indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Mildo Alves Administração, Comércio e Transportes Ltda., ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; e fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.394/2012-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Mildo Alves Administração Comércio e Transportes Ltda (19.059.849/0001-69)

1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1. determinar o encaminhamento de cópia da presente deliberação, acompanhada de reprodução da instrução de peça 4 dos autos, à Infraero e à representante.

c) Ministro Raimundo Carreiro (Relação nº 20);

ACÓRDÃO Nº 4514/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria, instituída por ex-servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ, encaminhados a este Tribunal para apreciação, na sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007, por intermédio do sistema Sisac.

Considerando que a unidade técnica procedeu à análise dos fundamentos legais e das informações prestadas pelo órgão de controle interno e não observou a ocorrência de falhas ou irregularidades, razão pela qual os atos poderão receber a chancela de legalidade e o registro por esta Egrégia Corte, ressalvados os atos de aposentadoria de Manoel Francisco Soares Pontes e Silvio Alberto de Farias Rego;

Considerando que no ato de aposentadoria de Manoel Francisco Soares Pontes não foi preenchido o campo "Discriminação dos Tempos de Serviço e Averbações";

Considerando pertinente à concessão de aposentadoria de Silvio Alberto de Farias Rego, observa-se pelo sistema Siape que não mais surte efeitos financeiros, tendo em vista a exclusão do ex-servidor, em 16/8/2010, com base no artigo 134 da Lei nº 8.112/90 (cassação da aposentadoria);

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, c/c os artigos 3º e 7º da Resolução TCU 206/2007 e tomando por base as informações prestadas pelo órgão de Controle Interno e as verificações feitas pela Unidade Técnica, na forma prevista no artigo 260, *caput*, do Regimento Interno -TCU, em:

a) considerar prejudicada, por inépcia do ato, a apreciação de mérito da concessão de aposentadoria em favor de Manoel Francisco Soares Pontes, determinando ao órgão de origem que:

a.1) no prazo de 30 (trinta) dias, providencie o encaminhamento, por intermédio do sistema Sisac, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, de novo ato de aposentadoria, para apreciação por este Tribunal, com o devido preenchimento do campo "Discriminação dos Tempos de Serviço e Averbações";

a.2) observe o correto preenchimento do formulário de concessão no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao correto exame do ato, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 6º da IN TCU 55/2007;

b) considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de aposentadoria de Silvio Alberto de Farias Rego; e

c) considerar legais os demais atos de aposentadoria com a determinação do seu registro.

1. Processo TC-002.193/2012-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Manoel Francisco Soares Pontes (097.095.094-20); Maricélia Ardaia da Silva (031.455.302-91); Odair Lamoglia de Andrade (863.493.849-20); Paulo Roberto Ribeiro Leite (554.526.633-04); Pedro Ferreira Lima (173.866.327-20); Silvio Alberto de Farias Rego (080.983.284-49); Valmir Marques Barroso (268.723.228-96); Watachos Arrivabene de Freitas Queiroz (099.104.267-06); Wilson de Abreu Salomão (260.491.712-20)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4515/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-003.726/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Waldemar Ernesto Fuchs (097.803.789-87); Waldemar Ernesto Fuchs (097.803.789-87)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4516/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.559/2012-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aderbal Maciel de Oliveira (049.889.907-10)
1.2. Unidade: Ministério da Justiça (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4517/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.615/2012-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adolpho Marinho Aguirre Barboza (583.574.407-20); Alberto Domingos Jancke (462.355.159-87); Alfredo de Freitas (528.798.527-49); Altair do Espirito Santo Lemos (315.901.600-53); Ananilton Figueiredo da Silva (305.214.831-15); Angela Regina Torres Silva (231.388.906-87); Anizio Caetano Rezende (228.551.576-68); Antonio Carlos Melo Sagrilo (208.742.000-91); Antonio Feliciano da Silva (342.864.548-00); Antonio Jose Moy Teixeira (121.814.472-68); Antonio Lopes da Silva (116.086.091-20); Antonio Raimundo Blanc dos Santos (118.980.702-53); Antonio Tamasauskas (050.130.032-53); Artur Ulbrecht Filho (040.703.051-49); Carlos Gomes da Silva (864.645.238-72); Carlos Roberto Gomes da Silva (297.797.824-00); Celso Souza dos Anjos (185.224.249-34); Cleidinaldo Moraes de Araujo (253.888.004-15); Daniel Pedro de Barros (180.320.954-20); Daniel Rocha de Freitas (246.933.911-15)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4518/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.616/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Davidson Jose Chagas (297.749.341-72); Diogenes Zanini Borges (243.762.300-06); Djalma Francisco dos Santos (362.793.827-53); Djalma do Nascimento (021.966.168-50); Edesio Carvalho (255.217.997-53); Edilton Hermogenes de Barros (439.556.574-34); Edmilson Alves Ramos (135.151.873-91); Edvaldo Caetano Martins (214.908.131-87); Elizabete Aparecida Natali Carvalho (380.753.936-00); Ertes Correa Batista (030.026.679-00); Felipe Augusto Dias de Oliveira (096.954.272-00); Fernando Fernandes (949.911.118-20); Francina Maria Bandeira Assunção (223.648.111-04); Francisco Flavio Marinho Pontes (107.616.593-15); Geferson Gerloff (271.347.840-53); Gerson Fernandes Sobrinho (304.208.306-34); Gerson Firmino da Silva (059.389.101-53); Gilberto Caiafa Soares (552.458.207-06); Gilberto Clementino dos Santos (623.357.317-34); Gilvan Barros Pinheiro (149.458.512-04)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4519/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.619/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Regina Helena Nascimento de Almeida (067.248.092-15); Reinaldo de Toledo (041.840.148-95); Sebastiao Edislon Custodio da Silva (457.300.329-00); Sergio Henrique Lourenço (715.518.677-53); Sergio Luis Alves (049.821.768-09); Sergio Roberto Umbuzeiro Eduardo (972.646.798-53); Silmar Canuto Lemos (581.764.627-72); Sonia Maria Serrao Teixeira (042.405.531-72); Tereza Neuma Arruda de Azevedo Marques (190.060.714-04); Valmiro Wense Dias (143.434.011-20); Walter Alves dos Santos (131.311.761-72); Wellington Barros (135.109.671-00); Wellington Gomes Franco (156.083.364-53)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4520/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.622/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adalberto Primeiro (592.529.797-00); Alirio dos Santos Santana (094.078.205-72); Angela Maria Leça Borges (830.749.377-34); Antonia Silva Marriel (460.467.807-30); Carlos Augusto de Ribamar Rodrigues Gomes dos Santos (362.214.148-49); Clívia de Castro e Araújo Jorge (431.857.897-68); Célio dos Santos Fernandes (047.007.912-68); Dalva Almeida Sant´ana (118.765.905-30); Diva Maria Duarte Fontão (363.914.097-49); Domingos José Souza de Almeida (064.045.372-49); Dorisvaldo Sant´ana (271.221.237-15); Edivaldo do Nascimento (202.452.467-20); Eduvirge Amado Lima (509.263.737-49); Eurides Martins Tavares (774.195.297-87); Evaristo Pizetta (281.700.757-34); Flavio da Silva (414.275.567-68); Francisco Pascoal de Santana (271.733.995-72); Helio da Cunha e Souza (039.736.207-25); João Carlos Votto (091.592.150-20); João da Silva Filho (209.715.247-34)
1.2. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4521/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria, instituída por ex-servidor do Departamento de Polícia Federal - MJ, encaminhados a este Tribunal para apreciação, na sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007, por intermédio do sistema Sisac.

Considerando que após o cruzamento com o sistema Sisac e/ou o sistema Siape e/ou o sistema Sisobi comprova que houve falecimento do interessado, exclusão por falta de recadastramento há mais de um ano ou reversão da concessão, razão pela qual o ato está prejudicado por perda do objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007,

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007.

1. Processo TC-014.740/2012-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Cezar de Freitas Ferreira (061.583.073-00)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4522/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria, instituída por ex-servidores da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, encaminhados a este Tribunal para apreciação, na sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007, por intermédio do sistema Sisac.

Considerando que após o cruzamento com o sistema Sisac e/ou o sistema Siape e/ou o sistema Sisobi comprova que houve falecimento do interessado, exclusão por falta de recadastramento há mais de um ano ou reversão da concessão, razão pela qual o ato está prejudicado por perda do objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007,

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007.

1. Processo TC-014.741/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Valdir de Avelar (134.164.306-97); Benedita Liduína Loiola do Rêgo (220.511.633-91); Erwin Brandl (952.064.349-49); Flares de Souza (020.992.849-20); Florindo Ivamoto (317.022.878-15); Jaime Pinto (006.299.525-15)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4523/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 143, II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em arquivar os presentes autos em conformidade com o preceituado no artigo 169, incisos IV e V, do Regimento Interno/TCU e determinar ao órgão de origem que envie um novo ato para fins de registro, considerando que as determinações proferidas no Acórdão **4.453/2011 -2ª Câmara** foram cumpridas e que não restam irregularidades, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-015.467/2010-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aglaé Cristina Navarro de Magalhães (295.689.357-20); Antonio Souza Ibiapina Parente (102.024.801-78); Carlos Lombardi (067.726.258-20); Jose Ferreira Goncalves (246.084.167-15); Marco Antonio Toledo Cardoso (042.825.581-72); Regina Celia Pinto da Silva (146.225.561-20)
1.2. Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.5. Advogado constituído nos autos: Advogados constituídos nos autos: Joelson Dias (OAB/DF nº 10.441), Gabriela Rollemberg (OAB/DF nº 25.157), Donne Pisco (OAB/DF nº 22.812), Pedro Bannwart Costa (OAB/DF nº 26.798), Ubiratan Menezes da Silveira (OAB/DF nº 26.442), Rodrigo da Silva Pedreira (OAB/DF 29.627) e Andreive Ribeiro de Sousa (OAB/DF nº 31.072)

1.6. Determinar que o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação encaminhe, no prazo de 30 dias, novo ato sujeito a registro para a Sra. Aglaé Cristina Navarro de Magalhães, servidora inativa, corrigidas as irregularidades apontadas, a fim de nova apreciação, conforme o art. 2º, da Instrução Normativa nº 55, de 24 de outubro de 2007.

ACÓRDÃO Nº 4524/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III e 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão abaixo relacionado, **informando ao** Gestor de Pessoal que, na próxima reestruturação de carreira da categoria a que pertence a ex-servidora, a mencionada parcela deve ser absorvida, conforme os procedimentos previstos no item 9.2.1.2 do Acórdão TCU nº 2161/2005-Plenário, detalhados pelo Acórdão TCU nº 269/2012-Plenário, conforma sugerido nos pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-016.638/2012-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisca Ribeiro de Araujo Silva (246.149.392-87)

1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4525/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-026.807/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Agildo Soares (104.344.297-91); Bernadete Beatriz de Oliveira Perez (057.229.181-72); Danilo Vilani (161.820.570-68); Danilo Vilani (161.820.570-68)

1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4526/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-001.483/2002-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Luiz Cláudio Ferreira Matos (326.108.315-87)

1.2. Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4527/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.366/2012-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano de Andrade (059.427.837-64); André Borges Landim (056.270.637-26); André Luiz Ferreira dos Santos (004.871.641-30); Angela Regina Livino de Carvalho (029.716.487-29); Anselmo Bonfim dos Santos (745.325.027-72); Daniel Dias Loureiro (085.047.187-78); Diego do Nascimento Bastos (073.786.997-64); Débora Bueno André de Lima (081.584.207-45); Felipe Martins de Lima (093.040.167-03); Felipe Pereira (732.900.091-49); Fernanda Corrêa Ferreira (094.241.297-42)

1.2. Unidade: Empresa de Pesquisa Energética - MME

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4528/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.388/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre da Silva Magalhães (118.954.667-17); Alexsandra do Amaral Alves de Oliveira (052.958.934-64); Ana Paula Maia Bondanca (081.045.626-57); Ana Rita dos Santos Gadelha (018.376.914-79); Antonio Carlos Gomes (122.822.258-48); Antonio Carlos de Oliveira Perez (795.654.336-34); Antonio Matheus Benaion Esteves (094.725.577-08); Carla Janaina Leal Cruz (344.643.128-45); Carlos Luciano da Silva Toffano (678.061.987-68); Celita Borges de Sousa (012.707.763-47); Cezar Augusto de Oliveira (390.984.318-28); Diego Augusto Nicoletti Rocha (380.389.798-00); Diego Gonçalez Martinez (390.423.888-46); Diogo Ferreira de Faria (346.620.948-01); Flavia Silva de Souza (355.133.678-40); Franciele Nicole dos Santos (375.186.278-17); Gabriela Pasinato Alves Leal (088.834.707-37); Gilberto Domingues Xavier de Oliveira (343.170.618-56); Gina de Cassia Aires Gomes (113.949.207-17); Julio Henrique Goulart Paixao (228.748.398-50); Karen Sanae Ogata (340.084.838-70); Leonardo Gaiao Brault de Miranda (092.064.377-98); Luiz Claudio Oliveira Paes (686.349.947-91); Luiz Fernando Rodrigues Borges (091.282.267-80); Luiz Filipe do Nascimento Dias (129.075.687-28); Marcos Romano (252.894.688-03); Marcos Vittorazzo (004.318.298-45); Mayara Milena Martins Siqueira (366.695.588-64); Monique de Souza Gonçalves (102.156.197-57); Niverson Alves Bordignon (399.309.338-08); Pedro Milciades Ocampos Amarilla (512.351.297-72); Renata Harue Moreira Vieira (312.896.788-12); Renata Seabra da Franca (299.756.758-08); Renato Marques de Almeida Castro (302.506.488-90); Ricardo Ferreira da Silva (352.748.828-62); Rosangela Bernadete de Oliveira (020.938.698-37); Silvana Valeria Leite de Paula Lima (152.987.208-11); Talita Tsuha Giraldi (259.847.408-26); Tamara Cibele Simao Reato (277.411.068-80); Tania Rodrigues de Almeida Flauzino (300.686.318-63); Wellitom Querubim (384.793.518-61)

1.2. Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais - MD/CM

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4529/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.432/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Imbuzeiro Fontes (082.557.327-05); Ana Rosa Baliza Maia de Souza (073.945.977-50); Andre Luiz Ferreira Pinto (053.170.507-23); Andre Luiz Perminio da Silva (032.842.677-60); Bruno Bertini dos Anjos (117.146.637-44); Carla Renata Sampaio Gomes (087.234.227-18); Christina Viana Godinho (095.299.177-24); David Cezar Lopes (052.126.497-90); Denilson Chagas de Souza (052.784.707-04); Denise Aparecida da Silva Araujo (744.318.037-34); Eleno Silva da Cruz (052.774.687-81); Enemar Soares Machado (021.157.427-96); Fabio de Vasconcelos Duarte (088.905.307-31); Felipe Duarte Bach Amaral (124.504.347-12); Felipe Leandro Loureiro (109.035.277-82); Flavia Neves Fernandes (086.257.147-22); Gabriel Bastos Guimaraes Pereira (139.970.197-54); Liliane Coutinho Araujo (822.662.554-87); Luiz Carlos Chaves de Oliveira (056.324.997-82); Luiz Carlos Ribeiro Junior (093.303.237-40); Manuel Fernandez Pena (012.023.397-51); Mauricio Gilberti (049.508.716-50); Niulei da Costa Serrazine (051.519.197-33); Robson Rodrigues Cardoso (078.186.957-96); Thiago Paiva de Mattos (104.245.707-77); Vinicius Oliveira da Silva (053.609.527-25); Wallace Starley de Souza e Silva (057.094.677-82); Yago Lopes de Souza (137.262.597-67)

1.2. Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.A. - Grupo Eletrobras - MME

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4530/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.433/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adenor Cardoso (852.806.589-87); Adriana Cabral de Brito (589.801.132-34); Adriana Sodero Rezende (069.556.597-40); Adriano Fernando Sturaro (222.825.388-03); Alan Brito Araujo Ernesto (685.857.133-72); Alan Marques da Silva Santana (023.426.105-64); Alan de Souza Araujo (027.015.773-57); Alcione Koster (056.809.847-17); Alessandro de Salles Barbosa (111.283.297-19); Alex Perrut Bernardes de Souza (143.634.307-02); Alexandre Nascimento Leite (612.419.036-20); Alexandre Rogoginsky (028.168.337-98); Alexandre Soares Paiva (033.232.557-12); Anderson Felipe Rodrigues (047.889.774-00); Anderson Teixeira Corrêa (989.071.316-00); Andre Duelli Araujo (071.427.506-93); Andreia Yumi Tonon (215.429.838-94); André Coutinho Bueno (674.376.306-30); André Luiz Gonçalves Gama (071.043.467-75); Anselmo Ferraz Oliveira Ramos (052.855.017-92); Antonio Carlos Miranda de Moura Filho (089.765.007-76); Ariane da Silva Santos (016.990.125-47); Artur Nascimento Costa (039.152.216-78); Atyllas Cardoso Pinho (011.829.073-85); Aulus Bezerra Tenorio de Oliveira (006.299.713-07); Aurelio Albuquerque de Queiroz (054.337.497-11); Balhmann Rebelo Pessoa (504.414.267-00); Birlle Manoel Alves (127.694.847-61); Bruno Bahia Moreira (063.356.666-77); Bruno Borges de Sousa (060.726.436-55); Bruno Leonardo de Sales Norte (114.818.167-99); Bruno Lopes Campos (114.877.447-57); Caio Vinicius Santos Santana (016.974.485-00); Camilo Oliveira Pinho de Jesus (009.366.035-93); Carla Rocha Curi (090.909.877-89); Carlos Alberto Silvino da Silva (103.401.977-57); Carlos Antonio Silva de Lima (688.037.532-49); Carlos Eduardo Lopes Faustino (034.027.969-96); Carlos Eduardo de Oliveira (052.243.687-07); Carlos Henrique Diniz Silva Junqueira (113.334.467-48); Carlos Henrique Silva dos Santos (094.028.877-09); Carlos Igor de Lima Pereira (087.235.787-26); Carlos Lima Dias (964.984.477-53); Carlos Roberto Lenzi (185.058.560-15); Carolina Fernandes Pimentel (099.595.527-13); Carolina Nery Silva (000.573.003-13); Caroline Archanjo (046.026.969-02); Cassio Luiz Lima da Silva (062.759.849-88); Cesar Pantuza Menezes (013.892.436-80); Christina França de Souza Dias (014.934.377-98); Clarissa Lino Passos Machado (094.505.417-36); Cláudio Luiz Brito dos Reis (944.667.935-49); Conrado Gornic (056.567.587-70); Cristiane Altomari Teixeira (100.716.987-79); Cristiano Zacarias Ferreira (344.508.568-48); Cristina Sobrinho Cavalcanti (076.622.307-83); Célio Silva Franco (879.141.317-68); Dalila Fiuza Rabelo (098.971.956-10); Daniel Alex Sperb Calliari (970.119.670-87); Daniel Chanca Silverio (122.364.247-01); Daniel Drumond Campos e Silva (014.855.966-29); Daniel Ferreira Gomes Bayma (777.484.923-87); Daniel Moreira de Souza (079.229.767-98); Daniela Cunha Lima (759.832.573-15); Danielle Grijo Turon (099.783.167-79); Danielle Vallim Cavalcanti Pinto (056.815.797-43); Danielle Vieira Galdino (092.244.107-31); Danielli Cristine Gonçalves da Silva (342.930.478-40); Danillo de Faria Sardinha (023.554.411-62); Danilo Zanucoli Fernandes (347.128.888-06); Debora Gomes de Souza (113.268.777-20); Denise Yumi Akiba (009.416.169-08); Diego Cerqueira Montes (012.542.225-37); Diego Silva do Nascimento (098.672.027-59); Douglas Cordeiro Parente (822.202.395-00); Dárcio Pereira Damaceno (992.099.183-04); Débora Fernandes Martini (128.192.417-27); Dêmes Pereira Batista (074.446.026-38); Edilon Pantaleão da Silva Oliveira (071.551.507-11); Eduardo Dutra (282.207.888-28); Eduardo Gonçalves Braga (117.603.157-02); Eduardo Martins Neves (058.534.756-57); Eduardo Stroher Minuzzo (000.062.750-01); Eizi Nogui Junior (011.064.557-03); Eleonora Alves Manhães de Andrade (085.219.457-95); Emanuel de Azevedo Azeredo (057.202.727-39); Eneida Morais Correia Lima (297.179.298-66); Erica Vaccari Rodrigues Bertelli (250.022.828-22); Erico Ribeiro Vaz (337.360.688-83); Ernani Cavalin (036.807.729-20); Ewerton Barbosa (194.345.758-18); Fabiana Pires dos Santos Martins (280.625.348-98); Fabio Cardoso Fontana (031.981.027-58); Fabio Cesar Rocha da Trindade (077.509.987-21); Fabio Sarmento (048.590.636-86); Fabio Sebastião Pereira da Silva (082.775.777-88); Fabrício Silva de Souza (104.385.067-82); Felipe Abrantes Maciel (047.648.494-45); Felipe Carvalho da Silva (113.369.427-62); Felipe Francisco Cavalheiro (001.216.370-85)

1.2. Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4531/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.434/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ferdinando Caetano Ferreira (223.146.888-30); Fernanda Alves Figueiredo (071.972.954-83); Fernando Mynarski Silveira (933.966.000-53); Filipe Maia Gomes (088.461.007-19); Filipe Oliveira Pires (057.774.206-05); Flavio Gil Alves Paiva (256.559.358-99); Flávia Renata de Mendonça e Silva (118.470.837-14); Flávio Ludi Almeida Gomes (082.071.996-01); Francileuda Rodrigues Lima (414.841.852-34); Francisco de Assis Ribeiro Lima (862.468.012-34); Fredson Alves Pinho (018.296.761-13); Gabriel Menezes Barreto de Oliveira (055.150.647-47); Gabriel dos Santos Barreto (942.996.760-68); Gabriela da Cruz Mello (124.642.157-75); George Fernandes Araujo (013.191.284-40); Geraldo Magela Alves (049.980.596-88); Geraldo da Silva (016.049.507-57); Gilberto Pablo Brandão (041.491.686-79); Gildney de Andrade Lima (006.117.307-07); Gilson Afonso Gabardo (048.871.379-07); Givanildo Pereira Barros (014.828.775-11); Godofredo Resende Cunha (035.901.816-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

56); Guilherme Costa das Neves (122.221.177-71); Guilherme Cunha Mello (370.139.488-10); Guilherme Rigon Pedrini (900.059.100-72); Guilherme Santos de Matos (051.536.917-99); Guilherme de Beaurepaire Pereira da Silv (969.181.877-91); Guilherme de Jesus Rafael (055.194.687-37); Gustavo Andrade Damasceno (110.090.857-94); Gustavo Côrtes da Fonte (085.519.747-18); Gustavo Palis Santana (030.921.906-02); Gustavo Santana Oliveira Santos (019.086.195-97); Halyson de Oliveira Rocha Lucena Fernand (907.834.252-87); Hamilton Anunciação de Oliveira (724.253.697-91); Helisson Bullerjan (105.333.127-44); Henrique Cardim Gouveia de Lima (009.310.194-51); Henrique Oliveira Pires (077.064.436-80); Henry Miller Maia Bilby (768.686.212-72); Hitallo Ricardo Panato Passos (019.281.251-31); Hugo Vinicius Bassi (070.308.456-92); Igor Ferreira da Costa e Silva (075.518.547-11); Igor La Porta Machado (988.549.250-04); Igor Lisboa Braga (107.468.137-16); Ilan Calhman (124.170.427-97); Ilma Soraia Alves Lima (025.946.537-21); Ingrid Hellen Sales Dias (292.177.428-30); Ismael Moraes Teixeira (061.786.246-03); Jackson Antonio Seruti (058.827.057-11); Jadson Paulino Alves da Silva (043.486.324-64); Jadson da Silva Telles (102.107.327-09); Jeronimo Loureiro Portal Santos (086.576.487-50); Joel Ribeiro Cabreira (942.486.560-00); Joelma Ferreira Brito (001.772.871-10); Jordan Henrique Rodrigues de Oliveira (377.964.518-14); Jose Carlos da Silva Freitas (822.812.705-72); Jose Carlos de Almeida (573.150.006-15); Jose Ricardo Rodrigues Pinto (200.478.968-92); Jose da Costa Cardoso (409.082.832-53); José Carlos Duarte Couto (004.686.097-50); José Carlos Simões Junior (057.916.197-82); José Rafael Sampaio de Souza (323.807.008-85); José de Carvalho Mól Neto (100.660.867-28); João Batista Ribeiro de Paula (284.203.302-72); João Bosco Ribeiro Vilaça (071.437.636-16); João Bosco de Oliveira Lima (854.451.001-97); João Felipe Sippel (061.916.469-76); João Guilherme da Hora Vassallo (102.047.857-82); João Kleber Lima de Araujo (053.885.324-70); Julia Nascimento Martins (113.856.707-89); Juliana Daltro do Espírito Santo Ayres (055.964.207-51); Julio Cesar Laurentino Alves (180.126.618-29); Julio Cesar Perillo de Paula (056.979.586-92); Julio Cesar Zamperlini Santos (057.594.487-06); Juscelino Moura Americano (050.671.786-04); Karina Yukari Oishi (313.441.638-74); Karla Christina Athayde Farias (015.476.177-05); Ketssia Costa Andrade (103.119.827-00); Laila Cristina Pinto (808.480.877-04); Lanissa Araújo Roque da Silva (116.381.117-31); Larissa Pimenta Pereira (817.673.156-00); Layza Oliveira de Sousa (097.185.047-02); Leandro Carvalho e Silva (058.295.437-10); Leandro Luiz Pacheco Souza (016.337.135-04); Leandro de Almeida Monteiro (106.936.527-05); Leonardo Abreu Campelo (075.585.136-69); Leonardo Brandão Nader Magliano Ribeiro (045.480.397-40); Leonardo Martins de Almeida Coutinho (098.966.897-50); Leonardo Resende Alves (066.968.226-82); Leonardo Ribas Nascimento (086.164.947-82); Leonardo Simões Freire (109.309.487-77); Lidogério de Sá Rocha (017.215.803-60); Luana Lachtermacher (116.629.317-35); Lucas Lunardi Vieira (004.773.340-32); Lucas Saadi Murtinho (099.566.737-30); Luciano Tadeu de Paula (277.686.158-32); Ludmila Toledo Carlini (033.888.217-04); Luis Carlos Macedo (299.613.941-00); Luis Felipe de Souza (111.289.907-33); Luis Filipe Frota Rocha (093.908.077-00); Léo Lincoln Leandro (041.343.187-85)

1.2. Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4532/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.438/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Iglesias Martins Bezerra (052.288.427-05); Renata da Silva Carvalho (091.654.757-47); Rodrigo dos Santos Almeida (054.609.166-07); Rogerio Fernandino Tinoco Silva (004.753.666-70); Rogerio Fratane Hentzy (017.506.107-60); Rogerio Guimaraes (555.562.996-68); Rogerio Ramos Ansaloni (187.153.318-06); Rogerio Vinhaes Assumpcao (218.806.203-59); Rogerio da Silva Ferreira (871.993.005-49); Rogerio de Jesus Teixeira de Azevedo (018.370.179-80); Ronald Corsani Kamimura (032.798.069-92); Ronaldo Goldbach (425.390.307-00); Ronan Ataide Rocha (083.406.387-50); Ronan Ribeiro de Azevedo (044.957.117-33); Ronilson Amorim de Souza (907.104.445-91); Roque Adenilson Ferreira dos Santos (472.864.905-91); Rosane Sfair Huergo (085.134.377-51); Rosangela Alves da Cunha (287.273.898-39); Rosaria Camargo Goncalves (034.541.456-00); Rozivan de Sousa Moura (949.782.394-00); Rui Antonio Santana Junior (032.894.899-30); Rui Bastos Silva Junior (784.277.115-49); Said Ferreira Guimaraes (037.309.506-65); Samir Carvalho Ferreira (049.336.316-54); Samuel Joske Kanashiro (087.066.787-42); Samuel Rangel dos Anjos (011.463.335-52); Samuel de Toledo Freitas e Alves Grilo (090.066.686-21); Sandely Fernandes de Araujo (761.795.244-91); Sandoval Correia do Vale Filho (360.394.115-20); Sandra Margareth de Almeida (094.011.937-46); Sandro Afonso Silva Santos (564.715.485-91); Saulo Bonifacio de Albuquerque (492.275.724-49); Saulo dos Santos Conde (108.288.827-38); Savio Leandro Aguiar (092.229.917-02); Savio Stenio do Nascimento Melo (058.034.934-90); Sergio Luiz Moore Junior (070.840.967-95); Sergio Luiz de Oliveira Victorio (671.560.297-20); Sergio Otavio Mendes Rolim (097.513.127-36); Sergio Renato Pacheco Albero (082.197.118-25); Sergio Sami Saad (260.716.408-73); Sergio Santos Barreto (009.300.215-76); Sidcley Dalmo Teixeira Caldas (886.087.355-04); Silas Dantas de Carvalho (797.322.755-53); Silas Leano Andrade Rocha (009.235.045-32); Silas Marinho de Queiroz Junior (781.428.065-68); Silvana Andrade Teixeira (370.806.445-34); Silvana Braun (069.358.518-82); Silvana Souza da Silva (956.679.977-20); Silvano Alves da Silva (975.721.015-34); Silverio Cassiano dos Santos (959.423.355-91); Silvia Renata Rodrigues da Silva (159.159.118-03); Silvian Patrocinio da Silva (093.565.467-46); Silviano Possebon (000.359.790-38); Silvio Jose de Araujo Silva Junior (027.963.797-79); Silvio Kazuo Osugi (113.245.578-26); Simone Ferreira Bersote (260.462.008-14); Simone Roma de Abreu Lima (014.208.027-63); Simone Teles da Hora Ribeiro (159.201.428-39); Solange da Silva Souza (021.807.267-83); Suelen Mendonca Guimaraes (104.972.097-05); Sydney de Siqueira Correa (457.116.074-72); Tadeu Almeida Alcantara dos Santos (019.149.575-12); Tais Knabben Melo (697.807.491-87); Tais de Souza Moreira (009.135.625-30); Talita de Alvarenga Nunes (071.705.666-05); Tania Bof de Andrade (074.059.737-01); Tania Keli Resende de Oliveira (061.791.786-82); Tania Silva de Lima (245.789.888-99); Tarlan Ferreira de Oliveira (936.548.559-20); Tassia Dias Figueredo (824.445.525-04); Tassio Rodrigues Guimaraes (105.642.957-79); Tatiana Alonso Pustilnick (088.422.887-80); Tatiana Alves C de Castro Pache de Faria (055.100.057-00); Tatiana Escovedo (100.405.717-26); Tatiana Imaculada Almeida de Paiva (072.057.137-57); Tayana Guedes dos Santos (817.371.655-20); Tayana Oliveira de Almeida (548.245.085-68); Teotonio Teles Junior (021.471.995-24); Teresinha de Jesus Rodrigues (012.230.817-45); Thais Pereira (011.432.680-08); Thalles Cahon Leopoldo (126.164.047-02); Theilza Maria Costa Lima (790.981.005-97); Thiago Alchaar Matos (050.905.876-04); Thiago Andre Scarani (111.499.527-41); Thiago Araujo Torres Batista (980.752.503-97); Thiago Araujo Vale da Silva (097.445.557-18); Thiago Batista David (047.147.914-43); Thiago Coutinho Barcelos (104.632.047-51); Thiago Gustavo Mendes Gutierrez (321.500.208-66); Thiago Henrique Costa Silva (096.675.146-92); Thiago Jose da Silva Saccheto (313.070.048-06); Thiago Junger Medeiros (088.576.227-46); Thiago Kiefer (290.978.418-52); Thiago Lopes Fernandes Rodrigues (303.556.408-64); Thiago Luiz Marin (001.322.370-40); Thiago Monteiro da Palma (258.538.228-10); Thiago Muniz Magalhaes (127.720.227-30); Thiago Pimentel Veloso (348.845.948-94); Thiago Resende Silva (017.165.325-40); Thiago Santos Faria Xavier Teixeira (067.808.456-47)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - MME

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4533/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.439/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thiago Stein Parra (050.742.579-05); Thomas Antonio Cesar Nunes de Almeida (808.606.055-15); Thompson Azevedo e Silva (091.804.587-85); Tiago Alves Leonel (063.481.886-47); Tiago Augusto Rossetti Franzoni (092.489.177-71); Tiago Diniz Marques (068.698.476-57); Tiago Elias de Oliveira (009.453.425-00); Tiago Jose Pereira Blanco Vieira (835.150.542-00); Tiago Leal de Almeida Albuquerque (020.635.635-86); Tiago Miranda Pereira (661.938.932-53); Tiago Nunes Campello (957.169.120-87); Tiago Rocha Marques dos Santos (091.385.517-05); Tiago Souza Azevedo (091.385.537-59); Ticiano Oliveira de Carvalho (008.607.955-78); Tobias Andre de Lima (213.003.368-70); Tonny Lisias Gondim Dias (981.014.554-34); Toshiaqui Nagato Kihara (363.358.271-15); Tulio Araujo Alexandre (011.677.084-82); Uilliam Alves Araujo (797.588.005-15); Ursula Schmid (033.114.337-26); Vagner Fonseca de Freitas (003.230.967-86); Valdir Ribeiro de Carvalho (063.592.148-06); Valter Armando Rodrigues Fuao (886.563.300-04); Valter Felinto Mota (036.100.964-03); Valter da Silva Novais Junior (856.266.275-53); Vanderlei Carlos Marchezini (756.912.997-00); Vanderson Rodrigues Guedes (770.483.695-15); Vaner Guimaraes da Silva (089.985.777-98); Vanessa de Sa Queiroz (025.917.247-25); Vania da Silva Ferreira Dias (053.870.987-17); Vauber Suprani (079.777.917-57); Verivan Santos Lima (034.316.674-73); Vernon Carlos Loepper Junior (034.149.509-36); Veronica Coutinho do Valle (084.842.857-90); Victor Hugo Frade Lima Pinto (082.867.407-85); Victor Ramos Negreiros Falcao (001.515.585-40); Victor de Souza Costa (782.642.192-68); Vilson Alves Menezes (776.683.165-15); Vinicius Alves da Silva (091.658.087-38); Vinicius Antonio Gomes Marques (055.155.857-12); Vinicius Farias Ribeiro (100.771.797-14); Vinicius Figueiredo Pereira (042.637.846-69); Vinicius Mateus Santos (822.051.595-34); Vinicius Neves Gomes (404.207.525-87); Vinicius da Paixao Rodrigues Caramuru (056.484.647-38); Vinicius de Araujo Lima (711.481.751-72); Vinicius de Souza Nunes (081.994.407-67); Vitor Batista de Castro (052.017.366-02); Vitor Medina Cruz (098.027.157-60); Vitor Raphael Menegatti Chagas (083.881.037-33); Vitor Serrano Porto D Ave (042.982.087-96); Vitor Ugo Brevilieri (093.279.137-95); Vivian Patricia Cruz Palmeira (824.242.335-00); Viviane Burgos Brandao da Hora (830.838.045-04); Viviane Pauls (058.633.039-99); Vivianne Almeida Mattos Sales (870.962.775-87); Vivianne Glaysse Mafra Soares (010.302.404-26); Vladimir Morcillo da Costa (082.515.777-30); Volnem da Paixao Santos (007.122.385-14); Wagner Germano da Cunha (920.836.504-25); Walker Pastana de Souza (636.350.462-72); Wallace Rodrigues de Lima (072.698.247-46); Walter Carrara Loureiro Junior (110.892.877-39); Wanderlei da Silva Grecia (007.473.297-88); Wanderson de Souza (027.802.316-96); Wellington Tony Moura Cardoso (028.037.814-92); Welton Sonegueti Hackbart (090.288.447-67); Welton Verly (057.000.797-63); Wesley Maciel Luxinger (112.615.627-20); William Mesquita dos Anjos (364.715.028-26); Willian Cristian de Oliveira Silva (055.753.296-58); Willy Malacarne Gustavo (102.228.217-44); Wladimir Wanderley Pereira (083.672.707-03); Wyncia Bastos da Silva (094.916.507-77); Yerece da Silva Pereira (042.919.859-08); Yuri Choji de Freitas Ribeiro (521.249.322-68); Yussef Seme Dabian Moreira (016.167.666-97)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - MME

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4534/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor da Eletrobrás Termonuclear S.A, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que o ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme se verifica da documentação anexada, seja na base do Sisac ou Siape;

Considerando que o desligamento do servidor dos quadros do órgão ou entidade para o qual foi admitido, tem como consequência imediata a suspensão dos pagamentos recebidos a título de salários; e

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

Considerar prejudicada por perda de objeto, o ato de admissão abaixo relacionado, tendo em vista não produz mais efeitos financeiros, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007.

1. Processo TC-014.885/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Cristian Karatchuk Sampaio (037.368.627-76)

1.2. Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.A. - Grupo Eletrobras - MME

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4535/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor da Petrobras Distribuidora S.A. - MME, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que para todos os atos de admissão constantes deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme se verifica da documentação anexada, seja na base do Sisac ou Siape;

Considerando que o desligamento do servidor dos quadros do órgão ou entidade para o qual foi admitido, tem como consequência imediata a suspensão dos pagamentos recebidos a título de salários; e

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

Considerar prejudicada por perda de objeto, os atos de admissão abaixo relacionados, tendo em vista não produzem mais efeitos financeiros, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007.

1. Processo TC-014.886/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carolina de Araujo Gomes (108.498.527-65); Lucas de Morais Mesquita (019.985.671-09); Paulo Henrique Barros Leal (013.116.525-90)

1.2. Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 4536/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor da Petrobras Transporte S.A. - MME, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que o ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme se verifica da documentação anexada, seja na base do Sisac ou Siape;

Considerando que o desligamento do servidor dos quadros do órgão ou entidade para o qual foi admitido, tem como consequência imediata a suspensão dos pagamentos recebidos a título de salários; e

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

Considerar prejudicada por perda de objeto, o ato de admissão abaixo relacionado, tendo em vista não produz mais efeitos financeiros, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007.

1. Processo TC-014.888/2012-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Valmir Maciel da Silva Junior (074.062.007-06)
1.2. Unidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4537/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de concessões de Pensão Civil em favor de beneficiário de ex-servidor do Departamento de Polícia Federal - MJ, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando o cruzamento dos sistemas Sisac e Siape, tendo em vista que todos os beneficiários de pensão constantes foram excluídos por falecimento, maioridade ou outro motivo;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, c/c o artigo 7º, da Resolução TCU 206/2007, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, conforme dispõe o art. 6º da Resolução TCU nº 206/2007, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do beneficiário, maioridade ou outro motivo.

1. Processo TC-014.958/2012-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Therezinha da Silva (510.781.207-49)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4538/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de concessões de Pensões Civis em favor de beneficiário de ex-servidor do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando o cruzamento dos sistemas Sisac e Siape, tendo em vista que o beneficiário de pensão constante foi excluídos por falecimento, maioridade ou outro motivo;

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, c/c o artigo 7º, da Resolução TCU 206/2007, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, conforme dispõe o art. 6º da Resolução TCU nº 206/2007, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos beneficiários, maioridade ou outro motivo.

1. Processo TC-014.959/2012-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Vinicius dos Reis Oliveira Jorge (098.964.566-58)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4539/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de concessões de Pensões Civis em favor de beneficiários de ex-servidores do Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando o cruzamento dos sistemas Sisac e Siape, tendo em vista que todos os beneficiários de pensão constantes foram excluídos por falecimento, maioridade ou outro motivo;

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, c/c o artigo 7º, da Resolução TCU 206/2007, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, conforme dispõe o art. 6º da Resolução TCU nº 206/2007, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos beneficiários, maioridade ou outro motivo.

1. Processo TC-014.970/2012-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Mary Reis Carneiro (726.305.907-04); Pedro Fontes Baptista (081.881.167-69); Pedro Fontes Baptista (081.881.167-69)
1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4540/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-015.043/2012-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Amanda Arcari Lima (409.941.158-30); Antonietta Pereira Garcia (771.672.527-00); Antonio Martinelli (130.555.296-26); Camelia Coelho (091.498.721-68); Celina Joaquim Ribeiro (677.353.637-53); Elenir Sa dos Santos (619.046.277-49); Elza Nogueira de Azevedo (596.634.727-15); Francisco Medeiros Matsunaga (094.831.729-93); Hilda Barboza Ferreira (610.928.351-72); Isabella Arcari Lima (409.941.148-69); Julia Ferreira Luetz (025.717.991-77); Julia Pedro Matsunaga (095.985.189-57); Karenine Mondin Dornelles (006.831.350-07); Laerte Molina Dornelles Junior (006.831.440-06); Maria Eninalda dos Santos Freitas (382.075.325-72); Maria Rosa da Abadia (883.414.881-91); Marinete Mariana Siqueira (242.216.437-49); Marlene Pereira Garcia (336.065.607-53); Marta Denize San Martin Rocha Teixeira (276.625.600-82); Ottilia de Seixas Santana (855.934.607-44); Rafaella Medeiros (046.963.479-07); Rozita Martins Braga (380.415.887-00); Ruth Azevedo Tostes (985.668.147-20); Teresinha Vieira da Silva Gama (429.159.107-15); Terezinha Pinheiro Giacomin (899.334.436-15)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4541/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-015.044/2012-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Elvira Krupp Freire de Carvalho (119.600.511-72); Ubaldina Maria de Almeida (051.992.437-13); Zenidea de Mello da Silva (047.497.337-92)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4542/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-015.045/2012-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Audenice da Silva Canuto (331.663.904-72); Aurenite Freire Lobo (332.092.514-87); Beatriz Miranda de Lima (420.868.094-68); Cristina Canuto da Silva (870.376.024-34); Genyfer Freire Lobo (014.448.664-43); Joyce Freire Lobo (050.564.644-73)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4543/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-015.468/2012-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Audenice da Silva Canuto (331.663.904-72); Cristina Canuto da Silva (870.376.024-34)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4544/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.938/2012-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Amelia Vicente Santos (581.114.257-91); Ana Maria de Amorim Rodrigues (032.581.597-69); Argélia Nirlandia Lemos Martins (087.512.517-44); Cosmira Silva Costa (747.353.737-72); Danúbia Conceição Lemos Martins (033.636.567-50); Grecia Lemos Martins (080.928.997-03); Hermenegilda Maria da Silva Gomes (258.710.802-00); Joana D'arc Martins dos Santos (416.462.821-91); Jussara Gomes de Leiras Henrique (015.859.557-28); Larissa Bianca da Silva Lobo (077.231.704-67); Layse Bruna da Silva Lobo (077.231.714-39); Lucia Vieira de Lira (008.339.874-02); Maria Luiza Torres de Lima (027.207.357-10); Maria Risolanda de Freitas Braga (033.143.817-86); Maria das Neves Eurico dos Santos (419.649.187-15); Maria de Lourdes Alves Rodrigues (078.916.727-17); Maria de Lourdes Fonseca Costa (803.316.967-20); Marilia de Jesus Santos (010.076.737-02); Martha Soruco Castro (009.158.969-07); Neide Ramos Martins Rodrigues (381.135.039-00); Renata de Nazare Chalu Santana (302.730.302-30); Rosana Pinto Pimenta (769.571.367-87); Silvana da Cruz Silva Lima (105.138.737-08); Solange Oliveira Ignácio de Lima (825.319.607-59); Sonia Maria Capile Nogueira de Melo (297.717.571-72); Thalley Romeu Cartaxo Lira (701.060.854-76); Vera Lucia Guido Alves (014.991.987-52); Zelandia Lemos Martins (103.173.437-69)
1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 4545/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-014.808/2012-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Abrao Luiz Jablonka (113.572.070-34); Ademir Barbato (072.520.305-63); Adenisio Gonçalves Targueta (451.943.277-49); Adir Moraes da Cunha (107.962.077-04); Adonias Camilo de Souza (058.827.103-91); Adão Geraldo da Silva (326.347.817-68); Adão da Silva Pereira (224.806.767-49); Agnaldo Xavier Furtado (174.771.667-72); Alan Alves de Oliveira (164.294.947-72); Alcides Bela Cruz de Barros (093.074.437-34); Alcides Guedes Figueiredo (101.626.077-68); Alcides Rocha da Silva (058.841.873-00); Aldo Firmino Ribeiro (058.914.003-59); Alipio Santana de Souza (058.914.773-00); Almir Barbosa Venancio (375.577.697-91); Almir Ferreira da Costa (351.115.187-20); Almir Figueiredo Barros (108.220.701-20); Altamiro Gonçalves Vilela Filho (438.860.357-00); Aluisio Pereira de Paula (156.346.474-87); Aluizio Alves Saraiva (058.879.843-68)

1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4546/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.809/2012-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Amaro Inocencio do Nascimento (409.318.977-34); Anselmo Jose Silva (355.083.887-53); Antonio Amaro Neves Gonçalves (433.892.957-04); Antonio Barbosa Luiz Filho (894.869.608-44); Antonio Calixto de Lima (486.945.417-34); Antonio Carlos Amaro Sampaio (348.507.407-15); Antonio Carlos Brito (352.945.077-49); Antonio Carlos Gomes da Silva (399.494.607-78); Antonio Felipe Maranhão (075.180.054-68); Antonio Fernando Pereira Lima (351.117.557-72); Antonio Jose Neves de Souza (091.455.247-34); Antonio Jose de Oliveira (183.126.327-00); Antonio Luiz Alves do Nascimento (374.763.947-04); Antonio Raimundo Gomes (448.288.887-72); Antonio Rosa Cabral (422.232.537-68); Antonio Silva André da Costa (242.906.457-04); Antonio de França Alves (356.544.907-10); Antonio de Paiva Rodrigues (436.653.307-34); Antonio dos Prazeres Rodrigues (429.138.027-53); Ari da Costa Coimbra (185.616.917-00)

1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4547/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.812/2012-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Hildemar Falcão Freire (015.096.243-68); Iris Rene Brito de Mattos (308.274.267-04); Ivan de Aquino Viana (028.006.327-04); Joao Feitosa dos Santos (072.258.067-34); Jorge Domingos da Silva (334.811.647-34); Jorge Ferreira Ribeiro (286.863.737-04); Jose Miguel Queiroz Chaves (043.992.932-68); José Ademar Campos Ferreira (252.835.297-20); José Antonio de Moura (061.866.024-00); José Batista Xavier (103.610.067-72); José Claudio Couchon Trevia (102.658.647-04); José Fernando Sardinha (090.736.717-87); José Galvani da Cunha (045.658.601-63); José Jorge Correia (289.858.857-15); José Lemos Luz (053.192.505-68); José Mendes da Rocha Neto (025.790.224-49); José Roberto do Nascimento (024.875.008-91); João Batista Siqueira de Andrade (360.615.737-15); João Eduardo de Almeida Nomelini (004.363.481-87); João Evangelista de Souza (290.611.647-53)

1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4548/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.813/2012-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: José Roberto Duavy (004.006.613-49); Levi Rodrigues de Oliveira (080.122.707-06); Liberato Luiz Franca Pianco (264.667.247-00); Lorival de Oliveira (309.853.827-91); Luiz Carlos Ferreira de Moura (288.607.057-20); Luiz Carlos de Carvalho (203.824.567-34); Luiz Gonzaga Silva (314.297.007-00); Luiz Sergio Oneto Araujo (082.841.997-34); Manoel Dantas (314.624.727-53); Manoel Francisco (066.842.707-87); Manuel Caetano de Silva Neto (048.402.325-04); Marcilio Boavista da Cunha (425.983.117-87); Marcio dos Santos Paiva (536.994.407-53); Mario Gomes de Alcântara (284.525.937-91); Mario Vieira Raymundo (268.622.047-34); Mauro Cesar Pereira dos Santos (267.622.697-53); Moacir Gomes de Amorim (210.686.157-53); Moacir Jose Moleta (072.408.300-63); Nelson Sebastião da Silva (194.544.067-87); Nélio José Martins de Souza (100.001.197-68)

1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4549/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-014.815/2012-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ronaldo Malicia Moura (103.452.307-44); Rui Olsen de Oliveira (020.938.633-91); Sergio Silva (046.686.777-87); Sergio Silva de Oliveira (216.710.797-87); Silvio Cardoso Gomes (372.678.257-53); Solon Feitosa Ferreira (310.074.147-15); Stephem Beltrão Correia Lima (271.534.607-72); Tiberio Cesar Menezes Ferreira (030.920.387-20); Ubiraci Vicente Torres Homem (220.599.627-49); Vanderlei Inacio (263.569.887-20); Vicente Tourinho Filho (199.820.207-06); Vilson Venturi (276.074.707-78); Walter Lucio Silva de Vasconcelos (014.802.192-15); Wellerson Soares de Andrea (709.575.177-34); Wilson Izidorio Cruz (199.376.447-04)

1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4550/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, que trata de prestação de contas ordinária do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Sergipe (Sebrae/SE), relativa ao exercício de 2010; com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.546/2011-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Gilson Silveira Figueiredo (CPF 127.978.185-53), Emanoel Silveira Sobral (CPF 051.462.755-72), Marcelo Farias Barreto (CPF 273.514.245-00) e outros

1.2. Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Sergipe (Sebrae/SE)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. **julgar**, com fundamento nos arts. 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, **regulares com ressalva** as contas do Sr. Gilson Silveira Figueiredo (CPF 127.978.185-53), Diretor Técnico do Sebrae/SE, Sr. Emanoel Silveira Sobral (CPF 051.462.755-72), Diretor Superintendente do Sebrae/SE, e Sr. Marcelo Farias Barreto (CPF 273.514.245-00), Diretor de Administração e Finanças do Sebrae/SE, dando-lhes quitação;

1.7. **dar ciência** ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Sergipe (Sebrae/SE) acerca da necessidade de compatibilização das informações contidas no Relatório de Gestão dessa entidade com a situação fática encontrada, conforme estabelece a Instrução Normativa TCU 57/2008, e, em especial, com relação às seguintes impropriedades:

1.7.1. ausência de elaboração de um plano estratégico de tecnologia da informação, e do estabelecimento do Comitê de TI (subitem 4.1 desta instrução);

1.7.2. inexistência de uma Política de Segurança da Informação (PSI) (subitem 4.2 desta instrução);

1.7.3. ausência de área específica, responsável pela implementação da Política de Segurança da Informação (PSI) (subitem 4.3 desta instrução);

1.7.4. ausência de rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as suas reais necessidades (subitem 4.4 desta instrução);

1.7.5. não exigência de acordos de níveis de serviços nos contratos celebrados com os prestadores de serviços de TI (subitem 4.5 desta instrução);

1.7.6. ausência nos procedimentos licitatórios de referência aos benefícios esperados na contratação de bens e serviços de TI (subitem 4.6 desta instrução);

1.7.7. divergência entre as informações constantes do Relatório de Gestão e as prestadas pela entidade, como a que foi verificada no Relatório de Gestão 2010, onde consta que a participação de terceiros em bens e serviços de TI é da ordem de 83%, enquanto que em resposta à CGU/SE, o gestor da entidade informou que tal participação é de 100% (subitem 4.6 desta instrução);

1.7.8. ausência de procedimento de transferência de conhecimento para servidores da entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados (subitem 4.7 desta instrução); e

1.8. Determinar a Secex/SE a proceder ao **arquivamento** do presente processo, após as comunicações devidas.

ACÓRDÃO Nº 4551/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação ao responsável, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.977/2008-2 (TOMADA DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2007)

1.1. Responsável: Matilde Ribeiro (023.257.548-71)

1.2. Unidade: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir/PR

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-6).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Retirar o sobrestamento dos presentes autos, tendo em vista decisão definitiva no TC 008. 950/2008-3, por meio do Acórdão 1082/2012 - TCU - Plenário;

1.8. Julgar as contas da Sra. Matilde Ribeiro (CPF 023.257.548-71), Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, relativas ao exercício de 2007, **regulares com ressalva**, dando-lhes quitação, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 208 do RITCU.

ACÓRDÃO Nº 4552/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, que trata de expediente encaminhado pelo Ministério Público, por sua Procuradoria da República no Município de Santos/SP, na pessoa da Dra. Priscila Pinheiro de Carvalho, solicitando ao Tribunal que emita parecer acerca de omissões constatadas em processos de dispensa de licitação envolvendo a Prefeitura de Registro/SP; com fundamento nos arts. 143, V "a" e 264, do RI/TCU c/c art. 113 da Resolução TCU nº 191/2006, ACORDAM em apensar os presentes autos ao processo TC 037. 220/2011-0; considerando que as medidas determinadas já foram adotadas no referido processo, propõe-se que os presentes autos sejam apensados àquele processo, e que tal medida seja comunicada ao representante e comunicar a medida adotada à Procuradoria da República no Município de Santos/SP, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.728/2012-1 (CONSULTA)

1.1. Interessado: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Município de Santos/SP

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Registro - SP

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4553/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento do cumprimento da determinação constante do Acórdão 3018/2008-TCU Plenário, subitens 1.6 e 1.7, exarado nos autos do TC nº 011.084/2007-6 (Tomada de Contas Anual/2006 do Arquivo Nacional); com fundamento nos arts. 143, III e 237, II, do RI/TCU, ACORDAM em considerar atendidos os itens 1.6 e 1.7 do Acórdão 3018/2008-TCU - 2ª Câmara, encaminhar cópia deste Acórdão ao Arquivo Nacional e ao Controle Interno do Ministério da Justiça, apensar o presente processo ao que lhe deu origem (TC nº 011.084/2007-6), arquivar os presentes autos, conforme parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-004.750/2011-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Secex-RJ (54.987.345/0001-14)

1.2. Unidade: Arquivo Nacional-rj (00.394.494/0012-99)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4554/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento instaurado em virtude do Acórdão 805/2012-2ª Câmara, que concedeu prazo de 60 dias para a Superintendência Regional do INCRA finalizar o exame da prestação de contas do convênio SIAFI 705523, celebrado com o município de Araçatuba e, em caso de reprovação das contas, registrar o fato no SICONV e instaurar a tomada de contas especial; com fundamento nos arts. 143, III e 243, do RI/TCU, ACORDAM em considerar cumprido o Acórdão 805/2012-2ª Câmara ; arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, V, do Regimento Interno;

VENDA PROIBIDA DE ASSINATURA DA IMPRENSA NACIONAL

dar ciência deste Acórdão à Superintendência Regional do INCRA em São Paulo, nos termos do art. 169 §1º, do Regimento Interno, conforme parecer da unidade técnica.

1. Processo TC-011.741/2012-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Secex-SP
1.2. Unidade: Superintendência Regional do INCRA/SP.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4555/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Maribondo - AL, no período compreendido entre 12/3/2012 e 4/4/2012, em cumprimento ao Despacho de 06/07/2011 do Min.Raimundo Carreiro (TC 017.281/2011-3), a fim de verificar a regularidade da gestão dos recursos oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), transferidos à prefeitura pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), durante os exercícios de 2010 a 2012; com fundamento no art. 1º, IV; 9º, III e 41, II, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III, 208, § 2º, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar ciência das seguintes falhas à Prefeitura Municipal de Maribondo - AL, conforme instrução da Unidade Técnica.

1. Processo TC-006.880/2012-6 - RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO (AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Elyssia Karine Nunes Mendonça Ramires (027.585.534-14); José Márcio Tenório de Melo (605.726.984-53); Roberta Feitosa de Araújo (053.255.464-73)
1.2. Unidade: Município de Maribondo - AL
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (SECEX-AL).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Dar ciência à Prefeitura Municipal de Maribondo - AL:

1.6.1. designação não formal de representante da Administração para acompanhamento da execução e fiscalização do contrato, consoante constatado na Ata de Registro de Preços 1/2010 e no Contrato 3/2011, viola o disposto no art. 67 da Lei 8.666/1993, haja vista que "a execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado";

1.6.2. ausência de publicação do contrato na imprensa oficial, consoante verificado nos autos do processo licitatório Pregão 3/2011, descumpre o previsto no art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993, visto que a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na Imprensa oficial é condição indispensável para sua eficácia, bem como violou o princípio da publicidade, ínsito no art. 37, caput, da Carta Magna;

1.6.3. falta de cláusula no edital que exija a apresentação de amostras por parte do vencedor da licitação, conforme verificado nos editais do Pregões 1/2010 e 3/2011, viola o que prevê o art. 25, § 4º, da Resolução FNDE 38/2009, tendo em vista que a Entidade Executora deve "prever em edital de licitação ou na chamada pública a apresentação de amostras para avaliação e seleção do produto a ser adquirido";

1.6.4. ausência de fixação de critério de aceitabilidade de preços, conforme observado nos Editais dos Pregões Presenciais 1/2010 e 3/2012, desrespeita o previsto no art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993, visto que o edital deve indicar o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso;

1.6.5. aquisição sem cobertura contratual, conforme constatado nas compras de gêneros alimentícios efetuadas no exercício de 2012, viola a norma prevista no art. 62, caput, da Lei 8.666/1993, um vez que o instrumento de contrato é obrigatório para aquisição de bens e serviços, com exceção dos casos em que puder ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço;

1.6.6. aquisição do suco de laranja com ingredientes artificiais da marca Tampico, conforme observado nos editais dos Pregões Presenciais 1/2010 e 3/2011, agride a norma prevista no art. 17, inciso I, da Resolução CD/FNDE 38/2009, tendo vista ser vedada a aquisição com recursos do FNDE de bebidas com baixo teor nutricional, tais como refrigerantes, refrescos artificiais e outras bebidas similares; e

1.6.7. Superdimensionamento da quantidade de gêneros alimentícios necessários ao público alvo do Pnae nesse município, conforme constatado nos termos de referência que embasaram os editais dos Pregões 1/2010 e 3/2011, não observa o disposto no art. 15, § 7º, inciso II, da Lei 8.666/1993, visto que nas compras deverá ser observadas a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis.

ACÓRDÃO Nº 4556/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na 14ª Superintendência Regional na Paraíba do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), com fundamento no art. 113, §1º, da Lei 8.666/93, c/c os arts. 143, III e 237, parágrafo único, do RI/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade, indeferir cautelar, dar ciência sobre impropriedade, conforme os pareceres emitidos.

1. Processo TC-013.382/2012-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Rix Internet Ltda.
1.2. Unidade: 14ª Superintendência Regional na Paraíba do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Ministério da Justiça
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela Rix Internet Ltda., tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida;
1.7. Dar ciência à 14ª Superintendência Regional na Paraíba do Departamento de Polícia Rodoviária Federal sobre a seguinte impropriedade: ausência de justificativa expressa para exigências especiais de habilitação, sob pena de serem consideradas restritivas à competitividade do certame, identificada no item 4.1.1.4 do edital do Pregão Eletrônico 1/2012, que afronta o disposto no art. 30, §5º, da Lei 8.666/93, e a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 1.336/2010-Plenário, 2.581/2010-Plenário, 3.156/2010-Plenário, 1.258/2010-2ª Câmara, 1.339/2010-Plenário, 5.848/2010- TCU-1ª Câmara, 6.198/2009-1ª Câmara e 2.122/2008-1ª Câmara;
1.8. Comunicar à 14ª Superintendência Regional na Paraíba do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e à Rix Internet Ltda. o presente Acórdão; e
1.9. Arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 4557/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Representação oferecida pelo Procurador da República Renato de Freitas Souza Machado, da Procuradoria da República no Município de São João de Meriti (PRMSJ), vinculada à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, contra possíveis irregularidades praticadas por ex-titulares da Defensoria Pública da União (DPU), envolvendo a unidade desse órgão na Baixada Fluminense (peça 1); com fundamento nos arts. 143, III e 237, I, do RI/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade, para no mérito considerá-la improcedente, haja vista a existência de motivação para o ato questionado pelo representante; dar conhecimento deste Acórdão ao representante e à Defensoria Pública-Geral da União, encaminhando ao primeiro cópia da instrução; e arquivar o presente processo, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.677/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Procurador da República Renato de Freitas Souza Machado - Ministério Público Federal
1.2. Unidade: Defensoria Pública da União - DPU
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: 8ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-8).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
d) Ministro José Jorge (Relação nº 21); e

ACÓRDÃO Nº 4558/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, e mandar fazer a(s) determinação(ões) adiante especificada(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.520/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Aldeira de Souza Xavier (195.645.385-72)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar:
1.6.1. ao Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia que efetue no Sistema Siape, a anotação do fundamento legal da aposentadoria da inativa; e
1.6.2 à Sefip que promova no Sistema Sisac, a alteração relativa à nova fundamentação legal da aposentadoria da inativa.

ACÓRDÃO Nº 4559/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 II do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 3º da Resolução-TCU nº 206/2007 e nos termos do item 9.4 do Acórdão 420/2007-Plenário-TCU, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) adiante especificada(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.182/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alberto Neves Hiltner (037.100.685-68); Ana Maria Soares Greve (085.181.905-25); Anair Araújo Reis (127.658.995-68); Antônia Joviniano de Santana (050.886.745-20); Antônio Bispo dos Santos (078.304.675-87); Cipriano Carlos Luckesi (036.506.695-87); Georgina Almeida Lomanto (109.811.525-20); Geovaldo Pires Nascimento (050.999.865-87); Ginaldo Francisco da Cruz (035.849.845-72); Helenita Figueiredo Santos (078.605.445-04); Ivomar Carvalhal Britto (069.108.075-53); Jacira Dolores dos Santos (094.586.385-34); José Bento de Santana (030.348.285-00); Luiz Augusto de Matos Amorim (046.108.575-53); Magda Helena Rocha Dantas (169.245.925-20); Manoel Santos Silva (162.932.315-20); Manoelito Damasceno (050.012.185-00); Maria Celina Barreiros Siquara da Rocha (085.137.915-04); Maria Christina Fernandes Cardoso (101.198.925-53); e Maria de Fátima dos Santos Lopes (173.838.035-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Universidade Federal da Bahia que:
1.6.1. Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novo(s) ato(s) de concessão para o(s) interessado(s) constante(s) do presente processo, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento identificadas no(s) ato(s) concessório(s); e
1.6.2. Observe o correto preenchimento do(s) formulário(s) de concessão(ões) no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.

ACÓRDÃO Nº 4560/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 II do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 3º da Resolução-TCU nº 206/2007 e nos termos do item 9.4 do Acórdão 420/2007-Plenário-TCU, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) adiante especificada(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.191/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alcir Guimarães Sequeira (042.580.702-97); Hilda de Lima Tavares (004.531.532-91); Luiz Fernando de Paiva Neves (031.827.972-04); Manoel Aurino Mendes da Silva (028.971.562-87); Maria Laurinda Lima de Britto (047.858.432-68); Maria Madalena Coimbra de Araújo (034.067.092-49); Nilson Pinto de Oliveira (028.759.002-00); e Orovida Gabbay Serruya (069.248.592-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Universidade Federal do Pará que:
1.6.1. Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novo(s) ato(s) de concessão(ões) para o(s) interessado(s) constante(s) do presente processo, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento identificadas no(s) ato(s) concessório(s); e
1.6.2. Observe o correto preenchimento do(s) formulário(s) de concessão(ões) no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.

ACÓRDÃO Nº 4561/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e nos termos do item 9.4 do Acórdão 420/2007-Plenário-TCU, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões), fazendo-se a(s) determinação(ões) adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.197/2012-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Sabino (288.857.759-34); Antônio Farias Filho (200.340.409-00); Coleta Rinaldi Althoff (257.448.019-87); Conceição Macaria Fernandes (129.803.156-72); Edi Horn (179.210.409-00); Eloisa Raquel de Oliveira (509.602.459-87); Gilda Terezinha Cordeiro (433.069.779-34); Izabel Cristina Vieira de Oliveira (711.745.599-34); João José Haberbeck Fagundes (001.761.259-49); Leni Matos de Lima Leal (252.001.789-91); Luiza Vargas (383.012.969-68); Maria Claudia da Silva (030.968.153-72); Maria Luiza da Silva (288.922.919-04); Mario César Pires (288.425.459-53); Mario Luiz Vincenzi (123.176.670-00); Marise da Silveira (305.850.159-53); Miguel Fiod Neto (498.655.108-63); Odilia Cantalicia Chagas (531.320.099-20); Odilia Maria Bernardes (468.234.929-53); e Oscar César Pereira (077.830.199-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.6.1. Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novo(s) ato(s) de concessão(ões) para o(s) interessado(s) constante(s) do presente processo, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento verificadas no(s) ato(s) concessório(s); e

1.6.2. Observe o correto preenchimento do(s) formulário(s) de concessão(ões) no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.

ACÓRDÃO Nº 4562/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.672/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Irenio da Silva (061.560.105-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4563/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.530/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elizete Lopes de Lima (053.467.702-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4564/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.537/2012-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adilson Jeronimo (111.069.486-53); Conceição Bento dos Santos (137.748.406-87); Eny Corrêa da Silva Almeida (104.323.106-49); Gastão Vilela Junqueira Neto (045.543.026-87); e Lucia Marques Leandro (163.316.486-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4565/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legai(s), para fins de registro, os ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), e mandar fazer a(s) determinação(ões) adiante especificada(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.539/2012-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marilena Breda Rodrigues (231.841.249-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Sefip que corrija a vigência da aposentadoria da interessada indicada no ato em exame.

ACÓRDÃO Nº 4566/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.540/2012-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Avany Ferreira Costa (197.948.274-87); Cosme José de Oliveira (194.751.284-68); Denise Maria Ventura de Alcântara (161.454.104-34); Eugenia da Costa Dantas (166.805.534-15); e Ridalva de Oliveira Veras Salgado (296.672.594-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4567/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.583/2012-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Auxiliadora Fernandes Caria (176.981.115-04); Marinalva dos Santos (176.187.205-25); Nilza Conceição dos Santos (371.838.005-63); e Raidalva Maria Andrade Tavares (112.012.825-00).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4568/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.626/2012-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonia Feitosa de Macedo (115.876.601-72); Danilo Savio de Araujo (149.596.741-72); Eva Gonçalves da Silva (222.169.011-72); Jacira Pereira da Silva (210.570.101-97); Maria Amelia Ferreira Araujo (057.657.811-87); Maria Eunides de Araujo (243.990.511-91); Paulo Oliveira dos Santos (066.302.861-20); Rosa Maria Villela Lins (672.721.427-15); Silvia Moreira Rodrigues (186.270.561-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4569/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.628/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arnaldo de Melo Castelo Branco (023.666.493-04); João Batista Alves (078.530.923-34); e Raimundo Rodrigues de Sousa (029.126.512-04).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4570/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.632/2012-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marlinda Pereira da Silva (128.715.164-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Joaquim Nabuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4571/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.633/2012-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelaide Rodrigues Pinheiro (055.271.042-34); Ana Maria Costa Gil de Souza (052.783.682-68); Arivaldo Medim Cavalcante (054.534.102-72); Cosme Guimarães da Costa (002.019.792-68); Edilson Erasmo Frota (034.623.662-20); Feliciano Braga Correia (034.818.752-15); Ivan Almeida de Lima (129.869.682-87); Maria Edna Leiros Cavalcante de Oliveira (027.487.892-53); Maria Socorro de Lima Viana (130.777.912-34); Rosimeire Sevalho Schroder (043.200.262-68); e Ruy José de Sá (007.601.702-82).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4572/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, e mandar fazer a(s) determinação(ões) adiante especificada(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.637/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adolfo Aniceto da Fonseca (086.420.871-53); Aparecido Januário de Palma (176.681.741-68); Augusto Vieira (157.575.011-20); Dulcinéa da Costa Farias (173.856.951-91); e Maria de Lourdes Jeffery Contini (157.022.191-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Sefip que retifique o campo 02 "SEXO" do Formulário de Concessão de Aposentadoria de Aparecido Januário de Palma (peça 3), para constar "Masculino" conforme dados extraídos do sistema CPF.

ACÓRDÃO Nº 4573/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.638/2012-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Agostinho Mário Dalla Vecchia (198.810.530-72); Celso Lenir Viana Macedo (229.794.840-91); José Francisco Courtois de Almeida (231.238.690-91); Neusa Mariza Rodrigues Felix (348.517.710-53); e Rosaura Rodrigues Vieira (358.804.650-04).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4574/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.639/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco dos Santos Mendes (105.427.953-53); José Barbosa de Miranda Filho (043.571.243-87); e Maria Goretti Liduina Pinto Guedes Ferreira (217.236.563-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4575/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.645/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jorge Gomes de Rezende (512.061.967-34); e José D'assunção Rocha (226.292.547-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Benjamim Constant-IBC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4576/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.658/2012-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aécio Flávio de Souza (117.141.311-49); Domingos Martinho Viana de Alecrim (101.927.781-53); Jaime Teixeira Leite (102.475.721-87); e Jorge Teixeira Leite Filho (102.472.461-15).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar - JM
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4577/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.687/2012-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adalgisa da Costa Maruoka (219.373.972-20); Aluisio Teixeira Assunção (029.767.302-53); Arcelando Souza (029.872.102-30); Carmen Sylvia Soares Affonso (063.413.302-00); Maria Diva Lhamas Santos (037.203.222-20); Maria Luiza de Farias Bastos (047.838.912-49); Maria Luiza de Valin Donza (088.663.092-49); Marisete Silva Oliveira (353.815.822-34); Tereza Maria Ferreira Ximenes Ponte (108.361.362-68); e William Lee Berdel Martin (055.457.902-25).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4578/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.689/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Vera Maria Barbosa Arcoverde de Sousa (203.223.644-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4579/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.690/2012-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gemma Ferreira Araújo (356.279.309-00); Irene Zielinski (156.020.369-20); Laércio Dias (412.178.538-04); Philomena Kachel Schluga (447.687.539-49); e Rute Maria Barbosa (447.664.679-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4580/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.728/2012-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Josecilio Moreira Ferreira (004.421.005-15)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4581/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.729/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Enio Medeiros Cunha (000.232.806-20)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4582/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.743/2012-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ilo Francisco Thiesen (068.291.802-44)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Concórdia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4583/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.747/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria de Jesus Martins Braga (330.948.883-72); e Pompilio de Albuquerque (001.888.753-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4584/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.750/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Bispo dos Santos (002.608.865-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4585/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.752/2012-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Germano (211.888.587-34); e Maria de Nazaré Coelho Lima Martins (346.007.607-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Benjamim Constant-IBC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 4586/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.770/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Otacilio José da Silva (005.665.782-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4587/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.772/2012-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Delci Dias Krauze (683.607.110-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4588/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 II do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 3º da Resolução-TCU nº 206/2007 e nos termos do item 9.4 do Acórdão 420/2007-Plenário-TCU, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) adiante especificada(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.174/2012-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Geraldo de Ávila Júnior (041.136.836-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri que:
1.6.1. Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novo(s) ato(s) de concessão para o(s) interessado(s) constante(s) do presente processo, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento identificadas no(s) ato(s) concessório(s); e
1.6.2. Observe o correto preenchimento do(s) formulário(s) de concessão(ões) no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.

ACÓRDÃO Nº 4589/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em arquivar o processo a seguir relacionado, fazendo-se as determinações e a comunicação abaixo transcritas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.420/2006-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Bemvinda Zélia Corrêa da Silva (709.636.579-68); Deusdedit Hypólito (275.713.949-53); Elze de Paula Rodrigues (428.709.259-72); Emika Sakazaki Teramoto (163.219.449-04); Eslair Aparecida Pereira (232.743.799-72); Ivo Brand (002.390.469-00); Letícia Peret Antunes Hardt (321.057.469-34); Liana Medeiros de Mello (875.922.079-15); Lilian de Fatima Alves Barros (471.074.729-68); Luiz Fernando Rolim Bonin (334.754.237-15); Lys Mary Bileski Cândido (258.749.939-91); Magdalena Nabas Rodrigues (595.710.479-53); Maria Borodiak Karas (374.799.709-00); Maria Silva Taddei (319.708.509-49); Nelson Otsuka (028.066.819-87); Odair de Floro Martins (016.481.879-00); Paulo César de Camargo (094.371.009-00); Solange Straube Stecz (317.915.309-15); Tânia Maria Jochims (191.589.049-72); Vitor Edegar Melzer (170.143.109-25); Waldomira Aparecida Brizola (768.067.909-68)
1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná (UFPR/MEC)
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Universidade Federal do Paraná que:
1.6.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento da rubrica referente ao percentual de **3,17%**, nos proventos dos ex servidores Emika Sakazaki Teramoto, Ivo Brand, Letícia Peret Antunes Hardt, Luiz Fernando Rolim Bonin, Lys Mary Bileski Candido, Maria Silva Taddei, Nelson Otsuka e Paulo César de Camargo, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
1.6.2. emita novos atos, livres das irregularidades apontadas para os ex servidores Emika Sakazaki Teramoto, Ivo Brand, Letícia Peret Antunes Hardt, Luiz Fernando Rolim Bonin, Lys Mary Bileski Cândido, Maria Silva Taddei, Nelson Otsuka, Paulo César de Camargo, Deusdedit Hypólito, Lilian de Fátima Alves Barros e Odair de Floro Martins e submeta-os à apreciação do Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias;
1.7. Encaminhar, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Consultoria Jurídica junto ao TCU (CONJUR), as informações necessárias ao acompanhamento das seguintes ações judiciais:

Processo	Tramitação originária	Situação atual
99.00.05007-0/PR	2ª Vara Federal de Curitiba	Suspenso, aguardando julgamento do AGI nº 2003.04.01.005711-1
2003.04.01.005711-1	TRF da 4ª Região	Pendente de julgamento no STJ

ACÓRDÃO Nº 4590/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.821/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Luciene Capistrano da Cruz (130.772.104-44)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Sefip que inclua no ato o fundamento do art. 8º da Emenda Constitucional nº 20/1998, que constou da portaria de aposentadoria, mas deixou de ser informado pelo órgão.

ACÓRDÃO Nº 4591/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.335/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mauro Soares de Lima (000.118.971-98); Nivaldo Leão Neto (010.333.031-35); e Paulo Alexandre Perdomo Salviano (993.270.661-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4592/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.339/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Monschau Funck (809.512.601-20); Débora Neves de Melo (626.847.871-15); Edilson Luís Candido (004.149.256-02); Isabella Ribeiro de Figueiredo Vieira (996.021.481-87); Jacinto José Franco (011.784.291-56); e Paulo César Laurindo Silva (013.979.501-45).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4593/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.369/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jefferson Leite Oliveira Ferreira (905.009.623-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4594/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.373/2012-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ada Ruth Bertoti (949.897.619-87); Adamo Brito Pedreira (012.199.315-94); Adenilde Souza dos Passos (019.194.455-60); Adriana Gomes Santos (021.949.745-12); Adriana Gouvea Dumas (505.221.675-00); Adriana Magalhães Lucio (896.905.835-49); Adriana Santos Tabosa (917.347.465-72); Adriana Vieira dos Santos (019.771.895-71); Adriano Marcus Ribeiro Costa (546.217.475-68); Agnailton Ventura de Jesus (194.636.628-55); Albenir Rodrigues da Cruz (028.588.544-83); Alberto Branão Torres Neto (039.400.894-43); Alberto dos Santos Rebouças (193.274.805-97); Alender Rodrigues Brandão Correia (004.462.055-16); Alessandra Carvalho de Souza (012.052.785-59); Alessandro Santos Santana (880.600.805-63); Alexandro dos Santos Silva (802.931.155-91); Alexis Martins Teixeira (455.069.145-04); Aline Barbosa de Araújo (940.682.675-53); Allan Ricardo Bispo de Melo (041.906.335-85); Alvacelma da Silva Oliveira Ferreira (014.835.515-39); Ana Carla Lima Portela (792.888.045-87); Ana Celia Barreto de Araújo (820.659.425-68); Ana Karine Dias Caires Brandão (711.517.885-20); Ana Maria Santos Guimarães (296.309.085-49); Ana Paula Carvalho Liborio (031.184.645-93); Ana Scheila Soares Mascarenhas (816.466.905-91); Ancelmo Machado Miranda (005.938.255-43); An-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

derson Franciel de Castro (045.592.835-59); Anderson Oliveira de Almeida (003.730.939-00); André Santos de Melo (987.435.035-00); Andréa Cassia Peixoto Bitencourt (007.769.685-99); Andrei Lopes Arruda (863.520.831-53); Anely Silva Oliveira (674.871.655-15); Antônia Aparecida da Silva Firmino (008.479.865-35); Antônio Adolfo Juliano Oliveira Mendes (779.863.935-72); Antônio Carlos Peixoto Bitencourt (891.228.445-20); Antônio Eduardo Citron (047.893.848-96); Arthur Vinicius Maciel Dantas (013.100.075-60); Betânia Gomes da Silva Filho (030.377.595-50); Breno de Paula (084.089.527-57); Cainan Freitas de Jesus (015.637.765-96); Camila Costa Cerqueira Tavares (007.196.305-76); Camila Ribeiro de Oliveira Felix (045.172.494-17); Camila da Silva Berdague (068.590.067-30); Carlos Alberto de Oliveira Ribeiro (054.303.305-82); Carlos Daniel Silva da Silva (014.001.155-23); Carolina Amary (966.903.485-04); Cassia Regina Almeida dos Santos (599.055.655-15); Cauby de Souza Filho (365.387.107-78); Cintia Marcela Nunes Silva (567.271.355-68); Cintia Sacramento Aquino (010.778.165-45); Claudia Marizi Martins dos Santos (445.552.025-20); Claudia Mendes Cordeiro (031.720.217-00); Claudia Moreira de Sousa Pires (004.505.015-58); Claudia Rosane de Almeida Lopes Leone (512.597.295-91); Claudia de Medeiros Lima (887.032.585-72); Cleber Pereira dos Santos (776.831.535-91); Cleberton dos Santos (975.900.105-53); Cleia Santos Libarino (790.136.005-49); Cleide Selma Pereira dos Santos (017.855.665-39); Cleiser de Castro Silva (023.757.146-36); Cristiane Balthazar (563.088.339-91); Cristiane Copque da Cruz Santos de Santana (824.814.745-20); Cristiano Raykil Pinheiro (568.652.445-91); Daiana Tanan da Silva Nunes (006.598.925-29); Dalila Gomes da Silva (022.025.015-41); Daniel Iverlando da Silva Azevedo (020.073.795-38); Daniel de Jesus Ferreira (013.489.165-16); Danilo Barros de Oliveira (031.795.415-63); Danilo Hiroshi Konda (218.691.098-56); Darilio Pires de Oliveira (027.541.865-06); Darlei Augusto Batista da Silva (029.691.835-01); Dennis Viana Santana (898.845.155-49); Diego Pereira Sacramento (010.751.925-95); Dimas Barros da Silva Júnior (013.982.275-52); Dinis Decio Gabriel Júnior (487.158.320-15); Domingos de Andrade Mainart (394.519.765-15); Douglas Xavier Teodoro de Oliveira (597.604.002-00); Edjany Nascimento (001.553.525-80); Ednaldo Silva Gomes (018.662.025-02); Edson Machado de Brito (899.149.886-87); Eduardo Batista Guimarães Nunes dos Santos (014.535.515-22); Eduardo Eneas Dorea Coelho (821.953.665-91); Elcimar Pessoa Rocha (013.437.415-05); Elder Dantas Cordeiro de Souza (923.011.935-00); Elis Fabia Lopes Cabral (005.120.945-43); Elis Francielis Barbosa Paiva (013.280.045-46); Elisama Carvalho dos Santos (826.713.115-91); Eliseu Alves Teixeira (631.322.305-53); Erika Fonseca Maciel (599.228.505-91); Erika Soares da Silva (967.769.786-20); Erika Viana de Sena (778.638.365-49); Erinalva Rodrigues da Cruz (857.586.393-20); Erivaldo Sales Nunes (362.263.005-15); Ernando Ferreira (880.737.425-00); Evelyn Pereira Barbosa (051.323.296-67); Everton Carlos Sant'ana Magalhães (999.972.405-10); Ezequias Magno do Ouro Neto (024.674.125-20); e Fabiana da Silva Kauark (708.714.265-87).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4595/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.375/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcos Paulo da Silva (246.371.218-09); Marcos Pereira dos Santos (622.889.705-53); Marcos Roberto Sousa (875.274.805-72); Marcus Vinicius Bahia (785.947.315-15); Maria Isabel Nascimento Lopes (022.437.743-48); Maria Lenira Gurgel Cavalcante Silva (721.802.182-49); Maria Lidiane Marques (711.114.331-00); Maria Rosangela Soares (581.694.902-00); Mariana Alves de Menezes (005.916.845-51); Mariana Ellen Santos Seixas (029.950.675-48); Marijane de Oliveira Correia (784.105.335-53); Marilena Meira (166.277.925-91); Marilucia Bicalho Braga (422.052.126-72); Mario dos Santos Filho (012.312.015-25); Marla Andrade Dourado Nogueira (026.545.175-27); Marlus Vinicio Santos (685.357.835-04); Mateus Alves da Silva Oliveira (025.077.565-43); Matuzalem Guimarães Leal (003.207.835-88); Mauricio Cavalcante Rios (958.042.775-53); Michele Nunes Silva de Castro (912.721.305-68); Milene Batista Rocha (989.606.445-87); Mirella Patrícia Chaves Lima (006.454.805-84); Moacir Bispo dos Santos (867.844.475-49); Monaliza Rodrigues Rocha da Silva Pimenta (013.617.565-19); Myller Fernandes dos Santos Silva (014.618.015-16); Nadson Silva dos Santos (515.416.455-53); Naiara Silva dos Santos (011.717.625-77); Neiva dos Santos Pereira (868.436.565-87); Nelson Cruz Sacramento (817.067.235-04); Nelson de Souza Costa Júnior (644.179.995-20); Nevisson Gonçalves Santos (963.067.695-87); Nina Rosa Teixeira Oliveira (024.916.955-02); Nivea de Santana Cerqueira (907.043.555-15); Noeme Silvia Oliveira Santos (021.242.515-38); Noranei Paranhos Bastos (110.524.225-00); Otoni Jader Santana Silva (788.229.125-00); Paula Vielmo (018.361.155-12); Paulino da Silva Marinho (040.830.945-83); Paulo Roberto Tavares de Souza (000.103.705-60); Philipe Murillo Santana de Carvalho (012.371.065-08); Priscilla Macedo Lima (010.440.375-63); Rafael Barbosa Dias Júnior (830.929.785-87); Ramon Lopes de Souza (867.600.174-04); Ramon dos Reis Fontes (839.066.815-72); Raul Marques Leite de Souza (677.435.605-20); Ravena Leles de Oliveira (019.933.955-47); Renata Maria Souza do Nascimento (782.466.445-72); Rene Petronilo de Souza (040.611.445-53); Ricardo Scartazzini (014.066.065-88); Ricardo Wanner de Godoy (138.908.708-56); Richard Jojima Nagamato (813.098.999-91); Rita de Cassia Santos Paranhos (542.491.045-91); Roberio Batista da Rocha (013.346.665-55); Roberta Gondim Britto (835.252.975-72); Roberta Mércia Rodrigues de Oliveira (841.784.345-00); Roberto Hugo Melo dos Santos (664.224.425-72); Rodrigo Oliveira de Araújo (779.444.885-91); Rodrigo Ribeiro dos Santos (024.405.645-59); Rogério Ferreira Silva (785.130.815-15); Roque da Silva Lyrio (818.959.685-34); Rosana Maria Scoppetta Sampaio (357.950.935-72); Rosana Trevisol Seibt (405.628.240-49); Roseli de Fatima Afonso (464.433.635-15); Rubens Santos Barreto (697.083.395-04); Rui Santos Carige Júnior (295.973.018-65); Ruy de Aguiar Araújo Júnior (559.375.275-34); Sandro Santos Andrade (658.080.375-49); Satiro Okada (666.310.848-49); Sérgio Maia Carnauba (780.436.385-00); Sérgio Renato Souza (930.632.295-04); Sérgio Souza Magalhães (383.308.655-68); Shirlei Pereira de Souza (008.069.025-40); Shirley Pimentel de Souza (017.065.715-93); Silvio de Liberal (129.937.778-58); Sócrates de Sousa Lelis (002.810.915-52); Suede Mayne Pereira Araújo (233.018.565-00); Tania Gonçalves Barbosa (819.775.495-00); Tania de Souza Lima (023.322.945-03); Tatiane Pereira Muniz (792.631.275-49); Vanderlei Marinho Costa (776.975.615-49); Vanessa Mendes Brito (031.120.905-00); Vanessa Santos Oliveira (261.298.618-93); Verena Santos Andrade Ferreira (974.919.425-04); Verônica de Souza Santos (013.732.445-69); Vicente Duque de Almeida Neto (955.631.135-15); Vinicius Oliveira Casais (015.500.945-13); Vitoria Regina Bispo Soares (010.806.245-70); Wagner Ribeiro de Carvalho (649.322.065-34); Wallace Matos da Silva (564.256.945-72); Wanderley José Deina (754.346.449-72); Weber Costa Pinto dos Anjos (007.659.245-60); Wilma Andrade Brasil (924.783.445-72); Yonara Gomes Domingos de Menezes (041.070.504-75); Zaide Gomes de Oliveira Neta (832.153.795-20); e Zwinglio Alves Rodrigues (570.249.365-68).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4596/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.391/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Elias Duarte de Araújo Neto (017.459.031-86)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Iguatu - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4597/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.393/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alan James Peixoto Calheiros (011.881.664-09); André Pereira Feitosa (722.987.236-72); Matheus Renno (055.050.726-40); Maysa Motta Ferraz (075.396.516-01); Pedro Duarte Antunes (083.838.026-33); e Vinicius Fortes de Castro (066.447.216-80).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4598/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.395/2012-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Denise Lima de Oliveira (829.398.101-68); Eraldo Maciel Candido Marques (000.397.961-08); Fabio Silveira Vidal (711.347.001-72); Paula Juca de Sousa (931.557.601-25); Rosa Maria Machado de Sena (601.652.356-91); e Silas José de Lima (766.350.821-15).

1.2. Órgão/Entidade: Escola Técnica Federal de Palmas - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4599/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.397/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Dantas Gonzaga (717.337.792-72); Adrianne Fernandes do Nascimento (901.828.392-49); Alexandre Soares da Cruz (941.393.692-72); Amanda da Silva Oliveira (609.211.532-87); Amarildo Muniz do Carmo (161.156.272-49); Ana Cristina Santos Duarte (582.072.522-00); Anderson de Souza Tavares (746.123.792-68); Andreina Moreira de Almeida (509.779.462-15); André Beltrão de Lucena (954.133.914-04); André Luiz Laranjeira Rocha (942.810.252-00); Arleide Maia Pinheiro (161.494.672-87); Arnilson Jorge da Silva Damasceno (641.954.062-34); Aurines Queiroz Borges (047.742.114-86); Bruno Avelino Leal (717.462.502-91); Daniel de Sá Rodrigues (859.420.223-72); Darlane Cristina Maciel

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Saraiva (740.497.802-59); Deborah Pereira Linhares da Silva (625.006.352-87); Di Angelo Matos Pinheiro (738.543.362-68); Diny da Silva Lira (682.289.452-72); Edilson Santos de Oliveira Duarte (516.810.132-15); Edinaldo Lopes de Oliveira (405.895.102-82); Elionai de Souza Magalhães (735.492.582-91); Francisca das Chagas Morais (416.310.562-04); Francisco Alcicley Vasconcelos Andrade (973.082.182-87); Francisco Brito Pinto (151.676.312-20); Fredy Veras dos Santos (828.506.662-20); Fábio Teixeira Lima (603.352.892-15); Gean Max Angelim de Lima (832.619.662-20); Gerlane Lima da Silva (809.837.582-04); Gilcelia Melo Lourido (578.018.432-15); Gislane Aparecida Martins Siqueira (112.328.818-64); Jackson Pantoja Lima (663.591.712-87); Jane Marcia Pinto Moura (176.564.272-87); Jean Harraquian Bkiss (736.221.252-68); Joicylene Saboia de Oliveira (865.676.832-87); Jonathas Paiva do Nascimento (406.752.202-97); José Lima Moraes (865.708.622-00); João Batista Felix de Sousa (661.510.742-20); Keila Crystyna Brito (043.303.656-77); Keila Silva (474.249.232-34); Kirlane Caroline Abreu Cabral (962.159.332-87); Leandro Lopes de Souza (657.205.982-00); Leocinira Mendes dos Santos (611.692.502-20); Lilian Freire Noronha (474.729.102-44); Manuel de Paula Neto (242.826.772-87); Marcelo Nery Santana (493.970.012-72); Maria Clélia Aragão Barreto (145.791.893-53); Miguel Paiva Teixeira (746.990.912-53); Miralba Uchoa de Carvalho (455.876.042-68); Miriam de Paula Brito (732.529.722-04); Nicolas Andretti de Souza Neves (576.176.862-34); Nilton Paulo Ponciano (419.656.801-78); Noélio Martins Costa (571.318.053-00); Pedro Secundino de Souza Maciel (767.969.732-91); Ralhis da Silva Lacerda (911.187.512-72); Ricardo Loureiro Soares (719.460.120-68); Rodrigo Soares Maués (685.545.912-91); Rogério Luiz Araújo Carmine (629.096.492-53); Rogério Caxias de Araújo (003.811.832-70); Rogério Ferreira Nakauth (729.136.142-72); Rubio Thalles Andrade de Moura (024.921.834-83); Simone Brandão Bulcao (336.204.152-34); Valério Ramalho da Silva (321.731.802-15); Veruska Judith Maia Mejia (885.762.992-91); e Viviane Maria Eremita da Silva (630.290.492-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4600/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.402/2012-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adna Marcia Oliveira de Sena (063.325.064-31); Adonis Queiroz Mendes (031.477.084-46); Adrice Alcidiana Carvalho e Silva (671.386.085-00); Alberto Antônio da Silva (801.332.154-15); Amauri Martins Lemos Filho (821.296.904-59); Anderson Roberto de Lacerda Menezes (046.794.914-00); Antônio Novais Tavares Filho (029.904.994-90); Barbhara Elyzabeth Souza Nascimento (059.644.684-54); Carlos Gomes Araújo (060.532.924-94); Carlos Henrique Valério Praeiro (055.925.164-52); Christianne Torres de Paiva (428.206.184-72); Débora Batista Maciel de Andrade (052.449.364-25); Felipe Machado Duarte (034.155.814-11); Fernanda Arruda de Vasconcelos (064.389.334-22); Fernando Tiago Nascimento Medeiros (073.076.794-93); Flavio Benicio da Silva (043.056.754-55); Francisco Roberto de Sousa Marques (281.443.414-49); Fábio Tavares de Oliveira (027.286.864-75); Geneses da Silva Ferreira (084.699.884-09); Gerlane Lucia da Silva (010.856.784-23); José Paulo Feitosa de Oliveira Gonzaga (039.607.544-42); Keyla Verônica Belém Batista (846.932.154-49); Kleyber Borges da Silva (905.325.114-68); Luís Cristovam Laporte Ambrosio (755.534.226-04); Luís Ritcchelle de Araújo Costa dos Santos (052.494.894-19); Nielson da Silva Bezerra (668.711.744-00); Petrucio Venceslau de Moura (059.066.004-77); Sônia da Silva Cabral (598.948.655-34); Wellington Moreira Cavalcante (287.082.238-31); e Yasmine de França Costa (064.492.104-86).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4601/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.403/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Arnaldo Leoncio Dutra da Silva Filho (005.487.103-41); Cristiana de Sousa Leite (025.035.413-64); Douglas Enison Cardoso da Silva (004.559.313-21); Edilene Lima de Oliveira (645.440.793-49); Eduardo Lima dos Santos (003.070.133-32); Fernando Valterlles Moreira Nunes (670.534.913-15); Francisco Alves de Carvalho Filho (207.885.413-15); Francisco das Chagas Lopes da Costa (746.868.363-87); Lazaro José Rodrigues da Rocha (993.507.003-44); Márcia Danielle Soares Costa (929.905.253-00); Nilton de Souza Neto (011.622.993-47); Nívea Maria da Costa Sousa (001.980.323-07); Sheila Karinne Moraes Lima (819.792.823-15); e Sidrac Barreto de Negreiros Santana (956.292.033-04).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4602/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.405/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Anselmo de Souza Pinheiro (601.436.575-34)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4603/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.406/2012-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Vasconcelos Reis Wakim (037.953.346-40)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4604/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.409/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Corrêa de Queiroz (705.713.762-15); Antônio Eduardo Martinez Palhares (892.743.851-53); Bruno Bastos do Nascimento (890.414.962-20); Cleverson Agner Ramos (026.847.379-08); Cristiane Daliassi Ramos de Souza (472.072.133-87); Edson Raimundo Marques Martins (344.449.472-68); Esteban Reyes Celedon (806.600.967-49); Fabio Jacobs Dias (784.053.439-20); Flavia Kelly Siqueira de Souza (615.814.022-87); Inara Regina Batista da Costa (405.348.392-15); Janaina Silva Martins Humberto (167.989.308-40); Juliane Kayse Albuquerque da Silva (008.082.274-67); Larissa Riani Costa (222.714.028-32); Leandro de Moura Martins (085.090.547-89); Lilia Valessa Mendonça de Silva (637.426.912-87); Lucas Emmanuel Pedro de Paiva Teixeira (044.126.026-80); Marilia Carvalho Brasil (190.386.902-15); Max Eduardo Barroso de Amorim (441.918.472-87); Pierre Alexandre dos Santos (779.259.201-49); e Tomas Hrbek (533.073.212-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4605/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.410/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Alessandra Matias Querido (775.672.261-20)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4606/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-014.411/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andreia de Oliveira Freire (836.237.012-20); Caio Biasoli Marques (942.562.172-15); Daiane dos Santos Rocha (947.259.692-49); Danielle Costa Oliveira (837.426.972-34); Gustavo de Araújo Ribeiro (779.815.612-72); Katia Simone da Silva Menezes (391.419.502-91); Maria Gorete da Silva Bezerra Brilhante (216.746.042-20); e Regiane Araújo Sampaio (527.749.532-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4607/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.415/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cintia Langie Araújo (001.477.090-32); Cleber Oliveira de Almeida (023.592.250-14); Eduardo Santiago Ventura de Aguiar (899.982.190-00); Flávio Conceição Leitzke (975.996.890-87); Gabriel Monteblanco Leal (004.806.390-86); Germano Gastal Mayer (920.607.900-00); Giovana Duzzo Gamaro (662.857.120-34); James Corrêa Soares (553.698.120-04); João Carlos Machado (491.734.800-53); Lisandra Machado Kerchirne (999.771.500-44); Luciana de Oliveira Marques (384.224.500-97); Luís Eduardo Akiyoshi Sanches Suzuki (288.424.148-59); Marcelo Frio Marins (010.694.040-63); Maria Fonseca Falkembach (632.748.090-04); Markus Chagas Stein (004.096.430-25); Rafael Garcia Borges (001.504.110-73); Ricardo Perufo Mello (964.696.760-49); Robledo Lima Gil (919.369.420-20); Rodrigo Costa de Moura (013.790.490-83); Roxana Isabel Cardoso Gonzales (215.988.238-09); Thiago Colombo de Freitas (821.600.150-91); e Thomas Normanton Guim (971.564.690-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4608/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.419/2012-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: César Alberto Ruver (954.252.410-20); Christianne Lorca Paganini (608.552.820-53); Daiane Silveira Carrasco (003.187.080-51); Gerson Alberto Leiria Nunes (002.241.830-01); e Isabel Soares Chaves (905.033.330-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4609/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.422/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alina Tais Dario (014.508.811-14); Ana Lilian Caixeta de Oliveira Sousa (012.974.216-39); Ana Marta de Souza (025.002.846-89); Ana Rita Barreto Bernardes (078.649.406-92); André Luís Bertelli Duarte (074.066.666-59); Angela Abreu Rosa de Sá (041.912.446-20); Bruno Lopes Rezende Affonso (094.432.786-93); Bruno Sérgio Vieira (039.153.046-11); Carla Cristine Neves Mamede (077.141.136-77); Carolina Poswar de Araújo Camenietzki (015.462.476-45); Caroline Maria Fonseca Rocha Vaz (036.684.926-38); Christiane Pitanga Serafim da Silva (761.473.556-00); Cristina Martins Cunha da Silva (013.771.056-95); Danielle Alves de Oliveira (054.836.536-96); Danielle Souza Vieira (101.144.386-41); Danilo Elias de Oliveira (218.571.428-70); Denis Coelho de Oliveira (048.700.786-78); Elise Saraiva (034.386.996-99); Enio Tarso de Souza Costa (028.475.756-00); Fabiana Barboza Vieira Diniz (050.936.386-50); Fabíola Dutra Amaral (834.553.536-49); Fernanda Machado Fonseca (070.284.756-97); Filipe César Alves (080.718.956-10); Flavio Tetsuo Sassaki (278.409.528-28); Franciele Aparecida de Moura (050.534.106-90); Gabriel Coutinho Sousa Ferreira (087.832.456-93); Gabriela Martins Silva (063.601.846-64); Giselle Moraes Resende Pereira (086.132.926-07); Glaucia de Fatima Moreira Vieira e Souza (044.584.886-35); Guilherme do Prado Boaventura (069.988.126-98); Helen Otoni Vieira Batista (032.264.226-42); Jair Rosa Pascoal (841.945.886-49); José Franklin Moreira (046.419.737-68); Jozaene Maximiano Figueira Alves Faria (073.446.026-01); Julice Rodrigues Rosa (952.098.326-00); Kelly Cristina Caetano Silva (044.751.066-56); Klebiana de Almeida Silva (067.303.496-89); Laurence Rodrigues do Amaral (035.400.556-14); Liliany Nascimento Custódio (080.078.176-70); Luane Resende França (042.226.536-59); Luciana Maria Pires Carrijo (013.764.486-88); Luz Divina Cândido Nunes (052.112.166-36); Luzelia Calegari Santos Moizinho (966.357.976-53); Mara Kessler Ustra (790.124.180-20); Marcia Guimarães de Freitas (766.082.986-68); Mariana Batista do Nascimento Silva (054.485.196-01); Mariana Elisa Gonçalves (106.297.086-14); Marta Helena de Oliveira (034.790.166-26); Maurício Scoton Igarasi (196.980.848-94); Melina Rosa Gomes (057.822.046-64); Morgana Guilherme de Castro (065.556.026-27); Pollyanna Honorato Silva (056.511.376-37); Renato de Almeida Oliveira Mucoucah (297.207.038-06); Rogério de Castro Angelo (090.135.656-54); Sheila Cristina Bento dos Reis (742.823.791-20); Suleima Motta (059.519.166-58); Tassia Cecilia Pereira Guimarães (066.078.496-36); Thiago Rodrigues da Silva (067.030.696-70); Valiana Alves Teodoro (089.589.116-62); Vanessa Fonseca Gonçalves (070.964.636-40); Vivian Duarte Couto Fernandes (058.454.736-67); e Werley Rocherter Borges Ferreira (080.142.316-35).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4610/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.482/2012-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Sperandeo Fenerich (282.334.528-07); Ana Silvia Pereira Santos (036.054.136-41); André Desiderio Maldonado (130.223.867-10); Cristina Dias da Silva (090.776.737-09); Emmanuel Sá Resende Pedroso (042.010.316-32); Fabiana Gomes de Magalhães (060.696.836-92); Fabrício Brunelli Machado (044.576.806-13); Jefferson Nery do Prado (313.154.098-28); Juliana Assis de Medeiros (115.956.447-76); Liliana Andrade Chebli (001.153.376-52); Luciano Cardoso de Souza (062.645.436-08); Mônica Cristina Henriques Leite Olender (025.945.776-00); Rita de Cassia do Nascimento (675.142.006-49); Rodrigo Ferraz de Almeida (987.495.286-53); Samantha Pinto Soares (033.055.446-86); Sérgio Ibanez Nunes (449.980.820-00); Sônia Maria Costa Fajardo (554.782.986-20); Soraya Maria Ferreira Vieira (550.678.916-53); Tarsila Campanha da Rocha Ribeiro (975.367.416-34); Thiago Gerheim de Andrade (080.398.356-58); e Wellington Coutinho da Silva (039.935.566-90).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4611/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.483/2012-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline de Oliveira Magalhães Mourão (035.286.866-00); Anderson Demetrio Barata Soares (571.283.326-34); Anderson Tadeu Marques Cavalcante (038.818.186-93); André Melo Mendes (796.511.196-91); Bernardo Augusto Chaves Doria (014.895.926-10); Camila Pacheco Silveira Martins (061.001.376-90); Carla Valéria Vieira Linhares Maia (585.571.216-87); Christian Sahb Batista Lopes (942.816.456-91); Cristiane dos Santos Dias (039.961.496-62); Cristina Barbosa Leite Pirfo (049.554.296-29); Daniela Luciana Pereira Soares (192.086.488-18); Daniela Vargas Andrade (034.242.136-08); Diógenes de Sousa Neto (927.853.441-20); Ericka Viana Machado Carellos (051.944.957-65); Erika Maria Roel Gutierrez (154.905.118-00); Flavia Gomes Faleiro Ferreira (977.620.676-04); Flavio Barbosa Nunes (741.904.156-34); Gabriel Menezes Viana (055.105.296-10); Giovanni Antônio Paiva de Oliveira (647.959.346-49); Guilherme Augusto Pereira Malta (061.845.016-58); Henrique Gomes de Barros (031.131.116-41); Hilton de Oliveira Mota (845.617.006-25); Ines Mendes Pinto (418.310.806-30); Italo Fernando Scota Cunha (060.615.876-60); Jaisson Gustavo da Fonseca (045.852.496-48); Jardel Sander da Silva (673.497.490-15); Jonathas de Souza Bittencourt Rodrigues (044.975.556-82); Juliana Álvares (012.348.096-56); Karla Emilia de Sá Rodrigues (846.692.174-53); Katia Cupertino (611.188.696-72); Laura Hamdan de Andrade (081.103.006-77); Leandro Rocha Lemos (089.698.877-50); Leonardo Aparecido de Souza (084.980.506-69); Leonardo Barbosa e Oliveira (040.390.146-42); Lucas de Souza Batista (047.320.396-00); Luciana Peixoto Vianello (996.532.066-72); Luciano Borges Oliveira (088.081.966-90); Luiz Claudio de Souza (709.872.116-68); Marcello Angotti (037.529.816-95); Marcelo Silva Pinto (053.323.146-98); Marcio Alves de Oliveira (015.404.776-73); Maria Gabriela Reis Carvalho (014.687.646-67); Mariana Bueno (267.899.568-24); Mariangela Furlan Antigo (278.274.568-98); Marina Salgado (043.313.576-00); Mauricio Covcevich Bagatini (001.029.000-19); Monique Sanches Marques (677.320.206-00); Paulo Marcio Campos de Oliveira (049.749.586-40); Rafael Rodrigues Pereira (025.743.537-90); Raphael Campos Drumond (059.719.396-70); Renata Marcos Bedran (050.900.926-30); Renata Simões Guimarães e Borges (876.138.161-68); Rodrigo Modesto Gadelha Gontijo (014.989.946-79); Samuel Penna Wanner (013.343.596-28); Sandro Roger Boschetti (017.326.607-00); Silvia Maneira Zappulla (630.724.756-87); Simone Mendes Carvalho (036.429.527-98); Stefan Michael Geiger (014.124.836-03); Tania Couto Machado Chianga (477.904.746-34); Tatiani Uceli Maioli (078.558.157-08); Valdeni da Silva Reis (034.010.016-80); Virginia Fernandes Mota (080.509.716-35); e Warley de Oliveira Dias (066.729.506-21).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4612/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.485/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rosilani Trianoski (037.685.309-30); Rossana Maria Mendes da Silva (808.514.360-72); Samantha Nichele (913.877.449-68); Selma Aparecida Cubas (921.346.459-20); Sheila Mariana Bortoli Slobodzian (033.825.459-50); Sidnei Machado (566.248.759-68); Sidney Tiago da Silva (009.526.669-01); Silvana Philippi Camboim (024.233.979-41); Silvania Klug Pimentel (876.335.079-34); Simonne Peron Xavier Provin (589.264.889-34); Sérgio Luís do Nascimento (881.844.206-68); Tamiris Kostianovicz (070.568.069-02); Tatiana Braga de Camargo (312.215.088-30); Tatiana Carence Martins (338.486.918-41); Tatiane Michele da Luz (021.674.129-75); Thiago Jonas Zimermann (043.129.739-89); Thiago José dos Santos (058.036.439-98); Tobias Bernward Bleninger (010.930.149-89); Wesley Cunha Ventura (028.226.979-73); e Yanna Dantas Rattmann (031.390.494-47).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4613/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.486/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adihelen Santos de Melo (007.815.514-20); Agilson Nascimento de Souza (430.937.524-34); Ana Julia de Souza Melo (274.397.044-87); Arina Leite de Lima (025.547.794-57); Carla Neres de Souza (049.721.874-76); Claudio Roberto Veloso da Costa (781.727.804-00); David Ricardo Colaço Bezerra (767.544.484-15); Fernanda Pereira de Magalhães (065.633.264-63); Fernando José do Nascimento (051.960.774-05); Francisco Juvenal Feitosa Neves Júnior (006.393.363-29); Gonçalo Ernesto José de Moraes Cavalcanti (049.736.324-06); Henrique Sérgio Santos de Lira (975.640.604-68); Hernandes Guedes de Moura Filho (049.256.004-86); Jeymesson Raphael Cardoso Vieira (029.301.774-38); e Ricardo Alves da Silva (052.726.364-81).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4614/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.487/2012-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Roberto Nunes Umpierre (742.876.300-25)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4615/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.490/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Arcângelo Loss (081.005.567-84); Isabele da Costa Angelo (090.347.797-18); Juliana Arruda (073.735.687-18); Juliana Barbosa Nunes (117.751.457-51); Marcelo Sales Ferreira (080.151.197-66); Patrícia Vivas da Silva Fontes (124.202.057-82); e Rodrigo Lima e Silva (069.513.807-32).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4616/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.510/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: André Lang (274.954.068-28); Carla Daniele dos Santos (024.692.641-46); Helen Lopes de Sousa (471.085.093-34); Kiara Lubick Silva (797.014.694-53); Marco Aurélio Gomes de Oliveira (063.322.246-14); Odilon Rodrigues de Morais Neto (861.747.201-44); Paulo Alescio Canola (270.697.908-99); Samara Queiroga Borges Gomes da Costa (789.881.364-20); Theovany dos Santos Sousa (018.329.791-13); Thiago Ferreira Emidio (006.488.811-80); Valeria Maria Pereira Alves Picanco (659.356.082-00); e Wanessa Silva Parreira (902.434.391-72).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4617/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.820/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Antônio Sabino de Paula Neto (500.401.893-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4618/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.822/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Yury Jansen Soares Siqueira Torres (030.047.314-10)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4619/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.823/2012-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Eliana Aparecida Gonzaga (038.544.606-35)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 4620/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.830/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wilio Aparecido Rodrigues Torres (056.395.426-40)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4621/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.831/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Gisele Giandoni Wolkoff (174.345.038-90)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4622/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.833/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Elissandra Simião da Silva (041.525.157-59)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4623/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.839/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Roger Elias (942.201.230-91)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4624/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.840/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Albeiro Mejia Trujillo (688.279.461-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4625/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.841/2012-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra de Oliveira Pereira (686.993.012-00); Amanda Duarte dos Santos (335.244.752-72); Anderson Fonseca Júnior (500.715.054-15); Armando Júnior da Costa Barrela (575.343.142-91); Aurinês Queiroz Borges (047.742.114-86); Beatriz Cristina da Silva Ferreira (063.711.306-33); Carlos Alberto Estombelo Montesco (222.930.828-90); e Carlos Henrique Ferreira Neto (722.106.132-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4626/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.844/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Galdino Rodrigues Bernhard (839.864.561-04); e Igor de Sousa Vale (086.323.357-07).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4627/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.845/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: João Batista da Silva Filho (174.860.332-91); e João Batista de Souza Filho (741.515.687-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4628/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.847/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Euzebio Pereira dos Santos (239.877.742-15); José Fernandes Barros (578.773.432-72); Malinalia Inês Rocha Marcião (276.398.352-91); Marcelo Araújo da Silva (436.489.832-53); Maria Bernadete Marinho de Medeiros (789.298.144-68); Maria Rosália Cabral Sevalho (136.265.152-49); Maura Celi Martins (508.652.932-87); Michael Saulo Corrêa Cuadal (445.340.862-53); Patrícia de Souza Pinto (657.458.682-87); Paulo Emilio Bonilla Lemos (491.306.840-72); Romulo Lima Cunha (317.815.433-72); e Rosilene Maia de Barros (224.611.752-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4629/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.848/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Sandra Mara Belino Alves Toda (756.528.038-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4630/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.849/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sérgio Sócrates Baçal de Oliveira (405.448.852-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4631/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.853/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cassiano Henrique de Albuquerque (050.737.734-62); Emerson Hugo de Oliveira (042.124.839-47); e Leandro do Nascimento de Souza (048.904.064-09).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4632/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.854/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Guilherme Luiz da Costa Lage (751.868.886-72); e Lucia Helena da Cunha Ferreira (548.072.476-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4633/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.856/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Graciele Kerlen Pereira (038.585.756-07); e Tatiane Chaves Ribeiro (044.169.526-43).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4634/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.859/2012-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lúcio Eduardo Lima de Souza (308.458.311-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4635/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.864/2012-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elizabeth Alencar de Moura (752.425.403-20); e Gleison de Oliveira Medeiros (005.102.423-32).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4636/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.865/2012-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Herus Orsano Machado (878.138.313-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4637/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.866/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kátia Lucy Pinheiro (619.182.453-04); Maira Soares Ferraz (961.505.483-68); Marli Ferreira de Carvalho Damasceno (009.131.913-70); e Solranny Carla Cavalcante Costa e Silva (830.175.343-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4638/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.867/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: José Araújo Filho (002.633.705-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4639/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.873/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Carlos Magno de Souza Paiva (014.280.816-40)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4640/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.874/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Evaldo Ferreira Boaventura (828.676.156-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4641/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.876/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Ofelia Maria Imaculada (061.887.936-61)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4642/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.877/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Tricia Costa Lima (270.780.168-23)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4643/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.880/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Luciana Barcellos Teixeira (974.616.950-53)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 4644/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.899/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thalles Azevedo de Araújo (056.117.884-40)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4645/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.901/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Fátima Carneiro de Vasconcelos (739.229.513-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4646/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.902/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra de Oliveira Borba Silva (090.523.417-02); Angélica da Silva Cordeiro (071.534.167-73); Elen Maria Lucas Silva (641.675.697-87); Eliezer Teixeira Gomes (999.380.817-20); Eloina Maria Pinheiro Campos (749.997.617-34); Elsanir Rodrigues da Silva (984.425.707-72); Erick Teixeira dos Santos (085.799.987-78); Fabiana Mauro de Oliveira (113.373.607-67); Fábio Kopp Vanuzzi (082.616.337-80); Flávia Nogueira da Silva (102.921.277-58); Flávia Passos Alves (029.034.677-06); Gabriela Santos da Fonseca (137.622.527-18); Glória Maria de Moraes Antonian (087.977.757-54); Ilton da Motta Rodrigues (068.404.127-84); Janaina Oliveira dos Santos (073.244.867-03); Janaina Pereira Monteiro (073.127.727-90); Jefferson de Almeida (070.389.907-48); Jocélia Mozer Rodrigues (051.463.587-88); Jordana Braga de Azevedo (105.174.777-50); Jorge Rafael Castro Ferreira (054.478.967-97); Josimar Rosa Nunes (057.764.667-25); Juan Carlos do Nascimento Menezes (078.722.077-96); Juanita Gomes de Assis (929.093.297-04); Judas Tadeu Pereira (084.882.277-36); Jurenir Menezes Siqueira da Cunha (957.857.957-87); Jussara Faria dos Santos (117.330.357-02); Lena Maria da Cunha (517.662.307-25); Luci de Souza (087.644.997-66); Luciana Soares da Silva (116.574.257-89); Lucília Esteves Alves (784.167.527-53); Lucimar da Cruz Rabelo (128.964.487-05); Manoel Messias Pinto Ribeiro (830.677.526-00); Márcia Soares de Souza (056.264.407-55); Marcus Vinicius Maia dos Santos (101.948.387-30); Maria Cristina Sayuri Iwamoto (072.567.067-31); Maria Zilda Feliciano de Menezes Ribeiro (681.516.837-91); Mariana Silva Campos (126.158.867-38); Mariana de Castro Ribeiro Guedes (128.348.777-26); Marilene Firmina Rodrigues Gouvêa (773.391.007-25); Maurício Lima de Marca Júnior (050.144.516-16); Michele Moreira e Castro (075.008.117-13); Milton Valeriano da Silva (057.701.867-12); Miriam Teresa da Cunha Costa (622.350.797-68); Patricia Cardoso Silva (085.121.517-30); Paula Alves Lemos Ferreira (035.169.257-60); Rafaela Vargas da Silva (111.398.227-64); Renata Gonçalves de Andrade (092.192.947-10); Rita de Cássia Ávila de Matos Paiva (037.501.667-81); Robson Rodrigues dos Santos (015.856.627-04); Rose Correa Mendes de Freitas (022.143.177-24); Rosemar Justino Campos (043.908.487-39); Sabrina Marques Berbigier (919.403.970-49); Sheila da Rosa de Oliveira (013.460.227-71); Simone Ferreira da Silva (133.638.587-10); Tatiana de Souza (053.541.397-16); Tatiane Victor de Assis (103.977.557-83); Tereza Cristina Alves Medeiros dos Santos (009.965.787-22); Thais Helena Marsicano Trizotto (812.826.727-20); Thiago Lopes Coutinho (115.970.317-55); Vânia Nascimento Queiroz (598.470.505-20); Venícia Vitoria Villaruel (085.149.067-04); Virginia Luiz de Souza (776.877.521-04); Viviane Pereira de Mello (052.356.817-70); e Zuleica Maria Brum (989.793.457-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4647/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.903/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Cleide Gisele Ribeiro (034.371.126-51)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4648/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.908/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabio de Oliveira Pedrosa (075.894.099-87); Letícia de Oliveira Borba (008.937.230-10); e Osmir José Lavoranti (043.450.758-07).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4649/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.909/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aldemir Rodrigues Lima Maia Júnior (336.939.004-34); Altamar Araújo da Silva (019.370.424-21); David Martins da Silva (018.570.444-10); Francelino Soares de Souza Segundo (000.930.344-82); e Maria Eliomar Tavares de Araújo (036.381.634-82).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4650/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.912/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fernando Perobelli Ferreira (894.780.960-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4651/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e nos termos do item 9.4 do Acórdão 420/2007-Plenário-TCU, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão(ões) de pessoal a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.132/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alberto Fabio da Silva Taveira (620.762.302-97); Aline Carvalho de Freitas (645.067.892-53); Ana Cristina Sales Dibo (349.411.932-53); Ana Lucia Mendes dos Santos (437.027.162-20); Anne Karynne Almeida Castelo Branco (786.459.992-34); Áurea Cilene Lima do Nascimento (570.144.002-82); Davi Esteu Santos da Costa (683.480.532-04); Débora Maria Ferreira Marques (924.480.462-04); Deuzilene Marques Salazar (441.449.382-04); Elaine Lima de Sousa (792.929.172-34); Elias Santos da Costa (936.930.282-49); Elmar Cordeiro da Silva (418.485.352-87); Francelino Freitas Carvalho (762.502.023-15); Francisco das Chagas Silva de Souza (726.834.302-72); Gustavo Galdino Rodrigues Bernhard (839.864.561-04); Manoel Alencar de Queiroz (788.229.552-34); Mariluce dos Reis Ferreira (647.715.202-91); Paula Tayara Cavalcante Lima (896.475.302-00); Raniere Garcez Costa Sousa (445.582.952-00); e Samantha Pinheiro Buas de Lima (704.490.822-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
1.6.1. Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novo(s) ato(s) de admissão(ões) para o(s) interessado(s) constante(s) do presente processo, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento verificadas no(s) ato(s) de admissão(ões); e
1.6.2. Observe o correto preenchimento do(s) formulário(s) de admissão(ões) no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.

ACÓRDÃO Nº 4652/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e nos termos do item 9.4 do Acórdão 420/2007-Plenário-TCU, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão(ões) de pessoal a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.136/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria do Socorro de Oliveira Cordeiro (516.414.532-49); e Rahyna Victor de Almeida (986.821.722-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações à Fundação Universidade Federal do Acre que:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.6.1. Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novo(s) ato(s) de admissão(ões) para o(s) interessado(s) constante(s) do presente processo, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento verificadas no(s) ato(s) de admissão(ões); e

1.6.2. Observe o correto preenchimento do(s) formulário(s) de admissão(ões) no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.

ACÓRDÃO Nº 4653/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e nos termos do item 9.4 do Acórdão 420/2007-Plenário-TCU, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão(ões) de pessoal a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.149/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sandra Mara Borges Campos (084.910.907-89)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Universidade Federal do Espírito Santo que:

1.6.1. Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novo(s) ato(s) de admissão(ões) para o(s) interessado(s) constante(s) do presente processo, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento verificadas no(s) ato(s) de admissão(ões); e

1.6.2. Observe o correto preenchimento do(s) formulário(s) de admissão(ões) no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.

ACÓRDÃO Nº 4654/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.243/2012-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Leda Amorim Pontes (205.878.994-68); e Sebastiana Oneide Amorim Pontes (396.129.294-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4655/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.235/2012-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Orlandina Armini Pauli (089.969.087-46); e Ruth Esteves Campos (072.191.787-94).
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Colatina - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Sefip que exclua o campo 'DADOS DO BENEFICIÁRIO - 2" na concessão instituída por Olindino Pauli, CPF nº 071.773.217-72.

ACÓRDÃO Nº 4656/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.978/2012-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Jussara Gonçalves (731.633.097-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4657/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.979/2012-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Lindamir Levis Leal (817.953.869-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4658/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.014/2012-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Aparecida Maria das Graças de Oliveira (025.359.756-02)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4659/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.056/2012-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Janete de Oliveira Ricci (038.223.703-04); e Marlene de Castro Caldeira (335.300.843-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4660/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.059/2012-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edson Matheus Aleixes Bastos de Paiva Dias (040.367.853-62); Josette Madeira Martins (150.263.963-72); Maria Dulce Melo de Paiva Dias (610.916.691-04); Raimunda Nonata Rego Sousa Santos (036.237.993-94); Socorro Janes Aleixes de Oliveira (139.160.333-87); Thiago Aldrycharles Aleixes Bastos de Paiva Dias (031.114.183-83); e Thiara da Consolação Aleixes Bastos de Paiva Dias (011.752.423-90).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4661/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.083/2012-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Anna Maria Lobo Poncinelli da Silva (034.293.046-01); e Lucy Rodrigues Costa (008.997.986-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4662/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.086/2012-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antônio Paulo da Silva Duarte (038.686.304-06); Haldson Siqueira Campos (037.622.544-00); Jandira Terezinha de Lira Netto (070.573.004-25); José Lemos Muniz Cruz (002.714.704-53); Maria Daurida de Queiroz Costa (018.171.244-04); Maria Dolores de Lima (354.318.304-49); Maria do Carmo da Silva Soares (234.518.154-00); Marina de Azevedo Corrêa dos Santos (007.681.874-86); Sebastiana Mota Amorim (009.338.704-00); e Thiago Bemvindo Cruz (013.005.574-35).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4663/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.087/2012-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Lucia Portella Carpes (178.340.070-68); e Rhayar Godinho Mascarello (009.918.870-85).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4664/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso V, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar cumprida a determinação constante do subitem 1.5 do Acórdão nº 1977/2010 - TCU - 2ª Câmara, e arquivar o processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica à Prefeitura Municipal de Tobias Barreto/SE, ao Conselho de Alimentação Escolar de Tobias Barreto/SE e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-033.696/2011-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
1.2. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (Secex/SE)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4665/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, c/c os arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, 17, inciso IV, e 143, inciso III, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante relacionada, para considerá-la prejudicada por perda de objeto e arquivar o processo, dando-se ciência desta deliberação, bem como da instrução da Unidade Técnica à representante e à Universidade Federal do Ceará (UFCE/MEC):

1. Processo TC-034.463/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Empresa SERVIARM - Serviços Gerais e Eletrônicos Ltda. (08.973.734/0001-69)
1.2. Entidade: Universidade Federal do Ceará (UFCE/MEC)
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex-CE)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

e) Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (Relação nº 21).

ACÓRDÃO Nº 4666/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de alteração de aposentadoria a seguir relacionado, com a ressalva de que as parcelas relativas ao percentual de 84,32% (Plano Collor), à Ação Judicial nº 97.0013266-8 e à GADF, constantes do ato de peça nº 9, deixaram de ser pagas na folha de pagamento da interessada, conforme comprova o contracheque de peça nº 7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.583/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Giselda Primo da Silva (CPF 116.526.323-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4667/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e no art. 6º, § 1º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, e fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.238/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Albetiza Rodrigues de Lima (CPF 048.880.303-91); José Odécio da Rocha (CPF 026.086.503-68); e João Alberto dos Santos (CPF 071.240.823-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Sefip que, com fundamento no art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução nº 2106/2007, exclua os Formulários Sisac NC 20784503-04-2006-000001-9.

ACÓRDÃO Nº 4668/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.228/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marlene Luizinha Bertelli Flores (CPF 214.107.200-04) - Alteração; Marlene Luizinha Bertelli Flores (CPF 214.107.200-04) - Alteração; Marly Polvora Terra (CPF 386.541.990-91); Marylene Pinheiro Silveira (CPF 204.477.440-20); Mauro Francisco Melo Sagrilo (CPF 473.286.570-49); Neusa Maria Ayres das Neves (CPF 199.100.530-04); Nilva Irene Schutz Ferraro (CPF 006.755.980-87); e Odilon Vitória Betanzos (CPF 066.886.400-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT/RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4669/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.230/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Walter Nunes (CPF 077.518.690-20) e Zael Ferreira Borba (CPF 000.313.210-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT/RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4670/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.234/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Alves da Fonseca Nogueira (CPF 161.139.267-53); Francisco Pereira da Silva (CPF 056.965.007-06); Heloisa Amélia de Oliveira Nicodemus (CPF 187.680.837-34); Iracema Duarte Rosa (CPF 483.547.677-87); Jose Dias de Mello (CPF 464.516.097-49); José Eduardo Chevrand (CPF 304.898.307-49); e Jubal Soares (CPF 258.065.137-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4671/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.236/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marly Ananias Mendonça (CPF 596.622.477-34); Marta Celeste Lafaille Carvalho (CPF 154.903.947-49); Mary Elizabeth Mendes da Silva (CPF 311.450.437-04); Moyses Szmer Pereira (CPF 094.067.607-97); Nadir Mendes (CPF 572.373.957-34); Nazer Dib Hage (CPF 021.317.497-91); Neuza Regina Netto de Oliveira (CPF 365.527.807-10); e Nilton Rebello Gomes (CPF 035.351.937-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4672/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 206/2007, c/c o subitem 9.4 do Acórdão nº 420/2007-TCU-Plenário, em considerar prejudicadas, por inépcia, as apreciações para fins de registro dos atos de alteração de aposentadoria a seguir relacionados, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.362/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Amélia Rodrigues Parente de Vasconcelos (CPF 116.597.503-34); Amélia Rodrigues Parente de Vasconcelos (CPF 116.597.503-34); Ana Célia Silveira Nunes (CPF 059.037.343-91); Ana Célia Silveira Nunes (CPF 059.037.343-91); Antonio Jary Barroso (CPF 053.105.713-53); Antonio Jary Barroso (CPF 053.105.713-53); Dayse Maria de Alencar Maciel Severiano (CPF 097.889.563-00); e Dayse Maria de Alencar Maciel Severiano (CPF 097.889.563-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações:
1.6.1. ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE que providencie, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, novo cadastramento no sistema Sisac, dos atos de alteração de aposentadoria relacionados no subitem 1.1, corrigindo as seguintes irregularidades:
1.6.1.1. inclusão de vantagem em razão do exercício de função sem discriminação dos tempos correspondentes (mapa de função);
1.6.1.2. inclusão de fundamentos legais da aposentadoria incorretos;
1.6.2. à Sefip que acompanhe o cumprimento da determinação exarada no subitem 1.6.1, arquivando os autos em seguida.

ACÓRDÃO Nº 4673/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.538/2012-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria Ruth da Silva Nogueira (CPF 006.969.548-26); Tânia Christina de Souza Cuenca (CPF 992.953.428-87); e Zélia de Toledo (CPF 993.637.128-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4674/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.754/2012-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Therezinha Machado Gayer (CPF 230.971.167-53); Vinício Engel (CPF 367.334.077-87); e Waldyres Pires Ferreira (CPF 310.007.117-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4675/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-012.767/2012-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marcia Mattos da Rosa Becker (CPF 409.804.487-00) e Marlene Rocha (CPF 209.443.737-04).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4676/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 206/2007, c/c o subitem 9.4 do Acórdão nº 420/2007-TCU-Plenário, em considerar prejudicadas, por inépcia, as apreciações para fins de registro dos atos de alteração de aposentadoria a seguir relacionados, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.112/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abel Mathias Netto (CPF 040.656.547-34); Regina Maria Sarmento da Cunha (CPF 245.781.347-68); e Wilson Honorato (CPF 244.777.027-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações:
1.6.1. ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ que providencie, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, novo cadastramento no sistema Sisac, dos atos de alteração de aposentadoria relacionados no subitem 1.1, corrigindo as seguintes irregularidades:
1.6.1.1. inclusão de vantagem em razão do exercício de função sem discriminação dos tempos correspondentes (mapa de função);
1.6.1.2. inclusão de fundamentos legais da aposentadoria incorretos;
1.6.2. à Sefip que acompanhe o cumprimento da determinação exarada no subitem 1.6.1, arquivando os autos em seguida.

ACÓRDÃO Nº 4677/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.904/2012-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Francisca das Chagas Mariano Correa (CPF 031.063.302-87) e Wandira Catarina Medeiros Pereira Mendes (CPF 041.503.332-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Amazonas - Incra/AM - MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4678/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.967/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Olivio Pereira da Conceição (CPF 009.571.431-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4679/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.994/2012-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nélio Pinto de Carvalho (CPF 200.876.329-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT/PR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4680/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que a unidade técnica, ao analisar o presente ato, detectou que o prazo entre a data da nomeação e a data da posse, previsto no art. 13, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, não foi obedecido, sem que houvesse, a este respeito, esclarecimentos do órgão de pessoal:
Considerando a necessidade de se proceder à correção da referida irregularidade ou ao esclarecimento da situação concreta, previamente à apreciação da legalidade do referido ato;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 206/2007, c/c o subitem 9.4 do Acórdão nº 420/2007-TCU-Plenário, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação para fins de registro do ato de admissão a seguir relacionado, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.146/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bruno Ferreira Nobre (CPF 038.853.179-74).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT/SC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações:
1.6.1. ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT/SC que cadastre, no prazo de 60 (sessenta) dias, novo ato de Bruno Ferreira Nobre (CPF 038.853.179-74) no sistema Sisac, e o encaminhe ao Tribunal de Contas da União, via Controle Interno, corrigindo a falha apontada por este TCU e/ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta;
1.6.2. à Sefip que acompanhe o cumprimento da determinação exarada no subitem 1.6.1, arquivando os autos em seguida.

ACÓRDÃO Nº 4681/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.852/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Einloft Pereira (CPF 036.812.289-14); Bruno Sousa de Lima (CPF 694.101.192-00); Carla Mariana Suissa Tanner de Oliveira (CPF 794.007.365-68); Ellen Terezinha de Resende (CPF 043.677.886-60); Erico Pinheiro Ermenegildo (CPF 068.454.309-50); Isabella Carvalho de Paula (CPF 037.641.496-04); Jurandir Menezes Junior (CPF 221.614.768-07); Laura Formighieri (CPF 006.282.039-77); Leonardo Ono (CPF 066.461.099-40); Livia Fernanda Santos Leal Lemieszek (CPF 037.314.109-23); e Marco Antonio de Souza Santos (CPF 029.309.067-07).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT/PR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4682/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.857/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Augusta Pölking Wortmann (CPF 815.830.100-25); Christina de Almeida Pedreira (CPF 562.987.221-49); Lídia Almeida Pinheiro Teles (CPF 054.598.674-52); Rafaella Messina Ramos de Oliveira (CPF 112.754.577-97); e Sergei Becker (CPF 989.826.210-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - TRT/MA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4683/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II; e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de Mônica de Lima Rezende (CPF 011.770.454-78), já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pela maioridade de sua beneficiária; e considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil de Rafael de Souza Neres (CPF 010.435.474-79), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.782/2007-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Mônica de Lima Rezende (CPF 011.770.454-78) e Rafael de Souza Neres (CPF 010.435.474-79).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - TRT/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4684/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 206/2007, c/c o subitem 9.4 do Acórdão nº 420/2007-TCU-Plenário, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação para fins de registro do ato de pensão civil a seguir relacionado, e fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público:

1. Processo TC-015.076/2012-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Lucas Felipe Eremith de Souza (CPF 981.345.152-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - TRT/AC-RO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações:
1.6.1. ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - TRT/AC-RO que providencie, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, novo cadastramento no sistema Sisac do ato de Lucas Felipe Eremith de Souza (CPF 981.345.152-15), tendo em vista à ausência da indicação do valor do redutor de 30%, previsto no art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal (redação dada pela EC nº 41/2003) e à ausência da discriminação das parcelas que compõem o valor da pensão;
1.6.2. à Sefip que acompanhe o cumprimento da determinação exarada no subitem 1.6.1, arquivando os autos em seguida.

ACÓRDÃO Nº 4685/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 206/2007, c/c o subitem 9.4 do Acórdão nº 420/2007-TCU-Plenário, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação para fins de registro do ato de pensão civil a seguir relacionado, e fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público:

1. Processo TC-015.103/2012-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria do Espirito Santo Beserra (CPF 003.866.801-75).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - TRT/MT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações:
1.6.1. ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - TRT/MT que providencie, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, novo cadastramento no sistema Sisac do ato de Maria do Espirito Santo Beserra (CPF 003.866.801-75),

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tendo em vista à ausência da indicação do valor do redutor de 30%, previsto no art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal (redação dada pela EC nº 41/2003);

1.6.2. à Sefip que acompanhe o cumprimento da determinação exarada no subitem 1.6.1, arquivando os autos em seguida.

ACÓRDÃO Nº 4686/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.082/2006-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adalberto Limeira Leite (CPF 072.273.291-00); Adão Coelho Martins (CPF 049.919.157-91); Agenor de Souza (CPF 069.734.007-44); Helio Drago Romano (CPF 025.074.048-68); Jander dos Reis Barradas (CPF 291.070.247-20); Nery Moreira Alves (CPF 047.776.620-04); e Pedro Padilha (CPF 110.178.809-72).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - CE/MD.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4687/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de Prestação de Contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de São Paulo referente ao exercício de 2006;

Considerando que o Acórdão 2854/2009-TCU-2ª Câmara, prolatado em 2/6/2009, determinou ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de São Paulo, no subitem 9.4.9, que mantivesse entendimentos com a Faesp visando à celebração de convênio ou instrumento congênere para regular as relações entre as entidades, especialmente quanto ao uso de áreas físicas e rateio de despesas comuns e utilização de estrutura logística, bem como o possível encontro de contas pela assunção de despesas de exercícios pretéritos, compensando, em operações futuras, eventuais créditos apurados;

Considerando que o citado aresto determinou à Secex/SP, no item 9.7., que monitorasse, no âmbito deste mesmo processo, o cumprimento das determinações exaradas naquela oportunidade;

Considerando que o Acórdão 3.777/2010-2 Câmara, prolatado em 20 de julho de 2010, considerou atendidas as determinações constantes dos subitens 9.4.1 a 9.4.8 e 9.4.10 a 9.4.12 do Acórdão 2.854/2009-2ª Câmara, e parcialmente atendida a determinação constante do subitem 9.4.9 do Acórdão 2.854/2009-2ª Câmara, bem como fez ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de São Paulo - Senar/SP duas novas determinações, subitens 1.6.1.1 e 1.6.1.2, **literis**;

1.6.1.1. reveja os valores estabelecidos no contrato de cessão de infraestrutura celebrado entre o Senar/SP e a Faesp em 22/12/2009, realizando estudos criteriosos, inclusive quanto à comprovação da seleção de amostra representativa, de forma a comprovar a pertinência e adequabilidade do valor dos repasses a serem realizados com esse fim, analisando, item por item, as despesas estimadas para cada um dos sindicatos, glosando as estimativas de despesas que não tenham sua vinculação com os objetivos do Senar comprovada, nem a razoabilidade e economicidade de seu valor comprovada, conforme explicado no subitem 2.9 do Relatório de Monitoramento (encaminhar cópia do Relatório);

1.6.1.2. observe no atendimento ao subitem 9.4.9 do Acórdão nº 2.854/2009 - Segunda Câmara, quanto ao "possível encontro de contas pela assunção de despesas de exercícios pretéritos, compensando, em operações futuras, eventuais créditos apurados", as considerações tecidas pela CGU e pela Secex/SP nos autos do TC-019.948/2007-5 (prestação de contas de 2006 do Senar/SP), avaliando também, a necessidade de se ressarcir o Senar/SP pelas despesas com aluguel em valores superiores aos de mercado em exercício anteriores, considerando os valores identificados como preço de mercado no laudo de avaliação feito em 26/8/2009 pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia para cada um dos andares do edifício situado na Rua Barão de Itapetininga, 224, Centro, São Paulo/SP;

Considerando que naquela assentada foi determinado à Secex/SP o encerramento dos autos após o cumprimento das determinações exaradas nos subitens 1.6.1.1 e 1.6.1.2, não obstante o cumprimento parcial da determinação contida no subitem 9.4.9, já que foram propostos alertas à entidade com vistas a orientá-la ao cumprimento da referida determinação;

Considerando a disposição, naquele aresto, de que o encerramento do processo não prejudicaria a possibilidade deste Tribunal vir a avaliar o cumprimento do subitem 9.4.9 em outro monitoramento;

Considerando que o Acórdão 946/2012-TCU-2ª Câmara no item 9.1, prolatado em 14/2/2012, considerou atendidas as determinações constantes dos subitens 1.6.1.1 e 1.6.1.2 do Acórdão 3.777/2010-TCU-2ª Câmara, entendendo que, no presente caso concreto, o Senar/SP poderia se valer do encontro de contas previsto no subitem 9.4.9 do Acórdão 2.854/2009-2ª Câmara, de modo a compensar os valores pretéritos ou vincendos devidos, em razão da utilização da infraestrutura da Faesp, podendo promover, se for o caso, a repactuação do atual contrato de cessão celebrado entre as partes, visando adequá-lo aos atuais valores de mercado;

Considerando que naquela oportunidade foi ainda determinado à Secex/SP que promovesse o arquivamento dos presentes autos, sem prejuízo de monitorar o cumprimento do subitem 9.4.12 do Acórdão 2.854/2009-TCU-2ª Câmara;

Considerando que, com essa finalidade, foi autuado processo de monitoramento, TC-009.006/2012-5;

Considerando que, entre as questões tratadas na presente TCE, destaca-se aquela relacionada ao subitem 9.4.9 do Acórdão 2854/2009-TCU-2ª Câmara, cujo cumprimento integral ainda não restou demonstrado, apesar de a unidade técnica, em instrução datada de 19/4/2012, entender que o encontro de contas e a forma de sua implementação é uma faculdade do Senar/SP;

Considerando que a este respeito o Senar/SP, por meio da documentação protocolizada em 9/04/2012, informou a esta Corte que constituiu Grupo de Trabalho com a incumbência de apurar os valores correspondentes ao encontro de contas previsto no citado subitem 9.4.9;

Considerando que representantes do Senar/SP manifestaram, em audiência, interesse de que tal procedimento fosse avaliado por este Tribunal visando dirimir qualquer impropriedade eventualmente existente e oportunizando eventuais correções antes das movimentações financeiras entre Senar/SP e Faesp, decorrentes do referido encontro de contas;

Considerando, enfim, a relevância da questão abordada no referenciado subitem 9.4.9 do Acórdão 2854/2009-TCU-2ª Câmara e o fato de já existir monitoramento autuado com vistas a acompanhar o cumprimento do subitem 9.4.12 do mesmo **decisum**;

Considerando o princípio da racionalidade processual;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em determinar que o cumprimento do subitem 9.4.9 do Acórdão 2854/2009-TCU-2ª Câmara seja incluído no objeto do TC-009.006/2012-5, monitoramento instaurado com vistas a acompanhar o cumprimento do subitem 9.4.12 do mesmo aresto:

1. Processo TC-019.948/2007-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2006)

1.1. Responsáveis: Amauri Elias Xavier (CPF 071.224.038-15); Braz Agostinho Albertini (CPF 724.499.508-34); Eduardo de Mesquita (CPF 270.904.008-59); Eunizio Malagutti (CPF 030.824.318-87); Fábio de Salles Meirelles (CPF 133.080.338-87); Geraldo Gontijo Ribeiro (CPF 157.453.926-49); Humberto Breanza Sobrinho (CPF 022.217.808-68); Irineu de Andrade Monteiro (CPF 381.587.448-34); Jair Kaczinski (CPF 088.215.468-02); Jose Candêo (CPF 032.067.858-04); José Domingos Fogaça (CPF 144.303.398-72); José Horta Martons Conrado (CPF 896.811.858-20); José Octávio Costa Auler (CPF 015.748.338-04); José Roberto Francisco (CPF 983.261.988-20); João Campos Granado (CPF 070.195.568-68); Luiz Sutti (CPF 071.217.098-72); Marcelo Gomes Aranha de Lima (CPF 030.775.978-45); Maria Cristina Coelho da Silva (CPF 081.916.218-35); Maurício Cordeiro Alves (CPF 057.242.618-63); Oscar Dias Lino (CPF 445.395.508-10); Pedro Arroyo Escrivano (CPF 327.493.768-15); Pedro Augusto Marcello (CPF 071.930.398-22); Ricardo do Nascimento (CPF 545.727.389-04); Sergio Luiz de Oliveira (CPF 128.432.088-07); Sergio Perrone Ribeiro (CPF 539.271.178-20); Vicente José Rocco (CPF 016.105.628-87); Waldomiro Cordeiro (CPF 204.655.488-49); e Federação de Agricultura do Estado de São Paulo - Faesp (CNPJ 60.595.451/0001-40).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de São Paulo - Senar/SP - MTE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex-SP).

1.5. Advogado constituído nos autos: Alexandre Ramos Albuquerque, OAB/SP 201.176 e outros.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: determinar que a Secex-SP promova no âmbito do TC-009.006/2012-5 o monitoramento do cumprimento dos itens 9.4.12 e 9.4.9 do Acórdão 2854/2009-TCU-2ª Câmara, manifestando-se conclusivamente no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta decisão, sobre a regularidade do procedimento adotado pelo Senar/SP que, em consonância com a documentação protocolizada em 9/04/2012, constituiu Grupo de Trabalho com a incumbência de apurar os valores correspondentes ao encontro de contas previsto no citado item 9.4.9.

ACÓRDÃO Nº 4688/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.168/2009-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Jose Ribamar Fontes Beleza (CPF 075.825.012-68).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Barcelos - AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (Secex-AM).

1.5. Advogado constituído nos autos: João Batista de Almeida, OAB/DF 2.067 A/S.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

ACÓRDÃO Nº 4689/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pela Funasa contra o Sr. Antonio Evaldo Gomes Bastos, ex-prefeito do município de Irauçuba/CE, em razão de irregularidades na aplicação dos recursos do Convênio nº 1.347/2002, cujo objeto era a execução de melhorias sanitárias domiciliares naquele município;

Considerando que o Acórdão 4792/2011-TCU-2ª Câmara, prolatado em 5 de julho de 2011, entre outras medidas julgou irregulares as contas Sr. José Luiz Ribeiro Reis, coordenador-geral do CGCOT/DENSP/Funasa, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 1992, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

Considerando que o citado aresto autorizou, no item 9.6, o parcelamento em até 24 (vinte e quatro) vezes dos débitos imputados e das multas cominadas;

Considerando que o Sr. José Luiz Ribeiro Reis, conforme comprovantes acostados à peça 22, está procedendo ao recolhimento parcelado em 24 (vinte e quatro) vezes da multa que lhe foi cominada;

Considerando os termos da Questão de Ordem aprovada na Sessão do Plenário de 9/5/2012 e registrada na Ata nº 16/2012-Plenário que dispôs sobre a conveniência do sobrestamento processual durante o tempo em que se aguarda o recolhimento parcelado das importâncias devidas;

Considerando o princípio da racionalidade processual;

Considerando, por fim, os pareceres coincidentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, e 157, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e no art. 39 da Resolução-TCU nº 191/2006, em sobrestar o presente processo durante o tempo em que se aguarda o recolhimento parcelado das importâncias devidas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.757/2009-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-000.478/2012-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-000.476/2012-9 (COBRANÇA EXECUTIVA);e TC-000.477/2012-5 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsável: Antonio Evaldo Gomes Bastos (CPF 190.711.593-53).

1.3. Órgão/Entidade: Município de Irauçuba - CE.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4690/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em arquivar os presentes autos, tendo em vista a não constatação de irregularidades e/ou impropriedades, e fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.911/2012-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: João Paulo Lajus Strapazzon (CPF 295.408.289-53); Gisele Pereira Alexandrino (CPF 349.724.120-20); e Fernanda Gomes Ferreira (CPF 822.872.529-91).

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Santa Catarina Incra/SC - MDA e Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT/SC.

1.2. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SC (Secex-SC).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinar à Secex/SC que encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução técnica, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Santa Catarina Incra/SC - MDA e ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT/SC.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 4691/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, 169, inciso III, 235, parágrafo único, e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em não conhecer da presente Representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.002/2012-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessados: Srs. André Carneiro de Almeida, José Luiz Cordeiro de Brito, Joaquim Pedro de Oliveira e Antônio Cézar dos Santos Maurício de Lima - Vereadores do Município de Candeal - BA.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Candeal - BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA (Secex-BA).

1.5. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz

1.6. Advogado constituído nos autos: Raul Carvalho, OAB/BA 2557.

1.7. Determinar à Secex/BA que:

1.7.1. encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução técnica, aos interessados e ao Sr. José Rufino Ribeiro Tavares Bisneto, Prefeito de Candeal/BA;

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 4692/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, 169, inciso III, 235, parágrafo único, e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em não conhecer da presente Representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.340/2010-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Sr. Alessander Wilckson Cabral Sales, Procurador da República no Estado do Ceará.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Baturité - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex-CE).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinar a Secex/CE que:

1.6.1. encaminhe cópia integral dos autos ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, para a adoção das medidas pertinentes;

1.6.2. encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução técnica, ao Sr. Alessander Wilckson Cabral Sales, Procurador da República no Estado do Ceará;

1.6.3. arquive os presentes autos.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA
(a serem apreciados em relação)

Foram excluídos da pauta, ante requerimento formulado pelos respectivos Relatores, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

a) nºs 002.121/2004-8, 009.521/2002-5 e 034.521/2011-9 (Ministro Aroldo Cedraz); e

b) nºs 011.873/2012-4, 015.139/2012-3, 015.142/2012-4 e 015.144/2012-7 (Ministro Raimundo Carreiro).

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Passou-se, em seguida, ao julgamento e à apreciação, de forma unitária, dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na Pauta sob o nº 22, organizada em 28 de junho último, havendo a Segunda Câmara aprovado os Acórdãos de nºs 4693 a 4739, que se inserem no Anexo desta Ata, acompanhados dos correspondentes Relatórios, Declaração de Voto e Votos ou Propostas de Deliberação (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1º a 7º e 10 e Resoluções TCU nºs 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

a) Procs. nºs 003.316/2007-8, 011.700/2007-4, 012.002/2009-1, 014.513/2010-2, 014.591/2008-0, 015.142/2010-8, 016.532/2005-3, 021.188/2006-6, 025.584/2010-3, 026.294/2009-6, 029.468/2010-8, 030.076/2010-2, 030.837/2010-3 e 032.602/2010-3, relatados pelo Ministro Augusto Nardes;

b) Procs. nºs 007.340/2010-9, 012.237/1999-0, 015.554/2008-0, 017.067/2008-0, 017.591/2009-1, 020.252/2009-9, 020.442/2009-3, 024.351/2010-5 e 032.627/2011-4, relatados pelo Ministro Aroldo Cedraz;

c) Procs. nºs 000.915/2011-4, 015.320/2011-1, 016.645/2012-0, 016.648/2012-9, 016.655/2012-5 e 019.641/2011-7, relatados pelo Ministro Raimundo Carreiro;

d) Procs. nºs 002.695/2012-0, 004.203/2012-7, 005.223/2005-0, 010.429/2009-8, 011.160/2000-2, 012.532/2003-9, 012.707/2011-2, 015.740/2011-0, 016.515/2012-9, 016.553/2012-8 e 031.912/2011-7, relatados pelo Ministro José Jorge; e

e) Procs. nºs 001.260/2011-1, 006.985/2011-4, 011.791/2011-0, 016.595/2012-2, 019.060/2011-4, 019.657/2011-0 e 037.497/2011-1, relatados pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

ACÓRDÃO Nº 4693/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.340/2010-9.

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Maria Auxiliadora Souza dos Anjos (037.565.562-04); Maria Francisca Tereza Martins de Souza (155.291.692-87); Sérgio Cabeça Braz (025.383.502-04); Wilson Tavares Von Paumgartten (029.828.622-04).

4. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - Cefet/PA (MEC) (05.200.142/0001-16).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (Secex/PA).

8. Advogado constituído nos autos: Carla Zalouth (OAB/PA 5.719); Cleide Cilene Abud Ferreira (OAB/PA 5.796); Luiz Carlos dos Anjos Cereja (OAB/PA 6.977).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada a partir de determinação contida no Acórdão 1735/2009 - 2ª Câmara, proferido nos autos do TC 016.089/2002-4, que cuida da prestação de contas relativa ao exercício de 2001 do então denominado Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - Cefet/PA, com o objetivo de apurar o desvio de recursos do Convênio nº 040/95, no valor de R$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas **b** e **d**, 19, **caput**, 23, inciso III, e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno, em:

9.1 excluir deste processo Wilson Tavares Von Paumgarten;

9.2 julgar irregulares as presentes contas;

9.3 condenar Sérgio Braz Cabeça, solidariamente com Maria Francisca Tereza Martins de Souza e com Maria Auxiliadora Souza dos Anjos a recolherem, aos cofres do Tesouro Nacional, a importância de R$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 18/12/1995, na forma da legislação em vigor;

9.4 fixar prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação para comprovação do recolhimento da dívida perante o Tribunal;

9.5 autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.6 comunicar as autoridades judiciárias federais das Seções Judiciárias do Estado do Pará competentes nos autos dos processos judiciais abaixo relacionados, nos termos do art. 9º da IN/TCU 56/2007, acerca do julgamento proferido nesta tomada de contas especial:

Processo	Ação	Vara
2004.39.00.010130-9	Ação Civil Pública	5ª
2005.39.00.004304-7	Ação Civil de Improbidade Administrativa	5ª
2005.39.00.009748-4	Ação Civil de Improbidade Administrativa	5ª
2006.39.00.004570-9	Crime de Responsabilidade de Funcionário Público	3ª
2006.39.00.003706-7	Crime de Responsabilidade de Funcionário Público	3ª
2006.39.00.009541-9	Crime de Responsabilidade de Funcionário Público	3ª
2006.39.00.009543-6	Crime de Responsabilidade de Funcionário Público	3ª
2007.39.00.005115-8	Crime de Responsabilidade de Funcionário Público	3ª
2008.39.00.002103-9	Crime de Responsabilidade de Funcionário Público	3ª
2009.39.00.009337-1	Ação Civil de Improbidade Administrativa	1ª
2009.39.00.010838-9	Execução de Título Extrajudicial	6ª

9.7 encaminhar cópia do presente acórdão e do relatório e voto que o fundamentam ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4693-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4694/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.237/1999-0.

2.Grupo I - Classe I - Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial.

3. Recorrente: Município de Caxias/MA.

4. Unidade: Prefeitura de Caxias/MA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos.

8. Representante legal constituído nos autos: Firmino Antônio Freitas Soares Filho - Procurador-Geral do Município.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, em que se examina expediente apresentado pelo Município de Caxias/MA, nominado como Recurso de Revisão contra os termos do Acórdão 3.012/2011 - TCU - 2ª Câmara, por meio do qual foram apreciados Embargos de Declaração opostos ao Acórdão 1.913/2010 - TCU - 2ª Câmara, proferido em sede de Recurso de Reconsideração, pelo não conhecimento, ante a intempestividade e a não apresentação de fatos novos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. tornar insubsistentes os Acórdãos 1.913/2010 e 3.12/2011, ambos da 2ª Câmara;

9.2. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Município de Caxias/MA, suspendendo, em consequência, os efeitos dos subitens 9.2 e 9.6 do Acórdão 4.976/2008 - TCU - 2ª Câmara;

9.3. receber a peça denominada Recurso de Revisão como razões complementares ao mencionado Recurso de Reconsideração;

9.4. determinar o encaminhamento dos autos à Secretaria de Recursos - Serur, para análise do mérito do mencionado Recurso de Reconsideração, devendo aquela Unidade Técnica, após examinar a referida peça recursal, encaminhar o processo a este Gabinete por intermédio do Ministério Público; e

9.5. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam ao recorrente.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4694-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4695/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.554/2008-0.

2. Grupo II - Classe VI - Representação

3. Interessado: Guilherme Arruda de Oliveira (963.761.631-49)

3.1. Responsável: Cast Informática Ltda. (03.143.181/0001-01).

4. Unidade: Banco do Brasil S.A..

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefit e 2ª Secretaria de Controle Externo (Secex/2).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação formulada por Guilherme Arruda de Oliveira a respeito de possíveis irregularidades identificadas na Concorrência do Tipo Técnica e Preço Gecop 2007/0093 (8558), promovida pelo Banco do Brasil S/A, para a "contratação de serviços técnicos especializados de manutenção corretiva de sistemas de informação computadorizados em produção pertencentes ao Conglomerado Banco do Brasil".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 237, VII, do Regimento Interno, c/c o art. 113, §1º, da Lei 8.666/93, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2. determinar ao Banco do Brasil, com fulcro no inciso I do art. 43 da Lei 8.443/1992, c/c o inciso II do art. 250 do Regimento Interno do TCU, que:

9.2.1. efetue a glosa dos valores correspondentes às alíquotas recolhidas a menor no período compreendido entre o início do contrato e o mês de julho de 2009;

9.2.2. envie a este Tribunal, no prazo de 60 dias, memória de cálculo dos valores glosados, bem como evidências das respectivas glosas;

9.2.3. defina procedimentos, de forma a garantir que esteja remunerando a contratada pelas horas efetivamente trabalhadas pelos seus funcionários;

9.2.4. inicie procedimento administrativo para apurar o descumprimento da aplicação do subfator 5.1.1 do anexo 1E do edital, com vistas a aplicar as sanções que forem consideradas pertinentes à empresa Cast Informática S/A.;

9.2.5. defina procedimento para que somente haja horas extras após autorização expressa do Banco do Brasil, devidamente motivada no processo de fiscalização;

9.2.6. atente nas próximas contratações de bens e serviços de TI, inclusive na que sucederá a contratação em tela, para os seguintes aspectos:

9.2.6.1. parcelamento da solução de TI necessária para atender a uma necessidade de negócio do Banco em tantas parcelas quanto for técnica e economicamente viável, justificando as formas de parcelamento adotadas;

9.2.6.2. o uso da modalidade pregão, preferencialmente na modalidade eletrônica, salvo nos casos dos itens que sejam predominantemente intelectuais, o que deve ser devidamente justificado, de acordo com Acórdão 2.471/2008-TCU-Plenário;

9.2.6.3. estabelecimento de procedimento formal de elaboração das estimativas de preços dos itens a contratar, de modo que se utilizem diversos preços na elaboração de cada estimativa e se documente a elaboração das estimativas no processo de contratação;

9.2.6.4. fundamentação das quantidades dos itens a contratar;

9.2.6.5. adoção do critério de remuneração por resultados, estabelecendo procedimentos de mensuração, quantificação e aferição dos serviços, evitando-se a contratação por horas trabalhadas, que deve ser justificada quando adotada, à luz do Acórdão 786/2006-TCU-Plenário, itens 9.1 a 9.4;

9.2.6.6. estabelecimento de procedimentos para os recebimentos provisório e definitivo;

9.2.6.7. inclusão de despesas de transporte e hospedagem dos empregados designados para executar serviços em localidades distantes da unidade gestora dos contratos, como custo do contrato, com base nos acórdãos 1.806/2005, itens 9.1.3 e 9.1.4; 1.878/2005, item 9.3.14; 2.103/2005, itens 9.1.14 e 9.1.15; 2.171/2005, itens 9.14 e 9.15; 2.172/2005, itens 9.1.16 e 9.1.17; todos do Plenário do TCU;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Banco do Brasil S/A, à Cast Informática S/A e ao Representante;

9.4 arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4695-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4696/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 017.067/2008-0.

2. Grupo II - Classe I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Jose Pedro Alves (143.851.396-87).

4. Unidade: Prefeitura de Sarzedo/MG.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. José Pedro Alves contra o Acórdão 3.372/2011, prolatado na Sessão Extraordinária da 2ª Câmara realizada em 24/5/2011, que julgou irregulares suas contas e aplicou-lhe multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em razão de irregularidades na execução do Convênio 10/2002-00, firmado entre a Prefeitura Municipal de Sarzedo/MG e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), com vistas à construção de um viaduto rodoviário sobre ferrovia localizada no perímetro urbano da municipalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 16, II; 32 e 33 da Lei 8.443/199232, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, dar-lhe provimento, julgar regulares com ressalvas as contas do Sr. José Pedro Alves e dar-lhe quitação;

9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente.

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4696-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4697/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.591/2009-1.

2. Grupo I - Classe VI - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Controladoria-Geral da União (CGU).

3.2. Responsáveis: Biancarla Santos da Silva (028.516.984-00); Cicero Cavalcante de Araujo (846.808.908-78); Edneide Portela Santos de Lima (536.977.154-53); Jose Maria de Lima (087.550.274-15 - falecido); Lacerda Engenharia Ltda (07.060.836/0001-20); Nairo Henrique Monte Freitas (007.442.964-71).

4. Unidade: Prefeitura de São Luís do Quitunde/AL.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (Secex/AL).

8. Advogado constituído nos autos: : Adeilson Teixeira Bezerra - OAB/AL 4.719.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela Controladoria-Geral da União - CGU acerca de indícios de irregularidades nas licitações de convênios e contratos de repasse celebrados com o município de São Luiz do Quitunde/AL, informadas no Relatório de Demandas Especais 00190.031040/2006-15, sendo nesta oportunidade apreciados apenas os contratos de repasse 177.775-99/2005 (Siafi 533402), de R$ 314.437,50; 188.794-53/2005 (Siafi 549815), de R$ 524.062,50; e, 179.801-59/2005 (Siafi 533420), de R$ 209.625,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fundamento no art. 43, inciso II, e Parágrafo único, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 237 c/c com o art. 235 e 250, inciso IV, e § 2º, do Regimento Interno em:

9.1. conhecer da Representação, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235, parágrafo único, e 237, inciso II, do Regimento Interno/TCU, para no mérito considerá-la parcialmente procedente;

9.2. aplicar aos responsáveis Biancarla Santos da Silva, Cicero Cavalcante de Araujo, Edneide Portela Santos de Lima (536.977.154-53), Nairo Henrique Monte Freitas (007.442.964-71) a multa individual prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, respectivamente, de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), R$ 10.000,00 (dez mil reais), R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que for proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.4 determinar à Controladoria-Geral da União que, no prazo de sessenta dias, comunique as providências efetivamente adotadas pelos órgãos e entidades a seguir enumerados para apuração dos fatos concernentes às supostas irregularidades ocorridas na gestão dos recursos dos convênios abaixo indicados, tratados no Relatório de Demandas Especiais 00190.031040/2006-15, de 19/9/2007, com vistas à identificação dos responsáveis, quantificação e ressarcimento dos eventuais danos, e instauração das tomadas de contas especiais que se fizerem necessárias:

9.4.1. Fundação Nacional de Saúde: convênio 1.178/2005 (Siafi 553917);

9.4.2. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra): convênio CRT/AL 12.000/2005 (Siafi 540691); e

9.4.3. Fundo Nacional de Saúde: convênio 4.405/2005 (Siafi 546544).

9.5. determinar à Secex Alagoas que proceda ao monitoramento do cumprimento das determinações constantes do item 9.4 precedente;

9.6. encaminhar cópia do acórdão que for proferido, assim como do relatório e voto que o fundamentarem, ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e à Controladoria-Geral da União em Alagoas; e,

9.7. determinar o arquivamento destes autos.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4697-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4698/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.252/2009-9.

2. Grupo I - Classe VI - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Procuradoria da República em Arapiraca/AL.

3.2. Responsáveis: José Cazuza Ferreira de Oliveira, ex-Prefeito (CPF: 376.287.044-68), e Lucineide Bezerra de Lira, Pregoeira (CPF: 524.543.714-72).

4. Unidade: Prefeitura de Delmiro Gouveia/AL.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas - Secex/AL.

8. Advogado constituído nos autos: Antônio de Melo Gomes (OAB/AL: 3.625/B).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela Procuradoria da República em Arapiraca/AL, dando conta de irregularidades na gestão de recursos federais oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, no Município de Delmiro Gouveia/AL.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, nos termos dos arts. 237, inciso III, e 235 do Regimento Interno do Tribunal para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pela Pregoeira do Município de Delmiro Gouveia/AL, Lucineide Bezerra de Lira, com o aproveitamento dessa decisão ao ex-Prefeito Municipal, José Cazuza Ferreira de Oliveira;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam à Procuradoria da República em Arapiraca/AL; e

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4698-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 4699/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.442/2009-3

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Paulo Lemos Barbosa (CPF: 049.142.107-97), Luiz Antônio Trevisan Vedoin (CPF: 594.563.531-68) e a empresa Klass Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 02.332.985/0001-88).

4. Unidade: Prefeitura de Ibitirama/ES.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secex/4 e Secex/7.

8. Advogado constituído nos autos: Bruno Ribeiro Gaspar (OAB/ES 9.524).

8.1. Interessado em sustentação oral: Bruno Ribeiro Gaspar (OAB/ES 9.524), em nome de Paulo Lemos Barbosa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de irregularidades na execução do Convênio 1.057/2002, firmado entre o Ministério da Saúde e o Município de Ibitirama/ES, com o objetivo de dar apoio técnico e financeiro àquela Municipalidade para a aquisição de Unidade Móvel de Saúde - UMS, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **c**, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as presentes contas e condenar em débito o Sr. Paulo Lemos Barbosa, solidariamente, com o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin e com a empresa Klass Comércio e Representação Ltda., ao pagamento dos valores abaixo especificados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea **a**, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea **a**, de seu Regimento Interno do Tribunal), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - FNS, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, a contar das datas indicadas até o dia efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Responsáveis Solidários	**Valor** (R$)	**Data**
Paulo Lemos Barbosa CPF 049.142.107-97 (Então Prefeito do município de Ibitirama/ES)	**28.722,00**	15/5/2003
Luiz Antônio Trevisan Vedoin CPF 594.563.531-68 (Administrador de Fato da empresa fornecedora do bem)		
Klass Comércio e Representação Ltda. CNPJ 02.332.985/0001-88 (Empresa contratada)		

9.2. aplicar aos responsáveis Paulo Lemos Barbosa e Luiz Antônio Trevisan Vedoin e à empresa Klass Comércio e Representação Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores individuais de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea **a**, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea **a**, do RI/TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, ao Fundo Nacional de Saúde, ao Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, à Controladoria Geral da União, ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e ao Ministério Público daquele Estado.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4699-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4700/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 024.351/2010-5 (com 1 anexo).

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Luiz Airton Gomes (CPF 062.199.771-49).

4. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secex/MT.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial - TCE instaurada em desfavor do Sr. Luiz Airton Gomes, em razão da omissão de prestação de contas de recursos recebidos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, em 10/4/2007, para realização do "I Simpósio de Recursos Hídricos do Norte e Centro Oeste", em 3/6/2007, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH/RS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária de 2ª Câmara, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea a, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Luiz Airton Gomes, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, acrescidas dos encargos legais devidos a contar da data deste acórdão, caso não venham a ser pagas dentro do prazo ora estipulado;

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.3. dar ciência desta deliberação ao Sr. Luiz Airton Gomes e ao CNPq;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4700-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4701/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 032.627/2011-4.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria

3. Interessados: Adeone de Oliveira Costa (CPF: 065.976.706-63), Antonio Honorato da Silva (CPF: 058.702.084-91), Arcelino Bezerra da Silva (CPF: 058.702.244-20), Arnaldo Lopes Sampaio (CPF: 024.343.424-34), Aroliza Costa de Carvalho (CPF: 112.581.283-49), Domingos Dias Nogueira (CPF: 059.704.904-15) e Edesio Gomes de Morais (CPF: 023.392.264-49).

4. Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Suprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos relativos aos atos de aposentadoria de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso V e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria dos servidores Antonio Honorato da Silva, Arcelino Bezerra da Silva, Arnaldo Lopes Sampaio, Aroliza Costa de Carvalho, Domingos Dias Nogueira e Edesio Gomes de Morais, ordenado os respectivos registros;

9.2. considerar ilegal o ato de aposentadoria da servidora Adeone de Oliveira Costa e, em consequência, negar-lhe registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das parcelas indevidamente percebidas de boa-fé pela servidora, nos termos do Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste Acórdão, o pagamento nos proventos da servidora Adeone de Oliveira Costa (CPF 065.976.706-63) das parcelas referentes às rubricas URP (26,05%) e URV (3,17%), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, quanto ao pagamento realizados após essa data;

9.4.2. emita novo ato de aposentadoria para a servidora Adeone de Oliveira Costa, livre da irregularidade ora apontada, submetendo-a a nova apreciação deste Tribunal, na forma do artigo 260, **caput**, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.4.3. adote, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, os ajustes necessários nos valores pagos a título de VANT. PES. NOM. IDENT. DL. 2438/88) nos proventos dos servidores Antonio Honorato da Silva (CPF 058.702.084-91), Arcelino Bezerra da Silva (CPF 058.702.244-20), Arnaldo Lopes Sampaio (CPF 024.343.424-34), Aroliza Costa de Carvalho (CPF 112.581.283-49), Domingos Dias Nogueira (CPF 059.704.904-15) e Edesio Gomes de Morais (CPF 023.392.264-49), calculando-os nos exatos termos do art. 9º da Lei 11.314/2006 e do subitem 9.2 do Acórdão 423/2007 - TCU - 1ª Câmara;

9.4.4. dê ciência deste Acórdão aos interessados, alertando-os de que a eventual interposição de recursos não os eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso dos recursos não serem providos; e

9.5 arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4701-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4702/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.915/2011-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação

3. Representante: Maximus Aragão Confecções e Representações Ltda. (CNPJ 11.080.213/0001-97)

4. Órgão/Entidade: Centro de Obtenção da Marinha No Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-3).

8. Advogada constituída nos autos: Cláudia Cunha de Oliveira (OAB-RJ 128871)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os atos de representação formulada pela empresa Maximus Aragão Confecções e Representações Ltda., noticiando possíveis irregularidades no edital do Pregão Eletrônico 144/2010, conduzido pelo Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro, voltado à contratação de empresas para prestação de serviços de confecção de uniformes, com tecidos fornecidos pela Marinha, de acordo com as especificações constantes do termo de referência anexo ao edital.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 nos termos do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, c/c arts. 237, inciso VII, e 235, **caput**, do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la par-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

cialmente procedente, quanto à ausência de amparo legal para a exigência de registros formais de treinamento de funcionários contida no Quesito 1 do Questionário de Verificação de Requisitos Técnicos para a Prestação de Serviços de Confecção, utilizado no Pregão Eletrônico n° 144/2010;

9.2 nos termos do art. 4º da Portaria-Segecex/TCU n° 13/2011, **cientificar o Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro e a Diretoria de Abastecimento da Marinha** de que a exigência descrita no item 9.1 deste Acórdão é inapropriada e colide com a vedação contida na parte final do §5º do art. 30 da Lei 8.666/93, porquanto tal aferição não é imprescindível à boa qualidade dos serviços, haja vista que a expertise profissional não decorre unicamente de treinamentos formais;

9.3 determinar à 3ª Secex que constitua processo apartado para apurar a real necessidade de ter sido incluída, entre os serviços pactuados no Contrato 71000/2010-0009/00, firmado entre a Marinha do Brasil e o Centro Latino Americano para Inovação, Excelência e Qualidade, a definição dos requisitos exigidos para a qualificação técnica das licitantes no Pregão Eletrônico n° 144/2010, porquanto a Marinha integra o comitê gestor de programa de certificação de empresas de confecção ("Selo Qual") que adota quesitos similares aos utilizados no pregão em foco também para qualificação técnica, fato que, em tese, recomendaria a designação dos próprios representantes da Marinha no aludido comitê para definir os requisitos de qualificação técnica referentes ao mencionado certame (item 4.2.1.1 da instrução contida no Relatório e p. 348 da peça 21);

9.4 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam :

9.4.1 ao Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro;

9.4.2 à Diretoria de Abastecimento da Marinha;

9.4.3 à autora desta representação;

9.5 autorizar o arquivamento do processo, após as comunicações ora determinadas.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4702-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4703/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.320/2011-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Alcides Jácome Mascarenhas Júnior (086.154.034-49)

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido/RN - MEC.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR)

8. Advogado constituído nos autos: Vinicius Victor Lima de Carvalho (OAB/RN 3.074), Alexandre Magno Fernandes de Queiroz (OAB/RN 3.483) e José Tarcísio Jerônimo (OAB/RN 1.803)

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto por Alcides Jácome Mascarenhas Júnior, contra o Acórdão 10583/2011 - 2ª Câmara, que, entre outras deliberações, considerou ilegal e negou registro ao ato de aposentadoria do interessado, em virtude da manutenção indevida, nos respectivos proventos, de parcelas decorrentes de decisões judiciais, que já deveriam ter sido absorvidas pelos reajustes posteriores da respectiva carreira.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 nos termos dos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/92, conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o Acórdão 10583/2011-2ª Câmara;

9.2 dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que fundamentam, ao recorrente, na figura dos respectivos advogados, nos termos do §7º do art. 179 do Regimento Interno deste Tribunal, bem como à Universidade Federal Rural do Semiárido, entidade responsável pela concessão sob reexame.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4703-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4704/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.645/2012-0

2. Grupo I - Classe de assunto V - Concessão de Aposentadoria

3. Interessada: Mercia Maria de Farias Cardoso Moura (CPF 181.683.374-68)

4. Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal (MJ)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal

8. Advogado constituído nos autos: Não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de concessão inicial de aposentadoria de servidora vinculada ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal (MJ),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c art. 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Mercia Maria de Farias Cardoso Moura, negando-lhe registro;

9.2 aplicar a orientação fixada na Súmula TCU nº 106, no tocante às parcelas indevidamente percebidas, de boa-fé, pela interessada;

9.3 determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal (MJ) que:

9.3.1 nos termos do art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o pagamento da parcela ora impugnada referente ao ato de aposentadoria em favor de Mercia Maria de Farias Cardoso Moura, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2 dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à interessada indicada no item 3, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópias do comprovante da data da efetiva notificação;

9.4 orientar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal (MJ), nos termos do art. 262, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal, no sentido de que a concessão ora considerada ilegal poderá prosperar, caso seja emitido novo ato escoimado da irregularidade verificada, a ser cadastrado no Sistema Sisac no prazo fixado no art. 7º da IN-TCU 55/2007;

9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore a implementação da medida determinada no item 9.3, representando a este Tribunal, caso necessário;

9.6 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Departamento de Polícia Rodoviária Federal (MJ).

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4704-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4705/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.648/2012-9

2. Grupo I - Classe de assunto V - Concessão de Aposentadoria

3. Interessada: Floricena Maria Géa (CPF 101.971.506-59)

4. Órgão: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal

8. Advogado constituído nos autos: Não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de concessão inicial de aposentadoria de servidora vinculada à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c art. 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Floricena Maria Géa, negando-lhe registro;

9.2 aplicar a orientação fixada na Súmula TCU nº 106, no tocante às parcelas indevidamente percebidas, de boa-fé, pela interessada;

9.3 determinar à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha que:

9.3.1 nos termos do art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o pagamento da parcela ora impugnada referente ao ato de aposentadoria em favor de Floricena Maria Géa, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2 dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à interessada indicada no item 3, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópias do comprovante da data da efetiva notificação;

9.4 orientar a Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, nos termos do art. 262, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal, no sentido de que a concessão ora considerada ilegal poderá prosperar, caso seja emitido novo ato escoimado da irregularidade verificada, a ser cadastrado no Sistema Sisac no prazo fixado no art. 7º da IN-TCU 55/2007;

9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore a implementação da medida determinada no item 9.3, representando a este Tribunal, caso necessário;

9.6 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4705-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4706/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.655/2012-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Waldir Teixeira (250.952.937-49).

4. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, para fins de registro, a legalidade de ato de concessão de aposentadoria em favor de Waldir Teixeira, a ex-servidor civil do Comando da Marinha, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III, da Emenda Constitucional 47/2005 (aposentadoria voluntária por tempo de serviço, com proventos integrais e paridade).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c art. 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Waldir Teixeira, negando-lhe registro;

9.2 aplicar a orientação fixada na Súmula TCU nº 106, no tocante às parcelas indevidamente percebidas, de boa-fé, pelo interessado

9.3 determinar à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha que:

9.3.1 nos termos do art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o pagamento da parcela ora impugnada referente ao ato de aposentadoria em favor de Waldir Teixeira, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2 dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos interessado indicado no item 3, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópias do comprovante da data da efetiva notificação;

9.4 orientar a Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, nos termos do art. 262, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal, no sentido de que a concessão ora considerada ilegal poderá prosperar, caso seja emitido novo ato escoimado da irregularidade verificada, a ser cadastrado no Sistema Sisac no prazo fixado no art. 7º da IN-TCU 55/2007;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore a implementação da medida determinada no item 9.3, representando a este Tribunal, caso necessário.

9.6 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4706-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4707/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo 019.641/2011-7

2. Grupo I - Classe VI - Representação

3. Representante/Responsável:

3.1. Representante: Secretaria de Controle Externo no Amazonas (Secex/AM)

3.2. Responsável: Valmir Parintintin (CPF 479.333.212-91)

4. Entidade: Funai - Coordenação Regional do Madeira (AM)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/AM

8. Advogado constituído nos autos: Não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM), decorrente do recebimento de documentação noticiando possíveis irregularidades existentes na administração da Funai - Coordenação Regional do Madeira (AM),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, com fundamento no art. 237, inciso VI e parágrafo único, c/c o art. 235, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2. rejeitar parcialmente as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Valmir Parintintin, considerando, no mérito, parcialmente procedente a Representação;

9.3. aplicar ao Sr. Valmir Parintintin, com fulcro no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o artigo 250, § 2º, e 268, inciso II, do Regimento Interno/TCU, multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor, em razão das ocorrências a seguir relacionadas:

9.3.1. aprovar e autorizar dispensa de licitação (processo nº 08113.000454/2010-DV) de bem no valor de R$ R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), com ofensa ao art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, que limita em até R$ 8.000,00 (oito mil reais) o valor de compra na modalidade convite;

9.3.2. deixar de realizar licitação, com os procedimentos previstos nos arts. 38 e 40 da Lei 8.666/1993, violando o dever de licitar insculpido no art. 37, XXI, da Constituição Federal, e no art. 2º da Lei 8.666/1993, relativamente ao processo nº 08113.000454/2010-DV;

9.3.3. efetuar consulta de preços junto às empresas Vagner F. Cação, A. G. Virgolino, P. Cordeiro das Mercês e R. R. Pacheco, de ramos de atividade incompatíveis com o objeto especificado no termo de referência do processo nº 08113.000454/2010-DV, em desacordo com o estabelecido no art. 29, inciso II, da Lei 8.666/1993;

9.3.4. especificar de maneira incompleta o bem adquirido no processo nº 08113.000454/2010-DV, em desacordo com os arts. 14 e 15, § 7°, inciso I, da Lei 8.666/1993;

9.3.5. deixar de adotar imediatas providências para assegurar o ressarcimento ao erário, relativamente à perda de um barco de alumínio, tipo *voadeira*, equipado com motor Yamaha de 40HP, em desacordo com o art. 143 da Lei nº 8.112/1990 e os arts. 84 e 90 do Decreto-lei nº 200/1967;

9.4. autorizar, caso seja de interesse do responsável, o parcelamento da dívida em até trinta e seis parcelas, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.6. determinar à Coordenação Regional do Madeira (AM) da Fundação Nacional do Índio que:

9.6.1. adote providências no sentido de apurar as responsabilidades e assegurar o respectivo ressarcimento ao erário no que concerne à perda de um barco de alumínio, tipo *voadeira*, equipado com motor Yamaha de 40HP (mencionado no Boletim de Ocorrência 00680, da 8ª DRPC da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas), a menos que apresente comprovação inequívoca de que o bem em questão não era de propriedade da Funai;

9.6.2. com fundamento no § 1º do art. 4º da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, constitua e apresente a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, processo de contas referente ao exercício de 2010;

9.7. determinar à Secex/AM que acompanhe a adoção das providências contidas no item 9.6 deste Acórdão;

9.8. encaminhar à Procuradoria da República no Amazonas, nos termos do art. 1º, inciso VIII, da Lei nº 8.443/92, cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, para que o referido Órgão adote as providências que entenda pertinentes;

9.9. dar ciência do inteiro teor deste Acórdão à Controladoria-Geral da União e à Funai;

9.10. apensar a presente Representação às Contas da entidade que vierem ser instauradas, relativas ao exercício de 2010 (conforme subitem 9.6.2).

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4707-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4708/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.695/2012-0

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Francisco das Chagas Sousa (CPF nº 176.344.316-72)

4. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Francisco das Chagas Sousa, ex-servidor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria concedido em favor de Francisco das Chagas Sousa, recusando-lhe o registro;

9.2 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pelo interessado, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG que:

9.3.1 faça cessar, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente da parcela ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2 comunique ao interessado acerca da presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento da decisão desta Corte;

9.3.4. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, e submeta-o à apreciação do Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da deliberação que declarou a ilegalidade do ato original, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação das determinações constantes do item 9.3 do presente Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4708-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4709/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.203/2012-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto IV: Ato de admissão

3. Interessado: Antonio Carlos Sansevero Martins (491.922.996-87).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo onde se aprecia de ato de admissão de servidor emitido pela Fundação Universidade Federal de Roraima.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1 considerar ilegal a admissão do Sr. Antonio Carlos Sansevero Martins, negando o registro do respectivo ato;

9.2 determinar a Fundação Universidade Federal de Roraima que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei, declarando a nulidade da admissão ora considerada ilegal, fazendo cessar os pagamentos correspondentes e providenciando o desligamento do interessado, ficando o responsável que injustificadamente deixar de fazê-lo sujeito a multa e ressarcimento das quantias pagas após o período fixado;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2.2. adote os procedimentos previstos no art. 133 da Lei 8.112/90 objetivando regularizar a situação funcional de acumulação indevida de mais de um cargo público fora das exceções constitucionalmente previstas, devendo constar dos mesmos, na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, os fundamentos da decisão, os elementos comprobatórios e a indicação expressa do responsável pela medida adotada;

9.2.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato foi considerado ilegal, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.4. envie, para este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que o interessado teve conhecimento da presente deliberação.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4709-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4710/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.223/2005-0

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Maria Marlucia Ferreira Correia (CPF nº 215.332.533-15)

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Maria Marlucia Ferreira Correia, ex-servidora da Fundação Universidade Federal do Maranhão.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria concedido em favor de Maria Marlucia Ferreira Correia, recusando-lhe o registro;

9.2 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pela interessada, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão que:

9.3.1. faça cessar, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. ajuste o valor da parcela referente à URP, mediante a aplicação do procedimento estabelecido no item 9.2.1.2 do Acórdão 2.161/2005 - Plenário;

9.3.3. passe a efetuar o pagamento das parcelas de "quintos de FC" atualmente atribuídas à servidora Maria Marlucia Ferreira Correia, sob a forma de VPNI, ajustando o valor da parcela àquele pago em setembro de 2000, quando da prolação da sentença da Justiça Federal (Processo nº 2000.37.00.000726-0) que impediu a Administração de reduzir o valor da vantagem, com fundamento no princípio da segurança jurídica, devidamente atualizado pelos reajustes gerais concedidos aos servidores federais, de modo a compatibilizar o mandamento contido na decisão judicial com os termos do art. 15 da Lei n.° 9.527/1997, salvo determinação judicial em contrário;

9.3.4 comunique à interessada acerca da presente deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.3.5. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento da decisão desta Corte;

9.3.6. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o à apreciação do Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da presente deliberação, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação das determinações constantes do item 9.3 do presente Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4710-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4711/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.429/2009-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carlos Marinho dos Santos (318.115.669-87); José Guilherme Correa Montenegro (046.429.457-68); SDC - Sociedade Na Defesa da Cidadania (03.430.408/0001-91).

4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: 4ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-4).

8. Advogado constituído nos autos: Valci Canabarro (OAB/DF nº 1027/A); Thiago Gomes Vilanova (OAB/DF nº 19.639).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa em virtude de irregularidades na execução do Convênio n.º 509/2002, firmado com a organização não-governamental SDC - Sociedade na Defesa da Cidadania, para a prestação de assistência especializada e recuperação de saúde dos povos indígenas no Distrito Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, alínea "a", da mesma Lei, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei nº 8.443, de 1992, julgar irregulares as contas da SDC - Sociedade na Defesa da Cidadania e dos Srs. José Guilherme Corrêa Montenegro e Carlos Marinho dos Santos, respectivamente, ex-Presidente e ex-Diretor Técnico Operacional da referida entidade;

9.2. com fundamento nos os arts. 19 e 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 1992, condenar solidariamente a SDC - Sociedade na Defesa da Cidadania e os espólios ou sucessores dos Srs. José Guilherme Corrêa Montenegro e Carlos Marinho dos Santos, até o limite dos patrimônios transferidos, caso tenham ocorrido as respectivas partilhas, ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculadas a partir das datas de emissão das ordens bancárias especificadas até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação vigente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inc. III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde:

Data da ocorrência	Ordem Bancária	Valor histórico do débito
15/1/2004	000181	122.720,35
26/4/2004	900617	475.509,08
27/8/2004	903843	161.133,95

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, aplicar à SDC - Sociedade na Defesa da Cidadania, multa no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que seus representantes legais comprovem, perante o Tribunal (conforme o art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional;

9.4. autorizar, desde logo, caso venha a ser requerido, o parcelamento dos débitos em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com o que estabelece o § 2º do art. 217 do mencionado Regimento;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Voto e Relatório que o fundamentam, à Procuradoria da República no Distrito Federal, na pessoa de seu Procurador-Chefe, para as providências que julgar cabíveis;

9.7. dar ciência da presente deliberação à Funasa e à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso/Delegacia em Barra do Garças, neste último caso como subsídio à Inquérito Policial nº 0007/2007-4.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4711-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4712/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.160/2000-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração

3. Recorrente: Flora Valladares Coelho

4. Unidade: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

5. Relator: Ministro José Jorge

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA) e Secretaria de Recursos (Serur)

8. Advogado: Wilson Alcântara de Oliveira Neto (OAB/PA 12.019)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos o presente recurso de reconsideração oposto ao Acórdão nº 2115/2009-TCU-2ª Câmara, onde este Colegiado, ao apreciar a Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), relativas ao exercício de 1999, julgou irregulares as contas da recorrente e dos demais responsáveis ali arrolados.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência da presente deliberação à recorrente.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4712-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4713/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-012.532/2003-9

2. Grupo I; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração

3. Interessados: Antônio Carlos de Macedo (Diretor-Presidente, CPF nº 661.288.978-00), José Carlos Geraci (Diretor Administrativo e Financeiro, CPF nº 127.905.168-04) e Itacyr Pastorelo (Coordenador de Assessoria Jurídica, CPF nº 269.822.508-49)

4. Entidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - Ceagesp

5. Relator: Ministro José Jorge

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - Secex/SP e Secretaria de Recursos - Serur

8. Advogado constituído nos autos: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - Ceagesp, relativas ao exercício de 2002, em que se examinam Recursos de Reconsideração interpostos pelos Srs. Antônio Carlos de Macedo, José Carlos Geraci e Itacyr Pastorelo contra o Acórdão 5.340/2011 - 2ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, aplicando-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 20 e 21 da Lei nº 8.443/1992:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, não conhecer do Recurso de Reconsideração apresentado por Antônio Carlos de Macedo, por ser intempestivo e não apresentar fatos novos;

9.2. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos Recursos de Reconsideração interpostos pelos Srs. Itacyr Pastorelo e José Carlos Geraci, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, aproveitando-se os efeitos ao Sr. Antônio Carlos de Macedo, nos termos do art. 281 do RI/TCU, de forma a alterar a redação do item 9.1 do Acórdão 5.340/2011-2ª Câmara, que passa a ter os seguintes termos:

"9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Antônio Carlos de Macedo (661.288.978-00), Itacyr Pastorelo (269.822.508-49) e José Carlos Geraci (127.905.168-04)".

9.3. tornar insubsistente os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 5.340/2011 - 2ª Câmara;

9.4. dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4713-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4714/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.707/2011-2

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Clélia de Freitas Capanema (CPF nº 000.175.581-15)

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Clélia de Freitas Capanema, ex-servidora da Fundação Universidade de Brasília.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria concedido em favor de Clélia de Freitas Capanema, recusando-lhe o registro;

9.2 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pela interessada, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.3.1. dê ciência à interessada da deliberação desta Corte de Contas, alertando-a de que a interposição de eventuais recursos não a eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso de esse recurso não ser provido;

9.3.2. em caso de decisão desfavorável à Sra. Clélia de Freitas Capanema, no âmbito do MS nº 26.156/DF, faça cessar os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomar conhecimento da decisão desta Corte;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura à Sra. Clélia de Freitas Capanema o pagamento da parcela referente à URP (26,05%) - MS nº 26.156/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho;

9.5. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4714-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4715/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC-015.740/2011-0

2. Grupo I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Irae Ruhland (CPF nº 155.612.089-34)

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Santa Catarina

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Irae Ruhland, ex-servidor da Fundação Universidade Federal de Santa Catarina.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Irae Ruhland, negando-lhe registro;

9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pelo inativo, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.3.1. faça cessar, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente da parcela ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. comunique ao interessado acerca da presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento da decisão desta Corte;

9.3.4. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, e submeta-o à apreciação do Tribunal no prazo de trinta dias, a contar da ciência da deliberação que declarou a ilegalidade do ato original, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação das determinações constantes do item 9.3 do presente Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4715-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4716/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.515/2012-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Celia Maria Nunes de Azevedo (CPF 115.843.351-49).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadoria de Celia Maria Nunes de Azevedo, ex-servidora da Fundação Universidade de Brasília - FUB.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, os artigos 1º, inciso VIII, 260, § 1º do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal o ato de aposentadoria de Celia Maria Nunes de Azevedo, negando-lhe o registro;

9.2 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pela interessada, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília - FUB que:

9.3.1. dê ciência à interessada da deliberação desta Corte de Contas, alertando-a de que a interposição de eventuais recursos não a eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desse recurso não ser provido;

9.3.2. faça cessar, em caso de decisão desfavorável à Sra. Celia Maria Nunes de Azevedo, no âmbito do MS nº 28.819/DF, os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura à Sra. Celia Maria Nunes de Azevedo o pagamento da parcela referente à URPr (26,05%) - MS nº 28.819/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho;

9.5. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4716-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4717/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.553/2012-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Maria Nilda Silva Nascimento (161.268.404-10).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadoria de Maria Nilda Silva Nascimento, ex-servidora da Fundação Universidade de Brasília - FUB.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, os artigos 1º, inciso VIII, 260, § 1º do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal o ato de aposentadoria de Maria Nilda Silva Nascimento, negando-lhe o registro;

9.2 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pela interessada, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília - FUB que:

9.3.1. dê ciência à interessada da deliberação desta Corte de Contas, alertando-a de que a interposição de eventuais recursos não a eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desse recurso não ser provido;

9.3.2. faça cessar, em caso de decisão desfavorável à Sra. Maria Nilda Silva Nascimento, no âmbito do MS nº 28.819/DF, os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura à Sra. Maria Nilda Silva Nascimento o pagamento da parcela referente à URP (26,05%) - MS nº 28.819/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho;

9.4. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4717-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4718/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.912/2011-7.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessados: Dina Teresa Brasil (028.971.389-71); Jose Carlos Teixeira (289.425.079-72); Ledoir da Mota (544.069.009-34); Lucia Helena Scheidt Meinicke (417.648.209-59); Luiz Carlos Oripka (432.616.209-00); Luiz Henrique Westphal Verani (217.502.979-49); Marcos Daniel Duarte (293.392.009-34); Maria Lucia Boos (344.778.029-00); Maria Rosa dos Passos (345.044.279-15); Mario Alonso de Lima (221.261.399-72); Nadia Faraco (303.214.849-91); Oda Raupp Martins (507.185.929-72); Olga Bichibichi Vieira (415.359.449-00); Olidia Maria da Silveira (344.861.609-59); Vanderlei Rosa e Silva (305.853.099-49).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de aposentadoria de ex-servidores da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992; e 1º, VIII, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegais os atos de aposentadoria de Dina Teresa Brasil (028.971.389-71); Jose Carlos Teixeira (289.425.079-72); Ledoir da Mota (544.069.009-34); Lucia Helena Scheidt Meinicke (417.648.209-59); Luiz Carlos Oripka (432.616.209-00); Luiz Henrique Westphal Verani (217.502.979-49); Marcos Daniel Duarte (293.392.009-34); Maria Lucia Boos (344.778.029-00); Maria Rosa dos Passos (345.044.279-15); Mario Alonso de Lima (221.261.399-72); Nadia Faraco (303.214.849-91); Oda Raupp Martins (507.185.929-72); Olga Bichibichi Vieira (415.359.449-00); Olidia Maria da Silveira (344.861.609-59); Vanderlei Rosa e Silva (305.853.099-49), negando-lhes o respectivo registro;

9.2 dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento, pelo órgão de origem, desta deliberação, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal;

9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC que:

9.3.1 faça cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados por esta Corte, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.3.2 dê ciência do inteiro teor do presente acórdão aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não-provimento desse recurso;

9.3.3 encaminhe, no prazo de trinta dias, a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão;

9.3.4 emita novos atos, livres da irregularidade apontada, e submeta-os à apreciação do TCU no prazo de trinta dias, a contar da ciência desta deliberação, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007; e

9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação da determinação constante do subitem 9.3 do presente Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4718-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4719/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.260/2011-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Dalvio Pina Leite (CPF 011.324.585-87).

4. Entidade: Município de Seabra/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/BA.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS em desfavor do Sr. Dálvio Pina Leite, ex-prefeito do Município de Seabra/BA, em decorrência da omissão no dever de prestar contas, com a consequente não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Convênio nº 781/MDS/2006, com o objetivo de aquisição de material de consumo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Dálvio Pina Leite, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 832,01 (oitocentos e trinta e dois reais e um centavo), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde 13/12/2007 até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.2. aplicar ao Sr. Dálvio Pina Leite a multa prevista no art. 58, incisos II e III, da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento dessa quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, caso requerido, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do Tribunal, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo ao responsável que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.5. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, com amparo no § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4719-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4720/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.985/2011-4.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Urbano José dos Santos (CPF 291.356.305-82).

4. Entidade: Município de Itapé/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/BA.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo FNDE em desfavor do Sr. Urbano José dos Santos, ex-prefeito municipal de Itapé/BA, em razão da omissão no dever de prestar contas do Convênio nº 846.452/2002 (Siafi nº 469.515), cujo objeto era a execução de ações do programa Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), concernente à adequação física de prédios escolares, de modo a contribuir para o alcance do padrão mínimo de funcionamento da escola e fornecer às salas de aula condições necessárias para receber mobiliário e equipamentos destinados pelo referido programa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher apenas parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Urbano José dos Santos;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Urbano José dos Santos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 726,62 (setecentos e vinte e seis reais e sessenta e dois centavos), atualizada moneta-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

riamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde 7/3/2003 até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.3. aplicar ao Sr. Urbano José dos Santos a multa prevista no art. 58, incisos II e III, da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento dessa quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendida a notificação; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, assim como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 209, § 7º, do RITCU.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4720-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4721/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.791/2011-0.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração.

3. Embargante: Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 24ª Região - Amatra XXIV (CNPJ 70.353.529/0001-74).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região - TRT/MS.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogado constituído nos autos: Rogério Rocha, OAB/DF nº 3.204.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos em face do Acórdão 3.487/2012-TCU-Segunda Câmara pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 24ª Região - Amatra XXIV, admitida no presente processo como entidade interessada, nos termos do item 9.6 do referido **decisum**;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à embargante e ao TRT da 24ª Região; e

9.3. encaminhar os autos à Serur, para os fins previstos na 2ª parte do **caput** do art. 47 da Resolução TCU nº 191, de 21 de junho de 2006, e nos arts. 49 e 50 da Resolução TCU nº 240, de 23 de dezembro de 2010, com vistas à apreciação do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Francisco das Chagas Lima Filho contra o Acórdão 3.487/2012-TCU-Segunda Câmara.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4721-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4722/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.595/2012-2.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Alfredo da Silveira Araujo (CPF 022.928.311-04).

4. Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Acre (Incra/AC) - MDA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão inicial de aposentadoria deferida pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Acre (Incra/AC).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, c/c os arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de interesse de Alfredo da Silveira Araujo (10002308-04-2012-000001-7), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Incra/AC que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria considerado ilegal, alertando para o fato de que a autoridade administrativa omissa está sujeita à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, **caput** e § 1º, do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.3.2. comunique ao interessado acerca do teor deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação deste Acórdão, caso os recursos não sejam providos;

9.4. orientar o Incra/AC que, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, os atos considerados ilegais poderão prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos, livres das irregularidades indicadas nesta deliberação, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, também do RITCU; e

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas determinadas no presente Acórdão.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4722-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4723/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.060/2011-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Vicente Gonçalves da Silva (CPF 012.506.475-68).

4. Entidade: Município de Itaparica/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/BA.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor do Sr. Vicente Gonçalves da Silva, prefeito do Município de Itaparica/BA no período de 1997-2000, em face da não execução do objeto pactuado no Convênio nº 2.124/1998 (Siafi 350926), que consistia na aquisição de equipamentos médicos e odontológicos para uso em unidades de saúde da sede da municipalidade e dos povoados de Porto dos Santos, Manguinhos, Misericórdia, Ponta de Areia e Amoreiras.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Vicente Gonçalves da Silva, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as presentes contas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, condenando o Sr. Vicente Gonçalves da Silva ao pagamento da importância de R$ 42.623,00 (quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e três reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde 30/10/1998 até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.3. aplicar ao Sr. Vicente Gonçalves da Silva a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do Tribunal, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno do Tribunal), sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.6. enviar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para as providências que entender cabíveis, com fulcro no § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4723-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4724/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.657/2011-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alberto Santana Reina (CPF 002.047.305-20); Melissa de Santana Campos (CPF 948.478.275-20); Odilon Cunha Rocha (CPF 109.169.545-87); Prefeitura Municipal de São Félix/BA (CNPJ 13.828.389/0001-00).

4. Entidade: Município de São Félix/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/BA.

8. Advogado constituído nos autos: Candice de Almeida Rocha Ledo, OAB/BA nº 17.653 e outros.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS/MS com base no Relatório de Fiscalização nº 55/2004, elaborado como consequência da fiscalização compartilhada entre a Controladoria Geral da União, no Estado da Bahia, e o Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus (auditoria Denasus nº 1757), no Município de São Felix/BA, que apurou irregularidades com débito, na Secretaria de Saúde do referido ente federado, envolvendo recursos do Ministério da Saúde, totalizando R$ 83.656,69;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa do Município de São Felix/BA;

9.2. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o Município de São Felix/BA comprove o recolhimento, aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - FNS, das quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente a partir das datas respectivas, até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor	Data
R$ 12,50	10/1/2003
R$ 15,00	10/2/2003
R$ 15,00	10/3/2003
R$ 15,00	10/4/2003
R$ 15,00	12/5/2003
R$ 15,00	10/6/2003
R$ 170,00	10/2/2003
R$ 172,50	10/3/2003
R$ 175,00	10/4/2003
R$ 175,00	12/5/2003
R$ 177,50	10/6/2003
R$ 15,00	11/7/2003
R$ 17,50	11/8/2003
R$ 17,50	10/9/2003
R$ 15,00	13/10/2003
R$ 1,25	11/12/2003
R$ 175,00	11/7/2003
R$ 175,00	11/8/2003
R$ 94,50	10/9//2003
R$ 100,50	13/10/2003
R$ 117,00	10/11/2003
R$ 142,96	10/12/2003
R$ 675,00	29/9/2003
R$ 11.714,00	15/7/2003

9.3. dar ciência ao Município de São Felix/BA, na figura de seu representante legal, de que o recolhimento tempestivo do débito, apenas atualizado monetariamente, sanará o processo, de modo a permitir que o Tribunal venha a julgar as presentes contas regulares com ressalva, dando-se-lhe quitação, nos termos do art. 12, § 2º, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 202, § 4º, do Regimento Interno do Tribunal, mas que a falta de liquidação tempestiva ensejará o julgamento pela irregularidades das contas, com imputação de débito atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, além da aplicação de multa de até 100% sobre o valor atualizado do débito, nos termos do art. 57 dessa mesma lei;

9.4. determinar ao Município de São Félix/BA que, na hipótese da impossibilidade de liquidação tempestiva do débito, no mencionado prazo, adote providências com vistas à inclusão do valor da dívida em sua lei orçamentária, informando ao Tribunal as providências adotadas no prazo de 30 (trinta) dias; e

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do Tribunal, o parcelamento das dívidas constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, corrigidas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno do Tribunal), sem prejuízo das demais medidas legais.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4724-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4725/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 037.497/2011-1.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Nilson da Rocha Brito (CPF 103.225.157-34).

4. Entidade: Município de Santa Luzia/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/BA.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra o Sr. Nilson da Rocha Brito, ex-prefeito do Município de Santa Luzia/BA (gestão 2001-2004), em razão de não ter sido aprovada a prestação de contas correspondente à totalidade dos recursos repassados à municipalidade por intermédio do Programa de Apoio à Educação de Jovens e Adultos (Peja), no exercício de 2004, cujo objetivo era a ampliação da oferta de vagas a jovens e adultos na educação pública de ensino fundamental;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Nilson da Rocha Brito, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar as presentes contas irregulares, com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, e condenar o Sr. Nilson da Rocha Brito ao pagamento dos valores indicados a seguir, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados desde as datas especificadas até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
2.237,73	29/4/2004
2.237,73	24/5/2004
2.237,73	25/6/2004
2.237,73	28/7/2004
2.237,73	13/9/2004
2.237,73	11/10/2004
2.237,73	10/11/2004
2.237,73	27/11/2004
2.237,73	24/12/2004
2.237,73	28/12/2004

9.3. aplicar ao Sr. Nilson da Rocha Brito, com base no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, caso requerido, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas a notificação; e

9.6. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, com fulcro no art. 209, § 7º, **in fine**, do RITCU.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4725-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4726/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-003.316/2007-8.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração.

3. Recorrentes/Interessado:

3.1. Recorrentes: Cardan Importação, Exportação, Comércio, Serviços e Representação Ltda. (CNPJ 34.796.185/0001-04); Francisca Teixeira Ribeiro (CPF 539.131.754-15); Robson Carvalho de Queiroz (CPF 446.778.982-00); Roberto Teixeira Briglia (CPF 061.727.412-68); Rodolfo Pereira (CPF 164.084.382-53); Sara Claide dos Santos Brito (CPF 153.944.252-72); Vanúbia Gouveia Praxedes (CPF 430.195.954-87).

3.2. Interessado: Fundo Nacional de Saúde (FNS).

4. Órgão: Secretaria de Saúde do Estado de Roraima.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogados constituídos nos autos: Jean Pierre Michetti (OAB/RR 315), Francisco José Pinto de Macedo (OAB/RR 248-B), Lenon Geyson Rodrigues Lira (OAB/RR 189), Marcelo Luiz Ávila de Bessa (OAB/DF 12.330), Alexander Ladislau Menezes (OAB/RR 226), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Jacques Fernandeo Reolon (OAB/DF 22.885), Cristina Miranda Mônaco (OAB/MS 9499-B), Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (OAB/DF 29.760) e Gustavo Valadares (OAB/DF 18.669).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos pelo Srs. Robson Carvalho de Queiroz, Roberto Teixeira Briglia, Rodolfo Pereira, Sara Claide dos Santos Brito, Francisca Teixeira Ribeiro, Vanúbia Gouveia Praxedes e pela empresa Cardan Importação, Exportação, Comércio, Serviços e Representação Ltda. contra o Acórdão nº 4.579/2010-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Robson Carvalho de Queiroz, Roberto Teixeira Briglia, Sara Claide dos Santos Brito, Francisca Teixeira Ribeiro, Vanúbia Gouveia Praxedes e pela empresa Cardan Importação, Exportação, Comércio, Serviços e Representação Ltda. para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Rodolfo Pereira para, no mérito, dar-lhe provimento, excluindo-o da relação processual;

9.3. em consequência ao disposto no subitem precedente, tornar insubsistentes os subitens 9.3, 9.4 e 9.6 do Acórdão nº 4.579/2010-TCU-Segunda Câmara e, em decorrência, restituir os autos ao relator **a quo**, para a adoção das medidas entendidas cabíveis ao exame destes autos;

9.4. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, aos recorrentes, ao interessado e à Procuradoria da República no Estado de Roraima.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4726-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge (Revisor).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 4727/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.700/2007-4.

2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil.

3. Interessados: Adauto Ramos de Souza (095.595.588-20), Alice da Nathividade Leite (164.224.688-30), Antonio Carlos Martinez Sanches (226.397.248-00), Antonio Carlos Sanches (778.052.758-15), Gessi Gonçalves de Campos (328.929.958-92), Iraci Alves de Oliveira (102.264.138-70), Iveta Moraes Risi (155.828.678-05), Ivone Theoto Petroni (102.570.688-99), José Antonio Orlando (034.797.838-05), Lourdes Antonia Oliveira Piccolo (155.085.578-65), Maria José Cesário Campos (167.627.878-86), Maria de Lourdes Giovani Picolo (037.506.478-87), Odila Dinah D'angieri (326.294.758-08), Olga Blattner Mendes (823.148.378-00), Sara Gianneschi Orlando (334.197.538-10) e Therezinha de Almeida Monteiro (056.486.708-00).

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS em Jundiaí/SP (INSS/MPS).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogados: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam da pensão civil instituída por ex-servidores vinculados à Gerência Executiva do INSS em Jundiaí/SP (INSS/MPS),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Ordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de fls. 5/7, 12/14 e 54/56, relativos aos instituidores Aparecida das Dores Oliveira (fls. 5/7), Aldo Benedicto Petroni (fls. 12/14) e Nilo Picolo (fls. 54/56);

9.2. considerar legais os atos de fls. 2/4, 8/11, 18/20, 24/26, 31/42, 51/53 e 57/64, referentes aos instituidores, de Affonso Risi (fls. 2/4), Aparecido de Moura Oliveira (fls. 8/11), Attílio Nelson D'angieri (fls. 18/20), Edmar Monteiro (fls. 24/26), Jacy Vieira De Souza (fls. 31/33), Jose Baptista de Campos (fls. 34/36), João Candido Rodrigues Mendes (fls. 37/39), João Vieira De Menezes Campos (fls. 40/42), Mario Piccolo (fls. 51/53), Rubene Maria Gianneschi Orlando (fls. 57/60) e Vera Lúcia Martinez Lopes Sanches (fls. 61/64), concedendo-lhes os respectivos registros.

9.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4727-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4728/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.002/2009-1.

2. Grupo I - Classe IV - Admissão.

3. Interessados: Adauto Tsutomu Ikejiri (156.075.501-68), Adriana Silva de Oliveira Botelho (098.324.818-48), Adriana Silveira Vieira (270.154.348-73), Alam Aparecido de Mattos Tombini (920.867.561-00), Alleisa Ferreira Riquelme (000.514.791-33), Ana Carolina Nunes da Cunha Vilela-ardenghi (939.070.521-53), Ana Eliza da Silva Lima (306.605.848-40), Ana Yimiko Kojima (798.124.571-00), Andre Luiz Francisco (827.526.301-82), Andrea Panhoti Ribeiro (309.612.618-62), Angela Celeste Barreto de Azevedo (511.068.921-00), Angela Cristina Covizzi Gonçalves (121.676.768-83), Angela de Souza Brasil (595.486.731-34), Antonio Pancracio de Souza (488.988.481-53), Ariene Arcas Topal Paes Leme (019.929.171-32), Ary Tavares Rezende Filho (078.568.198-12), Caricielli Maisa Longo (284.360.478-85), Carla Queiroz Monteiro (870.551.391-04), Carlos José de Santana (085.094.038-99), Carmelita Rodrigues Gomes (555.601.211-34), Cecilia Saiury Araki (002.648.661-00), Claudio Fernando Vieira (142.681.908-05), Cleyton César dos Santos (542.387.221-91), Cristina Maria Albuquerque Passos (414.041.907-59), Dagma Paulino dos Reis (104.771.011-00), Daniela Rincon Caires (932.176.681-20), Dennis Rodrigo Damasceno Fernandes (856.979.821-00), Edir Jesus dos Santos (804.141.688-87), Eduardo Cavalheiro Pelliccioli (594.005.440-49), Eduardo Fialho de Almeida Braga (542.270.541-68), Elairton Paulo Gehlen (345.807.199-72), Eliny Aparecida Vargas Machado Salazar (847.383.401-15), Emerson Figueiredo Leite (802.405.001-30), Erica da Silva Hungaro (011.586.951-44), Evandro Retamero Rodrigues (268.282.398-06), Fabiana de Oliveira Ferreira (266.975.628-03), Fabiana de Souza Orlandi (271.441.468-07), Faustino Pereira Filho (066.058.341-00), Fernanda Pimentel Faria de Miranda (960.189.251-68), Fernanda Queiroz de Souza (892.488.131-00), Fernando Ulisses Rosalino (214.705.978-10), Fredemir de Oliveira Flores (849.504.121-91), Fábio Corcioli Miguel (128.280.068-08), Gilvan Milhomem Santos Gonçalves (321.596.501-10), Gislaine Recaldes de Abreu (501.161.501-49), Gizylene Climaco de Castro (298.433.591-00), Heriton Cesar Goveia de Almeida (254.338.348-40), Isael José Santana (076.434.328-99), Janice de Campos Ferra (572.694.671-53), Jean Roberto de Lima (925.743.191-68), Jessy Marly Venusia Leite de Siqueira (545.018.491-34), Joana Prado Medeiros (174.354.041-87), Jodenir Calixto Teixeira (528.863.101-82), José Miguel Garnica Junior (346.065.038-90), Jucelei de Oliveira Moura Infran (489.589.801-68), Juliana Chiarini Balbino (061.264.436-75), Juliana Rossini (448.411.671-53), Kelly Glay da Silva Sena Sakihama (881.471.266-20), Keyla Lima Brito e Silva (562.645.261-34), Leandro de Oliveira Tancredo (080.848.398-61), Livia Gomes dos Santos (005.504.941-97), Lucas Machado de Arruda Brasil (947.549.501-00), Lucas Santiago Arraes Reino (926.766.931-15), Lucicleide Gomes dos Santos (006.210.611-23), Lucio Correa Carvalho (279.475.788-18), Luis Henrique Gazeta de Souza (219.726.678-07), Luiz Mário Araújo Bueno (725.151.718-34), Marcia Marrocos Aristides Barbiero (440.601.303-20), Marcus Osorio da Silva (506.492.050-49), Maria Auxiliadora Budib (554.829.961-15), Maria Auxiliadora Vieira Dias Rodrigues (497.271.171-04), Maria Cristina Maia de Souza (655.661.067-49), Maria do Socorro Pereira Soares Gonzaga (078.466.768-30), Michelli Thomaz Laranjeira (954.279.451-72), Nosimar Ferreira dos Santos Rosa (321.875.801-72), Patrícia Camelier Xavier (743.484.857-04), Rafael Pedrosa Salgado (309.437.308-99), Rafael de Souza Almeida (014.564.171-69), Raquel Prediger Anjos (600.876.411-00), Ravena Maria Cardoso Lopes (237.962.431-34), Renata Bellenzani (278.720.318-33), Roberto Pereira da Silva (119.876.558-50), Salvador Garcia Junior (444.580.029-53), Sandra Luzia Haerter Armôa (366.336.231-00), Sandro Moura Santos (830.349.949-15), Sheila Karla Stonoga Kawamoto (326.814.038-63), Silvelena Cosmo Dias (076.218.738-76), Silvia Feiten (464.584.921-20), Silvia Kellen da Silva Theodoro (652.724.471-15), Silvia Maria Alves Moraes (144.324.408-21), Silvino Areco (456.937.061-68), Silvio Rogerio Alves Esquinca (176.543.378-92), Suellem Luzia Costa Borges de Oliveira (714.585.571-20), Suely Maria Carcano Canavarros (495.218.961-91), Tatiana Calheiro Lapa Leao (834.217.349-68), Valdirene Gomes dos Santos de Jesus (803.131.751-87), Vaneska da Silva Baruki (580.159.141-91), Vivian Maria de Oliveira (230.325.688-70) e Zildamara dos Reis Menegucci (897.982.441-68).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (FUFMS).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de admissão para contratação temporária de professores pela Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigos 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, e 40 da Lei 8.443/92 e 1°, inciso VIII, 259, inciso I, e 261 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais os atos de admissão de fls. 11/12, 17/18, 25/26, 31/32, 35/36, 77/78, 85/86, 89/90, 111/112, 115/116, 135/136, 145/148, 151/152, 155/156, 159/162 e 169/170, de interesse de Alleisa Ferreira Riquelme (fls. 11/12), Ana Yimiko Kojima (17/18), Angela Celeste Barreto de Azevedo (fls. 25/26), Antonio Pancracio de Souza (fls. 31/32), Ary Tavares Rezende Filho (fls. 35/36), Fabiana de Souza Orlandi (fls. 77/78), Fernanda Queiroz de Souza (fls. 85/86), Fredemir de Oliveira Flores (fls. 89/90), Jodenir Calixto Teixeira (fls. 111/112), Jucelei de Oliveira Moura Infran (fls. 115/116), Lucio Correa Carvalho (fls. 135/136), Maria Auxiliadora Budib (fls. 145/146), Maria Auxiliadora Vieira Dias Rodrigues (fls. 147/148), Maria do Socorro Pereira Soares Gonzaga (fls. 151/152), Nosimar Ferreira dos Santos Rosa (fls. 155/156), Rafael de Souza Almeida (fls. 159/160), Rafael Pedrosa Salgado (fls. 161/162) e Roberto Pereira da Silva (fls. 169/170), concedendo-lhes os correspondentes registros;

9.2. considerar ilegais os atos de admissão de fls. 3/10, 13/16, 19/22, 27/30, 33/34, 37/76, 79/80, 83/84, 87/88, 91/110, 113/114, 117/134, 137/144, 149/150, 153/154, 157/158, 163/168 e 171/204, de interesse de Adauto Tsutomu Ikejiri (fls. 3/4), Adriana Silva de Oliveira Botelho (fls. 5/6), Adriana Silveira Vieira (fls. 7/8), Alam Aparecido de Mattos Tombini (fls. 9/10), Ana Carolina Nunes da Cunha Vilela-ardenghi (fls. 13/14), Ana Eliza da Silva Lima (fls. 15/16), Andre Luiz Francisco (fls. 19/20), Andrea Panhoti Ribeiro (fls. 21/22), Angela Cristina Covizzi Gonçalves (fls. 27/28), Angela de Souza Brasil (fls. 29/30), Ariene Arcas Topal Paes Leme (fls. 33/34), Caricielli Maisa Longo (fls. 37/38), Carla Queiroz Monteiro (fls. 39/40), Carlos José de Santana (fls. 41/42), Carmelita Rodrigues Gomes (fls. 43/44), Cecilia Saiury Araki (fls. 45/46), Claudio Fernando Vieira (fls. 47/48), Cleyton César dos Santos (fls. 49/50), Cristina Maria Albuquerque Passos (fls. 51/52), Dagma Paulino dos Reis (fls. 53/54), Daniela Rincon Caires (fls. 55/56), Dennis Rodrigo Damasceno Fernandes (fls. 57/58), Edir Jesus dos Santos (fls. 59/60), Eduardo Cavalheiro Pelliccioli (fls. 61/62), Eduardo Fialho de Almeida Braga (fls. 63/64), Elairton Paulo Gehlen (fls. 65/66), Eliny Aparecida Vargas Machado Salazar (fls. 67/68), Emerson Figueiredo Leite (fls. 69/70), Erica da Silva Hungaro (fls. 71/72), Evandro Retamero Rodrigues (fls. 73/74), Fabiana de Oliveira Ferreira (fls. 75/76), Faustino Pereira Filho (fls. 79/80), Fernanda Pimentel Faria de Miranda (fls. 83/84), Fernando Ulisses Rosalino (fls. 87/88), Fábio Corcioli Miguel (fls. 91/92), Gilvan Milhomem Santos Gonçalves (fls. 93/94), Gislaine Recaldes de Abreu (fls. 95/96), Gizylene Climaco de Castro (fls. 97/98), Heriton Cesar Goveia de Almeida (fls. 99/100), Isael José Santana (fls. 101/102), Janice de Campos Ferra (fls. 103/104), Jean Roberto de Lima (fls. 105/106), Jessy Marly Venusia Leite de Siqueira (fls. 107/108), Joana Prado Medeiros (fls. 109/110), José Miguel Garnica Junior (fls. 113/114), Juliana Chiarini Balbino (fls. 117/118), Juliana Rossini (fls. 119/120), Kelly Glay da Silva Sena Sakihama (fls. 121/122), Keyla Lima Brito e Silva (fls. 123/124), Leandro de Oliveira Tancredo (fls. 125/126), Livia Gomes dos Santos (fls. 127/128), Lucas Machado de Arruda Brasil (fls. 129/130), Lucas Santiago Arraes Reino (fls. 131/132), Lucicleide Gomes dos Santos (fls. 133/134), Luis Henrique Gazeta de Souza (fls. 137/138), Luiz Mário Araújo Bueno (fls. 139/140), Marcia Marrocos Aristides Barbiero (fls. 141/142), Marcus Osorio da Silva (fls. 143/144), Maria Cristina Maia de Souza (fls. 149/150), Michelli Thomaz Laranjeira (fls. 153/154), Patrícia Camelier Xavier (fls. 157/158), Raquel Prediger Anjos (fls. 163/164), Ravena Maria Cardoso Lopes (fls. 165/166), Renata Bellenzani (fls. 167/168), Salvador Garcia Junior (fls. 171/172), Sandra Luzia Haerter Armôa (fls. 173/174), Sandro Moura Santos (fls. 175/176), Sheila Karla Stonoga Kawamoto (fls. 177/178), Silvelena Cosmo Dias (fls. 179/180), Silvia Feiten (fls. 181/182), Silvia Kellen da Silva Theodoro (fls. 183/184), Silvia Maria Alves Moraes (fls. 185/186), Silvino Areco (fls. 187/188), Silvio Rogerio Alves Esquinca (fls. 189/190), Suellem Luzia Costa Borges de Oliveira (fls. 191/192), Suely Maria Carcano Canavarros (fls. 193/194), Tatiana Calheiro Lapa Leao (fls. 195/196), Valdirene Gomes dos Santos de Jesus (fls. 197/198), Vaneska da Silva Baruki (fls. 199/200), Vivian Maria de Oliveira (fls. 201/202) e Zildamara dos Reis Menegucci (fls. 203/204), negando-lhes os respectivos registros; e

9.3. determinar à Fundação Universidade do Mato Grosso do Sul (FUFMS) que:

9.3.1. observe as normas que regem as contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, em especial o disposto nos arts. 2º, § 1º, 3º, 5º, da Lei nº 8.745/1993 e suas alterações posteriores, bem como o art. 3º, c/c o art. 1º, inciso VII da Lei nº 8.730/1993 quanto à apresentação de declaração de bens e renda pelos servidores temporários admitidos;

9.3.2. abstenha-se de:

9.3.2.1. nomear professores para preencher vagas não amparadas pela Lei nº 8.745/1993 e suas alterações posteriores;

9.3.2.2. contratar professores sem autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

9.3.2.3. dar exercício a professores antes da publicação da homologação no Diário Oficial da União;

9.3.2.4. admitir professores sem indicação da base legal da vaga a ser preenchida e sem a comprovação de que a contratação obedeceu o quantitativo autorizado pelo órgão competente;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.4. determinar à Sefip o acompanhamento da medida exarada no item 9.3.deste acórdão.

9.5. determinar a juntada cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, às contas da FUFMS relativas ao exercício de 2008 (Processo TC-017.231/2009-7), para exame em confronto e em conjunto;

9.6. determinar a remessa de cópia do presente acórdão, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao Ministério Público junto ao TCU para que, após o deslinde dos recursos interpostos contra os Acórdãos 2.282/2011, da 2ª Câmara (TC-021.349/2008-5) e 2.078/2010, da 2ª Câmara (015.426/2006-4), o **Parquet** especializado avalie da conveniência e da oportunidade de interpor eventual recurso de revisão.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4728-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4729/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.513/2010-2.

2. Grupo I, Classe de Assunto V - Pensão Civil.

3. Interessados: Amauri Ayres Fernandes (170.143.529-20), Analtiva Franco Simas (006.994.859-32), Aramis do Carmo Wirmond (608.828.679-20), Breno Pasqualato de Moraes e Silva (053.825.529-32), Cecilia dos Santos Ferreira (778.874.339-91), Divanei Daichtman Brandão (839.234.039-68), Enrico Pasqualato de Moraes e Silva (071.826.699-43), Eruthy Adelaide Junqueira (043.190.599-13), Esthera Szalkowicz Paciornik (470.948.429-53), Felipe Garbuio Pereira de Miranda (009.351.899-47), Filomena Kanha (035.453.539-07), Gedeão Martins (002.371.839-00), Gilda Moreira Weiss (107.472.739-87), Irma Jardim Riella (275.707.119-04), Izabel Christina de Quadros Rossetim (167.852.589-87), Kehlween Zascha Nienow Wirmond (072.463.199-21), Kenzo Nicolay Nienow Wirmond (072.463.269-79), Laura Bonatto Hanke (057.016.579-22), Luiz Henrique da Silva Leal (076.196.369-35), Maria de Lourdes Prosdocimo de Paula (230.690.909-15), Neide Amaral (609.972.739-68), Neli Klein do Valle (252.786.739-15), Odair Garcia de Campos (073.507.919-68), Petro Tybur (027.958.509-82), Regina Mara Garbuio (519.603.119-72), Selma Valquiria Gomes da Silva (594.960.379-68), Sonia Maria Madeiras Suplicy de Lacerda (471.004.789-87), Therezinha de Jesus Bittencourt Baeta (253.433.279-15), Therezinha de Jesus Macedo Pereira de Miranda (186.942.849-87), Uzziara Coimbra Holtz (428.876.669-91), Vera Maria Ratton de Oliveira (510.563.309-10), Victoria Cavalli Rodrigues (076.553.299-90) e Zulmira Gonçalves Fidalgo (598.937.709-63).

4. Entidade: Universidade Federal do Paraná.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos atos de concessão de pensão civil relativos a ex-servidores vinculados à Universidade Federal do Paraná,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e 260, § 1º, e 262, **caput**, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de pensão civil de fls. 32/34 e 54/58, instituídos por Fernando Cordeiro Simas (fls. 32/34) e Heber de Moraes e Silva (fls. 54/58);

9.2. considerar legais os ato de concessão de pensão civil de fls. 2/4, 14/16, 23/25, 35/46, 66/68 e 78/90, instituídos por Álvaro Fontana Junqueira (fls. 2/4), Aparecida Baran de Campos (fls. 14/16), Dorei Brandão (fls. 23/25), Flavio Suplicy de Lacerda Junior (fls. 35/37), Francisco Kanha (fls. 38/40), Francisco Pereira de Miranda Neto (fls. 41/43), Gilberto Xavier de Miranda Filho (fls. 44/46), João Américo de Oliveira Filho (fls. 66/68), Kattlyn Maria Nienow Mifume Wirmond (fls. 78/81), Luis Cesar Rodrigues (fls. 82/84), Luiz Carlos Leal (fls. 85/87) e Luiz Jose Bove Kesikowski (fls. 88/90), concedendo-lhes registro;

9.3. considerar ilegais os atos de concessão de pensão civil de fls. 8/13, 17/22, 26/28, 51/53, 57/65 e 69/77, instituídos por Ambires Cecílio Machado Riella (fls. 8/10), Américo de Almeida Fidalgo (fls. 11/13), Aracy da Costa Waess (fls. 17/19), Aroldo Rossetim (fls. 20/22), Eduardo Daniel Hanke (fls. 26/28), Guilhermino Baeta de Faria (fls. 51/53), Hermes Paciornik (fls. 57/59), Hildegard Soboll Martins (fls. 60/62), Joanita de Lourdes Roiz Tybur (fls. 63/65), João Manoel Marquesi (fls. 69/71), João Regis Fassbender Teixeira (fls. 72/74) e José Mauricio Holtz (fls. 75/77), negando-lhes os correspondentes registros;

9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.5. determinar à Universidade Federal do Paraná (UFPR) que:

9.5.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da deliberação deste Tribunal, todo e qualquer pagamento decorrente dos atos impugnados (subitem 9.3, precedente), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, quanto aos pagamentos processados após essa data;

9.5.2. proporcionalize a pensão civil instituída por Eduardo Daniel Hanke (fls. 26/28) à razão de 25/35 avos;

9.5.3. retire do cálculo da pensão civil instituída por Guilhermino Baeta de Faria (fls. 51/53), além do percentual referente à URV (3,17%) a vantagem do art. 184 da Lei nº 1.711/1952, uma vez que o ex-servidor é oriundo do regime celetista;

9.5.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.5.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os inativos tomaram ciência do julgamento desta Corte;

9.5.6. ajuste o valor das parcelas pagas aos interessados com base em decisão judicial, a exemplo das denominadas URP e URV, conforme determina o subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário;

9.6. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a entidade de origem acerca da possibilidade de emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.7. determinar à Sefip que monitore a implementação das medidas determinadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal caso necessário.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4729-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4730/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC-014.591/2008-0.

2. Grupo: II; Classe de Assunto I - Embargos de Declaração.

3. Recorrente: Fernando Agostinho Cruz Dourado (126.860.422-49).

4. Órgão: Secretaria Executiva de Saúde Pública do Pará.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogado constituído nos autos: Alberto Antonio Campos (OAB/PA nº 5.541).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos pelo Sr. Fernando Agostinho Cruz Dourado contra o Acórdão nº 759/2012-TCU-2ª Câmara, que não conheceu de recurso de reconsideração do embargante pela sua intempestividade e ausência de documentos novos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, **caput**, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno do TCU, conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundam, ao embargante, à Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4730-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4731/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.142/2010-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados: Esther de Almeida Santiago (639.794.203-10), Francisco Correia Santiago (048.470.408-72), José Bruno de Sousa Morais (005.517.253-97), José Gabriel de Sousa Morais (005.517.213-08), Mario Barbosa Pinto (056.026.963-34) e Mario de Araujo Pinto Junior (631.332.293-20).

4. Entidade: Universidade Federal do Ceará.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil instituídas por ex-servidores da Universidade Federal do Ceará,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, da Lei nº 8.443/92, no art. 262, do Regimento Interno, e na Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar legais os atos de pensão civil de fls. 2/7, relativos às instituidoras Maria Dulcinea Pinto (fls. 2/4) e Maria Eudenice de Almeida Santiago (fls. 5/7), concedendo-lhes registro:

9.2. considerar ilegal o ato de pensão civil referente à instituidora Maria Helena de Sousa (fls. 8/10), negando-lhe registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Universidade Federal do Ceará que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da deliberação deste Tribunal, todo e qualquer pagamento decorrente dos atos impugnados (subitem 9.2, precedente), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, quanto aos pagamentos processados após essa data;

9.4.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato foi considerado ilegal, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o pensionista tomou ciência do julgamento desta Corte;

9.4.4. ajuste o valor das parcelas pagas aos pensionistas de Maria Dulcinea Pinto (fls. 2/4) e Maria Eudenice de Almeida Santiago (fls. 5/7), com base em decisão judicial, a exemplo das denominadas URP e URV, conforme determina o subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário;

9.5. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a entidade de origem acerca da possibilidade de emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada nos autos, para que seja submetido à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.6. determinar à Sefip que monitore a implementação das medidas determinadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal caso necessário.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4731-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4732/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.532/2005-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração

3. Recorrente/Interessado:

3.1. Recorrente: Marconi Bimba Carvalho de Aquino (104.230.603-68)

3.2. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81)

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Rosário/MA.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado constituído nos autos: João Gabina de Oliveira (OAB/MA 8.973).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Marconi Bimba Carvalho de Aquino, ex-Prefeito Municipal de Rosário/MA, contra os termos do Acórdão nº 1.558/2011-TCU-2ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares, condenando-o solidariamente em débito com as empresas J.O.A. Aragão e N.B.A. Aragão e Cia. Ltda., aplicando-lhes multa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Marconi Bimba Carvalho de Aquino, ex-Prefeito do Município de Rosário/MA, contra o Acórdão nº 1.558/2011-TCU-2ª Câmara, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os exatos termos da deliberação recorrida;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, por cópia, ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4732-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4733/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.188/2006-6 (c/ 8 volumes e 9 anexos).

1.1. Apensos: 011.240/2003-0; 016.051/2005-1; 016.995/2004-7; 019.002/2007-7

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Prestação de Contas - exercício de 2005.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT (04.892.707/0001-00).

3.2. Responsáveis: Ademir Galvão Andrade (049.051.805-20); Alexandre Silveira de Oliveira (790.224.996-34); Angela Maria Barbosa Parente (135.620.373-68); Antonio Badih Chehin (029.246.178-04); Antonio Carlos Soares Lima (550.929.937-15); Armando Fontenelle Albuquerque (071.142.903-06); Arnaldo Teixeira Marabolim (684.046.708-20); Carlos Alberto Cotta (004.185.446-20); Carlos Fernando Gonçalves de Abreu (110.193.525-15); Cinésio Nunes de Oliveira (174.004.061-91); David José de Castro Gouvêa (232.236.859-87); Denise Carneiro Bessa (191.164.113-15); Edson Campos (153.735.091-91); Eduardo Calheiros de Araújo (036.771.337-34); Élio Bahia Souza (189.776.697-15); Eneida Coelho Monteiro (462.323.971-34); Evandilson Freitas de Andrade (015.674.972-68); Expedito Leite da Silva (112.494.634-91); Felipe Daruich Neto (206.691.946-20); Fermiano Yarzonj (079.579.041-49); Fernando Meira Junior (022.656.997-72); Francisco de Assis Ramalho Além (644.691.408-30); George Alberto de Aguiar Soares (524.233.011-20); Geraldo Simões de Oliveira (109.350.885-04); Glei dos Santos Souza (605.334.391-91); Helder Falcao Rebelo (071.900.694-53); Henrique Germano Zimmer (009.677.936-53); Hernani Lacerda Alves (049.923.185-68); Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87); Hugo Sternick (296.677.716-87); Joao Bosco Lobo (005.984.702-63); Jorge Francisco Medauar (087.533.775-91); Jose Carlos Mello Rego (005.192.947-34); Jose Narcelio Marques Sousa (003.013.884-15); Jose dos Passos Nogueira (212.729.646-04); José Augusto da Fonseca Valente (214.692.967-72); José Francisco das Neves (062.833.301-34); José Otávio Ferreira Soares (549.920.877-87); José Valdir Barreto Rodrigues (013.543.883-72); José Walter de Carvalho (003.132.894-68); José Wanks Meireles Sales (008.440.986-04); João José dos Santos (542.170.249-91); Julio Cesar Ferreira Pereira (059.923.112-20); Júlio Augusto Miranda Filho (826.270.968-34); Kátia Rejane Trindade Farias (658.476.951-87); Lauro Henrique Guimarães Correa (248.324.056-91); Laércio Coelho Pina (545.363.911-34); Leônidas Soriano Caldas Neto (054.805.743-53); Luis Munhoz Prosel Junior (459.516.676-15); Luiz Augusto Siqueira Bittencourt (233.870.847-49); Luziel Reginaldo de Souza (337.077.317-15); Marcelo Barbosa Saintive (961.073.327-15); Marcelo Miranda Soares (005.021.621-04); Marcos Cesar Crispim de Lima (584.731.304-72); Marcos Ledermann (001.422.550-68); Martinho Cândido Velloso dos Santos (114.335.821-04); Mauro Barbosa da Silva (370.290.291-00); Mauro Sergio Almeida Fatureto (562.076.976-34); Moacir Lima Beltrão (071.523.104-91); Márcio Guimarães de Aquino (631.403.497-34); Nei Japur (071.927.036-72); Odair Cordeiro (099.410.968-72); Paulo Sergio Rios (241.159.087-34); Paulo Sérgio Oliveira Passos (128.620.881-53); Pedro da Costa Carvalho (041.309.362-04); Riumar dos Santos (193.432.301-25); Rodrigo Antônio Ribeiro Costa (747.267.907-06); Romulo do Carmo Ferreira Neto (288.906.631-20); Rosalvo Augusto Souza de Bueno Gizzi (511.390.658-15); Ruy Cardoso de Miranda Neto (307.305.111-20); Sebastião Donizete de Souza (288.866.236-15); Sebastião José Marques de Oliveira (125.077.506-00); Sebastião Vitor Braga Ribeiro (035.972.103-68); Vicente Celestino Paes de Castro (130.496.317-91).

4. Órgão: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anual, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, exercício de 2005,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos do § 1º do art. 250 do Regimento Interno, acolher as razões de justificativa dos Srs. Eduardo Calheiros de Araújo e Ruy Cardoso de Miranda Neto;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18; e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I; 208; e 214, inciso II, do Regimento Interno, julgar regulares com ressalvas as contas dos Srs. Alexandre Silveira de Oliveira, Hideraldo Luiz Caron e Martinho Cândido Velloso dos Santos, dando-lhes quitação;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17; e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I; 207; e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no subitem 3.2 deste Acórdão, dando-lhes quitação plena;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Dnit e ao Ministério dos Transportes;

9.5. determinar à Secex/MG que proceda as comunicações processuais ao Sr. Alexandre Silveira de Oliveira no endereço constante da peça às fls. 1899/1900, volume 8 dos autos, orientando-o no sentido de que, enquanto não altera seu endereço no sistema da Receita Federal do Brasil, adote nos demais processos desta Corte em que figure como responsável providência idêntica a que ora leva a cabo neste feito, no sentido de solicitar atualização do endereço, podendo valer-se do auxílio da Secretaria de Controle Externo em Minas Gerais, unidade regional do TCU naquele estado, para os esclarecimentos adicionais eventualmente necessários;

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4733-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4734/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.584/2010-3.

2. Grupo II, Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessados: Edevar Valnier (224.001.509-82), Moacir João de Espíndola (216.065.959-20), Olímpio Plácido Schmitt (178.826.999-34) e Valmira Silva dos Santos (415.247.139-53).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos atos de aposentadoria relativos a ex-servidores vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e 260, § 1º, e 262, **caput**, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria de de fls. 2/31, de interesse de Edevar Valnier (fls. 2/9), Moacir João de Espíndola (fls. 10/13), Olímpio Plácido Schmitt (fls. 14/23) e Valmira Silva Santos (fls. 24/31), negando-lhes os correspondentes registros;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU, excetuada a parcela alusiva à vantagem hora extra, atualmente recebida em decorrência de decisão judicial pelo interessado Bertolino Melmestet (fls. 6/9);

9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da deliberação deste Tribunal, todo e qualquer pagamento decorrente dos atos impugnados (subitem 9.1, precedente), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, quanto aos pagamentos processados após essa data;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os inativos tomaram ciência do julgamento desta Corte;

9.3.4. ajuste o valor das parcelas pagas aos interessados com base em decisão judicial, a exemplo da denominada URV (3,17%), conforme determina o subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário;

9.3.5. acompanhe o deslinde do Processo nº 2006.72.00.009358-8/SC, e, caso ocorra a desconstituição da sentença, faça cessar os pagamentos dele decorrentes e considerados irregulares nos autos, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores que lhes foram pagos indevidamente.

9.3.6. convoque os aposentados Edevar Valnier (fls. 2/9), Moacir João de Espíndola (fls. 10/13), Olímpio Plácido Schmitt (fls. 14/23) e Valmira Silva Santos (fls. 24/31) para, conforme a situação específica de cada um, após retirado o tempo rural impugnado, também no prazo de 15 (quinze) dias, optar por uma das seguintes alternativas:

9.3.6.1. retornar à atividade para completar o tempo faltante para a nova aposentadoria, com o alerta de que esta será regida pelas regras vigentes no momento da nova concessão; ou

9.3.6.2. apresentar comprovação de pagamento das contribuições previdenciárias devidas, relativas ao tempo impugnado nos autos (mediante certidão de competência do INSS);

9.4. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a entidade de origem acerca da possibilidade de emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.5.1. proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário;

9.5.2. encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, as informações necessárias ao acompanhamento das ações judiciais referentes aos atos em questão, para que aquele órgão adote as providências cabíveis, dando ciência à Consultoria Jurídica desta Corte.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4734-22/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4735/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.294/2009-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil.
3. Interessados: Amelia Couto Eunapio Borges (915.820.086-04), Amelia Couto Eunapio Borges (915.820.086-04), Angela Peixoto do Carmo (403.834.586-68), Anna Thiago Machado (001.491.916-85), Carmen Cleyda Correa Lacerda (132.856.706-06), Carolina Pereira Lins Mesquita (012.280.046-09), Dirlene Peixoto do Carmo (472.215.426-00), Ida Scheinkman (428.177.146-87), Ilva Christina Modenesi de Lima (883.835.986-53), Joaquim Ferreira Dias (030.179.296-80), Laurita Pereira Baia (035.723.296-80), Maria Carmelita Feitosa Henriques (872.099.856-20), Maria Leopoldina da Silva (702.215.706-59), Maria Lucia Pereira (238.094.856-91), Maria Rachel da Costa Pereira (355.017.316-49), Maria da Gloria Peixoto Inacio (031.086.326-04), Maria das Graças Silva Martins (754.264.396-72), Maria das Merces Dias (917.320.346-72), Natalina do Carmo Peixoto (970.941.026-15), Pedro Lins Mesquita (012.280.066-44), Rosangela do Carmo Peixoto (780.854.546-53) e Yolanda Michelstadter (455.877.366-87).
4. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de concessão de pensão civil a ex-servidores vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, e 15 da Resolução do TCU nº 152/2002 em:

9.1. considerar prejudicados, por perda de objetos, os atos de fls. 14/17 e 36/39, referentes aos instituidores Feliciano da Silva Henriques (fls. 14/17) e João Eunápio Borges (fls. 36/39);

9.2. considerar legais os atos de fls. 18/21 e 44/47, de interesse de Geraldo Coelho Baia (fls. 18/21) e João Ventura da Silva (fls. 44/47), concedendo-lhes os correspondentes registros, ressalvando que a parcela de hora extra judicial constante dos atos não é mais percebida pelos interessados;

9.3. considerar legais os atos de fls. 11/13, 22/25, 48/62 e 70/84, relativos aos instituidores Antônio Augusto Lins Mesquita (fls. 1/10), Cristovão Norberto Machado (fls. 11/13), Geraldo Martins (fls. 22/25), Joaquim Maximiano Dias (fls. 48/52), José Batista Pereira (fls. 53/56), José Peixoto (fls. 57/62), Manoel Borrotochin (fls. 70/76), Wagner de Andrade Lima (fls. 77/80) e Wilde Damaso de Lacerda (fls. 81/84), concedendo-lhes registro;

9.4. considerar ilegal o ato do instituidor Júlio Augusto Inácio (fls. 63/65), negando-lhe registro;

9.5. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo inativo de que trata o subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.6. determinar à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que:

9.6.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.6.2. comunique, em igual prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, ao interessado cujo ato foi considerado ilegal a respeito deste acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não-provimento dos recursos;

9.7. informar à Universidade Federal de Minas Gerais que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novos atos livres das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.8. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4735-22/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4736/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.468/2010-8.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Civil.
3. Interessados: Adelia Fontoura Paes Basmage (708.184.281-04), Antenor Nogueira da Silva (051.320.611-68), Milca Santos Ascenço (481.336.711-91) e Vera Lucia Tormin Neto (950.296.131-53).
4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FUFMS).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadorias referentes a ex-servidores vinculados à Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, e 15 da Resolução do TCU nº 152/2002 em:

9.1. considerar ilegais os atos de fls. 2/13, relativos aos instituidores Aparecida Rodrigues da Silva (fls. 2/4), Carlos Alberto Nossa Ascenço (fls. 5/7), João Miguel Basmage (fls. 8/10) e Rogério Fernandes Neto (fls. 11/13), negando-lhes os respectivos registros;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos beneficiários de que tratam os atos mencionados no subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste TCU;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FUFMS) que:

9.3.1. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópia dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação; e

9.3.4. ajuste, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, o valor da vantagem URP paga ao beneficiário Antenor Nogueira da Silva (fls. 2/4) na forma estabelecida no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário;

9.3.5. regularizar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, os pagamentos indevidos decorrentes da incidência de paridade nos proventos de pensões civis concedidas após 19/2/2004, conforme metodologia estabelecida pela Lei nº 10.887/2004;

9.4. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a entidade de origem acerca da possibilidade de emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, também do Regimento Interno do TCU;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe o cumprimento das determinações exaradas nos subitens precedentes.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4736-22/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4737/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.076/2010-2.
2. Grupo I, Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessado: Lauro Antonio Fernandes de Souza (010.135.486-04).
4. Entidade: Universidade Federal de Lavras/MG.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos atos de aposentadoria relativo a servidor vinculados à Universidade Federal de Lavras/MG,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de Lauro Antônio Fernandes de Souza (fls. 2/5), negando-lhe registro, em razão do pagamento irregular da vantagem do art. 192, inciso I, da Lei nº 8.112/1990, e em função do pagamento de quintos judiciais em concomitância com a vantagem do art. 62-A da Lei nº 8.112/1990;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste TCU;

9.3. determinar à Universidade Federal de Lavras/MG que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos irregulares decorrentes do ato impugnado, no que diz respeito exclusivamente ao pagamento incorreto da vantagem do art. 192, inciso I, da Lei nº 8.112/1990, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. acompanhe o deslinde do Mandado de Segurança nº 2003.38.00.006861-0/MG, que se encontra pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e, caso a decisão final seja desfavorável ao interessado, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato em tela, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente;

9.3.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato foi considerado ilegal, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, providencie, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas nos autos, para que seja submetido à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, também do Regimento Interno do TCU;

9.3.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado tomou ciência do julgamento desta Corte;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:

9.4.1. encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, as informações necessárias ao acompanhamento do Mandado de Segurança nº 2003.38.00.006861-0/MG, que se encontra pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para que aquele órgão adote as providências cabíveis, dando ciência à Consultoria Jurídica desta Corte;

9.4.2. verifique o cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4737-22/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4738/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.837/2010-3.
2. Grupo I, Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessados: Jose Roberto Thomal (147.711.449-15), Josefa Lourenço de Meira (008.665.989-87), Julio Pereira Lopes (003.031.869-68), Luiz Augusto de Giordano Rocha (004.750.680-68), Luiz Carlos Sobania (000.777.559-87), Luiz Doni Filho (005.122.579-49), Margarida Maria Silva Matschinske (319.805.469-91), Maria Ozélia Gomes da Silva (921.622.589-00), Maria Schmidt (231.273.509-10), Maria Teresa Castelo Branco (398.372.037-49), Maria da Glória Lins da Silva Colucci (004.210.302-91), Marilia Souza do Valle (187.177.809-34), Marilu Silveira (155.769.909-78), Mario Rodrigo Fernandes Maia (107.487.179-00), Marlene de Almeida (007.147.049-20), Mauri Jose Piazza (052.149.127-49), Paulo Moreno Bergoc (008.552.439-53), Paulo Roberto Slud Brofman (167.864.759-49), Plauto Piazza Branco (170.844.589-72), Reny Maria Gregolin (129.935.068-20), Rogerio Ribas (165.860.269-20), Sandra Maria Novaes da Silva (530.386.579-72), Sergio Sampaio Monteiro (230.832.399-04), Suely Rodaski (348.651.019-34), Vanete Thomaz Soccol (320.761.269-53), Waldir Hamann (033.054.499-34) e Wilson Gregorio Wladeck (170.166.819-04).
4. Entidade: Universidade Federal do Paraná.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos atos de aposentadoria relativos a ex-servidores vinculados à Universidade Federal do Paraná,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e 260, § 1º, e 262, **caput**, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legal o ato de concessão de aposentadoria de Maria Schmidt (fls. 38/41), concedendo-lhe registro;

9.2. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria de fls. 2/37, 42/88 e 93/118, de interesse de José Roberto Thomal (fls. 2/5), Josefa Lourenço de Meira (fls. 6/9), Julio Pereira Lopes (fls. 10/13), Luiz Augusto de Giordano Rocha (fls. 14/17), Luiz Carlos Sobania (fls. 18/21), Luiz Doni Filho (fls. 22/25), Margarida Maria Silva Matschinske (fls. 26/29), Maria da Glória Lins da Silva Colucci (fls. 30/33), Maria Ozélia Gomes (fls. 34/37), Maria Teresa Castelo Branco (fls. 42/45), Marilia Souza do Valle (fls. 46/49), Marilu Silveira (fls. 50/53), Mario Rodrigo Fernandes Maia (fls. 54/57), Marlene de Almeida (fls. 58/61), Mauri José Piazza (fls. 62/66), Paulo Moreno Bergoc (fls. 67/70), Paulo Roberto Slud Brofman (fls. 71/74), Plauto Piazza Branco (fls. 75/78), Reny Maria Gregolin (fls. 79/83), Rogério Ribas (fls. 84/88), Sandra Maria Novaes da Silva (fls. 93/96), Sérgio Sampaio Monteiro (fls. 97/100), Suely Rodaski (fls. 101/105), Vanete Thomaz Soccol (fls. 106/109), Waldir Hamann (fls. 110/114) e Wilson Gregorio Wladeck (fls. 115/118), negando-lhes os correspondentes registros;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Universidade Federal do Paraná que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da deliberação deste Tribunal, todo e qualquer pagamento decorrente dos atos impugnados (subitem 9.2, precedente), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, quanto aos pagamentos processados após essa data;

9.4.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os inativos tomaram ciência do julgamento desta Corte;

9.4.4. ajuste o valor das parcelas pagas aos interessados com base em decisão judicial, a exemplo das denominadas URP e URV, conforme determina o subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário;

9.5. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a entidade de origem acerca da possibilidade de emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.6. determinar à Sefip que monitore a implementação das medidas determinadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal caso necessário.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4738-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4739/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.602/2010-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsável:

3.1. Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71); Município de Porto/PI (06.554.414/0001-49).

3.2. Responsável: José Ferreira do Amaral (025.819.573-87).

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - FNS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

8. Advogado constituído nos autos: Virgílio Bacelar de Carvalho (OAB/PI 2040).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor do Sr. José Ferreira do Amaral, ex-Secretário de Saúde do Município de Porto/PI, ante irregularidades na aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) destinados ao Programa Saúde da Família e ao Programa de Incentivo à Saúde Bucal.,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do responsável, Sr. José Ferreira do Amaral, e condená-lo ao pagamento das quantias discriminadas no quadro a seguir, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea"a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas especificadas abaixo, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor (R$)	Data
4.793,84	14/10/2003
21.600,00	13/11/2003
21.600,00	30/12/2003

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, aplicar ao responsável indicado no subitem anterior a multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e os demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. autorizar, desde logo, com base no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. nos termos do § 3º, do art. 16, da Lei nº 8.443/1992, remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Piauí.

10. Ata n° 22/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4739-22/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ao dar prosseguimento à discussão e votação, nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, do processo Nº 003.316/2007-8 (v. Ata nº 39/2011 - Segunda Câmara), o Ministro Aroldo Cedraz, na Presidência, concedeu a palavra ao Relator, Ministro Augusto Nardes e a seguir ao Revisor, Ministro José Jorge. A Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 4726/2012.

SUSTENTAÇÃO ORAL

No tocante ao processo nº 020.442/2009-3, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, o Presidente, Ministro Augusto Nardes, informou à Segunda Câmara que o Sr. Paulo Lemos Barbosa, requereu e teve deferido pedido para promover sustentação oral em seu próprio nome. E, que devidamente notificado, por meio da publicação da Pauta no Diário Oficial da União, não compareceu para promover a referida sustentação oral.

PEDIDO DE VISTA

Diante de pedido de vista formulado pelo Ministro José Jorge (art. 112 do Regimento Interno), foi suspensa a discussão e a votação do processo nº 023.283/2010-6, de Relatoria do Ministro Aroldo Cedraz.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA

A requerimento dos respectivos Relatores, foram excluídos da Pauta nº 22/2012 citada, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

a) nºs 000.202/2007-3 e 012.358/2002-6 (Ministro Augusto Nardes); e

b) nº 004.590/2007-0 (Ministro Raimundo Carreiro).

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Aroldo Cedraz, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Augusto Nardes.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos, às dezesseseis horas e quarenta e três minutos e eu, Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos, lavrei e subscrevi, a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 5 de julho de 2012.

AUGUSTO NARDES
Presidente

EXTRATO DA PAUTA Nº 23 (ORDINÁRIA)
Sessão em 10 de julho de 2012, às 16h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 2ª Câmara, na Sessão Ordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-001.949/2011-0
Natureza: Pensão Civil.
Interessada: Alice Martins Rodrigues Zerbinati (052.605.058-67).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Araçatuba/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.479/2012-5
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Silvia Aparecida Breda Vicente Garcia (960.028.328-15).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Araçatuba/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.086/2012-2
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Marilena Papi Nogueira (688.107.098-53).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Paulo Centro/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.515/2012-1
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Angela Maria Rodrigues (233.745.781-87); Oudon Cleber de Souza (086.690.901-04).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Goiânia/GO - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.568/2012-8
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Edina Ribeiro Maia (153.323.571-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Distrito Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.593/2012-2
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Adão de Vargas (206.970.900-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Pelotas/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.598/2012-4
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Regina Coeli Viana Cavalcante (063.610.132-00); Waldenis Silva de Cassio (161.438.172-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Manaus/AM - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-014.608/2012-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Marisa Rosa Matta (965.982.398-34).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Jundiaí/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.611/2012-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Jesuino Viola Fernand0 (030.193.227-15).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.675/2010-2
Natureza: Representação.
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.710/2012-9
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Cícero Simões da Silva Filho (042.125.174-34).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Maceió/AL - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.723/2012-3
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Durval Rabboni (027.239.218-91).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Leste.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.732/2012-2
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Eloa da Rosa Avila (287.896.870-00); Jussara Canteiro de Oliveira (025.077.220-53); Moyses Eizirik (003.251.200-72); Moyses Eizirik (003.251.200-72); Moyses Eizirik (003.251.200-72); Nicola Mathias Falci (066.026.060-34); Nilson Rodrigues (224.207.460-15); Renato da Silva Rodrigues (082.482.900-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Porto Alegre/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.737/2012-4
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Silvia Maria Gomes Barbosa (042.297.894-91).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.782/1012-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Arlione Antonio Ribeiro (170.352.799-20).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.170/2012-8
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Irma de Barros Scopel (589.025.549-53).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Cascavel/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.186/2012-1
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Maria Heloiza Cavalcante Antas (021.361.708-05).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.413/2012-8
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Maria Lenir Avila Zymler (512.977.527-91).
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.523/2012-8
Natureza: Representação.
Interessado: Controladoria Geral da União - CGU (05.914.685/0001-03).
Órgão/Entidade: Município de Turilândia - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.925/2012-2
Natureza: Aposentadoria.
Interessadas: Bernardette Assis Garcia Rosa (297.104.135-20); Ieda Maria Marques Ribeiro (099.465.785-49).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Salvador/Ba - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.319/2011-0
Natureza: Representação.
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul.
Advogados constituídos nos autos: Luiz Magno Pinto Bastos Junior (OAB/SC nº 17.935), Alessandro Balbi Abreu (OAB/SC nº 15.740) e Rodrigo de Abreu (OAB/SC nº 14.820).

TC-017.641/2012-8
Natureza: Solicitação.
Interessado: Ministério Público Estadual - MS (03.983.541/0001-75).
Órgão/Entidade: Município de Paranaíba - MS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.919/2012-6
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Carlos Roberto Siqueira Reis (099.518.656-15).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Chapecó/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.924/2012-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Dirnei Custodio de Souza (086.853.710-15).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Uruguaiana/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.926/2012-2
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Hiram Porciuncula (008.142.290-34).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santa Maria/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.928/2012-5
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Alice Inez da Silva Nos (374.906.999-91); Luciano Alves de Oliveira (253.808.007-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.943/2012-4
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Antonio Bento Domingos Filho (176.385.507-49); Dea Rocha (436.209.657-49); Iraci Barbosa (551.163.617-72); Maria da Gloria Marinho (371.945.507-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Duque de Caxias/RJ - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.944/2012-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Maria Lucia Alvares de Azevedo Bahr (258.312.167-72).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Varginha/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.969/2012-3
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Dinorá Nepomuceno Carvalho (102.482.181-15).
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.021/2012-3
Natureza: Aposentadoria.
Interessadas: Alice Niagava Koyanagi (042.047.648-27); Edi Floriano Ralho (164.594.661-49).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Campo Grande/MS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.022/2012-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessadas: Eliara Teresinha Matos Pereira (176.110.240-00); Nilza Silveira Cathcart (070.986.939-87).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.037/2012-7
Natureza: Aposentadoria,.
Interessado: Oscar Costa (121.249.319-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Joinville/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.038/2012-3
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Sandra Biff Antunes (416.738.249-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Criciúma/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.039/2012-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Marcia Beatriz Pugsley Moreira (355.643.699-04).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Florianópolis/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.466/2012-5
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Elvio Gomes Duarte (091.388.110-49).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Uruguaiana/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.468/2012-8
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Meierson Reque (282.351.859-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Ponta Grossa/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.470/2012-2
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Nivaldo Dario da Silva Pereira (067.412.151-15); Valdivino Alves de Oliveira (100.701.681-72); Wanderley Francisco Pereira (131.507.821-04).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Anápolis/GO - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.471/2012-9
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Noboru Sugita (922.303.508-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Goiânia/GO - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.477/2012-7
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Bolívar Barbosa Lima (154.637.536-87).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Divinópolis/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.478/2012-3
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Ruy Katagi de Camargo (251.394.447-04).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Duque de Caxias/RJ - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.510/2012-4
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Didacio Alves Guedes (077.941.773-91).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Teresina/PI - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.548/2012-1
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Julia Velikonja (001.338.558-56).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Chapecó/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.562/2012-4
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Arthur Livramento Moritz (008.089.629-49); Miriam de Freitas Brambila (248.827.989-72).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.827/2006-7
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Adelaido Souza Pires (002.026.905-63); Américo Pinheiro (010.371.701-30); Francisca Nunes Sales (280.120.461-72); Francisca Nunes Sales (280.120.461-72); Geraldo Araújo Sacramento (040.321.955-87); Reginaldo Barros de Santana (010.741.641-72); Shirley Magalhaes Ferreira (014.243.351-91); Walter Silva (000.766.785-04).
Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.335/2011-5
Natureza: Representação.
Responsável: Antonio Marcos de Oliveira (026.901.601-53).
Interessado: Câmara Municipal de Buriticupu (01.612.526/0001-95).
Órgão/Entidade: Município de Buriticupu - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.779/2011-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Raimundo Viana de Macedo (046.194.984-91).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santos/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.962/2011-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Celina Nascimento de França (431.862.899-04).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Cuiabá/MT - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-027.571/2010-6
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Edme Jose Farnezi (157.002.596-72).
Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.463/2010-6
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Izidorina Bonifacio de Aguiar (175.199.421-04).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.885/2011-6
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Anna Maria Pires Fonseca (432.486.837-91); Carlos Alberto Francisco de Assis (102.678.677-00); Carlos Roberto de Andrade Dias (336.955.047-49); Claudia de Mendonça Esquerdo (403.221.227-91); Dulce Helena Valle Leahy (494.462.077-20); Jose Marcelo Serrano (256.962.387-34); Jose Mario Gameiro Francisco (263.080.297-34); Marcio Correia de Oliveira (598.337.267-04); Maria Rodrigues Ribeiro (759.554.077-15); Maria da Gloria Pereira Farias (404.543.637-53); Marianna Travassos de Barros Carneiro (196.953.903-82); Nelson Alves Crespo (413.595.427-87); Raul Martins Filho (596.407.907-53); Regina Maria Villas Boas Chagas (373.039.537-87); Rita Lanes Angela Bellizzi (541.587.537-91); Sergio Mauricio da Boamorte (100.102.627-68); Severina Maria da Silva Souza (436.797.907-59).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.719/2011-3
Natureza: Representação.
Responsável: Jomar Fernandes Pereira Filho (125.680.233-68).
Interessados: Justiça Federal - Seção Judiciária/MA - TRF-1 (00.508.903/0022-02); Município de Imperatriz - MA (06.158.455/0001-16).
Órgão/Entidade: Município de Imperatriz - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.915/2011-7
Natureza: Representação.
Responsável: Governo do Estado do Maranhão (06.354.468/0001-60).
Interessados: Ivo Lopes Miranda (962.606.103-00); Procuradoria da União/MA - AGU/PR (26.994.558/0015-29).
Órgão/Entidade: Governo do Estado do Maranhão.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-000.674/2012-5
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Previna Segurança Eletrônica Ltda - EPP (06.034.472/0001-41).
Interessado: Previna Segurança Eletrônica Ltda - EPP (06.034.472/0001-41).
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Varginha/MG.
Advogado constituído nos autos: Arthur Ramos Gasperoni (OAB/MG 80.531).

TC-000.684/2012-0
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo
Entidade: Prefeitura de João Neiva - ES
Advogado constituído nos autos: não há

TC-003.254/2011-9
Natureza: Representação
Responsável: Wilson Cargnin (239.225.249-15)
Interessados: Prefeitura de Nova Canãa do Norte - MT (03.238.912/0001-94)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-005.864/2011-9
Natureza: Representação
Interessados: Fundo Nacional de Saúde - FNS
Entidade: Prefeitura de Piraí - RJ
Advogado constituído nos autos: não há

TC-006.005/2004-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria de Camargo Siqueira (649.454.648-04)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.344/2010-8
Apenso: TC 019.522/2008-5
Natureza: Representação
Responsável: Fernando Pontes Moreira (172.185.197-68)
Entidade: Prefeitura Municipal de Miguel Pereira - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.788/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Pedro Henrique Guedes de Oliveira (003.822.581-69); Silvio Abadio de Oliveira (086.649.351-49)
Entidade: Hospital das Forças Armadas - HFA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-009.815/2011-2
Natureza: Representação
Responsável: Maria da Conceição de Souza Rocha (CPF: 946.477.557-20); Luiz Fernando de Souza (CPF: 569.211.957-91); Arthur Henrique Gonçalves Ferreira (CPF: 093.751.557-49).
Entidade: Prefeitura Municipal de Piraí - RJ
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.885/2009-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Wilson Roncatti (029.123.418-68)
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em São Paulo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.148/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Josafá Teixeira Cavalcante (087.997.844-91)
Entidade: Hospital das Forças Armadas - HFA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.509/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Norberto Fukuta da Cruz (382.165.662-04)
Órgão: Advocacia-Geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.818/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: José Nunes da Silva (024.368.251-49)
Entidade: Empresa Brasil de Comunicação
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.836/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Daniel Santos de Oliveira Cabral (081.452.347-19)
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.172/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Abdoral de Melo (027.490.254-00)
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.807/2010-0
Natureza: Representação
Responsável: Carlos Moraes Costa (425.853.767-53).
Entidade: Prefeitura de Japeri - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.594/2012-6
Natureza: Representação
Representante: JLN Estacionamentos Ltda. (04.804.727/0001-82).
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Advogado constituído nos autos: Renato de Araújo Barbosa (OAB/PA 6271)

TC-017.784/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andina Aparecida Magalhaes Gomes (018.202.343-55); Francisca Cicera Vieira Costa Soares (915.293.103-00); Gilberto Bruno Andrade de Oliveira (895.238.573-04); Rafael Mendonça de Souza (011.511.924-81)
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.025/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Armando Eduardo Pitrez (177.371.920-34); Dourival Garcia (064.920.021-72); Jane Wanderley de Mello (054.287.342-72); Lisette Maria Fereira Galvão (156.076.744-87)
Órgão: Advocacia-Geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.049/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vicente Lopes de Aguiar (051.968.333-15)
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.181/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Assunção Farah (012.642.946-46); Juliana Peranton Fernandes (263.424.888-19); Luiz Carlos de Oliveira (143.440.501-00); Maria Celeste Vicente (020.446.389-08); Nara Vieira Bucar (589.694.541-87); Ulov Flaminio Teixeira (602.451.401-82)
Entidade: Empresa Brasil de Comunicação
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.314/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria do Socorro Rodrigues Pignataro (392.493.604-87); Sebastiana Antonia da Silva (902.118.044-87).
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.339/2012-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Marcos Vinicius Araujo Almeida (809.432.506-25); Matheus Almeida Lopes (126.723.956-59); Rafael Almeida Lopes (126.724.206-02).
Órgão: Controladoria-Geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.358/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Andre Duarte Carneiro Manoel (012.956.942-98); Fernanda Duarte Carneiro Manoel (004.455.232-71).
Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil - Anac
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.506/2010-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carmem Rufino dos Santos Gonçalves (671.133.037-49); Diego Rufino Gonçalves (053.434.147-02); Ednei Camargo dos Santos (079.381.927-08); Rodrigo Rufino Gonçalves (053.434.117-97); Thereza Coelho dos Santos (850.627.157-68); Tânia Mariano Ferreira da Silva (021.698.467-00); Vanessa Camargo dos Santos (098.909.937-75); Victor Mariano dos Santos (098.727.827-41)
Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.728/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adaltina Meneses Lima (844.777.764-20); e outros
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.805/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luis de Mesquita Pinto (107.214.953-20); Raimundo Manoel de Freitas (154.560.213-15)
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Advogado constituído nos autos: não há

TC-031.370/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Dalva Gomes Higino (396.099.873-20)
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-002.196/2012-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Amanda Munhoz Bittencourt Silva (375.293.278-36); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.713/2012-5
Natureza: Representação
Interessados: Cassio Berg Barcellos (648.379.630-72); DPF - Superintendencia Regional/RS - MJ (00.394.494/0037-47)
Unidade: Delegacia de Polícia Federal em Pelotas -DPF/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.230/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vilmar de Brobio (298.769.909-34)
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.024/2011-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Maria Julia Nogueira Amaro, Diretora Executiva da Basis Intelligence Marketing Ltda, CPF 129.098.118-32
Unidade: Ministério da Cultura
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.903/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adilson Henrique Pinas (475.440.077-15); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.057/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francine dos Santos Valvi (065.463.859-45); Maria Helena Lara dos Santos (451.859.219-00)
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-012.671/2012-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Itamar Cardoso Silveira (CPF 457.742.937-34)
Unidade: Ministério da Defesa/comando da Marinha (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.952/2012-5
Natureza: Monitoramento
Interessado: Secex-SP
Unidade: Superintendência Regional do Incra em São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.144/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marina Agertt Ribas (166.245.990-49)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.923/2012-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonia Sousa de França (CPF 221.486.552-72), e outros
Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.436/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luis Tiago Chagas Barros (091.725.817-78); e outros
Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.440/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Felipe Juca Maciel (007.417.494-08)
Unidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.617/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gualter Marques de Oliveira Silva (578.242.747-72); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.620/2012-0
Natureza: Apoasentadoria
Interessados: Carlos Nascimento da Silva (002.502.875-87); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.623/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Martins (200.490.727-49); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.811/2012-0
Natureza: Reforma
Interessados: Francisco Edmilson Gomes da Silva Filho (389.653.647-87); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.816/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vinicius Alves Navega Marchioro Stelet (115.870.957-93)
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.925/2012-5
Natureza: Reforma
Interessados: Amaro Veridiano do Carmo (074.583.047-15); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.939/2012-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adelma Ferreira Magalhaes (011.856.547-80); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.823/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Isabel Cristina Gales Costa (007.118.743-01); e outros
Unidade: Companhia Energética do Piauí S.a. - Eletrobras - Mme
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.825/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Victor de Oliveira Jacome (087.317.666-92)
Unidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.915/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Almirene Meireles de Lima (403.795.157-68)
Unidade: Caixa de Construção de Casas Para O Pessoal da Marinha - MD/CM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.947/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Maria de Barcelos (186.143.886-91)
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.157/2012-2
Natureza: Reforma
Interessados: Abimael da Conceição (356.564.417-68); e outros
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.168/2012-4
Natureza: Reforma
Interessados: Edson Marques Brasileiro (418.733.787-34); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.200/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Silvio de Oliveira Salazar (352.764.361-34)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.204/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gizele Batista Lages (096.928.407-19)
Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais - MD/CM
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-005.811/2009-4
Apenso: TC 003.154/2010-6 (SOLICITAÇÃO)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Carlos Henrique Fontan Cavalcanti Manso (CPF 758.709.244-72).
Unidade: Município de Paripueira - AL.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.436/2010-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elizabeth Santos Villas Boas (CPF 065.379.791-53); José Augusto Nince (CPF 063.760.531-49); José Martins Costa (CPF 015.115.649-20); Lenito Orlando de Oliveira (CPF 078.459.281-00); Valnir Helena Durante (CPF 220.778.712-53); Vânia Nunes Meirelles Pereira (CPF 552.182.537-15).
Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.541/2005-5
Apenso: TC-029.871/2008-0
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Antônio Agatão de Magalhães (CPF 003.645.038-31)
Unidade: município de Paula Cândido/MG Advogados constituídos nos autos: Leonardo Pereira Rezende (OAB/MG 82.289) e outros

TC-010.853/2004-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Anna Lúcia Fernandes (CPF 288.421.707-04)
Unidade: Fundação Centro Brasileiro Para A Infância e Adolescência - FCBIA (extinta)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.265/2011-6
Natureza: Monitoramento
Unidade: Município de Campos dos Goytacazes/RJ
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.402/2005-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Isnar Freschi Soares (CPF 051.074.338-20).
Unidade: Prefeitura Municipal de Sarutaiá - SP.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.953/2007-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Ana Dayse Rezende Dorea (CPF 007.585.404-00); Maria Goretti Cerqueira de Medeiros Marques (CPF 208.371.434-20).
Interessados: Advocacia-Geral da União - PR; Fundação Universitária de Desenv. de Extensão e Pesquisa - UFAL (CNPJ 12.449.880/0001-67).
Unidade: Universidade Federal de Alagoas.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.243/2011-3
Natureza: Monitoramento
Unidade: Secretaria do Tesouro Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.069/2010-9
Natureza: Monitoramento
Responsável: Michel Marques Abrahão (CNPJ 576.424.191-04).
Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (CNPJ 00.378.257/0001-81); Município de Bujari - AC (CNPJ 84.306.620/0001-43); Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (CNPJ 00.414.607/0027-57).
Unidade: Município de Bujari - AC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.777/2009-4
Natureza: Prestação de Contas
Responsáveis: José Zortéa (CPF 008.020.340-04); Paulo Gilberto Fernandes Tigre (CPF 001.477.290-68); Roberta de Almeida (CPF 690.428.960-00).
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional no Rio Grande do Sul - Senai/RS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.035/2005-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Bhaskara Rao Adusumilli (CPF 005.026.774-49); Jose Natal Barbosa (CPF 002.237.601-10); e Paulo Reis (CPF 073.195.091-72)
Unidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.906/2010-0
Natureza: Monitoramento
Responsável: Município de Bom Jesus - RN (CNPJ 08.002.404/0001-26).
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (00.414.607/0017-85).
Unidade: Município de Bom Jesus - RN.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-006.276/2012-1
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2011.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão - TRE/MA.
Responsáveis: Amudsen da Silveira Bonifácio e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.726/2004-5
Natureza: Tomada de Contas Simplificada - exercício de 2003.
Unidade: 9º Batalhão de Infantaria Motorizado.
Responsáveis: Carlos Antônio Pereira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.140/2011-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Guapó/GO.
Responsável: Osvaldo de Oliveira Cunha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.738/2009-3
Natureza: Acompanhamento.
Entidade: Município de Castro Alves/BA.
Interessada: Controladoria-Geral da União - PR.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.042/2010-9
Natureza: Monitoramento.
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - MI.
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia Secex-BA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.887/2005-5
Natureza: Tomada de Contas - exercício de 2004.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro - 1ª Região.
Responsáveis: Amandio Gomes Mourão e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.156/2011-3
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Biguaçu/SC.
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.380/2012-9
Natureza: Atos de Admissão.
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
Interessados: Renata Maia Barbosa Namekata e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.424/2011-8
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Navegantes/SC.
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-014.624/2012-5
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Espírito Santo - SRTE/ES.
Interessados: Admirson dos Santos e Maria José Scarpati de Oliveira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.111/2012-1
Natureza: Atos de Admissão.
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
Interessados: Andréa Regina Ramos Sales e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.022/2012-2
Natureza: Representação.
Unidade: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério do Trabalho e Emprego.
Interessada: Connect Comércio e Serviços de Equipamentos e Comunicação Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.335/2012-0
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas - SRTE/AM.
Interessados: Bolivar do Nascimento Cunha Filho e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.670/2012-8
Natureza: Representação.
Entidade: Conselho Regional de Farmácia no Estado de Rondônia e Ac - CRF/RO-AC.
Interessada: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.913/2012-8
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás - SRTE/GO.
Interessada: Rosa Maria Campos Jorge.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.951/2012-7
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Espírito Santo - SRTE/ES.
Interessada: Joana Vergínia Lunz Cunha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.952/2012-3
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amazonas - SRTE/AM.
Interessado: José Maria Mota Ferreira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.297/2012-9
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Piauí - SRTE/PI.
Interessadas: Luana do Nascimento Santana e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.318/2012-6
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo - SRTE/SP.
Interessada: Iara Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.398/2012-0
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Distrito Federal - SRTE/DF.
Interessados: Ana Lúcia Pereira de Sousa Almeida e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.427/2012-0
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais - SRTE/MG.
Interessado: Rene Baraillon.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.343/2004-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Governo do Estado de Tocantins.
Responsáveis: Eduardo Novaes Medrado Santos e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.716/2011-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Abdon Batista - SC.
Responsáveis: Luiz Antônio Zanchet e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.349/2011-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de São José - SC..
Responsáveis: Dario Elias Berger e Município de São José - SC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.566/2011-4
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2010.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do de Sergipe - TRE/SE.
Responsáveis: Desembargador Cláudio Dinart Déda, e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.724/2008-4
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Interessados: Argicilan Sócrates Nascimento dos Anjos e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-037.627/2011-2
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Palmitos/SC.
Interessados: Dair Jocely Enge e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-001.934/2009-6
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit nos Estados do Amazonas e Roraima - Dnit/MT
Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho - 13ª Região - MPT/MPU Advogados constituídos nos autos: Andrea Vieira Andreis, OAB/DF 25.357, e outro

TC-006.684/2012-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Jussari - BA
Responsáveis: Ivonete Ramos Cordeiro (CPF 529.766.025-49); Jorge da Anunciação Cordeiro (CPF 132.338.825-72); e Veldo da Anunciação Cordeiro (CPF 107.518.665-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.239/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT/SC
Interessados: Aldo Brandalise (CPF 065.858.689-00); Amarildo João Martini (CPF 467.429.809-15) - Inicial; Amarildo João Martini (CPF 467.429.809-15) - Alteração; Antônio José de Medeiros (CPF 217.042.529-20); Celia Aparecida Baptistel Oliveira (CPF 470.604.769-20) - Inicial; Celia Aparecida Baptistel Oliveira (CPF 470.604.769-20) - Alteração; Claudio Ferreira Lobo (CPF 224.655.539-68); Heloisa Fernandes Spizzirri Bolsoni (CPF 411.372.050-91) - Inicial; Heloísa Fernandes Spizzirri (CPF 411.372.050-91) - Alteração; e Julieta Maria Dutra Livramento (CPF 567.920.349-91)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.783/2007-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT/RS
Interessados: Caio Noronha de Mattos (CPF 009.706.930-28); Laura Magalhães Coronel (CPF 006.809.640-29); e Paulo José Rodrigues Dutra Junior (CPF 055.959.229-90)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.976/2012-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - TRT/MA
Interessados: Gabrielli Marina de Mesquita Lima (CPF 999.699.043-53) e Louis Vitor de Mesquita Lima (CPF 999.700.153-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.364/2004-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, Hospital Naval Marcílio Dias - CM/MD
Responsável: Lúcia Helena Mendes da Silva (CPF 493.002.707-10)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.477/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: Ricardo El Razi (CPF 179.132.978-08); Roberta Martins Rodrigues Lisboa (CPF 009.089.704-80); Rodrigo Antonio Brandão Neto (CPF 812.510.336-87); Rogerio Santos de Carvalho (CPF 729.441.457-20); Rubenval Dias (CPF 001.438.997-59); Sandra Vasques da Silva (CPF 196.726.688-30); Savina Kelly Silva Santos (CPF 639.568.293-87); Simone dos Santos Oliveira (CPF 027.247.489-48); Sônia Miwako Takahashi (CPF 297.709.578-01); Tatiana Abe (CPF 295.832.378-17); Tatiane Marie Arnaud Marques (CPF 283.231.888-66); Thaís Coelho Rodrigues (CPF 311.810.758-82); Thiago Boeno Pessoa Ramos (CPF 222.950.668-40); Vânia Rodrigues Silva (CPF 105.199.878-61); Walldson Rodrigo Tenorio da Silva (CPF 025.979.304-32); e Wilson Arbasseti de Araujo Junior (CPF 153.769.538-07)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.648/2012-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
Interessados: Bartolomeu Pontes Lourenço (CPF 105.707.134-04); Evaldo Cicero Bueno (CPF 026.986.929-87); Geraldo Dionisio Ferreira (CPF 081.125.684-72); Itelvino Galvão (CPF 037.135.559-15); Jesus Almeida Campanella (CPF 172.612.876-87); Jose Newton Costa (CPF 000.590.238-05); Jurandyr Costa Pinto (CPF 200.396.037-68); Lourival Lopes de Oliveira (CPF 145.935.051-00); Maria Adalia Amaro da Silva (CPF 152.266.201-44); Maria Augusta da Silva (CPF 022.180.114-68); Nelson Fernandes Aragão (CPF 070.843.234-49); Odair Zanatta (CPF 045.794.968-68); e Odair Zanatta (CPF 045.794.968-68)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.672/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP
Interessadas: Aliete Maria dos Prazeres Honrado (CPF 545.656.188-34); Maria Alice de Arruda Ribeiro (CPF 866.273.688-20); e Mirian Galduroz Carreteiro (CPF 074.310.108-18)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.713/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região - TRT/MS
Interessados: Creuza dos Santos (CPF 174.992.089-15) e Elza Balejo Carvalho (CPF 178.712.121-68)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.754/2012-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
Interessado: Orlando Salustiano Campello Medici (CPF 045.198.507-97)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.896/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT/SC
Interessada: Priscila Gil de Souza (CPF 850.874.242-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.897/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: José de Paulo Alves (CPF 484.243.156-34) e Rodrigo Ponsoni Milanezzi (CPF 256.289.708-08)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.021/2009-5
Natureza: Prestação de Contas
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama/MMA
Responsáveis: Abelardo Bayma Azevedo (CPF 097.732.821-04); Adriana de Araujo Maximiano (CPF 381.117.561-00); Antonio Carlos Hummel (CPF 112.506.231-20); Bazileu Alves Margarido Neto (CPF 092.463.588-64); Edmundo Soares do Nascimento Filho (CPF 224.487.053-72); Flavio Montiel da Rocha (CPF 296.473.391-00); Jose Humberto Chaves (CPF 970.422.006-59); Luciano de Meneses Evaristo (CPF 150.743.231-34); Reinaldo Aparecido de Vasconcelos (CPF 696.169.308-34); Roberto Messias Franco (CPF 070.233.326-34); Rosa Helena Zago Loes (CPF 239.908.216-87); Sandra Regina Rodrigues Klosovski (CPF 274.642.889-04); Sebastião Custódio Pires (CPF 283.044.206-78); e Valter Muchagata (CPF 038.164.128-74)
Exercício: 2008
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.653/2010-6
Apenso: TC-032.793/2010-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Município de Acaraú - CE
Responsáveis: Aline Rafaela de Oliveira (CPF 955.444.373-00), Janielle Maria dos Santos (CPF 649.063.883-53), Manoel Duca da Silveira Neto (CPF 001.815.013-68), e Pedro Fonteles dos Santos (CPF 003.078.293-75) Advogados constituídos nos autos: Carlos Celso de Castro Monteiro, OAB/CE 10566, e outros

TC-017.847/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA
Interessados: Aderlan Brito de Jesus (CPF 912.020.945-20); Ariana de Melo Correa (CPF 014.335.245-89); Carla Farani Santana (CPF 781.706.055-04); Djane Oliveira Vaz (CPF 000.130.075-05); Elisa Bonesi Jardim (CPF 084.029.937-02); Elisa Pereira de Freitas Borja (CPF 980.244.855-91); Fernanda Menezes Silva (CPF 794.469.655-00); Fernanda Mozer de Medeiros (CPF 102.278.587-78); Fulvio Allan Barreto Silva (CPF 812.679.405-49); Gileno Rosa Sobrinho (CPF 506.672.975-53); Gustavo Magalhães Tavares Pereira (CPF 045.205.926-74); Juliane da Silva Pessoa (CPF 034.687.184-03); Jussara Rosa da Silva (CPF 002.652.885-17); Karina Ary de Almeida Queiroz (CPF 017.592.985-81); Magno Brandão dos Santos (CPF 827.096.615-00); Marcelo Cordeiro da Silva (CPF 805.293.565-20);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Milena Ramos Galvão Ferreira Silva (CPF 008.325.544-30); Natalia Belmonte Klein (CPF 002.082.350-94); Patricia Gomes Barbosa Lima (CPF 461.155.875-49); Roberta Campos Costa Luduvice (CPF 823.423.185-53); Silvana Queiroz Vasconcelos Muniz (CPF 486.409.995-20); Soraya de Almeida Marques Rolim (CPF 887.658.734-91); Susane de Oliveira Luz (CPF 014.039.015-46); e Vitor Amorim de Souza (CPF 013.841.885-33)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.851/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - TRT/GO
Interessada: Elisângela Perussi dos Santos Pazian (CPF 224.190.238-11)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.854/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT/RS
Interessados: Bruno Schmidt Marques (CPF 006.827.360-66); Catia Hubler Amorim (CPF 991.177.700-68); Emanuelle Martins Barbosa (CPF 008.630.141-19); Fabio Ariotti (CPF 734.891.740-20); Fernanda Hahn Pesenti (CPF 018.497.230-28); Filipo Anuschek (CPF 833.399.060-68); Janaina Fernandes Sebastiao (CPF 001.232.620-89); Marta Pilla de Almada (CPF 006.648.730-73); Nataniel Soares Medeiros (CPF 309.403.108-05); Nice Coelho Alexandre (CPF 012.146.503-92) e Patricia Pedruzzi (CPF 953.466.860-53)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.855/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ
Interessados: Alessandra de Souza Dourado (CPF 042.766.777-18); Ana Clara Pires Milhomem (CPF 034.062.197-48); Bruno Andrade de Macedo (CPF 664.101.183-68); Bruno Ricardo da Silva (CPF 121.391.607-03); Carlos Eduardo Almeida Martins de Andrade (CPF 098.492.077-36); Fabiano de Aragão Veiga (CPF 805.626.555-49); Ilana Sheila Teodora de Almeida Raymunda Pereira (CPF 012.397.477-13); Jorge Targino da Silva Junior (CPF 031.216.607-99); Julio Cesar Camilo da Silva (CPF 090.358.417-43); Karla Quinelato da Penha (CPF 034.000.567-07); Kelly Cristina Ramos de Oliveira Pereira (CPF 029.427.957-19); Leandro Renato Catelan Encinas (CPF 202.736.508-74); Lilian Walsh Teixeira (CPF 081.159.807-14); Maciel Rodrigues Pereira (CPF 096.195.757-33); Mariella de Oliveira Garziera (CPF 051.094.214-80); Marta Maria Mendes Ribeiro Guimarães (CPF 013.453.427-13); e Veranici Aparecida Ferreira (CPF 137.987.578-10)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.858/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: Alex Sandro Pontes (CPF 216.908.308-16); Ana Cláudia Teixeira (CPF 140.395.978-18); Ana Paula de Brito Albuquerque Pedrosa (CPF 099.196.507-81); André Barcelos de Assumpção (CPF 277.134.488-29); Angelina de Oliveira Pinto (CPF 052.908.354-07); Antonio Donizete Ferreira da Silva (CPF 291.771.828-55); Bruna Costa Gazzani (CPF 098.547.327-46); Bruno Mercuri Boaventura (CPF 104.079.927-23); Bruno Motta de Andrade (CPF 013.511.345-82); Carla Sampaio Ribeiro (CPF 951.157.575-91); Carlos Henrique Weyer Marrey Uint (CPF 304.952.318-27); Cesar Augusto Nunes de Oliveira (CPF 785.873.524-15); Cicero Cesar Pereira de Souza (CPF 047.449.448-92); Claudio Piton Bulhões (CPF 812.219.915-15); Cleber dos Santos (CPF 276.560.328-60); Daniel Rodrigo Ferreira Martins (CPF 298.530.808-93); Danielle Rosa Pereira (CPF 043.970.557-69); Dayanna Freitas de Aguiar Andrade Ritter (CPF 012.227.251-00); Edna Cleide Leite (CPF 085.251.728-98); Edna Sanae Ochikubo (CPF 255.494.918-26); Edson Fernando Yokoyama (CPF 316.380.108-03); Emmanuel Ulisses Barbosa dos Santos (CPF 054.451.374-65); Erika Ernesta Capoville Procópio Berglund (CPF 127.610.148-12); Euzer Ribeiro de Carvalho (CPF 791.259.806-53); Fabiola Bertosse de Lima (CPF 185.576.218-84); Felipe Cepkauskas Petrachini (CPF 391.927.168-81); Fernanda Bardichia Pilat Yamamoto (CPF 334.147.908-23); Fernanda Cabral (CPF 282.094.018-82); Fernando Antônio de Carvalho Borges Garcia (CPF 289.950.488-67); Filipe Caldas Junqueira (CPF 084.209.087-89); Fábio Augusto de Moraes (CPF 106.818.908-86); Gilka Beatriz Lima de Sousa Assis (CPF 792.876.034-72); Gisele de França Oliveira (CPF 052.703.128-32); Handderson Newman Gomes e Aguiar (CPF 991.256.176-72); Humberto Garcia Vecchi (CPF 011.258.511-63); Iana Sousa Nascimento (CPF 014.163.855-92); Isabella Felix Cardoso (CPF 041.709.939-85); Johnny de Alencar Tavares (CPF 918.675.251-00); Joselito Oliveira da Cruz (CPF 545.100.235-53); José Antônio Henrique Santoro Ferreira (CPF 050.479.796-44); João Makson Bastos de Oliveira (CPF 643.227.343-91); João Marcelo Valeriano Furtado (CPF 044.919.116-81); Juliana Giometti Magalhães Teixeira Fonseca (CPF 318.542.508-17); Juliana Nery Batista (CPF 041.487.857-47); Juliana da Silva Moreira Campos (CPF 308.326.488-76); Kathleen Chabaribery Liborio Pires (CPF 311.615.898-30); Leandro Marques Pereira (CPF 201.001.158-96); Leticia Juri Pinheiro (CPF 053.845.137-80); Lidia Guerra Chiavelli (CPF 220.768.288-93); Livia de Freitas do Lago e Abreu (CPF 005.558.671-61); Luciana Leite Marchi (CPF 171.291.118-01); Luciana Lisita Ribera (CPF 011.081.441-01); Luciana Regina Gagliardi Sato (CPF 213.367.548-50); Luciano de Souza Novais (CPF 001.607.025-93); Luiz Carlos Roveda Júnior (CPF 343.471.498-75); Manuela Valença Rocha de Luna Rodrigues (CPF 251.415.048-59); Marcelo Alves Mendes (CPF 631.091.586-04); Marcelo Hase (CPF 075.819.218-59); Marcelo Tonon Targa (CPF 293.041.148-10); Marco Luis Brito Mioni (CPF 013.428.415-14); Marcos Seisho Arakaki (CPF 166.516.468-93); Marcus Paulo Verissimo de Souza (CPF 135.920.068-19); Maria Cecília da Costa Terra (CPF 103.563.647-63); Maria Fernanda Borelli da Rosa (CPF 039.105.119-96); Maria Paula Ceriello Fusco (CPF 314.455.108-20); Mariana Bim Sanches Varanda (CPF 266.223.368-06); Marino Paiva Severino (CPF 044.180.638-46); Marize Gomes Leite de Castro (CPF 043.921.976-03); Maucir Osti (CPF 177.527.048-30); Mauricio Lazzaretti Braido (CPF 334.942.458-94); Mayara Myrna de Queiros Rego (CPF 907.411.613-20); Michele Silva Guedin (CPF 296.854.578-75); Monica Keiko Ferreira Fujii (CPF 157.880.148-67); Monica Zanon (CPF 008.875.570-31); Natasha Porto Mignella (CPF 325.915.188-58); Natália Freitas Carreiro dos Santos (CPF 104.462.667-44); Nilton da Silva Campos Filho (CPF 612.008.245-04); Nivia Silva Pedrosa Franceschi (CPF 004.065.351-08); Pablo Rodrigues dos Santos (CPF 014.307.900-08); Patricia Teles (CPF 271.603.138-01); Paula Regina Fernandes Takai (CPF 310.360.218-90); Peterson Clementino Fontes (CPF 284.867.388-57); Priscila Mieko Sato (CPF 338.304.418-19); Rafael Pimenta Costa (CPF 065.100.016-59); Rafael Rodrigues Camargo (CPF 318.903.758-29); Rafael Vital e Silva (CPF 266.844.158-74); Rafaella Lacerda Caldas de Menezes (CPF 029.478.884-05); Raul Dalaneze (CPF 290.339.768-62); Regina Lucia Peralva Valdivia (CPF 625.796.657-49); Renan de Oliveira Campos (CPF 314.649.528-76); Renata Amaral Ladeira (CPF 269.532.818-47); Renê D´Arc da Silva Brito (CPF 231.797.358-64); Ricardo José Barros Reis (CPF 998.261.194-15); Ricardo Shimizu Gomes da Costa (CPF 304.966.508-40); Ricardo Silva Vieira Ribeiro (CPF 340.521.658-37); Ricardo Vieira Nascimento (CPF 051.188.436-26); Rilton Kaneno (CPF 082.105.778-24); Roberta Morales Carneiro (CPF 106.605.588-23); Roberta Vieira de Mello Lamounier (CPF 054.771.576-58); e Rodrigo José Celeste (CPF 007.664.479-01)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.873/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região - TRT/AL
Interessados: André Luis Parizio Maia Paiva (CPF 065.585.994-22); Carla Fernanda Dória da Cunha (CPF 025.922.094-92); Laise Alves Pacheco (CPF 054.585.144-08); e Lucas Martins Lima (CPF 051.810.354-42)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.875/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - TRT/MT
Interessados: Carolina Guerreiro Morais Fernandes (CPF 822.922.725-04); Cláudia de Freitas Gouveia (CPF 322.796.631-04); Flávio Borralho de Freitas (CPF 017.464.871-51); Gustavo Rafael de Lima Ribeiro (CPF 049.693.966-12); Isabela Parelli Haddad Flaitt (CPF 303.877.928-80); Laiz Alcântara Pereira (CPF 964.001.371-49); Lucyane Muñoz Rocha (CPF 006.577.300-41); Mariana Alvarenga Leal (CPF 039.312.499-13); Mariana Costa dos Santos (CPF 056.580.324-74); Márcia Aparecida Franchi de Santi (CPF 348.273.072-53); Natalia Fanfa Godoi (CPF 008.320.380-08); Pedro Alves de Carvalho Rocha Filho (CPF 008.175.673-99); e Vinicius Hespanhol Portella (CPF 006.285.110-19)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.903/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Acre - Incra/AC - MDA
Interessada: Noelia Maria de Lima Dantas Padrão (CPF 091.142.972-72)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.907/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Goiás - Incra/GO - MDA
Interessada: Maria Aparecida da Cunha (CPF 179.462.711-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.990/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE
Interessada: Maria das Graças Brandão Serra (CPF 193.093.683-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.997/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessadas: Margareth de Araujo (CPF 014.413.488-83); Olga Dorotéa Johansen Saraiva Klein (CPF 022.286.038-30); e Rosana Hernandes Caldi (CPF 007.624.678-78)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.033/2012-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul - Incra/RS - MDA
Interessado: João Francisco Ataides Gonzales (CPF 023.324.931-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.073/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ
Interessado: Antônio Paulo da Silva Pinto Sobrinho (CPF 075.916.597-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.236/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: Alessandra de Souza Dourado (CPF 042.766.777-18) e Diogo Rangel Ribeiro (CPF 086.557.447-27)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.291/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado da Bahia - Incra/BA - MDA
Interessado: João Carvalho da Silva (CPF 003.369.395-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.292/2012-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul - Incra/RS -MDA
Interessada: Neusa Carpes de Oliveira (CPF 691.905.930-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.323/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ
Interessada: Irene Mancebo Zarour (CPF 007.113.517-08)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.324/2012-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessado: Telmo Dalbem Câmara (CPF 037.634.938-75)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.348/2012-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado da Bahia - Incra/BA - MDA
Interessados: Edmundo Bispo da Conceição (CPF 017.381.865-04) e Maria Aparecida (CPF 440.436.605-10)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.546/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Santa Catarina - Incra/SC - MDA
Interessada: Edla Mara Laureano (CPF 246.227.379-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.604/2006-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/MG
Interessado: Raul Motta Moreira (CPF 002.075.006-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.211/2010-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/MCT
Responsável: Jorge Edmundo Mendonça Freires (CPF 169.554.983-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.952/2007-1
Natureza: Reforma
Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas -CE/MD
Interessados: Amaury Rocha (CPF 129.489.857-49); Armando Saulo La Banca (CPF 046.563.340-49); Aurino Lobo (CPF 068.672.007-53); Ayrton Ribeiro (CPF 110.084.159-87); Canuto Tupy Caldas (CPF 002.868.263-72); Carlos Roberto Pereira (CPF 269.149.728-34); Clodio Alberto Pastro Sarzeto (CPF 027.515.427-00); Clycio D'Azevedo (CPF 018.429.514-91); Darci Zeno Malysz (CPF 039.585.826-72); Daumir Jose Vieira da Cunha (CPF 111.659.449-87); Elysio Dantas Itapicurú (CPF 003.728.974-87); Eulino Lima Façanha (CPF 024.631.132-00); Francisco Amadeu Bezerra Cavalcanti (CPF 059.191.007-10); Francisco Bentes Ribeiro (CPF -não consta); Getulio Alves de Barros (CPF 001.055.622-20); Haroldo Ferreira Dias (CPF 000.737.177-20); Helio Holmes (CPF 003.653.512-53); Jose

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Aparecido do Prado Sarti (CPF 029.524.327-91); Jose Francisco da Cunha (CPF 002.953.964-15); Luiz Gonzaga de Oliveira (CPF 004.598.953-20); Luiz da Silva (CPF 000.363.311-04); Luiz de Souza Santos (CPF 042.996.988-00); Onyer Porto Alegre de Almeida (CPF 261.793.267-20); Pedro Alexandre da Silva (CPF 009.048.034-14); Roberto Sampaio Loureiro (CPF 019.274.697-91); Robson Luiz Alexandrino (CPF 103.636.627-82); Sergio Macedo Crossetti (CPF 084.066.690-04); e Waldemar de Souza Lima (CPF 018.545.936-68)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-031.642/2010-1
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Choró - CE
Interessada: Controladoria Geral da União - CGU
Advogado constituído nos autos: não há

TC-032.597/2010-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit nos Estados do Amazonas e Roraima - Dnit/MT
Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho - 11ª Região/AM - MPT/MPU
Advogado constituído nos autos: não há

TC-032.598/2010-6
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit nos Estados do Amazonas e Roraima - Dnit/MT
Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho - 11ª Região/AM - MPT/MPU
Advogado constituído nos autos: não há

TC-032.600/2010-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit nos Estados do Amazonas e Roraima - Dnit/MT
Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho - 11ª Região/AM - MPT/MPU
Advogados constituídos nos autos: Jedier de Araujo Lins, OAB/AM 1.635, e outro

TC-032.601/2010-7
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit nos Estados do Amazonas e Roraima - Dnit/MT
Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho - 11ª Região/AM - MPT/MPU
Advogado constituído nos autos: não há

TC-034.092/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Barbalha - CE
Responsáveis: Antonio Costa Sampaio Neto (CPF 326.416.993-20); Construtora Felix & Silva Ltda. (CNPJ 12.462.289/0001-40); e Francisco Rommel Feijó de Sá (CPF 110.356.253-34)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-034.093/2010-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Juazeiro do Norte - CE
Responsáveis: Atlântida Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 04.935.594/0001-83); Mário Bem Filho (CPF 119.537.213-20); e Raimundo Antônio de Macêdo (CPF 163.127.673-53)
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-004.446/2010-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
Interessado: Diana Lima Ferrer (117.092.433-68).
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-008.925/2010-0
Natureza: Embargos de Declaração.
Unidade: Município de São Miguel da Baixa Grande/PI.
Embargante: Construtora Novo Milênio Ltda. (CNPJ: 04.191.947/0001-88).
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-011.033/2008-5
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Município de São Carlos - SP.
Embargante: João Otávio Dagnone de Melo (CPF 550.644.858-91).
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81).
Advogados constituído nos autos: Arlindo Basílio (OAB/SP 82.826), Cássio Rogério Migliati (OAB/SP 229.402) e Nelson Francisco Bergonso (OAB/SP 238.195).

TC-012.881/2005-6
Natureza: Embargos de Declaração.
Órgão: Ministério da Saúde.
Embargante: Giovanni FCB S.A.
Advogados constituídos nos autos: Andreive Ribeiro de Souza (OAB/DF 31.072); Arileide Fonseca Neves Moura (OAB/DF 8.675); Igor Miranda (OAB/DF 25.158); Joelson Dias (OAB/DF 10.441); José Alexandre Buaiz Neto (OAB/DF 14.346); José Nelson Vilela Barbosa Filho (OAB/PE 16.302); Leonardo Oliveira Silva (OAB/PE 21.761); Marcio Pestana (OAB/SP 103.297); Maria Clara Villasbôas Arruda (OAB/SP 182.081-A); Max Rezende Braga (OBA/DF 16.790); Nelson Passos Lima (OAB/DF 24.293); Ney Martins Gaspar (OAB/SP 30.370); Renata de Almeida Pafiadache (OAB/DF 33.193); e Rodnei Iazzetta (OAB/SP 137.982).

TC-015.550/2010-9
Natureza: Representação.
Responsáveis: Jesualdo Pereira Farias (CPF 112.745.143-04) e Fernando Henrique Monteiro de Carvalho (CPF 143.038.763-72).
Interessados: Aloísio de Sousa Cavalcanti (CPF 000.043.163-04), Luciano Titara de Mesquita (CPF 010.253.683-04) e Therezinha Camurça de Oliveira (CPF 017.378.133-0).
Entidade: Universidade Federal do Ceará (UFC).
Advogado constituído nos autos: Carmolinda Soares Monteiro (OAB/CE nº 6.860).

TC-025.403/2009-8
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
Interessado: Vicente de Paula Andrade (000.372.146-91).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.445/2008-0
Natureza: Pedido de reexame.
Entidade: Universidade Federal do Pará (UFPA).
Recorrentes: Pró- Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal da Universidade Federal do Pará, Sra. Jeannette Maria da Silva Almeida, e Sr. Luiz Gonzaga Teixeira Amaral.
Advogados constituídos nos autos: Ana Kelly Jansen de Amorim Barata (OAB/PA 6.355).

TC-026.154/2009-5
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
Interessados: Ajozenilda de Azevedo Araujo (675.825.084-91), Ana Maria de Oliveira Cavalcanti (694.581.464-53), Ana Paula de Oliveira Cavalcanti (007.736.484-88), Antonia Maria Ribeiro (675.269.344-72), Bernadete de Lourdes Santos da Silva (007.697.944-08), Celeide de Azevedo Araújo (141.323.704-53), Celidia de Azevedo Araujo (518.778.054-91), Celina de Azevedo Araújo (328.543.584-49), Cely de Azevedo Araújo (059.692.124-15), Cleodete de Azevedo Araújo (714.813.544-34), Consuelo da Rocha Barreto (262.320.574-49), Dalva Albuquerque Guerra (486.774.854-49), Edilange Maria Ribeiro (676.875.804-78), Honorina Maria Alves (616.374.754-20), Ivanira de Oliveira Assis (109.547.674-20), Jaqueline da Silva Batista (601.974.714-04), Joana Darq Bertulino da Silva (008.091.804-21), Jocimery Bertulino da Silva (008.091.734-84), Joelma Bertulino da Silva (008.091.714-30), Josefa Bertulino da Silva (460.424.154-68), José Antonio Araujo Santos (007.741.994-40), José Bernardo da Silva Neto (007.697.954-71), José Martins dos Santos (041.442.604-53), Lindalva Maciel de Carvalho (220.013.524-68), Lindomarques Bertulino da Silva (008.091.764-08), Lucia de Fatima da Silva Batista (160.446.654-53), Maria Auxiliadora Araújo Santos (007.741.984-78), Maria Helena Araujo Santos (025.076.324-96), Maria José de Araujo Santos (023.755.484-42), Maria Lucia dos Santos Pereira (569.181.434-68), Maria da Conceição de Araujo Santos (965.167.714-72), Maria das Graças Santos da Silva (503.890.844-68), Maria das Neves Costa de Menezes (008.518.174-91), Maria de Fatima de Araujo Santos (928.119.654-91), Maria do Socorro de Araujo Santos (580.881.134-15), Nelma Maria Costa de Menezes (424.261.624-49), Rita Maria Leonidas de Oliveira (069.826.974-87), Severina Lima de Freitas (503.753.934-04), Silvana Almeida (675.115.464-04) e Tereza Cristina de Araújo Santos (021.182.274-42).
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-028.556/2007-4
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Unidade: Município de Arneiroz/CE.
Recorrente: Antonio Monteiro Pedrosa Filho.
Advogada constituído nos autos: Lurdiana Bezerra Custódio Mota (OAB/CE 22.004).

TC-030.846/2010-2
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
Interessados: Sergio Luiz Prado Bellei (157.536.628-20), Silvia Leni Auras de Lima (561.322.209-68), Sonia Benta Fraga (432.246.289-87), Sonia Regina Pieper Nunes (417.245.699-53), Sonia Teresinha Felipe (223.695.899-49), Sonia Xavier da Silva (008.724.919-78), Sueneli Maria Fernandes Dutra (246.016.839-04), Suzana Aparecida Dias de Olveira da Rocha (341.739.199-72), Tamara Benakouche (078.147.804-97), Telma Monteiro de Souza (437.660.569-72), Terezinha Kuhn Junkes (468.228.529-72), Valda Ferreira Vieira (021.589.599-16), Valda Ferreira Vieira (021.589.599-16), Valdemar Martinho Pires (223.854.019-91), Valdete Teixeira da Silva (245.859.989-34), Valmor Francelino Vieira (155.594.089-72), Valtenor Timoteo Alves (070.913.469-04), Vanderlei do Nascimento (179.249.019-49), Vanilde Vieira (290.757.349-72), Vera Ingrid Hobold Sovernigo (305.968.079-53) e Vera Lucia de Souza (299.885.609-82).
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-032.613/2010-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão: Fundo Nacional de Saúde - FNS/MS.
Responsáveis: Ariosto Monte Fontes Ibiapina (CPF 110.737.805-20), Tereza Maria de Senna Pereira Ibiapina (CPF 244.575.075-04), Irene de Carvalho do Rego Barros (CPF 068.690.253-04) e Clínica Pró Médica Ltda. (CNPJ 73.711.236/0001-00).
Interessado: Ministério da Saúde/SUS.
Advogado constituído nos autos: Leonardo Cerqueira e Carvalho (OAB/PI 3844).

TC-032.641/2010-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - MMA.
Responsável: Juscimário Oliveira de Almeida (330.176.113-53).
Interessados: Ministério do Meio Ambiente (vinculador); Município de Jacobina do Piauí/PI (41.522.368/0001-05).
Advogado constituído nos autos: Flávio Henrique Andrade Correia Lima (OAB/PI 3.273).

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-000.072/2010-9
Natureza: Representação.
Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT.
Interessado: Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT.
Responsável: Sebastião Pinheiro Neto (CPF: 665.578.796-34).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.189/2009-5
Natureza: Pedido de Reexame.
Unidade: Fundação Cultural Palmares.
Recorrente: Antônio Pompêo (CPF 337.853.177-00).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.565/2009-5
Natureza: Recurso de Reconsideração em TCE.
Entidade: Prefeitura de Datas/MG.
Recorrente: Joaquim Geraldo Fernandes (268.361.496-91). Advogados constituídos nos autos: Guilherme Silveira Diniz Machado OAB/MG 67.408 e Rodrigo Silveira Diniz Machado OAB/MG 64.291.

TC-003.663/2011-6
Natureza: Pedido de Reexame.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP.
Recorrente: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP, representado por seu Vice-Presidente Administrativo no exercício da Presidência, Desembargador Nildemar da Silva Ramos.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.912/2009-8
Apenso: TC 021.942/2007-9.
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia de Sergipe - Seplantec.
Responsáveis: Condic Construtora Diretriz Industria e Comercio Ltda. (09.951.823/0001-77); Jose Alves do Nascimento (045.199.145-15); Marcos Antônio de Melo (004.060.315-68)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.010/2008-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Agência Nacional do Cinema ((04.884.574/0001-20)
Responsáveis: Guilherme Fontes Filmes Ltda. Me (31.622.483/0001-90); Guilherme Machado Cardoso Fontes (826.247.047-87); Yolanda Machado Medina Coeli (005.897.297-80)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.777/2009-2
Natureza: Recurso de Reconsideração em TCE.
Entidade: Prefeitura de Santana/AP.
Recorrente: Rosemiro Rocha Freires (030.327.952-49).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.768/2009-5
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Unidade: Prefeitura de Lajinha - MG.
Recorrente: Construtora Sancarlos Ltda. (65.304.420/0001-07).
Interessado: Fundação Nacional de Saúde - FNS/MS (26.989.350/0001-16)
Advogados constituídos nos autos: Leonardo Braz de Carvalho (OAB/MG 76.653); Luciana Portela Anunciação (OAB/MG 106.790).

TC-027.307/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - Cefet (MEC) (05.200.142/0001-16).
Responsáveis: Maria Auxiliadora Souza dos Anjos (037.565.562-04); Maria Francisca Tereza Martins de Souza (155.291.692-87); Osvaldo José Ramalho Giolito (268.302.487-87); Sérgio Cabeça Braz (025.383.502-04); Wilson Tavares Von Paumgartten (029.828.622-04)
Advogados constituídos nos autos: Carla Zalouth (OAB/PA 5.719); Cleide Cilene Abud Ferreira (OAB/PA 5.796); Jaguarari Grams Gentil (OAB/RJ 161.197); Maria Helena Plácido (OAB/RJ 60.916); Luiz Carlos dos Anjos Cereja (OAB/PA 6.977).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-031.685/2008-1
Natureza: Recurso de Reconsideração em TCE.
Unidade: Prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro - AM
Recorrentes: Eliete da Cunha Beleza (240.446.282-20); Mariuá Construções Ltda. (03.540.153/0001-10)
Advogados constituídos nos autos: João Batista de Almeida (OAB/DF 2067-A/S) e Simone Rosado Maia Mendes (OAB/AM A666). Interessado em sustentação oral:

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-003.372/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Responsável: Sergio Fama D'Antino (008.268.398-00)
Advogado constituído nos autos: Sérgio Fama D´Antino (OAB/SP Nº 12.714).

TC-013.736/2010-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Monte Castelo - SP
Responsáveis: Denise Frederico Koshiyama (158.753.118-60); José Sadao Koshiyama (573.626.968-68); Obra de Assistencia Social de Monte Castelo (46.463.659/0001-85)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.836/2010-2
Natureza: Pedido de Reexame em Representação
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Recorrente: Gessilene Zigler Foine, ex-Pró-Reitora de Recursos Humanos Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-016.642/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Interessado: Maria Iza Abadias (084.491.982-91)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.654/2012-9
Natureza: Concessão de Aposentadoria
Órgão: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Interessada: Raquel Alves (CPF 344.820.407-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.287/2009-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - MinC
Responsáveis: Fernanda da Silva Pereira (519.883.560-91); Maria Emilia Nascimento Santos (557.970.595-68); Ruy Cesar de Vasconcellos Azeredo (116.987.051-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-425.201/1996-1
Natureza: Recurso de Reconsideração em TCE
Entidade: Município de Várzea Grande (MT)
Recorrente: Nereu Botelho de Campos (CPF 070.049.231-34) Advogados constituídos nos autos: João Marcos Faiad (OAB/MT nº 8.500) e outros.

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-006.187/2009-9
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrentes: Departamento de Polícia Federal - DPF, Carlos Antônio Cardoso (CPF 166.429.881 91)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - DPF Advogados constituídos nos autos: Celso Luiz Braga de Lemos (OAB/DF 17.338) e Léo Rocha Miranda (OAB/DF 10.889)

TC-010.381/2006-8
Apenso: TC 014.974/2011-8
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Maria das Graças Assis Paz (CPF 175.775.863-15)
Unidade: Município de Palmeirândia/MA
Advogado constituído nos autos: Alba Lesley de Azevedo Freitas (OAB/MA 6893)

TC-012.240/1999-0
Natureza: Embargos de Declaração
Embargante: Aparício Bandeira Filho (CPF 104.456.253-68)
Unidade: Município de Vitorino Freire/MA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.573/2005-1
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Moacyr Batista de Souza Leite Júnior (CPF 174.789.105-30)
Unidade: Município de Uruçuca/BA
Advogado constituído nos autos: Alysson Mourão (OAB/DF 18.977)

TC-022.930/2006-4
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrentes: Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo e Petrônio Tércio Bezerra de Melo Tinoco
Unidade: Diretório Regional no Rio Grande do Norte do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB/RN Advogados constituídos nos autos: João Cânsio Leite de Melo (OAB/RN 368-A) e Mariana Amaral de Melo (OAB/RN 4.878)

TC-024.403/2006-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Orlando Contreiro (CPF 976.889.248-04)
Unidade: Centro Técnico Aeroespacial - CTA
Advogado constituído nos autos: Flávio Augusto Carvalho Pessoa (OAB/SP 109.421)

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-007.220/2011-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Novo Acordo/TO.
Responsáveis: Osvaldo Rocha Dourado, ex-Prefeito, CPF n. 149.077.981-72, e Empresa Montreal Construtora Ltda., CNPJ 04.106.587/0001-79.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.757/2011-8
Natureza: Representação.
Entidade: Administração Regional de São Paulo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac/SP.
Interessada: Secex/SP.
Advogados constituídos nos autos: Denise Lombard Branco, OAB/SP n. 87.281; e outros.

TC-030.730/2011-2
Natureza: Representação.
Entidade: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Amazonas - CREA/AM.
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - Secex/AM.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-012.232/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região - TRT/RJ
Interessados: Arisceu Aquino de Oliveira Junior (024.958.487-53); Arnaldo dos Santos Passos (027.125.557-91); Carlota Maria Marques (702.953.607-04); Carmen Eliane de Magalhães Bastos Miranda (222.655.467-04); Catharina Ângela de Souza Costa Carrieri (431.828.447-68); Cecília Maria Coelho Portella (012.962.327-00); Cecília Rosa Dias Moreira Prol (154.833.397-20); Celina Gomes de Figueiredo (038.304.627-00); Célia Francisca Mora (476.618.527-72)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.914/2007-8
Apenso: TC-002.137/2003-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
Responsável: José Petan Toledo Pizza (CPF 106.709.201-34)
Advogados constituído nos autos: Garcez Toledo Pizza, OAB/MT 8.675 e outros

TC-037.498/2011-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Potiraguá/BA
Responsável: João Pereira Lisboa (140.789.535-49)
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 5 de julho de 2012.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da 2ª Câmara

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 237, DE 5 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre a publicação do Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que determina o artigo 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o art. 66 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Portaria Conjunta nº 1, de 22 de junho de 2012, resolve:

Art. 1º O Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Superior Tribunal de Justiça, a que se refere a Portaria nº 22, de 1º de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 2 de fevereiro de 2012, passa a ser o constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ARI PARGENDLER

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
ÓRGÃO: 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
R$ 1,00

ATÉ O MÊS	CATEGORIA A		CATEGORIAS C e D		
	Pessoal e Encargos Sociais	Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (Art. 100, CF) - Precatório e RPV	Outras Despesas Correntes e de Capital	Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (Art. 100, CF) - Precatório	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos
JANEIRO	57.869.819,00	0	22.487.704,00	0	2.333,33
FEVEREIRO	115.775.498,00	23.029.748,00	44.975.408,00	35.575.763,00	4.666,66
MARÇO	173.681.177,00	23.029.748,00	67.463.112,00	35.575.763,00	6.999,99
ABRIL	231.586.856,00	23.029.748,00	88.978.996,11	35.575.763,00	9.333,32
MAIO	289.492.535,00	23.029.748,00	110.494.880,22	35.575.763,00	11.666,65
JUNHO	347.398.214,00	23.029.748,00	132.057.245,19	35.575.763,00	13.999,98
JULHO	405.303.893,00	23.029.748,00	154.006.862,83	35.575.763,00	16.333,31
AGOSTO	463.209.572,00	23.029.748,00	175.956.480,47	35.575.763,00	18.666,64
SETEMBRO	521.115.251,00	23.029.748,00	197.906.098,11	35.575.763,00	20.999,97
OUTUBRO	579.020.930,00	23.029.748,00	219.855.715,75	35.575.763,00	23.333,30
NOVEMBRO	636.926.609,00	23.029.748,00	241.805.333,39	35.575.763,00	25.666,63
DEZEMBRO	694.832.305,00	23.029.748,00	263.754.951,00	35.575.763,00	28.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 185, DE 2 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre suspensão de distribuição de feitos ao juiz federal em término de mandato na Turma Nacional de Uniformização e dá outras providências

O MINISTRO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL E PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO (TNU), usando de suas atribuições legais e regimentais e

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º, I, do RITNU, que estabelece a competência do Presidente da Turma Nacional de Uniformização para supervisionar a distribuição dos feitos aos juízes;

CONSIDERANDO a natureza temporária de, no máximo, dois anos do mandato do magistrado designado para atuar na TNU;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de o relator organizar seu acervo processual e adotar providências para, antes do encerramento de seu mandato, viabilizar o julgamento ou a devolução dos processos a ele distribuídos, resolve:

Art. 1º Suspender a distribuição de feitos ao juiz federal com assento na Turma Nacional de Uniformização, nos 45 (quarenta e cinco) dias antecedentes ao término do respectivo mandato.

Art. 2º Determinar que a Secretaria da TNU providencie, tão logo alcançado o prazo de dispensa de recebimento de novos processos, a desabilitação, no sistema eletrônico de distribuição, do juiz federal que se encontrar na situação prevista no artigo anterior.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA DE 4 DE JULHO DE 2012

Presidente da Turma: Senhor Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE

Às 14:34 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos:

DISTRIBUIÇÃO

PROCESSO: 0000904-47.2009.4.02.5162
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: SIRLAINE DELVAGE DA COSTA
PROC./ADV.: RONIELLII CÔRTES PIERONI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0012782-67.2006.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERNESTO DE OLIVEIRA SENA
PROC./ADV.: CARLOS ALBERTO GOMES HENRIQUES
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho
PROCESSO: 0017019-76.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADIMILSON MARTINS DOS REIS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0020359-33.2005.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCILIO DE MATOS SOUSA
PROC./ADV.: VALDELENE PEREIRA DUARTE
PROC./ADV.: VALDELINA PEREIRA DUARTE CORRÊA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0057650-78.2007.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDVAR NASCIMENTO DA SILVA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: IRSM de Fevereiro de 1994(39,67%) - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0061959-45.2007.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALICE RIBEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: IRSM de Fevereiro de 1994(39,67%) - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500316-45.2010.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: GERALDO AMORIM SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0502592-83.2009.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: SUZANA MARIA BARBOSA CAVALCANTE
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAUJO
REQUERIDO(A): Universidade Federal de Alagoas - UFAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
ASSUNTO: Índice da URP fev/1989 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0503418-51.2005.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALBINO BAZÍLIO DE GÓIS
PROC./ADV.: TÉRCIO MAIA DANTAS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: IRSM de Fevereiro de 1994(39,67%) - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0505947-41.2008.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUCIANO FELICIANO DA SILVA
PROC./ADV.: LÚCIO FRANLKLIN GURGEL MARTINIANO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Prescrição - Extinção do Crédito Tributário - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO: 0507185-48.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA FIÚZA LEÃO
PROC./ADV.: LUCIANO ALENCAR MACEDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2007.71.51.000563-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): DJALMA VIEIRA ALVES
PROC./ADV.: RICARDO DE BIASI AMARAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Auxílio-invalidez - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Militar - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2007.71.51.000686-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOSE FERNANDES VALERIO
PROC./ADV.: PABLO PEREIRA DE MATTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2007.71.60.006112-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ARAGUES CASSEL ALENCASTRO
PROC./ADV.: MARCOS LAGUNA PEREIRA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
ASSUNTO: Índice da URV Lei 8.880/1994 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2007.71.63.001026-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARLOS ALBERTO CAPPELLARO
PROC./ADV.: MARCOS LAGUNA PEREIRA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Índice da URV Lei 8.880/1994 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2007.71.67.002307-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EDUARDO OPSZARSKI
PROC./ADV.: LUIZ GUSTAVO FERREIRA RAMOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2008.38.00.701306-4
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADÃO DE OLIVEIRA FILHO
PROC./ADV.: ANDRE LUIZ PINTO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho
PROCESSO: 2008.71.51.004446-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SADY SOARES GAUTÉRIO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Crédito rural - Espécies de contrato - Obrigações - Direito Civil
PROCESSO: 2008.71.56.001098-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELENI TERESINHA LEMOS LEITE
PROC./ADV.: MARCOS LAGUNA PEREIRA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Índice da URV Lei 8.880/1994 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2008.71.58.001978-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CELSO BATISTA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2008.71.58.014445-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): DÉBORA BEATRIZ DA SILVEIRA HELDT
PROC./ADV.: MARCOS LAGUNA PEREIRA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Índice da URV Lei 8.880/1994 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2008.71.63.005104-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALCIDES GIOTTO
PROC./ADV.: ALEX JACSON CARVALHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2008.71.65.001852-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELSA SILITA MORAES
PROC./ADV.: ALCESTE JOÃO THEOBALD
PROC./ADV.: FABIO SCHEUER KRONBAUER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2008.71.67.000314-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANERI BOLIS
PROC./ADV.: LUIZ GUSTAVO FERREIRA RAMOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2008.71.67.002325-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NÍRIA MARIA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: LUIZ GUSTAVO FERREIRA RAMOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2008.71.67.002478-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RUY LEMOS
PROC./ADV.: CARLA DELLA BONA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.71.50.005026-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARILUCIA KERPEL
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.71.50.027560-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: HERALDO PINTO LEÃO
PROC./ADV.: ELISANDRA BARROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.71.52.002663-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA JACQUES SEEGER
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT
PROC./ADV.: MARIANA MORAES CHUY
PROC./ADV.: CHAIENNE POGANSKI
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2009.71.54.001419-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ESPÓLIO DE ALTAIR FERNANDES DA SILVA GOMES
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT
PROC./ADV.: RENATO KLIEMANN PAESE
PROC./ADV.: MARIANA MORAES CHUY
PROC./ADV.: CHAIENNE POGANSKI
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2009.71.55.000145-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIVANE JAQUELINE DAGAS VALIM
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.71.55.002235-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): IRENE DETIUK DZUBANSKI
PROC./ADV.: ANTONIO PINHEIRO JÚNIOR
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2009.71.57.005891-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CLAUDIA DEMETERKO WICHINHESKI
PROC./ADV.: ANDRÉ EGER
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2009.71.57.006640-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSÉ CESAR DE OLIVEIRA CAMARGO
PROC./ADV.: ANDRÉ EGER
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2009.71.58.006921-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NELI BRIZ DA ROSA
PROC./ADV.: ANTÔNIO PINHEIRO JÚNIOR
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2009.71.58.011905-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ DA ROCHA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.71.60.000580-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IVONE TEREZINHA MTUSZEVSKI PEREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.71.60.004855-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO MARQUES DA COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC./ADV.: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERIDO(A): MUNICÍPIO DE PELOTAS-RS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE PELOTAS-RS
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2009.71.61.001564-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLARA WEIGEL HEINEN
PROC./ADV.: NELSON CLECIO STOHR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.71.61.002071-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOÃO ERNANI RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: LEONARDO KAUER ZINN
PROC./ADV.: LÚCIA HELENA VILLAR PINHEIRO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Sistemática de conversão dos benefícios previdenciários em URVs - Reajustes e Revisões Específicas - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.71.61.003557-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ERONITA BASTOS DA SILVEIRA
PROC./ADV.: SIRLEI N. DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.71.65.000268-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARCOS RIFFEL
PROC./ADV.: IVAN JOSÉ DAMETTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.71.65.001052-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GELSON LUIZ PAHINS MARTINS
PROC./ADV.: LEONARDO KAUER ZINN
PROC./ADV.: LÚCIA HELENA VILLAR PINHEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): OS MESMOS
PROC./ADV.: OS MESMOS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Índice da URV Lei 8.880/1994 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2009.72.64.002081-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EGON BOTTEMBERGE
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
PROC./ADV.: RODRIGO FIGUEIREDO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2010.71.51.004423-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIS VICTORIA RIBEIRO
PROC./ADV.: ELZA MARA MACHADO OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANA CRISTINA BORGES DA CUNHA
PROC./ADV.: FERNANDA ALMEIDA VALIATTI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2010.71.56.000372-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELY SIMÕES PEREIRA
PROC./ADV.: MIRIÃ AVILA RIBEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2010.71.57.004342-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANAGÊ DA SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: MAURICIO LUCENA PRÉVIDE
PROC./ADV.: ALEXANDRE CARLOS PEDÓ
PROC./ADV.: SIDÔNIA CATARINA MEOTTI
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2010.71.57.007435-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ODETE OMISSOLO MENON
PROC./ADV.: EVERSON SARTORI CASAROTTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2010.71.58.004913-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROSANE SCHOPF
PROC./ADV.: IBANEIS ROCHA BARROS JÚNIOR
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Índice da URV Lei 8.880/1994 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2010.71.58.008262-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GUACIRA RODRIGUES
PROC./ADV.: NILCE LOURDES KAPPES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2010.71.65.001254-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CELINA RODRIGUES DA ASSUMPÇÃO
PROC./ADV.: ANDRESSA CRISTINA CABRAL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2010.71.65.001552-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADEMAR BENEDETTI
PROC./ADV.: FÁBIO CSHEUER KRONBAUER
PROC./ADV.: ANDRESSA CRISTINA CABRAL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
ASSUNTO: Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2010.71.69.000811-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: HERCIO ALVES RODRIGUES
PROC./ADV.: JEFERSON RODRIGUES
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Agentes Políticos - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

REDISTRIBUIÇÃO

PROCESSO: 0003650-19.2008.4.03.6317
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA ASSUNCAO DOS SANTOS
PROC./ADV.: AIRTON GUIDOLIN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0003655-20.2007.4.03.6303
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0003776-04.2005.4.03.6308
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LEONOR VIDAL DA SILVA
PROC./ADV.: ODAIR AQUINO CAMPOS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0007387-41.2009.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANTONIO AUGUSTO DE MELO POMPOLO
PROC./ADV.: EDILEUZA LOPES SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0008654-21.2004.4.03.6303
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOANA FERREIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0009976-84.2006.4.03.6310
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDINAR JOSÉ RODRIGUES SILVA
PROC./ADV.: ANA JULIA MORAES AVANSI
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0505551-35.2006.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): AFRÂNIO PEREIRA DE ARAÚJO
PROC./ADV.: JEANNE KARENINA SANTIAGO BEZERRA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Prescrição - Extinção do Crédito Tributário - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO: 2004.61.84.076286-6
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MATEUS BORGES DA SILVA
PROC./ADV.: ADRIANA APARECIDA BONAGURIO PARESCHI
PROC./ADV.: ANA SÍLVIA REGO BARROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: ELIANE VIEIRA DA MOTTA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2005.63.01.014309-1
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA PINHEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: LUIS FELIPE FERRARI BEDENDI
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2005.63.06.006738-2
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: THALES RAMAZZINA PRESCIVALLE
REQUERIDO(A): MARIA ALVES DE AGUIAR
PROC./ADV.: MARISA LOPES DE SOUZA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília, 4 de julho de 2012.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

VIVIANE DA COSA LEITE
Secretária da Turma

ACÓRDÃOS

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 0503868-86.2008.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RITA CUSTODIO
PROC./ADV.: ADEILSON FERREIRA DE ANDRADE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ.
1. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais.
2. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
3. Incidência da Súmula n. 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".
4. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL
DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507059-60.2008.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ROZALINA BEZERRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 85 DO STJ. RECURSO PROVIDO.
1. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação" - Súmula n. 85 do STJ.
2. É entendimento pacífico na jurisprudência do STJ e também desta TNU que inexiste prescrição do fundo de direito no que se refere à revisão do ato de concessão de benefício previdenciário, sendo o caso de incidência do artigo 103 da Lei n. 8.213/91, o qual prevê prazo decadencial.
3. No caso, o benefício foi requerido em 2000 e a ação foi proposta em 2008, dentro do prazo de dez anos estipulado no artigo 103 da Lei n. 8.213/91.
4. Incidente conhecido e provido para determinar a anulação do julgado e o retorno dos autos ao Juizado de Origem para o processamento da demanda.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Sessão de 25 de abril de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL
DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503030-64.2008.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FRANCISCO TOMAZ DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 85 DO STJ. RECURSO PROVIDO.
1. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação" - Súmula n. 85 do STJ.
2. É entendimento pacífico na jurisprudência do STJ e também desta TNU que inexiste prescrição do fundo de direito no que se refere à revisão do ato de concessão de benefício previdenciário, sendo o caso de incidência do artigo 103 da Lei n. 8.213/91, o qual prevê prazo decadencial.
3. No caso, o benefício foi requerido em 2000 e a ação foi proposta em 2008, dentro do prazo de dez anos estipulado no artigo 103 da Lei n. 8.213/91.
4. Incidente conhecido e provido para determinar a anulação do julgado e o retorno dos autos ao Juizado de Origem para o processamento da demanda.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Sessão de 15 de maio de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL
DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0500020-12.2008.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: PEDRO SOARES DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 85 DO STJ. RECURSO PROVIDO.
1. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação" - Súmula n. 85 do STJ.
2. É entendimento pacífico na jurisprudência do STJ e também desta TNU que inexiste prescrição do fundo de direito no que se refere à revisão do ato de concessão de benefício previdenciário, sendo o caso de incidência do artigo 103 da Lei n. 8.213/91, o qual prevê prazo decadencial.
3. No caso, o benefício foi requerido em 2002 e a ação foi proposta em 2008, dentro do prazo de dez anos estipulado no artigo 103 da Lei n. 8.213/91.
4. Incidente conhecido e provido para determinar a anulação do julgado e o retorno dos autos ao Juizado de Origem para o processamento da demanda.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Sessão de 15 de maio de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL
DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507332-14.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA AUXILIADORA DE SOUZA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOSÉ GUERREIRO CHAVES FILHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 85 DO STJ. RECURSO PROVIDO.
1. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação" - Súmula n. 85 do STJ.
2. É entendimento pacífico na jurisprudência do STJ e também desta TNU que inexiste prescrição do fundo de direito no que se refere à revisão do ato de concessão de benefício previdenciário, sendo o caso de incidência do artigo 103 da Lei n. 8.213/91, o qual prevê prazo decadencial.
3. No caso, o benefício foi requerido em 2003 e a ação foi proposta em 2009, dentro do prazo de dez anos estipulado no artigo 103 da Lei n. 8.213/91.
4. Incidente conhecido e provido para determinar a anulação do julgado e o retorno dos autos ao Juizado de Origem para o processamento da demanda.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Sessão de 25 de abril de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL
DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505149-69.2006.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ RIBAMAR DE ARAÚJO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE PENSÃO POR MORTE JULGADO IMPROCEDENTE. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DAS PROVAS CARREADAS AOS AUTOS. SENTENÇA PROFERIDA ORALMENTE, TOTALMENTE DESPROVIDA DE QUALQUER MENÇÃO ESPECÍFICA AOS DOCUMENTOS CARREADOS. INCIDENTE JULGADO PREJUDICADO.
1. Pedido de pensão por morte.
2. Sentença de improcedência do pedido, proferida oralmente.
3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. Alegação de que houve juntada, aos autos, de prova documental.
6. Inadmissibilidade do incidente, distribuído posteriormente.
7. Caso em que o juízo 'a quo', ao proferir oralmente a sentença, o fez de forma genérica, desprovida de fundamentação.
8. Grave afronta ao inciso IX, do art. 93, da Carta Magna.
9. Nulidade da sentença e do voto da Turma Recursal do Ceará.
10. Incidente declarado prejudicado.
11. Determinação de remessa dos autos ao Ceará para nova prolação de sentença e efetiva apreciação dos documentos carreados aos autos, direito da parte autora que busca proteção judicial, nos termos do art. 5º, inciso XXXV, da Lei Maior.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização declarar prejudicado o incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0503778-18.2007.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ROSÂNGELA DE LOURDES FRANÇA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. DATA DO INÍCIO DO BENEFÍCIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 42 DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. PRESTÍGIO AO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. RECURSO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão de benefício por incapacidade.
2. Sentença de improcedência do pedido. Reprodução de importante trecho da sentença: "No caso dos autos o autor não faz jus ao benefício requerido. O laudo pericial elaborado por perito deste Juízo constata que as doenças apresentadas pela postulante, qual seja: artrose e osteoporose dos segmentos cervical, torácica e lombar da coluna vertebral e hipertensão arterial, não a torna incapaz para realizar qualquer tipo de atividade laborativa, inclusive a atividade declarada (costureira). Na verdade, o expert considera que não há incapacidade a ser considerada. Dessa forma, embora não vincule o juiz, passo a acolher mencionado laudo, não vendo preenchido o requisito da incapacidade permanente ou temporária para o exercício de atividade laborativa, necessário para a concessão do auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. Diante do exposto, julgo improcedente o pedido. Sem custas e honorários advocatícios. Transitada em julgado, arquivem-se."
3. Reforma da sentença pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte. Concessão de benefício de auxílio-doença com implantação a partir de 1º de dezembro de 2008, sem atrasados, devendo ser mantido enquanto durar o atual quadro clínico da recorrente, facultando ao INSS, decorridos seis meses da concessão, a realização de perícia médica de caráter revisional. Acórdão gravado em arquivo no formato 'mp3'.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. Alegação de o termo inicial do benefício deve ser fixado na data da cessação do benefício anterior.
6. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: PEDILEF n.º 2004.72.95.001766-8, TRF 3ª Região - AC 874681.
7. Admissibilidade do incidente pela Tuma Recursal do Rio Grande do Norte.
8. Distribuição do incidente.
9. Temática referente à alteração da data do início do benefício - depende do contexto dos autos.
10. Julgado objeto dos autos - levou em consideração toda a situação fática.
11. Prestígio ao princípio do livre convencimento motivado do julgador, descrito no art. 436, do Código de Processo Civil, conforme posição da TNU - Turma Nacional de Uniformização, externada nos autos do processo de nº 2007.51.51.087505-5 .
12. Não conhecimento do incidente com respaldo na impossibilidade do reexame de provas no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização, a teor do que preceitua a súmula nº 42.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2007.71.63.004743-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZINHA ZANCHETTA GIARETTA
PROC./ADV.: HERMES BUFFON
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. ATIVIDADE URBANA DESENVOLVIDA POR CÔNJUGE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
2. Sentença de improcedência do pedido.
3. Interposição de recurso pela parte autora.
4. Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.
5. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6. Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar, a despeito de atividade urbana desenvolvida por cônjuge-varão.
7. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recurso Especial nº 289.949/SC, da lavra do Superior Tribunal de Justiça; e PEDILEF nº 2003.70.02.001748-3, emanado da Turma Nacional de Uniformização - TNU.
8. Negativa de seguimento do incidente pela à Presidência da Turma Recursal.
9. Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
10. Distribuição do incidente.
11. Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.
12. Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) Em decisão proferida em 16/07/2007 (DEC1), este Juízo entendeu que a parte autora estava amparada em documentos suficientes a caracterizar início de prova material do exercício da atividade rural, os quais estão relacionados à pág. 02 do anexo DEC1 de 16/07/2007. Assim sendo, foi determinado ao INSS que reconhecesse os documentos como início de prova material e procedesse à justificação administrativa. Assim, realizada a justificação administrativa (anexo OUT1 de 31/08/2007), com a oitiva de testemunhas (fls. 01/03), chegou-se à seguinte conclusão no relatório do processante (fl. 04): "(...) Que a justificante não comprovou o efetivo e exclusivo exercício das atividades alegadas no período requerido judicialmente, o qual não foi computado ao tempo de serviço da mesma, uma vez que não é possível determinar quando a justificante passou a exercer exclusivamente as atividades rurais, além de possuir uma fonte de renda urbana (fruteira do esposo)." Ou seja, com base na prova oral produzida em sede de justificação administrativa, verifica-se que a Autarquia Previdenciária deixou de reconhecer e computar o lapso rural pretendido pela autora, sob o argumento de que a mesma não comprovou o efetivo e exclusivo exercício da atividade rural em regime de economia familiar. Com efeito, entendo que razão assiste à autarquia previdenciária. Da análise da prova testemunhal produzida em justificação administrativa (fls. 01/03 do doc. OUT1, anexado em 05/10/2007), extrai-se que a autora, logo após o casamento, realizado em 26/05/1976 (doc. CERTCAS6, anexado com a inicial), permaneceu no exercício da atividade de costureira de bolas pelo período de 1 ano e meio a 2 anos, após, passou a dedicar-se exclusivamente ao labor rural, no cultivo de produtos agrícolas e criação de animais, sem a ajuda de empregados, sendo que parte da produção era comercializada. A autora teria permanecido na atividade agrícola até, aproximadamente, o ano de 1990 ou 1991. O marido da autora, por sua vez, possuia uma fruteira no centro da cidade de Veranópolis - RS e também comprava frutas e verduras de outros produtores para a revenda, sendo que a referida empresa ainda se encontra atualmente em funcionamento. Verifica-se, nesse ponto, que o marido da autora, Sr. Daicir Giaretta, passou a exercer atividades urbanas, na categoria de contribuinte individual, autônomo, a partir de 01/12/1980, efetuando recolhimentos nesta categoria, conforme dados constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS (docs. CNIS1 e CNIS2, anexados em 08/01/2008), descaracterizando, portanto, o exercício da atividade agrícola em regime de economia familiar a partir desta data. Além disso, conforme o documento acostado à fl. 07 do doc. PROCADM9 (cópia de matrícula do Registro de Imóveis), o marido da autora está qualificado como comerciante, em 23/05/1990. Assim, conforme já dito, o fato de o marido da autora exercer atividade laborativa diversa da rural a partir de 01/12/1980, descaracteriza o exercício de atividade rural, em regime de economia familiar no período postulado, uma vez que a renda auferida no exercício da atividade agrícola deixou de ser indispensável para a manutenção da autora e sua família, excluindo-a do conceito de segurado especial previsto no art. 11, § 1º, da Lei 8.213/91. E, no caso, desimporta que a autora tenha recebido auxílio do marido no exercício das atividades agrícolas nos períodos em que o mesmo encontrava-se de "folga", conforme referido pelas testemunhas, já que o que define a atividade rural em regime de economia familiar, basicamente, é a essencialidade do trabalho rural para o sustento da família, por pressupor a mútua dependência e colaboração dos integrantes do grupo familiar, sendo determinante para a perda da qualidade de segurado especial o fato de haver outra fonte de renda que não proveniente do serviço rural, o qual teria um caráter subsidiário, complementar. Ou seja, deixou de verificar-se a qualidade de segurado especial da autora com o exercício de atividade diversa e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

conseqüente aferimento de renda pelo marido, arrimo de família, o que descaracteriza o regime de economia familiar, já que tal circunstância afasta a condição de imprescindibilidade de eventuais rendimentos obtidos com o labor agrícola. Por outro lado, para a aplicação no caso em análise, da previsão contida no art. 11, VII, da Lei n. 8.213/91, que confere ao produtor rural que exerce a atividade agrícola individualmente o status de segurado especial, faz-se necessário além da comprovação do exercício da atividade rural através de documentos em nome próprio, a prova da indispensabilidade da atividade para sua subsistência, o que, in casu, não restou comprovado. Registre-se que os documentos acostados aos autos (dos. OUT7 e PROCADM9, anexados com a inicial), que, em princípio, serviriam de prova do exercício da atividade rural da autora no período postulado, estão em nome do marido, que exercia, durante todo o lapso temporal pleiteado, atividade diversa da rural e, conseqüentemente, não podem ser utilizados como meio de prova em relação à autora. Assim, ainda que a autora tenha permanecido residindo no meio rural no intervalo de 01/12/1980 a 23/07/1991 (conforme informado pela prova testemunhal), a inexistência de documento em nome próprio, impede o reconhecimento do exercício da atividade agrícola neste intervalo. (...)."
13. Tema já apreciado por este Colegiado, nos seguintes termos: "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto." (Súmula nº 41)
14. Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
15. Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0511409-40.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JÚNIOR CÉSAR BARBOSA RODRIGUES
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ADAUDETE PIRES DUARTE
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE P. PINHEIRO T. LIMA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA-RÉ. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. DEFICIENTE. TESE ATINENTE À DATA DO INÍCIO DO PAGAMENTO. PRESTÍGIO AO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. PRECEDENTES DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão de amparo social a deficiente.
2. Sentença de procedência do pedido, mantida pela Turma Recursal do Ceará, quando do julgamento do recurso.
3. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela autarquia-ré, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001 (fls. 80/88).
4. Defesa de ser a data de juntada do laudo pericial médico em juízo o termo inicial do pagamento de benefício assistencial, quando não estiver determinada, inequivocamente e conclusivamente, a data de início da incapacidade da parte autora.
5. Alegação de que a posição da Turma Recursal do Ceará difere do STJ - Superior Tribunal de Justiça - Recurso Especial nº 811.26/SP.
6. Oferecimento, pela parte autora, de contrarrazões.
7. Inadmissibilidade do incidente pela Presidência da Turma Recursal da Paraíba.
8. Apresentação, pela autarquia-ré, do requerimento previsto no art. 15, § 4º, da Resolução nº 22, de 04-09-2008, da lavra do CJF - Conselho da Justiça Federal.
9. Distribuição do incidente.
10. Plausibilidade jurídica.
11. Caso dos autos em que exame médico, realizado por perito judicial em 17-04-2008, constatou estar a parte autora totalmente incapacitada para o trabalho e para a vida diária há 01 (um) ano.
12. Acórdão manteve a sentença em que houve concessão do benefício assistencial a contar da data do requerimento administrativo, ocorrido em 21-09-2005, por conter nos autos atestados médicos que confirmavam a gravidade da doença da parte autora já no ano de 2005.
13. Tema que não demanda maiores explanações.
14. Este Colegiado firmou entendimento no sentido de ser possível ao magistrado, com base no conjunto probatório constante dos autos, fixar termo inicial em data diversa da entrega do laudo pericial médico, em caso de concessão de amparo social. Precedentes: PEDILEF's nº 200936007023962, nº 200740007028548, nº 200533007688525 e nº 200763060076010.
15. Prestígio ao Princípio do livre convencimento motivado, descrito no art. 436, do Código de Processo Civil.
16. Incidente de uniformização de jurisprudência não admitido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não admitir o incidente de uniformização de jurisprudência ofertado pela autarquia-ré.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500986-21.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE PENSÃO POR MORTE. TEMA DO GRAU DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS NO ÂMBITO DA UNIFORMIZAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.
1. Pedido de pensão por morte, formulado pela mãe do falecido.
2. Sentença de improcedência do pedido , proferida com arrimo na impossibilidade de demonstrar a qualidade de segurado especial do falecido.
3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. Alegação de que houve demonstração ao labor rural do falecido.
6. Indicação, pela parte recorrente, do Recurso Especial 543.423/SP.
7. Distribuição do incidente.
8. Existência de mais de um argumento hábil à declaração de improcedência da sentença.
9. Matéria dos autos dependente de prova. Impossibilidade de o componente da TNU - Turma Nacional de Uniformização substituir o juízo de primeira instância, responsável pela apreciação e pela valoração da matéria fática, objeto de instrução probatória.
10. Não conhecimento do incidente com respaldo na impossibilidade do reexame de provas no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
11. Incidência da súmula nº 42 e da questão de ordem nº 18, ambos da TNU - Turma Nacional de Uniformização

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0535205-08.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA HILDETE TORRES GABRIEL
PROC./ADV.: FABIANO TORRES GABRIEL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA-RÉ. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO INDEVIDO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE. TEMA REFERENTE À LEGITIMIDADE PASSIVA. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 43 DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido da parte autora de indenização por dano moral e material em virtude de desconto mensal indevido em benefício previdenciário, em favor do banco-réu, sem que com ele tenha firmado contrato.
2. Sentença de parcial procedência. Condenação ao pagamento de valor equivalente à soma das parcelas efetivamente descontadas dos proventos da parte autora, a título de danos materiais, e, no importe de R$ 1.000,00 (hum mil reais), em razão do dano moral sofrido.
3. Interposição de recurso pela autarquia-ré.
4. Parcial reforma da sentença pela Turma Recursal de Pernambuco. Modificação da condenação solidária do INSS ao pagamento de indenização por danos morais e à restituição dos valores descontados indevidamente, sendo fixada subsidiariamente.
5. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela autarquia-ré, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6. Defesa de ter havido contratação direta com a instituição financeira, repassadora da renda mensal do benefício titularizado pela parte autora, o que acarreta a ilegimitidade passiva da autarquia-ré para a causa.
7. Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente emanado da Turma Recursal de Goiás - Processo nº 200835007008511.
8. Oferecimento, pela parte autora, de contrarrazões.
9. Admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência junto à Turma Recursal de Pernambuco.
10. O incidente de uniformização pressupõe a existência de tema de direito material e de julgados da lavra de Turmas Recursais de diferentes regiões ou de julgados de jurisprudência dominante do STJ - Superior Tribunal de Justiça.
11. Descabe incidente de uniformização versando sobre questão de direito processual. Inteligência da Súmula nº 43 da Turma Nacional de Uniformização.
12. Incidente de uniformização de jurisprudência não admitido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0501746-97.2008.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCOS BRUNO PEREIRA FÉLIX
PROC./ADV.: DAYHANNE GREYCE DELFINO FREIRE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. TEMA DA DEFICIÊNCIA. TESE ATINENTE À EXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORATIVA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. PARADIGMA DE TURMA RECURSAL SEM A INDICAÇÃO DA FONTE. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão de benefício assistencial, descrito no art. 203, da Lei Maior, e no art. 20, da Lei nº 8.742/91.
2. Sentença de procedência do pedido. Colação de importante trecho da sentença: "Perscrutando o ponto atinente à deficiência do autor, entendo que o benefício é devido. A respeito da deficiência relatada na inicial, foi determinada a feitura de perícia médica judicial, para dirimir as dúvidas existentes em torno do quadro de saúde do autor. No laudo pericial acostado ao caderno processual (documento 27), foi constatado que ele "apresenta diminuição importante na produção de GH (hormônio do crescimento) que produz deficiência no crescimento e baixa estatura". Analisando o impacto da deficiência no desempenho das atividades e da vida social compatíveis com a idade do postulante, o experto destacou que "a baixa estatura pode gerar problemas como baixa auto-estima, isolamento social, mau desempenho escolar e outros". Assim, ressaltou a importância de que, existindo meios para o tratamento, ele seja instituído, sendo melhor o resultado quanto mais precoce for o seu início. Nota-se, destarte, que o autor apresenta atualmente enfermidade que pode comprometer suas atividades e sua vida social, caso não seja adequadamente tratada, de modo que se enquadra no requisito, pensado no texto constitucional, de pessoa deficiente. Com efeito, restou apurado, pela farta documentação médica anexada aos autos, que o autor necessita nos dias atuais de medicação específica, bem como de adequado tratamento nutricional (providências destacadas no laudo pericial produzido em juízo, bem como nos documentos médicos anexados pelo autor). Verifica-se, ainda, que o acompanhamento médico providenciado pelo SUS ao postulante é todo realizado na cidade de Natal, o que lhe impõe constantes viagens de sua residência em Caicó até aquela localidade. De outro lado, percebe-se, pelo apurado na perícia social realizada (anexo n.º 42), que a possibilidade de o autor obter o tratamento adequado que seu caso requer é remota, porquanto a realidade por ele vivenciada mostra a existência de severos empecilhos para tanto. Primeiramente, não se podem olvidar as graves deficiências apresentadas pelo Sistema Único de Saúde, tendo sido referido, no laudo social, que o autor já enfrentou atrasos na entrega do medicamento recomendado, não tendo tido condições de adquiri-lo com recursos próprios. Ademais, a situação de miserabilidade vivenciada pela família do postulante constitui importante empecilho para que o sucesso do tratamento medicamentoso e nutricional que o seu caso requer, porquanto o autor necessita de constantes deslocamentos até a cidade de Natal, bem como precisa de recursos para adquirir alimentos imprescindíveis ao sucesso da sua dieta. Desse modo, constata-se que o benefício assistencial em comento servirá como importante instrumento para viabilizar o tratamento médico e nutricional de que necessita o autor, mostrando-se essencial para que a deficiência por ele apresenta regrida e ele se torne um jovem apto e capaz para as atividades laborais no futuro. Quanto à possibilidade da desejável recuperação do seu quadro de saúde, com o seu desenvolvimento e crescimento adequados, tal circunstância não é impeditiva ao deferimento do benefício, porquanto a própria legislação previu a possibilidade de revisão do amparo social. Senão vejamos: "Art. 21. O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem. § 1º O pagamento do benefício cessa no momento em que forem superadas as condições referidas no caput, ou em caso de morte do beneficiário." (Lei n.º 8.742/93). No que concerne ao requisito da renda mensal per capita familiar inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo per capita exigido no § 3º, do art. 20, da Lei 8.742/93, vê-se que foi preenchido pelo requerente. No presente caso, o grupo familiar do autor é composto por 05 membros e a renda mensal familiar representa R$ 284,00. Evidenciada, portanto, a situação de miserabilidade referida na legislação. Nesse sentido, insta destacar, ainda, a conclusão contida no laudo social anexado ao ca-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

derno processual, no sentido da miserabilidade enfrentada pela família do requerente, sendo bastante ilustrativas as fotos da residência do autor coligidas aos autos. Assim, em face do conjunto fático-probatório encontradiço nos autos, merece acolhida a pretensão inaugural. Diante desse cenário, JULGO PROCEDENTE o pedido autoral, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a conceder o benefício assistencial do postulante, NB n.º 5214064299, com Renda Mensal Inicial - RMI no valor de um salário mínimo, assegurando-lhe, ainda, o pagamento das parcelas em atraso, a partir de 01/08/2007, devidamente corrigidas e com juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, incidentes a partir da citação, perfazendo um total atual de R$ 15.144,58, consoante tabela de cálculos em anexo.".
3. Manutenção da sentença, pelos respectivos fundamentos, pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela autarquia, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. Defesa do entendimento de que a no caso em tela o critério miserabilidade foi comprovado, mas incapacidade não existe. Alegação de que há diminuição na taxa de hormônio e necessidade de custear com remédios. Afirmação no sentido de que a parte autora com base na Lei 8742/1993 artigo 29 não faz jus ao benefício pleiteado, já que a aquisição de remédios não é o fim o referido dispositivo legal.
6. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: 1ª. Turma Recursal de Minas Gerais - autos n.º 2007.38.00.726583-8; 1ª. Turma Recursal de Minas Gerais - autos n.º 2007.38.00.729564-9; 1ª. Turma Recursal de Minas Gerais - autos n.º n° 2007.38.00.729563-5.
7. Inadmissibilidade do incidente pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte.
8. Apresentação, pela parte recorrente, do requerimento previsto no art. 15, § 4º, da Resolução nº 22, de 04-09-2008, da lavra do CJF - Conselho da Justiça Federal.
9. Distribuição do incidente.
10. O incidente não deve ser conhecido por três importantes fundamentos:
11. Primeiro Fundamento (grifou-se): Cito importantes precedentes: "a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido". Precedentes: PEDILEF 05006545020094058402 e PEDILEF 00058762220104013200.
12. Considerando-se a ausência de indicação da fonte de obtenção do julgado indicado como precedente pela parte recorrente, entendo não comprovada a divergência.
13. Segundo Fundamento (grifou-se): A temática referente à existência de incapacidade laborativa depende do contexto dos autos.
14. Julgado objeto dos autos - levou em conta toda a situação fática e probatória.
15. Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação da súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
16. Terceiro Fundamento (grifou-se): Prestígio ao princípio do livre convencimento motivado do julgador, descrito no art. 436, do Código de Processo Civil, conforme posição da TNU - Turma Nacional de Uniformização, externada nos autos do processo de nº 2007.51.51.087505-5 17. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0507423-38.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO LIMA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 42, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
1. Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
2. Sentença de procedência do pedido.
3. Interposição de recurso pela autarquia-ré.
4. Reforma da sentença pela Turma Recursal do Ceará para o fim de julgar improcedente o pedido autoral.
5. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6. Aponta existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.
7. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes da lavra da Turma Nacional de Uniformização - TNU: Súmula nº 06 e nº 41, e PEDILEFs nº 2005.71.95.01.5411-0, nº 2003.81.10.00.6421-5, nº 2006.81.10.00.0480-3, nº 200381100251910 e nº 200581100682266, emanados da Turma Nacional de Uniformização - TNU.
8. Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.
9. Inadmissibilidade do incidente junto à Turma Recursal do Ceará.
10. Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
11. Distribuição do incidente.
12. Julgado cujo exame de prova foi profundo, além de baseado em documentação carreada aos autos.
13. Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) Em epítome, para comprovação do seu direito, consta certidão de casamento, onde um dos cônjuges figura como agricultor (anexo 3); documentos emitidos por sindicato de trabalhadores rurais (anexos 8/9); dentre outros documentos de menor importância. Em princípio, a certidão de casamento, expedida em 10/6/1981, constando o cônjuge da demandante como agricultor, serviria como início de prova material. Ocorre que o aludido documento carece de sustentáculo probatório quando cotejado com o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS colacionado aos autos (anexo 6), noticiando extenso período de trabalho do cônjuge da postulante com diversas empresas, entre os anos de 2001 e 2008. Se é certo que, em tese, o registro de curtos vínculos urbanos não impede categoricamente a caracterização da autora como segurada especial, igualmente é certo que, no caso dos autos, a existência de provas do efetivo exercício de atividade urbana durante vários anos, inviabiliza o reconhecimento do labor rurícola em regime de economia familiar de subistência. (...) Reitere-se que os documentos trazidos aos autos não constituem supedâneo da tese da parte requerente, inexistindo início de prova material. Observa-se que a lei exige o início de prova material - consubstanciada em documentação idônea expedida na época dos fatos que se pretende provar - para referendar a prova testemunhal eventualmente existente. A Turma Nacional de Uniformização das Decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, recentemente, enfrentou lide semelhante, oportunidade em que anunciou sob o n.º 34: "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar.". Em vista do exposto, conclui-se que a prova testemunhal produzida e os documentos acostados, nos termos da súmula n.º 149 do STJ e do art. 55, § 3.º, da Lei n.º 8.213/91, não são suficientes para a comprovação do tempo de trabalho na agricultura em regime de economia familiar. (...)."
14. Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
15. Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500778-91.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO CARDOSO DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. RECEBIMENTO DE AMPARO SOCIAL PELA PARTE AUTORA. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 18, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de aposentadoria por idade.
2. Sentença de improcedência do pedido.
3. Provimento do recurso de sentença, ofertado pelo instituto previdenciário, quando do julgamento pela Turma Recursal do Paraná.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.
6. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recursos Especiais nº 64.917/SP, da lavra do Superior Tribunal de Justiça; Súmulas nº 06 e nº 14 e PEDILEFs nº 2004.81.10.02.8197-8, nº 200570950142190, nº 200570950084220, nº 200672950157244, nº 200572950189848, nº 200482000094319, nº 200683055013640, nº 200443009016456, nº 200570950136554 e nº 200672950090344, emanados da Turma Nacional de Uniformização - TNU.
7. Inadmissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal do Ceará, sob o argumento de que não há revisão de provas nesta esfera processual.
8. Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
9. Distribuição do incidente.
10. Hipótese em que a Turma Recursal do Ceará se ateve à fragilidade das provas documental e testemunhal aliada à percepção de amparo social pela parte autora.
11. Aplicação, à hipótese dos autos, da questão de ordem nº 18, do presente tribunal de uniformização: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
12. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0501648-18.2008.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CELIA MARIA DA COSTA SILVA
PROC./ADV.: ZENEIDE DO CARMO LIMA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA-RÉ. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO INDEVIDO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE. INCIDENTE COM PARADIGMA DE TURMA RECURSAL SEM A INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pedido da parte autora de indenização por dano moral e material em virtude de desconto mensal indevido em benefício previdenciário, em favor do banco-réu, sem que com ele tenha firmado contrato.
2. Sentença de procedência do pedido. Condenação ao pagamento de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) a título de dano moral.
3. Interposição de recurso pela autarquia-ré.
4. Manutenção da sentença pelos próprios fundamentos pela Turma Recursal de Alagoas, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.
5. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela autarquia-ré, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6. Defesa de ter havido contratação direta com a instituição financeira, repassadora da renda mensal do benefício titularizado pela parte autora, o que acarreta a ilegimitidade passiva da autarquia-ré para a causa. Alegação, ainda, de não haver dever de indenizar em razão da não comprovação do nexo causal entre a sua conduta e o dano sofrido por aquela.
7. Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente emanado da Turma Recursal de Santa Catarina: e Processo nº 20087263000821-2.
8. Oferecimento, pela parte autora, de contrarrazões.
9. Recebimento do incidente pela Presidência Turma Recursal de Alagoas.
10. Distribuição do incidente.
11. Tratando-se de suposta divergência entre Turmas Recursais, "a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido". Precedentes desta Turma de Uniformização: PEDILEF nº 05006545020094058402 e PEDILEF nº 00058762220104013200.
12. Caso dos autos em que não há indicação da fonte de obtenção do julgado da Turma Recursal de Santa Catarina, trazido como paradigma pela autarquia-ré no presente pedido de uniformização.
13. Impossibilidade de constatação de divergência.
14. Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela autarquia-ré.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.72.51.008366-1
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: JAIR MARINHO CORREA
PROC./ADV.:FABIANE DALMÔNICO
PROC./ADV.:J.N. COELHO NETO
PROC./ADV.:RODRIGO COELHO
PROC./ADV.:GEOVANI COELHO
REQUERIDO(A):OS MESMOS
PROC./ADV.:OS MESMOS
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO DO TEMPO ESPECIAL, EM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

COMUM. NÍVEL DE RUÍDO POR MÉDIA. INCIDENTE DA AUTARQUIA DESPROVIDO. PARCIAL PROVIMENTO AO INCIDENTE OFERTADO PELA PARTE AUTORA.
1. Pedido de concessão de aposentadoria de aposentadoria por tempo de contribuição mediante computo de períodos constantes na CTPS e conversão de tempo especial em comum.
2. Sentença de parcial procedência. Transcrevo importante trecho da sentença acerca do reconhecimento de tempo especial: "... No caso concreto, o labor especial controverso está assim detalhado: 15/11/1979 a 10/01/1980 e 01/12/1983 a 13/06/1985 - Cerâmica São Cristovão Ltda - PPP (fls. 98/100 da árvore de documentos) - Serviços Gerais - Operacional - ruído de 86 dB - habitual e permanente. 01/11/1980 a 08/01/1983 e 01/08/1983 a 05/09/1983 - Cerâmica Dordet - PPP (fls. 101/102 da árvore de documentos) - Serviços Gerais - Operacional - ruído de 86 dB - habitual e permanente. 14/10/1985 a 10/06/1986 - Vitrofer Ferro Esmaltado Ltda - CTPS (fl. 23 da árvore de documentos) - Servente. Não foi apresentado formulário e nem laudo ambiental. 16/07/1986 a 13/03/1991 e 02/05/1991 a 16/11/1998 - Whirlpool S/A Unidade de Eletrodomésticos - PPP (fls. 162/165 da árvore de documentos) - Auxiliar de Produção/Ajudante de Operação/Operador de Produção - Montagem FH/Embalagem ET 3500-ABS/Montagem Compacto/Montagem Refrigerador F3 - ruído de 80 a 96 dB (10/07/1986 a 13/03/1991), 80 a 90 dB (02/05/1991 a 31/12/1991), 82 a 91 dB (01/01/1992 a 31/03/1995) e 82 a 86 dB (01/04/1995 a 16/11/1998) - habitual e permanente. 29/03/2000 a 15/10/2007 - Busscar Ônibus S/A - PPP (fls. 116/118 da árvore de documentos) - Operador de Produção/Montador de Componentes I/Operador de Máquinas I - Mini Fábrica Pintura a Pó - ruído de 93,4 dB (29/03/2000 a 30/09/2001), 86,5 dB (01/10/2001 a 30/11/2004), 92,1 dB (01/12/2004 a 31/03/2005), 85,6 dB (01/04/2005 a 29/08/2007) e 87,5 dB (30/08/2007 a 15/10/2007) - habitual e permanente. Em relação ao pedido de reconhecimento do tempo especial de 14/10/1985 a 10/06/1986, como já salientado, não vejo como apreciar a especialidade ante a ausência de documentos essenciais para a instrução do feito. A parte autora não apresentou o respectivo formulário e laudo ambiental indicando os agentes insalubres a que supostamente esteve exposta. Assim, entendo ser o caso de indeferir a inicial neste ponto, pois o art. 283 do CPC preceitua que "A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação", estabelecendo o parágrafo único do art. 284 do CPC que "Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial". Portanto, neste particular, indefiro a inicial e julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 267, I, do CPC, a fim de possibilitar ao autor o ajuizamento de nova demanda, caso reúna os documentos necessários. Quanto ao período de 06/03/1997 a 16/11/1998 não é possível reconhecer como especial, pois o laudo técnico relaciona níveis variados de decibéis (82/86 dB) sem, no entanto, mencionar o tempo de permanência do trabalho em cada nível de medição efetuada, impossibilitando o cálculo da dose equivalente, que corresponde à média ponderada que considera o tempo que o indivíduo fica exposto a diferente níveis de ruído, conforme NR 15-MTE. Portanto, sem a informação do tempo de exposição em cada nível de ruído não é possível efetuar a média ponderada, revelando-se a média simples, esta anteriormente adotada por este juízo, ou logarítmica, inadequada para aferir a insalubridade. Estando o nível de ruído acima de 80 dB nos períodos de 15/11/1979 a 10/01/1980, 01/11/1980 a 08/01/1983, 01/08/1983 a 05/09/1983, 01/12/1983 a 13/06/1985, 16/07/1986 a 13/03/1991 e 02/05/1991 a 05/03/1997; e acima de 85 dB no período de 29/03/2000 a 15/10/2007, entendo que as informações contidas nos PPP's apresentados atendem à exigência das Leis 9.032/95 e 9.528/97, razão pela qual reconheço a especialidade dos referidos períodos".
3. Apresentação de recurso de sentença pelas partes.
4. Reforma parcial da sentença pela 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, nos seguintes termos: "(...) Recurso do INSS: a) nos períodos de 01.11.1980 a 08.01.1983, 01.08.1983 e de 05.09.1983 a parte autora laborou na empresa Cerâmica Dordet Ltda., na função de servente. Os laudos ambientais e PPP's (evento67 - OFIC1) indicam que a parte autora, nos períodos em questão, no exercício das atividades inerentes ao cargo, esteve exposta, de forma habitual e intermitente, ao agente nocivo ruído com intensidade entre 72 e 91 dB (A). Conforme atestam os documentos juntados aos autos, a parte autora nos períodos em análise esteve exposta ao agente agressivo ruído em patamar superior ao limite estabelecido pelo decreto regulamentador, qual seja 80 dB (A), o que autoriza o cômputo privilegiado desses períodos. (...) Em conclusão: nos casos envolvendo oscilação de ruído deve-se adotar os seguintes critérios: a) Havendo elementos probatórios suficientes e conclusivos acerca da média ponderada de ruído esta é a que deve ser utilizada nos termos da decisão da TRU; b) Caso contrário, ou seja, na ausência de prova conclusiva ou possível da média ponderada, deve-se aferir o ruído pelos picos observados conforme entendimento histórico deste colegiado. Está pacífico na TNU que a exposição habitual e permanente a agentes agressivos para que haja o reconhecimento da especialidade dos períodos somente é exigível a partir da Lei nº 9.032/95, conforme se depreende da decisão proferida no processo nº 200671950214055 (...) Desta forma, deve ser mantido o reconhecimento da especialidade dos períodos em questão. b) no período de 01.10.2001 a 18.11.2003 a parte autora laborou na empresa Busscar Ônibus S/A, na função de montador de componentes I. O laudo ambiental e PPP (eventos 9 e 11 - PROCADM3 e LAU8) indicam que a parte autora, nos períodos em questão, no exercício das atividades inerentes ao cargo, esteve exposta, de forma habitual e permanente, ao agente nocivo ruído com intensidade de 86,5 dB (A) e de modo eventual a agentes químicos (hidrocarbonetos e óleos minerais). Quanto ao agente agressivo ruído não é possível o reconhecimento da especialidade, uma vez que a exposição da parte autora a esse agente ocorria em patamar inferior ao limite estabelecido pelo decreto regulamentador, qual seja 90 dB (A). Também não é possível o reconhecimento da especialidade pela exposição aos agentes químicos, pois a parte autora se expunha a esse agente agressivo de modo eventual. (...) Desta forma, as atividades desempenhadas pela parte autora neste período não devem ser enquadradas como especiais.
5. Incidentes de uniformização de jurisprudência, apresentados pela autarquia e pelo autor.
6. Decisão da Segunda Turma Recursal de Santa Catarina:
Inadmitido o Incidente apresentado pela parte autora, em virtude de dois argumentos: caso de incidência da questão de ordem n.º 13, da TNU, e impossibilidade de reexame de prova.
Admissão do Incidente de Uniformização de Jurisprudência apresentado pelo Instituto Previdenciário.
7. Incidente do instituto previdenciário: Defesa do entendimento de que inexistência de informações no processo que permitam apurar a média ponderada do ruído, somente poderá ser reconhecida a especialidade da atividade quando o nível mínimo de ruído aferido for superior aos limites legais.
8. Indicação, pela autarquia, de precedente da 3ª Turma Recursal de Minas Gerais: autos de n.º 2005.38.00.742798-0 (877739120054013).
9. Incidente do autor: pedido de realização de cálculo da média de ruído durante o período em que trabalhou na empresa Consul S/A, sucedida pela Whirlpool S/A, posto que o laudo ambiental não indicou tepo de permanência do trabalho em cada nível de medição.
10. Caso em que os períodos controversos, pertinentes à comprovação de especiais condições de trabalho, são anteriores à Lei n.º 9.032/95.
11. Menção a importante precedente da TNU: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. TRABALHO ANTERIOR À LEI Nº 9.032/95. EXPOSIÇÃO PERMANENTE. DESNECESSIDADE. 1. Cabe Pedido de Uniformização Nacional quando demonstrado que a decisão recorrida contraria jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. 2. Conforme entendimento já uniformizado pela TNU, "para fins de caracterização de tempo de serviço especial, aplica-se a lei vigente à época da prestação do trabalho, motivo pelo qual em relação ao tempo de serviço trabalhado antes de 29.04.95, data da publicação da Lei nº 9.032/95, não se exigia o preenchimento do requisito da permanência, embora fosse exigível a demonstração da habitualidade e da intermitência." Precedente: PU 200451510619827, Juíza Federal Jaqueline Michels Bilhalva, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 20/10/2008 3. Havendo exposição ao ruído acima do limite de tolerância é possível o reconhecimento da especialidade, se comprovada que a exposição ocorreu de maneira habitualidade, ainda que não tenha ocorrido permanentemente. Tal raciocínio implica em não se considerar a média aritmética simples como meio de aferição da permanência, já que tal requisito não é necessário para a comprovação da especialidade da atividade de atividades desenvolvidas até a edição da Lei 9.032/95. 4. Pedido de Uniformização conhecido e, no mérito, parcialmente provido para o efeito de devolver o processo à Turma Recursal para readequação."(PEDILEF n.º 2007.72.51.004360-5 - Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris).
12. Incidente da autarquia - desprovido.
13. Parcial provimento do incidente da parte autora para que haja reanálise do pedido em consonância com o precedente acima referido, nos termos da questão de ordem nº 20, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização desprover o incidente de uniformização de jurisprudência ofertado pela autarquia e prover em parte o incidente de uniformização de jurisprudência da lavra da parte autora.
Brasília, 15 de maio de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0504570-22.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA RAIMUNDA DE LIMA
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. IDOSO. TESE ATINENTE À DATA DO INÍCIO DO PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE A HIPÓTESE DOS AUTOS E OS PARADIGMAS APRESENTADOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
1. Pedido de concessão de amparo social a idoso.
2. Sentença de procedência do pedido.
3. Interposição de recurso pela autarquia-ré
4. Reforma da sentença pela Turma Recursal do Ceará.
5. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001 (fls. 80/88).
6. Defesa de ser a data do requerimento administrativo o termo inicial do pagamento do benefício assistencial concedido por não ter ocorrido mudança nas razões de fato e de direito que fundamentaram o pedido inicial.
7. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes da lavra da Turma Nacional de Uniformização - TNU: PEDILEFs nº 200361840705880, nº 200361840367249 e nº 200543009039683.
8. Inadmissibilidade do incidente pela Presidência da Turma Recursal do Ceará.
9. Apresentação, pela parte autora, do requerimento previsto no art. 15, § 4º, da Resolução nº 22, de 04-09-2008, da lavra do CJF - Conselho da Justiça Federal.
10. Distribuição do incidente.
11. Inexistência de similitude fático-jurídica entre o caso dos autos e os precedentes invocados .
12. Caso dos autos em que houve apenas alteração da sentença, pela Turma Recursal, quanto à data do início do benefício, nos seguintes termos, "in verbis": "No entanto, em relação à DIB, entendo que esta deve ser contada a partir da prolação da sentença, uma vez que a Administração (INSS) não pode ter por parâmetro para a concessão do benefício a interpretação analógica do artigo 34, do Estatuto do Idoso, meio hermenêutico inerente ao Poder Judiciário, aplicador da lei, e que foi utilizado no presente caso." Jurisprudência da TNU - Turma Nacional de Uniformização concernente ao prestígio que se deve dar ao livre convencimento motivado do julgador e às circunstâncias socioeconômica, profissional e cultural favoráveis à concessão do benefício - menção a dois importantes precedentes .
13. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não admitir o incidente de uniformização de jurisprudência ofertado pela parte autora.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0508737-88.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EDMILSON MOREIRA MARINHO
PROC./ADV.: ADAUDETE PIRES DUARTE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 42, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão aposentadoria por idade, formulado por rurícola.
2. Sentença de improcedência do pedido, gravada no formato 'mp3'.
3. Manutenção da sentença, pelos próprios fundamentos, pela Turma Recursal do Ceará.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. Defesa de existir, nos autos, início de prova material hábil a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.
6. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recursos Especiais nº 529460/PR e nº 642364/CE, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; Súmula nº 30, PEDILEFs nº 200443009027480, nº 200570510019810, emanados na Turma Nacional de Uniformização - TNU.
7. Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.
8. Inadmissibilidade do incidente junto à Tuma Recursal do Ceará.
9. Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
10. Distribuição do incidente.
11. Julgado cujo exame de prova foi baseado em documentação carreada aos autos e nos depoimentos colhidos. Segundo decisão combatida, os elementos de prova juntados, compostos de cópia da certidão de casamento em que a parte autora está qualificada com agricultora, e cópia da carteira de filiação a sindicato rural a contar de 1998, não foram suficientes a convencer o juízo, mormente por ser proprietária de fazenda composta de 05 (cinco) módulos rurais, em que faz cultivo de milho e feijão, apresenta 30 (trinta) cabeças de gado bovino e 70 (setenta) cabeças de gado ovino, podendo ser classificada como pequeno proprietário, enquadrável como contribuinte individual, não sendo, assim, de mera subsistência a atividade que desenvolve.
12. Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação da súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
13. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2009.70.55.001704-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANA LADY ZANELA PASQUALI
PROC./ADV.: PATRICIA MARA GUIMARAES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. INDICAÇÃO DE PRECEDENTE DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
2. Sentença de improcedência do pedido.
3. Interposição de recurso pela parte autora.
4. Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Paraná, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.
5. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6. Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.
7. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes emanados do Tribunal Regional Federal da 4ª Região: Processos nº 00004796820104049999, nº 200971990048829 e nº 2005.04.01.005979-7.
8. Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.
9. Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Paraná.
10. Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
11. Distribuição do incidente.
12. Impossibilidade de examinar o pedido de uniformização de lei federal, posto que a divergência trazida aos autos concerne a julgado de Tribunal Regional Federal.
13. Existência de julgado da TNU - Turma Nacional de Uniformização a respeito do tema: "PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização formulado por Leontino Alves da Silva, fls. 103/108, apontando suposta divergência entre a Turma Recursal/PB (fl. 100) com a jurisprudência dominante do STJ, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001 , sobre a revisão da renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez. 2. A Sentença do Exmo. Dr. Rogério de Meneses Fialho Moreira, fls. 67/70, indeferiu o a revisão da rmi do Autor ao argumento de que: a) o benefício resulta da conversão do auxílio-doença (DIB 01/01/75 ¿ fl. 14) e só haveria a revisão se após a concessão do auxílio-doença houvesse alguma contribuição a calcular; b) quanto à URV, o mês de fev/94 não faz parte do período básico de cálculo do benefício; c) não se aplica o IGP-DI nos anos de 97, 99, 2000 e 2001, consoante decisão do STF. 3. Acórdão impugnado da TR/PB (fl.100), relatado pela Exma. Dra. Cristina Maria Costa Garcez (votos orais), confirmou a sentença por seus próprios fundamentos. 4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundando em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF). 5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs. 6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma", (PEDILEF 200382100009577, JUIZ FEDERAL HÉLIO SILVIO OUREM CAMPOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 23/05/2006).
14.Incidência do "caput" do art. 14, da Lei nº 10.259, de 12-07-2001, "in verbis": "Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei".
15. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.51.54.000063-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA APARECIDA DE BRITO
PROC./ADV.: ROSANA LOPES ALMEIDA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. DATA DO INÍCIO DO BENEFÍCIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 42 DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. PRESTÍGIO AO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. RECURSO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão de benefício por incapacidade.
2. Sentença de parcial procedência do pedido.
3. Reforma parcial do julgado, pela Turma Recursal do Rio de Janeiro, nos seguintes termos: "Com razão a recorrente. Nas hipóteses em que não se possa estipular a data de início da incapacidade e parte autora venha recebendo benefício por incapacidade cuja causa seja a mesma doença aferida pelo perito, deve a DIB ser fixada na data da cessação".
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela autarquia, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. Defesa da tese de que quando o perito não pode precisar a data exata, o termo inicial do benefício deve corresponder à data da perícia realizada em juízo.
6. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recurso Especial nº 280471; Recurso Especial nº 263112; Agravo Regimental no RECURSO Especial - 631668; Agravo Regimental no Agravo Regimental no Recurso Especial - 401285; TRF 4ª Região - AC Processo: 9704196334; PEDILEF nº 2005.84.00.50.1493-1.
7. Inadmissibilidade do incidente pela Tuma Recursal do Rio de Janeiro.
8. Apresentação, pela parte recorrente, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
9. Decisão da lavra do Ministro Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização, no sentido de admitir o incidente, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno do Colegiado citado.
10. Desconsideração dos julgados dos Tribunais Regionais Federais. Apenas a existência de eventual contrariedade, na interpretação da lei federal sobre questões de direito material, entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais e decisões de outras Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais, ou com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, revelam hipóteses de cabimento de pedido de uniformização, como consta nos §§ 1º e 2º, do art. 14, da Lei nº 10.259/2001.
11. Temática referente à alteração da data do início do benefício - depende do contexto dos autos.
12. Julgado objeto dos autos - levou em consideração toda a situação fática.
13. Prestígio ao princípio do livre convencimento motivado, descrito no art. 436, do Código de Processo Civil.
14. Não conhecimento do incidente com respaldo na impossibilidade do reexame de provas no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização, a teor do que preceitua a súmula nº 42.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0509212-44.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DAS GRAÇAS ALVES LESSA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
2. Sentença de improcedência do pedido.
3. Interposição de recurso pela parte autora.
4. Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.
5. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6. Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.
7. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recursos Especiais nº 64.917/SP e nº 669477/CE, da lavra do Superior Tribunal de Justiça; Súmulas nº 06 e nº 14 e PEDLEFs nº 2004.81.10.02.8197-8, nº 200570950142190, nº 200570950084220, nº 200672950157244, nº 200572950189848, nº 200482000094319, nº 200683055013640, nº 200443009016456, nº 200570950136554 e nº 200672950090344, emanados da Turma Nacional de Uniformização - TNU.
8. Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.
9. Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.
10. Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
11. Distribuição do incidente.
12. Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.
13. Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) Com o objetivo de cumprir o requisito do art. 55, § 3º, da Lei n.º 8.213/1991, o(a) requerente juntou sua documentação sindical, na qual consta sua filiação em 2005, ou seja, quando já tinha 57 anos de idade. Também trouxe sua certidão de casamento, onde consta que seu marido, no longínquo ano de 1967, era agricultor. Ocorre que, convenientemente, a autora alega que é separa há cerca de 15 anos, talvez porque o INSS comprovou que seu marido recebe amparo social ao deficiente físico desde 1997 e já teve vínculos como contribuinte individual. Outros documentos que junta são uma ficha de saúde, declarações escolares e recibo de compra de material agrícola (anexo 03), mas todos com fortes indícios, quando não certeza, de falsificação. A ficha de saúde, por exemplo, é uma fotocópia (manuseada em audiência) assinada pelo próprio Secretário de Saúde! Será que ele foi na casa da autora fazer esse levantamento pessoalmente? Em consulta ao google, todos os atos do Secretário que lá aparecem são de 2003 em diante, forte indício de que a datação de 1999 da ficha é falsa. A folha de matrícula padece dos mesmos vícios, pois parece uma fotocópia posteriormente preenchida onde absolutamente todo mundo é agricultor. Ora, será que Chorozinho não tem um comerciante? Finalmente, o recibo de 2000 tem um número de telefone com 04 prefixos, inovação que ainda não existia. Assim, a prova mais antiga é posterior aos 55 anos da autora, não havendo início de prova material. Em seu depoimento pessoal, a autora não demonstrou desenvoltura e espontaneidade em sua explanação, mas respondeu corretamente todas as perguntas que lhe foram formuladas. No entanto, creio ser inconcebível que alguém que vive de subsistência na agricultura sustentar duas casas. Uma em que passa os fins de semana na cidade e outra no local de trabalho. Já em inspeção judicial, apesar de ter as mãos de uma mulher trabalhadora, não tinha aqueles calos típicos de quem trabalha na agricultura há tantos anos sozinha. (...)."
14. Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
15. Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0501164-66.2009.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GISELDA SAMPAIO BESSA SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
2. Sentença de improcedência do pedido.
3. Interposição de recurso pela parte autora.
4. Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.
5. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6. Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.
7. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Agravos Regimentais no Recurso Especial nº 939.191/SC, nº 691391/PR, e Ação Rescisória nº 3.347/CE, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; e Súmula nº 14, emanada da Turma Nacional de Uniformização - TNU.
8. Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.
9. Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
10. Distribuição do incidente.
11. Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.
12. Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) - A demonstração da condição de rurícola depende de início de prova material, não podendo ser deferido o benefício em razão de prova meramente testemunhal (súmula 149 STJ). - No caso em tela, a prova testemunhal é frágil, não trazendo elementos hábeis a caracterizar a parte como segurada especial, merecendo realce a contradição quanto ao tempo de morada da demandante na zona rural: esta disse que sempre ali residiu, enquanto sua testemunha afirmou que há apenas cinco anos a mesma se mudou para o sítio. Noutro ponto, a prova documental é escassa e extemporânea ao período de carência, sendo certo que a condição de rurícola do ex-marido da autora não pode ser considerada, pois confirmado que este de há muito exerce a função de eletricista. Ademais, os documentos em comento dão conta de que a autora votou em Mossoró por dez anos, nos últimos quinze anos. (...)."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13. Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
14. Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500168-95.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCIA REINALDO RIBEIRO
PROC./ADV.: JOSÉ RIBAMAR ALVES LINS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO ENTRE OS PRECEDENTES INVOCADOS E A HIPÓTESE DOS AUTOS. DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE DEMONSTRAR, EFETIVAMENTE, DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL EVENTUALMENTE EXISTENTE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
1. Pedido de concessão aposentadoria por idade, formulado por rurícola.
2. Sentença de improcedência do pedido.
3. Manutenção da sentença,com espeque nos próprios fundamentos, pela Turma Recursal do Ceará.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões de recurso.
6. Inadmissibilidade do incidente pela Tuma Recursal do Ceará.
7. Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade a ser efetuado pelo Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
8. Distribuição do incidente.
9. O incidente de uniformização pressupõe a existência de tema de direito material e de julgados da lavra de Turmas Recursais de diferentes regiões ou de julgados de jurisprudência dominante do STJ - Superior Tribunal de Justiça.
10. Parte recorrente - não cumpriu a exigência de demonstrar analiticamente a divergência, apresentando incidente genérico.
11. Ônus da parte que não se transfere ao juiz.
12. Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.72.55.004394-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): KARINA NUSS ZUCKI
PROC./ADV.: SÉRGIO RENATO DE MELLO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE RÉ - INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO MATERNIDADE. PERÍODO DE GRAÇA. DESEMPREGO VOLUNTÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.
1. Pedido de concessão de salário maternidade.
2. Sentença de procedência do pedido. Reprodução de importante trecho da sentença: "No caso dos autos, a parte-autora alega que seu último vínculo empregatício encerrou-se em 11/09/2007, tendo ela mantido a qualidade de segurada por dois anos após a extinção do contrato de trabalho, nos termos do art. 15, II, da Lei 8.213/91. Desta forma, tendo sua filha nascido em 24/05/2009, ela mantinha a qualidade de segurada na data do parto. (...) Da simples leitura deste artigo, verifica-se que o inciso II é expresso ao dispor que mantém a qualidade de segurado, até 12 meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social. Além disso, o § 2º prescreve que o prazo estabelecido no referido inciso será acrescido de mais 12 meses (totalizando assim 24 meses) para o segurado desempregado, desde que comprovada esta condição no Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Desta forma, se o último vínculo empregatício da autora terminou em 11/09/2007, ela mantinha a qualidade de segurada quando da data de nascimento de sua filha - 24/05/2009, visto que ainda não decorridos 24 meses do encerramento do vínculo laboral. Saliento que os Tribunais têm entendido (posição que também adota este magistrado) que a necessidade de comprovação de registro no Ministério do Trabalho e da Previdência Social deve ser abrandada, sendo possível, nos termos da Súmula 27 da TNU, a comprovação do desemprego por outros meios de prova, inclusive através da CTPS sem nova anotação de contrato de trabalho. (...)Note-se, ainda, que a certidão de nascimento acostada ao evento 1 (CERTNASC3) registra a qualificação da autora, por ocasião do registro do nascimento, como "do lar", indicando, assim, que estava desempregada. Assim sendo, entendo que a autora não havia perdido a qualidade de segurado quanto verteu uma contribuição em 04/2009, a título de contribuinte individual. Desta forma, se não houve perda da qualidade de segurado, a autora pode contar as contribuições anteriores ao rompimento do pacto laboral como carência. (...) Analisando a contagem de tempo de serviço CTEMP11, verifica-se que a autora possuía 27 meses de carência, suficiente para a concessão do benefício, nos termos do art. 25, III, da Lei 8.213/91".
3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal de Santa Catarina após, baixa do feito em diligência para comprovação da situação de desemprego por outros meios. Entendimento de que restou comprovada a qualidade de desempregada após prova testemunhal e que o fato de o desemprego não ser alheio à vontade da Autora não lhe retira o direito à manutenção da qualidade de segurada, ante a inexistência de exigência legal de que a situação de desemprego seja involuntária.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autarquia-ré, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. Alegação de que o julgado contraria decisão do STJ (Pet. 7.115-PR) em que foi externado que a extensão do período de graça só poderia ocorrer quando comprovado o desemprego involuntário.
6. Inadmissão pela do Incidente pela Segunda Turma Recursal de Santa Catarina. Não comprovação da divergência.
7. Apresentação, pela parte recorrente, de requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
8. Distribuição do incidente.
9. Consta, nos autos, depoimento da parte autora nos seguintes termos: "que antes de a filha nascer, trabalhava na empresa Valdeci Thomé Confecções, seu último emprego; que trabalhou nesta empresa até 2007, não lembrando o dia certo; que trabalhou lá por quase 2 anos; (...) que depois da Valdeci Thomé ficou 3 anos "fora", e agora está trabalhando novamente; atualmente trabalha na empresa Isabela Lingerie; que entre a Valdeci Thomé e a Isabela Lingerie não teve outro emprego; que neste período de 3 anos ficou em casa, com a mãe; que mora com a mãe; que chegou a contribuir para o INSS, mas não completou o tempo e sua filha nasceu; pagou somente um mês; (...) reafirma que neste período não teve qualquer atividade remunerada, nem por conta própria; que não chegou a procurar emprego nestes 3 anos, decidiu ficar em casa por sua vontade; (...) que saiu da empresa Valdeci Thomé porque quis, 'pediu a conta'; que nesta época já estava casada."
10. Observa-se que a própria autora confirma que a situação de desemprego se deu de fato voluntária.
11. Decisum em divergência com entendimento do STJ.
12. Entendo que a prorrogação do período de graça prevista no parágrafo 2º do art. 15 da Lei nº. 8.213/91 somente se aplica às hipóteses de desemprego involuntário.
13. Necessidade de interpretação da norma de acordo com a Carta Maior.
14. Não se deve perder de vista que, ao dispor sobre a Previdência Social, a Constituição da República prescreve que ela atenderá, nos termos da lei, à proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário (artigo 201, inciso III).
15. Incidente provido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização prover o incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 21 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2010.70.54.002062-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CREUSA BARBOSA CRUZ BRILHANTE
PROC./ADV.: ROSEMAR CRISTINA L. MARQUES VALONE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO DE LABOR RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL HÁBIL A COMPROVAR O TRABALHO RURAL. PROVA TESTEMUNHAL POUCO CONVINCENTE. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 18, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.
1. Pedido de aposentadoria por idade.
2. Sentença de improcedência do pedido , mantida pela Turma Recursal do Paraná nos termos do art. 46, da Lei nº 9.099/95.
3. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
4. Alegação de que houve juntada de início de prova material.
5. Argumentação de que o trabalho urbano desempenhado por um dos membros da família não constitui óbice ao reconhecimento do regime de economia familiar.
6. Indicação, pela parte recorrente, de precedente da lavra do STJ - Superior Tribunal de Justiça: Recurso Especial nº 1.118.667.
7. Inadmissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal do Paraná.
8. Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
9. Determinação de distribuição do feito.
10. Inexistência de similitude fático-jurídica entre o caso dos autos e o julgado paradigma.
11. Caso em que o juízo de primeiro grau verificou que, além do exercício de atividade urbana por integrante do grupo familiar houve fragilidade da prova testemunhal produzida, o que inviabilizou o reconhecimento do regime de economia familiar.
12. Aplicação, à hipótese dos autos, da questão de ordem nº 18, da TNU - Turma Nacional de Uniformização: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
13. Não conhecimento do incidente.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0013344-74.2010.4.02.5151
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: GILSON FERREIRA CAMPOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): BANCO DO BRASIL S/A
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A): BANCO PANAMERICANO S/A
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A): BMG
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO EM FOLHA SUPERIOR A 30% (TRINTA POR CENTO). EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. TEMA REFERENTE À LEGITIMIDADE PASSIVA. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE MOTIVADO EM SITUAÇÕES DISTINTAS.
1. Pedido da parte autora de cessação dos descontos efetuados em sua folha de pagamento em razão de empréstimo consignado e de indenização por danos morais pelos prejuízos sofridos.
2. Sentença de extinção do processo sem resolução do mérito em virtude do reconhecimento da ilegitimidade de parte da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.
3. Interposição de recurso pela parte autora.
4. Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Rio de Janeiro.
5. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001 (fls. 74/83).
6. Defesa de haver legimitidade passiva da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA para a causa.
7. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Processo nº 454478420074013, emanado da Turma Recursal do Distrito Federal; e Apelações Cíveis nº 200651010117143 e nº 200971020008450, advindas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
8. Oferecimento, pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, de contrarrazões.
9. Inadmissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência junto à Turma Recursal do Rio de Janeiro.
10. Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
11. Distribuição do incidente.
12. Caso dos autos demonstra que o presente incidente não merece ser conhecido em razão da ocorrência de três situações distintas.
13. Primeira situação: Impossibilidade de apreciação de incidente cujo precedente decorra de Tribunal Regional Federal. Referência às Apelações Cíveis nº 200651010117143 e nº 200971020008450, advindas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
14. Existência de julgado da TNU - Turma Nacional de Uniformização a respeito do tema: "PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização formulado por Leontino Alves da Silva, fls. 103/108, apontando suposta divergência entre a Turma Recursal/PB (fl. 100) com a jurisprudência dominante do STJ, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001 , sobre a revisão da renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez. 2. A Sentença do Exmo. Dr. Rogério de Meneses Fialho Moreira, fls. 67/70, indeferiu o a revisão da rmi do Autor ao argumento de que: a) o benefício resulta da conversão do auxílio-doença (DIB 01/01/75 ¿ fl. 14) e só haveria a revisão se após a concessão do auxílio-doença houvesse alguma contribuição a calcular; b) quanto à URV, o mês de fev/94 não faz

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

parte do período básico de cálculo do benefício; c) não se aplica o IGP-DI nos anos de 97, 99, 2000 e 2001, consoante decisão do STF. 3. Acórdão impugnado da TR/PB (fl.100), relatado pela Exma. Dra. Cristina Maria Costa Garcez (votos orais), confirmou a sentença por seus próprios fundamentos. 4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundando em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF). 5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs. 6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma", (PEDILEF 200382100009577, JUIZ FEDERAL HÉLIO SILVIO OUREM CAMPOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 23/05/2006).
15. Segunda situação: Tratando-se de suposta divergência entre Turmas Recursais, "a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido". Precedentes desta Turma de Uniformização: PEDILEF nº 05006545020094058402 e PEDILEF nº 00058762220104013200.
16. Caso dos autos em que não há indicação da fonte de obtenção do julgado da Turma Recursal de Goiás trazido como paradigma pela parte autora no presente pedido de uniformização.
17. Terceira situação: O incidente de uniformização pressupõe a existência de tema de direito material e de julgados da lavra de Turmas Recursais de diferentes regiões ou de julgados de jurisprudência dominante do STJ - Superior Tribunal de Justiça.
18. Descabe incidente de uniformização versando sobre questão de direito processual. Inteligência da Súmula nº 43 da Turma Nacional de Uniformização.
19. Incidente de uniformização de jurisprudência não admitido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não admitir o incidente, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0501430-31.2010.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
1. Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
2. Sentença de improcedência do pedido.
3. Interposição de recurso de sentença, pela parte autora.
4. Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará.
5. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6. Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.
7. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Súmula nº 14, da lavra da Turma Nacional de Uniformização - TNU; e Apelações Cíveis nº 96.04.04928-3/RS e nº 96.04.04928-3/RS.
8. Inadmissibilidade do incidente junto à Turma Recursal do Ceará.
9. Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
10. Distribuição do incidente.
11. Caso dos autos - demonstra que o presente incidente não merecer ser conhecido em razão da ocorrência de duas situações distintas.
12. Primeira situação: Impossibilidade de apreciação de incidente cujo precedente decorra de Tribunal Regional Federal. Referência às Apelações Cíveis nº 96.04.04928-3/RS e nº 96.04.04928-3/RS (grifou-se).
13. Existência de julgado da TNU - Turma Nacional de Uniformização a respeito do tema: "PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização formulado por Leontino Alves da Silva, fls. 103/108, apontando suposta divergência entre a Turma Recursal/PB (fl. 100) com a jurisprudência dominante do STJ, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001 , sobre a revisão da renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez. 2. A Sentença do Exmo. Dr. Rogério de Meneses Fialho Moreira, fls. 67/70, indeferiu o a revisão da rmi do Autor ao argumento de que: a) o benefício resulta da conversão do auxílio-doença (DIB 01/01/75 ¿ fl. 14) e só haveria a revisão se após a concessão do auxílio-doença houvesse alguma contribuição a calcular; b) quanto à URV, o mês de fev/94 não faz parte do período básico de cálculo do benefício; c) não se aplica o IGP-DI nos anos de 97, 99, 2000 e 2001, consoante decisão do STF. 3. Acórdão impugnado da TR/PB (fl.100), relatado pela Exma. Dra. Cristina Maria Costa Garcez (votos orais), confirmou a sentença por seus próprios fundamentos. 4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundando em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF). 5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs. 6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma", (PEDILEF 200382100009577, JUIZ FEDERAL HÉLIO SILVIO OUREM CAMPOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 23/05/2006).
14.Segunda situação: impossibilidade de subsunção da hipótese dos autos ao verbete de nº 14, da lavra da Turma Nacional de Uniformização - TNU - julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos (grifou-se).
15. Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) No caso em exame, não há indícios suficientes para convencimento do julgador acerca do efetivo exercício de labor rural durante o período de carência. Não consta nos autos o início de prova material de labor rural contemporâneo ao período correspondente à carência do benefício pleiteado. A documentação apresentada é recente, datada a partir de 2004, enquanto o período de carência remonta a 1994, nos termos do art. 142 da Lei nº 8.213/91. Saliente-se ainda que na carteira emitida pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Tauá (anexo 14) consta que a autora se filiou em 15/12/2007, ou seja, em data posterior ao indeferimento administrativo da aposentadoria, ocorrido em 30/01/2007. Embora os depoimentos colhidos em audiência não tenham sido contraditórios, não foram suficientes para suprir as lacunas que se apresentaram. (...)."
16. Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
17. Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2010.72.60.001418-6
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LUIZ ANTONIO RECH
PROC./ADV.: ANILSE S. SEIBEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. INDICAÇÃO DE PRECEDENTE DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE DE REANÁLISE DE MATÉRIA OBJETO DE PROVAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 DA TNU. PRECEDENTES DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão de benefício por incapacidade.
2. Sentença de improcedência do pedido. Laudo pericial atesta a capacidade da parte autora. Transcrevo importante trecho: "Analisando detidamente o laudo pericial, observo que a perícia concluiu que não há incapacidade laboral e também não atestou incapacidade retroativa passível de concessão de benefício. Questionado acerca da existência de incapacidade da parte autora para desenvolver atividades típicas de sua ocupação profissional, o perito respondeu: "No momento do exame pericial não. Autor refere incapacidade ao labor devido dor nas costas. Ao exame físico ausência de limitações a flexão e extensão de coluna vertebral, massas musculares paravertebrais, de membros superiores e membros inferiores tróficas e simétricas, preservação de força e sensibilidade de membros superiores e inferiores, Lasègue e Lasègue Modificado negativos, presença e simetria de reflexos patelares e aquileus significando ausência de comprometimento radicular incapacitante na data do exame. Documentos médicos apresentados, principalmente estudo tomográfico da coluna lombar datado de 08.07.2009, mostram sinais de cunho eminentemente constitucionais, confirmando o exame físico hoje realizado e nos possibilitando, com base também na história natural das patologias de coluna, afirmarmos que doença do autor não está incapacitando ao labor" (vide resposta ao quesito "d" do Juízo). Em função desta conclusão técnica, a parte autora não faz jus ao benefício de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença por não estar incapacitada para o trabalho. Destaque-se que havendo eventual crise ou agravamento temporário da doença cabe ao autor pleitear novamente o auxílio-doença. A impugnação ao laudo pericial apresentada pela parte autora não merece acolhimento, eis que desprovida de demonstração específica de que tenha havido incorreção nas conclusões do perito. Ressalte-se que afirmações constantes de atestado médico fornecido por profissional que já foi médico ou assistente da parte autora não gozam da mesma presunção de imparcialidade que o perito de confiança do juízo possui no âmbito desta situação litigiosa".
3. Manutenção da sentença pelos próprios fundamentos pela Turma Recursal de Santa Catarina.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. Defesa de que diante da divergência entre o perito judicial e o médico especialista em que a autora vem se tratando há anos, deve ser considerado o parecer do médico especialista que conhece melhor do que ninguém o quadro clínico da autora.
6. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: AC 2003.01.99.007581-2, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e AR 1427, STJ.
7. Inadmissibilidade do incidente pela Tuma Recursal de Santa Catarina.
8. Apresentação, pela parte recorrente, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
9. Distribuição do incidente.
10. Não conhecimento do incidente por três importantes fundamentos:
11. Primeiro Fundamento: Deixo de apreciar eventual divergência com precedentes de Tribunal Regional Federal. Apenas a existência de eventual contrariedade, na interpretação da lei federal sobre questões de direito material, entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais e decisões de outras Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais, ou com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, revelam hipóteses de cabimento de pedido de uniformização, como consta nos §§ 1º e 2º, do art. 14, da Lei nº 10.259/2001 (grifou-se).
12.Segundo Fundamento: Quanto precedente do STJ indicado pela parte autora inexiste similitude fático-jurídica entre o caso dos autos e o julgado invocado (grifou-se):
"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. CERTIDÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. CARACTERIZAÇÃO. DOCUMENTO NOVO. PREEXISTENTE AO ACÓRDÃO RESCINDENDO. CPC, ART. 485, VII. SOLUÇÃO PRO MISERO. ADOÇÃO. EXIGÊNCIA. PERÍODO DE CARÊNCIA. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES. I - Nos termos da assentada jurisprudência da Corte, considerando as condições desiguais vivenciadas pelo trabalhador rural, e adotando a solução pro misero, a prova, ainda que preexistente à propositura da ação originária, deve ser considerada para efeito do art. 485, VII, do CPC. Na hipótese dos autos, o documento novo acostado aos autos, consistente em Certidão de Cartório Eleitoral constitui início razoável de prova suficiente da atividade rurícola do Autor. II - Consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para fins de aposentadoria por idade, não é exigível, do trabalhador rurícola, a comprovação de período de carência. Precedentes. Documento: 1516819 - RELATÓRIO, EMENTA E VOTO - Site certificado Página 4 de Superior Tribunal de Justiça III - Ação rescisória procedente." AR 1427, Terceira Seção, Relator Ministro Gilson Dipp, Revisor Ministro Hamilton Carvalhid).
13. O precedente citado refere-se a benefício previdenciário de aposentadoria por idade rural e não benefício por incapacidade objeto dos autos.
14. Ausência de similitude fático-jurídica entre a hipótese dos autos e os precedentes invocados.
15. Terceiro Fundamento: Ademais, observo que o julgado objeto dos autos levou em conta toda a situação fática e probatória (grifou-se).
16. Matéria objeto de prova. Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação da súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
17. Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2010.72.54.000852-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADRIANA FELICIDADE FAGUNDES
PROC./ADV.: ÉZIO JEVERSON DE SOUZA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. RECEBIMENTO SIMULTÂNEO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE E ATIVIDADE REMUNERADA. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.1. Pedido de concessão de benefício por incapacidade.
2. Sentença de procedência do pedido.
3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal de Santa Catarina. Transcrevo importante trecho do v. acórdão: "(...) Insurge-se o INSS contra parte da sentença que concedeu à parte-autora o restabelecimento de seu benefício auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez a partir da data da perícia judicial. Requer sejam excluídas dos valores devidos as parcelas referentes ao período em que houve efetivo labor, bem como insurge-se da correção mo-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

netária e juros moratórios aplicados. (...) Em relação ao mérito, confirmo a sentença por seus próprios fundamentos (artigo 46 da Lei nº 9.099/95), ressalvando que o exercício de atividade laboral após o cancelamento do benefício e/ou antes do restabelecimento ou nova concessão de auxílio-doença não pressupõe capacidade laborativa, ainda mais considerando a necessidade de manutenção do próprio sustento, pela parte-autora, enquanto aguarda a definição acerca do benefício pleiteado. (Nesse sentido: AC 2000.71.08.006720-0/RS, 5ª Turma, Rel. Des. Federal Néfi Cordeiro, decisão unânime em 16-12-2003, DJ2 11-02-2004, p. 451). (...) Ora, em julgamentos anteriores esta Turma Recursal já assentou que o exercício de atividade remunerada em período em que atestada incapacidade não pressupõe capacidade laborativa, ainda mais quando o laudo pericial é categórico em afirmar a data de início da incapacidade. Ao contrário, trabalhar em estado de incapacidade prejudica a saúde do trabalhador e o próprio trabalho, influenciando negativamente na sua remuneração, se fundada em produtividade, ou no seu conceito profissional. Assim, somente quando há dúvida a respeito da data de início da incapacidade, o trabalho pode ser considerado como indício de capacidade. Se dúvida não existe, o trabalho sem condições de saúde não pode prejudicar o segurado. Registro, ainda, que esta Turma Recursal também já firmou o entendimento de que, não obstante a natureza substitutiva do benefício por incapacidade, a remuneração eventualmente percebida no período em que é devido benefício por incapacidade não implica abatimento do valor do benefício. Destarte, nada há para se modificar na sentença quanto a este ponto. (...)".
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela autarquia, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. Defesa da tese de incompatibilidade entre o recebimento de salário e de benefício por incapacidade de forma cumulativa, num mesmo período.
6. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Turma Recursal do Ceará - autos n.º 2006.81.00.502226-3; 1ª TURMA RECURSAL DO MATO GROSSO - autos n.º 2006.36.00.700037-1; 2ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO - autos n.º 2008.51.67.00189200-1; 2ª TURMA RECURSAL DA SEÇÃO DA BAHIA - autos n.º 2010.33.99.700092-4.
7. Admissibilidade do incidente pela Tuma Recursal de Santa Catarina.
8. Distribuição do incidente.
9. Incidente não conhecido por dois fundamentos:
10. Primeiro Fundamento: considerando a ausência de indicação da fonte de obtenção do julgado indicado como precedente pela parte autora, entendo não comprovada a divergência. Cito importantes precedentes: "a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido". Precedentes: PEDILEF 05006545020094058402 e PEDILEF 00058762220104013200 (grifou-se).
11. Segundo Fundamento: Este Colegiado já possui entendimento acerca do tema objeto do incidente (grifou-se).
12. Cito importante precedente: "o trabalho exercido pelo segurado no período em que estava incapaz decorre da necessidade de sobrevivência, com inegável sacrifício da saúde do obreiro e possibilidade de agravamento do estado mórbido. O benefício por incapacidade deve ser concedido desde o indevido cancelamento, sob pena de o Judiciário recompensar a falta de eficiência do INSS na hipótese dos autos, pois, inegavelmente, o benefício foi negado erroneamente pela perícia médica da Autarquia" (PEDILEF 200650500062090, Rel. Juiz Federal Antônio Schenkel).
13. Incidência da questão de ordem n.º 13, da TNU - Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2010.70.53.001092-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VALTER JOSÉ COELHO
PROC./ADV.: ROGERIO CEZAR MOLIN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. AVERBAÇÃO DE TRABALHO RURAL ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI Nº 8.213/91 E ANOTADO EM CTPS. TEMA REFERENTE À CARÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 24 E DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO - TNU. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
1. Pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, mediante averbação de labor rural.
2. Sentença de parcial procedência do pedido.
3. Interposição de recurso pela autarquia-ré.
4. Reforma da sentença pela Turma Recursal do Paraná para o fim de julgar improcedente o pedido autoral.
5. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6. Defesa de ser o empregador rural o responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, em se tratando de trabalhador rural com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, não havendo, assim, que se falar em carência ou contribuição.
7. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ: Recursos Especiais nº 737.182 /SP, nº 719.409/SP, nº 554.068/SP e nº 270.586/SP.
8. Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.
9. Admissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal.
10. Existência de plausibilidade jurídica entre os precedentes invocados e o caso dos autos.
11. Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) Do exame dos autos, nota-se que a autarquia previdenciária reconheceu 19 anos, 3 meses e 4 dias de tempo de contribuição do autor (evento 28), mas computou somente 110 meses de carência, excluindo o período em que a parte autora manteve vínculo empregatício rural. Porém, este período foi reconhecido pelo magistrado a quo, que inclusive o computou como carência. No entanto, apenas após o advento das Leis nº 8.212/91 e 8.213/91 é que passou a existir a obrigação para o empregador rural de recolher as contribuições em nome do segurado. Assim, não é possível considerar o tempo de serviço rural exercido antes do adventos dessas leis para efeitos de carência, como decidiu recentemente a TRU DA 4ª Região, conforme ementa acima. Isso porque o artigo 55, § 2º, da LBPS, ao se referir ao tempo de serviço do segurado trabalhador rural manteve a abrangência de tal expressão, com o mesmo conteúdo técnico que ela possuía na Lei Complementar n° 11/71, abrangendo não apenas o pequeno produtor, mas também o empregado rural. Dispunha o artigo 3° do mencionado diploma legal: "Art. 3° - São beneficiários do Programa de Assistência instituído nesta Lei Complementar o trabalhador rural e seus dependentes. § 1º - Considera-se trabalhador rural, para os efeitos desta Lei Complementar: a) a pessoa física que presta serviços de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie; b) o produtor, proprietário ou não que, sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração." Assim, a Lei Complementar n° 11/71 considerava como trabalhador rural tanto o empregado rural como aquele que trabalhasse em regime de economia familiar, hoje denominado segurado especial. Por isso, entendo que o artigo 55, § 2°, da Lei n° 8.213/91, ao se referir ao trabalhador rural está, na verdade, abrangendo todos aqueles que, no regime anterior, eram abrangidos por esta designação. Essa conclusão mostra-se também adequada do ponto de vista atuarial, já que no sistema da LC n° 11/71 o empregado rural não contribuía pessoalmente para o FUNRURAL. Já a contribuição cobrada das empresas em geral, na forma do art. 15, II, da Lei Complementar nº 11/71, possuía a alíquota reduzida de 2,4% sobre a folha de salários, sendo atuarialmente voltada apenas para o custeio dos benefícios então previstos naquela lei e não de aposentadorias por tempo de contribuição. Desse modo, conclui-se que o tempo de serviço do empregado rural prestado antes da edição da Lei nº 8.213, de 1991, o que é o caso dos autos, mesmo que devidamente anotado na CTPS, salvo o do empregado de empresa agroindustrial ou agrocomercial, não pode ser computado para efeito de carência do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. Assim, excluindo esse intervalo de tempo, o autor não implementa a carência necessária, não sendo, destarte, possível a concessão do benefício de aposentadoria conforme pretendido. (...)."
12. Tema já apreciado por este Colegiado, nos seguintes termos: "O tempo de serviço do segurado trabalhador rural anterior ao advento da Lei nº 8.213/91, sem o recolhimento de contribuições previdenciárias, pode ser considerado para a concessão de benefício previdenciário do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), exceto para efeito de carência, conforme a regra do art. 55, §2º, da Lei nº 8.213/91." (Súmula nº 24)
13. Incidência da Questão de Ordem nº 13, "in verbis": "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
14. Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

ROCESSO: 0500780-72.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ MARCÍLIO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA-RÉ. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CONTEMPORANEIDADE DA PROVA PRODUZIDA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 42, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
1. Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
2. Sentença de improcedência do pedido.
3. Interposição de recurso pela parte autora.
4. Reforma da sentença pela Turma Recursal do Ceará para o fim de julgar procedente o pedido e conceder à parte autora o benefício pleiteado na petição inicial.
5. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela autarquia-ré, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6. Argumentação no sentido de inexistir, nos autos, início de prova material contemporâneo e hábil a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar pela parte autora.
7. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes, da lavra do Superior Tribunal de Justiça e da TNU - Turma Nacional de Uniformização: Recurso Especial nº 434.015/CE; Agravo Regimental no Recurso Especial nº 712.825/SP; Agravo Regimental nos Embargos de Declaração do Agravo de Instrumento nº 561.483/SP; Ação Rescisória nº 3077/SP; e PEDILEF nº 2002.82.10.000301-7.
8. Oferecimento, pela parte autora, de contrarrazões.
9. Inadmissibilidade do incidente junto à Turma Recursal do Ceará.
10. Apresentação, pela autarquia-ré, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
11. Distribuição do incidente.
12. Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.
13. Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) - Não obstante tenha o INSS homologado o período trabalhado na agricultura entre 19 de março de 1996 e 28 de dezembro de 2008, a sentença proferida deixou de reconhecer o direito à aposentadoria rural face à inexistência de prova material do exercício da agricultura no período anterior aos vínculos urbanos existentes no Município de São Paulo (07.07.80 a 31.12.88 e 01.03.90 a 03.01.96). - Contudo, na hipótese, há que se considerar como efetivamente exercida a atividade rural na década de 70, em período suficiente para fins de cumprimento da carência exigida. - Com efeito, apurou-se em audiência que o autor afastou-se da zona rural apenas a partir do início da década de 80, quando viajou ao Município de São Paulo, aos 33 anos de idade, considerando-se idônea à comprovação material da atividade, a certidão do Serviço Militar atestando que, na oportunidade do alistamento, em fevereiro de 1972, o autor residia no Sítiu Umbú, Zona Rural de Santa Cruz. (...)."
14. Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
15. Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela autarquia-ré.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0504450-42.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VICENTE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM AVERBAÇÃO DE TEMPO RURAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. IMPOSSIBILIDADE DE REANÁLISE DE MATÉRIA OBJETO DE PROVAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 DA TNU.
1. Pedido de averbação de tempo rural para contagem de tempo em aposentadoria por tempo de contribuição.
2. Sentença de parcial improcedência do pedido , mantida pela Turma Recursal do Ceará, nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95.
3. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
4. Defesa de que não houve juntada, pela parte autora, de prova material da condição de rurícola.
5. Argumentação no sentido de ter sido comprovado o período de carência.
6. Indicação, pela parte recorrente, de precedentes do Superior Tribunal de Justiça: Recurso Especial nº 939.191/SC e Ação Rescisória nº 3.384/PR.
7. Ausência de admissão do incidente pela Presidência da Turma Recursal do Ceará.
8. Distribuição do incidente após apresentação, pela parte autora, de requerimento.
9. Análise, pelos órgãos julgadores da prova material e da prova testemunhal produzida nos autos.
10. Matéria objeto de prova.
11. Sentença fundamentada, em consonância com documentação trazida aos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

12. Inteligência da Súmula nº 42 da Turma Nacional de Uniformização: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
13. Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de abril de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0509869-49.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PAULO MARCOS MENEZES DA SILVA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. REABILITAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 42 DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. PRESTÍGIO AO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. RECURSO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão de benefício por incapacidade.
2. Sentença de improcedência. Colação de importante trecho da sentença: "Ocorre que, na hipótese presente, o suplicante fora submetido a programa de reabilitação profissional, tendo sido considerado apto para o exercício da função de assistente de escritório (anexo 21). Assim sendo, em face da reabilitação profissional do requerente, realizada pelo Instituto Réu para trabalho compatível com a sua deficiência, com o seu padrão de vida e a com a sua escolaridade, e da existência de capacidade laborativa residual, atestada por perito designado por este juízo, não há direito ao restabelecimento do benefício de auxílio-doença, tampouco a sua conversão em aposentadoria por invalidez. Da fundamentação retro expendida, não há como se dar guarida ao perseguido pela parte autoral, motivo por que o pedido deve ser pela improcedência."
3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, nos seguintes termos: "No caso vertente, o autor fora reabilitado para a função de Assistente de escritório, tendo o INSS cumprido o disposto no art. 62 da Lei n.8.213-91. O fato do autor não ter conseguido reingressar no mercado de trabalho não significa direito adquirido a manutenção do auxílio-doença, quando o mesmo já passou por um processo de reabilitação profissional."
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. Alegação de que não houve a devida reabilitação visual fazendo o autor jus à concessão do benefício requerido. Sustenta que, a enfermidade oftálmica do recorrente dificulta o exercício de qualquer atividade, em especial a sua gerencial e que diante de qualificação técnica deficitária e o grau da seqüela incapacitante, a parte autora não pode engajar-se em uma nova atividade.
6. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: PEDILEF 200783005052586 e PEDILEF 200583005060902.
7. Inadmissibilidade do incidente pela Tuma Recursal do Ceará. Reexame de mérito.
8. Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
9. Distribuição do incidente.
10. Temática referente à reabilitação profissional - é totalmente dependente do contexto dos autos.
11. Julgado objeto dos autos - levou em consideração toda a situação fática.
12. Prestígio ao princípio do livre convencimento motivado, descrito no art. 436, do Código de Processo Civil.
13. Não conhecimento do incidente com respaldo na impossibilidade do reexame de provas no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização, a teor do que preceitua a súmula nº 42.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500046-33.2010.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARCIANA MARQUES DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE SALÁRIO-MATERNIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE LABOR RURAL. EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS URBANOS. ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL BASEADO EM PROVA MATERIAL E DOCUMENTAL. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 18, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão de salário-maternidade.
2. Sentença , preservada pela Turma Recursal do Ceará, de improcedência do pedido.
3. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
4. Alegação de que a Turma Recursal do Ceará deixou de considerar documentos existentes nos autos.
5. Menção à súmula nº 14, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
6. Inadmissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal do Ceará.
7. Apresentação de requerimento pela parte autora.
8. Distribuição do incidente.
9. Hipótese em que a Turma Recursal do Ceará se ateve à prova documental e à fragilidade do depoimento da autora, que demonstrou desconhecer a lide rural. Menção, também, à profissão do marido da autora, exercida no meio urbano.
10. Aplicação, à hipótese dos autos, da questão de ordem nº 18, do presente tribunal de uniformização: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
11. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de juri
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0508198-61.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MANOEL CARLOS DE LIMA
PROC./ADV.: JOSÉ AUGUSTO PEREIRA BARBOSA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. LABOR URBANO DESEMPENHADO POR CÔNJUGE-VARÃO. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE OS PARADIGMAS E O CASO EM EXAME. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido, formulado pela parte autora, de concessão de aposentadoria por idade rural.
2. Sentença de improcedência do pedido.
3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. Defesa de inexistir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar, notadamente por não preencher o requisito da contemporaneidade.
6. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ: Recurso Especial nº 434.015/CE, Agravo Regimental no Recurso Especial nº 712.825/SP, Agravo Regimental nos Embargos de Declaração do Agravo de Instrumento nº 561.483/SP, Ação Rescisória nº 3077/SP, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; e PEDILEF nº 2002.82.10.000301-7, emanado da Turma Nacional de Uniformização - TNU.
7. Inadmissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal do Ceará.
8. Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
9. Distribuição do incidente.
10. Ausência de plausibilidade jurídica entre os precedentes apresentados e o caso dos autos Recurso Especial nº 434.015/CE: "RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. VALORAÇÃO DE PROVA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. INOCORRÊNCIA. 1. O conhecimento do recurso especial fundado na alínea "c" da Constituição da República requisita, em qualquer caso, a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas, votos ou notícias de julgamento. 2. "A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento." (artigo 55, parágrafo 3º, da Lei 8.213/91). 3. O início de prova material, de acordo com a interpretação sistemática da lei, é aquele feito mediante documentos que comprovem o exercício da atividade nos períodos a serem contados, devendo ser contemporâneos dos fatos a comprovar, indicando, ainda, o período e a função exercida pelo trabalhador. 4. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que para fins de concessão do benefício de aposentadoria por idade, o início de prova material deverá ser corroborado por idônea e robusta prova testemunhal. 5. Em havendo o acórdão recorrido afirmado que, a par de não bastante à demonstração do tempo de serviço a prova documental, a testemunhal era insuficiente à comprovação da atividade rural desempenhada pelo segurado, a preservação da improcedência do pedido de aposentadoria por idade é medida que se impõe. 6. Ademais, a 3ª Seção desta Corte tem firme entendimento no sentido de que a simples declaração prestada em favor do segurado, sem guardar contemporaneidade com o fato declarado, carece da condição de prova material, exteriorizando, apenas, simples testemunho escrito que, legalmente, não se mostra apto a comprovar a atividade laborativa para fins previdenciários." (EREsp 205.885/SP, Relator Ministro Vicente Leal, in DJ 30/10/2000);
Agravo Regimental no Recurso Especial nº 712.825/SP: "AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. PROVA. DECLARAÇÃO CONTEMPORÂNEA AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. SÚMULA 149/STJ. I - A declaração de sindicato rural contemporânea ao ajuizamento da ação não se presta a comprovação de exercício da atividade rural, não podendo ser considerada como início de prova material. II - Verifica-se, portanto, que o v. acórdão recorrido lastreou-se unicamente em depoimentos testemunhais, o que impossibilita a concessão da aposentadoria rural, conforme dispõe a Súmula 149/STJ. Agravo regimental desprovido." (AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 712.825 - SP (2004/0183895-8) - RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER);
Agravo Regimental nos Embargos de Declaração do Agravo de Instrumento nº 561.483/SP: "PREVIDENCIÁRIO. RURÍCOLA. APOSENTADORIA POR IDADE. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA. VERBETE SUMULAR 149/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. I - O reconhecimento de tempo de serviço rurícola, para efeito de aposentadoria por idade, é tema pacificado pela Súmula 149 desta Egrégia Corte, no sentido de que a prova testemunhal deve estar apoiada em um início razoável de prova material, contemporâneo à época dos fatos alegados. II - Não havendo qualquer início de prova material contemporânea aos fatos que se pretende comprovar, ainda que fosse pela referência profissional de rurícola da parte, em atos do registro civil, que comprovem sua condição de trabalhador(a) rural, não há como conceder o benefício. Incide, à espécie, o óbice do verbete Sumular 149/STJ. III - Agravo desprovido." (AgRg nos EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 561.483 - SP (2003/0192019-8) - RELATOR : MINISTRO GILSON DIPP);
Ação Rescisória nº 3077/SP: "PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. (ART. 485, V, do CPC). NÃO-OCORRÊNCIA. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. INEXISTÊNCIA DE INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 149/STJ. 1. Não há falar em violação de literal disposição de lei, porquanto é pacífico o entendimento firmado no âmbito desta Corte Superior de Justiça, no sentido de que a prova exclusivamente testemunhal é insuficiente para a comprovação da atividade laborativa do rurícola, devendo estar sustentada por início razoável de prova material. Incidência da Súmula n.º 149/STJ. 2. Ação julgada improcedente.." (AR 3.077/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12.12.2007, DJ 01.02.2008 p. 1);
PEDILEF nº 2002.82.10.000301-7: "PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - TEMPO DE SERVIÇO RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL - CONTEMPORANEIDADE DOS DOCUMENTOS -
NECESSIDADE. I - Sentença e acórdão que indeferiram o pedido de aposentadoria por idade rural, porquanto ausente início de prova material do labor em regime de economia familiar. II - Necessidade de contemporaneidade entre a prova documental e o período laboral que se pretende comprovar. III - Pedido de uniformização conhecido e improvido." (PU n. 2002.82.10.000301-7/PB. Relator Juiz Federal Hermes Siedler da Conceição Júnior. Turma Nacional de Uniformização. Unânime. DJU de 2/8/2006).
11. Hipótese dos autos demonstra que houve reconhecimento do pedido formulado na inicial por ser o autor "empregado rural" e não "segurado especial", conforme as anotações encontradas na sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, mediante a flexibilização do requisito do "tempo imediatamente anterior".
12. Não conhecimento do incidente de uniformização de interpretação de lei federal.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer o feito, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0501656-27.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCA TEIXEIRA DE LIMA
PROC./ADV.: ANA C. V. ANDRADE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 42, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO APRESENTADO.
1. Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
2. Sentença de procedência do pedido.
3. Interposição de recurso pela autarquia-ré.
4. Reforma da sentença pela Turma Recursal do Ceará para o fim de julgar improcedente o pedido autoral.
5. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6. Alegação referente à existência, nos autos, de início de prova material hábil à caracterização do exercício de labor rural em regime de economia familiar.
7. Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente da lavra da Turma Nacional de Uniformização - TNU: PEDLEF nº 2005.72.95.00.9170-8.
8. Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.
9. Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
10. Distribuição do incidente.
11. Julgado cujo exame de prova foi baseado em documentação carreada aos autos.
12. Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) - Embora alegue o exercício da atividade rural entre 1986 e 2007, restou descaracterizada a condição de segurada especial da autora. - A prova documental apresentada é bastante frágil e fora produzida em época próxima ao requerimento administrativo, importando registrar ainda que a autora exerceu a atividade de merendeira para a Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho entre março de 1990 e dezembro de 1998, oportunidade em que recebia 01 (um) salário mínimo. - É de se destacar ainda que seu cônjuge é aposentado por tempo de contribuição desde 2005, tendo exercido atividades urbanas com vínculos bastante extensos (desde 1974) em indústrias de mineração e cerâmicas, recebendo remunerações superiores à 02 (dois) salários mínimos, o que impossibilita o reconhecimento da condição de segurada especial da autora. (...)."
13. Esta Turma Nacional de Uniformização, quanto ao desempenho de atividade urbana, firmou entendimento no seguinte sentido:
Súmula nº 41: "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto."
Súmula nº 46: "O exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural, condição que deve ser analisada no caso concreto."
14. Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme verbete nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
15. Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0505168-45.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA SOCORRO DE SOUSA COSTA
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. CONSTATAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL APTA PARA COMPROVAR LABOR RURAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão de aposentadoria por idade, formulado por rurícola.
2. Sentença de improcedência do pedido.
3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal da Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/91.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. Defesa de existência nos autos de início de prova material apta a comprovar o labor rural.
6. Apresentação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recurso Especial nº 960429/CE e nº 642364/CE, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; e PEDILEF nº 200443009016456, emanado da Turma Nacional de Uniformização.
7. Inadmissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal do Ceará.
8. Apresentação, pela autarquia-ré, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
9. Distribuição do incidente.
10. Essa Turma Nacional de Uniformização, em matéria de concessão de aposentadoria por idade a trabalhador rural, entende ser necessária a apresentação de um documento servível como início de prova material, contemporâneo, não sendo obrigatório que abranja todo o período pretendido, dada à possibilidade de extensão no tempo da eficácia probatória da prova documental pela prova testemunhal, que pode ter eficácia retrospectiva e prospectiva se o exame da prova testemunhal o permitir.
11. Caso dos autos em que há juntada de um único documento servível como início de prova material, confeccionado fora no período de carência exigido, eis que datado de 1992. Trata-se de cópia do comprovante de ITR.
12. Parte autora que completou o requisito etário em 2007, posto que nascida em 07-09-1952, e que deveria comprovar carência de 156 (cento e cinqüenta e seis) meses.
13. Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência ofertado pela parte autora.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

ROCESSO: 0501524-60.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DAS DORES SOARES LIMA
PROC./ADV.: FELIPE REINALDO RABELO LEAL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
2. Sentença de improcedência do pedido.
3. Interposição de recurso pela parte autora.
4. Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.
5. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6. Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.
7. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Ação Rescisória nº 3.347/CE, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; Apelações Cíveis nº 2003.04.01.005913-2/PR e nº 92.03.61971-2/SP.
8. Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.
9. Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
10. Distribuição do incidente.
11. Caso dos autos demonstra a ocorrência de duas situações distintas.
12. Primeira situação: Impossibilidade de apreciação de incidente cujo precedente decorra de Tribunal Regional Federal. Referência às Apelações Cíveis nº 2003.04.01.005913-2/PR e nº 92.03.61971-2/SP.
13. Existência de julgado da TNU - Turma Nacional de Uniformização a respeito do tema: "PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização formulado por Leontino Alves da Silva, fls. 103/108, apontando suposta divergência entre a Turma Recursal/PB (fl. 100) com a jurisprudência dominante do STJ, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001 , sobre a revisão da renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez. 2. A Sentença do Exmo. Dr. Rogério de Meneses Fialho Moreira, fls. 67/70, indeferiu o a revisão da rmi do Autor ao argumento de que: a) o benefício resulta da conversão do auxílio-doença (DIB 01/01/75 ¿ fl. 14) e só haveria a revisão se após a concessão do auxílio-doença houvesse alguma contribuição a calcular; b) quanto à URV, o mês de fev/94 não faz parte do período básico de cálculo do benefício; c) não se aplica o IGP-DI nos anos de 97, 99, 2000 e 2001, consoante decisão do STF. 3. Acórdão impugnado da TR/PB (fl.100), relatado pela Exma. Dra. Cristina Maria Costa Garcez (votos orais), confirmou a sentença por seus próprios fundamentos. 4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundando em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF). 5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs. 6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma", (PEDILEF 200382100009577, JUIZ FEDERAL HÉLIO SILVIO OUREM CAMPOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 23/05/2006).
14. Segunda situação: Existência de plausibilidade jurídica entre o precedente - Ação Rescisória nº 3.347/CE, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ - e o caso dos autos.
15. Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.
16. Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) No tocante à condição de trabalhador(a) rural, dentre outros documentos, a parte autora juntou aos autos cópia de sua certidão de casamento, na qual está consignada a profissão de agricultor de seu cônjuge e cópia da carteira de sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ao qual se filiou em 09.02.2006, documentos estes reconhecidos pela jurisprudência pátria como início de prova material para comprovar o exercício da atividade alegada. Ocorre, contudo, que a prova apresentada restou desqualificada em razão de o cônjuge da autora estar laborando na atividade urbana de maneira contínua desde o ano de 1990, como servidor da Prefeitura Municipal de Caridade, o que indica que o eventual exercício de atividade rural não foi desenvolvida em regime de economia familiar, tendo por escopo a subsistência da família, requisito essencial ao reconhecimento da qualidade de segurado especial. Ademais, é importante dizer que mesmo que a promovente tenha apresentado início de prova material em nome próprio, o mero exercício de atividades agrícolas não implica, necessariamente, na condição de segurado especial, que exige a real necessidade desta atividade para a sobrevivência, o que, repita-se, não é o caso dos autos. A família da promovente sempre manteve-se com a remuneração percebida pelo marido, em seu mister urbano, sem necessitar, efetivamente, do trabalho na agricultura. O reconhecimento da qualidade de segurado especial exige que a atividade exercida deve ser essencial para a subsistência da família, não um mero complemento. (...) Portanto, o conjunto probatório contido nos autos não é apto a comprovar a condição de segurado especial da promovente. (...)."
17. Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
18. Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500803-05.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IVONETE DE MOURA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA PERTINENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL, CORRESPONDENTE À CARTEIRA DE FILIAÇÃO A SINDICATO. PRECEDENTES IMPORTANTES A RESPEITO DO ASSUNTO. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Pedido de aposentadoria por idade a trabalhador rural.
2. Sentença de improcedência do pedido, mantida pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.
3. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
4. Aponta existência de início de prova material apta a comprovar o labor rural desempenhado em regime de economia familiar, notadamente pela juntada de cópia da carteira de filiação a sindicato.
5. Indicação, pela recorrente, dos seguintes precedentes: Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.049.930/CE, da lavra do STJ - Superior Tribunal de Justiça; e PEDILEF nº 2005.81.10.06.8226-6, emanado da Turma Nacional de Uniformização - TNU.
6. Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.
7. Inadmissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência junto à Turma Recursal do Ceará.
8. Apresentação, pela parte autora, do requerimento previsto no art. 15, § 4º, da Resolução nº 22, de 04-09-2008, da lavra do CJF - Conselho da Justiça Federal.
9. Distribuição do incidente.
10. Julgado objeto dos autos levou em conta toda a situação fática.
11. Tema que não demanda maiores explanações.
12. Documentação constante dos autos é indicada como início de prova material pela Turma Nacional de Uniformização. Citam-se os seguintes precedentes:
Ficha de Sindicato Rural - PEDILEF nº 2003.83.20.005917-9/PE, PEDILEF nº 2007.83.00.526657-4/PE, PEDILEF nº 2003.81.10.004265-7/CE;
Carteira de filiação a Sindicato Rural - PEDILEF nº 2003.81.10.025191-0/CE e PEDILEF nº 2007.83.00.526657-4/PE;
11. Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e parcialmente provido, com fundamento na questão de ordem nº 20, da TNU. Determinação de produção das demais provas em direito admtidas, a partir da premissa de que a cópia da carteira de filiação a sindicato constitui início de prova material.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização conhecer e parcialmente prover o incidente.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0508032-49.2007.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ DE OLIVEIRA CARDOSO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. RESTABELECIMENTO. DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS ENTRE CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO E AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI N. 8.213/91. QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Pedido de restabelecimento de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez.
2. Sentença de improcedência do pedido, ao argumento de que, tendo ocorrido a cessação do benefício que se busca restabelecer em 30.08.2002 e sido ajuizada a presente ação em 28.11.2007, operou-se a prescrição do fundo de direito prevista no Decreto nº 20.910/32.
3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal da Paraíba.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
5. Alegação de que o acórdão recorrido é divergente da Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça e de precedente desta TNU no julgamento do PEDILEF 2005.37.00.753233-0, bem como de acórdãos proferidos por Tribunais Regionais Federais.
6. Incidente não admitido pela Presidência da Turma Recursal da Paraíba, sob fundamento de ausência de similitude fática.
7. Inicialmente, cumpre referir que as decisões proferidas por Tribunais Regionais Federais não são aptas a configurar o dissídio jurisprudencial, conforme disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/01.
8. Da mesma forma em relação à Súmula 85 do STJ, já que sua redação se alinha aos fundamentos do acórdão recorrido.
9. Contudo, tenho que deva ser conhecido o incidente em virtude da caracterização da divergência com o precedente da TNU no julgamento do PEDILEF 2005.37.00.753233-0.
10. O Decreto nº 20.910/32, ao tratar da prescrição das dívidas passivas da União e suas autarquias (extensão decorrente do Decreto-Lei nº 4.597/42), qualquer que seja sua natureza, prevê que a mesma ocorrerá após cinco anos a contar da data do ato ou fato do qual se originarem.
11. Já a Súmula 85 do STJ prescreve, no tocante apenas às "relações de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora" - como no caso da manutenção de benefícios previdenciários pelo INSS -, "quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado" - situação oposta a dos autos, onde o INSS indeferiu o pleito administrativamente - "a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior ao ajuizamento da ação". Fulcrada nessa redação, a decisão recorrida não aplicou o verbete ao caso dos autos, visto que o mesmo estaria reservado apenas aos benefícios que foram deferidos pela autarquia previdenciária e que o segurado objetivasse revisar.
12. Não obstante tais considerações, entendo que, no que concerne à prescrição do fundo de direito, ou decadência, no âmbito previdenciário, aplicável as disposições da Lei nº 8.213/91, que traz regras específicas e que, por se tratar de lei especial, prevalece ao Decreto nº 20.910/32, que é lei geral.
13. Nesse particular, o art. 103, caput, da LBPS refere que "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo". Note-se que a redação do artigo, a priori, trataria apenas de prazo para a revisão do ato de concessão do benefício, "ato de concessão positivo", se assim podermos denominar. Porém, tenho que é aplicável também ao "ato de concessão negativo", ou de indeferimento, visto que um dos marcos iniciais de contagem do prazo é "do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo" (grifei). Ao meu ver, entender que o caput do art. 103 seria aplicável tão somente aos benefícios deferidos seria tornar inócua a parte final do dispositivo.
14. Saliento, por oportuno, que a previsão de prazo prescricional de cinco anos no parágrafo único do aludido art. 103 é aplicável tão somente a valores devidos ou a serem restituídos pelo INSS, não se aplicando ao caso dos autos.
15. Assim, em observância ao art. 103 da Lei nº 8.213/91, a parte autora possuía o prazo de dez anos para intentar ação judicial buscando a revisão do ato administrativo de indeferimento de seu benefício, e não prazo qüinqüenal como defendido pela decisão impugnada.
16. Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido, para uniformizar o entendimento de que não é aplicável aos benefícios previdenciários a prescrição do fundo de direito do Decreto nº 20.910/32, mas sim o prazo decadencial do art. 103 da Lei nº 8.213/91.
17. Necessária a dilação probatória, em especial para a produção de prova pericial médica, determino a anulação da sentença e do acórdão, conforme Questão de Ordem 20/TNU.
18. Sugiro ao eminente Presidente desta Turma que imprima, ao resultado desse julgamento, a sistemática prevista no art. 7º, VII, 'a', do RITNU.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.
Brasília, 25 de abril de 2012.

ADEL AMERICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500966-81.2008.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. RESTABELECIMENTO. DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS ENTRE CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO E AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI N. 8.213/91. QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. Pedido de restabelecimento de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez.
2. Sentença de improcedência do pedido, ao argumento de que, tendo ocorrido a cessação do benefício que se busca restabelecer em 31.12.2000 e sido ajuizada a presente ação em 18.02.2008, operou-se a prescrição do fundo de direito prevista no Decreto n.º 20.910/32.
3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal da Paraíba.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001.
5. Alegação de que o acórdão recorrido é divergente da Súmula n.º 85 do Superior Tribunal de Justiça e de precedente desta TNU no julgamento do PEDILEF n.º 2005.37.00.753233-0, bem como de acórdãos proferidos por Tribunais Regionais Federais.
6. Incidente não admitido pela Presidência da Turma Recursal da Paraíba, sob fundamento de ausência de similitude fática.
7. Inicialmente, cumpre referir que as decisões proferidas por Tribunais Regionais Federais não são aptas a configurar o dissídio jurisprudencial, conforme disposto no § 2º do art. 14 da Lei n.º 10.259/01.
8. Da mesma forma em relação à Súmula n.º 85 do STJ, já que sua redação se alinha aos fundamentos do acórdão recorrido.
9. Contudo, tenho que deva ser conhecido o incidente em virtude da caracterização da divergência com o precedente da TNU no julgamento do PEDILEF 2005.37.00.753233-0.
10. O Decreto nº 20.910/32, ao tratar da prescrição das dívidas passivas da União e suas autarquias (extensão decorrente do Decreto-Lei nº 4.597/42), qualquer que seja sua natureza, prevê que a mesma ocorrerá após cinco anos a contar da data do ato ou fato do qual se originarem.
11. Já a Súmula 85 do STJ prescreve, no tocante apenas às "relações de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora" - como no caso da manutenção de benefícios previdenciários pelo INSS -, "quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado" - situação oposta a dos autos, onde o INSS indeferiu o pleito administrativamente - "a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior ao ajuizamento da ação". Fulcrada nessa redação, a decisão recorrida não aplicou o verbete ao caso dos autos, visto que o mesmo estaria reservado apenas aos benefícios que foram deferidos pela autarquia previdenciária e que o segurado objetivasse revisar.
12. Não obstante tais considerações, entendo que, no que concerne à prescrição do fundo de direito, ou decadência, no âmbito previdenciário, aplicável as disposições da Lei nº 8.213/91, que traz regras específicas e que, por se tratar de lei especial, prevalece ao Decreto nº 20.910/32, que é lei geral.
13. Nesse particular, o art. 103, caput, da LBPS refere que "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo". Note-se que a redação do artigo, a priori, trataria apenas de prazo para a revisão do ato de concessão do benefício, "ato de concessão positivo", se assim podermos denominar. Porém, tenho que é aplicável também ao "ato de concessão negativo", ou de indeferimento, visto que um dos marcos iniciais de contagem do prazo é "do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo" (grifei). Ao meu ver, entender que o caput do art. 103 seria aplicável tão somente aos benefícios deferidos seria tornar inócua a parte final do dispositivo.
14. Saliento, por oportuno, que a previsão de prazo prescricional de cinco anos no parágrafo único do aludido art. 103 é aplicável tão somente a valores devidos ou a serem restituídos pelo INSS, não se aplicando ao caso dos autos.
15. Assim, em observância ao art. 103 da Lei nº 8.213/91, a parte autora possuía o prazo de dez anos para intentar ação judicial buscando a revisão do ato administrativo de indeferimento de seu benefício, e não prazo qüinqüenal como defendido pela decisão impugnada.
16. Incidente de uniformização conhecido e provido, para uniformizar o entendimento de que não é aplicável aos benefícios previdenciários a prescrição do fundo de direito do Decreto nº 20.910/32, mas sim o prazo decadencial do art. 103 da Lei nº 8.213/91.17. Necessária a dilação probatória, em especial para a produção de prova pericial médica, determino a anulação da sentença e do acórdão, conforme Questão de Ordem 20/TNU.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.
Brasília, 25 de abril de 2012.

ADEL AMERICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500367-90.2009.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDA CARNEIRO DE BRITO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA INTERPOSTO PELO INSS. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃO PARADIGMA SEM INDICAÇÃO DE FONTE.
1. O INSS arguiu divergência jurisprudencial em torno da interpretação do art. 15, § 2º, da Lei nº 8.213/91, especialmente no que se refere à sua aplicabilidade ao caso do segurado contribuinte individual. Ocorre que o acórdão paradigma foi apenas transcrito no corpo da petição de uniformização, sem indicação da fonte de onde foi extraído.
2. Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por Turmas Recursais de diferentes Regiões, ao requerente incumbe o ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas. Trata-se de ônus da parte, que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem nº 3 da TNU.
3. O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma no corpo da petição de uniformização. Trata-se de exigência formal que, além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas.
4. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer dos incidentes de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGERIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507675-13.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA BALTAZAR PEREIRA
PROC./ADV.: ALCIDES PORTO BENEVIDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVE

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. SOLUÇÃO DE TEMA ALHEIO À CONTROVÉRSIA. NULIDADE DO ACÓRDÃO.
1. A manifesta deficiência da motivação do acórdão recorrido prejudicou totalmente a demonstração de divergência jurisprudencial no incidente de uniformização. Aplica-se a Questão de Ordem nº 17 da TNU: "Quando o acórdão decidir tema alheio à controvérsia, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais deve anular o julgado".
2. Acórdão recorrido anulado de ofício, com retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento. Prejudicado o incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais anular de ofício o acórdão recorrido, prejudicado o incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGERIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ROCESSO: 2009.71.63.001726-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVANIRIA DAL POZZO
PROC./ADV.: LAURINDO JOSÉ DAGNESE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADE URBANA. ANOTAÇÃO EM CTPS. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. FALTA DE REGISTRO NO CNIS.
1. As anotações em CTPS presumem-se verdadeiras, salvo prova de fraude. O ônus de provar a fraude recai sobre o INSS: o ônus é de quem alega o fato apto a afastar a presunção juris tantum.
2. Ao recusar validade à anotação na CTPS por falta de confirmação no CNIS, o INSS presume a má-fé do segurado, atribuindo-lhe suspeita de ter fraudado o documento. A jurisprudência repudia a mera suspeita de fraude. Além disso, a presunção de boa-fé é princípio geral do direito.
3. Não se pode exigir do segurado mais do que a exibição da CTPS. O segurado, para se acautelar quanto à expectativa de aposentadoria, não tem obrigação de guardar mais documentos do que a CTPS, que, por lei, sempre bastou por si mesma para o propósito de comprovar tempo de serviço.
4. A ausência de registro no CNIS não perfaz prova cabal da falsidade da anotação de vínculo de emprego na CTPS. É máxima da experiência que muitas empresas operam na informalidade, sem respeitar os direitos trabalhistas dos empregados, os quais nem por isso ficam com o vínculo de filiação previdenciária descaracterizado. O segurado não pode ser prejudicado pelo descumprimento do dever formal a cargo do empregador.
5. É notória a deficiência da base de dados consolidada no Cadastro Nacional de Informações Sociais. O CNIS é criação recente, razão pela qual não congloba eficientemente a integralidade de informações relativas aos vínculos de filiação previdenciária, sobretudo quanto às relações de emprego muito antigas. A ausência de informação no CNIS sobre determinado vínculo de emprego não é garantia de que a respectiva anotação de vínculo de emprego em CTPS é fraudulenta.
6. Existem situações excepcionais em que a suspeita de fraude na CTPS é admissível por defeitos intrínsecos ao próprio documento: por exemplo, quando a anotação do vínculo de emprego contém rasuras ou falta de encadeamento temporal nas anotações dos sucessivos vínculos, ou, ainda, quando há indícios materiais sérios de contrafação. Se o INSS não apontar objetivamente nenhum defeito que comprometa a fidedignidade da CTPS, prevalece a sua presunção relativa de veracidade.
7. Uniformizado o entendimento de que a CTPS em relação à qual não se aponta qualquer defeito formal que lhe comprometa a fidedignidade goza de presunção relativa de veracidade, formando prova suficiente de tempo de serviço para fins previdenciários, ainda que a anotação de vínculo de emprego não seja confirmada no CNIS.
8. Incidente improvido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais negar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGERIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0520803-66.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MANOEL FERREIRA GRACIANO
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. PORTADOR DE HIV RESIDENTE EM MEIO RURAL.
1. O acórdão recorrido considerou que a requerente não faz jus à concessão do benefício assistencial, porque, embora apresente sorologia positiva para HIV, se mantiver rigoroso controle da enfermidade não apresentará limitação para o exercício de sua atividade laboral, exceto pelo preconceito social. Dessa forma, o julgamento descartou o estigma social como fator apto a interferir na definição de incapacidade para o trabalho.
2. A requerente alegou que o acórdão recorrido contrariou a jurisprudência da TNU ao deixar de analisar o contexto sócio-econômico-cultural, em especial quanto às seguintes circunstâncias: a requerente reside na zona rural, é portadora de HIV e é analfabeta.
3. Acórdão paradigma da TNU admite que a incapacidade seja analisada com base em circunstâncias específicas do caso concreto (pessoais ou sociais). Divergência jurisprudencial.
4. O incidente de uniformização não embute pretensão direta a reexame de prova, mas apenas arguição de divergência jurisprudencial em torno de critério jurídico para valoração da prova. Não cabe à TNU decidir se, no caso concreto, as condições pessoais da requerente são suficientes para caracterizar a impossibilidade de reingresso no mercado de trabalho, mas apenas definir, em tese, se tais condições precisam ser levadas em conta na aferição da possibilidade de reabilitação profissional.
5. A TNU tem posicionamento consolidado no sentido de que circunstâncias de natureza socioeconômica, profissional e cultural especificamente suscitadas pelo requerente devem ser levadas em conta para aferir se existe, na prática, real possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Apesar de o laudo pericial atestar que, sob o ponto de vista clínico, não há impedimento objetivo para o exercício de atividade profissional, é, em tese, possível que o estigma social decorrente da contaminação pelo vírus HIV inviabilize, na prática, a obtenção de colocação profissional no meio social rural em que a requerente vive.
6. Incidente parcialmente provido para: (a) reafirmar a tese de que circunstâncias de natureza socioeconômica, profissional e cultural especificamente suscitadas pelo requerente devem ser levadas em conta para aferir se existe, na prática, real possibilidade de inserção no mercado de trabalho; (b) determinar a devolução dos autos à Turma Recursal de origem para que retome o julgamento do recurso inominado interposto em face da sentença, com adequação à tese jurídica ora firmada.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGERIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0510557-81.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ HENRIQUE SOBRINHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

AUXÍLIO-DOENÇA. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. FIXAÇÃO NA DATA DA PERÍCIA JUDICIAL. FALTA DE PROVA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE ANTERIOR À PERÍCIA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA.
1. O acórdão recorrido fixou o termo inicial do auxílio-doença na data de início da incapacidade indicada no laudo pericial judicial, e não na data de entrada do requerimento administrativo. Considerou que, apesar de existirem atestados médicos registrando data pretérita, a conclusão do perito judicial goza de maior credibilidade, por ser profissional imparcial, desinteressado do feito e de confiança do juízo.
2. O requerente arguiu divergência jurisprudencial em face de julgado do STJ, segundo o qual o termo inicial do benefício corresponde à data de juntada do laudo pericial somente quando não existir concessão de auxílio-doença prévio ou não houver requerimento administrativo por parte do segurado.
3. A TNU firmou entendimento de que o termo inicial dos benefícios previdenciários deve ser assim fixado: a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação; b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido; ou c) na data do ajuizamento da ação, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação. Precedentes: PEDILEF 200936007023962, 00558337620074013400, 00132832120064013200 e 05017231720094058500. A situação tratada pelo acórdão recorrido não se ajusta a nenhuma dessas hipóteses.
4. O requerente alegou que há nos autos atestado médico que comprova a existência da incapacidade no momento do requerimento administrativo. Essa alegação não pode, porém, ser examinada em sede de pedido de uniformização de jurisprudência, porque esta via se predispõe exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material. Aplicação da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato". Ademais, na fixação da data de início do benefício por incapacidade, o entendimento da TNU é no sentido de que se deve privilegiar o livre convencimento do julgador que teve contato com toda a prova dos autos
5. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGERIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508684-67.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ELIAS FERREIRA DE LIMA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. DESRESPEITO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NULIDADE DO ACÓRDÃO.
1. O acórdão recorrido reformou sentença de procedência por considerar que "os documentos acostados aos autos não estão em conformidade com o que exige a legislação previdenciária, não se prestando a demonstrar o desempenho da atividade rural no período exigido em lei, sobretudo por serem documentos expedidos em nome de terceiros e resultantes de declarações unilaterais ou de mera adesão da parte ou, ainda, expedidos fora do período de carência ou na iminência da propositura do pleito, sendo, portanto, imprestáveis para o fim a que se destinam. Acrescente-se, ainda, que deve ser considerada a contraprova eventualmente trazida pelo Órgão Previdenciário (CNIS, INFBEN), que pode descaracterizar o acervo de documentos considerado válido".
2. Não é possível, porém, identificar a verdadeira motivação do acórdão recorrido, na medida em que aponta diversos fundamentos possíveis para rejeitar valor probatório aos documentos, deixando de especificar qual dos motivos - e por qual razão - se aplica ao caso concreto. O acórdão recorrido, padronizado e genérico, não atentou para as especificidades do caso concreto.
3. Decisões que genericamente afastam o valor probatório de documentos sem promover sua expressa identificação ou trazer os motivos existentes para essa desconsideração equivalem à negativa de prestação jurisdicional, caracterizando vício de julgamento por infringência ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal (TNU, PEDIDO 2004.81.10.018865-6, Rel. Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, DOU 08/04/2011).
4. A deficiência da motivação do acórdão recorrido frustra a aferição de efetiva divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material.
5. Acórdão recorrido anulado de ofício, com retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento. Prejudicado o incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais anular o acórdão recorrido e declarar prejudicado o incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGERIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

ROCESSO: 2010.72.59.002970-8
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JACINTO OLOSZ
PROC./ADV.: WANDERLEI DERETTI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃO PARADIGMA SEM COMPROVAÇÃO DE AUTENTICIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1. O acórdão recorrido não reconheceu tempo de serviço rural referente aos períodos de 05.06.1980 a 02.07.1980, de 07.05.1981 a 03.11.1981 e de 25.06.1982 a 31.05.1983, porque posteriores ao início das atividades urbanas do requerente. Considerou que, havendo interrupção do labor rural em regime de economia familiar, cessou a presunção de continuidade a ele inerente, sendo necessária a juntada de documentação mais contundente a respeito do retorno às lides campesinas, o que não ocorreu.
2. O requerente arguiu divergência jurisprudencial em face de acórdão paradigma da Turma Recursal do Espírito Santo, exibido em inteiro teor mediante cópia sem autenticidade. A transcrição do acórdão paradigma de turma recursal de outra região precisa, porém, ter a sua fidedignidade demonstrada. O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma.
3. Além disso, a petição de uniformização não demonstrou o dissídio jurisprudencial, porque, em essência, não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido. Deixou, assim, de ser atendida a exigência prevista no art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Ainda que o cotejo analítico pudesse ser formalmente dispensado, o fato é que não se consegue depreender do acórdão paradigma a adoção de qualquer tese jurídica antagônica ao acórdão recorrido. De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material. Conjuntos probatórios diferentes produzem decisões diversas, mas não necessariamente divergentes.
5. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGERIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501311-88.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE NONATO FILHO
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. PREJUÍZO À AFERIÇÃO DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANULAÇÃO DE OFÍCIO DO ACÓRDÃO.
1. A verificação da existência de divergência jurisprudencial ficou prejudicada, porque o acórdão recorrido não analisou se os vínculos de emprego cadastrados no CNIS foram longos ou curtos e se realmente estavam relacionados à atividade urbana. Isso impede a aferição da similitude fático-jurídica entre acórdão recorrido e acórdãos paradigmas.
2. O acórdão recorrido é nulo, por ter se omitido em enfrentar as razões do recurso inominado. O recorrente alegou que, na maioria dos vínculos de emprego, desenvolvia trabalho rural apanhando e descascando castanhas em empresas da zona rural; e que, exceto no remoto período de 1982 a 1988, os vínculos de emprego intercalados duraram apenas poucos meses. A Turma Recursal ignorou essas alegações e limitou-se a expor motivação genérica. Ao final, concluiu por manter a sentença pelos próprios fundamentos, ao passo que os fundamentos da sentença não respondem às questões peculiares suscitadas no recurso.
3. A concisão na exposição dos fundamentos, técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais, não se confunde com a ausência ou deficiência na fundamentação do julgado. Transtorna o devido processo legal o acórdão recorrido quando se apresenta como modelo inflexível, insensível às particularidades do caso concreto (TNU, PEDIDO 2004.81.10.018124-8, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 11/03/2010).
4. Acórdão recorrido anulado de ofício, com retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento. Prejudicado o incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais anular o acórdão recorrido e declarar prejudicado o incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGERIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504002-75.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS FIRMINO MEDEIROS
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL EXPLÍCITA.
1. No recurso interposto contra a sentença, a requerente alegou que o juizado não examinou aspectos socioculturais, que constituiriam grande empecilho para sua adaptação a outra atividade profissional.
2. O acórdão recorrido não analisou as condições pessoais da requerente, apenas considerou que a limitação funcional que a acomete não a incapacita para sua atividade habitual no ramo da costura.
3. A requerente interpôs incidente de uniformização arguindo divergência jurisprudencial em face de acórdão paradigma da TNU, segundo o qual é permitido ao julgador levar em consideração aspectos socioculturais do segurado na aferição da incapacidade laboral para fins de concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.
4. O acórdão recorrido ignorou o exame das condições pessoais. A requerente não interpôs embargos de declaração para suprir a omissão do acórdão. Como a questão não foi expressamente examinada, o acórdão recorrido não adotou tese jurídica contrária ao acórdão paradigma. A Turma Recursal não negou a possibilidade de condições pessoais influenciarem na avaliação da existência de incapacidade para o trabalho. Não ficou caracterizada a divergência jurisprudencial, que precisa ser explícita.
5. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGERIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

REPRESENTATIVOS

PROCESSO: 2006.71.95.010826-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PROTASIO WASINIESKI
PROC./ADV.: DIEGO PIERDONÁ PORTELLA
PROC./ADV.: ITALO POTRICH
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE CONCEDIDO ANTES DA PROMULGAÇÃO DA LEI N.º 9.528/97. APOSENTADORIA CONCEDIDA EM 2003. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE. INCIDENTE PROVIDO.
1. Presentes os requisitos de admissibilidade, adentro o exame do mérito recursal, restrito ao reconhecimento da possibilidade de cumulação de auxílio-acidente com aposentadoria, quando a data da concessão do primeiro benefício é anterior e a data da concessão do segundo é posterior à promulgação da Lei n.º 9.528/97.
2. A jurisprudência desta Turma Nacional logrou se firmar no sentido de reconhecer o direito à cumulação pretendida quando o surgimento da moléstia que levou à concessão do auxílio-acidente tenha ocorrido antes da alteração normativa indicada, sendo irrelevante o fato de a aposentadoria ter sido concedida em data posterior. Este entendimento coincide com o adotado pela Terceira Seção do eg. STJ.
3. Como o benefício de auxílio-acidente foi concedido ao autor em maio de 1987, ou seja, antes da edição da Lei n.º 9.528/97, impõe-se o reconhecimento de seu direito à cumulação deste com a aposentadoria concedida em 2003.
4. Incidente provido, com restauração da sentença monocrática. Condeno o INSS ao pagamento de honorários fixados em 20% sobre o valor da condenação, nos termos da Questão de Ordem n.º 02 deste Colegiado.
5. Sugiro ao em. Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais dar provimento a este Pedido de Uniformização, nos termos da Ementa/voto da Relatora.
Brasília, 25 de abril de 2012.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0506419-57.2008.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: REGINALDO VIDAL DE NEGREIROS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. RESTABELECIMENTO. DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS ENTRE CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO E AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI N. 8.213/91. QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Pedido de restabelecimento de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez.
2. Sentença de improcedência do pedido, ao argumento de que, tendo ocorrido a cessação do benefício que se busca restabelecer em 22.06.2002 e sido ajuizada a presente ação em 19.08.2008, operou-se a prescrição do fundo de direito prevista no Decreto nº 20.910/32.
3. Sentença parcialmente reformada pela Turma Recursal da Paraíba "para se declarar prescrito o direito do(a) autor(a) apenas à revisão judicial do ato administrativo que indeferiu/cessou o pagamento do benefício em questão, sendo-lhe facultado, contudo, o direito de postular ao INSS uma nova concessão e, acaso a mesma seja negada, intentar também uma nova ação judicial observado, logicamente, o novo prazo prescricional".
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
5. Alegação de que o acórdão recorrido é divergente da Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça e de precedente desta TNU no julgamento do PEDILEF 2005.37.00.753233-0, bem como de acórdãos proferidos por Tribunais Regionais Federais.
6. Incidente não admitido pela Presidência da Turma Recursal da Paraíba.

7. Pedido de reconsideração nos termos do art. 15, § 4º, do RITNU.
8. Inicialmente, cumpre referir que as decisões proferidas por Tribunais Regionais Federais não são aptas a configurar o dissídio jurisprudencial, conforme disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/01.
9. Da mesma forma em relação à Súmula 85 do STJ, já que sua redação se alinha aos fundamentos do acórdão recorrido.
10. Contudo, tenho que deva ser conhecido o incidente em virtude da caracterização da divergência com o precedente da TNU no julgamento do PEDILEF 2005.37.00.753233-0. 11. O Decreto nº 20.910/32, ao tratar da prescrição das dívidas passivas da União e suas autarquias (extensão decorrente do Decreto-Lei nº 4.597/42), qualquer que seja sua natureza, prevê que a mesma ocorrerá após cinco anos a contar da data do ato ou fato do qual se originarem.
12. Já a Súmula 85 do STJ prescreve, no tocante apenas às "relações de trato sucessivo em
que a Fazenda Pública figure como devedora" - como no caso da manutenção de benefícios previdenciários pelo INSS -, "quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado" - situação oposta a dos autos, onde o INSS indeferiu o pleito administrativamente - "a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior ao ajuizamento da ação". Fulcrada nessa redação, a decisão recorrida não aplicou o verbete ao caso dos autos, visto que o mesmo estaria reservado apenas aos benefícios que foram deferidos pela autarquia previdenciária e que o segurado objetivasse revisar.
13. Não obstante tais considerações, entendo que, no que concerne à prescrição do fundo de direito, ou decadência, no âmbito previdenciário, aplicável as disposições da Lei nº 8.213/91, que traz regras específicas e que, por se tratar de lei especial, prevalece ao Decreto nº 20.910/32, que é lei geral.
14. Nesse particular, o art. 103, caput, da LBPS refere que "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo". Note-se que a redação do artigo, a priori, trataria apenas de prazo para a revisão do ato de concessão do benefício, "ato de concessão positivo", se assim podermos denominar. Porém, tenho que é aplicável também ao "ato de concessão negativo", ou de indeferimento, visto que um dos marcos iniciais de contagem do prazo é "do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo" (grifei). Ao meu ver, entender que o caput do art. 103 seria aplicável tão somente aos benefícios deferidos seria tornar inócua a parte final do dispositivo.
15. Saliento, por oportuno, que a previsão de prazo prescricional de cinco anos no parágrafo único do aludido art. 103 é aplicável tão somente a valores devidos ou a serem restituídos pelo INSS, não se aplicando ao caso dos autos.
16. Assim, em observância ao art. 103 da Lei nº 8.213/91, a parte autora possuía o prazo de dez anos para intentar ação judicial buscando a revisão do ato administrativo de indeferimento de seu benefício, e não prazo qüinqüenal como defendido pela decisão impugnada.
17. Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido, para uniformizar o entendimento de que não é aplicável aos benefícios previdenciários a prescrição do fundo de direito do Decreto nº 20.910/32, mas sim o prazo decadencial do art. 103 da Lei nº 8.213/91.
18. Necessária a dilação probatória, em especial para a produção de prova pericial médica, determino a anulação da sentença e do acórdão, conforme Questão de Ordem 20/TNU.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.
Brasília, 25 de abril de 2012.

ADEL AMERICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃOS

PROCESSO: 2004.70.51.004535-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROC./ADV.: CARLOS RENATO CUNHA
INTERESSADO (A): KÁTIA REGINA CERCASIN
PROC./ADV.: PAULO ANCHIETA DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE LEMOS FERNANDES

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. PRECLUSÃO DA OPORTUNIDADE DE ARGUIR ILEGITIMIDADE PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO DA ILEGITIMIDADE DA UNIÃO PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DE FEITO QUE VERSE SOBRE PRETENSÃO DE RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO E AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADOS.
1. A prolação de sentenças anteriores que reconheceram a legitimidade da União para figurar no pólo passivo deste feito, no qual se busca a restituição de imposto de renda incidente sobre vencimentos de servidores públicos estaduais, impede o manejo de Incidente de Uniformização com a finalidade de reconhecimento da ilegitimidade passiva deste ente da Federação, já que aqueles títulos judiciais não sofreram a interposição do competente recurso a tempo e modo próprios.
2. Ocorre que a competência é matéria de ordem pública, sendo que, na espécie, deriva da legitimidade das partes, condição da ação igualmente cognoscível de ofício. Assim, impõe a esta Turma Nacional de Uniformização manifestar-se, de ofício, sobre o tema.
2. O Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça pacificaram o entendimento de que a competência para conhecimento e julgamento de feitos desta espécie é da Justiça Comum Estadual, por considerarem que a responsabilidade pela restituição do indébito é apenas do Estado Membro. Ressalva de entendimento desta Relatora.
3. Reconhecimento, de ofício, da ilegitimidade da União para figurar no pólo passivo deste feito, com o consequente reconhecimento da incompetência da Justiça Federal para seu julgamento e determinação de remessa dos autos à Justiça Estadual. Prejudicados o Incidente de Uniformização e o Agravo Regimental interpostos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, declarar prejudicado o agravo regimental, e, de ofício, reconhecer a incompetência da Justiça Federal, nos termos do voto-vista constante dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 11 de outubro de 2011.

SIMONE LEMOS FERNADES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2007.70.51.005100-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROC./ADV.: CARLOS RENATO CUNHA
REQUERIDO(A): SILVIO TEIXEIRA BARBOSA
PROC./ADV.: PAULO ANCHIETA DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
RELATORA PARA ACÓRDÃO: JUÍZA FEDERAL SIMONE LEMOS FERNANDES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. COMPETÊNCIA E LEGITIMIDADE. TEMAS QUE INTERFEREM, DIRETAMENTE, NA DEVOLUÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE CARACTERIZAÇÃO COMO MATÉRIA MERAMENTE PROCESSUAL. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. DEVOLUÇÃO DE PARCELAS COBRADAS SOBRE VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. PACIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DA ILEGITIMIDADE DA UNIÃO PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO INCIDENTE.
1. Competência e legitimidade não são matérias puramente processuais, às quais foi vedada a via da uniformização por este Sodalício, uma vez que interferem, de forma direta, na devolução da prestação jurisdicional vindicada.
2. O Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça pacificaram o entendimento de que a competência para conhecimento e julgamento de feitos nos quais se objetive a restituição de imposto de renda incidente sobre vencimentos de servidores públicos estaduais é da Justiça Comum Estadual, por considerarem que a responsabilidade pela restituição do indébito é apenas do Estado Membro. Ressalva de entendimento desta Relatora.
3. Agravo Regimental provido. Pedido de Uniformização conhecido e provido, com determinação de remessa dos autos à Justiça Comum Estadual.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, dar provimento a este agravo regimental e dar provimento ao Incidente de Uniformização, nos termos do voto-vista constante dos autos, que passam a fazer parte deste julgado. Brasília, 11 de outubro de 2011.

SIMONE LEMOS FERNADES
Juíza Federal Relatora

DECISÕES

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2004.61.85.027518-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: GERALDO FERNANDES TOMAZ
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA

DECISÃO

Conforme se observa dos autos, a parte recorrente, após o julgamento do Pedido de Uniformização pela TNU em 29 de fevereiro de 2012, interpôs, por petição de 23 de maio, "Agravo contra despacho denegatório" de "decisão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal de São Paulo - Capital que não admitiu o Pedido de Uniformização" (grifos acrescidos), com fundamento no art. 4.º da Resolução n.º 163 do Conselho da Justiça Federal, que alterou o § 4.º e acrescentou o § 5.º, ambos do art. 15 do Regimento Interno desta TNU (Resolução CJF n.º 22, de 4 de setembro de 2008), o qual regulamenta o juízo de admissibilidade preliminar do pedido de uniformização, a ser realizado pelo Presidente da Turma Recursal ou Presidente da Turma Regional.
Nada obstante dirigir o "Agravo" contra a decisão da Turma Recursal de origem, alega que "o acórdão afirma que há a ausência de similitude fático-jurídica entre a decisão recorrida e o acórdão apontado paradigma da 1.ª Turma Recursal de Mato Grosso, posto que embora se referir a (sic) jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admitindo a contagem de tempo de serviço especial em comum de atividades não elencadas dos decretos regulamentares da LBPS, diz respeito a tempo de serviço de metaleteiro e motorista, sem similaridade fática com a questão dos autos, nada referindo quanto a (sic) atividade especial rural, muito menos da lavou de cana-de-açúcar" (grifos acrescidos).
Como se vê, o agravo ao qual se refere o citado dispositivo tem previsão de interposição contra decisão monocrática do Presidente da Turma Recursal ou Presidente da Turma Regional, no caso de inadmissão preliminar do incidente (TNU - Regimento Interno, art. 4.º, §§ 4.º e 5.º, referidos).
No caso, o juízo de admissibilidade preliminar já restou deliberado pelo Colegiado da TNU, que resolveu não conhecer do Pedido de Uniformização pelas razões expostas no voto-ementa constante dos autos virtuais, em relação ao qual não é cabível o agravo interposto pelo recorrente. Tal recurso, aliás, só é cabível contra decisão do relator, nos termos do art. 34 do Regimento Interno da TNU, não se aplicando ao caso nem mesmo a chamada fungibilidade recursal, uma vez operada a preclusão consumativa.
Diante disto, indefiro, por absoluta inadequação e ausência de respaldo legal, a petição de "Agravo", determinando a baixa dos autos do Sistema Virtus, e sua devolução à Turma de origem.
Brasília (DF), 18 de junho de 2012.

JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0511286-08.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ROSIMAR GOMES DE FREITAS
PROC./ADV.: RITA DIÓGENES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA

DECISÃO

Observo, inicialmente, que, a despeito de o Pedido de Uniformização ter sido referido nas decisões de inadmissibilidade, com envio dos autos a esta TNU, não foi inserida a petição recursal entre as ocorrências do Sistema Virtus.
Em certidão nos autos virtuais, a Turma Recursal do Ceará informa "que o documento acostado no Anexo 18 (cadastrado como Pedido de Uniformização interposto contra o acórdão) é idêntico ao Recurso Inominado interposto contra a sentença (anexo 14)". Não admitido o "Incidente" por retomar a autora "os fundamentos do Acórdão impugnado, para adentrar na valoração da documentação que instruiu o processo", pleiteou ela simplesmente a "apreciação da admissibilidade do incidente pelo Presidente da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do art. 7º, inciso VI da Resolução n.º 22 de 04 de Setembro de 2008 do Conselho da Justiça Federal" (grifos do original), sem qualquer justificação do equívoco. A mesma certidão esclarece ainda que "o Incidente foi inadmitido pela Presidência desta 2.ª TR/CE, mas foi encaminhado à Turma Nacional de Uniformização, mediante requerimento da recorrente, por força do art. 15, § 4.º do RI/TNU, na redação anterior à vigência da Resolução n.º 163/2011".
Apreciando a petição recursal, não vejo como recebê-la como incidente de uniformização, nem mesmo à luz do princípio da fungibilidade. Trata-se, para não dizer erro grosseiro, de equívoco insanável, seja porque reproduz inteiramente recurso inominado já decidido, seja porque, como bem consignou o eminente Presidente da TR de origem, "a jurisprudência trazida aos autos pela PARTE AUTORA diz respeito à própria questão de mérito, uma vez que retoma os fundamentos do Acórdão impugnado, para adentrar na valoração da documentação que instruiu o processo. Portanto, não restou caracterizado o incidente, tendo o recurso muito mais o cunho de reexame de mérito, o que não é permitido, conforme já decidido pela TNU".
Inviabilizado o próprio exame de admissibilidade, tenho como prejudicado o Incidente, por ausência de pressuposto fundamental.
Brasília (DF), 18 de junho de 2012.

JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2011.72.56.000603-6
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JONAS OLIVEIRA RODRIGUES
PROC./ADV.: JAIR FRANCISCO VERDI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA

DECISÃO

Observo, inicialmente, que, a despeito de o Pedido de Uniformização ter sido referido nas decisões de inadmissibilidade, com envio dos autos a esta TNU, não foi inserida a petição recursal entre as ocorrências do Sistema Virtus.
Em decisão nos autos virtuais (título diligência), a ilustre Presidente da 2.ª Turma Recursal de Santa Catarina afirma "que o recorrente não juntou ao evento 59 as razões do seu pedido de uniformização, mas apenas cópia do recurso contra sentença que já havia juntado no evento 33, não tendo sanado a tempo o equívoco, ou seja, antes do decurso do prazo para apresentação de pedido de uniformização (10 dias a contar da intimação do acórdão recorrido). Diante disso, revogo a decisão anterior desta Presidência (evento 59), para deixar de conhecer do pedido de uniformização, restando, por conseguinte, prejudicado o pedido de submissão do evento 67. Levante-se o sobrestamento, intimem-se as partes e comunique- se à TNU".
Com a eminente Presidente da TR-SC, não vejo como receber e processar o "Incidente de Uniformização", nem mesmo à luz do princípio da fungibilidade. Trata-se, para não dizer erro grosseiro, de equívoco insanável, porque se reproduz inteiramente recurso inominado já decidido, inviabilizando o trânsito do recurso.
Revogada a decisão anterior de admissibilidade, e não conhecido do Pedido de Uniformização, decisão que ratifico, tenho como prejudicado o Incidente, por ausência de pressuposto fundamental, determinando a baixa dos autos do Sistema Virtus, e sua devolução à Turma de origem.
Brasília (DF), 18 de junho de 2012.

JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃOS

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2008.33.00.713406-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ITAMAR DA SILVA GOMES
PROC./ADV.: MARIA GLORIA DA SILVA ELPIDIO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. REQUISITO ECONÔMICO. CONSTATAÇÃO SOCIAL. REALIZAÇÃO POR ASSISTENTE SOCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO. MENOR. DEFICIÊNCIA. CARACTERIZAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO CONFORME ENTENDIMENTO DA TNU. IMPROVIMENTO.
1. Cabe Pedido de Uniformização quando demonstrada a divergência de interpretação de questão de direito material entre Turmas Recursais de diferentes regiões.
2. Tanto o acórdão recorrido quanto o paradigma dispõem a necessidade de constatação in loco da condição socioeconômica do requerente a benefício assistencial, dispensando a produção da constatação por assistente social. Dessa forma, não foi demonstrada a divergência quanto a este ponto do incidente de uniformização.
3. Ao menor de dezesseis anos basta a confirmação da sua deficiência, que implique limitação ao desempenho de atividades ou restrição na participação social, compatíveis com sua idade, ou impacto na economia do grupo familiar do menor, seja por exigir a dedicação de um dos membros do grupo para seus cuidados, prejudicando a capacidade daquele familiar de gerar renda, seja por terem que dispor de recursos maiores que os normais para sua idade, em razão de remédios ou tratamentos; confirmando-se ainda a miserabilidade de sua família, para que faça jus à percepção do benefício assistencial previsto no art. 203, inc. V, da Constituição e no art. 20 da Lei n° 8.742/93 (precedente: TNU, PU 2007.83.03.50.1412-5, Rel. Juiz Federal Manoel Rolim Campbell Penna, j. 13.09.2010, DJ 11.03.2011). Nesse mesmo sentido: TNU, PU 2006.82.00.501612-5,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, j. 11.10.2010; TNU, PU 2009.32.00.703342-3, Rel. Juiz Federal Paulo Arena, j. 05.05.2011.
4. Pedido de Uniformização parcialmente conhecido e, na parte conhecida, improvido.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do Pedido de Uniformização e, na parte conhecida, por maioria, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 14 de junho de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2004.61.84.075231-9
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VERA SONIA STIVALLI
PROC./ADV.: MÁRCIO HENRIQUE BOCCHI
PROC./ADV.: JOSIVALDO JOSÉ DOS SANTOS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL DE SERVIÇO. INSALUBRIDADE. RUÍDO. NÍVEIS DE TOLERÂNCIA A SEREM OBSERVADOS. DECRETOS 53.831, 2.172, 3.048 E 4.882. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DO LIMITE MÁXIMO SEM O RECONHECIMENTO DA PREJUDICIALIDADE DO LIMITE MÁXIMO ANTERIOR. INCIDENTE PROVIDO.
1. Para fins de consideração de tempo especial de serviço por força de insalubridade derivada de exposição a ruído, os veículos normativos aplicáveis estabeleciam os seguintes níveis máximos de tolerância: 80 db até março de 1997(Decreto n. 53.831/64); 90 db no período subsequente (Decretos n. 2.172/97 e 3.048/99) e 85 db a partir de 18 de novembro de 2003 (Decreto 4.8982/03).
2. Ocorre que todo o movimento de fixação de níveis de tolerância a ruído proporciona sua necessária elevação, por força do desenvolvimento da tecnologia e o consequente aperfeiçoamento dos equipamentos de proteção individual, e não o inverso. Assim, quando um instrumento normativo reduz o nível de tolerância indicado pelo anterior, a Administração Pública está, em verdade, confessando o equívoco do limite anteriormente fixado.
3. A promulgação do Decreto n. 4.882/03, que reduziu o limite máximo de tolerância a ruído para 85 db, implica reconhecimento de que a sujeição ao limite anterior de 90 db, previsto no Decreto n. 2.172/97 era inadequada. Aquele diploma normativo veicula verdadeiro reconhecimento de que a sujeição a ruído superior a 85 decibéis é imprópria à saúde do trabalhador, sendo absurdo considerar que no período que antecedeu a sua edição não o fosse.
4. Normatização do entendimento de que durante o período de 05.03.1997 a 17.11.2003 a exposição permanente do trabalhador a nível de ruído superior a 85db é danosa à saúde, autorizando a contagem do tempo como especial, por força do reconhecimento veiculado no Decreto n. 4.882/03.
5. Incidente improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, negar provimento a este Incidente de Uniformização, nos termos do voto-vista constante dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 24 de novembro de 2011.

SIMONE LEMOS FERNADES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2005.70.51.008579-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRCIA RIBEIRO PASELLO DOMINGOS
PROC./ADV.: MAURÍCIO VERDEJO G. JÚNIOR
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE LEMOS FERNANDES

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCURADOR AUTÁRQUICO. TRANSFORMAÇÃO DO CARGO EM PROCURADOR FEDERAL. ANTIGO PROCURADOR AUTÁRQUICO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26/2000. AUSÊNCIA DE DIMINUIÇÃO DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. INICIDENTE NÃO PROVIDO.
1. A medida provisória n.º 2.048-26/2000 garantiu, em respeito às normas constitucionais aplicáveis, a irredutibilidade de remuneração dos antigos Procuradores Autárquicos, que tiveram seus cargos transformados para Procuradores Federais. Remuneração, nos termos da Lei n.º 8852/94, é a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62 da Lei n.º 8.112/90.
2. A GDAJ, vantagem incidente sobre o vencimento básico do cargo de Procurador Federal, compõe a sua remuneração.
3. Não há que se falar em direito adquirido a regime jurídico, sendo que as parcelas que compunham a remuneração dos Procuradores Autárquicos podiam e tiveram sua fórmula de cálculo alterada quando da estruturação de carreira dos Procuradores Federais, respeitado o princípio da irredutibilidade da remuneração.
4. Pedido de Uniformização improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer do incidente e, por maioria, negar-lhe provimento, nos termos do voto-vista constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília, 29 de março de 2012.

SIMONE LEMOS FERNADES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2006.81.10.000533-9
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA RIBEIRO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
RELATORA PARA ACÓRDÃO: JUÍZA FEDERAL SIMONE LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE DE TRABALHADOR RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. APTIDÃO. NECESSIDADE DE REABERTURA DA INSTRUÇÃO PARA COLHEITA DE PROVA TESTEMUNHAL. INCIDENTE PROVIDO.
1. Pretende a autora a modificação de acórdão que, ao confirmar sentença de improcedência, não reconheceu o seu direito à obtenção de aposentadoria rural por idade. Insiste na suficiência da documentação juntada aos autos para fins de início de prova material da condição de segurada especial, pugnando pela anulação da sentença e reabertura da instrução processual de forma a que se faculte a realização de audiência de instrução e julgamento, necessária para estender a eficácia do início de prova material para todo o período de carência.
2. Pontuo, de início, que o julgamento deste Incidente não implica reexame de prova, uma vez que limitado ao reconhecimento da premissa jurídica de validade dos documentos juntados aos autos para efeito de início de prova material da condição de rurícola, sem que este Colegiado se manifeste acerca da presença ou não desta condição.
3. O acórdão recorrido possui similitude fático-jurídica com o paradigma de Goiás, já que este último admite a dúvida quanto à caracterização da qualidade de segurado especial por força de documentação existente nos autos e determina a realização de audiência de instrução para validá-la. Esta é, exatamente, a pretensão da recorrente nestes autos.
4. Impõe-se a normatização pretendida, no sentido de se admitir a validade, como início de prova material, da carteira de filiação a Sindicato de Trabalhadores Rurais, bem como a Ficha de Cadastro naquela entidade e o comprovante de pagamento de mensalidades várias. O acórdão recorrido e a sentença merecem anulação, com reabertura da instrução processual para realização da pretendida audiência de instrução e julgamento.
5. Incidente conhecido e provido. É como voto.
Simone Lemos Fernandes

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, conhecer deste Incidente de Uniformização e, por maioria, lhe dar provimento, nos termos da Ementa/voto da Juíza Simone dos Santos Lemos Fernandes, que lavrou este acórdão.
Brasília, 02 de dezembro de 2010.

SIMONE LEMOS FERNADES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2007.70.61.000965-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VANUZIA LEÃO DA SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: TÂNIA REGINA GONÇALVES SPOLADORE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
RELATORA PARA ACÓRDÃO: JUÍZA FEDERAL SIMONE LEMOS FERNANDES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. PRETENSÃO DE INTERPRETAÇÃO DIVERSA DOS FATOS COMPROVADOS NOS AUTOS. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 42 DESTA TURMA NACIONAL.
1. Não cabe reexame de fato na via destinada exclusivamente à uniformização jurisprudencial. Inteligência da Súmula 42 deste Colegiado.
2. Pedido de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, não conhecer do Incidente de Uniformização, nos termos do voto-vista constante dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

SIMONE LEMOS FERNADES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2007.33.00.707658-5
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUIZO DA 23ª VARA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA BAHIA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
LITISCONSORTE : DAGMAR PEREIRA MACHADO
PROC./ADV.: ARLINDO GALDINO DOS SANTOS JUNIOR
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. COMPETÊNCIA. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE PARCELAS QUE SUPERAM O LIMITE LEGAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. IMPOSSIBILIDADE DE DECOTE DO VALOR EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência formulado pelo INSS em face de acórdão prolatado pela Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, que denegou a ordem de segurança, requerida com o objetivo de decotar, de condenação derivada de sentença transitada em julgado, os valores superiores a 60 salários-mínimos, tendo-se em vista que o feito originário teve curso nos Juizados Especiais Federais, que tem sua competência limitada a esse valor.
2. O recorrente se desincumbiu do ônus de trazer um acórdão paradigma prolatado por Turma de diferente região e de indicar a sua fonte, motivo pelo qual o conhecimento deste incidente se impõe.
3. Ocorre que esta Turma Nacional de Uniformização já pacificou entendimento no mesmo sentido do acórdão recorrido, inadmitindo o decote do valor da condenação após o trânsito em julgado do título judicial, quando por ocasião da expedição do competente precatório. Confira-se:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. LIMITAÇÃO DO QUANTUM DA EXECUÇÃO DE SENTENÇA, PELA VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA. INVIABILIDADE.
Transitado em julgado o título exeqüendo, não pode a parte exeqüente, pela via do mandado de segurança, limitar o quantum a ser executado, pois, se não cabe a renúncia tácita no âmbito dos Juizados Especiais Federais (súmula n.º 17, desta Turma), com muito mais razão não se pode admitir a limitação do quantum a ser executado. Ademais, não cabendo ação rescisória, no âmbito dos Juizados Especiais Federais, não se pode admitir que efeito idêntico ao da rescisão do título exeqüendo seja alcançado, pela via do mandado de segurança, na fase de execução de sentença.
(PEDILEF 200870950014589, JUIZ FEDERAL SEBASTIÃO OGÊ, DJ 24/06/2010.)
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO PELO INSS. REDUÇÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO NA FASE DE EXECUÇÃO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. VALOR DA CAUSA NO MOMENTO DA PROPOSITURA DA AÇÃO SUPERIOR AO LIMITE DE SESSENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. RENÚNCIA TÁCITA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 17 DA TNU. PRECLUSÃO. GARANTIA CONSTITUCIONAL DA COISA JULGADA. IMPROVIMENTO.
1 - No âmbito dos Juizados Especiais Federais, não há renúncia tácita para fins de fixação de competência, nos termos do enunciado da Súmula 17 da TNU. Desse modo, a renúncia deve ser expressa, sendo o momento processual mais adequado para manifestá-la o do ajuizamento da ação. Na hipótese, inexiste manifestação expressa à renúncia ao excedente a sessenta salários mínimos na data da propositura da ação.
2 - Não suscitada a incompetência absoluta do JEF em decorrência do valor da causa no momento da propositura da ação exceder o limite de sessenta salários mínimos durante toda a fase de conhecimento consuma-se a preclusão.
3 - A limitação, após o trânsito em julgado, do valor do título executivo ao limite de sessenta salários mínimos à data do ajuizamento da ação, implica, por via oblíqua, o reconhecimento da possibilidade de renúncia tácita, por via direta, afronta à garantia constitucional da intocabilidade da coisa julgada.
4 - O art. 39 da Lei nº.. 9.099/95 - "É ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida nesta Lei" - não se aplica ao microssistema dos Juizados Especiais Federais, em face da regra contida no art. 17, § 4º, da Lei nº. 10.259/2001 - "Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no § 1o, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exeqüente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista". Precedentes desta TNU (PEDILEF 200770950152490, Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 13.5.2010; PEDILEF 200833007122079, Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, DJ 11.3.2011).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5 - Pedido de Uniformização improvido.
(PEDILEF 200733007130723, JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA, DOU 25/11/2011.)
4. Os precedentes transcritos tratam exatamente da mesma matéria objeto deste incidente, motivo pelo qual considero dispensáveis maiores considerações sobre o tema, votando pelo prestígio à posição consolidada nesta Corte.
5. Não conheço, portanto, deste Incidente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos da Ementa/voto da relatora.
Brasília, 16 de abril de 2012.

SIMONE LEMOS FERNADES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2007.50.50.000806-3
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ CARLOS DA SILVA
PROC./ADV.: ANDRÉ VINICIUS MARQUES GONÇALVES
REQUERIDO(A): NATHAN AUGUSTO SANTOS DA SILVA
PROC./ADV.: ANDRÉ VINICIUS MARQUES GONÇALVES
REQUERIDO(A): NATHANY SANTOS DA SILVA
PROC./ADV.: ANDRÉ VINICIUS MARQUES GONÇALVES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
RELATORA PARA ACÓRDÃO: JUÍZA FEDERAL SIMONE LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. VEDAÇÃO DE FILIAÇÃO DO INSTITUIDOR QUE SEJA PORTADOR DE INCAPACIDADE PREEXISTENTE. SILÊNCIO DA LEI. IRRELEVÂNCIA. MECANISMO QUE FAZ PARTE DA LÓGICA DO SISTEMA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. A vedação de filiação do segurado com incapacidade preexistente se aplica tanto às hipóteses de concessão de auxílio-doença, quanto às de aposentadoria por invalidez e pensão por morte, quando esta última derive de falecimento ligado à incapacidade que em tese justificaria a concessão dos dois primeiros benefícios. Irrelevância, para a espécie, da circunstância de a legislação não estabelecer, de forma expressa, essa vedação para a obtenção do último benefício, já que decorre ela da própria lógica do sistema previdenciário.
2. O artigo 74 da Lei n.º 8.213/91 é expresso ao prever que o benefício de pensão por morte será devido ao conjunto de dependentes do segurado, termo inaplicável àquele que pretenda seu ingresso ou reingresso no RGPS após o advento de moléstia incapacitante.
3. Pedido de Uniformização conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer deste Incidente de Uniformização e lhe dar provimento, nos termos do voto do Juiz relator.
Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

SIMONE LEMOS FERNADES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0026730-04.2007.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CARMEM LORENA DOLESKI KRAUSE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
RELATORA PARA ACÓRDÃO: JUÍZA FEDERAL SIMONE LEMOS FERNANDES

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. ADEQUAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA GUERREADA. RECURSO IMPROVIDO.
1. Merece prestígio a decisão monocrática prolatada pelo ilustre Presidente deste Colegiado quando em sintonia com o posicionamento do Colegiado.
2. Agravo regimental conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer deste Agravo Regimental e lhe negar provimento, nos termos do voto do Juiz relator.
Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

SIMONE LEMOS FERNADES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2008.72.53.000408-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ANÍZIO ROZA
PROC./ADV.: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN
PROC./ADV.: ANA CAROLINA ZANATTA OLSEN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATORA PARA ACÓRDÃO: JUÍZA FEDERAL SIMONE LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO. PRETENSÃO DE CÔMPUTO NO PERÍODO BÁSICO DE CÁLCULO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDENTE NÃO PROVIDO.
1. Esta Turma Nacional de Uniformização possui entendimento pacificado sobre a impossibilidade de consideração do 13º salário no período básico de cálculo de benefício previdenciário, sendo irrelevante a data de concessão do benefício.
2. Nunca houve, no ordenamento jurídico brasileiro, norma que autorizasse o pretendido cômputo da gratificação natalina no cálculo da renda mensal inicial do benefício. Nem a redação original da Lei n.º 8.213/91, nem a redação que lhe foi conferida pela Lei n. º 8.870/94 permitem essa ilação, sendo que a alteração de redação promovida por este último veículo normativo no primeiro tem apenas função explicativa.
3. Pedido de Uniformização não provido.
Simone Lemos Fernandes

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, conhecer do incidente e, por maioria, negar-lhe provimento, nos termos do voto-vista constante dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 29 de março de 2012.

SIMONE LEMOS FERNADES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.70.51.003940-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: JOÃO PEDRO PIVA
REQUERIDO(A): ILDA DA SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: RENATA SILVA BRANDÃO
PROC./ADV.: SÉRGIO EDUARDO CANELLA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN
RELATORA PARA ACÓRDÃO: JUÍZA FEDERAL SIMONE LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADORA URBANA. EMPREGADA DOMÉSTICA. DECLARAÇÃO NÃO CONTEMPORÂNEA DE EX-EMPREGADOR. IMPRESTABILIDADE. INCIDENTE PROVIDO.
1. A comprovação de tempo de serviço da empregada doméstica, para o período anterior à Lei n.º 5.859/72, durante o qual não havia regulamentação da profissão e obrigatoriedade de registro em CTPS, pode ser feita por declaração de ex-empregador.
2. Para o período posterior ao diploma normativo indicado, exige-se apresentação de prova material contemporânea, não bastando para tal simples declaração de ex-empregador (Pedilef n.º 2002.61.84.004290-3, Relator Juiz Federal Derivaldo Filho; Pedilef 2008.70.95.001801-7, Relatora Joana Carolina Pereira). Nesse mesmo sentido já se firmou o eg. Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp 1165729/PR, Quinta Turma, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe 06/05/2011; REsp 182123/SP, Sexta Turma, Ministro Anselmo Santiago, DJ 05/04/1999)
5. Incidente conhecido e provido, com restabelecimento da sentença de improcedência do pedido. É como voto.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, dar provimento a este Incidente de Uniformização, nos termos da Ementa/voto da Juíza Simone dos Santos Lemos Fernandes, que lavrou este acórdão.
Brasília, 17 de março de 2011.

SIMONE LEMOS FERNADES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.33.00.707660-6
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA CELINA PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: LUCIANO PEREIRA SOARES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. CONDENAÇÃO JUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. JUROS DE MORA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/2009. INCIDENTE PROVIDO.
1. Pretende o INSS a modificação de acórdão que manteve, por seus próprios fundamentos, sentença que reconheceu o direito do autor à percepção de auxílio-doença, com o pagamento das parcelas atrasadas acrescidas de juros de mora de 1% ao mês. Argumenta que o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, teria aplicabilidade imediata.
2. Entendo que o incidente merece provimento, haja vista que em caso semelhante este Colegiado Nacional já teve a oportunidade de fixar o seguinte entendimento: "Nas ações contra a Fazenda Pública, que versem sobre pagamento de diferenças decorrentes de reajuste nos vencimentos de servidores públicos, ajuizadas após 24/08/2001, os juros de mora devem ser fixados em 6% (seis por cento) ao ano (art. 1º-F da Lei 9.494/97)" (Súmula nº 39). No caso em exame, a ação foi proposta em 14/05/2008, ou seja, após a entrada em vigor da alteração introduzida pela Lei nº 11.960/2009 no mencionado dispositivo legal, que determinou a aplicação dos índices da caderneta de poupança (juros de mora e correção monetária) aos débitos contra a Fazenda Nacional. Nesse sentido, tendo em vista o brocardo jurídico "ubi eadem ratio, ibi eadem jus" e o fato de que se trata de inovação legislativa congênere à tratada no referido enunciado sumular, a norma superveniente deve ser aplicada integralmente ao presente caso.
3. Entendimento veiculado no acórdão prolatado nos autos do Pedilef 0500149-22.2010.4.05.8500/SE, Relator Juiz Federal Alcides Saldanha Lima, DJ de 09/12/2012, ao qual se imprimiu a sistemática prevista no art. 7º do Regimento Interno, que determina a devolução às Turmas de origem dos feitos congêneres, para manutenção ou adaptação dos julgados conforme a orientação pacificada.
4. Anoto que o provimento deste Incidente tem o condão de afastar, necessariamente, a multa imposta ao recorrente pela interposição de embargos de declaração em face da sentença prolatada, já que confirma a propriedade de seu manejo.
5. Incidente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, dar provimento ao Pedido de Uniformização, nos termos da Ementa/voto da Relatora.
Brasília, 16 de abril de 2012.

SIMONE LEMOS FERNADES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2005.32.00.907130-5
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: ERNI LUIZ BORTOLI
PROC./ADV.: ZENI TERESINHA SCHNORR BORTOLI
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. TEMA DA PRESCRIÇÃO DO FUSEX. QUESTÃO DECIDIDA NA TNU. DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM PARA ADEQUAÇÃO. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO.
1.Pedido de repetição dos valores descontados em sua folha de pagamento, a título de contribuição ao Fundo de Saúde do Servidor Militar - FUSEX - até fevereiro de 2001.
2.Sentença de parcial procedência do pedido, reformada pela Turma Recursal do Amazonas (fls. 72/76 e 106/108).
3.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001 (fls. 112 e e seguintes).
4.Admissão do incidente pela Presidência da Turma Recursal do Amazonas (fls. 133).
5.Matéria que, antes de 1991, vinha regida pela Lei nº 5.787/72 e por seu Decreto Regulamentador nº 92.512/86, os quais previam que a assistência médico-hospitalar dos militares seria custeada através de verbas consignadas no orçamento da União e, também, por contribuições que poderiam ser estabelecidas para o fundo de cada força armada no importe de até 3% do soldo do militar. A contribuição era expressamente facultativa.
6.Revogação da legislação acima citada pela Lei nº 8.237/91, que trata do sistema remuneratório das forças armadas - Marinha, Exército e Aeronáutica. Adesão obrigatória, sendo que todos os integrantes das forças armadas passaram a ser "beneficiários compulsórios" do FUSEX, sujeitando-se ao recolhimento da respectiva contribuição - art. 75, inc. II de referida lei.
7.Militar compulsoriamente filiado ao FUSEX.
8.Inexistência, no artigo 75, inciso II da Lei 8.237/91, dos elementos quantitativos da hipótese de incidência.
9.Dsciplina das alíquotas em Portarias elaboradas pelo Ministério do Exército. Afronta ao disposto no art. 150, inc. I da Constituição Federal de 1.988.
10.Edição da Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000, que estabeleceu a base de cálculo e alíquota da contribuição. Exigibilidade da contribuição, desde que respeitada a anterioridade nonagesimal. Contribuição devida a partir de 29/03/2001.11.Inexistência de afronta aos arts. 165, §5º, inc. I e III da Lei Maior, e aos artigos 2º, caput e 3º da Lei nº 4.320/64, já que tal regulamentação toca ao direito financeiro e previsão de receitas.
12.Matéria decidida pea TNU - "TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O FUSEX/FUNSA/FUSMA. NATUREZA TRIBUTÁRIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES SUJEITA A PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL, NA FORMA DO INCISO i DO ART. 168 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL", no voto da Relatora Simone Lemos, nos autos do processo n.º 2005.71.52.003235-6.
13.Determinação de devolução às Turmas de origem de todos os incidentes que versem sobre prazo prescricional aplicável a contribuições para o FUSEX, FUNSA OU FUSMA, concernentes ao período anterior a 2001.
14.Incidente de uniformização parcialmente provido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, prover em parte o pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa constante dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

ACÓRDÃOS

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 0007788-29.2008.4.03.6317
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: DANTE STEFANI
PROC./ADV.: FRANCISCO ISIDORO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. INCLUSÃO NO CÁLCULO DA RMI E DO SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. LEI N. 8.870/94. IMPOSSIBILIDADE MESMO ANTES DA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
1. "Somente após a edição da Lei nº 8.870/94, que modificou dispositivos das Leis nºs 8.212/91 e 8.213/91, ficou explicitado, no ordenamento jurídico, que o 13º (décimo-terceiro) salário não deve ser computado, no cálculo da Renda Mensal Inicial - RMI e do salário-de-benefício da aposentadoria. 2. Acontece que tal inclusão também não era pertinente, quanto a benefícios deferidos antes do advento da nova lei, considerando o equilíbrio financeiro do sistema e os princípios que o disciplinam. 3. É que as contribuições previdenciárias incidentes sobre o 13º (décimo-terceiro) salário se destinam especificamente ao custeio da verba correspondente paga a aposentados e pensionistas, o que inviabilizaria o seu cômputo, também, no cálculo dos proventos a serem pagos, mensalmente, aos beneficiários" (TNU, PEDILEF 200872530002583, Rel. Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, j. 28-5-2009, DJ em 28-7-2009).
2. No caso, mesmo tendo o benefício da parte autora sido deferido antes da alteração legislativa, considerando o princípio contributivo, que norteia o Sistema Constitucional Previdenciário, conforme acima explicitado, deve ser indeferida a pretensão veiculada na inicial.
3. Incidente de uniformização conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização negar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Sessão de 15 de maio de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0010760-75.2008.4.03.6315
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ADEILTON GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: ARIADNE ROSI DE ALMEIDA SANDRONI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. CÁLCULO DA RMI COM BASE NOS 80% DOS MAIORES SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA TNU. RECURSO PROVIDO.
1. É possível o conhecimento de Incidente de Uniformização fundamentado em divergência entre acórdão de Turma Recursal e Súmula de outra Turma (PEDILEF 200584130010613, Rel. Juiz Federal Alexandre Miguel, j. 26-6-2006, DJe em 2-8-2006).
2. A TNU decidiu a presente questão em Incidente de Uniformização representativo da controvérsia: "PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA E PENSÕES DERIVADAS DESTES OU CALCULADAS NA FORMA DO ART. 75 DA LEI 8.213/91 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DA LEI 9.876/99 A PARTIR DE 29/11/1999 - ART. 29 II DA LEI 8.213/91 - MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DOS MAIORES SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO CORRESPONDENTES A 80% DO PERÍODO CONTRIBUTIVO, INDEPENDENTE DA DATA DE FILIAÇÃO DO SEGURADO E DO NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES MENSAIS NO PERÍODO CONTRIBUTIVO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO. 1. A revisão pretendida vem sendo efetuada administrativamente pela autarquia nos termos dos Atos administrativos Memorandos-Circulares nº 21/DIRBEN/PFEINSS e 28/INSS/DIRBEN. Com efeito, é da jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização que para a aposentadoria por invalidez e para o auxílio-doença concedido sob a vigência da Lei 9.876/99, a partir de 29/11/1999, bem como para as pensões por morte decorrente destes ou calculadas na forma do art. 75 da Lei 8.213/91, o salário-de-benefício deve ser apurado com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, independentemente da data de filiação do segurado e do número de contribuições mensais no período contributivo.
2. Incidente de Uniformização Conhecido e Provido para firmar a tese de que para a aposentadoria por invalidez e para o auxílio-doença concedido sob a vigência da Lei 9.876/99, a partir de 29/11/1999, bem como para as pensões por morte decorrentes destes ou calculadas na forma do art. 75 da Lei 8.213/91, o salário-de-benefício deve ser apurado com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, independentemente da data de filiação do segurado e do número de contribuições mensais no período contributivo". (PEDILEF 2009.51.51.066212-3, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, julgado em 3.8.2011).
3. Incidente conhecido e provido para determinar o retorno dos autos ao Juizado de origem para adequação ao entendimento acima fixado.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Sessão de 15 de maio de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.70.53.001289-8
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SEBASTIÃO FERREIRA CRUZ,
PROC./ADV.: ERNANI JOSÉ PERA JUNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. REVISÃO. ATIVIDADE ESPECIAL. ELETRICIDADE. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO N. 2.172/97. MATÉRIA OBJETO DE RECURSO NO STJ. PROCESSO SOBRESTADO.
1. Cuida-se de pedido de uniformização da parte autora que tem por objeto, entre outros assuntos, o reconhecimento da atividade especial exposta à eletricidade. A matéria encontra-se sob os cuidados do STJ no REsp 1.306.113.
2. Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7 º, VII, a, da novel redação da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à TR de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ.
3. Determino, pois, o sobrestamento do processo em Secretaria até a manifestação definitiva do STJ.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização determinar o sobrestamento do processo em Secretaria nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Sessão de 25 de abril de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.72.51.001988-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SIRIO SCHALDACH
PROC./ADV.: JOSÉ GERALDO RAMOS VIRMOND
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. DOCUMENTOS APRESENTADOS EXCLUSIVAMENTE NA FASE JUDICIAL. POSSIBILIDADE. EFEITOS FINANCEIROS QUE RETROAGEM À DER. SÚMULA N. 33 DESTE TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 6 DA TNU.
1. "Para efeito da fixação dos efeitos temporais da determinação judicial de concessão ou de revisão de benefício previdenciário, é irrelevante que o requerimento administrativo contenha, de modo formal, a específica pretensão que, posteriormente, foi reconhecida em Juízo. (...) É desimportante que o processo administrativo contenha indícios de que uma específica pretensão do beneficiário (por exemplo, cômputo de tempo rural, reconhecimento da natureza especial da atividade, reconhecimento de tempo de serviço urbano informal) tenha sido deduzida perante a Administração Previdenciária" (TNU, PEDILEF 200771950134350, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, Sessão de 2-8-2011, DOU de 9-3-2012).
2. "Implementados os pressupostos de fato, incide a regra jurídica e exsurge o direito (relação) do qual decorre o dever de prestação. Isso independe e não guarda relação com a prova dos referidos fatos. Por esse motivo, a comprovação superveniente em juízo do preenchimento dos pressupostos de fato do direito pleiteado - que não restaram suficientemente provados na seara administrativa - implica a retroação dos efeitos à data do requerimento administrativo, não da propositura da ação na qual a situação de fato fora adequadamente provada" (TNU, PEDILEF 200571950054308, Rel. Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, Sessão de 5-5-2011, DOU de 18-11-2011).
3. Inteligência da Súmula n. 33 desta TNU: "Quando o segurado houver preenchido os requisitos legais para a concessão de aposentadoria por tempo de serviço nada data do requerimento administrativo, esta data será o termo inicial da concessão do benefício".
4. Hipótese em que a sentença, reformada em parte pelo acórdão, reconheceu tempo de atividade especial só comprovado em Juízo. Oportunidade em que o magistrado sentenciante fez análise pormenorizada da situação fática e jurídica discutida na demanda, realizando o devido enquadramento das funções desempenhadas pela parte autora.
5. Recurso conhecido e provido em parte para se restaurar os termos da sentença nos quais se discute e se analisa a atividade especial pleiteada, mantendo-se o acórdão, tão somente, no que se refere aos critérios de correção monetária e juros aplicados na apuração dos valores atrasados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Sessão de 15 de maio de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501337-56.2010.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUISA LIMA DE MOURA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA...
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REEXAME DA CONVICÇÃO FIRMADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE LAUDO PERICIAL E DOS DEMAIS ELEMENTOS PROBATÓRIOS DOS AUTOS. SÚMULA 42 DA TNU. SÚMULA 07 DO STJ.
1. "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato". (Súmula 42 da TNU).
3. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais.
4. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Sessão de 25 de abril de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2005.63.01.185325-9
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: ALEXANDRE AZEVEDO
REQUERIDO(A): NEIDE ALVES SOARES
PROC./ADV.: SINVAL MIRANDA DUTRA JÚNIOR
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. TEMA DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. PERÍODO DE GRAÇA. TEMA DO DESEMPREGO. PET 7115. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 20, DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.
1.Pedido de concessão de benefício por incapacidade.
2.Sentença de procedência do pedido. Transcrevo importante trecho da sentença: "No que tange à incapacidade, atestou o Perito Jucicial com relação ao estado da autora que: "Trata-se de quadro com transtornos do humor do tipo "Episódio depressivo moderado". (...) Concluindo que a doença a autora a incapacita total e temporariamente para o trabalho desde 2000. Assim, caracterizada a incapacidade como temporária, passo à análise da qualidade de segurada da autora. Conforme apurado pela Contadoria Judicial a autora conta com 7 anos 6 meses e 12 dias de contribuição, e possui um vínculo como

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

empregada iniciado em 17/12/1996 e cessado em 05/03/1998, conforme consta de sua CTPS anexada aos autos. Logo, a autora havia cumprido a carência para o benefício pretendido e possuía qualidade de segurada até maio de 2000. Ou seja, quando iniciada a sua incapacidade para o trabalho, em 2000, a autora possuía qualidade de segurada. Ressalto que o período em que a autora foi contribuinte individual em 2004 não deve ser considerado como reaquisição de sua capacidade laborativa, tendo em vista que nessa ocasião a autora já estava incapaz e eventual trabalho teria ocorrido em detrimento de sua própria saúde. Logo, preenchidos os requisitos legais, faz jus a parte autora à concessão do benefício de auxílio-doença desde o pedido administrativo.".
3.Interposição de recurso de sentença, pela autarquia, desprovido pela Turma Recursal de São Paulo.
4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pelo instituto previdenciário, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5.Defesa de que o pedido de benefício por incapacidade deve ser indeferido em virtude da perda da condição de segurado do autor, com fulcro na inexistência de prorrogação do período de graça (art. 15, §2°, da Lei 8.213/91) ante a ausência de registro do desemprego junto ao Ministério do Trabalho.
6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recurso Especial nº 627.661/RS e Recurso Especial nº 448.079/RS.
7.Inadmissibilidade do incidente pela Tuma Recursal de São Paulo.
8.Apresentação, pela parte recorrente, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
9.Decisão da lavra do Ministro Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização, no sentido de admitir o incidente, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno do Colegiado citado.
10.Tema da comprovação de desemprego - julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, na PET nº 7.115: "PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. ART. 15 DA LEI 8.213/91. CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO. DISPENSA DO REGISTRO PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL QUANDO FOR COMPROVADA A SITUAÇÃO DE DESEMPREGO POR OUTRAS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. O REGISTRO NA CTPS DA DATA DA SAÍDA DO REQUERIDO NO EMPREGO E A AUSÊNCIA DE REGISTROS POSTERIORES NÃO SÃO SUFICIENTES PARA COMPROVAR A CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DO INSS PROVIDO. 1. O art. 15 da Lei 8.213/91 elenca as hipóteses em que há a prorrogação da qualidade de segurado, independentemente do recolhimento de contribuições previdenciárias. 2. No que diz respeito à hipótese sob análise, em que o requerido alega ter deixado de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, incide a disposição do inciso II e dos §§ 1o. e 2o. do citado art. 15 de que é mantida a qualidade de segurado nos 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses se comprovada a situação por meio de registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, esse dispositivo deve ser interpretado de forma a proteger não o registro da situação de desemprego, mas o segurado desempregado que, por esse motivo, encontra-se impossibilitado de contribuir para a Previdência Social. Dessa forma, esse registro não deve ser tido como o único meio de prova da condição de desempregado do segurado, especialmente considerando que, em âmbito judicial, prevalece o livre convencimento motivado do Juiz e não o sistema de tarifação legal de provas. Assim, o registro perante o Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá ser suprido quando for comprovada tal situação por outras provas constantes dos autos, inclusive a testemunhal. No presente caso, o Tribunal a quo considerou mantida a condição de segurado do requerido em face da situação de desemprego apenas com base no registro na CTPS da data de sua saída no emprego, bem como na ausência de registros posteriores. A ausência de anotação laboral na CTPS do requerido não é suficiente para comprovar a sua situação de desemprego, já que não afasta a possibilidade do exercício de atividade remunerada na informalidade. Dessa forma, não tendo o requerido produzido nos autos prova da sua condição de desempregado, merece reforma o acórdão recorrido que afastou a perda da qualidade de segurado e julgou procedente o pedido; sem prejuízo, contudo, da promoção de outra ação em que se enseje a produção de prova adequada. Incidente de Uniformização do INSS provido para fazer prevalecer a orientação ora firmada", (Pet 7115/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/03/2010, DJe 06/04/2010).
11.Parcial provimento ao incidente de uniformização, dirigido à TNU - Turma Nacional de Uniformização, com fundamento na questão de ordem nº 20, do colegiado citado.
12.Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal de origem para verificação de outros meios de prova eventualmente existentes, pertinentes ao desemprego da parte autora, requerente de benefício por incapacidade.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização prover em parte o incidente.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2006.82.01.502372-2
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: REGINA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO.
1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
2.Sentença de improcedência do pedido.
3.Interposição de recurso pela parte autora.
4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal da Paraíba, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.
5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6.Defesa de não descaracterizar o trabalho rural exercido em regime de economia familiar a existência de outra fonte de renda.
7.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ: Recursos Especiais nº 691391/PR e nº 461150/RS.
8.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.
9.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
10.Distribuição do incidente.
11.Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.
12.Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) No caso, o(a) autor(a) completou a idade necessária em 01.03.2003, contudo, só requereu administrativamente a concessão do benefício em 2005, mister, portanto, é a comprovação de 144 meses (12 anos) de atividade rural, ainda que de forma descontínua, anteriormente ao requerimento do benefício. Em audiência, a autora alegou que desde criança trabalha na agricultura e, que, recentemente, adquiriu um terreno para cultivar, o qual comprou pela quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em virtude de pensão por morte que percebe em decorrência do falecimento de seu esposo, havendo o INSS demonstrado que o terreno foi adquirido no ano de 2003, e que a pensão da autora é em valor superior a R$ 800,00 (oitocentos reais). A(s) testemunha(s) ouvida(s) em juízo indic(ou)(aram) conhecer a parte autora há muito tempo, corroborando com o depoimento desta. Assim, ainda que a prova oral seja favorável à parte autora, a mesma não é suficiente, por si só, para comprovação da atividade rural nos casos em que é pleiteada concessão de benefício previdenciário, conforme Súmula 149 do e. Superior Tribunal de Justiça, sendo necessário ser suplementada, no mínimo, por indícios razoáveis de prova documental. Quanto a tais indícios trazidos pela parte autora, esta anexou: a) - Certidão da Justiça Eleitoral com data de 23/02/2006, na qual consta ser agricultora a demandante; b) - Carteira do Sindicato dos trabalhadores rurais, com data de inscrição em 20/09/1999; c) - Declarações particulares de que exerce a atividade rural; d) - Declaração do ITR-2004 referente ao sítio Chã dos Pereiras. Entendo que tais documentos, considerados em conjunto, não são aptos a demonstrar a qualidade de agricultora da parte demandante desde épocas pretéritas, indicando o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, em período superior ao exigidos pela lei. Outrossim, a Instrução Normativa n. 03/2005, expedida pelo Ministério da Previdêncai Social, em seu art. 10, admite a condição de segurado especial do detentor de rendimentos provenientes de benefício urbano de valor de até um salário mínimo. No caso dos autos, porém, conforme comprovado pelo INSS através de tela do sistema Plenus, a autora é beneficiária de pensão por morte, NB 045.118.771-7, desde 16.03.1996, no valor de R$ 887,05 (oitocentos e oitenta e sete reais e cinco centavos), o que aliado ao conjunto probatório acima mencionado, contribui para a avaliação negativa da qualidade de segurada especial, durante 144 meses, da autora. (...)."
13.Situação em que a inversão de referida decisão, necessariamente, leva ao reexame de provas, cuja impossibilidade se configura no âmbito desse Órgão Colegiado, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
14.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 21 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500213-04.2006.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GETULIO BARROS
PROC./ADV.: ANTONIO GERALDO LEITE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA-RÉ. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATIVIDADE DE ALUNO APRENDIZ. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE FORMA DIRETA OU INDIRETA. PROVIMENTO DO INCIDENTE.
1.Pedido de reconhecimento do tempo de serviço prestado como aluno-aprendiz.
2.Sentença de improcedência. Reprodução de importante trecho da sentença: "(...) Com referência ao tema, o enunciado n.º 18 da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dispõe: "Provado que o aluno aprendiz de Escola Técnica Federal recebia remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento da União, o respectivo tempo de serviço pode ser computado para fins de aposentadoria previdenciária.". Veja-se, pois, que o cômputo do tempo de aprendizagem em escola técnica federal, para fins de aposentadoria, quando a formação profissional do aluno é remunerada às expensas da União, ainda que de forma direta ou indireta, é perfeitamente possível. Assim, uma vez comprovada a percepção de remuneração, direta ou indireta, às expensas da União, não se pode recusar ao segurado a contagem do referido tempo como de efetivo serviço. No entanto, no caso sob luzes, observo que o autor não logrou êxito em comprovar o seu direito. Com efeito, compulsando os autos, verifica-se que os documentos apresentados não evidenciam, de nenhum modo, que o demandante tenha percebido qualquer espécie de remuneração naquele período. Veja-se que na cópia da CTPS (anexo n° 3) não há, sequer, qualquer anotação relativa ao referido período. Além disso, embora a Certidão de Tempo de Serviço (anexo n° 4, fls. 4 e 5) emitida pelo Colégio Agrícola de Jundiaí, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, declare que o postulante exerceu o "cargo" de aluno-aprendiz no período de 26/3/62 a 22/12/64, no documento, não há menção a qualquer contraprestação recebida pelo mesmo, seja ela direta ou indireta. Ademais, os documentos, em sua maioria (anexo n° 4, fls. 1, 2, 3) são relativos à concessão de sua aposentadoria por tempo de serviço, nada acrescentando quanto ao tempo de aprendizagem na escola técnica citada. Ora, como visto, a contagem perseguida somente é possível se provada a percepção de remuneração pelo aluno, seja ela direta (salário), ou indireta (moradia, vestimenta, alimentação)."
3.Reforma da sentença pela 1ª Turma Recursal do Ceará. Entendimento de que "a falta de menção expressa na Certidão do Tempo de Serviço lavrada pela Escola Técnica Federal à específica remuneração que era recebida pelo aluno não implica em que o mesmo não a auferisse. Penso que, para demonstrar o tempo de serviço em questão, basta que haja uma autêntica certidão lavrada por Escola Técnica Federal legalmente reconhecida, atestando o tempo cursado pelo aluno em tal instituição. Descreva ou não a certidão o tipo de atividades realizadas pelo discente no bojo do curso, isto não altera a sua natureza intrínseca, que é sempre a mesma, ou seja, a pertinente à condição de aluno aprendiz, que aprende trabalhando na Escola Técnica, mantida pelo Governo Federal, recebendo, se não remuneração direta, ao menos a indireta, representada pelo alimento, fardamento, atendimento médico-odontológico, alojamento e, em alguns casos, retribuição por serviços prestados a terceiros. A omissão da certidão não altera a realidade do tempo de serviço cursado na escola técnica federal, que envolve invariavelmente o oferecimento, à conta do orçamento da União, de prestações indiretas ao aluno, tidas como retribuição salarial. A prova juntada fornece certeza sobre o exato tempo de atividades executadas junto a uma Escola Técnica Federal, sendo dispensável consignação expressa a este tempo em CTPS ou à remuneração indireta que era auferida, uma vez que ela é inerente às atividades de aluno aprendiz de Escolas Técnicas Federais".
4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela autarquia, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5.Defesa do entendimento de que o acórdão diverge do entendimento da Turma Nacional de Uniformização.
6.Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente: PEDILEF n.º 20068300510337.
7.Inadmissibilidade do incidente junto à Presidência da Primeira Turma Recursal do Ceará.
8.Apresentação, pela parte recorrente, de requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
9.Decisão da lavra do Ministro Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização, no sentido de admitir o incidente, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno do Colegiado citado.
10.Este Colegiado possui entendimento consolidado acerca do tema objeto de incidente, conforme verbete nº 18, do presente tribunal de uniformização: "Provado que o aluno aprendiz de Escola Técnica Federal recebia remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento da União, o respectivo tempo de serviço pode ser computado para fins de aposentadoria previdenciária".
11.Observa-se que o autor não conseguiu provar o recebimento de remuneração, de forma direta ou indireta.
12.Provimento do presente incidente, com o restabelecimento da sentença de improcedência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização prover do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0502161-84.2006.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ SAMPAIO CUNHA
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DO BENEFÍCIO PELO INPC. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13, DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.
1.Pedido revisão de benefício previdenciário com incidência do INPC.
2.Sentença de improcedência do pedido .
3.Preservação da sentença, pela Turma Recursal do Ceará .
4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001 (fls. 135 E e seguintes).
5.Argumentação no sentido de que a decisão da Turma Recursal diverge do entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
6.Inadmissibilidade do incidente.
7.Existência de importante julgado da TNU - Turma Nacional de Uniformização: "EMENTA PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE. BENEFÍCIO. MAIO/1996. MP 1.415/96. LEI N° 9.711/98. IGP-DI. EMPREGO. ÍNDICE DIVERSO. AMPARO LEGAL. INEXISTÊNCIA. - O reajuste dos benefícios previdenciários, em maio de 1996, deve obedecer à regra instituída por lei (Medida Provisória n° 1.415/96 e Lei n° 9.711/98, comandos esses que elegeram o IGP-DI para tal desiderato). Assim, inaplicável é a utilização do INPC, uma vez que é vedado ao Poder Judiciário, conforme reiteradas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, atuar como legislador positivo (STJ, RESP 216.130/SP, DJ 7.11.2000, Rel. Min. José Arnaldo Fonseca; STJ, 5ª Turma, RESP 335.293/RS, DJ 18.10.2001, Rel. Min. Jorge Scartezzini); - Pedido de uniformização, do INSS, conhecido e provido.
8.(PEDIDO 200272000501624, JUIZ FEDERAL RENATO TONIASSO, DOU 14/05/2003)".
9.Não conhecimento do incidente com esteio na súmula nº 51 e na questão de ordem nº 13, da TNU - Turma Nacional de Uniformização: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido", (Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005).

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2007.71.58.001645-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOANA CONTERATTO GHENO
PROC./ADV.: MARIA ADIR MESSA TORRES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE. TEMA DO PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 54 E DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO - TNU. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.
1.Pedido de aposentadoria por idade.
2.Sentença de parcial procedência do pedido, mediante reconhecimento e averbação de 19 (dezenove) anos de tempo de serviço. Rica fundamentação da sentença, com ampla análise referente à prova dos autos.
3.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul.
4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5.Alegação de que a posição da Turma Recursal do Rio Grande do Sul não considerou a possibilidade de ampliação temporal da prova documental. Defende a aplicação do art. 3º, § 1º, da Lei nº 10.666/2003.
6.Indicação, pela parte autora, dos seguintes precedentes: Recurso Especial nº 969.473/SP e Agravo Regimental no Recurso Especial nº 496.838/SP, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; Processo nº 20045165000401501, emanado da Turma Recursal do Rio de Janeiro; Processo nº 2007.36.00.703310-2, advindo da Turma Recursal do Mato Grosso; e Processo nº 2003.38.00.708667-8, proveniente da Turma Recursal de Minas Gerais.
7.Negativa de seguimento do incidente junto à Presidência da Turma Recursal do Rio Grande do Sul.
8.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
9.Determinação de distribuição do incidente.
10.Tema já apreciado por esse Colegiado, nos seguintes temos, "in verbis": "Para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima. (Súmula nº 54).
11.Incidência da Questão de Ordem nº 13 da TNU, "in verbis": "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido Do acórdão recorrido."12.Não conhecimento do incidente.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2007.82.02.503017-0
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ANA PEREIRA FORMIGA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO.
1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
2.Sentença de improcedência do pedido.
3.Interposição de recurso pela parte autora.
4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal da Paraíba, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.
5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.
7.Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ: Recurso Especial nº 553755/CE.
8.Negativa de seguimento do incidente na Turma Recursal da Paraíba.
9.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
10.Distribuição do incidente.
11.Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.
12.Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) O caso concreto. 19. A DER é de 2005, havendo que se observar a carência necessária, nos termos do art. 142 da Lei n. 8.213/91, anteriormente reproduzida (144 meses). 20. De documentos relevantes em nome da autora, vieram aos autos, dentre outros, certidão de casamento onde o marido consta como agricultor. 21. A testemunha SEVERINO, porém, só a conhece há dez anos. 22. Tal interstício é menor do que o exigido para concessão do benefício. 23. A prova oral não conferiu robustez bastante. (...)."
13.Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
14.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500856-22.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DA CONCEIÇÃO PESSOA OLIVEIRA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO, MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DO CEARÁ. ACÓRDÃO GENÉRICO, MARCADO PELA CLÁUSULA DE ALTERNATIVIDADE. NULIDADE DO JULGADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DECLARADO PREJUDICADO.
1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural.
2.Sentença de improcedência do pedido.
3.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com a seguinte argumentação: "(...) A ausência de início razoável de prova documental, nos termos da Súmula nº 149 do Colendo STJ, impede a concessão de benefício previdenciário de aposentadoria por idade do trabalhador rural. A análise procedida pelo Juízo de Primeiro Grau, que não confirma a validade dos documentos apresentados, reconhece a inutilidade da prova testemunhal produzida ou a existência de vínculos urbanos da parte requerente ou de seu cônjuge, há de ser confirmada no Segundo Grau de jurisdição, máxime quando a parte recorrente não apresenta qualquer outro fato ou documento novo que infirme a decisão recorrida. (...)" (grifou-se).
4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5.Tese pertinente ao documento hábil a configurar início de prova material.
6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes da lavra do STJ - Superior Tribunal de Justiça e da TNU: Recursos Especiais nº 960429/CE; e Súmulas nº 06 e nº 14 e PEDILEF nº 200443009016456.
7.Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.
8.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará, sob o argumento de não ser possível examinar prova nesta esfera processual.
9.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
10.Distribuição do incidente.
11.Nulidade do julgado genérico, desprovido de conexão com o contexto e com a documentação dos autos, proferido pela Turma Recursal do Ceará.
12.Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal para reanálise do pedido formulado pela parte autora, em consonância com a documentação contida nos autos.
13.Declaração judicial de prejudicialidade do incidente de uniformização de jurisprudência apresentado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização anular o acórdão da Turma Recursal do Ceará, determinar a realização de novo julgamento fundamentado, com análise das provas dos autos, e declarar prejudicado o incidente de uniformização de jurisprudência, da lavra da parte autora.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0016456-19.2007.4.01.3200
ORIGEM: RO - SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -
PROC./ADV.: EDNA DO CARMO MORAES
REQUERIDO(A): MARIA REGINA DO VALE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. EXTRAVIO DE MERCADORIA. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE MOTIVADO EM DUAS SITUAÇÕES DISTINTAS: ACÓRDÃO ORIUNDO DE TRF E AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FONTE DOS JULGADOS.
1.Pedido de indenização por danos materiais e morais em razão de mercadoria extraviada.
2.Sentença de parcial procedência do pedido. Condenação a título de danos materiais, aferidos em R$ 252,50 (duzentos e cinqüenta e dois reais e cinqüenta centavos) e, a titulo de danos morais, no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais).
3.A Turma Recursal do Amazonas manteve a sentença por seus próprios fundamentos, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.
4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5.Alegação de ser necessária a comprovação do nexo causal entre o ato ilícito e o dano sofrido. Defesa de não ter havido declaração do valor e do conteúdo postado.
6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Processo nº 2005.35.00701808-3, da lavra da Turma Recursal de Goiás; Processo nº 2003.38.00.7044180, emanado da Turma Recursal do Mato Grosso; e Apelações Cíveis nº 980406799-4, nº 305192 e nº 355663.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7.Admissibilidade do incidente pela Turma Recursal do Amazonas.
8.Caso dos autos demonstra que o incidente não pode ser conhecido em razão da ocorrência de duas situações distintas.
9.Primeira situação: Impossibilidade de apreciação de incidente cujo precedente decorra de Tribunal Regional Federal. Referência às Apelações Cíveis nº 980406799-4, nº 305192 e nº 355663.
10.Existência de julgado da TNU - Turma Nacional de Uniformização a respeito do tema: "PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização formulado por Leontino Alves da Silva, fls. 103/108, apontando suposta divergência entre a Turma Recursal/PB (fl. 100) com a jurisprudência dominante do STJ, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001 , sobre a revisão da renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez. 2. A Sentença do Exmo. Dr. Rogério de Meneses Fialho Moreira, fls. 67/70, indeferiu o a revisão da rmi do Autor ao argumento de que: a) o benefício resulta da conversão do auxílio-doença (DIB 01/01/75 ¿ fl. 14) e só haveria a revisão se após a concessão do auxílio-doença houvesse alguma contribuição a calcular; b) quanto à URV, o mês de fev/94 não faz parte do período básico de cálculo do benefício; c) não se aplica o IGP-DI nos anos de 97, 99, 2000 e 2001, consoante decisão do STF. 3. Acórdão impugnado da TR/PB (fl.100), relatado pela Exma. Dra. Cristina Maria Costa Garcez (votos orais), confirmou a sentença por seus próprios fundamentos. 4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundando em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF). 5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs. 6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma", (PEDILEF 200382100009577, JUIZ FEDERAL HÉLIO SILVIO OUREM CAMPOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 23/05/2006).
11.Segunda situação: Tratando-se de suposta divergência entre Turmas Recursais, "a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido". Precedentes desta Turma de Uniformização: PEDILEF nº 05006545020094058402 e PEDILEF nº 00058762220104013200.
12.Caso dos autos em que não há indicação da fonte de obtenção dos julgados das Turmas Recursais de Goiás e de Mato Grosso, trazidos como paradigmas pela ré no presente pedido de uniformização.
13.Não constatação de divergência.
14.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer o incidente de uniformização de jurisprudência ofertado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0501054-59.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO SOCORRO MOITA
PROC./ADV.: VIVIANE DE PÁDUA NOGUEIRA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA-RÉ. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PARADIGMAS DE TURMA RECURSAL SEM A INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
2.Sentença de procedência do pedido.
3.Interposição de recurso pela autarquia-ré.
4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará
5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela autarquia-ré, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6.Defesa de inexistir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar, pela parte autora, em razão de constatação de desempenho de atividade urbana.
7.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes emanados da Turma Recursal de Minas Gerais: e Processos nº 2007.38.00.730639-1, nº 2007.38.00.730803-1, nº 2007.38.00.710601-6.
8.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.
9.Apresentação, pela autarquia-ré, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
10.Distribuição do incidente.
11.Tratando-se de suposta divergência entre Turmas Recursais, "a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido". Precedentes desta Turma de Uniformização: PEDILEF nº 05006545020094058402 e PEDILEF nº 00058762220104013200.
12.Caso dos autos em que não há indicação da fonte de obtenção dos julgados da Turma Recursal de Minas Gerais, trazidos como paradigmas pela autarquia-ré no presente pedido de uniformização.
13.Não constatação de divergência.
14.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela autarquia-ré.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2008.71.58.010622-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RENI LUÍS EVANGELISTA DOS SANTOS
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DURANTE A TRAMITAÇÃO DE AÇÃO JUDICIAL. FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. RECURSO NÃO CONHECIDO.
1.Pedido da parte autora de concessão de aposentadoria especial.
2.Sentença de parcial procedência do pedido , mantida pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul.
3.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
4.Alegação de que não há direito à concessão do benefício na data do requerimento administrativo, conforme o verbete nº 33, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
5.Inadmissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência junto à Turma Recursal do Rio Grande do Sul.
6.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
7.Decisão da lavra do Ministro Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização, no sentido de se distribuir o incidente.
8.Tema objeto de dilação probatória. Raciocínio no sentido de que a prova inequívoca do direito da parte somente fora produzida ao longo da instrução processual.
9.Respeito à incidência do princípio do livre convencimento motivado, descrito no art. 436, do Código de Processo Civil.
10.Não conhecimento do incidente com fulcro na súmula nº 42, da TNU e na questão de ordem nº 13, do Colegiado citado.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0505755-26.2008.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES LUNA VIDAL
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO. TRANSCURSO DO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS APÓS REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE PROVIDO.
1.Pedido de concessão de benefício por incapacidade.
2.Sentença cuja conclusão declara a prescrição do direito da parte. Reprodução de importantes parágrafos do julgado: "Desde logo, importa ressaltar que a hipótese dos autos dispensa investigação acerca do preenchimento dos requisitos exigidos à concessão do benefício, porquanto o pleito judicial esbarra no óbice intransponível da prescrição do fundo de direito. (...) Colhe-se dos autos que o pleito administrativo foi indeferido pelo INSS em 06/04/2003, momento em que teve início o curso do prazo prescricional para ajuizamento de demanda judicial a amparar a suposta lesão. Observada a inércia do demandante, posto que somente em 30/07/2008 foi ajuizada a presente demanda, é de se concluir que a pretensão se encontra fulminada pela prescrição, restando prejudicada a análise das demais alegações constantes da inicial.
3.Manutenção da sentença, pelos próprios fundamentos, pela Turma Recursal da Paraíba.
4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5.Defesa da tese de que prescrevem apenas as parcelas anteriores ao quinquênio do ajuizamento da demanda, e não a prescrição da pretensão ao reconhecimento do direito. Alegação de que a posição da Turma Recursal da Paraíba difere daquela do STJ - Superior Tribunal de Justiça - Súmula n.º 85.
6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: TRF 1ª REGIÃO - AC nº 200401990000615, PEDILEF 200238007090420 e RE-AgR 548676/SP.
7.Negativa de seguimento ao presente incidente pela Presidência da Turma Recursal da Paraíba.
8.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
9.Distribuição do Incidente.
10.Inicialmente, deixo de apreciar eventual divergência com precedentes de Tribunal Regional Federal. Apenas a existência de eventual contrariedade, na interpretação da lei federal sobre questões de direito material, entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais e decisões de outras Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais, ou com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, revelam hipóteses de cabimento de pedido de uniformização, como consta nos §§ 1º e 2º, do art. 14, da Lei nº 10.259/2001.
11.Cito importante precedente: "Não obstante tais considerações, entendo que, no que concerne à prescrição do fundo de direito, ou decadência, no âmbito previdenciário, aplicável as disposições da Lei nº 8.213/91, que traz regras específicas e que, por se tratar de lei especial, prevalece ao Decreto nº 20.910/32, que é lei geral." (PEDILEF n.º 0500966-81.2008.4.05.8201. Relator Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira).
12.Prescrição qüinqüenal de parcelas, conforme orientação da Súmula n.º 85, do STJ (PEDILEF 2005.37.00.753233-0, Juiz Federal Relator Edílson Pereira Nobre Junior, DJU 06-07-2007).
13.Provimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora. Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal de origem para readequação do caso à premissa jurídica firmada concernente à prescrição qüinqüenal das parcelas referentes ao benefício da parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização prover o incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0507810-53.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CÍCERO HENRIQUE BEZERRA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO.
1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
2.Sentença de improcedência do pedido.
3.Interposição de recurso pela parte autora.
4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.
5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.
7.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.060.637/PR, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; e PEDILEF nº 2003.81.10.02.5191-0, emanado da Turma Nacional de Uniformização - TNU.
8.Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.
9.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.
10.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
11.Distribuição do incidente.
12.Julgado cujo exame de prova foi baseado em documentação carreada aos autos.
13.Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) Em epítome, para comprovação do seu direito, consta documentos emitidos pelo sindicato dos trabalhadores rurais (anexo 1); certidão do Tribunal Regional Eleitoral, onde a parte autora está qualificada como agricultora (anexo 1); comprovantes de pagamento de ITR - Imposto Territorial Rural; dentre outros documentos de menor importância (anexo 1). Acerca do valor probatório dos documentos emitidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, já se pronunciou o Tribunal Regional Federal da Quinta Região, in verbis (...) Importante notar, ainda, que os documentos expedidos em nome de terceiros, em regra, apenas provam os fatos alegados em relação a estes, não sendo extensíveis à parte autoral. Reitere-se que os documentos trazidos aos autos não constituem supedâneo da tese da

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

parte requerente, inexistindo início de prova material. Observa-se que a lei exige o início de prova material - consubstanciada em documentação idônea expedida na época dos fatos que se pretende provar - para referendar a prova testemunhal eventualmente existente. A Turma Nacional de Uniformização das Decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, recentemente, enfrentou lide semelhante, oportunidade em que anunciou sob o n.º 34: "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar.". Em vista do exposto, conclui-se que a prova testemunhal produzida e os documentos acostados, nos termos da súmula n.º 149 do STJ e do art. 55, § 3.º, da Lei n.º 8.213/91, não são suficientes para a comprovação do tempo de trabalho na agricultura em regime de economia familiar. (...)."
14.Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
15.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500361-41.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSÉ FRANCISCO DA SILVA JÚNIOR
PROC./ADV.: JOSÉ FRANCISCO SILVA JÚNIOR
LITISCONSORTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA UNIÃO FEDERAL. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. CONCURSO PÚBLICO. PROVA NÃO REALIZADA. APRESENTAÇÃO, PELA PARTE RECORRENTE, DE RAZÕES DISSOCIADAS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.Pedido de indenização por dano material e moral em razão do cancelamento da data da realização da prova de concurso público.
2.Sentença de parcial procedência do pedido. Condenação a título de danos materiais, aferidos em R$ 568,24 (quinhentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos).
3.Interposição de recurso de sentença, pela União Federal, desprovido pela Turma Recursal da Paraíba.
4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela União Federal, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recurso Especial nº 910.260/RN, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; e Processo nº 20045151024533201, emanado da Turma Recursal do Rio de Janeiro.
6.Inadmissibilidade do incidente na Presidência da Turma Recursal da Paraíba.
7.Apresentação, pela União Federal, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
8.Distribuição do incidente.
9.Hipótese dos autos - ressarcimento dos gastos efetuados na preparação e viagem, pela parte autora, para o concurso público de policial rodoviário federal, em virtude da não realização da prova (grifou-se).
10.A recorrente, União Federal, no presente incidente de uniformização, defende não ser cabível indenização por danos materiais decorrente do agir da Administração em caso de certame público viciado (grifou-se).
11.Constatação de serem as razões do pedido de uniformização completamente dissociadas da decisão atacada, infringindo o disposto no inciso II, do artigo 514 do Código de Processo Civil.
12.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela União Federal.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0501629-42.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO EUDES DA PAZ SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. INCIDENE NÃO CONHECIDO. IMPOSSIBILIDADE DE REANÁLISE DE MATÉRIA OBJETO DE PROVAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 DA TNU.
1.Pedido de concessão de benefício por incapacidade.
2.Sentença de improcedência do pedido, gravada no formato 'mp3'. Fundamentação lastreada na ausência de comprovação do cumprimento do período de carência por segurado especial. Acréscimo, à motivação, de constatação feita a partir do depoimento da parte autora que demonstrou não haver qualquer forma de trabalho agrícola ao longo do período de carência.
3.Manutenção da sentença, pelos próprios fundamentos, pela Turma Recursal do Ceará.
4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5.Alegação, pela parte recorrente, de que embora a sentença tenha entendido não haver evidências de que a parte autora seja trabalhadora rural, constam dos autos vários indícios de prova material. Alegação, outrossim, de nulidade do acórdão.
6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recurso Especial nº 64.917-SP, STJ - Recurso Especial nº 669477, AR - Ação Rescisória nº 1427 processo nº 200001282450, PEDILEFs n.º 2003.51.01.500053-8; 2004.81.10.02.8197-8; Recurso Especial nº 675.892/RS; Recurso Especial nº 675.892/RS; Recurso Especial nº 289.949/SC; PEDILEF n.º 200443009016456; PEDILEF n.º 200683055013640; PEDILEF n.º 200672950158613; PEDILEF n.º 200670950042928; PEDILEF n.º 200570510019810; PEDILEF n.º 470950101110; PEDILEF n.º 200443009025383; Recurso Especial nº 642364/CE.
7.Afirmação de que o entendimento da Turma Recursal do Ceará diverge das súmulas 06 e 14 da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
8.Inadmissibilidade do incidente pela Tuma Recursal do Ceará.
9.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
10.Distribuição do incidente.
11.Quanto à alegação de nulidade do acórdão, observo que a confirmação da sentença por seus próprios fundamentos é prevista em lei, de acordo com o artigo 46, da Lei n.º 9.099/95. Na medida em que o acórdão reporta-se à sentença, há referência também a seus fundamentos jurídicos, sendo que a fundamentação da sentença é que passa a integrar o acórdão da Turma Recursal.
12.O incidente não deve ser conhecido por dois importantes fundamentos:
13.Primeiro Fundamento: Observo que julgado está em harmonia com a súmula n.º 34, da TNU, in verbis: "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar", (grifou-se).
14.Segundo Fundamento: Matéria trazida a lume - constitui tema objeto de prova (grifou-se).
15.Julgado objeto dos autos levou em conta toda a situação fática e probatória.
16.Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação da súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
17.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2008.72.50.000466-8
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SILVESTRE JOAQUIM
PROC./ADV.: ALESSANDRO MARCHI FLÔRES
PROC./ADV.: SIMÃO BOLIVAR MARTINS DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. VÍNCULO URBANO EXERCIDO DURANTE O PERÍODO DA CARÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO - TNU. SENTENÇA EXTRA PETITA. ANULAÇÃO PARCIAL DA SENTENÇA. INCIDENTE PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDO, PARCIALMENTE PROVIDO.
1.Pedido de reconhecimento de atividade rural e concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.
2.Sentença de parcial procedência do pedido.
3.Interposição de recurso pela parte autora.
4.Manutenção da sentença pela Primeira Turma Recursal de Santa Catarina.
5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6.Alegação preliminar de que a sentença é extra petita, uma vez que o ano de 1973, averbado administrativamente, não era objeto da demanda. Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar, a despeito de vínculo urbano desempenhado pelo cônjuge-varão. E de que é possível a utilização de documentos em nome de terceiros como início de prova material.
7.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: PEDILEFs nº 2007.72.59.002088-3 e 2007.83.05.501080-0, Recurso Especial nº 440/.04/SC, Recurso Especial nº 449864/SC, Recurso Especial nº 289.949/SC e Recurso Especial nº 675.892/RS.
8.Admissibilidade do incidente na Segunda Turma Recursal de Santa Catarina.
9.Distribuição do incidente.
10.Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.
11.Reprodução de importante trecho da decisão combatida: "(...) Os documentos carreados aos autos são indiciários da atividade rural desenvolvida pelo Autor e sua família ao menos em parte dos períodos pretendidos, ou seja, de 12-01-1964 a 11-01-1966 e de 01-01-1967 a 28-08-1970. A prova oral produzida também demonstrou o efetivo labor rural exercido pelo Autor e sua família durante esta parte do período postulado, que retiravam da terra o sustento. Tanto o autor como a testemunha ouvida foram convincentes em seus depoimentos, consolidando, na convicção deste Juízo, a situação fática a que se busca reconhecimento. A prova testemunhal pode e deve ser utilizada para a comprovação da atividade rural, de forma a corroborar os elementos materiais trazidos aos autos. Todavia, para os períodos posteriores, de 29-08-1970 a 31-12-1972 e de 01-01-1974 a 31-03-1975, não há provas capazes de formar a convicção do Juízo para reconhecer o exercício de atividade rural em regime de economia familiar, nos termos do art. 11, § 1º, da Lei n. 8.213/91. Conforme se depreende da consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, o pai do Autor manteve vínculos de empregos urbanos já a partir de 29-08-1970. Neste caso, a atividade rural, se existente, não era indispensável à subsistência familiar. Certamente, a manutenção da família advinha da renda do pai do Autor em seu trabalho urbano.(...) Desta forma, não há como reconhecer o tempo de serviço de 29-08-1970 a 31-12-1972 e de 01-01-1974 a 31-03-1975 postulado, bem como o ano de 1973 já reconhecido e averbado administrativamente, haja vista que não restou demonstrado que o Autor trabalhava na atividade rural em regime de economia familiar, nos termos do art. 11, § 1º, da Lei nº 8.213/91. (...)."
12.Incidência da Súmula n.º 42, da TNU quanto a impossibilidade de reexame de provas nesta esfera.
13.Entendo que de acordo com o princípio da congruência (ou correlação) previsto no art. 460 do CPC, é vedado ao juiz proferir sentença sobre tema alheio à controvérsia delimitada na inicial, proferindo decisão superior (ultra petita), fora (extra petita) ou abaixo do pedido (citra ou infra petita).
14.Observo que no presente caso tanto o acórdão quanto a sentença por ele confirmada analisaram o reconhecimento de atividade rural no ano de 1973, determinando a exclusão deste período da contagem de tempo já realizada administrativa, pedido este que não constava da inicial. Impõe-se, assim a observância da Questão de Ordem nº 17 desta Turma Nacional, in verbis: "Quando o acórdão decidir tema alheio à controvérsia, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais deve anular o julgado".
15.No entanto, prestigiando-se o princípio da economia processual, a sentença não deve ser anulada, mas apenas reduzida aos limites do pedido, conforme pacífica jurisprudência. Nesse sentido: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. JULGAMENTO ULTRA PETITA. ACOLHIMENTO. DEMAIS ERROS MATERIAIS. INEXISTÊNCIA. 1. Merecem acolhimento embargos de declaração nos quais se demonstra que o acórdão embargado extrapolou os limites do pedido formulado no recurso especial. 2. O acórdão extra petita não merece anulação, apenas adequação aos limites do pedido. 3. Erros materiais inexistentes não ensejam embargos de declaração" (EDcl no REsp 756.885/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/02/2008, DJe 03/03/2008).
16.Não conhecimento do incidente em relação ao pedido de discussão da atividade urbana desempenhada pelo pai do autor, eventual chefe do regime de economia familiar. Caso em que o juízo analisou a produção de todas as provas.
17.Incidente parcialmente conhecido e, na parte conhecida, parcialmente provido. Preservação dos efeitos do julgado da Turma Recursal, exceto em relação ao ano de 1973, alheio ao pedido formulado pela parte autora, reconhecido na esfera administrativa.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização conhecer em parte e, na parte conhecida, prover parcialmente o incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0505289-41.2008.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SUSIANE PEREIRA GRANJEIRO UCHÔA
PROC./ADV.: CARLOS EDUARDO CELEDÔNIO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PEDIDO DE CONDENAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL AO PAGAMENTO DE REPOSIÇÃO DE PERDAS SALARIAIS, CORRESPONDENTE AO REAJUSTE DE 11,98% (ONZE VÍRGULA NOVENTA E OITO POR CENTO). PARCIAL PROVIMENTO DO INCIDENTE.
1.Pedido formulado por servidor público, concernente à condenação, da União Federal, ao pagamento de reposição de perdas salariais, correspondente ao reajuste de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento).
2.Sentença de procedência do pedido, reformada pela Turma Recursal do Ceará.
3.Incidente de uniformização interposto pela parte autora, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001. Defesa do entendimento de que a verba é devida.
4.Indicação, pela parte recorrente, de precedente do Superior Tribunal de Justiça - Recurso Especial nº 1.066.491/RN.
5.Tema julgado pelo STF: "A questão relativa à limitação temporal do acréscimo de 11,98% à remuneração dos servidores públicos foi analisada por esta Corte no julgamento dos pedidos de medida cautelar na ADI 2.321, Min. Celso de Mello, DJ 10.06.2005 e na ADI 2.323, Min. Ilmar Galvão, DJ 20.04.2001, restando superado o entendimento firmado na ADI 1.797 de incidência do aludido percentual para o período de abril de 1994 a dezembro de 1996" (STF, Segunda Turma, AgRegRE n. 416.940 Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 3-8-2007).
6. Parcial provimento ao incidente. Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado às premissas fixadas pela TNU.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização prover em parte o incidente.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0504147-02.2008.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIETA DE OLIVEIRA CARNEIRO (CURADOR)
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): FRANCISCO JOEL CARNEIRO DE SOUSA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA-RÉ. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO.
1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
2.Sentença de procedência do pedido.
3.Interposição de recurso pela autarquia-ré.
4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.
5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela autarquia-ré, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6.Defesa de inexistir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar, pela parte autora, em razão de desempenho de atividade urbana por sua esposa.
7.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: PEDLEF nº 200783035042753, da lavra da Turma Nacional de Uniformização - TNU; e Processos nº 2007.38.00.730639-1, nº 2007.38.00.730803-1, nº 2007.38.00.710601-6, emanados da Turma Recursal de Minas Gerais.
8.Oferecimento, pela parte autora, de contrarrazões.
9.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.
10.Apresentação, pela autarquia-ré, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
11.Distribuição do incidente.
12.Caso dos autos demonstra a ocorrência de duas situações distintas.
13.Primeira situação: Tratando-se de suposta divergência entre Turmas Recursais, "a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido". Precedentes desta Turma de Uniformização: PEDILEF nº 05006545020094058402 e PEDILEF nº 00058762220104013200.
14.Caso dos autos em que não há indicação da fonte de obtenção dos julgados da Turma Recursal de Minas Gerais, trazidos como paradigmas pela autarquia-ré no presente pedido de uniformização.
15.Segunda situação: Existência de plausibilidade jurídica entre o precedente -PEDLEF nº 200783035042753, da lavra da Turma Nacional de Uniformização - TNU - e o caso dos autos.
16.Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.
17.Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) No caso em tela, tendo a parte autora nascido em 14.08.1943, teve por completada a idade mínima para a obtenção da aposentadoria rural em 2003, ano em que completou 60 anos de idade, cabendo-lhe, assim, demonstrar o exercício de atividade rural pelo período de 132 meses, levando-se em conta o ano em que o segurado implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício. Compulsando os autos, vislumbra-se que a parte autora apresentou a seguinte documentação: -Certidão de Casamento, realizado em 1971, com profissão de agricultor para o autor; -Certidão Eleitoral, que informa profissão de agricultor e domicílio desde 04/09/1989; -Declaração de Exercício de Atividade Rural, na qual se informa que a parte autora trabalhou nas terras de Francisca Rocha Andrade Almeida; -Seguro Safra de 2002/2003; -Certidão da 2ª Vara da Comarca de Quixeramobim, informando a existência de ação de Interdição em face do autor, qualificado como inativo; -Declaração de Francisco Antônio Rocha de Almeida, datada de 02/03/2004; -Declaração do Hospital municipal, com profissão de agricultor para o autor e internações em 2001 e 2003; -Termo de Não Homologação administrativa, na qual o INSS conclui que o autor não exerce atividade rural, pois sofre das faculdades mentais há mais de 20 anos. Informações do CNIS: vínculo com a Prefeitura de Quixeramobim no período de 03/01/1968 a 17/06/1992, em nome da esposa do autor. Como se verifica da documentação citada, há início razoável de prova material na certidão de casamento, bem como a certidão eleitoral, pois referente ao ano de 1989, o seguro safra e a declaração do hospital. Por sua vez, a testemunha ouvida em juízo, com as cautelas de estilo, respondeu, de forma segura, que o autor sempre foi trabalhador rural, em regime de economia familiar, jamais tendo largado o campo para trabalhar em atividade diversa. Afirmou, ainda, que o autor somente deixou de trabalhar por volta de 2003 e 2004, quando sofreu um derrame, ficando a partir daí impossibilitado de voltar a plantar. Tenho, assim, que o início de prova material produzido restou corroborado pela prova oral, restando comprovada, destarte, a qualidade de segurado especial do autor e o exercício de atividade rural exercida no período de carência exigido em lei. Note-se que o CNIS fornecido pelo INSS em audiência somente dá conta da existência de vínculo urbano em nome da esposa do autor, não havendo nenhuma informação que desfaça a convicção surgida com a prova documental e oral apresentada de que o autor sempre foi trabalhador rural. Por outro lado, como restou esclarecido em audiência, a esposa do autor sempre desempenhou a atividade de professora primária em escolas da zona rural do Município de Quixeramobim, cuja remuneração, como é cediço, é de pequena monta, não havendo, portanto, como afirmar-se que a atividade rural desempenhada pelo promovente fosse prescindível para a manutenção da família. Por fim, ressalta-se que a conclusão contrária firmada no âmbito do INSS, a partir da entrevista administrativa ali produzida, não pode sobrepor-se à cognição firmada no âmbito judicial, porque calcada no contraditório. (...)."
18.Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
19.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela autarquia-ré.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 21 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0501735-95.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALÉRIO SIQUEIRA DA CUNHA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. DATA DO INÍCIO DA INCAPACIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 42 DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.Pedido de concessão de benefício assistencial a deficiente.
2.Sentença de procedência do pedido. Colação de importante trecho da sentença: "(...) Entendo, com amparo na perícia realizada, merecer acolhida a pretensão exposta na inicial, haja vista que a parte autora é portadora de "epilepsia e retardo mental. Não há como precisar a data de início da incapacidade" (anexo 9). O laudo pericial concluiu pela incapacidade definitiva para o exercício de qualquer atividade laborativa, constando das conclusões médicas que a parte autora não tem possibilidade de aprender novos ofícios. Ainda sobre as conclusões do laudo pericial, a Turma Nacional de uniformização das decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais já firmou orientação quanto à melhor exegese no que respeita à incapacidade para a vida independente e para o trabalho, verbis: "Para os efeitos do art. 20, § 2º, da Lei n. 8.742, de 1993, incapacidade para a vida independente não é só aquela que impede as atividades mais elementares da pessoa, mas também a impossibilita de prover ao próprio sustento." (enunciado n. 29). Outrossim, no que concerne ao aspecto miserabilidade do núcleo familiar, depreende-se dos anexo 1 que sua família possui renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo. (...) Registre-se, por fim, que o início do benefício deve corresponder à data do ajuizamento da ação (20/3/2008), haja vista que o médico/perito não soube precisar, com base nas informações prestadas, a data do início da incapacidade. (...)".
3.Preservação da sentença junto à Turma Recursal do Ceará.
4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela autarquia ré, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5.Defesa de que a data do início do benefício deve ser fixada na data do laudo pericial.
6.Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente: Recurso Especial nº 811.261.
7.Negativa de seguimento ao presente incidente pela Presidência da Turma Recursal do Rio Grande do Norte.
8.Apresentação, pela parte recorrente, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
9.Distribuição do incidente.
10.Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação do verbete nº 42, do colegiado citado: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
11.Incidência do princípio do livre convencimento motivado, descrito no art. 436, do Código de Processo Civil.
12.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0505658-74.2009.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARFISA PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
LITISCONSORTE : JULIETA BARRETO NETA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA VIÚVA. IMPOSSIBILIDADE DE RATEIO DA PENSÃO POR MORTE ENTRE A VIÚVA E A COMPANHEIRA. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 24, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO.
1.Pedido de pensão por morte, formulado pela companheira do falecido.
2.Sentença de procedência do pedido, alterada pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte .
3.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela companheira do falecido, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
4.Alegação de ser duradoura a união estável.
5.Indicação, pela parte recorrente, de precedentes da lavra do antigo Tribunal Federal de Recursos e da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
6.Menção aos verbetes nº 122, 159 e 253, do extinto Tribunal Federal de Recursos.
7.Apresentação, também, de acórdão do Superior Tribunal de Justiça - Recurso Especial nº 931.155 .
8.Admissibilidade do incidente.
9.Distribuição do incidente.
10.Inexistência de similitude fático-jurídica entre o caso dos autos e os acórdãos invocados a título de paradigma.
11.Matéria objeto de precedente importante da TNU - Turma Nacional de Uniformização: "PENSÃO POR MORTE. RATEIO ENTRE ESPOSA E CONCUBINA. IMPOSSIBILIDADE. RELAÇÃO EXTRACONJUGAL PARALELA AO CASAMENTO. AUSÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL. INCIDENTE PROVIDO", (Uniformização nº 2008.72.95.001366-8/ SC).
12.Incidência da questão de ordem nº 24, da TNU - Turma Nacional de Uniformização .
13.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.72.56.002621-1
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA FÁTIMA TOLDO
PROC./ADV.: JAIR FRANCISCO VERDI
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM AVERBAÇÃO DE TEMPO ESPECIAL. EXPOSIÇÃO PERMANENTE. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20, DA TNU.
1.Pedido de concessão de aposentadoria especial ou, alternativamente, de aposentadoria por tempo de contribuição mediante reconhecimento e averbação de tempo especial.
2.Sentença de improcedência do pedido. Entendimento de que a parte autora não ficou exposta, de forma habitual e permanente, aos agentes nocivos.
3.Reforma parcial da sentença pela Turma Recursal de Santa Catarina. Reconhecimento e averbação, como especiais, dos períodos de 06.03.1997 a 30.11.2004 e de 01.12.2004 a 27.11.2008.
4.Dois incidentes - um para a TRU - Turma Regional de Uniformização e outro para a TNU - Turma Nacional de Uniformização.
5.No âmbito nacional, incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6.Defesa do entendimento de que a exigência da exposição habitual e permanente, introduzida pela Lei 9.032/95, não pode retroagir de modo a prejudicar o direito do trabalhador. Argumentação de que o tempo de serviço é regido pela norma vigente ao tempo da sua prestação. Requerimento do reconhecimento dos seguintes períodos: de 17.05.1983 a 31.10.1984; e de 1º.11.1984 a 29.02.1986.
7.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: PEDILEF nº. 2007.72.95.009452-4 , AgRg no Recurso Especial nº 727.497/RS , Recurso Especial nº 178.139/SP , e precedentes de Tribunais Regionais Federais.
8.Incidente regional inadmitido junto à Turma Recursal de Santa Catarina. Argumentação pertinente à impossibilidade de reexame de provas.
9.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
10.Distribuição do incidente.
11.Inicialmente, deixo de apreciar eventual divergência com precedentes de Tribunal Regional Federal. Apenas a existência de eventual contrariedade, na interpretação da lei federal sobre questões de direito material, entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais e decisões de outras Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais, ou com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, revelam hipóteses de cabimento de pedido de uniformização, como consta nos §§ 1º e 2º, do art. 14, da Lei nº 10.259/2001.
12.Existência de similitude fático-jurídica entre o caso dos autos e os precedentes invocados.
13.A equiparação à categoria profissional para o enquadramento de atividade especial, somente é possível quando apresentados elementos que autorizem a conclusão de insalubridade, penosidade ou periculosidade. Até a Lei 9.032/95, as atividades especiais eram aquelas insertas nos Decretos nº 83.080/79 e nº 53.814/64. Antes da vigência de tal norma, a prova do exercício de atividade especial era feita somente através do SB40, exceto em relação ao ruído, para o qual sempre foi necessária a existência do laudo pericial. A partir da Lei nº 9.032/95, exige-se o SB40, o laudo técnico e enquadramento das atividades nos citados decretos, exigências estas que, entretanto, somente vieram a ser regulamentadas com a edição do Decreto nº 2.172, de 05 de março de 1.997.
14.Inexigência do requisito permanência para períodos anteriores à edição da Lei n.º 9032/95.
15.Menção a importante precedente: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. TRABALHO ANTERIOR À LEI Nº 9.032/95. EXPOSIÇÃO PERMANENTE. DESNECESSIDADE. 1. Cabe Pedido de Uniformização Nacional quando demonstrado que a decisão recorrida contraria jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. 2. Conforme entendimento já uniformizado pela TNU, "para fins de caracterização de tempo de serviço especial, aplica-se a lei vigente à época da prestação do trabalho, motivo pelo qual em relação ao tempo de serviço trabalhado antes de 29.04.95, data da publicação da Lei nº 9.032/95, não se exigia o preenchimento do requisito da permanência, embora fosse exigível a demonstração da habitualidade e da intermitência." Precedente: P.U 200451510619827, Juíza Federal Jaqueline Michels Bilhalva, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 20/10/2008 3. Havendo exposição ao ruído acima do limite de tolerância é possível o reconhecimento da especialidade, se comprovada que a exposição ocorreu de maneira habitualidade, ainda que não tenha ocorrido permanentemente. Tal raciocínio implica em não se considerar a média aritmética simples como meio de aferição da permanência, já que tal requisito não é necessário para a comprovação da especialidade da atividade de atividades desenvolvidas até a edição da Lei 9.032/95. 4. Pedido de Uniformização conhecido e, no mérito, parcialmente provido para o efeito de devolver o processo à Turma Recursal para readequação", (PEDILEF n.º 2007.72.51.004360-5 - Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris).
16.Necessidade de aplicar, aos autos, a questão de ordem nº 20, da TNU - Turma Nacional de Uniformização, publicada no DJ de 11-09-2006, p. 595, 'in verbis': "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverão ser anulados para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1° grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito".
17.Provimento parcial do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora. Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal de origem para readequação do caso a premissa jurídica firmada.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização prover parcialmente o incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 21 de junho de 2012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.72.52.000560-9
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MÁRIA SALETE DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ANDRÉ LUIZ GUELLA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CARÊNCIA. PREENCHIMENTO DO REQUISITO DA CARÊNCIA. ARTIGO 142 DA LEI Nº 8.213/91. PERÍODO EM QUE O SEGURADO ESTEVE EM GOZO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO POR INCAPACIDADE. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 20, DA TNU. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.
1.Pedido formulado pela parte autora, de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.
2.Sentença de improcedência do pedido. Transcrevo importante trecho da sentença: "Pretende a parte-autora a concessão do benefício previdenciário de Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição, sob o fundamento de que conta com 153 contribuições na DER, e implementou as condições necessárias à condição do benefício em 2004, devendo ser observada a carência daquele ano. O benefício de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição do trabalhador urbano, previsto nos arts. 52/56, da Lei 8.213/91, tem como requisitos: (a) o cumprimento do período de carência; (b) e ter o segurado atingido o tempo mínimo de serviço/contribuição previsto em lei, qual seja, 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher. Ainda, até a edição da Lei nº 10.666/2003, exigia-se a qualidade de segurado. Verifica-se nos autos que a parte-autora se filiou ao RGPS em 01/01/1972 (logo, aplicam-se as regras de transição do art. 142), e contava com 21 anos, 04 meses e 26 dias de tempo de serviço em 16/12/1998 (com 34 contribuições validas para efeito de carência); 22 anos, 04 meses e 08 dias em 28/11/1999 (45 contribuições); e 31 anos, 03 meses e 22 dias na DER (153 contribuições), em 12/11/2008 (CTEMPSERV3 - evento 11). Desse modo, cumpriu com o requisito tempo de contribuição na DER, pois pelas sistemáticas utilizada até a EC 20/98 e a Lei n° 9.876/99 não tinha o tempo mínimo necessário de 25 anos. Ainda, possuía 34 contribuições em 16/12/1998, 45 contribuições em 28/11/1999 e 153 contribuições em 12/11/2008 (CTEMPSERV3, evento 11). Por sua vez, o art. 142 da Lei nº 8.213 exige, respectivamente, 102, 108 e 162 contribuições. Conforme já julgou a 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, "(...) a Lei 9.032/95, de 28/04/95, empregou nova redação ao indigitado artigo, determinando que se considerasse, para efeitos de concessão do benefício, o ano em que o segurado implementou todas as condições necessárias a sua obtenção" (grifou-se) (Mandado de Segurança nº 2007.72.95.003623-8, rel. Juiz Federal Alcidez Vettorazzi, Sessão de 05/12/2007). Consequentemente, a parte-autora não cumpriu um dos requisitos (carência) necessários para a concessão do benefício pleiteado, motivo pelo qual seu pedido não é acolhido. Salienta-se que o computo da carência deve considerar - invariavelmente - a data do requerimento administrativo, não se admitindo a fixação em data anterior e aproveitamento de períodos posteriores. Em face do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, I, do CPC. (...) ".
3.Manutenção da sentença pela Turma Recursal de Santa Catarina, nos seguintes termos: "A autora alega, essencialmente que possuía 138 meses de contribuição em 2004, ano que cumpriu a idade, conforme contagem do INSS, fato que é contrariado por mero calculo, conforme contagem evento 11. Em 2004 a autora possuía somente 105 contribuições."
4.Incidente de uniformização de jurisprudência, apresentado pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5.Sustenta que tanto o INSS quanto o juízo a quo entenderam que a data do requerimento administrativo é a data de verificação da carência. Defesa da tese de que a data do cumprimento do requisito etário e do tempo de contribuição são as datas que devem ser observadas para a verificação da carência e, que o tempo em que a recorrente estava em gozo de auxílio-doença deve ser utilizado para o cômputo da carência.
6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recurso Especial nº 500397/RS ; Recurso Especial nº 554257/SC ; Recurso Especial nº 490585/PR ; PEDILEF nº 200251600043429; PEDILEF n.º 200872540013565 e PEDILEF n.º 200763060010162.
7.Incidente inadmitido perante a Presidência da Turma Recursal de Santa Catarina.
8.Requerimento, formulado pela parte recorrente, com esteio no art. 5º, inciso V e art. 9º, § 3º, da Resolução nº 390/04, do Conselho da Justiça Federal.
9.Distribuição do incidente.
10.Apreciação de cada um dos pedidos separadamente.
11.Primeiro Pedido (grifou-se): A carência exigida no caso de aposentadoria por tempo de serviço é de 180 (cento e oitenta) contribuições. Contudo, para os segurados inscritos na Previdência Social Urbana até 24/07/91, bem como para os trabalhadores e empregadores rurais cobertos pela Previdência Social Rural, a carência para as aposentadorias por idade, por tempo de serviço/contribuição e especial obedecerá à tabela de acordo com o ano em que o segurado implementou as condições necessárias à obtenção do benefício (art. 142 da LB).
12.Deve ser considerado o ano em que o segurado cumpriu as condições necessárias à concessão do benefício e não apenas a data do requerimento administrativo.
13.Segundo Pedido (grifou-se): Cito o seguinte precedente: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CONHECIMENTO. APOSENTADORIA POR IDADE. CÔMPUTO, COMO PERÍODO DE CARÊNCIA, DO PERÍODO DURANTE O QUAL O SEGURADO PERCEBEU AUXÍLIO-DOENÇA. Comprovado o dissenso jurisprudencial entre Turmas Recursais de diferentes regiões, sobre tema de direito material, deve ser conhecido o pedido de uniformização nele secundado. O tempo durante o qual o segurado esteve em gozo de auxílio doença deve ser computado como período de carência, para fins de concessão da aposentadoria por idade." (PEDILEF 200763060010162, Relator Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz)
14.Uniformizado o entendimento de que, para efeito de aposentadoria por tempo de contribuição com proventos proporcionais, a tabela progressiva de carência prevista no art. 142 da Lei nº 8.213/91 deve ser aplicada em função do ano em que o segurado completa os requisitos tempo de contribuição e idade mínima exigida na regra de transição, ainda que o período de carência só seja preenchido posteriormente.
15.Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal para inclusão do período em que o autor percebeu auxílio-doença, a título de carência e para verificação do ano em que o segurado cumpriu os requisitos inerentes à concessão do benefício.
16. Incidência da questão de ordem nº 20, da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Determinação de devolução dos autos à Turma Recursal de Santa Catarina, para adequação do caso as premissas fixadas por este Colegiado.
17.Parcial provimento do Incidente.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização prover parcialmente o incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0501101-41.2009.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: VALDEMAR CANDIDO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCO ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

PEDIDO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. MATÉRIA REGIDA POR LEGISLAÇÃO ANTERIOR. TEMA JULGADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE COM BASE NA SÚMULA N.º 42, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO.
1.Pedido formulado pela parte autora concernente à concessão de pensão por morte.
2.Sentença de improcedência do pedido , ratificada pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte.
3.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
4.Defesa do entendimento de que deveria ter sido concedido, ao falecido, benefício previdenciário.
5.Distribuição do incidente.
6.Não conhecimento do incidente com espeque na impossibilidade de modificar tema sedimentado junto ao Supremo Tribunal Federal .
7.Incidência, também, da questão de ordem nº 13, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0505141-60.2009.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALEX BARROS SANTOS
PROC./ADV.: ANTONIO FRANCISCO FONTES
REQUERIDO(A): DAYANE BARROS SANTOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROC./ADV.: ANTONIO FRANCISCO FONTES
REQUERIDO(A): FERNANDA BARROS SANTOS
PROC./ADV.: ANTONIO FRANCISCO FONTES
REQUERIDO(A): VALDENICE BARROS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANTONIO FRANCISCO FONTES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

APLICAÇÃO DA LEI N. 11960/2009 NO QUE CONCERNE AOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDENTE PROVIDO.
1.Pedido de concessão de pensão por morte.
2.Sentença de procedência, determinada a aplicação de juros de mora a partir da citação.
3.Reforma parcial da sentença. Entendimento de que "no tocante ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, não se aplica ao caso em análise, porque se trata de verba alimentar decorrente de crédito previdenciário, em que se aplica, por analogia, o disposto no art. 3º do Decreto-Lei nº 2.322/87, que trata das verbas de natureza trabalhista (REsp 1.004.781, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 5ª Turma, DJE de 09/03/2009), afastando a incidência do art. 1.062 do antigo Código Civil, por se aplicar a matéria de direito privado, bem como do art. 1º-F da lei nº 9.494/97. (...) Do mesmo modo, a matéria ainda necessita de regulamentação, por sua redação falha e defeituosa, ao prever a incidência de uma única vez dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, em condenações judiciais e como se tal se desse de forma englobada."
4.Incidente de uniformização interposto pelo INSS, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5.Defesa do entendimento de que o art. 1º-F da Lei 9.494/1997, na redação do art. 5º da Lei 11.960/2009, é aplicável para os juros moratórios e correção monetária vencidos a partir de julho de 2009.
6.Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente: processo n.º 2008.71.58.011816-5, exarado pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul.
7.Inadmissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal de Sergipe.
8.Apresentação, pela parte recorrente, de requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
9.Decisão da lavra do Ministro Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização, no sentido de admitir o incidente, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno do Colegiado citado.
10.A teor na nova orientação jurisprudencial fixada pela Corte Especial do E. STJ, no julgamento do REsp 1.207.197/RS, acórdão publicado em 02.08.2011, a Lei 11.960/2009 se aplica às ações ajuizadas mesmo antes de sua vigência (30.6.2009), e até em fase de execução do julgado, dado o caráter processual das normas que disciplinam os juros moratórios.
11.Assim, as diferenças apuradas serão corrigidas monetariamente e terão incidência de juros de mora, nos termos do novo Manual de Orientação de Procedimentos para os cálculos na Justiça Federal, aprovado pelo Conselho de Justiça Federal mediante a Resolução 134, de 21/12/2010, conforme Capítulo 4 - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, item 4.3 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.
12.Incidente totalmente provido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização prover o incidente.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0504219-15.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA ALEXANDRINA FREIRE
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO.
1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
2.Sentença de improcedência do pedido.
3.Interposição de recurso pela parte autora.
4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.
5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
6.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.
7.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recurso Especial nº 337312/SP, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; Súmulas nº 06 e nº 14, e PEDLEF nº 2004.83.20.000892-9, da Turma Nacional de Uniformização - TNU; e Apelações Cíveis nº 96.04.04928-3/RS e 94.04.56.305-6/SC.
8.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.
9.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.
10.Distribuição do incidente.
11.Caso dos autos demonstra a ocorrência de duas situações distintas.
12.Primeira situação: Impossibilidade de apreciação de incidente cujo precedente decorra de Tribunal Regional Federal. Referência às Apelações Cíveis nº 96.04.04928-3/RS e nº 94.04.56.305-6/SC.
13.Existência de julgado da TNU - Turma Nacional de Uniformização a respeito do tema: "PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização formulado por Leontino Alves da Silva, fls. 103/108, apontando suposta divergência entre a Turma Recursal/PB (fl. 100) com a jurisprudência dominante do STJ, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001 , sobre a revisão da renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez. 2. A Sentença do Exmo. Dr. Rogério de Meneses Fialho Moreira, fls. 67/70, indeferiu o a revisão da rmi do Autor ao argumento de que: a) o benefício resulta da conversão do auxílio-doença (DIB 01/01/75 ¿ fl. 14) e só haveria a revisão se após a concessão do auxílio-doença houvesse alguma contribuição a calcular; b) quanto à URV, o mês de fev/94 não faz parte do período básico de cálculo do benefício; c) não se aplica o IGP-DI nos anos de 97, 99, 2000 e 2001, consoante decisão do STF. 3. Acórdão impugnado da TR/PB (fl.100), relatado pela Exma. Dra. Cristina Maria Costa Garcez (votos orais), confirmou a sentença por seus próprios fundamentos. 4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundando em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF). 5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs. 6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma", (PEDILEF 200382100009577, JUIZ FEDERAL HÉLIO SILVIO OUREM CAMPOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 23/05/2006).
14.Segunda situação: Existência de plausibilidade jurídica entre os precedentes - Recurso Especial nº 337312/SP, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; Súmulas nº 06 e nº 14, e PEDLEF nº 2004.83.20.000892-9, da Turma Nacional de Uniformização - TNU, da lavra da Turma Nacional de Uniformização - TNU - e o caso dos autos.
15.Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.
16.Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) Em epítome, para comprovação do seu direito, constam apenas notas fiscais de insumos agrícolas (anexo 4); documentos emitidos pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - SINTRAF, com data de filiação em 2009 (anexo 2); comprovante de participação no Programa Hora de Plantar, de 2009 (anexo 6); ficha de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, de 1994, 2004 e 2005, na qual a requerente está qualificado como rurícola (anexo 5); certidão do Tribunal Regional Eleitoral, de 2009, onde a parte autora está qualificada como agricultora (anexo 6); comprovante de pagamento do ITR - Imposto Territorial Rural, de 2006 e 2008, sítio Cacimba, propriedade de Antônio Marcelino (anexo 1); dentre outros documentos de menor importância. Note-se que a maioria dos documentos apresentados porta data muito próxima ao requerimento administrativo (DER: 8/12/2009 [anexo 7]), não constituindo, portanto, início de prova material hábil a demonstrar o exercício de atividade rural durante todo o período de carência. (...) Importante notar, ainda, que os documentos expedidos em nome de terceiros, em regra, apenas provam os fatos alegados em relação a estes, não sendo extensíveis à parte autoral. Reitere-se que os documentos trazidos aos autos não constituem supedâneo da tese da parte requerente, inexistindo início de prova material. Observa-se que a lei exige o início de prova material - consubstanciada em documentação idônea expedida na época dos fatos que se pretende provar - para referendar a prova testemunhal eventualmente existente. A Turma Nacional de Uniformização das Decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, recentemente, enfrentou lide semelhante, oportunidade em que anunciou sob o n.º 34: "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar.". Em vista do exposto, conclui-se que a prova testemunhal produzida e os documentos acostados, nos termos da súmula n.º 149 do STJ e do art. 55, § 3.º, da Lei n.º 8.213/91, não são suficientes para a comprovação do tempo de trabalho na agricultura em regime de economia familiar. (...)."
17.Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
18.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500483-83.2010.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCINEIDE DE SOUZA ALVES
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE SALÁRIO MATERNIDADE. QUALIDADE DE SEGURADO. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS Nº 34 e 42 DA TNU.
1.Pedido de concessão de salário maternidade.
2.Sentença de improcedência do pedido. Transcrevo importante trecho da sentença: "No caso presente inexistem elementos probatórios hábeis à demonstração da qualidade de segurado especial da parte autora. O menor FERNANDO ALVES BASTOS nasceu em 8/4/2004 (doc. 1) e a DER se deu em 21/5/2005 (doc. 3). Os documentos adunados, ou foram confeccionados em data próxima/posterior ao nascimento do menor (como filiação sindical em 28/1/2004), ou derivam de declarações prestadas pela própria parte interessada, daí porque deterem a carga probatória de mera declaração. Com isso, não se qualificam enquanto início de prova material. Registro que eventuais declarações nas quais conste que a parte autora é rurícola qualificam-se como mera prova oral, produzida extrajudicialmente e sem observância ao princípio da constitucional garantia ao contraditório (art. 5.º, LV, da Constituição Federal de 1988). Demais disso, no ponto, incide o conteúdo normativo do art. 368, parágrafo único, do Código de Processo Civil: "Art. 368. As declarações constantes do documento particular, escrito e assinado, ou somente assinado, presumem-se verdadeiras em relação ao signatário. Parágrafo único. Quando, todavia, contiver declaração de ciência, relativa a determinado fato, o documento particular prova a declaração, mas não o fato declarado, competindo ao interessado em sua veracidade o ônus de provar o fato." Avulta frisar, por imperioso, que a prova oral é insuficiente ao reconhecimento do direito vindicado: (a) Súmula n.º 149 do Superior Tribunal de Justiça - "A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícula, para efeito de obtenção de benefício previdenciário." (b) Súmula n.º 27 do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - "Não é admissível prova exclusivamente testemunhal para reconhecimento de tempo de exercício de atividade urbana e rural (Lei n.º 8.213/91, art. 55, § 3.º)." A análise conjugada de todos estes elementos conduz à conclusão de que não há prova da condição da parte autora de segurada do Regime Geral de Providência Social (RGPS). Nessa ordem de considerações o pedido merece ser rejeitado".
3.Manutenção da sentença pelos próprios fundamentos pela Turma Recursal do Ceará.
4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5.Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente: PEDILEF n.º 200783055010356
6.Negativa de seguimento ao incidente pela Presidência da Turma Recursal do Ceará.
7.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.
8.Distribuição do incidente.
9.O incidente não deve ser conhecido por três importantes fundamentos:
10.Primeiro Fundamento: As declarações em geral, salvo as emanadas de Sindicato de Trabalhadores Rurais devidamente homologadas pelo Ministério Público ou pelo INSS, são inservíveis como início de prova material. Precedentes da Turma Nacional de Uniformização: PEDILEF nº 2006.83.03.501599-0/PE; PEDILEF nº 2007.72.55.009096-5/SC; PEDILEF nº 2008.32.00.703599-2/AM; PEDILEF nº 2007.83.00.526657-4/PE; PEDILEF nº 2006.83.02.503892-0/PE; PEDILEF nº 2006.70.95.014573-0/PR; e PEDILEF nº 2006.83.00.521010-2/PE.
11.Segundo Fundamento: Observo que julgado está em harmonia com a súmula n.º 34, da TNU, in verbis: "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar."
12.Incidência da questão de ordem n.º 13, da TNU - Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
13.Terceiro Fundamento: Ausência de cotejo analítico.
14.Quarto Fundamento: Julgado objeto dos autos levou em conta toda a situação fática e probatória. Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação da súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
15.Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0500454-30.2010.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONILDA DA SILVA SOUSA
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BONFIM LACERDA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE SALÁRIO MATERNIDADE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. QUALIDADE DE SEGURADO. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS Nº 34 e 42 DA TNU.
1.Pedido de concessão de salário maternidade.
2.Sentença de procedência do pedido. Transcrevo importante trecho da sentença: "O nascimento da criança, ANTONIO HERCULES DA SILVA FRANÇA, foi comprovado a partir da anexação da sua certidão de nascimento, que demonstra ter ocorrido o fato deflagrador do direito ao benefício, em 24/11/2005. Analisando o conjunto probatório anexado pela autora, aceito como início de prova material a carteira da associação comunitária e rural de Tamboril e Adjacência em nome da autora, datada de 18/06/2005, que, segundo a testemunha, apresenta como requisito de admissão a qualidade de agricultor. Ou seja, o requisito de pertinência reside na profissão exercida pela pessoa que ingressa na organização. Ademais, ficou evidenciado que na associação se debatem assuntos de interesse de agricultores, como afirmado pelo autor e pelas testemunhas. Registre-se que os demais documentos são posteriores ao nascimento da criança, não atendendo, por conseguinte, o requisito enunciado pela mencionada Súmula 34 da TNU, e por isso não podem ser considerados início de prova material. Ficou evidenciado que o companheiro da autora recebe aposentadoria por idade na condição de segurado especial desde 2002. Trata-se de indício forte do exercício de atividade agrícola em regime de economia familiar, pois, apesar de aposentado, continua trabalhando como agricultor e vivendo da agricultura, conforme se depreende documento de aptidão ao Pronaf em nome de Antonio Soares de França, companheiro da autora, que, mesmo não podendo ser considerado início de prova material, por não ser contemporâneo ao período de atividade rural que se deseja comprovar, permite concluir a continuidade do seu exercício por parte do varão. Na audiência realizada no dia 17 de novembro de 2010, o depoimento pessoal da autora foi consistente e permitiu concluir a existência de exercício de atividade rural no período de gestação até o sétimo mês. Os dados da vida pessoal e do exercício de atividade rural foram corroborados pela testemunha. Dessa forma, do acervo probatório, verifica-se que preponderam razões para o acolhimento do benefício.".
3.Reforma da sentença pela Turma Recursal do Ceará. Entendimento de que "No caso em apreço, verifica-se que os documentos acostados aos autos não estão aptos a conferir à parte a condição de rurícola, prestando-se a demonstrar o desempenho da atividade rural no período exigido em lei, sobretudo por serem documentos expedidos em nome de terceiros, resultantes de declarações unilaterais ou posteriores ao parto. Ressalte-se que o único documento expedido anteriormente ao parto é a carteira de associação comunitária rural (doc. 2), de frágil comprovação, eis que a autora e a testemunha afirmaram que bastava apresentar RG e CPF para a inclusão de seu nome nos cadastros. Observe-se que o início de prova material deve ser necessariamente complementado por prova testemunhal, a qual, uma vez contraditória e/ou incoerente para o fim a que se propõe, tornando vulnerável a documentação apresentada. Anote-se para tanto a divergência de depoimento entre a autora e a testemunha sobre o local onde a autora mora, bem como em relação ao pagamento da renda ao proprietário da terra, em que a autora se mostrou vacilante. Além do mais, o fato de o companheiro da autora ser aposentado rural, sentir muitas dores nas pernas e, mesmo assim, exercer o trabalho na roça, conforme afirmou a ora recorrida, não constitui uma situação crível, pelo menos a juízo deste Julgador. Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso do INSS para reformar a sentença de procedência do pedido formulado na inicial.".
4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5.Alegação de que a lei não impõe a proibição de exercício concomitante da atividade rural e urbana e de que servem como início de prova material para comprovar o exercício da atividade rural: cadastro do agricultor, declaração de atividade rural, carteira do sindicato, garantia safra e nota fiscal, ITR e hora de plantar e outros, a certidão de casamento constando o nome do esposo, como sendo agricultor.
6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Resp. 297.763/RS, Resp n.º 616.194 - CE, AR 1.166/SP.
7.Negativa de seguimento ao incidente pela Presidência da Turma Recursal do Ceará.
8.Distribuição do incidente.
9.O incidente não deve ser conhecido por três importantes fundamentos:
2.Primeiro Fundamento: As declarações em geral, salvo as emanadas de Sindicato de Trabalhadores Rurais devidamente homologadas pelo Ministério Público ou pelo INSS, são inservíveis como início de prova material. Precedentes da Turma Nacional de Uniformização: PEDILEF nº 2006.83.03.501599-0/PE; PEDILEF nº 2007.72.55.009096-5/SC; PEDILEF nº 2008.32.00.703599-2/AM; PEDILEF nº 2007.83.00.526657-4/PE; PEDILEF nº 2006.83.02.503892-0/PE; PEDILEF nº 2006.70.95.014573-0/PR; e PEDILEF nº 2006.83.00.521010-2/PE.
3.Segundo Fundamento: Observo que julgado está em harmonia com a súmula n.º 34, da TNU, in verbis: "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar."
4.Incidência da questão de ordem n.º 13, da TNU - Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
5.Terceiro Fundamento: Julgado objeto dos autos levou em conta toda a situação fática e probatória. Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação da súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
6.Quarto Fundamento: Ademais, o decisum levou em conta o depoimento contraditório da parte autora e da testemunha, tema não abordado pelos paradigmas apresentados pela parte autora. Aplicação da questão de ordem n.º 18, da TNU - Turma Nacional de Uniformização: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
7.Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0511130-22.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: CARLOS SIQUEIRA
PROC./ADV.: PEDRO DE SOUZA SIQUEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE AVERBAÇÃO E CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. EM COMUM REEXAME DE PROVA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.Pedido, formulado pela parte autora, de averbação do tempo de serviço laborado em condições especiais.
2.Sentença de parcial procedência do pedido, com reconhecimento do período de 1º-05-1983 a 31-07-1986. Transcrição de importante trecho da sentença: "(...) O autor requereu que o período trabalhado para a Petrobrás de 16/01/1980 a 11/10/1996, fosse computado como especial por presunção legal (Quadro anexo do Decreto nº 53.831, de 25/03/64, e Anexo II do Decreto nº 83.080, de 24/01/79), visto que é Engenheiro Civil. Apresentou CTPS dando conta do vínculo empregatício como "Engenheiro Estagiário", bem como formulários PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário indicando suas atividades. O PPP juntado nos anexos 8 a 10, dão conta que, nos períodos de 01/03/1982 a 30/04/1983 e de 01/06/1986 a 31/12/1993 o autor realizava serviços de planejamento e acompanhamento de perfuração e completação de poços de petróleo. Os mesmos documentos informam também que o autor eventualmente fazia embarques e sempre foi lotado em setor de prédios administrativos (ver anexo 8, por exemplo). Concluo assim que o serviço do autor era primordialmente administrativo, de planejamento, não de execução, de forma que não ficava exposto a nenhum agente nocivo. Assim, não é possível considerar a atividade exercida como insalubre de que trata o código 2.3.5 do Decreto 83.080/79, extração de petróleo. Por outro lado, o PPP carreado nos anexos 14 a 16, informa que, no período de 01/05/1983 a 31/07/1986, trabalhou em atividades de sondas terrestres e marítimas de perfuração de poços de petróleo, pelo que considero a atividade exercida como insalubre, em face do código 2.3.5 do Decreto 83.080/79, extração de petróleo. Já os demais períodos, não é possível o enquadramento como especial, seja como Engenheiro Civil, uma vez que o autor não executava atividades inerentes à sua formação acadêmica, seja como Engenheiro de Perfuração, uma vez que também não estava exercendo tal atividade, visto que se encontrava participando de curso de formação de Engenheiro de Perfuração ou apenas trabalhando em escritórios, pelo que seria necessária a comprovação da exposição a agentes agressivos por meio de documentos, o que não ocorreu no presente caso, em que os PPPs juntados, para esses períodos, limitam-se a descrever atividades burocráticas e gerenciais.(...)".
3.Reforma parcial da sentença pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul apenas para acrescer, ao tempo de serviço especial já reconhecido, o período de 21/04/1980 a 14/04/1981 em que, nos termos do PPP dos anexos 11/13, na condição de engenheiro de perfuração estagiário e engenheiro de perfuração I, desempenhou seu labor em sondas de perfuração de petróleo na Bahia.
4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5.Alegação de que para a categoria profissional de engenheiro civil, a presunção de exposição a agentes nocivos só foi elidida com a edição da Medida Provisória nº. 1.523/96 (11/10/1996) e não com o início de vigência da Lei nº. 9.032/95. É que, segundo entendimento firmado pelo STJ (REsp. 440955/RN), fundamentado no critério da especialização, a Lei nº. 5.527/68, de caráter especial, só poderia ter sido revogada pela mencionada lei nº. 9.032/95, de caráter geral, se essa encerrasse previsão expressa nesse sentido..
6.Indicação, pela parte recorrente, de precedentes de Tribunais Regionais Federais e de precedentes do STJ - Superior Tribunal de Justiça: Resp 530157/SE, Resp 61627/RN, Resp 440955/RN e processo n.º 0509377-30.2010.4.05.8400 da Turma Recursal do Rio Grande do Norte.
7.Distribuição do incidente.
8.Da análise detida dos autos observo que o julgado objeto dos autos levou em conta toda a situação fática, afastando a presunção relativa de exposição a agentes nocivos no caso de engenheiro civil, com base em documentos e PPP apresentados pela própria parte autora em que se verifica a realização de trabalhos administrativos em que não havia exposição a nenhum agente nocivo.
9.Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação do verbete nº 42, do colegiado citado: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
10.Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer o incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
Brasília, 21 de junho de 2012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2010.72.51.000882-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALMIR DAVET
PROC./ADV.: FABIANO DO ROSÁRIO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO DO TEMPO ESPECIAL, EM COMUM. NÍVEL DE RUÍDO POR MÉDIA. INCIDENTE DESPROVIDO.
1.Pedido de concessão de aposentadoria especial ou, sucessivamente, por tempo de contribuição à parte autora desde a data do requerimento administrativo, formulado em 19/11/2009, mediante o reconhecimento de atividade registrada em CTPS no período de 30/10/2009 a 19/11/2009; e atividade especial nos períodos de 05/05/1976 a 16/05/1979, 16/08/1982 a 11/10/1983, 01/12/1983 a 07/06/1986, 30/06/1986 a 28/11/1990, 24/04/1991 a 11/07/1994, 23/03/1995 a 01/06/1995, 09/08/1995 a 06/10/1995, 12/03/1996 a 02/08/1999 e 19/06/2000 a 19/11/2009.
2.Sentença de parcial procedência do pedido.

3.Reforma parcial da sentença pela Turma Recursal de Santa Catarina, nos seguintes termos: "(...) O recurso da parte-autora merece parcial provimento. Dos períodos de 23/09/1995 a 01/06/1995 e de 09/08/1995 a 06/10/1995. O MM. Juiz sentenciante tratou dos períodos em comento, nos seguintes termos: 23/03/1995 a 01/06/1995 e 09/08/1995 a 06/10/1995 - KJ Serviços Temporários Ltda - DSS-8030 (evento 20, PROCADM2, fls. 7/8) - Auxiliar de Produção - Injeção/Fundição - ruído de 88 dB (23/03/1995 a 01/06/1995) e 86 a 90 dB (09/08/1995 a 06/10/1995) - habitual e permanente. Não apresentou laudo ambiental. (...). Em relação ao pedido de reconhecimento do tempo especial de 23/03/1995 a 01/06/1995 e 09/08/1995 a 06/10/1995, não vejo como apreciar a especialidade ante a ausência de documentos essenciais para a instrução do feito. A parte autora não apresentou os respectivos laudos ambientais indicando os agentes insalubres a que supostamente esteve exposta. A teor do que se observa no despacho contido no evento 52, a parte-autora foi intimada para apresentar laudo ambiental da empregadora, que englobasse os períodos supracitados. Em cumprimento à determinação do Juízo, o autor apresentou, no evento 55 (LAU2), declaração da empresa KJ Serviços Temporários Ltda., dando conta da inexistência de Laudo Ambiental para a comprovação das informações contidas no formulário apresentado, na medida em que tal pessoa jurídica não mais existe, bem como em razão de não haver qualquer registro naquele sentido. Nos termos do que dispõe a Súmula n. 05 das Turmas Recursais de Santa Catarina, "exige-se laudo técnico para comprovação da efetiva sujeição do segurado a agentes agressivos somente em relação à atividade prestada a partir de 06/03/1997 (decreto 2172/97), exceto quanto ao ruído, para o qual imprescindível aquela prova também no período anterior." (destaquei) Na hipótese dos autos, o autor não comprovou, por meio de laudo técnico, a efetiva exposição ao agente nocivo ruído, nos níveis informados pelo formulário apresentado pela empregadora, o que impede o reconhecimento da pretendida especialidade nos interregnos em comento. Cumpre observar que mesmo de posse de informações da empregadora, no sentido da inexistência de laudo técnico e, ainda, do fechamento da empresa, o autor não requereu a produção de qualquer outra prova tendente a comprovar, tecnicamente, a exposição àquele agente nocivo, não tendo se desincumbido, portanto, do ônus que lhe competia, visando à comprovação do fato constitutivo do direito alegado. Ao contrário, limitou-se a argumentar, em sede recursal, que a exposição ao ruído estava informada no PPP fornecida pela empregadora, o que não bastava ao acolhimento da pretensão. Ressalto, ainda, que nem mesmo na inicial houve qualquer requerimento, ainda que genérico, visando à produção de provas, o que desautoriza um julgamento favorável ao autor, nesse particular do pedido. Do período de 06/03/1997 a 02/08/1999. Quanto ao interregno supracitado, dispôs

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a sentença: 06/03/1997 a 02/08/1999 - Tupy Termotécnica Ltda - PPP (evento 40, PROCADM2, fls. 1/2) - Operador Industrial I - Produção (Moldados) - ruído de 84 a 104 dB - habitual e permanente. (...). Quanto ao período de 06/03/1997 a 02/08/1999 não há como ser reconhecido como especial, pois o laudo técnico relaciona níveis variados de decibéis (84/104 dB) sem, no entanto, mencionar o tempo de permanência do trabalho em cada nível de medição efetuada, impossibilitando o cálculo da dose equivalente, que corresponde à média ponderada que considera o tempo que o indivíduo fica exposto a diferente níveis de ruído, conforme NR 15-MTE. Portanto, sem a informação do tempo de exposição em cada nível de ruído não é possível efetuar a média ponderada, revelando-se a média simples, esta anteriormente adotada por este juízo, ou logarítmica, inadequada para aferir a insalubridade. No que diz respeito ao agente ruído, dispõe a Súmula 32 da TNU que: "O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 (1.1.6); superior a 90 decibéis, a partir de 5 de março de 1997, na vigência do Decreto n. 2.172/97; superior a 85 decibéis, a partir da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003". Nesse caso, a eventual utilização de equipamento de proteção individual (EPI) não altera o enquadramento da atividade como especial, tendo em vista o teor do enunciado nº 9 da Súmula da TNU: "o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição ao ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado". Não desconheço o atual entendimento da Turma Regional de Uniformização da Jurisprudência dos JEFs desta Região, no sentido de que, havendo exposição ao agente ruído em níveis variáveis, há que se efetuar a média ponderada da exposição para fim de verificação da especialidade, verbis: IUJEF 0005298-40.2007.404.7255/SC (Inteiro teor, em breve) ATIVIDADE ESPECIAL. RUÍDOS. DIFERENTES NÍVEIS Determinada a devolução do incidente à Turma Recursal para a adequação à jurisprudência uniformizada no sentido de que: "tratando-se de exposição do autor a ruído em níveis diferentes, deve-se considerar a média aritmética ponderada, uma vez que esse cálculo leva em consideração os diversos níveis de ruído e o tempo de efetiva exposição a cada nível ao longo da jornada de trabalho, o que permite aferir se o nível equivalente de ruído diário supera o limite de tolerância". Relatora: Juíza Federal SUSANA SBROGLIO GALIA (Sessão de 21/05/2010) Todavia, estando ausente no formulário e no laudo técnico informação acerca de qual a média ponderada dos níveis de ruído a que se expunha o segurado, bem como não havendo nos autos os elementos necessários para obtê-la, ou seja, tempo médio em que havia a exposição a cada um dos patamares informados - como ocorre no caso dos autos -, entendo que então deverá ser considerada a média aritmética simples dos níveis de ruído para fim de aferição da especialidade, e não os picos mínimos ou máximos. Pois bem. Neste feito, consta no PPP e no Laudo Técnico juntados ao evento 40 (PROCADM2, fls. 01/05), que no intervalo de 06/03/1997 a 02/08/1999 (objeto do recurso), em que o postulante trabalhou junto à empresa Tupy Termotécnica Ltda. - Operador Industrial I - Produção (Moldados) houve exposição a ruído de 84 a 104 dB(A), perfazendo, portanto, média aritmética de 94 decibéis. Assim, concluo que a sentença deve ser reformada no que tange ao intervalo de 06/03/1997 a 02/08/1999, o qual deve ser reconhecido como especial em função da exposição do obreiro a ruído médio de 94 decibéis: média superior ao limite legal à época, que era de 90 decibéis. Ou seja, em tal intervalo, como verificado, apesar da alternância, o autor ficava exposto à intensidade média de ruído que autoriza o cômputo privilegiado, nos termos do código 2.0.1 do Decreto n. 2.172/97, observada a Súmula 32 da TNU anteriormente transcrita. Do período de 01/11/2009 a 19/11/2009. No que tange ao reconhecimento da especialidade do período epigrafado, não merece reparos o julgado de origem. Com efeito, tendo havido o preenchimento do PPP pelo empregador em 31/10/2011, data que também coincide com o requerimento administrativo do benefício, não há como se pretender o reconhecimento de atividade especial de período posterior, para o qual não há informações a respeito das condições de trabalho do segurado, não sendo possível se presumir que elas permaneceram inalteradas. Muito embora exíguo o interregno em exame, tal situação não possui o condão de afastar a premissa ora esposada, sendo certo que a análise de períodos especiais está pautada em critérios objetivos, inexistindo autorização legal para que sejam desprezados os elementos informativos das atividades cuja especialidade é pretendida. Ante o exposto, voto por DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, para reconhecer a especialidade do intervalo de 06/03/1997 a 02/08/1999, que deverá ser convertido em tempo de serviço comum pelo fator 1,4 (base 25 anos)".

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, apresentado pela autarquia, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Admissão do recurso apresentado pelo instituto previdenciário junto à Turma Recursal de origem.

6.Defesa do entendimento de que em face da inexistência de informações no processo que permitam apurar a média ponderada do ruído, somente poderá ser reconhecida a especialidade da atividade quando o nível mínimo de ruído aferido for superior aos limites legais.

7.Indicação, pela autarquia, de precedente da 3ª Turma Recursal de Minas Gerais, Processo n.º 2005.38.00.742798-0 (877739120054013).

8.Existência de pronunciamento, junto à TNU - Turma Nacional de Uniformização, sobre a questão na média ponderada para períodos anteriores à Lei 9.032/95 - autos n.º 2009.72.51.008366-1.

9.Caso dos autos - refere-se a período posterior à edição da Lei nº 9.032/95.

10.Hipótese em que, se aplicada a tese da média aritmética ou dos picos de ruído, a parte terá direito ao reconhecimento da especialidade das condições da atividade exercida.

11.Incidente desprovido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização desprover o incidente de uniformização de jurisprudência ofertado pela autarquia.

Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0501183-56.2010.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CARLENE SILVA DAS CHAGAS
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. SALÁRIO MATERNIDADE. QUALIDADE DE SEGURADO RURAL. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 42, E DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 13, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1.Pedido de concessão de salário maternidade para rurícola.

2.Sentença de improcedência do pedido. Transcrevo importante trecho da sentença: "O nascimento da criança foi comprovado a partir da anexação da sua certidão de nascimento, que demonstra ter ocorrido o fato deflagrador do direito ao benefício em 22/07/2008. A parte autora não apresentou início de prova material. Os documentos são recentes e posteriores ao parto, não comprovando a atividade rural nos 10 meses anteriores ao nascimento da criança. Para além disso, a declaração emitida pelo Hospital Regional de Tamboril atestando o nascimento do filho da autora também não serve como prova, pois a palavra "agricultora" foi inserida posteriormente (a própria tinta da caneta é diferente). Assim, diante desse acervo probatório, a pretensão autoral deve ser rejeitada.".

3.Manutenção da sentença pelos próprios fundamentos pela Turma Recursal do Ceará.

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Alegação de que consta nos autos prova material suficiente para comprovar o labor rural, corroborado com prova testemunhal. Por fim, alega a nulidade do acórdão por falta de motivação e fundamentação na decisão proferida.

6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recurso Especial nº 64.917-SP, Recurso Especial nº 669477/CE, Recurso Especial nº 675.892/RS, Recurso Especial nº 289.949/SC, Recurso Especial nº 642364/CE, Ação Rescisória nº 1427 Processo nº 200001282450, PEDILEF n.ºs 2003.51.01.500053-8, 2004.81.10.02.8197-8, 200443009016456, 200683055013640, 200672950158613, 200670950042928, 200570510019810, 200470950101110, 200443009025383. Sustenta, outrossim, que o julgado contraria as súmulas 06 e 14 da TNU.

7.Inadmissibilidade do incidente pela Tuma Recursal do Ceará. Argumentação de não ser possível reexame de mérito no presente momento processual.

8.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

9.Distribuição do incidente.

10.Quanto à alegação de nulidade do acórdão, observo que a confirmação da sentença por seus próprios fundamentos é prevista em lei, de acordo com o artigo 46, da Lei n.º 9.099/95. Na medida em que o acórdão reporta-se à sentença, há referência também a seus fundamentos jurídicos, sendo que a fundamentação da sentença é que passa a integrar o acórdão da Turma Recursal.

11.Julgado objeto dos autos - levou em conta toda a situação fática e probatória.

12.Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação da súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

13.Observo que julgado está em harmonia com a súmula n.º 34, da TNU, in verbis: "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar."

14.Incidência da questão de ordem n.º 13, da TNU - Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

15.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 27 de junho de 2012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500290-37.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SILMARA SIPRIANO FLOR
PROC./ADV.: DEMÓSTENES SILVA COELHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. SALÁRIO MATERNIDADE. QUALIDADE DE SEGURADO RURAL. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 42, E DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 13, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1.Pedido de concessão de salário maternidade para rurícola.

2.Sentença de improcedência do pedido. Colação de importante trecho da sentença: "Os documentos apresentados pela postulante, a meu sentir, não são suficientes para servir como início de prova material do efetivo exercício de atividade rural em período mínimo exigido por lei, qual seja, nos dez meses imediatamente anteriores ao início do benefício, ainda que de forma descontínua. Acerca do valor probatório dos documentos emitidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, já se pronunciou o Tribunal Regional Federal da Quinta Região, (...) Ressalte-se que o deferimento de salário-maternidade em período posterior ao da carência do benefício pleiteado (anexo 3) não assegura a concessão de sucessivos benefícios da mesma natureza, quando inexiste qualquer início de prova material que autorize a procedência do pleito. Reitere-se que os documentos trazidos aos autos não constituem supedâneo da tese da parte requerente, inexistindo início de prova material. Observa-se que a lei exige o início de prova material - consubstanciada em documentação idônea expedida nos dez meses anteriores ao início do benefício - para referendar a prova testemunhal eventualmente existente. A Turma Nacional de Uniformização das Decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, recentemente, enfrentou lide semelhante, oportunidade em que sumulou sob o n.º 34: "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar." Em vista do exposto, conclui-se que a prova testemunhal produzida e os documentos acostados aos autos, nos termos da súmula n.º 149 do STJ, não são suficientes para a comprovação da qualidade de trabalhadora rural da autora no período mínimo exigido. III - DISPOSITIVO Com essas considerações, tendo em vista a não comprovação do labor rural em regime de economia familiar pelo período de tempo mínimo exigido para a concessão do salário maternidade de segurada especial, julgo improcedente o pedido, ficando extinto o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC".

3.Manutenção da sentença pelos próprios fundamentos pela Turma Recursal do Ceará.

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.No mérito, sustenta que consta nos autos prova material suficiente para comprovar o labor rural.

6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: PEDILEF 200539007089200; RESP n.º 501009; PEDILEF 200581035037525; Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 658634; PEDILEF 200483200037670.

7.Menção, outrossim, à afronta, pelo julgado, do disposto na súmula 14 da TNU.

8.Inadmissibilidade do incidente pela Tuma Recursal do Ceará. Argumentação lastreada na impossibilidade de reexame de mérito nesta fase processual.

9.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

10.Distribuição do incidente.

11.As declarações em geral, salvo as emanadas de Sindicato de Trabalhadores Rurais devidamente homologadas pelo Ministério Público ou pelo INSS, são inservíveis como início de prova material. Precedentes da Turma Nacional de Uniformização: PEDILEF nº 2006.83.03.501599-0/PE; PEDILEF nº 2007.72.55.009096-5/SC; PEDILEF nº 2008.32.00.703599-2/AM; PEDILEF nº 2007.83.00.526657-4/PE; PEDILEF nº 2006.83.02.503892-0/PE; PEDILEF nº 2006.70.95.014573-0/PR; e PEDILEF nº 2006.83.00.521010-2/PE.

12.Observo que o julgado está em harmonia com a súmula n.º 34, da TNU, in verbis: "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar."

13.Incidência da questão de ordem n.º 13, da TNU - "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

14.Ademais, o julgado objeto dos autos levou em conta toda a situação fática e probatória.

15.Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação da súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

16.Incidente não conhecido.

PUBLICAÇÃO DE EDIÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0018600-20.2004.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MOACIR FRANCO DE MORAES
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
OAB: SP-101911
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DE ERRO NA VALORAÇÃO DA PROVA PERICIAL. INADMISSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL.
1.O acórdão recorrido deu parcial provimento ao recurso do INSS para considerar como comum o tempo de serviço referente aos períodos de 06/11/1969 a 21/01/1971 e de 15/02/1974 a 13/01/1977. O julgado desqualificou o laudo pericial judicial porque sua conclusão estaria fundada tão-somente em informações e no formulário emitido pela empresa, não tendo sido realizada a constatação in locu da exposição ao agente nocivo ruído nem mesmo em empresa paradigma.
2.O requerente interpôs incidente de uniformização de jurisprudência alegando que o acórdão recorrido incidiu em contradição com a prova realizada, pois a perícia judicial realizou a medição do ruído em empresa paradigma. Não foi apontada nenhuma divergência jurisprudencial neste ponto.
3.De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A TNU não se constitui em terceira instância ordinária de julgamento. Sua competência se limita a uniformizar a jurisprudência em casos nos quais se comprova dissenso na interpretação de questões de direito material. à TNU não cabe corrigir eventual erro na valoração da prova. Aplica-se a Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
4.O acórdão recorrido também reformou a sentença para fixar o termo inicial da revisão da aposentadoria a partir da data do ajuizamento da ação. O requerente invocou julgados de Tribunais Regionais Federais para sustentar que a revisão deve surtir efeitos a partir da data do requerimento administrativo.
5.A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2005.63.02.008274-8
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA APARECIDA FERREIRA DE SOUSA
PROC./ADV.: DÁZIO VASCONCELOS
PROC./ADV.: EZEQUIEL G. DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: SAMUEL ALVES ANDREOLLI
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
RELATOR PARA ACÓRDÃO: ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

PENSÃO POR MORTE. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. ÓBITO ANTERIOR À LEI Nº 9.528/97.
1.A decisão monocrática que determinou a devolução do incidente de uniformização à Turma Recursal de origem para aplicar o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento da PET 7.115 fundou-se em premissa fática manifestamente equivocada.
2.Com base na jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, deve ser uniformizado o entendimento de que é indispensável a manutenção da qualidade de segurado na data do falecimento para fins de concessão de pensão por morte, ainda que o óbito seja anterior à vigência da Lei nº 9.528/97.
3.Embargos de declaração providos para cancelar a decisão monocrática que determinou a devolução do incidente de uniformização para a Turma Recursal de origem; e para negar provimento ao pedido de uniformização de jurisprudência.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar provimento aos embargos de declaração.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000839-21.2005.4.03.6308
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: BRASILINA ROCHA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.A sentença considerou que a requerente somente poderia ter exigido a aposentadoria a partir de 9 de maio de 2005, data em que entrou em vigor a Lei nº 10.666/03. Dessa forma, negou direito às prestações anteriores, retroativas à data de entrada do requerimento administrativo. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos.
2.O acórdão paradigma da Turma Recursal do Distrito Federal mencionou que a sentença então recorrida condenou o INSS a implantar o benefício previdenciário a contar da data do requerimento administrativo. Entretanto, o julgamento colegiado não enfrentou no mérito a questão concernente à data de início do benefício, aparentemente porque esse ponto não foi objeto do recurso. Neste ponto, não há divergência jurisprudencial com o acórdão recorrido.
3.O acórdão paradigma da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça ficou o marco inicial da aposentadoria na data do requerimento administrativo, porque o segurado já havia preenchido todos os requisitos para a aposentação naquela época. Falta similitude fático-jurídica com o acórdão recorrido, o qual expressamente ressalvou que os requisitos para concessão da aposentadoria só foram completados posteriormente ao requerimento administrativo. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500139-81.2005.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RIVALDO ASSIS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.
1.A sentença julgou improcedente pedido de pensão por morte, por falta de início de prova material de que a falecida esposa do requerente era trabalhadora rural. Considerou-se que a certidão do Tribunal Regional Eleitoral e os comprovantes de participação nos Programas de Apoio aos Trabalhadores Rurais, Seguro Safra e Hora de Plantar estão em nome do requerente e são posteriores à data do óbito da esposa. Quanto à certidão de casamento, que qualifica o requerente com a profissão de agricultor, a Turma Recursal não a aceitou como início de prova material por ter sido lavrada em data muito distante à do óbito e também porque a certidão de óbito tornou a qualificar a esposa falecida com a profissão de doméstica ao tempo de seu passamento. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
2.Os acórdãos paradigmas citados no incidente de uniformização tratam apenas da admissibilidade de determinadas espécies de documentos como início de prova material. O acórdão recorrido, porém, desqualificou o início de prova material não com base no tipo de documento, mas especialmente em razão da falta de contemporaneidade dos documentos em relação ao período de atividade rural que precisava ser comprovado. O julgado considerou que a certidão de casamento era muito antiga e os demais documentos foram elaborados após o falecimento da instituidora da pensão. Não foi demonstrada divergência jurisprudencial especificamente em relação ao tema da contemporaneidade.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0009543-77.2006.4.03.6311
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MANOEL ANTONIO MOREIRA
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA DE FATO.
1.O acórdão recorrido considerou que o requerente não faz jus à aplicação do IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) para fins de revisão da renda mensal inicial de benefício previdenciário, porque o período básico de cálculo não abrange salário-de-contribuição referente à competência de fevereiro de 1994. A Turma Recursal não se manifestou sobre a existência ou a relevância de salários-de-contribuição anteriores a fevereiro de 1994.
2.O requerente alegou em incidente de uniformização de jurisprudência que, apesar da ausência de salário-de-contribuição na competência de fevereiro de 1994, o período básico de cálculo abrange salários-de-contribuição anteriores àquela competência e que se sujeitam à aplicação do índice de variação do IRSM. Ponderou que o acórdão recorrido não apreciou corretamente as provas dos autos, pois a carta de concessão do benefício comprova a existência de salários-de-contribuição anteriores a março de 1994.
3.Não foi indicada divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material. O acórdão recorrido não contraria tese jurídica firmada por qualquer dos acórdãos paradigmas. No que se refere à interpretação da lei, acórdão recorrido e acórdãos paradigmas convergem no sentido de que a correção monetária de salários-de-contribuição anteriores a março de 1994 deve seguir o IRSM integral do mês de fevereiro de 1994.
4.O requerente limitou-se a questionar a valoração da prova. Para avaliar se o período básico de cálculo abrange salário-de-contribuição referente à competência de janeiro de 1994 ou anterior seria necessário revolver a prova documental. De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. Não compete à TNU corrigir eventual equívoco na apreciação dos fatos. Aplica-se a Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504708-88.2006.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ODETE MOURA XAVIER ALVES
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
OAB: CE-12049
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1.O acórdão recorrido não reconheceu direito a pensão por morte em favor da companheira do segurado falecido por considerar ausente início de prova material convincente da existência de união estável.
2.A petição de uniformização apontou acórdãos paradigmas que cuidam exclusivamente do início de prova material referente a exercício de atividade rural. Não foi demonstrada divergência jurisprudencial em torno da exigência de início de prova material da existência de união estável. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0013180-63.2006.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HAIETE ACHKAR JRIEJE
PROC./ADV.: DOMINGOS DAVID JUNIOR
OAB: SP-109372
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. NULIDADE DE SENTENÇA ILÍQUIDA. MATÉRIA PROCESSUAL. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. AUXÍLIO-DOENÇA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA.
1.O INSS alegou que o acórdão recorrido, ao negar a anulação da sentença ilíquida, contrariou a jurisprudência da TNU. Sustentou que não se admite sentença ilíquida no âmbito dos juizados especiais federais.
2.A questão da liquidez da sentença não guarda qualquer relação com o direito material objeto da ação. O fato de a sentença ser líquida ou conter tão somente os parâmetros de cálculo para futura liquidação em nada influencia no mérito do pedido da parte autora. O quantum debeatur apenas materializa o direito declarado a favor da requerente, não podendo ser confundido com o próprio direito. Aplica-se a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
3.O INSS também impugnou o acórdão recorrido na parte em que o condenou a conceder auxílio-doença com efeitos retroativos à data de entrada do requerimento administrativo. Alegou que a data de início da incapacidade não ficou suficientemente clara no laudo pericial, de sorte que a data de início do benefício deveria ter sido fixada na data do laudo pericial, conforme entendimento da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região.
4.A aplicação do entendimento adotado pelo acórdão paradigma pressupõe que o conjunto probatório não tenha conseguido esclarecer a data de início da incapacidade. Para aferir se essa premissa de fato realmente ocorreu no presente caso concreto seria indispensável interpretar o laudo pericial e reexaminar todo o conjunto probatório.
5.De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material. Aplicação da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0004179-39.2006.4.03.6307
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MAURA RODER
PROC./ADV.: FAUSTO JOSÉ RODER SOARES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REINGRESSO NO RGPS. INCAPACIDADE PRÉ-EXISTENTE. VEDAÇÃO LEGAL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.
1.O acórdão recorrido, ao manter a sentença pelos próprios fundamentos, admitiu que o início da incapacidade para o trabalho se deu em 2005 e que a autora somente restabeleceu a qualidade de segurada em 2006. Mesmo assim, reconheceu direito da autora a auxílio-doença.
2.O acórdão paradigma aplicou o § 2º do art. 42 e o parágrafo único do art. 59, ambos da Lei nº 8.213/91, para considerar indevida a concessão de benefício por incapacidade a pessoa que já se encontrava incapacitada para o trabalho quando buscou readquirir a qualidade de segurada da Previdência Social. Divergência jurisprudencial demonstrada.
3.Não há direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez quando a incapacidade para o trabalho se consolida antes do reingresso do segurado no Regime Geral de Previdência Social. A TNU já rejeitou a tese jurídica segundo a qual o art. 42, § 2º, e o art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 somente se aplicam quando a incapacidade para o trabalho é preexistente ao momento em que ocorre a filiação previdenciária pela primeira vez. Aplica-se a Súmula nº 53 da TNU: "Não há direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez quando a incapacidade para o trabalho é preexistente ao reingresso do segurado no Regime Geral de Previdência Social."
4.Incidente de uniformização provido para: (a) reiterar o entendimento de que não há direito a auxílio-doença quando a incapacidade para o trabalho é preexistente ao reingresso do segurado no Regime Geral de Previdência Social; (b) reformar o acórdão recorrido, desconstituindo a sentença que condenou o INSS a conceder auxílio-doença.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000252-35.2006.4.03.6317
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS MAIMONI
PROC./ADV.: AIRTON GUIDOLIN
OAB: SP-68622
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1.A sentença reconheceu incapacidade para o trabalho, mas negou direito a auxílio-doença por causa da perda da qualidade de segurado, uma vez que a data de início da incapacidade foi fixada em momento posterior à expiração do período de graça. A Turma Recursal negou provimento ao recurso interposto contra a sentença, mas com base em fundamento diverso: a falta de comprovação da incapacidade para o trabalho.
2.O requerente arguiu contrariedade à jurisprudência dominante do STJ, que entende que não perde a qualidade de segurado o indivíduo que deixa de contribuição para a previdência social por mais de doze meses em razão de estar incapacitado para o trabalho.
3.O acórdão recorrido, diferentemente da sentença, não negou direito ao benefício por causa de perda da qualidade de segurado, mas por falta de comprovação da incapacidade para o trabalho. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.71.58.000623-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): PAULO SOUZA CALDAS
PROC./ADV.: GIOVANI BENVENUTI
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. AUXÍLIO-INVALIDEZ EQUIPARADO AO SOLDO DO SOLDADO ENGAJADO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131/00. REDUÇÃO DESSA PARCELA COM AUMENTO GLOBAL DOS PROVENTOS. CONSTITUCIONALIDADE. PORTARIA NORMATIVA Nº 406/04. ILEGALIDADE. REPRISTINAÇÃO DE LEGISLAÇÃO REVOGADA. PORTARIA NORMATIVA Nº 901. RESTAURAÇÃO DA LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. PRESCINDIBILIDADE DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL.
1.A jurisprudência pátria é uníssona com relação ao entendimento de inexistência de direito adquirido a regime jurídico específico por parte dos servidores públicos. A única garantia constitucional da qual usufruem é a de ausência de possibilidade de mudança estrutural que implique redução vencimental.
2.A Medida Provisória nº 2.131/00 não implicou redução dos proventos dos militares reformados por invalidez, globalmente considerados, embora tenha diminuído o valor de uma de suas parcelas, o auxílio-invalidez. A essa parcela deixou-se de prever a equiparação ao valor do soldo de cabo engajado, com aumento das outras que compõem a remuneração, que não foi, por este motivo, reduzida. Legalidade e constitucionalidade desse diploma legal.
3.A Portaria Normativa nº 406/04, que dispôs sobre uma nova equiparação do auxílio-invalidez ao valor do soldo de cabo engajado, é manifestamente irregular, por criar garantia sem amparo em lei, repristinando norma anteriormente veiculada na Lei nº 8.237/91, revogada pela Medida Provisória nº 2.131/00. Não se revela como instrumento normativo com aptidão para os fins a que se propõe, já que ofende o princípio da legalidade.
4.O fato de a Portaria Ministerial nº 406/04 ter equivocadamente veiculado determinação desamparada de apoio normativo não pode garantir a incorporação de direito ao patrimônio dos militares.
5.A Portaria Normativa nº 901, de 1º/08/2005, apenas restaurou a regularidade do pagamento de auxílio-invalidez, determinando sua adequação às normas legais vigentes através da revogação da Portaria nº 406.
6.Incidente provido para reformar o acórdão recorrido, julgando improcedentes os pedidos deduzidos na petição inicial.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507062-86.2006.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO BARRETO DE MATOS
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. DESRESPEITO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NULIDADE DO ACÓRDÃO.
1.O acórdão recorrido considerou que "a condição legal do trabalhador(a) urbano ou rural, apta a conferir o direito à percepção de pensão por morte, depende de um conjunto harmônico de provas em que haja, no mínimo, um início de documentos consistentes, o qual, adicionado à prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos trazidos, demonstre que o falecido(a) ostentava a qualidade de segurado(a)/segurado(a) especial quando do seu óbito, além da prova da dependência econômica de quem pede, quando for o caso". Ao final, concluiu "restando descaracterizado um dos requisitos capaz de ensejar a percepção da pensão por morte, não deve prosperar o pedido formulado". Entretanto, a Turma Recursal não explicou qual dos requisitos deixou de ser cumprido. O acórdão recorrido também se omitiu em acolher os fundamentos da sentença na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
2.O acórdão recorrido, padronizado e genérico, não atentou para as especificidades do caso concreto. Não é possível identificar a verdadeira motivação do acórdão recorrido.
3.A concisão na exposição dos fundamentos, técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais, não se confunde com a ausência ou deficiência na fundamentação do julgado. Transtorna o devido processo legal o acórdão recorrido quando se apresenta como modelo inflexível, insensível às particularidades do caso concreto (TNU, PEDIDO 2004.81.10.018124-8, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 11/03/2010).
4.A adoção de premissas não afasta o dever de análise concreta de cada prova potencialmente relevante para a formação do convencimento do julgador, de forma a viabilizar o verdadeiro exercício da defesa do sucumbente, na qual está compreendida a faculdade de impugnação recursal da decisão (TNU, PEDIDO 2003.81.10.027644-9, Rel. Juiz Federal Derivaldo Bezerra Filho, DJ 05/05/2010).
5.Acórdão recorrido anulado de ofício, com retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento. Prejudicado o incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais anular o acórdão recorrido e declarar prejudicado o incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0085840-58.2006.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: NOEL NICÁCIO RIBEIRO
PROC./ADV.: WALDEC MARCELINO FERREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. RENDA FAMILIAR PER CAPITA. CONCEITO DE FAMÍLIA. FILHO MAIOR DE 21 ANOS DE IDADE.
1.Na época do requerimento administrativo formulado pelo requerente, o art. 20, § 1º, da Lei nº 8.742/93 estava em vigor com a redação dada pela Lei nº 9.720/98. Segundo a referida norma, entendia-se como família o conjunto de pessoas elencadas no art. 16 da Lei nº 8.213/91, a saber: o cônjuge; o companheiro; o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido; os pais e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido. O filho maior de 21 anos não podia ser considerado para efeito de aferição da renda mensal per capita.
2.Com a superveniência da Lei nº 12.435, que entrou em vigor em 7/7/2011, o conceito de família ficou substancialmente alterado. De acordo com a nova redação atribuída ao art. 20, § 1º, da Lei nº 8.742/93, a família é composta pelos filhos, independentemente da idade, desde que sejam solteiros e vivam sob o mesmo teto. Logo, não há mais limite de idade para os filhos, passando a ser relevante apenas que sejam solteiros. Não obstante, o acórdão recorrido trata de fatos anteriores ao início da vigência dessa alteração normativa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.Quanto à possibilidade de a lei nova ter aplicação imediata ao caso concreto, trata-se de matéria de direito intertemporal não discutida nem no curso da lide nem no incidente de uniformização de jurisprudência. Observados os limites cognitivos fixados pelo incidente de uniformização de jurisprudência, compete à TNU apenas uniformizar o entendimento jurisprudencial em torno da interpretação do art. 20, § 1º, da Lei nº 8.742/93 com a redação anterior à Lei nº 12.435/11, sem decidir se a lei nova se aplica imediatamente a partir do início da sua vigência.
4.Incidente parcialmente provido para uniformizar o entendimento de que, antes da Lei nº 12.435/11, o filho maior de 21 anos de idade não pode ser considerado integrante do grupo familiar.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508818-42.2006.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA NASARÉ SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: SANDRA MARIA ALVARENGA DUARTE
OAB: CE-11711
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ.
1.O INSS interpôs incidente de uniformização de jurisprudência alegando que o acórdão recorrido, ao manter a sentença que condenou a pagar valores atrasados de benefício assistencial desde o requerimento administrativo, contrariou a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual os benefícios de prestação continuada são devidos a partir da juntada do laudo pericial que ateste a incapacidade. Entretanto, a petição de uniformização apontou como paradigma um único julgado da Sexta Turma do STJ.
2.O incidente de uniformização de jurisprudência pressupõe demonstração de contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001). A demonstração de contrariedade à jurisprudência dominante do STJ pressupõe menção a paradigmas de ambas as turmas daquela Corte competentes para julgamento de matéria previdenciária (5ª e 6ª Turmas). Julgado isolado de apenas uma das turmas não comprova dominância da jurisprudência da Corte. Prejudicada a demonstração de divergência jurisprudencial.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.51.51.080101-1
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FRANCISCO DE PAULA DE MELO BARRETO
PROC./ADV.: MARIA DE FÁTIMA MACIEL GROSSI KOSSUGA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

APOSENTADORIA ESPECIAL. NÃO EXTINÇÃO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA PROVIDO.
1.O acórdão recorrido considerou que a Emenda Constitucional nº 20/98 extinguiu a aposentadoria especial e que a partir de 1998 só é possível aposentar-se por tempo de contribuição, com a necessidade de comprovação de, pelo menos, 35 anos para homem e 30 anos para mulher.
2.O requerente interpôs incidente de uniformização pedindo para se declarar que a aposentadoria especial continua em vigor e para que fosse reconhecido o direito do autor em ter deferido o referido benefício.
3.Acórdão paradigma da 2ª Turma Recursal de Minas Gerais admitiu a concessão de aposentadoria especial após a Emenda Constitucional nº 20/98. Divergência jurisprudencial comprovada.
4.A Emenda Constitucional nº 20/98 não introduziu nenhuma norma que tenha derrogado os dispositivos legais que preveem a aposentadoria especial como espécie de benefício no âmbito do Regime Geral de Previdência Social. Muito pelo contrário, a emenda alterou a redação do art. 201, § 1º, da Constituição Federal para dispor que, embora vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ficavam ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Os artigos 57 e 58 da Lei nº 8.213/91, que regulam a aposentadoria especial, persistem em vigor.
5.O recurso interposto pelo INSS em face da sentença de procedência do juizado abordava questões sobre o enquadramento de atividade especial e sobre a taxa de juros de mora. Tais questões não foram examinadas pela Turma Recursal e não podem ser diretamente apreciadas pela TNU no incidente de uniformização, sob pena de supressão de instância.
6.Pedido parcialmente provido para anular o acórdão recorrido, uniformizando o entendimento de que a aposentadoria especial não foi extinta pela Emenda Constitucional nº 20/98. A Turma Recursal deverá retomar o julgamento do recurso interposto contra a sentença.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.58.009444-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PEDRO DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
OAB: RS 33.075
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA
OAB: RS-59469
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INADMISSIBILIDADE. ACÓRDÃO PARADIGMA DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. DIVERGÊNCIA ENTRE TURMAS RECURSAIS DA MESMA REGIÃO. AUSÊNCIA DE ADEQUADA DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 18 DA TNU.
1.O acórdão recorrido considerou que os formulários (SB40, DSS8030, DIRBEN e PPP) preenchidos pelo próprio segurado, por síndico de massa falida ou por integrante de sindicato da categoria, desacompanhados de outros documentos idôneos e contemporâneos da empresa, são insuficientes para o reconhecimento do exercício de atividade especial nem constituem justa causa para realização de perícia judicial.
2.Em relação a essa questão, o requerente suscitou divergência jurisprudencial em face de acórdãos paradigmas de Tribunal Regional Federal e da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina.
3.A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
4.O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região deve ser julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito (art. 14, § 1º, da Lei nº 10.259/2001). O dissenso entre Turmas da mesma região deve ser resolvido pela correspondente Turma Regional de Uniformização em sede de incidente de uniformização regional. A TNU só tem competência para julgar arguição de divergência jurisprudencial entre decisões de Turmas de diferentes regiões.
5.A Turma Recursal decidiu ser impossível a conversão de atividade especial em comum após 28/5/1998. A divergência jurisprudencial ficou adequadamente demonstrada nesse ponto. Não obstante, para todos os períodos posteriores a 28/5/1998 o acórdão recorrido deixou de reconhecer condição especial de trabalho em razão da falta de documento idôneo. Em relação a essa questão, o acórdão recorrido não foi adequadamente impugnado, razão pela qual não pode ser reformado. Como existe fundamento autônomo para negar condição especial de trabalho após 28/5/1998, a arguição de divergência jurisprudencial fica prejudicada neste ponto. Aplica-se a Questão de Ordem nº 18 da TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501013-92.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GENOVEVA RODRIGUES DE PAULO
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
OAB: CE-9340
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO.
1.A requerente interpôs incidente de uniformização de jurisprudência apontando acórdãos paradigmas que reconhecem a admissibilidade de determinados tipos de documento para efeito de formar início de prova material de exercício de atividade rural. Ocorre que o acórdão não se baseou na carência de início de prova material para recusar reconhecimento da qualidade de segurado especial. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados.
2.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.58.003751-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLAUDIO CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: IVANA MATTES PEDROSO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1.O requerente especificou que o pedido de uniformização se restringe ao reconhecimento de condição especial de trabalho no período de 29.05.1998 a 01.08.2000, com posterior conversão em tempo comum. Arguiu divergência jurisprudencial com o Enunciado nº 64 das Turmas Recursais do Rio de Janeiro e com acórdão paradigma da 1ª Turma Recursal da Bahia, que admitem o reconhecimento da especialidade da atividade exercida após 28.05.1998.
2.O acórdão recorrido, ao manter a sentença pelos próprios fundamentos na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95, deixou de reconhecer condição especial de trabalho no período de 15.01.1997 a 01.08.2000 porque o laudo técnico não fornecia informações acerca da atividade exercida pelo autor.
3.A Turma Recursal não negou em tese e caráter absoluto a possibilidade de reconhecimento de atividade após 28.05.98. A negativa de reconhecer condição especial de trabalho após aquela data foi exclusivamente motivada na falta de prova. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504098-68.2007.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ROBERVAL PEREIRA MUNIZ
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

AUXÍLIO-DOENÇA. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. FIXAÇÃO NA DATA DA PERÍCIA JUDICIAL. FALTA DE PROVA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE ANTERIOR À PERÍCIA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA.
1.O acórdão recorrido fixou a data de início do benefício no dia da realização da perícia judicial. Considerou que a informação constante no laudo de que a incapacidade teve início em 2001, antes da realização do exame médico-pericial, foi extraída de declaração do próprio requerente, inexistindo nos autos qualquer outro elemento de prova, a exemplo de atestados ou exames médicos, que a confirme.
2.O requerente arguiu divergência jurisprudencial em face de julgado do STJ, segundo o qual o termo inicial do benefício corresponde à data de juntada do laudo pericial somente quando não existir concessão de auxílio-doença prévio ou não houver requerimento administrativo por parte do segurado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.A TNU firmou entendimento de que o termo inicial dos benefícios previdenciários deve ser assim fixado: a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação; b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido; ou c) na data do ajuizamento da ação, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação. Precedentes: PEDILEF 200936007023962, 00558337620074013400, 00132832120064013200 e 05017231720094058500.
4.O acórdão recorrido, mediante exame das peculiaridades do caso concreto, desqualificou o laudo pericial na parte em que retroagiu a data de início da incapacidade e concluiu pela ausência de subsídios que confirmassem a incapacidade laboral em momento anterior à perícia. Dessa forma, o termo inicial do auxílio-doença deve ser mantido na data da perícia judicial.
5.O requerente alegou que há nos autos atestado médico que comprova a existência da patologia incapacitante no momento do requerimento administrativo. Ponderou que o documento não foi impugnado. Tais alegações não podem, porém, ser examinadas em sede de pedido de uniformização de jurisprudência, porque esta via se predispõe exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material. Aplicação da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato". Ademais, na fixação da data de início do benefício por incapacidade, o entendimento da TNU é no sentido de que se deve privilegiar o livre convencimento do julgador que teve contato com toda a prova dos autos
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502327-70.2007.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JULIO PORFIRIO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE RURAL DESCONTÍNUA. ATIVIDADE URBANA INTERCALADA.
1.A sentença considerou que o requerente completou a idade mínima para aposentadoria por idade de trabalhador rural em 2006. Por outro lado, apenas com base no fato de o requerente ter exercido atividade urbana dentro do período equivalente ao de carência durante mais de dois anos (março/98 a dezembro/00), o julgado desprezou todo o tempo de atividade rural anterior e posterior ao vínculo urbano, julgando improcedente o pedido. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
2.Acórdão paradigma da TNU considerou que "o curto espaço de tempo em atividade urbana - pouco mais de dois anos - não descaracteriza a predominância do trabalho rural como fundamento à concessão do benefício" (PEDILEEF 2005.36.00.701545-3). Divergência jurisprudencial demonstrada.
3.O incidente de uniformização não embute pretensão direta a reexame de prova, mas apenas arguição de divergência jurisprudencial em torno de critério jurídico para valoração da prova.
4.O acórdão recorrido contraria o art. 143 da Lei nº 8.213/91, segundo o qual a atividade rural pode ser descontínua. O exercício de atividade urbana intercalada durante pouco mais de dois anos não constitui motivo suficiente para tornar ineficaz todo o tempo de serviço rural anterior e posterior.
5.A prova testemunhal foi colhida, mas não chegou a ser examinada pelo acórdão recorrido. Por isso, o acórdão dever ser anulado para que o conjunto probatório seja apreciado. Aplicação da Questão de Ordem nº 20 da TNU. A turma recursal de origem fica vinculada ao seguinte critério jurídico de valoração da prova: a atividade urbana intercalada não basta para impedir a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural.
6.Incidente parcialmente provido para anular o acórdão recorrido, cabendo à turma recursal retomar o julgamento do recurso interposto contra a sentença.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500361-75.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RITA ALVES DA ROCHA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃO PARADIGMA SEM COMPROVAÇÃO DE AUTENTICIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA.
1.De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A competência da TNU se limita a uniformizar a jurisprudência em casos nos quais se comprova dissenso na interpretação de questões de direito material. Cabe ao requerente o ônus de comprovar a divergência jurisprudencial.
2.A petição de uniformização suscitou divergência com acórdão paradigma de turma recursal de outra região, exibido em inteiro teor mediante cópia sem autenticidade. A transcrição do acórdão paradigma de turma recursal de outra região precisa, porém, ter a sua fidedignidade demonstrada. O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma. Prejudicada a demonstração de divergência jurisprudencial em razão de vício formal da petição de uniformização.
3.Além disso, a petição de uniformização não demonstrou em que ponto o acórdão paradigma adotou tese jurídica antagônica ao acórdão recorrido. O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
4.A petição de uniformização alegou que o acórdão recorrido pecou por não interpretar o conjunto probatório à luz da legislação federal. Destacou que a controvérsia é no sentido exclusivo da interpretação da prova, para aferir se o conjunto como um todo atende às exigências legais. Ocorre que o pedido de uniformização de jurisprudência não é adequado para provocar reexame de prova. Aplicação da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.70.50.001563-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ADEMAR DA CUNHA
PROC./ADV.: DANI LEONARDO GIACOMINI
PROC./ADV.: GEANDRO LUIZ SCOPEL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.A alegação de que o acórdão recorrido deu provimento a recurso que articulava fundamentação dissociada das razões adotadas pela sentença recorrida. Essa questão constitui matéria processual e não pode ser apreciada em sede de incidente de uniformização de jurisprudência. Ademais, a petição de uniformização suscitou divergência jurisprudencial em face de acórdãos paradigmas de turmas recursais da mesma Região. O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região deve ser julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito (art. 14, § 1º, da Lei nº 10.259/2001). A TNU só tem competência para julgar arguição de divergência jurisprudencial entre decisões de Turmas de diferentes regiões.
2.O acórdão recorrido considerou que houve prejuízo no cálculo da renda mensal inicial, apenas para os benefícios cujas datas de início recaíram no período compreendido entre novembro de 1979 e abril de 1982, porque os efeitos da indevida atualização pelo INSS não se projetaram indefinidamente no tempo, tendo cessado com o advento da Portaria MPAS nº 2.840, de 30.04.82.
3.Acórdãos paradigmas do STJ e da TNU entenderam que a partir da Lei nº 6.708/79 os valores correspondentes ao menor valor-teto deveriam ser atualizados pelo INPC, desvinculando-se do salário mínimo.
4.Os acórdãos paradigmas analisaram a questão genericamente, sem se manifestar sobre o momento em que teria cessado a omissão do INSS em proceder à atualização do menor valor-teto com adoção do índice correto. Os acórdãos paradigmas não adotaram entendimento antagônico ao acórdão recorrido. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.70.50.019460-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: WOSTON PEREIRA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO.
1.O acórdão recorrido não reconheceu condição especial de trabalho no período de 29/04/1995 a 22/12/2006, quando o requerente exercia a atividade de motorista de ônibus. A Turma Recursal considerou que o enquadramento de atividade especial por categoria profissional somente foi possível até 28/04/95.
2.A petição de uniformização listou vários acórdãos paradigmas que, em suma, tratam da possibilidade de enquadramento da atividade de motorista de ônibus nos Códigos 2.4.4 do quadro anexo do Decreto nº 53.831/64 e no Código 2.4.2 do Anexo II do Decreto nº 83.080/79. Não obstante, a petição não indicou em que ponto o acórdão recorrido teria adotado entendimento divergente em relação aos acórdãos paradigmas.
3.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504265-06.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIA CARLOS BEZERRA
PROC./ADV.: MILENA MAIA S. G. BRINGEL
OAB: CE-15149
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ.
1.O INSS interpôs incidente de uniformização de jurisprudência alegando que o acórdão recorrido, ao manter a sentença que condenou a pagar valores atrasados de benefício assistencial desde o requerimento administrativo, contrariou a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual os benefícios de prestação continuada são devidos a partir da juntada do laudo pericial que ateste a incapacidade. Entretanto, a petição de uniformização apontou um único julgado do STJ, não tendo nem mesmo identificado qual a Turma responsável pela decisão.
2.O incidente de uniformização de jurisprudência pressupõe demonstração de contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001). A demonstração de contrariedade à jurisprudência dominante do STJ pressupõe menção a paradigmas de ambas as turmas daquela Corte competentes para julgamento de matéria previdenciária (5ª e 6ª Turmas). Julgado isolado de apenas uma das turmas não comprova dominância da jurisprudência da Corte. Prejudicada a demonstração de divergência jurisprudencial.
3.Incidente não conhecido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0013006-23.2007.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: CARLOS DE LIMA MACHADO
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE
OAB: SP-123545
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INADMISSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL.
1.Para demonstrar divergência jurisprudencial, foram apontados acórdãos paradigmas de Tribunais Regionais Federais. A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
2.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502810-85.2007.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTÔNIO CÉSAR DE OLIVEIRA SILVA
PROC./ADV.: ENÉLIO LIMA PETROVICH
OAB: RN-136
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. ENGENHEIRO MECÂNICO. ANALOGIA.
1.Está pacificado na jurisprudência que o rol de atividades constante dos regulamentos da previdência social é exemplificativo. Atividades com grau de insalubridade, penosidade ou periculosidade similar ao daquelas expressamente assim classificadas nos decretos também podem ser consideradas especiais.
2.A profissão de engenheiro mecânico é bastante semelhante à dos engenheiros metalúrgicos, expressamente classificada como insalubres. Dessa forma, a atividade de engenheiro mecânico pode ser enquadrada por analogia no código 2.1.1 do Anexo II do Decreto nº 83.080/79 até 28/4/1995.
3.Incidente parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0002188-75.2008.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LILIANA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. AUXÍLIO-DOENÇA. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. FALTA DE RECONHECIMENTO DE INCAPACIDADE LABORAL EM QUALQUER GRAU.
1.A requerente arguiu divergência jurisprudencial em face de julgados da TNU, segundo os quais fatores pessoais e sociais que impossibilitem a reinserção do segurado no mercado de trabalho podem ser levados em conta para conceder auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.
2.Os acórdãos paradigmas, porém, trataram de casos em que havia sido reconhecida pelo menos a incapacidade parcial para o trabalho. Já o acórdão recorrido não reconheceu incapacidade laboral em nenhum grau, nem mesmo parcial. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Prejudicada a demonstração de divergência jurisprudencial em torno de matéria de direito.
3.A Súmula nº 47 da TNU enuncia que "Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez". Como o acórdão recorrido não reconheceu incapacidade parcial, não estava obrigado a analisar as condições pessoais e sociais.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.58.016043-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IRACI PLETSCH PINTO
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃOS PARADIGMAS SEM INDICAÇÃO DE FONTE. ACÓRDÃO PARADIGMA DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1.A Turma Recursal reformou a sentença na parte em que ela havia reconhecido atividade rural no período de 21.06.1977 a 30.06.1981. O acórdão recorrido considerou que o pai da requerente estava cadastrado no CNIS como contribuinte individual desde 1975 e que contribuía para o sustento familiar com proventos da atividade urbana. Por isso, reputou descaracterizada a imprescindibilidade da agricultura para o sustento da família, requisito imprescindível para a configuração do regime de economia familiar.
2.Para demonstrar divergência jurisprudencial, foram apontados dois acórdãos paradigmas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
3.Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por Turmas Recursais de diferentes Regiões, ao requerente incumbe o ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas. Trata-se de ônus da parte, que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem nº 3 da TNU. O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma no corpo da petição de uniformização. Trata-se de exigência formal que, além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas. Prejudicada a demonstração de divergência jurisprudencial em razão de vício formal da petição de uniformização.
4.Acórdão paradigma do STJ considera que "sendo o labor rural indispensável à própria subsistência da Autora, conforme afirmado pelo Tribunal de origem, o fato do seu marido ser empregado urbano não lhe retira a condição de segurada especial". O acórdão recorrido, em contrapartida, não reconheceu que o trabalhador rural fosse indispensável para a subsistência da requerente. Ademais, o acórdão recorrido tratou de hipótese em que o pai do requerente desempenhava atividade urbana, ao passo que o acórdão paradigma trata de cônjuges. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.70.54.000450-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE ANTONIO DA SILVA
PROC./ADV.: LUIZ CARLOS FERNANDES DOMINGUES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

RECONHECIMENTO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO.
1.O acórdão recorrido reconheceu como início de prova material de tempo de serviço para fins previdenciários a anotação de contrato de trabalho em CTPS decorrente de sentença homologatória de acordo em reclamação trabalhista.
2.A Turma Nacional de Uniformização já consolidou o entendimento de que a sentença proferida pela justiça do trabalho ou a anotação em CTPS dela decorrente servem como início de prova material de tempo de serviço, ainda que a reclamação trabalhista não tenha sido instruída com nenhum elemento de prova. Aplica-se a Súmula nº 31 da TNU: "A anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários".
3.Aplica-se a Questão de Ordem nº 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.50.018709-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JACOMIAS ALMEIDA MDUREIRA
PROC./ADV.: DIRCEU MACHADO RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. EXTENSÃO PROSPECTIVA E RETROSPECTIVA DA EFICÁCIA PROBATÓRIA DE DOCUMENTO.
1.O autor pediu o reconhecimento de tempo de serviço rural em regime de economia familiar no período de 25/10/1957 a 31/12/1971 e concessão de aposentadoria por tempo de contribuição. A sentença reconheceu como início de prova material três documentos, respectivamente datados de 1966, 1967 e 1968. Com base na data desses documentos, reconheceu tempo de serviço rural apenas no período de 01/01/1966 a 31/12/1968. Quanto aos períodos restantes, de 1957 a 1965 e de 1969 a 1971, a sentença admitiu terem sido confirmados pela prova testemunhal e apenas deixou de reconhecer o tempo de serviço por causa da falta de documentos contemporâneos. O autor interpôs recurso insistindo no reconhecimento de tempo de serviço rural em todo o período indicado. A Turma Recursal manteve a sentença pelos próprios fundamentos.
2.O início de prova material não passa de prova indiciária. Não precisa provar diretamente o efetivo exercício da atividade rural, mas apenas fatos secundários dos quais se possa inferi-la. Por isso, a prova documental frágil é suficiente para formar início de prova material. É a prova testemunhal que, em complementação ao início de prova material, deve aprofundar a cognição em torno dos fatos pertinentes ao efetivo trabalho na lavoura ou na pecuária.
3.A prova material pode ser contemporânea ao início do período de carência e ter sua eficácia probatória estendida prospectivamente (para o futuro) se conjugada com prova testemunhal complementar convincente e harmônica. Igualmente, pode ser contemporânea ao final do período de carência e ter sua eficácia estendida retroativamente (para o passado) se conjugada com prova testemunhal complementar convincente e harmônica.
4.Aplicação da Súmula nº 14 da TNU: "Para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício".
5."No âmbito da Terceira Seção firmou-se a compreensão segundo a qual a lei não exige que a prova material se refira a todo o período de carência do artigo 143 da Lei n. 8.213/1991, desde que ela seja amparada por prova testemunhal harmônica, no sentido da prática laboral referente ao período objeto de debate" (AGRESP 1.168.151, Relator JORGE MUSSI, DJE 29/03/2010).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6.A petição de uniformização requereu a reforma do acórdão para conceder aposentadoria tempo de contribuição com efeitos financeiros a partir de 04/04/2008. O deferimento do benefício pressupõe análise de outros requisitos que não foram objeto de debate no incidente de uniformização de jurisprudência. Por isso, o incidente só pode ser provido em parte, cabendo à Turma Recursal de origem, com adstrição ao critério jurídico de valoração da prova firmado pela TNU, retomar o julgamento do recurso inominado interposto contra a sentença.
7.Pedido parcialmente provido para: (a) fixar o entendimento de que os documentos datados de 1966 a 1968 podem, em tese, ter sua eficácia probatória distendida para o passado e para o futuro, a fim de confirmar a qualidade de segurado especial nos períodos de 25/10/1957 a 31/12/1965 e de 01/01/1969 a 31/12/1971; (b) determinar à Turma Recursal de origem que proceda à adequação do acórdão recorrido ao critério jurídico de valoração da prova uniformizado.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0506224-78.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA MARIA DE JESUS
PROC./ADV.: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. TERMO INICIAL DOS EFEITOS FINANCEIROS. RETROAÇÃO À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO.
1.A sentença condenou o INSS a conceder aposentadoria por idade de trabalhador rural com DIB fixada na data de entrada do requerimento administrativo (23/3/2007). O julgado implicitamente admitiu que os requisitos para concessão do benefício já estavam preenchidos no instante do requerimento administrativo.
2.A Turma Recursal deu parcial provimento ao recurso do INSS para fixar a data de início do benefício no dia do ajuizamento da ação (29/9/2008). Para tanto, limitou-se a considerar que o INSS está atrelado ao princípio da legalidade e que não tem a obrigação de deferir benefício previdenciário de acordo com a jurisprudência.
3.Os efeitos financeiros da decisão judicial que reconhece direito a benefício previdenciário devem retroagir ao momento do requerimento administrativo de concessão, se os requisitos para deferimento do benefício já estavam completados naquele momento. Aplicação da Súmula nº 33 da TNU: "Quando o segurado houver preenchido os requisitos legais para concessão da aposentadoria por tempo de serviço na data do requerimento administrativo, esta data será o termo inicial da concessão do benefício".
4.O acórdão recorrido contrariou essa concepção, porque, mesmo sem rejeitar a pressuposição de que os requisitos para deferimento da aposentadoria já estavam completados na data de entrada do requerimento administrativo, considerou que a data de início do benefício deveria ser fixada no momento do ajuizamento da demanda judicial incidentalmente à qual se comprovou o direito ao benefício.
5.Pedido provido para reformar o acórdão recorrido, fixando a data de início do benefício na data de entrada do requerimento administrativo.
6.O acórdão recorrido deixou de condenar as partes em honorários advocatícios, por causa da sucumbência recíproca. Com o provimento do incidente de uniformização, a sucumbência do INSS é total. Aplica-se a Questão de Ordem nº 2 da TNU, que impõe a condenação do INSS em honorários advocatícios. Honorários arbitrados em dez por cento do valor da condenação.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar provimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501817-05.2008.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUIZ NERIS DA ROCHA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO.
1.O acórdão recorrido considerou que sentença trabalhista decorrente de acordo firmado entre as partes, sem referência a elementos probatórios, não pode ser admitida como início de prova material de tempo de serviço.
2.A Turma Nacional de Uniformização já consolidou o entendimento de que a sentença proferida pela justiça do trabalho ou a anotação em CTPS dela decorrente servem como início de prova material de tempo de serviço, ainda que a reclamação trabalhista não tenha sido instruída com nenhum elemento de prova. Aplica-se a Súmula nº 31 da TNU: "A anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários" .
3.Reconhecida a existência de início de prova material, torna-se necessária a produção de prova testemunhal complementar. Aplica-se, portanto, a Questão de Ordem nº 20: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito".
4.Incidente parcialmente provido para, reafirmando a tese de que a sentença homologatória de acordo trabalhista configura início de prova material de tempo de serviço, anular o acórdão recorrido e a sentença a fim de que seja dada oportunidade ao requerente para produzir prova testemunhal.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0005318-70.2008.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: DOACIR TEODORO DE SOUZA FILHO
PROC./ADV.: DAZIO VASCONCELOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE PARA A ATIVIDADE HABITUAL. INCAPACIDADE NÃO PRECISA SER TOTAL.
1.A sentença admitiu que o autor apresenta incapacidade parcial e permanente para a execução de atividades laborativas que exijam esforços físicos. Todavia, tendo em conta a possibilidade de exercício de várias outras atividades, considerou-o apto para trabalhar. Pressupôs que o auxílio-doença só pode ser concedido se houver incapacidade total para o trabalho. A Turma Recursal manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
2.Por outro lado, o acórdão paradigma da TNU considerou que "a concessão do auxílio-doença requer a incapacidade para o exercício da atividade habitual do autor e não para qualquer atividade".
3.Está configurada a divergência jurisprudencial em torno da possibilidade de concessão de auxílio-doença na hipótese em que o segurado se encontra incapacitado apenas para algumas atividades.
4.O segurado acometido de incapacidade parcial definitiva para sua atividade habitual tem direito a receber auxílio-doença até ser reabilitado para o exercício de outra atividade compatível com a limitação funcional, consoante dispõe o art. 62 da Lei nº 8.213/91. Assim, a perspectiva de reabilitação profissional bem-sucedida não isenta o INSS de manter o auxílio-doença até que o processo de reabilitação profissional seja concluído.
5.A Turma Recursal não analisou se a atividade habitual do requerente demanda esforço físico. Se a atividade habitual depender de esforço físico, o requerente deverá ter reconhecido o direito a auxílio-doença até ser reabilitado para outra profissão, ou a aposentadoria por invalidez caso a reabilitação profissional seja inviável. Se a atividade habitual não exigir esforço físico, o requerente não terá direito a nenhum benefício por incapacidade.
6.Pedido parcialmente provido para: (a) uniformizar o entendimento de que a concessão do auxílio-doença não requer incapacidade total, mas apenas incapacidade para o exercício da atividade habitual do segurado; (b) determinar que a Turma Recursal de origem proceda à adequação do acórdão recorrido à tese jurídica uniformizada.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0055596-78.2008.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ADILSON DE BRITOS
PROC./ADV.: CARLA CRISTINA MIRANDA DE MELO GUIMARÃES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. TESE JURÍDICA INOVADORA.
1.O requerente pediu para uniformizar o entendimento de que o conceito de incapacidade para fins de concessão de auxílio-doença não é puramente médico, devendo ser consideradas as condições pessoais e sociais do segurado. Alegou que a incapacidade para o trabalho deve ser analisada com base nas circunstâncias pessoais, familiares, sociais e econômicas.
2.Trata-se de questão nova, não suscitada antes do incidente de uniformização. o recurso interposto contra a sentença discutiu apenas a compatibilidade entre a doença diagnosticada no laudo pericial e a atividade habitual do requerente. Não foi suscitada discussão em torno de circunstâncias pessoais, familiares, sociais e econômicas.
3."Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido" (Questão de Ordem nº 10 da TNU).
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0001891-65.2008.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GABRIEL GONÇALVES OLIVEIRA
PROC./ADV.: ADÃO NOGUEIRA PAIM
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. NULIDADE DE SENTENÇA ILÍQUIDA. MATÉRIA PROCESSUAL.
1.O INSS alegou que o acórdão recorrido, ao negar a anulação da sentença ilíquida, contrariou a jurisprudência da TNU. Sustentou que não se admite sentença ilíquida no âmbito dos juizados especiais federais.
2.A questão da liquidez da sentença não guarda qualquer relação com o direito material objeto da ação. O fato de a sentença ser líquida ou conter tão somente os parâmetros de cálculo para futura liquidação em nada influencia no mérito do pedido da parte autora. O quantum debeatur apenas materializa o direito declarado a favor da requerente, não podendo ser confundido com o próprio direito. Aplica-se a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0008427-95.2008.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: VANDERLEA FATIMA DE PAULA
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. MATÉRIA PROCESSUAL.
1.O requerente interpôs incidente de uniformização de jurisprudência alegando que a falta de abertura de vista para se manifestar sobre o laudo pericial caracterizou cerceamento de defesa.
2.Não foi apontado nenhum acórdão paradigma com entendimento de que a falta de oportunidade para se manifestar sobre o laudo pericial caracteriza cerceamento de defesa. Divergência jurisprudencial não demonstrada.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
4.As regras de direito material são aquelas que regulam o convívio social entre pessoas e entre elas e o Estado, deferindo a eles, direitos e obrigações. Normatizam as relações referentes a bens e utilidades da vida. Em contrapartida, as regras de direito processual regulam os processos, o modo pelo qual eles se iniciam, se desenvolvem e terminam.
5.A alegação de que não foi aberta vista para manifestação sobre laudo pericial envolve matéria processual, porque está exclusivamente associada ao desenvolvimento da relação processual, sem nenhuma correlação imediata com o bem da vida.
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0010816-50.2008.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDNA LUCIA PEZZOLO
PROC./ADV.: DOUGLAS FERREIRA MOURA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. NULIDADE DE SENTENÇA ILÍQUIDA. MATÉRIA PROCESSUAL.
1.O INSS alegou que o acórdão recorrido, ao negar a anulação da sentença ilíquida, contrariou a jurisprudência da TNU. Sustentou que não se admite sentença ilíquida no âmbito dos juizados especiais federais.
2.A questão da liquidez da sentença não guarda qualquer relação com o direito material objeto da ação. O fato de a sentença ser líquida ou conter tão somente os parâmetros de cálculo para futura liquidação em nada influencia no mérito do pedido da parte autora. O quantum debeatur apenas materializa o direito declarado a favor da requerente, não podendo ser confundido com o próprio direito. Aplica-se a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503578-83.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALAN DAYVISON SOARES DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: EVANDRO F. VASCONCELOS FILHO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. PROVA DA SITUAÇÃO DE DESEMPREGO. AUSÊNCIA DE REGISTRO EM ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. INSUFICIÊNCIA DA ANOTAÇÃO EM CTPS. ADMISSIBILIDADE DE QUALQUER MEIO DE PROVA. REABERTURA DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA.
1.O acórdão recorrido, ao manter a sentença pelos próprios fundamentos, baseou-se exclusivamente em anotações da CTPS para pressupor a situação de desemprego e aplicar a hipótese de prorrogação do período de graça prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.213/91. Pressupôs que a ausência de registro em órgão do Ministério do Trabalho não impede a comprovação do desemprego por outros meios admitidos em direito.
2.O INSS arguiu contrariedade à jurisprudência dominante do STJ. Apontou acórdão paradigma segundo o qual a falta de anotação na CTPS de novo contrato de trabalho, por si só, não pode ser admitida como prova de desemprego para os fins do acréscimo de que trata o parágrafo 2º do artigo 15 da Lei nº 8.213/91, uma vez que a lei exige que o segurado tenha comprovado situação de desemprego mediante registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho.
3.A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça uniformizou o entendimento de que a situação de desemprego não pode ser comprovada apenas com base na ausência de anotação na CTPS (Pet 7.115-PR, Relator Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJE 06/04/2010). No citado precedente jurisprudencial, pontuou-se que "a ausência de anotação laboral na CTPS do requerido não é suficiente para comprovar a sua situação de desemprego, já que não afasta a possibilidade do exercício de atividade remunerada na informalidade".
4.Em contrapartida, o mesmo julgamento considerou que o registro perante o Ministério do Trabalho e da Previdência Social "não deve ser tido como o único meio de prova da condição de desempregado do segurado, especialmente considerando que, em âmbito judicial, prevalece o livre convencimento motivado do Juiz e não o sistema de tarifação legal de provas". Assim, a falta de registro perante o Ministério do Trabalho e da Previdência Social pode "ser suprida por outras provas constantes dos autos, inclusive a testemunhal", tendentes a demonstrar que o segurado realmente ficou desempregado após a cessação das contribuições previdenciárias.
5.A prova da situação de desemprego implica demonstrar não só a ausência de contração de novo vínculo de emprego, mas também a ausência de desempenho de quaisquer outras formas de atividade remunerada passíveis de caracterizar a condição de segurado obrigatório, como trabalho autônomo informal. É preciso ficar comprovado que o segurado não exerceu nenhuma atividade remunerada (nem mesmo atividade informal) após a cessação das contribuições.
6.Diante da decisão tomada pelo STJ na PET 7.115/PR, a TNU deliberou que em todos os casos deve ser reaberta a instrução probatória para ensejar a real comprovação da situação de desemprego após a cessação das contribuições previdenciárias, inclusive com a ausência de atividade informal (PU 2006.50.53.000285-0, Rel. Juíza Federal Rosana Noya Kaufmann, DOU 13/05/2011).
7.Incidente parcialmente provido em parte para determinar a reabertura da instrução probatória, especificamente para ensejar oportunidade de demonstrar a situação de desemprego (inclusive com a ausência de atividade informa) após a cessação das contribuições previdenciárias, valendo quaisquer meios de prova admitidos em direito.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502851-36.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ANA CRISTINA DA SILVA LIMA BATISTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS ENTRE INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO E AJUIZAMENTO DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INAPLICABILIDADE DO DECRETO Nº 20.910/32. INCIDÊNCIA DE PRAZO DE DECADÊNCIA DE DEZ ANOS.
1.O Decreto nº 20.910/32 dispõe que a prescrição das dívidas passivas da União e suas autarquias (extensão decorrente do Decreto-Lei nº 4.597/42), qualquer que seja sua natureza, se consuma após cinco anos a contar da data do ato ou fato do qual se originarem. Trata-se de norma geral, que não se aplica em caso de indeferimento de requerimento de benefício previdenciário vinculado ao Regime Geral de Previdência Social ou de benefício assistencial, uma vez que estes se sujeitam a regramento próprio. A norma especial afasta a aplicação da norma geral.
2.O art. 103, caput, da Lei nº 8.213/91, contempla duas situações distintas: (a) se o benefício for concedido pelo INSS (ou seja, se houver ato de concessão do benefício), o prazo de decadência do direito à revisão do ato de concessão é de dez anos contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação; (b) se o benefício for indeferido pelo INSS (ou seja, se houver decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo), o prazo de decadência do direito à revisão do ato indeferitório é de dez anos contados a partir do dia em que o segurado for notificado da decisão administrativa definitiva.
3.Entender que o art. 103, caput, da Lei nº 8.213/91 somente se aplica em caso de revisão de benefícios deferidos implicaria tornar inócua a parte final do dispositivo legal. E uma das regras básicas de Hermenêutica é a de que a lei não contém palavras inúteis. Só é adequada a interpretação que encontrar um significado útil e efetivo para cada expressão contida na norma.
4.Incidente parcialmente provido para: (a) anular o acórdão recorrido e a sentença; (b) uniformizar o entendimento de que o ato de indeferimento de requerimento de benefícios previdenciários ou assistenciais não se sujeita a prazo quinquenal de prescrição de fundo de direito previsto no Decreto nº 20.910/32, mas apenas ao prazo de dez anos de decadência previsto no art. 103, caput, da Lei nº 8.213/91.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0511711-26.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: IVANILDO RAIMUNDO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS ENTRE INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO E AJUIZAMENTO DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INAPLICABILIDADE DO DECRETO Nº 20.910/32. INCIDÊNCIA DE PRAZO DE DECADENCIA DE DEZ ANOS.
1.O Decreto nº 20.910/32 dispõe que a prescrição das dívidas passivas da União e suas autarquias (extensão decorrente do Decreto-Lei nº 4.597/42), qualquer que seja sua natureza, se consuma após cinco anos a contar da data do ato ou fato do qual se originarem. Trata-se de norma geral, que não se aplica em caso de indeferimento de requerimento de benefício previdenciário vinculado ao Regime Geral de Previdência Social ou de benefício assistencial, uma vez que estes se sujeitam a regramento próprio. A norma especial afasta a aplicação da norma geral.
2.O art. 103, caput, da Lei nº 8.213/91, contempla duas situações distintas: (a) se o benefício for concedido pelo INSS (ou seja, se houver ato de concessão do benefício), o prazo de decadência do direito à revisão do ato de concessão é de dez anos contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação; (b) se o benefício for indeferido pelo INSS (ou seja, se houver decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo), o prazo de decadência do direito à revisão do ato indeferitório é de dez anos contados a partir do dia em que o segurado for notificado da decisão administrativa definitiva.
3.Entender que o art. 103, caput, da Lei nº 8.213/91 somente se aplica em caso de revisão de benefícios deferidos implicaria tornar inócua a parte final do dispositivo legal. E uma das regras básicas de Hermenêutica é a de que a lei não contém palavras inúteis. Só é adequada a interpretação que encontrar um significado útil e efetivo para cada expressão contida na norma.
4.Incidente provido para: (a) anular o acórdão recorrido e a sentença; (b) uniformizar o entendimento de que o ato administrativo de cessação de benefícios previdenciários ou assistenciais não se sujeita a prazo quinquenal de prescrição de fundo de direito previsto no Decreto nº 20.910/32, mas apenas ao prazo de dez anos de decadência previsto no art. 103, caput, da Lei nº 8.213/91; (c) determinar a devolução dos autos para o Juizado Especial Federal para prosseguimento da instrução.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.50.008497-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALBINA KIPPER
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO.
1.O acórdão recorrido considerou que a requerente não possui qualquer início de prova material da atividade rural, e que nos autos do processo administrativo de concessão da aposentadoria rural do marido também não há qualquer documento comprobatório da atividade rural.
2.A petição de uniformização arguiu divergência em face de acórdão paradigma do Superior Tribunal de Justiça, que admite certidão de casamento, certidão de óbito do marido e certidão de nascimento dos filhos como início de prova material.
3.O acórdão recorrido não se manifestou sobre os tipos de documentos mencionados no acórdão paradigma. Para aferir se a requerente apresentou algum daqueles documentos seria necessário reexaminar o conjunto probatório, mas isso é inviável em sede de incidente de uniformização de jurisprudência. Aplica-se a Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
4.Incidente não conhecido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0006641-13.2008.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MAURICIO MAROSTICA CERVI
PROC./ADV.: DAZIO VASCONCELOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

AUXÍLIO-DOENÇA. RESTABELECIMENTO. INCAPACIDADE PARCIAL PARA O TRABALHO. MANUTENÇÃO DO BENEFÍCIO ATÉ CONCLUSÃO DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL.
1.O incidente de uniformização de jurisprudência visa à concessão de aposentadoria por invalidez ou, subsidiariamente, à concessão de auxílio-doença.
2.A sentença admitiu que o requerente apresentava incapacidade parcial e permanente para atividades que requeiram grandes esforços físicos e concluiu que ele estava incapacitada apenas para exercer a atividade ou profissão que então exercia. Em outras palavras, admitiu incapacidade para a atividade habitual. Não obstante, tendo em vista a possibilidade de exercer atividades laborativas que requeiram apenas esforços leves, considerou que havia capacidade para o trabalho. a sentença negou tanto a concessão de aposentadoria por invalidez quanto de auxílio-doença. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
3.Por outro lado, o acórdão paradigma da TNU considerou que "a concessão de auxílio-doença requer a incapacidade para o exercício da atividade habitual do autor e não para qualquer atividade". Divergência jurisprudencial demonstrada em torno da possibilidade de concessão de auxílio-doença a segurado com incapacidade para sua atividade habitual, mas suscetível de reabilitação profissional.
4.O segurado acometido de incapacidade parcial definitiva para sua atividade habitual tem direito a receber auxílio-doença até ser reabilitado para o exercício de outra atividade compatível com a limitação funcional, consoante dispõe o art. 62 da Lei nº 8.213/91. Assim, a perspectiva de reabilitação profissional bem-sucedida não isenta o INSS de manter o auxílio-doença até que o processo de reabilitação profissional seja concluído.
5.Tendo a Turma Recursal admitido explícita que o requerente está definitivamente incapacitado para a atividade habitual e é suscetível de reabilitação profissional, e considerando que o laudo pericial atestou que a data de início da incapacidade (em 2004) é anterior ao requerimento administrativo de auxílio-doença (em 2008), cabe reconhecer direito ao auxílio-doença. Por outro lado, o incidente de uniformização de jurisprudência não articulou fundamentação tendente a respaldar direito a aposentadoria por invalidez.
6.Pedido parcialmente provido para reformar o acórdão recorrido, condenando o INSS a conceder auxílio-doença desde a data do requerimento administrativo, em 03/06/2008. Aplicam-se juros de mora a partir da citação. Para efeito de correção monetária e de juros de mora, aplicam-se os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (art. 5º da Lei nº 11.960/2009).

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503555-18.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS TEIXEIRA
PROC./ADV.: JUCIÊ FERREIRA DE MEDEIROS
PROC./ADV.: ICARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS.
1.Todos os acórdãos paradigmas convergem em torno da concepção de que as condições pessoais de natureza não-médica devem ser levadas em consideração na aferição da incapacidade para efeito de concessão de benefício assistencial. A sentença havia feito a análise das condições pessoais da requerente. O acórdão recorrido reformou a sentença sem tecer nenhum comentário a respeito da questão.
2.O incidente de uniformização não embute pretensão direta a reexame de prova, mas apenas arguição de divergência jurisprudencial em torno de critério jurídico para valoração da prova. Não cabe à TNU decidir se, no caso concreto, as condições pessoais da requerente são suficientes para caracterizar a impossibilidade total de reingresso no mercado de trabalho, mas apenas definir, em tese, se tais condições precisam ser levadas em conta na aferição da possibilidade de reabilitação profissional.
3.Apesar de o laudo pericial concluir que a incapacidade para o trabalho é parcial e temporária, é, em tese, possível que as condições pessoais do requerente excluam, na prática, toda a possibilidade de efetiva inserção no mercado de trabalho, de forma a requalificar a incapacidade como total e definitiva.
4.Incidente parcialmente provido para: (a) reafirmar a tese de que a possibilidade de reabilitação profissional não deve ser analisada exclusivamente sob o ponto de vista clínico e físico; (b) determinar a devolução dos autos à Turma Recursal de origem para que retome o julgamento do recurso inominado interposto em face da sentença, com adequação à tese jurídica ora firmada.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0527204-97.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSEFA MARIA PEREIRA
PROC./ADV.: ROSETE SOARES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃO PARADIGMA SEM COMPROVAÇÃO DE AUTENTICIDADE.
1.De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A competência da TNU se limita a uniformizar a jurisprudência em casos nos quais se comprova dissenso na interpretação de questões de direito material. Cabe ao requerente o ônus de comprovar a divergência jurisprudencial.
2.A petição de uniformização suscitou divergência com acórdão paradigma da 2ª Turma Recursal do rio de Janeiro, exibido em inteiro teor mediante cópia sem autenticidade. A transcrição do acórdão paradigma de turma recursal de outra região precisa, porém, ter a sua fidedignidade demonstrada. O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma.
3.Prejudicada a demonstração de divergência jurisprudencial em razão de vício formal da petição de uniformização.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500958-89.2008.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA LUCIA NUNES SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃO PARADIGMA SEM COMPROVAÇÃO DE AUTENTICIDADE. AUSÊNCIA DE ADEQUADA DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO.
1.A sentença negou direito a aposentadoria por idade de trabalhador rural com base em dois motivos: a documentação constante dos autos não é suficiente para formar início de prova material; a prova oral não convenceu acerca do exercício de trabalho rural durante o período de carência, tendo sido constatadas várias contradições entre os depoimentos da requerente e da testemunha, não ficando esclarecido se a requerente trabalhou como agricultora após o momento em que o marido ficou doente e ambos foram morar na cidade de Tabira/PE. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
2.A petição de uniformização suscitou divergência jurisprudencial em face de acórdãos paradigmas da Turma Recursal de Mato Grosso, exibido em inteiro teor mediante cópia sem autenticidade. A transcrição do acórdão paradigma de turma recursal de outra região precisa, porém, ter a sua fidedignidade demonstrada. O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma. Prejudicada a demonstração de divergência jurisprudencial em razão de vício formal da petição de uniformização.
3.Também foi arguida divergência em face de acórdão paradigma do STJ, segundo o qual é prescindível que o início de prova material abranja necessariamente o número de meses idêntico à carência do benefício no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício. Ocorre que o acórdão recorrido não se baseou apenas na insuficiência do início de prova material para manter a sentença de improcedência. Aplicação da Questão de Ordem nº 18 da TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503520-89.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO ROSARIO SOUSA DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO.
1.A sentença julgou improcedente pedido de pensão por morte de trabalhador rural. O julgado adotou fundamentação múltipla: os documentos não revelam contemporaneidade com o período de alegado exercício na atividade rural; o falecido e a requerente possuíram registro de vínculo urbano, que é incompatível com a qualidade de segurado especial do de cujus; a requerente e as testemunhas ouvidas em audiência se limitaram a informar que o falecido exercia atividade rural, revelando, assim, a fragilidade da prova. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
2.A petição de uniformização limitou-se a questionar a sustentar a suficiência do início de prova material. Os demais fundamentos do acórdão recorrido não foram impugnados.
3.O início de prova material constitui mero indício, que precisa ser complementado pela prova testemunhal. A prova indiciária, por si só, não basta para reconhecer exercício de atividade rural. Dessa forma, ainda que se admita a existência de início de prova material idôneo, o resultado do julgamento recorrido não ficaria prejudicado, por estar apoiado em outros fundamentos autônomos, que não foram impugnados. Aplicação da Questão de Ordem nº 18 da TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0003560-38.2008.4.03.6308
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO CARLOS BORBA
PROC./ADV.: OSWALDO MIILLER DE TARSO PIZZA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.A sentença considerou que a data de início da incapacidade deu-se em 30/09/2008. Por outro lado, considerou que a última contribuição foi recolhida na competência 09/2006, mas aplicou a hipótese de prorrogação do período de graça prevista no artigo 15, § 2º, da Lei nº 8.213/1991 para decidir que a autora manteve a qualidade de segurado até 15/10/2008. Dessa forma, concluiu que a autora ainda mantinha a qualidade de segurada na data de início da incapacidade.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2.O INSS interpôs incidente de uniformização alegando que a última contribuição foi recolhida na competência 09/2006 e que, por isso, a autora manteve a qualidade de segurada somente até 15/10/2007. Concluiu, assim, que a autora perdeu a qualidade de segurada antes da data de início da incapacidade.
3.Tanto o acórdão recorrido quanto o INSS pressupõem que a última contribuição para a previdência social foi recolhida na competência 09/2006. O INSS considerou que o período de graça durou doze meses e venceu em 15/10/2007. Em contrapartida, o acórdão recorrido aplicou o artigo 15, § 2º, da Lei nº 8.213/1991 e considerou que o período de graça correspondia a 24 meses, vencendo em 15/10/2008. O INSS, porém, não apontou divergência jurisprudencial em torno da aplicabilidade da hipótese de prorrogação do período de graça considerada no acórdão recorrido. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial em torno de matéria de direito.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504557-33.2008.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃO PARADIGMA SEM INDICAÇÃO DE FONTE.
1.A sentença condenou o INSS a restabelecer o benefício de auxílio-doença, mas com início do benefício a partir da data do laudo pericial. O acórdão recorrido negou-se a retroagir a DIB do auxílio-doença à data da cessação administrativa do benefício, porque os atestados e prontuários médicos acostados aos autos eram anteriores à data da cessação, não existindo documento passível de modificar a conclusão da sentença. Em outras palavras, o acórdão recorrido considerou que não havia documentos comprovando persistência da incapacidade para o trabalho no período imediatamente posterior à cessação do auxílio-doença.
2.O requerente arguiu divergência jurisprudencial com acórdão paradigma da Turma Recursal de Mato Grosso. O acórdão paradigma foi transcrito no corpo da petição de uniformização, mas sem indicação da fonte de onde foi extraído.
3.Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por Turmas Recursais de diferentes regiões, ao requerente incumbe o ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas. Trata-se de ônus da parte, que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem nº 3 da TNU.
4.O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma no corpo da petição de uniformização. Trata-se de exigência formal que, além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas.
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502306-03.2007.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA REGIANE DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OS MESMOS
PROC./ADV.: OS MESMOS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃO PARADIGMA SEM INDICAÇÃO DE FONTE.
1.A sentença considerou que o início do benefício de prestação continuada deve corresponder à data do ajuizamento da ação (14/6/2007), haja vista que o perito não soube precisar a data do início da incapacidade. O acórdão recorrido manteve a sentença, porque, não havendo requerimento administrativo, o marco inicial deve ser fixado na data do ajuizamento da ação.
2.O INSS interpôs incidente de uniformização de jurisprudência arguindo divergência em face de um único julgado do STJ, segundo o qual o termo inicial do benefício assistencial deve ser fixado na data da juntada do laudo pericial quando a invalidez é constatada somente em juízo e o laudo pericial não confirma que a incapacidade já existia na data do requerimento administrativo.
3.O incidente de uniformização de jurisprudência pressupõe demonstração de contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001). A demonstração de contrariedade à jurisprudência dominante do STJ pressupõe menção a paradigmas de ambas as turmas daquela Corte competentes para julgamento de matéria previdenciária (5ª e 6ª Turmas). Julgado isolado de apenas uma das turmas não comprova dominância da jurisprudência da Corte. Prejudicada a demonstração de divergência jurisprudencial.
4.O autor também interpôs incidente de uniformização pedindo para fixar o termo inicial do benefício na data de entrada do requerimento administrativo. Arguiu contrariedade à jurisprudência dominante do STJ, mas não apresentou nenhum julgado daquela Corte, prejudicando a aferição da admissibilidade do incidente neste ponto.
5.O autor também suscitou divergência jurisprudencial em face de acórdão paradigma da Turma Recursal de Goiás, transcrito em inteiro teor, mas não comprovou a fidedignidade da transcrição. O requerente precisa comprovar a autenticidade do acórdão paradigma mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Prejudicada a demonstração de divergência jurisprudencial.
6.Incidentes não conhecidos.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer de ambos os incidentes de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0512660-93.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA NADIR SOUSA LIMA
PROC./ADV.: ALBERTO RAULINO PRATA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1.O acórdão recorrido não reconheceu exercício de atividade rural porque a requerente não apresentou documentação contemporânea à época dos fatos a provar, conforme exige a Súmula nº 34 da TNU.
2.A requerente arguiu contrariedade à jurisprudência dominante do STJ, segundo a qual certidão de casamento ou outro documento idôneo que evidencie a condição de trabalhador rural do cônjuge constitui início razoável de prova material de atividade rurícola.
3.Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. O acórdão recorrido não negou valor absoluto de início de prova material à certidão de casamento, desconsiderou-a apenas por falta de contemporaneidade. A petição de uniformização não demonstrou divergência jurisprudencial em torno do tema da contemporaneidade da documentação.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0090734-43.2007.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: HEITOR CLAÚDIO LEITE E SILVA
PROC./ADV.: RICARDO VITOR DE ARAGÃO
PROC./ADV.: JULIANA VITOR DE ARAGÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE TURMAS RECURSAIS DA MESMA REGIÃO. INADMISSIBILIDADE.
1.A requerente arguiu divergência jurisprudencial em face de dois acórdãos paradigmas de Turmas Recursais de São Paulo, ou seja, da mesma região a que pertence a turma recursal prolatora do acórdão recorrido.
2.O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região deve ser julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito (art. 14, § 1º, da Lei nº 10.259/2001). O dissenso entre Turmas da mesma região deve ser resolvido pela correspondente Turma Regional de Uniformização em sede de incidente de uniformização regional. A TNU só tem competência para julgar arguição de divergência jurisprudencial entre decisões de Turmas de diferentes regiões.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.54.003598-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NEUSA TEREZINHA KUIAVA
PROC./ADV.: MAURICIO FERRON
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. FALTA DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL EXPLÍCITA.
1.De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A TNU não se constitui em terceira instância ordinária de julgamento. Sua competência se limita a uniformizar a jurisprudência em casos nos quais se comprova dissenso na interpretação de questões de direito material.
2.A petição de uniformização transcreveu aleatoriamente inúmeros acórdãos paradigmas da TNU, sem, porém, tecer qualquer explicação sobre os pontos em que eles divergiriam do acórdão recorrido.
3.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não cabe ao juiz procurar em meio ao vasto rol de julgados paradigmáticos em que ponto eles teriam firmado tese jurídica antagônica ao acórdão recorrido.
4.A petição de uniformização alegou que a Terceira Seção do STJ considerou ilegal a cobrança de cobrança de juros e multa sobre a indenização por contribuições previdenciárias atrasadas. Ocorre que nem a sentença nem o acórdão paradigma enfrentaram essa questão. Como a questão não foi expressamente examinada, o acórdão recorrido não adotou tese jurídica contrária ao acórdão paradigma. Não ficou caracterizada a divergência jurisprudencial, que precisa ser explícita.
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.64.001860-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TOMAZ FERREIRA DE LIMA
PROC./ADV.: MAURICIO FERRON
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. ARGUIÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INADMISSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1.A sentença pressupôs que a esposa do requerente recebia o benefício de renda mensal vitalícia previsto na Lei nº 6.179/74. Considerou que essa espécie de benefício assistencial é personalíssima e intransferível, não gerando para os dependentes do beneficiário direito à pensão por morte.
2.Quanto à possibilidade de converter o benefício de renda mensal vitalícia em aposentadoria rural por idade ou por invalidez , a sentença considerou que a legislação vigente na época da concessão da renda mensal vitalícia somente permitia à mulher trabalhadora rural a percepção de aposentadoria se fosse considerada chefe ou arrimo de família, nos termos do art. 297 do Decreto nº 83.080/79. Como não foi comprovada a qualidade de chefe ou arrimo de família da esposa do requerente, ela não tinha direito à aposentadoria de trabalhador rural.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.Como fundamento complementar, a sentença considerou que, na hipótese de se cogitar da possibilidade de conceder o benefício de aposentadoria rural quando do advento da Lei 8.213/91, seria necessário observar que a falecida não poderia estar exercendo atividade rural naquele momento, uma vez que estava inválida desde 1986.
4.O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
5.O requerente arguiu cerceamento de defesa porque não foi oportunizada a produção de prova oral durante a instrução do feito. A análise da pertinência da prova oral constitui questão de natureza processual. De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, somente cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
6.Para demonstrar divergência jurisprudencial, foram apontados acórdãos paradigmas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
7.A petição de uniformização arrolou outros acórdãos paradigmas que tratam dos seguintes temas: admissibilidade de determinados tipos de documentos para formar início de prova material de exercício de atividade rural; desnecessidade de que as provas materiais correspondam a todo o período equivalente à carência; os requisitos carência e idade não precisam ser preenchidos concomitantemente para concessão de aposentadoria por idade. Nenhum desses guarda similitude com os motivos adotados pelo acórdão recorrido para rejeitar a pretensão da requerente. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
8.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0001520-64.2005.4.03.6316
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OTACÍLIO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: HELTON ALEXANDRE GOMES DE BRITO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

SENTENÇA CONDENATÓRIA COM VALOR EXCEDENTE A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. INEFICÁCIA. RENÚNCIA TÁCITA. INAPLICABILIDADE AOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. VALOR DA CAUSA. COMPETÊNCIA. MATÉRIA PROCESSUAL.
1.O acórdão recorrido manteve pelos próprios fundamentos a sentença que condenou o INSS a pagar diferenças estimadas em R$ 55.150,64. O INSS interpôs incidente de uniformização de jurisprudência pedindo que a parte autora seja intimada para manifestar expressa renúncia aos valores excedentes e, em se negando a renunciar, que seja declarada a ineficácia da sentença na parte que exceder à alçada do Juizado Especial Federal, conforme art. 39 da Lei nº 9.099/95, ou, subsidiariamente, que seja declarada a incompetência do Juizado Especial Federal, remetendo-se o feito à Justiça Federal comum.
2.Não se aplica subsidiariamente no âmbito dos juizados especiais federais o art. 39 da Lei nº 9.099/95, segundo o qual a sentença condenatória é ineficaz na parte que exceder a alçada. Afinal, o art. 17, § 4º, da Lei nº 10.259/2001 admite a possibilidade de execução de valor superior a 60 salários mínimos no Juizado Especial Federal, desde que requisitado o pagamento por precatório. A questão está pacificada na Súmula 17 da TNU: "Não há renúncia tácita no Juizado Especial Federal, para fins de competência". A parcela do crédito excedente ao limite de 60 salários mínimos só não poderia ser cobrada se o autor houvesse manifestado renúncia expressa.
3.Quanto à alegação de que o valor da causa deve ser aferido com base no critério estipulado pelo art. 260 do CPC conjugado com o art. 3º, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, a discussão envereda por matéria de natureza estritamente processual. As regras de direito material são aquelas que regulam o convívio social entre pessoas e entre elas e o Estado, deferindo a eles, direitos e obrigações. Normatizam as relações referentes a bens e utilidades da vida. Em contrapartida, as regras de direito processual regulam os processos, o modo pelo qual eles se iniciam, se desenvolvem e terminam. O critério de aferição do valor da causa não diz respeito ao bem da vida, mas apenas ao processo em si mesmo. Trata-se de questão de direito processual.
4.De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0016012-91.2005.4.03.6306
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LUCIENE CICERA DA SILVA
PROC./ADV.: ROQUE RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. REEXAME DE PROVA.
1.Haviam sido juntados aos autos dois laudos periciais judiciais. O primeiro, na especialidade de Ortopedia, concluiu que a requerente apresentava doença ou lesão, mas não estava incapacitada para o trabalho. O segundo laudo, na especialidade de clínica médica, concluiu que a requerente possuía incapacidade laborativa parcial e temporária para o trabalho e que sua recuperação dependia de tratamento médico especializado. A sentença julgou improcedente o pedido por pressupor não comprovada a incapacidade para o trabalho.
2.A Turma Recursal, ao julgar o recurso interposto contra a sentença, levou em consideração que o juizado baseou sua decisão exclusivamente no laudo do perito especialista em Ortopedia, sem fazer qualquer referência ao laudo da especialidade de Clínica Geral. Como as duas perícias eram antigas, o colegiado deliberou por converter o julgamento em diligência, para que fosse realizada uma terceira perícia judicial. Essa perícia negou incapacidade para o trabalho. Por isso, a Turma Recursal decidiu manter a sentença pelos próprios fundamentos. O acórdão recorrido implicitamente pressupôs que a conclusão do terceiro laudo pericial deveria prevalecer sobre o primeiro laudo, que continha conclusão favorável à requerente.
3.A requerente interpôs incidente de uniformização de jurisprudência alegando que o perito judicial especializado em Clínica Geral concluiu pela existência de incapacidade total e temporária para o trabalho. Com base nesse laudo pericial, a requerente suscitou divergência jurisprudencial.
4.De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material. A petição de uniformização, porém, não indicou nenhum dissenso em torno de tese jurídica. Limitou-se a alegar que um dos laudos periciais judiciais concluiu pela existência de incapacidade para o trabalho. Ocorre que constam nos autos outros dois laudos periciais judiciais com conclusão antagônica e que foram acolhidos pelo acórdão recorrido. A pretensão de fazer prevalecer a conclusão constante do laudo pericial que favorece a requerente implica inevitável reexame de prova, o qual não pode ser feito em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Aplica-se a Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.71.55.000013-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: AUGUSTO DE SOUZA PAIVA
PROC./ADV.: JOÃO VICENTE FEREGUETE
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. AUXÍLIO-INVALIDEZ EQUIPARADO AO SOLDO DO SOLDADO ENGAJADO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131/00. REDUÇÃO DESSA PARCELA COM AUMENTO GLOBAL DOS PROVENTOS. CONSTITUCIONALIDADE. PORTARIA NORMATIVA Nº 406/04. ILEGALIDADE. REPRISTINAÇÃO DE LEGISLAÇÃO REVOGADA. PORTARIA NORMATIVA Nº 901. RESTAURAÇÃO DA LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. PRESCINDIBILIDADE DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL.
1.O acórdão recorrido decidiu que a MP nº 2.131/2000 não somente retirou a garantia de valor mínimo para o auxílio-invalidez, mas também criou uma nova tabela remuneratória que alterou substancialmente a forma de pagamento dos militares. Assim, a remuneração do requerente, considerada globalmente, aumentou significativamente. Como houve aumento do valor nominal da remuneração, afastou-se a alegação de violação ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos.
2.A jurisprudência pátria é uníssona com relação ao entendimento de inexistência de direito adquirido a regime jurídico específico por parte dos servidores públicos. A única garantia constitucional da qual usufruem é a de ausência de possibilidade de mudança estrutural que implique redução vencimental.
3.A Medida Provisória nº 2.131/00 não implicou redução dos proventos dos militares reformados por invalidez, globalmente considerados, embora tenha diminuído o valor de uma de suas parcelas, o auxílio-invalidez. A essa parcela deixou-se de prever a equiparação ao valor do soldo de cabo engajado, com aumento das outras que compõem a remuneração, que não foi, por este motivo, reduzida. Legalidade e constitucionalidade desse diploma legal.
4.A Portaria Normativa nº 406/04, que dispôs sobre uma nova equiparação do auxílio-invalidez ao valor do soldo de cabo engajado, é manifestamente irregular, por criar garantia sem amparo em lei, repristinando norma anteriormente veiculada na Lei nº 8.23/91, revogada pela Medida Provisória nº 2.131/00. Não se revela como instrumento normativo com aptidão para os fins a que se propõe, já que ofende o princípio da legalidade.
5.O fato de a Portaria Ministerial nº 406/04 ter equivocadamente veiculado determinação desamparada de apoio normativo não pode garantir a incorporação de direito ao patrimônio dos militares.
6.A Portaria Normativa nº 901, de 1º/08/2005, apenas restaurou a regularidade do pagamento de auxílio-invalidez, determinando sua adequação às normas legais vigentes através da revogação da Portaria nº 406.
7.Após a revogação da Portaria nº 406/04 pela Portaria Normativa nº 901, era desnecessária a instauração de procedimento administrativo ou observância do contraditório e da ampla defesa, uma vez que esse último diploma normativo simplesmente restabeleceu a vigência das normas veiculadas pela MP 2.131/01, que deixou de prever a garantia de vinculação do auxílio-alimentação ao valor do soldo do soldado engajado.
8.Incidente improvido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais negar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0010902-92.2006.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IRENE VIEIRA DE ARAUJO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. INTERPRETAÇÃO DO LAUDO PERICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS DO SEGURADO. COMPATIBILIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM JURISPRUDÊNCIA DAS TNU. FORMA DE SATISFAÇÃO DO CRÉDITO. OBRIGATORIEDADE DE EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO. MATÉRIA PROCESSUAL.
1.A sentença discordou da conclusão do laudo pericial e avaliou que as doenças diagnosticadas pelo perito impedem a autora de bem exercer seu ofício de empregada doméstica, caracterizando incapacidade para o trabalho. Considerou também que são raras as chances de a autora obter novo emprego. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95. Além disso, considerou que "no caso presente, a perícia médica constatou que as doenças diagnosticadas na parte autora geram incapacidade total para o desempenho de sua atividade laborativa" e que "constatada a existência de incapacidade para o exercício da atividade laborativa da parte autora, nenhum reparo merece a sentença".
2.O INSS interpôs incidente de uniformização alegando que o acórdão recorrido admitiu a concessão de aposentadoria por invalidez mesmo na hipótese em que o segurado é portador de doença que não lhe retira a capacidade laboral. Afirmou que a própria decisão impugnada considerou que o laudo pericial não constatou a incapacidade laboral.
3.Ao contrário do que afirmou o INSS, a Turma Recursal não admitiu concessão de aposentadoria por invalidez sem comprovação de incapacidade para o trabalho. O acórdão recorrido interpretou o laudo pericial e divergiu de sua conclusão de maneira fundamentada, com respaldo implícito no art. 436 do CPC. Não foi demonstrada divergência jurisprudencial em torno da aplicabilidade do art. 436 do CPC em matéria previdenciária.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4.A interpretação do laudo pericial efetuada pelo acórdão recorrido não pode ser revisada. A TNU não poder reexaminar prova, porque, de acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material. Aplica-se a Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5.O INSS alegou divergência com julgado do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual o segurado considerado parcialmente incapacitado para determinadas tarefas não tem direito ao benefício da aposentadoria por invalidez. Ocorre que o acórdão recorrido considerou que a incapacidade para o trabalho é total e torna inviável o reingresso no mercado de trabalho. A revisão dessa conclusão implicaria reexame da matéria fática, inviável em sede de pedido de uniformização de jurisprudência.
6.O INSS alegou divergência com julgado do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual fatores de ordem pessoal não podem ser levados em conta para concessão de aposentadoria por invalidez. Com efeito, os primeiros julgados do STJ eram inicialmente contrários ao entendimento firmado no acórdão recorrido. Entretanto, a Corte acabou consolidando sua orientação em sentido oposto (RESP 965.597, Relator Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 17/09/2007; AGRESP 1.056.545, Rel. Honildo Amaral de Mello Castro [Desembargador convocado do TJ/AP], DJE 29/11/2010). Assim, o aresto apontado pelo INSS não representa a jurisprudência dominante do STJ. Ademais, a jurisprudência da TNU está consolidada no sentido de que circunstâncias pessoais podem ser levadas em conta na aferição da incapacidade para o trabalho para efeito de concessão de aposentadoria por invalidez. Aplica-se a Questão de Ordem de Ordem nº 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
7.O acórdão recorrido manteve a sentença que determinou o pagamento de atrasados em sessenta dias sob pena de sequestro. O INSS arguiu divergência em face de acórdão da 2ª Turma Recursal de Pernambuco, segundo o qual "o pagamento de atrasados através de complemento positivo contraria a norma do art. 100 da Constituição Federal de 1988, que determina a expedição de precatório ou de requisição de pequeno valor (§ 3º) no caso de condenação do Poder Público no pagamento de parcelas pecuniárias vencidas".
8.De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
9.As regras de direito material são aquelas que regulam o convívio social entre pessoas e entre elas e o Estado, deferindo a eles, direitos e obrigações. Normatizam as relações referentes a bens e utilidades da vida. Em contrapartida, as regras de direito processual regulam os processos, o modo pelo qual eles se iniciam, se desenvolvem e terminam.
10.A forma de satisfação do crédito - se mediante expedição de precatório ou por pagamento administrativo direto ("complemento positivo") - não diz respeito diretamente ao bem da vida, mas apenas ao desenvolvimento do processo na fase de cumprimento da sentença transitada em julgado. Trata-se de questão de direito processual. Essa questão, portanto, não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência.
11.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.72.51.003814-2
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOÃO BRAZ PATRÍCIO
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

JULGAMENTO EXTRA PETITA. MATÉRIA PROCESSUAL. INADMISSIBILIDADE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.
1.O requerente alegou que o critério de atualização dos salários-de-contribuição não foi objeto de discussão na ação judicial. Por isso, suscitou divergência jurisprudencial em face de acórdãos paradigmas que consideram nulo o acórdão que profere julgamento extra petita. Pediu para declarar nulo o critério de cálculo judicial da RMI com base na legislação vigente até a publicação da Lei nº 9.876/99, mantendo-se o critério administrativo de atualização dos salários-de-contribuição.
2.De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material.
3.A aferição de julgamento extra petita constitui matéria processual. As regras de direito material envolvem diretamente o bem da vida controvertido. As regras de direito processual relacionam-se com o desenvolvimento da relação processual.
4.Aplica-se a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501029-55.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AIRTON EVARISTO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATO. ACÓRDÃO PARADIGMA SEM INDICAÇÃO DA FONTE.
1.O INSS alegou que o acórdão recorrido manteve-se silente acerca do tema da existência de contraprova de que o cônjuge exercia atividade urbana e de que esse fato descaracteriza o regime de economia familiar e a condição de segurado especial da requerente. Arguiu divergência com julgado da 1ª Turma Recursal de Minas Gerais. Foi exibido o inteiro teor do acórdão. O acórdão paradigma considerou que vínculos trabalhistas urbanos constituídos dentro do período de carência, ainda que entremeados de períodos de trabalho rural, descaracterizam o regime de economia familiar.
2.O acórdão recorrido simplesmente considerou não ter sido comprovada longa e contínua atividade urbana ou vínculo estatutário. No incidente de uniformização de jurisprudência, essa premissa fática, ainda que possivelmente equivocada, não pode ser revisada. Aplica-se a Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato". Não há dissenso em torno de questão de direito material.
3.Ademais, os acórdãos paradigmas da 1ª Turma Recursal de Minas Gerais tiveram o inteiro teor transcrito em lista anexa à petição de uniformização, mas sem indicação da fonte de onde foram extraídos. Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por turmas recursais de diferentes regiões, o requerente precisa comprovar a fonte do acórdão paradigma, o que pode ser feito mediante juntada de certidão ou cópia autenticada, ou citação do repositório de jurisprudência, ou indicação do diário oficial em que publicada a decisão ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Trata-se de exigência formal que visa assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas. Prejudicada a análise de divergência jurisprudencial.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502248-94.2007.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARLUCE VALENTINO DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

PENSÃO POR MORTE. TRABALHADOR RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. EXTENSÃO PROSPECTIVA DA EFICÁCIA PROBATÓRIA DE DOCUMENTO ANTIGO.
1.A sentença julgou improcedente pedido de pensão por morte de trabalhador rural, por falta de início de prova material da qualidade de segurado especial do de cujus. A certidão de óbito e o contrato de comodato não foram aceitos, porque se reportam a data posterior ao óbito. Por outro lado, a consulta eleitoral e as fichas do aluno foram descartadas porque se referem a período muito distante do óbito, nada revelando sobre desempenho de atividade rural à época do falecimento. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
2.A certidão de óbito e o contrato de comodato foram rejeitados por serem ulteriores e não contemporâneos ao fato gerador da pensão por morte. Não foi demonstrada divergência jurisprudencial em torno da admissibilidade de documentos posteriores ao óbito do segurado para efeito de formar início de prova material.
3.A requerente apontou acórdão paradigma segundo o qual é prescindível que o início de prova material abranja necessariamente o número de meses idêntico à carência do benefício no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, desde que a prova testemunhal amplie a sua eficácia probatória ao tempo da carência. Esse entendimento conflita com o critério de valoração da prova adotado pelo acórdão recorrido, que, apesar de reconhecer ter a testemunha afirmado que o falecido trabalhava na agricultura, negou qualquer valor probatório à certidão de consulta eleitoral e às fichas do aluno apenas por se referirem a período muito distante do óbito.
4.O incidente de uniformização não embute pretensão direta a reexame de prova, mas apenas arguição de divergência jurisprudencial em torno de critério jurídico para valoração da prova. À TNU cabe apenas definir o critério jurídico de valoração da prova, sem decidir se, no caso concreto, o início de prova material ficou realmente formado. Cabe à Turma Recursal de origem desenvolver a valoração da prova adequando o acórdão recorrido ao critério jurídico adotado pela TNU.
5.O início de prova material não passa de prova indiciária. Não precisa provar diretamente o efetivo exercício da atividade rural, mas apenas fatos secundários dos quais se possa inferi-la. Por isso, a prova documental formada muito tempo antes do fato gerador do benefício é, em tese, passível de formar início de prova material. Cabe à prova testemunhal, em complementação ao início de prova material, aprofundar a cognição em torno dos fatos pertinentes ao efetivo trabalho na lavoura ou na pecuária.
6.Incidente parcialmente provido para: (a) uniformizar o entendimento de o início de prova material antigo pode, em tese, ter sua eficácia probatória estendida para o futuro se conjugada com prova testemunhal complementar convincente e harmônica; (b) determinar à Turma Recursal de origem a adequação do acórdão recorrido a esse critério jurídico de valoração, aferindo se a conjugação da prova testemunhal com o início de prova material antigo comprova a qualidade de segurado especial do falecido no momento do óbito.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.52.001106-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO GUILHERME HINTZ
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. COMPETÊNCIA DA TNU. REFORMA DA DECISÃO DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA TURMA REGIONAL.
1.O incidente de uniformização de jurisprudência interposto pela parte autora foi endereçado à Turma Nacional de Uniformização.
2.O Presidente da TNU, em decisão monocrática, considerou que a TNU é incompetente para julgar incidente de uniformização de jurisprudência contendo decisões paradigma da mesma Região e determinou a remessa dos autos para a presidência da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
3.O INSS interpôs agravo regimental requerendo que, em vez de encaminhar os autos para a Turma Regional, a TNU negue admissibilidade ao incidente.
4.A petição de uniformização foi endereçada para a Turma Nacional de Uniformização. E as razões do incidente apontam como acórdãos paradigmas julgados não só de turmas recursais da mesma região, pois também fazem referência a um julgado do STJ.
5.O acórdão paradigma da 5ª Turma do STJ considerou que a partir do advento da Lei nº 6.708/79, o cálculo do menor valor-teto para o salário-de-benefício ficou desvinculado do salário mínimo, passando a ser corrigido de acordo com o INPC.
6.O acórdão recorrido admitiu que a partir da Lei nº 6.708/79 os valores correspondentes a menor e maior valor-teto deveriam ser atualizados pelo INPC. Não obstante, decidiu, com base em informações da Contadoria, que o benefício da parte autora foi concedido em um dos períodos em que a sistemática de cálculo do INSS não causou prejuízo. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados.
7.Agravo provido para reformar a decisão monocrática que declinou de competência para a Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região e para negar admissibilidade ao incidente de uniformização nacional de jurisprudência.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar provimento ao agravo regimental.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2007.71.50.033658-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MANOEL FRANCISCO ANDRADE DOS SANTOS
PROC./ADV.: JANICE KASTER HERTER MARQUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.O acórdão recorrido manteve pelos próprios fundamentos a sentença que extinguiu o feito sem resolução de mérito com relação ao pedido de reconhecimento de tempo de serviço como aluno-aprendiz. O julgado considerou que a falta de prévio requerimento administrativo acarreta ausência de interesse de agir.
2.A petição de uniformização alegou que a jurisprudência dominante entende não ser obrigatório o prévio requerimento administrativo para que o segurado pleiteie judicialmente a revisão de seu benefício previdenciário. Não obstante, a petição não indicou nenhum acórdão paradigma que dê sustentação a esse entendimento. Não foi demonstrada divergência jurisprudencial. Como o acórdão paradigma não julgou o pedido de reconhecimento de tempo de serviço como aluno-aprendiz no mérito, fica prejudicada a apreciação de todas as questões suscitadas na petição de uniformização com pertinência a esse assunto.
3.De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A TNU não se constitui em terceira instância ordinária de julgamento. Sua competência se limita a uniformizar a jurisprudência em casos nos quais se comprova dissenso na interpretação de questões de direito material. A eventual notoriedade da jurisprudência dominante não dispensa a parte de comprová-la.
4.O acórdão recorrido negou direito à averbação de tempo de serviço rural por entender, com base na valoração da prova oral, que o requerente apenas auxiliava sua família no trabalho rural e que isso não caracterizava efetivo trabalho rural. A sentença destacou que o requerente confessou que, quando foi estudar em Pelotas, não voltava para casa todos os dias; e que uma testemunha afirmou que via o requerente ajudar a mãe nos períodos de férias escolares e nos fins de semana, quando o justificante ia para casa.
5.O requerente apontou acórdãos paradigmas que aceitam determinados documentos como início de prova material de atividade rural. Ocorre que o acórdão recorrido não se baseou em ausência de início de prova material para negar a averbação do tempo de serviço rural. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.51.51.009235-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: PAULO ARTHUR LEMOS DE CASTILHO
PROC./ADV.: CEZAR LUIZ FRANCO DIAS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. SOLUÇÃO DE TEMA ALHEIO À CONTROVÉRSIA. NULIDADE DO ACÓRDÃO.
1.O recurso inominado alegou que a sentença era nula por ter proferido julgamento extra petita, porque não analisou o verdadeiro objeto da ação, qual seja, a revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário mediante correção monetária do menor valor teto pelo INPC na forma do art. 14, § 3º, da Lei nº 6.708/79.
2.A decisão monocrática referendada pelo colegiado da turma recursal tratou de matéria diversa daquela abordada no recurso inominado, pois se limitou a considerar que "o reajuste dos benefícios previdenciários deve atender aos critérios fixados pela Lei 8.213/91 e suas alterações posteriores, sendo assim, não há que se falar em violação ao artigo 201, § 4º, da CRFB/88, eis que o mesmo assegura o reajustamento dos benefícios visando a preservação do valor real, conforme critérios definidos em Lei".3.É nítido que a verdadeira matéria impugnada no recurso inominado não foi efetivamente analisada pela Turma Recursal na decisão ora impugnada. A deficiência da motivação do julgado recorrido prejudicou a demonstração de divergência jurisprudencial no incidente de uniformização. Aplica-se a Questão de Ordem nº 17 da TNU: "Quando o acórdão decidir tema alheio à controvérsia, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais deve anular o julgado".
4.Acórdão recorrido anulado de ofício, com retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento. Prejudicado o incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais anular de ofício o acórdão recorrido, prejudicado o incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.70.51.005633-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ARISTIDES MARTINS
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE TURMAS RECURSAIS DA MESMA REGIÃO. ACÓRDÃO PARADIGMA DE TRF. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO.
1.O requerente alegou que, no período compreendido entre 01/07/1967 e 15/05/1975, sujeitou-se a condições especiais prejudiciais à saúde e à integridade física, por ter exercido as funções de servente na construção de barracões e outros. Suscitou divergência jurisprudencial em face de acórdãos paradigmas de Tribunal Regional Federal, segundo os quais cabe enquadramento por categoria profissional para a atividade de pedreiro. Também apontou um julgado 6ª Turma do STJ e dois acórdãos paradigmas da TNU.
2.A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
3.O incidente de uniformização de jurisprudência pressupõe demonstração de contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Acórdão paradigma de uma única turma do STJ, isoladamente considerado, não basta para representar a jurisprudência dominante da Corte.
4.Os dois acórdãos paradigmas da TNU foram meramente transcritos na petição de uniformização, sem indicação de quais os entendimentos por eles adotados teriam gerado divergência com o acórdão recorrido. O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. O requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe à explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
5.O requerente alegou que no período de 10/03/1992 a 13/02/1993, cabia enquadramento por categoria profissional para a atividade de vigia, por equiparação à categoria profissional de guarda, expressamente prevista no item 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto nº 53.831/64. Suscitou divergência jurisprudencial em face de acórdão paradigma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da 2ª turma Recursal do Paraná.
6.O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região deve ser julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito (art. 14, § 1º, da Lei nº 10.259/2001). O dissenso entre Turmas da mesma região deve ser resolvido pela correspondente Turma Regional de Uniformização em sede de incidente de uniformização regional. A TNU só tem competência para julgar arguição de divergência jurisprudencial entre decisões de Turmas de diferentes regiões.
7.Conforme decidido acima, acórdão paradigma de Tribunal Regional Federal não serve para fundamentar incidente de uniformização de jurisprudência na TNU.
8.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0002509-96.2007.4.03.6317
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: OLIDIA DA ROCHA GOMES
PROC./ADV.: AIRTON GUIDOLIN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL EM TORNO DE MATÉRIA DE DIREITO.
1.A requerente alegou que deve ser desconsiderada a conclusão dos laudos periciais, porque são resumidos, confusos, incompletos e contraditório. Dedicou-se a interpretar os laudos para impugnar-lhes a conclusão. Alegou também que, por ser portadora de cardiopatia grave, tem direito a aposentadoria por invalidez. Suscitou divergência jurisprudencial em face de acórdão paradigma que reconheceu direito a aposentadoria por invalidez a portador de Doença de Chagas incapaz para atividade laboral dependente de esforço físico.
2.A petição de uniformização não demonstra divergência jurisprudencial em torno de tese jurídica, mas apenas em torno da valoração dos laudos periciais. De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material. A TNU não pode reexaminar de matéria de fato nem revisar a valoração da prova. Aplica-se a Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
3.Somente no plano dos fatos seria possível aferir eventual compatibilidade entre a situação concreta trata pelo acórdão recorrido e o caso julgado pelo acórdão paradigma. O fato de o acórdão recorrido ter reconhecido que, naquele caso, o portador de Doença de Chagas estava incapacitado para o trabalho não significa que todo portador de doença cardíaca seja inapto para o labor. Conjuntos probatórios diferentes produzem decisões diversas, mas não necessariamente divergentes.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0021713-62.2007.4.03.6306
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: IODALIO JURANDIR DOS SANTOS
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1.A sentença reconheceu incapacidade para o trabalho, mas negou direito a auxílio-doença por causa da perda da qualidade de segurado, uma vez que a data de início da incapacidade foi fixada em momento posterior à expiração do período de graça. A Turma Recursal negou provimento ao recurso interposto contra a sentença, mas com base em fundamento diverso: a falta de comprovação da incapacidade para o trabalho.
2.O requerente arguiu contrariedade à jurisprudência dominante do STJ, que entende que não perde a qualidade de segurado o indivíduo que deixa de contribuição para a previdência social por mais de doze meses em razão de estar incapacitado para o trabalho.
3.O acórdão recorrido, diferentemente da sentença, não negou direito ao benefício por causa de perda da qualidade de segurado, mas por falta de comprovação da incapacidade para o trabalho. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507523-24.2007.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: RICARDO LUNA DE ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃO PARADIGMA SEM INDICAÇÃO DE FONTE.
1.O acórdão paradigma da Turma Recursal de Goiás foi transcrito na íntegra, mas sem indicação da fonte de onde foi extraído.
2.O requerente tem o ônus de comprovar a autenticidade do acórdão paradigma de turma recursal de outra região mediante juntada de certidão, ou cópia autenticada, ou citação do repositório de jurisprudência ou com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). A falta de autenticidade do acórdão paradigma prejudica a demonstração de divergência jurisprudencial.
3.Incidente não conhecido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.72.63.001849-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SAMUEL ANTONIO TAMANINI
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

O JUDICIAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. TERMO INICIAL DOS EFEITOS FINANCEIROS. RETROAÇÃO À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. IRRELEVÂNCIA DA INSUFICIÊNCIA DE DOCUMENTOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO.
1.A sentença reconheceu atividade especial em determinados períodos e condenou o INSS a revisar a renda mensal inicial da aposentadoria do requerente. Ressalvou, porém, que as diferenças decorrentes da alteração da renda mensal inicial deveriam ser adimplidas somente a partir da data do ajuizamento da ação, pois não há nos autos prova de que o autor tenha juntado ao processo administrativo os laudos que permitiram o reconhecimento da atividade especial. A Turma Recursal, nessa parte, manteve a sentença pelos próprios fundamentos, incorporando-lhe a respectiva fundamentação.
2.Não é importante se o processo administrativo estava instruído com elementos de prova suficientes para o reconhecimento do fato constitutivo do direito. O que importa é saber se, no momento da concessão do benefício, todos os requisitos determinantes da revisão da renda mensal inicial estavam preenchidos. Em caso positivo, os efeitos financeiros da revisão da renda mensal inicial devem retroagir à data de início do benefício.
3.A sentença que reconhece direito à revisão judicial de benefício previdenciário, em regra, imbui-se de eficácia predominantemente declaratória (e não constitutiva), de forma que produz efeitos ex tunc, retroagindo no tempo. Os documentos necessários para comprovação dos fatos determinantes da revisão judicial não constituem requisitos do benefício em si mesmos, mas apenas instrumentos para demonstração do preenchimento dos requisitos. Por isso, ainda que a demonstração do fato constitutivo somente seja plenamente atingida na esfera judicial, a revisão do ato administrativo deve surtir efeitos financeiros retroativos ao momento do preenchimento dos requisitos, ainda que anteriores à ação judicial.
4."Segundo a teoria da norma, uma vez aperfeiçoados todos os critérios da hipótese de incidência previdenciária, desencadeia-se o juízo lógico que determina o dever jurídico do INSS conceder a prestação previdenciária. A questão da comprovação dos fatos que constituem o antecedente normativo constitui matéria estranha à disciplina da relação jurídica de benefícios e não inibem os efeitos imediatos da realização, no plano dos fatos, dos requisitos dispostos na hipótese normativa. (...) É inaceitável o sacrifício de parcela de direito fundamental de uma pessoa em razão de ela - que se presume desconhecedora do complexo arranjo normativo previdenciário - não ter conseguido reunir, no âmbito administrativo, a documentação necessária para a perfeita demonstração de seu direito." (TNU, PU 2004.71.95.020109-0, Relator Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 23/03/2010).
5.Na hipótese de concessão de benefício por força de decisão judicial, a TNU já pacificou o entendimento de que os efeitos financeiros devem retroagir ao momento do requerimento administrativo de concessão. Aplicação da Súmula nº 33 da TNU: "Quando o segurado houver preenchido os requisitos legais para concessão da aposentadoria por tempo de serviço na data do requerimento administrativo, esta data será o termo inicial da concessão do benefício". Essa orientação a respeito da retroação dos efeitos financeiros deve se aplicar também na hipótese de revisão judicial de benefício concedido administrativamente. A TNU já decidiu que a"fixação da data de início do benefício - DIB (no caso de concessão de benefício) ou a majoração da renda mensal inicial - RMI (no caso de revisão de benefício) deve ser orientada pela identificação da data em que foram aperfeiçoados todos os pressupostos legais para a outorga da prestação previdenciária nos termos em que judicialmente reconhecida" (PU 2008.72.55.005720-6, Rel. Juiz Federal Ronivon de Aragão, DJ 29/04/2011).
6.Incidente provido para reformar o acórdão recorrido, fixando na data de início do benefício o termo inicial dos efeitos financeiros da revisão judicial do benefício previdenciário.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.52.005671-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVO PEIXOTO DA ROSA
PROC./ADV.: LUÍS FERNANDO DEBUS PINHEIRO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL. SEGURADO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL.
1.O acórdão paradigma da Turma Recursal de Goiás entendeu que "não há possibilidade de comprovar que o segurado autônomo presta serviço em atividade sujeita agentes nocivos". O acórdão recorrido divergiu desse entendimento ao reconhecer tempo de serviço especial de mecânico autônomo.
2.A Lei nº 8.213/91, ao arrolar a aposentadoria especial na alínea d do inciso I do art. 18 como um dos benefícios devidos aos segurados do RGPS, não faz nenhuma distinção entre as categorias de segurados previstas no art. 11 do mesmo diploma.
3.A dificuldade para o segurado contribuinte individual comprovar exposição habitual e permanente a agente nocivo não justifica afastar de forma absoluta a possibilidade de reconhecimento de atividade especial.
4.O art. 234 da Instrução Normativa INSS nº 45/2010, ao considerar que a aposentadoria especial só pode ser devida ao segurado contribuinte individual quando filiado a uma cooperativa de trabalho ou de produção, cria restrição que extrapola os limites da lei. O regulamento deve se limitar a explicitar o conteúdo da lei, sem criar restrições nela não previstas. A regulação excessiva imposta por ato infralegal é nula por transgressão ao princípio da legalidade.
5.A falta de previsão legal de contribuição adicional para aposentadoria especial (alíquota suplementar de riscos ambientais do trabalho) sobre salário-de-contribuição de segurado contribuinte individual não impede o reconhecimento de tempo de serviço especial. Do contrário, não seria possível reconhecer condição especial de trabalho para nenhuma categoria de segurado antes da Lei nº 9.732/98, que criou a contribuição adicional.
6.Firmado o entendimento de que o segurado contribuinte individual pode, em tese, obter reconhecimento de atividade especial, desde que consiga comprovar exposição a agentes nocivos à saúde ou à integridade física.
7.Incidente improvido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais negar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.72.51.007204-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ARNALDO BECKERT
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1.A sentença não reconheceu exercício de atividade rural no período de 13.05.1961 a 31.12.1966 porque a prova testemunhal não corroborou o início de prova material. Considerou-se que "os testemunhos foram imprecisos quanto ao trabalho rural do autor em regime de economia familiar. Outrossim, as testemunhas afirmaram que o autor com 12 anos de idade já não trabalhava com o pai e sim no arrozeiro "Ganzen Muller", porém não souberam esclarecer como o autor exercia a atividade rural neste arrozeiro". O acórdão recorrido incorporou expressamente à sua fundamentação esse trecho da sentença.
2.A petição de uniformização suscitou divergência jurisprudencial em face de acórdãos paradigmas que tratam de questões associadas a início de prova material. Ocorre que o acórdão recorrido não deixou de reconhecer tempo de serviço rural por falta de início de prova material, mas por falta de prova testemunhal capaz de completar a prova material. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0060166-10.2008.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MEIRE APARECIDA VENANCIO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. TESE JURÍDICA INOVADORA. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.A sentença não reconheceu direito a benefício por incapacidade por falta de qualidade de segurado ao tempo do início da incapacidade. O recurso interposto contra a sentença questionou apenas a data de início da incapacidade e a perda da qualidade de segurado. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
2.A requerente interpôs incidente de uniformização de jurisprudência alegando que o acórdão recorrido não examinou o argumento da incapacidade social. Pediu para uniformizar o entendimento de que o conceito de incapacidade para fins de concessão de auxílio-doença não é puramente médico, devendo ser consideradas as condições pessoais e sociais do segurado. Trata-se de questão nova, não suscitada antes do incidente de uniformização.
3."Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido" (Questão de Ordem nº 10 da TNU).
4.O verdadeiro motivo do acórdão recorrido, qual seja, a perda da qualidade de segurado, não foi impugnado na petição de uniformização. não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.64.000976-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HELIO ELOIS DA LUZ PIRES
PROC./ADV.: BERNADETE LERMEN JAEGER
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.O acórdão recorrido, ao manter a sentença pelos próprios fundamentos na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95, reconheceu enquadramento da atividade de tratorista no código 2.4.4 do quadro anexo ao Decreto nº 53.831/64.
2.A petição de uniformização suscitou divergência jurisprudencial em face de decisão monocrática na qual membro da TNU declarou a inadmissibilidade de um determinado incidente de uniformização por falta de comprovação de divergência jurisprudencial. Em nenhum momento a decisão monocrática se manifestou no mérito sobre a questão do enquadramento da atividade de tratorista por equiparação à categoria profissional de motorista de ônibus ou de caminhão. A decisão monocrática citada e o acórdão ora recorrido não incidiram em divergência quanto à interpretação de questão de direito material.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.54.003303-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERACEMA DA SILVA ALVES
PROC./ADV.: RAFAEL FRANCISCO PASTRE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INADMISSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE ACÓRDÃO PARADIGMA DE TURMA RECURSAL DE OUTRA REGIÃO. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.O acórdão recorrido decidiu computar tempo de gozo de auxílio-doença para fins de carência na concessão de aposentadoria por idade.
2.A presidente da turma recursal não conheceu do incidente de uniformização por considerar que estaria apresentando tese jurídica inovadora (Questão de Ordem nº 10 da TNU). Alegação rejeitada, porque a questão de direito suscitada no incidente veio à tona na sentença mantida pelo acórdão e foi questionada pelo INSS no recurso interposto contra a sentença.
3.Para demonstrar divergência jurisprudencial, foi apontado um acórdão paradigma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
4.Também foi transcrito na petição de uniformização um acórdão paradigma de uma turma recursal do Rio Grande do Sul. Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por Turmas Recursais de diferentes Regiões, ao requerente incumbe o ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas. Trata-se de ônus da parte, que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem nº 3 da TNU. O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência, indicação do diário oficial em que publicada a decisão ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma no corpo da petição de uniformização. Trata-se de exigência formal que, além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas. Prejudicada a demonstração de divergência jurisprudencial.
5.Foi citado acórdão paradigma do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual a concessão de aposentadoria por tempo de serviço depende do cumprimento de carência. Falta similitude fático-jurídica com o acórdão recorrido. O acórdão recorrido não reconheceu direito à aposentadoria sem cumprimento de carência, apenas pressupôs que o tempo de gozo de auxílio-doença pode ser computado para efeito de carência.
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.70.59.000155-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NAGIB DE FREITAS ANDRADE
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. VIGILANTE. USO DE ARMA DE FOGO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. CONVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO RECORRIDO E JURISPRUDÊNCIA DA TNU.
1.Quanto ao pedido de reconhecimento de condição especial de trabalho no período de 01/06/1996 a 14/07/2003, a sentença recusou enquadramento da atividade de vigia no item 2.5.7 do anexo ao Decreto nº 53.831/64 porque: (i) a partir de 29/04/1995, quando entrou em vigor a Lei nº 9.032/95, a legislação não mais admitiu o simples enquadramento da atividade, devendo ser provada a efetiva exposição do segurado a algum agente nocivo; (ii) para a equiparação da atividade de vigilante à de guarda é indispensável o porte de arma de fogo.
2.Os acórdãos paradigmas admitem que a atividade de vigilante pode ser especial, mas não especificam se o enquadramento por categoria profissional pode se estender após 29/04/1995. Da mesma forma, os julgados paradigmas não se manifestam sobre a questão pertinente à dispensabilidade do uso de arma de fogo para efeito de equiparação da atividade de vigilante à de guarda. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
3.A jurisprudência da TNU está pacificada no sentido de que o vigilante precisa comprovar o uso habitual de arma de fogo em serviço para poder ser equiparado ao guarda e, por conseguinte, enquadrar-se no Código 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto nº 53.831/64. O que caracteriza a atividade do guarda como perigosa é o uso de arma de fogo. Se o vigilante não comprova o porte habitual de instrumento dessa natureza, a equiparação com o guarda não se justifica. O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento consolidado Turma Nacional de Uniformização. Aplica-se a Questão de Ordem nº 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0513781-16.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DA LUZ DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. DESVINCULAÇÃO DO JUIZ EM RELAÇÃO AO LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA COM ACÓRDÃO PARADIGMA DE OUTRA TURMA RECURSAL.
1.Apesar de o laudo pericial ter atestado ausência de incapacidade para o trabalho, o acórdão recorrido, interpretando o parecer do perito, chegou à conclusão diversa. Dessa forma, condenou o INSS a conceder aposentadoria por invalidez.
2.O INSS arguiu contrariedade à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e divergência com julgado da Turma Recursal de Goiás. Os acórdãos paradigmas consideraram que não tem direito a aposentadoria por invalidez o segurado em relação ao qual a perícia médica judicial conclui pela inexistência de incapacidade para o trabalho. Esses julgados admitiram a ausência de incapacidade para o trabalho com base na conclusão do laudo pericial, mas não negaram a aplicabilidade do art. 436 do CPC em matéria previdenciária, ou seja, não consideraram vedado ao julgador discordar da conclusão do laudo pericial. Já o acórdão recorrido divergiu do laudo pericial com respaldo implícito do art. 436 do CPC. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
3.Ademais, o Superior Tribunal de Justiça tem decidido mais recentemente que o magistrado não está vinculado às conclusões do laudo pericial, podendo firmar o seu livre convencimento com base nos demais elementos dos autos (AgResp 1.00.210, DJe 18/10/2010; AgREsp nº 1.055.886, DJe 09/11/2009; REsp 965.597, DJ 17/9/2007).
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0016274-96.2008.4.01.3200
ORIGEM: RO - SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VERA LÚCIA ALVES DE ALMEIDA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE INDICAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL EM TORNO DE MATÉRIA DE DIREITO. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃOS PARADIGMAS SEM INDICAÇÃO DE FONTE.
1.O acórdão recorrido considerou que o termo de guarda e responsabilidade de uma filha da requerente e comprovantes de pagamento de bens em nome do de cujus serviriam como início de prova material de união estável. Dessa forma, manteve a sentença que condenara o INSS a conceder pensão por morte decorrente do falecimento de beneficiário de pensão mensal vitalícia de seringueiro.
2.O INSS alegou que a jurisprudência da TNU considera que a ausência de início razoável de prova material inviabiliza a concessão do benefício. Ocorre que o acórdão recorrido reconheceu presente o início de prova material. Não há nem indicação de divergência jurisprudencial. Por outro lado, o incidente de uniformização não suscitou divergência jurisprudencial em torno da admissibilidade dos documentos considerados no acórdão recorrido.
3.O INSS arguiu divergência jurisprudencial em face de julgados de Turmas Recursais de Mato Groso e do Rio de Janeiro. Os acórdãos paradigmas, porém, foram apenas transcritos no corpo da petição de uniformização, sem indicação da fonte de onde foi extraído.
4.Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por Turmas Recursais de diferentes Regiões, ao requerente incumbe o ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas. Trata-se de ônus da parte, que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem nº 3 da TNU. O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma no corpo da petição de uniformização. Trata-se de exigência formal que, além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas.
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0016707-55.2008.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA LUCIA MACIEL
PROC./ADV.: MARCIO ADRIANO RABANO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE INDICAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. À Turma Nacional de Uniformização compete apenas uniformizar a jurisprudência.
2.A petição de uniformização não demonstrou dissídio jurisprudencial, porque nem sequer apontou acórdão paradigma de outra turma recursal com tese jurídica antagônica à adotada pelo acórdão recorrido. Sem demonstração de divergência jurisprudencial, o incidente de uniformização não ultrapassa o juízo de admissibilidade.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503146-82.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA FONTENELE DA COSTA
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INADMISSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL.
1.O acórdão recorrido negou direito a benefício assistencial de prestação continuada especialmente porque o laudo pericial não comprovou incapacidade para o trabalho.
2.A petição de uniformização acusou a decisão da Turma Recursal de contrariar acórdão paradigma da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, segundo o qual cabe concessão de benefício de amparo social ao deficiente nos casos em que ficar diagnosticado transtorno afetivo bipolar.
3.A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505994-36.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERNANDES PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO GREGÓRIO NETO
PROC./ADV.: JOACI ALVES DA COSTA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. POSSIBILIDADE DE EXAME DAS CONDIÇÕES PESSOAIS DO REQUERENTE. CONVERGÊNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA ATUALIZADA DO STJ E DA TNU.
1.O acórdão recorrido considerou que o laudo pericial demonstrou

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

incapacidade parcial para o trabalho. Com base nas condições pessoais do segurado, descartou a possibilidade de reabilitação profissional e reconheceu direito a aposentadoria por invalidez.
2.O INSS interpôs incidente de uniformização alegando divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, segundo os quais fatores de ordem pessoal não podem ser levados em conta para concessão de aposentadoria por invalidez.
3.A admissibilidade do pedido de uniformização de jurisprudência pressupõe demonstração de contrariedade entre acórdão de turma recursal e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Com efeito, os primeiros julgados do STJ eram inicialmente contrários ao entendimento firmado no acórdão recorrido. Entretanto, a Corte acabou consolidando sua orientação em sentido oposto (RESP 965.597, Relator Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 17/09/2007; AGRESP 1.056.545, Rel. Honildo Amaral de Mello Castro [Desembargador convocado do TJ/AP], DJE 29/11/2010). Assim, os arestos apontados pelo INSS não representam a jurisprudência dominante do STJ.
4.Ademais, a jurisprudência da TNU está consolidada no sentido de que circunstâncias pessoais podem ser levadas em conta na aferição da incapacidade para o trabalho para efeito de concessão de aposentadoria por invalidez. Aplica-se a Questão de Ordem de Ordem nº 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508322-24.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ROSA PEREIRA DE MENDONÇA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL EM TORNO DE QUESTÃO DE DIREITO MATERIAL.
1.O acórdão recorrido negou direito a benefício assistencial. Baseou-se na conclusão do laudo pericial para concluir pela inexistência de qualquer incapacidade laborativa. Não se manifestou sobre a doença diagnosticada, omitindo-se em dizer se há, ou não, contágio pelo vírus HIV. Da mesma forma, o julgado não negou expressamente a possibilidade de estigma social decorrente de doença contagiosa caracterizar incapacidade para o trabalho.
2.O requerente interpôs incidente de uniformização de jurisprudência alegando que, embora a doença não gere incapacidade total, as limitações que a mesma provoca devem ser interpretadas como incapacidade total para o trabalho.
3.O acórdão paradigma afastou a conclusão de laudo pericial e concluiu que o segurado estava incapacitado de forma total e definitiva para o trabalho. Reconheceu direito a aposentadoria por invalidez em favor de portador assintomático do vírus HIV, por se tratar de moléstia contagiosa e de especial gravidade, que causa estigma e prejudica a reinserção no mercado de trabalho. Também levou em conta a idade avançada e a experiência em trabalho braçal.
4.Não ficou demonstrado que o acórdão recorrido tenha adotado qualquer tese jurídica contrária ao acórdão paradigma. Não ficou caracterizada a divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material.
5.A divergência interpretativa do direito que enseja uniformização jurisprudencial com base no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01 reclama a presença de pressupostos fáticos coincidentes. Conjuntos probatórios diferentes produzem decisões diversas, mas não necessariamente divergentes.
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0003785-31.2008.4.03.6317
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: VANILDA DA SILVA SILVEIRA
PROC./ADV.: VANUSA RAMOS BATISTA LORIATO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARCIAL PERMANENTE PARA ATIVIDADE HABITUAL. ANÁLISE DE CONDIÇÕES PESSOAIS PARA DESCARTAR POSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL.
1.Embora a sentença, acolhida pelo acórdão recorrido, tenha mencionado consideração às condições pessoais, o fez de forma absolutamente genérica, sem enfoque nas peculiaridades especificamente suscitadas pela requerente. Em essência, não foi feita análise das condições pessoais.
2.O incidente de uniformização não embute pretensão direta a reexame de prova, mas apenas arguição de divergência jurisprudencial em torno de critério jurídico para valoração da prova. Não cabe à TNU decidir se, no caso concreto, as condições pessoais da requerente são suficientes para caracterizar a impossibilidade de reingresso no mercado de trabalho, mas apenas definir, em tese, se tais condições precisam ser levadas em conta na aferição da possibilidade de reabilitação profissional.
3.A possibilidade de reabilitação profissional não deve ser analisada exclusivamente sob o ponto de vista clínico e físico. Em tese, havendo incapacidade parcial e permanente para a atividade habitual, circunstâncias de natureza socioeconômica, profissional e cultural especificamente suscitadas pelo requerente devem ser levadas em conta para aferir se existe, na prática, real possibilidade de reingresso no mercado de trabalho. Ao ignorar as questões específicas argüidas no recurso inominado em torno desse ponto, o acórdão recorrido divergiu do entendimento consolidado na TNU.
4.Incidente parcialmente provido para: (a) reafirmar a tese de que a possibilidade de reabilitação profissional não deve ser analisada exclusivamente sob o ponto de vista clínico e físico; (b) determinar a devolução dos autos à Turma Recursal de origem para que retome o julgamento do recurso inominado interposto em face da sentença, com efetiva análise da situação social afirmada pela requerente.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501779-20.2008.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOANA ALVES FERREIRA
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. ARGUIÇÃO DE NULIDADE POR FALTA DE MOTIVAÇÃO. RAZÕES RECURSAIS GENÉRICAS. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA.
1.O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95. Dessa forma, incorporou as razões da sentença como fundamento para decidir. Essa forma de fundamentação é válida, tendo em vista o art. 46 da Lei nº 9.099/95, cuja constitucionalidade foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do AI 749.969, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, DJ 9/10/2009. Rejeitada a arguição de nulidade por ausência de motivação.
2.O incidente de uniformização de jurisprudência contém razões genéricas. Foram listados inúmeros julgados do STJ e da TNU, sem identificar em que pontos eles estariam divergindo do acórdão recorrido. A petição de uniformização ataca pontos que nem sequer foram questionados nos autos.
3.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A petição de uniformização não demonstrou o dissídio jurisprudencial, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
4."O Poder Judiciário não pode ser equiparado a uma loteria ou jogo de dardos, nos quais o postulante 'atira em todas as direções' na esperança de acertar em ponto relevante. A provocação de devolução da prestação jurisdicional pressupõe limitação a especificidades do caso concreto, sob pena de se caracterizar como um desejo de debate sobre teses, em abstrato" (PU 0502827-37.2010.4.05.8103/CE, Rel. Simone Lemos Fernandes, julgado em 29/3/2012).
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501935-05.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO MANOEL DA SILVA
PROC./ADV.: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL EM TORNO DE QUESTÃO DE DIREITO MATERIAL.
1.A Turma Recursal reformou a sentença de procedência. Para tanto, escorou-se nos seguintes fundamentos: a documentação constante dos autos ou remonta a momento anterior ao período equivalente à carência - certidão de matrimônio celebrado em 1979 -, faltando-lhe contemporaneidade, ou se situa a partir do no ano de 2005, quando houve filiação ao sindicato de trabalhadores rurais, devendo ser desconsiderada por ser formada em hiato próximo ao requerimento administrativo (DER 23/06/2006); a companheira do requerente possui um comércio de bebidas; a prova testemunhal foi inconsistente, porque a primeira testemunha não soube informar o local onde o autor trabalharia na agricultura nem quem seria o proprietário do terreno, ao passo que a segunda testemunha declinou que raramente frequenta a vizinhança do promovente.
2.Ao tentar efetuar o cotejo analítico, a petição de uniformização limitou-se a pontuar que o STJ e a TNU possuem entendimento jurisprudencial dominante totalmente favorável ao pleito do autor, sem, porém, explicar em que pontos estaria efetivamente estabelecido o dissenso de interpretação.
3.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
4.A petição de uniformização suscitou divergência jurisprudencial em face das Súmulas 6 e 14 da TNU, as quais tratam de questões associadas a início de prova material de exercício de atividade rural. Ocorre que o acórdão recorrido não se baseou apenas na falta de contemporaneidade do início de prova material para negar direito à aposentadoria por idade de trabalhador rural. Também foi especialmente considerada a valoração da prova testemunhal, tema em relação ao qual a petição de uniformização não aduziu nenhuma divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material.
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505595-07.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO MANOEL MESSIAS TORRES DOS SANTOS
PROC./ADV.: FRANCISCO GREGÓRIO NETO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃOS PARADIGMAS SEM INDICAÇÃO DE FONTE.
1.O INSS interpôs incidente de uniformização de jurisprudência alegando que o acórdão recorrido, ao manter a sentença que condenou a pagar valores atrasados de benefício assistencial desde o requerimento administrativo, contrariou acórdão paradigma da Turma Recursal do Distrito Federal, que fixou a o termo inicial do benefício na data da juntada da perícia socioeconômica.
2.Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por Turmas Recursais de diferentes Regiões, ao requerente incumbe o ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas. Trata-se de ônus da parte, que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem nº 3 da TNU.
3.O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma no corpo da petição de uniformização. Trata-se de exigência formal que, além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas.
4.Incidente não conhecido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.72.63.000592-6
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA NAZARI
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 18 DA TNU.
1.A Turma Recursal não reconheceu exercício de atividade rural em regime de economia familiar no período de 01.03.1971 a 04.01.1981. Considerou faltar início de prova material consistente, pois o único documento que poderia ser considerado como início de prova material é a certidão de casamento na qual o marido da requerente foi qualificado como lavrador. O acórdão recorrido também levou em conta o exercício de atividade de natureza urbana pelo marido da requerente e a superficialidade do depoimento das testemunhas.
2.A requerente interpôs incidente de uniformização alegando que a qualificação profissional de agricultor em atos do registro civil constitui razoável início de prova da atividade rurícola. Não impugnou, porém, os demais fundamentos do acórdão recorrido.3.Aplicação da Questão de Ordem nº 18 da TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505169-55.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JULIA ANTONIA DA SILVA LIMA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INADMISSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO.
1.A petição de uniformização transcreveu um único acórdão paradigma antigo do STJ e algumas ementas de julgados com identificação do número da apelação cível, mas sem indicação do tribunal prolator da decisão.
2.Ao que parece, foram apontados acórdãos paradigmas de tribunais regionais federais. A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
3.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A petição de uniformização, porém, não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e nenhum dos julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.70.51.005949-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IRMA SIQUERI OLIVIERI
PROC./ADV.: MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.O acórdão recorrido não reconheceu direito à aposentadoria por idade de trabalhador rural porque a requerente parou de exercer atividade rural antes de completar a idade mínima para aposentação.
2.A petição de uniformização atribuiu à TNU acórdão paradigma com o seguinte teor: "(...) não prejudica a concessão da aposentadoria por idade a cessação da atividade rural antes do cumprimento do requisito etário, se não vencido o prazo em que o segurado mantém esta qualidade, nos termos do artigo 15 da Lei 8.213/91 (período de graça)" (PEDILEF 2006.70.95.014189-0, Relator Juiz Federal Manoel Rolim, DJ 05/05/2010).
3.Da leitura do inteiro teor do acórdão paradigma, disponível na internet, infere-se que o trecho em destaque foi extraído do relatório lavrado pelo juiz relator do incidente de uniformização. E, nessa parte, o relatório apenas reproduziu excerto do acórdão de turma recursal que estava sendo impugnado no PEDILEF 2006.70.95.014189-0. No voto, o relator não se manifestou sobre a questão, de forma que a TNU não endossou o entendimento de que a aposentadoria por idade de trabalhador rural pode ser concedida mesmo se o requerente cessar a atividade rural antes de completar o requisito etário.
4.Não ficou comprovada divergência jurisprudencial entre acórdão recorrido e a jurisprudência da TNU, prejudicando a admissibilidade do presente incidente de uniformização de jurisprudência.
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.71.50.005614-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA SILVEIRA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: CRISTIANO OLIVEIRA DE LACERDA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INADMISSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE ACÓRDÃO PARADIGMA DE TURMA RECURSAL DE OUTRA REGIÃO. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ.
1.O acórdão recorrido decidiu computar tempo de gozo de auxílio-doença para fins de carência na concessão de aposentadoria por idade.
2.A presidente da turma recursal não conheceu do incidente de uniformização por considerar que estaria apresentando tese jurídica inovadora (Questão de Ordem nº 10 da TNU). Alegação rejeitada, porque a questão de direito suscitada no incidente veio à tona na sentença mantida pelo acórdão e foi questionada pelo INSS no recurso interposto contra a sentença.
3.Para demonstrar divergência jurisprudencial, foi apontado um acórdão paradigma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
4.Também foi transcrito na petição de uniformização um acórdão paradigma de uma turma recursal do Rio Grande do Sul. Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por Turmas Recursais de diferentes Regiões, ao requerente incumbe o ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas. Trata-se de ônus da parte, que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem nº 3 da TNU. O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência, indicação do diário oficial em que publicada a decisão ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma no corpo da petição de uniformização. Trata-se de exigência formal que, além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas. Prejudicada a demonstração de divergência jurisprudencial.
5.Foi citado acórdão paradigma do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual a concessão de aposentadoria por tempo de serviço depende do cumprimento de carência. Falta similitude fático-jurídica com o acórdão recorrido. O acórdão recorrido não reconheceu direito à aposentadoria sem cumprimento de carência, apenas pressupôs que o tempo de gozo de auxílio-doença pode ser computado para efeito de carência.
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.70.50.002227-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO CORREA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE RENDA MENSAL INICIAL. GRATIFICAÇÃO NATALINA. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. INCLUSÃO NO PERÍODO BÁSICO DE CÁLCULO. IMPOSSIBILIDADE.
1.Pretende-se a normatização da matéria com base em acórdão que acolhe a pretensão de consideração do 13º salário no período básico de cálculo de benefício previdenciário concedido anteriormente ao advento da Lei nº 8.870/94.
2.A pretensão não merece guarida, porque a TNU já pacificou o entendimento sobre o tema, rechaçando essa possibilidade, tanto no período anterior quanto posterior à vigência da Lei n.º 8.870/94 (Cf. Pedilef n.º 2008.72.53.000258-3/SC, Relator juiz Élio Wanderley Filho, DJ 28/07/2009).
3.Afigura-se absolutamente irrelevante a data de concessão de aposentadoria, já que nunca houve, no ordenamento jurídico, norma que autorizasse o cômputo da gratificação natalina como salário-de-contribuição no cálculo da renda mensal inicial do benefício. Nem a redação original da Lei nº 8.213/91, nem a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 8.870/94 permitem essa ilação. A legislação de regência é clara ao estatuir que o décimo terceiro salário, embora se considere salário-de-contribuição para fins de incidência de contribuição previdenciária, não deve ser computado no cálculo da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários.
4.A modificação trazida pela Lei n.º 8.870/94 na redação da Lei n.º 8.213/91, vedando expressamente a inclusão da gratificação natalina no cálculo do salário-de-benefício, tem função explicativa, interpretativa, não tendo provocado alteração alguma na forma de cálculo do benefício. A previsão de tributação do décimo terceiro salário justifica-se pela necessidade de custeio do abono anual pago aos segurados e seus dependentes. Indevida, pois, a inclusão da gratificação natalina nos salários-de-contribução observados para cálculo de benefício previdenciário, mesmo que concedido antes de 1994.
5.Incidente improvido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais negar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.72.54.001357-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: AMAURI DE SOUZA
PROC./ADV.: GEBDIEL GONÇALVES SÁ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REVISÃO DA INTERPRETAÇÃO DO LAUDO PERICIAL. INADMISSIBILIDADE DE REEXAME DA VALORAÇÃO DA PROVA.
1.O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região deve ser julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito (art. 14, § 1º, da Lei nº 10.259/2001). O dissenso entre Turmas da mesma região deve ser resolvido pela correspondente Turma Regional de Uniformização em sede de incidente de uniformização regional. A TNU só tem competência para julgar arguição de divergência jurisprudencial entre decisões de Turmas de diferentes regiões. Por isso, os julgados de Turmas Recursais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina devem ser desconsiderados.
2.Com relação aos períodos de 05/02/91 a 30/06/03 e 1º/07/03 a 31/01/05, a sentença considerou que o autor trabalhava no setor de expedição, desempenhando suas atividades era realizado no exterior da fábrica, razão pela qual não ficava exposto diretamente à poeira de asbesto, deixando de caracterizar condição especial de trabalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.A esse respeito, a petição de uniformização alegou: que o laudo técnico utilizado para a fundamentação tanto da sentença como do acórdão descreve que há exposição à poeira contendo fibras de amianto/asbesto em todo o setor de expedição; que foram juntados aos autos outros laudos no mesmo sentido; que, embora os laudos descrevam que o autor trabalhava no pátio da empresa, são taxativos ao descrever que o setor de expedição expõe os trabalhadores à poeira contendo fibras de amianto/asbesto; os laudos em nenhum momento descreveram que somente os profissionais que trabalham na parte interna da fábrica é que ficam expostos ao asbesto; os laudos foram taxativos ao descrever que os trabalhadores do setor de expedição estão expostos a poeira contendo fibras de amianto e a ruído de 97 dB.
4.A fundamentação do incidente de uniformização de jurisprudência está exclusivamente baseada em torno da interpretação do laudo técnico de condições do ambiente de trabalho. não cabe à TNU, porém, revisar a valoração da prova técnica. De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material. Aplicação da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.72.55.007346-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: IRENE VIANA
PROC./ADV.: RODRIGO FIGUEIREDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INADMISSIBILIDADE. CONVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO RECORRIDO E JURISPRUDÊNCIA DA TNU. ATIVIDADE ESPECIAL. FATOR DE CONVERSÃO. APLICAÇÃO DA TABELA VIGENTE NO MOMENTO DA CONCESSÃO DA APOSENTADOTIA.
1.O incidente de uniformização de jurisprudência pretende assegurar a revisão da aposentadoria-base da qual derivou a pensão por morte da requerente, com base na conversão de todo o tempo de atividade especial em tempo comum mediante aplicação do fator 1,4.
2.Conforme Súmula nº 55, a TNU uniformizou o entendimento de que "a conversão do tempo de atividade especial em comum deve ocorrer com aplicação do fator multiplicativo em vigor na data da concessão da aposentadoria".
3.Da mesma forma, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que "no tocante aos efeitos da prestação laboral vinculada ao Sistema Previdenciário, a obtenção de benefício fica submetida às regras da legislação em vigor na data do requerimento" (REsp 1151363 / MG, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 05/04/2011).
4.O acórdão recorrido afastou a aplicação do fator de conversão 1,4 justamente porque a aposentadoria-base, da qual derivou a pensão por morte da requerente, foi concedida em 04/04/1991, ou seja, anteriormente à vigência da Lei nº 8.213/91. Na época da concessão da aposentadoria-base estava em vigor o Decreto nº 83.080/79 (vigente até 06/12/1991), que previa o fator de conversão 1,2 (atividade especial de 25 anos para atividade comum) para segurado do sexo masculino.
5.Nesse caso, aplica-se a Questão de Ordem nº 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.71.58.001115-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA MADALENA DA CONCEIÇÃO WEIDE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE. LEI Nº 9.032/95.
1.Apenas por causa da ausência de habitualidade e permanência na submissão aos agentes nocivos, a sentença não reconheceu condição especial de trabalho nos seguintes períodos: 07/07/80 a 31/08/82, 01/09/82 a 22/12/82, 11/07/83 a 31/08/86 e 01/09/86 a 04/03/87.
2.A petição de uniformização arguiu contrariedade à jurisprudência dominante do STJ, segundo a qual não se exige que o trabalho exercido em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física antes da vigência da Lei nº 9.032/95 se dê de forma habitual e permanente.
3.A questão está pacificada no âmbito da TNU, nos termos da Súmula nº 49: "Para reconhecimento de condição especial de trabalho antes de 29/4/1995, a exposição a agentes nocivos à saúde ou à integridade física não precisa ocorrer de forma permanente".
4.No período de 16/05/88 a 02/05/94, o principal motivo pelo qual a sentença não reconheceu condição especial de trabalho foi a ausência de agente insalubre no ambiente de trabalho, conforme informação contida no formulário DSS-8030. A discussão travada no incidente de uniformização de jurisprudência não tem, portanto, a potencialidade de reverter a conclusão do acórdão recorrido neste ponto.
5.Considerando que a TNU não tem competência para examinar fatos, compete à Turma Recursal de origem retomar o julgamento do recurso inominado para apreciar se nos períodos controvertidos havia exposição habitual e intermitente a agentes nocivos.
6.Incidente parcialmente provido para: (a) reiterar o entendimento de que a exposição a agentes nocivos à saúde ou à integridade física não precisa ocorrer de forma permanente para reconhecimento de condição especial de trabalho antes de 29/4/1995; (b) determinar que a Turma Recursal de origem proceda à adequação do acórdão recorrido à tese uniformizada pela TNU, reexaminado a possibilidade de reconhecimento de atividade especial nos períodos de 07/07/80 a 31/08/82, 01/09/82 a 22/12/82, 11/07/83 a 31/08/86 e 01/09/86 a 04/03/87.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502444-05.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ELCIVANDO SABOIA MOREIRA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA
REQUERENTE: FRANCISCA SABOIA MOREIRA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1.A sentença julgou improcedente pedido de pensão por morte de trabalhador rural. Embora tenha admitido a existência de início de prova material, considerou insatisfatória a prova testemunhal, porque as testemunhas não demonstraram conhecer o falecido, nunca o tinham visto trabalhando, nem sequer sabiam o seu nome.
2.O recurso interposto contra a sentença não teceu nenhum questionamento acerca da valoração da prova testemunhal, limitando-se a discutir o início de prova material.
3.A Turma Recursal considerou não ter sido completada a soma de requisitos para concessão da pensão por morte. Dentre esses requisitos, considerou faltar "prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos apresentados, que demonstre que o(a) falecido(a) ostentava a qualidade de segurado(a) especial quando do seu óbito". Ao final, o acórdão ratificou a fundamentação exposta na sentença nos termos em que lançada, adotando as respectivas razões como fundamento para decidir. Logo, o fundamento do acórdão está centrado na valoração da prova testemunhal.
4.A requerente interpôs incidente de uniformização alegando que a pensão por morte de trabalhador rural não depende de carência, bastando provar que o instituidor era segurado especial no momento imediatamente anterior ao falecimento. Essa, porém, não foi a razão em que se apoiou o acórdão recorrido para negar direito à pensão por morte. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0001517-67.2009.4.03.6317
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA CLERIA PEREIRA DA ROCHA
PROC./ADV.: AIRTON GUIDOLIN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE LAUDO PERICIAL.
1.O requerente alegou em incidente de uniformização de jurisprudência que o acórdão recorrido não poderia ter acolhido o laudo pericial para negar existência de incapacidade para o trabalho. Arguiu divergência jurisprudencial em face de acórdão da Turma Recursal de Goiás, que considerou, com base na perícia produzida naquele processo, que a doença pulmonar obstrutiva crônica (distúrbio ventilatório obstrutivo discreto) causava incapacidade parcial e definitiva para o trabalho. O requerente alegou ser portador dessa mesma doença.
2.A alegação do requerente envolve interpretação do laudo pericial e reexame de prova. Para ter direito ao benefício por incapacidade, não basta ao requerente estar doente: é preciso ficar comprovado que a doença tenha causado alterações morfopsicofisiológicas que impeçam o desempenho das funções específicas de uma atividade ou ocupação. E a repercussão que a doença impõe à aptidão laboral precisa ser examinada caso a caso. O fato de uma doença impedir uma pessoa de trabalhar não significa que sempre provoque incapacidade laboral, ante a possibilidade de atingir estágios diferenciados em cada caso. Somente o perito médico detém conhecimentos técnicos para aquilatar se a doença diagnosticada gera, ou não, incapacidade para o trabalho em cada caso.
3.De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material. A interpretação do laudo pericial não envolve regar de direito material. Aplica-se a Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0004249-66.2009.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ADMILSON TEIXEIRA DO PRADO
PROC./ADV.: DANIELA VILELA PELOSO VASCONCELOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INADMISSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA.
1.A sentença considerou que a parte autora apresenta incapacidade parcial e permanente para a execução de certas atividades laborativas, mas não está incapacitada para continuar exercendo sua atividade laborativa habitual, razão pela qual não tem direito a auxílio-doença nem aposentadoria por invalidez. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
2.Para demonstrar divergência jurisprudencial, foram apontados acórdãos paradigmas de Tribunais Regionais Federais. A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
3.Foi apontado também um acórdão paradigma da TNU, segundo o qual a concessão do auxílio-doença não exige que a incapacidade seja total nem permanente, bastando a incapacidade parcial para a atividade habitual. O acórdão recorrido, porém, concluiu que no caso concreto não há incapacidade para a atividade habitual. Por isso, falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
4.A petição de uniformização alegou que o laudo pericial no qual o acórdão recorrido se baseou não vislumbrou a realidade do requerente, devendo ser anulado. Ocorre que, segundo a Súmula nº 42 da TNU, "não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato". De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material.
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0001481-58.2009.4.03.6306
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: CARLOS HELI DA COSTA E SILVA
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. ACÓRDÃO PARADIGMA DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. MATÉRIA PROCESSUAL.
1.O requerente interpôs incidente de uniformização de jurisprudência alegando que a falta de abertura de vista para se manifestar sobre o laudo pericial caracterizou cerceamento de defesa.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.Para demonstrar divergência jurisprudencial, foram apontados dois acórdãos paradigmas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
3.Não foi apontado nenhum acórdão paradigma com entendimento específico de que a falta de oportunidade para se manifestar sobre o laudo pericial caracteriza cerceamento de defesa. Divergência jurisprudencial não demonstrada.
4.De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
5.As regras de direito material são aquelas que regulam o convívio social entre pessoas e entre elas e o Estado, deferindo a eles, direitos e obrigações. Normatizam as relações referentes a bens e utilidades da vida. Em contrapartida, as regras de direito processual regulam os processos, o modo pelo qual eles se iniciam, se desenvolvem e terminam.
6.A alegação de que não foi aberta vista para manifestação sobre laudo pericial envolve matéria processual, porque está exclusivamente associada ao desenvolvimento da relação processual, sem nenhuma correlação imediata com o bem da vida.
7.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508007-50.2009.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: DAMIANA LUCINETE SILVA
PROC./ADV.: MARCO ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 18 DA TNU.
1.A sentença julgou improcedente pedido de pensão por morte de trabalhador rural, porque considerou descaracterizado o regime de economia familiar. Levou em conta que a requerente exerce atividade urbana com remuneração superior a R$ 800,00, razão pela qual a economia da família não girava em torno do proveito que o falecido retirava do trabalhador rural; que o falecido fazia "bicos" como pintor; que a família possui residência própria na cidade, fato incompatível com a situação de um segurado especial típico da região. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
2.A petição de uniformização suscitou divergência em face de acórdão paradigma do STJ, segundo o qual a certidão de óbito na qual conste a condição de lavrador do falecido cônjuge constitui início de prova material de sua atividade agrícola. Ocorre que o acórdão recorrido não considerou ausente o início de prova material. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
3.Acórdão paradigma da TNU considerou que o vínculo urbano do cônjuge do falecido segurado especial não descaracteriza o regime de economia familiar, uma vez produzida evidência da preponderância da atividade agrícola, que constituía a- principal fonte de renda do grupo.
4.Contrariando o entendimento adotado pelo acórdão paradigma, o acórdão recorrido levou em conta a atividade urbana exercida pelo cônjuge do trabalhador rural falecido para descaracterizar o regime de economia familiar. Ocorre que o acórdão recorrido não se baseou apenas nesse motivo. Os outros fundamentos acolhidos pela Turma Recursal - o falecido fazia "bicos" como pintor; a família possui residência própria na cidade - não foram impugnados.
5.Aplicação da Questão de Ordem nº 18 da TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501637-49.2009.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: IRACI ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: HEWERTON FERNANDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1.O acórdão recorrido reconheceu tempo de serviço rural no período de 27/08/1970 a 12/05/1991, mas não admitiu computá-lo para fins de carência, apegando-se à ressalva constante da parte final do § 2º do art. 55 da Lei nº 8.213/91. Como a requerente havia recolhido apenas três contribuições mensais, nas competências de junho a agosto/2009, a Turma Recursal concluiu que a carência não foi cumprida, negando, por consequência, a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador urbano.
2.A petição de uniformização suscitou divergência com a Súmula nº 2 da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, segundo a qual não é necessário que os requisitos da idade e da carência sejam preenchidos simultaneamente para fins de concessão de aposentadoria por idade.
3.O fundamento do acórdão recorrido não está na exigência de que os requisitos de idade mínima e de carência sejam completados simultaneamente, mas na consideração de que o tempo de serviço rural não pode ser computado para fins de carência. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0514896-47.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ DE BARROS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. LIVRE CONVENCIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA.
1.O acórdão recorrido considerou que as provas anexadas aos autos não são suficientes para convencer acerca da existência da incapacidade laboral desde o protocolo do requerimento do benefício na esfera administrativa (03/02/2004), uma vez que o atestado médico com a data mais remota foi emitido em 2007. Concluiu por manter a fixação da DIB na data da sentença.
2.O incidente de uniformização de jurisprudência arguiu divergência jurisprudencial em face de acórdão paradigma de turma recursal de outra região e da jurisprudência do STJ. Pediu a reforma do acórdão para fixar a DIB na data de entrada do requerimento administrativo. Sustentou que o entendimento segundo o qual o marco inicial da concessão do benefício é contado a partir da juntada do laudo pericial ou da sentença só pode ser aplicado nos casos em que não houver requerimento administrativo.
3.O acórdão paradigma da Turma Recursal do Paraná foi exibido em inteiro teor mediante cópia sem autenticidade. A transcrição do acórdão paradigma de turma recursal de outra região precisa, porém, ter a sua fidedignidade demonstrada. O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Prejudicada a demonstração de divergência jurisprudencial em razão de vício formal da petição de uniformização.
4.Acórdão paradigma do STJ exibido em inteiro teor atesta que a jurisprudência da Corte é firme no sentido de que, havendo requerimento administrativo, o benefício previdenciário é devido desde a data do requerimento administrativo.
5.A TNU, porém, já firmou entendimento de que o termo inicial dos benefícios previdenciários deve ser fixado na data do requerimento administrativo, desde que a perícia constate a existência da incapacidade naquele momento. O acórdão recorrido expressamente atestou que não há subsídios que confirmem a consolidação da incapacidade para o trabalho na data de entrada do requerimento administrativo. Segundo o entendimento da TNU, nesse caso não cabe retroagir a data de início do benefício para o momento do requerimento administrativo.
6.Na fixação da data de início do benefício por incapacidade, a TNU tem prestigiado o livre convencimento do julgador que teve contato com toda a prova dos autos. Para revisar a conclusão do acórdão recorrido seria indispensável revolver o conjunto probatório, medida vedada pela Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
7.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504770-32.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FERNANDO CASTELO BRANCO NETO
PROC./ADV.: MARIA SALES LEITE SILVEIRA
REQUERENTE: MARIA MATILDE CASTELO BRANCO DE LIMA
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA
REQUERENTE: VICTORIA CASTELO BRANCO DE LIMA
PROC./ADV.: MARIA SALES LEITE SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1.A sentença julgou improcedente pedido de pensão por morte de trabalhador rural, porque o instituidor da pensão recebia benefício de amparo social ao deficiente na data do óbito e porque a prova oral confirmou que o falecido já não trabalhava ao tempo do óbito. Em outras palavras, considerou-se que o falecido não mantinha a qualidade de segurado especial na data do óbito. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
2.A petição de uniformização não apontou nenhum acórdão paradigma que admita reconhecer qualidade de segurado especial a quem já não exercia atividade rural na época do óbito por motivo de enfermidade. Pelo contrário, a petição limitou-se a discutir questões pertinentes a início de prova material. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0007910-08.2009.4.03.6317
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ELZA LOPES DE ALMEIDA
PROC./ADV.: VANUSA RAMOS BATISTA LORIATO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. ACÓRDÃO PARADIGMA SEM INDICAÇÃO DE FONTE. REEXAME DE VALOR PROBATÓRIO DE DOCUMENTOS PARTICULARES EM COMPARAÇÃO COM LAUDO PERICIAL DIVERGENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA DE FATO.
1.A sentença baseou-se no laudo pericial judicial para negar incapacidade para o trabalho. Considerou que exames e diagnósticos apresentados por médicos particulares não se sobrepõem ao laudo do perito, que goza da confiança do juiz e prestou compromisso de bem desempenhar o mister. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
2.A requerente impugnou o acórdão por ter negado a existência de incapacidade para o trabalho baseando-se somente no laudo pericial e ignorando outros documentos médicos constantes dos autos.
3.O acórdão paradigma da Turma Recursal de Goiás foi transcrito no corpo da petição de uniformização, mas sem indicação da fonte de onde foi extraído. Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por Turmas Recursais de diferentes Regiões, ao requerente incumbe o ônus de comprovar-lhe a autenticidade mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma no corpo da petição de uniformização. Demonstração de divergência jurisprudencial prejudicada neste ponto.
4.O acórdão paradigma da TNU considerou que o julgador não está adstrito às informações do laudo pericial para verificar a existência do direito ao benefício por incapacidade. Existentes outras provas, a exemplo de atestados médicos, formulários de internações, comprovantes de licenças etc., estas devem ser apreciadas e valoradas.
5.A definição do valor probatório de atestados médicos particulares e outros documentos produzidos unilateralmente pelo segurado em comparação com laudo pericial judicial divergente constitui matéria de prova, insuscetível de revisão em sede de pedido de uniformização de jurisprudência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6.De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material. Aplicação da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
7.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.72.55.005219-5
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: REGINA RAUTEMBERG
PROC./ADV.: SUZAN POST ISLEB
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.A sentença reconheceu tempo de serviço rural em regime de economia familiar no período de 16/01/1973 a 31/12/1978. Por outro lado, não reconheceu tempo de serviço rural no período de 01/01/1979 a 11/01/1987. A Turma Recursal negou provimento ao recurso da autora. Manteve a sentença porque os documentos que formavam início de prova material foram emitidos entre 1966 e 1978, sendo inescusável a ausência de documentos contemporâneos ao longo período de 1979 a 1987.
2.A requerente arguiu contrariedade à jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, que, em razão das dificuldades que o trabalhador rural tem em provar seu tempo de serviço, aceita documentos em nome de terceiros para formar início de prova material de atividade rural pelo filho.
3.Ocorre que todos os documentos aceitos pelo acórdão recorrido como início de prova material estão em nome do pai da requerente. O motivo pelo qual a Turma Recursal negou reconhecimento de tempo de serviço rural no período de 1979 a 1987 não está na recusa de documentos em nome de terceiros, mas na falta de contemporaneidade. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Por outro lado, a petição de uniformização não demonstrou divergência jurisprudencial em torno do verdadeiro motivo acolhido pelo acórdão recorrido.
4.A requerente alegou que o elemento probatório mais importante para o julgamento está nos documentos comprobatórios de que a mãe é beneficiária de aposentadoria por idade rural desde 1992. Esse fato, aliado à certidão de óbito do pai lavrada em 1978, demonstraria que a família dedicou-se à atividade rural pelo menos até 1992. Nesse ponto, a petição de uniformização não destacou nenhuma divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material. Foi deduzida, portanto, simples provocação ao reexame do conjunto probatório.
5.De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A TNU não se constitui em terceira instância ordinária de julgamento. Sua competência se limita a uniformizar a jurisprudência em casos nos quais se comprova dissenso na interpretação de questões de direito material. Compete à TNU apenas resolver divergência em torno de questões de direito material, uniformizando o entendimento a respeito de teses jurídicas. Extrapola a competência da TNU revisar a valoração da prova. Aplica-se a Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.72.63.001327-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ADEMAR HASKEL
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHÜTZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.Nos períodos de 01.11.1974 a 30.09.1976 e de 01.02.1977 a 06.03.1979, a sentença deixou de reconhecer condição especial de trabalho por faltar nos autos qualquer comprovação de que o requerente efetivamente exercia as funções de engradeador de tacos e de ajudante de marceneiro
2.No período de 01.03.1996 a 26.03.1999, a sentença não enquadrou a atividade de mecânico com exposição a solda no item 2.5.3 do Anexo do Decreto n. 53.831/1964 porque o enquadramento por categoria profissional foi cabível tão-somente até 28.04.1995 e porque não havia prova de da exposição a agente nocivo.
3.O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95.
4.A petição de uniformização sustentou que a alegação de falta de documento que comprove a exposição a agentes insalubres não procede, porque, compulsando os autos, é possível verificar que existem todos os documentos necessários.
5.De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material. Aplicação da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato". É inviável em sede de uniformização de jurisprudência revisar o conjunto probatório para aferir se o acórdão recorrido estava certo em considerar insuficiente a prova documental.
6.O acórdão recorrido não negou a possibilidade de reconhecer enquadramento por categoria profissional em relação às atividades de engradeador de tacos, ajudante de marceneiro e soldador. O reconhecimento de condição especial de trabalho foi negado por falta de documento que comprovasse o exercício da atividade profissional ou porque se deu em época na qual a legislação vigente já não comportava enquadramento por categoria profissional. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material.
7.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0521307-88.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROBERTO FRANCISCO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOSÉ RINALDO FERNANDES DE BARROS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CONTEMPORANEIDADE DE DOCUMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA DE FATO.
1.O INSS interpôs incidente de uniformização de jurisprudência alegando que, embora o tenha afirmado que a prova material deve ser contemporânea, o acórdão recorrido contraditoriamente baseou-se em prova não contemporânea. Sustentou ter ocorrido erro na valoração da prova, com ofensa à Súmula nº 34 da TNU.
2.Para aferir se determinado documento guarda contemporaneidade com o período de atividade rural que se quer provar torna-se indispensável apreciar o conjunto probatório.
3.De acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material. Aplicação da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501980-75.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO FERREIRA DA COSTA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃOS PARADIGMAS SEM INDICAÇÃO DE FONTE. DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DA TNU.
1.O acórdão recorrido decidiu, com base no laudo pericial, que não ficou provado que o autor é portador de deficiência que o incapacite para atos da vida civil e para o trabalho.
2.O requerente interpôs incidente de uniformização de jurisprudência alegando que a doença incapacitante foi indevidamente valorada, principalmente em face das condições sociais e de outras peças do conjunto probatório constante dos autos. Acórdão paradigma da TNU considera que a incapacidade parcial pode ser transmutada em total diante das circunstâncias específicas do caso concreto (pessoais ou sociais). Ocorre que o acórdão recorrido não reconheceu incapacidade em nenhum grau (nem total nem parcial). Logo, falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados.
3.O requerente suscitou divergência jurisprudencial em face de acórdãos paradigmas atribuídos às Turmas Recursais de Mato Grosso do Sul e da Bahia. Esses julgados foram apenas transcritos no corpo da petição de uniformização. A transcrição do acórdão paradigma de turma recursal de outra região precisa, porém, ter a sua fidedignidade demonstrada. O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma. Prejudicada a demonstração de divergência jurisprudencial em razão de vício formal da petição de uniformização.
4.O requerente suscitou divergência jurisprudencial em face de uma decisão monocrática em que o Presidente da TNU negou seguimento a um pedido de uniformização. Decisões monocráticas, porém, não servem como paradigma para efeito de demonstração de divergência jurisprudencial.
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.72.54.010542-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): ANA PAULA COSTA
PROC./ADV.: RODRIGO CUSTÓDIO DE MEDEIROS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

SALÁRIO-MATERNIDADE. SEGURADA DESEMPREGADA. LEGITIMIDADE PASSIVA CONCORRENTE DO INSS.
1.O artigo 72, § 2º, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 10.710/2003, prevê que cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições previdenciárias. O art. 97 do Decreto nº 3.048/99, com a alteração introduzida pelo Decreto nº 6.122/2007, dispõe que o INSS só tem a obrigação de pagar o salário-maternidade diretamente ao segurado quando ele é demitido antes da gravidez; ou, se a demissão ocorre durante a gestação, quando o segurado pede demissão ou é demitido com justa causa. Dessa forma, havendo demissão sem justa causa no curso da gravidez, a obrigação de pagar o salário-maternidade caberia exclusivamente ao empregador.
2.Ocorre que o fato de caber à empresa a responsabilidade primária pelo pagamento do salário-maternidade no caso da segurada empregada não afasta a natureza de benefício previdenciário da prestação. A responsabilidade final pelo pagamento do benefício é do INSS, na medida em que a empresa tem direito a efetuar compensação com as contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos. Não há razão para eximir o INSS de pagar o que, em última análise, é de sua responsabilidade final. Eventuais pendências de ordem trabalhista ou eventual necessidade de acerto entre a empresa e o INSS não constituem óbice ao reconhecimento do direito da segurada, se ela optou por acionar diretamente a autarquia.
3.O Regulamento da Previdência Social, ao excluir a responsabilidade do INSS pelo pagamento direto do salário-maternidade à segurada demitida sem justa causa, não atende ao princípio constitucional da proteção à maternidade (Constituição Federal, art. 201, inciso II). Não se está, por outro lado, validando, em afronta às disposições constitucionais transitórias, a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, que tem assegurado o vínculo laboral da gravidez até cinco meses após o parto (ADCT, art. 10, inciso II, letra "b'). Ao contrário, a posição vai ao encontro do melhor atendimento à gestante, pois não se pode obstar ou retardar o recebimento do benefício em razão da má-fé ou negligência do empregador. A norma constitucional em questão deve ser aplicada de forma a assegurar os direitos daqueles por ela albergados, e não agravando a sua situação.
4.O reconhecimento da legitimidade passiva concorrente entre o INSS e o ex-empregador para a ação de cobrança de salário-maternidade, em tese, abre margem para que o segurado possa cobrar de má-fé a prestação previdenciária em duplicidade, propondo reclamação trabalhista em face do empregador paralelamente à demanda previdenciária na justiça federal. Ocorre que constitui princípio geral de direito que a má-fé não pode ser presumida. A possibilidade de exploração ardilosa da concorrência de legitimação passiva não basta para excluir a responsabilidade direta do INSS pelo pagamento do salário-maternidade.
5.Uniformizado o entendimento de que a segurada desempregada que dá à luz dentro do período de graça pode optar por cobrar o salário-maternidade diretamente do INSS.
6.Incidente improvido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais negar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.72.55.005444-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FLÁVIO BECHTOLD
PROC./ADV.: ERNESTO Z. MORESTONI
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 18 DA TNU.
1.O requerente impugnou o acórdão recorrido na parte em que não reconheceu condição especial de trabalho no interregno compreendido entre 29/05/1998 a 24/08/2006.
2.O acórdão recorrido considerou que havia laudo técnico de condições ambientais atestando exposição ao frio em caráter habitual e intermitente. Não reconheceu condição especial de trabalho por dois motivos: primeiro, porque o frio deixou de ser classificado como agente nocivo à saúde após 5/3/1997, quando entrou em vigor o Decreto nº 2.172/97; segundo, porque após 28/4/1995, quando entrou em vigor a Lei nº 9.032/95, a exposição ao agente nocivo precisa ser habitual e permanente, ao passo que no caso julgado a exposição ao frio era intermitente.
3.A petição de uniformização argüiu contrariedade à jurisprudência dominante do STJ, segundo a qual o trabalhador que exerce atividade insalubre, ainda que não prevista em regulamento, mas comprovada por perícia judicial, tem direito à aposentadoria especial. A requerente não questionou o segundo fundamento do acórdão recorrido, calcado na intermitência da exposição ao agente nocivo.
4.Aplicação da Questão de Ordem nº 18 da TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.70.51.010435-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: APARECIDA FÁTIMA MARIOTO GALLEGO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1.O acórdão recorrido considerou, com base no laudo pericial, que a requerente não apresenta incapacidade laborativa, estando apta ao exercício de sua atividade habitual como costureira autônoma.
2.A requerente interpôs incidente de uniformização de jurisprudência alegando que a incapacidade para o trabalho não pode ser aferida apenas com base no laudo pericial, devendo ser também consideradas circunstâncias socioeconômicas, profissionais e culturais.
3.Os acórdãos paradigmas tratam apenas de casos em que o laudo pericial reconheceu, pelo menos, incapacidade parcial, e os aspectos socioeconômicos foram apreciados apenas para descartar reabilitação profissional e converter auxílio-doença em aposentadoria por invalidez. No presente caso, não foi reconhecida incapacidade em nenhum grau. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Prejudicada a demonstração de divergência jurisprudencial em torno de matéria de direito.
4.A Súmula nº 47 da TNU enuncia que "Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez". Como o acórdão recorrido não reconheceu incapacidade em nenhum grau, não estava mesmo obrigado a analisar as condições pessoais e sociais.
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.72.57.003320-2
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANGELINO NAZARIO
PROC./ADV.: MARION SILVEIRA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TRANSFORMAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM APOSENTADORIA POR IDADE. CARÊNCIA. CÔMPUTO DE TEMPO DE GOZO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE NÃO INTERCALADO.
1.O art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91 apenas é aplicável nos casos em que o benefício por incapacidade tenha sido, dentro do período básico de cálculo de futuro benefício, auferido de forma intercalada com períodos de atividade normal, de maneira que o segurado não esteja no gozo de benefício por incapacidade no interregno imediatamente anterior à concessão do novo benefício. Em consonância com essa exegese, o art. 55, II, da Lei nº 8.213/91 considera o tempo de gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez como tempo de serviço apenas quando intercalado.
2.O tempo de gozo de aposentadoria por invalidez não pode geralmente ser computado para fins de carência em eventual concessão de futura aposentadoria por idade, porque, em regra, a aposentadoria por invalidez pressupõe que o beneficiário esteja definitivamente incapacitado para todo tipo de trabalho e que nunca mais volte a desempenhar atividade remunerada. Apenas na remota hipótese de a aposentadoria por invalidez ser cancelada e de o beneficiário voltar a recolher contribuições para a previdência social é que o tempo de gozo do beneficio por incapacidade ficaria intercalado de forma a se tornar passível de contabilização para fins de carência em concessão de benefício futuro.
3.Incidente provido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.72.50.006372-2
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: OSMAR MANOEL DA SILVEIRA
PROC./ADV.: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN.
PROC./ADV.: ANA CAROLINA ZANATTA OLSEN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL.
1.De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
2.O benefício da gratuidade de justiça regulada pela Lei nº 1.060/50 constitui questão meramente processual, insuscetível de exame em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500725-33.2010.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MANUEL RIBEIRO NETO
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO.
1.A sentença julgou improcedente pedido de pensão por morte de trabalhador rural. O julgado adotou fundamentação múltipla: O início de prova material não ficou demonstrado; o requerente reconheceu que sua esposa falecida era pessoa dedicada ao lar e cuidava dos afazeres domésticos; o requerente confessou ser empregador rural, pois trabalhava em 26 tarefas de terra com o auxílio de trabalhadores; o depoimento testemunhal foi desarmônico, pois a testemunha não se recordava do nome do de cujus, apenas afirmou que ela era agricultora. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
2.A petição de uniformização limitou-se a questionar a sustentar a suficiência do início de prova material. Os demais fundamentos do acórdão recorrido não foram impugnados.
3.O início de prova material constitui mero indício, que precisa ser complementado pela prova testemunhal. A prova indiciária, por si só, não basta para reconhecer exercício de atividade rural. Dessa forma, ainda que se admita a existência de início de prova material idôneo, o resultado do julgamento recorrido não ficaria prejudicado, por estar apoiado em outros fundamentos autônomos, que não foram impugnados. Aplicação da Questão de Ordem nº 18 da TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0520308-22.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIZ ALMEIDA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INADMISSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. FALTA SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1.A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
2.As questões de direito material abordadas nos acórdãos paradigmas não têm correlação direta com a motivação do acórdão recorrido. O acórdão recorrido não descaracterizou a qualidade de segurado especial do requerente pelo fato de a esposa exercer atividade urbana. Da mesma forma, o acórdão recorrido não considerou insuficiente o início de prova material, apenas considerou que o conteúdo dos documentos favoráveis ao requerente foi desmentido por outros elementos de prova. E a valoração da prova não pode ser revisada em sede de incidente de uniformização de jurisprudência. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0514285-60.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE DA PAZ TOMÉ
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO.
1.A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
2.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. O requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas da TNU e do STJ. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.72.55.003680-5
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DE LOURDES FINK
PROC./ADV.: LUIZ NABOR DE SOUZA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. EXTENSÃO RETROATIVA DA EFICÁCIA PROBATÓRIA DE DOCUMENTO. PROVA TESTEMUNHAL COMPLEMENTAR.1.A sentença julgou parcialmente procedente o pedido para condenar o INSS a averbar tempo de serviço rural no período de 06/07/1963 (data do casamento da autora) até 30/11/1969, data em que o marido da autora passou a exercer atividade urbana, porque a autora não apresentou início de prova material anterior à data do seu casamento para embasar o reconhecimento no período em que viveu em companhia dos pais.
2.A Turma Recursal deu provimento ao recurso da autora para condenar o INSS a averbar também o período de 05/06/1956 a 05/07/1963, ou seja, desde os 12 anos de idade até a data do casamento da autora.
3.O INSS interpôs incidente de uniformização de jurisprudência arguindo contrariedade à Súmula nº 149 do STJ, porque não há início de prova material em nome dos pais da requerente relativamente ao período anterior ao casamento da requerente (06/07/1963). Quanto à hipótese de utilização dos documentos em nome dos pais produzidos no período posterior à data do casamento da requerente, o INSS arguiu divergência com a Súmula nº 34 da TNU, que entende não ser possível o reconhecimento de atividade rural com base em prova material extemporânea. Alegou que os documentos em nome do pai são todos datados de muitos anos após a data em que a requerente já estava casada.
4.O acórdão recorrido não contrariou a Súmula nº 149 do STJ, porque não se baseou em prova exclusivamente testemunhal, tendo apontado documentos datados do período de 1976 a 1993, em nome dos pais da requerente, como início de prova material de que a requerente exercia atividade rural junto com os pais antes de se casar em 1963. Não há divergência jurisprudencial.
5.Para ser contemporânea, a prova material indiciária precisa ter sido formada em qualquer instante (no início, no meio ou no fim) situado dentro do intervalo de tempo de serviço rural que se pretende comprovar. A prova material pode ser contemporânea ao meio ou ao final do período de carência e ter sua eficácia estendida retroativamente (para o passado) se conjugada com prova testemunhal complementar convincente e harmônica. Aplica-se a Questão de Ordem nº 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501642-52.2010.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIA BEZERRA FERNANDES
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

ARGUIÇÃO DE NULIDADE DE ACÓRDÃO POR VÍCIO DE MOTIVAÇÃO. ACÓRDÃO QUE MANTEVE SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. METODOLOGIA VÁLIDA.
1.O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95. Dessa forma, incorporou as razões da sentença como fundamento para decidir. Essa forma de fundamentação é válida, tendo em vista o art. 46 da Lei nº 9.099/95, cuja constitucionalidade foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do AI 749.969, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, DJ 9/10/2009. Rejeitada a arguição de nulidade por ausência de motivação.
2.Incidente improvido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais negar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.72.52.003662-1
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DASSIANA MORAIS
PROC./ADV.: EDSON FLÁVIO CARDOSO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

SALÁRIO-MATERNIDADE. SEGURADA DESEMPREGADA. PARTO OCORRIDO DENTRO DO PERÍODO DE GRAÇA. LEGITIMIDADE PASSIVA CONCORRENTE ENTRE INSS E EMPREGADOR.
1.O artigo 72, § 2º, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 10.710/2003, prevê que cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições previdenciárias. O art. 97 do Decreto nº 3.048/99, com a alteração introduzida pelo Decreto nº 6.122/2007, dispõe que o INSS só tem a obrigação de pagar o salário-maternidade diretamente ao segurado quando ele é demitido antes da gravidez; ou, se a demissão ocorre durante a gestação, quando o segurado pede demissão ou é demitido com justa causa. Dessa forma, havendo demissão sem justa causa no curso da gravidez, a obrigação de pagar o salário-maternidade caberia exclusivamente ao empregador.
2.Ocorre que o fato de caber à empresa a responsabilidade primária pelo pagamento do salário-maternidade no caso da segurada empregada não afasta a natureza de benefício previdenciário da prestação. A responsabilidade final pelo pagamento do benefício é do INSS, na medida em que a empresa tem direito a efetuar compensação com as contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos. Não há razão para eximir o INSS de pagar o que, em última análise, é de sua responsabilidade final. Eventuais pendências de ordem trabalhista ou eventual necessidade de acerto entre a empresa e o INSS não constituem óbice ao reconhecimento do direito da segurada, se ela optou por acionar diretamente a autarquia.
3.O Regulamento da Previdência Social, ao excluir a responsabilidade do INSS pelo pagamento direto do salário-maternidade à segurada demitida sem justa causa, não atende ao princípio constitucional da proteção à maternidade (Constituição Federal, art. 201, inciso II). Não se está, por outro lado, validando, em afronta às disposições constitucionais transitórias, a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, que tem assegurado o vínculo laboral da gravidez até cinco meses após o parto (ADCT, art. 10, inciso II, letra "b"). Ao contrário, a posição vai ao encontro do melhor atendimento à gestante, pois não se pode obstar ou retardar o recebimento do benefício em razão da má-fé ou negligência do empregador. A norma constitucional em questão deve ser aplicada de forma a assegurar os direitos daqueles por ela albergados, e não agravando a sua situação.
4.O reconhecimento da legitimidade passiva concorrente entre o INSS e o ex-empregador para a ação de cobrança de salário-maternidade, em tese, abre margem para que o segurado possa cobrar de má-fé a prestação previdenciária em duplicidade, propondo reclamação trabalhista em face do empregador paralelamente à demanda previdenciária na justiça federal. Ocorre que constitui princípio geral de direito que a má-fé não pode ser presumida. A possibilidade de exploração ardilosa da concorrência de legitimação passiva não basta para excluir a responsabilidade direta do INSS pelo pagamento do salário-maternidade.
5.Uniformizado o entendimento de que a segurada desempregada que dá à luz dentro do período de graça pode optar por cobrar o salário-maternidade diretamente do INSS.
6.Incidente improvido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais negar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 21 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507303-24.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MIGUEL WILIAN DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DECLARAÇÃO DE SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS. CONVERGÊNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM JURISPRUDÊNCIA DA TNU. AUSÊNCIA DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO STJ. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA.
1.A sentença julgou improcedente pedido de pensão por morte de trabalhador rural. Ao aferir o início de prova material, considerou que o acervo documental incluía comprovante de participação em programas governamentais de apoio a trabalhadores rurais em nome do avô materno do falecido, documentos emitidos por sindicato dos trabalhadores rurais, dentre outros documentos de menor importância não especificados. O julgado negou em caráter absoluto qualquer valor de início de prova material aos documentos emitidos por sindicato dos trabalhadores rurais. Quanto aos documentos expedidos em nome de terceiros, considerou que não são extensíveis à parte autora. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.2.O requerente interpôs incidente de uniformização. Suscitou divergência jurisprudencial especificamente em torno da admissibilidade de declaração de sindicato de trabalhadores rurais e de declaração de ex-patrão para fins de início de prova material. Não foi feito questionamento em torno de documentos expedidos em nome de terceiros.
3.A jurisprudência dominante da TNU é contrária à aceitação da declaração de sindicato de trabalhadores rurais sem homologação do INSS ou do Ministério Público para fins de início de prova material. Precedentes: PEDIDO 2008.50.52.000507-2, Rel. Juiz Federal Alcides Saldanha Lima, DOU 24/05/2011; PEDIDO 2004.83.20.003767-0, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, Dou 13.10.2009; PEDIDO 2007.72.55.009096-5, Rel. Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, DJ 28/07/2009. Aplica-se a Questão de Ordem nº 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
4.O incidente de uniformização de jurisprudência pode fundar-se em demonstração de contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001). A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é vacilante a respeito da admissibilidade dessa modalidade de documento como início de prova material. Há vários julgados da Corte em sentido contrário à aceitação desse documento para efeito de comprovação indiciária de exercício de atividade rural (AGREsp 852.514, Rel. Nilson Naves, DJ 18/12/2006; AGA 698.089, Rel. Paulo Galloti, DJ 25/9/2006, AGREsp 416.971, Rel. Helio Quaglia, DJU 27/3/2006; AGREsp 739.339, Rel Arnaldo Lima, DJ 14/11/2005). Se os julgados indicados como paradigmas não representam a jurisprudência dominante da Corte, não cabe incidente de uniformização.
5.Quanto à declaração de ex-patrão, a sentença e o acórdão não se manifestaram expressamente sobre o correspondente valor de início de prova material. A sentença chegou a se referir genericamente acerca da existência de "outros documentos de menor importância", sem dar pistas de que estaria aí incluindo a declaração de ex-patrão. Nesse contexto, para saber se a sentença analisou o valor probatório dessa modalidade de documento seria necessário aferir o conjunto documental. Ocorre que não cabe reexame de prova em sede de incidente de uniformização de jurisprudência. Aplicação da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
6.Incidente não conhecido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500456-67.2010.4.05.8502
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: MARIA LUIZA DE MELO LIMA
PROC./ADV.: HILTON OLIVEIRA RODRIGUES
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: CÍCERO CORBAL GUERRA NETO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1.O acórdão recorrido reformou sentença que, com base na interpretação do art. 20, VI, da Lei nº 8.036/90, havia autorizado o levantamento dos valores depositados em conta vinculada ao FGTS.
2.Para demonstrar divergência jurisprudencial, foram apontados acórdãos paradigmas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
3.Também foi suscitada contrariedade à jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. O acórdão paradigma do STJ atesta que sua jurisprudência dominante permite o saque do FGTS mesmo em situações não contempladas pelo art. 20 da Lei nº 8.036/90, tendo em vista a finalidade social da norma.
4.O acórdão recorrido não contrariou esse entendimento, porque expressamente admitiu que o rol do art. 20, da Lei nº 8.036/90 não é numerus clausus e que situações diversas das elencadas no dispositivo legal podem justificar o saque do saldo da conta vinculada ao FGTS. A Turma Recursal, porém, ressalvou a necessidade de se observar os requisitos mínimos previstos no art. 20, V, da Lei nº 8.036/90 e considerou que tais requisitos não fora cumpridos, porque: a requerente busca a liberação do saldo da conta vinculada para a construção de moradia em terreno que ainda não é de sua propriedade; porque a requerente não provou ter condições de quitar o financiamento a contento; porque a requerente não provou que, com o baixo valor depositado em sua conta, conseguirá terminar de construir o imóvel.
5.Não foi demonstrada divergência jurisprudencial específica em torno da obrigatoriedade de observância dos requisitos previstos no inciso V do art. 20 da Lei nº 8.036/90 para efeito de admitir o saque do FGTS para financiamento da casa própria em hipóteses não contempladas expressamente na lei. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados.
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501425-97.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: VILMA VARELA RODRIGUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

AUXÍLIO-DOENÇA. DOENÇA PRÉ-EXISTENTE. AGRAVAMENTO. DATA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. INADMISSIBILIDADE. DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.
1.A Turma Recursal decidiu que a incapacidade para o trabalho consolidou-se antes do reingresso da requerente na previdência social
2.A requerente arguiu divergência jurisprudencial em face de acórdãos paradigmas segundo os quais a doença anterior à filiação previdenciária não obsta a concessão da aposentadoria por invalidez, se a incapacidade decorre da progressão ou agravamento da patologia e é superveniente à filiação.
3.O acórdão recorrido extraiu da valoração da prova que tanto a doença quanto a incapacidade para o trabalho são anteriores ao reingresso da requerente na previdência social. Em contrapartida, os acórdãos paradigmas trataram de hipóteses em que, embora a doença fosse anterior à filiação previdenciária, a incapacidade para o trabalho somente se consolidou após a filiação em decorrência de agravamento da patologia. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
4.Para aferir se a incapacidade para o trabalho já estava consolidada antes da filiação previdenciária - hipótese cogitada no acórdão recorrido - ou se somente se consolidou, mediante agravamento da doença, após o reingresso na previdência social - hipótese cogitada nos acórdãos paradigmas - seria inevitável revolver a valoração da prova. Ocorre que os fatos e as provas não podem ser reexaminados em incidente de uniformização de jurisprudência. Aplicação da Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato".
5.Incidente não conhecido.

EMENTA

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.72.50.010192-9
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LOURIVAL SILVA CARDOSO
PROC./ADV.: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN.
PROC./ADV.: ANA CAROLINA ZANATTA OLSEN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL.
1.De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
2.O benefício da gratuidade de justiça regulada pela Lei nº 1.060/50 constitui questão meramente processual, insuscetível de exame em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.70.51.004646-7
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JURACI ROVINA
PROC./ADV.: SILVIA REGINA GAZDA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA COM DECISÃO MONOCRÁTICA E SÚMULA DA TNU. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃO PARADIGMA SEM COMPROVAÇÃO DE AUTENTICIDADE.
1.O acórdão recorrido reformou a sentença para condenar o INSS a conceder benefício assistencial desde a data do ajuizamento da ação (23/04/2010). Considerou-se que o benefício não pode ser concedido desde a data de requerimento administrativo (22/12/2008), porque já havia decorrido mais de dois anos da data da avaliação na esfera administrativa dos requisitos previstos na LOAS. Em outras palavras, a Turma Recursal considerou não ter ficado provado que o estado de incapacidade para o trabalho e a condição financeira verificadas no curso da demanda judicial já estariam presentes antes do ajuizamento da ação.
2.A requerente suscitou divergência jurisprudencial em face de uma decisão monocrática na qual a juíza relatora da TNU considerou que "em casos como o dos autos, em que se constata estar a autora acometida da enfermidade há longa data, não se justifica a fixação da data do início do benefício em data diferente daquela em que efetuado o requerimento administrativo". A decisão monocrática tratou de concessão de aposentadoria por invalidez, que só depende da aferição de incapacidade para o trabalho, ao passo que o acórdão recorrido trata de benefício assistência, para o qual não basta a incapacidade para o trabalho, exigindo-se também aferição da renda familiar per capita. Ademais, para depreender a similitude fática entre decisão monocrática paradigmática e acórdão recorrido seria necessário confirmar que a requerente está acometida por enfermidade de longa data, mas isso exigiria reexame da prova.
3.A decisão monocrática paradigmática também invocou a Súmula nº 22 da TNU: "Se a prova pericial realizada em juízo dá conta de que a incapacidade já existia na data do requerimento administrativo, esta é o termo inicial do benefício assistencial". Nesse ponto, também falta similitude fática com o acórdão recorrido, uma vez que não há notícia de que a perícia judicial aqui realizada tenha confirmado incapacidade para o trabalho na data de entrada do requerimento administrativo.
4.A requerente também suscitou divergência jurisprudencial em face de acórdão paradigma atribuído à TNU. Embora a transcrição da ementa indique como órgão julgador a TNU, quem realmente procedeu ao julgamento foi a Turma Recursal de Goiás. Basta ver que o juiz relator nunca integrou a TNU e que há indicação de publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado de Goiás.
5.Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por Turmas Recursais de diferentes Regiões, ao requerente incumbe o ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas. Trata-se de ônus da parte, que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem nº 3 da TNU.
6.O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma no corpo da petição de uniformização. Trata-se de exigência formal que, além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas. Prejudicada a demonstração de divergência jurisprudencial em relação ao acórdão paradigma da Turma Recursal de Goiás.
7.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500034-34.2010.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA EDILEUSA BARRETO
PROC./ADV.: JOSÉ GUERREIRO CHAVES FILHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 18 DA TNU.
1.Ao expressamente tomar as razões da sentença como fundamento para decidir, o acórdão recorrido incorporou-as. Essa forma de fundamentação é válida, tendo em vista o art. 46 da Lei nº 9.099/95, cuja constitucionalidade foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do AI 749.969, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, DJ 9/10/2009.
2.O incidente de uniformização de jurisprudência suscitou divergência em torno da admissibilidade de determinados tipos de documento para efeito de formar início de prova material de exercício de atividade rural. Ocorre que o acórdão não se baseou exclusivamente na insuficiência do início de prova material para recusar reconhecimento da qualidade de segurado especial. Ao manter a sentença pelos próprios fundamentos, o acórdão recorrido também incorporou toda a motivação desenvolvida em torno da valoração da prova oral, considerada insuficiente para complementar o início de prova material.
3.O início de prova material constitui mero indício, que precisa ser complementado pela prova testemunhal. A prova indiciária, por si só, não basta para reconhecer exercício de atividade rural. Dessa forma, ainda que se admita a existência de início de prova material idôneo, o resultado do julgamento recorrido não ficaria prejudicado, por estar apoiado em outro fundamento autônomo, que não foi impugnado. Aplica-se a Questão de Ordem nº 18 da TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0500550-05.2011.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO GONÇALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO.
1.O incidente de uniformização não impugnou todos os fundamentos do acórdão recorrido. Não foi apontado acórdão paradigma negando que o valor da produção rural possa constituir fato suficiente para descaracterizar o regime de economia familiar.
2.Aplicação da Questão de Ordem nº 18 da TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501020-42.2011.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO PEREIRA DE SOUSA
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.A sentença considerou que a certidão de casamento, celebrado em 29/03/1980, na qual ele é qualificado como agricultor, poderia, em tese, ser qualificada como início de prova material. Entretanto, o início de prova material ficou descaracterizado porque o autor confessou ter trabalhado até 1990 em São Paulo. Além disso, a sentença considerou que a agricultura não é a principal fonte de renda da família, porque, além de o autor ter trabalhado entre 1974 e 1989, em São Paulo na construção civil, a sua esposa trabalha como merendeira para uma prefeitura com renda mensal equivalente ao salário mínimo. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95.
2.O incidente de uniformização invoca como acórdão paradigma um julgado da 5ª Turma do STJ segundo o qual não há proibição de exercício concomitante da atividade rural e urbana para efeito de concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural (REsp 297.763). O acórdão recorrido, porém, não negou direito ao benefício por pressupor que o requerente houvesse exercido atividade urbana concomitante à rural. Pelo contrário, considerou que durante determinado tempo ele exerceu exclusivamente a atividade urbana. E, no restante do tempo, o fato de a esposa ter exercido atividade urbana afastou a qualidade de segurado especial do requerente. Em relação aos verdadeiros motivos do acórdão recorrido não foi demonstrada divergência jurisprudencial.
3.Decisão monocrática proferida no REsp 616.194 admitiu declaração de exercício de atividade rural expedida por Sindicato de Trabalhadores Rurais e boletim de movimentação do Programa Hora de Plantar como início de prova material. O julgado trata apenas da admissibilidade de determinadas espécies de documentos como início de prova material. O acórdão recorrido, porém, não se manifestou sobre tais modelos de documento. Aliás, o fundamento para negar a qualidade de segurado especial não está na ausência de início de prova material, mas no fato de o requerente e sua esposa exercerem atividade urbana. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
4.Acórdão paradigma da Terceira Seção do STJ considerou que certidões de casamento e de óbito, que atestam a condição de lavrador do cônjuge, constituem início razoável de prova documental para fins de comprovação de tempo de serviço. O acórdão recorrido, porém, não negou em caráter absoluto a possibilidade de aproveitamento da certidão de casamento como início de prova material. Apenas descartou o documento porque o requerente, inicialmente qualificado como agricultor, passou posteriormente a exercer atividade urbana. Falta similitude fático-jurídica. Ademais, a jurisprudência dominante do STJ converge com o acórdão recorrido, pois considera que, embora seja admissível a comprovação de atividade rural mediante a qualificação de lavrador do marido na certidão de casamento, é inaceitável a utilização desse documento como início de prova material quando se constata que o cônjuge, apontado como rurícola, vem a exercer posteriormente atividade urbana. (AGA 1.340.365, Relatora Min. Laurita Vaz, DJE 29/11/2010; AGRESP 1.103.327, Relatora Maria Thereza de Assis Moura, DJE 17/12/2010; AGRESP 1.114.846, Relator Haroldo Rodrigues, DJE 28/06/2010).
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500723-41.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ANGELINA DE SOUSA CORREIA
PROC./ADV.: DEMÓSTENES SILVA COELHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. NULIDADE PARCIAL DO ACÓRDÃO RECORRIDO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE URBANA DE MEMBRO DA FAMÍLIA. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR.
1.A concisão na exposição dos fundamentos, técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais, não se confunde com a ausência ou deficiência na fundamentação do julgado. Transtorna o devido processo legal o acórdão recorrido quando se apresenta como modelo inflexível, insensível às particularidades do caso concreto.
2.A deficiência da motivação acolhida pelo acórdão recorrido frustra a aferição de efetiva divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material. Não é possível verificar se o acórdão recorrido realmente contrariou o entendimento de que a eficácia do início de prova material pode ser estendida no tempo com base na prova testemunhal complementar. Nesse ponto, cumpre reconhecer a nulidade parcial do acórdão.
3.O fato de o cônjuge exercer atividade urbana de servente não necessariamente descaracteriza a qualidade de segurada especial da requerente. Aplica-se a Súmula nº 41 da TNU: "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto". É necessário que a Turma Recursal aprofunde a análise da matéria fática para aferir até que ponto a renda auferida pelo marido da requerente em atividade urbana era suficiente para manter a família e tornar dispensável o trabalho rural dela.
4.Incidente parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

DESPACHO

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 0503823-40.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GERARDO ABELARDO MACIEL
PROC./ADV.: JOSÉ MARIA VALE SAMPAIO
PROC./ADV.: MARCOS MARTINS ALBUQUERQUE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA

DESPACHO

Trata-se de Incidente de Uniformização cuja divergência cinge-se em verificar se o fato de o autor ter exercido longo período de atividade urbana, bem como se a existência de vínculos urbanos por parte de seu cônjuge, descaracterizam a condição do autor, trabalhador rural, como segurado especial.
O Superior Tribunal de Justiça recebeu o Recurso Especial de n.º 1.304.479-SP (2012/0011483-1) como representativo de controvérsia, para a delimitação da seguinte tese controvertida: "repercussão de atividade urbana do cônjuge na pretensão de configuração jurídica do trabalhador rural previsto no art. 143, da Lei n.º 8.213/1991", tratando, portanto, de uma das questões postas em discussão no presente incidente.
Desse modo, e com supedâneo na TNU - Questão de Ordem n.º 23 e no art. 7.º, inciso VII, alínea "b", c/c art. 8.º, inciso VIII, ambos do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (CJF - Resolução n.º 22/2008), determino o imediato sobrestamento do feito nesta TNU, sem a remessa dos autos à Turma Recursal de origem, tendo em vista a existência de questão outra a ser apreciada após o julgamento do recurso pelo STJ.
Brasília (DF), 15 de maio de 2012.

JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
Juiz Federal Relator

REPRESENTATIVOS

PROCESSO: 2007.39.00.703033-0
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO DA SILVA
PROC./ADV.: ANDREA CARLA DA SILVA MARQUES
REQUERIDO(A): JUIZO FEDERAL DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DO PARÁ
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
LITISCONSORTE : UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. NÃO CONHECIMENTO.
1. Trata-se de mandado de segurança interposto em face de Juíza Federal que entendeu por bem indeferir pedido de assistência judiciária gratuita. A sentença denegou a segurança e foi confirmada pelo acórdão recorrido. O recorrente se limita a questionar, neste incidente, o indeferimento de seu pedido de assistência judiciária gratuita.
2. Considero que este incidente não merece conhecimento, eis que a matéria nele versada é eminentemente processual, encontrando obstáculo no art. 14 da Lei n.º 9.099/95 para seu julgamento. Sugiro ao Presidente desta Turma Nacional que promova a submissão deste precedente à sistemática do art. 7º do Regimento Interno, de forma a orientar a devolução de Incidentes com objetos congêneres para adaptação ou confirmação do julgado pelas Turmas de origem.
3. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos da Ementa/voto da Relatora.
Brasília, 16 de abril de 2012.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0506802-35.2008.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: LEONCIO BARROS DE MACEDO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - PRESCRIÇÃO/DECADÊNCIA ENTRE O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO E O AJUIZAMENTO DA AÇÃO - DECRETO-LEI 20.910/32 - INAPLICABILIDADE - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL CONHECIDO E PROVIDO
1. Aos benefícios previdenciários não é aplicável o prazo previsto no decreto-lei 20.910/32, posto que o prazo para o ajuizamento da ação é decenal, nos termos da nova redação dada ao art. 103 da Lei 8.213/91, sendo certo que a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação.
2. Sugiro, respeitosamente, ao MM. Ministro, que imprima a sistemática prevista no art. 7º do Regimento Interno, que determina a devolução às Turmas de origem dos feitos congêneres, para manutenção ou adaptação dos julgados conforme a orientação ora pacificada.
3. Incidente de Uniformização conhecido e provido.
VOTO
Ajuizou o autor ora recorrente, ação especial cível objetivando a concessão de aposentadoria por idade de segurado especial, por ter laborado na agricultura, em regime de economia familiar. No início da instrução processual, o MM Juiz extinguiu o processo com resolução do mérito, nos termos do Art. 269, inciso IV, do CPC, declarando a prescrição do fundo de direito da autora, pois teria decorrido mais de cinco anos entre o indeferimento administrativo e o ajuizamento da demanda. Alçado os autos à Turma Recursal da Paraíba, esta manteve o entendimento do juiz de degrau inferior, em todos os seus termos.
De fato, o entendimento desta TNU (PEDILEF 0508032-49.2007.4.05.8201, Rel. Juiz Federal Adel Américo, julgado na Sessão de 25 de abril de 2012) é no sentido de que não se aplica o Decreto-Lei 20.910/32 para indeferimento de benefícios previdenciários e que o prazo é decenal, nos termos da nova redação dada ao art. 103 da Lei 8.213/91. Tendo o benefício sido indeferido em 16/01/2003 e ação proposta no ano de 2008, não há que se falar em prescrição/decadência do direito para o ajuizamento da ação. A prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação. Pelo exposto, VOTO NO SENTIDO DE CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PARA REAFIRMAR A TESE DE QUE AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS NÃO É APLICÁVEL O PRAZO PRESCRICIONAL/DECADENCIAL PREVISTO NO DECRETO-LEI 20.910/32, E NO CASO CONCRETO ANULAR SENTENÇA E ACÓRDÃO PARA DETERMINAR O

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO E JULGAMENTO COMO O MAGISTRADO ENTENDER DE DIREITO, AFASTADA A DECADÊNCIA DO DIREITO DE AJUIZAR A AÇÃO, SENDO CERTO QUE A PRESCRIÇÃO ATINGE APENAS AS PRESTAÇÕES VENCIDAS ANTES DO QÜINQÜÊNIO ANTERIOR À PROPOSITURA DA AÇÃO.
Sugiro, respeitosamente, ao MM. Ministro, que imprima a sistemática prevista no art. 7º do Regimento Interno, que determina a devolução às Turmas de origem dos feitos congêneres, para manutenção ou adaptação dos julgados conforme a orientação ora pacificada.

ACÓRDÃO

Os Juízes Federais membros da TNU acordam em conhecer e dar provimento ao presente incidente de uniformização.
Brasília, 15 de maio de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.72.64.000900-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SILVIO JOAQUIM SIQUEIRA
PROC./ADV.: LORAINE SZOSTAK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. RUÍDO. LIMITE DE TOLERÂNCIA NO PERÍODO DE 6/3/1997 A 18/11/2003. RETROATIVIDADE DO DECRETO Nº 4.882/2003. PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO. DISPENSABILIDADE DE LAUDO TÉCNICO AMBIENTAL.
1.A TNU revisou a Sumula nº 32, uniformizando o entendimento de que o Decreto nº 4.882/2003 aplica-se retroativamente. Dessa forma, o limite de tolerância no período de 6/3/1997 a 18/11/2003 corresponde a 85 dB(A), afastando-se a aplicação do Decreto nº 2.172/97.
2.Com esteio no art. 161, § 1º, da já revogada Instrução Normativa INSS/PRES nº 20/2007 a TNU já decidiu que a exibição do Perfil Profissiográfico Previdenciário dispensa a apresentação de laudo técnico ambiental para fins de comprovação de condição especial de trabalho. A atual IN INSS/PRES nº 45/2010 não repetiu a norma constante do art. 161, § 1º, da revogada IN INSS/PRES nº 20/2007. Isso, porém, não impede o reconhecimento judicial de que, em regra, o PPP constitui documento suficiente para comprovar a condição especial de trabalho.
3.O PPP consiste em formulário preenchido pelo empregador com base em laudo técnico ambiental elaborado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. A validade do conteúdo desse documento depende da congruência com o laudo técnico. Essa congruência é sempre presumida. A presunção, porém, não é absoluta. Circunstancialmente pode haver dúvidas objetivas sobre a compatibilidade entre o PPP e o laudo técnico. Nesses casos, é legítimo que o juiz condicione a valoração do PPP à exibição do laudo técnico ambiental.
4.O acórdão recorrido não suscitou nenhum questionamento objetivo em torno da fidedignidade do PPP. O julgado simplesmente negou qualquer valor probatório ao PPP, desde que exigiu de forma absoluta a exibição do laudo técnico ambiental. Erradamente transformou, assim, uma exceção em regra. A apresentação de laudo técnico ambiental para aferir a validade do teor do PPP deve ser a exceção, e não a regra.
5.Uniformizado o entendimento de que a exibição do PPP dispensa a apresentação de laudo técnico de condições ambientais do trabalho, salvo se houver impugnação específica ao documento.
6.O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.
7.Incidente provido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.70.61.000792-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JULIANA DOS SANTOS ORELIO
PROC./ADV.: ROGÉRIO CEZAR MOLIN
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADOR RURAL. SEGURADO ESPECIAL. TEMPO DE SERVIÇO RURAL PARA FINS DE CARÊNCIA. MENOR DE 16 ANOS. CÔNJUGE OU COMPANHEIRO DE PRODUTOR RURAL OU PESCADOR ARTESANAL.
1.O art. 11, VII, alínea "c" da Lei nº 8.213/91 (com a redação dada pela Lei nº 11.718/2008) prevê como segurado especial o cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 anos de idade do produtor rural ou pescador artesanal.
2.A limitação etária de 16 anos prevista na alínea "c" somente se aplica ao filho do produtor rural ou pescador artesanal. A norma não estende a limitação etária para o cônjuge ou companheiro do produtor rural ou pescador artesanal. Se o menor de 16 anos exerce atividade rural junto com cônjuge ou companheiro, pode ser qualificado como segurado especial.
3.Uniformizado o entendimento de que a limitação etária de 16 anos prevista no art. 11, VII, alínea "c", da Lei nº 8.213/91 não se aplica ao cônjuge ou companheiro, mas apenas ao filho de produtor rural ou pescador artesanal.
4.O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.
5.Incidente improvido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais negar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.72.66.000190-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE SOARES
PROC./ADV.: MARION SILVEIRA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TRANSFORMAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM APOSENTADORIA POR IDADE, CARÊNCIA. CÔMPUTO DE TEMPO DE GOZO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE NÃO INTERCALADO.
1.O art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91 apenas é aplicável nos casos em que o benefício por incapacidade tenha sido, dentro do período básico de cálculo de futuro benefício, auferido de forma intercalada com períodos de atividade normal, de maneira que o segurado não esteja no gozo de benefício por incapacidade no interregno imediatamente anterior à concessão do novo benefício. Em consonância com essa exegese, o art. 55, II, da Lei nº 8.213/91 considera o tempo de gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez como tempo de serviço apenas quando intercalado.
2.O tempo de gozo de aposentadoria por invalidez não pode geralmente ser computado para fins de carência em eventual concessão de futura aposentadoria por idade, porque, em regra, a aposentadoria por invalidez pressupõe que o beneficiário esteja definitivamente incapacitado para todo tipo de trabalho e que nunca mais volte a desempenhar atividade remunerada. Apenas na remota hipótese de a aposentadoria por invalidez ser cancelada e de o beneficiário voltar a recolher contribuições para a previdência social é que o tempo de gozo do benefício por incapacidade ficaria intercalado de forma a se tornar passível de contabilização para fins de carência em concessão de benefício futuro.
3.O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adéqüem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.
4.Incidente provido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 27 de junho de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

RESOLUÇÃO Nº 813, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Dispõe sobre a prorrogação da Intervenção no Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Sergipe.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais, por sua diretoria executiva, no uso das atribuições legais e regimentais previstas no parágrafo único do artigo 47 da Lei nº 4.886/65, de 09/12/1965, com a redação dada pela Lei nº 8.420/92, de 08/05/1992, e no artigo 12, "X", do seu Regimento Interno, Considerando que o prazo fixado na Resolução nº 782/2012 - Confere, de 02 de abril de 2012, expira no dia 11 de julho de 2012; Considerando que as irregularidades encontradas no pleito que elegeu a diretoria do Sindicato dos Representantes Comerciais de Sergipe - SIRECOMSE, ainda se encontram pendentes de regularização; Considerando a necessidade de saneamento dos vícios encontrados no processo eleitoral do SIRECOMSE, vez que 2/3 de seus membros deverão compor o Core-SE, consoante disposto no art. 12 da Lei nº 4.886/65; Considerando que a intervenção não pode ser encerrada enquanto não for legalmente eleita uma diretoria para a qual se possa transferir a gestão do Core-Sergipe; Considerando a necessidade de conclusão da adequação do espaço físico do órgão a fim de que a sede do Core-SE seja entregue à nova diretoria em perfeitas condições de uso; Considerando que o parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 588/2009 - Confere, de 22/10/2009 e o art. 2º da Resolução nº 782/2012 - Confere, de 02/04/2012, estabelecem que a intervenção no Core-Sergipe poderá ser prorrogada por iguais períodos de 90 (noventa) dias, constatada a necessidade; Considerando o que ficou decidido em Reunião de Diretoria convocada para deliberar sobre o assunto realizada nesta data, resolve:

Art. 1º - Prorrogar a Intervenção no Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Sergipe, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir do dia 12 de julho de 2012.

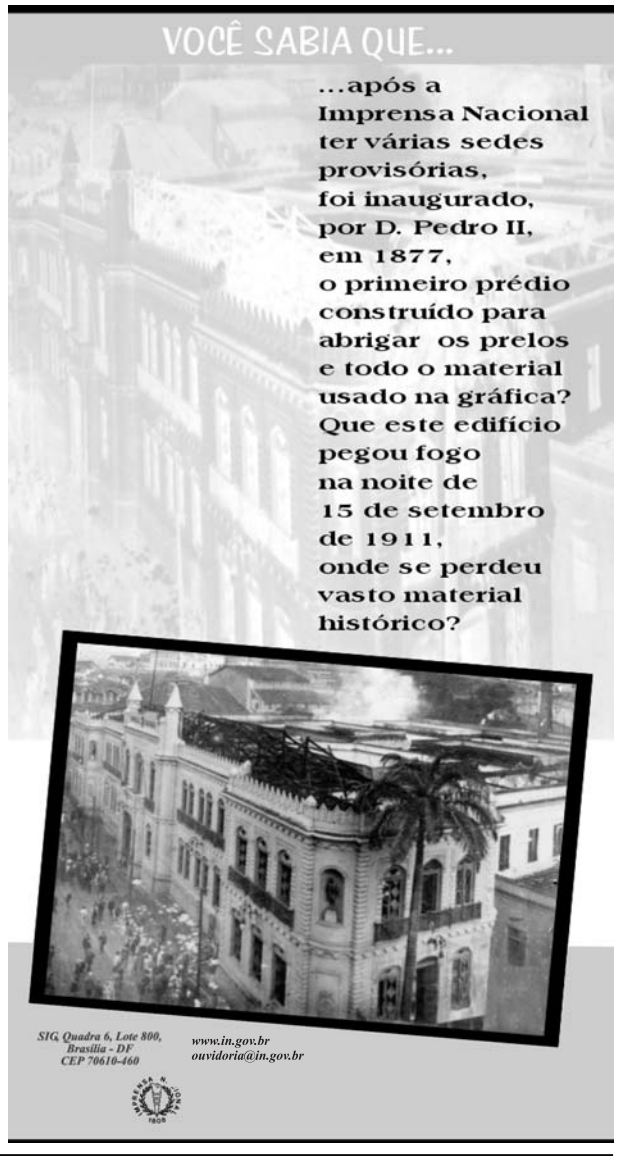
Art. 2º - A Intervenção poderá ser encerrada em menor prazo, no caso de cessarem os motivos que determinaram sua prorrogação, ou prorrogada por novo período, caso necessário para a conclusão dos trabalhos de saneamento da entidade.

Art. 3º - Permanece como interventor o Dr. Izaac Pereira Inácio, com poderes de representação do Core-Sergipe perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, inclusive poder judiciário, junto às instituições financeiras, podendo praticar todos os atos de gestão administrativa e financeira, de forma a garantir o pleno funcionamento do Conselho Regional e adoção das medidas necessárias ao saneamento das irregularidades que motivaram a intervenção e de outras constatadas, podendo admitir funcionários por prazo determinado em caráter emergencial e demiti-los, celebrar contratos, movimentar contas bancárias do órgão, assinar, requisitar e endossar cheques, depositar, sacar, transferir valores, abrir contas em instituição oficial e encerrá-las, nomear e destituir procuradores e prepostos, assinar orçamentos, balancetes e prestações de contas, autorizar despesas necessárias ao funcionamento do órgão e cumprimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

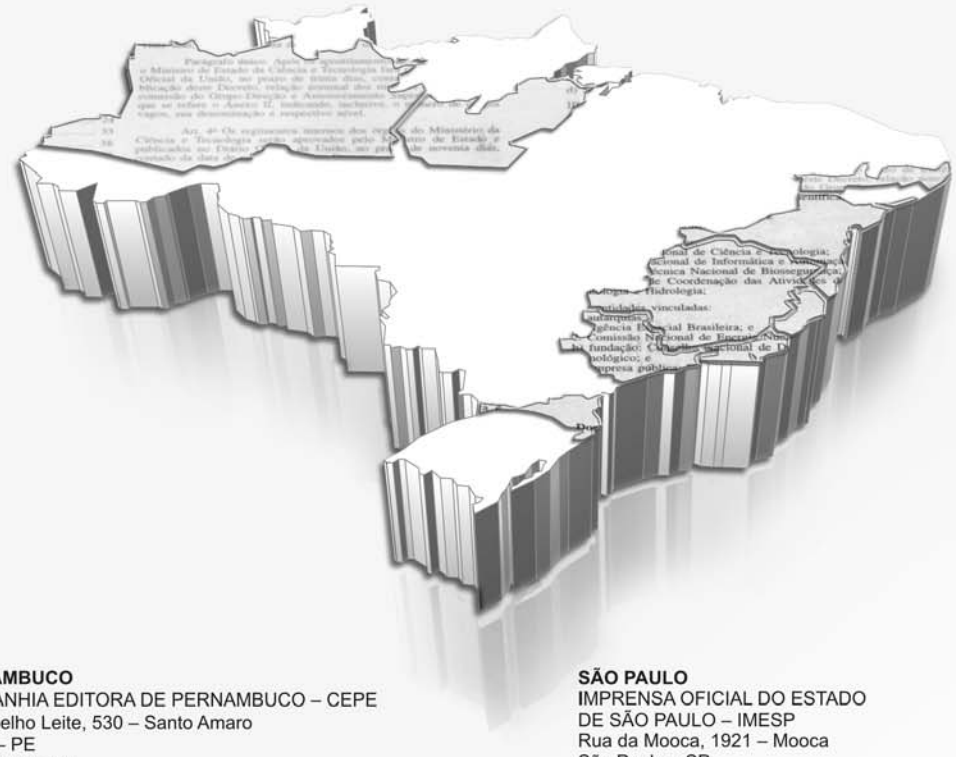
MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Presidente do Conselho

RODOLFO TAVARES
Diretor-Tesoureiro



EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES
LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572 / 3257-3500 / 3257-3200
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405



Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.* *Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.*

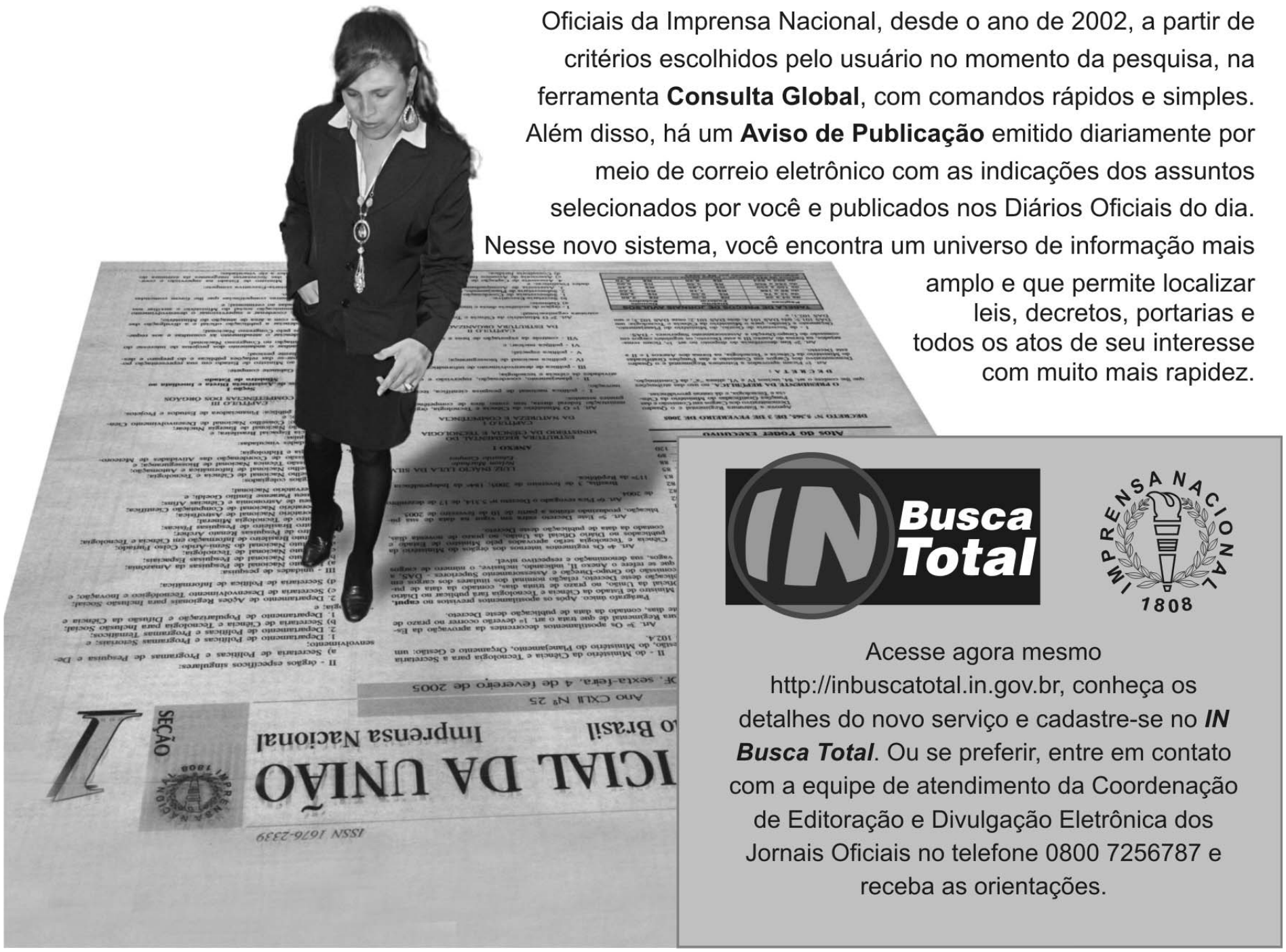
Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!

Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012070600254

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Encontrar a Informação oficial que você precisa está mais fácil



A Imprensa Nacional lançou um novo sistema de pesquisa e seleção de matérias em seus jornais oficiais na internet. É o ***IN Busca Total***. Com ele, você pesquisa todo o conteúdo publicado nos Jornais Oficiais da Imprensa Nacional, desde o ano de 2002, a partir de critérios escolhidos pelo usuário no momento da pesquisa, na ferramenta **Consulta Global**, com comandos rápidos e simples. Além disso, há um **Aviso de Publicação** emitido diariamente por meio de correio eletrônico com as indicações dos assuntos selecionados por você e publicados nos Diários Oficiais do dia. Nesse novo sistema, você encontra um universo de informação mais amplo e que permite localizar leis, decretos, portarias e todos os atos de seu interesse com muito mais rapidez.

IN Busca Total

IMPRENSA NACIONAL 1808

Acesse agora mesmo http://inbuscatotal.in.gov.br, conheça os detalhes do novo serviço e cadastre-se no ***IN Busca Total***. Ou se preferir, entre em contato com a equipe de atendimento da Coordenação de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais no telefone 0800 7256787 e receba as orientações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012070600255

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012070600256

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.